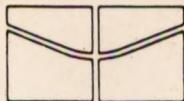


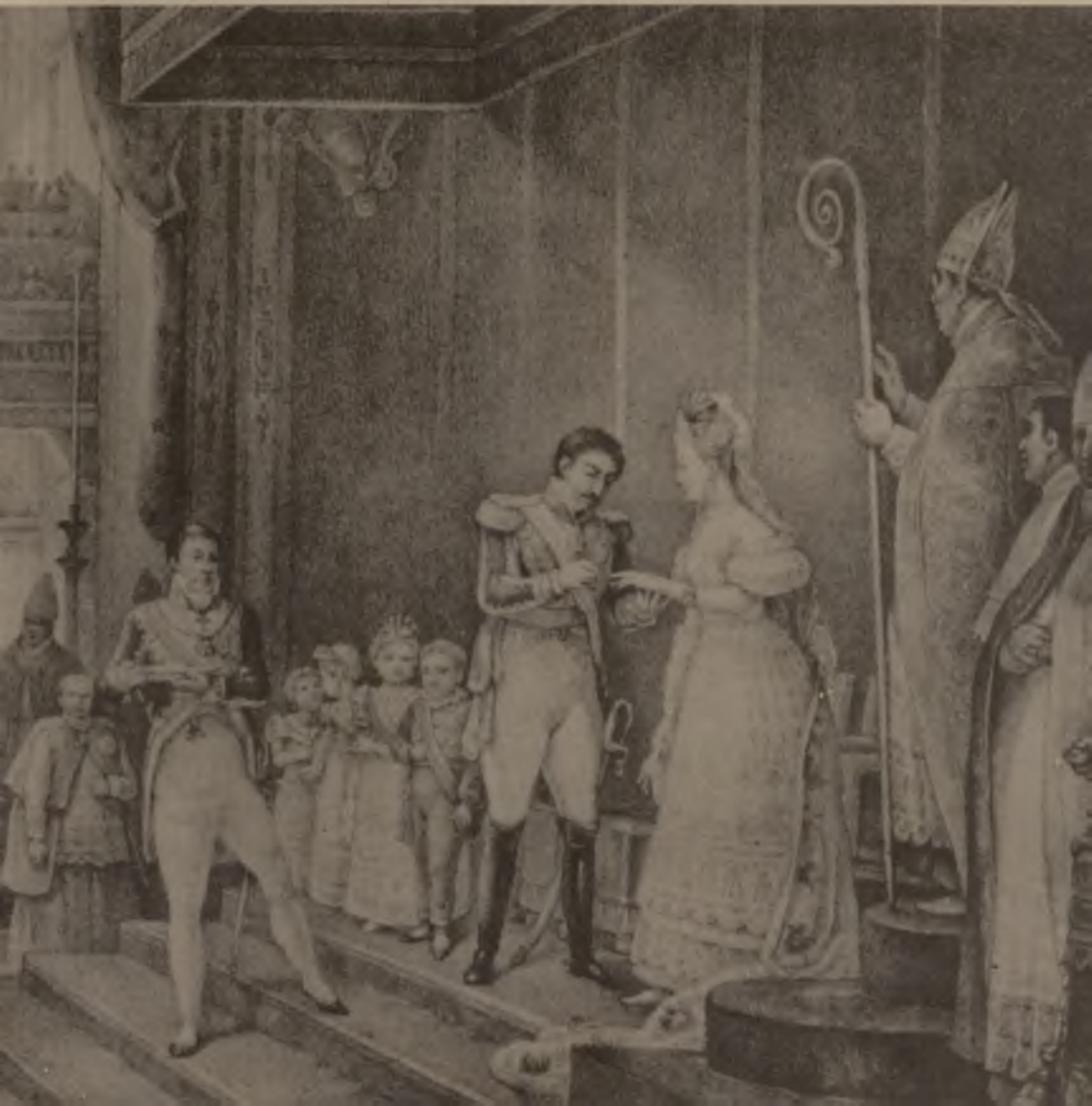
COLEÇÃO TEMAS BRASILEIROS



*Editora Universidade de Brasília*

**Heitor Lyra**

**Minha Vida Diplomática**



Heitor Lyra, diplomata e historiador, nasceu no Recife, em 1893. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, membro da International Law Association, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Direito Aeronáutico e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. O autor de *Minha Vida Diplomática*, entre tantas altas funções que desempenhou, foi também encarregado de selecionar e catalogar os manuscritos relacionados com a história diplomática do Brasil.

Entre suas obras destacam-se: *Ensaio Diplomático*, *História de D. Pedro II*, *História Diplomática e Política Internacional*, *História da Queda do Império*, *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*.

---

# MINHA VIDA DIPLOMÁTICA



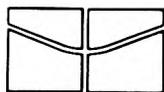
Heitor Lyra

---

**Minha Vida Diplomática**

Coleção Temas Brasileiros  
Volume 17

Tomo II



*Editora Universidade de Brasília*

Com o apoio



FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Este livro ou qualquer parte dele  
não pode ser reproduzido por qualquer meio  
sem autorização escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília  
Campus Universitário – Asa Norte  
70.910 – Brasília – Distrito Federal

Copyright ©1972 Yolanda do Couto Lyra

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

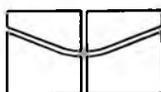
Capa:  
Arnaldo Camargo Filho

L768a Lyra, Heitor, 1893-  
Minha vida diplomática. Brasília, Editora Universidade de  
Brasília, 1981, c1972.  
711 p. 2v. ilust. (Coleção Temas Brasileiros, nº 17)

929 L768

327(81)

t  
série



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CONSELHO DIRETOR

Abílio Machado Filho  
Amadeu Cury  
Aristides Azevedo Pacheco Leão  
Isaac Kerstenetzky  
José Carlos de Almeida Azevedo  
José Carlos Vieira de Figueiredo  
José Ephim Mindlin  
José Vieira de Vasconcellos

Reitor: José Carlos de Almeida Azevedo  
Vice-Reitor: Luiz Octávio Moraes de Sousa Carmo

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CONSELHO EDITORIAL

Afonso Arinos de Melo Franco  
Arnaldo Machado Camargo Filho  
Cândido Mendes de Almeida  
Carlos Castello Branco  
Geraldo Severo de Souza Ávila  
Heitor Aquino Ferreira  
Hélio Jaguaribe  
Josaphat Marinho  
José Francisco Paes Landim  
José Honório Rodrigues  
Luiz Viana Filho  
Miguel Reale  
Octaciano Nogueira  
Tércio Sampaio Ferraz Júnior  
Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento  
Vicente de Paulo Barretto

Presidente: Carlos Henrique Cardim

## **Ficha Técnica**

*Editoração:* Lúcio Dias Leite Reiner  
Manuel A. Carlos M. L. da Cruz  
Maria Riza Baptista Dutra  
Maria Rosa Magalhães

*Revisão:* Antonio Carlos Ayres Maranhão  
José Reis  
Monica Fernandes Guimarães  
Patrícia Maria Silva de Assis

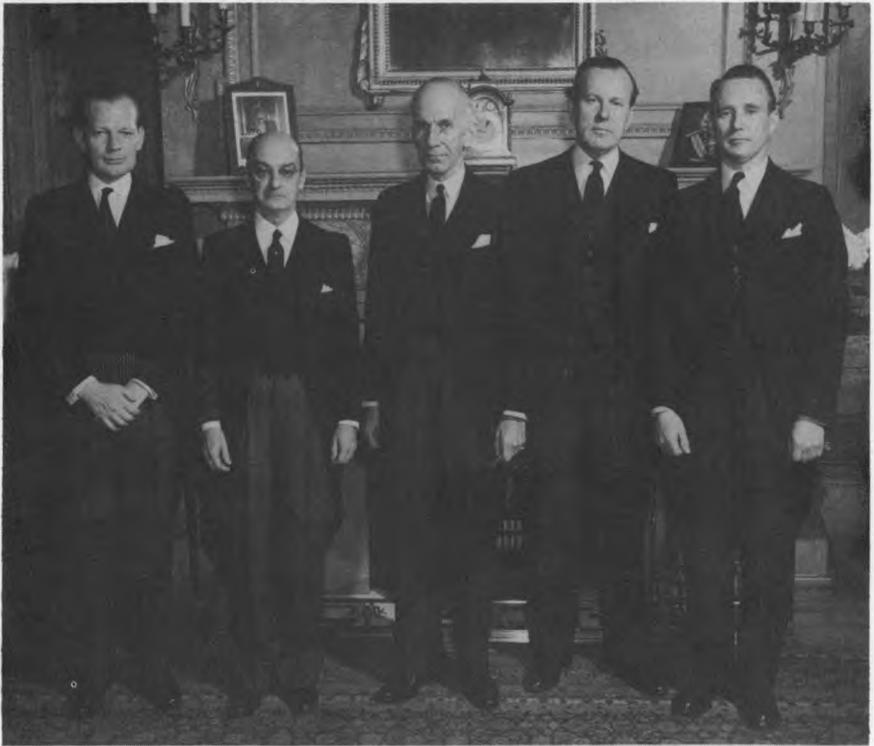
*Supervisão Gráfica:* Elmano Rodrigues Pinheiro



Sir Austen Chamberlain, Ministro das Relações Exteriores de Inglaterra



Sir Eric Drummond, Secretário-Geral da Liga das Nações. Posteriormente Lord Perth.



No dia em que apresentei credenciais ao Governador-Geral do Canadá. Da esquerda para direita: Lionel Massey, filho e Secretário do Governador; o Autor; S. Exa. Vincent Massey, Governador-Geral; L.B. Pearson, Ministro do Exterior; e F. Feaver, Chefe do Protocolo.



Giuseppe Motta, chefe do Departamento Político (Ministro das Relações Exteriores) da Suíça.



O Rei Carol da Romênia  
e Eduardo Benes, Ministro das Relações Exteriores  
da Tchecoslováquia.



N. Titulesco, Ministro da Romênia em Londres



Sr. Alberto Guani

Ministro do Uruguai em Bruxelas, e depois em Paris. Também representante de seu país na Liga das Nações.



Maire de Lyon e Chefe da Delegação francesa à Assembléia da Liga das Nações em 1924.



Meu bisavô José Pedro da Silva (reprodução de uma pintura que se encontra em minha casa de Lisboa).



La Argentina



Afrânio de Melo Franco



Raul Fernandes



Elizabeth Wohlfarth em 1926. Funcionária da Legação em Berlim.



Elizabeth Wohlfarth em 1945, como Deputado do Partido Democrata-Cristão.



Abelardo Bueno do Prado



Nair Bueno do Prado



Fotografia tirada em Genebra, com as filhas do Embaixador Mello Franco. Da esquerda para a direita: Zaíde, Anah, Amelinha e Maria do Carmo; barão de Nioac e eu.



Ursulina Isabel Sousa e Silva de Oliveira Lyra, minha mãe.



Ursulina Sousa e Silva de Oliveira, minha avó materna.

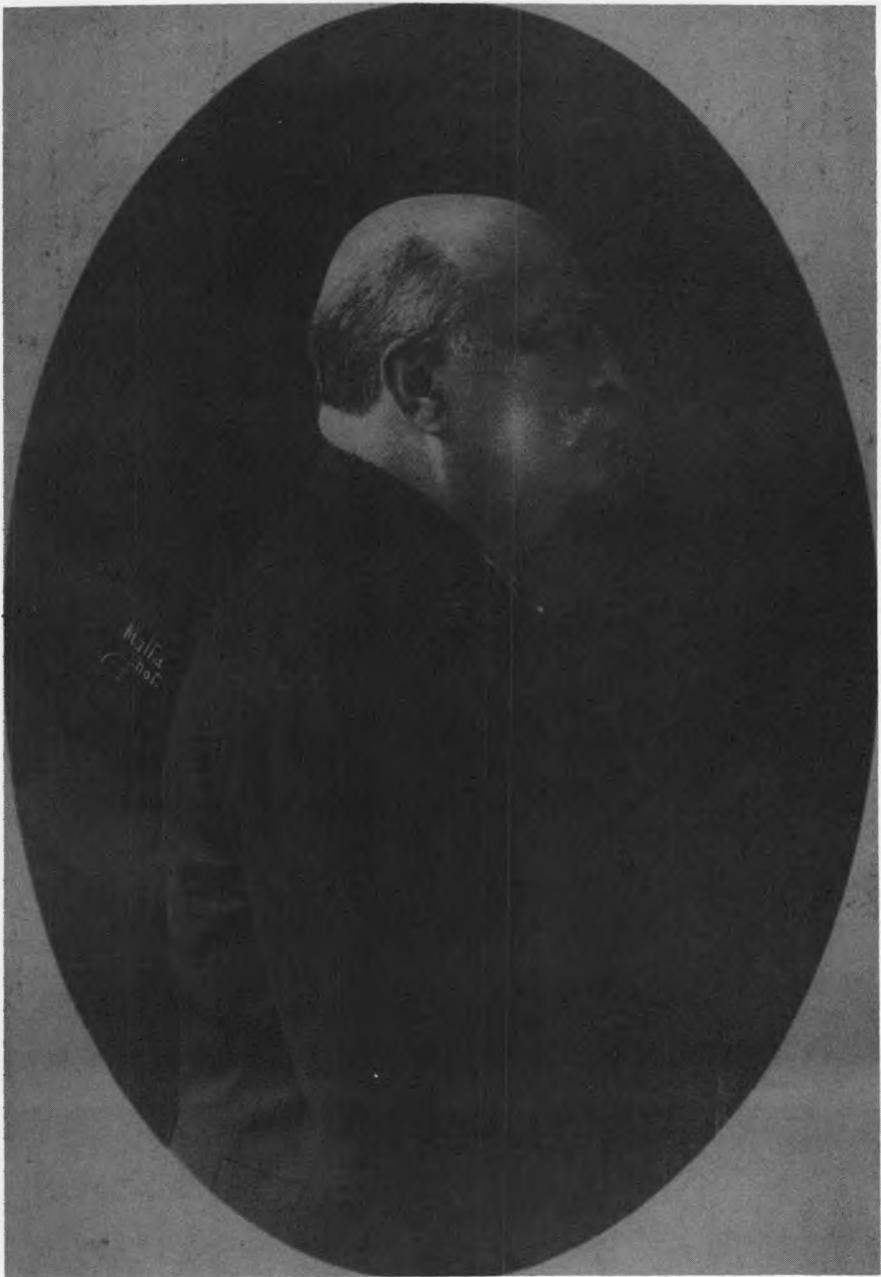
Los Pauls  
Wahl 457

*Merry Christmas*

*Happy New Year*

Cher Vaterland et Ami,  
à vous et Madame avec  
toute amitié

Dino Grandi



O Barão do Rio Branco



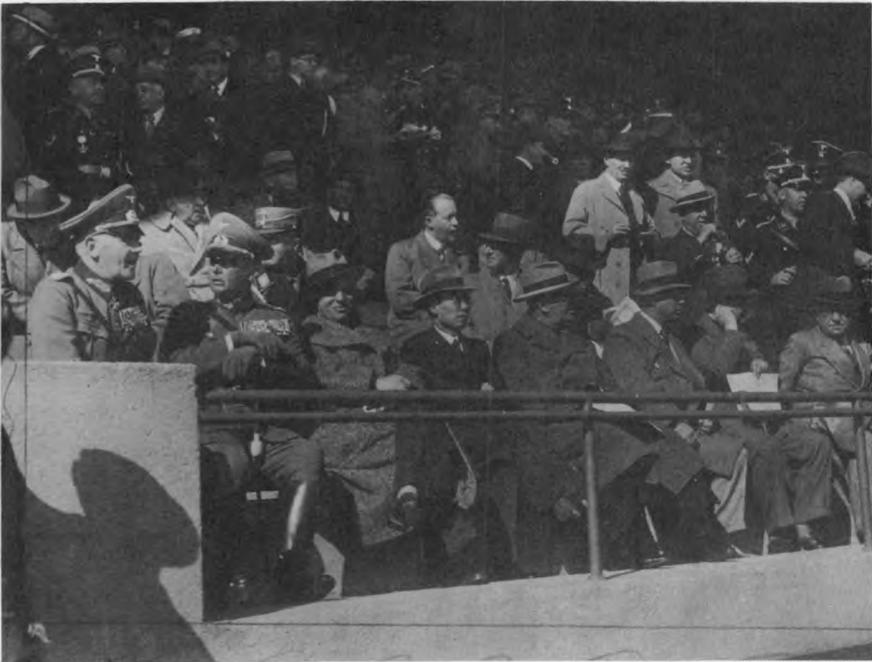
Goering e Hitler em Nuremberg



O Embaixador da Itália, em Berlim,  
Bernardo Attolico.



O Embaixador de França, em Berlim, François Poncet.



No Congresso de Nuremberg. Primeira fila, da esquerda para a direita: Marechal von Blomberg, Ministro da Guerra, Marechal von Fritsch, Embaixador do Brasil Muniz de Aragão, Embaixador da China Cheng Tieng Fang, Embaixador do Japão Conde Mushakoji, Embaixador da Polónia M. Lipski e o Embaixador da Turquia Hamdi Arpag.



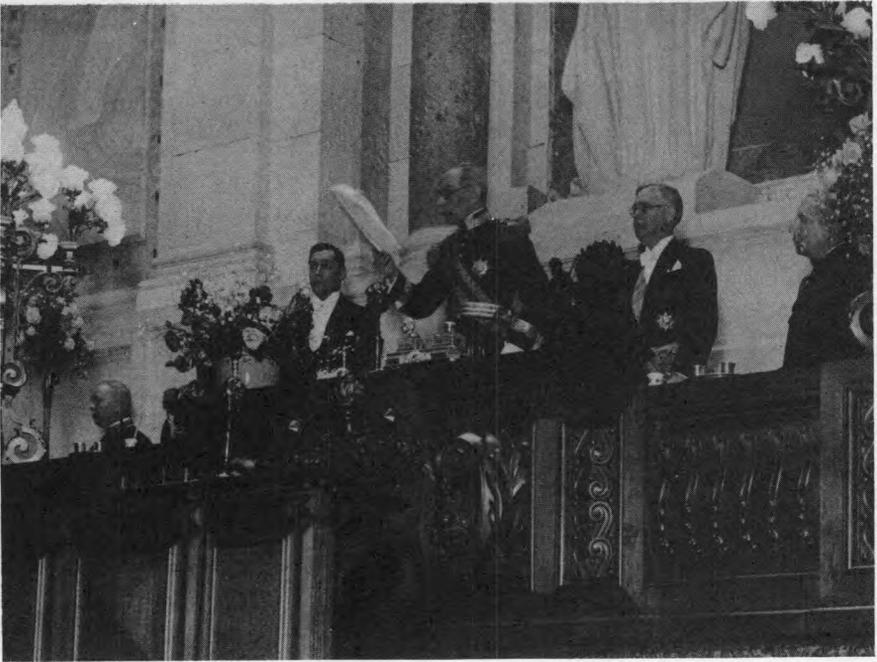
José Joaquim Moniz de Aragão, Ministro, depois Embaixador do Brasil em Berlim.



Barão Von Neurath, Ministro das Relações Exteriores da Alemanha e o Conde Ciano, Ministro das Relações Exteriores da Itália.



V. von Bulow-Schwante, Chefe do Protocolo e depois Embaixador da Alemanha em Bruxelas.



Lisboa – Na Assembléa Nacional: O Presidente Oscar Carmona discursando. À sua direita, o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.



General Faupel, presidente da Sociedade Íbero-americana de Berlim e depois Embaixador em Burgos.

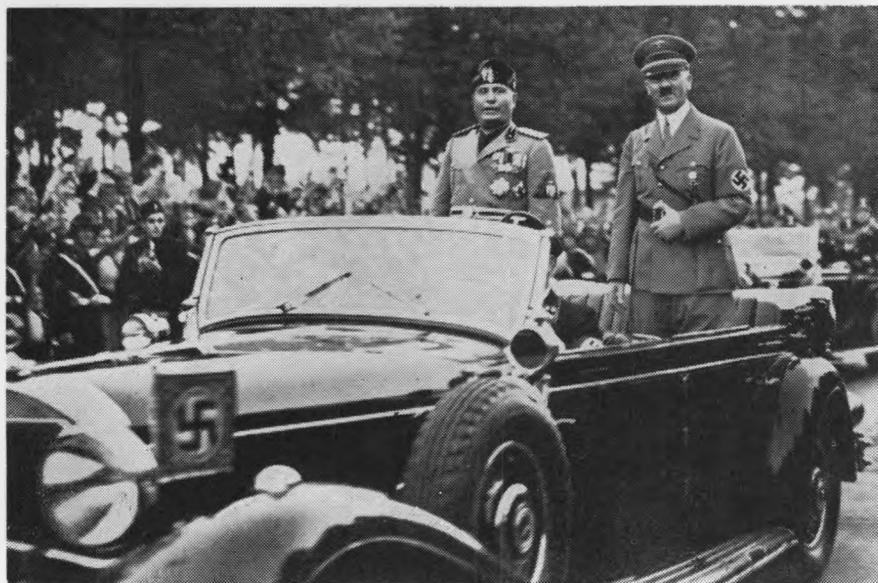
Em pé, o quarto a partir da esquerda, o Autor.



Buenos Aires – Palácio San Martin – Diplomatas dos países representados na III Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior, no Rio.



A Embaixada em Lisboa – sentado, o Embaixador Araújo Jorge, de pé, da esquerda para a direita: Carlos Thompson Flores, o Autor, Orlando Guerreiro de Castro e João Coelho Lisboa.



Mussolini e Hitler em Berlim.



Gustav Rasmussen, Ministro do Exterior da Dinamarca.



Casa da Legação do Brasil em Copenhague. Vista do parque.



O Rei Cristiano X e a Rainha Alexandrina.



O Rei Frederico IX e a Rainha Ingrid.



Os Reis Haakon VII da Noruega, Cristiano X da Dinamarca e Gustavo V da Suécia. Os dois primeiros eram irmãos.



Retrato do grande escultor Dinamarquês Bertel Thorvaldsen aos 44 anos, pintado por C.W. Eckersberg – Tenho uma perfeita cópia deste quadro em minha casa do Leblon, Rio, cópia por mim encomendada ao pintor Conde Preben Knuth-Winterfeldt.



O rei mais alto e o rei mais baixo do mundo. Visita de Vitório Emanuel III a Copenhague, em 1922. Saíndo do museu de belas artes, na companhia de Cristiano X da Dinamarca. No segundo plano o kromprinz da Dinamarca, depois Rei Frederico IX.

(Foto Nordisk Pressefoto)



Cardeal Pacelli  
Secretário de Estado



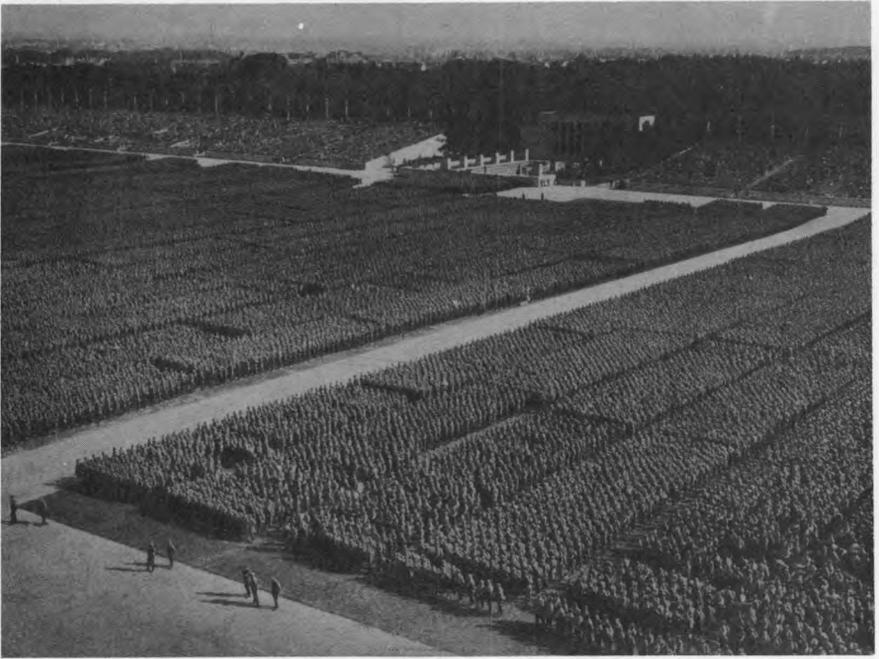
O Cardeal Pietro Gasparri, Secretário de Estado de Sua Santidade, com o corpo diplomático estrangeiro acreditado na Santa Sé. À direita do Cardeal, o Embaixador do Brasil Carlos Magalhães de Azeredo, decano do corpo diplomático. Fotografia tirada no Vaticano, por ocasião da conclusão dos acordos do Latrão, em 1929.



S.S. Pio XI



Na Legação do Brasil em Copenhague, por ocasião da apresentação da tradução dinamarquesa de "Os Sertões", de Euclides da Cunha. Da esquerda para a direita: Poul Westermann, editor, e Richard Wagner Hansen, tradutor da obra; o Ministro do Brasil; e Ib Andersen, que ilustrou o volume.



Vontade Moldada! Formatura de SA num congresso do Partido em Nuremberg



Na Ópera de Roma: Neville Chamberlain, Mussolini, Lord Halifax e o Conde Ciano.



Em Roma. O príncipe herdeiro, o Rei da Itália e Mussolini.



# Sumário

---

## LIGA DAS NAÇÕES

A Delegação Permanente em Genebra . . . . .	1
Raul Fernandes e a Liga das Nações . . . . .	25
Raul do Rio Branco . . . . .	29
A boa cidade de Genebra . . . . .	39
Les gardiens de la paix . . . . .	69
A miuçalha hispano-americana . . . . .	99
Porque temos o dever de estar em Genebra . . . . .	107
A crise de Março de 1926 . . . . .	113
O veto do Brasil . . . . .	131
Fragmentos de um diário dos meus últimos anos de Genebra . . . . .	137
Meus pais . . . . .	147

## LEGAÇÃO EM BERLIM

Nach Berlin . . . . .	169
O corpo diplomático . . . . .	189
A Alemanha de 1926 . . . . .	199
Tiergartenstrasse 4 . . . . .	211

## SECRETARIA DE ESTADO

Chefe da Seção Política da América . . . . .	231
Retirada definitiva do Brasil da Liga das Nações . . . . .	275
Outros fragmentos do meu diário . . . . .	283
Adenda . . . . .	287

## NO VATICANO

A Cidade Eterna . . . . .	295
Via Pó, 32 . . . . .	303
Cardeais brasileiros . . . . .	309
No Vaticano . . . . .	317
O Cardeal Pacelli . . . . .	327
No Hotel Plaza . . . . .	333
Se Aretino contasse . . . . .	343
A família imperial brasileira . . . . .	349
Misturas Mussolinianas . . . . .	363
O Conde Ciano . . . . .	371
Reflexões sobre o fascismo e a aliança ítalo-alemã . . . . .	379
O Corpo Diplomático em Roma . . . . .	383
Chuviscos que não molham . . . . .	391
Miscelânea romana . . . . .	393
Relembrando um amigo . . . . .	399
Polêmica . . . . .	403

## EM BERLIM

Paris caminho para qualquer posto . . . . .	405
O Embaixador das Graças . . . . .	409
Berlim, 1936 . . . . .	411
Falemos ainda de Hitler . . . . .	419
<i>Words, words...</i> . . . . .	423
Personalidades em foco . . . . .	427
Encontros . . . . .	437
Jogos Olímpicos — 1936 . . . . .	441
Celebrações nazistas . . . . .	445

## EM LISBOA

A caminho de Lisboa . . . . .	449
Vida social . . . . .	453
Falemos de Salazar . . . . .	459
Rua Antônio Maria Cardoso 8 . . . . .	463
Carnaval . . . . .	475
Corpo Diplomático . . . . .	477
Impressões . . . . .	483

## NO RIO DE JANEIRO

Brasil, 1939-1940 . . . . .	489
-----------------------------	-----

## EM BUENOS AIRES

Primeiros tempos . . . . .	499
Callao 1555 . . . . .	507
A vida em Buenos Aires . . . . .	521
O Corpo Diplomático . . . . .	529
Intercâmbio . . . . .	533
III Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores . . . . .	539
Brasil-Argentina . . . . .	549
Desentendimentos . . . . .	559

## EM COPENHAGUE

Intervalo carioca . . . . .	567
Primeiros dias . . . . .	569
Travo conhecimento com a cidade . . . . .	571
Primeira audiência com o Rei Cristiano X . . . . .	573
Original nota diplomática . . . . .	577
Uma troca de cartas entre dois sujeitos bem humorados . . . . .	579
Maurice Chevalier . . . . .	585
Como pensam ou não pensam os dinamarqueses . . . . .	587
Judeus no Brasil . . . . .	591
Em casa dos Príncipes Viggo . . . . .	593
Em duas legações . . . . .	597
Jantar na Legação da Inglaterra . . . . .	601
Miscelânea . . . . .	605
Jantar na Legação dos Estados Unidos . . . . .	609
O caso espanhol . . . . .	613
Conversa à distância . . . . .	615
Um propagandista do Brasil . . . . .	617
Em casa de Viggo Carstensen . . . . .	619
Motivos pelos quais a Dinamarca foi invadida e ocupada pelos alemães . . . . .	621
Ignorância . . . . .	623
Jantar no Palácio Real . . . . .	625
Uma figura que desaparece . . . . .	629
O Ministro do Chile . . . . .	631
Nova miscelânea . . . . .	635
Engano . . . . .	639
Quiproquós . . . . .	641
<i>Cocktails</i> . . . . .	643
Mais uma nota diplomática . . . . .	647
Outro jantar real . . . . .	649
Diplomatas hispano-americanos . . . . .	651
Mrs. Marvel . . . . .	653

Raciocínio dinamarquês . . . . .	655
Um Rei de menos . . . . .	657
Invenção . . . . .	661
Audiência sem proveito . . . . .	663
Almoço na Embaixada de França . . . . .	665
Proposta de Summer Welles . . . . .	667
O que pensa um estrangeiro sobre os dinamarqueses . . . . .	671
De como uma coleção de discos de música brasileira, expedida pelo Itamaraty para a Legação do Brasil em Copenhague a 7 de outubro de 1947, pela “mala comum” do Ministério, não foi na realidade expedida . . . . .	673
De como o choro nº 10 de Vila-Lobos deixou de ser executado em Copenhague por uma orquestra de 72 músicos . . . . .	675
Diversos . . . . .	677
A Dinamarca toma conhecimento de um livro brasileiro . . . . .	679
Escândalo . . . . .	681
Novos quioproquós . . . . .	683
Comentários . . . . .	685
Chegam outros hispano-americanos . . . . .	687
Embaixadores dos Estados Unidos . . . . .	689

#### EM OTTAWA

Um chapéu de Chile, também chamado do Panamá, mas que é do Equador . . . . .	693
--	-----

#### EM LISBOA

Estudante metido a mestre . . . . .	695
Cão de guarda... que não guarda . . . . .	699
Aqui e acolá . . . . .	701

NOTAS . . . . .	709
-----------------	-----

*Viver na História é esquecer o que é  
na convivência do que foi.*

(Carta de Eça de Queiroz a Oliveira Martins).



# Liga das Nações

## A Delegação Permanente em Genebra

---

Quando Félix Pacheco assumiu a pasta das Relações Exteriores, em novembro de 1922, estabeleceu, como um dos fins de sua administração, a obtenção para o Brasil de um lugar permanente no Conselho da Liga das Nações. Ocupávamos então ali, desde a organização da Sociedade, em seguida à paz de Versalhes, um lugar temporário. Mas nunca nos havíamos dado por satisfeitos com a precariedade dessa posição, sujeita às incertezas das relações periódicas. Já no governo anterior, de Epitácio Pessoa, quando Gastão da Cunha era o representante do Brasil no Conselho da Liga, havíamos pleiteado transformá-la em permanente. Mas nossos esforços, nessa ocasião, haviam resultado inúteis, menos pela oposição das grandes potências diretoras da Liga do que por falta de um trabalho adequado de nossa parte.

Sabedor disso, pareceu a Félix Pacheco que lhe seria possível encaminhar o assunto noutra direção, obtendo para o governo de Arthur Bernardes e para sua própria administração no Itamaraty o que não conseguira Epitácio Pessoa e o seu Ministro do Exterior. Nesse pressuposto, preparou um programa de ação diplomática.

Um dos principais pontos desse programa foi a instalação em Genebra de uma delegação permanente do Brasil junto à Liga das Nações, espécie de embaixada ordinária, destinada não só a patentear o interesse que dispensávamos ao instituto genebrino, como ainda a centralizar e coordenar todo o trabalho de nossas missões diplomáticas ordinárias em prol de um assento permanente no Conselho. Éramos a primeira nação que instalava em Genebra uma delegação permanente.

Essa decisão implicava para nós numa grande responsabilidade, e não sei se o Itamaraty de então estava na altura de levá-la adiante. Sobretudo com o corpo de funcionários que cercava Félix Pacheco desde sua nomeação para Ministro do Exterior, burocratas já meio enferrujados, dos quais não podia esperar grandes coisas. Já nessa época Tobias Monteiro me escrevia de sua casa em Petrópolis – *Bela Vista* – a 24 de dezembro de 1923: “No Itamaraty, que me parece um campo um tanto abandonado, não sei como um Ministro possa fazer algo de eficaz ali.”

A chefia dessa Delegação foi dada a Afrânio de Melo Franco, deputado federal por Minas Gerais, partidário político e amigo pessoal do Presidente Bernardes. Era,

assim, o que se chama um “homem da situação”, e revestido, por esse lado, do prestígio necessário para o bom desempenho daquele cargo. Fazia pouco, voltara de Santiago do Chile, onde presidira a Delegação do Brasil à V Conferência Panamericana. Não sendo um diplomata de carreira, muito embora a tivesse iniciado, como 2.º secretário em Montevidéu, ao tempo de sua mocidade, mas para logo depois abandoná-la, Melo Franco era, contudo, conhecedor dos problemas internacionais; e, dentro de seus conhecimentos jurídicos, podia ser tido, com justos motivos, um mestre em Direito Internacional. É dizer que por esse lado preenchia também as condições do novo cargo.

Não preenchia menos por suas qualidades de educação, a lhanza de trato, a simpatia pessoal, que chamarei quase de irresistível, e por tudo o que dele fazia um verdadeiro homem de sociedade. Tinha, além do mais, para a difícil missão que lhe confiavam, a vantagem de ser um espírito transigente, sem arestas, afeiçoado aos processos suasórios, sempre pronto a procurar uma solução satisfatória, que, sem quebra da dignidade de cada um, desse a todos a satisfação da coisa alcançada.

A designação de Melo Franco foi, portanto, em todos os sentidos, a mais feliz, e nenhum homem político no Brasil reunia talvez, naquela ocasião, tantas qualidades para o desempenho do cargo — nem mesmo Raul Fernandes com toda a força de sua inteligência, mas que tinha, sobretudo, contra si a circunstância de não ser considerado um *amigo* do Governo, isto é, de estar afastado, politicamente, do Presidente da República.

A única restrição que se podia fazer à designação de Melo Franco para aquele cargo era a falta de certas condições para dirigir uma Delegação numerosa e heterogênea como aquela que se iria instalar em Genebra, verdadeiro saco de gatos, com homens de todos os matizes, de todas as condições e, mesmo, sem condição alguma. Talvez lhe faltasse para isso autoridade pessoal. Não no sentido de que o Governo não lhe desse essa autoridade, ou ele não a impusesse por suas qualidades de caráter; mas porque tinha para tanto a energia precisa. Com sua natureza tolerante, seu espírito de renúncia, sua pouca propensão para o mando ou para a aplicação de medidas prontas e enérgicas, ele se iria ver em certas dificuldades para manter a necessária coesão dentro da Delegação, e essa falta de unidade não deixaria de se refletir, até certo ponto, na eficiência de nossos trabalhos.

Não influiu, em todo caso, ou quase não influiu na finalidade de nossa política na Liga, que, se não alcançou o fim desejado, não foi porque Melo Franco não tivesse feito para isso tudo o que tinha o dever de fazer, não desse a parte melhor de seu talento, de sua cultura, de sua vontade de acertar e de todos os seus predicados pessoais. Nesse sentido ele foi inexcusável. Chamado a defender uma causa difícil, quase direi ingrata, comportou-se à altura das circunstâncias, não perdendo jamais o controle de si mesmo, a serenidade de seu julgamento e a elegância de suas atitudes. E se dentro da Delegação, no foro interno da nossa chancelaria, não quis nem sempre exercer sua autoridade de chefe para colocar cada um em seu lugar, com receio, possivelmente, de dividir ainda mais aquele pequeno mundo de interesses divergentes, nunca, em todo caso, um de nós lhe faltou sequer um instante ao respeito que todos lhe devíamos pela dignidade de sua pessoa, a retidão de seu caráter e a bondade de seu temperamento.

Numa reunião promovida pelo Instituto dos Advogados do Rio para homenagear Melo Franco, que já não existia, tive ocasião de pronunciar as palavras que vão abaixo, rendendo a justiça de que ele era merecedor:

“Conheci Melo Franco em Genebra, quando ele apareceu ali nomeado Chefe da Delegação Permanente do Brasil na Liga das Nações. Foi talvez a missão mais difícil e seguramente a mais tormentosa de quantas desempenhou no estrangeiro. Há nela traços ainda inéditos, mas que podem ser tidos por verdadeiramente trágicas.

Durante cerca de quatro anos trabalhei a seu lado, e só o deixei quando o barco da nossa Delegação, fazendo água por todos os lados, sossobrou batido pelas ondas daquele mar proceloso que eram os interesses, as ambições e as manobras ocultas das potências que dirigiam então os destinos da Europa.

Tive, pois, a fortuna de estar ao lado de Melo Franco durante toda a sua atuação em Genebra, e de ser, assim, a testemunha de tudo que ele fez ali pela defesa da causa que lhe deram. Essa causa era a mais difícil, quase direi ingrata, e se afinal a perdemos, não penso que qualquer outro, nas circunstâncias em que ele se encontrou, tivesse podido ganhá-la. Chamado, em todo caso, a defendê-la quando todos ou quase todos os fatores estavam contra nós, ele se comportou como um velho chefe, não perdendo jamais o controle de si mesmo, a serenidade de seu julgamento e a elegância das suas atitudes. Fez em Genebra tudo o que tinha o dever de fazer, dando para isso a parte melhor do seu talento, de sua cultura e de sua vontade de acertar.”

Na confusão daquele ambiente perturbado pelo jogo de interesses das grandes potências européias, alvo ele próprio de toda a conspiração que se armou contra nós, nunca o vi perder sua serenidade habitual, aquele sorriso confiante e acolhedor, seu bom-senso e o equilíbrio de todas as suas faculdades. Foi graças a esse bom-senso, a essa serenidade ao mesmo tempo corajosa e altiva, que pudemos deixar Genebra de cabeça erguida, derrotados, é certo, mas com a moral elevada, com a consciência tranqüila e a certeza de que havíamos defendido a boa causa.

Um dia há de se escrever a história de tudo isso, a história verdadeira, e ver-se-á que nossa saída da Liga das Nações não teve o aspecto simplório de um mero incidente de política exterior, como se quis até hoje apresentar, ou de uma ambição insatisfeita; mas foi sobretudo o resultado da incapacidade dos homens que dirigiam a política internacional européia de compreenderem os problemas que eles próprios haviam criado, e que afligiam então aquele mundo de misérias e de mal-estar oriundo da primeira Grande Guerra.

Nessa ocasião é que se há de fixar definitivamente o papel de Melo Franco em Genebra, toda a luta interior que esse homem teve que travar consigo mesmo, por vezes até contra sua consciência internacional, para tentar fazer compreender aos senhores feudais que punham e dispunham dos destinos da Europa que a causa do Brasil não era afinal senão a de todos os países novos, de todo o mundo de amanhã, no fundo, de todas as jovens democracias americanas, que aquele cenáculo de bonzos europeus teimava em desconhecer, numa teimosia tanto mais desastrada quanto eles cavavam, com essa obstinação, o abismo em que teriam de ser um dia soterrados. Sob este sentido o fracasso do Brasil em Genebra não foi senão a derrota da própria política da Liga.

Se esta saiu naquela ocasião aparentemente vitoriosa, a verdade é que já trazia em seu bojo os primeiros germes do cataclismo que iria explodir daí a anos, com todas as suas trágicas conseqüências. Melo Franco foi dos poucos que compreenderam isso quando, à frase de Briand, que encarava a saída do Brasil como uma simples crise de crescimento da Liga, respondeu: “Não, é o primeiro sintoma da sua paralisia.”

Não seria justo se não dissesse que uma parte do respeito e da simpatia que dispensávamos a Melo Franco se devia também ao ambiente acolhedor que encontrávamos em sua casa da Praça Claparède, que poderei bem dizer, usando uma expressão trivial, estava florida pelo encanto das suas quatro filhas — Amelinha, Maria do Carmo, Zaíde e Anah, as mais legítimas representantes da graça, da beleza e dos melhores dotes de educação da brasileira. Elas foram inexcusáveis em fazer do lar do Chefe da Delegação a casa de todos nós, de colocar-nos ali sempre à vontade, numa atmosfera de bem-estar espiritual que será difícil encontrar melhor. De minha parte tive nelas a mais cativante das companhias; e, quando o vento frio dos Alpes soprava lá fora nas avenidas desabrigadas, quando a neve cobria de branco o casario da cidade, tornando penoso o tráfego nas ruas, era no concheço da grande sala da frente da casa da Delegação que eu encontrava as minhas melhores horas de Genebra, na companhia dessas moças em quem não sabia o que mais apreciar, se a inteligência privilegiada de que eram dotadas, privilégio que era um pouco da família, se os seus predicados de educação e de cultura, pouco comuns em pessoas de suas idades, se, enfim, o encanto e a beleza de cada uma delas.

Mais tarde seguiriam todas o caminho de seus destinos. Uma ficou entretanto no meio da jornada, chamada prematuramente pela vontade do Criador, justamente a mais velha, que, desde que perdera a mãe, a esta substituíra na tarefa mais do que difícil de educar o mundo infantil de suas irmãs. Desejo render aqui a homenagem de meu respeito à memória dessa moça exemplar tão cedo roubada ao nosso convívio, e cujo marido, Múcio de Sena, bem digno dela, aliás, não quis o Todo-Poderoso que sobrevivesse por muito tempo à mulher, possivelmente para que a vontade de tê-lo sempre a seu lado, como companheiro inseparável, fosse satisfeita também no reino de Deus.

### XXX

A Delegação Permanente em Genebra era composta de onze pessoas. Um chefe, com categoria de Embaixador, que era Melo Franco; um Ministro-Adjunto, que era Frederico de Castelo Branco Clark; um 1º Secretário, Hildebrando Accioly; dois 2º Secretários, Silvio Rangel de Castro e eu. E os Assessores técnicos, um naval, o Contra-Almirante A. de Sousa e Silva, e um militar, o Major Estevão Leitão de Carvalho; e os civis: Barbosa Carneiro, Eliseu de Montarroyos, Afonso Bandeira de Melo e Paulo Silveira. No nosso primeiro ano de Genebra, 1923, o Assessor naval foi o Contra-Almirante José Maria Penido; Sousa e Silva só viria substituí-lo em meados de 1924. Do mesmo modo, o Coronel Francisco R. de Andrade Neves funcionou no primeiro ano como Assessor militar conjuntamente com o Major Leitão de Carvalho, que o substituiria definitivamente em 1924.

A organização acima era a da Delegação *permanente*. Por ocasião das Assembléias da Liga, no mês de setembro, ela se transformava em transitória, unicamente para a representação do Brasil nessas épocas. Era então acrescida de mais um ou dois delegados. Assim, em 1923 tivemos a mais Raul do Rio Branco, Ministro em Berna; em 1924 e 1925 a Raul Fernandes, Deputado Federal; e na Assembléia extraordinária de março de 1926 a Raul Régis de Oliveira e a Luís de Sousa Dantas, aquele Embaixador em Londres e este em Paris. Tivemos também nessa Assembléia a Caio de Melo Franco, então 2º Secretário em Paris. Eu mesmo só fiz parte efetiva da Delegação Permanente a partir de 1925. Antes dessa data figurei como 2º Secretário unicamente nas Assembléias de setembro. Accioly também só passou a fazer da Delegação Permanente a partir de 1925, quando nos veio do Brasil.

Os últimos a chegarem a Genebra para a Delegação Permanente foram Muniz de Aragão e Mário de Pimentel Brandão, aquele como Ministro-Adjunto, em substituição a Clark, promovido a Ministro em La Paz, e este como Conselheiro de Embaixada, transferido de Bruxelas. Chegaram porém à última hora, nas vésperas de nossa retirada da Liga. Pode dizer-se, assim, que em rigor não fizeram parte da Delegação Permanente, funcionando apenas na Assembléia extraordinária de março de 1926, quando vetamos a entrada da Alemanha na Liga e nos desligamos em seguida do Instituto de Genebra para nunca mais lá voltarmos.

Com relação a mim, há uma citação de Afonso Arinos, no seu livro de memórias, que vem ao caso reproduzir aqui. Diz ele:

“Em certa época veio servir, igualmente como Secretário, removido de Londres, Heitor Lyra. Não me recordo se o futuro Embaixador em Portugal já se preocupava então com a história do nosso Império, de que se tornou, depois, exímio cultor. Lyra era o *enfant terrible* da Delegação. Faiscante e mordaz, muito vibrátil na sua exígua estatura, armava complicados enredos com o calmo Sívio e o obstinado Clark, discussões infundas sobre tudo e sobre nada, nas quais o assunto era menos importante do que a arte do florete falado.”

Outra referência a mim de Afonso Arinos foi feita no prefácio que escreveu, a meu pedido, para o meu livro *História da Queda do Império*, obra em dois volumes editada em São Paulo em 1964, hoje completamente esgotada:

“Conheci Heitor Lyra há precisamente quarenta anos, quando ele veio servir em Genebra, como Secretário da Delegação do Brasil à Liga das Nações, então chefiada por meu pai. Lyra era, como recordei no livro *A Alma do Tempo*, “o *enfant terrible* da Delegação, faiscante e mordaz, muito vibrante em sua exígua estatura”. Em capítulos de memórias por ele próprio publicadas na imprensa brasileira (*O Jornal, do Rio*), lembro-me de que recordou, também, essa fase distante da nossa mocidade. Poucas vezes nos temos encontrado depois, neste quase meio século transcorrido desde nossas conversações, à beira do Léman, sobre Eça e Anatole France. Ele sempre no estrangeiro, onde se fixou definitivamente. ... O fato, porém de andarmos desencontrados nestes quarenta anos não impede que eu lhe haja acompanhado a exemplar vida de funcionário e prosseguimento da sua já consagrada obra de escritor. É por tudo isso que, saudando o ilustre historiador Heitor Lyra, que depois deste grande livro bem poderia sentar-se na Academia Brasileira à sombra de Taunay, de Garcia, de Oliveira Lima ou

de Pereira da Silva, exprimo o meu entusiasmo de leitor pela vitória do meu amigo de mocidade”.

Sentar-me na Academia Brasileira... O meu amigo de infância e de todos os tempos, Rodrigo Otávio Filho, que, em matéria de votos na Academia superava todos os demais colegas, muito insistiu para que eu apresentasse minha candidatura. E eu lhe dizia: “Para que, na idade que tenho e vivendo no estrangeiro? Só me traria uma vantagem: quando eu morresse, teria garantido – e de graça – um túmulo no Panteão dos Imortais, lá para as bandas do cemitério São João Batista. Mas, quando eu morrer, que me enterrem onde quizerem, para o que tenho o dinheiro necessário. Que fique pois a Academia de Letras sem mim, que, pelo baixo nível intelectual da maioria dos seus membros, só tem de letras o nome.

### XXX

Naquele mundo heterogêneo de Genebra, de cavalheiros mais ou menos importantes, havia gente para todos os gostos. E de todos os feitios. Gente excelente, gente boa e gente má. Prestável e imprestável. Havia quem estivesse ali para trabalhar; outros para vadiar, desfrutar apenas um bom ordenado ou a possibilidade de uma boa estada na Europa; outros para atrapalhar, atravancar as salas da chancelaria, remexer em todas as mesas, invadir todas as searas e não se ocupar seriamente de coisa alguma; e outros, finalmente, para intrigar, espalhar e discórdia no seio da Delegação, complicar a situação do Chefe ou quem sabe até se indispo-lo com o governo de Artur Bernardes, que, mais do que qualquer outro, na situação de discórdia intestina em que vivia o Brasil, era sumamente sensível a tão soezes manobras.

A Frederico Clark eu conhecia do Rio de Janeiro, do ano de 1922, quando ele ali aparecera, vindo de Paris, onde era Conselheiro da Embaixada, para chefiar o gabinete do novo Ministro do Exterior, Félix Pacheco, seu amigo e coestadoano. Cargo, aliás, de que foi desalojado pouco depois por Sebastião Sampaio, também amigo do Ministro, sendo Clark embarcado em 1923 para Genebra, com Melo Franco, nomeados sócios fundadores da Delegação Permanente na Liga das Nações. Para Clark foi um grande negócio, pois se livrou da prebenda que era o Gabinete do Ministro, ninho de interesses pessoais os mais diversos e fonte perene de intrigas e mal-entendidos.

Em Genebra, por força da função um pouco sem trabalho que ele tinha na Delegação, cuja chefia era absorvida por Melo Franco e cujo serviço de chancelaria não lhe cabia desempenhar, pouco teve que fazer. Faltou-lhe, assim, oportunidade para revelar seus predicados de diplomata. Sem embargo, sempre foi útil nos trabalhos das comissões, por ocasião das Assembléias de setembro, quando intervinha com um grande senso de oportunidade e conhecimento do assunto. Era um crente sincero e entusiasta nos destinos da Liga, e nesse pressuposto fez tudo quanto pôde para que o Brasil tivesse nela um papel dos mais dignos e uma constante e leal colaboração.

Era para todos nós um companheiro agradável, inteligente e educado, não desmentindo a tradição de fidalguia que tinha na carreira. A boa-fé, que era o traço predominante em sua natureza, o tornava algo ingênuo; e, como gostasse de falar de si, de seus trabalhos, de suas intervenções nos assuntos da Liga, de sua atuação em outros

postos, era julgado por muitos como vaidoso. Nunca o tive como tal, e na espécie de reclame que fazia de si ou de seus trabalhos eu preferia ver, não uma forma de vaidade pessoal, senão apenas um desejo de ser julgado no seu exato valor, o que, infelizmente para ele, não era possível revelar de outro modo, de vez que o campo de sua ação em Genebra era limitado e não dava margem a grandes perspectivas.

## XXX

Promovido a Ministro na Bolívia e com ordem de seguir para o posto, deixou-nos em começo de 1926. Procurou a princípio evitar a remoção, receoso da altitude de La Paz. Embora relativamente jovem e de boa saúde, apesar da preocupação de doença que o dominava, espécie de mania, não era sem temor que encarava a perspectiva de residir a quase quatro mil metros de altura. No fundo, eu não deixava de lhe dar até certo ponto razão, e era talvez o caso de indagar se havia direito de instalar a capital de um país numa altura como aquela, obrigando o Corpo Diplomático estrangeiro, sobretudo os Chefes de Missão, que não eram em geral rapazolas afeiçoados ao alpinismo, a exporem, em semelhantes paragens, a solidez e o bom funcionamento de seus órgãos circulatórios.

Aliás, grande parte dos estados hispano-americanos tinham suas capitais em alturas excessivas, como Quito, Bogotá, México — sem falar nos países da América Central. Essas cidades eram, por isso, a constante preocupação de nossos diplomatas, que evitavam por todos os meios e modos irem para lá, mesmo quando promovidos, como foi o caso de Clark. Alguns conseguiam livrar-se delas a custo, naturalmente, de muito empenho, de muita astúcia e, sobretudo, de muita tenacidade. Foi o caso, por exemplo, de Barros Moreira, que devia falecer Embaixador na Bélgica. Promovido, ao tempo de Lauro Muller, a Ministro residente no Equador (naquela época os Ministros de 2ª classe chamavam-se Ministros residentes) fez tudo para não seguir para o posto. Não houve força humana que o tirasse do Rio de Janeiro. Nem a vontade do Ministro do Exterior, nem os rigores burocráticos dos chefes do Itamaraty conseguiram arrancá-lo das calçadas cariocas. Por fim passaram a chamá-lo, não mais de Ministro Residente no Equador, mas de *Ministro resistente ao Equador*.

## XXX

Andrade Neves, como disse, fazia parte da Delegação por ocasião da Assembléia de 1923. Foi quando o conheci. Logo depois voltava para Paris, onde desempenhava o cargo de Adido Militar à Embaixada. Sempre que eu passava por lá, não deixava de ir procurá-lo. Ia buscá-lo à Avenida Montaigne para tomarmos juntos o chá *Chez Sirdar*, uma pequena sala na Avenida dos Campos Elísios freqüentada sobretudo por mulheres bonitas. É dizer que o ambiente era o mais agradável. Depois que Francisco Thompson Flores se mudou de Londres para Paris, tivemos também a companhia dele. Os dois eram gaúchos, e se conheciam dos pampas desde muitos anos. Eram assim velhos amigos. Tinham, aliás, muitos traços de semelhança, na franqueza de suas atitudes, por exemplo, sem subterfúgios nem dissimulações; na expansão de seus temperamen-

tos, uma expansão às vezes turbulenta, como bons gaúchos que eram, mas sincera e generosa. O feitiço brejeiro de ambos os tornava uns eternos jovens. Eram dessas pessoas que a gente ganha em frequentar porque nos dão da vida, sobretudo, a impressão alegre e otimista, sem pensamentos sombrios que a entristeçam.

Andrade Neves era casado com uma filha do General Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra do Presidente Bernardes. Sua mulher e suas filhas eram a simpatia em pessoa, e ninguém deixava seu apartamento em Paris, à rua Cristovão Colombo 6, sem a satisfação de ter passado ali horas as mais agradáveis, num ambiente profundamente brasileiro. O Coronel começava então a praticar o bridge, de que eu fui, até certo ponto, o inspirador. E, como quisesse afeiçoar também Thompson Flores neste vício mundano e inocente, era na pensão da rua Clément Marot 18, onde este residia com a família, antes de instalar-se na rua Coronel Moll, que travávamos as nossas partidas. Mesmo porque Dona Célia Thompson Flores é quem fazia o *quarto*. Mas minha esperança em Thompson Flores foi logo desfeita. É que ele não deu absolutamente para o jogo. Sua incapacidade de adaptação ao bridge foi a mais absoluta. Não aprendeu sequer a arrumar as cartas na mão, apesar do trabalho de recruta em que o punha Andrade Neves, obrigando-o a fazer e desfazer as cartas. Ao contrário, porém, de Thompson Flores, Andrade Neves fez progressos rápidos e notáveis, e para o futuro se tornaria um grande afeiçoado ao jogo, com a sua roda fixa de parceiros, a princípio em sua casa da rua Voluntários da Pátria, e depois na residência definitiva da rua Bambina.

### XXX

Em José Maria Penido se revia a tradição de cavalheirismo de nossa Marinha de Guerra. Era bem um herdeiro de Saldanha da Gama, de Júlio de Noronha e de Custódio de Melo, para não remontar aos marinheiros do Império, Barroso e Tamandaré entre outros. Quando o conheci, em Genebra, já ele terminava o estágio regulamentar de Adido Naval em Paris, regressando, assim, pouco depois ao Brasil. Veio substituí-lo Sousa e Silva, outro homem em tudo diferente de Penido. Não lhe faltava, é certo, inteligência, e talvez até a tivesse demais, ao menos para torná-lo um homem perigoso. Tão pouco era desprovido de cultura. Mas, fora disso, faltavam-lhe muitas outras coisas. Em Genebra ocupou-se sobretudo de mexericos, para o que tinha grande propensão. Melo Franco, que se sabia alvo de sua malquerença, apenas o tolerava. Mas não ousava reagir. O que lhe valeu foi que Sousa e Silva pouco parou ali. Preferiu desfrutar Paris e outros sítios mais alegres da Europa. Porque Genebra era sobretudo um posto de trabalho e os *fainéants* não tinham ali quartel.

Madame Sousa e Silva pertencia à família Sousa Ribeiro. Inteligente como o marido, não sei se não o superava com os recursos de sua ardilosa imaginação. Ou se o marido não era, em muitas de suas empresas, inspirado sobretudo pela mulher. Formavam os dois, em todo caso, um *team* bastante perigoso para fazer refletir o mais ousado ou o mais confiante em enfrentar situações difíceis. Ela tinha fama de ter sido uma mulher bonita, e ainda no meu tempo de Genebra podia ser tida, sem favor, como uma bela senhora. Essas moças Sousa Ribeiro eram cinco. Todas bonitas. Uma ficou soltei-

ra, e, como não tivesse um marido com o qual pudesse dar asas à sua necessidade de ação, pois que eram sobretudo mexedoras, empregou sua atividade na assistência aos desamparados, praticando incansavelmente o bem. As outras quatro casaram-se, e por sinal com cavalheiros marcados pelo destino, isto é, que venceriam integralmente na vida, devendo todos chegar ao mais alto posto em suas respectivas carreiras. O fato era de assinalar-se. Duas se haviam casado com oficiais da Marinha de Guerra, ambos futuros Almirantes; e duas com diplomatas, futuros Embaixadores. É o que eu sempre digo: cada qual tem seu destino marcado na vida, e é inútil, por vezes, querer contrariá-lo. Por certo essas quatro moças eram, antes de tudo, bonitas, e isso lhes havia facilitado o casamento. Mas não basta ser moça bonita ou inteligente para fazer do marido um Almirante ou um Embaixador, ainda quando trabalhem por isso. Também não basta ser bisbilhoteira. É mister que o destino as tenha marcado no turbilhão de moças bonitas que desfilam por este mundo afora. Com relação à mulher do Almirante Sousa e Silva, contavam as más línguas que a proteção que ele tinha no governo de Epitácio Pessoa se devia ao romance de amor que havia entre sua mulher e o Presidente da República. Ao que alguém que ouviu essa história replicou: “Não creiam nisso! Quem inventou esse romance foi o próprio Almirante!”

## XXX

Andrade Neves foi substituído pelo então Major Leitão de Carvalho, que já fazia parte da Delegação desde sua primitiva organização. Era amigo pessoal de Félix Pacheco, de quem fora instrutor ao tempo em que o Ministro das Relações Exteriores, então simples redator do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, fazia o serviço militar numa das linhas de tiro da Capital.

Conheci Leitão de Carvalho em Genebra, em setembro de 1923, e desde então nos ligamos por uma recíproca simpatia, que ele havia de transformar mais tarde numa verdadeira amizade. Sua casa em Genebra, à rua Michel Chauvet 8, foi para mim um ambiente em que sempre senti tão à vontade quanto em minha própria casa. Tinha o conchego dos lares sãos e acolhedores. Tudo ali seduzia o espírito, desde o arranjo interior das salas até a simpatia dos donos da casa. Como contasse passar uma larga temporada em Genebra, Leitão decidiu instalar-se — mas instalar-se no sentido exato deste termo — fazendo vir de Paris os móveis e tudo o mais necessário para emprestar ao ambiente da rua Michel Chauvet não só um ar de absoluto conforto como até certo requinte de luxo. Não se deixou levar pela preocupação de economias. Isso era de salientar-se porque não exprimia a regra. A simpatia dos donos da casa (não me refiro às suas quatro filhas porque eram então crianças, à exceção da mais velha, já muito compenetrada de seu curso da Escola Normal e com atitudes de uma pequenina grande senhora) revelava *também* uma educação que não era a regra; e, neste particular, a presença de Leitão de Carvalho em Genebra era o melhor atestado de que o exército brasileiro tinha em seu seio oficiais que não se distinguiam apenas por suas qualidades técnicas, mas possuíam também os melhores predicados de sociabilidade, de refinamento mundano e de educação pessoal.

Sua mulher era para nós simplesmente a Dona Laura, em cuja expressão do sorriso, misto de bondade e de inocência, um sorriso que devera ser o mesmo de quando

contava os seus quinze anos de idade, dava a todos nós que lhe frequentávamos a casa a certeza do mais largo acolhimento. Nesse sorriso residia a confiança que nos inspirava a sua amizade, a extrema diligência que punha em tudo que pudesse nos ser agradável, o interesse com que nos preparava aqueles pratos deliciosos que eram a tentação de sua mesa. E, *last but not least*, a benevolência com que perdoava minhas quixotadas no bridge. Porque Dona Laura Leitão de Carvalho, querendo se dar ao luxo de ser completa, era ainda uma exímia jogadora de bridge, como o marido, aliás, mas cada qual com o seu modo de jogar ele com a técnica de engenheiro militar ou de oficial de Estado-Maior, e ela com a astúcia de sua alma feminina. Nas mesas domingueiras da rua Michel Chauvet eu fazia geralmente o terceiro, e o Casais, o bom do velho Casais, um português endinheirado residente desde muito em Genebra, cujo único luxo era o de ser ali o Cônsul honorário do Brasil, fazia geralmente o quarto.

### XXX

Dona Laura era sobrinha da mulher de Machado de Assis. Aliás, única sobrinha do escritor, que falecera sem deixar filhos nem outros herdeiros. Coubera-lhe, assim, todo o acervo da casa do Cosme Velho, com exceção, creio, da biblioteca, que ficou para a Academia Brasileira. Dos objetos que haviam pertencido a Machado e ela tinha em sua sala, lembro-me particularmente de dois: um retrato da bela Julieta Récamier com uma dedicatória autografada não sei mais a quem; e um delicioso óleo que representava uma senhora sentada com um livro aberto sobre os joelhos, deixando transparecer no olhar vago e sombrio o sentimento intraduzível da impressão que lhe deixara um momento a leitura do livro.

Tive ainda a fortuna de conhecer Machado de Assis, quero dizer, de o ter visto mais de uma vez à porta da livraria Garnier, na rua do Ouvidor, onde fazia habitualmente ponto de parada ao cair das tardes, depois que deixava a Secretaria de Viação, onde desempenhava o cargo de Diretor-Geral. Rodeava-o sempre ali um grupo de homens de letras, e recorro ter visto, entre outros, Olavo Bilac, Guimarães Passos e o volumoso Emílio de Menezes. Lembro-me perfeitamente bem de Machado no meio deles, pequenino, trajado de escuro, o rosto moreno guarnecido de uma barba rala e já esbranquiçada, os olhos a brilharem através dos vidros de um pequeno *pince-nez*, do qual pendia, sobre o casaco, um longo fio de cordão preto.

Isso devia ser pouco antes de seu falecimento, aí pelo ano de 1908. Tinha ele então perto de setenta anos, e eu andava na primavera florida de meus quinze anos. Já havia lido *Dom Casmurro*. Devia terminar naquele ano meu curso de preparatórios e fazer no seguinte o meu primeiro de Direito. Foi nessa ocasião que Machado morreu. Ainda me lembro de seu enterro, o cortejo desembocando da rua Marquês de Abrantes, esquina da Praia de Botafogo, onde eu estava postado, pouco adiante de nossa casa. O caixão pequenino era conduzido numa espécie de carreta. Era já tarde, e a luz escassa do dia quase não deixava distinguir o grande número de homens, todos vestidos de escuro, que acompanhavam a pé o enterro. Nessa ocasião eu escrevia uma correspondência para o *Mossoroense*, um jornalzinho do Rio Grande do Norte dirigido por João da Escossia. O falecimento de Machado de Assis, o homem e sua obra literária foram, naturalmente, objeto de uma dessas minhas correspondências, num estilo algo

infantil, e onde eu citava, comovido, o célebre soneto de Machado à mulher morta, à Carolina, que meu parco conhecimento nessas coisas já distinguia como um dos mais belos da língua portuguesa.

## XXX

Mas voltando ao fio da narração: que mais poderei dizer de Leitão de Carvalho? Que era um dos oficiais mais cultos e mais completos que tenho conhecido. É certo que eu não entendia nada de assuntos militares. Meus conhecimentos na matéria não passaram do pouco que aprendi no 3<sup>o</sup> regimento de infantaria, quando prestei, como voluntário de manobras, o meu serviço militar, num tempo em que o Exército estava longe de possuir a disciplina e a eficiência técnica de hoje. Mas sempre me pareceu que Leitão de Carvalho devia ser o oficial ideal para um grande Estado-Maior.

Uma parte considerável de suas qualidades militares foi obtida, penso, no Exército alemão, onde serviu por algum tempo, antes da Primeira Guerra Mundial, com um grupo de jovens oficiais de nosso Exército. Naquela época a tropa alemã era considerada a primeira do mundo, e guardava ainda intatos os louros da vitória de 1870 conquistada ao Exército francês. Estava, assim, na moda. Presidente eleito no Brasil, lá estivera, assistindo suas manobras, o nosso Marechal Hermes da Fonseca, convidado do governo alemão, que no momento era o do Imperador Guilherme II. Um grande retrato do monarca, com a assinatura autografada, figurava numa das salas do Marechal no Rio de Janeiro, à rua Guanabara.

Mas depois veio a guerra de 1914 com a derrota alemã em Compiègne, a destituição do Kaiser e a *débauche* do império alemão. O exército francês, vitorioso, tornou-se objeto de admiração geral, e os militares, mais do que qualquer de nós, os casacas, não podiam deixar de sofrer também a influência dessa vitória. Sem embargo, não creio que isso tivesse podido pesar ou obscurecer o espírito atilado de Leitão de Carvalho, que tinha bastante personalidade para não sofrer influências externas, fazendo-o desprezar o valor da tropa alemã para endeusar freneticamente a francesa, como foi então a moda. Pode ser que seus sentimentos pessoais, suas afinidades de espírito, mas não talvez sua educação militar propriamente dita, fossem mais coincidentes com os dos franceses. Mas sempre o vi fazendo a devida justiça do valor do exército alemão, muito embora reconhecesse na tropa francesa de 1918 qualidades que o outro estava longe de possuir.

Na vida civil ele era um homem que sabia tudo. Conhecia tudo. Entendia de tudo. E tinha para tudo uma resposta adequada ou uma explicação satisfatória. Sua cultura era dessas que irritavam. Gobineau dizia que todo aquele que soubesse grego ou hebraico era tido na França como um insolente porque sabia o que ninguém sabia. A insolência de Leitão de Carvalho estava em que, sendo *apenas* um oficial do Exército, pretendia discutir a vida de Jesus, citando Papini ou Renan, com a mesma soma de conhecimentos com que expunha um plano de Estado-Maior.

## XXX

Hildebrando Accioly chegou do Brasil em dezembro de 1924. Tinha na Delega-

ção o cargo de 1.º Secretário. Pouco antes havia estado em Santiago do Chile como Secretário da delegação brasileira à V Conferência Internacional Americana. Era de uma capacidade de trabalho inexcelável. Por sua cultura geral e por suas qualidades de caráter, das mais sólidas da casa, desfrutava no Itamaraty um respeito como poucos. Espírito independente, nunca foi visto pleiteando ali posições ou comissões remuneradas. Antes as evitava. Modesto por natureza, entendia sempre que não estava à altura da confiança que lhe depositavam os chefes. O difícil, portanto, no seu caso, não era evitar ou afastar suas pretensões aos cargos ou lugares do Itamaraty, como acontecia com relação a muitos, mas conseguir que ele os aceitasse e desse a contribuição de seu valor pessoal e profissional.

Quando Roque Sáenz Peña assumiu a presidência da República Argentina, mandou chamar Enrique S. Pérez para pedir-lhe que aceitasse a pasta da Fazenda. Pérez recusou-a. Fez-lhe ver, em longa exposição, os motivos pelos quais entendia não estar em condições de aceitar o cargo. E acabou por perguntar a Sáenz Peña porque se lembrara dele para Ministro da Fazenda quando nunca desejara o lugar e havia tantos que o aspiravam.

— Precisamente, respondeu-lhe Sáenz Peña, porque procuro um Ministro da Fazenda que me faça, como o Sr., um discurso para recusar o cargo, e não um que me o faça para obtê-lo.

Se era difícil conseguir que Accioly aceitasse os cargos onde ele se tornava necessário, mais difícil era conservá-lo naqueles que entendia não poder conciliar com seu feitiço independente. Foi o que fez quando, por uma questão de princípio, abandonou a situação que desfrutava no gabinete de Azevedo Marques, Ministro do Exterior de Epitácio Pessoa. A mesma atitude iria assumir mais tarde, em outubro de 1932, quando abandonou a chefia do gabinete de Melo Franco. Já então era completa a sua incompatibilidade moral com a ditadura de Getúlio Vargas. Entendia que o cargo de chefe do gabinete do Ministro do Exterior, embora da confiança imediata do titular da pasta, que continuava, aliás, a merecer, não podia deixar de estar integrado num regime a que ele era visceralmente infenso. Por isso o abandonava. Por mais respeitável que fosse essa opinião, eu não compartilhava dela, pois sempre entendi que, sendo atribuição exclusiva do Itamaraty o trato dos negócios internacionais, devíamos afastar dali todo espírito de partido ou de doutrina política, sem preocupar-nos com os homens ou com os governos, aos quais, em rigor, não servíamos, mas sim ao Brasil. Era, aliás, e sempre fora a doutrina do Barão do Rio Branco, que, não renegando seu monarquismo, serviu lealmente à República e a quatro Presidentes.

Hildebrando Accioly foi para mim em Genebra o melhor dos companheiros, e ali selamos uma amizade que já vinha de longe. Trabalhamos sempre em *équipe*, como dizem os franceses, isto é, na melhor harmonia, dentro do mais estreito espírito de colaboração. Está claro que no serviço da chancelaria cabia a ele a parte de maior responsabilidade, a mais importante, direi mesmo a mais pesada. Não porque eu fugisse ao trabalho. Mas é que a natureza absorvente de Accioly, sua necessidade irresistível de estar sempre fazendo alguma coisa, invadia todas as searas, e não era possível negar seiva àquela árvore. Em Genebra trabalhou a todo rendimento, e Melo Franco teve nele, além de um companheiro de uma lealdade à toda prova, um colaborador como

não encontraria igual, sem vaidades nem preconceitos, pronto a aceitar qualquer tarefa, desde que representasse esforço. Copiava à máquina como o mais modesto dos dactilógrafos ou redigia relatórios com a proficiência de um chefe de delegação, pondo em tudo o seu inexcedível amor ao trabalho, seu desejo de fazer o melhor, de chegar ao fim sem desfalecimento, com o mesmo entusiasmo e a mesma probidade com que iniciara sua tarefa.

## XXX

Eliseu de Montarroyos era um antigo oficial de nosso exército, do qual pedira demissão no posto de Capitão e se mudara para Paris. Ali vivia desde alguns anos. Tornara-se um pouco jornalista, e dirigira, creio eu, ou fora redator principal de um jornal brasileiro que se editava em Paris, passando depois para a redação de um diário francês de larga circulação. Falava o idioma francês com absoluta correção, se bem que com sotaque estrangeiro, que no caso era o brasileiro. Mas escrevia-o com a elegância e a sobriedade de um legítimo filho das Gálias. Havendo enviuvado, casara-se em segundas núpcias com uma senhora francesa, de quem tinha um filho francês. E acabara se instalando definitivamente em França, tendo comprado para isso uma pequena propriedade em Carrières-sur-Seine, nos arredores de Paris. É dizer que ele era metade francês e metade brasileiro, brasileiro sobretudo na expansão de seu temperamento, no desinteresse pelas coisas materiais da vida, no idealismo algo ingênuo e na bondade do seu largo coração.

Positivista, discípulo que fora no Brasil de Teixeira Mendes, pertencera ao grupo dos jovens oficiais que seguiam os ensinamentos do nosso Benjamin Constant, isso nos últimos anos do Império e primeiros da República. E apesar do tempo, da idade e do afastamento em que vivia de seus amigos do Brasil e dos novos que soubera fazer em França, mantinha-se fiel à sua doutrina. Aliás, eu nunca acreditei muito, não direi na sinceridade, porque Montarroyos era um homem honesto, mas na profundidade de suas convicções filosóficas. E, porque consentisse a intimidade de nossas relações, mais de uma vez me permitia, para amofiná-lo, levar ao ridículo os nossos Positivistas, inclusive a história mais do que outra pitoresca de terem eles comprado, por meio de uma subscrição, a casa em que tinha morrido em Paris Clotilde de Vaux, a companheira de Augusto Comte, para transformá-la numa espécie de santuário, casa que depois se veio a saber que nada tinha que ver com a deusa do Positivismo, visto como a casa verdadeira, aquela onde de fato ela tinha vivido era outra, situada embora na mesma rua. Haviam se enganado de número! Montarroyos não se agastava com isso. É porque era um espírito tolerante, extremamente liberal. Admitia todas as contradições, e, embora discutisse todas as opiniões, respeitava a dos outros sem querer jamais impor as suas.

Sua inteligência sempre viva, sua cultura, a bondade de seu coração tornavam mais agradável a convivência com ele. Uma recíproca simpatia nos unia. Tendo alugado uma casa na rua Bonivard, num arrabalde pitoresco de Genebra, ali nos avistávamos com frequência, não só para as tertúlias, como para saborearmos os pratos que nos preparava sua senhora, que, como boa francesa, tinha a cozinha como uma das principais condições do saber viver. Não eram mais frugais os almoços em sua casa perto de Paris,

em Carrières-sur-Seine, onde se desfrutava, além do prazer da mesa e da excelente biblioteca de Montarroyos, situada no primeiro andar, uma das mais pitorescas vistas dos arredores de Paris, dominando todo o vale risonho do Sena.

Depois de nos retirarmos de Genebra, Montarroyos foi o único dentre nós que não cortou definitivamente os laços com a Liga das Nações, pois ficou como representante do Brasil no Instituto de Cooperação Intelectual, organismo, como se sabe, filiado à Liga, embora com sede em Paris, no antigo Palais Royal, e sustentado pelo Governo francês. Ali o vi pela última vez, quando passei pela capital francesa a caminho da Alemanha, em fevereiro de 1936. Soube mais tarde que havia perdido a senhora. E pouco depois foi a vez dele. Eu estava nessa ocasião no Brasil, e não pude prestar outra homenagem à memória do meu amigo que não fosse inclinar-me respeitoso diante da vontade suprema do Criador.

Quando representante do Brasil no Instituto de Cooperação Intelectual, Montarroyos tinha como auxiliar um rapaz, positivista como ele, que se chamava Paulo Carneiro. Desempenhando uma função modesta, era contudo inteligente e ambicioso. Assim que, à força de pedidos, de curvaturas e de sorrisos junto aos homens do Governo brasileiro, foi galgando, pouco a pouco, os degraus da vida até chegar a ter categoria de Embaixador, com remuneração igual aos Embaixadores de carreira. Conhecido por suas idéias esquerdistas, foi exonerado, após a revolução de 1964, do cargo de representante do Brasil na Cooperação Intelectual. Ainda vive, com residência fixa em Paris.

### XXX

Barbosa Carneiro acumulava o cargo de Assessor Técnico da Delegação com o de Adido Comercial em Londres, que exercia, aliás, apenas no papel. A começar que residia em Paris, à avenida Trudaine. Nos quase três anos que reside em Inglaterra não apareceu ali uma só vez. Dizia que o clima de Londres lhe era hostil, o que até certo ponto se justificava. O que de todo não se justificava é que continuasse a exercer *em Paris* o cargo de Adido Comercial *em Londres*.

Aliás, esses cargos nunca passaram entre nós de simples sinecuras. Raros foram aqueles que o levaram a sério ou estavam à altura de suas finalidades. Não passavam em geral de mero meio de vida para uns cavalheiros amáveis, sem dúvida, mas que entendiam tanto de assuntos comerciais ou econômicos do Brasil como de sânscrito ou de indostano. Em Paris, durante muitos anos, foi Adido Comercial do Brasil o Chico Guimarães, de face risonha e coradinha, cheio de trejeitos, conhecido sobretudo como o padrasto de Dona Laurinda Santos Lobo, uma das *leaders* sociais do Rio de Janeiro de então, cuja influência mundana por certo o sustentava em Paris. Seus conhecimentos comerciais não iam além, creio eu, dos que podia lhe ensinar a proprietária de uma casa de modas ou de objetos de arte em Paris, e com a qual vivia. E toda a atividade de Chico Guimarães se resumia em tomar chá, cada tarde, nas salas elegantes da capital; ou então de cuidar de seu corpo, de sua pele rosada, das linhas de suas roupas. Se os interesses comerciais do Brasil lhe houvessem merecido a mesma atenção que a sua saúde de eterno jovem, nossas relações com a França teriam tomado rumo surpreendente,

porque não sei de outro homem que apresentasse, em sua idade, tão sadia e risonha mocidade.

### XXX

O que se passava em Paris com relação ao nosso Adido Comercial, dava-se geralmente nos outros postos. Em Berlim, por exemplo, cujo cargo fora confiado a Joaquim de Sousa Ribeiro, que de 3<sup>o</sup> oficial da Secretaria de Estado, quer dizer, do cargo mais modesto do quadro do Itamaraty fora guindado, graças às suas ligações de parentesco com os familiares do Catete ao tempo de Epitácio Pessoa, a Adido Comercial no país com o qual mantínhamos na Europa o maior intercâmbio de comércio. A única relação que se podia encontrar entre o cargo de Adido Comercial em Berlim e Sousa Ribeiro era o fato de este ter sido empregado numa loja de sapatos da rua Uruguaiana antes de entrar para o Itamaraty. Mas não sei, em verdade, até que ponto os sapatos Polar ou Ipiranga podiam interessar os importadores alemães.

Em Roma, nosso Adido Comercial foi durante muito tempo Deoclécio de Campos, pessoalmente um excelente homem, de grandes virtudes, pai de família exemplar, mas cuja nomeação para este cargo se devia unicamente ao fato de haver perdido a cadeira de Deputado Federal pelo Pará e não ter ou querer ter no Brasil outro meio de vida. E, depois que foi aposentado, deram aquele cargo a Luiz Sparano, o mais prestativo dos homens, é certo, mas cuja boa vontade, por maior que fosse, não bastava para transformá-lo de doutor em medicina, que era, em especialista de assuntos econômicos e comerciais. Em matéria de economia, entendia sobretudo a sua própria, não no sentido de usúria, mas antes, pelo contrário, de querer e poder gastar à vontade, multiplicando para isso os seus já avultados haveres. Falava o português com sotaque italiano. E como se tivesse casado com uma senhora italiana de Gênova, da família Pareto, e se alistado por ocasião da Primeira Grande Guerra nas tropas italianas, muitos no Itamaraty o tomavam por italiano. Mas ele negava esta versão dizendo que havia nascido no Rio Grande do Sul, e, se tomara parte na guerra com os italianos, o fizera, não como combatente, mas simplesmente como médico. Osvaldo Aranha, que o conhecia de longa data, dizia que Sparano de fato nascera no Rio Grande. “É filho de um padre de São Borja”, dizia.

Mas fosse italiano ou não fosse, o fato que se dava com relação à Itália era realmente desconcertante: que nosso Adido Comercial tinha sua sede e, portanto, o centro de suas atividades em Roma, a menos comercial das grandes cidades italianas, onde não havia uma fábrica sequer, nenhum estabelecimento comercial de importância, que não era porto de mar nem tão pouco um centro de comunicações ou de intercâmbio comercial. De modo que toda a atividade do Adido Comercial ali se resumia em ir ver o Papa na Catedral de São Pedro, meditar sobre as ruínas do Foro Romano ou evocar entre as altas muralhas do Coliseu o martírio dos primeiros Cristãos.

Esse critério de confiar os interesses comerciais do Brasil no exterior a homens que eram os menos indicados para a função, e que podiam entender de todos os assuntos menos o do cargo para que eram nomeados, foi de ontem, é o de hoje e será possivelmente o de amanhã, mude o Brasil seus governantes com revolução ou sem revolu-

ção, sucedam-se no Itamaraty os Ministros das Relações Exteriores ou façam-se ali quantas reformas se fizerem. Tivemos em Paris, durante algum tempo, como Adido Comercial, um poeta gaúcho; em Madrid, um fazedor de biografias romanceadas; em Buenos Aires, um revolucionário, ex-tenente de cavalaria; em Capetown, um médico; em Washington, um que não era poeta, nem fazedor de biografias romanceadas, nem ex-tenente de cavalaria, nem médico. Em suma, não era nada, senão um guapo cavalheiro de voz tonitruante e que queria ser árbitro de elegância... nos pés; porque insistia em usar polainas de fustão branco.

### XXX

Com relação a Barbosa Carneiro, se ele não desempenhava o cargo de Adido Comercial em Londres, em compensação procurava quanto possível ser útil em Genebra, como Assessor Técnico da nossa Delegação. É certo que nunca soube, em rigor, qual a sua *técnica*, além da de agradar aos poderosos, para o que tinha, de fato, grandes recursos. Casado com uma senhora de nacionalidade russa e residindo desde muito no estrangeiro, tinha hábitos de vida internacional, o que não deixava até certo ponto de ser vantajoso no ambiente cosmopolita de Genebra. Tinha um falar melífluo e fanhoso, que Gastão da Cunha dizia ser a voz dos castrados da Capela Sixtina. Homem educado, inteligente e de trato agradável. Toda a sua ambição era entrar para o Corpo Diplomático, para que, aliás, sempre me pareceu que tinha mais propensão do que para Adido Comercial. À força de paciência, de muita tenacidade e de não poucas curvaturas, sempre conseguiu realizar essa ambição: foi despachado Ministro em Atenas a fim de meditar à sombra dos mármore patinados da Acrópole.

Não sei se ele era um *castrado*, no dizer de Gastão da Cunha. Quem poderia dizê-lo era a mulher. Em todo caso não tinham filhos. Raul Fernandes, que nesse tempo era viúvo, andava arrastando a asa à mulher, que, além de ser russa, era grande e possivelmente bonita. Mas não sei se colhia com ela algum fruto. Ele gostava muito de mulheres, o que era louvável, ainda quando se apanhavam algumas decepções. Não sendo propriamente um *homme à femmes*, sabia entretanto como apanhá-las. Depois que lhe morreu a mulher, que era nascida Magalhães Calvet, irmã ou parenta, se não me engano, do meu colega João Calvet, pois esta família, com a de Raul Fernandes, era da cidade de Vassouras, ele iria casar-se com uma rumena. Mas também não foi feliz com este segundo casamento, pois a mulher morreria na Suíça, vítima de uma tuberculose. Casou-se então Raul com uma irmã dela, a boa, inteligente e muito prendada Dona Lucy, que eu teria o prazer de conhecer em 1950, quando Raul Fernandes era Ministro do Exterior, e eu fui ser, removido da Dinamarca, Chefe do Departamento Político e Cultural. Com a vida metódica que tinha, Raul iria morrer pouco depois de completar noventa anos de idade. Viúva, Dona Lucy não desprezaria as amizades do marido, entre as quais a minha modesta pessoa, até que chegou também para ela o dia de deixar este mundo.

Afonso Bandeira de Melo e Paulo Silveira eram outros dois técnicos. Não se podia dizer que faltassem técnicos à Delegação. O difícil era classificá-los. De Bandeira de Melo só saberei dizer que era um cavalheiro finamente educado, de máscara morena de

hindu, cabelos negros e escorregadios, que falava o português entremeado com frases francesas. Era casado com uma senhora do ramo endinheirado dos Monteiros de Barros, de São Paulo, e fazia um particular alarde de seus sentimentos monárquicos. Se voltássemos a ter no Brasil um imperador, ele seria seguramente camarista de Sua Majestade, para o que tinha, aliás, grande tendência. Mas, como não tínhamos imperador, contentava-se em ser Secretário-Geral do Conselho Nacional do Trabalho, além de assíduo passageiro de primeira classe do *Massilia* e do *Lutecia*, os dois barcos franceses que faziam a viagem do Brasil à Europa.

A coisa mais engraçada da Delegação era Paulo Silveira figurar ali como *assessor técnico*. A verdade é que nunca ninguém soube a quem assessorava, nem que técnica possuía, a não ser a do jornalismo de escândalo. Em Genebra era como o nosso pasquino. Ninguém escapava à sua irreverência, à sua mordacidade, à sua absoluta falta de respeito por quem quer que fosse, inclusive por si próprio. Certa vez observou-nos que seu pai havia morrido tuberculoso, que seu irmão tinha morrido igualmente tuberculoso, e que por tanto ele devia chamar-se, não Paulo Silveira, mas sim Paulo de Kock. Era inigualável para dar um apelido, para salientar os traços ridículos de uma pessoa, para emprestar um qualificativo. Por isso todos o temiam na Delegação, a começar pelo chefe, que, embora seu concunhado (Elsa, mulher de Paulo Silveira, era irmã da mulher de Melo Franco, falecida em 1919, quando da chamada epidemia de gripe espanhola, e ambas filhas do extinto político mineiro Cesário Alvim), não escapava ao espírito irreverente de Paulo. Aliás, não sei, no fundo, a quem mais temia Afrânio, se ao Paulo, se à mulher deste. Eram ambos inteligentes, com os mais inesgotáveis recursos de imaginação. Sendo duas naturezas opostas, confundiam-se ou completavam-se na mordacidade de seus temperamentos. Elsa, que só conheci nessa ocasião, dava o justo valor ao meu feitio e respeitava-me. E se tornaria depois uma grande amiga minha, amizade que se estreitaria em Roma, depois de 1928. Paulo, apesar de escrever com facilidade e tirar do que escrevia um parte do necessário para o sustento seu e da família, tinha, por vezes, acessos de preguiça que o levavam a não fazer nada. Mas Elsa, que encarava a vida com maior realidade e não se conformava com esse *farniente* do marido, para obrigá-lo a escrever encerrava-o num quarto fechado à chave, só o deixando sair depois que escrevesse qualquer coisa aproveitável para ser publicada. Era o mesmo que fazia Madame de Caillavet com Anatole France: *Par dévouement*, dizia a Duquesa de Clermont-Tonnerre, *elle tyrannisait le Maître paresseux et l'enfermait pour l'obliger à écrire. Les lettres françaises lui doivent une grande reconnaissance.*

## XXX

Conheci Raul Fernandes em Londres, por ocasião de sua curta estada na capital inglesa, em agosto de 1924. Pouco antes havia perdido a situação política que desfrutava no Estado do Rio, inclusive a presidência do estado, de onde fora apeado por um golpe de força do Presidente da República, que era Artur Bernardes. Apesar de haver sido regularmente eleito para o cargo, foi dali expelido em menos de vinte e quatro horas, somente porque não comungava com a política do Presidente da República. Nilo Peçanha é quem dizia que para o Governo Federal intervir no Estado do Rio só

precisava de um ofício datilografado e de 400 réis: o ofício para comunicar ao Presidente do Estado a sua deposição e os 400 réis para o pagamento da passagem do portador do ofício na barca de Niterói. Ricardo Pinto, que lembra essa frase de espírito de Nilo Peçanha, acrescenta que geralmente, quando o portador ia levar o ofício ao interessado, já o encontrava no Rio como presidente deposto — porque este voltava o mais das vezes de automóvel. Penso que foi talvez o caso de Raul Fernandes, que, apenas cientificado pelo Governo Federal de que devia deixar a presidência do estado, arrumou depressa a maleta e voltou para o Hotel Glória, no Rio, onde de fato residia, bem satisfeito, aliás, por se haver libertado da dobadoura que era aquele cargo e de todas as maçadas que ele dava, e que não iam nada com seu feitio comodista e algo displicente.

E tanto que não se zangou com o golpe que lhe deu o Governo Federal que aceitou pouco depois, como uma espécie de ficha de consolação, uma viagem à Europa sob o pretexto de coordenar o trabalho das nossas Missões Diplomáticas em prol de um lugar permanente para o Brasil no Conselho da Liga das Nações, mas penso que na verdade para compensar a perda da presidência do Estado do Rio e sair um pouco do Brasil, onde era até certo ponto, naquela ocasião, um homem incômodo, politicamente falando, espécie de rei destronado, que a gente não sabe onde colocar.

### XXX

Pouco tempo, porém, estive Raul Fernandes em Londres naquela ocasião, nada mais que dois ou três dias. Foi assim que só no fim desse ano, em Genebra, quando apareceu ali como um dos Delegados do Brasil à Assembléia da Liga, pude conhecê-lo de perto, privar um pouco com ele e apreciar-lhe a bela e lúcida inteligência, sua cultura e extraordinária clareza de seu raciocínio. Tenho conhecido muita gente inteligente, mesmo inteligências que podem ser tidas como privilegiadas, e ali mesmo em Genebra tinha Afrânio de Melo Franco, sem favor uma das mais lúcidas cabeças do nosso mundo político de então. Mas nenhuma se me afigurou tão pujante como a de Raul Fernandes. Surpreendeu-me a facilidade, verdadeiramente excepcional, a clareza de seu raciocínio, a lógica e justeza de seus argumentos, tudo isso a serviço de uma cultura sempre nova e de uma memória privilegiada.

Sem rendas próprias com que pudesse sustentar-se, pois pertencia a uma modesta família de Vassouras, advogado obscuro, e despojado, ainda por cima, da única atividade que lhe proporcionava recursos, a política, é claro que Raul Fernandes tinha que pensar no futuro. Candidatou-se então a um lugar de Cônsul do Brasil. O emprego era modesto, se se levassem em conta os incontestáveis méritos do candidato e os cargos que desempenhara antes no Brasil e no estrangeiro; mas sempre lhe daria uns dias traquillos e em todo fim de mês umas dezenas de libras sacadas contra a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Londres. “Preciso dele para comer”, disse-me certa vez, referindo-se ao ambicionado lugar de Cônsul.

Quando, pouco depois, correu a notícia de que Domício da Gama seria aposentado, as ambições de Raul Fernandes voltaram-se para a Embaixada em Londres. Parece que contava para isso com o apoio prometido de Melo Franco. Grande, pois, foi sua

decepção quando soube, ainda em Genebra, que o lugar tinha sido dado a Raul Régis de Oliveira. Toda a *ilusão diplomática* de Raul Fernandes se desvaneceu como o orvalho nas manhãs de primavera. Ficou muito queixoso de Melo Franco por tê-lo largado no meio do caminho, e tanto mais quanto atribuiu a ida de Régis para Londres a pedido ou intervenção de Melo Franco. “Desfez com a mão esquerda o que fez com a direita” — foi a frase de que usou em carta a este, e que me foi repetida pelo próprio Melo Franco, que acrescentava não ter Raul Fernandes de qualquer modo razão.

### XXX

Desfeito o sonho da Embaixada em Londres, as esperanças de Raul Fernandes voltaram-se então para uma sugestão de Sir Eric Drummond, Secretário-Geral da Liga das Nações, logo ratificada pelo Conselho, de ele ir ocupar o lugar vago de Consultor Jurídico da Liga. O cargo era do maior destaque, e só a lembrança do nome do Delegado brasileiro para preenchê-lo era o melhor atestado de suas qualidades de internacionalista e do conceito que gozava nos altos escalões da Liga.

De fato ele desfrutava ali da maior consideração, sobretudo entre os países que formavam o setor escandinavo, que eram de todos os que mais confiavam nos destinos da Liga, em seu papel de instrumento pacífico entre as Nações e de balança num sistema de garantia coletiva. O alto conceito em que era tido Raul Fernandes firmara-se desde sua brilhante atuação na elaboração dos estatutos da Corte Permanente de Justiça Internacional, em 1920, quando tirou a todos da dificuldade em que se encontravam, sugerindo a doação, logo aceita pela comissão dos estatutos e pelo Conselho da Liga, da chamada *cláusula facultativa*, pela qual a jurisdição da Corte era reconhecida de pleno direito, e sem necessidade de convenção especial, pelos Estados que fimassem aqueles estatutos.

Apesar de tudo, Raul Fernandes não foi nomeado Consultor Jurídico da Liga. Julgando parcos os vencimentos do cargo para a vida cara que teria de levar na Suíça, subordinou sua nomeação à concessão, pelo nosso Governo, de uma gratificação correspondente à de Embaixador do Brasil. Não quis porém Artur Bernardes satisfazê-lo. E, como não se encontrasse uma fórmula conciliatória, foi forçoso abrir mão do lugar.

Perdemos com isso a melhor oportunidade de ter um funcionário *nosso* na Liga das Nações, coisa que desde muito reclamávamos. O fato de o Brasil não haver sido contemplado na distribuição dos empregos em Genebra, apesar de ser um dos principais sustentadores financeiros da Liga, vinha sendo motivo de nosso ressentimento. Tínhamos, em verdade, razão como tinham igualmente os demais países latino-americanos de se verem excluídos sistematicamente da partilha de empregos na Liga, em benefício dos Estados europeus, sobretudo das três grandes potências, Inglaterra, França e Itália, que desde a organização da sociedade se haviam reservado os melhores lugares. Assim, a Secretaria-Geral coubera a um inglês, na pessoa de Sir Eric Drummond, futuro Lord Perth e Embaixador em Roma; e as duas subsecretarias a um francês e a um italiano, respectivamente Joseph Avenol, que substituiria depois Sir Eric, e Bernardo Atilico, mais tarde Embaixador no Rio, em Berlim e na Santa Sé, quando devia falecer em

1941. Latino-americanos havia apenas dois, creio eu, um Uruguaio, Cristobal Rodrigues, e um Venezuelano, Sr. Arocha, ambos ocupando funções subalternas.

## XXX

Já quase no fim de nossa residência em Genebra, pouco antes da famosa Assembléia de março de 1926, foi que nos chegou do Brasil Muniz de Aragão. Veio substituir Frederico Clark, e tinha ali a categoria de Conselheiro. Representava no Itamaraty a tradição Rio Branco, quero dizer, vinha do tempo do Barão, de quem fora aliás, nos últimos anos de vida do grande Ministro, Secretário. Sem falar em Pecegueiro do Amaral. O velho Pecegueiro, a quem não alcancei mais no Itamaraty, o Pecegueiro da “r-abona” e do “dinheiro haja, Sr. Barão!”, Muniz de Aragão e Araújo Jorge eram os únicos dos funcionários da Casa do meu tempo que haviam convivido de perto com o Barão, ambos seus Secretários e pessoas de sua confiança. Ainda vivem, e Deus os tenha ainda muitos anos nesta terra de pecadores.

Araújo Jorge havia precedido de alguns anos a Muniz de Aragão, e foi só quando o primeiro começou a se afastar do grande Ministro que o outro tomou, ao lado dele, o seu lugar. Conservou-o até a morte do Barão. Depois que Rio Branco desapareceu, muito diplomata nosso, que havia entrado para o Itamaraty ao tempo de sua administração, passou a se intitular *discípulo do Barão*, tentando fazer crer que havia trabalhado ao lado do Barão, quando a verdade é que apenas o avistavam de longe ou cruzavam com ele nos corredores do palácio. Tudo, portanto, produto de imaginação. A verdade é que os únicos que de fato privaram com o Barão, que trabalharam de fato sob suas vistas e podiam por isso se intitular *discípulos do Barão*, muito embora nunca fizessem praça disso, foram Muniz de Aragão e Araújo Jorge. E por uma dessas coincidências, que poderei chamar de fortuitas, ambos seriam, para o futuro, meus chefes na carreira, como Embaixadores, o primeiro em Berlim em 1936, e o segundo em Lisboa em 1938.

## XXX

O último chegado a Genebra foi Mário de Pimentel Brandão. Chegou depois da Assembléia de março e quase nas vésperas de fecharmos as portas da nossa boutique, como dizia o barbeiro do Aragão referindo-se à sede da nossa Delegação. *Alors vous fermez bientôt la boutique?* Perguntou ele quando soube da nossa próxima retirada de Genebra. Pimentel Brandão vinha removido de Bruxelas, onde servia como Conselheiro da Embaixada, sob a chefia de Barros Moreira. Esta remoção fora pleiteada com muito interesse por Melo Franco, que conhecia as qualidades de inteligência e de cultura de Mário Pimentel Brandão e o queria ter em Genebra a seu lado. Nessa ocasião, e apesar de nossa atitude na Assembléia de março, não se tinha ainda como certa nossa retirada da Liga. Admitia-se como possível uma transação que pudesse conciliar nossas aspirações na Liga com os interesses desta na política européia. No fundo era uma ilusão porque tínhamos ido já muito adiante, esgotáramos o recurso extremo na Assembléia de março, estávamos mais ou menos incompatibilizados com as duas potências mentoras da Liga, a França e a Inglaterra, sobretudo com esta última, e não

havia mais nenhuma possibilidade de compromisso, a menos que uma das partes cedesse em seu ponto de vista, abrindo mão de condições consideradas vitais para os interesses até então defendidos com tanta convicção.

Conheci Mário Pimentel Brandão em novembro de 1924, num almoço que Frederico Clark oferecia a Raul Fernandes no Centro Interaliado de Paris, criação de Conde de Beaumont, feita pouco depois da primeira Grande Guerra, no palacete que Henri de Rothschild tinha no Faubourg Saint-Honoré, com os belos jardins dando para a avenida Gabriel. Avistei-o depois umas poucas vezes na Embaixada da avenida Montaigne, quando Mário fazia suas aparições em Paris a fim de visitar a família instalada num apartamento da rua Galilée. Minha verdadeira convivência com ele datava, porém, de Genebra, nos alguns meses em que o tive como meu hóspede no primeiro andar da rua Massot. Tínhamos cada qual seu quarto de dormir, e a nossa sala comum de conversa. Ali firmamos uma amizade que se manteria fiel até o fim de seus dias. Mário foi para mim um companheiro ideal, desses que a gente não encontra facilmente outra vez. Nunca houve entre nós nada que tivesse podido sombrear essa amizade. No entanto seu feitio era o oposto do meu, não tanto na maneira de encarar ou de sentir as coisas, mas sobretudo no modo de fazê-las, na concepção prática da vida, de viver a *nossa* vida.

No fundo ele era um grande coração, grande desperdiçador de bondade. Tinha para todos uma dose inesgotável de tolerância, uma condescendência sem limites, e raramente se ouvia de sua boca uma frase qualquer de condenação ou de simples reprovação. Isso lhe tirava um pouco a força de vontade, grande parte de seu poder de ação, mesmo de reação, ainda quando se tratasse da defesa de seus próprios interesses. Eu o considerava, sob este ponto de vista, um fraco. Quando, oito anos mais tarde, a sorte, que aliás sempre o bafejou apesar de ele andar muita vez *contra a maré*, iria elevá-lo a Secretário-Geral do Itamaraty, e daí a Ministro de Estado, eu me encontraria outra vez a seu lado. Teria então ocasião de ver novamente até que ponto a generosidade de seu coração anulava de forma quase absoluta todo o seu poder de ação.

Tendo embora chegado a Genebra nas vésperas de nossa retirada, prestou-nos ainda ali grandes serviços, sobretudo com a moderação de seu espírito, a justeza de seus julgamentos e a oportunidade de seus conselhos. Naquele atordoado de opiniões que caracterizou nossa última fase em Genebra, naquela exaltação de sentimentos que provocava a situação de quase tragédia em que nos *viramos* colocados na Liga, Mário foi entre nós o bom-senso em pessoa; e Melo Franco teve nele, mais do que em qualquer outro de nós, o verdadeiro colaborador de sua política de equilíbrio, de sensatez e de exato julgamento dos homens e das coisas.

Conhecedor como poucos da língua francesa, que manejava como a maestria de um clássico do século XVIII, ele foi para nós um admirável redator, tanto mais precioso quanto era mister naquele momento de confusões e de mal-entendidos pesar cada uma de nossas palavras, cada expressão de nosso pensamento, a fim de não traírmos ou não desvirtuarmos nós mesmos as nossas intenções.

A este propósito vem ao caso referir o célebre libelo, umas dezenas de folhas de papel escrito, num tom de polémica, verdadeira catilinária, que o Ministro Félix Pacheco redigira no Rio para Melo Franco ler em Genebra perante os seus pares do Conselho da Liga. Tratava-se de uma das mais violentas acusações jamais partidas de um chancelaria diplomática contra a atitude das grandes potências europeias, contra os seus propósitos imperialistas, seus manejos ocultos e inconfessáveis, contra a desfaçatez e a deslealdade de suas atitudes políticas.

A ordem era para que Melo Franco lesse o papel na mesa do Conselho da Liga e recitasse até todo o libelo em alto e bom som diante de Chamberlain e de Briand, quer dizer, daqueles mesmos a quem Félix Pacheco levava inexoravelmente ao pelourinho de sua irritação. A catilinária tinha que ser lida à face dos próprios Catilinas, apontando-os, assim, à execração pública, desmascarando-lhes as políticas soezes, denunciando-os como os perturbadores da paz e da harmonia entre as Nações, os verdadeiros opressores de todos os povos fracos e desarmados.

Foi essa talvez a ocasião mais agitada nos arraiais da nossa Delegação. Chegou quase a ser trágica. Posto por ordem do Governo brasileiro na obrigação de ser, no Conselho da Liga, uma espécie de acusador público, de Fouquier-Tinville da política europeia, o primeiro gesto de Melo Franco foi, como era de esperar-se, de imediata repulsa. Sentia-se que semelhante ordem ia contra todos os seus sentimentos de cordura, o seu comprovado bom-senso, os impulsos conciliatórios de seu temperamento. Recusou, por isso, ler o documento. Não o recitaria diante de seus pares no Conselho, disse; não lhes repetiria ali as objurgatórias do Itamaraty.

Que esse papel contivesse muita verdade podia-se crer. Era mesmo certo. Mas que autoridade tinha o Brasil para ir proclamá-la em plena sala do Conselho da Liga, à face daqueles mesmos que eram ali apontados como os responsáveis pelo descalabro que reinava nas chancelarias das grandes potências europeias? Que títulos de cultura política tínhamos nós, ou de tradição internacional, para nos arrogarmos de acusadores públicos, para indicarmos aos responsáveis pela política das grandes potências o caminho da honestidade internacional, da boa fé nos tratados, do respeito à soberania e aos direitos das potências menores? “O menos que farão comigo, comentava Melo Franco na chancelaria da rua Massot, de pé, nervoso, com o papel na mão, será cassar-me simplesmente a palavra!”

Recusou, pois, cumprir as ordens recebidas. Mas, diante da intransigência do Presidente da República e do Ministro do Exterior, acabou cedendo, não no sentido de o ler no Conselho, mas de mandá-lo traduzir para o francês, e distribuí-lo, em forma de Nota, a cada um dos membros do Conselho.

Não foi tarefa fácil para Mário de Pimentel Brandão vertê-lo para o francês. A tarefa era tanto mais difícil quanto não bastava um simples trabalho de transposição de um idioma para outro: era mister alterar algumas de suas expressões, atenuar outras, visto como não seria possível, num documento escrito, transmitir ao Conselho, ao pé da letra, tudo quanto se continha no libelo. Aliás Melo Franco não remeteu esse documento ao Conselho, conforme lhe recomendara o Itamaraty. Achou que isso seria ainda demais, ia além da cortesia que lhe cabia manter para com o órgão dirigente da Liga e os colegas que tinham ali assento. Limitou-se, assim, a mandá-lo entregar no

Secretariado da Liga sem qualquer outra formalidade. No fundo, ele não queria, e com razão, incompatibilizar-se com o Conselho, na esperança de encontrar ainda um compromisso que satisfizesse o Brasil e não nos obrigasse a usar do recurso extremo de abandonar definitivamente a Liga das Nações. No que aliás se iludia.

## XXX

Não desejo comentar aqui nossa política na Liga, mas sempre direi que o erro dessa política não estava tanto nela mesma ou na sua razão de ser, senão e sobretudo no *modo* por que ela se fazia no Itamaraty e que exprimia bem a mentalidade que dominava na administração de Félix Pacheco.

Rendo toda a justiça merecida à inteligência desse Ministro, à sua operosidade, seu desejo de acertar, à honestidade de suas intenções. Ele não foi no Itamaraty de qualquer modo um incapaz, como, por exemplo, Azevedo Marques. Mas também não foi o grande Ministro a que se referiu Silvino Gurgel do Amaral, comparando-o até ao Barão do Rio Branco. O absurdo dessa apreciação não refletia senão a irreflexão do então Embaixador no Chile, seu desejo de agradar a Félix Pacheco, de cujo apoio necessitava para sair da situação difícil em que se encontrava em Santiago desde quando pronunciara, em 1923, na V Conferência Internacional Americana um discurso altamente imprudente. De fato logo obteve a Embaixada em Washington.

O que se pode dizer de Félix Pacheco é que ele era, no Itamaraty, mais do que um Ministro de Estado, um jornalista. *Il est si intelligent, mais si journaliste!* disse uma vez certa senhora francesa de Winston Churchill. Podia dizer-se o mesmo de Félix Pacheco: tão inteligente, tão culto — mão tão jornalista! Levando para o Itamaraty os preconceitos e os defeitos de sua classe, uma mentalidade puramente de jornal, ele desvirtuava de início toda a finalidade de sua administração. Tinha da diplomacia uma noção puramente estética, vista através de um ambiente nacional. Só mais tarde, depois que deixou o Itamaraty, e que veio pela primeira vez à Europa, é que ele iria compreender o sentido *internacional* dos acontecimentos. Antes disso, porém, toda a sua mentalidade era amoldada nos limites estreitos do jornalismo local e da política de campanário, que era a que se praticava geralmente no Brasil. Não lhe faltava, é certo, nem inteligência, nem cultura, nem agudeza de espírito para se inteirar dos problemas que interessavam ao Brasil no exterior; o que lhe faltava era a *compreensão internacional* desses problemas, que ele encarava unicamente pelo ponto de vista interno. Quando ele os considerava ou tentava resolver, raciocinava como um jornalista ou um político, coisas que sempre fora, dos quais tinha o estofo, e raramente como um internacionalista. Faltava-lhe a capacidade de *pensar internacionalmente*.

Daí grande parte de seus erros com relação à nossa política na Liga, sua incapacidade de compreender essa política. Se entretanto, e apesar de tudo, tivesse podido ou querido sanar tais deficiências de sua atuação no Itamaraty, com o concurso que podiam ou deviam prestar-lhe seus colaboradores imediatos, o mal não teria sido tão grande, e muito desatino que se praticou na nossa política com a Liga da Nações não teria sido feito. Mas seu chefe de Gabinete era Sebastião Sampaio, como ele, um jornalista, e um jornalista que não tinha nem sua inteligência, nem sua cultura, nem

suas faculdades de equilíbrio. No fundo, era mais um repórter do que um jornalista. Desempenharia no exterior, por mais de uma vez, o cargo de Cônsul do Brasil. E chegou a ser nosso Ministro na Suécia. Mas de política internacional pouco ou nada entendia.

E quanto aos chefes de serviço do setor político da Casa, que eram dois, um jamais havia estado no estrangeiro, nunca se especializara nem mesmo se ocupara ali dos assuntos políticos; e o outro apenas fora Encarregado de Negócios na Bélgica por uns poucos meses, havia muitos anos, no início de sua carreira, recolhendo-se depois à burocracia do Itamaraty para nunca mais deixá-la. Para o que dizia respeito à Liga das Nações havia ainda no Itamaraty, além das duas Seções políticas, uma Seção especializada, mas cujo chefe tão pouco nunca servira no exterior, jamais se especializara nos assuntos ligados aos nossos problemas na Liga, e fizera no Itamaraty, por assim dizer, quase toda a sua carreira no Arquivo. Não tinha pois da política internacional senão o sentido histórico ou tradicionalista dos problemas.

Mais ainda quando esses colaboradores estivessem à altura de poder nortear Félix Pacheco no trato de nossas questões internacionais, a verdade também é que a hipertrofia do Ministro e de seu Gabinete, que imperava então no Itamaraty, tirava-lhes toda e qualquer iniciativa, tornando-os uns homens retraídos e timoratos, que, julgando não estarem ali senão para ratificarem as decisões do Ministro, não ousavam articular sequer um comentário desfavorável.

---

## Raul Fernandes e a Liga das Nações

A propósito de uma referência que fiz à estada de Raul Fernandes em Londres, no verão de 1924, recebi no devido tempo a carta que se lerá abaixo enviada por aquele eminente homem público. É um depoimento valioso. Valioso sobretudo porque parte de quem estava revestido de toda a autoridade para fazê-lo. O assunto, porém, é apenas um dos muitos capítulos da história de nosso fracasso na obtenção de um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. Essa história não foi ainda contada. Ou melhor, tentou-se contá-la, em seu tempo, mas de maneira incompleta e desvirtuada para não ferir as susceptibilidades dos políticos que dirigiam então as grandes potências européias. Raul Fernandes foi um dos Generais dessa batalha, onde eu era apenas um bisonho recruta. Ninguém, pois, com mais autoridade do que ele para vir contar-nos essa história. Mas não apenas em seus detalhes, como esse que foi objeto de sua carta, mas toda ela, verdadeira e completa. Teria prestado com isso um valioso serviço ao Itamaraty e seus inspiradores de então, a quem a opinião pública, mal informada, nunca fez a merecida justiça em tudo que diz respeito ao fracasso da nossa política em Genebra. Eis a carta:

“Rio, 8 de dezembro de 1951

Prezado amigo Embaixador Heitor Lyra,

Li, com algum atraso, o seu artigo “Brasileiros em Londres” datado do dia 4 deste mês, da série “Coisas Vistas e Ouvidas”, que V. vem publicando no *O Jornal*. Alude V. à “força” de meu raciocínio, à “agudeza” de minha inteligência, aos “recursos inesgotáveis” da minha “rica imaginação”; dotes estes que eu tenho empregado na defesa de uma pretensão do Governo brasileiro, formulada em termos que, no seu juízo, nos fariam desempenhar no Conselho da Sociedade das Nações o papel dos criados das senhoras do quarteirão Saint Germain, mandados ocupar cadeiras na Academia Francesa, nos dias de solene recepção, para garantirem o lugar às patroas retardatárias. Eu não mereço *ni cet excès d'honneur, ni cette indignité*.

Como se vê de seu artigo, tratava-se de alcançar para o Brasil um posto per-

manente no Conselho da S.d.N. Essa pretensão era antiga, e em 1924 o Governo brasileiro a revivera com ardor.

O Dr. Afrânio de Melo Franco, nosso representante permanente em Genebra, incumbido de propugná-la, desde logo percebeu a impossibilidade de lograr êxito mediante a criação de mais um lugar permanente. Na verdade, o óbice parecia insuperável. Os lugares eram cinco, atribuídos pelo Pacto às chamadas “principais potências aliadas e associadas” (Estados Unidos da América, Reino Unido, França, Itália e Japão), cabendo quatro lugares temporários e eletivos (seis a partir de 1923) aos demais participantes. Os E.E.U.U. não ratificaram o Trabalho de Paz de Versalhes, a que o Pacto estava incorporado; mas, embora fossem nulas as probabilidades de sua adesão à S.d.N., ninguém pensava em lhes fechar a porta, e a isto equivaleria retirar-lhes o lugar permanente no Conselho, atribuindo-o a outro sócio (no caso, o Brasil), e que, aliás, exigiria emenda àquele estatuto fundamental. A Assembléia, é certo, podia autorizar o Conselho a nos conceder a permanência, sem prejuízo do lugar norte-americano; mas, se o fizesse, seria forçada a estender o mesmo privilégio a outros países, então da mesma categoria que o Brasil (Espanha, China, Polônia) e, para não desequilibrar o Conselho, teria de criar, pelo menos, mais três ou quatro lugares não permanentes. Mas o Conselho, que precisava ser um órgão restrito, contaria nesse caso dezessete ou dezoito membros, cujas deliberações, devendo ser unânimes (salvo nas questões de processo), tornar-se-iam praticamente impossíveis.

Na previsão dessas objeções dirimentes, o Dr. Melo Franco, com aprovação do Governo, avertara, desde 1923, em carta a membros influentes do Conselho (Bourgeois, Robert Cecil, Branting), como solução alternativa, que o Brasil permanecesse nesse órgão “durante a ausência eventual dos E.E.U.U.

Foi com esta fórmula, se não vingasse a outra, que eu “apareci”, não só em Londres, como V. escreveu, mas também Haia, em Praga, em Estocolmo e em Bruxelas, no verão de 1924, como enviado especial do Governo brasileiro.

V. disse, equivocadamente, que a fórmula era “trazida do Rio”. Poderia dizer, com verdade, que ela não era minha, mas do saudoso Dr. Melo Franco, e endossada pelo Governo.

Algun malicioso que nos leia, a V. e a mim, poderá julgar que, não sendo eu um funcionário obrigado a executar ordens, cumpria-me não advogar uma pretensão humilhante para o nosso país.

Deve, pois, para defesa minha, e de dois eminentes brasileiros (Melo Franco e Félix Pacheco), que já não têm vez para se defrentar, dizer que em nada se rebaixaria a nossa pátria se recebesse da S.d.N. um honroso encargo por tempo indeterminado e sujeito à condição resolutória.

Tínhamos, então, um posto eletivo a termo, isto é, por prazo certo, como atualmente ocupamos, também por prazo fixo “e sem possibilidade de reeleição”, um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Se não passou pela cabeça de ninguém reputar desairosa tal situação, com mais forte motivo escaparia a nossa presença no Conselho da S.d.N. enquanto durasse a ausência dos E.E.U.U., visto que a condição resolutiva dessa presença era um evento fora de qualquer razoável probabilidade.

Os argumentos com que sustentei a pretensão brasileira não tinham raiz no egoís-

mo ou na vanglória, menos ainda na subalternidade; ao contrário, só se inspiravam no interesse da instituição, no do continente americano e no das Repúblicas deste hemisfério.

Esses argumentos constam das minhas comunicações ao Dr. Melo Franco e ao Itamaraty, e podem ser examinadas no arquivo do Ministério. Em carta escrita de Paris ao Dr. Melo Franco, em 14 de julho de 1924, eu os resumia como passo a transcrever:

Compreendi que é preciso trabalhar conservando como posição de retirada a fórmula já lembrada por V. o ano passado: — admissão do Brasil até que se verifique a adesão dos E.E.U.U.. Esta solução é coerente com o argumento geográfico ou continental em que principalmente nos apoiamos; justifica-se com esse e outros motivos especialíssimos, de modo a não constituir precedente invocável por nenhum Estado que se equipare ao Brasil pelo território (caso da China) ou pela população (caso da Polônia); aumenta uma chapa de participação no Conselho para os Estados hispano-americanos, e ao mesmo tempo nos livra do precalço de competir com eles nas eleições futuras, tornando assim mais fácil a colaboração de todos na obra da Sociedade pela eliminação de uma causa permanente de atritos e rivalidades entre nós e eles; deixa a composição numérica do Conselho, mesmo no caso da adesão eventual da Alemanha e da Rússia, nos limites previstos pelos elaboradores do Pacto, e que elide a objeção principal contra o nosso desideratum; não susceptibiliza, e, ao contrário, lisonjeia os Estados Unidos, desde que entremos — não “no lugar deles” — mas “até que se verifique a adesão deles”; e finalmente (o que é da maior importância para a susceptibilidade hierárquica das grandes potências) marca uma diferença entre nós e elas, dada a condição a que se subordinará a nossa entrada (no Conselho, como membro não eletivo).

O Adatci (Embaixador do Japão em Bruxelas e membro da Delegação deste país às Assembléias da S.d.N.), que me ofereceu um banquete com a presença de Hymans (Ministro dos Negócios Estrangeiros) e o Poulet, atualmente Ministro do Interior, além dos demais Delegados belgas à S.d.N. e dos Ministros hispano-americanos presentes em Bruxelas, achou que essa fórmula era um “bloco” que resistia a todas as objeções, e prometeu interessar-se por ela desde já com o Ishü (Embaixador em Paris, chefe da Delegação japonesa à S.d.N.), e, em Genebra, com os ingleses.

Procurei defendê-la com as razões supra enumeradas; mas parti da demonstração do interesse da Sociedade em dar ao Brasil uma colaboração mais ativa, como a que resulta da sua presença no Conselho. Com esse intuito, chamei a atenção para a posição de alguns países retraídos, ou ausentes, por motivo de veto americano à instituição, em contraste com o apoio firme que lhe vimos prestando; acentuei que os nossos amigos de origem espanhola timbram em insinuar que não se sentem representados por nós, dada a diversidade de origem e de língua, razão pela qual não se opõem à nossa permanência, contanto que lhes fiquem reservados os dois lugares de membros eletivos atualmente atribuídos ao Continente; e mostrei que, sendo irrecusável a recíproca, ficaremos nós, isto é, a metade do continente sul-americano como território e como população, sem representação logo que deixemos o Conselho por força do *roulement*.

Digo que é preciso trabalhar tendo essa posição como retirada estratégica, porque, mesmo em Bruxelas, onde só temos facilidades, a repugnância pela permanência pura e simples é manifesta.

Posta a questão nos termos assim explicados, é evidente que não disputávamos uma posição humilhante. Não seríamos o servo, ou o subalterno, que V. figurou, guardando o lugar dos E.E.U.U., pois este lugar, não estando vago à disposição do primeiro ocupante, não precisava ser guardado por ninguém; nem o ocuparíamos no interesse do titular ausente, e, sim, no interesse do continente americano, que, de outro modo, inferior à Europa e à Ásia, continuaria no Conselho sem a autoridade de um representante imune dos precalços da temporariedade e da relação.

V. está fazendo história. Seus artigos certamente serão enfeixados em livro, que os salvará do rápido olvido inerente às publicações jornalísticas; e junto a outros da sua pena festejada, talvez o leve à imortalidade... acadêmica.

É justo que ele não apareça sem esta defesa, e para assegurá-la espero da sua cortesia encartá-la num dos seus próximos escritos da série a que me referi em começo.

Com antecipado agradecimento, creia-me seu colega e amigo,

RAUL FERNANDES”

---

## Raul do Rio Branco

A primeira vez que estive em Genebra foi em julho de 1923. Estando Domício da Gama doente e não podendo afastar-se de Londres (ele era o representante do Brasil no Conselho da Liga das Nações), o Itamaraty mandou que eu fosse àquela cidade suíça levar os papéis que Domício tinha relatado, para entregá-los a Raul do Rio Branco, nosso Ministro em Berna, nomeado substituto de Domício na sessão do Conselho a realizar-se naquele mês. Assim que, saindo de Londres, atravessei a Mancha e fui tomar em Paris, na *gare* de Lyon, o expresso Paris-Genebra. Quando este chegou à fronteira franco-suíça, na pequena cidade de Bellegarde, apareceu no meu compartimento um funcionário da alfândega, indagando se eu tinha alguma coisa a declarar e pedindo para ver meu passaporte. Disse-lhe que nada tinha a declarar e mostrei-lhe o passaporte, que leu rapidamente e depois devolveu-me, tratando-me por “Excelência” e me fazendo várias curvaturas. Daí a momentos o homem cruzava com um outro, que devia ser seu colega, e, apontando para mim, disse ao outro em voz baixa: “*C’est le Ministre des Affaires Etrangères du Brésil*”.

Compreendi então o que se passava. Naquele tempo os passaportes diplomáticos brasileiros eram uma folha de papel encimada dos nossos retratos e com os seguintes dizeres em baixo: “*République des Etats-Unis du Brésil. Passeport Diplomatique. Nous, Ministre des Relations Extérieures, prions et requérons*”, etc. etc. Ora, o homem, que só tendo lido estas primeiras palavras do passaporte, tomara-me como Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Está claro que eu não lhe disse nada, muito embora, na minha natural modéstia, eu, mero 2º Secretário, nunca pensei ser tido pelo Ministro de Estado.

Cheguei a Genebra numa encantadora tarde de céu azul, uma daquelas tardes de primavera suíça que eu devia depois tão bem conhecer. Logo me seduziu o aspecto pitoresco da cidade, sua situação privilegiada à beira do lago Léman, seu cais tranquilo e ensolarado, seu casário colorido; e, ao fundo, o contorno azul dos Alpes, onde se destacava o cumo coberto de neve do Mont Blanc.

Não conhecia até então a Suíça francesa. Antes da Primeira Guerra havia residido algum tempo em Zurique, passando aí o inverno de 1910, com meus pais e minhas ir-

mãs, patinando sobre o gelo na Praça do Teatro (o lago de Zurique raramente gelava o bastante para se poder ali patinar), fazendo *luge* no Dolder ou passeando nos jardins que rodeavam o Kursaal. Conhecia também a pequena cidade de Zug, capital do cantão do mesmo nome, onde havia estado por duas vezes para buscar minha irmã mais moça que se educava no principal *pensionat* da cidade. Sim, tinha também estado em Schaffhausen para ver as célebres cataratas do Reno, as maiores da Europa, mas que ao lado de Niágara e sobretudo de Iguaçu, mesmo da cachoeira de Paulo Afonso, podia parecer uma simples cascatinha.

Genebra eu chamaria a capital da Suíça francesa, como Zurique da Suíça alemã, e Lugano da Suíça italiana. Berna, uma das mais impessoais das cidades suíças, seria “apenas” a capital política do país. Pouca coisa podia atrair ali a curiosidade do estrangeiro, salvo os célebres ursos e a sua fossa; ou então, para os *gourmets*, o restaurante da estação ferroviária. Estou falando, é claro, de uma Suíça de cinquenta anos atrás. O país tinha por certo paisagens muito pitorescas, e a região mais bonita, a meu ver, era a Engadine, nos limites com a Áustria, que eu só iria conhecer por volta de 1928, quando morava em Roma. Iria ali muitas vezes, a Davos e a Saint-Moritz, porque tinha num sanatório de Davos minha irmã mais velha que apanhara no Brasil uma tuberculose, da qual, aliás, ficou boa, só vindo a morrer há poucos anos no Rio de Janeiro, com perto de oitenta anos de idade. Foi numa das minhas estadas em Davos que conheci o já famoso escritor alemão Tomaz Mann, autor do romance *Montanha Mágica*, que se tratava também de uma tuberculose.

A Suíça. Alguém perguntou a um amigo que havia estado ali em férias: “Então, que tal o país?” Ele respondeu: “Bem, não é lá muito grande. Tirando-lhe os lagos, não fica nada.”

Naquele mês de julho eu via Genebra pela primeira vez. Tinha o aspecto tranquilo de uma cidade de província, sem o movimento cosmopolita que eu iria depois conhecer nos meses de setembro, quando se tornava o *rendez-vous* das celebridades da política internacional. Sem embargo, e apesar da roupa de todos os dias, a cidade não deixou de encantar-me com sua simplicidade um pouco aldeã, seus habitantes passeando pacatamente ao longo do cais do Mont Blanc, seus cafés despovoados, seus grandes hotéis vazios, mas tudo com muito colorido e muita personalidade.

Fui hospedar-me no Hotel des Bergues, defronte da ponte do Mont Blanc e dominando a ilhazinha pitoresca no centro da qual se erguia a estátua de Jean-Jacques Rousseau, o filósofo enciclopedista. O mesmo para o qual Rodrigo Otávio, quando Delegado do Brasil na primeira Assembléia da Liga das Nações, obteve uma moção de apoio cujo significado ninguém jamais percebeu, e saiu depois, encabeçando um cortejo de respeitáveis senhoras da Liga, a fim de depositar ao pé do monumento uma coroa de flores naturais. Pobre Jean-Jacques Rousseau! Morto há mais de cem anos e ainda assediado por aqueles solenes cacetes! Imagino o sorriso irônico e mordaz que havia de ter feito o seu amigo Voltaire, lá do seu canto em Fernay, vendo-o ao longe às voltas com aquele grupo de sujeitos embuçados numas roupas pretas e tristonhas, e perturbar-lhe o sono, com discursos e gestos inexpressivos, quando teria sido muito melhor que o tivessem deixado tranquilo em sua ilha, na companhia inofensiva e algo romântica dos seus queridos cisnes.

Ao chegar a Genebra fui hospedar-me, como já disse, no *Les Bergues*, abreviação usada para designar aquele hotel. Era o melhor e mais conhecido da cidade, situado no cais do Mont Blanc. Sobretudo por sua cozinha, cuja fama superava a dos outros hotéis. Era o predileto dos franceses, ou melhor, da delegação francesa, e isso valia como recomendação culinária. Por ocasião das Assembléias de setembro era comum avistar-se em suas salas, ou sentados à mesa do restaurante, os *gros bonnets* que o Quai d'Orsay despachava para Genebra, a começar por Briand, a fim de atar e desatar nos corredores da Liga das Nações as linhas por vezes enroladas ou mal atadas da política internacional.

Ao chegar, telefonei a Raul do Rio Branco, que sabia estar também ali hospedado. Era cerca de sete horas da tarde. Respondeu-me que o procurasse pelas onze horas da noite na sala de danças de Kursaal. Estranhei, naturalmente, a hora e o local do encontro, que não era o mais indicado para entregar-lhe os papéis que trouxera de Londres e dar-lhe as informações que trazia de Domício da Gama. Fui, assim jantar no próprio hotel. Feito o que, saí para dar um passeio pelas imediações, ao longo do cais do Mont Blanc.

### XXX

Aproximando-se das onze horas, fui ter ao Kursaal, à procura de Raul do Rio Branco. Eu jamais o havia visto, nem mesmo em fotografia. Mas, logo que entrei na grande sala de danças, reconheci-o sentado diante duma mesa, como um pachá, tendo em volta de si várias raparigas, aliás todas bonitas (eram umas cinco ou seis); ao seu lado, uma garrafa de champanha num balde de gelo. Não me foi difícil identificá-lo porque era em tudo a figura do pai, o Barão do Rio Branco: na sua grande estatura, no grosso bigode, na calvície da bela cabeça, que ele herdara do pai e do avô, o Visconde do Rio Branco, e na voz afinada que tinha. Se havia um filho que era a reprodução física do pai, era ele. Raul tinha nessa ocasião cerca de cinqüenta anos de idade. Ao apresentar-me, levantou-se para apertar-me a mão, e convidou-me para sentar ao seu lado. Perguntou-me depois: "O Sr. com certeza dança. Pois tire então uma destas moças para dançar. Elas são dançarinas do Kursaal. Já se vê que dançam muito bem. E são muito bem educadas". Ainda meio surpreendido com o que se passava, tirei uma delas, e fui dançar. Aliás, devo dizer que, embora profissionais como dançarinas do Kursaal, não eram o que se poderia pensar, sendo até uma delas casada com o chefe da orquestra do Kursaal. Eram moças pertencentes a famílias burguesas de Genebra que faziam da dança sua profissão.

Fiquei ali até duas horas da manhã, ora dançando, ora conversando com Raul. Depois do que, saímos em direção ao nosso hotel, que, não sendo longe do Kursaal, nos permitiu ir a pé. Ali chegando, dei-lhe os papéis que trazia de Londres. Disse-me: "Boa noite, Dr. Lyra. Procure-me amanhã cerca das nove horas da manhã." E foi cada um para seu quarto, eu me perguntando que espécies de homem era esse filho do Barão do Rio Branco, que me tinha recebido da maneira que me recebeu — da maneira e no local, o Kursaal de Genebra, bebendo champanha e rodeado de dançarinas. Como deixei Genebra sete dias depois, só iria realmente conhecê-lo meses mais tarde, nas minhas sucessivas voltas a Genebra para as Assembléias da Liga das Nações.

Ao voltar dessa vez para Londres, escrevi-lhe umas poucas palavras agradecendo o bom acolhimento que me dispensara. Respondeu-me de Berna a 21 de julho de 1923:

“Prezado colega e amigo Dr. Heitor Lyra.

Retribuo-lhe com muito gosto as amáveis declarações que me fez pela sua carta de 14 do corrente. Também eu provei vivo interesse e prazer em entrar em relações com o amigo distinto, de quem já tinha ouvido falar de modo muito lisongeiro. Ando bastante identificado, por tradição de família, com a nossa carreira diplomática, para manter o mais vivo interesse em conhecer as novas gerações, as quais incumbiria cedo a tarefa de manter as tradições que foram tão gloriosamente sustentadas pelos que nos precederam no serviço exterior da nossa terra. O recrutamento dos novos elementos deste pessoal parece que está voltando realmente às normas de que, com grande prejuízo para o prestígio da nossa representação, tinham se afastado durante alguns anos.

Folgo de ver que agora muitos dos novos adeptos correspondem inteiramente aos requisitos indispensáveis, tanto no ponto de vista do preparo intelectual como no da perfeita correção dos modos, e tive muito prazer em verificar, embora as nossas relações tenham sido curtas e superficiais, que o Sr. deve ser compreendido nesta brilhante plêiade de secretários que permitem para mais tarde um recrutamento fácil para os postos de chefes de Missão, como são por exemplo, para falar de alguns dos que conheci pessoalmente: Moraes Barros, Pedro Leão Velloso, Muniz de Aragão, Carlos Ouro Preto e Carlos Martins.

Escrevi recentemente ao meu velho e querido amigo o Embaixador, mas sempre que me for possível receber alguma informação recente, e que espero boa, da sua saúde e da sua visita, ser-me-ia agradável.

Peço-lhe aceitar os protestos do meu distinto apreço e da minha cordial simpatia.

RAUL DO RIO BRANCO”.

Os nomes acima citados foram de fato diplomatas capazes, tendo todos encerrado a carreira como Embaixadores: Pedro de Moraes Barros, em Roma, junto ao Quirinal; Pedro Leão Velloso, depois de ser Ministro das Relações Exteriores, nas Nações Unidas, em Nova Iorque; Carlos de Ouro Preto, em Paris; e Carlos Martins Pereira e Sousa, em Washington.

XXX

O Barão do Rio Branco residiu, como se sabe, algum tempo na Suíça para relatar a Memória que nos devia dar ganho de causa na questão com a França sobre o território do Amapá, submetida ao arbitramento do Presidente da Confederação Helvética. Deixou ali as melhores recordações, e ainda no meu tempo em Genebra velhos suíços lembravam-se dele com uma marcada simpatia. Um dia o Major Leitão de Carvalho, depois Marechal, que acabara de chegar do Rio para ser Assessor Militar junto à Delegação do Brasil na Liga das Nações, sentou-se num jantar ao lado de um senhor suíço.

Quando este soube que Leitão era brasileiro, disse-lhe: “Conheço muito o Barão do Rio Branco”.

— Conheceu, ratificou o Major com a precisão de todo oficial de Estado-Maior; porque o Barão já é falecido há onze anos.

— Falecido? perguntou com grande surpresa o velhote — o Barão do Rio Branco?

— Esse mesmo, confirmou Leitão. Falecido.

O suíço refletiu um pouco; depois disse com certa ênfase:

— O Sr. está enganado. Está vivo. Conheço-o muito bem.

Leitão, que começava a impacientar-se, replicou:

— O Sr. não vai querer convencer-me de que o Barão do Rio Branco está vivo, a mim, um brasileiro.

O suíço porém insistia:

— Morto? Não pode ser! Um homem alto, de grande corpulência?

— Sim, disse o Major, alto e de grande corpulência.

— Com uma larga calvície e grossos bigodes?

Leitão confirmando sempre:

— Sim, larga calvície e grossos bigodes.

— Que tem um andar lento e arrastado?

— Isso mesmo, lento e arrastado.

O suíço refletiu algum tempo. Depois, com absoluta convicção:

— O Sr. me desculpe. O Barão está vivo como nós. Não faz um mês o vi almoçando no Café do Norte.

Bem, a essa altura Leitão se scandalizou:

— Almoçando no Café do Norte, aqui em Genebra? O Barão do Rio Branco que morreu há mais de onze anos?

E já ia dizendo com seu feitio franco e decidido — “O Sr. não sabe o que diz” — quando o suíço pegou do braço de um amigo que se aproximava e perguntou: “Diga-me uma coisa, você não conhece o Barão do Rio Branco?”

— Como não, respondeu o outro. É o Ministro do Brasil em Berna.

E era. Quer dizer, não se tratava do nosso Barão, mas do filho Raul, que Leitão não tivera ainda visto, mas cuja semelhança com o pai era de espantar. Um era o retrato do outro, não só nos traços e formato do rosto, como no tamanho do porte, nos gestos, na maneira de andar, em tudo. Até no som da voz, fina e um pouco estridente. A calvície larga e lustrosa era igual em ambos, “meu couro ex-cabeludo”, como gostava de dizer o Barão.

Está claro que o filho estava longe de ter a personalidade do pai. E ainda menos as qualidades de estadista do avô. Dir-se-ia que a seiva do gênio da família se havia esgotado com os dois primeiros. Sem embargo era um homem inteligente, de espírito esclarecido, que gostava de aprender e que, nada tendo de pretencioso, possuía idéias próprias sobre muita coisa. O único traço intelectual que o ligava ao pai era a predileção pelos estudos geográficos, e, na sua ingenuidade quase infantil, gostava de declinar a altura de todas as principais montanhas da Suíça.

Embora nascido no Brasil, crescera e fora educado no estrangeiro, sobretudo em França. Falava por isso um português com sotaque francês e gramaticalmente errado. Bastava ouvi-lo dois minutos para logo se perceber que o português não era o “seu” idioma. Devido a uma longa residência no estrangeiro, perdera também grande parte do conhecimento (se é que jamais o tivera) dos homens e das coisas brasileiras. De tudo o que era nosso, o pouco que sabia se referia à geografia física. Aliás, a mesma circunstância se verificava com os demais filhos do Barão, todos mais estrangeiros do que brasileiros. A começar que se casaram “todos” fora do Brasil, ou melhor, com estrangeiros, exceção apenas de uma das filhas, que aliás fora casada em primeiras núpcias com um alemão, e, morto este, voltara a casar-se com o deputado brasileiro Nabuco de Gouveia, depois Embaixador. O próprio Raul e o irmão Paulo eram casados com francesas.

Apesar de Ministro em Berna, Raul passava grande parte do ano em Coppet, um recanto pitoresco à margem do lago Léman. Dizia que tinha ali uma sucursal da Legação. A verdade, porém, é que a capital suíça não o atraía, o serviço da Legação era pouco, e a vida social feita, a bem dizer, somente pelos diplomatas estrangeiros, que não eram muitos e viviam a maior parte do ano passeando pelo país. Em Berna só paravam no inverno, de janeiro a março, quando não preferiam ir para as estações nas montanhas, de fato muito mais divertidas, Saint Moritz, Davos, Gstaad e outras.

Em Coppet tanto Raul como a mulher se sentiam mais à vontade. O lugar tinha encantos que Berna estava longe de possuir, com suas ruas tristes e silenciosas, seus habitantes pacatos, seus costumes profundamente burgueses. Não sei se depois aquilo melhorou. Mas nesse tempo era de uma tristeza mortal. Ainda me lembro do dia em que lá fomos, Mário de Pimentel Brandão e eu, e o custo que nos deu para encontrar, à noite, um lugar qualquer onde pudéssemos satisfazer nossos estômagos. Eram apenas dez horas, e afinal tivemos que recorrer, na falta de outra coisa, ao clássico restaurante da estação.

Em Coppet a vida era outra. Havia a verdura, os caminhos pitorescos, as águas azuis do lago, o fundo das montanhas de Jura, um cenário onde tudo convidava ao repouso, à vida tranqüila, ao descanso de espírito. A casa que o casal Rio Branco tinha ali não era grande. Não passava, a rigor, de um *chalet* assobradado. Mas a situação era de um pitoresco encantador, no meio de um verdadeiro bosque de verduras, rente com as águas do Léman, que lhe vinham bater de mansinho contra o muro baixo que limitava o jardim.

Os donos da casa eram muito hospitaleiros, e mais de uma vez tive o prazer de ir ali almoçar. Partia-se então de Genebra numa grande lancha a motor, guarnecida de largas e cômodas poltronas colocadas sobre o tombadilho, e em quarenta minutos se estava em Coppet. Podia-se ir também de automóvel, pela estrada de Genebra a Lausanne trajeto que não oferecia, naturalmente, os encantos do passeio pelo lago.

Raul era um homem extremamente afável, apesar do exterior frio e reservado. Tinha um feitio algo original: por vezes se deixava ficar longos quartos de hora calado, o rosto inexpressivo, onde os únicos traços de vida eram os dois olhinhos espertos e maliciosos que viravam para todos os lados; por vezes dissertava longa e abundantemente sobre um tema de sua predileção, esportes, geografia ou história natural, numa torrente de palavras que nunca mais acabava. Em moço, ao tempo em que a família re-

sídia em França, fora um consumado jogador de futebol, tendo mesmo feito parte do célebre “team” campeão de França, do “Stade Français”. Criara desde então uma certa popularidade entre os afeiçoados deste esporte — “le capitaine da Silva”, como o chamavam. “Da Silva” — ou “Da Silvá”, como pronunciavam os franceses — porque ele se chamava, naquela época, Raul Paranhos da Silva. Só mais tarde, depois que o Governo Imperial concedeu ao pai o título de Barão do Rio Branco, já nos últimos anos do Império, é que iria adotar este nome. Aliás, não foi bem assim. Rio Branco recebeu, de fato, o título de Barão nos últimos anos do Império, passando então a assinar-se “Barão do Rio Branco”. Quando, já sob a República, desempenhava o cargo de Ministro em Berlim, o Governo no Rio chamou-o à ordem por estar assinando assim seus ofícios da Legação, visto a República haver extinto todos os títulos nobiliárquicos. O Barão obedeceu naturalmente à exigência, mas decidiu acrescentar ao nome de família — Silva Paranhos — o de Rio Branco — o mesmo fazendo os filhos. Salvava, assim, um apelido que o pai havia tornado glorioso, e dava inteira satisfação aos escrúpulos democráticos dos nossos republicanos de fancaria, os mesmos que, assumindo ele pouco depois a pasta das Relações Exteriores, foram os primeiros a chamá-lo sempre o Barão, deixando de lado todos os anteriores escrúpulos democráticos. É claro: não se tratava mais de um simples diplomata brasileiro no estrangeiro, mas do poderoso Ministro de Rodrigues Alves.

### XXX

O Barão teve fama de grande comilão. O filho não lhe ficava atrás. Seu garfo, como já fora o do pai, era citado com respeito no restaurante da estação de Berna, o “Restaurant de la Gare”, o melhor da cidade e possivelmente dos melhores da Suíça. Aliás, os restaurantes das estações ferroviárias eram geralmente afamados na Suíça, menos por sua facilidade de acesso e frequência quase obrigatória para a maioria dos viajantes do que pela excelência de suas cozinhas. E alguns deles, como o de Berna e o de Genebra, por exemplo o da “gare” Cornavin, mereciam de fato essa fama.

As extravagâncias de Raul não ficavam só no seu apetite: também na quantidade de água que ingeria (não tomava vinho) e no número espantoso de charutos que fumava — uns enormes e grossos charutos de Havana, que trazia arrumados numa espécie de compartimentos de metal, ligados uns aos outros, geralmente aos três e aos quatro, e lhe enchiam quantos bolsos havia no paletó. Era a reserva para o dia. Este amor ao fumo ele herdara do pai, como este o herdara do avô, o Visconde, que fumava diariamente cerca de trinta grossos havanas. Depois da morte deste último, vitimado por um câncer na boca, atribuído por alguns médicos justamente ao uso imoderado dos charutos, o Barão, receoso, passou a fumar unicamente cigarros, marca goianos, de tabaco negro e forte. Raul porém não teve esses receios, e nunca se privou de seus charutos.

A mim tudo isso surpreendia, quero dizer, as extravagâncias a que se dava, pois nunca tinha visto coisa igual. Certa vez em que almocei em Coppet, num belo dia de verão, assisti-o comer com um apetite que se podia bem chamar pantagruélico, não pela maneira de comer, porque era um homem perfeitamente educado, mas pela quantidade de comida que ingeria, bebendo ao mesmo tempo copos e mais copos de água

gelada. Dava de fato a impressão de que Pantagruel devia comer assim. Ou então a irmã de Brillat-Savarin, a célebre Pierrette, que, estando já às portas da morte, com noventa e nove e onze meses de idade, terminava um dia o jantar quando exclamou: “Tragam depressa a sobremesa porque sinto que vou morrer!” De fato faleceu em seguida. Em seguida à sobremesa, naturalmente.

Terminado o almoço, enquanto fazia a digestão de todo aqueles pratos que ingerira Raul recostou-se numa cadeira espreguiçadeira, ao ar livre, a cabeça descoberta, a larga calva exposta aos raios quentes de sol, e ali se deixou ficar longo tempo, bebendo grandes copos de água e fumando charutos sobre charutos. Como extravagância nunca vi coisa que se comparasse. A qualquer outro que o imitasse o menos que poderia acontecer seria cair fulminado por uma apoplexia.

Contei este fato certa vez a um médico meu conhecido em Genebra, amigo de Raul, e perguntei se não podia isso custar-lhe um dia sério aborrecimento. Sorriu e disse: “Para nós, médicos, Rio Branco não nos interessa mais; por todas as extravagâncias que faz o consideramos desde muito falecido”.

### XXX

Por falar em médico, um dia fui procurar um Dr. Schnoor, que me tinham indicado no hotel, para obter um atestado médico necessário à licença que pretendia solicitar a fim de ir ao Brasil. Recebeu-me no consultório, falando francês, língua em que eu me tinha dirigido a ele. Tendo-lhe dito que era brasileiro, logo respondeu em muito bom português que também era brasileiro, da família Schnoor, do Rio, e, tendo ido estudar medicina em Genebra, aí se casara e fixara residência.

— A família Schnoor? perguntei-lhe. Conheci muito de vista o engenheiro Schnoor, um velhinho de suíças brancas, que viajava todos os dias no bonde de Copacabana para a cidade, isso há muitos anos, na companhia do filho, alto e magro, tão míope que lia o jornal com o nariz agarrado às letras. “O velhinho era meu pai, disse o doutor, e o filho que encostava o nariz às letras, meu irmão”. Contei-lhe então que havia estado em Petrópolis, no colégio de São Vicente de Paula, cerca de vinte anos atrás, e tinha tido um colega que se chamava Schnoor.

Ele então exclamou com grande alvoroço:

— No São Vicente? Mas era eu! E você era o Lyra? Mas lembro muito bem! Você está na mesma, seu Lyra, não mudou em nada!

Trocamos um apertado abraço. E eu:

— Você também está na mesma, Schnoor!

Trocamos outro abraço. Falamos depois do colégio, do padre Deschamps, o diretor, do bom padre Almeida, do padre Capelare, um italiano desbocado. E dos colegas: os dois Paranhos, Mário e César; os Costa Pereira; o Graça Aranha, que era agora meu colega no serviço diplomático; o Sousa Leite, filho do Barão de Águas Claras, e a quem chamávamos por isso “o Barão”, já falecido, coitado; o Leopoldo de Bulhões, gordinho como uma bola.

O colégio estava instalado naquele tempo num casarão, tipo convento, na Westfália, pouco adiante da casa onde residia Rio Branco. Estava situado no alto, domi-

nando o vale onde corria tranquilo o Piabanha. Recordamos a grande sala de refeições, as salas de estudo, o pátio, atrás, onde jogávamos futebol nas horas de recreio, com o padre Almeida correndo de um lado para outro, com sua batina suspensa na cintura. Schnoor de vez em quando me fitava. E dizia: “Mas você está na mesma!” E eu o fitava e lhe dizia: “Você também está na mesma!”

Quando deixei o consultório, já tarde, fui fazendo esta reflexão: que nos tínhamos reciprocamente achado “na mesma”. Mas que, entretanto, nenhum tinha reconhecido o outro. Por que havemos de ser assim?



---

## A boa cidade de Genebra

Em setembro de 1923 eu voltaria a Genebra para ser Secretário da Delegação do Brasil à Assembléia desse ano. É preciso dizer que a Liga das Nações, reunindo embora todos ou quase todos os Estados soberanos daquele tempo, bastava reunir a Assembléia apenas um mês, o mês de setembro. Houve somente uma exceção: em 1926, quando se tratou da entrada da Alemanha, em virtude dos acordos de Locarno, reuniu-se uma Assembléia extraordinária no mês de fevereiro daquele ano. Mas como o Brasil vetou, nesta Assembléia, a entrada daquele país, retirando-se em seguida da Liga das Nações, a entrada da Alemanha só se faria na Assembléia de setembro, já então com a ausência do Brasil.

No meu tempo de Genebra, digamos assim, todos os Estados europeus, exceção da Rússia Soviética e naturalmente da Alemanha antes de 1926, estavam representados na Liga. Inclusive os Estados bálticos, que não tinham ainda sido absorvidos pelos soviéticos. Da África estavam a África do Sul, a Libéria e a Abissínia. O Egito não era ainda um Estado soberano. Da Oceania, havia a Austrália e a Nova Zelândia. Da Ásia, havia a China, o Japão, a Índia, a Pérsia e o Sião. E da América estavam todos, menos os Estados Unidos, o México e a Costa Rica.

Quando voltei a Genebra, em setembro de 1923, não fui mais para o Hotel des Bergues: fui para o Hotel de la Paix, situado no mesmo cais do Mont Blanc, porque estava neste hotel Afrânio de Melo Franco, chefe da nossa Delegação Permanente na Liga. Não conhecendo ainda Melo Franco, senão num rápido encontro em Paris, era do meu interesse conviver um pouco mais de perto com ele. Ainda porque, sendo eu Secretário *ad hoc* na Assembléia, era natural que ficasse o mais tempo possível a seu lado.

Em setembro do ano seguinte, 1924, vim novamente de Londres para a Assembléia, hospedando-me mais uma vez no Hotel de la Paix. No fim daquele ano Melo Franco levantou a idéia de eu ser transferido de Londres para Genebra. Eu sabia que ele estava contente com meu trabalho ali, e tínhamos pessoalmente as melhores relações. Sabia que era meu amigo e era acolhido como tal no seio de sua família. Uma remoção de Londres para Genebra não me desgostaria naquela ocasião. Estava residindo em Londres fazia cerca de dois anos, e o posto, sob o ponto de vista diplomático, não

tinha para mim grandes atrativos. Assim que aceitei, sem pôr quaisquer restrições, a possibilidade dessa transferência, e deixei que o Embaixador Melo Franco fizesse o que lhe cabia fazer junto ao Ministro Félix Pacheco para efetivar minha remoção. De fato ele mandou ao Itamaraty vários telegramas, não propriamente pedindo minha remoção, mas insistindo sobre a conveniência de me ter em Genebra. Mas o Itamaraty fazia-se de desentendido, havendo qualquer coisa com relação a Melo Franco que não facilitava minha remoção. Quando voltei para Londres em outubro de 1924, escrevi-lhe uma carta sugerindo que ele mandasse dizer a Félix Pacheco que de minha parte aceitaria de bom grado a remoção para Genebra. Admitia que fosse falta de uma declaração minha que dificultava a solução do caso. Mas Melo Franco não aceitou minha sugestão, dizendo já haver enviado vários telegramas com meu nome, mas que não tivera até então nenhuma resposta. Eu sabia disso. Porém sabia também que Melo Franco era um homem que não gostava de fazer pedidos pessoais, fosse para ele e sua família, fosse para quem fosse. Preferia, para isso, empregar termos ambíguos ou pouco claros. Admitia que, sendo um político, não desejasse ficar devendo favores, quer ao Presidente da República, quer ao Ministro do Exterior, muito embora fossem ambos seus amigos. À carta que lhe escrevi de Londres respondeu-me nos seguintes termos:

“Amigo Dr. Lyra — Recebi sua carta e renovei o pedido ao Ministro, não com os termos sugeridos nela, mas com outros análogos. Entendo, não obstante, que isso não é preciso, porque o Ministro já teve *cinco* telegramas meus com o seu nome, e não seria o fato de dizer-lhe que o Sr. está de acordo com o meu pedido que o apressaria. Os *motivos* dos meus telegramas anteriores são explícitos e peremptórios, mas, apesar disso, não tiveram resposta. Escrevi também uma carta, que seguiu ontem.

Sigo amanhã para Bruxelas e, na volta, passarei três dias em Paris.

Dê por mim abraço ao Domício e tenha-me sempre como amigo atento e colega obrigado,

AFRÂNIO DE MELO FRANCO. Genebra, 24 de outubro 1924.”

### XXX

De fato ele tinha passado a Félix Pacheco mais de um telegrama a meu respeito. Mas, longe de fazer um pedido formal no sentido da minha remoção para Genebra, fizera-o em termos vagos e inexpressivos. A 26 de julho de 1924, por exemplo, telegrafara a Félix Pacheco:

“Sílvio Rangel de Castro comunicou ter telegrafado Vossência e Presidente sobre a sua situação. Caso não aceite o posto aqui, rogo designar um outro, que poderia ser Heitor Lyra”.

Sílvio era 2º Secretário de Embaixada. Mas, na idade que tinha, sentia-se envergonhado em continuar como 2º Secretário de Embaixada. Talvez por isso fizesse figurar seu nome, na lista oficial do pessoal diplomático, como Secretário-Geral da nossa Delegação, o que de fato não era. A 1º de setembro do mesmo ano de 1924 telegrafava novamente Melo Franco ao Ministro do Exterior: “Seriam muito úteis agora os serviços de Heitor Lyra”.

Ora, expressar-se em tais termos não significava pedir. No fundo, e encarado sob esse aspecto, Melo Franco não era um homem prestativo, no sentido de pedir para outrem. Quem fosse contar com ele para isso estaria simplesmente perdendo seu tempo. Não direi que agisse por egoísmo ou imprestabilidade. Talvez por espírito de independência, por não querer dever nada a ninguém, por acanhamento ou simplesmente por comodidade. Dessa sua aversão a fazer pedidos se queixavam seus próprios filhos. Lembro-me de que a esse tempo Afraninho de Melo Franco era 3<sup>o</sup> Oficial da Secretaria de Estado do Itamaraty e desejava ser transferido para a carreira diplomática como 2<sup>o</sup> Secretário. Não obstante não conseguiu que o pai se interessasse por ele junto ao Presidente da República ou junto ao Ministro do Exterior. E Afraninho só conseguiria ser transferido para o Corpo Diplomático em janeiro de 1926, graças unicamente ao irmão Virgílio — o Virgilinho, que desfrutava da simpatia de Artur Bernardes, gozando junto ao Presidente da República muito maior prestígio do que o próprio Melo Franco. Este me diria nessa ocasião que não pedia por Afraninho porque não desejava que este ingressasse na carreira diplomática. Nunca acreditei em tal e sempre achei que ele não queria simplesmente pedir o que fosse para o filho.

O mesmo se daria, aliás, com o mais velho, o Caio, que, sendo 2<sup>o</sup> Secretário de Legação, aspirava ser promovido a 1<sup>o</sup>, coisa relativamente fácil se pudesse contar com o apoio do pai junto ao Presidente, que por certo não se negaria a fazê-lo, apesar de Caio ter *apenas* seis anos de classe, quando o Presidente promovera o genro, Alves de Sousa, depois de somente dois anos de 2<sup>o</sup> Secretário.

Acredito que a repulsa do pai em pedir para o filho provinha sobretudo de um sentimento instintivo, e não comodismo ou imprestabilidade, coisa inadmissível nele, sabendo-se que fora sempre um bom pai. Não havia de ser, em todo caso, por escrúpulo ou qualquer outro movimento dessa natureza, porque com relação a Caio, se não quis pedir sua promoção ao Presidente Bernardes, iria ele próprio promovê-lo quando assumiria a pasta das Relações Exteriores na primeira ditadura do Presidente Vargas.

### XXX

Para a Assembléia de 1925 voltei novamente a Genebra. Desta vez na companhia de Régis de Oliveira, que, tendo assumido a Embaixada em Londres, ia a Genebra como um dos Delegados do Brasil à referida Assembléia. Anunciando minha ida a Melo Franco, este respondeu-me com a seguinte carta:

“Genebra, 25 de agosto de 1925.

Prezado amigo Dr. Lyra

Recebi sua carta de 22 do corrente, que me trouxe a grata notícia da sua próxima vinda a Genebra, em companhia do Embaixador Régis de Oliveira. Não esqueci ainda os bons serviços que o Sr. aqui me prestou, a mim próprio e à Delegação do Brasil; e, embora não tenha vindo do Rio designação do seu nome para Secretário durante a próxima Assembléia, espero que o Sr. nos poderá ser, então, de muito auxílio.

Aguardando o prazer de o tornar a ver por cá, aproveito o ensejo para lhe reiterar as seguranças da minha estima e consideração.

Ainda desta vez hospedei-me no Hotel de la Paix. E foi somente pouco depois

de janeiro de 1926, quando fui, afinal, transferido de Londres para Genebra, que passei a residir provisoriamente no pequeno hotel *Résidence*, no bairro chamado *Flo-rissant*, cercado de verdes e situado num dos recantos mais pitorescos de Genebra. Fiquei aí provisoriamente porque pouco depois Melo Franco me oferecia para morar no 1º andar da casa da chancelaria, à rua *Massot* nº 7, pois a chancelaria propriamente dita ocupava apenas o andar térreo. Assim que, deixando a *Résidence*, fui instalar-me nessa casa. Era um apartamento bastante grande, que eu mesmo preparei e mobilei. Disponha de uma sala de receber, dois bons quartos de dormir e uma sala de banho. Quando o Embaixador Régis de Oliveira veio a Genebra como Delegado à Assembléia de fevereiro de 1926, hospedei-o no meu apartamento. Depois foi a vez de Mário de Pimentel Brandão, que, sendo Conselheiro da Embaixada em Bruxelas, veio servir em Genebra. Tomávamos em casa o café da manhã, e as outras refeições fazíamos fora.

A chancelaria, no andar térreo dessa casa, constava de uma grande sala para os Secretários e o arquivo; uma outra grande sala que era o gabinete do chefe da Delegação, e uma menor para o Ministro-Adjunto; e ainda outra para os Assessores Militares. Os demais membros da Delegação, quando tinham o que fazer, trabalhavam em suas residências. A chancelaria estava instalada sem luxo. Mas era limpa, todos os móveis que havia ali eram novos e decentes, as salas amplas e arejadas, com bastante luz do dia. Sua principal vantagem, para nós todos, era estar quase em frente da casa onde residiam Melo Franco e sua família, na Praça *Claparède*, onde ele habitualmente trabalhava e passava as principais horas do dia, quando não o reclamavam a Assembléia ou o Conselho da Liga das Nações. Era fácil, assim, todo contato com ele: bastava atravessar a rua.

Apesar das boas condições da casa da chancelaria, Melo Franco não estava contente com ela. E de vez em quando falava em transferi-la para uma casa melhor. Tenho uma carta dele, escrita de Genebra em 15 de janeiro de 1925, em que, ao mesmo tempo que criticava o clima de Londres, queixava-se da casa da rua *Massot*, do pouco espaço que se tinha ali, inconveniente para os trabalhos da Delegação.

“Imagino — dizia ele nessa carta — quanto se aborrecerá o Senhor com o mau tempo reinante atualmente em Londres. Ao que dizem os jornais, há longos anos não se via aí tão denso nevoeiro. A julgar por mim, a neurastenia deve assolar agora essa cidade, pois não creio que haja coisa que mais nerve a alma do que a ausência prolongada do sol, e a longa substituição da luz natural pela luz artificial.”

De fato, o inverno de 1925 foi, sob o ponto de vista de clima, um dos piores de Londres. Quanto a ficar neurastênico com ele, quer pela falta de sol, quer pelo espesso nevoeiro ali reinante, era coisa que não me atingia. Está claro que gostava de sol, e o meu temperamento, como brasileiro, preferia o frio ao calor, muito embora o ideal, para mim como para toda gente, penso, seria um país de clima temperado, como Portugal, Espanha ou Itália. Do que realmente não gostei nunca foi do calor úmido do Rio de Janeiro, tanto menos quanto se prolongava por vezes quase seis meses. Alguém dizia: “O clima do Rio? São seis meses de verão e seis meses de calor”. É verdade que vivi grande parte da minha carreira em Roma, e estou há muitos anos em Lisboa, mas também uma grande parte da minha carreira foi feita em países de clima frio: mais de dois

anos em Berlim, três anos no Canadá e cinco na Dinamarca. E sempre me dei bem naqueles países.

Quanto à instalação da chancelaria, dizia Melo Franco na referida carta:

“Não estou satisfeito com a casa em que nos instalamos, por ser pequena para o funcionamento de toda a Delegação. Durante as horas de expediente não se pode estudar nem produzir porque a tarefa de uns perturba ou impede o trabalho de outros. Se o Congresso Nacional tiver aumentado a nossa verba de aluguel da chancelaria, tomarei o palacete Miremont logo que termine o nosso contrato atual.

Creia-me sempre seu muito amigo

AFRÂNIO DE MELO FRANCO”.

Mas aí ele não tinha razão. É claro que as dimensões do palacete Miremont não podiam ser comparadas com as poucas salas que havia na rua Massot. Mas a Delegação só ocupava o andar térreo dessa casa. Se Melo Franco, em vez de me dar para morar o 1º andar, tivesse ocupado toda a casa, disporia de mais três salas no andar superior, tendo numa delas o seu gabinete de trabalho, a resguardo de todo intruso ou de pessoas indesejáveis. Em todo caso, com a Delegação inteira ocupando apenas as salas do andar térreo, era impossível realmente trabalhar. No fundo, os únicos que efetivamente faziam qualquer coisa aproveitável eram os dois Secretários, Accioly e eu. Leitão de Carvalho e Eliseu de Montarroyos trabalhavam em suas casas. O resto, Rangel de Castro, Secretário como eu, e os demais Assessores, com que o Governo no Rio tinha enchido a Delegação, só serviam na realidade para atrapalhar o serviço, do Accioly e meu, mexendo em todos os papéis, tudo vendo ou querendo ver, inclusive telegramas confidenciais, como Barbosa Carneiro, a ponto de eu ser obrigado a mandá-lo afastar-se de trás das minhas costas, quando tentava espreitar um telegrama confidencial que eu estava cifrando.

### XXX

Na Praça Claparède, que era a sede da Delegação Permanente do Brasil, vivia Melo Franco com os filhos. Afonso Arinos de Melo Franco, que naquele tempo era o Afonsinho rapaz com cerca de vinte anos de idade, descreve muito bem essa casa. Diz ele no 1º volume de suas memórias, intitulado *A Alma do Tempo*:

“Em breve meu pai alugou uma boa residência para a sede da Embaixada. Ficava no bairro chamado das Trincheiras (*Les Tranchées*), nome proveniente, segundo me disseram, das lutas ali havidas entre as legiões de César e as hordas dos Helvécios. Era, naquele tempo, uma zona meio campestre, com ruas que pareciam antes caminhos floridos, se insinuando entre sebes vivas. Nossa casa tinha quatro pavimentos, contando o subsolo (onde estavam a adega e salas dos empregados); dispunha de três salões no primeiro andar, quartos e uma sala no segundo, e ainda quartos no terceiro, onde eu habitava sozinho. Ficava na Praça Claparède, nome dado em homenagem ao grande mestre da pedagogia\*, tazendo ângulo com a rua Florissant, de um lado, e a rua Massot (nome de um pintor genebrino) do outro. Sem ser luxuosa, era ampla e confortável,

\* Eduardo Claparède, professor de psicologia experimental na Universidade de Genebra e fundador, em 1912, do Instituto J. J. Rousseau, consagrado às investigações de psicologia infantil.

prestando-se bem ao fim que meu pai lhe atribuía, de abrigar a primeira Embaixada permanente junto à Liga das Nações”.

Ali vivia pois o chefe da nossa Delegação. Saía geralmente pouco de Genebra, a não ser a curtos passeios pelos arredores pitorescos daquela cidade, recantos por vezes à beira do lago Léman. Não dava festas nem recepções em casa. Nem comidas aparatosas. Convidava, de quando em quando, algum brasileiro de passagem por Genebra ou um colega estrangeiro para almoçar, não se preocupando nunca em servir-lhe um *menu* especial. Melhorava apenas a bóia de todos os dias. Uma vez convidou, sem prevenir as filhas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, Sir Austen Chamberlain, o qual comeu o nosso clássico feijão com farinha. Foi como todos os dias: a velha Cândida, que ele trouxera do Brasil e todos conheciam como uma tradição na família, pôs, como sempre, os pratos na mesa, que as próprias filhas de Melo Franco ofereciam aos seus hóspedes, com a simplicidade e velha cordialidade mineiras. Tudo muito patriarcal.

Aliás, essa gente Melo Franco em rigor não comia. Lambiscava apenas os pratos. Os que eram magros não queriam possivelmente engordar. E os que eram gordos queriam emagrecer. A dizer a verdade, nenhum dos filhos de Melo Franco, que estavam com ele em Genebra, podia ser tido como gordo. Afraninho, afetado dos pulmões, era um magricela. E, das meninas, a única em que sobravam um pouco as banhas era Maria do Carmo. Não tanto por ser gorda, mas antes pelo formato do corpo, mais forte e mais bem plantado do que os das irmãs.

Quanto ao meu chefe, nunca o vi comer dois pratos; e o único em que tocava o fazia apenas para prová-lo. A bem dizer, contentava-se, em matéria de alimentação, com umas poucas colheres de arroz. Se alguém neste mundo vivia de brisas, devia ser ele. Uma vez, em Paris, levou-me para almoçar ao Paillard, rua de la Chaussée-d’Antin, uma das mais afamadas cozinhas parisienses, conhecida dos *gourmets* e dos *gourmands* de todo o mundo. Veio atender-nos, solícito, o *maitre d’hôtel*, com o clássico *menu* e o lápis na mão. Melo Franco pediu: “omeleta com arroz”. No Paillard! Omeleta com arroz! Tive receio de ver o *maitre d’hôtel* cair com uma síncope. Penso que essa “omeleta com arroz à Melo Franco” entrou para a galeria culinária do Paillard. Mas o pior nessa história não foi isso. O pior foi quando apareceu-nos o homem dos vinhos, o *sommelier*, como dizem os franceses, com sua corrente ao pescoço, a perguntar que vinho tomaríamos. “Traga-me, disse Melo Franco, um quarto de água de Vichy”. Fiquei envergonhado. Água de Vichy! E apenas um quarto de garrafa! E, para consertar um pouco a coisa, pedi meia garrafa de um vinho Bordeaux.

Homem eternamente com fastio, não tendo a menor paixão ou o mais longínquo interesse pela mesa, Melo Franco era pouco inclinado a praticar o que se chama — ou se chamava — a “diplomacia do garfo”. Grande conversador, espírito brilhante e cheio de *verve*, geralmente de bom humor, preferia aplicar suas qualidades de negociador em pé, no meio da sala ou sentado comodamente numa poltrona, agitando uma perna cruzada sobre a outra, o cigarro a fumar entre os dedos, do que debruçado sobre um prato, entre dois convivas, fazendo o sacrifício de comer ou apenas fingir que comia. Raramente, por isso, convidava alguém para comer fora de casa, num restaurante ou num dos hotéis de Genebra. A este respeito lembro-me apenas de um grande almoço da-

do no restaurante des Eaux-Vives em honra de Antônio Carlos de Andrada, então Presidente do Estado de Minas Gerais. Ele era velho amigo desse Andrada, mas o almoço tinha sobretudo um caráter político, no sentido de obter o apoio do Presidente de Minas para se eleger Senador Federal, espécie de coroação de sua carreira política, como ele me disse um dia. Infelizmente, porém, para ele, nunca passaria de Deputado Federal. Seu filho, Afonso Arinos Sobrinho, teria mais sorte, pois chegou a se eleger Senador Federal. Não por Minas Gerais, mas pelo Estado da Guanabara, graças ao apoio que teve de Carlos Lacerda, então Governador do Estado.

Antônio Carlos apareceu em Genebra com uma pequena comitiva, na qual figurava, entre outros, meu amigo Oscar Bormann, que tinha sido chefe do seu Gabinete quando o Andrada fora Ministro da Fazenda. Bormann era então da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Londres.

Um outro almoço dado por Melo Franco foi em honra de Le Breton, Delegado argentino na Comissão de Reforma do Conselho da Liga. Almoço simples, sem qualquer caráter diplomático. Dois dias depois Le Breton retribuía esse almoço com um jantar no Hotel des Bergues. Sentei-me nesse jantar ao lado de Fernando Perez, Embaixador da Argentina em Roma e Delegado em Genebra da Comissão do Desarmamento. Era formado em medicina, mas nunca exercera essa profissão. Tinha sido Ministro da Argentina em Viena; depois do que, foi Embaixador em Roma. Era um velhinho muito vivo, extremamente cordial, inventor de um novo processo de verificar a autenticidade dos quadros dos grandes mestres da pintura. Tinha uma conversa abundante e cheia de pitoresco, e pela qual revelava sua grande cultura.

Na Suíça, como na Europa Ocidental em geral, exclusão, naturalmente da Inglaterra, comia-se bem. E na Suíça francesa melhor do que na Suíça alemã ou italiana. Em Genebra, e também em todas aquelas cidadezinhas do lago Léman, havia excelentes restaurantes. Eram às vezes pequenas salas de aspecto rústico ou simples alpendres, à beira do lago, que raramente davam aos viajantes a impressão daquilo que realmente valiam. Em Genebra comia-se bem nos restaurantes dos três hotéis: o Beau-Rivage, o de la Paix e o des Bergues. Neste sobretudo, cuja cozinha era rigorosamente francesa. Era o hotel preferido da Delegação de França, e isso era já uma recomendação para o conceito que se podia fazer de sua mesa. Ali era visto freqüentemente Aristides Briand saboreando os pratos que sabia encomendar com o mesmo interesse que punha na organização dos pratos de sua cozinha política.

Os dois restaurantes *Garance*, o do centro da cidade para o inverno e o do cais do Mont Blanc para o verão, eram sempre muito procurados. Depois que me instalei à rua Massot, onde não fazia cozinha, ia comer geralmente no *Garance* do cais de Mont Blanc, na ampla sala de frente que dava para o lago, tendo ao fundo o espetáculo fascinante das montanhas azuis dos Alpes com o cocuruto coberto eternamente de neve. Na sala de refeições havia um pequeno aquário, onde nadavam trutas que o freguês podia escolher para depois saboreá-las. Costumava eu almoçar ali numa mesa ao lado da qual sentava-se Albert Einstein, o já célebre judeu alemão criador da teoria da relatividade. Naquele tempo a Alemanha não era ainda nacional-socialista, e Hitler não passava de um simples agitador político, como havia às dezenas na Alemanha. Em Berlim, Einstein desempenhava o cargo de Diretor do Instituto de Física Kaiser Wilhelm. Fora

prêmio Nobel de Física de 1921. Vinha a Genebra todos os anos como representante da Alemanha na Comissão de Cooperação Intelectual. Era tido como o mais legítimo expoente do pensamento e da ciência alemã. Comia geralmente pouco, e durante o almoço se distraía lendo anúncios de jornal. Como íamos quase todos os dias almoçar no mesmo restaurante, e sentávamos um ao lado do outro, costumávamos dar um “bom dia” assim que ali chegávamos. Ele sabia que eu não ignorava quem ele era, como ele sabia que eu era um Secretário da Delegação Permanente do Brasil. Mas nunca tínhamos encetado ali uma conversa, ele lendo sempre os anúncios dos jornais. Um dia não me contive, e, chamando o *Maître*, perguntei-lhe por que motivo os anúncios de jornais podiam interessar um homem como ele, que era afinal um sábio. Respondeu-me que os anúncios o divertiam, e sua leitura era para ele um repouso intelectual. Que era melhor ler anúncios de jornal do que ouvir muita sandice que se dizia nos corredores da Liga das Nações. De resto, ele nunca fora um grande conversador, e só depois de completar três anos de idade é que começara a falar. Tinham-no por isso como uma criança atrasada, incapaz de dar qualquer coisa na vida. “Prognóstico que não corresponderia à realidade”, disse-lhe eu. Não me respondeu. E, talvez para que eu o deixasse com seus anúncios, reabriu a página do jornal que lia.

Seu confrade francês na Cooperação Intelectual era Henri Bergson, outro judeu, de rosto fino e seco, crânio ossudo, quase desguarnecido de cabelos. No físico era o oposto a Einstein, que era gordo, rosto largo e longa cabeleira caindo-lhe desordenadamente sobre o pescoço e sobre a testa.

O Brasil estava representado na Cooperação Intelectual (refiro-me às reuniões anuais em Genebra porque nosso representante efetivo no Instituto, com sede em Paris, era Montarroyos) ora por Carlos Chagas, ora por Aloysio de Castro, que aparecia em Genebra com aquele ar de mistério, aquelas maneiras brandas, passos silenciosos, gestos suaves e um sorriso de eterna inocência — o que encobria uma das criaturas mais simuladas que tenho conhecido. Com aquele aspecto de sofredor resignado, aquela tez morena e os cabelos de um negro cor de nanquim (tão pretos que se viam logo serem brancos), parecia um nobre hindu convalescente. A frase, em rigor, não é minha, mas uma paródia a outra de Gastão da Cunha com relação ao filho do Barão de Penedo, Artur de Carvalho Moreira, que Gastão dizia dar a impressão de ser um nobre inglês convalescente.

### XXX

Para certos pratos, determinadas especialidades, havia outros restaurantes, que, embora mais modestos que o *Garance*, talvez fossem mais indicados para os *gourmets*, como o *Crocodile*, por exemplo, espécie de *brasserie*, com suas mesas rústicas cobertas com toalhas de xadrezinho vermelho e branco, sua decoração apropriada. A fama de sua cozinha firmara-se com o elogio que lhe fizera certa vez Léon Daudet, o panfletário da *Action Française*, grande conhecedor da boa mesa. No *Crocodile* bebemos uma vez, Leitão de Carvalho e eu, o melhor Chateaufort du Pape que tenho saboreado.

Se fosse para um almoço com muitos convidados, *menu* e mesa previamente organizados, *maître d'hôtel* e *sommelier* de corrente ao pescoço, havia o restaurante do

parque des Eaux Vives dominando uma parte da cidade. Mas caro. Para um almoço, feito às pressas entre duas sessões do Conselho da Liga, havia o *Café do Norte*, onde se comia ao som de uma orquestra menos do que suportável — como todas, aliás, desse gênero. No verão arrumavam as mesas na calçada da frente, os músicos vinham para fora, o que dava uma nota alegre e otimista. Se fosse o caso de jantar com dança, na companhia das “meninas da Liga”, isto é, das muitas funcionárias do Secretariado, uma coleção de raparigas de todas as nacionalidades, algumas realmente bonitas e todas com a mentalidade internacional que lhes emprestavam seus cargos na Liga, havia o *Rolfo*, ou *Rolfô*, como se dizia.

Onde, porém, geralmente se dançava todas as noites e com uma excelente orquestra era no Kursaal de Genebra. Para os cavalheiros sem par que ali apareciam havia as “meninas” da casa, raparigas geralmente da cidade ou dos Cantões vizinhos, dançarinas de profissão, contratadas para isso pela direção do Kursaal, cujo interesse residia unicamente em obrigar a clientela a pagar as bebidas nos intervalos das danças. Eram as tais raparigas que encontrei rodeando Raul do Rio Branco na noite em que vim de Londres e fui ter com ele no Kursaal. Essas dançarinas tinham um fundo burguês e familiar, e perdia seu tempo quem quizesse ter com alguma delas um romance de amor. É preciso não esquecer que Genebra era uma cidade de província, muito embora estivesse sob certos aspectos mais adiantada do que a capital do país, Berna, que, em matéria de dançarinas, só tinha a mulher do urso — que, aliás, não dançava, mas apenas se balançava com as pernas grossas e bambas.

### XXX

Dançava-se também em Genebra no Club Internacional, o qual dava de vez em quando um baile, freqüentado unicamente pelos sócios, funcionários todos da Liga, ou convidados destes, geralmente pessoal das Delegações estrangeiras. Havia ainda algumas salas gênero *cabarets*, das quais a melhor era o *Fantasio*. Ali teve suas noites de sucesso o filho de Antônio Carlos, Fábio de Andrada, o mais surpreendente dançarino de shimmy que tenho visto, a ponto de o gerente da casa se empenhar fortemente em contratá-lo, com um ordenado que deixou o rapaz na realidade tentado, e só não aceitou por oposição decidida do pai. Oscar Bormann, que acompanhara Antônio Carlos a Genebra, e eu achávamos que ele não devia hesitar, ao menos enquanto o pai estivesse por ali. Que mal podia de fato haver nisso, salvo o preconceito que existia então no Brasil contra essa espécie de dançarinos? Mas quem poderia lá saber que o filho do velho Andrada fora durante algumas semanas profissional no *Fantasio* de Genebra?

No mês de setembro promoviam-se ali grandes festas, as chamadas festas da Escalada, comemorativas da tomada da cidade pelos patriotas. Era uma espécie de carnaval. Havia então cortejos e bailes por toda parte, e ainda lembro as festas de 1925, as últimas a que assisti, do jantar e baile à fantasia no *Résidence*, seguido no dia posterior de um grande baile no *Bergues*, também precedido de *souper*.

Aliás, aquele ano de 1925, que marcou, por assim dizer, o auge na vida da Liga das Nações (já no ano seguinte, com a retirada do Brasil, a primeira da série, e a primeira também de suas “crises”, começou a fase descendente do Instituto), foi particu-

larmente brilhante na vida social de Genebra. Dançou-se muito nos grandes hotéis. Abriu a estação das danças o Brasil, com um baile no *Bergues*, na noite de 7 de setembro, comemorativo da nossa Independência. Seguiram-se os bailes dados pelo Canadá, pelo Chile, pela Itália, pela Suíça, todos no hotel des Bergues.

Meu Natal desse ano, o terceiro na Europa, passou-se em casa de Reinaldo Coutinho, um palacete cercado de um vasto parque na *route* de Florissant, com a roda completa dos brasileiros de Genebra. Coutinho era um português do Brasil, comanditário de uma grande casa de importação do Rio de Janeiro, e que vivia em Genebra com a senhora e a filha. A bem dizer vivia viajando, fazendo a *navette* entre o Brasil e a Suíça. A mulher é que, por motivo de saúde, havia fixado residência em Genebra. Coutinho era muito rico, e sempre me pareceu que a filha tinha suas simpatias por Sílvio Rangel de Castro. Foi pena que o casamento não se fizesse. Pena para quem? Dela nunca mais tive notícia, nem soube que fim levou. A natureza não fora muito pródiga com ela em relação ao físico, mas isso era até certo ponto compensado pelas excelentes qualidades de educação e os dotes morais que possuía, e que a fariam uma ótima esposa. E, como filha única, era herdeira de enorme fortuna. Que mais podia Sílvio aspirar numa idade que não era mais a tentação das moças solteiras? Mas cada um tem seu destino traçado, e o destino de Sílvio era outro. Em casa de *Madame* Coutinho festejamos também o ano novo de 1926.

Os restaurantes. As danças nos grandes hotéis. As noites no Kursaal. Os passeios à margem do lago. O aperitivo à tarde na *Bodega* — sim, porque Genebra, como Paris, tinha também a sua *Bodega*. Que mais podia eu exigir daquele meio tranqüilo para distrair o espírito, repousá-lo da fadiga diária da chancelaria, do nunca acabar de cifrar e decifrar telegramas? Sim, havia ainda os teatros, os cafés-concertos. Havia o Comedia, onde vi Madame Simone representar *Les amoureux* de Porto-Riche, uma Madame Simone rejuvenescida leve como uma pluma, que faria sem dúvida inveja à Madame Cécile Sorel — perdão, à Senhora Condessa de Ségur.

O teatro *Casino* era para as revistas, assim como o *Alhambra*. Ali assisti à opereta *Pas sur la bouche!* que fazia então furor na Europa. O *refrain* era cantado em toda parte:

*Un baiser, un baiser, un baiser!*

*Pas sur la bouche!*

*Un baiser, un baiser, un baiser!*

*Ça m'effarouche!*

Faltava em Genebra um teatro de ópera, como havia em Zurique. Em compensação tinha uma sala de concertos, a do Conservatório. Ali assisti, em outubro de 25, Segovia tocar magistralmente a guitarra.

### XXX

Em janeiro de 1926 o Conselho da Liga das Nações reuniu-se em Roma. Para lá partiu, com a família, Afrânio de Melo Franco. Eu lhe escrevia em data de 20 desse mês:

“Meu caro Embaixador.

Bem merecia V. Exa. ir passar seus dias de folga nesse ambiente de doces evocações, onde cada pedra, cada coluna e cada inscrição nos transporta, insensivelmente, aos tempos memoráveis do passado. Depois de meses na porfia pelos interesses do nosso país, no desempenho honesto dos deveres de seu cargo, que melhor e mais sã recompensa poderia contentar o espírito de V. Exa. do que essa de juntar, cada dia, no contato com as ruínas dos romanos, um conhecimento a mais ao cabedal já enriquecido em anos consecutivos de estudos? Meu voto é para que V. Exa. traga, desta sua estada em Roma, o espírito vivificado, e retemperados os nervos para dar aqui o último e decisivo combate em prol da nossa grande aspiração — encerrando, assim, com a vitória, essa campanha memorável, da qual V. Exa. tem sido o capitão esclarecido e sempre incansável.

A solicitude de Accioly tem posto V. Exa. a par do que se vem passando nesta Delegação. Nada me cabe, portanto, dizer-lhe neste sentido. O relatório do L. de Carvalho, que eu suponha ganhar a palma ao de V. Exa. na corrida pelo teclado da máquina, ainda cá se arrasta com os seus últimos capítulos, parecendo certo que se não dará por acabado ainda nesta semana. O nosso excelente Major, positivamente, virou tratadista!

Há dias já que me transportei, com trastes e petrechos, para os altos da rua Masot. Eu, que me tinha na conta de homem com uma justa medida, quase que estourei minhas acanhadíssimas reservas com essa famosa instalação. E já agora não vejo outra salvação para repará-las senão a proverbial generosidade das “demoiselles” Melo Franco na batalha das “copas” — a menos que o casal Leitão de Carvalho e o Cônsul Casais abduquem do péssimo costume de me fazerem, invariavelmente, pagar as despesas ao bridge.

Fico muito agradecido à gentileza do seu cartão de 18. Peço transmitir minhas boas lembranças às suas gentis “demoiselles” — e muito especialmente à minha parceirinha ao *reelancing*\* — e aceitar, meu caro Embaixador, o abraço cordial e respeitoso deste seu amigo e admirador agradecido

HEYTOR LYRA”.

Minha remoção para Genebra tinha a data de 1<sup>o</sup> janeiro de 1926. Dias depois eu escrevia a Lucilo Bueno, nosso Ministro em Copenhague e meu amigo de longo tempo:

“É bem verdade que de tempos a esta parte ando em repetidas jornadas entre Londres e Genebra, escala forçada por Paris: ora à sombra da diplomacia do mestre Chamberlain, esse bretão amigo de toda gente, sorridente e maneiroso para todos, e em cujas tendências pacíficas mal reconheceria hoje aquele furibundo e irascível Joe; ora sob o céu que acolheu Madame de Staël, e, como ela, tudo remexendo, de tudo se inteirando, num desejo ilimitado de dar regras e pautar preceitos aos povos desarticulados deste mundo — o que é, afinal, o pesado destino desta Liga... Aproveite o pretexto do inverno, entregue essa missão ao Grão-Duque do seu Secretário (era o Secretário

---

\* Tratava-se de Anah, filha mais nova de Melo Franco, com cerca de sete anos de idade. Anos depois casaria com Carlos Chagas Filho, ex-representante do Brasil na UNESCO, em Paris.

Rubens de Melo), e venha filosofar um pouco à borda do lago Léman. Se já não conhece o Sr. Melo Franco, você terá ensejo de privar de perto com um coração transbordante de bondade, guiado por uma inteligência tão perfeitamente equilibrada, que dir-se-ia nascida na escola de seus amigos britânicos”.

Em 8 de maio, eu escrevia de Genebra a Edgardo Barbedo, que era então 1º oficial da Secretaria de Estado:

“No último movimento diplomático fui removido de Londres para Genebra. É certo que já aqui trabalhava desde novembro do ano passado, requisitado pelo Dr. Melo Franco; e que este várias vezes, dando aos meus serviços um valor que nunca tiveram, solicitara ao Itamaraty minha vinda para esta Missão. Mas não cuidava que o atendessem, visto o silêncio anterior. De tudo concluo que minha remoção não teve outro intuito senão atender, afinal, ao desejo do Sr. Melo Franco, e facilitar por outro lado a ida de Sousa Leão para Londres, como tanto desejava. Fosse, porém, como fosse, o certo é que estou contente com o meu novo posto, onde tenho um chefe que é também um amigo meu, a companhia sempre agradável do nosso excelente Accioly — Quando residia em Londres, tinha ensejo de ir continuamente a Paris. Eram apenas seis horas de viagem, que eu suportava alegremente, na certeza de que, com alguns dias em Paris, compensaria a monotonia e o desconforto da vida londrina. Mas depois que vim para Genebra não posso mais me dar a esse luxo, embora as passagens sejam mais baratas do que através da Mancha. Antes de tudo, estou aqui há quase doze horas de Paris; depois, o trabalho nesta Delegação (onde ficamos diariamente até 7 e 8 horas da noite) não me permite ausentar-me. Assim que, após vir para cá, só saí ultimamente quando fui com o Dr. Melo Franco passar uns dez dias em Paris”.

Em Genebra, eu, de fato, trabalhava muito. Ao contrário de Londres, onde, a bem dizer, não tinha quase nada que fazer. Daí minhas fugas, sempre que podia e me permitia o Embaixador Domício da Gama, para Paris, onde a vida tinha encantos que não encontrava em Londres. Em Genebra éramos na prática apenas dois Secretários, Hildebrando Accioly e eu. Suportávamos toda a carga do trabalho, porque o outro Secretário da Delegação brasileira, Sílvio Rangel de Castro, nada fazia. Não tinha hábitos de trabalho, nem se mostrava disposto a adquiri-los. Vivía a queixar-se de preterições, de atraso na carreira, lamentando todos os dias não estar ainda 1º Secretário ou mesmo Ministro. E todo o seu programa de vida em Genebra era esperar por uma promoção. Tinha ali sua mesa limpa de papéis, e passava os dias sentado numa cadeira a olhar para o tempo e sem fazer nada. Alguém que o viu assim um dia perguntou: “Que faz o Sílvio sentado naquela cadeira?” Temístocles da Graça Aranha, Secretário em Berna, que aparecia freqüentemente em Genebra, respondeu: “O que ele faz? Está esperando pela promoção”.

Quando cheguei a Londres — já o disse — Sílvio era o Secretário de Domício da Gama para as questões do Conselho da Liga das Nações, e do qual fazia parte Domício da Gama como representante do Brasil. Mas Sílvio não ia a Londres, sob o mesmo pretexto que Barbosa Carneiro, Adido Comercial da Embaixada, isto é; achavam que o clima da Inglaterra não lhes era favorável. E moravam ambos em Paris. Assim que, na falta de Sílvio, era eu que me ocupava em Londres dos assuntos da Liga.

Em Genebra, quando se reunia a Assembléia no mês de setembro, Sílvio tinha

uma vida muito recatada. Vivia com uma rapariga francesa, e pouco aparecia na roda social. Dizia que se sentia envergonhado de ser ainda 2.º Secretário. Não é que fosse muito velho, embora não fosse também um jovem. Nascido em 1888, tinha em 1923 trinta e cinco anos. Originário de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, terra da família do Presidente Rodrigues Alves, Sílvio era uma espécie de perflhado desta família. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, fora nomeado em seguida Promotor Público de Guaratinguetá, entrando para o Itamaraty, como Adido à Secretaria de Estado, em 1914. Como em 1923 já não vivia o Conselheiro Rodrigues Alves, Sílvio não tinha mais padrinho que lhe facilitasse a carreira. Assim que somente em 1926, com perto de quarenta anos, é que seria promovido a 1.º Secretário, e promovido por antiguidade! Já se vê, com grande desgosto e não menor decepção de sua parte.

### XXX

Como pessoa, era um homem muito bem educado, e tinha excelente aspecto físico. Não sendo muito inteligente, tinha entretanto uma cultura superficial das coisas, o bastante para não passar por ignorante. Utilizava este pouco que sabia para fazer conferências sobre assuntos brasileiros, na errada suposição de que elas o ajudariam na carreira diplomática. Assisti a duas delas, sendo uma em Londres, no King's College. Fomos nós quatro da Embaixada: Carlos Martins, Luiz Gurgel do Amaral, Camilo de Oliveira e eu. Versava a conferência sobre a cidade do Rio de Janeiro. Sílvio de pé, com uma vara na mão, apontando cenas cariocas numa grande tela. Mas limitava-se a dizer quando aparecia, por exemplo, a Praia de Botafogo: "*This is the Praia de Botafogo, the left side.*" Desaparecia a cena e via-se outro lado da Praia. E ele: "*This is the same Praia de Botafogo, the right side.*" Eram desse gênero as suas conferências. A que fez em Genebra não foi muito diferente. Ele dizia que acabaria sendo promovido a "golpes de conferências"! Acabaria, sim, por ser promovido... por antiguidade. "Passo por ser bondoso, — escrevia-me de Estocolmo Almeida Brandão — e o sou, mas proibiria terminantemente a esse grotesco e pernóstico menino que caceteasse o próximo com péssimas conferências em péssimo francês. Que copie ofícios e que se deixe de bobagens!"

Em Genebra, Sílvio vivia, como disse, com uma francesa, com a qual iria casar-se em 1929 ou 1930, não sei bem. Já naquele tempo os diplomatas brasileiros tinham que pedir autorização do Itamaraty para casarem-se. Sílvio servia então em Berlim, onde era Ministro do Brasil Guerra Duval. Como não gostasse pessoalmente de Sílvio, quando teve de pedir licença para este casar-se, passou nos seguintes termos o telegrama para o Itamaraty: "Sílvio Rangel de Castro pede licença para casar-se com Mademoiselle Louise". Casado com a dita francesa, e tendo hábitos econômicos, que muito bem correspondiam aos da mulher, era voz corrente que os dois em Haia, quando ele desempenhava ali o cargo de Ministro do Brasil, e viviam em hotel, criavam num quarto anexo ao deles uma galinha a fim de terem todos os dias um ovo, ovo destinado à alimentação do filho, que é hoje diplomata, como o pai, penso que 1.º Secretário de Embaixada.

### XXX

O principal trabalho da Delegação era o chamado de chancelaria, sobretudo cifração e decifração de telegramas do e para o Itamaraty. Dispúnhamos para isso de dois códigos, um chamado “administrativo”, para os assuntos sem maior importância, e outro “secreto”, para os assuntos que tinham esta característica. Quanto ao código administrativo, eram tantos os telegramas do e para o Itamaraty que eu e sobretudo Accioly já sabíamos de cor muitas das suas cifras. E por vezes bastava olhar para as cifras desses telegramas para sabermos do que se tratava. Mesmo o embaixador Melo Franco, que de vez em quando nos auxiliava na decifração dos telegramas, também sabia de algumas dezenas dessas cifras. Hoje, passados quase cinquenta anos desde aquelas datas, ainda me lembro que a conjunção e tinha como cifra 00323.

Ao lado dos telegramas havia a correspondência ordinária, que nos tomava grande parte do tempo, não nos deixando ocasião para sair um pouco, aproveitar a boa vida de Genebra, os belos passeios que a Suíça, como nenhum outro país da Europa, proporcionava a todos quantos tinham a fortuna de ali residir. Quanto a mim, posso dizer que, a não ser umas curtas excursões pelos arredores de Genebra, a Annecy e a Aix-en-Provence, às cidades à margem do lago, e duas rápidas viagens a Paris, não arredei pé da chancelaria da rua Massot durante toda a minha estada em Genebra. Sim, fui com Mário de Pimentel Brandão a Berna, que ainda não conhecíamos, ao pequeno lago de Thoune, passando por Spiez e Interlaken, até o lago de Brienz. Em Berna fomos ver Carlinhos de Ouro Preto e os ursos, as duas únicas coisas ali aproveitáveis. E teria certamente admirado melhor toda a beleza rústica daqueles dois lagos, talvez dos mais pitorescos da Suíça, se não fora uma terrível dor de cabeça que me apanhou no caminho, e que apenas melhorou com o almoço e a cafiaspirina que tomei em Interlaken.

Os curtos passeios que fazia pelas margens do lago Léman, pelas ~~cidadezinhas~~ quietas e acolhedoras, que descansavam sobre suas águas tranqüilas, eram para mim, para meu espírito apaixonado pela natureza, o melhor dos passatempos, o mais compensador a que podia aspirar para a dobadura que era o trabalho da chancelaria. Em Prégny ou em Coppet, em Lausanne um pouco mais adiante, em Evian do outro lado do lago, em qualquer desses pequenos sítios eu encontrava sempre um pretexto de distração, um motivo de interesse, um detalhe ou outro para prender minha atenção ou avivar minha curiosidade.

Em Prégny havia a célebre propriedade do Barão Adolfo de Rothschild, já falecido no meu tempo, mas conservada pela viúva, uma belga da família Anspach, a única baronesa Rothschild que não era prima do marido. Tinha um *yacht*, com o qual gostava de cruzar as águas do lago nos meses quentes de verão, vindo de Genebra, indo a Lausanne, a Territet, a Evian. Em sua casa de Prégny conservava a tradição hospitaleira do marido, e recebia o que havia de melhor na nobreza européia, na alta política, nas finanças, nas letras, nas artes. Elizabeth, a pobre Imperatriz da Áustria, mulher de Francisco José, quando foi assassinada na ponte das barcas diante do hotel Beau-Rivage, em Genebra, dirigia-se justamente à casa dos Rothschilds, em Prégny. No grande parque que rodeava a propriedade havia um aquário onde se cultivavam, dizia-se, as mais belas trutas azuis da Suíça, alimentadas, cada dia, segundo ainda se contava, com um coração de boi comprado especialmente para isso. Não sei. Eu me contentava com as trutas azuis do *Garance*, no cais do Mont Blanc, que se pagavam, aliás, bem caro.

No fundo nunca tive predileção por esse peixe, que acho desenxabido, sem gosto e cheio de terríveis espinhas, finas e longas. As do *Garance* ofereciam em todo caso o pitoresco de estarem ali à mostra num aquário de vidro, onde o cliente indicava a que mais lhe apetecia, para saboreá-la minutos depois à mesa do restaurante.

## XXX

Em Coppet havia o castelo que pertencera outrora a Necker, Ministro das Finanças de Luís XVI, e passara depois à propriedade da filha, aquela intrigante e mexedora Madame de Staël, a única mulher que ousara enfrentar e fazer guerra a Napoleão, guerra de salão, é claro, que aliás o grande General temia mais do que a que lhe moviam os exércitos inimigos. O castelo era uma casa escura e triste, situada no centro de um enorme parque sombrio, cheio de velhas árvores e cercado por um longo muro coberto de musgo. Dava-lhe acesso um largo portão de ferro batido, situado a poucos metros da estrada que ia de Genebra a Lausanne. Vista de fora, tinha-se a impressão de uma velha casa abandonada.

No meu tempo era habitada pelos descendentes de Madame de Staël, os d'Houssonville. O chefe da família era o austero Conde d'Houssonville, membro da Academia Francesa, conhecido mais por sua severidade do que por suas letras, educado nos costumes antigos, que não permitia, nas reuniões de Coppet, o mais leve deslize. Possivelmente para compensar os muitos que ali praticara sua célebre antepassada. Contava-se que Madame de Martel, a famosa escritora cognominada Gyp, que no capítulo de bons costumes deixava algo a desejar, perguntara-lhe certa vez porque motivo ele não a convidava para as reuniões em Coppet. A que d'Houssonville respondera escandalizado: *Madame, j'ai des filles...*

Meu amigo Gondin da Fonseca chamava Gyp de “mundana e fútil”. Que ele a quisesse ferir chamando-a de fútil, ainda se compreendia. Mas em que ser “mundana” podia parecer desairoso para uma senhora que freqüentava a alta sociedade de seu tempo? A menos que Gondin emprestasse ao qualificativo o sentido que ele tinha no Recife, onde um jornal apelou certa vez para a polícia a fim de acabar com a vergonheira de “certas mundanas” que tinham o impudor de se exibirem em trajes demasiado leves, mesmo para um clima como o de Pernambuco, nas janelas de suas casas. Não seria difícil saber que “mundanas” eram essas.

## XXX

O castelo de Madame de Staël ficava, como disse, à esquerda da estrada que ia de Genebra à Lausanne. À direita, quase em frente, estava a vila de Raul do Rio Branco, ou melhor, de sua mulher, que se chamara outrora, pelo primeiro casamento, Condessa de Caix, e era agora Baronesa do Rio Branco.

Devo dizer que Raul do Rio Branco não se intitulava Barão, como Oscar de Teffé, por exemplo, que se fazia passar por Barão de Teffé, título que fora do pai, mas não era dele. Sem embargo, os velhos Berneses, que haviam conhecido o pai, chamavam Raul de Barão, na suposição de que no Brasil, como geral das monarquias, o título no-

biliárquico fosse hereditário, o que de fato não se dava entre nós. Raul não se opunha a que o chamassem de Barão, menos por qualquer veleidade que acaso tivesse a respeito do que para satisfazer a vaidade da mulher, que estimava realmente e se fazia chamar de Baronesa. Havendo perdido, com o segundo casamento, o título de Condessa de Caix, não queria sem dúvida perder também o qualificativo nobiliárquico.

Com relação a Oscar de Teffé, não só ele e a senhora se intitulavam Barões, mas também o filho Manuel, a quem em Roma chamavam de *Barone Maneco*, o que eu achava altamente divertido. Corredor de automóvel, aliás de grande fama, era chamado no Brasil de “ás do volante”, que o carioca, com sua tradicional mordacidade e fino espírito, transformara em *asno volante*, subestimando as qualidades do rapaz, que em verdade não tinha nada de asno. O Barão do Rio Branco chamava o velho Régis de Oliveira, pai do Raul, de *pedaço d'asno*, a que Oliveira Lima ponderava que, para chegar a ser Ministro e Subsecretário de Estado, valia bem ser asno inteiro. O mesmo se poderia dizer de Maneco Teffé, corredor de automóveis e ganhador de troféus.

Na carreira havia outro titular, por menos, aliás, que parecesse, e era o irreverente e folgazão Carlos de Ouro Preto, filho do Conde de Afonso Celso e neto do Visconde de Ouro Preto, o último Presidente do Conselho da Monarquia, o nosso Emile Ollivier. Havendo a Santa Sé concedido ao filho do Visconde o título de Conde, transmissível até a terceira geração, Carlos podia bem se intitular Conde de Ouro Preto, título que eu achava, aliás, tão bonito quanto me parecia esdrúxulo o do pai, Conde de Afonso Celso. Mas a verdade é que ele não se intitulava coisa alguma. E para nós, seus velhos amigos, era apenas o *Carlinhos*.

Como criatura era o melhor dos homens, e não sei de coração mais generoso e mais propenso a perdoar. O maior boêmio da carreira, o mais irreverente e *blagueur* dos nossos diplomatas. Não levava nada a sério, e tudo era pretexto para graças ou frases de espírito. Quando estudante de Direito, tinha o mau costume de, em vez de ir para a Faculdade, onde, aliás, o pai era Diretor, se deixar ficar no Café Lamas, no largo do Machado, jogando bilhar. Certa vez, como tardasse em casa para o jantar, mandou chamá-lo o pai por um criado. Como ele não voltasse, nem o criado, e todos continuassem a esperá-los, foi em pessoa o Conde inteirar-se do que se passava. De fato lá estava no Lamas o Carlinhos jogando bilhar com o criado. Na falta de parceiros, pois todos se tinham já retirado para suas casas, ele retera consigo o criado.

### XXX

Esta questão de títulos nobiliárquicos assumia, por vezes, no Brasil, aspectos bem divertidos, alguns até sumamente ridículos. Já não me refiro ao do famoso Roxo Rodrigues, que se transformou primeiro em Roxo Roiz e depois em Príncipe de Belfort, um nortista atarracado e de cara bexiguenta — porque, enfim, sempre provara que, se de fato não tinha direito ao título, ele pertencia, em todo caso, a uma velha família nobre da Escócia, transplantada outrora para o Brasil. É verdade que a linha de descendência direta da família não passava por ele, mas por um primo apagado e quase desconhecido, que se contentava em ser modesto carteiro no interior do Maranhão. A explicação que ele dava é que este primo havia *abdicado* o título em seu favor.

A verdade é que ele lho tinha comprado por algumas centenas de mil réis, negócio excelente para ambos, para um, paupérrimo, e para outro, milionário.

Mais pitoresca do que a história do Príncipe de Belfort era a do filho mais velho do meu professor de Direito, Eugênio de Barros, que durante muito tempo mistificou todo mundo no Brasil e no estrangeiro, fazendo-se passar por Príncipe van Holland-Rodenburgo. O espantoso é que muita gente no Brasil, mesmo no Rio de Janeiro, onde a família Eugênio de Barros (tinha um palacete na rua Voluntários da Pátria) era conhecida e desfrutava naquela ocasião de situação social, acreditou piamente nessa bobagem, em bons termos, nesse embuste ridículo e atrevido. *La sottise humaine est toujours la même*, dizia Heine.

O “príncipe” van Holland-Rodenburgo fizera comigo serviço militar em 1916 no antigo 3º regimento de infantaria, então estacionado na Praia Vermelha, em cujo quartel devia se dar em 1935 o levante comunista; o quartel foi depois demolido. Na tropa era apenas o soldado Eugênio de Barros Filho, nem ele tentou jamais se fazer passar por outra coisa. Mas, quando terminaram as manobras e fomos todos desligados, voltou-se para os companheiros de formatura e recitou-lhes este pequeno e perfeitamente idiota discurso: “De hoje em diante deixo de ser o voluntário Eugênio de Barros Filho e volto a ser o Príncipe van Holland-Rodenburgo.” Alguém comentou: “Voltou a ser besta!”

Em casa, na família e entre os amigos do pai, era simplesmente o “Eugênio”, e, depois de formado em medicina, para alguns, o “Dr. Eugênio”. O engraçado era o que se dava com certas amigas da irmã, que, não ousando chamá-lo de “Dr. Eugênio” por lhes parecer demasiado cerimonioso, não queriam também tratá-lo simplesmente por “Príncipe” para não aparentar uma intimidade que não tinham. Arranjaram então uma fórmula transacional: “Dr. Príncipe”. Já se viu coisa mais ridícula neste mundo?

### XXX

Isso fazia lembrar dois irmãos que havia no Rio, filhos de um tal Dr. Amorim. Mas neste caso a culpa fora do pai que batizara a filha com o nome de *Duquesa* e o filho *Duque*, sem nenhuma preocupação de enobrecê-los, é verdade, mas simplesmente pelo desejo de dar-lhes nomes originais. Pois não há pais que inventam nomes para darem aos filhos? No Itamaraty tínhamos o Higas Chagas, pessoalmente excelente pessoa, mas que carregava o ridículo de um nome “feito sob medida” e em dois pedaços: *Hi* tirado do nome do pai, Hipólito, e *gas* do nome da mãe, Gasparina. Eu sempre achei que “Higas” parecia nome de filtro.

Pois o Dr. Amorim, querendo ser original, dera aos filhos os nomes de Duque e Duquesa. Podia tê-los batizado João e Maria, como toda a gente. Mas não. Pareceu-lhe mais bonitos Duque e Duquesa. O Duque não sei que fim levou. Mas a Duquesa era conhecida no Rio como Duquesa de Amorim. Ora, já se viu coisa tão engraçada? O mais cômico, porém, era que algumas pessoas suas conhecidas, não querendo ostentar intimidade que não existia, chamavam-na *Dona Duquesa*. Era de fazer rir uma estátua de pedra!

Outro Duque era o meu amigo e colega Antônio Ferreira Braga, o “Braquinha”,

filho do pacífico e respeitável Ferreira Braga, Professor da Escola Politécnica, durante muitos anos Deputado Federal por São Paulo, e dono de um inseparável e fiel guarda-chuva. Braguinha um belo dia passou a chamar-se *Duque de Vilhena*. De fato ele se chamava Vilhena, nome da mãe, uma das melhores e mais antigas famílias de São Paulo, mas o Ducado era pura fantasia. A história em todo caso não pegou. No Brasil só aceitávamos como Duques os Duque Estrada, família muito conhecida; ou então o Duque *tout court*, um dançarino que fizera sucesso em Paris nas vésperas da Primeira Guerra, e improvisara-se depois, já decadente e algo enferrujado, *cabaretier* ou coisa que valha no Rio. Inteligente e ladino, nosso Braguinha percebeu que o terreno no Brasil não era favorável ao seu Ducado. Achou assim mais prudente recolhê-lo, com coroa e tudo, ao quarto das coisas inservíveis, e voltar a ser o que sempre fora para todos nós: o Braguinha.

Essa febre, mais ou menos perniciosa, de *nobiliarquite* foi um pouco epidêmica nas fileiras do Itamaraty. Não se limitava aos que se davam um título, como o Visconde de Hamilton-Pires, um fenômeno este que merecia ser estudado à parte: havia também os que mandavam gravar armas complicadas em seus anéis, inventadas simplesmente ou tiradas da sala dos braços do Paço de Sintra, em Portugal, quando seus nomes coincidiam com os das velhas famílias nobres portuguesas. Colegas até, cuja ascendência africana era visível a olho nu pelo moreninho das faces ou o encaracolado dos cabelos negros, davam-se ao ridículo de trazer braços nos anéis!

Outros enxertavam em seus nomes burgueses uns *de*, isto é, a partícula de famílias nobres francesas, como se ela acaso tivesse entre nós o mesmo significado nobiliárquico. Por exemplo: Galvão Bueno, que sendo somente Américo Galvão Bueno, e entre os íntimos "Micotinhas", passou a chamar-se, no Corpo Diplomático, Américo *de* Galvão Bueno. Outro foi Ribeiro Lessa que se intitulava Ribeiro *de* Lessa. Havia ainda o João Coelho Lisboa, filho de um modesto professor e irmão da bela Rosalina. Esta, tendo sido casada com um jornalista americano de nome Miller, era chamada a *Vênus de Miller*, apelido que eu achava genial. Depois divorciou para se casar com um espanhol, diretor da companhia de seguros Sul-América. Alguém comentou: fez muito mal, porque ao tempo em que era casada com o americano podia ser tida como uma deusa da *América*; agora que se casou com o espanhol não passa de deusa da *Sul América*. Esta companhia tinha uma sessão imobiliária chamada Lar Brasileiro. Disseram: e o cúmulo é que a Rosalina, divorciada de um americano e casada com um espanhol, invadiu o lar brasileiro.

Pois o irmão certo dia passou a ser *de* Coelho Lisboa. Aliás, a família tinha a obsessão das partículas e da originalidade. Quando Rosalina casou a filha chamada Raulita, que por sinal ela grafava *Rahulyta* (como se fosse um nome hindu) fez estampar nos jornais que anunciavam o casamento — *Rahulyta von Grunewald van Rademaker de Coelho Lisboa*, o que em matéria de partículas excede tudo o que se possa conceber, tanto quanto à variedade como à nacionalidade delas.

XXX

Em abril de 1926 tive a notícia de que meu colega de Londres, Camilo de Olivei-

ra, tinha sido removido para nossa Embaixada na Santa Sé. Felicitei-o por uma carta de 6 desse mês, mandando-lhe

“o meu abraço pela boa nova de sua remoção para o Vaticano. Depois de quatro anos de Londres, nada mais merecido do que essa transferência para os domínios tranquilos de Sua Santidade (era o Papa Pio XI). Que projetos tem de partida? Partirá já ou espera que cheguem aí os novos colegas? Sousa Leão, que veio ver-me anteontem, pensa estar aí no começo de maio. Mostra-se satisfeito como o novo posto, mas não esconde um certo desapontamento por não lhe terem dado Roma, que o Ildeu (*Vaz de Melo, parente do Presidente Bernardes*) lho prometera, parece, no Rio. Desde alguns dias que estava para escrever-lhe, respondendo ao seu último bilhete. Mas só agora, quando esta Delegação está voltando aos trilhos, é que nos permitimos, Accioly e eu, ter um pouco de folga.

“O movimento diplomático foi grande. Um parto gerado durante quase quatro anos! Mas também produziu um filho que foi o maior dos anais do Itamaraty! O Barros Moreira (*Embaixador na Bélgica*) expirou. Eram favas contadas, sobretudo depois que ameaçou processar o Governo se este o pusesse em disponibilidade. O Cardoso de Oliveira escapou, não sei graças a quem. Dizem que ao Miguel Calmon. Mas não creio que este disponha de prestígio para tanto. Prefiro antes supor que foi graças ao papel servilíssimo a que se tem prestado como Embaixador em Lisboa, indo a bordo, oficialmente, com todo o pessoal da Embaixada, receber mestre Braguinha (o qual não o conhece); e que depois se dá ao ridículo de levar esse fenômeno ao Presidente da República (*Bernardino Machado*) e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (*General Carmo-na*) para os dois galegos se extasiarem diante desse incorrigível *noceur* — esse Embaixador certamente terá feito muitos outros papéis para se agüentar nesta mina que é a Embaixada em Lisboa. Fosse, porém, como fosse, desta vez escapou — passado o susto.”

Braguinha, então 2º Secretário de Legação, chamava-se Antônio de Vilhena Ferreira Braga, ou melhor, chama-se, porque ainda vive, e Deus o conserve por cá, pois não é no fundo um mau sujeito. Gostava muito de fazer trancinhas, no sentido de indispor certos colegas com o Governo. Mas, como tido resultava em nada, ele só fazia perder o seu latim. Naquela ocasião em que passou por Lisboa era oficial de Gabinete do Presidente Artur Bernardes, o que explicava o servilismo com que o tratou o Embaixador Cardoso de Oliveira. Obtivera uma comissão do Governo para dar um passeio pela Europa. Acrescentava eu na mesma carta a Camilo:

“Melo Franco faz projetos de ir a Paris lá para 15 deste mês. Se as circunstâncias me permitirem, aproveitarei o ensejo para sair um pouco de Genebra, de onde não arredo o pé desde novembro. Durante esses últimos cinco meses só fui com Melo Franco e as meninas até Lausanne. Quem diria, heim, seu Camilo, aquele incorrigível freguês da Southeastern Railway! Com o adiamento do caso do Conselho para setembro, Melo Franco resolveu prolongar sua estada na Europa até essa época. E, como as meninas acham maçante a vida aqui, ele está disposto a mandar Maria do Carmo e Zaíde (obedecendo aos desejos delas) para um colégio em Dorking, a 25 milhas de Londres. Amelinha e os dois menores irão para a companhia do Caio, ou melhor, de Dona Antonieta, em Paris.”

## XXX

Tenho falado mais de uma vez, no decorrer destas memórias, das “meninas” de Melo Franco. São, evidentemente, as suas filhas, que estavam com ele em Genebra. Naquela ocasião todas — eram quatro — ainda solteiras. Como convivi com esta família durante os quatro anos em que estive ou apareci naquela cidade suíça, e fui sempre ali recebido como um amigo, vivendo na sua intimidade, parece-me que é um pouco de meu dever dizer alguma coisa dessas meninas, modelos de virtudes e de bons sentimentos, ao lado de uma educação que nem todas as famílias brasileiras daquela época tinham igual.

A mais velha delas chamava-se Amelinha. Com a morte da mãe, em 1918, vítima da gripe espanhola, coubera-lhe substituí-la na tarefa delicada de zelar por suas irmãs, completar-lhes a educação e guiá-las pelos caminhos desta vida nem sempre fácil e isenta de tropeços. Em Genebra, como no Rio, ela era a dona-de-casa. Nada se fazia ali, no que dizia respeito aos assuntos domésticos, sem receber sua aprovação. E, como não lhe faltasse bom-senso, a vida interior da casa do pai podia ser um modelo para muitas outras casas. Generosa a seu jeito, Amelinha era dessas mulheres que tem para todos o coração nas mãos, não se sabendo nunca até onde ia sua bondade. Casando no Rio, depois que a família deixou Genebra, com um rapaz mineiro chamado Néelson de Sena, poucos anos ela teria de vida, a igual, aliás, do marido, que também pouco viveu.

À Amelinha seguia-se Maria do Carmo, que era a mais bonita e possivelmente a mais charmosa (desculpem o galicismo) das filhas de Melo Franco. Esperta, inteligente, sabendo exprimir com desembaraço seus pensamentos, não tinha papas na língua para dizer o que pensava. E, apesar da sua beleza predicados femininos, era naquela casa *o homem*. Ousaria até dizer que tinha mais personalidade que o pai, moralmente falando, é claro. Eu não era insensível aos seus encantos, e ela sabia disso. E, em resposta a uma carta que lhe escrevi para seu colégio em Dorking, ela teve a franqueza e a sabedoria de dizer-me que não pensava em casamento, pedindo que continuássemos apenas bons amigos — “amigos como dantes”, foram suas palavras. É verdade que também não passava então por minha cabeça a idéia de casar-me. Com a vida de solteiro que tinha na Europa, ainda relativamente jovem; com recursos financeiros para poder desfrutar a vida — por que iria amarrar-me a uma mulher por um casamento? Certamente nunca fora minha intenção ficar solteiro a vida inteira, para o que tinha o exemplo de alguns de meus colegas, que solteirões já com uma certa idade, acabavam amigados a mulheres sem condições sociais; ou então fazendo a vida de bares e cassinos. Assim que ficar solteiro não estava no meu programa de vida. O casamento viria — quando chegasse a hora. E, quanto a Maria do Carmo, só se casaria poucos anos depois, no Rio de Janeiro, escolhendo para marido um homem em todos os sentidos digno dela: José Nabuco, irmão do meu colega e velho amigo Maurício, ambos filhos de Joaquim Nabuco.

Vinha depois Zaíde, a mais doce e afetuosa das irmãs, apesar de seu feitio retraído e do pouco que falava. Se não tinha a beleza de Maria do Carmo, apresentava no rosto os traços de uma boneca de *biscuit*, com um coração que se poderia chamar de ouro. Iria casar-se com o depois meu colega Jimmy Chermont, filho do Embaixador

Epaminondas Chermont, naquele tempo (1923) Ministro do Brasil no Japão. Mas Zaide não teria muitos anos de vida. Morreria relativamente moça, com grande pesar de seus amigos. Não possuindo a exuberância faladora da irmã Maria do Carmo, tinha no pouco que dizia um espírito de humor que faltava à outra. E sempre me pareceu, com a fragilidade de seu corpo, que não tinha, como se diz, saúde para vender.

Finalmente, a mais jovem das filhas de Melo Franco era a Anah. Na época não teria mais de dez anos de idade. Espertinha e muito sabida, era muito minha amiga, e mais de uma vez levei-a para passear. Por vezes chamava-me *Lyró*, nome de um fado então em voga no Rio. Casar-se-ia, também no Rio, com o filho de Carlos Chagas, o conhecido homem de ciência, diretor por algum tempo do Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, casado com uma irmã do meu amigo e colega Hélio Lobo, e que mais de uma vez apareceu em Genebra como representante do Brasil na Comissão de Cooperação Intelectual, transformada depois na UNESCO, na qual, aliás, o filho, Carlos Chagas Filho, foi por alguns anos representante do Brasil.

Dos filhos de Melo Franco, o único que vivia em Genebra era o Afonsinho, conhecido mais tarde como Afonso Arinos, homem político, que seria Deputado e Senador Federal. Mas em Genebra tinha períodos de ausência porque, sofrendo do peito, se internava por vezes num sanatório do país. O outro filho, aliás o mais velho de todos, era o Caio, então 2º Secretário da nossa Embaixada em Paris. Vivia ali à rua de Longchamps, com a tia Antonieta (nascida Prado, sobrinha de Eduardo Prado), viúva de primeiro Afonso Arinos, irmão de Afrânio Melo Franco, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, falecido em 1916. Sua cadeira, nº 40, é hoje ocupada por Alceu Amoroso Lima (Tristão de Atayde), que foi meu colega no Itamaraty como Adido à Secretaria de Estado, quando ali entrei em 1916. Já falei dele no 1º volume destas memórias. Caio apareceu em Genebra como um dos Secretários da Delegação do Brasil à Assembléia de março de 1926. Iria morrer, muitos anos depois, como Embaixador do Brasil em Paris. Era casado com uma austríaca, Yolanda, que graças a Deus, ainda vive.

Dos demais filhos de Melo Franco resta citar os três que estavam no Rio: Virgílinho, o porta-voz do pai junto ao Presidente Bernardes, que muito o estimava; Afraninho, que seria diplomata e se aposentaria como Embaixador na Bélgica; e João, o mais moço de todos, que era então uma criança. Houve outro, Cesarinho, que morreu poucos dias depois da mãe, na epidemia de gripe espanhola que assolara o mundo em 1918. Sobre Virgílinho, Carolina Nabuco, irmã de Maurício, publicaria em 1962 um livro contando sua vida, livro muito bem escrito e bem documentado. Aquela vida seria talvez a mais fecunda e mais bem assentada de todos os Melo Franco se não tivesse ocorrido a tragédia de seu assassinato, em 1948, cortando-a ainda curta e não consentindo assim que chegasse à plena realização que todos esperavam.

### XXX

Disse, na carta a Camilo de Oliveira acima citada, que Melo Franco contava passar uns dias em Paris. Estávamos no mês de abril de 1926, mas ele só partiu em meados de julho. Sempre que se ausentava de Genebra, Melo Franco me escrevia, às vezes dando-me recados, outras vezes contando-me o que fazia. Aliás, muitas vezes me man-

dava, mesmo estando em Genebra, pequenos bilhetes escritos de sua própria mão, ora pedindo decifrar telegramas recebidos do Itamaraty ou proceder à cifra dos que enviávamos, ora dando recados. Se fosse contar as cartas e os bilhetes que me escreveu no correr dos anos que passei em Genebra, deveria chegar à casa dos trinta ou dos quarenta.

Transcrevo aqui algumas de suas cartas ou bilhetes de diversas datas. De Genebra, 14 de outubro de 1924:

“Dr. Lyra. — Cheguei à estação dois minutos após a partida do trem. O Major Carvalho (*Leitão de Carvalho*) ficou de passar em nossa casa, mas falhou. E eu fiquei à sua espera. Tinha escrito as notas inclusas para o Sr. falar acerca dos assuntos ao Dr. Bormann (*Oscar Bormann, Chefe da Delegacia do Tesouro em Londres*), e dar-me uma resposta. — Lembranças ao Domício e ao Camilo, e creia-me sempre seu am<sup>o</sup> at<sup>o</sup> e obr<sup>o</sup>, MELO FRANCO”.

Carta de Genebra, 24 de outubro de 1924, para mim, em Londres:

“Amigo Dr. Lyra. — Estou aflito por saber o que pensa a Delegacia de Contas acerca da prestação de contas da minha verba de representação. Não sacarei pelo trimestre a começar a 1<sup>o</sup> novembro sem sua resposta. — Sigo amanhã para Bruxelas e, na volta, passarei três dias em Paris. — Dê por mim um abraço ao Domício, e tenha-me sempre como amigo at<sup>o</sup> e colega obr<sup>o</sup> — AFRÂNIO DE MELO FRANCO”.

Ele tinha feito uma prestação de contas da verba de representação que a Delegacia havia impugnado. Mas esta não tinha razão. Era porque a prestação tinha sido mal feita em Genebra. Entendi-me com o Chefe da Delegacia do Tribunal de Contas em Londres, Thompson Flores, e tudo ficou em ordem.

Carta de Genebra, 15 de janeiro de 1925:

“Colega e amigo Dr. Heitor Lyra.

Saudações cordiais, com os nossos votos de Ano Bom. Há dias, já, que me veio às mãos sua última carta, cuja resposta tenho demorado por ter estado doente e pela falta de tempo. Cheguei da Itália com forte resfriamento, apanhado em Florença, e ainda não estou completamente bom. — O Dr. Accioly já se acha em plena atividade, e, como era de esperar, tem aliviado muito o nosso trabalho. — Estou escrevendo o meu relatório ao Governo e serei forçado a mandá-lo com atraso, pelo motivo da moléstia acima mencionada. — Como vai o Camilo? Peço-lhe que me recomende a ele e ao Dr. Carlos Martins. Tive carta do Domício, que muito me sensibilizou. Faço bem idéia de quanto sofrerá com o que se tem passado com ele — pior mil vezes do que os males físicos que o afligem. — Creia-me sempre seu amigo, AFRÂNIO DE MELO FRANCO”.

Carta de Genebra, de 25 de agosto de 1925:

“Prezado amigo Dr. Lyra.

Recebi sua carta de 22 do corrente, que me trouxe a grata notícia da sua próxima vinda a Genebra em companhia do Embaixador Régis de Oliveira. — Não esqueci ainda os bons serviços que o Sr. aqui me prestou, a mim próprio e à Delegação do Brasil, e, embora não tenha vindo do Rio designação do seu nome para nosso Secretário durante a próxima Assembléia, espero que o Sr. nos poderá então ser de muito au-

xílio. — Aguardando o prazer de o tornar a ver por cá, aproveito o ensejo para lhe reiterar as seguranças da minha estima e consideração — AFRÂNIO DE MELO FRANCO”

Bilhete de Genebra, de 16 de maio de 1926. Eu estava então nesta cidade:

“Dr. Lyra. — Preciso ir hoje a Lausanne para ver o Álvaro Cunha (*irmão do Embaixador Gastão da Cunha*), que chegou enfermo. Tenho, porém, recebido o telegrama cifrado que junto lhe envio. Não posso ir sem tê-lo lido. Rogo, pois, que, apesar do domingo de descanso, me faça o favor de decifrá-lo. — Recado do amigo MELO FRANCO”.

Bilhete de Genebra, 30 de maio de 1926:

“Dr. Lyra. — Rogo transmitir o incluso telegrama, que pode ir em claro. Vou almoçar com o Rio Branco, em Coppet, e voltarei logo para ler os outros telegramas vindos do Itamaraty. — Estive procurando hoje o último telegrama do Ministro (*Félix Pacheco*), recebido quando estávamos em Paris, e não o encontrei aqui. — Recado do amigo A. DE MELO FRANCO”.

Bilhete de Genebra, 6 de junho de 1926:

“Amigo Dr. Lyra. — Rogo-lhe o favor de decifrar o incluso telegrama e mandar-me o respectivo texto, a fim de que eu possa providenciar antes de ir, como pretendo, a Lausanne, em visita ao Álvaro. — Do amigo obrigado, AFRÂNIO DE MELO FRANCO”.

Bilhete de Genebra, junho de 1926:

“Dr. Lyra. — Recebi telegrama de meu filho (*Virgílinho*), dizendo-me que o Presidente (*Artur Bernardes*) daria novas instruções amanhã, após inteirar-se do texto de meu telegrama ao Ministro. — Convém, entretanto, rever a cifra e indicar todos os pontos que ficaram ignorados, bem como os em que estivemos em dúvida. — Do amigo obr.<sup>o</sup> A. DE MELO FRANCO”.

Bilhete de Genebra, junho de 1926:

“Amigo Dr. Lyra. — Envio dois textos de retificação e um telegrama de Presidente da República. Peço-lhe que tire uma cópia deste para o arquivo e me mande o original. — Recado do amigo A. DE MELO FRANCO”.

### XXX

Em 25 de junho de 1926 ele me escrevia de Paris:

“Meu caro Dr. Lyra. — Muito obrigado por sua carta e pela tradução do discurso do Senador Dandurand (*Delegado do Canadá à Liga das Nações*). Aqui estou desde anteontem às 9 da noite, tendo partido de Londres às 2, via Dover-Boulogne. Regressarei a 1.<sup>o</sup> de julho para passar uns dias nesse nosso tugúrio de Genebra. — Não tenho novidades a transmitir, porque tenho visto pouca gente brasileira. Soube apenas que o Epitácio consultou o Governo sobre se convinha ou não sua renúncia do lugar da Corte. Responderam-lhe que o Governo ia refletir e que, em breve, lhe daria resposta. Será um erro grave essa renúncia, que, afinal, não terá motivo, porque a nomeação do Juiz não é feita com consideração da nacionalidade, mas sim da competência. — Saudades a todos, e abraço do amigo A. DE MELO FRANCO”.

De fato ele tinha razão, e Epitácio Pessoa não renunciou seu lugar na Corte In-

ternacional de Haia. Sua filha, Laurita Raja Gabaglia, diz no livro que escreveu sobre a vida do pai:

“Um momento Epitácio crê na eventualidade de ter que abandonar tudo, sessão e cargo de Juiz. O Brasil acabava de desligar-se, num gesto espetacular, da Sociedade das Nações. O impulso de Epitácio é, solidário com ele, dar a demissão da Corte. Escreve à filha: “Não querendo tomar deliberação tão grave, comuniquei minha idéia ao Governo, que, *dez dias depois*, (o grifo no original) me respondeu opinando em sentido negativo. Também já não era mais oportuno. Respondi que acatava a sua opinião”. (Carta de 26 de junho de 1926).

Bilhete de Genebra, 6 de julho de 1926:

“Amigo Dr. Lyra. — Rogo-lhe o favor de carimbar o telegrama incluso, endereçado a Madame Burlamarqui, e fazer expedir também os outros dois, que envio em rascunho. — Se não tiver terminado a cifra de ontem, eu desejaria fazer nele uma pequena alteração na parte final. — Recado do colega e amigo A. DE MELO FRANCO. — P. S. — Vai a conta do telégrafo, para ser feito o expediente de costume”.

Bilhete de Genebra, 9 de julho de 1926:

“Dr. Lyra. — Envio um telegrama do Faro, que abri por inadvertência, entre outros recebidos ao mesmo tempo. Rogo transmitir imediatamente os telegramas inclusos. — Em vista de um dos telegramas do Governo, agora chegados, duvido que possamos seguir amanhã. Em todo o caso, vamos preparar tudo para evitar o adiamento. — MELO FRANCO”.

Nesta data ele mandava um telegrama pessoal ao Ministro do Exterior, pedindo que deixasse à sua disposição em Paris “logo que for suprimida a Delegação”, Accioly e eu, com o que Félix Pacheco concordou. Esta decisão era do meu interesse porque, perdendo meu posto em Genebra, não tinha a menor idéia para onde iria. Minhas relações com Félix Pacheco continuaram sempre boas, mas não queria pedir-lhe um posto. Ainda porque não sabia qual me convinha.

Melo Franco partiu de fato para Paris no dia 10 de julho. Mas não pude acompanhá-lo; estava preso ao serviço que ainda tinha que fazer em Genebra. Momentos antes de partir Melo Franco escreveu-me este bilhete:

“Amigo Dr. Lyra. — Rogo entregar ao Dr. Accioly a inclusa carta do Sr. Santos Dumont. Se o Sr. partir para Paris antes do meu regresso (o que parece ser mais avisado), poderá entregar ao Vincent (*mordomo da casa do Embaixador*) os livros de Direito Internacional que ainda estiverem em seu poder. — Deixei uma placa de imprimir cartões com o meu nome em uma das gavetas da minha secretaria, na chancelaria. Rogo mandá-la a Paris, com meu endereço da rua Bassano. — Sempre seu amigo at<sup>o</sup> e obr<sup>o</sup> A. DE MELO FRANCO”.

### XXX

Santos Dumont andava nessa época no auge da sua neurastenia, que já vinha desde o fim da primeira Grande Guerra, devido ao emprego pelos combatentes do avião como arma de guerra. Sendo o avião um produto de sua invenção, jamais pensou ser utilizado como tal. Inconformado com isso, apareceu um dia em Genebra com o

fim de obter, por intermédio de Melo Franco, que a Liga das Nações, organismo criado para o estabelecimento da paz entre os povos, proibisse o uso do avião como meio de guerra. A carta acima referida era sobre este assunto. É claro que nada conseguiu. Com esta idéia fixa, e nada conseguindo a respeito, Santos Dumont acabou suicidando-se, como se sabe, no Brasil.

Chegando a Paris, Melo Franco me escrevia em data de 13 de julho de 1926:

“Amigo Dr. Lyra.

Envio junto a correspondência oficial que aqui encontrei ontem. — Cheguei ontem à 1 hora da tarde, mas podia ter chegado anteontem, fazendo um dia todo o trajeto. Meu programa era dormir em Paulien (?), mas o automóvel se mostrava tão admirável que resolvi vir a Paris. Jantei em Auxerre e daí parti às 9,20 para andar 162 quilômetros, o que era fácil, porque a estrada em todo esse trajeto é maravilhosa, e o carro vinha fazendo 80 quilômetros, às vezes 90 a hora. — Eu tinha indicado ao *chauffeur*, como pontos de destino, Joigny (27 quilômetros de Auxerre), Sens, Fontainebleau, Melun, Paris. Pois imagine que, ao entrar em Joigny, o *chauffeur* abandonou a *route nationale* e tomou um caminho de *grande communication*, pelo qual corremos durante três horas, para vir bater às portas de Auxerre! Resolvi dormir aí no Hotel de l'Épée, que por sinal é excelente. — Foi pena que o Sr. não tivesse vindo porque, a não ser a ruptura de uma câmara de ar, logo depois de La Faucille, tudo correu perfeitamente. O erro de caminho não me atrasou, porque, afinal, o meu programa era vir em dois dias completos. — Não temos aqui nenhuma notícia nova. Vieram ver-me ontem vários amigos, entre os quais Dantas, Prudente, Major Leitão, Bormann, etc., que nada de novo sabem. — Lembranças ao Dr. Accioly, Montarroyos, Muniz\*, se ainda estiver aí, e creia-me sempre seu amigo e colega obr<sup>o</sup> A. DE MELO FRANCO”.

Em 20 de julho de 1926, Melo Franco mandava-me outra carta de Paris:

“Colega e amigo Dr. Lyra. — Saudações afetuosas. — O Comandante Aníbal Gama (*representante do Brasil, com o Major Leitão de Carvalho, na Comissão do Desarmamento*) veio ontem visitar-me e, com essa oportunidade, perguntou-se se eu tinha retirado a ordem para a compra dos livros e a assinatura das revistas, que ele e o Major Leitão me haviam pedido. Respondi-lhe que não e que já lho tinha confirmado verbalmente, mas que o Sr. me havia dito não saber onde pusera a lista recebida do mesmo Comandante\*\* — Disse também a este que, tanto os livros como os jornais e revistas, pertenceriam ao arquivo do Itamaraty; e, como o Comandante Gama dissesse que no dito arquivo eles seriam inúteis, respondi que não me era lícito dar outro destino aos ditos objetos, e que eles constariam de nosso inventário, assim como da prestação de

\* Ministro e depois Embaixador Muniz de Aragão. Seria meu chefe, em 1936, na então Legação e depois Embaixada em Berlim.

\*\* Era uma mera desculpa que eu dava porque me parecia sem propósito a compra dos livros que eles queriam, já que, depois da nossa retirada da Liga das Nações, era uma hipótese pouco provável continuarmos na Comissão do Desarmamento. Entre os livros que eles pediam estavam as memórias de Raymond Poincaré, *Au Service de la France*. Minha previsão estava certa porque, de fato, com nossa retirada da Liga, o Governo mandou ordem do Rio para eles se afastarem daquela Comissão.

contas. Assim, venho pedir-lhe o favor de ir ao Payot e pedir os livros em questão, enviando-me a lista com os preços. Quanto aos jornais e revistas, devem ser assinados apenas por seis meses, em nome do Ministério das Relações Exteriores, visto que a Delegação já não existe. — Não sei se o Governo autorizará a continuação da nossa participação nos trabalhos da Comissão preparatória da Conferência de limitação e redução dos armamentos, e, portanto, não compreendo a insistência daquele pedido. Dize-me o Comandante Gama e o Major Leitão que, no silêncio do Governo, eles comparecerão a 1.º de agosto próximo aos trabalhos, mas essa presença será sempre a título precário e de um momento a outro o Governo pode mandar o contrário. — Lembranças aos amigos, e creia-me sempre seu amigo e colega obr.º A. DE MELO FRANCO”.

A 26 de julho de 1926, outra carta de Paris:

“Meu caro Dr. Lyra. — Muito obrigado por sua última carta e pelas providências tomadas a meu pedido. — Envio-lhe aqui um pedido do Embaixador Cosme de la Torriente (*Delegado de Cuba na Liga das Nações*), e rogo-lhe que, por intermédio do Rodrigues, obtenha um número da ata da última sessão do Conselho e uma cópia da exposição do Governo Brasileiro, transmitida pelo Secretário-Geral (*da Liga*) aos Governos de todos os membros, e que me faça o obséquio de remeter esses dois documentos ao dito Embaixador de la Torriente, com o endereço indicado na carta inclusa. — Peço também que guarde a dita carta para meu arquivo particular. — Em reserva lhe digo que há um grande desejo de nos elegerem em setembro para um lugar de mandato longo e cláusula expressa de reeleição, mesmo em nossa ausência da Assembléia. A única coisa que exigem é a promessa de nossa aceitação; ora, isto não é admissível de nossa parte. Qualquer promessa *prévia* toma ares de uma *combinação*, que me não parece digna, nem compatível com a situação em que nos colocamos em março\*. — O *Temps* de ontem publicou a notícia, *mandada do Rio*, de que o Presidente da República assinou o ato de dissolução da Delegação. Nada recebi em confirmação, mas suponho que o Major Leitão e o Comandante Gama já não quererão mais ir, porque em tais condições não me parece mais possível nossa colaboração na Comissão (*do Desarmamento*). — No correr do próximo mês iremos, até aí; mas vou providenciar para o pagamento do pessoal, podendo o Henry sair desde já e ser substituído pelo Vincent, como o Sr. propõe. — Lembranças ao Sr. Montarroyos, e receba um abraço do amigo e colega A. DE MELO FRANCO”.

### XXX

No dia seguinte, 27 de julho, nova carta de Paris:

“Meu caro Dr. Lyra. — Saudações afetuosas. — Recebi o telegrama do Itamaraty expedido daí pelo amigo. De acordo com a autorização, rogo-lhe o favor de enviar-me os recibos do segundo semestre do aluguel da casa, a fim de que eu os assine e devolva. Rogo-lhe também que os entregue, assinados, ao Banco, recomendando-lhe que lance o produto na conta corrente em *francos suíços*, que aí abri *em nome da Delegação*. É preciso explicar bem isso, para que o Banco não confunda essa operação com as da minha conta particular em libras. — Do texto do telegrama devemos concluir que a Dele-

\* Esta hipótese não chegou a se concretizar.

gação está completamente extinta, até para os efeitos do pagamento de vencimentos. Se nos for autorizado receber no mês de agosto, já será por outro título. — Rogo-lhe, finalmente, que me envie os recibos dos meus vencimentos e da verba do expediente, com data de 31 do corrente. — Por enquanto o Ministro nada disse quanto ao meu pedido sobre o amigo e sobre o Dr. Accioly. Dar-se-á que ele não queira atender? Vi que a deliberação tomada, quanto ao mais, foi inteiramente no que sugeri em meus últimos telegramas. — Lembranças ao Sr. Montarroyos, e abraço do amigo at<sup>o</sup> e col<sup>a</sup> obr<sup>o</sup>. A. DE MELO FRANCO”

— P.S. — Iremos no meado do próximo mês até aí, para as despedidas e para o jantar que pretendo oferecer ao Secretário-Geral (Tratava-se de *Sir Eric Drummond*, depois *Lord Perth*).

Com data de 1<sup>o</sup> de agosto duas cartas recebidas, ambas de Paris:

Primeira carta: “Meu caro Dr. Lyra. — Muito grato pela remessa dos recibos. Devolvo, assinados, os relativos à verba de aluguel de casa. Só os tendo recebido ontem, não me lembrei de mandar o cheque para pagamento do salário do Henri. Escrevo hoje ao Vincent, enviando a importância para pagar seu salário e os da criada, que, trabalhando à hora, vai diretamente fazer a limpeza do prédio número 2\*. Não sei se há alguma outra conta a pagar — luz, telefone, eletricidade e gás — mas creio que as notas vêm sempre no meio do mês. — Quanto ao assunto da sua licença, creio que convém mandar o requerimento, como pede o Faro, lembrando-lhe a resposta do Ministro ao meu pedido relativo à prorrogação do prazo para entrada no gozo da mesma licença. — Ainda não recebi resposta ao meu pedido para que o amigo e o Dr. Accioly fiquem à minha disposição durante minha estada na Europa, mas a demora da dita resposta e os termos dos últimos telegramas do Itamaraty não me deixam muitas esperanças de solução favorável\* \*. — Sigo em meado deste para aí, a fim de trazer o resto da tralha, despedir-me e liquidar tudo para a retirada definitiva. *Campus ubi Troja fuit...*, ou então: *sic transit gloria mundi...* — A carta do Sr. Montarroyos ao *régisseur* está muito boa. Estou decidido a não transigir com os homens. — Cheguei ontem de Calais, com as meninas, tendo dado uma grande volta pela Marne — Arras, Soissons, Rheims, Dormans, etc., para entrar em Paris com 500 quilômetros de marcha em um dia. — Sei pelo Major (*Leitão de Carvalho*) que o Sr. estará aqui no dia 7 próximo. — Lembranças de todos e abraços do colega e amigo certo. A. DE MELO FRANCO”

— P. S. — Rogo o favor de destacar as quartas vias. Envio um cheque de quatro libras esterlinas para indenizá-lo do que pagou ao porteiro da chancelaria.

Segunda carta: “Meu caro Dr. Lyra. — Em minha carta desta tarde incluí um cheque de quatro libras em vez de oito para pagamento do salário do Henri. A confusão de moedas e a desordem dos câmbios produzem esses erros... Aí vão meus últimos abecerragens (*sic*) suíços para completar aquela soma. — Abraços do amigo e colega. A. DE MELO FRANCO”.

### XXX

\* Era a casa onde estava a chancelaria, em cujo 2<sup>o</sup> andar eu residira.

\*\* Veio sempre a resposta do Itamaraty no sentido de Accioly e eu ficamos em Paris à disposição de Melo Franco.

Carta de Paris, 5 de agosto de 1926:

“Amigo Dr. Lyra. — Acabo de receber sua carta e apresso-me a devolver, assinado, o ofício ao Delegado do Tesouro. — Muito agradeço as informações que me dá e o trabalho com as cópias para o meu arquivo pessoal.

O negócio da Abissínia, como o Sr. referiu, é realmente escandaloso. Que bom para nós estarmos ausentes do Conselho neste momento! Eu teria de botar a boca no mundo, mas o Guani (*Delegado do Uruguai com assento no Conselho da Liga*) tudo assistirá sem a menor repugnância.

Com os papéis enviados pelo amigo, veio a inclusa carta da Pateck Philippe & Comp. para o Sr. Gabriel Monteiro de Barros. Rogo-lhe o favor de mandar o Vincent à dita casa para dizer que a conta foi paga por mim, sendo portador do dinheiro o próprio Vincent, que me trouxe o recibo. Naturalmente eles se esqueceram de anular a conta, mas com certeza registraram o pagamento em outra conta com meu nome.

Estou sempre disposto a partir daqui no meado do corrente, a fim de liquidar meus negócios aí e despedir-me oficialmente.

Não tenho notícia alguma do Brasil, salvo as da Agência Americana.

Recomendando-me aos senhores Montarroyos e Comandante Gama, subscrevo-me, como sempre, seu amigo at<sup>o</sup> e colega obr<sup>o</sup> AFRÂNIO DE MELO FRANCO”.

Carta de Paris, 9 de agosto de 1926:

“Meu caro Dr. Lyra. — Saúde e paz. Rogo que leia uma entrevista que dei ao *Excelsior* de 8 do corrente, e chame para a mesma a atenção do Wood, da *United Press*. Soube hoje, por meu filho Caio (*Caio de Melo Franco, 2<sup>o</sup> Secretário da Embaixada em Paris*) que o Muscat (*Diretor da Agência Americana*) nem ao menos leu a entrevista — o que quer dizer que a Americana não a mandou ao Rio. — Rogo-lhe também pedir ao Vincent (*empregado em Genebra do Dr. Melo Franco*), que procure uma almofada de couro, que mandei fazer para encosto do *chauffeur*, e que o Marcel (*o motorista*) não quis trazer com o carro. Preciso dela agora porque o novo *chauffeur* tem pernas curtas e necessita de um apoio para alcançar bem os pedais dos freios. Suponho que Dona Olga (*mulher de Accioly*) poderá, talvez, ser portadora da almofada. — Não temos aqui notícias do Rio. — Pretendo seguir com Amelinha no dia 22 pelo trem da manhã, e iremos dormir em casa. Creio que o Major (*Leitão*) me acompanhará. — Temos novamente passagens pelo *Andes*, a 5 de outubro, e verifiquei que há um camarote reservado nele para o amigo\*. — Seria conveniente escrever ao Dr. Bormann perguntando se a ordem para o nosso pagamento foi limitada ao mês de julho. — Lembranças aos companheiros, e creia-me sempre seu muito amigo A. DE MELO FRANCO”

Foi esta a última carta de Melo Franco por mim recebida de Paris. As demais são datadas do Rio. A esta carta dei a seguinte resposta:

\* De fato, na incerteza sobre meu futuro destino, reservei passagens para o Rio, na prevenção de ser chamado para a Secretaria de Estado. Mas logo depois recebi notícia da minha remoção para Berlim, para onde seguiria a 8 de outubro de 1926, depois de um curto estágio em Paris, onde fui posto às ordens de Melo Franco.

Genebra, 11 de agosto de 1926

“Meu caro Embaixador. — Tenho em mão sua carta do dia 9. Já havia lido a entrevista que V. Exa. concedera ao *Excelsior*. Dela tive conhecimento por um telegrama publicado no *Journal de Genève*. Montarroyos acaba de telefonar ao Henry Wood, chamando sua atenção para as declarações de V. Exa. O Americano conhecia apenas o citado telegrama do *Journal de Genève*, mostrando-se curioso por conhecer a entrevista a fim de resumi-la em telegrama para o Brasil. Mandou-se-lhe agora um número do *Excelsior*. — Não me admira a indiferença do Sr. Muscat; está nos processos da Agência Americana. Tenho observado pelos telegramas mandados daqui ao *Jornal do Comércio*, durante os trabalhos da Conferência do Desarmamento (Telegramas da A.A.), que nenhuma só vez se faz referência à intervenção dos debates dos nossos técnicos, e muito menos a seus nomes; enquanto que a ação e os nomes dos argentinos são frequentemente aludidos. E há mais. Num daqueles telegramas há uma ligeira referência à intervenção que teve o Sr. Gama (*Comandante Anibal Gama*) no debate sobre calibre de torpedos; mas não cita o nome do Sr. Gama; diz apenas “por proposta de um Delegado sul-americano...”. Ora, se isto não é proposital, parece. — Tomo nota do que me pede V. Exa. sobre a almofada de couro; que confiarei aos cuidados de Dona Olga se ela passar por Genebra a caminho de Paris\*. — Vou escrever ao Bormann no sentido da pergunta feita por V. Exa. Espero que ele já se encontre novamente à testa da Delegacia, pois com o Sr. Mamede, que o substituíra, esta Delegação e eu particularmente só podemos encontrar dificuldades e má vontade. — Ainda não sei quando virá Accioly. Se V. Exa. não vir nisso inconveniente, ele poderá ficar aposentado nesta Delegação. A época é de apertar os cordões à bolsa, pois o futuro é incerto e precário. — Continuo sem notícias a meu respeito. Estou, porém, suficientemente dosado de filosofia para não encarar tragicamente os ventos contrários. Eles passam, e desaparecem, e outros virão para levar-me a porto seguro. O velho Horácio, mestre de sabedoria, nos ensina que todos os males têm o seu remédio na resignação — o segredo está no saber dosar essa paciência. — Cumprimentos às *demoiselles*. Com as lembranças do Montarroyos, companheiro fiel nestas ruínas troianas, envio a V. Exa. o meu abraço respeitoso. Seu dedicado e muito amigo HEITOR LYRA”.

— P. S. — Envio junto um papel do Secretariado. Nas entrelinhas está se vendo o despeito daquela gente com a saída do Brasil.

---

\* Accioly e a mulher, Dona Olga, estavam fazendo uma cura em Aix.



---

## Les gardiens de la paix

Quando foi da Assembléia de 1923, publicou-se em Genebra um álbum com um grande número de caricaturas de membros das Delegações estrangeiras à Liga das Nações, algumas notáveis pela firmeza dos traços e o sentido irônico das expressões. A esse álbum, que logrou ali o maior sucesso, poderíamos chamar, parodiando uma publicação desse gênero que Bordalo Pinheiro fez editar em Portugal, no fim do século passado, o *Álbum das Glórias* – glórias falsas e verdadeiras da então famosa e hoje definitivamente enterrada Liga das Nações. Seus autores preferiram entretanto um título mais modesto – e mais expressivo ou mais oportuno: *Les Gardiens de la Paix*, os Guardas da Paz. *Les gardiens de la paix* eram, como se sabe, o nome que se dava aos agentes de polícia de Paris, tradicionais em seus uniformes de sarja azul-escuro e capas soltas ao vento, encarregados de manter a ordem nas ruas da grande capital latina. Mas isso era em Paris. Em Genebra eram todos aqueles representantes dos Estados estrangeiros que seus Governos tinham despachado para as margens do lago Léman a fim de manter a ordem e a segurança, não das ruas da quieta cidade suíça, que as tinha de sobra, mas do próprio mundo. No que aliás falharam lamentavelmente.

No decurso dos quatro anos em que estive na Liga das Nações ofereceu-se-me a oportunidade de conhecer de perto ou de longe quase todos aqueles *Gardiens de la Paix*, dentre os quais se contavam os *gros bonnets* da política internacional de então, os homens célebres da época, dessa época confusa e contraditória que sucedeu à guerra de 1914 e devia preceder a essa outra bem mais terrível de 1939. Naquela coleção de notabilidades havia de tudo: estadistas na verdadeira acepção do termo, políticos, diplomatas de carreira, homens de Governo, homens de ciência, homens de letras, jornalistas, altos funcionários, militares, civis, enfim homens de todas as seitas e de todas as nacionalidades. Verdadeira fauna internacional.

Desde então perdi de vista essas sumidades e meia-sumidades. Uma grande parte delas, aliás, não é mais deste mundo: entrou para a História ou se eclipsou para sempre atrás da cortina do esquecimento. Outros vivem ignorados ou abandonados em seus países. Outros ainda tiveram que desertar de seus lares, fugidos ou desterrados, e curtem agora no exílio a culpa de seus próprios erros ou erros dos outros. Seja como for,

formam todos atualmente uma verdadeira coleção de antepassados, e, com raras exceções, contam ainda no mundo ou na marcha dos acontecimentos de hoje em dia.

Apesar da distância decorrida e do fosso profundo que separa as duas épocas, tenho ainda na memória a lembrança de quase todos aqueles cavalheiros. Suas figuras, que me foi dado avistar tantas vezes em Genebra, ainda me são hoje familiares. Parece até que estou a vê-los na ampla sala da Reforma, onde se reunia então a Assembléia da Liga: de pé, uns, outros discursando na tribuna oficial, outros sentados em suas poltronas ou circulando pelos corredores, naquela agitação febril que precedia sempre os trabalhos das famosas Assembléias.

### XXX

Antes de tudo, digamos logo que os Estados Unidos da América, inspiradores, como sabem, do Instituto da Liga, foram os primeiros a desertar Genebra. A bem dizer, nunca lá apareceram — nem podiam, por o Senado americano não ter aprovado o Tratado de Versalhes a que estava apenas a Sociedade das Nações. Esta nasceu assim: órfã de pai, e muita gente acreditou que esta ausência tenha sido a causa, ou uma das causas, senão da morte, ocorrida mais tarde, ao menos da sua vida curta, penosa e atribulada, e a levou afinal ao túmulo.

Dentre as principais potências que pertenciam à Liga das Nações, começemos por citar a França, que, se não foi a inspiradora dela, foi certamente a que mais trabalhou pela sua instalação em Genebra. Assim que, se o pai da citada Liga foram os Estados Unidos da América, a França foi a mãe. Em Genebra ela teve sempre, como seus representantes, os mais brilhantes e mais conhecidos homens políticos, desde o velho pacifista Léon Bourgeois, Senador, Presidente do Senado e primeiro representante da França na Conferência da Paz de Haia, em 1907, até Herriot, o famoso *maire* de Lyon, e o astucioso Aristides Briand. Léon Bourgeois tinha conhecido o nosso Rui Barbosa na Conferência da Paz de Haia. Rui, pelos muitos e longos discursos que ali fazia, intervindo sempre nos debates, era chamado de “Dr. Verbosa”. Bourgeois apreciava e dava o justo valor à sua cultura e dotes de orador. “Entretanto — dizia ele a Rodrigo Otávio, um dos Secretários da nossa Delegação — não compreendo que um homem que devia ter uma longa visão patriótica, com um pouco de diplomacia ter-se-ia uma fórmula pela qual o Brasil, tão rico e tão grande sob tantos aspectos, poderia encontrar uma situação permanente no Tribunal de Justiça Internacional\*. Ele defendeu intransigente o princípio da igualdade jurídica dos Estados, arreatou prosélitos, e venceu. Pois bem. O Brasil poderia ter saído dessa Conferência o igual da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Mas Rui Barbosa empregou o melhor de seus esforços e o tesouro de seu saber para conseguir que o Brasil saísse dela o igual da Nicará-

\* O Tribunal de Justiça Internacional foi uma das criações da Conferência. Em setembro de 1921, Rui Barbosa seria eleito membro deste Tribunal. Mas, não podendo vir à Europa por motivo de saúde, recusou o lugar. Foi então eleito, para substituí-lo, Epitácio Pessoa, que foi ali, durante uns poucos anos, nosso representante. Falecendo Epitácio em 1942, sucedeu-lhe Filadelfo de Azevedo, meu amigo e colega de turma na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

gua, o igual de Honduras e o igual do Sião.” Isso disse Rodrigo Otávio numa conferência feita no Rio de Janeiro.

Que Bourgeois tinha carradas de razão não se pode contestar. Esse princípio de igualdade dos Estados traz consigo, para os pequenos Estados, também o princípio político. E é um contra-senso que países insignificantes e de baixa ou nenhuma cultura pretendam ter os mesmos direitos e igualdades de votos, nas reuniões internacionais, que as chamadas grandes potências. Estamos vendo isto hoje, nas Nações Unidas, com a admissão nelas dos novos Estados africanos, sem o mínimo de capacidade jurídica ou política para se colocarem no mesmo nível que os Estados Unidos, a Inglaterra ou a Rússia Soviética. O que vale é que os votos deles, por vezes sendo a maioria, ficam na cesta dos papéis, e quem decide, em verdade, sobre os problemas da O.N.U. são as grandes ou médias potências. E a igualdade jurídica dos Estados, por mais bonita que seja, vale tanto quanto um gato morto. Fartamo-nos de ver isso na Liga das Nações, como estamos vendo agora nas Nações Unidas. Vetamos na Liga, na Assembléia de 1926, a entrada nela da Alemanha. Mas fomos obrigados em seguida a deixar Genebra, entrando a Alemanha, vitoriosa, no Instituto no fim daquele ano, sob os aplausos de toda a Europa. E o Brasil, apesar de ter a consciência limpa, viu o pouco ou nada que valia, pois éramos então uma nação sem importância no cenário internacional, cuja igualdade jurídica, e conseqüentemente política, ao lado dos grandes Estados, não valia dez réis de mel coado.

Na Assembléia de 1924 Léon Bourgeois passaria para o segundo lugar na Delegação francesa, para ceder o primeiro a Herriot, por ser este Presidente do Conselho de Ministros em França. Na Assembléia de 1925 voltou a ser Presidente, mas apenas de honra, da Delegação francesa, homenagem que lhe quis prestar Paul Painlevé, Presidente do Conselho de Ministros, pelos serviços que Léon Bourgeois havia dado à França na sua longa carreira. Tinha então setenta e quatro anos de idade, e iria morrer nesse mesmo 1925. Nessa Assembléia estava também Briand, como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

### XXX

Na última Assembléia em que estive presente, a de fevereiro de 1926, quando o Brasil vetou a entrada da Alemanha na Liga e se desligou do Instituto de Genebra, Briand era o chefe da representação francesa, na sua dupla qualidade de Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros de França. Sob o ponto de vista de ilustração, diziam que não tinha lido mais de dez livros na vida. O que ele, aliás, não negava, dando como justificação o conselho, que ouvira certa vez de seu velho mestre, de que não se devia mortificar com a leitura de livros, mas se instruir observando os animais, os homens inclusive, vendo e compreendendo a natureza.

Se pouco lia, também muito pouco escrevia. Tinha uma profunda preguiça mental. Ao tempo em que era redator da *Lanterne*, o jornal de Henri Rochefort, que eu ainda conheci em Paris antes da Primeira Guerra com sua barbicha e seu topete branco, os amigos de Briand precisavam encerrá-lo numa das salas da redação, com papel e lápis, para que escrevesse o artigo de fundo do jornal. O mesmo que minha amiga

Elsa fazia com o marido, Paulo Silveira, quando este escrevia para os jornais do Rio. Paulo, ao cabo de meia hora, sempre produzia o artigo; sim, porque, do contrário, Elsa era capaz de lhe dar pancadas. Briand, porém, como não tivesse mulher para surrá-lo, pois era um solteirão, recusava-se simplesmente a escrever. Assim, quando iam, depois de algum tempo, soltá-lo, encontravam-no recostado numa poltrona, o tradicional cigarro fumegando entre os dedos, mas sem o artigo encomendado. Afinal, não havia outro remédio senão confiar a outra pessoa o editorial, mas que Briand assinava sem protestar, limitando-se apenas a acrescentar-lhe algumas linhas de sua mão para que dessem ao trabalho o traço de sua personalidade.

Sua cultura era, deste modo, produto de sua rica imaginação, de seu agudo espírito de observação, das conversas que ouvia sempre com muita atenção com uma vontade decidida de aprender, de sua inteligência aberta a tudo quanto se lhe dizia, e, sobretudo, de sua extraordinária memória. Era um pouco como a do nosso Nilo Peçanha, cuja aversão à leitura era também absoluta, e que aprendia tudo de outiva. Sobre Briand já repeti no 1.º volume destas memórias o que diziam dele, comparando-o a seu rival Raimundo Poincaré: o primeiro não lia nada, mas sabia tudo; o segundo lia muito e não sabia nada. Há nisso certamente uma maldade para Poincaré. Mas, como não deixa de ter certo humor, não faz mal repeti-la.

Pessoalmente, Briand era um homem acolhedor, extremamente simpático, apesar de sua máscara feia, de maneiras simples e sempre pronto a transigir, não levando ao trágico. Tinha para todos uma expressão amável, uma predisposição para perdoar, não se impacientando nunca com um gesto menos irrefletido de seu interlocutor, mesmo com qualquer atitude agressiva, pondo em tudo uma palavra ou uma frase de espírito. A um representante diplomático hispano-americano, que se desculpava por não falar bem o francês, respondeu-lhe, batendo-lhe no ombro: *Allez, allez, mon ami, je suis habitué à écouter parler français dans toutes les langues!*

Era um dos oradores mais impressionantes que tenho conhecido. Na vasta sala da Liga das Nações, onde se faziam ouvir os mais célebres tribunos do cenário internacional, os discursos de Briand se contavam dentre os melhores ali pronunciados. Os únicos que se lhes podiam comparar até certo ponto eram, parece, os de René Viviani, que fora representante da França numa das primeiras Assembléias, antes de minha estada em Genebra. Não tive por isso a fortuna de ouvi-lo. Naquela ocasião Viviani fora mandado em missão oficial aos Estados Unidos, na companhia do Marechal Joffre, o qual sob este aspecto era o contraste dele, considerado que era um dos homens mais calados do mundo — o *Taciturno*, como o chamavam. Tinha este último uma absoluta incapacidade de falar, de pronunciar sequer duas palavras, mesmo lidas ou decoradas. Fazia lembrar o famoso pintor vienense Mackart, outro taciturno, que, sentado ao lado de uma senhora, num banquete, não pronunciara uma só palavra durante todo o tempo da comida. Afinal, à hora da sobremesa, a senhora se impacientou com tanta mudez. “E se nós mudássemos de assunto?” perguntou ela. Joffre era um desses. É dizer que, numa terra de discursadores, como os Estados Unidos, e ao lado de um príncipe da palavra, como Viviani, seria um desastre para o prestígio da França e do exército francês se tivesse que pronunciar ali algum discurso. Por isso Viviani foi logo

prevenindo quando lhe disseram que iria aos Estados Unidos com Joffre: *Très bien, mais si le Maréchal ouvre la gueule, je fous le camp!*

## XXX

O que encantava em Briand, o “estratégico da palavra”, como o chamava Poincaré, não eram somente a propriedade de suas expressões e a beleza de suas imagens, mas também a gesticulação de suas mãos bonitas, quase mãos femininas, umas mãos que falavam por si mesmas. Filipe Berthelot, o poderoso Secretário-Geral do Quai d’Orsay, dizia que Briand, com os cabelos caídos sobre as orelhas, um cigarro já fumado no lábio inferior, era um aristocrata pela raça das mãos, o encanto, a autoridade de seu olhar e a ignorância mais completa das questões que lhe eram apresentadas. A mesa de seu gabinete no Quai d’Orsay (Ministério dos Negócios Estrangeiros de França) não tinha um só papel, mas apenas uma carteira de cigarros, o que provava sua aversão à leitura e sua predileção pela coisa falada.

Coisa falada eram os seus discursos, pronunciados num timbre incomparável, com uma voz doce e quente, de um tom aveludado difícil de classificar. Alguém a comparou ao som do violoncelo. Tinha tal poder de sedução que chegou a fascinar os legisladores de Washington, quando pronunciou ali um discurso em francês, muito embora raros daqueles legisladores percebessem esta língua. O que se iria dar comigo em Berlim, na segunda vez que lá servi, ao tempo de Hitler, e ia ao Reichstag ouvi-lo falar, por vezes três ou quatro horas seguidas. Não compreendendo, por assim dizer, o idioma alemão, senão umas poucas palavras para me fazer entender nas casas de comércio, ficava entretanto preso à eloquência do Führer, à ressonância de suas palavras, ao jogo das mãos e ao fogo, diremos assim, que saía de seus olhos.

É certo que muitos dos discursos de Briand, como os de Hitler, valiam mais pela ressonância das frases do que pelo significado delas. Como os de Jaurès, por exemplo, que, segundo Rémy de Gourmont, falava com as barbas. Quanto à pureza gramatical, os discursos de Briand deixavam por vezes a desejar. Era, pelo menos, o que dizia Albert Thomaz, Diretor da Repartição Internacional de Trabalho, espécie de Liga das classes operárias e dos patrões, que funcionava do outro lado de Genebra, que se esforçava, toda vez que Briand falava, por catar e esmiuçar os erros gramaticais de seus discursos. Mas que importava isso? Que importava que esses discursos fossem por vezes vazios de significação se eram cheios, mas amplamente cheios, de sonoridade? Os discursos são para serem ouvidos e não para serem lidos. Certo dia um Deputado interpelou da tribuna da nossa antiga Câmara dos Deputados o Visconde de Sinimbu, então Presidente do Conselho de Ministros, começando sua oração por apostrofá-lo (que coisa horrível: apostrofá-lo!) em voz alta e sonora, repetindo-lhe o nome por completo: ‘João Lins Vieira (aqui uma pequena pausa) Cansansão de Sinimbu!’ Bastou-lhe pronunciar estes cinco nomes para cair sobre o orador uma chuva de aplausos. Conquistou desde logo o auditório.

— Porque todos estes aplausos? perguntou outro Deputado. Ele limitou-se a pronunciar o nome de Sinimbu.

— Mas é que os cinco nomes do Presidente do Conselho formam um verso alexandrino!

Com a vivacidade da sua inteligência, Briand era temido pelos seus *mots d'esprit*. Contavam que, ouvindo certa vez Lloyd George elogiar a bravura dos bretões na guerra de 1914, seus verdadeiros prodígios de valentia, Briand, que era bretão, ponderou com sua costumada calma: “Não havia nenhum prodígio nisso. Era uma bravura que traziam desde séculos”. Sem citar fatos, mas aludindo às guerras que a França tivera com a Inglaterra nos velhos tempos, acrescentou: “Com certeza eles pensavam que se batiam contra os ingleses”.

De outra feita, na Conferência de Cannes, em 1922, Lloyd George dizia a Briand: “Vocês, franceses, são muito vaidosos. Deviam pensar que entre vaidade e ridículo não há senão um passo.

Sim, respondeu Briand, é o passo de Calais.

O passo de Calais, como sabem, é o que divide a França da Inglaterra.

### XXX

Os dotes de orador de Briand eram realmente notáveis. Sem embargo, outros oradores havia na representação francesa que eram dignos de serem ouvidos. Como Paul Boncour, por exemplo, com seu físico a Robespierre, cuja voz não tinha naturalmente a sonoridade da de Briand, porque ele era antes impetuoso e declamador, mas possuía predicados de verdadeiro tribuno. Ou Eduardo Herriot, volumoso, de cabeça quadrada, que foi o primeiro Delegado francês na Assembléia de 1924, ao tempo em que era Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Foi naquela ocasião que assentou com seu colega de Inglaterra, Ramsey MacDonald, o célebre Protocolo de Genebra, destinado, segundo eles, a implantar definitivamente uma era de paz e de prosperidade no mundo. Coisa muito bonita. À sombra desse famoso Protocolo, as Nações passariam a viver no sossego produtor do progresso, os povos se adorariam, os Exércitos e as Marinhas, como plantas em terreno estéril, depressa feneceriam — em suma, como anjos da guarda do Senhor, Herriot de um lado e MacDonald de outro, cobririam este mundo de incertezas e sofrimentos com o manto protetor de uma paz eterna. Um poema.

Aconteceu, porém, que os ingleses deram pouco depois por terra com o governo do angélico MacDonald, colocando novamente no poder Stanley Baldwin. Este, que de anjo só tinha as costas gordotas e bem arqueadas, entendeu que o tal Protocolo era uma pilhéria de mau gosto, por isso que procurava reduzir a esquadra inglesa. Ora, a *Home Fleet*, depois do cachimbo e do *porridge* pela manhã, era aquilo que o inglês mais admirava. John Bull pensava — e pensava mui sensatamente — que a principal força do Império Britânico residia justamente nos canhões de sua esquadra. Vai daí os Conservadores mandarem com grande cautela o famoso Protocolo às urtigas.

## XXX

Herriot não tinha, como orador, os dotes que faziam de Briand um prestigioso orador da tribuna, nem os arroubos de eloquência de Paul Boncour. Mas possuía todos os predicados de um verdadeiro orador parlamentar e uma vasta cultura humanista que dificilmente se encontrariam iguais em outros políticos desse tempo. Não dando absolutamente a impressão, com aquele seu corpo pesado e volumoso, tinha entretanto uma grande sensibilidade, e era, no fundo, *um artista*. Realmente apaixonado por música, sobretudo a música de Beethoven, que ele mesmo interpretava ao piano, era com tudo isso uma personalidade das mais interessantes naquele mundo em geral vulgar de políticos profissionais.

Na Assembléia de 1923 conheci também Gabriel Hanotaux, historiador e membro da Academia Francesa, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, pouco mais moço que Bourgeois, mas com o espírito muito mais vivo; e Joseph Barthélemy, então Deputado, professor da Universidade de Paris, gordo, de barbicha à Rembrandt, com seus olhinhos espertos e brilhantes atrás do *pince-nez*; era já um mestre em Direito Público, e teria, quase vinte anos depois, sua pequena notoriedade como Ministro da Justiça do Marechal Pétain no chamado Governo de Vichy, constituído logo após a derrota francesa.

## XXX

Outro que conheci foi Albert Lebrun, que seria Presidente da República Francesa num momento particularmente trágico para sua pátria, em seguida ao assassinato em Paris do Presidente Paul Doumer, em 1932. Aliás, quase fui testemunha desse crime. Era Secretário da Embaixada do Brasil no Vaticano, e tinha ido a Paris visitar minha mãe que residia num hotel nas imediações de uma praça onde se praticaria aquele ato horrível. Chegando ao hotel, estranhei ver ali, ou melhor, na praça ao lado do hotel, um movimento desusado de pessoas que falavam ou comentavam qualquer coisa. Perguntei o que tinha havido. Disseram-me: “Não sabe? Acabam de assassinar o Presidente da República!” Fiquei estupefato. Eu o conhecera no Brasil em setembro de 1907, quando ele era Presidente da Câmara dos Deputados, e eu estudava no Colégio São Vicente de Petrópolis. E ainda tenho um cartão postal com palavras amáveis que ele me mandara de São Paulo, onde se encontrava no momento.

Meu conhecimento com Albert Lebrun foi em circunstâncias absolutamente ocasionais. Viajava em 1923 no expresso Paris-Genebra. No compartimento em que estava, sentado ao meu lado, havia um senhor para mim desconhecido. Não sabia quem era, como ele tão pouco sabia quem eu era. Para passar o tempo, lia um exemplar do *Correio da Manhã* que trazia comigo. Num dado momento notei que o senhor punha de vez em quando os olhos no jornal. Vendo sua curiosidade, perguntei-lhe em francês: *Êtes-vous par hasard brésilien?* Respondeu-me também em francês, que não, que era francês e ia a Genebra como Delegado da França na Assembléia da Liga das Nações, acrescentando que era Presidente do Senado. Dei-me então a conhecer, dizendo que

vinha de Londres, onde era Secretário de nossa Embaixada e ia a Genebra como Secretário da Delegação do Brasil à Assembléia da Liga.

Confessou-se curioso por saber em que língua estava escrito o jornal que eu tinha nas mãos. Pareceu-lhe ser uma língua latina. Não era certamente o espanhol. Mas talvez fosse o romeno. Disse-lhe que não, que era o português, língua falada no Brasil. Não sabia, admitiu. Conhecia o Embaixador do Brasil em Paris, Sousa Dantas, mas falava com este somente em francês. Assim que ignorava se falasse português no Brasil, acrescentando: *Vous savez, nous autres, français ne sommes pas très calés dans les langues étrangères*. Nessa ocasião lembrei-me do que diziam de um francês: “Um homem condecorado que, no restaurante, pede sempre mais pão, e não conhece as línguas estrangeiras”. No meu tempo da Liga, a língua francesa ainda era a geralmente falada. Mas, depois da segunda Guerra Mundial, foi suplantada pelo inglês, devido sobretudo à influência da América do Norte no mundo. Ultimamente Pompidou, Presidente da República Francesa, procura recuperar o que o idioma francês tem perdido por toda parte. Porém não será tarefa fácil.

Lebrun era um homem simples, de origem campesina, com cerca de sessenta anos de idade, mas que o capricho do destino iria tirar de suas modestas pretensões para elegê-lo, em 1931, Presidente do Senado, antecâmara para quase todos os Presidentes da República, cargo que acabaria por ocupar em 1932. Doumer também era Presidente do Senado em 1927, quando seria eleito Presidente da República. Foi, na 3ª República Francesa, o segundo Presidente assassinado. O primeiro foi, como se sabe, Sadi-Carnot, vítima em 1894.

Da representação francesa citarei ainda: os dois juristas, Lapradelle e Fromageot; Georges Bonnet, então Deputado, Delegado suplente em 1924, que seria Ministro dos Negócios Estrangeiros nas vésperas da guerra de 1932; Painlevé, Presidente do Conselho e Ministro da Guerra em 1925, já citado atrás, quando apareceu em Genebra chefiando a Delegação de seu país, e que era considerado o primeiro matemático da França, sendo célebre sua polémica com Einstein sobre o problema da relatividade, creio que na Sorbonne, os dois diante do quadro negro, giz na mão, constituindo assim uma das páginas mais emocionantes da ciência contemporânea; Léon Jouhaux, o poderoso e temido Secretário-Geral da mais temida ainda C.G.T. (*Confédération Générale du Travail*); e Amé-Leroy, Secretário da Delegação francesa nas três últimas Assembléias a que assisti, e com o qual devia estreitar relações em Lisboa, em 1937, onde iria encontrá-lo como Ministro de França. Amé-Leroy tinha estado em posto em Munique e aí conhecera Hitler nas vésperas de este subir ao poder. Fazia grande alarde de suas relações com o futuro *Führer*. Mas, como o explodir da segunda Guerra Mundial e a ocupação de França pelos exércitos alemães, Amé-Leroy fugiria para os Estados Unidos, onde faleceria, segundo penso. Jacques Dumaine, outro Secretário da Delegação francesa, era também Secretário da Embaixada de França em Berlim. Iria ser, depois de deixar Genebra, Secretário da Embaixada no Rio, onde se casaria com uma brasileira de São Paulo, Cordélia de Sousa Queiroz, da qual já me ocupei no 1º volume destas minhas memórias, salientando que Cordélia seria duas vezes Embaixatriz num mesmo posto (Lisboa), porém Embaixatriz de países diferentes: primeiro com Dumaine, de França; depois com Remigio Grillo, de Itália. Caso único na diplomacia.

O Assessor militar francês era o Coronel Requim, extremamente simpático e in-sinuante, excelente oficial de Estado-Maior, segundo opinião de seus camaradas estrangeiros, inclusive de Leitão de Carvalho, para mim a mais autorizada, mas que, como tantos outros oficiais superiores do exército francês, a começar por Gamelin, iria falhar fragorosamente em 1940 diante da superioridade esmagadora da maquinaria bélica alemã. Requim seria então General, comandante do exército da Lorena, encarregado justamente de romper a chamada linha Siegfried.

## XXX

O representante da Tchecoslováquia era Eduardo Benes, então Ministro dos Negócios Estrangeiros e futuro Presidente da República, modesto filho de um camponês da Boêmia, meio professor e meio reformador, antigo discípulo e espécie de perfi-lhado político de Masaryk, o criador da Tchecoslováquia.

Em Genebra ele era sobretudo um satélite da política francesa, simples instrumento do Quai d'Orsay, o que não permitia a Benes desempenhar ali o papel à altura de seus incontestáveis méritos. É que estava preso a compromissos de toda ordem, e tinha que seguir os processos tortuosos, e por vezes inconfessáveis, da política de Briand. Homem de grande valor pessoal, inteligente, culto, de um apurado senso objetivo, conhecia como poucos o labirinto que era então a política europeia, em cuja esfera se passara, aliás, toda a sua vida, a princípio como conspirador contra a Monarquia dual, e depois como um dos mais destacados "Fazedores" do novo mapa da Europa, que a guerra de 1939 iria deixar em farrapos. Em seguida à derrota da Alemanha, em 1945, Benes seria reconduzido à Presidência da República da Tchecoslováquia, o que significaria, para ele, simples mudança de tutela, quer dizer, deixaria de ser um instrumento da política francesa para tornar-se criatura do Governo soviético, o qual acabaria por derrubá-lo do poder a fim de melhor implantar o comunismo no país.

Bonin dizia dele: "Não duvido que possa ter qualidades. Mas possui um grave defeito é *inafferrable*. Escapa da mão como uma agulha. Com esta espécie de homens é difícil concluir qualquer coisa". Não era tanto assim. A prova é que se deixou pescar pelos comunistas.

## XXX

Na famosa Assembléia de março de 1926, o primeiro delegado belga era Vandervelde, *leader* socialista, o maior inimigo dos racistas de Degrelle, e cuja fama havia já ultrapassado os estreitos limites de sua pátria. Era um homem de meia idade, grande e volumoso, de voz tonitroante, barbas mal tratadas, colarinho sujo e cabelos cheios de caspa. Parece que assim devia ser um socialista de 1926. Hoje as coisas mudaram, e já não mais os socialistas, mas também os comunistas de agora, pelo menos os de uso externo, se apresentam de casaca e colarinho branco, luvas e condecorações, quando não com o uniforme diplomático que adotaram como "qualquer burguês". Em todo caso, Vandervelde não desmentia, com seu aspecto mal asseado, não direi a fama de sujos que tinham os belgas, porque de fato não o eram, mas de sua pouca propensão

para o banho, defeito ou costume, como quiserem, que aliás não era só deles, mas do europeu em geral. Lembro-me de que quando minha família residia em Bruxelas, e morávamos numa casa da rua de Bailli 32, a respectiva proprietária, Madame Davignon, que vivia no andar de baixo, vendo-me passar todas as manhãs para o banho, de toalha ao ombro, chamou-me certa vez a um canto, com ar muito apreensivo, e, em voz baixa, com jeito de grande mistério, observou-me que eu, tomando banho todos os dias, acabaria doente.

Um dia, numa pequena cidade do Brabante, um viajante estrangeiro entrou no principal hotel da localidade e pediu que lhe preparassem um banho. “Um banho! exclamou escandalizada a dona do hotel; aqui só se preparam banhos quando há recém-casados, e desde seis meses que não temos cá desses casalinhos!”. Aliás, o preconceito contra o banho era uma tradição que vinha do Renascimento (porque a Idade Média foi “limpa”), e ganhara então toda a Europa, exceção talvez da Inglaterra. Mesmo em Paris, apesar de todo o seu progresso, nem sempre era fácil encontrar-se um apartamento com banho. Os que necessitavam banhar-se “por prescrição médica”, recorriam geralmente aos estabelecimentos públicos de banhos, reminiscência das antigas termas romanas, mas sem o luxo, já se vê, sem a grandiosidade e o conforto que faziam destas um dos pontos de reunião mais agradáveis da cidade dos Césares. Quando da visita a Paris do Rei Eduardo VII e da Rainha Alexandra de Inglaterra, eles foram instalados, com o séquito, no palácio do Quai d’Orsay, que dispunha de toda uma ala para hóspedes ilustres. A Duquesa de Westminster, que acompanhava a Rainha como dama de honra, ficou horrorizada por não encontrar ali uma só sala de banho. Refugiou-se então no hotel Ritz — para tomar banhos!

Conta-nos Abel Hermant que a Patti, a mais bela voz de seu tempo, foi muito cumprimentada ao completar sessenta anos pela frescura excepcional da pele. Instada a confiar o segredo de tal milagre, limitou-se a dizer que sua pele não havia jamais sofrido os “ultrajes da água”. Era como as duquesas empoadas do Grande Século, que disputavam os apartamentos de Versalhes para viverem à sombra de Luís XIV, muito embora não houvesse, em todo o palácio, um só quarto de banho. É sabido, aliás, que o próprio Rei morreu aos setenta e oito anos de idade sem jamais haver lavado o rosto. O preconceito contra a água só começou a desaparecer em França no fim do século XVIII. Mas precisou, para isso, que se fizesse uma das maiores revoluções da História. E custou a vida a Marat, que por certo não teria sido assassinado pela bela Charlotte Corday se esta não o houvesse surpreendido no banho, numa banheira alta e estreita, com forma de botina, que eu ainda vi em Paris antes da Primeira Guerra, exposta no Museu Grévin.

Vandervelde representou a Bélgica nas duas últimas Assembléias a que assisti, de 1925 e 1926. Era então o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Nas Assembléias anteriores o primeiro Delegado belga foi Paul Hymans, um homenzinho magro e nervoso, de rosto de rato, cabelos crespos em desalinho, e barba sempre por fazer. Tinha o aspecto de um professor primário desempregado. Era uma natureza irrequieta, estava sempre a fumar um charuto ordinário, e tinha um pequeno ar impertinente que irritava.

Gozava em seu país de certa nomeada por ter obtido para a Bélgica, na partilha geral da Europa que se seguiu à paz de 1919, os territórios de Eupen e Malmédy pertencentes à Alemanha. Por sinal que quem relatou este caso no Conselho da Liga das Nações e moralmente entregou os territórios à Bélgica foi Gastão da Cunha, Embaixador em Paris e nosso representante no Conselho. Mas quem de fato o redigiu foi Carlos de Ouro Preto, então Secretário da Embaixada, de acordo com a orientação que lhe deu o próprio Hymans, a pedido de Gastão, que, sendo muito preguiçoso para escrever, entregou a tarefa a Ouro Preto, limitando-se a assiná-lo. O parecer opinava pela entrega dos territórios à Bélgica, como podia tê-los cedido à Holanda ou ao Luxemburgo, tudo dependendo de sofismas e de interpretações. Assim se fazia naquela época a partilha da Europa entre as nações vencedoras da Alemanha! Não direi que a Alemanha, se vitoriosa, não fizesse precisamente o mesmo, mas teria a coragem de dizer que o fazia em nome da força.

### XXX

O primeiro Delegado romeno era Nicolas Titulesco. Representou seu país nas quatro Assembléias a que assisti. Era talvez um dos homens que melhor conhecia a política européia, seus segredos de antecâmara, todos os seus subterfúgios, todas as suas manhas. Eu já o conhecia de Londres, onde desempenhava, com mais inteligência que brilho, o cargo de Ministro Plenipotenciário da Romênia. Referi-me a ele no 1º volume destas minhas reminiscências. Também me refiro ali ao Conselheiro técnico da Delegação romena na Assembléia de 1924 e Adido Militar à Legação em Londres, um vago Coronel Antonesco. Dezesete anos depois seria, já então General, o ditador da Romênia nazista. E acabaria, como tantos outros, sob as balas de um pelotão de fuzilamento, por ocasião da onda de vingança que varreu a Europa após a vitória das Nações Aliadas.

O outro representante da Romênia que conheci em Genebra era uma mulher, Helena Vacaresco, que, aliás, não era propriamente “delegada”, mas suplente de delegado. O ex-Senador Afonso Arinos, no seu livro de memórias intitulado *Planalto*, diz que havia na Liga das Nações, como representante dos países que a compunham, apenas uma mulher, que era essa Vacaresco. Foi um engano do ilustre escritor. Havia oito Delegadas ou suplentes de Delegados: uma da Suécia, duas da Noruega, duas da Austrália e três da Grã-Bretanha, entre as quais *Her Grace* a Duquesa de Atholl, autêntica representante da nobreza inglesa. *Mademoiselle* Kristine Bonnevie, da Noruega, parecia-me ser a mais culta de todas. Doutora em filosofia e professora da Universidade de Oslo, tinha de fato a fama de ser uma cientista de grande valor. Era extremamente simpática, com um ar de bondade que inspirava logo confiança. Não tendo nada de uma mulher bonita nem nenhum requinte de elegância, possuía entretanto um ar profundamente feminino, o que até certo ponto não se conciliava com a idéia que em geral fazemos de uma mulher *doutora*.

Já o mesmo não se dava com Helena Vacaresco com sua máscara de traços grossos, suas maneiras bruscas, sua atitude decidida. E feia, olhos empapuçados a lhe saltarem da testa, olhos de sapo, cabelos em desalinho, mal ajambrada em sua *toilette*.

Mas inteligente, poetisa, prosadora, conferencista. No ponto de vista intelectual, era sem dúvida uma mulher superior, e não deixava de dar à representação de seu país em Genebra um brilho que nenhum de seus colegas de representação emprestavam igual, nem mesmo Titulesco com toda a sua ciência política e o prestígio que gozava no cenário político europeu. Este dizia que *Mademoiselle* Vacaresco era “um fragmento incandescente do Cosmo”, e ela mesma se definia como “um monstro sagrado”. Concorreu também para seu destaque nos meios políticos, sociais e intelectuais da Europa desse tempo o idílio que teve com o Príncipe herdeiro da Romênia, o mesmo que foi depois o Rei Fernando I, e cujo filho, o Rei Carol II, eu iria conhecer em Petrópolis, em 1945, no Hotel Quitandinha. Carol já estava destronado, tendo-se casado em segunda núpcias com *Mademoiselle* Lupesco, a qual vive atualmente no Estoril, em Portugal, e é uma de nossas amigas. O Rei Carol II morreria no Estoril em 1953, e seu corpo continua depositado no Panteão dos Bragança, na igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa.

A mãe do Príncipe, Rainha Isabel, que era confrade nas letras de *Mademoiselle* Vacaresco, e tinha publicado alguns livros de poesia sob o pseudônimo de Carmen Silva, favorecia o idílio de Helena com o filho, embora soubesse que arriscava transformá-lo em casamento. Mas o destino do Príncipe estava traçado, e ele deveria casar-se pouco depois com a bela Princesa Maria, neta da Rainha Vitória da Inglaterra, e da qual já falei no 1º volume destas memórias, cujo único defeito (?) na vida era amar demais — não o marido, já se vê. A Princesa Maria, ou melhor, a Rainha Maria não era só uma mulher bonita. Tinha também muita sutileza de espírito e um critério seguro para bem julgar os homens e as mulheres. Um dia a esposa de um diplomata se lamentava de haver perdido a sua “vida sentimental”. Respondeu-lhe a Rainha que a vida era uma obra de arte muito difícil, e não podia haver ao mesmo tempo a estátua e o pedestal. De outra vez Helena Vacaresco citava estas palavras de Becque: “Quando abres a tua porta, por ela entra um teu inimigo”. “Becque, disse a Rainha à Vacaresco, esqueceu de acrescentar: Quando abres a tua janela é um amigo que sai”.

Quando se criou na Romênia a Guarda de Ferro, a Rainha chamou a atenção do filho Carol sobre o perigo que poderia ser essa Guarda debaixo do comando de Codreanu. “Oh, disse Carol, conheço bem Codreanu. É um débil”.

“Razão mais forte para desconfiars, disse ela; são sempre os débeis que arriscam os mais terríveis golpes!”

### XXX

Certa vez Helena Vacaresco apareceu-nos em Genebra com sua amiga íntima, Ana de Brancovan, Condessa de Noailles, da qual também já falei longamente no 1º volume das minhas memórias, e seria ocioso repetir aqui. Assim que direi apenas que a Noailles causou em Genebra um grande sucesso, e foi por toda parte bem acolhida, não só por sua inteligência, por sua vivacidade e cultura de espírito, como pela graça feminina de sua pequenina pessoa. Chegou *quase* a seduzir o meu chefe Melo Franco, que não era aliás um homem difícil para o sexo chamado frágil. Viúvo desde alguns anos, e com as filhas criadas, ele se permitia ser *très employé auprès des femmes*,

para o que tinha, como arma principal, um sorriso que, se eu fosse mulher, consideraria irresistível.

Mas o que era realmente sedutor na Condessa de Noailles, não sendo rigorosamente belos, eram os olhos, olhos cor de amêndoas, vivos, enormes, de uma luminosidade incomparável. No outro volume destas memórias, eu dizia que seus olhos faziam lembrar os da Condessa Armando de Polignac, que *Madame* de Gramont dizia serem *plus grands que ceux de l'innocence*.

O Conde de Saint-Aulaire chamava a Noailles e a Vacaresco as duas musas parisienses da Romênia. Conhecera Ana de Noailles num almoço em casa de Joseph Reinach, com Edmundo Rostand e Alfredo Capus. Ana de Noailles chegara, como de costume, meia hora atrasada. E, sem dizer nada em forma de desculpa, deixou-se cair esgotada em uma poltrona. Essa grande *vivante*, dizia Saint-Aulaire, alegava sempre que estava morrendo, o que não a impedia *d'entreprendre un monologue éblouissant et ahurissant qui réduit au silence des causeurs aussi brillants que Rostand et Capus*. De outra vez foi em casa da Marquesa de Belloy, num jantar em honra da Duquesa de Vendôme. Como sempre e sem se incomodar com o protocolo, Ana de Noailles fez-se esperar perto de uma hora. Em vez de desculpar-se, deu aos presentes, diz ainda Saint-Aulaire, uma lição de democracia. Como a dona da casa, aliás sua prima, pois era nascida Brancovan, lhe dissesse para fazer uma reverência a Sua Alteza Real, ela respondeu: “Não faço reverências diante de Altezas porque sou republicana”. Depois do que, instalou-se numa poltrona. A Duquesa de Vendôme era neta do Rei Leopoldo II da Bélgica.

Esta coisa de não ser pontual, da qual nunca se emendou a Condessa de Noailles, fazia pensar no que se passou com Anatole France, que, convidado para jantar em casa da Baronesa de Pierrebourg, na avenida du Bois, hoje Foch, chegou atrasado cerca de meia hora, apresentando por isso mil desculpas. Terminado o jantar, voltaram todos para o salão de visitas. Foi quando a Baronesa, falando baixinho a Paul Hervieu, disse: “Esse Senhor France ... Desculpava-se por estar atrasado meia hora. O que ele está é adiantado, porque não o convidei para jantar hoje, mas na próxima semana!”

Helena Vacaresco fez tudo quanto pôde para que a Romênia lutasse ao lado da França na guerra de 1914, como de fato se daria. Quando o Conde Czernin, Ministro da Áustria em Bucarest, procurou cumprimentá-la, ela disse: “Não aceito seus cumprimentos porque eu estou em guerra”. Numa outra vez, o Príncipe de Bülow, que foi depois Chanceler do Reich e era então Ministro na Romênia, deu um jantar no qual a Vacaresco não estava colocada onde devia, como dama de honra do Rei Carol. Ela atribuiu o fato por ser contra a Alemanha. Terminada a refeição, fez ver a Bülow o engano. Este convidou-a uma segunda vez, colocando-a à sua direita, para corrigir o engano anterior. Ela estranhou entretanto não estar sobre a mesa uma magnífica porcelana de Saxe, que havia visto no jantar anterior. A explicação que, sobre esta ausência, lhe deu o Príncipe, não a satisfez. Soube depois que houvera sido presente do Conselheiro da Legação da Alemanha à bela Princesa de Bülow, Laura Minghetti, filha de Marco Minghetti, antigo Presidente do Conselho da Itália. (Em primeiras núpcias Laura teve por esposo o Príncipe Camporeale, morto muito jovem em Paris). O tal Conselheiro

alemão estava ligado à Princesa por laços amorosos, mas, ao saber que os mesmos laços a prendiam ao Adido Militar da mesma Legação, havia espatifado a linda porcelana.

As relações de Melo Franco com a Noailles não passaram em Genebra de uns rápidos encontros entre os dois, mas que bastaram para que se percebesse a discreta atração que ela sentia por ele, atração traduzida na expressão dos olhos e no acolhimento que lhe dispensava. Eu já a conhecia de Paris, conforme deixei dito no outro volume desta obra. Assim que uma vez ousei perguntar-lhe, sem mais aquela, o que achava de sedutor em Afrânio de Melo Franco. Refletiu um pouco, e depois disse com desembaraço: “Sua pergunta tem algo de impertinente, mas não me custa dar-lhe a resposta. O que me impressionou nele foi seu sorriso”. E passado um momento: “Um sorriso de fauno”. Só então me dei conta de que ela tinha razão!

### XXX

Apesar de o Governo de Londres ter em Genebra seus Delegados próprios, que se intitulavam, aliás, não representantes apenas da Inglaterra ou da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, como seria justo, mas do *Império Britânico*, as outras partes constitutivas desse Império, com categoria de Domínios, como a Austrália, o Canadá, a África do Sul e a Nova Zelândia, ou mesmo sem essa categoria, como a Índia, tinham também, cada qual, sua representação própria. Desta forma o Império Britânico se colocava numa situação de privilégio com relação aos demais Estados pertencentes à Liga, pois dispunham ali de *seis* votos, quando os demais tinham direito apenas a um, que era o deles mesmos. “Que coisa, afinal, é o Império Britânico? — perguntava o diplomata Daniele Varé — quando acaba a Grã-Bretanha e começa o Império? É como a Santíssima Trindade: difícil de definir”.

Dava-se como justificativa dessa anomalia o fato de os Domínios terem direito a uma representação exterior independente da Inglaterra, que por isso também não podia representá-los na Liga. A explicação satisfazia em parte porque nem todos possuíam este direito, ou, se o possuíam, não o usavam, como, por exemplo, a Nova Zelândia e a Índia, cujas relações exteriores eram dirigidas pelo Governo de Londres, sendo que a Índia não tinha sequer a categoria de Domínio. Acresce que o *direito* de representação exterior que a Inglaterra dizia reconhecer aos seus Domínios era muito relativo. Que não era *absoluto* provava o fato de nenhum deles poder negociar o estabelecimento dessa representação sem o consentimento, o *placet* do Governo inglês, que não permitia sequer que entrassem diretamente em negociações dessa natureza com potências estrangeiras. Mais tarde as coisas mudaram, mas naquela época eram assim. Tanto que, quando tentamos estabelecer relações diplomáticas com o Canadá, não autorizou a Inglaterra que nos entendêssemos diretamente com o Governo de Ottawa ou seus representantes em Washington ou Paris, mas exclusivamente por intermédio de Londres. É certo que Melo Franco andou conversando sobre o assunto em Genebra com o simpático Senador Dandurand, representante do Canadá na Liga; mas não passou isto de simples troca de idéias, sem nenhum seguimento prático ou caráter oficial.

## XXX

A verdade é que a Inglaterra e seus Domínios formavam na Liga uma só família, a *família britânica*, a qual dispunha de um conjunto de seis vozes, o que era considerável num total de cinquenta. Para defesa de seus interesses tinha ela portanto *seis vozes* (e não me refiro ao Estado Livre da Irlanda, também com representação própria em Genebra, porque este, enfim, podia considerar-se um país de fato independente, muito embora pertencesse, como os demais, à comunidade britânica), quando as outras grandes potências, a França, por exemplo, ou a Itália, dispunham apenas de *uma voz*. A desproporção era enorme, e provava até que ponto a Liga das Nações podia ser tida como um verdadeiro feudo britânico.

Que todos os Delegados britânicos formavam uma só família de nações provava também o fato de serem por vezes ingleses alguns dos representantes dos Domínios, e não pessoas naturais destes Estados, como seria de esperar se eles gozassem realmente de plena autonomia exterior. A este propósito lembro, por exemplo, o professor Gilbert Murray, que figurou como Delegado da África do Sul em 1923 (era portanto de nacionalidade inglesa) e Delegado da Inglaterra em 1924. Quanto à Índia, o chefe de sua representação era *sempre* um inglês: Lorde Hardinge em 1923 e 1924, e Lorde Willingdon em 1925. Quando muito, o Governo de Londres consentia em “florir” a representação da Índia com a inclusão nela de um dos grandes potentados hindus, desses Marajás lendários, que apareciam em Genebra cercados de grande fausto, inclusive de suas várias mulheres, para maior diversão de todos nós. Tivemos, assim, em 1923, o Marajá de Nawanager; em 1924, o de Bikaner; e em 1925, o de Patiala. Este tinha fama de ser o mais rico de todos, e é certo que ostentou em Genebra um fausto maior que os demais, dando-se ao luxo, ou talvez ao divertimento, de convidar em dias sucessivos para jantar a *todos* os membros das delegações estrangeiras presentes em Genebra, o que, somado, ascendia a cerca de trezentas pessoas. Uma noite chegou a minha vez, e lá fui eu também para o Hotel de la Paix sentar-me à mesa do Marajá.

## XXX

O chefe da representação inglesa na Assembléia de 1923 foi Lorde Robert Cecil, então Lorde do Selo Privado e membro do Parlamento (Deputado aos Comuns). Já na Assembléia de 1924, com a vitória dos trabalhistas na Inglaterra, a chefia da representação britânica caberia a Ramsay MacDonald, Primeiro Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros, sendo segundo Delegado Lorde Parmoor, do qual falei longamente no 1.º volume destas memórias. Lorde Cecil, por ser conservador, não foi naturalmente incluído nesta última representação. Voltaria entretanto a Genebra nas Assembléias de 1925 e 1926, como segundo Delegado, já que a chefia caberia a Sir Austen Chamberlain, como Secretário dos Negócios Estrangeiros. Sir Austen era meio-irmão de Sir Neville, futuro Primeiro Ministro (o homem da entrevista com Hitler, em setembro de 1938, no célebre encontro em Munich). Sir Austen e Sir Neville eram filhos do famoso Joseph Chamberlain, aquele da guerra do Transval, ao tempo da Rainha Vitória, e que,

ao sair de casa, não deixava nunca de trazer uma orquídea na lapela do casaco. Sir Austen tinha sido eleito Deputado aos Comuns com apenas vinte e nove anos, enquanto o irmão só o seria aos cinquenta.

Pessoalmente Sir Austen era um homem amável, cortês, e tinha sempre uma palavra agradável para seu interlocutor. Como vestisse muito bem e trouxesse um monóculo no olho direito, atado por um cordão preto, aparentava uns ares de *dandy*. Antes de ser Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, no 2.º Gabinete de Stanley Baldwin, fora Ministro das Finanças e Primeiro Lorde do Almirantado. Foi, com Briand e Stresemann, um dos autores do Tratado de Locarno, na esperança de lançar com ele os fundamentos de uma paz durável, uma idéia até certo ponto romântica e irrealizável, como ficou provado com a segunda Grande Guerra em 1940. Como um dos pais deste tratado, recebeu o prêmio Nobel da Paz de 1925, e foi feito na Inglaterra cavalheiro da Ordem da Jarreteira. Em 1928 publicou um livro intitulado *A Paz no nosso Tempo*, e em 1935 outro, espécie de autobiografia, sob o título de *No curso dos Anos*. Morreria em 1937, com sessenta e quatro anos.

Lorde Robert Cecil era o terceiro filho de Lorde Salisbury, chefe do partido conservador sob a Rainha Vitória, e um dos mais brilhantes estadistas ingleses do século passado. Paul Vasili, que conheceu muito bem a sociedade e a política inglesas daquele tempo, e sobre as quais escreveu um livro dos mais interessantes, diz que Lorde Salisbury salientava-se pelos seus chapéus (que eram então cartolas), os mais rapados de Londres, a ponto de ter perdido um na rua que ninguém ousou levar. Foi ali deixado como lixo.

Naquela época distante a política inglesa estava dividida entre conservadores e liberais. Estes iriam desaparecer ou mudar de nome para se tornarem os trabalhistas de hoje. Segundo a nomenclatura inglesa, os *whigs* eram os liberais, e *tories* os conservadores, nomes que vinham do século XVII. *Whig* era uma palavra escocesa, abreviação de *whiggamore*, sinónimo de *drover*, condutor de animais. Foi um nome empregado pela primeira vez em 1648, quando eles atacaram Edimburgo. E desde então todos os que atacavam a Corte, ou faziam oposição, eram chamados por esse nome, que passou a ser o dos liberais. *Tory* era uma palavra irlandesa designando os católicos postos fora da lei sob Carlos II, e estendida, em 1679, a todos os que se opunham ao *bill* excluindo o Duque de York da sucessão do trono. Acabou por designar o partido conservador.

*Mais revenons à nos moutons.* Lorde Cecil nada parecia, no físico, com o pai, salvo na altura. Pelas fotografias conhecidas, Lorde Salisbury era um homem relativamente gordo, de bela estampa, rosto largo, guarnecido de grande barbas negras. O filho era o contrário: magro, quase esquelético, cara de rato, barba e bigodes rapados, desengonçado, com pernas e braços muito compridos, que ele agitava, quando andava, para todos os lados, como asas de um moinho de vento. E quando falava, ou melhor, quando discursava, no Conselho ou na Assembléia, era um desastre. Tinha uma voz rouca e áspera, gaguejava todo o tempo, e, ainda por cima, falava todo curvado, quase deitado sobre a mesa, os braços abertos, a cabeça baixa. Era a figura de um macaco velho. Cercava-o a fama de grande pacifista, e na Liga desfrutava de real prestígio, não só por sua condição de Delegado britânico, pelo renome da família, por sua fortuna, embora fosse

pessoalmente um homem de hábitos modestos, como pela honestidade de seus propósitos, pela inteireza de seu caráter e a fama de pessoa de bem.

Talvez por ser visceralmente honesto emprestou-nos intenções que não tínhamos quando foi do nosso desentendido com a Liga, em março de 1926. Nessa ocasião criou-nos quantas dificuldades pôde para atrapalhar nossa promoção a um lugar permanente no Conselho, e, sob este sentido, foi para nós um homem nefasto. Uma justiça, em todo caso, devemos fazer-lhe: nunca nos enganou, como tantos outros, nunca nos iludiu dando-nos esperanças que depois não se efetivaram. Outros chegaram mesmo a prometer não só apoiar nossa candidatura a membro permanente como até lançá-la na sessão do Conselho, como fez Aristides Briand, para depois abandonar-nos — mais que abandonar-nos, voltar-nos simplesmente as costas sem maiores explicações. Lorde Robert Cecil desde o começo se opôs firme e abertamente à candidatura do Brasil, uma oposição sem rebuços, com a franqueza de um bom inglês, e, para o futuro, longe de atenuar essa oposição com os novos argumentos que trouxemos a favor de nossa causa, só fez enraizar-se nela.

Nisso ele se parecia com o pai, que, segundo os testemunhos da época, era um homem mordaz, incisivo, combativo, não transigindo em nada com sua consciência. Sua grande integridade, seu desprezo por tudo que exprimisse um compromisso, dava-lhe uma autoridade que o fazia respeitado não só pelos conservadores, como pelos seus adversários, os liberais. Sob este ponto de vista, ninguém mais conservador do que ele.

Assim era o filho, pelo menos no que dizia respeito à candidatura do Brasil a um lugar permanente no Conselho da Liga das Nações. E com ele eram solidários todos os principais Delegados britânicos em Genebra, conservadores e trabalhistas, estes quando apareceram ali depois da vitória nas eleições gerais da Inglaterra e a derrota do Primeiro Ministro Stanley Baldwin. Apareceram, como disse, na pessoa do novo Primeiro Ministro, Ramsay MacDonald, acompanhado de Lorde Parmoor e de Arthur Henderson, este último o novo Secretário de Estado para o Interior. MacDonald, aliás, só apareceu em Genebra por uns poucos dias, unicamente para assistir à abertura e às primeiras sessões da Assembléia de 1924. Ocupado que estava em Londres com seu novo cargo, que exercia pela primeira vez, teve que voltar para seu país. Substituiu-o, à frente da Delegação inglesa, Lorde Parmoor.

Desde que já falei longamente deste Lorde Parmoor no outro volume destas memórias (*Minha vida Diplomática*), só me resta repetir que era um homem difícil e desagradável, que não oferecia a nós, brasileiros, nenhuma possibilidade de aproximação. E, quanto à nossa aspiração a um lugar permanente no Conselho da Liga, foi simplesmente imprestável. É verdade que cumpria a este respeito as ordens de seu Governo, mas poderia fazê-lo com certa elegância, como faziam Lorde Cecil e, nas Assembléias seguintes, Sir Austen Chamberlain. Parmoor foi, pois, Delegado na Assembléia de 1924, mas na seguinte, de 1925, com a vitória dos conservadores e a volta ao poder, como Primeiro Ministro, de Stanley Baldwin, tivemos como representante inglês a Sir Austen Chamberlain, na sua qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros. E, a seu lado, sempre resmungando e desconjuntado, outra vez o velho Lorde Cecil. Certo não ganhávamos grande coisa com a mudança da política, sabido que, com

relação à nossa pretensão na Liga, todo inglês pensava o mesmo. Mas tínhamos ao menos a vantagem de não termos mais que tratar com o vigário geral Parmoor, e de aturar-lhe as impertinências. Devíamos nos haver agora com o elegante e florido Austen Chamberlain, impecável com o seu monóculo, que trazia pendurado à lapela como uma tradição que herdara do pai, o truculento Joe, com o brilho de seus colarinhos duros e as linhas bem traçadas de suas sobrecasacas. É exato que continuou, como os outros, a manter uma intransigência absoluta contra nós. Mas com muita elegância. Tentou iludir a boa fé do Embaixador Régis de Oliveira para que este transmitisse a Artur Bernardes uma nota ameaçadora. Mas também com muita elegância. E por pouco não punha em farrapos a autoridade de Melo Franco no Conselho e no seio da representação brasileira. Mas ainda com suma elegância. “Não há como os ingleses, dizia-me comovido Régis de Oliveira, sempre *gentlemen!*”

## XXX

Nas Assembléias de 1924 e seguintes havia a representação do chamado Estado Livre da Irlanda, cujo principal Delegado era Desmond Fitzgerald, Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país. Em 1924 fazia parte da Delegação irlandesa o Marquês MacSwiney of Mashanaglass, homem erudito, membro da Academia Real Irlandesa, que nos contava por vezes histórias engraçadas. Uma delas era esta: havia em Dublin durante a guerra de 1914-1918 dois irmãos irlandeses que estavam a serviço secreto, um da Alemanha e outro da Inglaterra. Cabia ao primeiro colocar no mar da Irlanda, por conta dos alemães, minas submarinas, enquanto o outro, informado secretamente pelo irmão do lugar em que estavam depositadas as minas, as retirava por conta da Inglaterra. Está claro que, por esse trabalho, recebia cada um, da Alemanha e da Inglaterra, não pequena recompensa pecuniária. É evidente que nenhum dos dois países sabia da tramóia dos irmãos.

## XXX

O principal Delegado espanhol era Quiñones de Leon, Embaixador em Paris, solteirão bem nascido e bem nutrido, sempre apurado em suas roupas do mais puro talho inglês, e que poderia ser tido por elegante se não fosse gordo e se a barriga não fosse tão grande. Era um amigo fiel e dedicado do Rei Afonso XIII, como se manteria mais tarde de toda a família real espanhola, monarquista sincero e profundamente ligado à tradição dos Bourbons de Espanha. Morava havia muitos anos em Paris e ali continuaria a residir mesmo depois de exonerado do cargo de Embaixador, quando a República foi implantada em sua pátria. Sobrevinda a guerra de 1939, não se afastou da capital francesa, e, quando da derrota da França e subsequente ocupação de Paris pelos alemães, ainda lá se conservou. Desfrutava ali as melhores relações e podia ser tido como o mais parisiense dos Embaixadores estrangeiros.

Apesar da tradição ibérica que nos ligava à Espanha, não me parecia que Quiñones de Leon dispensasse muita atenção ao Brasil e a seus representantes em Genebra. A bem dizer, convivia ali sobretudo com as delegações da Europa ocidental. Com

relação a nós, conservou sempre uma discreta distância, e, mesmo quando as candidaturas da Espanha e do Brasil se tornaram associadas para a disputa de lugares permanentes no Conselho, nunca vi Quiñones de Leon aproximar-se de nós, procurar, por qualquer modo, coordenar com Melo Franco alguma ação na Liga em benefício de nossos comuns interesses.

Talvez considerasse o Brasil um rival da Espanha na pretensão à permanência no Conselho, e preferisse por isso não nos revelar os recursos que acaso possuísse em favor da candidatura de seu país. Achava mais prudente trabalhar sozinho e por conta exclusivamente sua, utilizando para isso *pro domo* as excelentes relações que entretinha com os principais corifeus da política européia. Sua frieza relativamente a nós talvez também se ligasse a um certo ressentimento que guardava de Gastão da Cunha, seu ex-colega brasileiro em Paris e na mesa do Conselho da Liga. Nunca soube eu exatamente o que se passou entre ambos, mas sempre me pareceu que Quiñones de Leon nunca perdoara qualquer mordacidade que lhe tivesse feito Gastão com o seu costume de divertir-se à custa dos outros. O Embaixador brasileiro usava e abusava de seu espírito sarcástico, de sua propensão para colocar a todos no ridículo, e isso não se casava com o feitio austero e a impenetrável discreção de seu colega espanhol.

Na Assembléa de 1923 era Delegado suplente da Espanha o Contra-Almirante Marquês de Magaz, quem eu havia sido apresentado em setembro daquele ano no cais da estação de Dijon pelo seu camarada e amigo, o Almirante Penido. Fazíamos juntos a viagem de Paris a Genebra. Magaz seria depois membro do Diretório espanhol, com Primo de Rivera. Para o futuro e durante alguns anos eu não o iria perder de vista. Assim, quando me achava como Secretário na Santa Sé, em 1930, ele foi ter ali como Embaixador de Espanha. Removido que fui para Berlim, em 1936, também lá apareceu Magaz como Embaixador. E, quando eu estava de Ministro-Conselheiro em Buenos Aires, em 1940, quem devia aparecer na capital portenha, sempre como Embaixador de Espanha? O Marquês de Magaz! Positivamente esse homem me perseguia.

### XXX

A Itália se fazia representar em Genebra por dois professores, Salandra e Vittorio Scialoja. Salandra esteve ali em 1923 e 1924; Scialoja representou seu país nas quatro Assembléas a que assisti. O primeiro era, além de professor, político e matreiro, o que aliás vem dar no mesmo; o outro somente professor, tendo sido apenas uma vez Ministro dos Negócios Estrangeiros no Gabinete presidido por Francisco Nitti. Nesta ocasião, como estranhassem que ele servisse sob as ordens de um homem de quem não gostava, Scialoja, cujos íntimos chamavam o "Tio Vittorio", respondeu estar ali para impedir que Nitti não fizesse ao menos muita besteira na política exterior da Itália. A igual dos políticos italianos daquela época, Scialoja não gostava dos franceses. Dizia que estes davam sempre a vida pela pátria, às vezes davam suas mulheres, mas nunca davam dinheiro. Agradava-lhes ganhar a sorte grande na loteria, mas sem comprar bilhete.

Quando se discutia em Versalhes as condições de paz a serem impostas à Alemanha, a questão da Alta Silésia não ia por diante por causa da expressão *sob os auspícios*

da *Sociedade das Nações*. Cada um lhe dava um significado diferente. Recorreram então a Scialoja, que, além de jurista, tinha a fama de ser um grande romanista. Consultado, respondeu:

— No tempo dos romanos, *sob os auspícios* significava *sob o vôo de certos pássaros*. É tudo que sei.

Como ninguém percebesse o que queria dizer esta resposta, deixou-se de lado a interpretação da frase.

Quando se formou na Itália o Gabinete presidido por Facta e composto de parlamentares que falavam todo tempo e nada faziam, Scialoja disse que o Presidente do Conselho devia chamar-se *Verba* e não *Facta*. Certa vez, na Comissão Jurídica da Liga das Nações, Scialoja dormiu durante quase toda a sessão. Ao terminar esta, acordou. E, virando-se para seu vizinho, perguntou: “O Sr. também dormiu?” Ao que o outro respondeu negativamente. Scialoja: “Com certeza sofre de insônias”.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, muitos o tinham por ingênuo. Podia ser. Mas o que valia era que tinha como Sub-Secretário o jovem e futuro Dino Grandi, fascista da vanguarda, ambicioso e irrequieto, pessoa de inteira confiança de Mussolini. Mais tarde este o colocaria na direção do Palácio Chigi (onde estava então o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália) e em seguida como Embaixador em Londres. Nessa ocasião daria provas de grandes qualidades, como diplomata e político, numa fase extremamente difícil para a Itália, que, abandonada pela França e pela Inglaterra, na segunda Guerra Mundial, se viu na necessidade de aliar-se à Alemanha, formando o célebre Eixo.

Com a queda do fascismo na Itália, Grandi achou mais prudente expatriar-se. Foi para São Paulo, no Brasil, onde fixou residência no decurso de alguns anos. De vez em quando ia ao Rio de Janeiro, e numa dessas ocasiões o conheci pessoalmente num jantar em casa de Frederico Pescatori, Conselheiro da Embaixada de Itália no Brasil. Eu tinha visto Grandi mais de uma vez em Roma, ao tempo de Mussolini. Usava uma bela barba preta, que ele cortaria quando foi para São Paulo, possivelmente para mostrar que não era mais o fascista de antes. O mesmo que faria Guilherme II, que, usando apenas bigodes espetados quando era Imperador da Alemanha, deixaria crescer a barba ao abdicar a coroa e exilar-se na Holanda, prova de que não era mais então o monarca todo poderoso que fora em seu país tornando-se apenas Guilherme de Hohenzolern. Durante uns poucos anos Grandi mandava-me sempre pelo Natal um cartão de Boas-festas, lembrando a velha e curta amizade. Depois, serenadas as coisas na Itália, voltaria para sua terra natal. E nunca mais tive notícias dele, mas penso que ainda vive.

### XXX

O 1º Delegado de Portugal, nas duas primeiras Assembléias em que estive, de 1923 e 1924, foi o jornalista e escritor João Chagas, naquele tempo Ministro de Portugal em Paris. Nascido no Rio de Janeiro em 1863, tinha, portanto, sessenta anos de idade. Viera da imprensa do Porto para Lisboa trazido por Carlos Valbon para colaborar em seu jornal, *Tempo*, que era, no dizer de Alfredo de Mesquita, a mais bem feita folha diária de Lisboa. “Republicano incontroverso, dizia este, Chagas nunca daria

aos seus adversários o prazer de o verem dar um nó numa gravata encarnada; e, ao sentar-se ao piano, preferia dedilhar Chopin a invocar Roger de Lisle”.

Quando chegou a Lisboa o vapor *Alagoas*, trazendo o Imperador do Brasil deposto e exilado pela República, Chagas foi dos primeiros a ir a bordo, “recolher do Soberano despojado do poder e da pátria, o conto da sua desgraça e da sua resignação”, diz ainda Alfredo Mesquita, que acrescenta: “Se disséssemos que João Chagas, em vez de ter ido ao encontro do velho Imperador e da lição que ele trazia consigo, com o seu exílio e as suas malas de viagem, tivesse ido por exemplo ao encontro de uma fortuita solitação do amor, não meditaria nunca nas possibilidades de levar igualmente um povo a fazer a revolução, depor também um monarca e implantar um novo regime”. De fato, todos sabemos o quanto influiu em Portugal a implantação da República no Brasil, animando e impelindo aqueles que eram contra a monarquia. Mas a idéia de República em Portugal era um “devaneio de meia dúzia de poetas que se agrupavam com meia dúzia de oficiais de patente superior para o apoio das espadas; e meia dúzia de capitalistas para o cobrir das despesas. Quis o destino que João Chagas recebesse do Imperador do Brasil, como lembrança do seu desfeito Império, a idéia de fundar uma República.

Jornalista, escritor, poeta e agitador, João Chagas foi mandado para Paris como Ministro de Portugal, antes de tudo para obter que as Nações amigas reconhecessem o novo regime português e depois por suas qualidades de inteligência, de cultura, e de seu *savoir faire*. Esteve ali como Ministro muitos anos. “Formado nas melhores disciplinas, diz Alfredo de Mesquita, ordenado, metódico, rápido e nítido nas suas decisões, senhor de um guindado senso de autoridade, João Chagas achou-se em Paris prontamente estimado, nesse meio de gente bem entendida em superioridades, pelo seu valor intrínseco e preciso. Representante de Portugal, ele estava muito acima do que pudessem ser a mais difícil e mais árdua missão de um diplomata. O seu exemplo de energia na dedicação ao seu país forçava o respeito. Ele foi esse estrangeiro a quem Clemenceau, quando recebia uma visita deixando-se ficar sentado, ao vê-lo fazer o gesto de despedir-se, convidava a demorar-se ainda”.

João Chagas morreria em 1925. Assim que eu iria vê-lo em Genebra apenas nas Assembléias de 1923 e 1924. Foi substituído, nas Assembléias de 1925 e de fevereiro de 1926, por Afonso Costa, seu amigo e correligionário político, então Deputado. Chagas deixou um *Diário*, que alguns de seus íntimos entendiam não dever ser publicado, por causa das cruas verdades que dizia de Portugal e de seus homens. A Liga das Nações, dizia ele, era uma sociedade sorna (preguiçosa), um embuste de Genebra. Mas, apesar dessas e outras afirmações, o *Diário* foi publicado, não provocando todavia maiores reações na gente e no mundo político de Portugal.

Há umas cartas políticas de João Chagas, publicadas nos últimos dias da monarquia. Nestas, Chagas dizia, referindo-se a Afonso Costa, que este “era um condutor de multidões do qual não se podia falar friamente, e que tinha em proporções geométricas a admiração e a simpatia nacionais, para compensar a proporção aritmética dos ódios medíocres; que Afonso Costa representava o núcleo da vontade republicana, e era das mais empolgantes figuras da democracia contemporânea, com a facilidade de poder

explicar patrioticamente os próprios excessos. Três ou quatro vezes a República teria desaparecido se não fosse sua ação instantânea e violenta”.

Amigo de Afonso Costa, como dissemos, João Chagas foi com ele um dos responsáveis pela implantação da República em Portugal. Devemos, pois, dar o devido desconto ao que diz do seu companheiro. Ambos tinham sido já governo, como Presidentes do Conselho. Eram, assim, até certo ponto, um pouco culpados do caos político, social, econômico, militar e financeiro em que se debatia Portugal desde a queda da monarquia.

Teriam eles consciência do mal que a *sua* República havia feito a Portugal no exterior, com o desprestígio que gozava cá fora? É possível que sim, pois eles próprios sofriam também esse desprestígio, na desatenção que lhes dispensavam as principais potências européias a começar pela Inglaterra, sua velha aliada. Tratava-se no entanto de dois homens de valor, cada qual com seus defeitos, é claro, com suas “lesões” políticas, suas cicatrizes, que uma vida pública agitada e nem sempre limpa, politicamente falando, havia deixado em suas personalidades.

Não cheguei a conhecê-los bastante para poder diferenciar um do outro. Com Afonso Costa privei um pouco mais de perto, primeiro em Genebra, depois em Paris, nas vezes em que eu aparecia no hotel Vernet, onde ele se havia hospedado. Mas tinha aos dois como legítimos republicanos à moda portuguesa de 1910, isto é, meio maçons e melo carbonários, mais agitadores do que homens de Governo, mais tribunos do que oradores.

Fisicamente um era o oposto do outro. Chagas era grande e grosso, de ombros fortes, bigodes espessos já um tanto encanecidos, com uns largos óculos enquadrados no rosto cheio. Costa era pequeno e trigueiro, de olhar esperto e barbicha pontuda. Tinha todo o tipo de um judeu levantino.

João do Rio (Paulo Barreto) tem uma crônica sobre o sorriso de Afonso Costa, que, para ele, era no Brasil tão célebre quanto o sorriso da Joconda. Mas o sorriso da Joconda, dizia João do Rio, era uma atitude filosófica, imposta às figuras do grande mestre, a expressão subconsciente do homem formidável realizada pelo pincel. Enquanto o sorriso de Afonso Costa era vivo, indiretamente espontâneo. Daí seu valor, como reflexo imediato. Para João do Rio o sorriso exprime sempre a vontade elástica do indivíduo. É a espuma do vinho. O homem que sorri, mesmo que não tenha nada na cabeça, é uma comédia. O sorriso nasce do riso. Sem o segundo não haveria o primeiro. O riso é uma válvula da caldeira, o sorriso o anúncio da resistência termométrica do homem no meio em que vive. Afonso Costa tinha descoberto o sorriso que não era nem de resignação nem de vontade. O sorriso era só sorriso, angustiosamente sorriso. Ramalho Ortigão dizia que o sorriso era uma filosofia, e muitas vezes uma salvação.

Nesse tempo tanto Afonso Costa como João Chagas representavam um Portugal decomposto e quase em liquidação, que já não passava de uma massa inorgânica, mas cuja semente sã e vigorosa jazia escondida no mais profundo de suas entranhas à espera do artista — porque, para fazer Portugal renascer, nas condições miseráveis em que vegetava naquela ocasião, só mesmo um artista — que o iria fazer brotar de novo, crescer e frutificar. Este artista não passava então de um obscuro professor de Coimbra,

que, debruçado sobre sua cátedra, ensinava a ciência das finanças a uns moços tristes, envoltos em longas capas pretas.

João Chagas tinha feito parte da comissão que, em outubro de 1910, instituía a bandeira republicana portuguesa, com Abel Botelho, Columbano e Ladislau Pereira. Aos olhos deles esta bandeira podia ser bonita. Mas eu teria preferido manter a da Monarquia, azul e branca, tirada naturalmente a coroa real. Aliás como nós o fizemos, mantendo as cores e o formato da bandeira imperial, mas enxertando nela infelizmente aquele lema positivista, que, apesar de várias tentativas, não se tirou até hoje.

Além dos dois Delegados acima citados, Portugal teve ainda, como Delegados ou suplentes de Delegados, o Ministro Augusto de Vasconcelos, o General Freire de Andrade e Bartolomeu Ferreira. E, como Secretário da Delegação, Barbosa de Magalhães, recém-casado, morando com a jovem esposa no hotel Résidence. Ela se chamava Lídia, mas teve a infelicidade de o marido morrer poucos anos depois do casamento. Viúva, com uma filha, iria mais tarde contrair novas núpcias com o Conde Almeida Araújo, passando a viver num belo palácio em Queluz. Perdeu este segundo marido faz alguns anos. Depois do que, instalou-se em outra casa, também em Queluz. Ainda vive, Deus louvado, e costuma dizer — e é verdade — que é a mais antiga amiga minha portuguesa. De fato, é uma amizade que conta hoje cinqüenta anos. Apesar do tempo decorrido, Lídia conserva ainda os traços de beleza que tinha quando a conheci em Genebra em 1923.

### XXX

Nicolás Politis, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Venizelos, membro da Corte Permanente de Arbitragem de Haia, e um dos mais destacados mestres em Direito Internacional, foi o representante da Grécia nas Assembléias de 1923 e 1924. Ainda o lembro com seu ar de coelho assustado, seu olhar inquieto brilhando através dos vidros de um pequeno *pince-nez*, acompanhado da senhora, almoçando sempre à mesma hora na sala de refeições do hotel de la Paix, onde estávamos hospedados, numa mesa ao lado da minha. Isso nos aproximava e favorecia as boas relações que tive com o casal. Naquele meio de políticos profissionais, que era então Genebra, Politis parecia-me um deslocado. Não era ambiente em que se pudesse sentir à vontade. Longe disso. Não era ambiente onde pudesse revelar integralmente todo o valor da sua personalidade. Ele era antes de tudo um professor, um didático, e aquele meio de puras especulações diárias, de manobras nem sempre honestas em torno de problemas internacionais, onde se torciam os princípios de Direito Internacional para adaptá-los a situações inconfessadas, era o menos indicado para o exercício de sua arte. Apesar de sua reserva, mais de uma vez deixou-me compreender sua desolação diante dos fatos que ali presenciava, da mágoa que lhe causava a incapacidade, ou quem sabe a impossibilidade, dos homens responsáveis pela Liga das Nações, dada a mentalidade de muitos deles, de compreenderem e ainda menos aceitarem os princípios que deviam presidir o Instituto de Genebra, e sem os quais toda tentativa de implantação da paz no mundo estaria de antemão perdida.

Quando foi da pendência com a Inglaterra, a propósito da nossa divisa com a Guiana Inglesa, e na qual Joaquim Nabuco fora nossa advogado, Politis dera um parecer comentando o laudo do Presidente da Confederação Helvética, que dera ganho de causa à Inglaterra, dizendo que o Brasil “perdera uma vasta extensão de terras cuja jurisdição lhe era reconhecida histórica e geograficamente”. Quem diz isso é Araújo Jorge nos seus *Ensaio de História Diplomática no Brasil sob o Regime Republicano*.

Quando eu morava em Buenos Aires, em 1942, li a notícia do falecimento de Politis em uma cidade do sul de França, nessa França que ele tanto amou, com a qual estava integralmente identificado, e onde colheu, por assim dizer, toda a cultura de seu espírito. Morreu numa França abatida e destruída pela derrota militar. Era bem para ele o fim de tudo.

O principal representante da Áustria era o Conde Mensdorff-Pouilly, antigo Embaixador ao tempo da monarquia dual e pertencente a uma das mais nobres famílias européias. Era primo, pela mãe, da Duquesa de Kent, portanto da Rainha Vitória de Inglaterra, e esta circunstância lhe havia dado a melhor situação na sociedade e na corte inglesa quando servia como Conselheiro da Embaixada austro-húngara em Londres, aí pelo fim do século passado. Oliveira Lima, que o conheceu nessa época, cita o fato de Mensdorff-Pouilly, o Marquês de Soveral, Ministro de Portugal, e Sousa Correia, Ministro do Brasil, os dois últimos amigos pessoais do então Príncipe de Gales, depois Eduardo VII, serem os únicos diplomatas estrangeiros admitidos ao camarote duplo do Coventry Gardens, chamado o *ônibus*, e cuja assinatura pertencia somente a doze personalidades, à frente das quais estava o então herdeiro da coroa britânica. Em Genebra, Mensdorff-Pouilly, já velho, com perto de setenta anos, alquebrado e possivelmente desencantado da vida, fazia ali figura de um *revenant*, homem de um outro mundo, de uma época já de todo desaparecida na convulsão dos acontecimentos que agitavam a humanidade.

A Hungria tinha como seu principal representante o Conde Alberto Apponyi, pertencente também a uma grande família européia, entrelaçada aliás com os Mensdorff-Pouilly, justamente pelo casamento do Conde Alberto com uma irmã do primeiro representante austríaco. Eram assim cunhados. Apponyi era também bastante idoso nessa época, mas tinha o espírito alerta e sempre jovem. Ainda o lembro com seu perfil de águia, magro, extremamente magro, muito alto e de cor desbotada. Parecia a sombra de um fantasma. Era meu vizinho de mesa na sala de refeições do *Résidence*, e fizemos ali uma excelente camaradagem. Guardo a recordação das muitas coisas interessantes que me contou a respeito de sua pátria, sobretudo dos acontecimentos que lá se desenrolaram desde os tempos do velho Imperador Francisco José, quando a Áustria-Hungria, que conservava ainda sua categoria de grande potência, era um dos pratos da balança política da Europa. Gostava também de ouvi-lo falar sobre sua família, tradicional na diplomacia da Áustria-Hungria desde a era luminosa de Metternich. Uma sobrinha do Conde Apponyi devia ser coroada pouco depois Rainha da Albânia. Seria a mais bonita rainha do mundo, porém não desfrutaria por muito tempo as regalias e os espinhos do trono: veio a guerra de 1939, a invasão da Albânia pelas tropas fascistas, a fuga precipitada dos soberanos pelas montanhas selvagens daquele pequeno país. Foi tudo um sonho!

## XXX

Fridtjof Nansen era o representante da Noruega. Na lista diplomática da Liga figurava apenas como “professor na Universidade de Oslo”, mas podia ser tido como um dos mais célebres exploradores do mundo, por suas expedições à Groelândia e aos mares polares. Era também um dos mais abnegados benfeitores de uma classe de infelizes: os homens sem pátria. Devia possuir um grande coração sob aqueles ombros fortes, aquelas costas largas e todo o volume de seu corpo. Fisicamente dava bem a idéia daquilo que todos pensamos deva ser um explorador de regiões polares.

Daniele Varé, que o conheceu de perto e com ele trabalhou na Liga das Nações, dizia que Nansen lhe fazia lembrar um urso branco vindo dos mares glaciais e caído por engano em Genebra. Era lento, grosso e taciturno. Um homem feito para coisas grandes e não para pequenas discussões numa comissão. Popularíssimo na Liga, coroado da glória de grande explorador, quando pronunciava um discurso toda a Assembléia o aplaudia, mesmo aqueles que não o tinham ouvido.

Ao lado de Nansen havia o velho Branting, representante da Suécia e antigo Presidente do Conselho. Era uma das figuras mais respeitadas da Liga, por sua inquebrantável probidade política, por sua fé nos princípios que haviam presidido a criação do Instituto de Genebra, por sua profunda abnegação aos ideais de paz e de concórdia universais. Um sonhador, no fundo, e, para muitos, um ingênuo. Ainda estou a vê-lo atravessando a grande sala da Reforma com seu passo vagaroso, o corpo forte, a cabeça ligeiramente pendida para a frente, cabelos duros e eriçados, grossos bigodes a lhe caírem de cada lado do rosto, e as sombrancelhas mais espessas que tenho visto, fazendo lembrar as do meu colega Carlos Taylor.

A Suíça, na Liga das Nações, era para todos nós Giuseppe Motta, chefe do Departamento Político Federal (Ministério suíço das Relações Exteriores); era também Conselheiro Federal, quer dizer, fazia parte do Poder Executivo do seu país. Esperto e jovial, com aquele ar de eterno moço, com sua figura bem italiana, era o amigo de todos nós. Todos lhe dedicavam igual simpatia, com o desejo de tratá-lo bem. Como era a Suíça que nos dava acolhida, que nos cedia a sua sala de visitas (digamos assim dessa Genebra acolhedora) para consertarmos os nossos desentendidos, Motta era para nós uma espécie de dona de casa, com quem todos queriam estar bem.

Da Suíça... para o Japão. O salto é grande. Mas estamos em Genebra, o que significa que na realidade não fazemos senão sair do hotel des Bergues, onde se hospedava Motta, para entrar no hotel Metrópole, onde se encontravam os senhores japoneses. Bastava atravessar a ponte do Mont Blanc. O Japão era representado por dois cavalheiros muito interessantes: o Visconde Ishii e o Sr. Adacti, o primeiro Embaixador em Paris, o segundo Embaixador em Bruxelas. Ishii era delgado e elegante, e, para um japonês, podia ser tido por um homem bonito; Adacti era anão e mal-ajambrado, e, para um japonês, podia ser tido por um homem feio (pode-se bem imaginar o que ele fosse!) Quanto ao caráter de ambos, à sua mentalidade e às suas qualidades de espírito, só poderei dizer que Ishii sorria para Adacti e que Adacti sorria para Ishii. E não falavam.

## XXX

Reunia-se nesse tempo em Genebra a Comissão Temporária Mista para a redução dos armamentos. Era esta Comissão, à qual me referi no outro volume destas memórias, que levava dias e dias a debater o calibre dos canhões, sem chegar jamais a algum resultado. A mesma Comissão sobre a qual perguntaram a Bernardo Shaw o que ele pensava. Respondeu que tanto lhe fazia ser morto por um canhão de quatro centímetros como por outro de cinco centímetros e meio.

No fundo, era uma Comissão que pouca gente tomava a sério, dando até lugar a pilhérias, algumas de muito espírito. Daniele Varé, diplomata italiano, já mais de uma vez por mim citado, sendo na verdade um bom diplomata, tinha o defeito (se acaso o é) de não levar a sério muita coisa da carreira. Assim que um dia, em Genebra, lançou sobre um papel com o dístico da Liga das Nações, um suposto debate nessa Comissão de Desarmamento, tudo inventado da sua cabeça, mas que muitos Delegados tomaram como verdadeiro. Dizia este falso documento, que traduzo na língua francesa em que foi escrito:

“Sociedade das Nações — Comissão Temporária Mista para a redução dos Armamentos. Processo verbal da primeira sessão em Genebra, 7 de julho às 15 horas. Presidência de Lorde Robert Cecil.

O Presidente dá as boas vindas ao representante dos Estados Unidos, exprimindo o desejo que ele siga o exemplo de seu predecessor, falando com a mesma franqueza e a mesma indiscrição.

*Sr. Gibson* (Estados Unidos), agradecendo ao Presidente, declara que em princípio nada tem a dizer, e que o dirá com todas as reservas.

*Major Hills* (Inglaterra), apresentando o relatório da C.P.C., propõe que em cima do preâmbulo se ponha o título “Preâmbulo”.

*Sr. Jouhaux* (França) confessa que não compreende muito bem o alcance dessa emenda; que em princípio não se opõe a ele, sabendo que essa emenda é ditada pelos grandes fabricantes de munições de guerra. Não precisa que o Major Hills se explique. O Sr. Jouhaux já conhece todos os argumentos, e pouco se importa.

*Sr. Dupriez* (Bélgica), prestando homenagem aos nobres sentimentos do Sr. Jouhaux, permite-se chamar a atenção da Comissão para as numerosas vantagens do texto proposto pelo Major Hills.

O Presidente pergunta se o representante dos Estados Unidos deseja oferecer algum comentário sobre esse texto.

*Sr. Gibson* (Estados Unidos) declara que nada tem a acrescentar às afirmações de seu predecessor feitas em Paris a 24 de março, e que assim rezam: “Não tenho nada para dizer”.

*Sr. Schanzer* (Itália) declara que concorda com a emenda do Major Hills, prestando homenagens aos sentimentos exprimidos pelo Sr. Jouhaux.

*Almirante de Souza* (Brasil) faz uma exposição da história do Brasil. Declara que o único resultado da aceitação dessa emenda será a construção imediata de diversas fábricas de armas em seu país, e que não pode deixar passar em silêncio este atentado contra a liberdade.

*Sr. Le Brun* (França) diz que é preciso ser muito claro.

*Sr. Jouhaux* (França) o interrompe para dizer que está perfeitamente de acordo, que é preciso ser muito claro, mas que a claridade do Sr. Le Brun é pura besteira. (Sentando-se, quebra a cadeira).

*Sr. Jancovici* (Romênia) faz um longo discurso para apoiar a tese de que se devia substituir a palavra "Preâmbulo" pela palavra "Preâmbulo".

O Presidente declara que não vê muito bem a distinção entre a emenda do Major Hills e a emenda do Sr. Jancovici.

*Príncipe Mirza Riza Khan Affa-od-Dovleh* (Pérsia) declara-se obrigado a protestar da maneira mais formal em nome de seu Governo. Diz que seu país goza de uma civilização muito antiga e de uma constituição inteiramente nova; que a opinião pública persa, se é que existe, ficará profundamente chocada com a adoção da emenda do Major Hills.

O Presidente assegura à Sua Alteza que não se trata da Pérsia neste momento.

*Sr. Jouhaux* (França) declara que não sabe do que se trata, mas que em princípio pouco se importa.

*Conde Hirozawa* (Japão) declara que já se fizeram muitas concessões para obter a adesão dos Estados Unidos; que o Senado dos Estados Unidos não está disposto a aceitar a Convenção com a emenda do Major Hills, emenda que o deixa completamente indiferente.

O Presidente pergunta se o representante dos Estados Unidos deseja dar sua opinião sobre esta questão.

*Sr. Gibson* (Estados Unidos) declara que não tem nada a juntar às palavras de seu antecessor que, em Paris, a 25 de março, tinha dito textualmente: "Não tenho nada para dizer".

*Sr. Jouhaux* (França) declara que nada tem a dizer sobre as palavras do antecessor do Sr. Gibson.

*Sr. Mandariaga* (Secretário) anuncia que o chá está servido.

O Presidente declara que a sessão está suspensa. De resto, a maioria dos Delegados já se havia retirado para tomar chá."

### XXX

As Assembléias da Liga das Nações se reuniam na *Sala da Reforma*. Não se tinha ainda construído o Palácio das Nações onde passariam a funcionar. Nessa Sala da Reforma cada Delegação tinha direito a cinco assentos. As Delegações eram colocadas em ordem alfabética, começando pelo Afeganistão, defronte da mesa da Presidência, para terminar com a Venezuela, no fundo da grande sala. Para os Primeiros Delegados dos diversos países tudo ia muito bem: tinham seus lugares assegurados. Mas, como as Delegações eram em geral muito numerosas (a do Brasil era composta de três Delegados), as demais pessoas não tinham onde sentarem-se. Eram obrigadas a ficarem em pé ao fundo da sala, atrás das últimas bancadas. Em princípio a coisa não tinha maior importância porque raramente as sessões eram interessantes e mereciam a pena de serem assistidas. Mas quando se sabia que iam falar Lorde Balfour, Viviani, Briand,

Scialoja ou Motta, os membros das Delegações, que não tinham assento nas poltronas, se amontoavam uns atrás dos outros na extremidade da sala.

Ora, um dia Daniele Varé resolveu o problema em proveito dele e de seus colegas italianos. Que fez então? Mandou colocar, em seguida à Venezuela, cinco novas poltronas encimadas com o nome de ZEMBLA, um país por ele inventado e suposto ter sido admitido recentemente como membro da Liga. Como a coisa em princípio era possível, e os empregados que trabalhavam na Sala da Reforma não eram muito fortes em geografia, tudo se passou o melhor que se possa imaginar. E os Secretários e Adidos da Delegação italiana se aboletaram nas ditas poltronas, fingindo de Delegados da Zembla: Tosti, Medici del Vascello, Gravina, Fabrizio Ruspoli e Daniele Varé.

“Ficávamos sentados em fila, conta Varé, como os demais Delegados. E, para despistar, fingíamos consultar os documentos do Secretariado da Liga, ou trocávamos idéias uns com os outros sobre os debates em curso. Pensávamos que o nosso truque fosse descoberto. Mas ninguém deu por ele. Todo Delegado (os verdadeiros) que entrava na Sala da Reforma percorria com os olhos as bancadas, à procura do nome de seu país, colocado à frente de cada bancada – Suécia, Turquia, Venezuela, Zembla... No decurso de toda essa sessão da Assembléia, o cartaz com o nome de Zembla continuou onde o puséramos, e também os cinco lugares à nossa disposição. Assim que por umas poucas semanas o país objeto de uma brincadeira passou a fazer parte da *Comitas Gentium*.

“Não pensava mais nesta história quando, indo a Londres para uma Conferência Internacional, apareceu um artigo no *Daily Telegraph* dizendo: “O Sr. Varé tem o mérito, talvez único, de ter inventado uma nação”. Também em Nova York fui prevenido de que a revista *Fortune* pretendia escrever um artigo sobre esse novo e desconhecido país. Perguntaram-me se tinha algo a dizer. Que não, respondi, salvo que estimaria que ele fosse tratado com o carinho que merecia, pois era o único Estado que não emitia selos de correio nem dava condecorações; não tinha minorias étnicas nem exigia passaportes para transpor-lhe as fronteiras; não tinha alfândega nem forças armadas ou de polícia. Era portanto um país ideal”.

No livro de memórias de Daniele Varé, intitulado *Il Diplomatico Sorridente*, ele nos conta, ao lado de coisas sérias, muitos fatos engraçados ou burlescos da carreira diplomática, aliás fértil nestas coisas, e que se passaram com ele ou dos quais foi testemunha. Eu o conheci já no final de sua carreira e começo da minha. Era um bonito homem, muito elegante, muito bem posto, filho de mãe escocesa e de pai italiano. Casara com uma bela inglesa, da qual se separaria depois de uma longa e harmoniosa vida conjugal. Coisas da vida.

Varé era um homem culto, excelente funcionário diplomático falando correntemente várias línguas, simpático ao extremo, e dotado de um espírito perspicaz e observador. E, como tinha a ironia na alma, servia-se dela para gáudio seu e de seus colegas. Fizera grande parte da carreira na China – cerca de oito anos – na velha China, considerada então um dos melhores postos diplomáticos. Naquele tempo eram ali Ministro da França Alexandre Conty e Ministro da Bélgica Paul May. Ambos iriam servir mais tarde no Brasil, onde os conheci. May era de origem judia, e chamava-se na realidade Mayrer. Alguém que o conhecera com este nome quando jovem, antes de entrar para a

carreira diplomática, vendo-o depois intitular-se May, comentou: *Tiens, il a laissé tomber sa queue!*

Como gostasse de animais, Varé viveu em Pequim cercado de uma verdadeira coleção deles. Removido depois para Roma, partiu, como ele dizia, com sua *Arca de Noé* — ele, a mulher, filhas, empregados, cavalos, cães, passarinhos e coelhos. Foi ainda chefe de Missão em vários países, inclusive na Dinamarca, em 1931, onde eu mesmo iria ser, quatorze anos mais tarde, Ministro do Brasil. Sendo homem equilibrado no desempenho de seus cargos diplomáticos, fazia coisas que punham a gente duvidando de seu bom-senso, mas que não passavam, no fundo, de meras excentricidades, conscientemente feitas.

Em 1926 foi mandado como Ministro italiano no Luxemburgo, país onde a Itália mantinha uma Legação unicamente para zelar pelos milhares de seus súditos que ali trabalhavam nas minas de aço. Ora, nomeado para esse posto, que fez Daniele Varé? Partiu para lá de trem (comboio, em Portugal), com a mulher, as duas filhas, dois cavalos de montaria, dois cães, vários pássaros, vários coelhos e outros animais que ele considerava “domésticos”. Animais que tinham cada qual seu nome próprio. Um dos coelhos, que ele considerava de “raça pura”, tinha o nome de Bucky, e viajava, diz Varé, com a mulher, a concubina e três filhos. Quando toda esta *ménagerie* chegou à estação ferroviária do Luxemburgo, muita gente ali perguntou se se tratava do Ministro da Itália com sua bagagem ou bem da chegada de algum circo ambulante.

Gostou muito de estar no Luxemburgo porque no parque da Legação da Itália havia uma abundância incalculável de excelentes e belas frutas, e todas as semanas, quando era a época delas, despachava para seus chefes e amigos no Ministério um, dois, três cestos. Essas frutas eram conhecidas em Roma como o “relatório do nosso Ministro no Luxemburgo”. Raramente, comentava Varé, uma correspondência diplomática e oficial era tão elogiada quanto o eram aquelas frutas. O país era pequeno, não oferecia grandes recursos para passeios, havia ordem e calma no povo, e o exército do Grão-Ducado, dizia Varé, tinha apenas dois cavalos, um de nome Adolfo e outro de nome Valdemar.

### XXX

Houve tempo em que a Liga das Nações se preocupava com os massacres dos armênios, sem achar jeito de pôr um fim a eles por falta de apoio das grandes potências. Foi quando Mantoux e Daniele Varé propuseram um projeto de resolução em três artigos:

1º — Nenhum massacre de armênios poderá ser feito sem que seja dado um pré-aviso à Liga das Nações pelo menos de um mês;

2º — Se for um massacre de mulheres e crianças, o pré-aviso deverá ser de dois meses;

3º — Qualquer massacre de armênios feito sem o cumprimento dessas formalidades, será considerado nulo e não existente.

O pequeno reino de Montenegro, hoje incorporado à Iugoslávia, era um país pitoresco. O Rei, que era Nicolau I, pai da Rainha Elena da Itália, administrava a justiça

debaixo de uma árvore. O palácio do Governo, a única casa habitável em Cetinhe, capital do reino, era um imóvel grande e espaçoso, que, além do Governo do país, abrigava as quatro Legações estrangeiras ali existentes: as da França, da Itália, da Alemanha e da Áustria. Cada uma tinha lá o seu apartamento, ao longo de um comprido corredor, e em cuja porta estava afixado o nome do país. No fim do corredor havia outra porta com o letreiro *Toilette*, comum aos quatro países.

– Era a Liga das Nações local, comentava Varé.

Em suas memórias há coisas deliciosas. A seguinte, por exemplo: quando estava na China, e a situação ali era confusa e ameaçadora, Varé recebeu ordem de Roma para consultar-se com o Embaixador do Japão em Pequim, tido como um *expert* em assuntos do Extremo Oriente. Bem, foi.

– Que pensa Vossa Excelência da atual situação da China? perguntou ao Embaixador.

– Penso que alguma coisa acontecerá, respondeu este.

– Mas quando?

– No futuro.

Varé encaminhou este curto diálogo para Roma, acrescentando que também ele poderia ser um dia *expert* em coisas do Extremo Oriente.

### XXX

O Ministro da Holanda em Pequim era o Jonkheer Beelaests, depois Ministro dos Negócios Estrangeiros. Todas as tardes sua mulher dava um chá na Legação, para o qual convidava, além de colegas do Corpo Diplomático, várias personalidades chinesas. Um dia Daniele Varé ouviu ali um Coronel chinês chamado Wu fazer suas confidências conjugais à Sra. de Beelaests. Contava que estava farto da sua mulher, que era velha, feia e doente. E, como a Ministra lhe perguntasse por que não arranjava outra, já que os chineses podiam ter várias, ele respondeu: *Talvez seja esta a solução*. Dias depois, num outro chá, o Coronel chinês aparecia sorridente, e dizia:

– Sra. Ministra, segui seu conselho.

– Meu conselho?

– Sim, tomei outra mulher.

– Ah, e que tal, está satisfeito?

– Ainda não sei. Vou prová-la esta noite.

---

## A miuçalha hispano-americana

A “Miuçalha Hispano-Americana”. Bem. A frase não é minha, mas de Afrânio de Melo Franco, com relação aos nossos *hermanos de América*. Pode ser tida como depreciativa. Mas não é. Exprime apenas uma verdade ou meia verdade. Que poderei dizer hoje dessa gente? Antes de tudo, que nem todos os Estados do nosso Continente participavam, naquele tempo, dos trabalhos da Liga das Nações. O Peru, por exemplo, não estava lá. Não estava tão pouco o México. Não estava a Bolívia. E não estava a Argentina, que, não logrando aprovação para um seu projeto de *democratização* do Conselho, em virtude do qual acabariam os membros permanentes para que *todos* os Estados da Liga pudessem ter assento (ela inclusive, naturalmente), ficou zangada e foi-se embora. A Argentina não havia pertencido até então ao Conselho, onde figuravam da América Latina unicamente o Brasil e o Uruguai. Mais tarde, arrependida ou penitenciada, ela voltaria a Genebra, mesmo sem obter a sonhada *democratização*. Foi quando a elegeram para ocupar o lugar que o Brasil tivera no Conselho.

A propósito da Argentina, vem ao caso citar uma carta que Domício da Gama me escreveu de Londres, em 6 de outubro de 1924, respondendo outra que eu lhe mandara dias antes de Genebra, dando-lhe conta da nossa reeleição como membro temporário do Conselho. Dizia ele:

“Meu caro Dr. Lyra.

Acabo de receber sua interessante carta do dia 3, que me deu um inteligente e claro resumo da obra da Assembléia e Conselho este ano. Ficamos todos muito satisfeitos com a reeleição, mas também entendo que não devemos disputar indefinidamente o lugar no Conselho se a Assembléia não julgar dever nô-la dar a título permanente. Eu achava e dizia em Genebra que o nosso empenho em estar *sempre* no Conselho, em detrimento de outros países da América espanhola, era falsear o espírito do Pacto da Liga, que estabelecia o rodízio para os países latino-americanos. Melo Franco entendia como eu, achando até que era deprimente para nós andar de sacola na mão por ocasião das eleições para o Conselho, a pedir votos para nós. Em determinada ocasião chegou a pensar em transferir o nosso cargo para o Chile, mas depois desistiu dessa idéia. “Afrânio, dizia eu, fez bem em não empenhar nosso voto ao Chile: por princípio primeira-

mente; por política, em segundo lugar. Também acho que poderíamos votar de preferência pela Argentina para o Conselho, contanto que não o fizéssemos por puro desinteresse generoso, que em política internacional só se aprecia em casos menores e irrelevantes. É natural que a Argentina, uma vez no Conselho, esqueça que ali a precedemos, e faça mais cabedal político da posição do que nós. Mas talvez nos aproveite o afastamento do Conselho para sabermos o valor do que possuímos”.

### XXX

O primeiro que conheci, dessa fauna hispano-americana, foi Alberto Guani, Ministro então do Uruguai em Bruxelas, e depois em Paris. Era também representante de seu país no Conselho da Liga.

Em 1923 ele tinha já, apesar de moço, aquele ar de suficiência que havia de se tomar, para o futuro, uma segunda natureza. Baixo e gorduchote, curvado sob a grande responsabilidade que entendia devia caber-lhe nos destinos da Liga, tinha a particularidade, na mesa do Conselho de nunca abrir a boca. Representava a *gran democracia* uruguia, o que, bem considerado, era pouco. Mas era muito se considerássemos sua máscara austera e compenetrada, aquele seu silêncio excessivamente grave, como diria o Eça, e, antes de tudo, a pesada responsabilidade que tinha de salvar a paz do mundo. *Excusez du peu.*

No fundo, era sempre assim: quanto menor o país e mais modesta sua situação na política internacional, mais importantes se faziam seus representantes no estrangeiro. Quando eu via, nos corredores da Liga, um grupo de sujeitos com ar de grandes responsabilidades, suficientes e catedráticos, não havia que duvidar — eram Delegados dos países em miniatura que compunham o mosaico da família internacional das nações, *las democracias*. como elas próprias se intitulavam. *Democracias...* só rindo!

O ar de suficiência de Guani inspirava de tal forma respeito que parecia até que ele trazia um rei na barriga, para o que a tinha, aliás, bem volumosa. Que digo? Um rei? Talvez não fosse o caso tratando-se de uma verdadeira democracia, que era de fato o Uruguai daquele tempo. Digamos então um boi. Pois não era a pequena República nossa vizinha também uma terra de bois — no sentido, está claro, de haver ali muitos bois?

Por falar em bois: certa vez Carlinhos de Ouro Preto, então Secretário em Berna, fazia uma excursão em bicicleta pelos arredores da cidade quando foi interpelado por um guarda da estrada, por estar, segundo este, infringindo o regulamento de trânsito do Cantão — que não era mais o de Berna, mas o de Vaux, que lhe ficava vizinho. Na Suíça os cantões tinham, relativamente ao trânsito, suas leis locais.

— *Ne savez-vous pas où vous êtes?* apostrofou-o o guarda, com o mau humor e a maneira rude peculiar aos suíços de origem alemã.

E Carlinhos, que não estava menos contrariado com a impertinência do guarda:

— *Oui, dans le pays des veaux!*

O homenzinho não gostou do trocadilho, e teria levado Carlinhos para o posto de polícia mais perto se ele não invocasse sua qualidade de diplomata.

## XXX

Guani trazia, assim, um boi na barriga e não um rei. Toda vez que o via entrar na sala do Conselho com o andar lento e compassado, como convinha a uma pessoa importante, um ar compenetrado, prenhe de apreensões – e de bois, – parecia que ia tirar a Liga de todas as dificuldades que a assoberbavam, salvá-la de todas as aperturas em que vivia, salvação que dependia sobretudo do apoio uruguaio, das finanças uruguaias, do exército e da esquadra uruguaios.

*La formidable escuadra uruguaya...* As palavras não são minhas, mas dos argentinos, que adoravam trocar de seus queridos *hermanos de la otra orilla*. O Uruguai possuía apenas um modesto navio de guerra, espécie de canhoneira, que vivia atracado no porto de Montevidéu. Mesmo porque não tinha para onde ir, pois a costa do país, pequena como era, podia ser percorrida em poucas horas. Quando, anos depois, passei uma temporada em Montevidéu, fui até o cais especialmente para ver essa pequena e famosa canhoneira – *la formidable escuadra uruguaya*. Era realmente imponente. Pudera não: quatro canhões, dois na proa e dois na popa. Contavam os argentinos – esses argentinos – que certa vez Guani, que acumulava então o Ministério das Relações Exteriores com a pasta da Defesa Nacional, telefonara apreensivo ao Presidente do Uruguai, que se chamava Baldomir: “Sr. Presidente, revoltou-se a esquadra!” E o Presidente: “Onde, na proa ou na popa?”

Guani fazia-se em Genebra nosso amigo ou, pelo menos, afeiçoado ao Brasil, e cortejava muito Melo Franco. Nunca acreditei na sinceridade desta amizade, pois sempre o conheci um homem simulado e, portanto, falso. *La sonrisa florentina de Guani*, foi como classificou um jornal de Buenos Aires a sua máscara inexpressiva. A verdade é que ele não diferia de muitos outros de seus colegas hispano-americanos que nos procuravam em Genebra, e em cuja fidelidade era prudente não confiar muito. Antonio Bachini, seu companheiro de Delegação e Ministro do Uruguai em Berlim, contou-me a história edificante de um telegrama que Juan Carlos Blanco, então Ministro do Exterior uruguaio, passara a Guani dando-lhe todos os poderes para apoiar a eleição do Brasil a membro permanente do Conselho. Este telegrama fora mandado a pedido de Félix Pacheco, nosso Ministro do Exterior, e sob as vistas de Nabuco de Gouveia, Ministro do Brasil em Montevidéu. Mas havia também um outro telegrama de Blanco a Guani, segundo me confiara Bachini, dando carta branca ao último para votar como entendesse. Uma história, como diria Domício da Gama, que era imoral, e provava a falsidade desses hispano-americanos com relação ao Brasil. O velho Bachini era um companheiro ideal na hora dos aperitivos do hotel Résidence, onde ele se hospedava. Não porque pagasse as despesas, senão porque, com três ou quatro whiskies, gostava de falar. E, como não gostava de Guani, dizia-me coisas. E enquanto brigavam as comadres...

## XXX

Guani tinha fama de mundano, e era certo que em Paris estava bem instalado, com móveis de gosto e objetos de arte. Tinha a preocupação de conquistar uma situação na alta sociedade parisiense, e procurava para isso selecionar a natureza de suas re-

lações sociais. Sob este aspecto era o contrário de seu colega peruano, Mariano Cornejo, em cuja Legação se reunia a mais disparatada sociedade, uma mixórdia dos diabos, desde as costureirinhas do boulevard des Batignolles até a respeitável Duquesa de Rohan. Por sinal que esta era outra que gostava de receber verdadeiras multidões. Diziam que em rigor não recebia, mas abria simplesmente as portas da casa. Tinha grande predileção pelos poetas, que, animados com o acolhimento que lhes dispensavam, invadiam todas as salas, entupiam todos os cantos e interceptavam todas as portas. Acabava por ninguém poder ali circular. A ponto de a filha, a espirituosa Princesa Lucien Murat, mais tarde Condessa de Chambrun, que fora a Paris para uma dessas recepções, não poder sequer se aproximar da mãe. Ao retirar-se, disse ao mordomo: *Vous direz à ma mère que je n'ai pas pu l'embrasser à cause des poètes.*

As recepções de Mariano Cornejo fizeram época no Paris daquele tempo; e era a coisa mais divertida a confusão que se fazia ali com gente a mais disparatada, de origem muita vez ou quase sempre duvidosa. Isso trazia não poucos aborrecimentos, sobretudo quando algum convidado mais *distráido* levava, ao sair, objetos que não lhe pertenciam, especialmente *manteaux* e abrigos de peles. O caso faz lembrar o célebre banquete que o Rei Vitor Emanuel deu em Tirana, capital da Albânia, à alta sociedade da cidade, para festejar a incorporação deste país à Itália. Terminado o banquete, verificou-se que faltavam, além de vários cinzeiros de prata, vinte e cinco facas e quarenta colheres.

Certa vez um dos convidados do Sr. Cornejo, ao retirar-se cerca das duas horas da madrugada, pediu no vestiário a sua cartola.

— Cartola? perguntou surpreendido o empregado. Desde meia-noite que não há mais cartolas!

As recepções de Guani em Paris eram outra coisa, e podia-se de fato ter a certeza de se estar ali entre o que havia de melhor na sociedade parisiense. Homem de mentalidade política, servia-se muito, para travar suas relações, do apoio do Quai d'Orsay e particularmente do de Aristides Briand, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, que tinha entrada franca no quarteirão Saint-Germain. Não por sua origem, que era a mais modesta, sendo ele filho de uma lavadeira. Léon Daudet, seu inimigo, que o atacava desabridamente na *Action Française*, dizia que ele tinha nascido numa *vespasienne* (micróbio) da estação de Saint Lazare, o que, em matéria de injúria, excede a tudo. Mas Briand era um filósofo, e, como bom jornalista, sabia o que valiam esses ataques. Vingava-se dando simplesmente o nome do chefe monarquista a uma de suas vacas da quinta de Cocherel.

O prestígio que Briand desfrutava entre a gente do *ancien régime* se devia sobretudo às suas reações de intimidade (Briand era solteiro) com a princesa de uma casa reinante da Europa, rapariga bonita, de porte alto e elegante, como eram em geral as mulheres dessa família, mas seguramente extravagante e caprichosa por se ter deixado conquistar por um homem cujo físico nada tinha de atraente, antes era o mais vulgar, parecendo um *brigand* da pior espécie. No 1.º volume destas memórias referi-me a uma visita que a condessa de Noailles fez ao Quai d'Orsay com uma amiga, ao tempo em que Briand era Ministro dos Negócios Estrangeiros. Vendo um homem mal encarado

atravessar ao fundo da sala onde estavam, a condessa, que nunca tinha visto Briand, disse: *Si ce n'est pas le Ministre, c'est un cambrioleur*. Era o Ministro.

## XXX

O primeiro Delegado chileno era Agustin Edwards, Ministro do Chile em Londres, e do qual já me ocupei no outro volume desta obra. Em todo caso, sempre direi que nunca mostrou ser amigo do Brasil, e, por ocasião das nossas reeleições para membro temporário do Conselho da Liga das Nações, nada ou pouco fazia a nosso favor. No Chile era tido como pessoa de valor, com grandes méritos, e de fato teve, na vida chilena, posições de destaque, tanto na política como no governo e na imprensa. Quando jovem, seguiu em Paris um curso de economia política dado por Paul Leroy-Beaulieu. Foi duas vezes Ministro das Relações Exteriores, e uma vez Ministro da Fazenda. Como jornalista, fora o fundador dos jornais *El Mercurio*, de Santiago, e do *La Estrella*, de Valparaíso. Como diplomata, fora Ministro do Chile na Itália, na Suíça, na Suécia e na Inglaterra. Deixou publicados vários livros, entre os quais um intitulado *Mi Tierra Natal*. Morreria em 1941, com sessenta e três anos. O nome daquele livro de Edwards faz lembrar um outro que o político mineiro Benedito Valadares — diziam — pretendia publicar, espécie de memórias, e teria como título *A Terra Natal onde nasci*.

O outro Delegado chileno era Enrique Villegas, antigo Presidente do Conselho de Ministros do Chile. Todos os Delegados chilenos eram antigos Ministros ou Presidentes do Conselho. Era como em Portugal, ao tempo da República antes de Salazar, onde todo mundo (aqui se diz “toda gente”) era ex-Ministro; e os que não o tinham sido a política prendia, por suspeitos. Conheci Villegas na viagem que fizemos juntos para a Europa, em 1923, a bordo do *Arlanza*. Aliás, a bem dizer, conheci-o no cais de embarque, antes da partida desse vapor, quando Frederico Clark, que o conhecera no Chile ao tempo em que ali fora Adido à então Legação do Brasil, mo apresentara. Por sinal que coube a ele, como o mais graduado personagem de bordo, fazer-me entrega do 1.º prêmio de fantasia, a de Mandarim, que eu obtivera por ocasião do tradicional baile à passagem da *linha*.

Era um homem amável, prestimoso e, sem chegar a exageros, muito propenso a agradar. Usava uma barbicha de ponta que fazia lembrar d'Annunzio, influência talvez de sua residência em Roma, onde era Embaixador do Chile. Não parecia fadado a altos vãos. Sem embargo era inteligente, mas sem brilho. Casara com uma senhora meio espanhola e meio chilena, que lhe era superior pela esperteza e dom de agradar, dando o melhor que tinha para o sucesso da carreira do marido. Este iria apresentar à Liga, em 1939, quando não mais pertencíamos ao Instituto, um projeto de confederação econômica da América Latina, à semelhança daquele que idealizara para a Europa o velho matreiro do Briand, e em virtude do qual se suprimiriam, segundo Villegas, todas as barreiras que dificultavam a troca de riquezas entre os *hermanos* do Novo Mundo. Projeto muito bonito, como se vê, do mais largo alcance, mas que tinha um pequeno defeito: o de não ser absolutamente realizável. Sim, porque as barreiras que dificultavam a troca da riqueza entre as nações latino-americanas eram as grandes cadeias de montanhas, como os Andes, a falta de vias de comunicação que as transpusessem; os rios lar-

gos e caudalosos, verdadeiros mares, como o Amazonas, sem pontes nem barcos que os atravessassem; e os desertos sem fim, como os pampas, sem caminhos que os cortassem.

### XXX

O Delegado da Colômbia era Francisco José Urrutia, Ministro em Berna, um cavalheiro moreno, com cara de índio já em vias de ser mumificado, mas que ainda vive. O do Paraguai era Ramon Caballero, Encarregado de Negócios em Paris, calvo e de ar suficiente, que nos era particularmente hostil, com certeza para vingar a memória de Solano Lopez, *El Supremo*. O do Salvador era Gustavo Guerrero, Ministro em Paris, jurista de nomeada, mas homem matreiro, que se fazia amigo de Frederico Clark para por fim armar-lhe um alçapão muito bem imaginado: organizou uma reunião de hispano-americanos em Paris cujo objetivo seria apoiar a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho, reunião que afinal resultou... contra nós.

A Venezuela tinha como Delegado a Cesar Zumeta, Ministro em Roma. Como Urrutia, era de sangue índio, e tinha como companheiro de Delegação Parra-Perez, Encarregado de Negócios em Berna, de grandes óculos e largo queixo. Zumeta seria depois Ministro das Relações Exteriores de seu país, e, nessa qualidade, tomaria parte na célebre Reunião de Consulta do Rio de Janeiro, promovida por Osvaldo Aranha em janeiro de 1942, para levar a América Latina à guerra contra a Alemanha, e que resultou num fiasco porque nem o Chile nem a Argentina quiseram embarcar nessa canoa; e tudo o que Aranha conseguiu naquela Reunião foi arrancar do representante do Equador um tratado de Limites com o Peru, naturalmente favorável a este, mas que o Congresso equatoriano nunca reconheceu e até hoje é letra morta. Já cheirava a defunto.

O representante da Costa Rica era o Marquês de Peralta, homem sério, já idoso, que nada tinha de peralta, e de marquês só tinha o título que lhe dera a Santa Sé, porque ele era também Ministro de seu país junto ao Vaticano. Por sinal que o Secretário de Legação da Costa Rica na Santa Sé era outro marquês de nome Persichetti, casado com uma sobrinha do Papa de então, Pio XI. Rapaz alegre, conhecido em tudo que era bar em Roma. Um gozador da vida. Um belo dia eu o encontraria no bar do hotel Plaza.

— Sabe, disse ele, agora sou Ministro Plenipotenciário!

— Como, indaguei armando um ar penalizado, morreu o velho Peralta?

E ele muito alegre:

— Não. É que larguei a Costa Rica e sou agora Ministro da República Dominicana.

Peralta era um homem gordo e pesado, que acumulava o posto no Vaticano com o de Ministro em Paris, onde residia havia dezenas de anos, penso que desde o tempo de Napoleão III. Com relação à Costa Rica, acho que nem sabia onde ficava. Em Genebra nunca disse coisa alguma. Cauteloso, seguia a máxima que reza: quem muito fala perde por vezes o sentido das palavras.

Enfim os cubanos. Estes eram muitos. Sua Delegação se compunha de quatorze pessoas (refiro-me à Assembléia de 1925) entre Delegados, Suplentes, Conselheiros técnicos, Secretários e Adidos. Para uma ilha, que podia quase caber dentro da nossa Marajó, era considerável. Pergunto-me mesmo que interesses transcendentais tinha Cuba a tratar na Liga das Nações para despachar para lá quatorze cavalheiros munidos de pas-

saportes diplomáticos. E verdade que havia delegações mais numerosas. A do Brasil, não: éramos *apenas* onze pessoas. Mas a polonesa tinha dezenove, a japonesa vinte e uma, a inglesa vinte e duas, a italiana vinte e seis. A de França batia o *record*: trinta e cinco pessoas.

O principal Delegado cubano era Cosme de la Torriente. Embaixador em Washington e membro da Corte Permanente de Arbitragem de Haia, grande notabilidade em Direito Internacional, autor do código conhecido com seu nome, desfrutava em Genebra, apesar do pouco valor internacional de seu país, de elevada autoridade. Era em todos os sentidos um homem respeitável. Esteve em Genebra nas Assembléias de 1923 e 1924. Quem representava Cuba ali efetivamente era Agüero y Bethancourt, Ministro em Berlim, o adiposo Agüero, o cabo eleitoral mais mexedor da Liga, da qual era velho freqüentador, e cujos membros conhecia de longa data. Sua figura fazia lembrar Renan pintado por Léon Bonnat: gordo, derramado, as bochechas caídas sobre o colarinho largo.

Conhecendo todo mundo na Liga, as fraquezas de cada um, a maneira de arrancar-lhe os votos, Agüero foi-nos particularmente útil por ocasião de nossa reeleição para o Conselho em 1923. Não por simpatia por nós ou desejo de nos ser agradável, nem por haver recebido a respeito instruções do Governo de Havana, mas por simples rivalidade com Agustín Edwards, Delegado chileno, a quem não tolerava. Cuba alimentava nessa hora a esperança de substituir o Brasil como membro não permanente do Conselho, e neste sentido Agüero começou a tecer sua cabala. Aconteceu, porém, que o Chile, por manobras de Edwards, também ambicionava nosso lugar. Pouco se lhes dava a ambos que o Brasil fosse candidato à reeleição. Interessava-lhes apenas a nossa sucessão. Quando entretanto Agüero percebeu que o Chile tinha alguma possibilidade de substituir-nos no Conselho, e que o lugar de Melo Franco seria ocupado, neste caso, por Edwards, seu inimigo pessoal, deu imediatamente atrás à candidatura de seu país, que não tinha, aliás, *chance* de vitória, e passou a cabalar ativamente pela nossa reeleição, recurso que lhe pareceu o mais oportuno para destruir no nascedouro todas as probabilidades de Edwards. No que na realidade não se enganava.

### XXX

Esta rivalidade entre Edwards e Agüero, pura rivalidade de alcova, era um exemplo do que se passava habitualmente nos bastidores hispano-americanos de Genebra. Irrequieta por natureza, muito amiga de mexericos, de disse-que-disse, essa gente raramente se entendia — salvo quando se tratava de qualquer manobra contra nós. A posição do Brasil no meio dela era assim a mais delicada, e nos deu não poucas dores de cabeça. Unidade de língua e de evolução histórica, unidade de regime político durante cerca de meio século, unidade também racial, se levamos em conta as diferenças fundamentais entre espanhóis e portugueses, o Brasil podia considerar-se sozinho na América Latina, e essa circunstância não deixava de ser para nós algo constrangedora; não por ela mesma, senão pelas desconfianças e malquerenças que geravam entre os nossos *hermanos* da América.

Eles gostavam muito de falar de panamericanismo, de solidariedade continental e outras belas coisas sonoras. Mas a verdade é que, com relação a nós, se apresentavam sempre três situações de fato: 1.<sup>o</sup>) quando não existia nenhuma dificuldade entre os estados latino-americanos: então estavam todos no melhor dos mundos, éramos todos irmãos, e o Brasil podia na verdade contar com a simpatia e o apoio de todos; 2.<sup>o</sup>) quando dois ou mais estados hispano-americanos se encontravam em dificuldade ou surda rivalidade, prestes a entrarem em luta: então cada qual procurava captar as boas graças do Brasil, comprometê-lo com a causa que os interessava; 3.<sup>o</sup>) quando era o Brasil que estava em dificuldade: então se juntavam todos contra nós.

Esses estados *psicológicos*, digamos assim, se refletiam também em Genebra, conforme as circunstâncias do momento. Durante os quatro anos que frequentei a Liga das Nações, o Brasil e o Uruguai foram os únicos estados latino-americanos com assento no Conselho. Isso provocava, como era de esperar, a ciurhada dos outros, que nos atribuíam o propósito de perpetuar-nos ali em prejuízo dos demais, que tinham que ficar assim continuamente de fora. A acusação era, até certo ponto, procedente, porque em verdade fazíamos tudo para não perder o lugar no Conselho, apesar de seu caráter temporário e do princípio de *roulement* que devia presidir a sua ocupação. Assim, toda vez que se aproximava o termo de um nosso mandato, era uma cabala desenfreada para obtermos a reeleição, cabala tanto mais intensa quanto tínhamos de enfrentar a outra não menos desenfreada, promovida pelos que estavam de fora e queriam a toda força desalojar-nos. Pura *guerre des sièges*.

Com essa luta fratricida quebrava-se facilmente o verniz do panamericanismo e de solidariedade continental que cobria as nossas e alheias ilusões; e vinha à mostra todo o *dessous* de nossas competições, de nossas rivalidades, da ciurhada que lavrava entre nós. Unidade que era o Brasil entre os *hermanos* da América, acabávamos também sós no mundo latino-americano de Genebra. Isso nos colocava ali numa situação realmente constrangedora, não só com relação aos nossos companheiros do Continente, como também com relação aos países europeus, perante os quais alardeávamos um prestígio e uma consideração continental nem sempre fácil de provar.

Melo Franco sentia mais do que ninguém os prejuízos que decorriam de tal situação. Compreendia que não era possível continuarmos brigando periodicamente com o que ele chamava a *miuçalha hispano-americana* por causa do assento no Conselho, na situação constrangedora de andar pelos corredores da Liga com a sacola de votos na mão a pedir os sufrágios de todos, tendo de competir por vezes com o Sr. Agüero, com o Sr. Caballero, com o Sr. Guerrero ou outros que tais dos pequenos países da América.

---

## Porque temos o dever de estar em Genebra

Nos primeiros tempos em que eu ia a Genebra, como Secretário da Delegação do Brasil nas Assembléias da Liga das Nações, ainda — como direi, — acreditava nesta, nos benefícios que pudesse dar ao mundo desorganizado e mal composto depois da guerra de 1914-18, com um tratado como o de Versalhes, que, longe de consertar os males provindos daquela catástrofe, os piorou, sobretudo com a divisão do Império Austro-Húngaro em pequenos Estados, como a Tchecoslováquia, a Hungria e outros, que não estavam em condições de sobreviverem sem o amparo de países mais fortes. Daí eles se tornarem satélites da França (era a chamada *Petite-Entente*), e passarem a ser, após a segunda Grande Guerra, como o são até hoje, satélites da Rússia Soviética. O esfacelamento do Império Austro-Húngaro, obra especialmente de Clemenceau, foi o grande erro da paz de 1918, por haver destruído um Estado que era até então uma das principais potências européias, e fator de equilíbrio entre a Europa ocidental e a Europa oriental.

Eu acreditava que a Liga das Nações, unindo e consolidando as pequenas e grandes nações da Europa, podia ser o órgão que faltava, útil não somente ao Velho Continente, mas a todos os países do mundo. Resultava desta crença a necessidade ou conveniência da nossa colaboração nesse organismo, que eu julgava possuir todas as condições de sobrevivência e durabilidade. Não aconteceria tal, é verdade. Mas pelos anos 20 nada fazia prever a morte prematura dessa Liga criada sob os auspícios de permanência e de fortalecimento da paz.

Em 1925 Félix Pacheco tinha já quase três anos de governo. Não fora, é certo, o Ministro do Exterior de que necessitávamos. Sendo sobretudo o que sempre houvera sido, um jornalista, não estava dotado de um estofo de homem de Estado. Mas, apesar de seus erros, eu acreditava ainda que a prática do poder pudesse tornar sua administração aceitável e defensível em alguns pontos de vista. Não era seu amigo, e só o conhecia dos primeiros meses de sua estada no Itamaraty. Mas também não tinha motivos para ser contra ele e sua política no campo internacional. Era, por conseguinte, meu dever ajudá-lo e dar-lhe minha sincera e desinteressada colaboração no pouco que eu podia valer. Neste sentido e com este fim escrevi em Londres um artigo para o *Jornal*

do *Comércio*, do Rio, propriedade então do próprio Ministro do Exterior, sob o título — *Porque temos o dever de estar em Genebra*. Elaborei esse artigo em agosto de 1925; e, enviado para o Rio de Janeiro, o referido jornal o iria publicar, em lugar de destaque, a 8 de setembro seguinte, com declarada satisfação de Félix Pacheco. Assim que, ao chegar eu a Genebra nesse mês, era recebido ali um telegrama deste Melo Franco dizendo que o artigo “do Lyra” era muito bom e havia causado o melhor efeito nos meios políticos cariocas. Na Delegação, inclusive Melo Franco, não sabiam quem era esse Lyra autor do artigo. E, não tendo eu interesse em confessar que era meu, todos pensaram que fosse de Augusto Tavares de Lyra, Ministro da Justiça do governo Afonso Pena, em 1906, e Ministro da Viação do governo de Wenceslau Braz, em 1914. E bem mais tarde é que descobriram ser o citado artigo de minha autoria. Na realidade, perderia meu latim porque meus prognósticos falharam, e a Liga das Nações, longe de ser o organismo que se esperava para o restabelecimento da paz e da ordem no mundo, seria mesmo um dos fatores, por tudo que faria ou não faria, da Segunda Guerra Mundial.

Passo a transcrever o dito artigo:

“O que caracteriza, sobretudo, a política internacional moderna é a grande amplitude de sua esfera de ação. Os meios de aproximação entre os povos multiplicaram-se de tal forma que, pode dizer-se, todos os países civilizados são hoje em dia, mais ou menos, vizinhos. E sob pena de praticar uma política prejudicial aos seus interesses, tanto no presente como no futuro nenhuma nação tem atualmente o direito de desinteressar-se pelo que se passa no resto do mundo. Não há nenhum grande problema interno de determinado povo que não venha a refletir-se, direta ou indiretamente, cedo ou tarde, sobre os demais países da sociedade internacional. Por isso estamos vendo como certas questões, que há alguns anos afetavam exclusivamente os interesses do país em que elas se verificavam, questões que então se debatiam e se resolviam dentro de uma só fronteira, tomam hoje, desde logo, um aspecto, por assim dizer-se, de caráter mundial.

A Grande Guerra é um exemplo. Se se dissesse a um brasileiro, nos últimos dias de julho de 1914, que o assassinato dos Arquiducos austríacos poderia levar o Brasil à guerra, e que nessa guerra o Brasil seria aliado do Japão, esse brasileiro veria nisso nada mais do que uma boa pilhéria.

Esse exemplo vem mostrar até quanto os responsáveis pelo Brasil no exterior têm o dever, não somente de estarem atentos ao que se passa no resto do mundo, como ainda de serem perfeitamente conhecedores de todos os problemas que agitam os povos civilizados. Ele vem mostrar, também, que a política internacional do Brasil não pode mais ficar localizada na América e restringir-se tão somente à prática do Pan-americanismo, desinteressando-se de tudo quanto se passa nos outros continentes.

A política americana foi, sem dúvida, durante algum tempo a grande e quase única preocupação da nossa Chancelaria. Mas compreende-se que assim fosse. Era no tempo em que os Estados Sul-Americanos, e especialmente os do Prata, estavam ainda no período de sua organização, quando as ambições dos caudilhos espalhavam a desordem e o terror por toda parte, implantando o despotismo, e ameaçando, muitas vezes, a tranqüilidade e a segurança do Brasil. Esse estado continuado de anarquia nas Nações do Prata, por isso mesmo que afetava nossas fronteiras, não podia deixar de ser a preo-

cupação constante da Chancelaria do Rio. Como único país definitivamente organizado e emancipado na América do Sul, tínhamos o dever de intervir nessa situação, para, com o auxílio dos meios de que dispúnhamos, militares e diplomáticos, pormos um pouco de ordem nessas regiões.

### XXX

Intervimos, então, e abertamente, na vida dos países do Prata. Mas, como disse Rio Branco, fomos ali tão somente “agentes de paz e de liberdade”. Com os ensinamentos que lhes forneceram os nossos melhores estadistas, e apoiados na força de nossas baionetas ou no prestígio dos agentes do Governo Imperial, os homens do Prata conseguiram, afinal, estabilizar as instituições de seus países, e, abdicando o espírito de despotismo que os animava, permitiram que a América do Sul entrasse, definitivamente, no período de paz e de organização de que necessitava.

Foi essa obra que Rio Branco chamou propriamente “missão histórica” do Brasil na América. Dela demos conta inspirados nos princípios mais sãos, movidos tão somente pelo interesse da paz na América e sem tirarmos outro proveito para nós que não fosse a segurança e a tranquilidade de nossas fronteiras.

Essa missão, porém, está cumprida, tendo cessado os motivos que a determinaram. Disse Rio Branco em 1908: “O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas; está certo de que a liberdade e a independência internacional não sofrerão ali um desequilíbrio violento. O seu interesse político está em outra parte. É para ciclo maior que ele é atraído. Desinteressando-se das rivalidades dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração da nossa cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população”

Deixamos assim de ser uma potência continental para assumirmos, no cenário mundial, o papel que nos dão não somente as atuais circunstâncias da sociedade internacional, como também a força que representamos.

Isto não quer dizer, porém, que devemos abdicar o nosso dever na América. Se é certo que perdeu a expressão de que se revestia no século passado, e isto porque as circunstâncias atuais são outras, é certo também que ele ainda nos obriga à prática de uma política essencialmente americana, de entendimento o mais íntimo e mais cordial com todas as nações do novo Continente. Mas, ao lado dessa política, devemos praticar, e cada vez mais ativamente, em esfera sempre crescente, essa outra de colaboração com todas as nações que desempenham um papel saliente no campo mundial. Agindo “ininterruptamente com igual pensamento generoso em dois cenários”, como disse o Sr. Félix Pacheco, “o Brasil guarda e enaltece do mesmo passo a sua personalidade no convívio continental, que lhe é tão caro, e no quadro geral mais amplo e mais dilatado em que todas as nações se reúnem, e de onde ele não poderia desertar sem incorrer em uma flagrante abdicação de deveres”.

Seria certamente um gravíssimo erro se o Brasil abandonasse o cenário internacional da Europa justamente quando estamos vendo realizar-se a profecia de Canning, isto é, quando a América é chamada a participar nos destinos do velho Continente. Nosso dever atual é justamente trazeremos às nações européias o contingente de nossa

solidariedade, o espírito de paz e de justiça que caracteriza a política do Continente americano, para ajudá-las a pôr um pouco de ordem neste estado de anarquia e de insegurança em que ora se debatem. Essa é a atual “missão histórica” do Brasil e também de toda a América.

Precisamos não esquecer que a anarquia da Europa, se a deixarmos entregue a si mesma, acabará por refletir-se também no Continente americano. O problema operário, a crise industrial e financeira, a irritação política, as desavenças de raças, o espírito de intolerância, o bolchevismo, tudo isso são perigos que temos o dever de resolver antes que eles transponham o Atlântico para ir desorganizar também as nossas casas.

Mais do que nunca a América precisa de estar na Europa. Por um dever de humanidade, e também para defesa própria, nossa obrigação é estarmos aqui sempre presentes, intervindo até onde nos cabe fazê-lo, e não cruzarmos simplesmente os braços para deixarmos que a Europa se esfacle numa outra guerra, de conseqüências bem mais terríveis para todos nós.

Por termos o dever de pesar nos destinos atuais da política europeia, para salvaguarda da paz do mundo, é que não podemos ignorar o que se faz na Liga das Nações. Porque esta representa hoje o centro propulsor da diplomacia e da política internacionais. Ali temos todos nós americanos um grande papel a representar, papel que, aliás, já estamos desempenhando com resultados que ninguém pode ignorar. Graças à solidariedade com que nós latino-americanos, ali trabalhamos, à imparcialidade de que damos mostra, e a todo esse vigor de mocidade que nos caracteriza, a Liga das Nações vem evoluindo sensivelmente para uma justiça mais elevada e mais universal, desprendendo-se daquele aspecto pessoal que a caracterizava nos primeiros dias de seu funcionamento. É devido a essa colaboração sempre eficiente que a Liga está hoje, como salientou um dos seus operários mais esforçados, o Sr. Raul Fernandes, “orientada para a universalidade da associação, para a democratização de seu organismo interior, para o império da justiça organizada nas relações internacionais.

A Liga das Nações é o fruto mais completo e eficiente que os homens de boa vontade já produziram no sentido da solidariedade dos povos. É certo que seus resultados, embora apreciáveis, não se podem contar ainda por muito numerosos e valiosos. Mas ninguém, de boa fé, e com conhecimento de seus verdadeiros fins, poderá exigir esforço de tal monta desse organismo ainda recente.

O mundo civilizado vinha cuidando desde Grotius da fundação de uma obra qualquer destinada a preservar a paz entre os homens. Após séculos de esforços chegou-se ao resultado que é a Liga das Nações.

Como querer então que esse organismo, cuja gestação levou três séculos, produza efeitos maravilhosos dentro de apenas cinco anos de existência? Não os produzirá, talvez, neste século. Mas nem por isso devemos descrever dessa obra grandiosa. Ela frutificará, certamente para as gerações vindouras, e isto basta para ser amparada e desenvolvida por todos nós que somos responsáveis pelo futuro da humanidade. Lembro-me das sábias palavras desse mestre de todos nós, que é o Sr. Elihu Root: “Não devemos desanimar somente porque não é possível obter-se imediatamente tudo quanto desejamos. Necessitamos ter paciência para procedermos com discreção. O que fazemos hoje frutificará, talvez, muitos anos depois de havermos desaparecido, porque nenhum esforço para o

bem se perde realmente para sempre. O essencial é orientá-lo na boa direção. Devemos considerar essas coisas, não no decurso da curta existência individual, mas da prolongada e contínua vida nacional. Esses esforços não são daqueles que produzem resultados decisivos nem maravilhosos.”

Dispensemos, portanto, à Liga das Nações a consideração e o interesse que ela nos deve inspirar, e na medida dos nossos esforços, com lealdade e boa vontade, na certeza de que estaremos sempre concorrendo para o bem geral da humanidade. Não creio que nenhum homem bem intencionado, depois de testemunhar em Genebra o zelo com que esses abnegados operários constroem a futura paz do mundo, possa deixar de manifestar-lhe todo o respeito de que são dignos. Aqueles que atacam a Liga das Nações e a sua obra deveriam ir primeiro a Genebra estudar *de visu* aquela colméia que é a Secretaria Geral; constatar a serenidade e a honestidade com que as onze nações que formam hoje o Conselho discutem e resolvem as mais antagônicas questões do mundo; e verificar, depois, nas assembléias anuais, com que lealdade, com que espírito de abnegação os países civilizados do mundo ali presentes, exceção apenas de uma meia dúzia deles, abdicam os seus interesses imediatos em benefício da solidariedade dos povos.

Certamente ninguém pode assegurar que a Liga das Nações acabe implantando no mundo uma era definitiva de paz. Mas é de crer que consiga alguma coisa nesse sentido. Em todo caso, basta o fato de ela trabalhar nesse propósito para merecer o apoio e o respeito dos homens. Os malefícios que resultam hoje de uma guerra são em tão grande número, e de tal maneira pesados, que ainda mesmo que a Liga das Nações conseguisse evitar somente uma luta armada em cada século, só por isso ela deveria ser amparada e prestigiada por todos aqueles que dispõem de uma parcela que seja nos destinos dos povos.

O respeito que tem inspirado na América a nossa diplomacia está justamente em que ela tem sido um constante instrumento de paz e da liberdade. Quem conhece os segredos da nossa Chancelaria, desde os primeiros dias da Independência, pode assegurar que o Brasil só teria a lucrar ainda mais no conceito dos demais países quando se resolvesse a dar publicidade a todas as instruções secretas que dali têm sido expedidas aos nossos agentes no exterior. Nunca fugimos à oportunidade de concorrer, na medida dos nossos esforços, para a implantação da paz e dos princípios de liberdade, onde quer que eles se fizessem necessários. A história dos nossos vizinhos no Prata atesta as vezes muitas em que derramamos ali o nosso sangue e despendemos o nosso ouro com o único propósito de concorrer para o bem-estar e sossego daqueles povos. Os batalhões imperiais, que partiam de nossas fronteiras para combater nos campos do Prata, se voltavam sempre desfalcados em suas fileiras, ensangüentadas e rotas as suas fardas, não traziam, contudo, como quinhão da vitória, senão a certeza de que tinham cumprido a missão libertadora de que eram encarregados.

Conservemos, portanto, essa nobre tradição. No século passado nos coube o papel de pacificadores da América. Este século nos reserva uma missão mais vasta e mais generosa. Cabe-nos trazermos em paz o Continente Sul-americano, que é um pouco a nossa obra, para que ele transmita às velhas nações da Europa esse espírito de mocidade, de justiça e de tolerância, que é o nosso grande e inesgotável tesouro.”

Essas eram as idéias que eu sinceramente alimentava em agosto de 1925. Podiam estar certas no sentido com que foi instalada a Liga das Nações, em seguida à assinatura do Tratado de Versalhes, para a salvaguarda e defesa do mundo e da solidariedade dos povos. Mas já no ano seguinte, com a firmação dos Tratados de Locarno — que não foram cumpridos — todas essas minhas idéias iam se desfazendo, e perdiam-se as minhas ilusões. E, quando nos retiramos da Liga, em fevereiro de 1926, então só temporariamente, saí de Genebra convencido de que aquele organismo já estava ferido de morte. Não foi o veto de que usamos para impedir a entrada da Alemanha na Liga (o primeiro veto usado no Conselho, e tantas vezes repetido mais tarde em Nova York no Conselho da ONU) que iria concorrer para o descrédito do Instituto de Genebra, mas os seus principais responsáveis — Aristides Briand em primeiro lugar, que, após perseguir a Igreja em França, seria elevado a apóstolo da paz; em seguida, os ingleses, com o Governo trabalhista de MacDonal e os conservadores de Austen Chamberlain; e, por fim, o próprio Stresemann, que, concordando com a entrada da Alemanha na Liga, nada ou pouco fez para o seu fortalecimento.

---

## A crise de março de 1926

Referindo-se à nossa retirada da Liga das Nações, em março de 1926, depois de o Brasil haver vetado ali a entrada da Alemanha, escreveu Afrânio de Melo Franco em junho de 1938, no prefácio do livro de Renato Almeida sobre a instituição de Genebra:

Sob a cortina das conveniências diplomáticas, a verdade dos acontecimentos ficou oculta; mas um dia se saberá que, depois de longos dias de trabalho do Conselho, em busca de uma unanimidade que não era alcançada pela persistência de nossa discordância, alguma coisa se passou no fundo do pensamento de alguns outros de seus membros, pois que, longe de se mostrarem pesarosos, revelaram, pelo contrário, íntima satisfação no momento de nosso veto em plenário da Assembléia.

Não é tempo ainda de se fazer luz sobre os fatos ocorridos em 1926, na chamada crise de março da Sociedade das Nações. O que é certo é que o Brasil, recusando-se a assumir o compromisso de combinações de que não tinha participado e usando de seu direito de veto, não o fez por hostilidade à grande nação interessada, nem por qualquer outro motivo oculto, mas sim por sua fidelidade aos próprios princípios essenciais do Pacto e pelo seu fervor na defesa dos direitos do continente americano.

Para quantos estiverem ao corrente de tudo o que se passou em Genebra naquela ocasião, com relação à atitude do Brasil, estas palavras veladas e precavidas de Melo Franco podem dizer alguma coisa. Mas, para os que não conhecerem a verdade dos fatos ali desenrolados, o real significado do veto do Brasil, aliás *dos vetos* — veto da Alemanha contra a eleição do Brasil a membro permanente do Conselho, e veto do Brasil contra a entrada da Alemanha na Liga — tais palavras pouco ou nada adiantam.

O certo é que até hoje não se explicou claramente a razão da atitude do Brasil na chamada crise de março de 1926 da Liga das Nações. Espalhou-se a lenda de que agimos com o propósito deliberado e consciente de hostilizar a Alemanha e de torpedear os chamados acordos de Locarno, visando ao mesmo tempo enfraquecer e desprestigiar a Liga das Nações, despeitados que estávamos por não terem querido eleger-nos membro permanente do Conselho.

Essa lenda criou vulto e acabou se firmando na opinião pública internacional. E não só na opinião pública internacional, mas também no Brasil, graças ao silêncio que

o Itamaraty guardou sobre o verdadeiro significado dos acontecimentos e a razão exata de nossa atitude. De fato, nem o então Presidente da República, Artur Bernardes, nem o seu Ministro das Relações Exteriores, Félix Pacheco, articularam sequer uma palavra em defesa de nossa atitude. Tão pouco ousou fazê-lo Afrânio de Melo Franco para explicar o verdadeiro significado político da retirada do Brasil da Liga. Nunca compreendi por que motivo o Itamaraty jamais procurou defender-nos da injusta acusação que haviam lançado contra nós para encobrir culpas alheias. A única explicação que encontrei para isso foi que qualquer defesa que fizéssemos teria que ser, ao mesmo tempo, uma acusação à política das grandes potências então dirigentes da Liga, vale dizer, a França e a Inglaterra, que foram de fato as responsáveis por grande parte do que sucedeu em Genebra em março de 1926. “Por conveniências diplomáticas, como diz Melo Franco, a verdade dos acontecimentos ficou oculta”.

Aconteceu também que, pouco depois da famosa crise, isto é, em novembro de 1926, Artur Bernardes e Félix Pacheco deixaram o Governo. E, com a ascensão dos novos sóis, que foram o Presidente Washington Luís e o Ministro Otávio Mangabeira, ninguém mais se preocupou no Brasil em defender ou justificar a política internacional da administração passada. Que Artur Bernardes e Félix Pacheco não tivessem querido defender sua política na Liga, já dei os motivos que os levaram a isso. O que porém se compreende menos é a atitude de Melo Franco, que, uma vez desprendido do cargo diplomático que exercera em Genebra, tenha guardado sobre sua atuação nesse cargo o mais absoluto silêncio, não tendo julgado oportuno fazer, já não direi a defesa do Brasil ou da política internacional do governo de Artur Bernardes na Liga, à qual entretanto estivera intimamente associado, mas da sua própria atitude em Genebra, vetando, *contra a sua expressa vontade*, a entrada da Alemanha no instituto daquela cidade. Quando se começou a admitir que o Brasil vetaria a entrada da Alemanha se não fôssemos contemplados com um lugar permanente no Conselho da Liga, Melo Franco logo objetou que não era essa a melhor política a seguir e que pessoalmente era contrário a que usássemos o veto. Mandou dizer isto mais de uma vez a Bernardes e a Félix. Mas tanto um como outro não lhe deram ouvidos, insistindo por que ele usasse, em última alternativa, do direito de veto que tínhamos na Liga. Pressionado como foi pelo Governo, podia, para ser coerente com sua consciência, exonerar-se do lugar que ocupava em Genebra, e deixar que Sousa Dantas, Embaixador em Paris e um dos Delegados na Assembléia de março de 1926, obedecendo à vontade desse mesmo Governo, usasse do veto. Não quis. Acabou, assim, vetando ele mesmo a entrada da Alemanha na Liga, e assumindo, com isso, a responsabilidade dessa política. Mas, como não lhe convinha confessar a triste verdade — para ele — limitou-se a escrever aquelas palavras veladas e cheias de reticências no prefácio do livro já citado de Renato Almeida.

Essa tão grande reserva não se explicava apenas pelo seu desejo de não confessar toda a verdade quando vetou, contra sua vontade e sua consciência, a entrada da Alemanha na Liga. Explicava-se também pelo próprio feito de Melo Franco, pela sua costumeira e por vezes exagerada reserva, pela sua propensão de não dizer as coisas de uma maneira clara e incisiva, preferindo expressar-se usando insinuações e eufemismos. Em ninguém se aplicaria melhor a frase: “A palavra serve para ocultar o pensamento”. Conheço, no que me toca, este feito de Melo Franco de dizer as coisas de uma forma

indireta e indefinida. Eu era Secretário de nossa Embaixada em Londres. Por mais de uma vez tinha ido a Genebra trabalhar na Delegação brasileira sob suas ordens. Ele me tinha em boa conta, fazia justiça à maneira como eu ali trabalhava, e não escondia a simpatia que nutria por mim, manifestada em palavras e em várias cartas que me escrevia nessa ocasião. Assim que desejava que eu fosse transferido definitivamente de Londres para servir com ele na Delegação. Falou disso a princípio com meu colega e amigo Camilo de Oliveira, numa das passagens deste por Genebra. Camilo era, como eu, Secretário da Embaixada em Londres. Falou depois a Hildebrando Accioly, outro amigo meu, que era 1.º Secretário da Delegação brasileira na Liga. Em seguida falou pessoalmente comigo, numa das minhas idas à Suíça. Respondi-lhe que aceitaria com prazer a remoção, mas que cabia a ele, e não a mim, solicitá-la ao Itamaraty, o que lhe seria tanto mais fácil quanto ele era o chefe e, além do mais, amigo pessoal do Presidente e do Ministro do Exterior. Disse-me que mandaria um telegrama a Félix Pacheco pedindo então minha remoção. Mandou? Qual o quê! Tudo que fez foi pedir a Félix Pacheco que designasse um outro Secretário para Genebra (no caso da retirada de Silvio Rangel de Castro), “que poderia ser Heitor Lyra”. Não sendo atendido, mesmo porque Silvio não arredou pé de Genebra, Melo Franco mandou dizer, tempos depois, que meus serviços ali “seriam muito úteis”. Jamais, porém, quis fazer um pedido formal sobre minha remoção de Londres. E, quando se impacientava com a falta de resolução do Itamaraty, dizia que não sabia mais o que fazer para “fazer compreender ao Félix” que me desejava em Genebra.

Bem. O excesso de reserva estava portanto no caráter de Melo Franco. Uma certa repulsa a situações definidas, a dizer as coisas claramente, sem rebuscos ou insinuações. Isto explica em parte sua atitude budista no caso da crise de março de 1926. Por outro lado, havia ainda a considerar que naquela sua atitude, se houve grande parte de sua única e exclusiva responsabilidade, outra parte houve, entretanto, que foi menos de sua inspiração do que da de Artur Bernardes e Félix Pacheco, a que ele não pôde ou não quis fugir, e com a qual transigiu e acabou por se tornar associado. Isto talvez o impedisse de levantar de todo o véu das “conveniências diplomáticas” que ocultavam nossa política de Genebra.

### XXX

A essa altura, janeiro de 1926, eu escrevia a Régis de Oliveira, então em Londres: “Meu caro Embaixador e Amigo.

Faço voto para que V. Exa. e os seus continuem a passar bem de saúde e a suportar com vantagem esse inverno londrino. O daqui tem sido antes agradável, com muita neve e muito sol.

A Delegação continua em grande atividade, trabalhando-se aqui, diariamente, até depois de sete horas da noite. Mesmo neste momento, quando o chefe está ausente. Ele se encontra em Roma com toda a família desde 15 deste mês, e lá conta ficar até meados do próximo mês.

Quanto aos negócios que nos interessam de perto, nada há para dizer a V. Exa. Continua-se esperando a ocasião da recepção da Alemanha para dar-se o assalto decisi-

vo. A opinião da Secretaria da Liga é de que o pedido de admissão do gabinete de Berlim pode verificar-se a todo instante. Logo que isso se dê, o Sr. Drummond\* acha que se pode convocar imediatamente o Conselho, o qual, numa rápida sessão, designará a Ordem do Dia e a data (possivelmente na primeira quinzena de março) da reunião da Assembléa extraordinária, que funcionará concomitantemente com o Conselho (e desde logo participarão, nas últimas sessões, os Srs. alemães). Supõe ainda o Sr. Drummond que essa reunião da Assembléa extraordinária não se prolongará além de dois ou três dias. No que se refere à ordem do dia, os membros do Conselho já começaram a se pôr em entendimento, para o fim de a assentarem com a devida antecedência. No projeto preparado pelo Sr. Drummond, e comunicado, a título reservado, ao Sr. Melo Franco, está assentado que a Assembléa se reunirá para discutir e decidir o pedido de admissão da Alemanha e, *eventualmente, quaisquer modificações na atual composição do Conselho*. Esse segundo item é que nos interessa, pois por essa porta aberta é que teremos de jogar sobre o tapete a candidatura do Brasil. A dificuldade, portanto, que a princípio se nos oferecia, de adotar-se uma ordem do dia que impedisse a apresentação da candidatura do Brasil, já se encontra resolvida a nosso favor no projeto mesmo do Sr. Drummond.

Não sei quais as verdadeiras intenções que levaram o Secretário-Geral a incluir aquele item ao seu projeto nos termos que lhe transmito: se a expressão “eventualmente” está subordinada apenas à condição única da entrada ou não da Alemanha, ou se se refere também à admissão *eventual* de outros candidatos. Há quem assegure, com certa insistência, que existe um entendimento entre Paris e Londres no sentido de se dar um assento permanente à Polônia. Se esse acordo é uma realidade, ficam então decifradas aquelas intenções do Sr. Drummond. Resta agora saber se conseguiremos tornar efetivo o ditado: por onde passa um boi passa a boiada — que no caso, salvo o devido respeito, é composta dos Srs. Melo Franco e Quiñones de Leon.

O Itamaraty, depois de um acesso de vivacidade, voltou àquele sono letárgico que o caracteriza. Ainda não nos disseram se o Sr. Fernandes resolveu ou não aceitar o lugar que aqui lhe ofereceram de Consultor Jurídico da Liga\*\*. É possível que não tenham compreendido no Brasil a importância de que se reveste, sob todos os aspectos, este lugar, e sobretudo o relevo, que haveria para nós, de termos nele uma capacidade da estatura do Sr. Fernandes. É possível também que o pouco interesse que ali desperitou a oferta desse emprego provenha do fato de ele estar colocado numa repartição estrangeira, quando a proximidade da nova Presidência oferece tantas vezes para se arranjar por lá mesmo um bom conchego, à sombra benfazeja e mais produtiva do futuro Presidente. Seja, porém, como for, o que é característico é o interesse, o ardor com que os alemães (os quais têm, no entanto, desde já assegurado um dos comandos da Liga) brigam os lugares da Secretaria, ao passo que nós, brasileiros, que tanto temos porfiado por conseguir um assento permanente no Conselho, torcemos o nariz ao úni-

\* Sir Eric Drummond, Secretário-Geral da Liga das Nações, depois Lorde Perth.

\*\* Raul Fernandes rejeitou essa oferta por o Governo brasileiro não lhe querer dar, quando no exercício desse cargo, vencimentos de Embaixador. Ele achava pouco o ordenado que receberia da Liga das Nações.

co lugar (portanto de primeira qualidade) que entenderam pôr à nossa disposição.

Rogo a V. Exa. apresentar minhas homenagens à Embaixatriz, e receber um abraço muito afetuoso deste seu amigo agradecido, que muito o respeita e o aprecia

HEITOR LYRA”.

### XXX

Seja, porém, como for: o que eu chamo a crise de março de 1926 pode ser objeto de um relato dos acontecimentos que a precederam, e cercaram a Assembléia extraordinária da Liga das Nações naquele mês, para se ver o que havia de injustiça nas acusações feitas ao Brasil, tanto nos círculos políticos internacionais como na imprensa de muitos países. E custa a crer que tanto Artur Bernardes como Félix Pacheco e Afrânio de Melo Franco, apontados como autores dessa crise com o veto do Brasil à entrada da Alemanha na Liga, tenham se colocado ocultos atrás da cortina das “conveniências diplomáticas”, segundo a frase do próprio Melo Franco, quando os verdadeiros autores dessa crise foram a França e a Inglaterra com a diplomacia traiçoeira e embuscada, tramada pelas costas da Alemanha na célebre reunião de Locarno.

De fato, é sabido que quando Austen Chamberlain e Aristides Briand, Ministros dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra e de França, convidaram o colega alemão, Gustavo Stresemann, para ir a Locarno assentar as bases da reconstituição política da Europa, uma das primeiras condições estabelecidas foi que a Alemanha entraria para a Liga das Nações e teria no respectivo Conselho um lugar permanente, a igual das quatro grandes potências membros da Liga — França, Inglaterra, Itália e Japão. Não se falou, não se cogitou naquela ocasião da entrada de nenhum outro membro para o Conselho. Sabia-se, é certo, que o Brasil e a Espanha, membros temporários, eram desde muito candidatos a um lugar permanente. Mas este assunto não foi ventilado em Locarno. Tratou-se unicamente da entrada da Alemanha e de sua eleição como membro permanente do Conselho.

Assentados em Locarno estes dois assuntos, a França, até certo ponto com o consentimento da Inglaterra, começou a preparar sorrateiramente a eleição de sua aliada, a Polônia, a um lugar também no Conselho. Era o meio que ela arranjava, não muito desculpável, mas seguramente político, de compensar no Conselho a presença de sua ex-inimiga. Em Locarno nada disseram sobre isto aos alemães.

Quando estes descobriram o jogo francês, entraram naturalmente numa grande exaltação; alegaram que não era isso correto, porquanto, ao lhes proporem a entrada na Liga e no Conselho, em Locarno, nem a França, nem a Inglaterra, nem a Polônia, todas ali presentes e partes no acordo, nada lhes haviam dito de uma candidatura polaca, levantada conjuntamente com a da Alemanha. Não estava direito que, depois de oferecerem a esta uma cadeira no Conselho, viessem dizer-lhe que teria a seu lado a Polônia, que ali não estaria senão como uma sentinela francesa. Diante, porém, do caso consumado da candidatura polaca, os alemães não viram outro recurso senão este: pôr a França num dilema — ou entrava a Alemanha sozinha ou a Alemanha recusava ser candidata.

Posta a questão nestes termos, o pavor apoderou-se dos franceses. Ameaças, negociações diplomáticas, promessas, nada conseguiu demover os alemães. Estes mantinham seu ponto de vista: ou eles sós, ou ninguém! Com tais predisposições estavam agora em Genebra.

Ora, a França estava engasgada. Se admitisse, como prometera, apenas a candidatura alemã, sem plantar-lhe ao lado o contra-peso polaco, seria deslocar toda a base de sua política européia; se permitisse a candidatura da Polônia, e a Alemanha, por causa disso, se retirasse zangada, abandonando Genebra, seria um *coup de théâtre* verdadeiramente sensacional, e a desmoralização dos famosos acordos de Locarno. E quem sabe mesmo se a Liga das Nações resistiria ao choque?

Em política internacional, o imprevisto é quase sempre o que conta. O imprevisto, no caso em questão, foi a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho.

A situação exata em que estava a França em Genebra, nesse mês de março de 1926, era a seguinte: ela não se podia opor honestamente à entrada da Alemanha sozinha no Conselho, porquanto em Locarno, quando se propôs esta entrada, não se tratou da Polônia; mas, por outro lado, não lhe convinha de forma alguma que a Alemanha entrasse, pesando no Conselho com mais um voto, sem que este fosse compensado pelo voto polaco. Que fazer então, desde que a Alemanha teimava em entrar sozinha ou não entrar de todo? Era um beco sem saída!

### XXX

Mas não. A saída era justamente a candidatura do Brasil. O Brasil, ferido em seu amor próprio com a recusa da Alemanha em admitir qualquer outra candidatura contemporânea da sua, iria, ingenuamente, fazer o jogo da França: vetar a entrada da Alemanha. Dado este veto, os alemães teriam de recolher-se a Berlim com o seu famoso trem especial e o exército de secretários, técnicos, datilógrafos; a Assembléia convocada para as 10 horas seria adiada para o fim do ano; e até lá se negociaria... O tempo sempre foi o grande aliado da diplomacia.

A esperteza dos franceses foi fazer crer que a Alemanha se opunha à entrada do Brasil, quando toda a preocupação da Alemanha era a Polônia, e não o Brasil. Pouco importava à Alemanha que o Brasil deixasse de ser ou fosse membro permanente do Conselho; o que ela não queria era uma Polônia, espécie de fiscal da França, plantada a seu lado na mesa do Conselho. O Brasil, pelo contrário, talvez até que viesse a ser um melhor amigo seu que da França, visto os interesses do Brasil com a Alemanha serem de muito maior monta do que com a França. Fosse como fosse, o Brasil já era membro do Conselho, embora temporário. Por conseguinte, ele já lá estava com o mesmo direito de votar e deliberar que os demais membros permanentes. Que importava pois à Alemanha que a cadeira do Brasil se transformasse de temporária em permanente?

É certo que a Alemanha opôs-se a ser eleita membro permanente do Conselho com qualquer outro país. Mas todo mundo estava vendo que ela queria, com semelhante declaração, anular exclusivamente a candidatura polaca. Também a Espanha era então candidata, como o Brasil, a membro permanente. Logo a declaração peremptória da Alemanha alcançava também a Espanha. Ora, ninguém de boa fé podia acreditar

que a Alemanha se opusesse à candidatura de quem fora, dentre os neutros na Grande Guerra, o seu maior amigo.

De forma que, quando se reuniu aquele Conselho na manhã de 16 de março, todo o problema da política européia, suscitado com a entrada da Alemanha e agravado com a candidatura *francesa* da Polônia, só podia resolver-se em torno da atitude do Brasil. Daí o *empressement* de Briand e de seu amigo e aliado Chamberlain de conhecerem de antemão as instruções definitivas que tinha Melo Franco.

O momento era realmente dos mais delicados. Se Melo Franco dissesse na sessão do Conselho que o Brasil estava disposto a vetar a entrada da Alemanha, tudo estaria salvo: a Assembléia seria adiada para setembro vindouro, e, com o tempo, tudo se aplainaria, como de fato se aplainou. Se, porém, Melo Franco dissesse que o Brasil retirava sua candidatura e apoiava a entrada da Alemanha sozinha, seria então o pânico nas fileiras aliadas! E a famosa Assembléia de março de 1926, convocada sobre a admissão da Alemanha, estaria ainda a estas horas em dolorosas deliberações!

Melo Franco resolveu fazer, porém, a única coisa que lhe competia: declarou que não recebera até aquele momento a resposta final do Governo brasileiro. Esta declaração não satisfaz aos dois aliados. Deixava-os nas mesmas incertezas, isto é, na indecisão sobre a atitude a assumir na Assembléia das 10 horas. O problema continuava aberto, dependendo unicamente do veto ou não veto brasileiro. Sem que o Brasil comunicasse definitivamente que atitude tomaria era impossível à França adotar sua linha de conduta na Assembléia.

Melo Franco podia ter-se limitado àquela sua declaração e deixar que Briand e Chamberlain quebrassem a cabeça dentro do beco sem saída em que se haviam metido. Mas Melo Franco quis ser generoso; não quis deixar seus dois colegas numa posição tão ingrata. E, levado por aquela boa fé dos brasileiros, que chega por vezes até a ingenuidade, e da qual os diplomatas europeus em geral não usam, declarou-lhes que tomava desde logo o compromisso de falar em primeiro lugar na Assembléia das 10 horas, quando daria enfim a *palavra final* do Governo brasileiro.

Tal declaração teve o efeito de uma injeção de caféina num corpo desfalecido. Foi um verdadeiro alívio. Por certo não tranquilizava de todo o espírito de Briand e de Chamberlain, pois ninguém sabia qual seria seu teor. Tudo indicava que seria contrária à entrada da Alemanha. Neste caso, nada mais simples do que lançar umas lágrimas de crocodilo sobre o fracasso deste país, e adiar a Assembléia para setembro — exatamente o que iria acontecer. Mas se Melo Franco trouxesse a reviravolta do Governo brasileiro, e declarasse que este retirava a candidatura do Brasil e apoiava a entrada *única* da Alemanha? Então seria a confusão e o alarme.

Mas não. A França tinha esperança de que o Brasil vetasse a entrada da Alemanha e a salvasse assim do buraco em que se metera com a candidatura de sua aliada, a Polônia. Estava convencida de que o Brasil saberia dar uma dura lição à arrogância dos alemães. Pois um dos mais simpáticos Delegados franceses, Clausel, não procurara Melo Franco naquela manhã mesmo na residência deste à praça Claparède, antes de Melo Franco ir para a sessão do Conselho, para pedir-lhe, em nome de Briand, *pelo amor de Deus*, que o Brasil impedisse, com seu veto, que os alemães entrassem na Liga *arrombando as portas aos ponta-pés*? Palavras textuais de Clausel.

## XXX

Marcada para o mês de março de 1926, ou antes, convocada para esse mês uma Assembléia extraordinária da Liga (as Assembléias ordinárias realizavam-se em setembro) a fim de se proceder à dupla eleição da Alemanha, como membro da Liga, primeiro, e em seguida como membro permanente do Conselho, seria o começo da aplicação prática dos acordos de Locarno.

Sabedores disso, o Brasil e a Espanha renovaram logo suas respectivas candidaturas a membros permanentes do Conselho. De nosso lado, tínhamos recebido e continuávamos a receber em nosso favor as mais esperançosas promessas. Das quatro grandes potências membros da Liga, os chamados *big four*, a Inglaterra era a única que relutava em aceitar as nossas razões. O Japão dava-nos simplesmente a sua simpatia, sem querer comprometer de qualquer modo o voto. Mas estava longe de se mostrar irreduzível com a Inglaterra. A Itália e a França nos eram francamente favoráveis. O Embaixador Sousa Dantas, que fora durante alguns anos Ministro em Roma, e era tido como amigo pessoal de Mussolini, tinha ido em missão especial à Itália a fim de obter a segurança do voto italiano. De lá voltara declarando que este voto estava garantido. E, quanto à França, onde o mesmo Sousa Dantas era o Embaixador do Brasil, não somente nos daria o voto, como se propunha até a apresentar em Conselho a nossa candidatura a membro permanente. Fora isso, pelo menos, o que Dantas nos participava lhe haver afirmado Aristides Briand.

Nesta atmosfera animadora nos encontramos em Genebra nesse mês de março de 1926. Todos os *gros bonnets* da Liga estavam ali presentes, todos os seus grandes eleitores: Austen Chamberlain, pela Inglaterra; Briand, pela França; Grandi, pela Itália; Ishii, pelo Japão; Benès, pela Tchecoslováquia; Motta, pela Suíça. E outros menores: Vandervelde, pela Bélgica; Zahle, pela Dinamarca; Quifiones de Leon, pela Espanha; Nansen, pela Noruega; Loudon, pela Holanda; Skrzyński, pela Polônia; Titulesco, pela România; Unden, pela Suécia.

Os alemães chegaram ali num trem especial, com a mais numerosa delegação que já se vira em Genebra, tendo à frente o Dr. Luther, Chanceler do Reich, e Stresemann, Ministro dos Negócios Estrangeiros, justamente o homem de Locarno. Genebra transformou-se assim, nesse famoso mês, no *boulevard* das grandes sumidades políticas da época. Destoava unicamente a ausência dos Estados Unidos da América, que, tendo sido os criadores da Liga, haviam renegado seu próprio filho. Sim, também a dos soviets russos; mas estes viviam então segregados do convívio internacional, entretidos que estavam com a matança em regra dos antigos partidários do regime czarista.

Pensando impressionar a fauna internacional de Genebra, o que era uma forma, como qualquer outra, de nossa tradicional ingenuidade, havíamos dado à nossa Delegação à Assembléia as primazias de primeira classe, com um relevo que jamais tinha tido, dela fazendo parte, como Delegados, nada menos de três Embaixadores, figuras de primeira grandeza de nossa constelação diplomática: Melo Franco, Sousa Dantas e Régis de Oliveira, este Embaixador em Londres. Havia ainda cinco Conselheiros técnicos e quatro Secretários, entre os quais estava a minha modesta pessoa.

## XXX

Foi só quando a Delegação alemã desembarcou em Genebra, convencida de que a entrada do Reich na Liga e subsequente eleição para membro permanente do Conselho não passavam de meras formalidades, que estourou a bomba e se abriu a famosa crise de março. Foi quando ela soube que não entrava sozinha para membro permanente do Conselho, mas tinha como parceira a Polônia, sua irreconciliável desafeta, sentinela que o tratado de Versalhes lhe pusera à porta para freiar seus possíveis vôos expansionistas. A candidatura da Polônia era apoiada abertamente pela França e pela Inglaterra.

De pronto os alemães compreenderam que essa candidatura de última hora, sob todos os sentidos extemporânea, fora concebida clandestinamente pela política do Quai d'Orsay, e era o contrapeso que este encontrara para compensar de qualquer modo a presença da Alemanha no Conselho. Logo depois veio a saber-se que ela fora assentada nos próprios bastidores da Conferência de Locarno; que não passava de um golpe maquiavélico desse grande astuto que era Monsieur Briand, que, ao mesmo tempo que se desmanchava em sorrisos diante de seu colega alemão, Gustavo Stresemann, oferecendo-lhe assento permanente no Conselho da Liga, lhe plantava ali mesmo às escondidas e pelas costas, como sentinela avançada, a candidatura de sua irreconciliável inimiga.

Surpreendida e até certo ponto revoltada com tão extemporânea manobra, pôs então a Alemanha como condição *sine qua non* de sua entrada para a Liga das Nações que nenhuma modificação se faria na composição do Conselho além de sua própria eleição a permanente. Grande alarma nos arraiais de Genebra! Grande confusão por toda parte! Grande alarma sobretudo na Delegação do Brasil, que via por água abaixo todas as nossas aspirações à permanência. Melo Franco, espantado com o que se passava, pediu a Régis de Oliveira que fosse procurar Von Schubert, um dos Delegados alemães, a fim de saber quais eram exatamente as intenções do Reich com relação à candidatura do Brasil, e se era ainda possível qualquer combinação que satisfizesse as nossas ambições. Von Schubert era Secretário de Estado na Wilhelmstrasse, velho amigo e colega de Régis de Oliveira, desde quando eram ambos Secretários de Legação em Washington.

Von Schubert falou sem nenhum constrangimento. Disse-lhe que a Alemanha não alimentava qualquer hostilidade à nossa candidatura à permanência, que, em outras circunstâncias, teria desde logo, da parte dela, a mais formal aprovação. Apenas não lhe podia dar naquele momento o apoio porque teria que concordar também com a candidatura da Polônia, o que, dados os antecedentes, não lhe era absolutamente possível. Tanto nada tinha a Alemanha contra nós, acrescentou, que igual atitude assumia com relação à candidatura da Espanha, a qual seria igualmente sacrificada; e, no entanto, eram sabidos os laços de simpatia que a uniam ao Governo de Madrid, como também tudo o que a Alemanha devia à Espanha por sua neutralidade tolerante durante a Grande Guerra. Em suma, a questão, para a Alemanha, era esta: a França e a Inglaterra haviam assentado em Locarno sua entrada para a Liga e eleição para membro permanente do Conselho, não se cogitando então, nem de longe, de qualquer outra candidatura, e muito menos da da Polônia, a qual, em vista de sua situação política européia, teria

uma significação que modificaria profundamente todo o alcance dos atos de Locarno. Nestas condições, não podia a Alemanha concordar de forma alguma com ela; seria aceitar e, ainda mais, concorrer para a desvirtuação do chamado “espírito de Locarno”, que passaria a existir somente no papel. O único recurso que tinha para evitar a consumação de semelhante golpe era pôr, como punha, a questão neste pé: ou ela entrava sozinha para o Conselho, ou recusava ser admitida na Liga das Nações, denunciando então ali, perante as vinte e uma nações reunidas em Genebra, a tortuosa manobra de Locarno em favor da Polônia. Fora disso, não aceitava nenhuma outra transação.

## XXX

Com o *non possumus* alemão, a situação tornou-se subitamente crítica. Não somente para nós, que víamos, por assim dizer, perdida a nossa candidatura à permanência, depois de tantas promessas recebidas, como sobretudo para as duas grandes potências *donas* da Liga, a França e a Inglaterra, que viam, apreensivas, desfeitas todas as vantagens que esperavam tirar *pro domo suo* dos acordos de Locarno. A atitude decidida da Alemanha as colocava neste difícil dilema: ou sacrificavam a candidatura da Polônia, e o Reich entrava sozinho e vitorioso na Liga, “batendo com as portas”, como disse Briand a Melo Franco; ou fechavam a questão da candidatura polaca e provocavam, com isso, a retirada espetacular da Alemanha, o que significaria a derrocada de todas as promessas feitas em Locarno à opinião pública européia em favor da pacificação geral do Velho Mundo.

A candidatura da Polônia era, antes de tudo, e ninguém ali se iludia com isso, uma candidatura *francesa*. Fora obra, como dissemos, de puro maquiavelismo político do velho Briand. Ninguém de fato desconhecia os laços de subordinação que ligavam então a Polônia à França, a verdadeira tutoria que esta exercia sobre o Governo de Varsóvia. E só um ingênuo poderia crer que a Polônia se aventurasse a disputar um lugar permanente no Conselho se não tivesse recebido para isto o *placet* antecipado de Paris.

Assim, quando a Alemanha pôs o embargo nessa candidatura, a primeira reação em Genebra partiu da Delegação francesa. Foi o próprio Briand, habitualmente tão sereno e senhor de si, tão displicente por vezes diante dos mais graves problemas da política internacional, que perdeu de pronto o controle. E, possuído de grande indignação, logo procurou, por todos os meios, impedir a entrada da Alemanha na Liga. Mas como, se estava ligado aos compromissos assumidos em Locarno? Compreendia que a candidatura de sua Polônia estava de antemão perdida, e que este fracasso só não redundaria num fracasso maior para ele e sua política se fosse possível impedir a entrada da Alemanha na Liga.

## XXX

Foi nessa altura de suas inquietações que lhe veio a idéia luminosa de se servir do Brasil. Corria já à boca pequena em Genebra que estávamos dispostos, caso a Alemanha insistisse em se opor à nossa candidatura à permanência, a vetar, por nosso lado, sua entrada na Liga. Briand logo percebeu o grande alcance que significaria para ele um se-

melhante veto: embargar a entrada da Alemanha na Liga sem comprometer de qualquer modo a ele ou a política francesa. A responsabilidade do ato caberia inteira ao Brasil. A França, ao contrário, só poderia ficar bem na manobra: abriria mão magnanimamente da candidatura de sua aliada, a Polônia, “a bem do espírito de Locarno”, como ele diria depois, e concordaria com a eleição da Alemanha sozinha para o Conselho, e eleição, todavia, que se não realizou por imposição do veto brasileiro.

A efetivação deste plano estava, assim, subordinada ao veto do Brasil. Mas este veto dar-se-ia de fato? A Delegação brasileira em Genebra assim o fazia constar, e o próprio Melo Franco já mais de uma vez dera a entender a seus colegas que, se a Alemanha insistisse no propósito de entrar sozinha para o Conselho, o Brasil talvez se visse obrigado a usar do recurso extremo do veto. Tudo, porém, havia ficado até então em “possibilidades”, e a verdade é que não se tinha nenhuma certeza quanto à nossa atitude final. Briand tinha mandado, é certo, Paul Clausel, Secretário-Geral da Delegação francesa, pedir a Melo Franco, quase implorar, que vetasse “pelo amor de Deus” a entrada da Alemanha para evitar que ela ingressasse na Liga “arrombando as portas com os pés” (textual). Mas Melo Franco se limitara a ouvir o Delegado francês sem nada prometer. Repetira apenas o que já antes havia dito em Conselho, isto é, que o Brasil *poderia* chegar ao extremo do veto, tudo dependendo das instruções finais de seu Governo, ainda não recebidas.

### XXX

A verdade é que circulava então em Genebra a versão de que Melo Franco não era sincero quando insinuava que o Brasil vetaria, talvez, a entrada da Alemanha na Liga, caso não fosse satisfeita ali a nossa pretensão. A muitos parecia que ele usava de uma simples manobra, visando unicamente intimidar a Alemanha, mas que jamais usaríamos o direito de veto. Pura *chantage* — expressão que foi ouvida em mais de um círculo de Genebra.

Foi para desmascarar de uma vez este suposto jogo de Melo Franco, e saber finalmente com quantas cartas se poderia contar, que Sir Austen Chamberlain o provocou numa das sessões secretas do Conselho. O momento foi dos mais dramáticos, e quase chegou a ser trágico. Interpelado sobre se o Brasil estava ou não decidido a vetar a entrada da Alemanha, Melo Franco, que não tinha recebido de fato a decisão final do Rio de Janeiro, respondeu que assim o temia, muito embora não pudesse desde já nada afirmar de positivo. Tinha porém motivos para dizer que o Brasil *poderia* chegar a um tal extremo.

Nesta altura levantou-se Chamberlain. E, julgando ser o momento de descobrir de uma vez o jogo de Melo Franco, disse que se via na obrigação de pôr em dúvida a sinceridade de seu colega brasileiro, visto estarem suas palavras em contradição com as seguranças que ele havia recebido em Londres do próprio Governo brasileiro. Acrescentou então com ênfase que ele, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, tinha tido em Londres, pouco antes de partir para Genebra, a segurança dada pelo Embaixador do Brasil junto ao Governo de Sua Majestade, Raul Régis de Oliveira, de que o Go-

verno brasileiro jamais usaria, na questão da entrada da Alemanha na Liga, o seu direito de veto.

Semelhante declaração de Chamberlain, feita da maneira categórica em que foi feita, causou, como era natural, a maior surpresa entre os membros do Conselho. Houve uma sensação geral de espanto. Todos sentiram que a autoridade de Melo Franco fora seriamente afetada, e, a menos que ele revidasse imediatamente o golpe, seria muito difícil depois uma reabilitação.

O primeiro movimento de Melo Franco foi de estupefação, estampada na lividez da face. Mas não deixou trair qualquer irritação ou descontrole. Nada perdeu de sua calma habitual, de sua serenidade, da sua tradicional elegância de atitude. E, quando se levantou sob o silêncio quase sepulcral de seus colegas do Conselho, para responder a Sir Austen, apenas lhe tremiam as mãos, circunstância que nada significava, conhecido que era esse seu costumeiro fenômeno nervoso, puramente mecânico. Suas palavras foram, em suma, estas: não fora inteirado nem tinha o menor conhecimento de nenhuma declaração que o Embaixador Régis de Oliveira houvesse feito em Londres, sobre esse assunto, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha. Mas qualquer que fosse ela, e qualquer que fosse o sentido que lhe quisesse dar Sir Austen Chamberlain, ele queria deixar claro que em Genebra Régis de Oliveira era apenas um membro da Delegação do Brasil à Assembléia extraordinária da Liga, sendo ele, Melo Franco, como chefe desta Delegação, o único autorizado a interpretar ou transmitir o sentimento do Governo brasileiro sobre os nossos interesses na Liga. E, quanto às suas declarações anteriores, nada tinha a acrescentar.

### XXX

Quando, logo depois, voltou à sede da Delegação do Brasil, a primeira coisa que fez Melo Franco foi chamar à sua presença Régis de Oliveira, que não havia assistido à sessão do Conselho daquela manhã. Solicitado a dar explicações, respondeu, muito nervoso, que de fato tivera ocasião de declarar em Londres a Sir Austen Chamberlain que o Brasil não usaria de seu direito de veto contra a entrada da Alemanha; e que fizera esta declaração interpretando um telegrama que recebera de Félix Pacheco. Acrescentou então que, havendo sido chamado certa vez ao Foreign Office, Chamberlain lhe pedira que transmitisse um recado seu a Félix Pacheco, “de colega a colega” (segundo expressão de Chamberlain), no sentido de que esperava do bom-senso do nosso Ministro das Relações Exteriores que o Brasil se mostrasse transigente na questão do Conselho; e que ele, Régis, recebera um telegrama de resposta de Félix Pacheco afirmando que o Brasil não pretendia “chegar a um extremo” (textual) na questão da entrada da Alemanha. Concluiu então que não vetaríamos de forma alguma a Alemanha, e, neste sentido, fizera a Chamberlain a declaração a que ele se referiu no Conselho.

Esta explicação não satisfaz Melo Franco, que entendeu haver Régis exorbitado suas instruções, de vez que assegurara ao Governo britânico o que na realidade não se continha no telegrama de Félix Pacheco. E, à tentativa de Régis de interpretar em todo o seu alcance a frase do telegrama do Itamaraty, objetou Melo Franco que, ainda que ele estivesse autorizado a dar a garantia que deu em Londres a Chamberlain, devia tê-lo

prevenido disso ao chegar a Genebra a fim de evitar surpresas como a que acabara de se dar no Conselho.

Entendia Melo Franco que a posição de Régis ficara comprometida com a declaração que este fizera em Londres, agora desautorizada por ele, chefe da Delegação do Brasil em Genebra. Declaração contrária não só ao que ele, Melo Franco, vinha dando a compreender a seus colegas do Conselho, como às próprias instruções que recebia do Itamaraty; e que, nestas condições, não restava a Régis senão solicitar sua exoneração de Delegado do Brasil. Régis ainda tentou justificar sua atitude fazendo ver que agira em Londres de conformidade com o que lhe mandara dizer Félix Pacheco. Procurou em seguida mostrar que não era positivamente o caso de pedir sua demissão, e que Melo Franco exagerava as conseqüências do incidente que tivera com Chamberlain. Mas tudo foi inútil. Melo Franco respondeu-lhe que o caso não comportava “outra solução”. Régis pediu então que lhe desse algum tempo para refletir.

Voltamos à casa. Indagou-me Régis o que eu achava de “tudo isto”; que lhe falasse com minha “habitual franqueza”. Disse-lhe que de fato me parecia difícil sua posição em Genebra sob as ordens de Melo Franco, o qual, era evidente, o desautorizara no Conselho. Perguntou-me se não achava que “andara direito” em Londres. Respon-di-lhe que eu, em seu lugar, não afirmaria o que ele dissera a Chamberlain.

– Mas se eu estava autorizado pelo telegrama do Félix!

– O telegrama do Félix dizia que o Brasil não chegaria a “um extremo”, e era tudo o que o Sr. estava autorizado a dizer ao Foreign Office.

– Mas que “extremo” era esse senão o próprio veto?

– Isto é outra coisa, Embaixador. Admito que esta interpretação do telegrama estivesse certa. Mas era uma interpretação *sua* e não do Itamaraty. Ora, numa questão delicada como essa do nosso veto na Liga, e tratando-se de um recado pessoal de Félix Pacheco a Chamberlain, parecia-me sob todos os sentidos aconselhável que o Sr. se limitasse a repetir no Foreign Office as palavras textuais do telegrama do Itamaraty, deixando que Chamberlain tirasse delas as conclusões ou interpretações que entendesse. Interpretando o Sr. mesmo essas palavras, é claro que assumiu compromissos que não se continham no telegrama, e fora assim além das instruções recebidas.

Acrescentei depois:

– E isso é tanto mais de admirar, Embaixador, quanto o Sr. é um velho e traquejado funcionário do Itamaraty: sabe melhor do que ninguém como a gente deve ser precavida em certas coisas para não ser depois colhido em terreno falso, como o que o Sr. se encontra agora. O que está feito, porém, não está por fazer. Melo Franco entende que o Sr. deve pedir demissão de Delegado do Brasil em Genebra. Sendo ele seu chefe na Delegação, não me parece que o assunto possa ser discutido *aqui*. Sua obrigação já agora é pedir a demissão. Acredito que o Félix Pacheco não lha dará, confirmando assim a confiança em que o tem. Tanto melhor. E, neste caso, tudo faz crer que Melo Franco não insistirá nela.

## XXX

A maneira serena e ao mesmo tempo firme com que falei a Régis, a sinceridade de minhas expressões não deixaram de lhe causar uma certa impressão; já não tomava ao trágico o que vinha acontecendo naquela manhã. A reflexão e a calma iam voltando ao seu espírito. Pareceu que me dava agora razão. Eu não tinha, aliás, outros motivos para pensar assim senão a própria opinião que formava de Melo Franco, de sua natureza condescendente e conciliadora. Tinha a impressão de que ele interpretava o pedido de demissão de Régis mais como uma mera formalidade do que como um desejo de o ver afastado de Genebra, onde sua atuação era devidamente apreciada por nós todos, seu conhecimento do ofício, seus dotes brilhantes de homem do mundo, sua irradiante simpatia. Sabia quanto Melo Franco o estimava, quanto o apreciava. Mas sabia também quanto ele ficara estomagado com tudo o que se passara naquele dia, e que não perdoava o que ele chamava a "leviandade" de Régis. Por isso eu insistia em que este mandasse seu pedido de demissão, formulado de maneira a não deixar a porta atrás de si fechada. E, enquanto não viesse a resposta, fosse passar uns três dias fora de Genebra, desse um passeio, por exemplo, a Lausanne ou a Evian. Quanto a isto, Régis não concordava. Dizia-me que não desertaria seu posto.

Mandou, afinal, ao Itamaraty o pedido de demissão, pedido que foi, como era de esperar recusado. Mesmo porque Régis tinha amigos no Rio, aos quais certamente já havia telegrafado sobre sua difícil situação em Genebra. Entre estes amigos estava Antônio Carlos de Andrada, amigo também e correligionário político do Presidente Artur Bernardes. Antônio Carlos era casado com uma senhora da família do Marquês de Olinde, parenta, por conseguinte, da Embaixatriz Régis de Oliveira.

De tudo se conclui que falhou o golpe de Sir Austen Chamberlain para Melo Franco definir de uma vez a posição do Brasil. Este soube revidar elegante e decididamente a investida de seu colega da Inglaterra, deixando Chamberlain e Briand sem saberem se a ameaça de um nosso veto contra a entrada da Alemanha na Liga era um simples jogo de Melo Franco ou do Brasil para enganar os tolos, ou refletia de fato uma ameaça do Governo brasileiro.

Mas Chamberlain, apesar de tudo, não se mostrou satisfeito. Como não tivesse podido tirar do Delegado brasileiro senão palavras vagas, decidiu exercer pressão do Governo britânico sobre o Governo brasileiro, servindo-se para isso do Embaixador Régis de Oliveira. Assim que, num dos primeiros dias de março (de 1926), tocava o telefone do meu apartamento. Era Walford Selby (em 1938 Sir Walford M. Selby seria Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa), Secretário particular de Sir Austen Chamberlain, dizendo que este pedia a Régis que o fosse ver naquela manhã no hotel Beau-Rivage. Eu disse que o Embaixador estava ainda de pijama, tomando o *breakfast*.

— Veja se ele termina e se apronta depressa para vir ter com Sir Austen. É um assunto urgente.

Transmiti o recado a Régis, que depressa se vestiu e foi ter com Sir Austen. Cerca de meia hora depois voltava ao meu apartamento. Disse-me que o Delegado inglês tivera uma longa conversa com ele, expondo detalhadamente o ponto de vista do Governo britânico sobre a ameaça do veto do Brasil, e, diante disso, fazia por seu intermédio um

último apelo ao Governo brasileiro. Deu-lhe depois um Memorandum com a reprodução das palavras que tivera com Régis. “Vamos traduzi-lo, disse este, para mostrá-lo ao Melo Franco”. Sentei-me diante da máquina de escrever, e num espaço de meia hora tínhamos o Memorandum traduzido para o português. Feito o que, perguntei a Régis:

– Que vai o Sr. fazer com este Memorandum?

Respondeu-me que, depois de o mostrar a Melo Franco, iria transmiti-lo, na íntegra, pelo telégrafo, ao Prediente Artur Bernardes. Disse-lhe eu então:

– Embaixador, o Sr. não vai fazer isso. Não creio que Melo Franco lhe dê a necessária autorização. E, sem ela, o Sr. não pode se corresponder com o nosso Presidente. Aliás, duvido até que Melo Franco aceite este Memorandum. O Sr. já leu atentamente o que nele se diz? O Governo britânico não se limita a fazer um apelo ao Brasil. Faz ameaças que não podemos aceitar. Diz que o Brasil, vetando a entrada da Alemanha, “por motivos pessoais”, ofenderia a opinião pública da Inglaterra, “em todos os meios, sem distinção de partidos, e talvez ainda aqueles que habitualmente menos se ocupam de política”. Quem são esses? Evidentemente ou as forças navais da Grã-Bretanha ou os meios financeiros da City, aos quais estamos ligados pelos nossos empréstimos. Régis ponderou que eu estava exagerando. Como Dom Quixote, via inimigos que não passavam de moinhos. “Vou mostrar o Memorandum ao Melo Franco”. E, dizendo isto, saiu para ir à praça Claparède.

Meia hora depois voltava. Vi logo, pelo seu semblante, que a coisa não correria bem.

– Que lhe disse o Melo Franco?

– Disse que você já previa. Não aceita de nenhuma forma o Memorandum. Que eu o devolvesse ao Chamberlain. Veja você agora a situação em que vou ficar.

Então eu ponderei: “Embaixador, o Sr. não é nenhum novato na carreira. Sabe bem que devolver uma Nota ou um Memorandum é coisa corriqueira em diplomacia. Um tal gesto em nada poderá afetar sua posição de Embaixador do Brasil em Londres. Melo Franco recusou receber este documento. O Sr. dirá isto ao Chamberlain. E nada acontecerá.”

Já meio conformado, retornou Régis ao hotel Beau-Rivage. Não tardou em voltar. Notei que vinha com a fisionomia aberta e sorridente. E disse-me: “Qual, seu Lyra, esses ingleses são realmente uns *gentlemen*. Disse ao Chamberlain que Melo Franco recusava aceitar o Memorandum. Ele respondeu: *Está bem, lamento muito; é um direito dele*. Rasgou em seguida o Memorandum e o jogou na cesta dos papéis inservíveis.

Era o seguinte o texto desse Memorandum, que reproduzo aqui porque não figura nos arquivos do Itamaraty:

“Em virtude da comunicação feita pelo Embaixador Melo Franco, com as instruções do Presidente da República, expondo os motivos pelos quais o seu Governo sente-se obrigado a vetar a entrada da Alemanha, a menos que seja dado, na mesma ocasião, um lugar permanente ao Brasil, pedi ao Embaixador do Brasil em Londres para vir verme, e transmitir ao Sr. Presidente o meu sentimento de profundo pesar e quase grande tristeza ao ter conhecimento daquela decisão. Chamei sua atenção para os novos acontecimentos desenrolados nestas últimas três semanas, principalmente na que acabamos de passar em Genebra.

É evidente que a proposta de aumentar-se o Conselho de três ou quatro lugares permanentes suscitou uma grande ansiedade no espírito da maioria da Assembléa. Ainda quando o Conselho fosse unânime a favor da reivindicação do Brasil, não creio que se pudesse encontrar uma maioria na Assembléa que o apoiasse neste momento. A Assembléa — é evidente — não está resolvida a encarar precipitadamente decisões que afetam, de uma forma permanente, a composição do Conselho, sem que faça antes um estudo cuidadoso e meditado. Parece certo que nenhuma potência, exceto a Alemanha, poderia obter neste momento a unanimidade do Conselho. E ainda mesmo que essa unanimidade pudesse ficar assegurada, não creio que a Assembléa ratificasse agora uma tal decisão. Se o meu Governo estivesse na posição do Brasil, eu lho diria não haver um momento menos favorável do que este para apresentar o seu pedido.

A seguir, expliquei a posição da Grã-Bretanha. Lembrei ao Embaixador quanto arriscara, e como perdera neste momento toda a minha popularidade junto aos meus patrícios, com os esforços que fiz para obter que as diversas propostas fossem consideradas segundo as razões apresentadas, e não fossem rejeitadas *in limine*. A opinião pública da Grã-Bretanha agitou-se com a apresentação de um tão grande número de propostas. O público britânico, neste momento, só tem um desejo — é o de ver a Alemanha entrar na Liga das Nações. Foi isto que o levou a aceitar as responsabilidades resultantes dos Tratados de Locarno. Se agora, quando essa esperança está prestes a realizar-se, e quando todo o trabalho destes últimos quinze meses, para consolidação da paz, está em jogo, o Brasil viesse, por motivos pessoais e por não ter sido satisfeito o seu desejo, reduzir a nada todos os nossos esforços, os meus patrícios nunca o esqueceriam. Isto ofenderia toda a opinião pública, em todos os meios, sem distinção de partidos, e talvez mais ainda aqueles que habitualmente menos se ocupam de política. Como prever os efeitos que isto poderia ter sobre as nossas relações íntimas e tão estreitas em outros assuntos? O Brasil seria considerado como tendo sacrificado os interesses da Liga das Nações e do mundo inteiro aos seus interesses pessoais, e responsável pela destruição de todo o trabalho de Locarno, que foi recebido com tanta satisfação, quer entre os países neutros, quer entre os signatários dos Tratados ali assinados, e tanto nas duas Américas quanto na Europa.

Solicitei, encarecidamente, ao Embaixador que ponderasse no isolamento em que ficaria o Brasil. Qualquer que venha a ser a decisão da Espanha, ela não o seguirá nesse caminho. Poderia o Brasil apresentar-se à Assembléa, e diante dessa grande reunião internacional assumir sobre os seus ombros tamanha responsabilidade? Haveria certamente um grito universal de protesto, e o Brasil não encontraria outra solução senão afastar-se da Liga das Nações.

A retirada do Brasil seria certamente das mais lamentáveis, mas a Liga das Nações não deixaria por isso de viver. Tenho a convicção de que ela se fortalece de dia para dia, e que vai adquirindo uma autoridade moral através do mundo, autoridade que nenhuma potência poderá jamais deixar de levar em conta. Retirar-se é sempre mais fácil do que encontrar uma ocasião favorável para voltar. Pode alguma nação, mesmo entre as maiores potências, desinteressar-se pelos trabalhos desta grande Sociedade? Ela está se tornando mais forte do que o mais forte entre nós. Uma nação que se divorciasse dela praticaria certamente um suicídio em sua vida internacional”.

Foi nessa situação de incerteza que chegamos todos ao dia da célebre sessão extraordinária da Assembléia da Liga. A candidatura da Polônia estava definitivamente afastada, graças ao *non possumus* da Alemanha. As candidaturas do Brasil e da Espanha praticamente abandonadas. Quanto à do Brasil, tínhamos já a certeza de que era *une affaire finie*, desamparados que fomos totalmente pelos nossos dois grandes eleitores, a França e a Itália, apesar das promessas formais de apoio dadas anteriormente por conduto de Sousa Dantas. Restava por conseguinte sozinha a candidatura da Alemanha, ou melhor, a dupla eleição da Alemanha, como membro da Liga das Nações, primeiro, e depois como membro permanente do Conselho. Era o objeto da sessão extraordinária da Assembléia convocada para aquele dia.



---

## O veto do Brasil

Sabia-se, na noite de 16 de março (de 1926), que a convocação da Assembléia extraordinária da Liga estava marcada para as dez horas da manhã do dia seguinte. O motivo da reunião era resolver sobre o pedido de admissão da Alemanha e sua subsequente eleição para membro permanente do Conselho, de conformidade com o que fora estabelecido em Locarno. Não se sabia ainda ao certo, porém, se esta admissão se faria. Os alemães estavam em Genebra desde poucos dias. Um trem especial os trouxe de Berlim, com uma numerosa Delegação, à frente da qual estava Luther, Chanceler do Reich, com Stresemann, Ministro dos Negócios Estrangeiros. E mais von Schubert e Kemper, Secretários de Estado; Drs. Gaus e Kiep, Diretores ministeriais; von Bulow, Conselheiro privado; Karlowa, Conselheiro ministerial; Aschmann, Côsul-Geral; Poensgen, Côsul; e Boltze, Secretário de Legação. O hotel Metropole era o seu quartel-general, como o hotel des Bergues era o quartel-general dos franceses, e o hotel Beau-Rivage o dos ingleses.

Mas todos indagavam: a Alemanha entraria? Não entraria? O Brasil vetaria sua entrada na Liga? Não vetaria? A candidatura da Polônia seria mantida pela França a todo transe? A Alemanha teria, afinal, concordado com esta candidatura? A Polônia seria eleita para um novo lugar permanente no Conselho ou ocuparia um dos assentos temporários que lhe ofereciam a Suécia e a Tchecoslováquia? Estas perguntas corriam de boca em boca, estavam nos lábios de todos, circulavam por toda parte, nos *halls* dos hotéis, nas salas e corredores do Secretariado, nos restaurantes, nas ruas da cidade. A confusão era grande. Ao certo ninguém sabia de nada. Os boatos fervilhavam. Os correspondentes dos jornais, em romaria pelas sedes das principais Delegações, ou pelo telefone, andavam ansiosos por notícias.

Na sede de nossa Delegação, à rua Massot, o trabalho de recepção e expedição de telegramas quase não cessara até tarde da noite. Hildebrando Accioly e eu não tínhamos um minuto de descanso. Distribuídos pela vasta sala dos Secretários e pelo gabinete que ficava ao lado do de Melo Franco, os demais membros da Delegação trocavam comentários e impressões, num tom por vezes caloroso, que refletia um pouco a nervosidade do ambiente. Formavam-se ali duas correntes: a dos que entendiam que devía-

mos impedir *a todo transe* a entrada da Alemanha na Liga, caso não nos dessem também um lugar permanente no Conselho; e a dos que pensavam que *de maneira alguma* deveríamos chegar a tais extremos. Nessa divergência de opiniões refletia-se o caráter e o feitio de cada um. À frente da primeira corrente encontrava-se Montarroyos. À frente da segunda, Régis de Oliveira. Havia ainda o setor dos neutros ou dos indiferentes, que, a bem dizer, era composto unicamente de Sousa Dantas. Pessoalmente, dizia ele, não tinha opinião. Não estava, aliás, ali para ter opinião, mas sim para cumprir ordens do Governo. Sua opinião era, pois, a opinião do nosso Governo. Cumpriria suas determinações, quaisquer que fossem. Se Melo Franco entendesse amanhã retirar-se de Genebra para não vetar a entrada da Alemanha na Liga, e o Governo brasileiro o mandasse vetar esta entrada, Dantas não hesitaria um segundo em fazê-lo.

Este modo de pensar não era bem interpretado por alguns dos presentes, parecendo-lhes que traduzia uma atitude de simples comodismo ou de excessivo zelo de ser agradável ao Governo. Mas ele estava certo. Podia-se compreender que uma pessoa estranha à carreira, como Melo Franco, se recusasse cumprir ordens desde que estivesse em desacordo com elas, devendo então demitir-se do cargo de confiança que ocupava. Mas, já com um diplomata de carreira, que era o caso de Dantas, seu dever era cumprir as ordens do Governo, mesmo estando em desacordo com elas. Poderia no entanto aconselhar ao mesmo Governo uma mudança de atitude dando as razões para tal. Porém se estas razões não fossem aceitas e houvesse insistência para o cumprimento das ordens dadas, sua obrigação era obedecer. Como diplomata de carreira, Dantas servia primeiro ao Brasil, e depois aos Governos que se sucediam e por vezes não seguiam a mesma política. Compreendia assim o seu papel. Quando Hélio Lobo era Ministro na Haia, em 1932, discordou da política do Governo de Getúlio Vargas relativamente à compra de armas para combater os revoltosos de São Paulo. Seu dever aí era demitir-se da carreira. Não tendo solicitado sua demissão, o Governo o pôs em disponibilidade naquele mesmo ano. Foi um ato certo.

Sentado em frente de sua larga mesa de trabalho, Melo Franco ouvia uns e outros. Naquela confusão de espíritos e choque de opiniões, ele não perdia a calma habitual. Conservava a linha de perfeita compostura que o caracterizava. O pescoço esguio apertado no colarinho alto, a gravata elegantemente atada, o cigarro Abdulla a fumer-lhe nos dedos, não tomava nenhuma atitude definida, se bem que não fosse segredo para ninguém sua tendência para a moderação, para uma solução que pudesse ainda evitar de nossa parte a aplicação de medidas extremas. Apenas de vez em quando fazia um comentário mais incisivo, seguido daquele seu largo e insinuante sorriso.

Na sala dos Secretários continuava a agitação. A um canto da janela, Leitão de Carvalho se externava convicto com aquela sua extraordinária clareza de inteligência. Em outro canto via-se Muniz de Aragão procurando com toda a sorte de cuidados convencer o espírito irônico e demolidor de Paulo Silveira, que positivamente não o levava nada a sério. Barbosa Carneiro circulava de grupo em grupo, simulando quanto possível o seu verdadeiro pensamento e procurando saciar uma curiosidade que não tinha fim. Bandeira de Melo, moreno como um hindu de boa casta, discorria muito maneiroso, com voz rouca, para Caio de Melo Franco, que, recostado negligentemente numa poltrona, o rosto impassível, desfrutava, com indistigável satisfação, a confusão do am-

biente. E em outra poltrona, de olhar triste e rosto caído, calado e quase imóvel, como se fosse vítima expiatória de toda aquele debate, Silvio Rangel de Castro.

À proporção que a noite avançava, os presentes se iam retirando para suas residências. Partiam visivelmente apreensivos diante das incertezas do dia seguinte. Mandara-se um último telegrama ao Rio, pedindo a decisão final do Governo. Da resposta, que se esperava, e seria a definitiva, dependeria toda a nossa atitude na Liga, a entrada ali dos alemães, e até certo ponto do próprio prestígio do instituto de Genebra. Afinal, por volta das duas horas da madrugada Melo Franco decidiu também recolher à casa. A resposta tão esperada não chegava, e a sessão do Conselho estava marcada para as oito horas daquela manhã, duas horas antes da abertura da Assembléia extraordinária. Fomos igualmente, pouco depois, Accioly e eu para nossos aposentos.

### XXX

Às oito horas da manhã abriu-se a sessão do Conselho. Estava *au grand complet*: Chamberlain, pela Inglaterra; Briand, pela França; Vandervelde, pela Bélgica, Melo Franco, pelo Brasil; Quiñones de Leon, pela Espanha; Guani, pelo Uruguai, Scialoja, pela Itália; Ishii, pelo Japão; Uden, pela Suécia; Benès, pela Tchecoslováquia. A sessão era das mais solenes e importantes de sua história. Sentavam-se ali nada menos de cinco Ministros dos Negócios Estrangeiros. Que iriam eles decidir? Na verdade, não se havia traçado nenhum programa antecipado. O Conselho fora convocado para ouvir a palavra de Melo Franco sobre a atitude final que o Brasil assumiria na Assembléia marcada para daí a duas horas. Era tudo o que interessava naquele momento ao Conselho.

Como não tivesse ainda recebido as instruções definitivas do Governo, Melo Franco nada pôde adiantar à curiosidade de seus colegas ali reunidos. Limitou-se, assim, a dizer-lhes que fizera um “último apelo” ao Presidente Artur Bernardes, e esperava a todo instante sua decisão. Estas palavras provocaram uma certa nervosidade entre os membros do Conselho, especialmente em Chamberlain e Briand, sócios solidários na direção dos trabalhos daqueles dias, e, portanto, responsáveis pelo que se iria decidir na Assembléia das dez horas. É que eles necessitavam saber, para sua orientação nessa Assembléia, o que decidiria em última instância o Brasil, de cuja decisão, sobretudo com relação à entrada da Alemanha na Liga, de nosso consentimento ou não nessa entrada, dependia toda a ação das duas grandes potências diretoras da Liga das Nações.

Não se satisfizeram por isso com a declaração de Melo Franco, que os deixava na mesma atmosfera de incerteza anterior. O problema, por conseguinte, continuaria aberto, de vez que sua solução dependia unicamente da atitude do Brasil. Foi nesta difícil conjuntura para os dois associados que Melo Franco, inteirado por nós da chancelaria que chegara finalmente do Rio o tão esperado telegrama, em via de ser decifrado, teve a generosidade — porque era, em verdade, uma generosidade para a aflição de Chamberlain e de Briand — de assegurar-lhes que assumia desde já o compromisso de falar em primeiro lugar na Assembléia das dez horas, quando daria então a *palavra final* do Governo brasileiro. Esta promessa foi um verdadeiro alívio e um tônico altamente revigorante para Chamberlain e Briand, que já não viam mais na Assembléia, que se ia

abrir dentro em pouco, um salto no escuro, quase um suicídio político, de vez que o Brasil se propunha abrir-lhes o caminho a preparar-lhes os primeiros passos.

## XXX

O telegrama recebido do Rio era, como em geral, muito extenso, composto de várias páginas. Accioly e eu levamos cerca de duas horas a decifrá-lo. De modo que, ao iniciar-se a Assembléia às dez horas, estávamos ainda a terminá-lo. Não foi assim possível a Melo Franco subir imediatamente à tribuna com a *resposta final* do Governo brasileiro. Houve necessidade de esperar-se. E, durante perto de meia hora, as quarenta e sete nações reunidas na Sala da Reforma esperaram, possuídas de grande ansiedade e numa atmosfera carregada de apreensões, que Accioly e eu terminássemos a decifração do famoso telegrama. Nas salas e corredores do hotel Metropole, cercados de Luther e Stresemann, os alemães não esperavam com menores apreensões.

Quase ao meio-dia decifrou a última palavra do telegrama. Accioly saiu a correr num táxi para levá-lo a Melo Franco, o qual, sentado, com a Delegação brasileira, à esquerda do Presidente da Assembléia, o aguardava com viva aflição, muito embora não tivesse mais ilusões sobre o verdadeiro significado do despacho. Foi o tempo de lê-lo, e de logo subir com solene dignidade à tribuna da Assembléia, no meio de um completo silêncio, para declarar, com voz firme, mas um pouco emocionado, que as instruções que lhe mandava o Governo brasileiro eram *irrevogáveis e definitivas*. Não disse mais nada. Todos compreenderam. O grande mágico do Briand havia ganho a partida...

## XXX

Resta dizer, para encerrar este capítulo, que Régis de Oliveira não ficou em nada ressentido com a franqueza com que lhe falei em Genebra, em seguida ao desentendimento que teve com Melo Franco. Voltando para Londres, depois de vetarmos a entrada da Alemanha na Liga, ele escreveu-me uma carta que era a prova disso. A carta tinha a data de 21 de abril daquele ano de 1926. Dizia:

“Meu caro amigo. — Não lhe escrevi ultimamente por ter estado, como você bem imagina, ocupadíssimo. Queria renovar-lhe os meus agradecimentos pela cordial e afetuosa hospitalidade que me dispensou em Genebra, e de que guardo a mais grata lembrança. — Quanto à sua remoção de Londres para Genebra, devo confessar que, pessoalmente, não posso deixar de sentir a sua separação deste posto em que, com tanta intimidade e amizade, trabalhamos juntos. Por outro lado, porém, fiquei satisfeito de receber a notícia, sabendo que era seu desejo e que, por muitas razões, lhe era mais agradável não continuar em Londres. Envio-lhe, portanto, minhas mais sinceras felicitações. Quanto ao amigo, você sabe que o tem aqui, certo e sincero. — Com as mais afetuosas lembranças, envia-lhe um abraço o amigo sincero e colega RAUL RÉGIS”.

Em outra carta, de 4 de novembro do mesmo ano, já dirigida para Berlim, Régis dizia:

“Meu caro amigo. — Muito agradeço sua carta tão afetuosa, que me deu imenso

prazer. Eu também guardo no coração a lembrança dos tempos em que trabalhamos juntos, e, ainda mais preciosamente, a consciência de sua boa amizade. — Junto, ou antes em separado, envio-lhe um retrato meu. Não sei se é dos melhores, pois parece que é dever da gente procurar que os retratos sejam sempre melhores do que o original. — O nosso novo Ministro, que conheço pouco pessoalmente, é um homem de grande valor intelectual e que poderá fazer coisas muito boas. Como diz muito bem, “veremos os seus atos”. — Imagino a sua luta ao primeiro contato com o alemão, língua que o próprio Carlos Quinto, que sobre ela *reinava*, declarava ser instrumento de entendimento equino. Disseram-me que a vida, principalmente noturna, estava bem alegre aí. Devo embarcar a bordo do *Avon*, no dia 9, daqui a quatro dias. Veja se chega ao Rio quando eu ainda talvez lá esteja, em princípios de janeiro. Se quiser algo para lá, escreva-me para o hotel Glória. — Com saudades mais afetuosas, receba um abraço do amigo sincero RAUL RÉGIS”.

No retrato que me mandou, estava escrito: “Ao caro Colega e excelente amigo Heitor Lyra, do seu muito afeiçoado, RAUL RÉGIS. Londres, novembro de 1926”.

Eu só chegaria ao Rio em março de 1927. Já não mais o encontrei. Tinha voltado para Londres.



---

## Fragmentos de um diário dos meus últimos anos em Genebra

### EM GENEBRA

#### Setembro de 1925

8 — Deixei Londres no dia 2. Passei três dias em Paris e aqui cheguei ontem, para os trabalhos da Assembléia. Hospedei-me em La Résidence, quarto 120, com diária de 15 frs. Ontem mesmo estive presente ao baile que a nossa Delegação deu no hotel des Bergues, em regozijo pelo aniversário da nossa Independência. Dançou-se até muito tarde. Hoje vou jantar em casa de Hildebrando Accioly, Chemin des Contamines, 11.

10 — Fui jantar e jogar bridge em casa de Leitão de Carvalho, à rua Michel Chauvet 8. Ao voltar, já tarde da noite, tive o prazer de receber, recambiada de Londres, uma carta de Edith de Roth, datada de Buenos Aires, dezembro do ano passado. Diz assim:

“Estimado amigo Heitor. — Su carta, llena de novedades, ha resultado lo más interesante. He visto por ella que Ud. és un hombre de gran talento al describir tan bien las maravillas que Ud. ha visto. — Seguiendo sus lineas volvimos a vivir esa vida parisense, recorriendo eses lugares elegantes y divertidos que tanto nos han encantado. — Estamos deseosos de ir pronto al *Alhambra* para ver con que gracia la milionaria americana levanta las piernas. — Pronto iremos a inaugurar *L'Ours*, a ver si nos agrada ese nuevo local. Será quizá muy pronto. El dia 3 de Enero saldremos en el vapor italiano *Giuglio Cesare* que nos dejará el 18 en Genova. Desde alli tomaremos uno de la White Star Line que en tres dias nos llevará a Alejandria, de alli al Cairo, donde nos quedaremos hasta haber visto las piramides, la tumba de Tutankhamon y otras cosas interesantes que hay por alli. — Luego passaremos a la India, visitaremos Bombay, Madrás, Calcuta, Ceylan, China y Japon. — De regreso, nos quedaremos un tiempo en Paris, desde donde le escribiré para que nos haga una visita encantadora, desde ya si este se llegará a realizar. Le escribiré desde todas las partes que visitaremos, y esperamos noti-

cias suyas en el Banco Español y Rio de la Plata, Paris, a nuestro regreso. — Con muchos saludos se despide de Ud. afectuosamente, EDITH M. DE ROTH”.\*

Domingo, 13 — Almoço no restaurante des Eaux-Vives dado pelo Embaixador Régis de Oliveira. Também presentes: Melo Franco e família, Sir George Graham e a Duquesa de Atholl.

15 — Jantar em casa do Almirante Sousa e Silva, com o Almirante Aubrey Smith, a senhora e a filha.

17 — Baile no hotel des Bergues dado pela Delegação do Canadá.

18 — Baile no Bergues dado pela Delegação do Chile. Em seguida, concerto.

19 — Baile no Bergues dado pela Delegação da Itália. Depois concerto.

22 — Almoço no hotel Beau-Rivage dado pela Delegação de Portugal.

25 — Baile no Bergues dado pela Delegação da Suíça.

27 — Dança em casa de Mme Coutinho, na Route de Florissant.

30 — Almoço em casa de Accioly.

## Outubro de 1925

1 — Jantei em casa do Dr. Melo Franco. Fui depois, com Afonsinho, rever a revista *Tout-en-Bleu*, no Kursaal.

2 — Almoço em casa de Montarroyos. Jantar com Afonso Bandeira de Melo no hotel Beau-Séjour. Depois fomos à casa de Leitão de Carvalho.

22 — Jantei em casa de Melo Franco. Dança mais tarde no Résidence. Mme Simone Myers e sua irmã, Mlle Steinmetz foram meus pares.

23 — À noite, bridge em casa de Leitão de Carvalho.

24 — Almoço em casa de Montarroyos.

25, Domingo — Almoço e bridge em casa de Leitão de Carvalho. À noite, levei Miss Babington e Mlle Benson para jantarem comigo no Kursaal. Depois dançamos. Conto ir amanhã a Paris.

## EM PARIS

27 — Terça-feira. Cheguei hoje pela manhã. Estou no hotel Fournet, quarto 38. Hoje à noite, jantar e bridge em casa de Ouro Preto.

28 — Mme Fin juntou comigo no Fauchon. Fomos depois ao cinema Madalena.

31 — Almoço com Ouro Preto no Sébillon da avenida Niel. Fui depois visitar Thompson Flores no seu apartamento da rua Colonel Moll. Saímos juntos para tomar chá no Ermitage. À noite, bridge em casa de Magalhães Tavares.

---

\* Edith M. de Roth e o marido Alberto formavam o casal do qual já falei no 1º volume destas memórias. Viajaram comigo e minha irmã Ofélia no vapor *Arlanza* quando deixei o Rio em demanda da Europa, e ia assumir meu posto em Londres. Ficaram desde então e por muitos anos nossos fiéis amigos. Edith era ainda relativamente moça. Não se podia dizer que fosse bonita de rosto, mas era muito elegante de corpo, vestia-se muito bem, e tinha em tudo qualidades femininas que raramente se viam em outras mulheres. Permaneceu sempre minha amiga, amizade que eu retribuía com todo o meu coração. Além das várias vezes que estivemos juntos em Paris, iria encontrá-la em Buenos Aires, em 1940, quando fui ali servir como Conselheiro da Embaixada do Brasil. Durante muitos anos trocamos nossas cartas, se bem que ela com intervalos mais ou menos longos. Mas isto em nada alterava o vigor e a sinceridade da nossa amizade.

**Novembro de 1925**

1 – Almoço em casa de Vital Ramos de Castro. Fomos depois, mais Elpídio Pereira, às corridas em Auteuil. Na volta, fui visitar o Almirante Sousa e Silva, que não encontrei. À noite, em casa do Cônsul João Lopes.

2 – Jantar e bridge em casa de Magalhães Tavares.

**EM LONDRES**

11 – Cheguei hoje às sete horas e um quarto, vindo de Paris. Estou no Whitehall Hotel, 92, Lancaster Gate, onde tenho a companhia de Thompson Flores. Quarto 65. 15 shilings por dia, sem almoço, que custa 2/6. Tudo somado, a pensão neste hotel me custa uma libra diária – 120 francos. 120 francos por um quarto pequeno e três refeições! Em Paris é coisa de espantar. Positivamente Londres é hoje a cidade mais cara da Europa!

12 – Camilo jantou comigo hoje. Fomos depois jogar bridge em casa de Oscar Bormann. O Embaixador Régis concorda com a resolução de Melo Franco de eu voltar para Genebra. Tanto melhor. Se o Ministério não der contra-ordem, é o inverno fora de Londres, o que resulta num grande negócio.

13 – Jantei com Camilo no Imperial.

14 – Camilo jantou comigo no hotel. Fomos depois, mais o Thompson, visitar o Comandante Guedes de Carvalho. Jogou-se bridge.

15 – Almoço em casa do Sr. Aspinal, em Hampstead. Pôquer à noite no hotel do Castro Barbosa. Parto para Genebra, via Paris, quinta-feira, 19.

**EM PARIS**

19 – Cheguei hoje, via Calais. Hospedei-me no hotel Fournet, quarto nº 74, atacado de forte resfriado.

20 – Não saio do quarto. Mme Fin veio ver-me e jantou comigo. Também está resfriada.

21 – Telefonei para Mme Villeroy. Não está em Paris.

**EM GENEBRA**

26 – Cheguei ontem à noite de Paris. A partir de Bellegarde, muita neve. É o inverno que se aproxima. Accioly esperava-me na estação. Estou no Résidence, quarto nº 9. 25 frs. em pensão.

29 – Almoço em casa de Leitão. Também presentes: Montarroyos e Accioly com as respectivas senhoras. À tarde fez-se bridge, com Leitão, Dona Laura (mulher de Leitão), Casaes e Mme Lynch.

**Dezembro de 1925**

3 – Leitão e Accioly, com as respectivas senhoras, foram comigo aos coros dos Cossacos do Dom, na sala da Reforma.

6 – Domingo. Almoço em casa de Accioly. À tarde, bridge em casa de Leitão.

12 – Ontem à noite, baile à fantasia no Résidence, comemorando as festas de Escalade. Vieram jantar comigo Zaide e Maria do Carmo Melo Franco, Dona Laura e Estevão Leitão de Carvalho, Dona Olga e Hildebrando Accioly, o Ministro Clark, Afonso Bandeira de Melo e Paulo Silveira. Dançou-se até quatro horas da madrugada. Hoje, no Círculo de Imprensa, banquete em homenagem ao Brasil, sob a presidência de Melo Franco. É preciso explicar o que se entende por Escalade na cidade de Genebra. Foi um acontecimento que ocorreu nesta cidade em 11 de dezembro de 1602, quando o Duque de Sabóia cercou-a de surpresa. Foi repellido porque uma velha senhora, Madame Royaume, derramou uma enorme marmitta de água fervendo do último andar de sua casa sobre a cabeça do comandante dos saboianos que tinham entrado na cidade, obrigando-os a retroceder. Para celebrar este feito, os negociantes vendem pequenas marmittas de chocolate. E o povo dança nas ruas, cantando o Salmo CXIV, o que, para os genebrinos, significa cair na orgia.

Hoje, domingo, almoço em casa de Leitão de Carvalho, à rua Michel Chauvet 8. Jantar em casa de Melo Franco.

14 – Nova queda de neve. Genebra tem um belo aspecto.

20 – Almoço e bridge em casa de Leitão de Carvalho. Tanto ele como Dona Laura, sua mulher, jogam muito bem.

25 – Meu terceiro Natal na Europa, desta vez; porque o primeiro, de 1910, passei com minha família em Zürich. Os dois outros em Londres. Neste Natal, reveillon em casa do Sr. Coutinho, Route de Florissant 52. Tivemos a companhia dos brasileiros que estão em Genebra. Não são muitos, excluídos os membros da Delegação.

27 – Almoço em casa de Montarroyos, à rua Bonivard nº 4. Mme Montarroyos é uma excelente cozinheira. Ela é francesa. Não se precisa dizer mais nada.

30 – Jantei *chez* Melo Franco. Estava só a família.

31 – Festejamos o Ano Novo em casa de Mme Coutinho.

### Janeiro de 1926

1º – Almocei em casa de Accioly.

2 – Sara Dalia jantou comigo no hotel. Fomos depois ao Casino ver *Theodor & Cia*.

3 – Jantar em casa do Embaixador Melo Franco.

4 – Novamente jantar em casa de Melo Franco.

8 – Almoço em casa de Leitão de Carvalho. Estavam também Bandeira de Melo e senhora.

9 – Sara Dalia jantou comigo no hotel. Fomos depois à Comedia ver Mme Simone em *Amoureux* de Porto-Riche. O valor de Mme Simone, como artista, faz o sucesso de qualquer peça.

18 – Mudei-me hoje do Résidence para o primeiro andar da rua Massot nº 7, em cujo andar térreo está a chancelaria da Delegação. Estou confortavelmente instalado. Minha cama de dormir está numa abertura da parede do quarto, cercada pelos muros e só aberta na parte da frente. Paulo Silveira diz que é como a cama de Napoleão em Santa Helena, e que, dada a relutância do Governo de Londres em nos dar um lugar

permanente no Conselho da Liga, estou também, como Napoleão, prisioneiro dos ingleses.

20 — Recebo uma longa carta de Edith, de Buenos Aires, de 16 de janeiro deste ano (1926). Diz ela:

“Cher ami Heitor. — És Ud. muy bondoso desculpando mi largo silencio, por cuyo motivo, no queriendo reincidir, me apresuro para que salga pronto este correo. — Ya veo que está Ud. enterado de la vida bonarense en sus menores detalles. Como és eso? Será que tambien de lejos tendrá algun *flirt* portefeño? Está Ud. terrible en flirteo. Ya me imagino que con su princesa russa y rubia el *succès* que habrá despertado, y en Paris con su elegante y genuina francesita, entendida en politica y todo, dedusco que, como siempre, continua siendo Ud. el hombre afortunado. — Que lástima será se no nos vemos este año! Pensamos viajar, pero via Pacifico, para variar un poco de itinera-rio y de panorama. Tocaremos Norte-America, iremos a China y Japon. Pero a Paris, no lo olvidamos. — Es imposible no recordar esa vida tan especial que con tan buenos amigos alli hemos passado. Poco importa que haga estado lleno de americanos, nosotros hemos sido felices en todos lados. Pierda cuidado, quando esos invasores lleguen a suelo sud-americano, ya nos ingeniaremos para que aprendan bien la letra y la tonada de nuestros tangos en castellano. — De Kapurthala recibimos carta diciendonos que, sinceramente, la Argentina le ha gustado. De los otros Maharajás recibimos varios telegramas anunciandonos que eramos esperados. Son sumamente gentiles esos fantasticos indues, pero por esta vez queremos recorrer primeiro algun pedazo de tierra que aún no hayamos visitado. — Y a Ud., quando lo veremos por estos lados? Reciba nuestros saludos, de Alberto y mios; los saludos más sinceros — EDITH M. DE ROTH”.

25 — Almocei hoje com o Clark no hotel des Bergues.

26 — Sara Delia jantou comigo no *Café do Norte*. Fomos depois dançar no Kur-saal.

27 — Sara jantou novamente comigo, no *Rolfo*, onde também dançamos. Fomos depois ao *Alhambra*.

31 — À noite, bridge em casa de Leitão, onde fiquei para jantar. Tivemos a companhia de Mme João Lopes.

## Fevereiro de 1926

1º — Fui à *gare* Cornavin despedir Mme João Lopes, que voltou hoje para Paris. Ela é neta do Barão de Mauá, e o marido um protegido ou parente de José Carlos Rodrigues, Diretor do *Jornal do Comércio* do Rio. Este foi removido de Genebra para o Consulado-Geral em Paris. Mme João Lopes é um amor de criatura.

4 — À tarde, chá em casa de Montarroyos. À noite, saí com Júlia Wegener, que tem o apelido de Juju. Pequeninina como um dedo, é um encanto de rapariga. Tem um lugar importante no Secretariado da Liga das Nações.

8 — Com Juju no Clube Internacional.

10 — Dança à noite em casa de Mme Luzerna, à rua Imbert Gallois, 4. Pouca gente. Nada de interessante. A estrela da festa foi Mme Ricon, uma francezinha casada

com um suíço estúpido e decorativo. Mme Luzerna é uma senhora amável, mesmo amável em demasia. Cansa. Feia, velha, desfrutável e desenxabida.

17 – Chá em casa das Demoiselles Adamidi, duas senhoritas egípcias que desfrutam quanto podem a vida pacata de Genebra. Só havia mulheres. Essas Adamidi são muito amáveis comigo, e, pelo jeito, uma delas quer pescar-me para marido. Mas sou mais esperto do que ela pensa. Havia ali uma senhora húngara, inteligente, culta, que dominou a reunião.

18 – Almocei em casa do Accioly. À noite fiquei em casa, atacado de uma forte gripe. Leio Houssaye. Mademoiselle Walder deveria ter partido hoje à tarde para Nice.

22 – Jantei em casa do Embaixador. Vim depois trabalhar nos telegramas.

25 – Aniversário do Embaixador, com quem saímos à tarde, Montarroyos, Accioly e eu, a dar um passeio de auto pelos arredores de Genebra.

27 – Almocei com Accioly. Jantei em casa do Embaixador. Depois do jantar conversamos. Contou-me ele como trouxera o Clark para Genebra. Dois dias antes de embarcar para a Europa, em agosto de 1923, fora procurado, pela manhã, em sua casa de Copacabana, por Hélio Lobo, que lhe pedira trouxesse o Clark para Genebra, como seu auxiliar. Sugeriu Hélio Lobo que Clark fosse um dos Delegados do Brasil à Assembléia da Liga, acrescentando que esse seria o único meio de resolver a situação difícil em que se encontrava o seu amigo no Itamaraty. Respondeu-lhe Melo Franco que o Presidente, ao nomeá-lo representante do Brasil no Conselho, e um de seus Delegados à Assembléia, dera-lhe inteira liberdade para escolher, tanto seus auxiliares na Delegação como seus colegas de representação; e que, usando desta última autorização, ele informara o Presidente, desde logo, que seus dois outros colegas de representação seriam certamente o Embaixador Sousa Dantas e o Ministro Rio Branco. Com isso concordou imediatamente o Presidente. Entretanto, para atender ao Hélio, e como aquelas designações ainda não tinha sido feitas, estava disposto a satisfazer o Clark, que ele, Melo Franco, pouco conhecia. Naquele mesmo dia fora ao Palácio, e comunicara ao Presidente ter resolvido levar consigo o Clark. Seria um meio de afastá-lo do Rio, o que seguramente ia ao encontro dos desejos do próprio Presidente. Em todo caso, acrescentou Melo Franco, só o levaria se Clark aceitasse partir sem ajuda de custo. Com tudo concordou plenamente o Presidente. Deixando o Palácio, soube, em baixo, na secretaria, que o Ministro Félix Pacheco não tardaria em chegar. Não podendo esperá-lo, por estar com pressa, deixou um bilhete para o Ministro, no qual dizia que, com o assentimento do Presidente, havia resolvido levar consigo o Clark, “desde que este estivesse disposto a partir sem ajuda de custo” – condição *sine qua non*. Clark aceitou o resolvido, e efetivamente partiu com Melo Franco para a Europa. Este caso de ajuda de custo tem sido um dos cavalos de batalha do Clark. Não se cansa de declarar que lha não pagaram, e de proclamar seus direitos a ela...

### Março de 1926

3 – Almocei em casa de Leitão. Tivemos também o Paulo Silveira. À noite, bridge.

4 – Almocei em casa de Montarroyos, com Paulo Silveira e Laredo, auxiliar de Consulado aqui.

7 – Almocei em casa de Leitão.

8 – Abriu-se hoje a Assembléa extraordinária da Liga. Genebra regorgita de Delegados de quase todos os países do mundo. Está num dos seus grandes dias. Ninguém pode prever quais serão os resultados desta Assembléa, nem as conseqüências que deles advirão para a política européia. Damos neste momento o nosso grande e talvez final combate em prol de um lugar permanente no Conselho. Melo Franco, que desde 1923 dá toda a sua boa vontade, todo o seu patriotismo em favor da nossa aspiração, joga hoje o seu futuro e, talvez, o prestígio da nossa diplomacia. A situação é por enquanto muito confusa e não deixa ver o que sairá de toda essa politicagem. Nossa Delegação está dividida em dois campos; de um lado os crentes, Leitão, Montarroyos, Accioly e eu; de outro lado os derrotistas, Clark e Silvio. Melo Franco sofre as conseqüências de seu temperamento, com altos e baixos, momentos de fé e momentos de desânimo. Tenho, porém, esperança de que venceremos, para maior prestígio do Brasil no continente e para conforto desse chefe verdadeiramente generoso e patriota que é o Embaixador Melo Franco. Ele bem merece esse prêmio.

#### Abril de 1926

1º – Fui com o Embaixador, suas filhas e Accioly a Lausanne, onde tomamos chá e passamos a tarde. Foi um belo passeio.

14 – Bridge à noite em casa de Leitão. Dona Laura mostrou-me um retrato de Mme Récamier que pertenceu a seu tio Machado de Assis. Tem uma dedicatória não sei a quem. A letra é indecifrável. Mas é evidente que a dedicatória não é a Assis.

#### EM PARIS

15 – Cheguei de Genebra às 10 e 20 da noite. Vim na companhia das filhas do Embaixador Melo Franco.

16 – Elpídio Pereira jantou comigo no *Fouquets*. Fomos depois visitar Vital Ramos de Castro em sua casa da rua de Pront. Não o encontramos.

17 – Almoço na *Veuve Coconier* com Leitão de Carvalho, Aníbal Gama e Magalhães Tavares. À noite, jantar e bridge *chez* Leitão, à avenida Friedland.

18, Domingo – Fonseca Hermes almoçou comigo no *Paul Sebillon*. Fomos depois visitar Melo Franco à rua Bassano. E de lá à *gare* de Lyon, onde deixei Fonseca Hermes no trem de Roma. À noite, bridge em casa do Cônsul João Lopes.

19 – Almocei em casa de Ciro de Freitas Vale, à rua Colonel Moll.

20 – Mme Fin veio ver-me.

21 – Fui ver à tarde Thompson Flores, que está com a filha mais velha gravemente doente. Assisti depois ao ensaio do bailado de Elpídio Pereira na Gaité Lyrique. À noite levei Leitão e Sra. Amelinha, Maria do Carmo e Zaíde Melo Franco para verem *Mozart* no teatro Eduardo VII, com Sacha Guitry e Yvonne Printemps. A peça é um encanto, e seus intérpretes acima de todos os elogios.

23 – Mme Fin veio ver-me. À noite, bridge em casa de Leitão.

24 – Almocei com Leitão, Aníbal Gama, Magalhães Tavares e Temístocles Graça Aranha. Jantei em casa de Melo Franco. Fomos depois ao Casino, com Graça Aranha, Adelaide, mulher deste, Amelinha e Maria do Carmo.

25 – Leitão e Dona Laura almoçaram comigo no *Sebillon*. Chá e bridge em casa de Mme Murtinho. À noite fui levar Melo Franco à *gare* de Lyon, de onde seguiu com Antônio Carlos de Andrada e família para Genebra.

27 – Pela manhã fui despedir Maria do Carmo e Zaíde, que partem para um colégio na Inglaterra, perto de Londres. Voltarei à noite para Genebra.

## EM GENEBRA

29 – Grande almoço no *Eaux-Vives* dado por Melo Franco em honra do Presidente Antônio Carlos. Este Andrada é o mais esperto da família. A um amigo, que não gostava de certa pessoa, e dizia que não a cumprimentaria se a encontrasse, ele disse: “Não faça isso. Cumprimente-a mal, mas cumprimente-a.” À noite estive no *Fantasio*, com Varges, Bormann e Fabio Ribeiro de Andrade, filho de Dr. Antônio Carlos.

## Maio de 1926

15 – Jantar dado por Melo Franco em honra de Le Breton, Delegado argentino na Comissão de reforma do Conselho. Realizou-se no *Garance*, em toda a intimidade. Também presentes: Encizo, que trabalha no Secretariado da Liga, e Sra. Leitão e Montarroyos.

17 – Jantar no Bergues dado por Le Breton. Ao meu lado sentou-se Fernando Perez, Embaixador argentino em Roma. É um velhote muito esperto e inteligente.

## EM PARIS

22 – Parti ontem de Genebra, às 9 e 30 da noite, com Melo Franco e Letião. Viemos passar Pentecostes em Paris. Estou no hotel Windsor, quarto 310, a 120 francos. Tavares veio almoçar comigo no hotel. Fomos depois jogar bridge em casa de Leitão. À noite fui encontrar-me com Camilo de Oliveira, Joaquim Sousa Leão e Lessa no *Bon Vigneron*.

23 – Dei um pulo à Embaixada, na avenida Montaigne, para ver Sousa Dantas. Apenas o avistei, perguntou-me sem mais aquela: “Você é amigo do Otávio Tarquinio?” Respondi: “Amigo não sou, mas o conheço de longa data”. Voltou Dantas a perguntar-me: “Sabe que ele está separado da mulher?” “Isto sei”, disse eu. E Dantas: “Pois é; anda por aqui se escondendo dos amigos mais íntimos, inclusive de quem deve finezas, como eu. Decididamente esse moço não tem caráter nem coração.”

De fato eu sabia que a essa altura, minha amiga Maria, filha do Ministro João Luís Alves, tinha se separado dele e pretendia casar-se com seu colega e amigo Carlos Martins, Conselheiro de nossa Embaixada em Londres, como na realidade casar-se-ia pouco depois. Compreendia o vexame em que estava Otávio Tarquinio de Sousa, que, em vista do sucedido, já deveria ter voltado para o Brasil. Seria melhor do que estar evitando todo mundo em Paris, inclusive do Dantas, a quem indiscutivelmente devia favores.

24 – Fui ao Chavaray, à rua Furstenberg nº 8, na *Rive Gauche*, ver alguns autógrafos, cuja cotação varia conforme o número de cartas que escreveram os personagens.

As de Thiers, por exemplo, ou de Zola, são relativamente baratas, dadas as muitas cartas existentes deles. Mas as de Flaubert são sempre muito caras, porque o autor de *Madame Bovary*, assim como levava um século para escrever um de seus poucos livros, raramente escrevia uma carta.

## EM GENEBRA

25 – Voltei ontem de Paris com Melo Franco e Leitão. Não encontrei leito. Vim sentado. Noite infame.

26 – Almoço no Bergues dado pelo Embaixador Perez, que aqui está como Delegado argentino à Comissão de Desarmamento. Perez e Melo Franco trocaram discursos muito cordiais. *Words, words...*

## Junho de 1926.

1.º – Fui esperar à tarde Maximiliano de Figueiredo, que vem removido de Roma para Estocolmo. Chegou depois Pimentel Brandão, que vem de Bruxelas para servir como Conselheiro de nossa Delegação.

6 – Recebo do Rio de Janeiro um telegrama anunciando a morte repentina de meu pai. Tinha sessenta e nove anos. A última vez que o vi foi no Recife, quando eu vinha a caminho de Londres.



---

## Meus pais

Foi em Genebra que passei pelo rude golpe de perder meu pai, falecido repentinamente no Rio de Janeiro na madrugada de 6 de junho de 1926. Deus brindou-o com uma boa morte, sem sofrimentos nem longas aflições. Foi a recompensa que teve pela bondade de seu coração, a tolerância de seus sentimentos, seu espírito generoso, sempre pronto a perdoar, sem rancores nem prevenções contra quem quer que fosse.

Nessa ocasião já ele havia abandonado definitivamente a política, que enchera cerca de quarenta anos de sua vida. Não posso dizer que haja sido um sacrifício pela política, muito embora esta não lhe tenha dado as posições que, pelo seu valor, merecia. Mas é certo que estiolou quase todas as suas atividades. Ele viveu, pode dizer-se, para a política e um pouco também da política, no sentido de que era, em rigor, um político profissional. Se a política não o tivesse atraído tão cedo, quando ele era ainda um rapaz de menos de trinta anos, é certo que teria seguido a carreira de médico, para o que se havia formado na velha Faculdade da Bahia; ou se entregaria exclusivamente aos problemas matemáticos, que, sendo o seu *violon d'Ingres*, exprimiam a verdadeira inclinação de seu temperamento.

Desde que me lembro, sempre o vi entregue ao estudo dos cálculos e desenhos. Inventara um novo sistema de turbina reversível, e sua principal ambição na vida foi a realização prática desse invento. Chegou a construir um pequeno modelo dessa máquina no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, e que, embora modesto por suas dimensões, sempre serviu para provar as vantagens da invenção. Mas a finalidade de seus trabalhos era a industrialização da turbina. Para este fim fora à Europa em 1909, e fizera construir um modelo maior e mais aperfeiçoado no Conservatório de Artes e Ofícios de Paris. Mas, com a derrocada de seu partido político em Pernambuco, em 1912, que o obrigou a voltar às pressas para o Brasil, e a Grande Guerra dois anos depois, todos os seus planos se desmoronaram. Pouco depois de terminada a guerra, voltou à Europa, visando sempre o invento. Mas o modelo que fizera construir anteriormente estava inserível, o ambiente que encontrou em Paris era outro, outra a sua idade e disposição para vencer. Regressou sem nada realizar de prático.

Sua morte no Rio foi inesperada, porque na véspera havia estado no embarque

para o Recife de seu amigo e antigo colega Estácio Coimbra, então Vice-Presidente da República. Pelo seu estado aparentemente sadio, nada fazia prever que estivesse tão próximo do fim da vida. Com a sua morte, a Câmara dos Deputados Federais, seguindo uma praxe desde muito adotada, suspendeu a sessão por se tratar de um membro da Constituinte Republicana. E também nomeou uma comissão de Deputados para representá-la em seu enterro, comissão composta de Gonçalves Ferreira, seu antigo colega de bancada, Viana do Castelo, Deputado por Minas Gerais, e Júlio Prestes, de São Paulo, futuro candidato à sucessão de Washington Luís na Presidência da República, e que, eleito, não chegaria a tomar posse, sendo esbulhado pela revolução de 1930.

Entre as muitas cartas e telegramas de pêsames que recebi, quero destacar apenas uma, de Tobias Monteiro, jornalista e historiador, com o qual havia mais de seis anos eu colaborava na feitura de seu livro *História do Império*, que infelizmente não pode concluir por ter sido surpreendido pela morte. Se o tivesse terminado, pela facilidade que tinha de escrever e a pureza de seu estilo, além da soma incalculável de documentos que possuía (foram depositados depois de seu falecimento na nossa Biblioteca Nacional, e ainda lá estão), seria uma obra única no gênero. Eis a carta que Tobias me escreveu ao saber do desaparecimento de meu pai:

“Trianon Hotel, Le Tréport, 5 de setembro de 1926.

Meu caro amigo.

Não sei porque só ontem recebi aqui sua carta de 15 de julho, apesar de vir-me regularmente o correio da Embaixada. A Afrânio escrevi há tempos um cartão; não sei se lhe chegou às mãos.

Foi surpresa para mim a morte de seu pai. Não tinha notícias. Queira aceitar meus sinceros pêsames, e, quando escrever à sua mãe, transmita-os a ela também em meu nome, pois tive a honra de conhecê-la em Petrópolis. Como diz que até o fim de julho (creio que é engano da sua data; deve ser agosto) deixará Genebra, vou mandar esta para a Embaixada em Paris.

Ainda ficarei aqui até o fim do mês, não só por causa das pesquisas em Eu<sup>1</sup> como por haver calma para manipular a edição da obra já além de quinhentas páginas.<sup>2</sup> Chego a pensar que serão dois volumes.<sup>3</sup>

Se vier a Paris e quiser ver o castelo, de lá aqui é muito perto. Em Eu não há hotel que preste. Estou a cinco quilômetros de *tramway* — vinte minutos, e menos de auto.<sup>4</sup> Se escrever de Paris, enderece para Golf Hotel, pois o Trianon fechou. Sempre Le Tréport, Seine Inférieure.

Muitas lembranças do seu afetuoso e obrigado

TOBIAS MONTEIRO”.

### XXX

Conhecia pessoalmente Tobias Monteiro desde alguns anos atrás. Desde quando publiquei na *Revista Americana*, fundada e dirigida por Araújo Jorge (que tinha sido Secretário do Barão do Rio Branco pouco depois de este chegar ao Brasil para assumir a pasta das Relações Exteriores), revista feita nos moldes da *Revue des Deux Mondes*, que então se editava em Paris, um longo artigo sobre o segundo casamento de Dom Pedro I, que, como é sabido, desposou nestas segundas núpcias a Princesa bávara Dona

Amélia de Leuchtenberg. Esta era filha do Príncipe Eugênio, enteado de Napoleão, e, por conseguinte, neta da Imperatriz Josefina. Nesse artigo eu destruía a lenda que apontava o Marquês de Barcelona, nosso Ministro em Londres, como descobridor desta princesa para mulher do primeiro Imperador do Brasil. Provava, com documentos inéditos que encontrei no arquivo do Itamaraty, que fora um Coronel Black, amigo da ex-Rainha Hortênsia, filha da Imperatriz Josefina e depois Duquesa de Saint-Leu, quem se lembrara de sua sobrinha para esposa de Dom Pedro I. E que, obtido o consentimento da viúva do Príncipe Eugênio, mãe da Princesa, que também era bávara, fora aquele coronel quem dera os primeiros passos para a negociação do casamento. Feito o que, inteirou do caso o Marquês de Barbacena que tinha plenos poderes mandados do Rio para a realização deste.

Tobias Monteiro havia lido e gostado deste meu artigo. Assim que uma noite, encontrando-o em casa do Senador Azeredo e sendo-lhe apresentado, elogiou-o, e disse que eu tinha  *muito jeito*  para escrever história. Eu já o conhecia de nome, pois lera suas  *Pesquisas e Depoimentos* , publicados em 1913. Perguntou-me o que fazia. Respondi que era Adido ao Ministério do Exterior, trabalhando na Seção do Arquivo. Disse-me então que estava reunindo documentação para escrever a história do nosso Império desde a Independência até a implantação da República; e, estando eu no Arquivo do Itamaraty, perguntou-me se queria auxiliá-lo na pesquisa de muitos documentos ali guardados e que certamente seriam necessários para a feitura de sua obra. Não me falou em pagamento por esse trabalho, nem eu lhe pedi qualquer coisa. Apenas concordei em trabalhar com ele. Isso foi por volta de 1917. Desde então tornei-me uma espécie de seu colaborador, ele me escrevendo sempre a fazer-me perguntas, e eu a responder-lhe na medida em que encontrava o documento pedido. Tenho dele, sobre isto, dezenas e dezenas de cartas e cartões de visita; e muitas vezes nos encontrávamos para falarmos da composição do seu livro. A este não me lembro que título pretendia dar, mas o de  *História do Império*  fui eu que lhe sugeri, e ele aceitou com agrado.

Teor de uma dessas cartas:

“261, Westfália. — 6 de abril de 1921.

Amigo Dr. Lyra.

Creio que se extraviou uma carta que lhe mandei, pedindo-lhe que quando tivesse tempo visse nas  *Memórias*  de Metternich (Biblioteca do Barão) se havia algo acerca das pretensões de casamento dos dois Imperadores do Brasil (missões Barbacena e Bento Lisboa, e também da Resende) e das negociações a respeito da sucessão de Dom João VI (Maria da Glória e Dom Miguel). Se não puder ler tudo, basta que procure e queira indicar os volumes e páginas.

Outrossim: em fevereiro de 1830 a Inglaterra, a Áustria e a França fizeram uma intimação a Pedro I para que este resolvesse a questão da sucessão da coroa portuguesa. Pode o Sr. encontrar algo no arquivo?

Creio que o amigo estará em concurso. Neste caso basta dizer-me quem recebeu esta e a outra carta. O resto para depois.<sup>5</sup>

Desejo-lhe bom êxito e melhores resultados.

Seu atencioso e obrigado,

TOBIAS MONTEIRO”.

Outra carta datada de “Bela Vista”, sua casa de Petrópolis, 28 de setembro de 1924, dizia:

“Meu caro Dr. Lyra.

Voltei ontem do Rio, onde passei sete semanas e colhi muita coisa na Biblioteca Nacional, onde é pena não haja bibliotecários. Em matéria de manuscritos, ninguém sabe nada. Do Rio escrevi-lhe pedindo-lhe que verificasse se D. João VI, ao deixar Lisboa, deixou algo tratado com Strangford acerca da abertura dos portos. Depois disso, encontrei um manuscrito de Tomaz Antônio<sup>6</sup>, o último Ministro favorito daquele Príncipe durante o reinado do Rio de Janeiro, no qual ele diz que o ato foi praticado sob influência do Conselheiro J. S. Lisboa<sup>7</sup>; mas diz também que Antônio de Araújo (Conde da Barca) tivera entendimentos com Lord Strangford sobre a abertura de *um porto brasileiro* ao comércio inglês. Onde há fumaça há fogo. Reitero-lhe pois o meu pedido com empenho.

Muito obrigado pelas suas informações a respeito do arquivo do Itamaraty, do qual, fora Mário Vasconcelos, só o contínuo Luís<sup>8</sup> sabe dizer alguma coisa. O que o Régis deu de Olinda não vale nada<sup>9</sup>. Quanto ao arquivo do Visconde do Rio Branco, é cedo para mim, que antes do segundo reinado ainda teria a Regência para concluir o 1<sup>o</sup> volume.

Quando chega a sua licença de quatro anos? Fala-se muito aqui na ida do Régis para aí. Eu vivo fora do mundo, mas às vezes, quando vou ao Rio, contam-me histórias. Acrescentam a esta que em tal caso, para desgostar Domício, o mandarão para Bruxelas<sup>10</sup>. Dê lembranças a este e ao Martins<sup>11</sup>, meu precioso colaborador, que, com medo de ser maçado por mim em Londres, como foi em Viena, nunca mais me deu notícias suas. Diga-lhe que nada receie, pois aí já há outra vítima.

Creia-me sempre seu afeiçoado e obrigado,

TOBIAS MONTEIRO”.

### XXX

Datam pois de então nossas relações de amizade. Seu trato era agradável. Era inteligente e excelente *causeur*. Quando falava de coisas ligadas ao nosso Império (que já também me interessavam) prendia-me a atenção. Vivia voltado para o passado, justamente para a época do Império. E, quando se referia aos estadistas daqueles tempos, não os chamava pelos nomes que deixaram na História, mas pelos que eram conhecidos no tempo deles. O Visconde do Rio Branco era o Paranhos; o Marquês do Paraná, o Honório Hermeto; o Visconde de Ouro Preto, o Afonso Celso; o Barão de Cotegipe, o Wanderley; Caxias era o Luís Alves de Lima; o Visconde de Abaeté, o Limpo de Abreu; o Marquês de Abrantes era, para ele, o Calmon; o Marquês de Barbacena era o Caldeira Brant; e assim por diante. Como eu já conhecia esses personagens pelos nomes de família, não me era difícil identificá-los.

Solteirão, nascido em Natal, Rio Grande do Norte, em 1866, vindo para o Rio de Janeiro iniciou seus estudos superiores na Faculdade de Medicina, onde não passou do segundo ano. Foi porque seu interesse era ser jornalista. E, de fato, passou a escrever no *O País*, de Quintino Bocaiuva, no *Jornal do Brasil*, no *Correio Paulistano*, onde pu-

blicou umas cartas sob o pseudônimo de José Estêvão, e finalmente no *Jornal do Comércio*, de José Carlos Rodrigues, onde se fixou como redator. Quando Campos Sales foi à Europa, em 1892 e 93, antes de assumir a Presidência da República, para arrumar nossas finanças com a casa Rothschild, José Carlos Rodrigues o indicou ao futuro Presidente para o acompanhar como Secretário, com a obrigação ao mesmo tempo de mandar para seu jornal longa correspondência sobre esta viagem. Esta correspondência foi, em 1928, reunida num volume em cuja comprida introdução ele conta os fatos que se passaram no Rio de Janeiro desde a proclamação da República até o governo Campos Sales. Ainda é o melhor que se escreveu sobre a história política da época.

Na primeira vintena deste século Tobias construiu uma bonita vivenda em Petrópolis, no estilo chamado colonial, recheada com os móveis e objetos de arte que possuía. Passei ali alguns dias, em maio de 1927, pouco depois de assumir a chefia da Seção Política da América. Ele me escreveria em 28 daquele mês: “Fiquei contente de saber que não se aborreceu nesta sua casa, onde ainda o desejo ver”. E em carta de 2 de fevereiro de 1928: “Fiquei sabendo que por aqui, no verão, há atrativos semelhantes aos que o devem prender aí, e cuja confissão não lhe peço, conforme já disse. A montanha completa o mar”.

Meus atrativos no Rio: estava completamente absorvido pelo trabalho na chefia da Seção Política da América, de onde não me podia afastar um só dia, e muito menos gozar férias, que aliás nunca pedi durante todo o tempo em que estive em serviço na Secretaria de Estado. E só me afastaria do serviço quando estive doente, a primeira vez em 1928, sendo Otávio Mangabeira o Ministro, por ter contraído malária (ver adiante), e a segunda durante a gestão de Osvaldo Aranha, em 1939, chefiando eu a Divisão Política. Nesta última ocasião perdi mais de dez quilos em poucos meses, e pensei estar enfermo do coração. E só sosseguei quando meu médico, Dr. Guilherme da Silveira, declarou por escrito que o que na realidade eu tinha era hipertiroidismo, coisa da qual me curou em breve.

### XXX

Um dos traços da honestidade de Tobias Monteiro era não deixar nada ao acaso, uma data ou um nome incerto, e ir ao fim quando tratava de um determinado assunto. “O Sr. sabe, dissera-me ele uma vez, vou até o fim quando estudo um assunto”. Dou aqui um exemplo a propósito do nome exato de Lorde Amherst, um inglês que passou pelo Rio em 1823, e sobre o qual Tobias escreveu três cartas. Ele tinha lido a assinatura deste Lorde, mas com uma letra indecifrável. Na primeira carta que me escreveu a respeito, em 12 de outubro de 1921, dizia, depois de outras coisas:

“O nome do Lorde que passou por aqui e tratou do tráfico (era Vice-rei da Índia) é Amherst (Palmela e outros) ou Amtherst, conforme Rio Branco em nota a Armtage. O Sr. sabe que em questão de nomes o Barão era terrível”.

O nome do inglês era de fato Amtherst, como escreveu Rio Branco. Em outra carta voltava ao assunto. Esta de 1923, nas vésperas de minha partida para Londres:

“Meu caro Dr. Lyra.

Enquanto não se vai embora, agüente algumas maçadas. Lorde Amtherst chegou ao Rio, em viagem para a Índia, a 12 de março de 1823. Há vestígios de alguma comu-

nicação entre ele e José Bonifácio acerca do reconhecimento da Independência e a abolição do tráfico? Tenho idéia que o Sr. já me informou a este respeito, mas não encontro nota”.

Na verdade já eu lhe tinha dado cópia de uma comunicação do Lorde, transcrevendo suas próprias palavras: “The undersigned thinks it necessary here to repeat that His Majesty’s Gov. has expressly... the right of the Emperor, etc...” Dizia Tobias:

“A palavra deve ser para *negar* ou *desconhecer*. Assim se desprende do que se segue, se estiver difícil de ler, recorra a Maurício Nabuco ou outro inglês da casa para assegurar-me enfim se realmente se trata de *reafirmar* ou *desconhecer* o Governo de Sua Majestade o direito do Imperador. Veja se me pode responder pelo telégrafo para Petrópolis. Para evitar estropiação, basta mandar unicamente a palavra traduzida. Entenderei. Muito obrigado desde já”.

Naquele tempo bem poucos dominavam ou compreendiam o inglês no Itamaraty. Havia Samuel Gracie, mas que estava no estrangeiro. E, na Secretaria de Estado, Siqueira Fritz, Mayrink e Maurício Nabuco, o qual confirmou o que eu presumia. A palavra em dúvida era *reconhecido*. Como este fato se deu há mais de cinquenta anos, é possível que Nabuco não se lembre mais dele.

### XXX

Meu pai nascera em 9 de setembro de 1857 no engenho Monte Alegre Novo, na então Comarca de Nazaré, hoje chamada Timbaúba. Era filho de João Alves Camelo Pereira de Lyra e de Feliciania Maria de Araújo Pereira. João Alves nasceu em 1830, sendo filho de Antônio Alves Camelo Pereira de Lyra e de Maria Teresa de Lima. Meus avós paternos eram primos-irmãos, sendo minha avó Feliciania filha de Francisco Gomes de Araújo Pereira e Ana Joaquina Pereira de Lyra. Meu pai foi batizado quatorze dias após seu nascimento. Conservo, entre meus papéis, sua certidão de batismo: “Aos vinte e três de setembro de mil oitocentos e cinquenta e sete, em oratório privado do engenho novo Monte Alegre, batizei solenemente Antônio, branco, com quatorze dias, filho legítimo de João Alves Camelo Pereira de Lyra e Dona Feliciania Maria de Araújo Pereira, e para constar mandei fazer este assento em que assino”.

Recebeu “os primeiros rudimentos de leitura e escrita da minha própria mãe, — diz meu pai numas notas que escreveu sobre sua vida — depois do professor José Lourenço, contratado para lecionar no engenho; seguindo, em 1867, para a Vila do Pilar da Paraíba, onde completei os estudos primários e encetei o de latim com o famoso professor Demétrio Emídio Vasco de Toledo\*, cujas aulas cursei até 1870, continuando no ano seguinte com o Pedro Francisco Raimundo da Cunha Pedroso, então Capelão em Monte Alegre e depois Vigário da Escada”. Trinta e tantos anos mais tarde, tendo eu cerca de sete anos de idade, e estando no Recife, ainda me lembro ter visto, em nossa casa do Monteiro, estes dois antigos professores de meu pai, já muito idosos ambos e cheios de achaques.

---

\* Era avô de Demétrio de Toledo, Cônsul de 1ª classe, aposentado em 1936.

Em 1872 meu pai foi para Olinda estudar, primeiro como externo e depois como interno, no Convento de São Francisco. Terminados estes estudos, e já tendo todos os preparatórios, foi, em 1877, para Salvador, capital da Província da Bahia, a fim de cursar a Faculdade de Medicina. Estava-se então em plena agitação abolicionista, e a liberdade dos escravos emocionava, pode dizer-se, toda a Nação. Estudante de medicina, meu pai era tido como um dos mais entusiastas abolicionistas. Suas poesias em prol da libertação dos negros eram recitadas e aplaudidas por toda parte, e algumas delas, como, por exemplo, a intitulada *A Reação*, recitada por ele numa seção de propaganda abolicionista no velho teatro São João, onde poucos anos antes fora ovacionado Castro Alves, são ainda hoje reproduzidas em jornais ou revista do Brasil:

Basta de humilhações! A luta formidável  
 Travou-se entre um direito augusto, inviolável,  
 Direito de ser livre, e a hidra da ambição!  
 O escravo tem por si da história a consciência,  
 Portanto há de vencer em nome da ciência,  
 Em nome do futuro, em nome da razão!

Formado em medicina em 1883, meu pai foi eleito, quando no último ano do curso, Deputado à Assembléia Legislativa de Pernambuco, como candidato abolicionista do partido de Maciel Pinheiro; foi eleito em oposição à chapa liberal então no poder sob a chefia do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, Presidente do Conselho de Ministros, que, transigindo com suas idéias republicanas, aceitara ser Ministro da Coroa. Na Assembléia Legislativa de Pernambuco meu pai teve por colega aquele que seria, pouco depois, seu sogro, meu avô materno, Paulo José de Oliveira. Este meu avô não era político no sentido partidário do termo; engenheiro civil, suas atividades profissionais o afastavam dos arraias políticos do Império. De sentimento, porém, era um liberal, e tinha neste partido seus principais amigos, entre os quais se contavam José Mariano e Manuel Buarque de Macedo, ambos Deputados Gerais por Pernambuco, e o último Ministro da Agricultura no primeiro Gabinete do Conselheiro Saraiva. Sua amizade com Buarque de Macedo datava do meado do século, quando ambos cursavam a Escola de Pontes e Estradas de Paris, a célebre *Ecole des Ponts et Chaussées*, onde se formaram em engenharia civil.

Empossado na Assembléia Provincial de Pernambuco, meu pai fez seu primeiro discurso para confessar seu republicanismo, ao lado de seus sentimentos, já conhecidos, pela liberdade dos escravos. Data dessa época — abril de 1885 — uma das suas mais aplaudidas poesias contra a escravidão. Chamava-se AVE LIBERTAS, e era a seguinte:

Cada século que passa  
 No seio enorme conduz  
 Gênios, heróis semi-deus,  
 Solon, Sócrates, Jesus,  
 Que fundem a humanidade,  
 Fazendo a fraternidade,  
 Essa amálgama de luz!

Mas que sarcasmo pungente,  
 À face da criação,  
 Falar-se em fraternidade  
 Num país de escravidão!  
 Aonde há levas e levas  
 De escravos lavras (*ilegível*)  
 Amontoamento de trevas  
 Na face de uma nação!

Se a lei permite essa infâmia,  
 Que o povo quebre essa lei!  
 E diga aos legisladores:  
 Verduga, casta, saber,  
 Que qual sinistra ameaça  
 Já no horizonte perpassa  
 A maldição de uma raça,  
 Sobre a cabeça do Rei.

Desse Rei, do qual curvai-vos  
 À tirania brutal,  
 E deixais rolar na lama  
 A honra nacional.  
 E deixais, crime nefando!  
 De queda em queda rolando  
 Nesse declive fatal!

E o povo curvado, opresso  
 Ao despotismo dos Reis,  
 Encara absorto, atônito,  
 O abismo diante seus pés!  
 Enquanto pelo infinito  
 Reboa fremente o grito  
 De um milhão de homens aflitos,  
 Gemendo em ânsias cruéis!

Sim! a raça aviltada  
 Por tantos anos de dor  
 Vê cair no solo ingrato  
 Em mil bagas de suor  
 Seu sangue que inda fecunda  
 A terra onde se afunda  
 A grande mágoa profunda  
 Que não comove o senhor!

Terra de Nunes Machado,  
 Pernambuco é tempo já...  
 Deus fez para os povos Cristo,  
 Para os tiranos Marat!  
 Vingai a raça oprimida  
 Restituindo-lhe a vida,  
 Que vós não sois fraticida  
 Nem Deus formou paria!

### XXX

Apesar da insistência de seus amigos e correligionários políticos, meu pai recusou a renovação do mandato de Deputado; preferiu fazer vida de clínico em Goiana, para onde foi em 1886, depois de se casar, em 15 de julho deste mesmo ano de 86, com minha mãe que se chamava Ursulina Isabel Sousa e Silva de Oliveira. O casamento celebrou-se na igreja dos Aflitos, no Recife, na realidade uma capela particular pertencente à família da mulher. Tenho sob minhas vistas a certidão desse casamento. Foi testemunha de meu pai seu primo Francisco Gomes Leopoldo de Araújo, e de minha mãe seu tio materno Francisco Inácio de Oliveira, conhecido na família por *tio Chico*. Este era filho do Barão de Ouricury, meu bisavó, que, embora nascido em Pernambuco, passara, já idoso, a viver em Lisboa, tendo aí falecido em 1875. À data do casamento de minha mãe o Barão não mais existia. Nascido em 1857, como dissemos, meu pai, ao casar-se, tinha vinte e nove anos de idade; minha mãe, nascida em 1865, contava oito anos menos do que ele. Ela só iria falecer no Rio de Janeiro em 1951, com oitenta e seis anos de idade. Mas até o último dia de vida, por sua atividade, sua esclarecida inteligência e conhecimento que tinha de tudo que a cercava, parecia uma mulher de sessenta. Como

gozasse de excelente saúde, só foi para a cama para morrer. Uma particularidade: quando tinha dois anos de idade, seus pais, viajando com ela para a Europa e passando por Lisboa, a fizeram batizar na igreja do Sacramento, sendo seu padrinho seu bisavô (meu trisavô), Bartolomeu Francisco de Sousa, e madrinha a segunda esposa deste, uma francesa, Genoveva Julia Mudebled, ambos residentes na travessa de Estêvão Galhardo nº 8, 3º andar. Também possuo a certidão deste batizado. A primeira mulher deste meu trisavô era pernambucana e chamava-se Ursulina Maria Leite.

Casado, encetou pois meu pai em Goiana, Pernambuco, a vida clínica, abstendo-se, apesar de muito solicitado pelos amigos, de qualquer atividade política. Nesta atitude se manteria até 1888, quando, por solicitação de Maciel Pinheiro, organizou o partido republicano de Goiana, que se tornou, diria meu pai, um dos mais pujantes de Pernambuco, contendo em seu seio grande número de eleitores, apesar do censo alto então existente. E, a este propósito, acrescentava:

“Bem longe estava eu então de pensar que pouco mais de um ano de existência teria o Império, cujo governo, justiça lhe seja feita, nunca deixou de honrar o país, e que a República seria implantada no Brasil por um levante militar, sem luta, sem derramamento de sangue, quase entre flores, passando a serem proclamados patriotas beneméritos os chefes militares que teriam sido considerados perjuros e traidores se houvesse falhado o temerário golpe”.

### XXX

A família de meu avô materno, os Oliveira, era relativamente nova em Pernambuco, pois estava radicada ali havia apenas três gerações. Ao contrário da minha família paterna, os Lyra, que já se encontravam em Pernambuco no século da descoberta do Brasil. Os Oliveira da minha família descendiam possivelmente — digo possivelmente — de Pedro de Oliveira, primeiro deste nome, cujo filho, Dom Martim Pires de Oliveira, instituiu, em 1306, o morgado de Oliveira para seu irmão Mem Pires de Oliveira (*Anuário*, VI, 290). Seu solar situava-se na freguesia de Santiago de Oliveira, Concelho de Lanhoso. No tempo de Dom Diniz, rei de Portugal em 1281, já era família antiga, “ilustre e honrada”, como consta dos livros das inquirições deste rei (*Sanchez de Baena, Arquivo Heráldico Genealógico*, pág. CXXVIII).

Se minha família Oliveira tinha sido sempre amiga do rei de Portugal, seria também no Brasil súdita fiel ao Imperador. Meu bisavô materno, Manuel Inácio de Oliveira, foi agraciado, em julho de 1867, por Dom Pedro II, com o título de Barão de Ouricury, no mesmo dia em que seu filho, Felisberto Inácio, foi feito Barão de Cruangi. Talvez seja este o caso único, na nobiliarquia brasileira, de pai e filho serem enobrecidos no mesmo dia. O primeiro era também comendador da Ordem da Rosa, e o segundo da Ordem de Cristo de Portugal, a mesma da qual eu iria ser, quase cem anos depois, em 1942, grande oficial, e em seguida, em 1955, Grã Cruz.

Meu tio-avô Barão de Cruangi, nascido no Recife em 1832, foi casado com Maria Joana Lopes de Araújo, que nasceu em 1850 e era filha dos Viscondes de São José do Norte, originários da província do Rio Grande do Sul. Cruangi faleceu na cidade de Salvador, província da Bahia, a 21 de outubro de 1870, quando viajava para Portugal

a fim de visitar o pai. Deixou um único filho, Alberto Araújo de Oliveira, nascido no Recife em 8 de agosto de 1868, que se casaria em São Paulo com uma filha de Martinho Prado, irmão de Eduardo Prado, o amigo de Eça de Queiroz, e do Conselheiro Antônio Prado. O filho de Alberto, de nome Felisberto, ainda vivia em São Paulo quatro anos atrás; não o conheço pessoalmente, mas trocamos cartas quando foi da publicação do meu livro sobre Eça de Queiroz, em 1965. Sua mãe, enviuvando ainda muito moça, casou-se em segundas núpcias com Francisco Xavier de Pinto Lima, Barão deste nome, que havia sido Ministro da Marinha em 1864, no Gabinete Furtado, e iria falecer em 1901. A baronesa o sobreviveu muitos anos, e ainda a conheci no Rio de Janeiro no meu tempo de rapaz, por volta de 1908. Conheci também o filho dela e do Barão de Pinto Lima, Augusto, cuja mulher, com o apelido de *Piuca*, era uma das mais bonitas do Rio daquela época.

Meu bisavô Ouricury era nascido em Pernambuco, onde também nasceram todos os seus filhos. Grande comerciante no Recife, fora casado com Mariana Bernarda de Almeida. Teve o casal dezesseis filhos, dos quais cinco morreram de menor idade. O Barão de Cruangi era o quarto. A caçula, Ana Maria de Oliveira, casar-se-ia com Antônio Inácio do Rego Monteiro, cujo filho Manuel seria o pai de Renato e Romeu Rego Monteiro, diretores do *Jornal Pequeno* do Recife.

### XXX

Minha avó materna pertencia aos Sousa e aos Guimaraes Peixoto, tradicionais famílias pernambucanas, também de origem portuguesa. Era filha do Comendador José Pedro da Silva, homem muito considerado e respeitado no Recife por sua honradez e correção de caráter. “Tinha um porte fidalgo”, dizia minha mãe, que sempre se lembrava dele. Quando Dom Pedro II visitou Pernambuco e o conheceu pessoalmente, em novembro de 1859, ele era diretor da Fazenda Provincial. Teve posteriormente as comendas da Rosa e do Cruzeiro. Morreu aos setenta e dois anos.

Sua mulher chamava-se Ursulina Hermengarda de Sousa e faleceu muito moça, aos vinte e seis anos de idade. Era filha de meu trisavô materno, Bartolomeu Francisco de Sousa, padrinho de batismo, como já disse, de minha mãe. Bartolomeu, que nasceu em 1784, desapareceria em 1874, com noventa anos. No meado do século passado deixaria Lisboa e passaria a viver em Paris, levando consigo minha avó materna para ser educada no Pensionato dos Oiseaux, à rua de Sèvres 86. Ainda tenho, na minha biblioteca, um livro que minha avó (chamada então Ursulina de Sousa, nome de solteira) ganhou de prêmio na *Maison des Oiseaux*, em 16 de agosto de 1860. Com encadernação da época, em couro com fios de ouro, *doré sur tranches*, tem por título *Vies des Dames Françaises*, editado em 1859 por Perisse Frères. Este livro, publicado há mais de cem anos, está em excelente estado de conservação, tanto a encadernação propriamente dita como as páginas do texto. A tal ponto que parece feito hoje.

Meu citado bisavô, José Pedro da Silva teve só três filhos: um que faleceu ainda rapaz, solteiro, e se chamava José; minha avó Ursulina, que também morreu moça, aos trinta e seis anos, a bordo de um vapor que a levava, com o marido, de volta da Europa para o Recife; e Bartolomeu (nome do avô) Francisco de Sousa e Silva, que estudou

humanidades em Portugal e se formou em Direito na Universidade de Coimbra. Feito Barão de Santa-Cruz pelo Rei Dom Luís de Portugal, José Pedro da Silva regressou ao Brasil; e, após curta estada no Recife, onde se casou, foi instalar-se em uma fazenda que comprara nos arredores de Mendes, província e depois Estado do Rio de Janeiro. Foi sua esposa a pernambucana Júlia Roma de Abreu e Lima, sobrinha do célebre Padre Roma, que se tornou um dos chefes da Revolução de 1817. *Padre Roma* era o apelido de José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, apelido que lhe deram por ter ele feito seus estudos eclesiásticos na atual capital italiana. Tal apelido foi adotado pela família como nome. Durante a dita revolução, tendo o Padre Roma ido a Salvador da Bahia a fim de aliciar novos adeptos, foi preso e fuzilado por ordem do Conde dos Arcos, oitavo Vice-Rei do Brasil.

Recordo-me muito bem do Barão de Santa-Cruz, o *tio Barão*, como o chamávamos, e de sua fazenda em Mendes, onde, sendo eu ainda aluno do colégio, costumava passar algumas semanas no verão. Era uma fazenda de criação, bois e vacas, dando-nos estas um leite com um sabor que jamais podíamos ter no Rio. Lembro-me também da tia Júlia, sentada em uma cadeira no pátio da casa da fazenda e recebendo os camponeses que lhe iam vender toda sorte de frutas e hortaliças. Lembro-me ainda de outro pátio ao lado da casa onde estendiam ao sol grande quantidade de café colhido na própria fazenda. Para ir à fazenda do tio Barão costumava eu tomar um trem da Central do Brasil e descer na estação de Mendes. Prevenidos que tinham sido da minha ida, mandavam um cavalo para buscar-me; e em meia hora de marcha chegava ao meu destino. Na casa da fazenda havia um oratório onde minha tia fazia suas orações, e, dando para a frente, o chamado “salão de visitas” com móveis franceses forrados de seda e grandes quadros, retratos de parentes, pendentes das paredes. Um deles, o do meu bisavô José Pedro da Silva, pai do Barão de Santa-Cruz, pintado possivelmente no Recife há mais de cem anos, figura hoje no salão desta minha casa de Lisboa.

### XXX

Quanto aos Guimarães Peixoto, não quero deixar de citar o Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, uma das sumidades médicas do Brasil do seu tempo, que foi o tempo de Dom João VI, de Dom Pedro I e de Dom Pedro II. Era meu tio quarto-avô materno. Formado pela Universidade de Paris, seria feito, em 1845, cinco anos após a declaração da maioridade de Dom Pedro II, Barão de Igarauçu. Nascido em Pernambuco em 14 de novembro de 1790, casou-se com Francisca Cândida da Nóbrega, que faleceu a 5 de março de 1854, alguns anos depois do marido, pois este desapareceu a 29 de maio de 1846. Meu trisavô acima citado, Bartolomeu Francisco de Sousa, era sobrinho do Barão de Igarauçu, filho de sua irmã Maria da Exaltação e de seu marido Joaquim Inácio de Sousa.

Igarauçu foi para a Corte, no Rio de Janeiro, em 1817, sendo nomeado médico da Casa Real. Proclamada a independência do Brasil, passou a ser cirurgião-mor da Casa Imperial. Nesta qualidade, assistiu como parteiro ao nascimento de todos os filhos de Dom Pedro I e da Imperatriz Leopoldina, inclusive ao do herdeiro do trono, o futuro Dom Pedro II. Refere Henri Raffard que “estando a Imperatriz com as dores do parto,

o Imperador disse ao Dr. Guimarães Peixoto que, se lhe trouxesse a notícia do nascimento de um filho varão, poderia pedir o que quisesse. Assim que, verificado o caso, obteve para seu próprio filho, apenas com seis anos de idade, o hábito da Ordem de Cristo”. Por sinal que anos mais tarde, sendo esse filho estudante em Paris, simples rapazola, entendeu ostentar a comenda ao peito, causando isto verdadeiro escândalo, a ponto de necessitar a intervenção da Polícia, mas tudo acabando na Legação do Brasil, onde ficou provado o direito do rapaz de usar tão alta e honrosa distinção, apesar de sua pouca idade.

Outro filho do Barão de Igarapu, chamado Francisco, nasceu a bordo da nau *Pedro I*, a 12 de março de 1826, quando os pais viajavam para a Bahia com os Imperadores do Brasil, Dom Pedro I e Dona Leopoldina. Este Francisco seria depois, em 1862, Moço Fidalgo da Casa Imperial. Sobrevinda a guerra do Paraguai, partiria para a luta, indo morrer, com o posto de major, na batalha de Estero-Belaco, em 24 de maio de 1866.

### XXX

Já idoso e com os filhos emancipados, meu bisavô Ouricury veio morar em Lisboa, onde foi um dos sócios fundadores da Sociedade de Beneficência Brasileira, criada em 1868 sob o patrocínio da ex-Imperatriz Dona Amélia, viúva de Dom Pedro I. Esta contava nesta época cinquenta e seis anos e residia no palácio das Janelas Verdes, antiga moradia do Marquês de Pombal, hoje Museu de Arte Antiga, e morreria em 1873. Meu bisavô faleceria dois anos depois, a 25 de junho de 1875. Foram também sócios fundadores dessa Sociedade o Ministro e o Cônsul-Geral do Brasil em Portugal, respectivamente Miguel Maria Lisboa (irmão do Almirante Tamandaré), Barão de Japurá, e Manuel de Araújo Porto-Alegre, Barão de Santo Ângelo, ambos falecidos na capital portuguesa, o primeiro em 1881 e o segundo em 1879. Fundada pois há mais de cem anos, a Sociedade ainda existe, fazendo o que pode em benefício dos brasileiros desamparados.

Quando meu bisavô partiu para Lisboa, alguns dos filhos permaneceram no Recife, e outros o acompanharam. Entre os primeiros contavam-se João Batista, que morreria naquela cidade em 1915, e Francelina, minha madrinha de batismo, da qual guardo uma vaga lembrança. Morava num palacete do bairro da Soledade e era casada com um suíço chamado Wild, cujos descendentes vivem hoje em São Paulo. Outro filho de Ouricury era o meu avô, Paulo José de Oliveira, que nesse tempo estudava engenharia em Paris. Falarei dele mais adiante.

Passando pela primeira vez por Lisboa, em 1910 (eu tinha dezessete anos), conheci meu tio-avô Francisco, o “Tio Chico”, como nós o chamávamos, bem como sua irmã, minha tia Mariana, já viúva e muito idosa. Fui vê-la em sua casa da rua das Pretas. Tio Chico era um solteirão e morava no hotel Central, no Cais do Sodré, prédio que ainda atualmente existe e é ocupado por uma companhia de navegação. O hotel Central e o hotel Bragança, este ao fim da rua Antônio Maria Cardoso, eram então os melhores de Lisboa. No Bragança costumava hospedar-se nosso Imperador Dom Pedro II. Meu tio Chico morreria nesta cidade em 1917, estando enterrado no Cemitério dos

Prazeres. Quando deixei Lisboa em 1939, depois de aí residir cerca de dois anos (eu era Conselheiro da Embaixada do Brasil), fui, com minha mulher, inclinar-me junto ao jazigo perpétuo de minha família Oliveira no dito Cemitério dos Prazeres.

### XXX

Por falar na rua Antônio Maria Cardoso, vem ao caso dizer que no número 8 desta rua, em uma casa que, por suas grandes dimensões, poderia passar por um palácio, estava a nossa Legação, depois Embaixada, em Lisboa. Fora alugada em 1914 pelo então Ministro do Brasil em Portugal, Francisco Régis de Oliveira, pai do futuro Embaixador Raul Régis de Oliveira, meu segundo chefe na Embaixada em Londres. Lembrome de Francisco Régis de Oliveira, que ainda vivia quando entrei para o Itamaraty em 1916. Era um homem alto, de belo aspecto, que usava bigodes e uma barba aparada ainda preta. Ocupou vários postos na carreira, inclusive o de Ministro em Londres, aliás por duas vezes, em 1905 e 1910, quando representou o Brasil nos funerais do Rei Eduardo VII e na coroação de Jorge V. No final da carreira foi Ministro em Lisboa. Já era então viúvo, e aí faleceria na casa da mulher com a qual discretamente vivia, à rua da Misericórdia, sendo seu corpo levado para a Legação da rua Antônio Maria Cardoso.

Alugado em 1914, como disse, ocupamos esse palácio por quase cinquenta anos, pois, vindo para Lisboa em 1955, como Embaixador, nele fui morar com minha família. A casa ou palácio fora edificada nuns terrenos pertencentes ao Rei Dom Fernando, segundo marido da Rainha Dona Maria II, chamada a *Brasileira* por ter nascido no Rio de Janeiro, filha do então Príncipe Regente Dom Pedro e da Princesa Dona Leopoldina, depois primeiros Imperadores do Brasil. Quando Francisco Régis o alugou, já o Rei Dom Fernando não existia, assim que pertencia e pertence até hoje à Casa de Bragança. Ao chegar a Lisboa como Embaixador, a primeira coisa que fiz foi de lá retirar a chancelaria, instalando-a em um andar da rua Tomaz Ribeiro. A igual de Maurício Nabuco (ver Adenda deste livro), fui sempre contra, quando chefe de Missão, ter a chancelaria na casa de residência deste. Acrescia que, no caso particular de Lisboa, o pessoal da Embaixada, Secretários, Adidos e subalternos, era já então muito numeroso; e, como as salas da chancelaria não bastassem, ia ele ocupando os locais de recepção, inconveniente com que era preciso acabar.

Retirando a chancelaria para outro prédio, ampliei o interior do palácio, renovei as pinturas das paredes, cobri com damascos de seda muitos de seus sofás e poltronas, enfim fiz tudo o que era necessário para pôr a Embaixada em condições de receber o Presidente Café Filho, o primeiro Presidente da República do Brasil que visitava oficialmente o país irmão. Infelizmente, quando, como Embaixador, chegaria a Lisboa, em 1959, Negrão de Lima transferiria a Embaixada para uma casa alugada na rua da Emenda (onde ainda se acha), que, sendo decente, poderia quando muito servir para uma legação, mas nunca para uma Embaixada, sobretudo a do Brasil, que tem sobre as demais uma projeção política e social fácil de se compreender. E jamais se deu, a respeito dessa desastrada mudança de casa, uma explicação satisfatória, ou melhor, explicação alguma. Desde então passaram por Lisboa vários Embaixadores, e o Brasil continua a ter sua Embaixada em uma casa alugada, nas mesmas condições das que tem Oslo, Estocol-

mo e Vaticano, quando nas demais capitais da Europa Ocidental já possui prédios próprios. É o caso de repetir o título de uns comentários de um dos jornais portugueses a propósito de coisas incríveis que acontecem nas ruas da capital: *Parece impossível!...*

### XXX

Meu avô materno, Paulo José de Oliveira, conheceu minha avó em Paris, ao tempo de Napoleão III, quando ambos lá estudavam, ele, conforme já disse, na Escola de Pontes e Estradas, e ela no Convento dos Oiseaux, instalado na célebre *Abbaye-aux-Bois*, à rua de Sèvres, perto do boulevard Raspail, onde até pouco antes havia residido a bela e espirituosa Madame Récamier, já velha e fisicamente alquebrada, porém rodeada ainda da mais brilhante sociedade do tempo. Chateaubriand, também velho e desencantado da vida, era um de seus últimos admiradores, e, apesar dos achaques e dos ombros curvados, conservava-se o mesmo sedutor de sempre. Sua existência atribulada, suas aventuras galantes e o nunca acabar de suas namoradas tinham-lhe dado grande prestígio nas rodas femininas; e Saint-Beuve dizia que era impossível enumerar todas as suas amantes porque elas eram como as estrelas do céu, isto é, quanto mais a gente as procurava mais a gente as encontrava. O Convento dos Oiseaux adotara princípios de disciplina que não coincidiam com o espírito da época, que era de alegrias e encantos; tendo sido fundado no século XVIII, quando era notória a brandura dos costumes, seria de esperar menos rigidez. Tanto que, em 1712, algumas moças de quinze a dezoito anos ali internadas queixavam-se da vida monótona que levavam, e, por graça ou a sério, escreveram ao Sultão da Turquia pedindo para serem admitidas em seu hárem.

Estreitamente ligado à minha família feminina, no Convento dos Oiseaux se educara não somente minha avó, mas também minha bisavó. E, por coincidência rara, aquela que seria mais tarde minha mulher, e que nenhum parentesco tem com minhas antepassadas, fazia ali, em solteira, o estágio francês de sua educação. Na época desta última a *Abbaye-aux-Bois* já tinha perdido grande parte de seu aspecto primitivo. Um das suas alas, as principais mesmo, foram destruídas em 1907, por ocasião da ruptura de relações entre a Santa Sé e o Governo francês promovida pelo então socialista e maçom Aristides Briand, elevado depois a *apóstolo da paz*; e o convento que acolhera um século atrás a famosa Julieta Récamier era apenas um *pensionnat de jeunes filles* mantido e dirigido por um grupo de freiras devotas.

Minha avó, minha bisavó e minha trisavó chamavam-se todas Ursulina, nome que também foi o de minha mãe. Pena que, tendo eu quatro irmãs, nenhuma delas se tenha chamado assim. Era um nome tradicional na família, visto que foi usado pelo menos em quatro gerações. Isto prova quão vivo era o sentimento de tradição nas antigas famílias brasileiras. Hoje nem todas as mulheres sabem os nomes de suas avós.

Embora se tenham conhecido em Paris, meus avós maternos casaram-se no Recife a 5 de janeiro de 1864, conforme reza a certidão de casamento que tenho em mãos. A cerimônia realizou-se na capela da casa do Monteiro, pertencente à família de minha avó. Naquela casa o novo par iria viver o resto de suas vidas, sendo que meu avô morre-

ria aos setenta e cinco anos, e minha avó, como já disse, apenas com trinta e seis a bordo de um navio que a trazia, com o marido, de uma viagem à Europa.

### XXX

Minhas ligações com a França não se limitavam aos meus mais próximos parentes. Remontavam possivelmente à própria origem dos Lyra, que, ao tempo da Terceira Raça, chamada dos Primeiros Capetos diretos, eram já senhores da aldeia de Lyre, sobre o rio Risle, situada graciosamente entre os vales de Verneuil e de Evreux, na antiga província da Normandia. Seguramente tinham dado o nome à povoação. Ali se tornou célebre, no meado do século XIII, Nicolau de Lyra, que, depois de estudar teologia em Paris entrou, em 1291, para o convento dos Franciscanos de Verneuil. No testamento da Rainha Joana, mulher de Filipe-o-Belo, falecida em 1305, ele é citado como provincial daquele convento. Era um homem sumamente douto e considerado, não só em França como nos centros universitários da Europa medieval. *Doctor plenus ed utilis*, como o chamavam; e Lutero, duzentos anos mais tarde, dizia dele: *Si Lyra non lyrasset, Lutero non saltasset*. Bost, em seu dicionário de História Eclesiástica, refere-se longamente aos dotes eminentes do provincial de Verneuil.

Nicolau de Lyra foi quem primeiro escreveu um comentário completo e seguido sobre os livros da Bíblia, *Postillae perpetuae in V. ed. N. Test.* Vi um exemplar deste incunábulo, em sua edição original, no arquivo da Torre do Tombo em Lisboa. Cristóvão Colombo o cita mais de uma vez em apoio da tese que sustentava estar o Paraíso Terrestre situado no Novo Mundo. Nicolau de Lyra escreveu em seguida umas *Moralidades*, interpretando o sentido místico e prático da Bíblia. Ambos os seus trabalhos foram editados em Roma em 1471, e traduzidos em francês em 1511. O incunábulo da Torre do Tombo é da edição de Roma. Nicolau de Lyra faleceu em Verneuil em 1340, sob Filipe de Valois.

Um ramo dos Lyra de Verneuil mudou-se para a Espanha, elevando um solar na cidade de Tui, na Galiza, defronte de Valença, cidade portuguesa do Minho, e aliando-se pelo casamento com a gente da terra. Quando foi das guerras entre Portugal e Castela, depois da morte de Dom Pedro I de Portugal, em 1367, um desses Lyra, Afonso Gomes de Lyra, alistou-se nas hostes lusitanas do Rei Dom Fernando, o qual, para recompensá-lo, lhe deu a terra do Frazão, no Minho, além de muitos outros bens e mercês. Deste Afonso Gomes de Lyra provêm, possivelmente, todos os demais Lyra de Portugal, em particular da Madeira, do Brasil e ainda em toda probabilidade da Bolívia, da Argentina e do Chile, emigrados estes últimos através dos campos gerais, dos desertos e das cordilheiras da América do Sul. Na minha família transmite-se de geração em geração a empresa audaciosa de um Lyra que se transportou a pé, com mulher e filhos, através da vastidão inculta da América, desde as praias de Pernambuco até as costas chilenas do Pacífico.

O ramo principal da família ficou na Galiza, onde se transformou em Leira. Sanchez de Baena, no *Arquivo Heráldico Genealógico*, nos fala dos Lyra ou Leira, da Galiza, e também dos Trancoso de Lyra, da casa da Piconha, que são os mesmos Lyra de Obidos, descendentes de Afonso Gomes de Lyra, o que se bateu por Dom Fernando.

## XXX

Não é possível precisar qual foi o primeiro Lyra que aportou no Brasil. Na *Revista* do Instituto Arqueológico Pernambucano está dito que Gonçalo Novo de Lyra foi “o primeiro Lyra que veio para o Brasil” no terceiro quartel do século XVI; por conseguinte, no próprio século da descoberta. Mas tanto pode ter sido ele como seu primo Rui Trancoso de Lyra, que na mesma época viera de Monção, no Minho, para Pernambuco, seguramente entre 1580 e 1595, porque num relatório da “Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil”, feita em 1595, é referida a história de uma mulher que Antônio de Lyra, rapaz de vinte e quatro anos, filho desse “Rui Trancoso de Lyra, Christão Velho da Villa de Monção, Arcebispado de Braga, e de sua mulher, Anna Vaz Pereira, da gente principal e governança da terra”, tivera na vila da Paraíba, e quase o levou ao calabouço. Antônio fora denunciado por ter dito de “ũa moça casada q̄ tem marido ausente, q̄ era bem assombrada mas q̄ era mui dissoluta e deshonesta de dar o corpo a quem lho pedia”. Livrou-se da prisão provando que essas palavras, ofensivas para uma mulher honesta, não haviam sido pronunciadas por ele, mas sim por um tal Bastião, “q̄ veio de Angola, e não sabe se he Christão novo ou velho, e he homem inconsiderado algũas vezes no seo modo de fallar e se gaba de frascario e sensual”.

Gonçalo Novo de Lyra casou-se em Pernambuco com Joana Serradas, filha do primeiro senhor do engenho Pirajá. Em 1600 ele era promotor-fiscal do Santo Ofício de Olinda, cidade onde residia. Naquele tempo Olinda era a povoação mais importante do Brasil. Fundada por Gonçalo Coelho, sua opulência, graças ao comércio do pau-brasil e do açúcar, era tal, que chegava amiúde a rivalizar com Lisboa. O Recife era apenas uma praia de pescadores. Em Olinda é que se achavam os palácios do Governador e do Bispo, as casas das principais famílias da Capitania, dos ricos senhores de engenho, as igrejas e os mosteiros. Esta preponderância prolongou-se até a época dos holandeses, quando a cidade caiu em poder dos invasores e foi quase totalmente arrasada. O Recife, que tinha sobre Olinda a vantagem de possuir um porto, passou a ser a preferida dos batavos, instalado aí o Príncipe de Nassau a sua corte.

## XXX

Gonçalo Novo de Lyra era no fim do século XVI e começo do seguinte um dos mais opulentos senhores da capitania, tendo em Olinda um solar “de pedra e cal” Piedoso e caritativo, deve-se a ele a construção do primitivo mosteiro de São Bento daquela cidade; à sua  *piedade*, rezam os velhos papéis do tal mosteiro, graças à qual se pôde ampliar a “estreiteza do domicilio em q̄ morão os monges. Construiu-se então este mosteiro em q̄ agora vivemos”, conforme diz a escritura de doação passada por Gonçalo Novo de Lyra em 1.º de janeiro de 1602. Isto pode-se ler na *Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda*, volume XXXV.

Por outra escritura, lavrada na mesma cidade a 17 de março de 1617, Gonçalo obrigava-se, por si e sua mulher, a terminar a capela-mor do Mosteiro, dando-lhe ainda “hum ornam.<sup>to</sup> de damasco de velludo carmizin, & outro ornam.<sup>to</sup> de damasco preto cõ sanefas, & guarniçoens de damasco rouxo escuro, ambos perfeitamente acabados cõ todas as suas pessar”. Obrigou-se ainda a dar “quinientos cruzados em dir.<sup>o</sup> ou assucar...;

setêta & duas cabeças de vaccas; & hum mulecão do Gentio da Guiné per nome Ant<sup>o</sup>; & assim mais se obriga a dar hũa alãpada de prata, q̄ seja capaz p<sup>a</sup> estar na d<sup>a</sup> Capella Mór; & assim quatro castiças gr.<sup>es</sup> de latão; & hũas cortinas, q̄ Elle Gonsalo Novo de Lyra quizer cõ as rendas q̄ fossem necessarias p<sup>a</sup> ornar a d<sup>a</sup> Capella”.

Como recompensa de todas estas generosidades, que para o tempo eram consideráveis, obrigavam-se os frades — “Elles os R.R. P.P. se obrigarão a darem a d.<sup>a</sup> Capella Mór perpetuam<sup>te</sup> p<sup>a</sup> sempre athé o fim do mundo p<sup>a</sup> sepultura, & enterro delle d<sup>o</sup> Gonçalo Novo de Lyra, & da sua Molher & Herdeiros descendentes, q̄ apoz delles virem per linha direita, & na d.<sup>a</sup> Capella se não poderá enterrar outra algũa pessoa, se não os sobr-tos”. Obrigaram-se também os frades a “Ihes dizer duas Missas rezadas cada semana, em q.<sup>to</sup> o Mundo durar, por suas tençõens, & poderá Elle Gonçalo Novo de Lyra pôr no arco da Capella Mór o Brazão de suas Armas, & dentro os carneiros, & lettreiros q̄ lhe comparecer”.

Quando foi da guerra contra os holandeses, ainda no século XVII, os Lyra se collocaram ostensivamente contra os invasores, combatendo-os de armas na mão, como esse Jacome de Lyra, que, tendo caído prisioneiro dos batavos em 1645, faleceu na prisão de Olinda, sendo seu corpo depois arrastado pelas ruas da cidade. Um de seus filhos está sepultado, com a mulher, na igreja do referido Mosteiro de São Bento de Olinda. Antônio Joaquim de Melo alude a outro Lyra, nas *Biografias dos homens illustres da Provícia de Pernambuco*, que também se salientou na Guerra Holandesa. É Manuel de Lyra, da Boa Vista, o qual vivia ainda no Recife, cercado de grande conceito, no primeiro ano do século XVIII.

Trancoso de Lyra, Ferreira de Lyra, Pereira de Lyra, Tavares de Lyra, Lyra Tavares são todos uma só e grande família do nordeste do Brasil, descendentes de Gonçalo e de Rui de Lyra, estes dois do Brasil, e de Afonso Gomes de Lyra, de Portugal, todos provindos dos Lyra de Verneuil, em França. Das famílias brasileiras, nenhuma se pode valer de títulos mais antigos e mais enraizados à terra, tão profundamente brasileiros. Alcântara Machado costumava dizer que era “paulista de quatrocentos anos”. Eu podia também repetir que sou “pernambucano de quatrocentos anos”, mesmo de quatrocentos e cinqüenta anos. Quando Napoleão ocupou a cidade de Milão, perguntou ao Príncipe Massimo se era verdade que ele descendesse dos Maximo do tempo do Império Romano. Ao que o Príncipe respondeu: “Senhor, pelo menos há mil anos diz-se isto na minha família”. Assim que eu, se interpelado sobre se descendia desse Lyra de Olinda do século da descoberta, poderia responder: “Há quatrocentos anos diz-se isso na minha família”.

### XXX

Alguns Lyra desgarraram até o Ceará; outros até a Bahia. Quem estendeu o ramo ao Ceará foi Mendo de Lyra, entre 1673 e 1675, indo se estabelecer com a família na região do Araripe. João Brígido refere-se a ele em seu *Resumo Cronológico*. Os Lyra da Bahia provêm de um ramo feminino, de Maria Lyra, que para ali se passara, no fim do século XVII, com o marido, Francisco de Aguiar, natural da Madeira, e cujo

filho, Teodoro, se casou em Socorro com uma Barros Lobo, em 1703, originando-se daí os Barros Lyra da Bahia, que se aliaram aos Wanderley, descendentes de holandeses. Os Lyra que foram para Alagoas cruzaram-se com os Gusmões, dando assim lugar aos Gusmão de Lyra, um dos quais, Manuel de Gusmão Lyra, foi Presidente da Província no fim do Império.

Como todas as famílias patricias do norte do Brasil, os Lyra pagaram seu tributo à guerra do Paraguai. Joaquim Pimentel refere-se nos *Episódios Militares*, aos dois irmãos Manuel Gabriel e José Gabriel Pereira de Lyra que formaram, com outros membros de boas famílias pernambucanas, o 11.º batalhão de Voluntários. Bateram-se valentemente em Tuiuti a 24 de maio de 1886. “A mim, pernambucanos, gritou Manoel Gabriel ao cair em poder dos paraguaios, matem-me, mas não me deixem ficar prisioneiro!” Seu irmão e outros voluntários correram-lhe em auxílio, mas apenas para assistir ao seu sacrifício sob os punhais dos quatro paraguaios que o haviam aprisionado. Joaquim Pimentel conta como o irmão liquidou ali mesmo os assassinos de Manuel Gabriel, a tiro, a coice de arma e a baioneta. Esse irmão devia morrer, aliás, dois anos depois, em consequência de ferimentos recebidos em 22 de dezembro de 1868 na batalha de Lomas-Valentinas.

### XXX

Proclamada a República no Rio de Janeiro, com o Marechal Deodoro chefe do Governo Provisório, o Barão de Lucena, amigo e compadre de Deodoro, tornou-se subitamente o homem de maior prestígio político de Pernambuco, de que, aliás, já tinha sido Presidente em 1872. Meu pai, chefe político republicano de Goiana, foi um dos escolhidos para representante do Estado na Assembléia Constituinte que devia se reunir no Rio. Eleito, embarcou com a família para a Capital Federal, tendo sido, pouco depois, um dos signatários da Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891 — a primeira da série que regeria os destinos políticos do Brasil pelo espaço de quarenta anos. Promulgada pelos liberais de 1890, seria rasgada pelos liberais de 1930. Foi moda culparem esta Constituição de todos os males e dificuldades em que o Brasil se viu envolvido naquele espaço de tempo, quando a verdade é que tal se devia sobretudo à incapacidade dos homens chamados ao governo da Nação. Tanto que esses males e essas dificuldades não desapareceriam com as demais Constituições que a substituíram; antes se agravaram, a ponto de se tornarem por assim dizer crônicos na vida do país. “Não é o hábito que faz o monge”, diz o provérbio.

Durante cerca de um quarto de século meu pai representou seu estado natal na Câmara dos Deputados, que funcionava naquele tempo no velho casarão da rua Dom Manuel, antiga cadeia da época dos Vice-Reis, e que ficaria ligada, por mais de cem anos, às mais gloriosas páginas da nossa história parlamentar. Essa casa acabaria um dia por terra, como tantas outras coisas nossas, sob a inconsciência destruidora, a ignorância e o absoluto desamor dos nossos homens públicos por tudo que diz respeito ao patrimônio histórico do Brasil. Construiu-se em seu lugar um novo prédio para a Câmara dos Deputados, chamado Palácio Tiradentes, que interiormente pode ser um modelo no gênero, mas por fora não passa de uma cópia de qualquer pavilhão de exposição,

talvez para fazer *pendant* com o outro, onde funcionava o Senado Federal, denominado Palácio Monroe, que é a reprodução do pavilhão que apresentamos na Exposição Universal de São Luís, nos Estados Unidos, em 1910. O velho palácio dos Condes dos Arcos, no antigo Campo de Santana, sede do Senado durante o Império foi também abandonado. Funciona nele hoje, penso, uma Escola de Direito. Atualmente tanto a Câmara dos Deputados como o Senado funcionam em suas respectivas casas, construídas para esse fim em Brasília, a nova capital do Brasil. O Palácio Tiradentes e o Palácio Monroe do Rio de Janeiro transformaram-se por assim dizer em dois clubes, lugares de reunião e de palestras para os nossos parlamentares que não gostam de ir ou estar em Brasília.

### XXX

Tendo se mudado para o Rio de Janeiro em 1890, meu pai ainda voltou uma ou outra vez a Pernambuco, nos primeiros anos da República. Depois foi espaçando essas viagens. Lembro-me de uma das últimas que fez, em 1900, por ocasião da passagem do século, quando diziam que o mundo ia acabar. Eu era então um menino de sete anos. Morávamos em nossa casa do Monteiro, e tendo ainda presente uma visita que fizemos à minha madrinha, a tia Francelina, em seu solar da Madalena, e a conversa que tive então com o jardineiro, que queria convencer-me de que o mundo não acabaria com a passagem do século.

Meu pai por fim deixou de ir a Pernambuco, certo de que, para ser reeleito Deputado Federal sempre que chegavam as eleições, não precisava estar lá. Mas a realidade foi que, em vista de tão longas ausências, aconteceu-lhe perder quase todo o prestígio político que tinha em seu estado. Desfrutava, sem dúvida, largo círculo de relações entre velhos amigos e a numerosa parentela, mas isto bem pouco lhe servia relativamente à política. Espalhando por vários municípios do Estado, este círculo era formado, em sua grande maioria, por senhores de engenhos, lavradores e usineiros, aos quais não interessava a política partidária.

Não dispondo, assim, de elementos seus, a sorte de meu pai ficou entregue ao arbítrio dos chefes do partido, primeiro Martins Júnior e depois Rosa e Silva. E, como a dele, a de seus colegas de bancada, que igualmente não dispunham de situação política no estado nem para se fazerem eleger Deputados sem o apoio ostensivo do Governador local, que era sempre um preposto ou criatura do chefe do partido. Creio que os representantes da Nação — os chamados representantes da Nação... — estavam quase todos nas mesmas condições de precariedade política dos Deputados pernambucanos, isto é, dependiam dos chefes de seus partidos, os célebres oligarcas do tempo: Rosa e Silva, em Pernambuco; Lemos, no Pará; Accioly, no Ceará; Malta, em Alagoas; Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul; Azeredo, em Mato Grosso; Nery, no Amazonas — para não citar senão os principais.

### XXX

Rosa e Silva aparecia também raramente em Pernambuco. Residia de fato no Rio

de Janeiro, em seu palacete da rua Senador Vergueiro. Ia repetidamente à Europa, e, nessas ocasiões, se o navio escalasse em Recife, o que nem sempre acontecia, não descia à terra: recebia a bordo os chefes políticos locais com o Governador do Estado à frente, e ali mesmo lhes dava as diretrizes que deviam prevalecer em sua ausência do país. Seguia depois para o Velho Mundo, o qual, para a maioria dos brasileiros que naquele tempo viajava, se resumia a Paris, a Côte d'Azur e a qualquer estação de águas em França.

Quem na verdade fazia a política no estado era o respectivo governador, *alter ego* de Rosa e Silva. Este tinha assim a certeza de ser obedecido, e descansava inteiramente em sua fidelidade partidária. Quando chegava a época das eleições para a renovação da representação do Estado na Câmara ou no Senado da República, cabia ao Governador processá-las de conformidade com as instruções expedidas da Europa ou do Rio de Janeiro pelo Senador Rosa e Silva. Quer dizer que exprimiam necessariamente o pensamento do chefe do partido, seus sentimentos, suas inclinações ou predileções, desde a organização das listas dos candidatos a Deputados até o número de votos que devia caber a cada um. Este número correspondia em geral ao grau de confiança que o deputado *eleito* gozava, naquele momento, junto ao chefe do partido. Assim, os que estavam então mais afastados de seus sentimentos pessoais iam naturalmente para o fim da lista, com um menor número de votos. Isto influía, no fundo, apenas no amor-próprio de cada um, e nada na segurança da *eleição* e subsequente reconhecimento na Câmara Federal. Salvo quando ficava no último lugar da lista. Aí o caso era diferente porque arriscava ser cortado pelos *leaders* da política federal, por ocasião do reconhecimento de poderes, a fim de dar lugar a um candidato avulso ou representante da oposição bem cotado nos meios governamentais do Rio de Janeiro.

Tudo isto era vergonhoso e revelava uma das mais tristes chagas do sistema político que nos governava. O mal na realidade não era do regime ou de processos falsos ou falseadores, senão quase exclusivamente de nossa escassa cultura política, da ignorância do eleitorado ou, numa palavra, da ausência de um corpo de eleitores conscientes de suas verdadeiras responsabilidades, de seus deveres e de suas obrigações para com a Nação. Que o mal não era do regime provou o fato de a revolução de 1930, apesar de todas as suas promessas de reabilitar esse estado de coisas, nada ou muito pouco conseguir, como nada se conseguirá, com revolução ou sem revolução, enquanto não se educar politicamente o eleitorado brasileiro.

### XXX

Meu pai era uma natureza harmoniosa. Nunca o vi exaltar-se ou, sequer, entrar em irritação. Tinha a serenidade dos temperamentos sãos e bem equilibrados. Não sei de consciência que fosse mais tranqüila do que a dele. Aceitava a vida como ela é, os homens como eles são. Modesto, por feitio, nunca ambicionou para si senão aquilo que o destino lhe pôs voluntariamente nas mãos. Era um caráter reto, sem maldade, sem malícia, sem astúcia ou qualquer espécie de simulação. Tinha a verdade estampada no rosto, e no olhar a sinceridade de seus sentimentos. Era um bom e era um justo.

Para um político, sobretudo para um político brasileiro de seu tempo, essas qua-

lidades se transformavam em defeitos. Ele podia, por isso, ser considerado, dentro dos nossos costumes, um mau político. Desprendido por natureza, sem a menor sombra de ambição, de caráter reto e sincero, espontâneo e ao mesmo tempo honesto em suas opiniões, visceralmente bom, tinha todas as qualidades para *não vencer* em política — sobretudo num ambiente depravado como era então o da política brasileira, que tinha a dirigir-lhe os destinos um dos mais inescrupulosos dos nossos homens públicos, o general Pinheiro Machado. Rosa e Silva conseguiu, durante alguns anos, com sua oposição a Pinheiro, isolar-se com seu partido do ambiente de corrupção que cercava o caudilho gaúcho. Mas acabou também, como tantos outros, por abastardar-se, submetendo-se incondicionalmente ao seu despotismo. E como tanto maior infelicidade quanto Rosa e Silva estava já no fim de sua vida política.

A carreira política de meu pai terminou, e afortunadamente para ele, antes de Rosa e Silva submeter-se ao jugo de Pinheiro Machado. Não compartilhou, assim, o que seria o maior dos sacrifícios para seu caráter profundamente honesto, dessa vergonhosa capitulação. Terminou com a queda da situação rosista em Pernambuco e a subida ali, pelas armas, do General Dantas Barreto. Meu pai, que se achava então na Europa com a família, voltou apressadamente para o Brasil. Chegando, verificou que nada mais havia que fazer. Bem que lhe insinuaram, por vias indiretas, propostas de adesão a Dantas Barreto; mas ele as repeliu formalmente. E pobre, ou pelo menos mais pobre do que quando iniciara sua carreira política, trinta anos antes, recolheu à vida privada.

Pouco depois seria chamado a dirigir o *Diário de Pernambuco*, o mais antigo jornal do Brasil, que seu irmão Carlos Lyra comprara a Rosa e Silva. Foi nesta ocasião que tentou criar, em torno de Oliveira Lima, um ambiente que pudesse levar o diplomata e historiador pernambucano ao Governo do Estado, quando se desfizesse a situação política que ali se formara com a ascensão ao poder de Dantas Barreto, que meu pai considerava, com razão, meramente transitória, fruto apenas da convulsão política por que passava então o país sob o Governo do Marechal Hermes e a tutela discricionária de Pinheiro Machado. Porém a atitude desastrada de Oliveira Lima, ao voltar da Europa, confessando seu monarquismo, desfez para sempre todos os planos de meu pai.

Mais tarde este seria nomeado, sendo Manuel Borba Governador do Estado, Diretor da Saúde Pública e, pouco depois, novamente eleito Deputado Federal. Borba era primo e velho amigo de meu pai, e a situação política que chefiava em Pernambuco estava já então completamente libertada de Dantas Barreto, que, deixando o governo, regressava às suas obrigações militares. Desta vez, porém, meu pai esteve no Parlamento apenas uma legislatura. Largando Manuel Borba o Governo de Pernambuco, ele encerraria para sempre a vida política. Voltou definitivamente para o Rio de Janeiro, onde iria entregar, em 1926, sua alma ao Criador.



# Legação em Berlim

---

Nach Berlin

Quando o Brasil se retirou da Liga das Nações, a primeira providência que tomou, como era aliás de esperar, foi dissolver a espetaculosa Delegação que mantinha em Genebra, com o maneiroso Afrânio de Melo Franco à frente de toda a corte de altos e baixos funcionários que o cercava. Os que pertenciam aos quadros do Itamaraty foram designados para outros postos. Os demais voltaram para o Brasil.

Muniz de Aragão, na falta, naquele momento, de uma Legação, foi mandado ficar Adido, aguardando ordens, à Embaixada em Paris. Para lá se mudou com a mulher, instalando-se em um apartamento mobiliado da rua Bassano. Por sinal que levou consigo o excelente Henri, espécie de mordomo que Melo Franco tinha em sua casa da praça Claparède, que eu iria ver, dentro em pouco, muito compenetrado no seu novo uniforme verde de botões dourados, um pouco *valet*, um pouco *maître d'hotel* e um pouco porteiro de Aragão. Diziam as más línguas que nos botões estavam estampadas, em alto relevo, as armas da família Aragão, seguindo nisso o costume das casas nobres de França. Não sei. De toda maneira Aragão pertencia a uma das grandes famílias brasileiras, enobrecida ao tempo do Império, e ele podia assim com todo o direito, ou melhor, com toda a legitimidade, ostentar armas, sem necessidade de recorrer para isso à pura fantasia, como faziam tantos outros. Pelos Lima e Silva, descendia do Duque de Caxias, e pelos Muniz e pelos Aragão, de duas excelentes famílias baianas, entrosadas com as melhores casas nobres portuguesas. Não precisava pois copiar as armas da sala dos Brasões do palácio real de Sintra, aproveitando-se de uma simples coincidência de nomes, assim como agia muita gente.

Mário de Pimentel Brandão, Conselheiro da Delegação, foi removido para o Peru. Foi removido, mas não foi. Não foi nem podia ir. O único país no mundo para onde ele não podia, ou devia ir, era justamente o Peru, pois, sendo então casado com uma filha do diplomata e político peruano Herman Velarde, antigo Ministro no Rio e Embaixador em Washington, que estava na ocasião em desgraça ou fazia oposição ao seu Governo, a posição de Mário, para ele pessoalmente e sobretudo para o Brasil, seria insustentável. O Itamaraty sabia disso, e tal remoção, desde que não significasse uma perseguição, e de fato não significava, só se podia explicar pela leviandade com que se fa-

ziam ali, e sempre se fizeram, certas remoções de nossos diplomatas. Outra houve, mais ou menos na mesma época, que prova justamente isso. Foi a de um Secretário de nossa Legação em Quito que era casado com uma senhora cujo primeiro marido era então o Ministro das Relações Exteriores do Equador. Pois foi removido exatamente para onde não podia ir. Quando os espanhóis querem se referir a assuntos que ninguém compreende dizem que são *cosas de España*. Assim certas remoções de nossos diplomatas — *Coisas do Itamaraty*.

Ao saber de sua remoção para o Peru, Mário Pimentel Brandão telefonou-me de Paris:

— Você viu? Eu não posso ir para o Peru por estar em Lima o Velarde, inimigo do atual Governo! Não sei o que deva fazer. Recusar a remoção? Recorrer ao Ministro de Estado? Que acha você?

Dei-lhe o único conselho que lhe podia dar: seguisse para o posto, mas passando de toda maneira pelo Rio. Tomasse o vapor mais vagaroso para viajar. Quer dizer, jogasse com o único trunfo de que dispunha, o *tempo*, o qual resolve por vezes as mais difíceis situações. Era essencial que passasse pelo Rio, onde estariam os oráculos do novo Governo, e onde se faziam e desfaziam as mais sólidas combinações. Aplicasse a máxima tantas vezes depois repetida: deixar as coisas como estavam para ver como ficavam.

Meu conselho foi ótimo. Mário esgotou em Paris o prazo de partida. Depois tomou o vapor *Groix*, dos Chargeurs Réunis, que levava vinte dias para ir até o Rio. Chegando, instalava-se o novo Governo, com Washington Luís na Presidência e Otávio Mangabeira na pasta do Exterior, o qual chamou Pedro Leão Veloso, o nosso Pedrito, para ser seu chefe de Gabinete. Ora, este era grande amigo de Mário. Assim que, ao tomar posse da chefia do Gabinete, indicou Mário para substituí-lo em Paris. Mangabeira nada objetou. E Mário de Pimentel Brandão regressava à Europa, passando sua designação para o Peru a ser apenas um pesadelo de noites mal dormidas. Confirmava-se o ditado: não faças hoje o que pudeses fazer amanhã.

Em agosto de 1926 Melo Franco foi passar uns dias em Paris. A 4 desse mês eu lhe escrevia uma carta, onde, entre outros assuntos, dizia-lhe o seguinte:

“V. Exa. terá visto o projeto apresentado pelos Srs. Frontin e Bueno Brandão determinando que as eleições para a renovação da Câmara dos Deputados e do terço do Senado se realizem a 24 de fevereiro, e que seja de três meses o prazo para desincompatibilidades dos membros do atual Governo”.

Esta informação interessava a Melo Franco. Ele era então Deputado Federal por Minas Gerais, e, para exercer a comissão que tinha em Genebra, não precisou renunciar a seu mandato. Assim que, abandonando essa comissão, iria disputar, nas próximas eleições, a renovação de seu mandato de Deputado. Exercendo tal mandato durante tantos anos, sua ambição na vida pública, como mais de uma vez me disse, era ser Senador Federal, espécie de coração de sua carreira política. Mas esta ambição jamais realizou, e morreria, em 1943, sendo ainda Deputado. Este mundo tem suas surpresas. Enquanto o pai nunca chegaria a ser Senador, o filho Afonso Arinos, depois de Deputado por Minas Gerais, iria ser Senador pelo Estado da Guanabara. É verdade que, para isso, teve o auxílio do Governador do Estado, que era Carlos Lacerda, seu amigo, que o

acompanhou pelas ruas da cidade, dentro de um caminhão, fazendo campanha eleitoral. No fundo, Afonso Arinos seria Senador pela vontade de Carlos Lacerda, que dispunha de bastante prestígio. E foi um bom Senador. Os dois amigos desentenderam-se mais tarde, mas eu nunca soube por que motivo.

Dizia eu na citada carta a Melo Franco:

“Está parecendo que teremos um novo caso a estourar na Liga das Nações com o protesto da Abissínia ao ser conquistada pelas tropas italianas. É realmente de espantar a sem-cerimônia com que a Inglaterra e a Itália (que então se entendiam como duas comadres), dispuseram da soberania daquele país. A nota de Sir George Graham a Mussolini, e a reposta deste, são modelos de cinismo. Eles certamente não esperavam a repulsa tão decidida que receberam dos abissínios. O Secretariado, nesse negócio, mostrou mais uma vez que não passa de um instrumento dos fortes. A Nota da Abissínia pedindo que o caso fosse submetido aos membros da Sociedade tem a data de 19 de junho; no entanto, só a 21 de julho é que o Secretariado deu cumprimento ao pedido. Naturalmente para receber primeiro as ordens de Londres e de Roma. Os Negros, muito matreiramente, desejam que esse caso seja submetido à próxima Assembléia; mas o Secretariado desde já fez-se de desentendido, dizendo supor que a Abissínia o que realmente deseja é que ele seja levado ao Conselho, em 2 de setembro próximo. Compreende-se: na Assembléia o escândalo teria maior repercussão, e daria lugar a possíveis protestos de outras nações. Enquanto, debatido no Conselho, intermuros, ficaria logo enterrado, depois de uma fala sofisticada de Sir Austen e de uns vagos conceitos jurídicos do Sr. Scialoja. E por muito favor deixariam o Negro discursar vinte minutos — se tanto.

Na Delegação tudo em ordem. Já acabei as cópias dos telegramas que faltavam para completar o arquivo particular de V. Exa. O Secretariado continua a mandar a costumada papelada, como se nada tivesse havido, inclusive a que V. Exa. costumava receber como membro do Conselho. O Comandante Aníbal Gama chegou ontem, e ontem mesmo participou ao Secretário da Comissão (*do desarmamento*), verbalmente, que os técnicos brasileiros deixavam doravante de tomar parte nos respectivos trabalhos. Essa comunicação foi feita hoje, pelo Presidente, em sessão da Comissão.

Montarroyos ausentou-se hoje por uns três dias. Accioly, que está em Aix, participa que estará de volta segunda-feira próxima. Virá só. A família será despachada diretamente de Aix para Paris. Eu, por enquanto, vou ficando em Genebra. Mandeí ao Faro (Diretor da Contabilidade no Itamaraty) novo requerimento de licença. Se me concederem, terei sempre trinta dias para entrar no gozo dela, o que me permitirá embarcar na segunda quinzena de setembro.

Vejo que seu carro continua em excelentes condições. Quinhentos quilômetros num dia, e nas estradas do Norte, que não creio estejam em muito bom estado, provam justamente aquelas condições.

Minhas lembranças para as gentis *demoiselles*, com um respeitoso abraço de seu, muito agradecido

HEITOR LYRA”.

Antes de deixarmos Genebra, Raul do Rio Branco, que continuava à frente de nossa Legação em Berna, mandou ao Itamaraty um longo ofício, datado de 31 de agosto de 1926, que, por seus termos, vale a pena reproduzir, pelo menos em parte. Referindo-se à projeção social de Melo Franco em Genebra, Raul começava por citar o almoço que o Conselheiro Federal Giuseppe Motta, Chefe do Departamento Político Federal (Ministério do Exterior da Suíça), oferecera a Melo Franco em Berna, “fato este de alta significação política, dizia ele, pois é a primeira vez que se vê o Conselho Federal estender a um diplomata não acreditado em Berna a praxe do almoço que ele costuma oferecer aos chefes de Missão que se retiram da Suíça”.

Aqui uma pequena observação. Na minha vida diplomática aprendi muita coisa que não sabia, sobretudo com dois colegas que, pela projeção e conhecimento de assuntos da carreira que tinham, sempre considerei verdadeiros mestres. Foram eles Maurício Nabuco e Ciro de Freitas Vale. Quanto a este, aprendi que, quando se convida seja quem for para um almoço ou um jantar, não se diz que se dá a esta pessoa um jantar ou um almoço; dá-se *em sua honra*. O contrário seria dar de comer a quem tem fome e lhe faltam meios pecuniários para se alimentar — o que não era, evidentemente, o caso de Melo Franco. É verdade que este, por assim dizer, não comia. Já fiz alusão a tal. Não por que não tivesse meios para comprar comida. Era que vivia num eterno jejum.

Isso posto, continuo a citar o ofício de Raul do Rio Branco. “A razão deste tratamento excepcional (o almoço a Melo Franco) foi o desejo evidente que tinha o Conselheiro Motta de prestar uma especial homenagem ao Brasil e à pessoa de seu Embaixador junto à Liga das Nações, a respeito de quem ele teve ocasião de testemunhar o seu conceito de alta admiração, confirmando assim o juízo elevado que já tinha expressado sobre os nossos internacionalistas, sobretudo os senhores Rodrigo Otávio, Raul Fernandes e Gastão da Cunha, além do senhor Melo Franco”.

Rio Branco refere-se depois a um jantar do nosso Cônsul em Lausanne, Jacques Schwob, dado também em honra de Melo Franco “com a presença de Magalhães de Azeredo, nosso Embaixador na Santa Sé (atualmente aqui em licença) e senhora; de minha mulher e eu; do senhor Temístocles Graça Aranha, Secretário da Legação, e senhora e mais algumas personalidades do Cantão de Vaud. Antes dessas manifestações — continua Rio Branco — minha mulher e eu já tínhamos oferecido ao Sr. Melo Franco, em nossa casa de campo de Coppet, um almoço (oferecer um almoço...), ao qual Sua Excelência compareceu com sua filha Dona Amélia. Estavam também presentes os membros da nossa Delegação que se encontravam ainda em Genebra ultimando os preparativos da partida, os Srs. Major Leitão de Carvalho e Secretários H. Accioly e H. Lyra, como o Sr. Montarroyos, atual observador do Governo brasileiro para os negócios referentes à Liga”.

Alude em seguida Rio Branco à brilhante atuação de Melo Franco em Genebra: “sagaz diplomata, perfeito conhecedor de todas as nossas questões diplomáticas e políticas, jurista de grande saber, que soube sempre fazer respeitar o nome do Brasil, e como homem de sociedade adquiriu uma invejável situação pessoal que só foi vantajosa para o nosso país”.

Termina este ofício citando as boas referências que Melo Franco fazia aos dois Secretários que havia tido em Genebra, Hildebrando Accioly e eu. “Este funcionário,

dizia do primeiro, tornou-se em pouco tempo um modelar chefe de chancelaria”, o que era a mais pura verdade. “Incansável no seu trabalho muito árduo, soube provar sempre a sua capacidade, tendo admiravelmente organizado a parte burocrática da Missão”. Finalmente, quanto a mim, não direi que ferisse minha modéstia, porque no serviço diplomático, tendo sempre consciência do que fazia, nunca ostentei uma modéstia que seria falsa. “O Sr. Accioly, continuava nosso Ministro em Berna, foi no seu serviço sempre excelentemente auxiliado pelo Segundo Secretário de Legação Sr. H. Lyra, que provou ser um funcionário exemplar. Ambos, tanto o senhor Accioly como o senhor Lyra, são dignos dos melhores elogios, que o senhor Melo Franco é o primeiro a reconhecer”.

## XXX

Hildebrando Accioly e eu fomos postos, provisoriamente, à disposição de Melo Franco durante os dois meses que este ficou em Paris, antes de voltar para o Brasil. Terminado este prazo, Accioly iria recolher à Secretaria de Estado. E eu? Meu destino era então o mais incerto, e nele podia apenas distinguir a ameaça da Legação em Pequim, onde justamente faltava no momento um Segundo Secretário. Ora, por maior que fosse minha curiosidade em conhecer o Extremo Oriente, e em verdade nunca foi grande, pelo muito que me tentassem a Grande Muralha e o fausto dos mandarins, aquela Legação se me afigurava então como o menos “negócio da China” que podia haver.

Apesar de tudo, aguardei tranqüilo a sorte que me reservavam. “Estou suficientemente dosado de filosofia — escrevia eu de Genebra a Melo Franco, já então em Paris — para não encarar tragicamente os ventos que me forem contrários. Eles passam, e desaparecem; e outros virão para levarem-me a porto seguro. O velho Horácio, mestre em sabedoria, nos ensina que todos os males têm seu remédio na resignação. O segredo está apenas em saber dosar essa paciência”.

É claro que, tendo amigos prestimosos no Itamaraty, eu poderia tentar um posto que me conviesse. Almeida Brandão, nosso Ministro em Estocolmo, vinha me catequizando desde muito para que fosse trabalhar com ele. Em carta de 26 de agosto de 1925, enviada daquela capital, dizia-me:

“Como o meu jovem colega é um Secretário inteligente, trabalhador e leal, teria o maior prazer em vê-lo aqui. Para quem é estudioso e observador, este país é interessantíssimo. O clima é muito saudável, e as mulheres deliciosas e... baratas. Terá uma vida mundana muito acessível, e a sua condecoração ao cabo de um ano”.

Sem poder prever que eu ficaria sem posto com nossa saída da Liga das Nações, Almeida Brandão queria que eu trocasse Genebra por Estocolmo. Em carta de 29 do mesmo mês de agosto, voltava ao assunto:

“Gostaria de ter meu jovem colega Senhor Lyra como Secretário desta Legação. Genebra tem vantagens, mas é hoje posto mais caro do que este; e, para quem é historiador, não deixa tempo para lazeres. Aqui, por muito diligente que seja, terá muito tempo para os seus estudos. Poderá levar a vida que quiser, amar e ser amado, fazer suas “escapadas” a Paris e *décrocher* uma condecoração apreciada. Sou incapaz de um

gesto egoísta, creia-me. Se lhe aceno com este posto é porque estou convencido de que ele lhe agradará. Tem aqui um campo para estudos muito interessante. Lembre-se de que a Suécia é o país mais civilizado do mundo”.

Em carta de 3 de setembro, sempre de Estocolmo, tornava a dizer:

“Se não conseguir seu desejo de ficar permanentemente aí, e se lhe agrada este posto, culto e calmo, peça-o a tempo, pois seguramente no próximo movimento designarão um Secretário para cá”.

Apesar das cantigas de sereia e da *dolce vita* que me oferecia o pai Brandão, não lhe dei bola. As mulheres deliciosas com que me tentava — e baratas; a condecoraçãozinha no fim do ano; as minhas possíveis “escapadas” a Paris; nada disto interessou-me. Fiquei quieto no meu canto. Nem nada fiz para obter outro posto.

### XXX

Afinal, numa manhã, chegava-me um telegrama do Itamaraty com a melhor das surpresas: minha remoção para a Legação em Berlim, dirigida a esse tempo pelo Ministro Guerra Duval. O telegrama dava apenas a notícia de minha remoção para a capital do Reich. Mas, como não havia ali vaga de Segundo Secretário, eu podia concluir que iria provisoriamente, à espera de nova remoção para outro posto — ou volta para a Secretaria de Estado. Porém não importava. Nas circunstâncias em que me achava, minha ida para Berlim, mesmo a título provisório, era uma boa solução. Camilo de Oliveira escrevia-me de Bagnoles-de-l’Orne, onde fazia sua tradicional cura de águas:

“Lyra amigo. — Acabo de ler no *New York Herald* a notícia de sua remoção para Berlim. Não sei realmente se o deves cumprimentar por isso. Berlim, depois de Londres, é como o “coice depois da queda”. Penso, contudo, que o Governo tenha tido apenas a intenção de *caser* você até sua chamada para o Congresso de Jurisconsultos (*que Melo Franco iria presidir no Rio*). Neste caso, você merece cumprimentos, pois abicha uma ajuda de custo que lhe permitirá dar quatro pernadas na Wilhelmstrasse antes de atravessar o Atlântico”. (Carta de 23 de agosto de 1926).

Eu não conhecia da Alemanha senão uma pequena parte da região do Reno, onde estivera em 1924. E, das grandes capitais da Europa, Berlim era uma das que mais me atraíam. O “provisório” da minha remoção dar-me-ia ao menos a oportunidade de conhecê-la. Aliás, eu conhecia bastante o Itamaraty para saber quanto o “provisório” representava, por vezes, uma situação das mais firmes e prolongadas. Aragão fora mandado servir “provisoriamente” em Paris. Ali ficaria três anos. Certa vez, bem mais tarde, um Secretário fora removido, também provisoriamente, para determinado posto. Lamentando-se da instabilidade dessa posição ao Secretário-Geral, que era Carlos de Ouro Preto, este aconselhou-o a que interpretasse o “provisoriamente” no sentido brasileiro, fazendo-lhe ver que Getúlio Vargas era Chefe do Governo Provisório havia quatro anos, e, pelo jeto, não parecia muito disposto a deixá-lo. Um exemplo tão qualificado logo sossegou o rapaz.

Antes de deixar Genebra e ir para Paris pôr-me às ordens de Melo Franco, ainda permaneci naquela cidade suíça, Montarroyos e eu, liquidando o acervo da Delegação

do Brasil e alguns compromissos que ali tínhamos, inclusive com a casa da praça Clapèrède, onde residira meu chefe e sua família.

“O *régisseur* – escrevia eu a Melo Franco que se encontrava em Paris – ainda não se manifestou. Receio que ele não queira reconhecer a cláusula diplomática, sob o pretexto de que ela não está explícita no contrato – embora não possa deixar de estar ali implicitamente, pois quem contrata com uma Missão diplomática deve, conseqüentemente, prever as circunstâncias em que hoje nos encontramos. Também não acredito que reclame todo um ano de aluguel: certamente tentará receber uma indenização. Montarroyos diz que esperará uma resposta até amanhã; caso não a obtenha, procurará telefonar ao *régisseur*. Não faz hoje para não precipitar o negócio”.

Esta minha carta era datada de 22 de julho de 1926. Depois de outros assuntos da Delegação, dei este pequeno toque na política que se praticava em França na época e na qual pontificavam meu velho conhecido Poincaré, o volumoso Herriot, *maire* de Lyon, Aristides Briand e Luís Barthou. Este último iria ser assassinado em Marselha, juntamente com o Rei Alexandre da Iugoslávia, em outubro de 1934:

“O Sr. Herriot – dizia eu pois – teve a paga da rasteira que passou no velho mágico do Briand. O façanhoso *maire* de uma coisa pode gabar-se: de haver matado para sempre e parlamentarismo na França. Somente, ele poderia ter feito com um pouco mais de elegância e de bom tom, e não fugindo, como fugiu, às ocultas, pelos fundos do Palais Bourbon. Que fará agora o discursador de 1924? Se Poincaré vem para o Governo com o espírito que o movia há dois anos, melhor fora então deixar-se ficar na rua Marbeuf, a escrever suas Memórias; se vem modificado, vai para o chão, como os demais, e com ele irá também mestre Barthou, o homem de quem Marguerite gosta de dizer “coisas”... O que os franceses precisam fazer é queimar de uma vez todos esses malabaristas da política, e não estarem a bisá-los de mês em mês para que eles lhes venham representar as mesmas pantomimas, com os mesmos parceiros e os mesmos truques já sediços e por demais desenxabidos”.

Seis dias depois, a 28 de julho, escrevia eu novamente a Melo Franco. Porém, antes de citar esta carta, preciso explicar que, mal contentes com nossa retirada da Liga das Nações, os mandões daquele organismo tiveram a idéia, sem contudo formulá-la, de evitar a saída do Brasil elegendo-nos para um longo mandato com garantia de reeleição. Era uma maneira, como qualquer outra, de enganar os tolos, pondo mel numa comida já por si amarga. Melo Franco, como era de esperar, rejeitou de princípio a manobra. Eis minha carta:

“Também penso, como V. Exa., que na situação em que nos encontramos presentemente não podemos, nem devemos entrar em conchavos – e outra coisa não seria aquiescermos à proposta a que se refere V. Exa. Demais, não creio que o Presidente aceitasse nossa eleição para qualquer lugar que não fosse *jure et facto* permanente. Um mandato temporário, embora longo, não responderia nunca aos fins por que tanto batalhamos – mesmo com a cláusula expressa de reeleição. Aliás, não compreendo como se possa garantir previamente, e de uma forma expressa, essa reeleição. Ou ela seria uma obrigação que se imporia à Assembléia, qualquer que viesse a ser nossa futura atitude – e neste caso não creio que Assembléia alguma se prestasse a tal humilhação; ou aquela reeleição ficaria dependente da atitude que tomássemos na Liga e no Conselho – e

então a emenda seria pior do que o soneto, porque o Governo no Brasil não teria coragem de sujeitar-nos a esse constrangimento moral.

“Quero antes supor que essa espécie de membro sob *sursis* foi o recurso que os Robert Cecil da Liga e do Secretariado encontraram para evitar o *bluff* da retirada da Espanha. Esta dirá depois que não foi ouvida nem cheirada (já eles se entenderam desde agora); dirá que, ausente do Conselho e da Assembléia, foi surpreendida com essa “prova de confiança”; que não pôde fugir à aceitação de um mandato que, *mutato nomine*, é tão permanente como os das grandes potências; dirá muitas outras coisas bonitas para os ingênuos da platéia, e... ficará.

Não tenha V. Exa. dúvidas: o francês e o inglês já amarraram o espanhol. Que quer V. Exa.? Dom Afonso\* é um rapaz sensível. O governo de Sua Majestade conquistou-o em Londres: deu-lhe boa cama e bom pasto; deu-lhe cavalos para exhibir-se ao pólo; deu-lhe camarote no Coventry Gardens; e as “meninas” da família Windsor, a começar pela encantadora Lady Mountbatten, não lhe pouparam sorrisos. O rapaz é um *gentleman*, não pôde fugir a tantas gentilezas. E o Rivera? \*\* O Rivera, este, teve o empréstimo dos judeus da City, e em Paris o Briand pôs-lhe facilmente o cabresto. Era fatal. V. Exa. já viu algum dia os espanhóis embrulharem os franceses ou os ingleses? Foi o contrário que sempre aconteceu! Pois se até mesmo o Carlos V, esse caudilho de gibão de veludo, único rei decente que já houve naquele país, foi embrulhado pelo espartíssimo Valois! \*\*\* Seu filho \*\*\*\*, quando fez o grande esforço para lançar à água os calhambeques da Armada, varridos por um sopro de vento, esgotou para sempre toda a energia da raça espanhola. E até hoje o espanhol está cansado física e moralmente. Quando se mete a façanhoso, é para apanhar na cabeça. Todos o têm sovado — até os italianos! Não se espante V. Exa. se o manhoso Chamberlain, de parceria com mestre Briand, já engazopou a essas horas o espanhol com aquela farsa de membro semipermanente. E o espanhol ainda lhes dará *muchos agradecimientos*, pois que o tiraram da entalada.

A notícia dada pelo *Temps* tem certamente todo o fundamento. Do telegrama recebido ontem do Itamaraty, e ontem mesmo transmitido a V. Exa., concluo eu que até o fim deste mês terá o Governo apontado os nossos destinos.

A Delegacia, ou melhor, o atual chefe daquela repartição, um cearense fulano de tal Mamede, cuja carreira passou-se na alfândega do Recife pautando artigos para os turcos da Boa Vista, deu agora para interpretar as leis da República. Vai daí, e considera ilegal o ato do Ministro que prorrogava até outubro o prazo para eu entrar no gozo da licença que me fora concedida. Entendo que necessito fazer novo requerimento, com novo atestado médico, para que me seja concedido o mesmo que me fora dado em março último — pois que a primitiva licença está sem efeito, uma vez que não a usei no prazo improrrogável de trinta dias. O Ministério — o que espanta — concordou com tal

---

\* Rei Afonso XIII.

\*\* General Primo de Rivera, Marquês da Estela, que organizara o chamado Diretório em Espanha, com o qual governou sete anos com processos ditatoriais. Iria morrer em 1930.

\*\*\* Rei Francisco I de França.

\*\*\*\* Filipe II de Espanha.

absurdo, e disto participou-me o Faro em ofício que recebi no dia seguinte ao de sua partida de Genebra. Respondi-lhe imediatamente que não estava de acordo com a jurisprudência do tal Mamede, que representava um absurdo, por isso e por aquilo, mas que não mais a discutia desde que o Ministério a aceitava. O contrário seria a anarquia. Quanto à licença, entendia não mais precisar dela, pois que V. Exa. fora bastante generoso solicitando ao Ministro que eu continuasse, com Accioly, sob as suas ordens; só a solicitaria novamente no caso em que estivesse ameaçado de ir para um posto distante, para evitar a disposição da lei que proíbe concedê-la aos funcionários removidos antes de assumirem o novo posto. Hoje recebo o seguinte telegrama do Faro: “Renove por telegrama pedido licença”. Que devo eu concluir daí? Será que queiram separar-me de V. Exa., e dar-me posto? Seria para mim uma bem triste notícia, eu que já me fazia, no porão de Copacabana, pondo em ordem o seu arquivo da Liga para futura edição de um outro Livro Verde. Diga-me V. Exa., por favor, o que devo fazer. O Faro quer licença por telegrama. Será o caso, na verdade, de tamanha urgência?”

### XXX

Quando eu estava a serviço da carreira, mantinha larga e assídua correspondência com os colegas que se encontravam em outros postos ou na Secretaria de Estado. O brasileiro tem fama de não responder as cartas que recebe, fama que é um tanto verdadeira. Eu nunca fui assim. Nunca deixei de responder as cartas que recebia. Dentre os colegas da carreira com os quais mantive uma maior correspondência, posso citar Samuel Gracie, Camilo de Oliveira, Alves de Sousa e, num certo sentido, Mendes Viana, este quando eu era Ministro-Conselheiro em Buenos Aires nos anos quarenta. Maurício Nabuco também foi um de meus correspondentes, mas apenas em determinadas épocas, sobretudo nos meus primeiros anos de carreira. Porém, dentre todos eles, devo destacar Samuel Gracie, pelo número avultado de cartas que possuo dele em meu arquivo, cartas que me foram dirigidas especialmente nos meus primeiros vinte anos de vida diplomática, e Camilo de Oliveira de quem tenho cartas de todos os tempos, mesmo de hoje, quando estamos os dois aposentados.

Quero citar um trecho de uma carta de Samuel Gracie, datada de 2 de janeiro de 1925, quando ele era Primeiro Secretário em Washington. Queixava-se da falta de pessoal na Embaixada, que, não tendo ainda chegado o novo Embaixador, Silvino Gurgel do Amaral, estava reduzida a ele e a Mendes Gonçalves, Segundo Secretário. E acrescentava:

“Tenho esperança, porém, que o novo Secretário nomeado, o Tenente Alves de Sousa, será designado para cá, pois ele já aqui esteve muito tempo na Marinha americana, gosta muito dos Estados Unidos e é muito americano. Em pessoal, somos a Embaixada menor aqui! Mas que fazer? o Governo acha que está muito bem. Vamos ter agora, como Adido Naval, o Comandante Radler de Aquino”.

O *Tenente* Alves de Sousa... Gosta muito dos Estados Unidos e é muito americano... Ora, Samuel Gracie nunca foi um homem ingênuo, nem comia gatos por lebres. Mas revelava aí a ingenuidade de uma criança de cinco anos. O Tenente Alves de Sousa, esperto como ele só, nada tinha de bobo. Depressa compreendeu que a carreira na Ma-

rinha (naquele tempo) não valia dez centavos ao lado da diplomacia. Mandou a Mariinha às favas e fez-se nomear Segundo Secretário de Embaixada. Depois de curta estada na Legação de Montevideú, casou-se com a filha do Presidente da República, essa doce e simpática Teinha, a melhor das esposas; foi promovido a Primeiro Secretário por um golpe de mágica, passando à frente de todos os colegas de classe, e foi ser tenente à margem do Sena, na Embaixada em Paris, a ver o rio passar, como passava a banda de Chico Buarque de Holanda. Gostava muito dos americanos, dizia o Gracie. Sim, mas preferia que eles ficassem na Brodway ou nos cassinos de Las Vegas. E ele em Paris, só com franceses. Apesar de tenente ou ex-tenente, foi um excelente diplomata; e, se ocupou as melhores Embaixadas do Brasil na Europa, em Roma, em Paris e em Londres, pode ser que tenha se valido do auxílio do sogro, mas lhe eram devidas por suas qualidades de diplomata. Sabendo sorrir, sabendo como agradar, praticava aquele conselho que um Secretário-Geral do Quai d'Orsay dera a um diplomata francês, à guisa de instruções, que ia partir para um novo posto: *tachez de plaire*. Seguia aquela máxima do poeta Lamotte-Houdar:

*Apprends qu'en ce bas monde  
Il vaut mieux plaire que servir.*

Alves de Sousa escrevia-me muito quando estava na carreira. Cartas extensas e por vezes confidenciais. Pedia-me que lhe desse notícias e *potins* da carreira. Mesmo boatos, ainda que não se confirmassem. Mas, depois de aposentado, não deu mais sinal de vida. Perdi, com isso, um de meus melhores e mais saborosos correspondentes. Comportou-se como a maioria dos brasileiros: não escreveu mais cartas. *Potins* da carreira? para que, se se está aposentado? Pois eu, também aposentado, ainda adoro saber *potins* da carreira. Adoro e preciso deles. Com sua falta, como poderia eu escrever memórias? Alves de Sousa com certeza não se dedica a este gênero de escritos. Se gostasse, com a memória que tem e os fatos que conheceu, poderia produzir um livro ou uns livros deveras interessantes. Mas ele prefere viver a vida presente. Meu amigo e primo Teófilo de Andrade, comentando no *O Jornal* do Rio o 1.º volume das minhas memórias, lamenta que em Portugal e no Brasil – sobretudo no Brasil – os homens públicos não as escrevam. “Somos terrivelmente deficientes, acrescenta, como memorialistas e como epistológrafos, quando, outrora, eram as “Memórias”, os “Diários” e as cartas algumas das boas fontes, se não da história em seu conjunto, pelo menos da interpretação de certos fatos”. Na verdade nossos homens públicos, apesar dos altos cargos que exerceram, muito raramente reproduziram por escrito suas lembranças. Nossos diplomatas *idem*. Imaginem que sabor teriam as memórias do Embaixador Sousa Dantas, que ocupou este lugar em Paris cerca de vinte anos, ali conhecendo todo mundo. O mesmo se pode dizer do Barão de Penedo, Ministro em Londres por larguíssimo tempo. Uns poucos, três ou quatro, de meus colegas escreveram memórias da carreira. Mas são livros dos quais nem vale a pena falar.

Eu poderia mandar o Itamaraty e a carreira diplomática às favas, e não me dar ao trabalho de escrever minhas recordações. Mas não o faço. Não o faço porque, tendo tido quarenta e dois anos de carreira, vi e ouvi muita coisa, e fui testemunha de grandes acontecimentos que se passaram durante aquele tempo. Tenho pois o dever de pôr tudo isso no papel. Não mando às favas o Itamaraty porque estive ligado a ele a quase

totalidade da minha vida. Fui chefe de seção (hoje, divisão) desde 1927, quando contava apenas quatro anos de Segundo Secretário de Legação, da Seção Política da América, e depois de todos os principais serviços da Secretaria de Estado, inclusive Ministro interino do Exterior. Quase todos os diplomatas que entraram no Itamaraty antes de abril de 1958 (data de minha aposentadoria) serviram sob minhas ordens. Como fui sempre muito observador, e tenho assentado uma soma enorme de fatos sobre o Itamaraty e seus funcionários, conhecendo cada um melhor do que eles pensam, pareceu-me pena desperdiçar ou deixar morrer o que sei sobre eles. Daí a razão desta minha obra. Boas ou más, estas memórias irão sendo postas à luz do sol, doa a quem doer. Estando aposentado, não dependo do Itamaraty nem do Governo brasileiro, a não ser no que respeita a razão que me paga o Real Erário, que, pelo pouco que é, quase direi que é razão para um cão, e cão vagabundo, sem raça e sem *pedigree*, desses que são chamados vulgarmente de *street dogs*.

Voltando à carta do Gracie: "... Vamos ter agora, como Adido Naval, o Comandante Radler de Aquino..." Este seria um dia o sogro de meu colega Camilo de Oliveira. Sua filha chamava-se (e chama-se) Cora; mulher inteligente, esperta e, em certo sentido, bonita. Pouco antes de casar-se com Camilo, fora minha datilógrafa quando eu chefiava a Seção Política da América, em 1927, ao tempo do Ministro Mangabeira. Diziam que as mulheres que procuravam se colocar no Itamaraty visavam menos o emprego do que o encontro de um marido; e é exato que muitas se casaram com nossos diplomatas. Não creio contudo que Cora Radler de Aquino fosse dessas. Se casou com Camilo foi porque assim tinha que ser. Era seu destino. Petrarca dizia que, desde o nascimento, cada um tem seu destino marcado. E, segundo sabemos por Calderon, não há força humana para lutar contra o destino.

### XXX

Pouco antes de abandonar Genebra, eu escrevera a Maurício Nabuco mandando-lhe uns belos livros sobre a riqueza da arquitetura norte-americana. Todos os que iam a Nova York e viam aqueles enormes arranha-céus avistavam somente seus conjuntos, deixando de lado, ou melhor, não prestando atenção aos detalhes exteriores de sua construção, que, por vezes, constituem verdadeiras obras de arte. À minha carta, Nabuco respondeu por outra datada de 5 de maio de 1926:

"Meu caro Lyra. — Muito obrigado pelos lindos volumes que me mandou. Há muito que admiro quanto os americanos têm feito em matéria de arquitetura, e estimo ver pessoas mais autorizadas pensarem da mesma forma. — Passou por aqui vai por dois meses um *trustee* da Carnegie, *Foundation for international Peace*. Perguntou-me qual seria o meio mais eficaz de atingirem aqui os seus fins. Respondi que, na minha opinião, nada seria melhor do que a vinda de professores, como faz a França, mas que deveriam ser escolhidos nos ramos das artes e ciências, em que os Estados Unidos houvessem sobressaído. Citei entre outros: arquitetura e urbanismo".

E mais adiante:

"Desta casa (Itamaraty) nada lhe posso dizer, exceto que parece prosperar: nestes quinze dias compraram dois automóveis Lincoln por cento e vinte contos".

Uma observação: estava-se então no final do Governo Artur Bernardes. Continuação da citada carta de Nabuco:

“Os jornais ingleses excederam a minha expectativa na linguagem de que usaram a nosso respeito sobre o *lugar permanente* (sublinhado por Nabuco). Pensei que voltassem ao tom *ante-bellum*. Foram além. — Espero que você esteja satisfeito no seu novo posto. Conheço bem Genebra, que sempre achei agradável. Mas não sei se gostaria para residir permanente. Em todo caso, o trabalho, pelo que todos me dizem, não lhe dá muita folga. — Seu muito amigo,

MAURÍCIO NABUCO”.

De fato tinha razão: o muito trabalho em Genebra não me dava quase folga. A vida de um diplomata é como a de um empregado de balcão de uma casa comercial. Há dias em que nada há o que fazer, dada a falta de fregueses. E outros dias, quando estes se acumulam e todos querem comprar, o empregado mal tem tempo para se coçar. O mesmo acontecia e acontece ainda numa Embaixada. Em algumas delas, como a de Londres da época em que lá servi, não se tinha quase nada para fazer. Então, viva a folgança e os passeios no continente! Enquanto outras, como a Delegação Permanente do Brasil em Genebra, era uma casa de trabalhos forçados.

Naquele tempo, conforme disse, entretinha ativa correspondência com vários colegas, inclusive com alguns que se achavam na Secretaria de Estado. E uma das coisas que mais me impressionava era o geral descontentamento desses colegas. O que eu chamaria de *amor pela carreira*, sentimento que prevalecia antes de minha partida para Londres, não mais existia. Se não eram indiferentes a ela, pouco apego lhe tinham. Hoje, não poucos diplomatas nossos se têm afastado da profissão, que tinha merecido a escolha deles, para ocuparem outros lugares, em Bancos ou em Companhias, algumas dessas estrangeiras. Não propriamente por desamor à carreira, mas para receberem melhores proventos, já que os Governos do Brasil mantêm-se indiferentes aos limitados vencimentos de seus diplomatas, vencimentos que mal dão para comer e vestir decentemente. Na época a que agora aludo nestas memórias, o desconsolo ou desapego que reinava na Secretaria de Estado provinha do pouco que ali se fazia; e, quando algo se fazia, era, sob o ponto de vista de trabalho, mau e imprestável. Tenho diante de meus olhos uma carta de Edgardo Barbedo, então Segundo Oficial na Secretaria de Estado: “Na Secretaria tudo continua mudando, e para pior. Não há mais, como em teu tempo, os puros princípios de amizade”. Segundo ele, a preocupação geral era subir, ser promovido ou ganhar postos agradáveis, para o que todos os meios serviam, sem que houvesse um mínimo de atenção para com os colegas de menos sorte, desamparados e faltos de padrinhos. Quanto a seu caso em particular, Barbedo acrescentava:

“Continuo com o Araújo Jorge na Seção de Limites e, sem medo de errar, posso assegurar-te que é a única seção que ainda trabalha, ou melhor, o Jorge é o último abencerragem do Itamaraty. Ele, com o grande talento que bem conhece, e formidável capacidade de trabalho, tem ventilado todas as questões pendentes com o Uruguai e com a Bolívia. Algumas delas, paradas há mais de oito anos, encontrariam sepultura

perpétua no bolorento arquivo, se não lhes dessem novo alento a argúcia e lógica inconfundíveis do Jorge, exumando-as”.

## XXX

Assim que eu soube de minha remoção para Berlim, apressei-me, como devia, a escrever a Guerra Duval manifestando minha satisfação em ir servir na Alemanha sob suas ordens. Já o conhecia desde alguns anos, desde quando o avistava no Itamaraty ou nas recepções da casa do Senador Azeredo. E ele sempre me mimoseava com um bom sorriso. Ao receber minha carta, respondeu-me a 1.º de outubro de 1926:

“Meu caro colega e amigo. — Também eu fui surpreendido — agradavelmente surpreendido — com a sua remoção para Berlim. E, fora a língua rebarbativa, estou certo de que vai encontrar o posto interessante”.

E, como eu alegasse que retardaria um pouco minha partida para o novo posto, por estar ainda em Paris sob as ordens de Melo Franco, Duval dizia:

“Não vejo nenhum inconveniente na sua demora até meados do mês. Não há, de momento, nenhum trabalho que exija reforço, e, se houvesse, *on aurait mis des bouchées doubles*. Nem por isto estou menos impaciente de vê-lo conosco. E antecipo um afetuoso abraço. Saudades do amigo e colega,

GUERRA DUVAL”.

## XXX

Deixei Paris a 8 de outubro de 1926. E, depois de dormir no hotel Metrópole de Colônia, à sombra da famosa catedral, cheguei a Berlim no dia seguinte. Fui hospedar-me no hotel Esplanade, em Bellevuestrasse, não longe da Porta de Brandenburgo e do Tiergarten. Era o mais novo dos grandes hotéis de Berlim, e, ao lado do Adlon ou do Bristol, fazia figura de moço rico.

O hotel Esplanade tinha à entrada um enorme *hall* de mármore cor-de-rosa, seguido de vastos salões de recepção. Uma sala de jantar onde se moviam à vontade centenas de pessoas. A largura de seus corredores, o tamanho dos quartos de dormir, tudo ali era grande, excedendo, por suas medidas, os seus congêneres de França, de Inglaterra e da Suíça. Era o “colossal” alemão.

Além do salão de jantar, tinha embaixo, no subsolo, um *grill-room* que ficava aberto, à disposição dos hóspedes, a noite inteira. Mais de uma vez, tendo eu um amigo ou uma amiga no quarto, telefonava para o *grill* cerca de duas horas da manhã pedindo que me mandassem qualquer coisa para comer e para beber, no que era satisfeito dentro de dez ou quinze minutos. Não sei de outro hotel na Europa que oferecesse um serviço semelhante.

Morei no *Esplanade* cerca de cinco meses. Passei ali o inverno. Depois, persuadido de que o meu “provisório” em Berlim se transformaria em definitivo, instalei-me em um apartamento em Wichmanstrasse nº 5. Mas, desta vez, minhas previsões falharam. E, contrariamente à minha expectativa, fui removido para Montevidéu em janeiro de 1927. Residi, por conseguinte em Berlim, nesta ocasião, apenas seis meses.

Pouco antes de deixar Berlim, recebi carta de Raul do Rio Branco, datada de Berna, 4 de janeiro de 1927, em que, depois de desejar-me felicidade e prosperidade

“na sua carreira, devido ao seu zelo e ao seu talento”, desmentia o boato que corra da designação do então Ministro Nabuco de Gouveia, seu futuro cunhado, para a Legação em Berlim.

“Ele contradiz – acrescentava Raul – o que me escrevia recentemente a minha irmã Amélia, que residiu dez anos em Berlim e conservou uma recordação horrorosa daquela cidade\*. Eu também, que servi por duas vezes nessa Legação, em 1901 com meu pai e em 1909 com Itiberê da Cunha, poucas gratas recordações guardei dessa capital, então no tempo de seu esplendor militar imperial”.

Admito que Raul do Rio Branco e sua irmã Amélia tivessem razões quanto à vida em Berlim naquela época, muito embora a opinião do pai fosse diferente – para melhor, como se pode julgar pelo seguinte trecho de uma carta dirigida a certo amigo:

“Há de gostar desta capital, que hoje, na extensão e no número de habitantes, incluindo Charlottenburg e outras comunas inteiramente ligadas ao velho Berlim, não é inferior a Paris. Os bairros novos são lindíssimos. É, como sabe, um centro intelectual e artístico de primeira ordem”.

Com pequenas alterações ainda para melhor, posso dizer que Berlim de 1926, que eu iria conhecer, apesar da derrota sofrida pela Alemanha na primeira Grande Guerra, se assemelhava a Berlim de 1900. Derrotada pela força das armas, o país aceitara a rendição antes que as tropas inimigas invadissem seu território. Assim que, ao contrário do que aconteceria quando da Guerra 1939-1945, ele conservou intacta toda a riqueza artística, industrial e cultural que possuía.

### XXX

Indo para Berlim, uma de minhas curiosidades era descobrir o traço ou os traços que ali deixara o Barão do Rio Branco, que foi, como é sabido, Ministro do Brasil na Alemanha de abril de 1901 a outubro de 1902. Neste tempo era Presidente do Brasil Campos Sales, que tinha em alta conta os serviços prestados pelo Barão à sua pátria, e mandara-lhe dizer, após a vitória por ele obtida na questão de limites com a Argentina, que escolhesse o posto diplomático que melhor lhe conviesse. Seu desejo era ser Ministro em Lisboa. A este respeito, Tobias Monteiro escrevia de Paris a José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Comércio* do Rio:

“A recompensa do Paranhos (*Rio Branco*) seria sua nomeação para Lisboa, que é o lugar que deseja, conforme a mim disse em Paris, e o próprio Domicio (*da Gama*) aqui agora confirma. Sociedade compatível com os seus hábitos; portugueses ricos para casar as meninas. E a Torre do Tombo, mais os arquivos, para as delícias de suas indagações histórico-geográficas”.

De fato, era a Legação que o Barão desejaria ocupar – se vagasse, acrescentava, porque por um dever moral, que nem todos tinham, não queria de modo algum deslocar nenhum colega. Ora, em Lisboa estava Costa Mota, nomeado para este posto em recente data. Sendo assim, Rio Branco preferiu ir para Berlim, que vagara com a remoção

\* Amélia se havia casada em primeiras núpcias com o Barão alemão von Werther, casamento que não foi muito feliz. E, depois da morte dele, casar-se-ia com o médico, depois diplomata, Nabuco de Gouveia, sobrinho de Joaquim Nabuco.

de Ciro de Azevedo para Buenos Aires. Foi um gesto elegante de sua parte, tanto mais elegante que poucos teriam este escrúpulo, este traço de correção moral.

Não o teve, por exemplo, o Sr. Juscelino Kubitschek, que, para se livrar de dois homens que o incomodavam quando ele era Presidente da República, Ernani do Amaral Peixoto e Álvaro Lins, que nada tinham com a carreira diplomática, nomeou o primeiro Embaixador em Washington, transferindo desta Embaixada para a de Buenos Aires João Carlos Muniz; e o segundo para o meu posto em Lisboa, transferindo-me para a Embaixada no Vaticano. Deslealdade tanto maior quanto eu lhe havia pedido que não me retirasse de Lisboa, onde estava não fazia dois anos e onde pretendia aposentar-me em breve. Além do que, o havia satisfeito quando passara pouco antes por Portugal, no sentido de ser recebido, conforme queria, com honras de Chefe de Estado, sendo naquele momento apenas Presidente eleito — “que se diz eleito”, como, com razão, declarava o Governo português, já que não tinha ainda sido reconhecido com Presidente pela Justiça Eleitoral do Brasil. E não foi sem custo para mim convencer o Presidente Craveiro Lopes e o Dr. Oliveira Salazar da vantagem em satisfazer a vaidade do Sr. Kubitschek, visto que assumira pouco depois a Presidência da República. E, quando me queixei de sua ingratidão retirando-me o posto para dá-lo a um escritor conhecido por suas tendências comunistas, cujo resultado foi o que é do domínio público, ainda ameaçou-me com a disponibilidade!

### XXX

Na realidade, Rio Branco pouco fez em Berlim. Ou por outra, pouco tinha o que fazer. Nossas relações eram com a Alemanha as melhores. Não havia problemas a resolver. Era a “apatia de Berlim, dizia Domício da Gama, a rotina de uma Legação”, fechado com seus livros, mapas e papéis velhos, como confirmaria o próprio Barão. Mas, não conseguindo este ficar inativo, distraía-se, para encher o tempo, a fazer serviço de Secretário, dando entrada e saída aos papéis da Missão, inclusive aos telegramas, que ele mesmo redigia, deixando em tudo o traço da sua mão. Tinha como auxiliares, que faziam ainda menos do que ele, seu filho Raul e seu sobrinho Luís Cavalcanti.

Quanto a cerimônias que o pudessem distrair, só teve, durante seu pouco tempo em Berlim, a entrega de suas credenciais ao Imperador Guilherme II, realizada nos Neues Palais, em Potsdam, e que só teve lugar quase dois meses após sua chegada. Isto devido à ausência do Monarca, que tinha primeiro ido a Kiel assistir ao embarque de seu filho Alberto, oficial de Marinha; depois a Dresde participar das festas de aniversário do velho Rei Alberto de Saxe; e por último a Bonn acompanhar o Príncipe Imperial, o Kronprinz, que lá devia estudar. Assim que somente a 28 de maio de 1902 lhe foi possível apresentar suas credenciais ao Kaiser.

“Vestindo o seu pomposo uniforme dos húsares vermelhos, o Imperador, ao recebê-lo, não se limitou às expressões protocolares na troca de discursos: fez, com largueza, o elogio pessoal do Ministro brasileiro, declarando conhecer os serviços que ele prestara ao seu país e haver acompanhado de perto a sua atuação como advogado em Berna, através dos relatórios do Ministro alemão na Suíça. E, durante vinte minutos de palestra, escolheu Guilherme II certos assuntos que o mostravam muito bem informa-

do a respeito do Brasil: a obra financeira do Governo Campos Sales; a guerra do Paraguai, da qual citou vários episódios que lera em Schneider; a abertura da navegação dos nossos rios interiores, particularmente a do Paraguai, devida aos esforços do Brasil. Referiu-se ainda ao projeto apresentado no Congresso Latino-Americano de Montevideú para a ligação, por meio de canais, das duas bacias do Amazonas e do Prata. E, por fim, à colonização alemã no Brasil.”

Tudo isto mandava Rio Branco dizer ao Itamaraty. Era evidente que Guilherme II aprendera a lição, isto é, ao se anunciar a chegada a Berlim do novo Ministro do Brasil, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha lhe enviara informações sobre este e suas atividades anteriores, pondo-o a par de quem se tratava. Assim procediam — e procedem — todos os países que têm em dia e perfeitamente atualizados seus serviços exteriores. Já contei o caso passado em Roma, em um jantar realizado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando o Chefe do Protocolo disse a Daniel Varé, diplomata italiano ao qual tenho feito várias referências, que ele devia conduzir à mesa a Marquesa Calabrini. Varé respondeu-lhe ser isto impossível, pois que a Marquesa já havia morrido. Vê-se logo que aquele Ministério não tinha atualizado sua lista de convites.

Com relação à apresentação de credenciais dos novos Ministros (hoje Embaixadores em sua grande maioria), observei que o Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal não dispõe de dados (ou, se os tem, não os utiliza) sobre os Chefes de Missão recém-chegados, não somente para informar o Presidente Américo Tomaz, como para fornecer à imprensa. Esta limita-se a dar uma notícia mais do que resumida sobre a apresentação de credenciais do novo Embaixador, notícia que, excetuando o nome da pessoa e do país, é igual para todos. Chamei a atenção do atual chefe do Protocolo sobre tal ausência de informações, pois acredito que o público gostaria de saber mais minuciosamente quem é o novo titular desta ou daquela Missão. Porém nada se fez até agora. Tudo na mesma.

Ainda sobre apresentação de credenciais, seria oportuno contar que, em junho de 1964, ao chegar a Lisboa o novo Embaixador do Brasil, Boulitreau Frago, o Presidente Américo Tomaz encontrava-se em Angola. Em conversa com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, disse-lhe eu que, na minha opinião, para firmar perante o Brasil a posição de Angola como terra genuinamente portuguesa, a apresentação de credenciais do novo Embaixador poderia ser feita em Luanda. Indagou-me se isso era aceitável. Citei-lhe então dois precedentes: o do Ministro inglês no Brasil, Edward Thornton, que as foi apresentar ao Imperador Dom Pedro II em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, onde se achava o Monarca no início da guerra do Paraguai; e o do nosso Ministro na Alemanha, Silvino Gurgel do Amaral, que, chegando a Berlim no decurso da primeira Guerra Mundial, foi apresentá-las numa outra cidade alemã, cidade na qual estava instalado o quartel-general de Guilherme II. Franco Nogueira aprovou minha idéia. Mas deu-a a conhecer ao Itamaraty, que se mostrou contrário. E Boulitreau foi obrigado a ficar longo tempo à espera do regresso do Presidente.

### XXX

Voltemos a Rio Branco. Pouco depois da apresentação das credenciais ao Kaiser,

teve lugar o casamento de sua filha Amélia com o Barão von Werther, alemão de boa família, porém pobre e sem ocupação, e que causaria ao sogro bastantes dissabores. Outro acontecimento de nota foi a visita de Victor-Emanuel III, Rei da Itália, com recepção no Palácio Real de Berlim e espetáculo na Ópera do Estado. E, quanto ao movimento social da Legação do Brasil, não passou de um jantar dado em honra do Barão de Ritchofen, Chefe do Protocolo do Ministério do Exterior da Alemanha. Em resumo, Berlim não foi senão um curto estágio na carreira diplomática, também curta, do Barão do Rio Branco.

Logo de chegada, Rio Branco esteve alguns dias hospedado no Palatz Hotel. Depois instalou a Legação na Kurfurstendam 10, em um apartamento térreo da Romanches Haus. Tinha consigo, além do filho mais velho, Raul, então com vinte e nove anos de idade, as duas filhas solteiras, Amélia e Hortênsia. E, com o casamento de Amélia pouco tempo depois, ficou só com Hortênsia, então menina de sete anos. Tendo perdido a mulher em França, foi preciso arranjar uma governanta para a pequena. Para este fim foi escolhida a Baronesa de Berg.

Mal pago pelo Governo brasileiro quando advogado nas duas questões de limites, com a Argentina e com a França, Rio Branco gastara quase todas as suas economias. Assim que, quando Amélia, recém-casada, escreveu ao pai pedindo lhe emprestasse algum dinheiro, ele respondeu: “Não disponho de nada. O pouco que possuía deixei em garantia a um banco por ocasião do teu casamento, para contrair uma dívida de cinqüenta mil francos, da qual pago os juros, e que, até este momento, me foi impossível amortizar, mesmo em parte”.

Vagara nossa Legação em Roma, junto ao Quirinal. Rio Branco estava satisfeito em Berlim, mas havia o problema do genro Werther, o qual, não dispondo de recursos, desejava um emprego na administração pública da Alemanha. Ora, como Ministro do Brasil neste país, estava moralmente impossibilitado de pedir qualquer coisa para o marido de sua filha. O mesmo contudo não se daria se obtivesse transferência para Roma. Estava deixando amadurecer esta idéia quando foi surpreendido por dois fatos que iriam modificar radicalmente toda a sua vida. Primeiro, o prêmio de trezentos contos que lhe concedeu o Governo brasileiro pelos relevantes serviços prestados como advogado nas duas Missões Especiais de arbitramento, de Washington e de Berna.\* Foi um desafogo para sua bolsa vazia. Segundo, o inesperado convite do Presidente eleito Rodrigues Alves para que ele fosse o Ministro das Relações Exteriores de seu próximo Governo. Admirado com tal convite, não sabia como agir. Em princípio, achava que seu amigo Joaquim Nabuco estaria mais indicado para o cargo. Neste sentido escreveu a Rodrigues Alves. Mas o futuro Presidente não aceitou sua proposta, e insistiu no convite. De resto, o próprio Nabuco entendia não poder ser o Ministro do Exterior, visto estar às vol-

---

\* Todos sabemos que a defesa, elaborada por Rio Branco, do território cobiçado pela França era irresponsável. Mas, fora o que se deve à sua inspiração e ao seu conhecimento da matéria, é justo reconhecer que uma boa parte foi calcada sobre o livro de Joaquim Caetano da Silva, obra em dois volumes, intitulada *L'Oyapok et l'Amazone*, publicada em 1862. Dom Pedro II, que a tinha lido, dizia que valia por um exército de duzentos mil homens destacados na fronteira.

tas em Londres com a questão de limites com a Guiana Inglesa, e esta não dever ser interrompida nem entregue a outra pessoa.

Diante disto, Rio Branco encontrou-se num beco sem saída. Era de opinião que na idade que tinha, o pouco que conhecia do Brasil e de seus homens, devido à longa vivência no estrangeiro, não lhe era possível assumir a responsabilidade de encabeçar o Ministério do Exterior. Passou todo um mês numa grande hesitação. Escreveu, pedindo o parecer, a vários de seus amigos mais chegados, a José Carlos Rodrigues, Domício da Gama, Graça Aranha, Hilário de Gouveia, Frederico Abranches, que era também amigo de Rodrigues Alves, e ao Visconde de Pindela, Ministro de Portugal em Berlim. Acharam todos que ele não podia recusar o honroso convite. Assim que, diante disso, não teve outro remédio senão aceitá-lo. E, em outubro de 1902, deixava Berlim a caminho do Brasil.

### XXX

Passei em Berlim todo o inverno de 1926-27, quer dizer, a época mais movimentada do ano, cheia de atrativos, porque era a estação dos teatros, das danças, dos jogos, das festas nas Missões estrangeiras. Que mais poderia eu desejar para levar de Berlim a melhor das impressões? A cidade, sob o ponto de vista de sua construção, pouco me interessou, apesar de suas largas avenidas, de seus grandes edifícios, de seus parques e de suas praças. Tudo monumental, tudo muito limpo, com muita ordem e disciplina. Mas nada disso podia compensar as belas artérias parisienses, as linhas harmoniosas e estilizadas da capital francesa, as perspectivas do vale do Sena. Tão pouco encontrava em Berlim as características das ruas de Londres, aquele aspecto tão tipicamente local, que podia não agradar aos olhos de muitos estrangeiros, mas não deixava de ser do maior interesse para quem estivesse curioso de conhecer e sobretudo de compreender a “alma” inglesa. Berlim era uma cidade sem fisionomia própria, sem nada por onde se tentasse compreendê-la. No fundo era uma cidade sem alma; talvez a menos alemã das cidades da Alemanha, a mais impessoal. E, apesar da imponência de suas avenidas ou de seus edifícios públicos, uma das mais vulgares.

Meus seis meses de Berlim foram ocupados com o serviço da Legação em primeiro lugar; depois com as partidas de bridge, com jantares, com recepções, com as danças nas Missões estrangeiras; e, à noite, nos teatros, nos concertos, nos cabarés, que eram muitos e variados. Depois da temporada que passei em Genebra, dedicada inteiramente ou quase inteiramente ao trabalho incessante da Delegação, isso valia como o melhor descanso para meu espírito.

Por falar em teatro. Já naquele tempo eu era um apaixonado pela música de Wagner. Já tinha lido mais de um livro sobre a vida deste insigne compositor, sobre suas primeiras obras, quando era apenas o “músico do futuro” e combatido, sobretudo na Alemanha, pelos seus contemporâneos. De suas óperas, só havia assistido à representação do *Lohengrin* na Ópera de Paris, que, embora interpretado por artistas alemães, algo deixava a desejar relativamente aos cenários. Assim que foi em Berlim que tive o ensejo de ver, na Ópera do Estado, as magníficas representações das principais produções de Wagner. Destaco sobretudo o *Parsifal*, de todas as minha preferidas, que foi,

em todos os sentidos, quer quanto aos cantores, quer quanto à orquestra, quer quanto aos cenários, um magnífico espetáculo. De então para cá, já assisti a esta ópera não sei quantas vezes, talvez umas cinco ou seis, e estou tão identificado com sua música que seria capaz, creio, de dirigir uma orquestra que a tocasse. O mesmo, aliás, se dá no que se refere a algumas músicas sinfônicas, por exemplo ao concerto de Beethoven, o único que ele compôs para violino e orquestra, que ouvi pela primeira vez em Roma, com o grande Kreisler ao violino, espetáculo inolvidável. Desde então tenho ouvido dezenas e dezenas de vezes este concerto, inclusive em discos e no rádio, com outros artistas ao violino, mesmo dos mais afamados, mas que não se equiparam a Kreisler. Conheço tanto o dito concerto, que, como acontece com o *Parsifal*, acho que poderia dirigi-lo.

Justamente pelo gosto que tenho pela música chamada clássica, Berlim foi para mim uma cidade atraente, com suas numerosas salas de concertos e suas duas casas de óperas, abertas durante todo o inverno. Dez anos mais tarde, quando pela segunda vez servi em Berlim, em 1936-37, em lugar de duas, havia quatro casas de óperas.



---

## O corpo diplomático

No inverno de 1926 dançou-se muito nas Missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo alemão, que a esse tempo era o da chamada República de Weimar, produto espúrio de uma derrota, imposta à Alemanha em Versalhes. Presidia o governo do Reich o venerando Marechal Hindenburg, herói aposentado. Havia em Berlim um costume que, por sua utilidade, merecia ser imitado nos demais postos, e evitava as dificuldades em que se encontrava, por vezes, uma Missão diplomática para fixar um dia a recepção, de um almoço ou de um jantar, pela coincidência com outra festa no mesmo dia de outra Missão, impossibilitando assim encontrar convidados disponíveis. O costume consistia em combinar todas as Missões que desejavam receber, isto antes do início da estação das festas, os dias de suas recepções ou de seus jantares, escolhendo cada qual as suas datas. Desaparecia, com isso, a coincidência de recepções no mesmo dia, e havia a vantagem de cada Missão saber com antecedência os compromissos que podia assumir. Tal método tinha também outro lado: obrigar moralmente as Missões mais retraídas no mesmo inexistentes no ponto de vista social e abrir suas portas e evitar o constrangimento de fazer exceções na lista dos recebimentos.

Dois bailes, entre outros, marcaram época nessa estação social de Berlim: o da Embaixada da Turquia, em outubro de 1926, e o da Embaixada dos Estados Unidos da América, em janeiro seguinte. A Embaixada turca estava instalada num belo palácio da Tiergartenstrasse 19, o mesmo onde a iria encontrar dez anos mais tarde, quando da minha segunda estada em Berlim, em 1936.

O Embaixador turco era Kamaledin Pascha, um general ainda moço da roda dos Jovens Turcos que cercavam Kemal Pascha, o Ataturk, criador da Turquia moderna. Era casado com uma verdadeira princesa, encantadora filha de Smirna, que se chamava poeticamente Eminê, dona dos mais belos olhos azuis que tenho visto. Poeticamente, digo eu, como o são em geral os nomes das mulheres turcas, que nos fazem lembrar os esguios minaretes de Istambul, a antiga Constantinopla, ou os contornos suaves das margens do Bósforo. Dançou-se nesse baile até alta madrugada, e nele tive a honra e o prazer de dançar pela primeira vez com Frau Stresseman. Honra por se tratar da mu-

lher do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, o que era considerável para o modesto Segundo Secretário de Legação que eu era, recém-chegado a Berlim.

O General Kamaledin morreu faz alguns anos, mas a Princesa Eminé ainda vive neste ano de 1973, bem idosa, dado o tempo decorrido desde que a conheci naquele longínquo 1926. É tia da mulher de Sadi Kavur, que foi Embaixador da Turquia em Lisboa, e hoje reside nesta cidade, aposentado como eu e outros antigos chefes de Missão. Foi ele quem me deu as recentes notícias da Princesa Eminé.

Quanto ao baile na Embaixada dos Estados Unidos, nada houve nele de salientar; não teve no entanto a categoria e o ar de distinção de que se revestiu o baile turco. Dizei apenas que foi *too american*, com a enxurrada da colônia norte-americana de Berlim a entupir todas as salas. O Embaixador dos Estados Unidos era um Sr. Jacob Gould Schurman (falecido em 1942), três nomes que traíam a origem judia do seu portador. O que naquele tempo não era de forma alguma um prejuízo, mesmo na Alemanha, ou melhor, sobretudo na Alemanha de 1926, dominada que estava pelos judeus, que pontificavam nos gabinetes ministeriais, na imprensa, nas finanças, no Reichstag — em suma, em toda parte.

O exemplo das danças vinha de cima, isto é, do próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros, à frente do qual se encontrava Gustavo Stresseman, o “homem de Locarno”, que eu conhecera em Genebra quando do fracasso da entrada da Alemanha na Liga das Nações. Frau Stresseman, uma judia que podia ser tida por bonita, mas que era certamente jovem e elegante, sendo, além do mais, excelente dançarina, dava-nos agradáveis recepções das sete às nove horas nos salões da Wilhelmstrasse, onde se bailava ao som de uma orquestra que seria supérfluo dizer ser ótima, visto tratar-se de orquestra alemã.

A Alemanha desse tempo não era ainda a de Adolfo Hitler, cavalheiro então vagamente conhecido, tido apenas como um dos muitos agitadores que infestavam o país, e posto por vezes em ridículo por causa dos planos grandiosos a que aspirava sua pátria, ou melhor, para a Alemanha, já que ele era de nacionalidade austríaca. Em certo momento estivera em evidência. Foi quando, de parceria com o respeitável e glorioso Marechal Ludendorff, tentou um golpe de estado contra o Governo alemão. Mas tudo não passou *d'une affaire sans lendemain*, de um simples caso de política: se pela manhã Hitler e seus companheiros se haviam apoderado de Múnic, cerca de meio-dia o *putsch* tinha falhado fragorosamente, e o resultado foi a prisão de Adolfo Hitler com um estágio na cadeia local. Aí ele escreveria *Minha Luta*, espécie de Alcorão do nacional-socialismo, um dos livros mais debatidos naqueles tempos, e de cujo verdadeiro valor ou alcance só as gerações vindouras poderiam julgar, quando a serenidade e a liberdade de apreciação voltassem a dominar o espírito dos homens.

Nessa minha época de Berlim o nacional-socialismo não era mais do que uma das muitíssimas facções políticas que disputavam as cadeiras do Reichstag, cada uma com seu grupinho de chefes e subchefes, com seu programa de reformas sociais, com seus oradores de cervejaria, e a indefectível bandeira à guisa de insígnia. A bandeira dos nacional-socialistas ostentava, num globo branco sobre campo vermelho, a cruz suástica, cujo significado ali nunca cheguei a compreender. Esta cruz, aliás, tinha, para mim, uma tradição trágica, por me fazer lembrar que a havia traçado, numa das paredes da

casa de Ekaterinburgo, a mão da infeliz Imperatriz Alexandra, mulher do Tzar Nicolau II, momentos antes de ser trucidada, com toda a família, pelo soviete da localidade.

A Alemanha de 1926 não era, pois, a de Adolfo Hitler, mas sim a do Marechal Hindenburg, o qual só avistei umas poucas vezes. Já muito idoso e alquebrado pelos achaques de uma vida longa e agitada, raramente aparecia em público. Nas cerimônias oficiais ou nas reuniões sociais fazia-se geralmente representar pelo filho, o Major Oscar von Hindenburg. Max, o chefe do partido centrista, era então o Chanceler do Reich. Concorreria com o Marechal Hindenburg às eleições presidenciais de 1925, porém fora derrotado por pequena diferença. Morreria em Roma, em 1946, com oitenta e três anos de idade. Hindenburg havia falecido em 1934, com oitenta e sete anos.

### XXX

O curto tempo que residi em Berlim nessa ocasião não me consentiu conhecer a maioria do corpo diplomático estrangeiro ali acreditado. Ele se reunia mais frequentemente do que acontecia em outros grandes postos. Mas era muito numeroso, e a cidade oferecia atrações sem conta, o que concorria para dispersar os *chers collègues*. Além do que, a Alemanha, embora sangrasse ainda das feridas abertas pela Primeira Guerra, proporcionava boas possibilidades de excursões, e isto afastava amiúde da capital muitos dos membros do corpo diplomático.

O Núncio do Papa, por tradição o nosso decano, era Monsenhor Eugênio Pacelli,\* arcebispo *in partibus* de Sardes. Ao chegar a Berlim, fui fazer-lhe a visita de praxe na sede da Nunciatura, Rauchstrasse 21; e ainda lembro a extrema simplicidade com que me acolheu, seu ar bondoso, a expressão inteligente de seu rosto, guarnecido de dois olhinhos negros e espertos, que brilhavam através dos largos vidros de cristal. Face esquelética de anacoreta. E uma vivacidade que me surpreendeu naquele corpo magro e vacilante.

Falou-me do Brasil, que ainda não conhecia (iria visitá-lo em 1934, por ocasião de sua volta do Congresso Eucarístico de Buenos Aires), de sua estada na Alemanha, primeiro em Munich, depois em Berlim; aconselhou-me que estudasse o idioma alemão, condição *sine qua non* para apreciar o país e melhor conhecer essa raça “empreendedora e tenaz”, segundo suas próprias expressões. E, com um largo aperto de mão, despediu-me. Quando deixei a Nunciatura Apostólica, bem longe estava de pensar que iria rever Monsenhor Pacelli em Roma, cinco anos depois, elevado a Cardeal e investido do alto cargo de Secretário de Estado do Papa Pio XI, em substituição do Cardeal Gasparri; e ainda menos que seria colocado, em 1939, no próprio trono de São Pedro, feito chefe da Cristandade, e predestinado a ser um dos Papas mais gloriosos na extensa galeria dos vigários de Cristo. Foi quando me foi dado encontrá-lo de novo, em 1957, eu como Embaixador do Brasil junto à sua pessoa. No ano seguinte faleceria em Roma. Fazia trinta e dois anos que o havia conhecido em Berlim.

---

\* Pacelli foi Núncio primeiro em Munich e depois em Berlim, tendo apresentado suas credenciais a Ebert, então Presidente do Reich, em junho de 1920. Porém o mais antigo Chefe de Missão na capital alemã era, na época, o Barão Gevers, Ministro da Holanda, que lá se achava desde 1º de janeiro de 1906, isto é, havia mais de vinte anos.

## XXX

Outra Embaixada que recebia com frequência era a da Espanha, na Regenstrasse 15. Foi a primeira recepção a que assisti, dois dias após minha chegada. O Embaixador, Soler y Guardiola, estava ausente, e fez as honras da casa, com sua senhora, o Conselheiro, interinamente Encarregado de Negócios, Francisco de Agramonte, que eu devia encontrar novamente em Berlim em 1936, já então elevado a Embaixador; e, outros dez anos mais tarde, tornaria a ver em Copenhague como Ministro de Espanha, sendo em seguida removido para Montreal, no Canadá, como Cônsul-Geral. Quer dizer, meu amigo e colega Agramonte, em vez de subir na carreira, ambição de todo diplomata, descia nela. Coisas da vida. Depois de aposentado, publicou um livro de recordações de sua vida diplomática, intitulado *O Fraque às vezes aberta*, onde conta, ao lado de acontecimentos sérios, fatos engraçados.

O sucesso dessa primeira recepção em que estive na Embaixada de Espanha foi sobretudo devido aos números de dança com que nos deliciou a célebre *La Argentina*, que assim se chamava por haver nascido em Buenos Aires, quando seus pais, também bailarinos, ali realizavam uma *tournée*. Em tudo mais, inclusive no nome, Antônia Mercê, era madrilena da mais legítima estirpe, madrilena pelo pai e cordovesa pela mãe.

Era então a bailarina mais afamada da Europa, e quiçá do mundo, não só pela graça sem par de seu corpo e a volúpia dos gestos, como também pelo capricho de todos os seus passos. Nenhuma outra a igualava na técnica corporal, na verdade impecável, na lógica dos movimentos, nem tão pouco no manejo das castanholas, no *tocaneo* e no *zapateado*, característicos da dança espanhola. Vendo-a exhibir-se na Embaixada, é que pude constatar quanto era merecedora da glória que desfrutava. Mostrou-se insuperável em todos os números que executou: no *fundango*, na *jota*, no *bolero*, na *seguidilla*, nos *tangos gitanos*; e ainda nos concertos dançantes e nas interpretações de cenas coreográficas espanholas, em muitas das quais colaborava sua rica e caprichosa imaginação de artista, indo por vezes buscar os motivos de suas danças na velha Espanha de Calderon.

Dez anos depois de tê-la visto em Berlim cercada de uma auréola de glória, condecorada pelos Governos francês e espanhol, e um mês após ter sido aplaudidíssima na Ópera de Paris, um traiçoeiro ataque de coração iria matá-la na casa onde vivia em Neuilly.

No seu livro de memórias, já citado, Agramonte nos traçava a vida social do Berlim daquele tempo:

“Una sociedad bastante nutrida de gentes nobles, adineradas e influyentes, que tenían esplendidas residencias, daban fiestas, comidas y recepciones, que con las del Cuerpo diplomático formaban un ambiente de bienestar y lujo que no faltaba de atractivo. En Dahlen, suburbio de Berlim, en un barrio de elegantes chalets rodeados de bellos jardines, tenía su residencia un señor que nos invitaba con frecuencia a comidas íntimas, con piscina y bridge. Era um hombre *chic*, que hablaba bien francés y inglés, y estaba casado con una rica heredera, dueña de propiedades cerca de la frontera francesa y belga, donde se fabricaba el conocido champañe Mumm.”

O Senhor *chic* não se ocupava de política nem de outras coisas sérias; coleciona-

va telas de Utrillo, e vivia como podia viver um Buda entre os mortais. Chamava-se Joaquim von Ribbentrop. Estava marcado pelo destino para ser enforcado em Spandau, por decisão de um improvisado tribunal constituído pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, americanos, ingleses, russos e franceses. Ribbentrop foi condenado pelo crime de haver perdido uma guerra que em rigor não provocara: limitara-se a obedecer às ordens de seu chefe Adolfo Hitler. Este e seu amigo e colaborador Hermann Goering os vencedores não puderam enforcar, como desejavam, já que tiveram a boa idéia e a coragem de se suicidarem antes de serem pendurados nas cordas.

O famoso tribunal de Nuremberg, formado com o intuito de conduzir à força os vencidos de uma guerra, foi, como diria Fouche, mais do que um crime — foi um erro. Porque, no caso de outra guerra (permita o Céu que não haja), se os vencidos de ontem forem os vencedores, estes se atribuirão o direito de fazer o mesmo que lhes fizeram em 1945. Mas isto é outra história.

O Segundo Secretário espanhol era Francisco Triviño, que eu voltaria a encontrar, anos depois, no Rio de Janeiro como Primeiro Secretário. Casara-se em Berlim com uma filha do Professor alemão Huber, grande notabilidade médica. Em seu apartamento da Kurfurstendam oferecia-nos as mais agradáveis recepções, num ambiente de bem-estar que a todos encantava. A senhora de Triviño possuía o segredo de reunir a maior simplicidade de maneiras à mais espontânea das distinções.

### XXX

Outra recepção, de que me recordo, foi a que nos deu numa noite de novembro de 1926 a Ministra da Polônia, Madame Olszowska, talvez a mais mundana e seguramente a mais sociável das senhoras dos Chefes de Missão acreditados em Berlim. Fazia lembrar, tanto pelo físico como pelo traquejo social Madame Santos Lobo, a *nossa* estimada Dona Laurinda, uma das senhoras que melhor sabiam receber no Rio nos anos à volta de 1930. As reuniões em sua bela casa de Santa Teresa, sobretudo aos domingos, quando eram por vezes precedidas de um almoço em *petit comité*, deixavam a todos cativados, pela afabilidade de maneiras da dona da casa, pelo ambiente acolhedor de suas salas, pelos objetos valiosos que ali se encontravam e traíam o sentimento artístico de quem os arrumara. Madame Olszowska recebia muito e recebia bem, o que são coisas distintas. Tudo em sua Legação de Kurfurstenstrasse 136 se passava como se devia passar; e não havia sequer uma nota, um detalhe ao menos que pudesse chocar ou provocar a crítica sempre pronta e mordaz dos diplomatas seus convidados. Isso era de notar-se. Muitas coisas ali me faziam também recordar as recepções do Senador Azere-do e de sua mulher, D. Sinhá, à praia de Botafogo. Dona Sinhá e Dona Laurinda, acima citada, tinham os salões mais festejados e de maior êxito no Rio de Janeiro de então. A igual dessas nossas duas compatriotas, Madame Olszowska era a *hostess* perfeita.

Em todo caso, para não fugir à tradição de más línguas de que gozamos, direi que naquela noite Madame Olszowska teve a infeliz idéia de nos caceteiar com um rapazinho de sua terra, que ela entendeu de nos exhibir como cantor, possuidor de uma voz que era, para Madame Olszowska, prometedora de grandes esperanças, mas que a todos cansou e quase nos deixou sonolentos. Chamava-se este cantorzinho de salão Jan Kie-

pura. De então para cá ele fez, como se diz, seu caminho. Sem embargo, mesmo depois de célebre, eu sempre o suportei mal, como cantor e sobretudo como ator. Anos depois, o teria como companheiro de hotel em Buenos Aires, no Alvear Palace. Já então o acharia mais suportável, porque se tinha casado com a sedutora Marta Eggerth, e a figura desse amorzinho de mulher a seu lado dava-lhe todas as absolvições merecidas e imerecidas.

O Ministro de Cuba era o adiposo Aguero, meu conhecido de Genebra. Equador tinha como Encarregado de Negócios Miguel Ycasa, meu parceiro de bridge. O Ministro da Argentina era Frederico Quintana, sobrinho do antigo Presidente da República. Era diplomata de carreira, e seria em seguida Embaixador no Chile, onde faleceria. Homem seco e pouco acessível, que mal sabia sorrir, tinha mais acentuado ainda do que o geral de seus patrícios aquele fundo de presunção a que nosso Rio Branco chamava pitorescamente a “ vaidade andaluza dos argentinos”. Sempre me pareceu que levava em Berlim uma vida retraída e até certo ponto apagada, em parte devido possivelmente a seu efeito esquisito e em parte ao fato de não dispor de uma instalação condigna. Tinha a Legação em um apartamento de primeiro andar do mesmo prédio onde funcionava, no andar superior, a Legação do Brasil, na Tiergartenstrasse.

O Ministro do Chile era Luís de Porto Seguro, que eu devia reencontrar em Berlim dez anos depois elevado a Embaixador. Era um homem alto, de aspecto distinto, longas barbas a lhe guarnecerem o rosto franco e simpático. Os olhos claros traíam-lhe a ascendência germânica, que outra não era senão a do próprio pai, o nosso grande historiador Varnhagen, autor da magistral *História Geral do Brasil*, amigo e correspondente de Dom Pedro II, que o enobrecera com o título de Visconde de Porto Seguro. O filho, que tinha pelo pai grande e merecida devoção, quis perpetuar-lhe o título incorporando-o ao seu próprio nome, como fizeram no Brasil, entre outros, os descendentes do Barão do Rio Branco e os do Visconde de Ouro Preto. Ele não conhecera ou quase não conhecera o pai, pois que nascera pouco antes de este falecer em Viena, em 1878, como Ministro do Brasil acreditado na corte da Áustria. Varnhagen casara-se com uma senhora chilena que encontrara em Santiago quando ali representava o Império. Viúva, esta senhora voltara para sua terra natal, onde criara os filhos, que se tornaram, por isso, chilenos. Sem embargo, Porto Seguro mostrou-se sempre muito afeiçoado ao Brasil e aos brasileiros, o que era também um modo de melhor cultivar a memória do pai. E, por uma dessas coincidências pouco comuns, deveria falecer no Rio de Janeiro, em 1940, quando por ali passava a caminho do Chile. Sua esposa não estava ligada ao Brasil somente pelo casamento; também por sua irmã, que se casara, por sua vez, com Magalhães Calvet, quando este desempenhava em Santiago o cargo de Secretário da então Legação do Brasil. Outra coincidência foi a morte do pobre Magalhães Calvet no Rio também, pouco após o desaparecimento de Porto Seguro. Enviuaram, assim, as duas irmãs quase ao mesmo tempo, sob o belo céu carioca, que elas deveriam deixar, pouco depois, mergulhadas em seu desconsolo.

A Embaixada de França estava instalada no magnífico palácio de Pariser Platz, um dos mais suntuosos de Berlim, situado numa das extremidades da Unten den Linden e próximo à célebre Porta de Brandenburgo, sob a qual desfilara, vitorioso, à frente de seus exércitos, o Imperador Napoleão. Mais de cem anos depois outros soldados

vitoriosos passariam debaixo daquelas mesmas arcadas, os dos soviets russos, assinando, com este fato, o aniquilamento da Alemanha nazista.

O Embaixador de França era Pierre de Margerie, casado, em 1899, com Jeanne, irmã mais moça de Edmond Rostand. O casal tinha um filho, de nome Roland, que trabalhava na mesma Embaixada, rapaz de pouco mais de vinte anos de idade, que eu iria reencontrar em Roma, em 1958, quando éramos os dois Embaixadores junto à Santa Sé. Roland foi em seguida removido para Madrid, onde foi aposentado por limite de idade.

Pierre de Margerie recebia freqüentemente na Embaixada, e era para mim um prazer apreciar as magníficas tapeçarias, verdadeiros tesouros de arte, que tinha penduradas nas paredes, as quais, *hélas!* seriam completamente destruídas, inclusive o palácio da Embaixada, pelas bombas lançadas pelos aviões de seus próprios aliados na guerra de 1939-1945.

O Conselheiro francês, com categoria de Ministro Plenipotenciário, era André de Laboulaye, que seria mais tarde Ministro em Lisboa e Embaixador em Washington. Tinha um filho, François, naquela época contando apenas dez anos, que abraçaria também a carreira diplomática. Chegando eu ao Canadá, em 1952, fui ali encontrar o então menino como Conselheiro da Embaixada de seu país. Mais tarde seria Embaixador no Brasil.

O Primeiro Secretário da mesma Missão era Henri Hoppenot, velho conhecido do Brasil, onde servira por duas vezes, em 1917 e em 1924. Anos decorridos, seria Ministro em Montevidéu, onde eu o avistaria, numa tarde de dezembro de 1941, no Golf Club, arrastando a sua perna dura.

Sei que o Embaixador da Itália era o Conde Aldrovandi Marescotti, mas não me recordo de tê-lo conhecido. Penso até que nunca o identifiquei nas tardes de danças no Ministério dos Negócios Estrangeiros — se é que lá ia. De quem me lembro é de Francesco Lequio, então Primeiro Secretário. Esta lembrança é reforçada pelo fato de Lequio, pouco tempo depois, ter ido servir no Rio como Conselheiro. Daí passou a Embaixador em Madrid, realizando uma das carreiras mais rápidas da diplomacia italiana, superada apenas pela de Galeazzo Ciano, genro de Mussolini. O destino, no entanto, seria cruel para com o excelente Lequio, ceifando-o em 1942, quando se apresentava diante dele um próspero futuro.

Havia outro Primeiro Secretário italiano, e era Tommaso Bertelé. Tinha também servido no Rio, posto quase obrigatório para os diplomatas de seu país, sendo mesmo poucos os que não passavam por ele. Por coincidência caber-me-ia, como Encarregado de Negócios em Buenos Aires, quinze anos mais tarde, negociar com a Embaixada da Grã-Bretanha na Argentina a viagem de Bertelé para a Europa, a caminho de Roma. Ele havia deixado a Colômbia, onde era Ministro da Itália, e, estando seu país em guerra com a Inglaterra, necessitava, para atravessar o Atlântico sem ser incomodado pela esquadra inglesa, dos bons ofícios do Brasil, que estava então encarregado da defesa dos interesses italianos na Grã-Bretanha.

Batalha de Freitas era o Ministro de Portugal. Fazia pouco que estava em Berlim, tendo apresentado suas credenciais a 28 de abril de 1926. Fora casado a primeira vez com uma irmã de Paiva Couceiro, antigo Governador de Angola, chefe da falhada incursão monárquica em 1911 e falecido no exílio em 1944. Desfeito este casamento, Batalha de Freitas tornou a contrair matrimônio, desta segunda vez com Sofia de Oliveira, neta do 1.º Visconde de Tojal, que atualmente ainda vive e reside em Lisboa. Meu amigo Mário Cardoso de Miranda, no livro que escreveu sobre o Rei Dom Manuel II de Portugal, intitulado *O Último Rei*, diz que Batalha de Freitas era o Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1910, quando um movimento armado pôs fim à monarquia lusitana e proclamou a República. Justamente neste dia passava por Lisboa, a caminho da Alemanha, convidado do Imperador Guilherme II, o Marechal Hermes da Fonseca, Presidente eleito do Brasil, em honra do qual Dom Manuel dava um banquete no Palácio de Belém. Prevenido do golpe que se preparava contra a Monarquia, o Rei mandou recado a Batalha de Freitas para terminar sem tardança o jantar. “O Chefe do Protocolo, diz Cardoso de Miranda, continuaria na República a digerir banquetes de dois regimes”. Mais tarde, Batalha de Freitas seria durante muitos anos Ministro de Portugal na China. Sob suas ordens, serviam em Berlim um Conselheiro, Lopes Ferreira, e um Segundo Secretário, Lopo Simeão, este casado com uma filha do riquíssimo português do Brasil, o Visconde de Morais. A Legação estava instalada em Hohenzollernstrasse nº 7.

Os soviets russos eram representados por Nicolau Krestinski, com categoria de Embaixador. Era contudo voz corrente que ele era ali apenas um testa-de-ferro, pois quem mandava era um empregado subalterno, que recebia ordens de Moscou, e para lá enviava tudo o que podia ter interesse para seu governo. O nome deste personagem nem sequer figurava na lista diplomática. Quanto a Krestinski, coitado, seria fuzilado na Rússia em 1938, num dos expurgos praticados então por Stalin.

### XXX

No Ministério dos Negócios Estrangeiros tive ocasião de tratar por diversas vezes com o Diretor dos Negócios da América, que era Arno von Bobrik. Pertencia a uma família da nobreza húngara-alemã; possuía pois dupla nacionalidade. Quando me cabia ir ao Ministério falar-lhe, encontrava-o sempre pronto a receber-me com o mais aberto dos sorrisos e a mais prestativa boa vontade. Assim que os casos complicados que tínhamos com o Governo alemão quase se resolviam por eles mesmos. Arno von Bobrik, como alemão, era naquela época funcionário do Corpo Diplomático da Alemanha, porém depois passou a pertencer ao Corpo Diplomático húngaro. Como tal, iria revê-lo quatro anos mais tarde em Roma, quando éramos ambos Secretários de nossas Embaixadas acreditadas junto à Santa Sé. E, em 1941, novamente nos encontraríamos em Buenos Aires, quando eu era Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil, e ele Ministro Plenipotenciário da Hungria.

O Diretor do Protocolo era o jovem Conde Tattenbach, filho do afamado plenipotenciário alemão na Conferência de Algeciras, reunida em 1906 para resolver as dificuldades entre a Alemanha e a França a propósito de Marrocos, e que iria salvar duran-

te alguns anos a paz da Europa – salvar não, apenas adiá-la, pois a guerra de 1914 acabaria por explodir.

Na dita Conferência de Algeciras, o chefe da Delegação alemã era Rodowitz, Embaixador em Madrid. Mas quem na realidade comandava era o Conde de Tattenbach, que, devido a seu gênio difícil e às mentiras que enviava para Berlim, causava grandes dores de cabeça a seu colega francês, Révoil. Este era “o mais firme, o mais maleável ao mesmo tempo e o mais completo dos diplomatas franceses daquele tempo” no dizer do Conde de Saint-Aulaire, porém, perante as mentiras de Tattenbach, via-se na impossibilidade de agir. “Se a mentira por vezes é uma boa causa, dizia Talleyrand, é preciso não abusar dela”.

Naquele tempo falava-se muito do *imperialismo francês*. Dando o Quai d’Orsay para a Esplanada dos Inválidos, e sendo assim vizinho do túmulo de Napoleão, diziam que este inspirava sempre a política francesa. Mas fosse ela ou não fosse imperialista, a Conferência de Algeciras era antes uma luta entre a Alemanha e a Inglaterra, receosa, esta sim, da política imperialista de Guilherme II, muito embora uma das qualidades da diplomacia inglesa fosse não se espantar de coisa alguma. Era o que ela chamava *self-control*.

Voltemos ao jovem Tattenbach, diretor do Protocolo. Não obstante os defeitos do pai, ele era a simpatia em pessoa, e suas maneiras cativantes encantavam quantos o procuravam em seu gabinete da Wilhelmstrasse. Nem de longe tinha o feitio brigão e barulhento do progenitor, pangermanista de quatro costados. Era bem acolhido nas rodas latino-americanas, especialmente por ser casado com uma senhora originária da América Central, creio que da Costa Rica. Quando regresssei a Berlim em 1936, era Ministro da Alemanha na Venezuela. Nunca fora entusiasta do nazismo e de Hitler, o que o levaria a pedir demissão do serviço diplomático e retirar-se à vida privada, fixando residência na terra da mulher.



---

## A Alemanha de 1926

Quando cheguei a Berlim, em outubro de 1926, fazia oito anos que a Alemanha tinha assinado o Tratado de Versalhes, que pusera fim à guerra de 1914-1918. Tratado que, contrariamente ao que esperavam os alemães, não fora negociado, mas imposto pelos vencedores aos vencidos. Convém esclarecer que essa guerra não tinha sido militarmente vencida. Nenhum soldado inimigo havia pisado, no correr da luta, o solo alemão. Porém, como o exército alemão, não se sentindo mais em condições de sustentar a batalha em seu benefício, denotava visível enfraquecimento, entendeu, em boa hora, o Estado-Maior que seria prudente pedir um armistício aos inimigos, o que foi aceito.

Os vencedores de 1918, os Estados Unidos da América, a Inglaterra e a França não deram à derrota da Alemanha a mesma interpretação que esta deu ao fim da luta. A opinião pública alemã tinha a ilusão de que a guerra de 1914-1918 seria um ponto final na era das guerras. Por isso desinteressou-se dos deveres militares e acreditou no bom êxito da Liga das Nações recém-criada, na idéia de que se iria ter com ela a segurança coletiva e a organização definitiva da paz. Doce ilusão. A mesma aliás, que se teria com a instalação em Nova York das Nações Unidas.

Quando foi da assinatura do armistício em Compiègne, a 11 de novembro de 1918, os exércitos inglês e francês haviam sido esmagados no Chemin des Dames, e atirados sobre o Marne pelas forças militares alemães. Paris era alvo dos obuses dos colossais canhões chamados “as grandes Bertas”. Berta era o nome da herdeira de Frederico Krupp, chefe das usinas desse título, usinas que fabricavam as poderosas armas. Foi somente em julho daquele mesmo ano de 1918 que os exércitos aliados conseguiram contra-atacar na Champagne, tomando assim a iniciativa, sem que tal lhes desse, entretanto, a garantia de uma próxima vitória. Os alemães, pelo lado deles, tinham a impressão de que a guerra prosseguiria todo o inverno, e que a vitória dos aliados, caso ainda fosse possível, só viria na primavera de 1919, após um incalculável gasto de homens e de material bélico de ambas as partes. Nestas circunstâncias resolveu a Alemanha apresentar o pedido de armistício, que, conforme acima dissemos, foi aceito com real satisfação pelos seus inimigos.

À derrota da Alemanha seguiu-se, como era natural, a queda do Império e a im-

plantação da República. Guilherme II não pôs dificuldades em renunciar à coroa imperial, mas tentou ficar como Rei da Prússia, o que era um contra-senso porque a extinção do Império só podia ser entendida no seu todo, isto é, com o desaparecimento de todos os reinos e principados que o formavam. Tal era a opinião dos socialistas majoritários e dos independentes. Contudo o Imperador e seu filho, o Kronprinz, só renunciaram às duas coroas quando intimados por cinqüenta generais reunidos na cidade de Spa.

Feito o que, Scheidemann, chefe dos socialistas majoritários, do alto do Reichstag proclamou a República, no mesmo dia e quase na mesma hora em que Liebknecht e Rosa Luxemburgo desfaldavam a bandeira vermelha dos comunistas no Palácio Real de Berlim, aproveitando a confusão reinante para fazerem uma Alemanha comunista. Aconteceu, porém, que pouco depois Liebknecht e Rosa Luxemburgo foram assassinados, o que eliminou as possibilidades que tinham os comunistas de subirem ao poder. Se a Alemanha de então não era comunista, tão pouco era republicana. Era, se bem me exprimo, uma república sem republicanos, como o foi a França depois da derrota de Sedan, que só não voltou a ser reinado pela teimosia do Duque de Chambord em não aceitar a bandeira tricolor. Apesar de estinto o Império alemão e da fuga de Guilherme II e de seu filho para a Holanda, o sentimento monarquista estava vivaz no coração da maioria do povo. Internando-se em um país vizinho, é de admitir que o Kaiser esperasse ser um dia chamado a reinar novamente.

Instituída a República, Frederico Ebert foi feito Chanceler do Reich, substituindo o Príncipe Max de Baden, que se demitira. Em seguida reuniu-se em Weimar a Assembléia Nacional para votar a nova constituição, que se promulgou a 14 de agosto de 1919. Ficou assim formado o governo: Ebert, Presidente; Scheidemann, Chanceler; o Conde Brockdorff-Rantzau, Ministro dos Negócios Estrangeiros. A cidade de Weimar tornou-se o símbolo da nova Alemanha. Era a terra dos grandes humanistas, Goethe e Schiller, entre outros, enquanto Berlim era o centro do militarismo prussiano, encarnado no espírito do grande Frederico e de Bismarck, o construtor do Império alemão e de sua grandeza.

### XXX

Um dos primeiros atos dos novos dirigentes foi unificar o exército, juntando o exército prussiano aos dos demais estados alemães e constituindo assim o *Reichwehr*, reduzido, por imposição do Tratado de Versalhes, a cem mil homens, número insignificante comparado ao do exército imperial. Os generais de Guilherme II conservaram todavia seus postos.

Pela decisão de Weimar, a nova forma de governo do país era uma república federal, e cada estado alemão tinha sua Constituição. Fiel ao espírito monárquico, que ao longo dos últimos quatorze anos fizera a grandeza da Alemanha, a República era por demais nova para criar raízes, e seu próprio nome soava mal aos ouvidos do povo. Não se dizia que Ebert era *Presidente da República*, mas Presidente do Reich Alemão (*Präsident des Deutschen Reiches*).

Abolida a bandeira imperial, a nova veio a ser preta, vermelha e ouro, igual a dos corpos de estudantes defensores das idéias liberais e nacionalistas de 1848. Como

no tempo de Guilherme II, o país estava dividido em estados de tamanhos diversos, tanto quanto à extensão territorial quanto à situação econômica e cultural. Predominava a Prússia. O mesmo, aliás, que se passa no Brasil, com o predomínio, outrora político e hoje econômico e industrial do Estado de São Paulo.

Concluído o armistício, a Alemanha nunca se julgou militarmente vencida, tanto que Ebert, ainda não presidente, porém chefe dos Comissários do Povo, exclamou para as tropas da guarnição de Berlim que desfilavam sob a Porta de Brandeburgo: “Eu vos saúdo, vós que voltais invencíveis dos campos de batalha!” Um jornalista suíço, René Payat, que se encontrava em Berlim em dezembro de 1918, conta que, ao regressarem à capital os regimentos da Guarda, teve a impressão, pela maneira como foram recebidos, de que eram tropas vitoriosas. A ponto de o povo atirar sobre eles flores e aclamá-los delirantemente.

O pedido de armistício havia sido feito pelo Príncipe Max de Baden, que, em sucessão do Chanceler Hertling, formara o Gabinete Parlamentar. Neste sentido telegrafou ao Presidente Wilson, dos Estados Unidos, na esperança de que a paz fosse negociada na base dos quatorze pontos apresentados pelo próprio Presidente. Este talvez estivesse disposto a satisfazer os alemães. Mas, com o rancor que sempre demonstrara para com estes, Georges Clemenceau, por vezes não secundado por Lloyd George, fechou a questão: o armistício seria concedido sem condições, e a paz não será negociada, isto é, será imposta. Era como se dissessem: ou se assina tratado de paz como nós o redigimos, sem alteração de uma vírgula, ou se recomeça a guerra. Naturalmente que não convinha aos alemães continuar a guerra, já que corriam os riscos de ver seu território invadido. Razão pela qual assinaram a paz e aceitaram as condições leoninas do Tratado de Versalhes; aliás, convencidos da impossibilidade de cumpri-las. Seria, afinal, uma paz, rigorosamente falando, sem vencidos nem vencedores. Talleyrand dizia que *pour être satisfaisante, la paix ne doit satisfaire à personne*. Foi mais ou menos assim a de 1919: não satisfazia a Alemanha pela soma astronômica que ela devia pagar aos aliados, principalmente à França que tivera seu solo devastado; e não satisfazia aos aliados pela impossibilidade, que logo viram, de serem totalmente pagos. É verdade que havia em Berlim umas comissões aliadas encarregadas de zelar pelo cumprimento das “duríssimas condições do Tratado de Versalhes”, como diria Francisco Agramonte, o diplomata espanhol a quem já me referi. Tais comissões ali estiveram não sei quantos anos, mas poucos resultados obtiveram.

A famosa (porém falsa) paz de Versalhes só era paz para os bobos ou para os ingênuos. Assinada no palácio dos Reis de França, só refletia nos espelhos da *Galerie des Glaces*. Por fora era puro molambo. E, por culpa de Clemenceau, o *tombeur des Ministères* e seu principal inspirador, trazia no bojo Hitler e a Segunda Guerra Mundial. O General Lyautey, pacificador e criador do Marrocos francês, que bem conhecia Clemenceau, era de opinião que este constituía um “perigo público”; e os católicos do Parlamento o consideravam como o Anticristo por causa de seu anticlericalismo. A quem interessar este assunto, aconselho ler as memórias do Embaixador Saint-Aulaire, colaborador e amigo fraternal de Lyautey.

Os ingleses, mais realistas, diziam, pela voz de Lloyd George, que as pretensões francesas (*diga-se Clemenceau*) eram irrealizáveis; que encobriam apetites rapaces e

ambições de anexação territorial; que, se fossem aplicadas, provocariam a ruína total da Alemanha e da Europa, a miséria e o desespero do povo alemão, dos quais resultaria uma revolução no coração do continente; que era preferível poupar o Reich, não exigindo senão somas moderadas. Mas tais ponderações não foram ouvidas pelos franceses, que reclamavam o cumprimento ao pé da letra das cláusulas do tratado, e consideravam que o não cumprimento delas refletia simplesmente má vontade e má-fé.

Clemenceau distinguia-se pela dureza de seu coração. Raros franceses de sua época, sobretudo os políticos, se podiam gabar de serem bem tratados por ele. Escassas vezes se terá vislumbrado nele um traço de bondade. Tendo sido ferido por uma bala na redação do jornal onde escrevia, salvou-se quase por um milagre, pois a bala passara tão perto do coração que por pouco o teria atingido.

— Como vai Clemenceau? perguntou Bertrand de Jouvenel ao médico que tratava deste.

— Vai muito bem, foi a resposta. Apesar da idade, oitenta anos, parece ter o coração de um homem de trinta.

— Nada de espantar, retorquiu Jouvenel, para um homem que tão pouco se serviu dele.

Não obstante toda esta dureza, Clemenceau não perdia a oportunidade de pronunciar um *mot d'esprit*. Certa vez, num banquete, tendo aos seus lados duas senhoras, uma delas perguntou-lhe com o intuito de embará-lo:

— Diga-me, Sr. Clemenceau, se nós duas estivéssemos no mar com risco de nos afogarmos, que faria o Sr. para nos salvar?

— Oh, minha senhora, eu não ignoro que ambas sabem nadar!

### XXX

Os estados federais da Alemanha tinham, na República, um Parlamento — o Landstag. A supremacia do Governo do Reich sobre os estados, inclusive sobre a Prússia, era grande. Ao tempo do Império, a Confederação Germânica era composta de *Estados*, que, com o advento da República, passaram a denominarem-se *Länders*, isto é, países. Sob aquele eram vinte e seis; sob esta reduziram-se a dezoito. Como durante o Império eram todos reinos e principados, não foi tarefa fácil transformá-los em pequenas repúblicas, cada qual com sua constituição e suas instituições republicanas. Alguns dos estados, como Saxe, Hesse, Baviera e outros tinham prerrogativas soberanas que tiveram de ser suprimidas.

Devido à mudança do regime governamental, o *Staatenbud* (Confederação de Estados) da época imperial passou a ser o *Bundesstaat* (Estado Federal). E, além do *Reichstag* (Parlamento Federal), criou-se outra câmara — o *Reichsrat* (Conselho do Reich), composto de representantes dos *Landers*. O chefe do Governo conservava o título de Chanceler do Reich, o que correspondia a Primeiro Ministro na Inglaterra ou a Presidente do Conselho em França. Era nomeado pelo Presidente do Reich, mas, para poder governar, precisava ter maioria no Reichstag. Seria o caso de Hitler em 1933, quando seu partido, o nacional-socialista, tendo alcançado a dita maioria, Hindenburg se viu obrigado, bem a contragosto, a confiar-lhe o cargo de Chanceler.

O Presidente do Reich era eleito pelo Reichstag, com um mandato de sete anos e podendo ser reeleito.

Conforme disse, o Tratado de Versalhes impunha à Alemanha condições drásticas. Abolia o serviço militar obrigatório, reduzia as forças armadas, e à frota de guerra não era permitido ter mais de seis couraçados, seis cruzadores ligeiros, doze torpedeiros e noventa e dois *destroyers*. Era na realidade uma Alemanha desarmada. Em nome dos aliados, havia Clemenceau declarado que, se ela se desarmasse, seus inimigos também se desarmariam. Promessa que foi uma burla, pois nunca teve cumprimento.

Lloyd George diria mais tarde, em 1937, perante a Câmara dos Comuns, esta dura verdade:

“Se considerássemos tudo o que foi feito desde o Tratado de Versalhes, veríamos que todas as faltas não estão só de um lado. Tratamos outrora com um Governo alemão democrático, baseado em uma estrutura democrática e dirigido por estadistas democráticos. Foi precisamente o desrespeito aos compromissos contraídos com esse Governo que permitiu a Hitler chegar ao poder. Não só mediante um tratado, mas também em um documento firmado por Clemenceau em nosso nome, prometemos solenemente à Alemanha que, se ela se desarmasse, nós seguiríamos seu exemplo. Ora, isso não foi cumprido. Recusamos a cumprir nossas promessas, pois a Alemanha estava completamente desarmada. Havia os relatórios dos Embaixadores para dizer que o desarmamento era completo — e nós não cumprimos o prometido. Não alterei minha política quando fui Primeiro Ministro, nem quando fui *leader* do partido liberal, e nem durante minha atuação como membro independente. Exortei as potências vencedoras, que eram então poderosíssimas, a cumprirem as promessas feitas. Declarei que, se assim não procedessem, uma nova grande guerra abalaria a Europa. Minhas predições infelizmente se realizaram, e, quando se escrever a história das transações, se conhecerá a origem desses transtornos, simplesmente provocados porque os vencedores da última guerra não cumpriram as solenes promessas feitas em tratados que eles mesmos redigiram. A criação desse terrível poderio alemão se deve ao fato de que não cumprimos nossas promessas”.

Quando Lloyd George pronunciou estas palavras, não se estava ainda na Segunda Guerra Mundial. Era o ano de 1937. Eu vivia então em Berlim, e, por tudo que ali se fazia sob o governo de Hitler, não era difícil prever que a Europa marchava para uma nova hecatombe. Guerra cuja responsabilidade não caberia exclusivamente ao chefe do Reich, como fizeram crer, mas a todos os aliados, inclusive à França, que, vencendo a Alemanha imperial, não cumpriram as solenes promessas feitas à República de Weimar.

### XXX

Como os exércitos aliados não haviam pisado o solo alemão durante a guerra, e a França fora quem mais sofrera, inclusive com a devastação de seu território, ela decidira, apesar da oposição da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, ocupar militarmente a zona do Ruhr, para lá enviando milhares de soldados — franceses e belgas — sob o comando do General Mangin, com residência deste em Maiança.

Eu conhecera o General Mangin em Paris, quando era Secretário de nossa Embaixada em Londres. Tendo estado no Brasil, ele fizera, naquela ocasião, uma conferência

sobre sua viagem à América do Sul. Do Brasil só disse banalidades. Falava mal, tinha uma voz rouca e uma cara de poucos amigos. Na tribuna, como conferencista, não tinha modos. No fundo, era um sargento.

Com a intervenção tardia dos Estados Unidos na guerra, este país só perderia uns poucos milhares de soldados. A Inglaterra, que teve uma bem maior parte de perdas, recebeu o que mais a interessava do Império de Guilherme II: a rendição, em Scapa Flow, de toda a esquadra alemã, acabando assim o pesadelo que lhe causava o programa naval de von Tirpitz de aproximar-se da *Home Fleet*. E viu ainda a confiscação das colônias alemãs. Uma Alemanha sem marinha e sem colônias não mais a inquietava. Mas, no ponto de vista comercial, tendo sido a Alemanha um de seus melhores clientes, não era de seu interesse fosse destruída econômica e comercialmente. Quanto à França, esta aceitou a guerra na esperança de, com a ajuda de seus aliados, poder ganhá-la para recuperar a Alsácia Lorena, que havia perdido com a derrota de 1870.

Tendo solicitado o armistício quando seus inimigos menos esperavam, acreditou a Alemanha que se fizesse uma paz de conciliação, uma *Verständigensfriede*. Mas depressa foi desiludida em vista da dureza das cláusulas do tratado. Contava, como disse, que a paz assentasse nos princípios enunciados pelo Presidente Wilson, porém houve forte recusa por parte dos demais aliados, sobretudo da França pela boca de Clemenceau. Dos quatorze pontos propostos por Wilson apenas um se aplicou, muito embora não aprovado pelo Senado norte-americano, que foi a criação da Liga ou Sociedade das Nações.

O pacto da Liga obrigava seus membros a fazerem reinar a paz e a justiça nas relações internacionais, e a respeitar escrupulosamente as cláusulas dos tratados, para o que estabelecia no Conselho a regra da unanimidade. Por outro lado, deviam se opor a toda agressão ou ameaça de agressão, de onde quer que viesse. Neste caso, o Conselho, pelo artigo 10 do Pacto, tomaria as medidas necessárias, que consistiam na boicotagem econômica e financeira do país faltoso. E, não dispondo a Liga de força armada para impor suas decisões, recomendava que os estados interessados intervissem com suas próprias forças para o restabelecimento da paz, onde esta tivesse sido perturbada, — cláusula que nunca se cumpriu.

Relativamente à Liga das Nações, o que interessava à Alemanha era o artigo 19 do Pacto, em virtude do qual os tratados, cuja execução punha a paz em perigo, podiam ser revistos. Era o seu caso, já que pelo Tratado de Versalhes se achava amordaçada pelos seus ex-inimigos. Erzberger, assinante do armistício por parte dos alemães, dizia: “Pouco importa! Sob a ameaça de um revólver, poderia ser obrigado a prometer ir até a lua. Mas não seria por isso obrigado a fazê-lo”. No começo de seu governo, Hitler tudo fez para obter a revisão do dito tratado e a anulação de certas cláusulas incompatíveis com a independência do país. Não foi ouvido pela Inglaterra, e muito menos pela França.

### XXX

A 16 de junho de 1920 elegia-se um novo Reichstag favorável aos partidos da esquerda. Constantino Fehrenbach, que presidira a Assembléia Nacional, formava um Ministério de coalisão centrista, com o Dr. Simons na pasta dos Negócios Estrangeiros.

Nesta altura, 1920, a inflação aumentava dia a dia na Alemanha. A desvalorização do marco ia chegar a níveis inconcebíveis. Era um problema difícil de resolver. Se vencido, poderia provocar a ruína financeira e comercial da nação.

Por outro lado, havia, desde esta época, dois poderes, por assim dizer, na Alemanha: de uma parte, o Chanceler e seus Ministros; de outra, os Generais que tinham lutado, durante a guerra, para preservar a pátria de uma invasão estrangeira, e mantinham intacta a glória militar que os cercara. Nesta rivalidade, era o exército, o *Reichwehr*, que levava o melhor bocado. Partiu dele a campanha anti-semita, que tanto iria servir para o fortalecimento do partido nacional-socialista e de seu chefe Adolfo Hitler. De fato os judeus ocupavam então os pontos-chaves da Alemanha – no jornalismo, nos bancos, nas companhias de navegação, e um pouco também no próprio Governo, com a presença do industrial Walter Rathenau na pasta das Relações Exteriores. Devo dizer que o Gabinete Fehrenbach se demitira a 12 de maio de 1921, sendo substituído pelo Gabinete de Joseph Wirth. A 7 de outubro desse ano assinava-se com a França o acordo de Wiesbaden. E, a 16 de abril de 1922, o Tratado de Rapalo com a Rússia soviética.

A propósito dos judeus, François-Poncet, que tão bem conhecia a Alemanha e lá seria Embaixador de França no tempo de Hitler, dizia que o anti-semitismo existira sempre ali. Tinha fortes e antigas raízes. Era um preconceito e uma paixão populares. E mais:

“Violento já em 1914, desenvolveu-se muito com o papel que os judeus desempenharam na República de Weimar e nos partidos da esquerda, nos lugares que assumiram nas funções públicas, onde outrora não entravam, e no enriquecimento que lhes coube quando reinou a loucura da especulação”.

Acrescentava François-Poncet, que nunca admirou ou fora entusiasta de Hitler:

“Este, alardeando esse ódio aos judeus, não se afastava do povo; pelo contrário, dele se aproximava. Era o reflexo. Longe de prejudicar sua popularidade, seu anti-semitismo era um dos elementos dela”.

Em 14 de junho de 1922 o Ministro Rathenau era morto a tiros de metralhadora. Fazia um ano que Matias Eszberger, um dos signatários do armistício, havia sido assassinado pela Organização Cônsul formada por elementos da direita. Mas os crimes não se limitaram a estes dois. Já se contavam na República de Weimar, sempre praticados pela direita, cerca de trezentos atentados políticos.

Wirth demissionário, preencheu o lugar um senhor de nome Cuno, diretor da Companhia de Navegação Hamburgo-América. Foi quando Poincaré, Presidente do Conselho de Ministros de França, estendeu a ocupação francesa na Alemanha às cidades de Oberhausen, Dusseldorf e Essen, para ali enviando cerca de quatro mil homens comandados pelo General Degoutte. Uma medida contra a qual se insurgiu o próprio Marechal Foch. Como lhe declarassem que os alemães só se submetiam à vista do brilho das baionetas francesas, observou: “E se eles resistirem?” Foi o que aconteceu.

Cuno ordenou a suspensão de qualquer fornecimento à França. Enquanto isso, a Alemanha se afundava no mar da inflação. Era a catástrofe monetária. O dólar americano chegou a valer, em 1923, quatro trilhões e duzentos milhões de marcos! Willy Brandt, o atual Chanceler do Reich, ainda se recorda, ao tempo em que se chamava Herber Frahm (sim, porque depois mudou de nome) e contava apenas dez anos de ida-

60, de ter pago vinte milhões de marcos por um pedaço de alçaçuz, e que, antes da guerra, custava apenas um pfenning.

Cuno, deixando o Governo a 12 de agosto de 1923, formava-se novo Gabinete sob a presidência de Gustavo Stresemann. Desta vez era um Ministério de coalisão, com o concurso dos socialistas, dos centristas, dos democratas e dos popularistas. Stresemann dominaria daí por diante, até sua morte, ocorrida a 3 de outubro de 1929, a política da Alemanha. Foi primeiro Chanceler, cargo do qual, após algum tempo, demitiu-se, conservando contudo a pasta dos Negócios Estrangeiros até o fim da vida. Teve a von Schubert como Subsecretário.

Foi na época de sua gestão que se realizou a famosa reunião de Locarno, onde foi assinado o conhecido Pacto, do qual já falei páginas atrás ao tratar do veto do Brasil à entrada da Alemanha na Liga das Nações.

### XXX

Stresemann era então um homem com cerca de quarenta e poucos anos de idade. Com o retraimento de Hindenburg dos negócios públicos, ele passou a ser a principal e mais representativa personalidade da Alemanha de 1926. Filho de um fabricante de cerveja, fizera o curso de ciências econômicas, sendo a tese de seu doutorado a "Evolução do comércio da cerveja em garrafas". Tinha visitado, antes da guerra de 1914, a Áustria, a Hungria, os Estados Unidos e o Canadá. Em 1906 foi eleito Conselheiro Municipal de Dresde, e logo depois Deputado ao Reichstag. Na Assembléia de Weimar, em 1919, votou contra a ratificação do Tratado de Versalhes. Foi um dos fundadores do partido populista, que dirigiu de 1920 a 1923. Em setembro deste ano renunciou à resistência passiva contra as autoridades francesas do Ruhr, negociando em 1924, em Londres, os acordos sobre as reparações que se chamaram o "plano Dawes". A ele coube a iniciativa dos acordos de Locarno, pelos quais a Alemanha seria admitida na Liga das Nações. Já expliquei que tal admissão não se efetuou devido ao veto do Brasil. Este nosso veto não visava propriamente a Alemanha; era nosso meio de protestar contra a política da França e da Inglaterra, que não nos queriam conceder um assento permanente no Conselho da Liga.

Sim, a entrada da Alemanha acabou por se fazer, porém não na ocasião escolhida por aquelas grandes potências. Foi quando já não mais estávamos na Liga, em setembro de 1926, sendo Stresemann eleito Presidente da respectiva Assembléia. Em 1928 ele assinava o Pacto Briand-Kellogg, pacto de renúncia à guerra, feito para enganar os tolos, porque fazer ou não fazer guerras não resulta de pactos ou tratados, mas da política dos governos e do estado de espírito e da boa-fé dos povos interessados. "Um tratado é um pedaço de papel", dissera Bethman-Hollweg nas vésperas da guerra de 1914. A frase causou escândalo, e foi por toda parte reprovada. Mas, bem pensado, era uma verdade. Que digam os partidários de Hitler e de Stálin, quando estes assinaram um tratado de não-agressão entre a Alemanha e a Rússia. O Embaixador Saint-Aulaire dizia que a boa fé era incompatível com um tratado, porque, se a boa-fé existisse em política internacional, bastaria a palavra dada, como se faz em um negócio entre particulares. Por

outro lado, Paul Valéry era de opinião que os únicos tratados duráveis eram aqueles que se concluíam com *arrière-pensées*.

Em virtude dos acordos de Locarno, que não passaram afinal de simples folhas de papel, já que em grande parte não seriam cumpridos, Stresemann recebeu, em 1926, o prêmio Nobel da Paz, dividindo-o com Aristides Briand. Este prêmio significava uma honraria e o dinheiro repartido entre os dois. Anos antes, em 1920, Stresemann publicara um livro, cujo título era *Da Revolução à Paz de Versalhes*, obra que, ainda durante minha estada em Berlim, era lida e muito citada.

Stresemann, no fundo, era um burguês anti-socialista, ligado ao regime capitalista, mas sem os preconceitos de seu partido. Nacionalista ardente, monárquico e grande entusiasta do Império, era amigo pessoal do Kronprinz e partidário da guerra à *outrance*. Aplaudiu a guerra submarina dos alemães. Não acreditava, porém, na vitória de seu país, mas foi contra uma paz de conciliação, como foi contrário à ratificação do Tratado de Versalhes — já o disse. No Reichstag sentava-se ao lado dos populistas, entre os quais se encontravam os remanescentes do antigo partido nacional-liberal. Aí demonstrou sua influência e dotes superiores ao combater a política de Wirth e a ocupação do Ruhr pelos franceses, assuntos que o enchiam de indignação.

Os partidos da esquerda não o olhavam com simpatia. Tão pouco, aliás, os da direita, sobretudo depois de sua *entente* com a França. Assim que, na segunda metade de sua carreira política, ele achava-se só; e, se se impunha nos meios governamentais alemães, era pelo vigor de sua individualidade, pelo alto grau de sua inteligência e a coragem de suas decisões. Era, em todos os sentidos, um homem forte, admirador de Bismarck e de Napoleão. Com o correr do tempo, refletindo melhor, e graças ao seu bom-senso e espírito realista, procurou um entendimento com a França, utilizando o auxílio da Inglaterra e dos Estados Unidos. E verificando ser impossível restaurar a Monarquia, aceitou uma República moderada e burguesa, igual às que haviam adotado a França e os Estados Unidos da América.

### XXX

No decorrer dos meses que estive em Berlim, vi Stresemann e falei-lhe sucessivas vezes. Era um homem de tamanho médio, pesado, de aspecto vulgar, calvo, e tinha na pele uma cor malsã. Seus olhos eram oblíquos, dirigidos ligeiramente para o alto. Grande comedor, grande bebedor, grande fumador, exprimia bem, neste sentido, o alemão. Com esta espécie de vida, é claro que não se importava com a saúde. Iria assim morrer com cinquenta e um anos de idade. No corpo maciço que possuía, escondia um espírito singularmente hábil, um temperamento fioso, dotado de uma energia sem par e uma capacidade de trabalho sem limites. Seu sentido político agudo permitia-lhe manobrar, entre os muitos partidos alemães, com um realismo que poucos homens de seu tempo tinham.

A Alemanha era então um mosaico de partidos. Se bem me lembro, havia uns trinta e dois: os democratas; os católicos centristas; os socialistas majoritários, chefiados por Ebert; os socialistas independentes, depois transformados em populistas, tendo Stresemann à frente; os nacionais alemães; os nacionais-socialistas; etc... Os populistas tinham os jornais de maior circulação — o *Tagliche Rundthau*, o *Kolnische Zeitung* e o

*Deutsche-Allgemeine-Zeitung*. Estes jornais apoiavam, por conseguinte, a política de Stresemann. Cada um desses partidos tinha, naturalmente, seu chefe, e um dos mais unidos era o dos nacionais-socialistas, encabeçado por Hitler, que o iria refundir em 1925.

O ano de 1923 foi crucial para Stresemann. A Alemanha se desagregava. Os antigos estados que formavam o Império tentavam desligar-se de Berlim e obter a independência. Primeiro a Renânia, onde as tropas francesas de ocupação poderiam ajudar os separatistas. Depois foi a vez do Brandenburgo, depois Saxe, depois a Turingia. Hamburgo estava nas mãos dos comunistas. Mas o pior foi na Baviera, onde se encontravam no poder os nacionais-socialistas. *Los von Berlin!* Libertemo-nos de Berlim! era o grito que se ouvia nas cervejarias de Munique. Hitler, com o apoio do General Ludendorff, levantava, em 9 de novembro de 1923, uma insurreição contra o Governo de Stresemann: saiu à rua com um numeroso grupo de partidários, entre os quais Goering, Roehm e Hess, e dirigiu-se à praça do Odeon, nas proximidades de Feldhernhalle, consagrada à memória dos chefes militares da guerra. O povo via aquele cortejo sem nada compreender. Em dada altura, um destacamento da polícia o enfrentava na estreita rua da Resistência e fazia fogo contra ele. Ludendorff, que ia à frente, pouco se importou com o fogo: continuou a avançar, até que foi preso pouco adiante. Hitler, mais prudente, para não ser alvejado, deitou-se de bruços no chão, sendo depois levado pelos seus partidários para uma vila nos arredores de Munique, onde seria preso dois dias mais tarde. Goering saiu gravemente ferido. Uns dezessete homens do partido caíram mortos. O *putsch* acabava numa grande confusão.

Foi então que interveio o General Kahr a fim de pôr ordem na cidade, dissolver o partido nacional-socialista e prender os seus chefes, que seriam julgados e condenados pela justiça da Baviera. Hitler apanhou cinco anos de prisão, sendo recolhido ao presídio militar de Landsberg sobre o Lech. Mas seria anistiado um ano depois, a 20 de dezembro de 1924. Foi durante seu período de prisioneiro que escreveu, conforme já referi, seu livro *Minha Luta*, que se tornaria o catecismo nacional-socialista. Seria publicado em 1925, um ano antes de minha chegada a Berlim. Na ocasião não obteve grande êxito. Eu só o leria em 1939, no Rio de Janeiro, numa edição em português da livraria Globo, de Porto Alegre.

Com o fracasso do *putsch* de Munique e a prisão de seus autores, Ludendorff tornar-se-ia o teórico do regime, espécie de neo-paganismo. Sendo, depois de Hindenburg, o mais notável dos generais da guerra de 1914, perdeu grande parte de seu prestígio por causa do malogro da intentona em que se meteu ao lado de Hitler. Morreu em 1937. Estive uma vez com ele em Berlim, apresentado por um alemão que conheci em casa de Petroff (amigo meu do qual falarei mais adiante). Tentei puxar conversa sobre a derrota da Alemanha, mas ele não me deu bola, como se diz vulgarmente no Brasil. Antes de minha partida, mandei-lhe umas palavras de despedida, que ele respondeu com uma carta, pondo o endereço do Itamaraty.

Durante esta minha estada em Berlim nunca me foi dada a ocasião de ver Adolfo Hitler, muito embora ele aparecesse de vez em quando por lá. Sua residência era em Munique, na Baviera, onde tinha o quartel-general e os maiores do partido nacional-socialista. Só iria conhecê-lo pessoalmente na segunda vez que servi na capital da Ale-

manha, em 1936; então o veria muitas vezes, tanto ele como seus principais colaboradores.

### XXX

Em 1926, os nacionais-socialistas formavam um grupo, cada vez mais numeroso, de partidários disciplinados e organizados como unidades militares. Eram reconhecidos pela camisa parda e uma cruz gamada negra sobre fundo branco, que traziam no braço esquerdo. Trocavam entre eles a saudação fascista, com o braço direito estendido. Não tinham medo de nada. A coesão e o treinamento de suas seções de choques, de suas *Stosstruppen*, de suas seções de assalto, denominadas *Sturmabteilungen*, já eram comentados. Diziam que à sua frente estava um homem extraordinário, Adolfo Hitler, de nascimento um austríaco, mas que se batera pelos alemães quando da guerra. Como orador, era irresistível. Fazia-se ouvir em todas as cervejarias de Munique com uma voz rouca e profunda, uma abundância torrencial de palavras, num *élan* infatigável. Na verdade não era um orador, mas certamente um tribuno, a igual de Mussolini. Em Roma, de 1928 a 1932, e depois em Berlim, na minha segunda estada, 1936-1937, fartei-me de ouvir os dois. Hitler, pela ressonância da voz, por sua máscara, o jogo dos olhos e o agitar dos braços, era o melhor que se podia ser como tribuno. Muitas vezes não tinha importância o que dizia, mas sim a maneira como exprimia seus pensamentos e o calor de suas palavras. Os argumentos, nessas ocasiões, pouco contavam. O próprio Hitler, em *Minha Luta*, reconhece o valor das palavras na boca de um tribuno:

“A nossa maior confiança para conquistar uma assembléia estava na palavra falada. A palavra falada, por motivos psicológicos, é a única força capaz de provocar grandes revoluções. Cheguei à conclusão de que todos os acontecimentos importantes, todas as revoluções mundiais, não são jamais fruto da palavra escrita, mas da palavra falada”.

A princípio riam-se dele por causa de sua figura, com aquele bigodinho sob o nariz à maneira de Charles Chaplin. Mas acabou por se impor, devido em boa parte aos discursos que pronunciava e, não há dúvida, impressionavam. Não havia outro como ele para abater, ridicularizar e pôr em pedaços os adversários. Nada resistia aos seus sarcasmos e aos seus ataques. Conseguia exprimir exatamente os sentimentos das almas e a revolta contra a infâmia dos vencedores. Para ele, a Alemanha tinha sido vítima das trapaças dos aliados, apunhalada nas costas pelos vermelhos (comunistas), e reduzida a um trapo pela baixeza dos governos que se haviam formado depois da guerra, pactuando com os carrascos do Ruhr (os franceses). Entendia que era a hora da desforra, para acabar com os inimigos de dentro e de fora da Alemanha. Fascinando seus auditórios, atacava a paz de Versalhes, reclamava a revisão do Tratado, que tinha feito da grande Alemanha uma nação subalterna, governada do exterior por aquelas que, se considerando vencedoras, a tinham amarrada a um cordel, rebaixada e obediente como um cão.

Naturalmente que eu não ouvia estes discursos. Não havia ainda televisão, e o rádio dava seus primeiros passos. Porém eu lia ou me fazia traduzir dos jornais as torrentes de palavras que Hitler lançava em Munique. E só me daria conta de suas qualidades de tribuno dez anos depois, quando o iria ouvir no Reichstag, discurso de três ou quatro horas, atraído pelo jogo de sua máscara e o brilho e o fogo de seus olhos. Embora

pouco compreendesse da língua alemã, ficava eu horas seguidas, sem me cansar, a ouvi-lo em suas diatribes.

O programa de seu partido foi, desde o começo, libertar a Alemanha, levantar-lhe as forças e restaurar sua grandeza. Era um programa pan-germanista ou bismarquiano, e assim haveria de penetrar no coração de todo alemão amigo da pátria.

Ao partir de Berlim, em março de 1927, de regresso ao Brasil, deixei atrás de mim uma Alemanha que pouco a pouco renascia de suas cinzas, e já me era possível antever que Hitler e seu partido teriam necessariamente que representar um importante papel no cenário político do ex-Império de Guilherme II. Este ainda vivia exilado na Holanda, e só faleceria em 1941, aos oitenta e dois anos.

Econômica e financeiramente, a Alemanha já estava mais ou menos restaurada quando parti. A inflação havia sido dominada graças a Hjalmar Schacht, Diretor do Deutsche Bank, e depois Ministro das Finanças de Hitler. Schacht só desapareceu aos noventa e três anos de idade, em junho de 1970. Para substituir o marco-papel, que chegara a níveis incríveis, conforme já disse, Schacht adotara o *Rentenmark*, que se trocava na base de um desses marcos por um trilhão de marcos-papel. Consolidado o *Rentenmark*, ele pôde instaurar o *Reichmark*, livre de flutuações monetárias e a moeda corrente quando ali estive.

Ebert morreu a 28 de fevereiro de 1925; por conseguinte antes de minha chegada. Devido ao infausto acontecimento, ia-se eleger pela primeira vez, depois de promulgada a Constituição de Weimar, um novo presidente. Muitos foram os candidatos, dentre os quais limito-me a citar três: Hindemburgo, o glorioso marechal; o Príncipe Max de Baden, candidato do centro; e Thaelmann, candidato dos comunistas. Hindemburgo, como todos sabem, saiu vencedor, com quatorze milhões e seiscentos e cinqüenta e cinco mil votos, contra o Príncipe que obteve treze milhões e setecentos e cinqüenta mil. Thaelmann não alcançou sequer dois milhões.

Não foi fácil convencer Hindemburg a aceitar a candidatura à presidência. Morava ele em Hanover, afastado de toda atividade política, e, já com a idade de setenta e sete anos, não se mostrava disposto a meter-se em uma campanha eleitoral. Nem sabia ao certo em que consistia ser Presidente do Reich. Toda a sua ambição era continuar a receber sua pensão militar e viver tranqüilo em sua casa. Não ignorava ser contudo naquela época a figura mais popular do país, visto Ludendorff se ter tornado parceiro de Adolfo Hitler. Estando a maioria dos alemães persuadida de não haver perdido a guerra, Hindemburg conservava as glórias de vencedor de Tannenberg. Conservava também intactos seus sentimentos monarquistas, apesar do exílio de Guilherme II. E sabia lá o que eram democracia, sufrágio universal e parlamentarismo!

Para triunfar de sua resistência, os partidos da direita pediram a ajuda de seu velho amigo, o Almirante von Tirpitz. Este fez-lhe ver que a aceitação da candidatura era um dever cívico que a pátria reclamava dele. Seu filho, Oscar von Hindemburg reforçou quanto pôde a intervenção de von Tirpitz. E o propecto Marechal acabou não somente aceitando sua candidatura como também tomando parte ativa e pessoal na campanha eleitoral.

Oscar von Hindemburg foi promovido a general em 1934, ano do falecimento de seu pai.

Pouco depois de chegar a Berlim, escrevi, em 12 de novembro de 1926, a seguinte carta ao Dr. Melo Franco, que, por sua vez, tinha chegado ao Rio de Janeiro:

“Meu caro Embaixador.

Por um telegrama da Agência Americana, tive notícia da sua chegada ao Rio, onde foi recebido com as atenções tão justamente devidas a V. Exa. Já liberto das expansões dos amigos e dos cacetes da primeira hora, suponho que esteja a desfrutar, no solar de Copacabana, o descanso tão merecido depois dos atribulados tempos de Genebra.

Fomos surpreendidos aqui com o Ministério “geográfico” do Presidente Washington Luís; e ainda mais surpreendidos com a escolha do Sr. Mangabeira para a pasta das Relações Exteriores. Dizem que o baiano é inteligente e bom falador. Resta saber se tem outras qualidades para impor-se naquela pasta, e fazer um pouco do que ela realmente precisa: política internacional de verdade. Como nunca o vimos na administração, nem pisando o terreno da minha profissão, aguardemos seus atos para o julgar.

Lamentamos todos que o conhecemos, e rendemos justiça às suas muitas qualidades, que as injunções políticas ou outros motivos que desconhecemos, não tivessem permitido ao Sr. Washington Luís entregar a V. Exa. o governo do Itamaraty. O certo é que neste momento nenhum dos atuais políticos brasileiros estava mais indicado para aquele cargo do que V. Exa. Por todas as suas qualidades, mas sobretudo pelo seu bom-senso, aquele providencial bom-senso que, na balbúrdia de Genebra, foi a bússola que nos salvou de um desastre total, todos esperávamos ver V. Exa. no Itamaraty, reatando ali suas antigas tradições. Infelizmente, porém, a peronice e a vaidade dos homens entenderam inoportuna a presença de V. Exa. na velha casa.

Há um mês que estou nesta cidade, onde fui recebido carinhosamente, tanto pelo Ministro Guerra Durval como pelos meus colegas. V. Exa. tinha toda a razão quando propagava as vantagens de Berlim. Vim encontrar aqui uma cidade agradável sob todos os pontos de vista; e, se não fora o custo elevado da vida e a língua infernal de que usam estes senhores, não duvidaria proclamá-la cheia de encantos. Temos aqui um largo círculo diplomático, que se vê e se visita repetidamente, vivendo todos numa camaradagem que não existe nem na dispersão de Londres, nem no cosmopolitismo de Paris.

Continuo na esperança de ir rever minha cidade nos primeiros meses do ano vindouro. Enquanto isso, vou me aquecendo para enfrentar o quinto inverno europeu. Até agora o atual se mostra benigno; mas ele já vem vindo das terras do Norte, e tudo faz crer que não poupará Berlim de seus rigores.

Apesar da agitação em que tenho minha vida nesta cidade, vêm-me sempre saudades muitas das noites tranquilas de Genebra. Se os fados caprichassem em restabelecer ali nossa Delegação, V. Exa. à testa dela — *conditio sine qua* — não duvidaria em trocar o reboliço e as luzes de Potsdamerplatz pelo silêncio da rua Massot. Bem sei que suas *demoiselles* não acreditam nessas minhas fantasias, e sempre pensam que falo para a platéia. Vendo-me exaltar as excelências de Berlim, elas haverão de supor que o faço com o caso pensado de armar uma ratoeira ao Afraninho para mais facilmente colocarme à margem do Prata.\* Pois se elas nunca se capacitaram de que, quando deixei Londres por Genebra, com todos os meus cacarecos, era positivamente um homem feliz...

Minhas boas lembranças a elas, muitas saudades para Anahzinha\*\* e um abraço afetuoso deste seu amigo grato e obediente,

HEITOR LYRA”.

### XXX

Meu chefe na Legação em Berlim era — já o disse — o Ministro Adalberto Guerra Duval. Era um homem de cinquenta e poucos anos de idade, gaúcho, que, tendo entrado na carreira diplomática em 1895, havia estado como Secretário em São Petersburgo (hoje Leningrado) e em Londres. Promovido a Ministro em 1914, fora mandado chefiar nossa Missão em Berlim em maio de 1920, e reatar as relações do Brasil com a Alemanha, rotas com a guerra. Em 1933 iria ser Embaixador em Lisboa, e, passados dois anos, em Roma, junto ao Quirinal, onde se aposentaria por limite de idade.

Eu já o conhecia do Rio, antes da minha entrada no Itamaraty, quando ele fora ali Introdutor diplomático, com Lauro Muller Ministro do Exterior e Gastão da Cunha Subsecretário de Estado. Gastão era, penso, seu protetor. E Guerra Duval sempre deu provas de ser seu amigo, inclusive mantendo-se em estreitas relações com sua família após sua morte. A casa de uma das filhas de Gastão, Beatriz, casada com João Carlos Penido, à avenida Ipiranga em Petrópolis, que antes pertencera a Rui Barbosa (onde este falecera), seria o refúgio predileto de Duval quando Embaixador aposentado.

Julgo já ter contado que travei conhecimento com Guerra Duval em casa do Senador Azeredo, à Praia de Botafogo, onde era recebido com uma marcada simpatia. Nessa época o conceito de que gozava no Itamaraty era incerto. Uns viam nele unicamente uma boa aparência, uma bela estampa, um homem grande e simpático, musculoso e bem proporcionado, com bigodes encerrados e uns cabelos sempre rigorosamente aparados, com o corte à maneira de Humberto Gotuzzo e Ataulfo de Paiva, os dois “eternos jovens”, que davam o tom de elegância ao Rio daquele tempo, e cujas cabeleiras nunca se pôde afirmar se eram postiças ou naturais. Como Duval usasse pulseira,

\* Afrânio de Melo Franco, filho do Embaixador, era Segundo Secretário da nossa Legação em Montevideú.

\*\* Hoje Sra. Carlos Chagas Filho.

seus desafetos o achavam ridículo. Não ousavam chamá-lo efeminado, fi-fi-lá-lá, como se dizia em Buenos Aires, ou *fresco*, no dizer dos brasileiros (em Portugal chamam ou chamavam este tipo de homem “cotovia”), o que seria fora de propósito em um cavaleiro como ele, um verdadeiro macho, sabidamente cultor do belo sexo. Consideravam-no ridículo não só pela pulseira de ouro que trazia em um dos pulsos, mas também pelo seu bengalão, tão pesado que parecia de ferro, seus bigodes engomados a cosméticos, suas piteiras finas e longas, de vidro, artigo que ninguém usava, e todo o seu ar de mata-mouros. Penso que, com tudo isso, era mais excêntrico do que ridículo.

Outros, que o conheciam melhor e não se deixavam levar pelas aparências, pelo seu modo às vezes insolente, seu profundo desprezo pela humanidade, faziam justiça às suas qualidades de inteligência, de *savoir faire*, ao exato juízo que fazia das coisas, à sua educação, seu traquejo social e seu dom de agradar.

Quando jovem, chamavam-no no Rio “o belo Guerra Duval”. Era tido, com efeito, como o mais belo homem da capital do Brasil. “Robusto, valoroso, genioso, tornava-se temido pelos homens, e por isso tanto mais admirado pelas mulheres”, dizia João Luso numa crônica de jornal.

Era o tempo dos capoeiras, que provocavam arruaças e roubavam a tranquilidade das ruas do Rio. A polícia pagava certa quantia a todo aquele que lhe trouxesse um desses desordeiros. Formou-se então um grupo de rapazes, fortes e valentes, entre os quais Guerra Duval, Costa Pereira e Correia Dutra, todos mais ou menos da mesma idade, que iam, à noite, à Gamboa ou para os lados do túnel José Ricardo dar caça aos tais capoeiras para entregá-los à dita polícia. Como não dispunham de muito dinheiro, o que esta dava era sempre uma ajuda para suas estroinices.

Às tardes, Guerra Durval costumava ficar às portas da Confeitaria Colombo, à rua Gonçalves Dias, juntamente com demais rapazes da sociedade carioca. Sendo verão, usava um chapéu chamado Panamá ou do Chile (na verdade tais chapéus eram feitos no Equador), batido para trás. Penso que quem introduziu essa moda no Rio foi Santos Dumont, moda também adotada pelo Barão do Rio Branco, então Ministro do Exterior. No inverno, Duval e outros usavam o último modelo dos chapéus chamados em França de *melon*, mas que, entre nós, eram denominados chapéus *cocos*.

Altíssimo, com perto de dois metros de altura, espadado e sombranceiro, olhava por cima os homens que passavam em frente à Colombo, parecendo ter por eles o mais completo desprezo. O que o interessava e prendia a atenção eram as mulheres. “Esse alheamento de Duval em relação aos janotas e conquistadores de calçada, dizia ainda João Luso, parecia a estes pior que todo o seu orgulho e todos os seus desafios”. Publicou, naquela época, um volume de versos, artisticamente impresso na Holanda, encadernado em pergaminho; intitulava-se *Palavras Que o Vento Leva*. Não teve, ao que se dizia, grande repercussão.

Num dia de verão apareceu às portas da Colombo um rapaz corretamente vestido, com boa estampa, parecido em muitas coisas com Guerra Durval, inclusive no físico e na maneira de estar e de trajar. Erguia o bigode à maneira de Duval; vestia-se possivelmente no mesmo alfaiate, com os mesmos padrões; imitou o jeito do chapéu, a maneira de andar e, tanto quanto pôde, o tom de voz; além do que, munuiu-se de uma bengala parecida com a dele. Passou a ser seu sócia. Todo mundo que ali parava dizia a

Duval: “Como se parece com você”. Isto foi enchendo seus ouvidos, até que uma tarde, aparecendo o *alter-ego*, Duval, atirando a bengala com ostentação, embargou-lhe os passos e disse serenamente: “Escute aqui”. Levou-o para um corredor defronte, no cabelereiro Schmidt, e lá dentro, em voz baixa, segurando o sósia pela gola do paletó, disse-lhe:

– O amigo tem oito dias para deixar de se parecer comigo, está ouvindo?

O outro tentou objetar qualquer coisa. Mas Duval impediu-lhe e acrescentou:

– Se dentro deste prazo não tiver deixado de se parecer comigo, rebento-lhe a cara! Estamos entendidos?

Nunca se soube se a ameaça foi cumprida. O homenzinho é que nunca mais apareceu à porta da Confeitaria Colombo.

### XXX

Pode ser que esta história seja inventada. Mas tinha sua graça. Eu sempre tive Duval no melhor conceito como funcionário diplomático. Levava, é certo, uma vida privada irregular, que por vezes repercutia na carreira. E era, talvez, esse, seu único defeito como diplomata. Quanto ao mais, foi um homem *sans peur et sans reproche*. Suas qualidades superavam largamente as falhas. Tendo sido reintegrado na carreira (de onde o Governo o afastara, com outros, por motivo de economia) e mandado, como Secretário e Encarregado de Negócios, para o Paraguai numa ocasião particularmente difícil, houvera-se à altura das circunstâncias, que eram delicadas; e isso lhe dera, no conceito sempre exigente do Barão do Rio Branco, um merecido prestígio.

Que minha opinião lisonjeira sobre ele não estava errada, tive confirmação quando fui servir sob suas ordens em Berlim. Logo constatei que se tratava de um de nossos melhores Chefes de Missão, por sua capacidade de trabalho, seu traquejo social, sua energia sem truculências nem violências despropositadas, pela firmeza com que sabia lidar com os alemães, meio único, aliás, da gente se entender com eles, pelo empenho que punha em defender nossos verdadeiros interesses.

A nota de culpa que se lhe podia atribuir era, de fato, sua vida sentimental desregada, exclusivo flanco aberto que apresentava. O “eterno feminino” era seu fraco, e as mulheres a sua perdição. Tinha por elas uma queda que custosamente dominava, e tudo o que lhes dissesse respeito ou lhes pertencesse provocava-lhe um profundo interesse. Se vivesse no século XVII, poderia ter sido o igual daquele Marquês de Cascais, Embaixador de Dom João V junto a Luís XIV, que se exibia nas ruas de Paris com uma meia de mulher em volta do chapéu, à guisa de *écharpe*. Ou dizer como La Rochefoucauld a propósito da Duquesa de Longueville:

*Pour mériter son coeur, pour plaire à ses beaux yeux,  
J'ai fait la guerre aux rois, je l'aurais faite aux dieux.*

Não direi que fosse um depravado, nem coisa parecida. Mas, como bom conhecedor e apreciador das mulheres, gostava de vê-las ao natural, sem os artifícios ou as hipocrisias que lhes impunham a sociedade e os preconceitos de educação; estimava-as como elas eram e, portanto, eternamente femininas, isto é, com os defeitos (ou tido como tais), as fraquezas e todas as peculiaridades de seu sexo.

## XXX

O ambiente que Guerra Duval criou na Legação era o mais agradável. Vivíamos todos ali na melhor harmonia, sob sua autoridade de chefe nunca posta em dúvida ou sequer discutida. Nem sempre é assim em nossas Missões diplomáticas, onde o clima de bem-estar depende muito do chefe, de suas qualidades de educação e de suas relações com os funcionários sob suas ordens. Um posto pode ser considerado bom pela sua situação geográfica, pelas suas condições atmosféricas, pela afabilidade do povo, mas nunca o será se o Chefe da Missão não for capaz de saber conviver com seus subordinados.

Na chancelaria tínhamos as nossas horas certas de trabalho, a que Duval jamais faltava na parte da tarde. Porque, pela manhã, se ocupava da sua *toilette*, de seu corpo de atleta, da conservação de sua saúde de eterno jovem. Tinha num quarto todo um sistema de barras de metal, penso que de alumínio, de que se servia para uma série de exercícios de ginástica, para benefício dos músculos e flexidez dos membros.

Terminado o expediente na chancelaria, descíamos todos ao salão de jantar, onde era servido o chá, na presença do Chefe, da Sra. Guerra Duval e da Sta. Hanny Stauch. Esta era a secretária particular do Ministro e um pouco a governanta da casa. Era uma paraguaia de origem alemã que Duval trouxera de Assunção quinze anos atrás. Contavam que existira um romance de amor entre ambos quando ela era ainda muito jovem. Este sentimento transformou-se na grande amizade que iria durar até os derradeiros dias de vida do meu chefe. Hanny convivia conosco na maior camaradagem, e, por sua simpatia, por sua inteligência e prestabilidade, era por todos bem acolhida. Vive ainda no Rio de Janeiro. Em Berlim, ela prestava bons serviços não só na Legação como fora, orientando e ajudando os brasileiros que por lá apareciam. Não eram tantos como em Londres, e muito menos do que em Paris. Mas sempre havia uns poucos que, não falando o alemão, recorriam à Sta. Stauch. É a história de certos brasileiros que entendem, quando tomam a resolução de se deslocarem ao estrangeiro, serem nossas Legações e Embaixadas destinadas a auxiliá-los em compras e passeios.

Depois do chá, fazíamos geralmente umas partidas de bridge. Guerra Duval era excelente jogador, sobretudo carteava na perfeição, porém nem sempre nos acompanhava até o fim. Lá pelas seis horas, levantava-se e pretextava um compromisso, que podia bem ser uma visita sentimental à Brucke Haus. Tínhamos, em todo caso, assegurada a companhia das duas senhoras.

Madame Guerra Duval era uma jovem holandesa que o marido conhecera em Haia, quando ali desempenhava o cargo de Ministro Plenipotenciário. De feitio era pouco expansiva, como o são em geral suas patricias. Acolhia-nos no entanto com o melhor dos sorrisos e tudo fazia para nos ser agradável. A distinção de sua pessoa traía o nível elevado da família, e de fato pertencia a uma das mais importantes da Holanda. Era de pequena estatura, e, ao lado do gigantesco Duval, podia ser considerada uma boneca. Esta desproporção não deixava de chamar a atenção e dava lugar a brejeirices. Dizia-se que o gigante havia escolhido para esposa justamente uma filha dos Países Baixos. Ela morreria num desastre de automóvel.

A Legação estava instalada em um grande apartamento na Tiergartenstrasse nº 4,

esquina de Mattäikirchstrasse, para onde dava a chancelaria. No mesmo prédio, andar térreo, estava a Legação da Argentina. Na chancelaria nos encontrávamos bem, o que raramente acontece nas nossas Missões diplomáticas. Quero dizer que era asseada, espaçosa e com suficiente luz do dia. A parte de recepção, podendo talvez ser melhor se a instalação fosse numa casa e não num apartamento, era contudo o bastante para uma Missão como a do Brasil, que em Berlim não pretendia ser das principais, nem pelo prestígio do país, que não era grande, nem por sua situação política no chamado “concerto europeu”, que era nula.

O que emprestava sobretudo um ar de boa aparência às salas da Legação eram os ricos objetos que as guarneciam, todos de propriedade de Guerra Duval e produto de seu bom gosto e apaixonado interesse por essas coisas. Tapetes orientais, móveis antigos, inclusive nossas velhas cômodas de jacarandá, quadros, prataria, havia ali um pouco de tudo, distribuído com arte e exato conhecimento do arranjo interior, pelo menos o suficiente para não dar ao ambiente o aspecto de museu ou de *bric-à-brac*.

### XXX

Na Legação, além do Ministro, havia um Primeiro Secretário, Lourival de Guillobel; dois Segundos Secretários, Abelardo Bueno do Prado e eu; e um Adido Civil, Fernando Mendes de Almeida Júnior. Joaquim de Sousa Ribeiro, Adido Comercial, estava em férias no Brasil.

A Guillobel eu avistara apenas uma ou duas vezes no Itamaraty; podia, pois, dizer que não o conhecia senão através dos testemunhos de colegas, que nem sempre eram favoráveis. Davam-no como pessoa de trato difícil, de feitio extremamente teimoso, voluntarioso e irritadiço. O Embaixador Sousa Dantas, que fora seu chefe em Roma, falara-me em Paris de sua maneira absorvente, a ponto de os papéis se inverterem na Legação (depois Embaixada) da praça Navona, e ser ele, Dantas, quem obedecia, e Guillobel quem mandava. Contou-me, a propósito, a história do cão pertencente a Guillobel a que me referi no 1º volume destas memórias. Para os que a esqueceram, vou repetir. Guillobel morava com Dantas na Legação, e era dono de um cão que era de uma gulodice insaciável. Por vezes, quando Dantas chegava para almoçar, já não havia comida, e ficava literalmente em jejum, porque o cão engolira o que lhe era destinado.

Sem embargo, Dantas estimava Guillobel e fazia justiça às qualidades de funcionário. Fora seu espírito absorvente e a fome, no caso verdadeiramente canina, do animal, nada mais articulava em seu desabono. Só muito mais tarde é que os dois acabaram por se desentenderem por causa de uma observação sobre serviço que Guillobel, então chefe do Serviço de Comunicações do Itamaraty, fizera a Dantas. A observação, aliás, fora menos ao chefe do que à burocracia da Embaixada da avenida Montaigne. Mas Sousa Dantas a tomou para si, e ficou de tal modo estomagado com o ofício de Guillobel que o tinha sempre guardado no bolso interior do casaco, de onde tirava a todo momento para mostrar a “impertinência desse moço”, como dizia, muito irritado. De tanto dobrar e desdobrar o papel, este acabou amarelado e sujo com o contato das mãos; as dobras começaram a se romper, e parecia mais um desses papeluchos com que nos vêm às vezes bater à porta da casa, pedindo dinheiro para enterrar uma criancinha.

nha ou salvar a vida de um velho enfermo. A história deste papel foi, durante alguns anos, a idéia fixa de Sousa Dantas.

A verdade, porém, com relação a Guillobel, é que ele estava longe de ser o que diziam. Podia ser, e era de fato, exigente no serviço, que ele queria bem feito e à hora; e era, por vezes, teimoso em suas opiniões e algo impertinente em defendê-las. Por este lado parecia-se com o pai, o Almirante Guillobel, que ainda conheci no Itamaraty frequentando a antiga Seção de Limites, assunto em que era um mestre: pequenininho de estatura, mas muito autoritário, como aqueles galinhos aos quais o vulgo chama “garnisé”. Fora este aspecto autoritário, Lourival de Guillobel era a generosidade em pessoa, culto, inteligente, conversador excelente e, sobretudo, de uma grande bondade de coração. Tendo a aparência de um egoísta ou de um imprestável, era contudo o contrário disso. Possuía, por outro lado, uma educação que bem poucos na carreira podiam pretender ter igual. Creio tê-lo conhecido o bastante nos meses de convivência diária em Berlim para julgá-lo merecidamente. Tinha as mais completas noções do serviço diplomático; e na chancelaria levava a sério tudo que fazia, o que infelizmente não era a regra. Com a mais exata compreensão dos assuntos da profissão, sabia encaminhar uma negociação sem precipitar-se ou sem desfalecer, e era perfeita a habilidade que empregava no trato com as autoridades do país, sem jamais perder a idéia de sua responsabilidade nem esquecer a dose de energia que era preciso pôr para ser bem compreendido. Refiro-me ao trato com os alemães, pois era a maneira exata de agir para com aquela gente. Dotado de tais qualidades, poderia ter tido êxito seguro na carreira. E, se uma morte prematura não o tivesse ceifado no seu primeiro posto de Ministro, em Bogotá, chegaria aos mais altos lugares cercado de uma justa fama.

Falemos agora um pouco da família Guillobel. Já aludi ao Almirante, pai de meu colega, que encontrei diversas vezes no Itamaraty. Devo acrescentar que ele foi um dos auxiliares do Barão do Rio Branco, sobretudo nos casos do Acre e do tratado de Petrópolis. Tinha quatro filhos: três rapazes e uma moça. O mais velho era Lourival, sobre quem já longamente escrevi, que, no meu tempo de Berlim, lá vivia com uma bonita vienense de cabelos dourados, apelidada Quindim, com a qual se casaria quando removido para a Secretaria de Estado na gestão de Otávio Mangabeira. O segundo, Nelson, não sei o que fazia, mas morava pouco adiante da casa de meus pais, à Praia de Botafogo, e era casado com uma filha do General Vespasiano de Albuquerque, Ministro da Guerra no Governo do Marechal Hermes. Ela tinha o apelido de Noivinha. O terceiro filho, Renato (que ainda vive), oficial de Marinha como o pai, chegou também a Almirante, e foi Ministro da Marinha de Getúlio Vargas. A moça, Sílvia casou-se com um Betim Pais Leme e morava, com o marido, à rua São Clemente 137, palacete que era propriedade da família Guillobel. Conheci-a na minha volta ao Rio, em 1927. Ao anunciar-lhe minha visita, disse que me receberia com muito prazer, já que seu irmão Lourival lhe havia mandado tão boas referências à minha pessoa; acrescentou que estava ansiosa por ver-me, e convidou-me para tomar chá. O marido estava ausente, e uma amiga que, segundo ela, estava convidada, não compareceu. Assim que o tal chá foi em *tête-à-tête*. Mostrou-se encantadora para comigo, de uma vontade de agradar-me que, confesso, deixou-me perturbado, sem que soubesse onde iam suas intenções. Nunca mais a procurei.

Em Berlim, Lourival de Guillobel morou, a princípio, em Schillerstrasse 3, mas depois mudou-se para Hollendorf 37. Falava correntemente o alemão, com um ligeiro sotaque austríaco, talvez influência da companheira que mais tarde se tornaria sua esposa. Tendo à sua frente um futuro promissor, lamentamos todos, os seus amigos, que seu coração, já certamente debilitado, não resistisse à altitude de Bogotá, deixando na carreira um claro difícil de preencher.

## XXX

A propósito do espírito absorvente de Guillobel, do qual se queixava Sousa Dantas, quando este era Ministro e aquele Secretário junto ao Quirinal, em Roma, ocorre-me o que acontecia em Havana, sendo Araújo Jorge o Ministro e Mário Guimarães o Secretário. Justamente o contrário. Mário era uma criatura excelente, mas não se matava no trabalho. Assim que, quando era hora de fazer a guia das malas diplomáticas, que por dever lhe cabia, era Araújo Jorge quem fazia o serviço, submetendo-a depois a Mário para que este a assinasse. Um dia, ao assinar o papel, virou-se para o Chefe e disse: “Vê, Ministro, toda a confiança que tenho em si? Assino este papel sem sequer o ler”.

## XXX

A Abelardo Bueno do Prado, a bem dizer, não conhecia. Lembrava-me tê-lo visto uma ou duas vezes no Itamaraty, em 1921, quando prestava concurso para entrar na carreira. Removido da Legação em Caracas, chegou a Berlim pouco antes de mim. Chegou só, vindo depois a senhora e os dois filhos que tinham. Teriam em Berlim um terceiro filho, ou melhor, uma filha, que se chamaria Telma, e hoje é casada com um diplomata brasileiro, Sízínio Pontes Nogueira, atual Conselheiro de nossa Embaixada em Moscou. Inteligente e capaz, Sízínio interessou-se sempre pelo estudo da nossa história, mas, que eu saiba, ainda nada publicou a este respeito.

Logo que Abelardo Bueno do Prado chegou, unimo-nos por uma franca e sincera camaradagem, que se transformaria, no futuro, numa profunda amizade, compartilhada pela mulher, que passou a ser, para mim, simplesmente a Nair. Abelardo infelizmente faleceu pouco depois de sua aposentadoria, vítima de um derrame cerebral ocorrido em Teresópolis.

Pela simpatia comunicativa, pelo traquejo social, pelos hábitos de educação e pelo ambiente hospitaleiro que logo se criou no seu apartamento de Budapeststrasse 31, o casal Bueno do Prado conquistou facilmente a todos. Ambos eram, além do mais, ótimos jogadores de bridge, circunstância que concorreu, não há dúvida, para nos aproximar ainda e tornar nossa convivência assídua na mesma atmosfera de camaradagem que desde logo prevaleceu.

Quando se está no estrangeiro e é forçoso o contato repetido com um mesmo grupo de pessoas, como acontece nas Missões diplomáticas, nem sempre é fácil manter entre todos o espírito de harmonia, a mesma compreensão das coisas e modos de procedimento na vida quotidiana. Em Berlim, no entanto, éramos como uma mesma família, vivendo cada qual à sua maneira, mas dentro de um espírito de clã, sem atritos,

sem malquerenças, sem intrigas nem deslizes de qualquer espécie. É verdade que vínhamos todos da mesma camada social, e isso era já uma garantia para todos e para cada um de nós, porque entre gente com uma mesma educação há sempre jeito de entender-se.

Naquele tempo o corpo diplomático brasileiro era formado, com raras exceções, por um grupo de pessoas identificadas com os mesmos processos de educação, e oriundas de iguais meios sociais, que eram dos melhores no Brasil. Existia por isso entre seus membros, casados ou solteiros, ricos ou pobres, brancos arianos ou os de sangue mesclado, um verdadeiro *esprit de corps*. Cada um compreendia exatamente seus deveres e quais eram seus direitos, não sendo necessário colocar quem quer que fosse em seu lugar, pois todos sabiam, graças à educação que tinham trazido de casa, o que lhes cabia. Depois tudo mudou.

### XXX

Nair Bueno do Prado, além de bonita, era o encanto personificado. Pelo seu largo sorriso, pelos traços do rosto e a expansão de seu temperamento, ganhava logo a simpatia dos que dela se aproximavam. Apesar de novata na carreira, possuía todas as qualidades para ser a perfeita mulher de um diplomata. E, como, salvo Madame Guerra Duval, era a única senhora na Missão, desempenhava seu papel, tanto no meio social como no meio político de Berlim, exatamente como deve ser – o que não era e não é ainda a regra, digamos com a maior franqueza, entre muitas das esposas de nossos homens da carreira.

Chamava-se de solteira Nair Combacau, e tinha uma irmã, Norah, que eu conheceria no Rio, embora morasse em Buenos Aires, onde era casada com o Sr. Carlos Harteneck. Não sei se fisicamente era mais bonita do que Nair, mas tinha as linhas do rosto mais regulares e uma cor morena que realçava sua beleza. O que não possuía era a alegria exuberante da irmã.

Abelardo formara-se em medicina, profissão que nunca exercera, preferindo ser diplomata, possivelmente por influência da mulher.

Naquela época distante eu jogava muito o bridge. Tanto que me podia considerar inteiramente em forma neste jogo. E rara era a noite ou a tarde em que não jogava. A começar que na própria Legação, conforme já contei, terminado o expediente, havia partida. Eram todos afeiçoados. Guerra Duval podia mesmo emparelhar com os melhores jogadores que havia então na carreira: João Fonseca Hermes, sobrinho do Marechal Hermes, e Luís de Lima e Silva, sobrinho-neto do Duque de Caxias. Madame Guerra Duval também jogava, assim como Guillobel e Fernando Mendes de Almeida. Pouco depois de minha chegada, juntou-se o casal Bueno do Prado, uma das mais completas parselhas de bridge do corpo diplomático brasileiro. Tínhamos também partidas em casa de alguns colegas estrangeiros ou das raras famílias alemães que me foi dado conhecer então; ou ainda dos representantes aliados, franceses e ingleses, espécies de comissões de inquérito que funcionavam ainda em Berlim, incumbidas de fiscalizar a aplicação do famigerado tratado de Versalhes – *famigerado* no sentido clássico, isto é, célebre ou afamado, e não no sentido pejorativo em que esta expressão é por vezes entendida no Brasil.

Por sinal que meu colega e amigo Edgardo Barbedo, que, além de excelente funcionário, era filólogo, grande conhecedor da língua portuguesa, sobretudo de seus clássicos, usou certa vez, numa correspondência oficial para o Itamaraty, sendo Cônsul-Geral em Capetown, dessa expressão – famigerado – referindo-se, creio eu, a uma eminente personalidade da África do Sul. Mas o Itamaraty que, em matéria de língua portuguesa chegou ao cúmulo de endossar um caçanje horrível que se chamava *Guia Prático*, do ex-Cônsul Maya Monteiro, achou que Barbedo estava injuriando o responsável africano. Vai daí, passa-lhe um pito em regra, em despacho de página e meia, exigindo maior respeito na linguagem e no emprego dos qualificativos. Barbedo, que nunca formou na fileira dos tímidos ou indecisos, e sabia, além do mais, o que dizia, e sobretudo o que escrevia, replicou com uma magistral lição de português, apoiado nos mais famosos mestres da língua. Está claro que não foi contestado. O Itamaraty, fugindo à tese, enfiou a viola no saco.

### XXX

Fernando Mendes de Almeida era, para nós, o Mendes simplesmente, ou, o mais das vezes, o Fernandinho, apesar de haver passado os quarenta anos. Alto, magro como um penitente, de faces esqueléticas, cabeleira meia encanecida a lhe sobrar por baixo do chapéu, ainda o vejo percorrendo as ruas de Berlim com uns passos largos e velozes, em pleno inverno, coberto apenas com um leve impermeável de borracha que esvoaçava por todos os lados, como vela de um barco que rompesse os cordões do mastro. E discutindo com o *chauffeur* do táxi, com o *garçon* do restaurante, com o condutor do ônibus, com as meninas que vendiam no grande armazém Wertheimer, com o transeunte que embargava os passos, com o judeu do antiquário, com todo mundo enfim. E, no entanto, não falava ou falava mal o alemão. Que língua falava então? Falava uma mescla de alemão, francês, português, e metia de vez em quando uma palavra inglesa. Era uma linguagem toda dele, que inventara exclusivamente para seu uso, *ad usum Delphini*. Como eu me mostrasse surpreendido, não sabendo como pudesse discutir com tanta gente sem falar alemão, explicou-me: “O meu alemão é muito simples: falo-lhes em francês ou português, conforme o caso; apenas no fim de cada palavra acrescento o sufixo *iert*. Dá sempre certo”.

E dava mesmo. Fazia-se facilmente compreender. Ou, se não era compreendido, era atendido, o que vinha a dar no mesmo. Como, porém, Fernandinho falava com todo mundo aos gritos, e o alemão, regra geral, só obedecia quando lhe falavam desse jeito ou pelo menos em tom imperativo, nunca soube ao certo se era *seu alemão* ou seus gritos que o faziam ser compreendido por toda parte em Berlim.

Graft Mendes – Conde Mendes – era como ele se intitulava ou o intitavam nas rodas alemãs mais íntimas da Legação do Brasil. Isto porque o pai era conde, Conde Fernando Mendes de Almeida, como conde era também o tio, Cândido Mendes de Almeida; títulos estes doados pelo Papa. Esta nobreza pontifícia, feita sobretudo para exportação, especialmente depois que o Papado perdeu o poder temporal, estava então em moda no Brasil. Tínhamos, entre outros, o Conde Paulo de Frontin, o Conde de Afonso Celso, o Conde Pereira Carneiro, o Barão Schmidt Vasconcelos; em São Paulo

havia o Conde Alves Penteadado, o Barão de Alcântara Machado. Sem falar num grande número de portugueses, antigos imigrantes, enriquecidos à custa de sórdidas economias, de aperturas de todo jeito e sacrifícios de toda ordem, e aos quais o Vaticano, em troca de uma doação, geralmente em dinheiro, concedia os mais variados títulos.

Recordo-me ainda de que, ao tempo da minha primeira mocidade, quando morávamos à avenida Doux, que dava para a rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, tínhamos como padeiro o Pires, um português estabelecido na mesma rua, esquina da rua da Matriz — exatamente defronte da igreja de São João Batista. Um belo dia, esse Pires, que era um boçal, da mais rudimentar educação, de tamancos e mangas de camisa, comunicou-nos ter sido enobrecido pelo Vaticano com título de Visconde de Nossa Senhora de Ribeira. Era de fazer rir.

Esses títulos substituíam, no Brasil, as antigas patentes da Guarda Nacional, a famosa *Briosa*, que de briosa só tinha o vistoso fardamento de seus oficiais, no qual gostava de paramentar-se o jornalista Medeiros e Albuquerque, a ponto de exhibir-se assim vestido na própria tribuna do Presidente da República Francesa, num dia de corridas em Longchamps, sem se dar conta do ridículo a que se expôs, tal era seu empenho ou sua vaidade em usar um uniforme. Mais tarde, por inspiração do mesmo Medeiros de Albuquerque, a Academia Brasileira de Letras criou também um uniforme, misto de fardão diplomático e de fardão da Academia Francesa. Foi então que Medeiros aposentou o uniforme da Guarda Nacional, e passou a usar o da sua Academia, em verdade mais discreto ou, pelo menos, mais verdadeiro.

Voltando aos Mendes de Almeida, Condes Fernando e Cândido, pai e tio de Fernandinho, contavam no Rio uma história por certo inventada, mas que era divertida. Eram ambos donos do *Jornal do Brasil*, instalado num grande edifício da Avenida Central, depois Rio Branco. Um dia chegou ali alguém pedindo para falar ao “dono” do jornal. “Mas qual dos dois?” perguntou o empregado que atendeu. “Um que é conde”, disse o outro. “Mas qual dos dois?” indagou o mesmo empregado. “Um que usa barbas”, foi a resposta. “Mas qual dos dois?” voltou o empregado. Afinal, já impaciente, disse: “O que é corno!” E o empregado do jornal: “Mas qual dos dois?”. De fato os dois eram condes, usavam barbas e eram donos do jornal. Quanto a serem cornos, não sei. Tudo que posso dizer é que Cândido Mendes de Almeida era casado com uma das mulheres mais bonitas do Rio.

Graft Mendes ou Professor Dr. Fernando Mendes de Almeida — era como figurava na lista diplomática de Berlim (nunca soube ao certo o que professava ele), mas, para nós, sempre foi o Fernandinho, homem alegre e folgazão, de uma inteligência viva, discutidor como poucos e a melhor e mais agradável companhia. Ainda me lembro do grande apartamento em que morava, em Neue Winterfeldstrasse 26, que alugara mobiliado, pouco depois, creio, de chegar a Berlim. Não sei quanto lhe custava, mas o que posso dizer é que, ao tempo da inflação na Alemanha, aí pelos anos 20 e 21, a desvalorização do marco chegou a tal ponto que este apartamento saía ao Fernandinho por menos de três libras mensais, cerca de cem mil réis de então. Ali gostava muito de receber-nos. E ainda estou a vê-lo à noite sentado diante de um célebre aparelho de rádio que me parecia dos mais complicados, apertando aqui um botão, girando acolá uma roda, à procura de ondas longínquas e fugidias, para mim puramente imaginárias. Era

uma de suas paixões. A outra era um indefectível cachimbo, que ele não cessava de fumar, noite e dia, num nunca acabar de soltar fumaçadas.

Com toda a desordem de sua vida, porque era, no fundo, um incorrigível boêmio, com todo o desalinho de suas roupas, suas expansões e gestos de entusiasmo, revelava um íntimo de *boa raça* que era impossível desconhecer, traindo assim a ascendência patriciana de sua família, de fato uma das mais destacadas do Brasil desde os velhos tempos do Império. Tinha as mais belas mãos que já vi em um homem, finas e longas, de dedos esguios e bem contornados, mãos positivamente *racées*; e não foi despropositada a observação que me fez certa noite a velha Princesa Lichnowsky, nossa parceira ao bridge, que nunca vira um homem com tão belas mãos *femininas*.

Na referida lista diplomática ele figurava como tendo a mulher ausente. Mas a verdade é que estava separado dela. Nunca a vi, nem soube que era, porém diziam que era uma brasileira. Em Berlim ele vivia com uma russa, que era tratada pelo nome de Enchim. Mulher ainda relativamente nova, de bom aspecto, bonita, tinha o marido, também um russo, morando em Paris, que uma vez ou outra aparecia em Berlim, não se constrangendo de ir ver a mulher em casa de Fernandinho. E este tão pouco se importava com as visitas do marido da sua amante. Era talvez o *ménage à trois* que melhor se entendia no mundo.

Fernandinho não era de modo algum um conquistador de mulheres, como o era Guerra Duval. Mas por vezes gostava de arrastar a asa a alguma que encontrava na rua, bem afeiçoada e possível de aceitar uma aventura amorosa, o que não era difícil com as alemãs. Assim que um dia, vendo uma mulher bem vestida e de aspecto agradável, parada diante da vitrina de um antiquário, aproximou-se e tentou puxar conversa. Ela virou-se para ele e disse em inglês: “O Sr. não está me reconhecendo, Dr. Almeida: sou Lady d’Abernon, mulher do Embaixador da Inglaterra”. Foi quando ele viu que se tratava realmente da Viscondessa d’Abernon. Não se precisa dizer do embaraço e da confusão de Fernandinho.

Conservo desse meu camarada de Berlim a melhor das lembranças, apesar dos anos decorridos. E não me esqueço que ele foi meu fiel companheiro de peregrinação pelas *boîtes* e salas de danças berlinenses, que conhecia como ninguém e onde era recebido com honras de grão-senhor — no Rheingold, no Valentia, a melhor da cidade, com um ambinete em nada inferior ao dos *cabarets* de Paris; no Königin, no Barberina, no Palatz am Zoo, onde festejamos a entrada do ano de 1927, com o Guillobel, a Quindim e o Petroff.

### XXX

Esse Petroff era uma espécie de brasileiro honorário. De nacionalidade russa, antigo oficial do exército do Tzar, em cujas fileiras fizera a guerra de 1914, expatriara-se com a revolução comunista de 1917, e desde então fixara residência em Berlim, fazendo eu nunca soube o que, mas suponho que vivendo simplesmente de suas rendas, pois não era, de forma alguma, um desamparado. Moço ainda, e de extrema simpatia, aproximara-se da Legação do Brasil desde os tempos em que Moniz de Aragão fora ali o Conselheiro, em 1924, de quem se mostrara sempre amigo. Vivia desde então na nossa

roda, fazendo um pouco a nossa vida, e identificando conosco em quase todas as nossas diversões. Em suma, era o Petroff, o excelente Petroff.

Moniz de Aragão escrevia-me de Paris (8 de novembro de 1926):

“Meu caro Lyra.

Recebi sua boa carta, que muito prazer me trouxe pelas notícias que me dá. Petroff também me escreveu dizendo que já estão bons camaradas, e assim você não estará aí muito em terra estranha. O Guillobel também confirmou que você não teve decepção no que diz respeito à minha afirmativa de que encontraria aí um excelente chefe e um não menos bom posto. Não quero falar dos companheiros, melhores amigos meus. Faço votos os mais ardentes para que continue a divertir-se e para que tenha todos os êxitos de que é digno. — O Leitão de Carvalho parte pelo *Bagé* no dia 16, e jantou aqui há dois dias. Falamos muito de você. Ele é um bom amigo seu. — Do Rio dizem que o Ministro deveria ser o Embaixador Melo Franco, mas à última hora mudaram... Tenho boas relações com o Mangabeira, que terá um excelente chefe de Gabinete — o Pedro Leão Veloso, que acaba de ser convidado e aceitou, partindo breve para o Rio de Janeiro. — Para aí segue por estes dias o novo Segundo Secretário, Bueno do Prado. — Um abraço e saudades do seu colega e amigo,

MONIZ DE ARAGÃO”.

Jogador de bridge, embora medíocre, Petroff era um dos nossos parceiros mais fiéis; e em seu pequeno apartamento de Nestorstrasse 11 nos reuníamos frequentemente num ambiente acolhedor e em tudo agradável. Ali conheci um de seus melhores amigos, o Príncipe Henrique de Reuss, antigo oficial da Marinha de guerra do Império alemão, e aliado, por laços de família, a Guilherme II, por ser primo da segunda mulher deste, a Princesa Hermínia de Reuss. Esta família dos Reuss, ao igual à dos Montesquieu em França, tinha a particularidade de dar o nome de Henrique a todos os filhos varões, fazendo-se a distinção entre eles apenas pelos números, em algarismos romanos, que acrescentavam a cada nome. Se estou bem lembrado, o Reuss, amigo de Petroff, tinha o número XXXIX.

Sendo relativamente jovem (não teria talvez ainda cinquenta anos), o Príncipe era alegre, brincalhão, e desprovido de qualquer vaidade nobiliárquica, luxo a que se poderia dar, por pertencer a uma família originária da Idade Média, na pessoa do Imperador Henrique VI, em honra do qual todos os Reuss passaram a ter o mesmo nome. No hotel Esplanade, onde a princípio residi, e depois no meu apartamento de Wichmannstrasse 5, onde me instalei, ou na própria casa de Reuss, Klopstockstrasse 3, estreitamos uma camaradagem que se manteria inalterada até o dia de minha partida de Berlim.

### XXX

Havia naquele tempo em Berlim, como em Londres e em Paris, grande número de russos, exilados de sua terra pelo regime comunista ali implantado sob a chefia de Lenine, que os alemães, em péssima hora, transportaram da Suíça, onde vivia, para São Petersburgo (hoje Lenigrado), durante a Primeira Grande Guerra. Se os alemães não tivessem assim agido, e se na Segunda Guerra Mundial o Presidente Franklin

Roosevelt houvesse permitido aos soldados americanos ocuparem Berlim para impedir que esta cidade o fosse pelos russos, talvez o mundo não se visse hoje às voltas com a praga do comunismo.

Os russos exilados costumavam reunir-se em vários cafés de Berlim. Uma noite, indo em companhia de Petroff a um desses cafés, encontramos Alexandre Kerensky, já conhecido, desde algum tempo, daquele meu amigo. Depois de um curto governo na Rússia, como se sabe, Kerensky, devido à vitória dos comunistas, refugiou-se na Alemanha. Depois mudar-se-ia para a Inglaterra, em seguida para a França, e finalmente para os Estados Unidos.

Petroff apressou-se em apresentar-me ao seu conhecido. Eu não ignorava que Kerensky vivia em Berlim, e havia certa vez manifestado o desejo de conhecê-lo pessoalmente. Era um homem com cerca de quarenta e seis anos, de aspecto simpático, e mais falador do que eu esperava. Tivemos assim uma longa conversa. E, como lhe dissesse que a derrota de seu governo na Rússia devia-se ao fato de ele pensar que se podia governar um povo com palavras em vez de atos, respondeu-me que minha opinião não tinha sentido, e que meu juízo sobre seu governo estava errado; e que, com qualquer outro personagem que tivesse o poder nas mãos, o resultado seria o mesmo.

Como é do domínio geral, Kerensky fora um antigo deputado trabalhista, e, depois, socialista revolucionário na Duma (Parlamento) de 1912. Após a revolução de 1917, foi Ministro da Justiça no governo provisório do Príncipe Lvov, e a seguir Ministro da Guerra e da Marinha. Retirando-se o Príncipe Lvov, substituiu-o na chefia do governo. Tribuno de considerável fôlego, julgou poder governar com seus discursos. Foi um engano. Sendo um homem da palavra, não o era da ação; ao contrário de Lenine, que, além de grande tribuno, agia com energia espantosa. Da mesma forma procedia a primeira turma de comunistas que rodeava este último a 7 de novembro de 1917, quando Kerensky foi facilmente derrubado.

Logo a seguir à paz de Versalhes, Kerensky publicou seu primeiro livro intitulado *Prelúdio ao Bolchevismo*. Isto foi em 1919. Seu segundo, *A Catástrofe*, só apareceria em 1937. Ambos tratam de sua atuação política na Rússia.

Quase cego, Kerensky faleceu em Nova York em 1970, aos oitenta e nove anos, em consequência de uma simples fratura no cotovelo. Morreu enquanto dormia. Deixou dois filhos, Oleg e Gleb, ambos residentes na Inglaterra. Divorciado de sua primeira mulher, Olga, casara-se em segundas núpcias com a filha de industrial australiano, Lidia Teresa Tritton, que faleceu em 1944. Kerensky e Lenine eram naturais da mesma cidade, Simbirsky (atualmente Ulyanov), e o curioso é que o pai de Kerensky, um advogado, foi professor de Lenine no curso secundário.

### XXX

Não seria justo que eu fechasse este capítulo sobre minha estada em Berlim sem falar da nossa funcionária da Legação, a única, aliás, que havia, Elizabeth Wohlfarth. Morava em um apartamento na Martin Lutherstrasse 43, era ainda solteira, muito jovem, pois rondava os vinte anos, e bonita. Para todos nós mostrava-se uma boa companheira, sempre disposta a prestar-nos serviços, dentro e fora da Legação. Para mim foi,

desde minha chegada, a melhor das amigas, carinhosa e dedicada, da qual sempre guardei até hoje, após tantos anos decorridos, a mais grata recordação. Depois de minha partida de Berlim, em março de 1927, ainda nos cartemos durante muito tempo, ela nunca deixando de ser fiel aos laços de amizade que nos uniam.

Em 1935 Elizabeth Wohlfarth abandonaria o serviço a fim de casar-se com um industrial alemão chamado Naether, proprietário em Zeitz de uma grande fábrica de carrinhos para bebês, fundada em 1846, e que trabalhava, na época de seu casamento, com mil e oitocentos operários. Sobrevindo a guerra, e sendo a Alemanha destruída pelos aviões inimigos, seu marido foi preso e posto em um campo de concentração, passando ela a dirigir a fábrica. Estando esta situada na zona russa, os comunistas a desmantelaram quase completamente, ficando Elizabeth e seus filhos (um filho e uma filha) próximo à miséria.

Terminada a guerra, ela tomou de novo a direção da fábrica, então apenas com quinhentos operários, esforçando-se para reedificá-la e modernizá-la. Infelizmente os russos outra vez se apoderaram dela. A casa de moradia, um verdadeiro castelo no centro de um parque enorme, na mesma cidade de Zeitz, foi transformada em escola para crianças russas. Seu marido vivia internado em hospitais, procurando cura para uma moléstia contraída no campo de concentração. Sendo-lhe impossível ficar de braços cruzados, aceitou ser conselheira — a única mulher — de partido democrata-cristão, seção de Zeitz.

Em 1946, soube, por intermédio de Guerra Duval que eu me encontrava na Dinamarca como Ministro do Brasil. Escreveu-me então relatando as tristes condições de vida que eram a sua e as de seus filhos; dificuldades e privações de toda sorte, sobretudo em matéria de alimentação. Perguntava-me se não havia possibilidade de eu lhe enviar de quando em quando algo para comer. Pelo correio nem convinha pensar, pois por certo não chegaria ao destino. Lembrei-me então que havia uma Missão Militar brasileira em Berlim, chefiada pelo General Anor Santos, e que tinha como subchefe o Coronel Aurélio Lyra Tavares, hoje Embaixador em Paris. Este era não só meu conhecido, mas também meu parente. Por gentileza dele, minha amiga conseguiu receber algumas caixas com comestíveis que mandei, o que lhe proporcionou, como era de esperar, profunda satisfação. Transcrevo um trecho de sua carta datada de 15 de fevereiro de 1947:

“Hoje o *chauffeur*, que eu tinha encarregado de buscar a encomenda, acaba de trazer-ma. Abri-a logo, e apresso-me a dizer-lhe de todo o meu coração “obrigada”. Não poderá nunca imaginar os olhos de felicidade de meus dois filhinhos. Estou-lhe profundamente agradecida, e quero que saiba quanto apreciei sua escolha para o conteúdo das caixas”.

E em outra carta do mesmo mês:

“Não pude sequer dormir, tanto me sentia feliz. Em sua carta fala-me de uma segunda remessa. Incomoda-me lembrar-lhe o que prometeu. Não estará esquecido de que não é esse o meu feitio. Mas, como sou responsável por minha família, e não recebemos nada de nada, o Sr. é meu único auxílio”.

Depois que saí da Dinamarca e regressei ao Brasil, ela continuou a me escrever, queixando-se por vezes do meu silêncio, porque, nessa época, 1950, sendo Chefe do Departamento Político e Cultural do Itamaraty, tinha muito trabalho, e nem sempre

conseguia ter minha correspondência particular em dia. Desprovida de recursos para viver, ela obteve voltar a trabalhar na nossa já então Embaixada na Alemanha, em Bonn, onde se sente hoje feliz e satisfeita. Com o correr dos tempos, aprendeu o português; e é nesta língua que agora escreve suas cartas.

## XXX

Tínhamos em Berlim o nosso médico, que era o Dr. Munk. Morava em Steinplatz 1, e era um dos principais do hospital da Charité. Quando tornei a servir na capital da Alemanha, em 1936, ele ainda vivia. Em 1926 fui vê-lo por causa de um reumatismo nas costas que apanhara em Londres, numa tarde de outono em que ficara sentado em um banco do Hyde Park conversando com meu amigo Thompson Flores. Um reumatismo que voltava todos os invernos que passei, depois disso, em Londres e em Genebra. Como remédio, o Dr. Munk deu-me uma receita escrita de sua própria mão, que foi um santo remédio. Depois de alguns dias de fricção nas costas, o reumatismo desapareceu e nunca mais voltou. Dr. Munk era conhecido na Europa pelas receitas benéficas que formulava. Estando eu em Roma em 1928, e indo ver o Professor Ascoli, especialista em moléstias tropicais, apresentou-se-me a ocasião de falar do Dr. Munk e da milagrosa receita que me dera. Perguntou-me o dito professor se ainda tinha a tal receita, e, diante de minha afirmativa, pediu-me licença para, na próxima vez que eu fosse a seu consultório, copiá-la, acrescentando que receitas do Dr. Munk valiam ouro. Igual fato dar-se-ia com o médico-chefe da casa de repouso de Valmont, perto de Montreux, onde eu costumava ir uma vez por ano a fim de ter uns dias de repouso, o que eu não conseguia em Roma. Chamava-se Dr. Turin, e, ao saber que era possuidor da famosa receita, também pediu-me para ter uma cópia. Aconteceu, porém, que, no Rio, emprestando-a a um amigo, este perdeu-a. Fiquei aborrecido; mas, indo novamente trabalhar em Berlim, e encontrando o Dr. Munk, contei-lhe o fato. Assim é que, ele me a tendo dado outra vez, ainda a possuo. Mais tarde, em Buenos Aires, também cedi-a a um médico de lá, que muito agradecido me ficou.

## XXX

Tendo sido minha estada em Berlim, dessa vez, apenas de seis meses, fora membros do Corpo Diplomático, não me foi dada oportunidade de travar conhecimento com muita gente ali residente. Limite-me a citar a Princesa Radzwill, nascida Castellane, tia de Boni de Castellane, casado em Paris com Ana Gould. Cabe-me referir também uma boa amiguinha, Margarete Feuerstein, em cuja casa de Skalitzersfrasse 30, muito bem mobiliada e cheia de objetos bonitos e preciosos, tive o prazer de estar mais de uma vez. Não era propriamente uma mulher bonita, porém atraente e bem feminina, e sua conversa sobre os homens que então governavam a Alemanha, alguns dos quais seus conhecidos, tinha um sabor muito de meu agrado.

## XXX

Ia eu para o Rio com as melhores disposições, na esperança de que a nomeação de Otávio Mangabeira para o Itamaraty, cercado que estava de bons elementos, pudesse pôr ordem e disciplina naquela casa, que tanto as necessitava depois do abandono e descalbro que caracterizaram a última fase da administração de Félix Pacheco. Neste sentido eu escrevia a Samuel Gracie, Conselheiro da nossa Embaixada em Londres, e meu fiel correspondente durante tantos anos. Carta de 1.º de dezembro de 1926:

“Meu caro Gracie. — ... Todos nós, que estamos unidos pelo espírito de tradição, semeado e frutificado nos bons tempos da velha casa, temos o dever de nos conservarmos em estreita e constante ligação, para pormos, tanto quanto possível, um dique à corrente nova e anarquizante que, de alguns anos para cá, vem corroendo as melhores tradições do Itamaraty. Contra esses novos elementos sem amor ao passado, sem disciplina, sem compostura; *blasés* e displicentes por esnobismo; vazios de instrução, mas cheios de basófia; e que fazem diplomacia através das trombetas da Agência Americana\*, com a preocupação única e exclusiva de “blufar” os incautos — é contra tais parasitas que devemos, todos nós que ainda temos uma noção exata de nossos deveres e nossas responsabilidades, opor uma sólida barreira, para impedirmos que eles se tornem amanhã os expoentes — e que expoentes! — da diplomacia brasileira.

Fiquei surpreso com a escolha do Sr. Mangabeira para o Itamaraty. Isto porque sabia que o Sr. Washington Luís desejava colocar o Sr. Melo Franco na pasta dos Estrangeiros. Soube depois que não foi possível a realização desse desejo porque o ex-Presidente, *amigo íntimo e correligionário* de meu antigo chefe em Genebra, vetara terminantemente o seu nome. Sob que pretexto? Porque o Sr. Melo Franco, “tendo divergido”, como divergira, da política do ex-Presidente na Liga, certamente iria modificar essa política, uma vez assentado nos conselhos do novo Governo. E o ex-Presidente veria nessa reviravolta uma agressão não somente à sua política, mas também à sua pessoa.

Ora, antes de tudo, há nisto uma verdade. O Sr. Melo Franco, durante todo o tempo em que trabalhou em Genebra, nunca divergiu da *política* do Sr. Bernardes na Liga — se se entende por *política* a conquista de um lugar permanente no Conselho. Nesse particular, o Sr. Bernardes não podia ter, como não teve, em Genebra, um colaborador mais leal, mais altruísta nem mais esforçado. Aliás o Sr. Melo Franco não podia ter divergido daquela política; porque não era ela da autoria ou inspiração do Sr. Bernardes — mas do Sr. Epitácio Pessoa; era portanto anterior à missão dada ao Sr. Melo Franco, quando aceitou, em 1923, a Embaixada em Genebra e foi precisamente para desenvolver ali aquela política.

Agora, no que o Sr. Melo Franco divergiu do ex-Presidente, e com ele, penso, todos aqueles que ainda têm um pouco de bom-senso, foi no *modus faciendi* da célebre política. Nisto, é certo, ele divergiu, e essa divergência só serviu para não aparecermos em Genebra com uma nação de botucudos, que tudo ignora dos mais elementares preceitos de educação e de tato...

Mas a verdade é esta: o Sr. Bernardes não mais perdoou ao Sr. Melo Franco desde

---

\* Uma agência brasileira de notícias que havia em Paris, subsidiada pelo Governo brasileiro.

quando este se negou a ler, diante do Conselho reunido, um formidável libelo do Governo brasileiro contra a diplomacia das chancelarias européias. O Sr. Bernardes intimava o Sr. Melo Franco a repetir a sabatina rabiscada no Rio; o Sr. Melo Franco ponderava a excessiva inconveniência dos termos desse libelo, e ainda mais da sua leitura em pleno Conselho da Liga, diante de quatro chefes daquelas mesmas chancelarias; o Sr. Bernardes teimava — que ele fosse lido, e com todos os pontos e vírgulas; o Sr. Melo Franco aceitava já a redação do Rio (salvo, naturalmente, os desaforos, que se riscariam); mas que o papel fosse simplesmente entregue ao Secretário-Geral; que não e que não, repetia o Sr. Bernardes, que o lesse na íntegra em sessão do Conselho. O Sr. Melo Franco assumiu então a única posição compatível com a sua educação política: deu demissão do cargo. Diante dessa ameaça, inesperada, o Sr. Bernardes cedeu, concordou com que o libelo fosse simplesmente entregue. Concordou, mas não se conformou. O “homem teimoso” não perdoou desde aí o Sr. Melo Franco o ter divergido de sua *política*.

O Sr. Washington Luís, como uma atenção pessoal à vaidade ferida de seu antecessor, concordou com o *index* do Sr. Bernardes: chamou o Sr. Mangabeira. Eu não poderei dizer se saímos ganhando ou saímos perdendo. O Sr. Melo Franco, estou certo, seria um excelente Ministro. Do Sr. Mangabeira nada posso dizer, pois é para mim uma incógnita. Aguardemos seus atos para julgá-lo. O primeiro deles — a constituição de seu Gabinete — foi sem dúvida um ato criterioso. Depois de um pseudo Gabinete, que tinha à sua frente esse mais do que célebre Sebastião Sampaio, e comparsas como os que lá estavam, temos afinal um Gabinete de verdade, sob a responsabilidade de um homem digno de todo o respeito como o Leão Veloso, e de colaboradores como Nabuco, Lago, Faro e Ouro Preto. É gente da velha escola-*ancien régime*, para usar de uma expressão significativa.

Aguardemos agora a política internacional do novo Chanceler. Não precisaremos esperar muito tempo, pois que dentro em breve terá que tomar posição. Em março teremos a Junta de Jurisconsultos; em fevereiro de 1928 a Panamericana de Havana. Antes disso haverá a Conferência geral do Desarmamento; duvido muito que o Sr. Mangabeira queira conservar o Brasil ausente dessa Conferência, quando nela estarão legislando, para o futuro, a Argentina e o Chile. Temos ainda o trabalho diplomático em Lima, para que possam entrar em vigor os atos que V. assinou em Washington \*. Há os acordos com a Bolívia, já assinados, é verdade, mas que necessitam indubitavelmente de serem revistos no Itamaraty; como então, penso, será um erro submetê-los à aprovação do Congresso. Há a negociar e assinar o tratado de limites com o Paraguai, ao longo do rio Paraguai, entre o Apa e a Baía Negra. Para o Ministro que queria trabalhar e produzir, há ainda a questão da Ilha Brasileira, o resto da questão do café, aqui em Berlim; o acordo de imigração com o Japão, para evitarmos um perigo nascente \*\*, a regulamentação e utilização das quedas do Iguaçu; a política de reabsorção do Paraguai, cuja primeira etapa será matar no nascedouro essa irritante questão da dívida, de que o Sr.

\* A chamada Ata de Washington, assinada nessa cidade em 4 de março de 1925, quando Samuel Gracie era ali Encarregado de Negócios, e referente aos nossos limites com o Peru e a Colômbia. Seria posteriormente objeto de um tratado, assinado ainda em tempo de Mangabeira.

\*\* Havia ainda no Brasil a presunção de um perigo na imigração japonesa.

Lindolfo Color se faz agora grande arauto, de parceria com o irrequieto Sr. O'Leary, ambos armando inconscientemente o jogo dos positivistas do Brasil \*.

Bem. Mas estes são, por assim dizer, problemas isolados. As duas grandes questões da nossa futura política internacional, e das quais um Ministro trabalhador não pode desinteressar-se, são, indubitavelmente, a posição do Brasil na Liga, isto é, na política européia, e a *entente* com a Argentina, base de todo um programa de política continental. Na Liga estamos num beco sem saída; ou o Sr. Mangabeira terá que recuar, ou terá que prosseguir e esbarrar com o muro do fundo. Sua habilidade estará justamente em encontrar um meio termo, uma saída ao lado, airosa, que nos dê proveito, sem gritos, sem pontapés. A *entente* com a Argentina, esta, será uma questão mais séria. Mas é indispensável pensar-se nela, como no único meio de acabarmos com essas desinteligências esporádicas, e que tanto mal fazem a um e outro país, senão mesmo a toda a América do Sul. Será uma página de glória para um Governo que conseguir firmar com a Argentina os três acordos paralelos: arbitragem ampla, limitação de armamentos e aliança política. No dia em que o Brasil e a Argentina ficarem unidos por estes três laços, cimentados por outros acordos de interesse limitado, poderemos assegurar que a paz permanente na América está realizada. Sei que o Governo argentino, pela voz de alguns dos seus representantes, como Le Breton, ex-Delegado na Comissão de Reforma do Conselho, e Fernando Peres, Embaixador em Roma, já tomou a iniciativa de encarar essa *entente* como uma responsabilidade. Seria lastimável que deixássemos morrer no nascedouro tão boas e leais disposições.

Ora veja V., meu caro Gracie: deixei a pena correr e, insensivelmente, tracei-lhe todo um programa de política internacional. Felizmente que o relógio bateu agora duas horas, e minha *house-keeper* está a chamar-me para o almoço.

Vou deixá-lo. Mas diga-me antes: a viagem do nosso Régis teve sem dúvida como fito principal o de ver a sogra gravemente enferma. Mas não terá também outro motivo, de natureza diversa? Se não for segredo de Estado, diga-me, que estou curioso por saber.

Recomende-me à sua senhora, e receba o velho abraço de seu amigo de sempre,

HEITOR LYRA”.

A esta carta, Gracie respondeu-me com outra datada de 30 de dezembro de 1926, da qual destaco alguns trechos:

“Meu caro Lyra. — ... Tenho esperanças de que as coisas se modifiquem agora com o novo Ministro e o Gabinete organizado com gente boa como está. Aliás, tenho a impressão de que já está tudo muito melhor, através do que de lá nos chega, e das notícias que tenho recebido — com organização e sobretudo seriedade, que era o maior defeito que lá existia. Você não imagina a tristeza que senti quando da minha última estada no Rio, com a situação que reinava no Itamaraty. A desordem era terrível, a falta de carinho pelas tradições gloriosas do nosso Ministério, de interesse pelo trabalho, tudo um horror. E, a par disso, como se não bastasse, não havia seriedade nem escrúpulos,

---

\*Ver, no fim deste livro, uma carta deste Lindolfo Color.

completamente desaparecido o respeito, e pouco a pouco extinguindo-se a compostura dos outros tempos. Mesmo entre os colegas, aquela união e lealdade de outrora já não se via mais.

Também foi para mim uma surpresa a escolha do Ministro Mangabeira. Aliás, o mesmo se deu quanto às demais nomeações para o Ministério, pois outros eram os indicados quando saí do Rio. Tenho confiança, porém, que o nosso chefe se torne um grande Ministro. Não lhe falta inteligência, e dizem que é muito criterioso e quer trabalhar. O Presidente (*Washington Luís*), que viajou e viu algumas das nossas Missões, espero que dedique um pouco de seu tempo e de seu tino de administrador e organizador para a nossa carreira. Como você compreenderá, estou cheio de esperanças que, com este Governo, entre no bom caminho e na posição que merece o nosso serviço exterior e principalmente aquela casa, digna de melhor sorte do que a que teve nos últimos tempos.”

E mais adiante:

“Vejo o que você conta sobre o Embaixador Melo Franco e os últimos pormenores da nossa atitude na Liga. Muita coisa era absolutamente novidade para mim. Nunca fui grande apaixonado da Liga, como já tenho dito a você, mas acho que nossa atitude de março em Genebra é uma página muito triste na nossa história diplomática. Não é a única, infelizmente, do último chefe que tivemos. A nossa política externa, na minha humilde opinião, deve ser menos de caráter mundial, como parecia levar-nos a Liga, do que do nosso próprio continente. Aí há muitíssimo que fazer. Nos Estados Unidos, julgo eu, é o nosso principal campo. Que grande papel poderíamos ter como moderador da política desses na América! Seria isso de grande interesse para os Estados Unidos mesmo, e nos daria grande influência e posição nos demais países. Mas essa política com os Estados Unidos, feita de igual para igual, como sempre disse lá\*, e não com subserviência ou como sacristão dos americanos.

O programa que você, com grande habilidade, lembra para uma política com a Argentina seria vantajosíssimo. E tudo o mais que você cita, com toda a razão, que ainda temos que fazer na América, representa um grande trabalho e constitui para nós problemas de maior interesse e importância do que os que se prendem à política européia. Nesta, acho, que o que temos que fazer é procurar não perder a situação que obtivemos com a guerra, com as nossas atitudes anteriores em grandes questões, e com a criação das Embaixadas entre nós, que, sem nos colocar como grande potência, nos deu situação privilegiada. Se não tomarmos cuidado, outros irão conseguindo também essas distinções, as grandes potências acabarão criando outro posto diplomático para as suas representações, e nós teremos perdido todo o nosso trabalho.

Foi pena, meu caro Lyra, que o seu relógio tivesse batido a hora, e sua *house-keeper* o chamasse para o almoço, obrigando você assim a interromper a sua boa carta e a interessantíssima exposição que fazia sobre a nossa política internacional, com a qual eu concordo inteiramente.

Adeus, meu querido Lyra, receba um saudoso abraço e creia sempre na velha amizade do seu, muito cordialmente,

S. GRACIE”

---

\* Samuel Gracie tinha vindo de Washington, onde era Encarregado de Negócios do Brasil.

# Secretaria de Estado

Chefe de Seção Política da América

---

Deixei Berlim a 1<sup>o</sup> de março de 1927, removido para Montevidéu, a bem dizer em viagem para o Brasil, pois esperava obter minhas férias de seis meses e ficar no Rio antes de seguir para o Uruguai. Ao partir de Berlim, Guerra Duval comunicou este fato ao Itamaraty: “No escasso tempo em que serviu aqui, o Dr. Heitor Lyra teve, ainda assim, farta ocasião de mostrar as suas qualidades de inteligência e de caráter, o seu dom de gentes e aquelas outras virtudes de diplomata precioso ao serviço público, que os seus colegas tão bem conhecem”. Parti de trem para Paris, onde queria rever amigos e fazer compras. E, de lá, para a cidade de Boulogne, onde embarquei no vapor *Cap Polonio*, que era então o melhor e o maior barco da companhia alemã que fazia o serviço para a América do Sul. Seria substituído mais tarde pelo *Cap Arcona*. A viagem foi rápida, pois que o navio, apesar de seus dez anos, conservava-se em excelentes condições de navegabilidade.

Nesta travessia do Atlântico tive por companheiro, entre outros, o novo Secretário da Legação alemã no Rio, Freiherr (Barão) von Bibra. Ia também o engenheiro Antônio Carlos de Arruda Botelho, chamado *Toto* na família, neto do Conde de Pinhal, acompanhado por sua mulher, cujo nome de solteira era Olímpia de Mendonça Uchoa. Ambos de trato agradabilíssimo. Ele já faleceu, porém ela ainda é viva, devendo estar muito idosa. Outro passageiro era Vinício da Veiga, removido do Consulado em Munich para a Secretaria de Estado. Uma noite, com ares misteriosos, Vinício revelou-me ser possuidor de uma maravilhosa receita alemã destinada a fazer nascer cabelos aos carecas. Fazia lembrar um alquimista comunicando a fórmula da pedra filosofal. Disse-me que utilizava tal receita com os mais surpreendentes resultados, o que ele provava com um grosso punhado de fios que lhe nasciam no alto da cabeça. Foi pena que eu não me tivesse socorrido de tão excelente receita, pois que não estaria hoje ostentando à curiosidade pública o meu couro “ex-cabeludo”, como gostava de dizer o Barão do Rio Branco do seu próprio.

De bordo do *Cap Polonio* escrevi uma carta a Hélio Lobo, Ministro em Montevidéu, dizendo que contava ficar no Rio em férias de seis meses a fim de pôr em ordem negócios de família. Depois seguiria para meu posto, que era o que ele chefiava:

“Meu caro Hélio. — ... A praxe, dizia eu, como você sabe, é congratular-se o Secretário com o seu futuro chefe. Mas crê você que eu necessite dizer-lhe o prazer que terei em servir sob sua direção, quando outra coisa não se poderá concluir da velha, sólida e ilimitada estima que lhe dedico? De todos os atuais Chefes de Missão, não é precisamente você que mais chegado está ao meu coração? Dizendo isto, digo tudo”.

A resposta de Hélio, datada de 23 de março de 1927, foi-me entregue no Rio. Dizia:

“Meu caro Lyra. — Agradeço as afetuosas palavras de sua carta escrita de bordo do *Cap Polonio*. Creia que bem compreendo sua situação, pois sei o que é a morte de um pai. E conto que, acompanhando-o nesse transe, possa tê-lo a trabalhar comigo depois que houver posto em ordem seus papéis e seus negócios, gozadas as merecidas férias”.

Já em águas brasileiras, na altura das costas da Bahia, alcançamos o *Alcantara*, o mais novo e o maior dos navios da classe A da Mala Real Inglesa, que também viajava para o Rio. Seguiram os dois barcos lado a lado, separados apenas por poucas milhas. Criou-se entre eles uma espécie de emulação para saber qual ganhava o outro em velocidade. Ganhou o alemão, apesar de mais velho e de menor tonelagem. E, à noite, deixávamos longe o *Alcantara*, visível no horizonte apenas por suas luzes acesas. Essa emulação entre as duas bandeiras iria traduzir-se, doze anos mais tarde, numa das mais encarniçadas lutas que já conheceu a humanidade. Mas, desta vez, venceria a bandeira da Union Jack.

### XXX

Cheguei ao Rio de Janeiro a 16 de março de 1927, numa manhã de chuva torrencial. A viagem tinha sido excelente, e o tratamento de bordo o melhor possível, como era, aliás, em todos os navios alemães que faziam a carreira do Brasil. Fui recebido no cais pelos meus colegas e amigos mais próximos: Hildebrando Accioly, Osvaldo Correia, Luis Fernandes Pinheiro, Edgardo Barbedo e Carlos Ouro Preto.

Accioly deu-me logo a notícia de que minhas férias de seis meses, pedidas desde quando eu me achava em Genebra, me haviam sido concedidas. Era uma ótima notícia de fato, porque me permitia não seguir imediatamente para Montevidéu e permanecer no Rio aquele espaço de tempo. Disse-me depois que me trazia um recado urgente e importante, e, neste sentido, pedia que o fosse ver na mesma noite em sua casa de Copacabana.

Lá fui. Inteirou-me então que o Ministro Mangabeira desejava que eu tomasse conta, durante minhas férias, da Seção Política da América, acrescentando que Maurício Nabuco, autor desta idéia, estava encarregado de transmitir-me o convite e conversar comigo a respeito. Assim que, no dia seguinte, dirigi-me ao Itamaraty para ver Nabuco. Efetivamente, o Ministro Mangabeira, por sugestão dele, Nabuco, gostaria que eu assumisse a direção daquela Seção, que, tendo estado nas mãos de Coelho Rodrigues, precisava novo diretor, mais capaz e mais eficiente, dentro do programa de reorganização de todos os serviços do Ministério estabelecido pelo atual titular — no fundo, programa sugerido por Nabuco, e aceito sem restrições por Mangabeira.

Eu, pessoalmente, não conhecia o Ministro. Jamais o tinha visto, nem mesmo em retrato. Conhecia, é certo, o nome, por tê-lo lido nos jornais, o dele e o do irmão João. A este havia avistado umas poucas vezes, é verdade. Otávio Mangabeira a mim conhecia de nome fazia escasso tempo, só desde sua nomeação para o Itamaraty, e pelas elogiosas referências a meu respeito feitas por Francisco Thompson Flores, que fora chefe da Delegação do Tribunal de Contas em Londres enquanto eu era ali Secretário da Embaixada do Brasil. Tenho à vista a carta que Thompson Flores me enviou do Rio para Berlim com data de 25 de novembro de 1926, isto é, dez dias após a posse de Washington Luís como Presidente da República. Entre outras coisas, dizia-me:

“... No banquete que foi oferecido ao meu amigo Getúlio, Ministro da Fazenda, fui colocado em frente ao homenageado e aos seus colegas de Ministério, *tête-à-tête* do Mangabeira, que é meu velho amigo, e com quem tive oportunidade de conversar muito a teu respeito”.

Admito que os elogios a mim tecidos pelo generoso amigo tenham predisposto o Ministro Mangabeira a meu favor quando Nabuco proporia minha pessoa para chefiar a Seção Política da América.

Surpreendido com o convite, não soube o que responder. Coelho Rodrigues tinha a categoria de Chefe de Seção, cargo correspondente a Ministro de Segunda Classe. Eu era um simples Segundo Secretário de Legação, com cinco anos apenas de classe. Nunca tinha dirigido serviço na Secretaria de Estado, nem sabia mesmo como podia assumir a responsabilidade que me queriam dar. No fundo, só tinha a meu favor o fato de conhecer nossa política na América, sobre a qual escrevera vários artigos em revistas e jornais brasileiros. O convite não me podia ser mais honroso. Mas, dadas as condições precárias em que estavam os serviços da Seção da América, vi que somente poderia aceitá-lo se obtivesse a garantia de ficar à frente dela pelo menos um ano inteiro; e também de conseguir, do Ministro e dos que o cercavam, toda a autoridade e liberdade de ação. Com respeito à segunda condição, respondeu-me logo Nabuco que autoridade e liberdade eu as teria totalmente. Quanto à primeira, dizia ele, caberia a mim dar ao Ministro aquela garantia. Aceitei em princípio o convite, mas pedi a Nabuco que me desse doze horas para proferir a resposta definitiva.

### XXX

Naquele tempo a Seção Política e Diplomática da América (existia também a Seção Política e Diplomática da Europa) era, ou devia ser, a mais importante da Secretaria de Estado, pelo fato de que o eixo da nossa política exterior estava, desde nossa Independência, no continente americano. Podia-se mesmo recuar mais de um século, e dizer que, desde que o Príncipe Regente de Portugal estabeleceu seu Governo no Rio de Janeiro, a política chamada americana foi uma das preocupações deste príncipe. Em 1922 publiquei um livro, editado em São Paulo por Monteiro Lobato & Cia, sob o título *Ensaio Diplomático*, onde há um capítulo sobre o pan-americanismo no Brasil antes da declaração de Monroe, e outro sobre a política brasileira no Prata, reproduzido este depois em folheto pela Livraria J. Leite do Rio de Janeiro. Trabalho longo e minucioso, sobre cujo valor falarão outros que não eu. Mas sempre direi que o Sr. Artur Cé-

sar Ferreira Reis, então Presidente do Conselho Nacional de Cultura, em uma conferência pronunciada em 1971 na Sociedade de Geografia de Lisboa, elogiou esse trabalho em termos que muito me sensibilizaram. Disse que o havia lido na época de sua publicação, quando ele era estudante de Direito, e nunca mais tornaria a ver um estudo tão completo e tão bem elaborado como aquele. No mesmo ano de 1922 eu publicara também na *Revista do Brasil*, de São Paulo, outro estudo sobre a política do Brasil na América. Estes fatos provavam, pelo menos, meus conhecimentos no assunto.

Nabuco lera os meus *Ensaio Diplomáticos*. Tenho dele uma carta de fevereiro de 1923 agradecendo a oferta desse livro, que havia lido, dizia, “durante o Carnaval, e assim vi quanto é de fácil leitura”. Ao propor a Mangabeira meu nome para dirigir a Seção Política da América em 1926, será que Nabuco se lembraria ainda de meus estudos sobre política americana contidos no tal livro? É possível que sim, porque, do contrário, a indicação feita ao novo Ministro seria para ele um passo no escuro, do qual, aliás, para satisfação dele e de Mangabeira, modéstia à parte, eu me iria sair tão bem quanto desejava.

Otávio Mangabeira assumira a chefia do Itamaraty em 15 de novembro de 1926; por conseguinte, apenas quatro meses antes de minha chegada. Que eu soubesse, ao tomar conta da pasta, só conhecia duas pessoas da casa: Renato Lago, Primeiro Oficial da Secretaria de Estado, por ser filho de seu amigo e correligionário político Senador Pedro Lago, baiano como ele; e Gustavo Viana Kelsch, também baiano, Primeiro Secretário de Legação, nosso último representante na Rússia Imperial, e testemunha ocular dos acontecimentos que se desenrolaram na então São Petersburgo: a queda de Kerensky e a subida de Lenine ao poder. Kelsch comprazia-se em contar as peripécias relacionadas com a retirada para Arcangel, em trem especial, dos diplomatas estrangeiros acreditados junto ao Tzar. Interessado em assuntos de arte, este nosso colega inventara um processo para autenticar quadros de antigos mestres da pintura, processo que expôs em dois álbuns editados em Londres em 1922.

### XXX

Otávio Mangabeira e o irmão João (havia um terceiro irmão que morava no Rio Grande do Sul) eram dois jovens Deputados Federais pela Bahia, amigos ambos do Senador Rui Barbosa, inteligentes, bons oradores e hábeis políticos, que depressa haviam criado na Câmara dos Deputados, mercê dessas qualidades, fama de brilhantes. João era formado em Direito, advogava no Rio e começava a ser considerado bom jurista. Otávio formara-se em Engenharia pela Escola Politécnica de Salvador. Fora algum tempo encarregado da inspeção dos trabalhos do porto da capital de seu estado, passando depois a membro do Conselho Municipal e a professor de astronomia na mesma escola onde se havia formado. Em 1912 os dois irmãos foram eleitos Deputados Federais. Contando menos de trinta anos, um e outro emprestavam à bancada baiana da Câmara uma vivacidade invulgar, graças aos extraordinários dons oratórios que possuíam. Ambos eram casados. Otávio, aquele que seria um dia nosso Ministro, com uma senhora de sua terra e chamada Ester, com quem tinha um filho e uma filha. Esta, Edyla, eu tornaria a encontrar, em 1954, em Nova York, quando fui um dos Delegados do Brasil à As-

sembléia da ONU, onde se casara com um norte-americano de nome Unger. Enviuando pouco depois, voltaria para o Brasil, onde vive atualmente.

Chegando eu ao Rio, já Mangabeira havia organizado seu Gabinete, cujo chefe era Pedro Leão Veloso (para nós, seus amigos, o *Pedrito*), filho do jornalista do mesmo nome, que escrevia no *Correio da Manhã* do Rio com o pseudônimo de Gil Vidal, e neto do Senador pela Bahia, também assim chamado, que foi Ministro do Império no Gabinete do Visconde, depois Marquês de Paranaguá, em 1882. É dizer que Pedrito, então removido de Paris, onde era o Conselheiro da Embaixada, pertencia a uma velha e tradicional família baiana. Maurício Nabuco não tinha propriamente cargo no Gabinete. Ao assumir a pasta, Mangabeira não o devia conhecer, mas alguém, provavelmente Renato Lago, que era seu amigo, o recomendara como pessoa de altas qualidades morais e predicados de administrador que não se encontrariam com facilidade. O fato é que o Ministro iria confiar-lhe a missão de superintender a nova organização do Itamaraty, tanto material como administrativa, com uma soma tão grande de poderes e um tal raio de ação, que ele se tornaria, dentro de pouco tempo, depois do chefe, o personagem mais importante do Ministério.

Nossa vida neste mundo é cheia de surpresas e caprichos. E o bom êxito que posamos ter nela depende menos de nós mesmos do que da inteligência e da maneira com que soubermos aproveitar as oportunidades favoráveis que se nos apresentam. Se a ocasião faz o ladrão, faz também prestar bons serviços quando se tem qualidades para isso. Nabuco tinha passado, no decurso da administração de Félix Pacheco, numa quase completa obscuridade, ignorado, por assim dizer, da maioria da casa, e cercado apenas por um pequeno grupo de colegas, seus amigos mais íntimos, como Renato Lago, Samuel Gracie, Accioly, Siqueira Fritz, Edgardo Barbedo e, num certo sentido, eu, que, não conhecendo ainda suas grandes qualidades de administrador, como tão pouco conheciam os demais, apreciava seus predicados de caráter e a independência de suas atitudes. Não era um homem de acesso fácil, e nada tinha do encanto pessoal do pai. Porém possuía, sobre este, uma maior firmeza de caráter, maior confiança em si próprio, e, ousaria mesmo dizer, sob certos aspectos, uma maior personalidade.

### XXX

Ao ser recebido pelo Ministro de Estado, na peça onde instalara sua sala de trabalho (eu o vi pela primeira vez), encontrei-o sentado em frente à sua mesa. De pé, a seu lado, estava Maurício Nabuco. Ao ver-me entrar, ouvi que dizia a este: “Não é tão pequeno quanto diziam”. Feitas as apresentações, cumprimentei-o, e ele fez-me sentar em uma cadeira perto de sua escrivaninha, retirando-se Nabuco. Mangabeira contou-me então que sua vinda para o Itamaraty lhe fora uma surpresa, pois nunca se havia ocupado de política exterior. Sua nomeação para a pasta resultara unicamente de injunções políticas. Deputado Federal, fora sempre, na Câmara, relator do orçamento do Ministério da Marinha. Jamais lhe viera à idéia uma nomeação para o Itamaraty, pois se nem bacharel em Direito era, mas sim engenheiro civil. Não vinha com a pretensão de ser infalível, e com a intenção de dispensar os conselhos e ensinamentos dos outros, dos empregados, por exemplo, do Ministério, que, estando ali desde vários anos, deviam saber

mais do que ele. Estava por conseguinte no Itamaraty para aprender, com o espírito aberto a todas as sugestões e a todos os conselhos, mesmo a todas as lições que lhe pudessem dar.

Esta franqueza era tanto mais de louvar-se quanto ele não era ou não devia ser um homem modesto, no sentido de que não tivesse a consciência do seu próprio valor, de seus dotes de inteligência, de cultura geral, de tato e de capacidade de trabalho. Seu propósito, confessou, era fazer uma boa administração cercado-se dos elementos considerados *bons* pelos próprios funcionários da casa, sobretudo daqueles que, no decorrer dos quatro meses em que estava no cargo, lhe pareciam ser os mais avisados, e por isso também os mais indicados para o aconselharem. Sendo um homem de província, que nunca estivera no estrangeiro, necessitava ouvir opiniões.

Respeitante à língua portuguesa, cujo estilo aprendera com seu grande amigo Rui Barbosa, sem contudo abusar das expressões clássicas que este empregava, Mangabeira escrevia com tais pureza e propriedade de termos que acabou, no traquejo como Ministro, um redator diplomático só comparável ao grande Rio Branco. Não punha nisso, entretanto, veleidades literárias. Irmão de um ótimo poeta, poeta ele mesmo na mocidade, seu estilo oficial ou melhor dizendo, o estilo diplomático de seus documentos ou daqueles que emendava, nada tinha de um feito puramente literário, de frases bonitas e sonoras, de advérbios e adjetivos floreados: era, na mais exata acepção do termo, o de um verdadeiro documento de chancelaria — claro, preciso, isento de quaisquer redundâncias ou excessos, com o emprego sempre apropriado das expressões, sem uma palavra a menos ou a mais, o bastante para ser lido e compreendido por uma pessoa menos prevenida sem deixar margem para dúvidas e interpretações. E ainda nisso, como em tantas outras coisas, Mangabeira imprimia no Itamaraty a tradição de Rio Branco.

### XXX

Dentre os colaboradores de Mangabeira no Itamaraty, para não dizer o principal, colocado acima de todos, é de justiça citar Maurício Nabuco, como já referi. Era o filho mais velho do nosso brilhante Embaixador em Washington, Joaquim Nabuco, que, falecido há mais de sessenta anos, é ainda motivo de estudos e monografias, graças à grande personalidade que foi. Maurício iria ocupar, depois, o mesmo lugar do pai como Chefe de Missão nos Estados Unidos. Desde os primeiros dias de sua gestão, Mangabeira lograra discernir, com a facilidade que tinha no julgamento, as qualidades de bom-senso, de equilíbrio e de capacidade de direção que eram apanágio de Maurício. Este conquistara plenamente a confiança do Ministro, que se comprazia em ouvi-lo e consultá-lo sobre todos os assuntos da casa, tanto políticos como administrativos. No capítulo de reformas, dos quadros do pessoal, dos métodos de trabalho e da racionalização da parte material do edifício onde funcionava, havia mais de trinta anos, o Ministério do Exterior. Sob este ponto de vista, pode-se dizer que Nabuco foi, pelo menos nos primeiros anos da administração Mangabeira, um verdadeiro ditador. Nada se fazia ali sem que ele fosse ouvido, sem que desse antecipadamente seu parecer, sem que opinasse sobre as vantagens ou desvantagens do objeto em jogo, e quase sempre sem que prevalecesse, em última análise, seu modo de ver ou de sentir.

Se a ascendência que ele teve sobre o Ministro foi um bem ou um mal para o Itamaraty é uma questão de opinião. Agora, o que é menos uma questão de opinião do que uma questão de justiça, é reconhecer os benefícios que trouxe para nosso Ministério a sua atuação, a ordem ali implantada, a disciplina e o cumprimento, para cada um, do seu dever e da sua responsabilidade. E tão marcante foi essa atuação que a história do Itamaraty nestes últimos anos, isto é, depois da morte do Barão do Rio Branco, pode ser dividida em três períodos distintos: 1º) antes da administração Mangabeira; 2º) durante esta administração; 3º) depois dela. E é fora de dúvida que, destes três períodos, o que pertenceu a Mangabeira foi o mais brilhante, o mais proveitoso e o mais bem dirigido.

## XXX

Na história que conheço do Itamaraty, e que é afinal a do meu tempo, quero dizer, desde a minha entrada ali, em 1916, tem havido sucessivos períodos de mandonismo de determinados funcionários, que a boa estrela ou os empenhos políticos fizeram preferidos dos vários titulares que passaram pela casa. Assim, quando entrei, quem lá mandava era Sílvio Romero Filho, pessoa da maior confiança de Lauro Müller. Depois, com Nilo Peçanha, o bastão do mando passou para o esperto e ambicioso Pedro de Moraes Barros, entre nós o “Peró”, que o dividiu, até certo ponto, com Leopoldo Teixeira Lejte, o “Léo”, espécie de filho adotivo do Ministro de Estado. Veio, um pouco mais tarde, de Washington Domício da Gama, que trouxe consigo Gastão Paranhos do Rio Branco, sobrinho do Barão, que passou a ser, naquele curto período, o mandão da casa. Com a retirada de Domício e a nomeação do desastrado Azevedo Marques, o bastão esteve a princípio e por pouco tempo em mãos de Ciro de Freitas Vale; e, com a ida deste para o estrangeiro, em 1920, começou no Itamaraty a era da confusão, quando todos pretendiam mandar, mas na realidade não mandava ninguém, a começar pelo próprio Ministro de Estado, pobre diabo, capacho servil do Presidente Epitácio Pessoa, que era, afinal, quem mandava de fato no Itamaraty, absorvente e prepotente, como era de seu feitio. Com a entrada de Félix Pacheco, começou o pequeno período de mando de Frederico Clark; mas, saindo este para a Liga das Nações, passou o comando para as mãos de Sebastião Sampaio, o “Sebbas”, que se prolongou até quase o fim dessa administração. Até quase o fim porque veio ainda o mandonismo de Ildeu Vaz de Melo e de Alves de Sousa, o primeiro parente, creio que primo, e o segundo genro do Presidente Bernardes. Esta dupla pôs e dispôs a seu bel-prazer dos destinos do Itamaraty, deixando de lado, como papel sujo, o Ministro Félix Pacheco, coisa que todos sabíamos, no Brasil e no estrangeiro. Camilo de Oliveira, escrevendo-me de St. Cergue em julho de 1924, contava-me o caso edificante de Jorge Latour, então Terceiro Oficial da Secretaria de Estado, que, tendo publicado uma série de artigos sobre a Liga das Nações, que muito agradara a Félix Pacheco, este o chamara para seu auxiliar de Gabinete. Mas, como Latour não tivesse as boas graças da roda da Presidência da República, mandaram ordem do Catete para o Ministro retirá-lo daquele lugar — a que ele servilmente obedeceu. Comentava Camilo: “Isto demonstra que o Ministro não tem nem autoridade para escolher seus auxiliares”.

A ação dos cavalheiros acima citados foi por vezes nefasta e por vezes benéfica — para o Itamaraty, evidentemente. Refletiu em geral as qualidades e os defeitos de cada um deles, dos grupos que os cercavam, e, até certo ponto, também as qualidades e os defeitos dos respectivos Ministros de Estado. A maioria das vezes eles se ocupavam de questões de ordem pessoal — nomeações, promoções e remoções de funcionários, procurando cada qual proteger seus amigos ou os componentes de suas *panelinhas*. Os assuntos de interesse público lhes eram secundários. Refiro-me, naturalmente, ao geral desses pequenos e fugazes ditadores. Ditadores que eu direi de bitola estreita.

### XXX

Vindo Otávio Mangabeira para as Relações Exteriores, a coisa iria mudar. Mudar no sentido de não haver mais grupinhos em volta do Ministro, mandando em vários setores, por vezes atrapalhando ou simplesmente destruindo decisões tomadas por chefes de serviço em benefício deles próprios ou de seus amigos.

Quanto a Maurício Nabuco, se ele não tivera ainda oportunidade de aplicar no Itamaraty suas muitas aptidões, não se podia dizer que fosse um funcionário apagado, pois desempenhara, na sua carreira de dez anos, alguns cargos que o recomendavam. Acompanhara Lauro Müller, então Ministro do Exterior, na sua visita oficial aos Estados Unidos. Fizera parte da comissão que recebera no Brasil a missão inglesa chefiada por Sir Maurice Bunsen. Fora Secretário da Delegação Brasileira ao Congresso da Paz em Versalhes, presidida por Eptácio Pessoa; e acompanhara este em sua visita oficial à Inglaterra, a Portugal e aos Estados Unidos. Como Primeiro Oficial, fora Diretor da Seção Política e Diplomática da Europa. E fora ainda examinador de inglês nos concursos para a admissão no Ministério de Segundos Secretários e Terceiros Oficiais. Sem embargo, nenhuma dessas comissões o indicavam para desempenhar o papel preponderante que iria ter na administração Mangabeira. Assim que, quando se revelou o homem tenaz, com alta capacidade e espírito empreendedor, desfrutando a mais completa confiança do novo Ministro, foi para este e para todos os seus colegas e amigos do Itamaraty uma verdadeira revelação. Tornou-se então o homem providencial para tirar o Ministério do marasmo em que vivia desde muitos anos e para fazer dele um modelo de repartição pública.

Transformou-se, assim, para usar a expressão hoje corrente, no *homem forte* do Itamaraty. Nenhum teve ali, excluindo, naturalmente, o Barão do Rio Branco, de natureza absorvente e a quem nada escapava, igual soma de poderes. Eram poderes que ele empregava não somente para reformar e melhorar as condições do velho palácio, construindo uma nova ala para a Biblioteca e o Arquivo, com a respectiva sala para conferências, como também para adotar uma distribuição mais adequada do pessoal aproveitável, modificar o que dizia respeito ao expediente, inclusive a padronização dos papéis e as novas fórmulas de correspondência — em suma, fazendo o necessário para um mais perfeito funcionamento do nosso Ministério.

Num livro de memórias intitulado *Reminiscências Sérias e Frívolas*, talvez mais sérias do que frívolas, Maurício Nabuco nos conta tudo o que fez para reabilitar, segundo sua expressão, o velho palácio, as obras que mandou executar no sentido de seu

restauro. Na sua preocupação de tudo melhorar ou consertar, nada escapou aos seus olhos vigilantes. Relata também certos fatos que têm o seu pitoresco. Como, por exemplo, aquele relativo a Edwin Morgan, Embaixador dos Estados Unidos, que, sendo recebido pelo Ministro Mangabeira, e notando a transformação operada na casa, disse: “Há quinze anos que frequento essas audiências (*do Ministro*), e é a primeira vez que vejo o relógio da sala de espera funcionando”. E também o do Ministro de Espanha que “um dia, ao levantar-se, trouxera consigo o braço da poltrona” e já então podia comentar com Mangabeira “o feliz desaparecimento das cabeças de vassouras espiando debaixo dos móveis”.

Para a realização dessas reformas e melhor distribuição do serviço, Mangabeira dava mãos largas a Nabuco, ao mesmo tempo que aprendia com este muitas coisas que confessava ignorar. Não me havia dito, na primeira vez que me recebeu, que estava ali para aprender com aqueles que sabiam mais do que ele? A este propósito lembro-me de um dia em que com ele despachava, quando entrou na sala o Nabuco. Contou-lhe o Ministro que fora procurado pelo Cônsul de determinado país (cujo nome não mais me ocorre) que se queixava de qualquer coisa com a Prefeitura e pedia-lhe que lhe desse uma carta para o Prefeito a fim de ser possível resolver o que andava mal; e que ele, Ministro, lhe dera a carta solicitada. Ao que Nabuco respondeu que Mangabeira errara duas vezes: primeiro, recebendo o Cônsul, que devia se ter queixado ao chefe dos Serviços Consulares e nunca ao Ministro de Estado; segundo, dando-lhe a carta pedida, o que não era função do Ministro, quando o que cabia ao Cônsul era ir ver o Prefeito e fazer-lhe a sua queixa. Nesta altura, Mangabeira virou-se para mim dizendo: “O Sr. está vendo? Estou aprendendo”.

### XXX

Ao tomar a direção da Seção Política da América, tive ali dois funcionários sob minhas ordens. O primeiro foi Luís Carlos de Andrade Filho, sobrinho, creio, da mulher do antigo Ministro Lauro Müller. Tinha cerca de trinta anos de idade e era Primeiro Oficial da Secretaria de Estado. Não se podia dizer que fosse excelente funcionário; aliás, ele mesmo, na sua modéstia, tinha consciência disto. Daí não se importar de servir sob minhas ordens, apesar de ter, como Primeiro Oficial, graduação superior à minha. Era disciplinado e tinha bom caráter. Na realidade, pouco adiantava ali, mas, como o trabalho não era de matar, e dado meu feitio um tanto absorvente, eu facilmente me encarregava de quase tudo.

O outro funcionário era Décio Honorato de Moura, rapaz com cerca de vinte anos, nascido em São Paulo, esperto e ambicioso, bem falante e com boas disposições para trabalhar. E vontade de aprender. Fui assim um pouco seu professor de diplomacia, já que me coube ser seu primeiro chefe. Admitido, após concurso, como Terceiro Oficial da Secretaria de Estado, fora mandado para aquela Seção por Maurício Nabuco. Tornou-se, desde o começo, amigo meu, amizade que duraria até o fim de seus dias. Em maio de 1928 seria transferido para a Legação em Montevideú, onde estava Ciro de Freitas Vale como Encarregado de Negócios. Promovido logo no ano seguinte a Segundo Secretário, mandei-lhe meus cumprimentos, que infelizmente não recebeu, segundo me dizia em uma carta da qual transcrevo um trecho:

“Meu caro Dr. Lyra. — Soube, por carta escrita ao Dr. Ciro Vale, que o Sr. me havia felicitado pela promoção a Segundo Secretário. Não recebi essa carta, e nem de outra maneira se poderia explicar o meu silêncio, sabido o prazer que eu teria, já em receber notícias suas, já por ter, de quem fui meu primeiro chefe, palavras de bondoso cumprimento. — Não recebi sua carta, mas estou certo de que nela havia conselhos úteis e verdadeiros, ensinamentos proveitosos e sinceros, como os que, na Seção da América, recebi do amigo que foi meu chefe. — Estou hoje na *carrière*. O mundo é pequeno, e grande o acaso. Por isso espero um dia, o mais breve possível, eu volte a encontrá-lo, como chefe, em um posto qualquer, para renovar, ao seu lado, aquela amena convivência do velho Itamaraty, e para ter oportunidade de lhe provar que não foram vãos e improfícuos os conselhos que então me deu”.

Décio Moura teria uma carreira relativamente fácil e bem sucedida. Em parte devido a seus próprios méritos; em parte devido a Osvaldo Aranha, com quem iria servir em Washington, e de cujo Gabinete seria membro quando Ministro das Relações Exteriores; e ainda em parte devido à sua amizade com Alzira, filha do Presidente Vargas. Décio substituiu-me como Ministro em Copenhague em 1950, e eu o substituí como Embaixador na Santa Sé em 1956. Aposentando-se como Embaixador no Líbano em junho de 1971, por limite de idade, morreria cerca de um mês depois em uma rua de Roma, onde passava uns dias antes de regressar ao Brasil.

### XXX

Na Seção tinha eu também uma excelente datilógrafa que se chamava Cora Radler de Aquino. Seu pai, oficial de Marinha, havia estado em Washington como Adido Naval à Embaixada do Brasil. Assim que a filha, além da perfeita educação que lhe deram os pais, e de uma inteligência que não seria nenhum favor dizer que era brilhante, falava corretamente a língua inglesa. Era esperta, talvez bonita, com uma base não pequena de cultura, e não lhe faltava, em determinadas ocasiões, um desembaraço então pouco comum nas moças de sua idade. Para encerrar este curto retrato que dela faço aqui, falta dizer que, deixando eu a direção da Seção, ela casar-se-ia com meu substituto ali, meu colega e sempre amigo Camilo de Oliveira. Recordo-me de que este, quando chegou ao Rio vindo de Roma, foi me ver no Itamaraty, já à hora de fechar o expediente. Estávamos no terraço que dava para o jardim do Palácio, quando passou ali, indo para a casa, Cora Radler de Aquino. Ao avistá-la, perguntou-me Camilo: “Quem é essa?” Respondi: “É minha datilógrafa na Seção, e agora passará a ser sua”. Dois anos depois eu recebia, em Roma, uma carta de Francisco Thompson Flores, meu querido amigo, escrita do Rio, e que assim dizia:

“... O nosso Camilo esteve em nossa casa duas ou três semanas atrás. Seu decreto de nomeação a Primeiro Secretário esteve sob as vistas do Presidente, mas este não o assinou por ter um candidato: um idiota qualquer, sobrinho do Delfim Moreira e filho de um colega de Academia do Presidente. O nosso Camilo teve um forte abalo. Mas, como bom mineiro, anda firme, fala pouco, e anda mais ligeirinho do que antes. Não pára em rodas, sob pretexto algum. Mas está relativamente feliz: está amando no Ministério. A coisa é séria. Faz o encanto da sua eleita, Mademoiselle Radler de Aquino, muito sua conhecida”.

O idiota sobrinho de Delfim Moreira era mesmo um idiota. Ou melhor, um malandro. Chamava-se Silviano Brandão, e, pelas coisas incríveis que fazia como diplomata, deveria ser exonerado a bem do serviço público. Mas não foi. Amparado pela política mineira, foi apenas aposentado em 1938. Fazia coisas do seguinte gênero: sendo Secretário da Legação em Berna, mandou a mulher para o Brasil, e ficou só com o filho, criança de sete anos. Uma manhã, passando pela Legação, deixou o filho, Luís, com o porteiro, de nome Simon, dizendo que voltaria antes do almoço para buscar o menino. Mas não voltou. Desapareceu de Berna. Carlinhos Ouro Preto, que era ali Primeiro Secretário, vendo o filho do Brandão sob a guarda do porteiro, comentou: “Um menino de sete anos, sem pai nem mãe, entregue à guarda de um porteiro chamado Simon? Não há dúvida, é o *Dauphin*, é o verdadeiro Luís XVII”. Decorridos dias, encontraram Brandão tomando banhos de mar em Biarritz.

Outra de Silviano Brandão: Foi em 15 de novembro de 1927. Para comemorar o primeiro aniversário de sua administração, o Presidente Washington Luís decidiu oferecer uma grande recepção seguida de baile no Palácio Guanabara do Rio. Foi uma festa com centenas e centenas de convidados. Já tarde, às portas da madrugada, estes começaram a se retirar, para o que iam em fila, um atrás do outro, despedirem-se do Presidente da República, que se havia postado, com a mulher e suas casas civil e militar, num determinado lugar do salão principal. Chegou-se então um rapaz que, estendendo a mão a Washington Luís disse: “Sr. Presidente, muito obrigado pela sua festinha”. E seguiu seu caminho atrás dos outros convidados. Washington Luís estranhou chamar aquela recepção de *festinha*, recepção que reunia tão grande número de pessoas. E o desfile continuou. Nisso, aparecia de novo o tal rapaz repetindo a mesma frase: “Sr. Presidente, muito obrigado pela sua festinha”. Neste momento Washington virou-se para um dos ajudantes-de-ordens e disse, apontando para o dito rapaz: “Veja quem é aquele rapaz, e venha dizer-me.” Já saíam então os últimos convidados. O Presidente, mais a mulher e seus auxiliares passaram todos para um terraço que ficava na parte traseira do palácio, onde iam tomar o café da manhã. Dirigiu-se ao grupo o ajudante-de-ordens que se tinha ido informar, dizendo que a pessoa se chamava Silviano Brandão e era um funcionário do Itamaraty. Pelos vistos, estava meio embriagado. E a solução foi mandá-lo pôr em um táxi que o levasse para sua casa. O assunto parecia arrumado. Mas não. Porque eis que, dentro em pouco, surgia um empregado do palácio comunicando que o rapaz havia voltado sob o pretexto de que era ali, no palácio, a sua casa. Foi então vê-lo o próprio Presidente que, usando seu ar autoritário, expulsou o rapaz, aconselhando-o a criar juízo e a livrar-se de cenas como a que acabava de ser protagonista.

### XXX

Na hora em que assumi a Seção Política da América, havia três questões que interessavam ao Brasil: a questão de Tacna e Arica, entre o Chile e o Peru; a questão do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai; e a questão dos limites entre a Colômbia e o Peru, depois dita de Leticia. A solução da primeira estava entregue a uma comissão, com sede em Washington, da qual faziam parte os Estados Unidos, o Brasil e os dois países interessados, o Chile e o Peru. Esta questão provinha da guerra que tinha havido entre os

últimos, em 1879, chamava “Guerra do Pacífico”, em virtude da qual o Peru perdera para o Chile as províncias de Tacna e Arica, sendo que a primeira voltaria a pertencer ao Peru em 1929. Já então não me achava eu mais na Seção Política, mas sim na Embaixada do Brasil junto ao Vaticano.

Uma das coisas que se passavam, e supondo que ainda hoje se passam, quando eu estava à frente daquela Seção era o seguinte: existindo qualquer problema entre duas ou mais nações hispano-americanas, por exemplo como este de Tacna e Arica, nossos representantes diplomáticos acreditados nelas mandavam seus ofícios a respeito unicamente ao Itamaraty, sem deles dar conhecimento aos seus colegas que serviam nos países rivais. Minha opinião era de que isto não estava certo, e que os diplomatas brasileiros em posto nos países interessados deviam também trocar correspondência entre eles, a fim de se conservarem a par do andamento do assunto. Estabeleci então este critério, isto é, um trabalho de equipe. Quando submeti ao Ministro Mangabeira a minha idéia, ele perguntou-me: “O Sr. acha que dará resultado?” Respondi-lhe afirmativamente. Ora, aconteceu não dar. Um dia o Embaixador em Santiago, Abelardo Roças, mandou ofício ao Itamaraty dizendo que seu antecessor, Silvino Gurgel do Amaral, interpretara mal determinado assunto ligado à questão de Tacna e Arica. Conforme o combinado, mandou cópia do mesmo ofício para Lima e para Washington, onde era então Embaixador o citado Silvino. Este, ao recebê-la, estourou. Por todos os meios procurou mostrar que tinha inteira razão, dando a entender que Roças não sabia nada daquilo e que só proferia besteiras. Ao ler o ofício redigido por Silvino, Mangabeira olhou-me dizendo: “O Sr. está vendo? Eu que estou aqui há poucos meses conheço as suscetibilidades de seus colegas melhor do que o Sr.. Esse Gurgel do Amaral pode ser um brilhante Embaixador, e não lhe faltar capacidade para o exercício de suas funções. Mas não tem espírito de colaboração. A sua idéia era boa. Porém vamos deixar as coisas como estavam antes”.

### XXX

A questão do Chaco, da qual resultaria uma guerra entre a Bolívia e o Paraguai, só veria seu fim na Conferência reunida em Buenos Aires, em 1934, pelas duas nações em luta, sob a presidência de Saavedra Lamas, Ministro do Exterior da Argentina, e com a participação do Brasil na pessoa de José Carlos de Macedo Soares, então chefian-do o Itamaraty. Compareceram numerosos técnicos e auxiliares dos quatro países. Chegou-se à conclusão de uma paz, que, não satisfazendo plenamente os dois países interessados, foi antes um compromisso. Saavedra Lamas mostrou-se, de fato, a principal figura da Conferência, não só pela posição que tinha nela como também por tudo o que fez para se obter uma solução satisfatória. Receberia por isso a metade do prêmio Nobel da Paz no ano de 1936. O papel que Macedo Soares desempenhou naquela reunião nunca eu soube exatamente em que consistiu. Seus amigos diziam que em rigor teria cabido a ele a idéia ou a glória que pôs termo ao conflito. Chamavam-no por isso de *Pomba da Paz*, o que, ao lado da *Águia de Haia* que fora Rui Barbosa na 2ª Conferência da Paz, era pouco e não impressionava. Aliás, esse costume de batizar nossos políticos com nomes semelhantes não deixava de provocar risos. Dom Pedro II já tinha sido

*Pedro Banana*. Floriano Peixoto, o *Marechal de Ferro*, apesar de pequeno e frágil de corpo. Batista Luzardo, riograndense do sul, o *Centauro dos Pampas*. Epitácio Pessoa, com seus dotes de orador, a *Patativa do Norte*. Lauro Müller, com sua esperteza, ainda que disfarçada, tinha por apelido *Raposa de espada à cinta*. Finalmente Artur Bernardes, que era *Rolinha*; um homem com aquela cara, o sobreolho carregado, e que governou o Brasil, todo o tempo de seu quadriênio, com estado de sítio.

Quanto à questão de Leticia, ela se originara na imprecisão dos limites das antigas possessões espanholas e portuguesas da América Latina transformadas mais tarde em nações independentes. Na época em que eu dirigia a Seção Política da América, já existia uma Seção de Limites – de Limites e Atos Internacionais, criada ao tempo do Ministro Domício da Gama, e chefiada, se não me engano, por Hildebrando Accioly. Mais tarde seria desdobrada em duas seções – a dos *Limites* e a dos *Atos Internacionais*, e ambas eu comandaria em fases diversas. Acontece que naquele tempo algumas de nossas questões de limites eram também de natureza política, como, por exemplo, a de Leticia; e eu era obrigado, como cabeça da seção a mim atribuída, a tomar conhecimento delas. Leticia, como se sabe, é uma pequena povoação à margem esquerda do rio Amazonas, entre este rio e o Içá ou Potomaio. No decorrer do século passado, o Peru e a Colômbia tentaram, por várias vezes, chegar a um acordo sobre seus limites nessa região. Mas foi somente a 24 de maio de 1922 que conseguiram firmar um tratado, conhecido depois pelo nome de seus negociadores, Salomon-Lozano, em virtude do qual Leticia e o território que lhe fica ao norte, até então na posse do Peru, passariam a pertencer à Colômbia.

Este tratado tinha, para nós, a mais alta importância porque liquidava uma questão de limites justo ao lado da nossa fronteira. De fato, o território cedido pelo Peru à Colômbia se encontrava a oeste da reta Apaporis-Tabatinga, divisa do Brasil naquela região. É verdade que, pelo tratado de 1851 entre o Brasil e o Peru, este país reconhecia, como limite entre os dois, a citada reta Apaporis-Tabatinga. Foi, pois, com enorme surpresa que tivemos conhecimento, em 1922, dos termos do Tratado Salomon-Lozano, segundo o qual a Colômbia se reservava o direito de nos reclamar o território para cá da dita reta. Fizemos então sentir que “quaisquer transações territoriais do Peru na região estavam irrefragavelmente restringidas às terras a ocidente da linha Apaporis-Tabatinga”. Essas *ponderações* provocaram logo, como era de esperar, grande inquietação no Peru e na Colômbia, sobretudo nesta última, que tinha o maior interesse na pronta ratificação do Tratado, a fim de entrar, sem mais demora, na posse das terras que tanto ambicionava, e que lhe acabava de ceder o Peru\*. E, como não chegasse o Brasil a entender-se diretamente com os dois países signatários do Tratado, assentou-se

---

\* O Tratado Salomon-Lozano só mais tarde é que seria ratificado pela Colômbia e pelo Peru. Em 15 de novembro de 1928 (eu já não estava na Seção Política da América, mas em Roma, na Embaixada junto ao Vaticano) seria assinado no Rio de Janeiro, por Otávio Mangabeira e Garcia Ortiz, a Convenção assentada em Washington, estabelecendo a linha divisória entre o Brasil e a Colômbia pela reta Apaporis-Tabatinga. Esta Convenção seria em seguida ratificada pelos dois países signatários do referido Tratado, ficando assim definitivamente consolidado o trabalho de Félix Pacheco pela defesa de um dos mais discutidos direitos do Brasil em questão de limites.

levar o assunto a Washington, a fim de resolvê-lo sob os auspícios do Governo norte-americano. Daí resultou, como veremos, a Ata dita de Washington.

Tal resolução foi tomada em 1925, quando eu nem de longe sonhava ser um dia chefe da Seção Política da América. Tinha contudo conhecimento dela, e estava a par da questão, por carta de Samuel Gracie, então Encarregado de Negócios do Brasil em Washington, negociador e um dos signatários da ata que pôs fim à contenda.

*Ata de Washington.* Eis um nome que raros dos nossos atuais diplomatas, sobretudo os das novas gerações, sabem o que significa. Com certeza nunca ouviram falar nele. Alguns até nada sabem da nossa história diplomática, que ignoro se ensinada no Instituto Rio Branco, a nossa escola para a formação de diplomatas. Quando se criou o Instituto, sob a direção do Embaixador Hildebrando Accioly, em 1945, havia nele uma cadeira desta matéria. Helio Lobo fora convidado para seu titular, mas não lhe foi possível aceitar o convite, e indicou meu nome. Encontrando-me, por minha vez, na impossibilidade de assumi-la, por total falta de tempo, já que no Itamaraty dirigia a Seção de Atos Internacionais, lembrei-me de Hélio Viana, conhecido cultor da matéria. Aceitou. Não sei, entretanto, se a cadeira foi mantida até hoje. Parece-me que não. Pelo menos, o que tenho constatado é que os novatos na carreira não estão lá muito instruídos nesta sorte de história — não falando da do tempo do Império, quando tivemos um rol de estupendos diplomatas, mas da do período republicano, que, a não ser o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, outros nomes não conhecem. Quando, na Academia de Ciências de Lisboa, pronunciei uma conferência sobre Oliveira Lima, em comemoração do centenário de seu nascimento, um diplomata nosso, então em posto em Portugal, ficou surpreso — porque nunca ouvira falar nesse nome. E Oliveira Lima, se não foi um *grande* diplomata, foi certamente um dos nossos melhores historiadores, sendo seu livro sobre Dom João VI uma obra notável.

Voltemos à Ata de Washington. Era um assunto que me interessava de perto porque dele me ocupara sete anos antes no Itamaraty, na época em que trabalhava na antiga Seção dos Limites e Atos Internacionais, quando Domício da Gama geria o Ministério do Exterior. Sabedor do acordo feito em Washington, escrevi a Samuel Gracie:

“Deixe-me felicitá-lo pelo papel que lhe coube na negociação com a Colômbia. Não conheço em detalhe em que constituiu esse arranjo. Ouvi dizer que a Colômbia reconheceu o nosso direito à linha Apaporis-Tabatinga, em troca de concessões que lhe faremos em navegação de rios comuns. Pelos artigos publicados na imprensa de Bogotá, que me chegaram ao conhecimento, notei que a negociação não agradou a muita gente na Colômbia. Isto é sinal de que pode nos ter sido favorável.

O abandono da pretensão colombiana à região do Avatiparaná é sem dúvida de muita vantagem para o Brasil, por isso que foi essa uma questão que enfrentamos várias vezes sem conseguir jamais resolvê-la. Não sei, porém, até que ponto cedemos para conseguir tal abandono. Ignoro também se nesse acordo de Washington se tocou no tratado de 1907, que sempre entendi prejudicial ao Brasil, pois cedemos com ele à Colômbia terras que indiscutivelmente sempre nos tinham pertencido. Bem sei que se tentássemos agora a revisão desse ato, dificultaríamos a negociação em que você funcionou.

No *Jornal do Comércio*, onde acreditaria encontrar informações seguras daquilo que se firmou em Washington, nada vi que se aproveitasse. Esse jornal publicou apenas

uma longa *varia* sobre o assunto. Mas logo de começo diz que o reconhecimento da reta Apaporis-Tabatinga significa o fechamento do único trecho que restava em nossa extensa fronteira. Ora, isso não é verdade, pois você sabe que ainda resta aberto o trecho do rio Paraguai fronteiro ao Chaco — não falando de outras regiões onde não se conseguiu ainda combinar a topografia do terreno com o estipulado nos tratados. A *varia* foi, portanto, redigida ou com ignorância do assunto ou com espírito tendencioso. E, num ou noutro caso, não me interessa”.

As primeiras notícias que me chegaram sobre a aludida ata foram francamente favoráveis ao Brasil. Depois é que o tom dos comentários começou a mudar. Alegou-se que só tínhamos conseguido o reconhecimento da reta Apaporis-Tabatinga em troca de exorbitantes concessões em matéria de navegação fluvial. Cartas de colegas meus que se interessavam pelo assunto, e que eu recebia nessa ocasião, escritas algumas com isenção de ânimo, outras com espírito de oposição ao então Ministro do Exterior, Félix Pacheco, eram as mais pessimistas. Debaixo desta impressão escrevi a Hildebrando Accioly, então em Genebra:

“Terá visto que em Washington conseguiram acordar com a Colômbia a nossa antiga questão de reta Apaporis-Tabatinga. O *Jornal do Comércio* deitou *varia* sobre o assunto, mentirosa e tendenciosa. Mas não disse o que se negociou em Washington. Ouço que conseguimos o reconhecimento da reta a troco de uma absurda e eterna concessão em matéria de navegação fluvial. Carta de Maurício Nabuco a uma terceira pessoa, que me foi mostrada em Paris, censura fortemente o acordo. Nabuco entende que, se americanismo é aquilo que agora se fez, que vá então para o diabo esse americanismo. Essa opinião é respeitável, pois Nabuco é um homem esclarecido e sensato, e das raras pessoas equilibradas do Itamaraty. As outras, ali, ou fazem de mais ou fazem de menos; ou são retóricas ou são malandras.

Minha opinião é que não precisávamos ceder coisa alguma em troca do reconhecimento do nosso direito. A reclamação colombiana à linha do Avatiparaná não passava de uma *blague*. Temos e sempre tivemos o *uti possidetis* das terras situadas além daquela zona, que estão e sempre estiveram ocupadas por populações brasileiras. Se a Colômbia não cedeu aos negociadores do Império, como não cedeu a Enéas Martins, em 1907, teria de ceder algum dia. E, se nos cedeu agora em troco de concessões prejudiciais a nós, entendo que se fez mal”.

Eu não tinha informações seguras pelas quais pudesse formar juízo exato sobre o verdadeiro alcance da Ata de Washington, cujo texto só pouco depois é que receberia dos Estados Unidos, mandado por Samuel Gracie. Receava que tivéssemos cedido demasiado para obtermos o reconhecimento de um direito que sempre tivemos por líquido e definitivo. Por isso desabafava com Accioly:

“O culpado de tudo isso é o nosso exagerado espírito de generosidade. Entendemos sempre — foi este o grande defeito da política imperial, como continua ser o da atual — que o que preside as relações internacionais é o sentimento de generosidade. E por isso vamos exagerando, até caírmos no terreno de puro idealismo. O próprio Rio Branco, com todo o seu senso prático e apesar da feição meio germânica de seu temperamento, não pôde nem sempre fugir a esse idealismo, que ele herdara do pai, da missão de 71. Fez política idealista com o tratado da lagoa Mirim, e fez com essa mesma

Colômbia quando consentiu que Enéas Martins assinasse o tratado de 1907. Para esse lado ele deixou infelizmente fiéis discípulos, que continuam agarrados ao mesmo princípio: promovemos o inabilíssimo acordo do A.B.C., felizmente fracassado *malgré nous*; negociamos o tratado da Dívida; entramos na primeira fase da guerra com essa estranha *posse fiscal* dos navios alemães, que até agora só nos tem dado trabalho; fomos depois fazer “poesia” em Versalhes e continuamos a fazê-la na Liga das Nações, caindo no *guet-apens* do Protocolo de Genebra, que nos armaram os nossos esportísimos amigos ingleses. Que quer você?

Que quer você que se faça com os cabeçudos homens da nossa terra? Eles não se capacitaram ainda de que nas relações internacionais predomina antes de tudo o utilitarismo. Quando, há três anos, escrevi isso, desancaram-me o pau, e entenderam que estava dando um triste exemplo da estreiteza de espírito da jovem geração de diplomatas, fazendo reclame de idéias imperialistas quando o mundo aspirava pelo novo ideal da “diplomacia aberta”.

O que vem a ser essa diplomacia aberta, não sei eu. O esperto Wilson, que inspira você com aquele retrato de mestre-escola, também proclamou aberta a diplomacia. Mas logo meteu-se de parceria com o desabusado Lloyd George e esse grande imperialista que é o velho Clemenceau, para urdirem a mais tenebrosa maquinação que já se forjou num congresso de paz”.

Final, foi somente por uma carta recebida de Washington, de Samuel Gracie, com data de 30 de maio de 1925, que pude saber exatamente em que consistia a chamada Ata de Washington. Escrevia o meu colega:

“Muito e muito obrigado, meu caro Lyra, pelas suas felicitações pela parte que tive na negociação do acordo com a Colômbia, assentado na ata assinada a 4 de março de 1925. Vindo de você, essas felicitações sensibilizam-me profundamente e encham-me de prazer, pois, além do mais, bem reconheço o seu valor e sinceridade.

Foi obra de sorte cair-me nas mãos essa questão. Em 1918 ouvi o querido e saudoso Artur Briggs propor que ela fosse abordada. Aquele nosso chefe não foi então ouvido<sup>12</sup>, mas estou agora informado que agora foi seguido o parecer dele. Em janeiro do ano passado<sup>13</sup> foram mandadas instruções para aqui tratar do assunto, em vista do tratado peruano-colombiano de 1922. Uma indisposição do Embaixador Alencar<sup>14</sup>, por ele comunicada ao Ministério, agravou a pouca vontade que lhe tinham e de lá veio ordem muito ríspida para arquivar as instruções!

Em princípio deste ano recebi umas instruções para fazer ver ao Governo americano o ponto de vista do Brasil em face do tratado peruano-colombiano de 1922, que afetava os nossos interesses. Comunicamos todos os nossos passos em Lima a este Governo, e, por fim, pedimos que ele se interessasse por uma solução da questão Peru-Colômbia que não nos prejudicasse. A partir daí só encontrei deste Governo a melhor boa vontade de nos ser agradável. O Sr. Hughes<sup>15</sup>, empenhando-se por dizer que resolvera mais um caso da controvérsia entre países americanos, dando mais glória à política, que ele pregou e seguiu, de maior acercamento com os países da América, interessou-se muito pelo assunto. Transmitiu-me ele, primeiro uma proposta colombiana que não resolvia coisa alguma, e, confesso, deixou-me aborrecido. Comuniquei-a ao nosso Governo, e o silêncio do Ministério foi profundo! Passei vários telegramas, e não tive respos-

ta<sup>16</sup>. Cheguei a ficar convencido de que tinha caído em desgraça, embora a consciência me dissesse que eu não tinha culpa. Dizem-me, porém, do Ministério que o silêncio não era motivado por aborrecimento comigo, mas por negociações que se faziam em Lima.

Poucos dias depois de me comunicar a proposta colombiana, o Departamento de Estado me chamava e sondava sobre a solução que por fim foi aceita. Transmiti-a ao Ministério, e tão pouco me deram resposta. Você calculará os dias que aqui passei com esse silêncio, principalmente devido às frequentes perguntas do Departamento de Estado se já tinha resposta do Rio. Finalmente na segunda quinzena de fevereiro veio ela, aceitando o que Hughes propunha. E então toca a correr, pois Hughes deixava o Governo a 4 de março. Entrou então o Peru a fazer dificuldades. A Colômbia esteve em tudo o mais conciliatório possível. O Ministro aqui, Sr. Olaya<sup>17</sup>, homem muito inteligente e fino, foi também sempre favorável à solução amigável da questão, e a facilitar tudo para esse fim. Depois de muito contratempo, devido a exigências peruanas à última hora, finalmente no dia 4 de março às 5 horas, assinamos a Ata relatando o acordo.

Não se tocou no nosso tratado de 1907 com a Colômbia<sup>18</sup>. Neste acordo, motivado pelas objeções que fizemos ao tratado peruano-colombiano de 1922, apenas se tratou da linha Apaporis-Tabatinga, que a Colômbia promete reconhecer como limite o Brasil, dando-lhe o Brasil em troca, à perpetuidade, a livre navegação no Amazonas e outros rios comuns”.

### XXX

Quando, mais tarde, pude refletir sobre os termos exatos e o verdadeiro sentido da Ata de Washington, sobretudo os antecedentes que a provocaram, não quis deixar de aplaudi-la com toda a sinceridade. Era um documento que honrava a administração Félix Pacheco, geralmente tão malsinada, e que a penitenciava de muita coisa errada que fazia no Itamaraty.

Félix Pacheco estava longe de ser um grande ministro, e muito menos de emparalhar ou sequer de se aproximar de Rio Branco, como experimentou fazer crer Silvino Gurgel do Amaral, então Embaixador em Santiago. Silvino tinha dito que Félix Pacheco renovava no Itamaraty o tempo de Rio Branco. O absurdo deste exagero era evidente. Muitos o atribuíam ao espírito de bajulação do Embaixador, que, tendo se incompatibilizado no Chile, depois de um discurso imprudente e absolutamente fora de propósito que pronunciara na Conferência Pan-americana de Santiago, em 1923, queria ser removido para outra Embaixada. De fato, foi removido logo em seguida para Washington.

Minha impressão, porém, era que, comparando Félix Pacheco a Rio Branco, Silvino não fora senão levado pelo seu temperamento impetuoso e descontrolado. Não o tinha na conta de bajulador, sobretudo se o comparasse a certos de seus colegas, nem creio que a bajulação combinasse com seu feitio independente e autoritário. Era, porém, um espírito irrefletido, ao contrário do irmão, Luís Avelino, este a pessoa mais equilibrada do mundo, e possuía um temperamento de altos e baixos que às vezes deixava a gente desnorreada. Em certas ocasiões dava prova de grande bom-senso, de reflexão e exato conhecimento das coisas; em outras, perdia positivamente o senso co-

num. Acredito estivesse num desses períodos de *transe* quando se saiu de seus cuidados para dizer que Félix Pacheco revivia no Itamaraty a era do Barão do Rio Branco.

A verdade é que Félix Pacheco levou para o Itamaraty os defeitos que adquirira no jornalismo e na política partidária. Grande parte de seus atos revelavam justamente a inconstância, a irresponsabilidade e, por vezes, a leviandade que caracterizam a vida de jornal no Brasil. Em lugar de se enquadrarem no largo campo internacional, de horizontes amplos, acima das coisas pequeninas deste mundo cheio de interesses mesquinhos e subalternos, ficavam limitados ao círculo estreito do facciosismo político e jornalístico.

Por isso eu louvava sem restrições a Ata de Washington, que resultava de um trabalho diplomático à altura das melhores tradições do Itamaraty. Evitara com muito tato e perfeita compreensão do momento, o golpe que a Colômbia e o Peru preparavam em nosso flanco. E não só evitara esse golpe que nos ia apanhar completamente desprevenidos, como se aproveitara dele, com grande presença de espírito, para obter, sem algararra nem publicidade, mas com energia e decisão, a liquidação de uma das nossas mais antigas questões de limites. No ponto de vista de técnica diplomática, portanto, a atuação de Félix Pacheco fora simplesmente magistral, e estava nas dimensões da escola de Bismarck e de Richelieu: espalhar primeiro a confusão no adversário, pela surpresa e prontidão do golpe, para explorá-lo depois bem a fundo, e dele tirar o máximo de benefício no mínimo de esforço.

Agora compreendia que as censuras que tinha ouvido sobre a Ata de Washington não eram senão fruto ou da ignorância de seu verdadeiro alcance ou do espírito de oposição a Félix Pacheco. Era este, por exemplo, o caso de Maurício Nabuco, quando dizia que, se aquilo era pan-americanismo, que o diabo levasse esse pan-americanismo. Não. Aquilo não era de fato pan-americanismo, porque exprimia coisa muito acima de uma simples política regional: era a autêntica arte da diplomacia. Nabuco não compreendia isso pela aversão que tinha a Félix Pacheco, de resto em parte justificada, dado o ostracismo em que o haviam posto durante a administração deste Ministro, o que feria sua vaidade e subestimava todas as qualidades que realmente possuía. Daí a opinião pouco favorável que fazia da Ata de Washington.

Eu lamentava este ostracismo por ele e por mim porque já me ligavam a Nabuco as melhores relações de amizade; e uma das coisas que eu não perdoava a Félix Pacheco, e aos que o rodeavam no Itamaraty, era o desinteresse e profundo desprezo pelos incomparáveis dotes do meu amigo, magoando, com propósito ou não, o seu orgulho. Essa vaidade fora a única feição que herdara do pai, muito embora sem os encantos de toda espécie que cobriam a deste, e que tornavam o velho Nabuco um verdadeiro *charmeur*. Maurício era, pelo contrário, um homem ríspido e algo seco, áspero, cheio de arestas e de reservas. Nada tinha da afabilidade de Joaquim Nabuco, daquela sua cortesia derramada, que não obstante Oliveira Lima dizer ser estudada e preparada para a platéia, não seduzia menos a quantos tratavam com ele. Tão pouco era possuidor de sua inteligência flexível, do seu dom de agradar, de sua elegância de espírito e de maneiras, de sua cultura e esmerada educação. O filho era o oposto de tudo isso. E, em matéria de educação, por vezes, desnor-teava. Dizia-se que sua educação era inglesa, e por este motivo incompreendida ou mal julgada no Brasil. Mas que espécie de “educa-

ção inglesa” era a sua? Porque não há uma só educação inglesa, como não há uma só moral inglesa, uma só cultura inglesa. A de Maurício Nabuco podia de fato ser inglesa, mas no Brasil muitos chamavam-na de má educação.

Eu não o compreendia assim. Confesso, entretanto, que havia nele muitos aspectos que não se encontravam de ordinário em brasileiros, tais como sua maneira de tratar os amigos, seus *silêncios* e o que constituía seu modo de ser.

Um dia, por exemplo, numa tarde de março de 1927, pouco depois de minha chegada da Alemanha, ele telefonou-me para a Seção perguntando se eu gostaria de ir tomar banho na piscina do Country Clube, do qual sabia ser eu sócio. A tarde estava quente, a umidade mais o calor a tornavam desagradável. Achei a idéia excelente. “Então, disse-me, espero-o na portaria”. Arrumei os papéis da minha mesa, fechei as gavetas, e desci. Nabuco já estava à minha espera. Atravessou comigo a rua, entramos num táxi parado em frente e do qual ele costumava servir-se, e dirigiu ao *chauffeur*: “Country Clube”. Partimos. Durante todo o trajeto, que era longo, do Itamaraty ao fim de Ipanema, não pronunciou uma só palavra. Também não o provoquei para falar. Já o conhecia: estava em um dos dias dos seus *silêncios*. Silêncios que por vezes me divertiam. Chegados ao destino, disse-me: “Vá tomar seu banho, que eu tenho de ir lá em cima falar qualquer coisa sobre a direção do Clube”. Na verdade ocupava um lugar nesta direção. Banhava-me quando ele desceu. Em vez de entrar também na água, sentou-se em um banco ao lado da piscina e ficou olhando os banhistas. Terminado meu banho, vesti-me e fui ter com ele. Suas únicas palavras foram: “Deixo-o no seu hotel”. Saímos, tomamos o mesmo táxi. Ele e eu sempre calados. Deixou-me no hotel Copacabana, onde eu então residia, dizendo: “Até amanhã”. A quem respondi: “Até amanhã”. Tudo isto, no fundo, me divertia. Sabia que Nabuco era assim, e não estranhava. Sabia também que o convite para levar-me ao Country Clube fora de sua parte uma gentileza que faria unicamente a um amigo. E saber disso me bastava. Quanto a seus *silêncios*, que eram o reflexo do seu feitio, causavam-me, como se diz em Portugal, imensa graça.

Muitas das coisas que nele censuravam provinham sobretudo dos defeitos de sua educação, e não de uma possível falta de educação. A maior parte dela fizera-a no estrangeiro, sem método e sem finalidade, um pouco na Inglaterra, um pouco na Alemanha, e um pouco nos Estados Unidos, e desta mistura um tanto desordenada resultara um complexo não acabado e desarticulado. Admitia eu por isso que ele não compreendesse o meio brasileiro, os defeitos dos brasileiros, a exterioridade de nossos sentimentos, nossa alma ardente e tropical, nossos impulsos, mesmo nossos exageros. Porém sabia-o patriota, apegado ao Brasil e às suas coisas, e fazia justiça ao seu ideal de vê-las um dia num grau de adiantamento e de perfeição que estavam ainda longe de alcançar.

Por isso é que eu, de Londres, o animava, procurando fazer-lhe compreender e melhor julgar nossa maneira de ser, encará-la como era ela na realidade e tirar as únicas conclusões que seriam admissíveis num meio como o nosso, com nossos defeitos de educação política e o desvirtuamento exagerado que emprestavamos aos acontecimentos. Em junho de 1924, em plena revolução, que eu sabia escandalizar seu espírito profundamente ordeiro e regalista, escrevia-lhe:

“Meu caro Nabuco.

Andamos muito apreensivos com o que se está passando em São Paulo. Longe

dos acontecimentos, desprovido de notícias seguras, só posso ter esta opinião: que o Brasil precisa sobretudo de juízo. Que Deus o inspire, como o tem guiado até agora, e que tudo se resolva com o menor dos sacrifícios.

Minha natureza condescendente perdoará quaisquer excessos, de governistas ou de sediosos. Mas não poderei tolerar qualquer ato que procure quebrar a nossa unidade política — positivamente a única força que ainda nos resta. Confio, felizmente, em nosso espírito unitário para não alimentar tais temores. Proclamamos unidos a nossa Independência, promovemos a Abdicação de 7 de abril, e demos esse golpe de Estado que foi a Maioridade; ainda unidos fomos à guerra contra Lopez, como implantamos mais tarde a República. Não há de ser agora, portanto, cem anos depois de nossa emancipação, que vamos nos estraçalhar com nossas próprias mãos.

Qualquer que venha a ser, porém, o resultado dessa rebelião, uma verdade é patente: o malfadado cupim da politicagem realizou perfeitamente bem o seu trabalho danoso. É triste termos passado por sessenta anos de Monarquia liberal, e trinta de República, para chegarmos ao que hoje presenciamos. Mas volto a dizer: confio em que Deus cuidará do Brasil, já que o critério dos nossos homens é precário.

Dose-se, portanto, da filosofia necessária, meu caro Nabuco, para atravessar os maus momentos por que todos passamos agora, e confie comigo num futuro melhor.

Seu muito amigo,

HEITOR LYRA”.

Voltando — e para terminar — às questões de limites ao tempo em que eu estava na Seção Política da América, resta citar o tratado assinado no Rio, a 21 de maio de 1927, entre o Brasil e o Paraguai, por Otávio Mangabeira e Rogelio Ibarra, complemento de tratado de 1872, estabelecendo nossa fronteira com este país desde a foz do rio Apa até o desaguadouro da Baía Negra.

Tanto o tratado de 1927 com o Paraguai, como o de 1928 com a Colômbia, assinados ambos na fase de Mangabeira (o da Colômbia com o seu Ministro no Rio, Lourenço Garcia Ortiz), que as palavras de Rui Barbosa, cognominando o Barão do Rio Branco de *Deus terminus* de nossas fronteiras, não correspondiam à verdade, pois coube a Otávio Mangabeira firmar definitivamente estas fronteiras com nossos vizinhos. Nem sempre com satisfação deles, devemos dizer, porque cada um se queixava que, ao traçar as linhas demarcatórias, o Brasil ficara com terras que de direito lhes pertencia. Podiam ter razão em certo sentido. O que se passou foi que, ao tempo em que Portugal caiu sob o domínio da Espanha, depois da morte do Rei Dom Sebastião, e cessaram as lutas na América Latina entre as colônias hispano-americanas e o Brasil, os portugueses avançaram e fixaram-se em terras pertencentes aos espanhóis, como, por exemplo, as missões do Uruguai, sem que fossem impedidos pelos donos dessas terras. Por outro lado, quando se firmaram ou traçaram nossos limites com os países vizinhos em Cédulas Reais ou Tratados, como os de Madrid e Santo Ildefonso, por não se conhecerem ainda a maior parte das terras referentes a esses tratados, as linhas foram mais ou menos arbitrárias, e não correspondiam nem se ajustavam à realidade. Foi em face disto, isto é, na impossibilidade de dar cumprimento ao determinado pelos tratados, que o Brasil adotou o critério do *uti possidetis*, quer dizer, quem ocupava os terrenos era

dono deles. E as colônias, depois países, hispano-americanas foram obrigadas a aceitá-lo, visto não haver outra alternativa. O Brasil ocupara parte dessas terras quando os Reis de Espanha eram também Reis de Portugal, e ficara em definitivo com elas, evidentemente em desacordo com as pretensões das nações vizinhas, que até hoje se queixam e tentam, por vezes, alterar os tratados de limites que firmamos com elas; ao que, como é natural, sempre nos negamos.

### XXX

Um assunto que tive de tratar, quando assumi a direção da Seção Política da América, foi o chamado caso Antônio Agripino. Este nome era o de um baiano que, desde alguns anos, instalara em Guajará-Mirim, na Bolívia, limite com o Brasil, um armazém para a venda de comestíveis e objetos caseiros, como muitos que se encontravam e ainda se encontram no interior dos países da América do Sul. Mas um belo dia soldados da Polícia boliviana invadiram e saquearam o armazém de Antônio Agripino, que, em face do acontecimento, decidiu ir ao Rio de Janeiro queixar-se ao Ministério do Exterior. Provado o fato, este apresentou uma reclamação ao Governo boliviano, pedindo que Agripino fosse indenizado pelos prejuízos que sofrera. Era Presidente Filipe Guzman, que obteve do Congresso a aprovação de um crédito para pagamento do lesado. Isto passou-se ao tempo do antecessor de Mangabeira no Itamaraty, Ministro Félix Pacheco. Mas pouco depois Guzman era derrubado do poder por Hermano Siles (já então sob Mangabeira), negando-se o novo governo a pagar a verba aprovada, alegando não ser responsável por dívidas contraídas por outros. Tratando-se de um baiano, Mangabeira mostrava o maior empenho em que o negócio fosse resolvido a favor de Agripino. Pediu-me, assim, que minutasse um despacho para nosso Ministro em La Paz, Frederico Castelo Branco Clark, reclamando do atual governo o pagamento anteriormente votado.

Observei a Mangabeira que era corrente, em alguns países hispano-americanos, não assumirem compromissos de governos anteriores, sobretudo quando estes eram derrubados por revoluções ou golpes de Estado. Lembrei-lhe a revolução mexicana de 1861, na época de Benito Juarez, com a intervenção das forças da Espanha, da Inglaterra e da França, porque Juarez recusava pagar a essas nações as dívidas contraídas pelo governo que o precedeu. Desta negativa resultara a guerra da França contra o México, visando a deposição de Juarez e a imposição de uma monarquia por Napoleão III. Esta monarquia, como é sabido, foi de fato instalada sob o cetro do Imperador Maximiliano. Porém pouco durou, porque não tardou a vir a reação com a vitória do dito Juarez e o fuzilamento do pobre monarca, em 1867.

Lembrei-lhe também a chamada “Doutrina Drago”, formulada em 1902 pelo então Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luís Maria Drago, a propósito das dívidas não pagas pela Venezuela à Alemanha, Inglaterra e Itália, o que obrigou estes países a usarem de força armada contra sua devedora. Tal doutrina foi submetida à 3ª Conferência Internacional Americana, reunida no Rio em 1906, que se limitou a transferi-la para a 2ª Conferência da Paz em Haia, em 1907. Nesta reunião saiu vencedora uma proposta dos Estados Unidos, de autoria de Horace Porter, e um pouco dife-

rente da tese argentina. Tal proposta transformou-se numa convenção concernente ao emprego da força para a cobrança de dívidas contratuais, que, aliás, não obteve o voto do Brasil. Este entendia que só caberia a intervenção armada para a cobrança de dívidas de países se estes se negassem a submetê-las a uma arbitragem, ou, se aceita a arbitragem, não se conformassem com a sentença proferida.

Lembrei-lhe ainda o que se passara na Liga das Nações quando alguns países hispano-americanos recusaram cumprir compromissos assumidos por eles próprios, motivo pelo qual Afrânio de Melo Franco os denominava *mûçalha hispano-americana*. Entendia Melo Franco que em geral eles não tinham noção de Direito Público, sendo a Argentina talvez a única exceção à regra. Mesmo o Chile, então isento de revoluções ou golpes de Estado, nem sempre queria tomar compromissos no terreno internacional.

— Apesar de tudo isto, disse Mangabeira, prepare a minuta do despacho para o Ministro Clark.

Voltei para a minha seção, e redigi, não simples instruções ao Ministro em La Paz, mas a minuta de uma nota já redigida nos termos adequados para ser mandada ao Governo boliviano, com expressões severas a fim de que este não fugisse ao prometido pelo anterior Presidente. A nota era longa porque eu expunha nela todos os antecedentes, isto é, tudo o que se passara com Antônio Agripino. Mangabeira, que tinha sempre sobre a mesa de trabalho uma quantidade de lápis com pontas afiadas, leu pausadamente a minuta, pondo nela numerosas vírgulas (uma de suas preocupações em documentos escritos). Finda a leitura, disse:

— Dr Lyra, esta nota está bem redigida, e tudo que nela se diz é a pura verdade. Entretanto tenho duas ponderações que fazer. A primeira é que o Sr. manda daqui a nota já redigida para o Ministro Clark apresentar ao Governo boliviano. O que significa que nosso representante será um mero intermediário. O Sr. conhece melhor do que eu os seus colegas, e especialmente o Ministro Clark, que trabalhou consigo em Genebra. Está certo de que ele aceitará ser apenas um intermediário?

Objetei que ao tempo do Barão do Rio Branco nossos chefes de Missão aceitavam passar aos Governos dos países onde estavam acreditados as notas já redigidas pelo Barão, que se limitava a dizer: “Queira passar a esse Governo a seguinte nota”. E dava o texto integral.

— Mas isso era no tempo do Barão! Eu não sou Rio Branco, nem tenho a centésima parte do prestígio que ele tinha. Não, em lugar de mandar a nota redigida, transforme-a em instruções para que ele mesmo a redija em La Paz.

E acrescentou:

— A nota, como disse, está bem feita. Mas não seria nunca para ser assinada por mim ou pelo Ministro Clark. Se ainda estivéssemos no Império, poderia ser assinada pelo Visconde do Rio Branco, por Cotegipe ou pelo Marquês do Paraná. Porque, escrita em termos assim severos, caso o Governo boliviano não nos quisesse satisfazer, nada nos impediria proceder a uma demonstração naval em frente ao seu território, para o que tínhamos no rio Paraguai, perto de Corumbá, uma flotilha de guerra. Hoje não temos ali senão uma velha canhoneira, quase imprestável, que nem sei se pode ainda navegar.

Mangabeira tinha razão. Diante disso, foram enviadas apenas instruções ao Minis-

tro Clark. A resposta do Governo boliviano arrastou-se por vários meses. De maneira que, ao largar eu a Seção devido à minha remoção para o Vaticano, em setembro de 1928, não se tinha ainda obtido uma solução.

### XXX

Outro assunto que me cairia em mãos, ao me achar na Seção Política da América, seria o grave incidente que se deu entre o Governo equatoriano e Carlos Martins, quando este assumiu em Quito o cargo de Ministro do Brasil. O incidente poderia se tornar muitíssimo sério se o Itamaraty tivesse cumprido com seu dever obrigando aquele Governo a respeitar nosso representante, dando-lhe, e ao Brasil, as satisfações devidas. Mas preferiu simplesmente abandonar Carlos Martins. E ainda o rebaixou de categoria, transferindo-o para o Corpo Consular e enviando-o para Amsterdam como Cônsul-Geral. A gravidade do caso estava em que Martins, logo que chegara a Quito, fora vítima de uma verdadeira cilada, armada pelo próprio Governo equatoriano com a intenção de criar-lhe uma situação insustentável.

Em fevereiro de 1927, ali chegando, estava no poder um governo ditatorial, oriundo, como tantos outros na América Latina, de uma revolução ou golpe de Estado, ainda não reconhecido pelo nosso Governo. Entendia Carlos Martins que este reconhecimento não se deveria verificar antes do novo Governo se ter organizado constitucionalmente — de acordo, aliás, com o princípio geralmente assentado. Achava que não era o caso de apresentar-lhe suas credenciais, pois isso importaria num reconhecimento formal. Estava persuadido, e tinha para tal suas razões, de que o Governo equatoriano não se contentaria com esta forma indireta de reconhecimento, mas desejava receber uma nota expressa do Governo brasileiro, como havia recebido de outros países americanos.

Não concordou com ele o Itamaraty, que manteve sua opinião: as credenciais deveriam ser apresentadas, e este fato valeria por um reconhecimento, o necessário para que não se interrompessem nossas relações políticas com o Equador. Instruído neste sentido, preparou-se Carlos Martins para a apresentação das credenciais.

Fosse porque o Governo equatoriano tivesse ficado na realidade mal contente com o não reconhecimento expresso de nossa parte, conforme sempre pareceu a Martins, fosse por outro motivo não aclarado, o certo é que por ocasião da apresentação de suas credenciais abriu-se o primeiro incidente entre ele e aquele Governo. Houve, do lado deste, o propósito de fazer-lhe uma indisfarçável descortesia.

Assim, apesar de Carlos Martins haver submetido com larga antecedência, seu discurso à apreciação prévia do Governo do Equador, que o aprovara, foi-lhe observado, no momento mesmo em que se dispunha a partir para o palácio governamental a fim de recitá-lo, que devia modificar-lhe o respectivo vocativo, isto é, onde dizia “Senhor Presidente” devia dizer “Excelentíssimo Senhor Presidente”.

A modificação solicitada era até certo ponto pueril, e não teria maior significação se não fosse a inoportunidade do momento em que isso lhe era reclamado. Foi o que ele ponderou ao Introdutor Diplomático que o fora buscar para levá-lo a palácio, mostrando-lhe que os termos de que usava em seu discurso estavam dentro das normas

sempre seguidas pela Legação do Brasil ali. Mas, diante da insistência do funcionário, Martins submeteu-se ao que se lhe pedia.

No palácio maior surpresa lhe estaria reservada. Terminada a apresentação das credenciais, pôs-se a trocar algumas palavras de cortesia com o Presidente da República. Durante todo o curso da entrevista este o tratou de “Ministro do Chile”. Contava Carlos Martins: “Não quis esconder o seu desagrado causado pela falta da nota de reconhecimento solene que esperava, timbrando em mostrar indiferença pelo nosso reconhecimento, não agradecendo, nem a ele sequer se referindo, chegando ao extremo de tratar-me desde o começo de Ministro Chileno — *del Chile*”.

O fato em si, embora sem precedentes, não teria maior importância se não traduzisse a indisposição que desde logo se abriu entre o novo Ministro do Brasil e o Governo equatoriano, e sem dúvida concorreu para a atmosfera de mal-estar que se criaria a seguir para Carlos Martins, atmosfera que, se não teve a participação, pelo menos contou com a complacência do Governo do país.

### XXX

Foi o que ficou patente pouco depois, quando veio a público a questão relativa a certos objetos de arte que Carlos Martins adquirira no Equador. Essa questão teve seu início numa campanha de imprensa, a princípio impessoal e depois dirigida contra Martins. Foi seu autor um Sr. Gabella, que, sabedor da próxima partida deste em gozo das férias que obtivera do Itamaraty, passou a acusá-lo pelos jornais de tentar levar consigo objetos de arte antiga equatoriana, contra expressa determinação de lei.

O motivo pelo qual esse Sr. Gabella assumia semelhante atitude era da mais fácil explicação, e era mais, afinal de contas, do que uma simples vingança sua. Gabella era jornalista, correspondente em Quito do *La Prensa*, de Buenos Aires, e trabalhava ao mesmo tempo na Legação da Argentina naquela cidade. Ao chegar ao Equador, encontrou-o trabalhando igualmente na nossa Legação, em serviços de chancelaria que lhe dava Rui Pinheiro Guimarães, Secretário da Legação e Encarregado de Negócios do Brasil antes de ali aportar Martins. Achando isso “altamente inconveniente”, decidiu este dispensar imediatamente os serviços do dito Sr. Gabella. Pouco depois movia-lhe este último, pela imprensa, os ataques acima referidos.

Foi quando apareceu também em cena Luís Veloz, Diretor da Escola de Belas-Artes de Quito, encaminhando ao Conselho Municipal uma denúncia acusando Carlos Martins de haver “subtraído”, entre outros objetos, um quadro de grande valor do Santuário de Guápulo. Denúncia que procurou confirmar com um suposto depoimento do cura do Santuário, padre Haverland. Depoimento, aliás, que estava em flagrante contradição com uma carta do mesmo cura, endereçada pouco antes a Martins, nas vésperas de sua partida, e na qual manifestava sua “gratidão” pela “liberalidade e generosidade acima de todo e qualquer elogio” do nosso Ministro, e lhe desejava “boa viagem e grata permanência em França”.

O procedimento do Diretor da Escola de Belas-Artes era o mais suspeito, por se ter Carlos Martins utilizado, durante algum tempo, de seus serviços considerados profissionais para, mediante paga, restaurar algumas telas de sua propriedade, e tê-lo de-

pois dispensado dessa incumbência por considerá-lo pouco hábil, o mesmo fazendo, a conselho seu, o Ministro dos Estados Unidos. Apesar disso, não quis Carlos Martins ausentar-se sem esclarecer completamente o assunto tão delicado do quadro. Procurou então o Ministro das Relações Exteriores do Equador, a quem pediu fosse designado um perito idôneo a fim de verificar, em sua bagagem já toda embalada, tudo o que havia adquirido no país. Respondeu-lhe o Ministro, que era no momento Viteri Lafronte: “Vá descansado, e despache as suas bagagens. Seus objetos de arte estavam expostos abertamente em seus salões, e ali foram vistos por todo mundo, inclusive por mim. Sua saída do país não incide na sanção de nenhuma lei”.

Não obstante tão formais e autorizadas declarações, e porque continuasse, com evidente complacência do Governo equatoriano, a campanha de imprensa contra ele, não quis Carlos Martins sair do Equador com sua bagagem. Deixou-a, pois, entregue às autoridades, para que dela retirassem os objetos de arte antiga cuja exportação diziam proibida, muito embora ela se fizesse todos os dias. Não fazia muito verificar-se por ocasião da partida do Ministro do Chile, Cruchaga Ossa, com o conhecimento de todos, bem como da missão Kammerer, que comprara ali tudo quanto se lhe tinham oferecido. Preferiu Carlos Martins, para evitar maiores complicações, que as coisas que tinha adquirido no Equador fossem doadas, em seu nome, ao Museu Nacional de Quito, sem que lhe dessem qualquer espécie de indenização. E partiu.

A abertura da bagagem foi feita pouco depois na alfândega de Guaiaquil, e por tudo que a cercou teve um verdadeiro aspecto de pilhagem. Constituiu certamente um ato totalmente inédito nos anais diplomáticos de todos os países. E, por maior estranheza que isto possa causar, dela participou, quero dizer, da abertura da bagagem, com sua presença e a assinatura de seu nome numa espécie de declaração ou ata, que foi ali redigida, o Encarregado de Negócios do Brasil, que voltara a ser Rui Pinheiro Guimarães. Quando, tempos depois, Carlos Martins recebeu na Europa o “resto” dessa bagagem, ficou estarecido ao verificar estar ela reduzida apenas a alguns caixões vazios, ou melhor, entulhados com fragmentos de toda sorte de coisas inservíveis e numerosos exemplares de jornais velhos, inclusive do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. As autoridades, ou coisa que valham, da alfândega de Guaiaquil não se tinham contentado com os objetos de arte equatoriana que Martins resolvera doar ao Museu de Quito: tinham também se apossado de *todos* os demais objetos de sua propriedade, mesmo dos que possuía anteriormente à sua ida para o Equador.

### XXX

Esse incidente, como disse, pode ser tido por inédito na história da Diplomacia. E não teria tomado, certamente, as proporções escandalosas que tomou se o Governo brasileiro ou, com mais precisão, o Itamaraty quisesse sustentar, com seu apoio e defesa de suas prerrogativas, o Ministro do Brasil em Quito; e promover depois um inquérito, a fim de apurar a culpabilidade deste e de todos quantos se encontraram envolvidos no caso, desde o próprio Governo do Equador até o Secretário de nossa Legação, Rui Pinheiro Guimarães, responsável, pelo menos, de ter acolhido na chancelaria brasileira o tal Sr. Gabella, sobretudo de lhe ter confiado trabalhos que se deviam sempre supor

rigorosamente confidenciais. Além de estrangeiro e correspondente de *La Prensa*, de Buenos Aires, jornal desafeto ao Brasil, esse Gabella era funcionário ou coisa semelhante da Legação da Argentina; e bastava esta circunstância para revelar a leviandade de Rui Pinheiro Guimarães. Refiro-me expressamente a Gabella porque não resta dúvida de que foi o inspirador de toda a campanha de desmoralização que se fez no Equador contra Carlos Martins, e que culminou com o saque da bagagem que este deixara na alfândega de Guayaquil.

Rui Pinheiro Guimarães ainda vive, creio que mora no Rio, como diplomata aposentado. Não sendo propriamente seu amigo, sou seu camarada, e sempre apreciei a vivacidade de sua inteligência e sua simpatia pessoal. Devo dizer que, no concurso que fez para entrar na carreira diplomática, e no qual fui examinador de Direito Internacional Público, mostrou-se o mais brilhante aluno, prometendo ser uma das nossas principais figuras. Infelizmente tal não se daria, pela forma como procedeu em alguns dos postos que ocupou, inclusive na aludida ocasião em Quito.

Que teve no caso uma culpabilidade, pelo menos moral, não resta dúvida; talvez não pelos fatos em si, mas pelas circunstâncias que os rodearam desde antes da chegada de Carlos Martins ao Equador. A circunstância de ter dado trabalho na Legação ao Sr. Gabella merecia um inquérito do Itamaraty, pois não era crível que um Encarregado de Negócios ignorasse as conseqüências que isso acarretaria para a integridade e reserva da nossa correspondência diplomática, exposta assim à curiosidade, para não dizer pior, de um estrangeiro sem nenhuma espécie de idoneidade. Aliás, Carlos Martins sempre suspeitou, a meu ver com sólidos fundamentos, de que o Governo do Equador conhecia a correspondência telegráfica que ele trocara com o Itamaraty, ao chegar a Quito, dizendo ser contrário à apresentação das suas credenciais à Junta que se constituíra após o golpe de Estado. A propósito dos nossos códigos, o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, criticou a atitude do Itamaraty não querendo apurar a verdade que corria. E, como outro jornal do Rio refutasse esta acusação, o *Correio* voltava ao assunto:

“Foi entre Lima e Quito, e não em outra capital, que desapareceu um exemplar do código teleográfico do Ministério do Exterior. Nessa ocasião, ao que ficou apurado, o repórter de um grande rotativo platino (*La Prensa*) residia em companhia do representante diplomático brasileiro, de quem era amigo íntimo. Todos os exemplares desse código são numerados. É fácil comprovar-se qual o número *extraviado* (sublinhado pelo jornal) e qual o responsável pelo descuido. O atual Secretário no Equador somente serviu, antes, no Peru. — Fica assim esclarecido o respectivo tópico do artigo intitulado “Diplomacia de abandono”, do *Correio da Manhã* de 19 deste mês”.

Aliás, com relação aos nossos códigos teleográficos, há casos surpreendentes, que o Itamaraty procura encobrir, mas que acabam por vir à tona. Como, por exemplo, um passado em Madrid, quando era ali Encarregado de Negócios o Secretário Renato de Mendonça. Tendo sido acometido por uma das crises a que desafortunadamente é sujeito (a primeira foi em Tóquio), abandonou o posto sem autorização do nosso Ministério, entregando antes nossos códigos ao... Ministério dos Negócios Estrangeiros de Espanha, que teve a gentileza de nos comunicar o acontecido. Houve inquérito? Foi o funcionário punido? Não houve nada. Sim, houve: Renato Mendonça foi promovido, e é hoje Embaixador. Longe de ser mau sujeito. É mesmo brilhante e dono de uma boa

cultura, como provam seus estudos sobre a língua portuguesa. Publicou, como já referi no outro volume destas memórias, um excelente e bem documentado livro sobre o Barão de Penedo, nosso Ministro em Londres durante longos anos. Este livro é sem dúvida o melhor que existe sobre o assunto. Mas, coitado do autor, é um doente, e não tem culpa de que suas ditas crises o tornem irresponsável. O Itamaraty é que poderia tomar maior cuidado com os funcionários de saúde sabidamente abalada, a fim de serem evitados fatos no gênero do que aconteceu em Madrid. Renato é de Alagoas, e sobrinho de um amigo de meu pai. Este seu tio muito me recomendou o rapaz quando ele apresentou-se a concurso para ingressar no Itamaraty, visto eu fazer parte da mesa examinadora, e sendo meu setor Direito Internacional Público. Renato era ainda muito moço, pois contava apenas vinte e dois anos, mas não precisava da recomendação do tio, seu protetor, porque saiu-se otimamente no citado concurso.

Não relato as irregularidades somente agora, quando estou aposentado e livre de qualquer castigo. Estando em atividade, sempre reprovei a atitude passiva do nosso Ministério em certos casos, ao fazer ouvidos surdos ou encobrindo fatos merecedores de inquéritos e passíveis de punição. Mas, diante da inércia e do comodismo de meus colegas, nada se fazia. Uns queriam ser *bons moços*; outros não queriam assumir a responsabilidade de punir os culpados. Não querer assumir a responsabilidade de seus atos — eis o principal mal daquela casa.

### XXX

Outro procedimento irregular, por assim dizer, de Rui Pinheiro Guimarães, foi ele ter nomeado Cônsul do Brasil em Guaiquil ou outra cidade do Equador (não me recordo exatamente qual) a um alemão tido em toda parte como malfeitor, a ponto de o próprio Ministro da Alemanha em Quito ver-se na obrigação moral de o denunciar a Carlos Martins, que logo o dispensou das funções que lhe tinham sido confiadas por Rui.

Tudo isso provava pelo menos a leviandade ou irresponsabilidade desse Secretário, que, embora dotado de brilhante inteligência, como todos os Pinheiro Guimarães, o Itamaraty sabia não primar pelo bom-senso, nem mesmo pelo simples senso comum. Por extravagância ou preocupação de originalidade, dava-se a espetáculos como esse de contratar, para um baile na Legação em Quito, uma orquestra de cegos, certamente a menos indicada para tocar numa função daquela natureza. Idéia não mais triste, mas sem dúvida mais original, foi a que também teve de instalar na mesma Legação uma *crèche* para os filhos dos empregados do Corpo Diplomático estrangeiro acreditado naquela capital.

Estes fatos eram desconcertantes. Talvez por causa deles e de outros semelhantes é que o então Ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira, dizia-me certa vez que a metade, pelo menos, dos funcionários do Itamaraty tinham “uma bola de menos”, o que, em bom português, significava simplesmente que eram um tanto desequilibrados.

A inércia, ou coisa parecida, do Itamaraty relativa ao incidente de Carlos Martins, sua pouca ou nenhuma propensão para apurar as responsabilidades de todos quan-

tos se viram sempre envolvidos, devia levar-se em conta, antes do mais, do espírito de comodismo que sempre prevalecia naquela casa em tudo que não afetasse direta ou indiretamente o interesse de algum de seus poderosos dirigentes. Por outro lado, o caso era deveras desagradável e poderia bem, se apuradas as causas, deixar em triste postura uma ou umas das pessoas abrangidas nele; e, como todos os incidentes desta sorte, ariscava, se fosse esmiuçado, trazer à tona muita realidade aborrecida que o medo ou o comodismo dos que se encontravam à frente do Itamaraty preferiam deixar dormindo no fundo das águas estagnadas.

Fosse, porém, como fosse, o certo é que, apesar de minha insistência junto ao Ministro de Estado, junto ao Chefe de Gabinete e outros dirigentes da casa, nada se quis apurar. Todos se mostraram retraídos ou desinteressados, contentando-se exclusivamente em *punir* Carlos Martins com sua transferência para o Corpo Consular e conseqüente rebaixa de posto. Em face disso, fui forçado a não insistir.

Eu não era, aliás, o mais indicado para assumir, nesse caso, qualquer atitude. Primeiro porque ele não estava afeto, administrativamente, à Seção que dirigia, salvo sob o ponto de vista político, que foi justamente o aspecto em que insisti fosse apurado, sem lograr todavia ser atendido; e segundo porque, estando naquela época de relações cortadas com Carlos Martins (havíamos-nos desentendido quando junto servíamos na Embaixada de Londres), qualquer insistência minha para um inquérito poderia parecer que me estivesse utilizando deste meio para de toda maneira prejudicá-lo, embora eu lhe desse, no caso do Equador, inteira razão.

Que meu proceder foi o mais correto, mesmo o mais insuspeito, provava-o a carta que Martins dirigiu ao Ministro Otávio Mangabeira, datada de Panamá, onde fazia escala em sua viagem para a Europa, viagem de férias, como já referimos, realizada após o rumoroso incidente.

Nessa carta, com data de junho de 1927 e escrita a bordo do vapor “Venezuela”, Martins mostrava-se sobretudo preocupado em encontrar, para o seu caso no Equador, uma “solução” que fosse não somente a mais adequada no momento como a que correspondesse melhor às necessidades da política continental; e que pudesse também desagravar a ofensa sofrida pelo Brasil na pessoa de seu Ministro em Quito. Propunha então, para obtenção desse *desideratum*, interromper as férias, “embora com sacrifício de saúde”, e voltar a Quito, “em companhia de um Secretário que mereça a minha confiança e que ficará como Encarregado de Negócios”, visto ele, incompatibilizado, não poder permanecer “muito tempo” por lá. Lembrava “entre muitos outros Secretários”, o meu nome — “o nome do Senhor Heitor Lyra, com quem aliás não mantenho maiores relações, acrescentava, mas em quem reconheço as qualidades morais indispensáveis no momento de situação tão delicada”.

Esta carta, como tudo o mais que Carlos Martins sugerira ou simplesmente alegara, a respeito do seu caso, não teve a menor repercussão no Itamaraty. E tenho até minhas dúvidas sobre se foi sequer respondida. A mim ela me foi dada apenas para ler pelo Ministro Mangabeira, que não fez, a propósito, nenhum comentário ou reflexão. Também, de minha parte, nada lhe manifestei, como me competia diante de seu deliberado e significativo silêncio.

A verdade é que tanto o Ministro de Estado como os *gros bonnets* que o cerca-

cam, Pedro Leão Veloso, seu chefe de Gabinete, Maurício Nabuco, que o assessorava larga e discricionariamente, Luís de Faro, que desempenhava, adido ao Gabinete, o papel de *éminence grise*, largaram pura e simplesmente Carlos Martins quando o viram em dificuldades que a muitos pareciam insuperáveis ou mesmo comprometedoras. O próprio Leão Veloso, que era seu maior amigo, seu companheiro de primeiras armas na carreira, e ao qual lhe ligavam os laços de uma constante e inalterada amizade, retraiu-se como os demais, temeroso de se comprometer com o amigo que se encontrava em situação crítica; e tudo o que fez, em seu favor, segundo ele próprio declarou, foi obter para o mesmo o Consulado-Geral em Amsterdam, com uma vaga promessa de reverter mais tarde à carreira diplomática.

Esta transferência de fato se faria — quatro anos depois. Mas não por Mangabeira ou por iniciativa daqueles que o cercavam no Itamaraty. Quando Martins reverteu ao serviço diplomático, em abril de 1931, Mangabeira já não era Ministro de Estado. Tinha sido despojado do cargo pela revolução vitoriosa. Achava-se então no poder Getúlio Vargas, e à frente do Ministério do Exterior Afrânio de Melo Franco. E os que mandavam no Itamaraty ao tempo de Mangabeira estavam agora afastados de seus cargos ou em postos no estrangeiro, como Pedro Leão Veloso, que desfrutava uma espécie de exílio dourado como Ministro do Brasil na terra dos mandarins. A reversão de Martins, reparação da injustiça que sofrera anos antes, devia-se unicamente ao novo regime implantado no Brasil, em outubro de 1930, e de maneira especial às suas relações pessoais com Getúlio Vargas, cultivadas desde a mocidade de ambos.

Para terminar com esta história, é preciso dizer que Carlos Martins, homem solteiro, fazia naquele tempo vida de casado com Maria, que fora mulher de Otávio Tarquínio de Sousa, o autor de *A Vida de Pedro I* e outras obras históricas. Maria era filha do político mineiro João Luís Alves. Já falei destes meus amigos no 1.<sup>o</sup> volume destas minhas memórias.

Aconteceu que Martins apareceu em Quito acompanhado por Maria, fazendo-a passar por sua mulher. Hoje em dia ninguém mais liga a estas situações, inclusive o Itamaraty, onde há vários funcionários, entre eles Embaixadores, vivendo maritalmente com mulheres que não são suas legítimas esposas. Fazem-nas passar por tais, tanto no Brasil como no estrangeiro, o que aceitamos por mera tolerância, visto não termos uma lei de divórcio, indispensável para a regularização de todos esses casais desajustados. Porém, se atualmente tais casais são aceitos, não se dava o mesmo nos anos vinte. Tanto que Pedro Leão Veloso, voltando ao Brasil a fim de chefiar o Gabinete de Mangabeira, teve de casar-se em França com a Germaine, com a qual vivia desde alguns anos, porque, do contrário, não poderia conviver com a família do Ministro, sobretudo por causa da esposa deste, que, nesta matéria, não transigia. Igual se daria com os Primeiros Secretários Carlos Taylor e Lourival de Guillobel, que na Europa viviam com suas amigas, mas, para regressarem ao Brasil, foram forçados a transformá-las em suas mulheres legítimas.

Lembro-me de certa tarde em que visitava Otávio Mangabeira em sua casa da avenida Osvaldo Cruz, sentados ambos em um sofá que ficava ao fundo da galeria de entrada. Em dado momento apareceu o criado dizendo que ali estavam, com suas senhoras, Leão Veloso, Taylor e Guillobel. Mangabeira deu ordens para que fossem intro-

duzidos, e, virando-se para mim, acrescentou: “É a comissão das representações” — no duplo sentido de existir uma comissão desse nome, que funcionava em Berlim, para controlar as reparações que os alemães, em virtude do Tratado de Versalhes, tinha de fazer aos aliados, e da decisão dos três diplomatas de se unirem pelo matrimônio às suas antigas amigas, ficando assim os casais com um estatuto legal.

### XXX

Um dia chamou-me o Ministro Mangabeira, e disse-me: “Dr. Lyra, o Ministro da Marinha mandou-me um ofício pedindo que o Itamaraty designasse um funcionário capaz para estar presente em algumas aulas da Escola Naval de Guerra, aulas que a Missão Naval dos Estados Unidos está dando aos nossos oficiais de Marinha.” Acrescentou que nelas se apresentavam, por vezes, problemas políticos que só o Itamaraty poderia dizer como deverão ser encarados e resolvidos. “Penso que o funcionário mais qualificado para isso é o senhor, como chefe da Seção Política da América. Poderia entrar em contato com a autoridade competente do Ministério da Marinha no sentido de poder acompanhar essas aulas?” Respondi que sim.

Em seu livro de memórias, *Reminiscências sérias e frívolas*, Maurício Nabuco refere-se a esta Missão Naval americana no Brasil, contando que ela nascera em 1919 e tomara forma definitiva em 1922, no fim do governo de Epitácio Pessoa. Diz que o primeiro chefe dessa Missão fora o Almirante Vogelgesang, chegado em 1922, que ele, Nabuco, conheceu quando comandava o *yacht* presidencial *Mayflower*, tornando-se desde então amigos. Acrescenta que certa vez vira o Almirante com lágrimas nos olhos ao lhe relatar uma conversa que tivera com o Presidente Artur Bernardes, o qual, gastando trinta mil contos anuais com automóveis oficiais, recusara à Marinha o combustível necessário para movimentar a esquadra.

Bem. Conforme determinação do Ministro, fui assistir a uma aula da Guerra Naval. Já não me recordo o nome do então chefe da tal Missão. De quantos oficiais norte-americanos que estiveram à sua frente, só me lembro do Almirante Overstreet, que eu havia conhecido quando da passagem pelo Rio da grande esquadra que fazia a volta da América do Sul, de Nova York a São Francisco. Meu conhecimento com Overstreet, comandante de um dos vasos de guerra, deu-se em uma festa oferecida à dita esquadra no Palácio Cristal em Petrópolis.

A aula que assisti tinha por tema, como era de esperar, uma suposta guerra entre o Brasil e Argentina: uma esquadra argentina, capitaneada pelo couraçado *Moreno*, deixava o Rio da Prata com o propósito de atacar o Rio de Janeiro. O Governo brasileiro, conhecedor do fato, fizera seguir para o sul, para enfrentar os argentinos, a nossa própria esquadra capitaneada pelo couraçado *Minas Gerais*. Na altura do Estado de Santa Catarina, as duas esquadras avistaram-se; mas, tendo nossos canhões alcance mais longo do que os dos argentinos, estes fizeram uma volta-face com o intuito de se refugiarem no Rio da Prata. Porém não houve tempo para tanto. E, como último recurso, refugiaram-se no porto de Montevidéu. Ora, o Uruguai era um país neutro, e por isso apresentava-se o problema político. A esquadra brasileira só poderia destruir a Argentina se violasse a neutralidade uruguaia. Foi aí que o oficial norte-americano que expunha o

assunto virou-se para mim, e perguntou: “No plano do Governo brasileiro relativo à política no Prata está prevista esta hipótese?” Fiquei embaraçado, sem saber o que responder. Não conhecia esse plano (se houvesse), nem fazia a menor idéia dele. Nestas circunstâncias, disse ao oficial americano que só me seria possível dar uma resposta ouvindo previamente o Ministro do Exterior. Ele então suspendeu a aula, dizendo que eu trouxesse a resposta na próxima vez.

Voltei para o Itamaraty, e relatei ao Ministro Mangabeira o problema exposto pelo tal oficial. Mangabeira olhou-me e perguntou: “O Sr., que pertence ao Itamaraty e nele está há dez anos, é quem deve saber. Conhece acaso este plano?”

— Ministro, respondi-lhe, não conheço nenhum plano de política exterior a respeito da nossa ação relativamente à Argentina. E creio que posso afirmar ao Sr. que não temos plano algum. No tempo do Império havia o Conselho de Estado, cuja seção dos Negócios Estrangeiros elaborava esses planos, tanto alusivos ao Prata como aos outros setores externos, que eram aprovados ou não pelo Conselho de Estado pleno. Esses planos estão expostos em vários volumes que temos aqui na biblioteca. Conheço alguns deles, inclusive sobre o Rio da Prata com vista às ambições argentinas de restaurar o Vice-Reinado do Prata, que foi, como o Sr. sabe, um dos desejos do ditador Rosas. Sei, por me ter dito em Genebra o Major Leitão de Carvalho, que o plano do Exército brasileiro, no caso de uma guerra com nossa poderosa vizinha, é deixar que ela ocupe os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e só enfrentar as forças argentinas na fronteira do Paraná com São Paulo, na altura de Itararé. Não poderíamos enfrentá-las no Rio Grande do Sul por não termos lá unidades militares suficientes para tanto. Mas isso é um plano para as forças terrestres. Com relação às forças navais, ao que eu saiba, não existe nenhum plano.

Mangabeira ouviu-me com toda a atenção. Depois disse-me:

— Dr. Lyra, esses americanos da Escola Naval nos põem em sérias dificuldades com essas perguntas. O melhor é o Sr. não voltar mais lá.

E não voltei. Aliás, a Missão americana de guerra naval foi suprimida em 1931. Poucos anos mais tarde a restaurariam no Brasil, “porém incompleta, diz Maurício Nabuco no seu citado livro, e sem a mesma unidade de orientação”.

### XXX

Em janeiro de 1928 devia chegar ao Rio o estadista inglês Lloyd George. Vinha em férias parlamentares, em companhia de sua filha. Ficou apenas uns poucos dias, o tempo de o vapor que o trouxe da Inglaterra voltar de Buenos Aires. Era a primeira grande personalidade estrangeira que o Ministro Mangabeira recebia; e esta circunstância não deixava de preocupá-lo, receoso de que, modesto provinciano nunca tendo viajado no estrangeiro nem privado com estrangeiros de marca, pudesse de qualquer modo não se comportar à altura do acontecimento, mesmo cometer alguma *gaffe*. Sobre tudo porque pretendia homenageá-lo com um banquete no Itamaraty.

Compreendendo seu embaraço, e para tanto quanto possível treiná-lo nessas espécies de cerimônias, Maurício Nabuco, que seria posto à disposição de Lloyd George durante a estada deste no Rio, teve a idéia original, e sem dúvida a mais oportuna, de

fazer um ensaio geral do banquete que se devia realizar. Mandou assim preparar numa das salas do palácio, dias antes da chegada de Lloyd George, uma mesa em tudo igual à que seria organizada para o banquete projetado, com a mesma louça, os mesmos cristais, as mesmas pratas e até as mesmas flores com que seria ornamentada. Determinou que se fizesse também o mesmo *menu*, quero dizer, que se servissem, nesse ensaio geral, os mesmos pratos, os mesmos doces e os mesmos vinhos que seriam dados a Lloyd George. Feito isso, reuniu, à guisa de convidados, certo número de altos funcionários do Itamaraty, eu inclusive. E fomos todos, naquela noite, precedidos de Mangabeira e da mulher, comer o banquete de amostra. O Ministro e sua senhora ocuparam os lugares que lhes competiam. Nabuco fez de Lloyd George.

Ao lado de cada pessoa havia um bloco de papel com um lápis, para que cada um lançasse as observações ou as críticas que ocorressem sobre a eficiência do serviço ou qualquer coisa digna de nota. Penso que não houve críticas, salvo a de um dos presentes sobre a qualidade do vinho borgonha. Mas ficou provado que o crítico não entendia de vinhos finos, estando, como parece que realmente estava, habituado a um “Viúva Gomes” qualquer. Certos pormenores foram salientados. O Ministro, sempre empenhado em aprender, desejou saber o “porque” disso e daquilo, da precedência de um determinado prato sobre outro, a ordem dos vinhos, a disposição dos copos sobre a mesa, etc... Em suma, comemos todos um excelente jantar! O banquete “ensaio geral” correspondeu em tudo à tradição de fidalguia do Itamaraty, e Mangabeira, muito embora matuto ainda nessas coisas, soube honrá-lo com a discrição e o *savoir faire* de um veterano.

### XXX

Quando a imprensa do Rio anunciou a vinda de Lloyd George, Paulo Silveira não era ainda funcionário do Itamaraty, mas ia ali freqüentemente receber uma importância em dinheiro ou cheque, que Mangabeira distribuía pelos jornais cariocas. Paulo dirigia então um jornaleco, de cujo nome não me lembro agora. Mas, como achava que era mal pago e não obtinha aumento, fez saber a Mangabeira que ia publicar uma série de artigos atacando Lloyd George. Esperava, com isso, conseguir do Ministro o aumento pretendido. De fato saiu seu primeiro artigo atacando o político inglês.

Nesta altura Mangabeira mandou chamar-me e pediu-me que escrevesse um artigo favorável a Lloyd George e à sua ação na Inglaterra, a fim de reduzir ou desfazer os ataques de Paulo Silveira. “Como o Sr. morou vários anos na Inglaterra, disse-me ele, deve conhecer a política inglesa e os seus *leaders*”. Respondi que, ao chegar a Londres, em 1923, Lloyd George já não estava no poder. Tinha governado o país durante a última guerra, chefiando um partido de coalizão. Mas em outubro de 1922 essa coligação se desfazia com a retirada dos conservadores, formando-se um novo governo sob a presidência de Bonar Law, o qual, adoecendo pouco depois, passou o poder ao seu correligionário Stanley Baldwin, Gabinete que encontrei quando fui para a Inglaterra. Assim que eu iria conhecer Lloyd George (que só morreu em 1945) só de vista, mas sabia quem ele era e o que fizera na sua longa carreira de homem público. Não me custaria, pois, escrever o artigo sobre ele, o que fiz, sendo publicado no *Jornal do Comércio* do

Rio de Janeiro em 5 de janeiro de 1928, no próprio dia em que chegava Lloyd George. Dei-lhe por título *O GRANDE LIBERAL*; e seus termos eram os seguintes:

“Depois que desapareceu Salisbury, “o último dos grandes homens de Estado da época vitoriana”, como o chamou o *Times* no dia do seu falecimento, nenhum político inglês alcançou um prestígio igual, e em popularidade, ao do Sr. Lloyd George. Nem mesmo o furibundo Chamberlain no período agitado do imperialismo e da guerra do Transval. Sem ter as qualidades de equilíbrio, de ponderação e de honestidade política, que caracterizaram os estadistas ingleses do século XIX, o Sr. Lloyd George leva-lhes, contudo, vantagem como parlamentar e homem de partido. Como orador, no Parlamento ou fora dele, nenhum dos políticos ingleses o supera. Se as suas orações não têm a forma precisa dos discursos de Lorde Balfour, ou a justa medida dos discursos do Sr. Asquith, hoje Lorde Oxford and Asquith, nem tampouco o equilíbrio dos *speeches* desse outro grande orador que é o Sr. W. Churchill, elas são entretanto mais completas pela vivacidade e vigor dos seus argumentos, pelo colorido das suas imagens, e, sobretudo, pelo emprego sempre adequado e perfeitamente “a propósito” de suas expressões.

Mas o que seduz no Sr. Lloyd George é o profundo liberalismo do seu feitio. Esse homem nasceu, por assim dizer, liberal. Seu tio, Richard Lloyd, que lhe serviu de pai, era “o único liberal de sua aldeia”. A ele e ao seu mentor político, esse grande idealista que foi Michael D. Jones, diretor do colégio teológico de Bala, deve certamente o Sr. Lloyd George seu sentimento democrático, quase instintivo, que o levou, ainda criança, na sua aldeia do País de Gales, a opor-se a formar no cortejo regulamentar da escola anglicana, provocando, em seguida, uma revolta de alunos contra a obrigatoriedade do catecismo e do culto anglicano. Desde então o Sr. Lloyd George tornou-se um revoltoso e revoltado contra toda opressão, toda desigualdade, contra o rico a favor do pobre, contra o poderoso a favor do fraco. Formado em direito, suas primeiras causas foram em prol dos desamparados, dos perseguidos, dos atingidos pelo despotismo das leis e dos homens.

A política não foi para o Sr. Lloyd George senão um campo mais vasto e mais rico à ação fecunda de seu liberalismo. A campanha nacionalista pelo País de Gales, e da qual foi um dos grandes inspiradores, marca o ponto de partida de sua carreira liberal. O que ele reclamava, então, para o país natal — separação, reforma agrária, temperança, opção local — nada mais era do que um índice, resumido, do programa de reformas sociais que seria, depois, a expressão mesma de sua personalidade.

Quando foi da guerra contra os boers, o Sr. Lloyd George era já, na política inglesa, um declarado liberal. Essa guerra empolgava, então, todo o patriotismo inglês. A Nação, revivendo os tempos de revolta contra a opressão napoleônica, formava quase unida ao lado de Joe Chamberlain, e apoiava cegamente a política de ferro dos Conseqüentes. Nenhum dos chefes liberais de então (à exceção, talvez, de Campbell-Bernemann) — Rosebery, Asquith, Edward Grey, Henry Fowler — ousava uma palavra pela paz. Todos aceitavam a política do Gabinete. Foi nessa ocasião que o Sr. Lloyd George levantou o grito de guerra — guerra contra a guerra. Na Câmara dos Comuns, nas cidades, nos campos, em toda a parte, a todas as horas; contra a opinião do País, contra a vontade do Governo, das forças armadas, do Parlamento, ele combateu, com uma tena-

cidade de um antigo romano, aquilo que dizia ser uma “infâmia” do Gabinete inglês. Nada o deteve; nada o atemorizou: insultado, enxotado, apedrejado, longe de esmorecer, prosseguiu com o mesmo vigor, respondendo à violência com violência, ao ataque com o ataque. Vieram as eleições de 1900 — em plena guerra. A impopularidade do Sr. Lloyd George não tinha igual na história política inglesa. Todos apostavam na sua derrota. E o Sr. Lloyd George venceu. Não somente manteve sua cadeira nos Comuns, como conseguiu ainda aumentar o número dos seus eleitores.

Pode-se dizer que foi, em parte, a sua campanha contra a guerra do Transval que provocou o renascimento do partido liberal. Dez anos ininterruptos de ostracismo, a dispersão de forças, a desunião dos chefes, haviam tornado esse partido uma agremiação política inexpressiva e sem vigor. Do grande partido de Gladstone nada mais restava, então, do que três frações desconjuntadas e antagônicas. Os liberais tinham certamente um *leader* — a esse tempo Rosebery — dizia Goldwin Smith, mas faltava-lhes um partido.

Para um partido amolecido, sem ideais definidos, deprimido pelos longos anos de oposição, a palavra do Sr. Lloyd George teve o efeito de uma injeção sadia e vigorosa.

Da Câmara dos Comuns partiu o seu grito contra a velhice precoce do partido. Ele acusava os liberais de nada terem feito até então pela reforma da legislação social, ainda mesmo quando nos conselhos do Gabinete, preocupando-se tão somente com improdutivas reformas políticas. Se o partido fazia obra digna da democracia inglesa, levantando o “templo da liberdade”, dizia o Sr. Lloyd George, era imprescindível pensar também nos fléis, sem o que o templo, embora vistoso, não passaria de um monumento inútil.

Reformas sociais e reformas sociais! reclamava o Sr. Lloyd George. Reforma social era sobretudo a questão agrária, que ele considerava a raiz do grande mal; e a questão agrária era o regime feudal da Inglaterra. *O regime feudal*, dizia, *eis o nosso inimigo*.

O Sr. Lloyd George foi vivamente atacado como o mais incoseqüente dos políticos ingleses. E, no entanto, vamos encontrá-lo, quando já um dos chefes do partido liberal, Ministro e chefe do Gabinete, lutando pelo mesmo programa e com o mesmo vigor que defendia, anos atrás, ainda simples advogado de aldeia, a reforma da questão agrária. Seus primeiros discursos no País de Gales foram inspirados nos mesmos ideais que vão depois guiá-lo nas suas orações políticas, isto é, a revolta contra a hierarquia e a opressão dos *landlords*.

A sua campanha contra os *senhores* foi certamente a fase mais agitada de sua vida política-liberal. Com um vigor e uma habilidade inexcédível, foi provocá-los nos seus dois grandes redutos: a propriedade e a Câmara dos Lordes. Sua arma para isso foi o orçamento de 1909, de sua autoria, conhecido na história parlamentar inglesa como o *People's Budget*, porque caía de cheio contra os proprietários e os ricos, com novos e pesados impostos, e dava à plebe o direito de comer e de respirar. Ficou na memória dos ingleses essa campanha parlamentar nunca vista até então, que acarretou a votação desse orçamento. Durante ela, foi o Sr. Lloyd George insultado como jamais o fora homem público inglês. Confiantes na sua força, os Lordes fizeram-lhe frente, usando contra ele de todos os recursos de que dispunham. Mas o Sr. Lloyd George e o Gabinete Asquith venceram afinal, e os Lordes pagaram caro a atitude que assumiram,

perdendo, em definitivo, em benefício dos Comuns, a supremacia de que gozavam em questões legislativas, inclusive o direito imemorial do veto.

Não há certamente exagero em dizer-se que a atual organização social da democracia inglesa é obra, sobretudo, das campanhas liberais do Sr. Lloyd George. Certamente que, antes dele, Rosebery, levado pelo seu sentimentalismo, tinha feito alguma coisa nesse sentido, e que, mais tarde, Campbell-Bernemann, Lorde Asquith e o Sr. W. Churchill foram os três grandes companheiros do Sr. Lloyd George na reforma da legislação agrária. Mas o último foi a alma mesma de toda a campanha, e sem ele, sem a sua coragem, seu sangue frio, sua inquebrantável tenacidade, a obra social do partido liberal teria ficado a meio caminho. A reforma da Câmara Alta, a aliança da Igreja com a propriedade, a lei de assistência aos velhos e aos desempregados, as leis de seguro contra a velhice, a reforma das escolas, o saneamento dos quarteirões insalubres, a guerra aos grandes proprietários, o cultivo intensivo do solo, — foram os principais resultados dessa cruzada política, que teve no Sr. Lloyd George o seu grande chefe.

Dizia-se que o Sr. Lloyd George era o menos inglês dos políticos ingleses. Isto é certo, e nem se poderia esperar outra coisa de um celta como o Sr. Lloyd George. Suas primeiras campanhas nacionalistas, em prol da liberdade do País de Gales, foram ferozes ataques contra tudo o que era integralmente inglês. Ingressando depois no partido liberal, e já membro do Governo ele próprio, seus ataques, longe de diminuir, só fizeram aumentar e recrudescer. Atuando num campo mais vasto, sua ação foi, por isso mesmo, mais larga e mais profunda. Procurou destruir, e o conseguiu em parte, aquilo que era precisamente o alicerce mesmo da velha Inglaterra: a Câmara dos Lordes e a grande propriedade. Um inglês, integralmente inglês, como J. Chamberlain ou Palmerston, não se capacitaria nunca da necessidade de uma tal campanha. E justamente porque o Sr. Lloyd George era o menos inglês dos políticos ingleses é que a Inglaterra lhe deve grande parte da sua moderna legislação social. O Sr. Lloyd George “europeizou” a Inglaterra, quer dizer, acabou com o resto do feudalismo que ainda vigorava nela, preparando a nova mentalidade do país, que, assim, pôde aceitar e compreender a Grande Guerra, e adaptar-se, sem maiores abalos, à nova ordem de coisas que surgiu na Europa depois de 1914.”

É verdade que depois desse artigo Paulo Silveira desistiu de atacar Lloyd George. Mas é também verdade que Mangabeira decidiu adoçar-lhe a boca com algumas centenas de mil réis. De resto, esse Ministro, desde sua entrada no Itamaraty, subvencionava mais ou menos à larga diversos jornalistas e jornais do Rio, e não sei se também os de alguns estados. Aliás, subvencionar jornais e jornalistas era um costume que já vinha desde muitos anos. Vinha do tempo do Império, e mais de uma vez o Imperador Pedro II se insurgiu contra isso. Mas não foi obedecido, e as subvenções continuaram a ser dadas. Costume que não era só nosso, já que muitos outros países faziam o mesmo. E ainda ultimamente, março de 1973, o Parlamento italiano votou uma verba para subvencionar a imprensa do país. Porque é sabido que um jornal diário não pode viver apenas com a sua venda avulsa, com o pagamento dos seus assinantes e a inserção de anúncios comerciais. Se não tiverem o auxílio monetário dos Governos ou das companhias interessadas na manutenção da folha, esta se verá na necessidade de fechar suas portas.

Assim acontecia no Brasil e em muitos outros países. Os Ministros do Exterior do Brasil, inclusive Rio Branco, sempre o fizeram. Não sei dizer, nem posso saber, quanto ele pagava ao *Jornal do Comércio* do Rio, naquele tempo propriedade de José Carlos Rodrigues, para este jornal defender seus atos no Itamaraty, sobretudo quando da questão do Acre, que levantava então polêmicas no Congresso e nos jornais. Depois dele, ao tempo de Nilo Peçanha e de Félix Pacheco, continuou-se sempre a dar dinheiro a jornalistas e a jornais. João Lage, redator-chefe de *O País*, esperto como era, e amigo de políticos prestigiosos, deve ter recebido somas não pequenas do Governo ou dos Governos de então. E o mesmo se daria com Salamonde, de *A Notícia*, e José Eduardo Macedo Soares, dono ou redator-chefe do *Imparcial*.

Assim nada havia para estranhar em que o Ministro Mangabeira agisse de igual modo. Para isso ele se servia de um amigo, baiano como ele, mas cujo nome me escapa agora\*, que fazia a distribuição do dinheiro pelos jornais e jornalistas. Ou então de Pedro Leão Veloso, seu chefe de Gabinete. Quando foi da revolução de 1930, e formou-se uma comissão de inquérito no Itamaraty para apurar os gastos feitos nesta matéria pelo Ministro deposto, publicaram os jornais do Rio uma relação não pequena de nomes da imprensa carioca que recebiam dinheiro do Ministério do Exterior, e as parcelas que lhes couberam, parcelas que hoje seriam ridículas, mas que então contavam muito para os bolsos dos seus aquinhoados. Chamado a depor na citada comissão, Leão Veloso disse que nunca acontecera dar propriamente dinheiro a jornais, e que tampouco dera qualquer quantia a personagens políticos. “Não teria a menor dúvida, acrescentou, se outra fosse a hipótese, em mencionar seus nomes. O Ministro Mangabeira me ordenava que fizesse entrega, num envelope, de determinadas somas, a um número de pessoas, tendo recebido para isso, na gestão desse Ministro, o montante de 543:497\$360 réis”. Porém sabia-se que entre os que tinham recebido dinheiro, entregue por Leão Veloso por ordem do Ministro, contavam-se Múcio Teixeira, Hamilton Barata, Jorge Santos, Rafael de Holanda, Paulo Silveira, Ferdinando Borla, Jarbas de Carvalho, Augusto de Gregório e outros mais.

A relação dos jornalistas que receberam dinheiro do Itamaraty é comprida. Dela destacamos os nomes mais conhecidos, e, a título de curiosidade, as somas por eles abischoitadas: Paulo Silveira, 2:000\$000; Jorge Santos 8:000\$000; Gaspar Libero (de São Paulo), 15:000\$000; Rafael de Holanda, 4:000\$000; Vladimir Bernardes, em parcelas de 2 e 3 contos, 14:000\$000; Georgino Avelino, em parcelas de 2 contos, 12:000\$000; Mário Rodrigues Filho, em parcelas de 2, 3 e 5 contos, 13:000\$000; José Tolentino, 10:000\$000; e Gustavo Barroso, 10:000\$000. Para jornais, entre outros: *Vanguarda*, 3:000\$000; *Diário Carioca*, 3:000\$000 e *O País*, 5:000\$000. Para finalizar: a comissão de inquérito apurou que foi gasta, sem a mais leve documentação, na administração Mangabeira, a quantia de 1.474:124\$360. Para aquele tempo era

---

\* Ao Banco dos Funcionários Públicos foi dada a soma de 395:000\$000. Seu diretor, Carlos Naylor Júnior, disse, perante a comissão de inquérito, que o pagamento efetuado pelo Ministro Mangabeira o foi por ordens verbais de S. Exa. transmitidas por telefone, e mediante cheques ao portador assinados por pessoa de confiança do dito Ministro, por ele autorizada, mas que não era funcionário do Ministério do Exterior.

realmente uma soma respeitável. Mas, como era de esperar e sempre sucedeu no Brasil, a comissão de inquérito, presidida com grande estardalhaço por Osvaldo Aranha e promessas de punição dos culpados, nada fez nem castigou ninguém. O mesmo que se passaria depois da queda do Presidente João Goulart, quando se pretendeu punir aqueles que se tinham apropriado dos dinheiros públicos ou os adquiridos dolosamente. Quanto a Otávio Mangabeira, destituído do cargo pela revolução de 1930 e exilado no estrangeiro, mais pobre do que quando entrara para a chefia do Itamaraty, quase passou fome em Nova York, precisando arranjar um emprego de tradutor para sustentar-se, a si e a sua família. E mesmo este emprego, dado por uma revista norte-americana, acabou perdendo por pressão do Governo Getúlio Vargas, porque Mangabeira, como bom baiano, não tinha papas na língua (ao contrário de Washington Luís, também exilado, que nunca se referiu à situação constrangedora que sofria no estrangeiro), soltava esta amiúde contra o novo Presidente do Brasil. Da discreção de Washington Luís e das censuras de Mangabeira, fui eu testemunha quando era Conselheiro da Embaixada do Brasil em Lisboa em 1938, época em que foram ali passar uma temporada. Não me importando com a situação de ambos como exilados, tive-os para almoçar em minha casa.

### XXX

Em fevereiro de 1928 reuniu-se na cidade de Havana a 6ª Conferência Internacional Americana. A este propósito dei, como chefe da Seção Política da América, à revista *Excelsior*, do Rio de Janeiro, as seguintes palavras:

“A importância da atual Conferência Internacional Americana está em que ela se reúne num dos momentos críticos para a política deste continente. A América está certamente em paz; deseja e precisa dessa paz; e não a abandonará pelas surpresas, sempre dolorosas, de uma guerra. Mas o ambiente político é de incerteza; há muita apreensão e, um pouco também, de impaciência. E há sobretudo muita desconfiança.

A tarefa principal da Conferência é, justamente, desfazer essa desconfiança; dar a compreender aos países deste continente que sem uma política largamente fecunda, sincera, lançada em bases práticas, toda a atividade internacional na América se efetuará num terreno falso. Os homens públicos americanos, que se reúnem neste momento em Havana, já se terão capacitado disso, e o ambiente que eles formam não há de promover, certamente, outro resultado.

Para realizarem essa política construtora, os delegados americanos têm grande margem no próprio programa da Conferência. Não se há de tornar necessário enxertá-lo com matéria que lhe é estranha, e muito menos trazer para o debate desentendidos regionais, quase sempre incompreendidos ou erradamente interpretados.

Uma outra grande tarefa da Conferência será estudar os resultados da última Comissão de Jurisconsultos Americanos, em prol da uniformização e codificação do Direito Internacional. Certamente que os jurisconsultos do Rio de Janeiro não fizeram, nem era de esperar que o fizessem, um trabalho perfeito e definitivo; apesar de todo o esforço aqui aplicado, há ainda, nas Convenções, tanto de Direito Público como de Direito Privado, muita coisa que pode ficar melhor dita; outras há, mesmo, possíveis de modificação. A atual Conferência Internacional Americana se encarregará disso.

Fora do terreno jurídico, os Delegados encontram ainda, no programa oficial, um largo campo para suas atividades. É sabido que economicamente a América está desunida, e que, neste terreno, muito, se não tudo, resta a fazer. O intercâmbio dos produtos americanos está ainda no nascedouro. Falta, para intensificá-lo, não somente uma melhor e mais prática preparação e distribuição da riqueza, como, principalmente, o estabelecimento de vias de transporte de fácil acesso. No tocante a vias de comunicação, pode dizer-se que os países da América formam ainda compartimentos estanques. Vivem quase todos divorciados uns dos outros. Nós, deste lado do Atlântico, estamos mais perto e mais em contato com a Europa do que com os nossos vizinhos do Oeste. Lançando as bases de uma larga e racional política econômica, a Conferência Internacional Americana terá preenchido um dos seus mais nobres fins.

Não há somente falta de intercâmbio econômico; há também falta de intercâmbio intelectual. Os países americanos precisam de se conhecerem melhor para melhor se compreenderem. É necessário intensificar — fomentar e intensificar — as trocas de visitas coletivas e individuais. Dessa falta de conhecimento recíproco é que resultam, quase sempre, os desentendimentos entre os povos deste continente. Filhos do mesmo berço, esses irmãos não se conhecem. E porque não se conhecem muitas vezes não se entendem. Não haverá nunca uma boa e sólida inteligência entre as Chancelarias americanas se não se cuidar também da base mesma dessa boa inteligência, que são o equilíbrio dos interesses econômicos e o conhecimento recíproco da mentalidade de cada povo. Neste particular há vasto campo a explorar pela atual Conferência Internacional Americana.

É de esperar que desta 6ª reunião resultem os benefícios por que a América toda aspira, e que ela sirva para desfazer a atmosfera de desconfiança que paira, sem motivo justo, entre alguns povos deste continente. Com isso se permitirá que todos sigam o mesmo caminho de paz e bem-estar, sem que haja lugar para desavenças ou malquerenças”.

### XXX

Foram nomeados, como nossos Delegados na 6ª Conferência Internacional de Havana, Raul Fernandes, chefe da Delegação, e o Deputado Lindolfo Color, Alarico Silveira, Sampaio Correia e Eduardo Espínola, membros. Havia ainda vários Secretários.

A 20 de fevereiro foram assinadas pelos países americanos numerosas Convenções, notadamente sobre Asilo, Agentes consulares, Aviação comercial, Tratados, União Pan-americana, Funcionários diplomáticos, direitos e deveres dos Estados nos casos de lutas civis e Direito Internacional Privado. Esta última acompanhada de um Código de Direito Internacional Privado ao qual a Conferência deu a denominação de Código Bustamante, em homenagem ao jurista cubano Antonio Sanchez de Bustamante y Sirven, que foi o autor do projeto de onde resultou o referido código.\*

---

\* Por sinal que Eduardo Espínola, que era o jurista da nossa Delegação, confundiu a Corte Permanente de Arbitragem com o Tribunal Internacional de Justiça, ambos com sede em Haia, este último de caráter permanente, o que não se dava ou se dá com a primeira.

Mas quase todos esses atos, como acontecia geralmente, foram letra morta, porque muitos deles nunca tiveram execução. A tal solidariedade pan-americana jamais passou de uma frase exprimindo talvez uma certa solidariedade espiritual entre as nações do continente, sobretudo entre as de origem latina, mas no terreno prático nunca existiu. Não existiu desde quando nos tornamos independentes da Espanha e de Portugal. E menos existe no presente com Cuba e o Chile comunistas, e o Peru em vias de o ser. E, como sempre, entre todas as nações latinas da América, ainda são o Brasil e a Argentina que têm noção das suas responsabilidades e do direito público que regula as relações internacionais. E a propósito dos Estados Unidos da América, unidade que somos com eles, nos respeitamos mutuamente e nos mantemos unidos por laços onde prevalece a sinceridade de ambos.

## XXX

Otávio Mangabeira costumava passar parte do verão em Teresópolis, uma cidadezinha na Serra dos Órgãos, a cerca de mil metros de altitude. Bem menor do que Petrópolis, mas situada na mesma serra, não apresentava o pitoresco desta última. Porém o clima era mais seco, porque não havia ali o nevoeiro, chamado de *russo*, que envolvia por vezes a outra. Subia-se para Teresópolis por uma estrada de ferro de bitola estreita, que, ao cabo de quase três horas, lá nos deixava. Nas proximidades eleva-se o famoso “Dedo de Deus”, montanha esguia, cujo cimo atinge perto de mil e quinhentos metros. O melhor hotel do local era o Higino, na principal rua. Aí se hospedava Mangabeira, geralmente com a mulher e os filhos. Às vezes ia passar ali um ou dois dias no inverno, a fim de descansar um pouco da vida agitada e das maçadas que tinha no Rio de Janeiro.

No começo do mês de agosto de 1928, durante um desses curtos descansos, subi para levar-lhe uns papéis urgentes que devia despachar. Estive ali apenas uma noite, e, na manhã seguinte, um sábado, descí para o Rio em sua companhia, no trem de ferro acima citado. Conosco viajavam Carlos Ouro Preto e Berenguer César, seus auxiliares de Gabinete. O pequeno trem costumava parar em algumas estações da Baixada Fluminense, inclusive na de Magé.

O domingo imediato passei no Country Clube juntamente com Abelardo Bueno do Prado e Lourival de Guillobel, e respectivas esposas. Boa parte do dia decorreu na piscina e suas vizinhanças. Ao voltar à casa para jantar, na rua Dias da Rocha em Copacabana, onde residia com minha mãe, estava bem disposto, mas, a meio da noite, despertei atacado de febre altíssima. Logo chamei o meu médico, o Dr. Guilherme da Silveira, que iria depois abandonar a clínica e dedicar-se à restauração da fábrica de tecidos Bangu, prestes a abrir falência; sendo posteriormente Diretor do Banco do Brasil e Ministro da Fazenda de Getúlio Vargas. Era casado com uma Castro Barbosa, Dona Nhãnhã, e tinha dois filhos e uma filha; esta, mulher de meu amigo Jorge Dória. Jorge fora casado, em primeiras núpcias, com uma moça de São Paulo; mas, enviuvando pouco depois do casamento, consorciou-se com a filha do Dr. Guilherme. Dona Nhãnhã faleceu há já alguns anos, e Jorge Dória há escasso tempo. Porém Dr. Guilherme ainda vive, bem como os dois filhos, que dirigem a fábrica de tecidos, hoje em plena prosperi-

da. le. Quando jovens, eram estes uns verdadeiros *play-boys*, com uma vida repleta de incidentes, que ofereciam assunto de conversa ao Rio daquela época. Justiça lhes seja, entretanto, feita, pois resolveram criar juízo, e, na direção da Bangu, têm sido os dignos continuadores da obra do pai, mantendo-a no nível de progresso que este iniciou. Suponho que atualmente o Dr. Guilherme da Silveira conta mais de noventa anos de idade.

Voltando à febre que me sobreveio, Dr. Guilherme, após um rápido exame, indagou-me o que havia feito durante aquele dia. Contei. E sua primeira impressão foi de que eu sofria de uma insolação. Neste sentido começou o tratamento. Mas, como a febre não baixava, e, pelo contrário, ainda subia, suspeitou impaludismo. Uma análise de sangue confirmou sua suspeita. “E o mal, disse-me ele, é que você apanhou uma das piores formas de malária, a *terçã maligna*, que só existe em Magé”. Sim, o trem vindo de Teresópolis parara naquele lugar! Nos poucos instantes de estacionamento o diabo de um mosquito me escolhera para sua vítima, vítima única, pois que, dos quatro que juntos viajavamos, somente eu fui picado. Que má sorte!

Bem, estive doente, de cama, para mais de um mês, em certos dias gravemente, com risco de morrer; e só me salvei à custa de doses maciças de injeções de quinino, com azul de metileno. Não há dúvida que devo minha vida, nessa ocasião, ao Dr. Guilherme da Silveira. Restabelecido, não me permitiu ele de modo algum retomar meu cargo no Itamaraty, e foi de opinião que, depois de uma moléstia assim, o melhor seria obter um posto no estrangeiro.

### XXX

Transmiti a Maurício Nabuco a recomendação do Dr. Guilherme. Perguntou-me então Nabuco quem eu julgava poder substituir-me na direção da Seção Política da América. Ora, eu sabia que me colega e grande amigo Camilo de Oliveira, servindo como Segundo Secretário no Vaticano, tinha solicitado férias para ir ao Brasil, mas que tais férias lhe haviam sido negadas. A fim de favorecê-lo dando-lhe esta oportunidade, logo me veio à mente seu nome, cuja cultura, dons diplomáticos e conhecimento dos negócios da América valiam mais do que os de qualquer outro colega. Nabuco não fez objeção, ficando apenas de submetê-lo ao Ministro de Estado. Este aprovando, procedeu-se à remoção de Camilo para o Rio. E, como deixava uma vaga de Segundo Secretário no Vaticano, fui eu transferido para essa Embaixada. Ao saber disso, recomendou-me Dr. Guilherme: “Neste caso, chegando a Roma, vá procurar o Professor Ascoli, que é o maior especialista na Europa de moléstias tropicais. Acho que você está curado, mas não perderá em ser examinado por ele”. Obedeci, e em Roma fui ver o Professor Ascoli. Este, depois de um demorado exame, perguntou o que me haviam receitado para curar a malária. Disse-lhe que tinha tomado grandes doses de quinino com azul de metileno. Respondeu-me que o remédio indicado era realmente o quinino, mas que o azul de metileno era poesia de Miguel Couto. Este, de quem partira a idéia, era, na época, o mais afamado clínico do Rio de Janeiro.

### XXX

Ao deixar a direção da Seção Política da América, Mangabeira dirigiu-me a seguinte carta, datada de 23 de agosto de 1928:

“Senhor Segundo Secretário.

Na ocasião de sua partida para o seu novo posto, desejo exprimir-lhe os meus agradecimentos pelo zelo e inteligência com que Vossa Senhoria dirigiu a Seção dos Negócios Políticos e Diplomáticos da América, de 1º de abril de 1927 a 31 de maio próximo passado.

Aproveito o ensejo para reiterar à Vossa Senhoria os protestos da minha estima e consideração,

OTÁVIO MANGABEIRA”.

### XXX

O Sr. Otávio Mangabeira é considerado o melhor de todos os Ministros do Exterior que o precederam no regime republicano, exceção, é claro, do Barão do Rio Branco. Tal afirmativa é verdadeira. E não sei, de fato, de outro ministro, fora o grande Barão, que, por todas as suas qualidades, pela visão objetiva dos nossos problemas internacionais, por sua ação diplomática, pelo exato conhecimento de nossas necessidades no exterior e pelas reformas benéficas que fez nos serviços do Itamaraty, merecesse aquele adjetivo. De todos que ali passaram, sempre depois de Rio Branco, foi o único que enfrentou decididamente e resolveu as últimas questões de limites que o Brasil tinha ainda com seus vizinhos, plantando a nossa extensa e acidentada fronteira. Graças a ele o Brasil ficou sabendo de uma vez por todas a área certa de seu território.

Não há, portanto, exagero em dizer que foi o mais completo dos nossos chanceleres. É verdade que tivemos, de 1889 a 1926, na pasta das Relações Exteriores, homens dos mais eminentes, como Fernando Lobo, Carlos de Carvalho, Lauro Müller, Nilo Peçanha, Domício da Gama, entre outros. Mas uns *passaram* apenas pela pasta; outros não tiveram, nas circunstâncias em que se acharam, oportunidade para revelarem suas qualidades; e outros se sentiram peados em sua administração pelo procedimento absorvente dos Presidentes, que, no regime que então nos governava, não reconheciam nos Ministros senão uns meros secretários administrativos. Porém não importa por que a realidade é que nenhum deles deixou, no acervo do Itamaraty, a soma de serviços que assinalaram a gestão do Sr. Mangabeira.

Está claro que isso se deve, antes de tudo, às próprias aptidões do Ministro, ao seu método administrativo, ao seu bom critério, ao seu tato, à sua inteligência, em suma, à sua grande personalidade. O que desde logo me impressionou nele foi sua extraordinária facilidade de apreensão. Por certo que outros Ministros com quem privei mais ou menos de perto — e foram todos os que desde a minha entrada para o Itamaraty, em 1916, o tinham precedido ali, vale dizer, Lauro Müller, Nilo Peçanha, Domício da Gama, Azevedo Marques e Félix Pacheco — eram pessoas inteligentes, alguns mesmo, como os dois primeiros, excepcionalmente inteligentes. Mas, a meu ver, nenhum revelou como o Sr. Mangabeira igual capacidade para ajuizar de uma situação internacional ou tão profunda pensação para o trato dos negócios públicos.

Meticuloso em tudo, cuidadoso em tudo, tudo ele via, sobre tudo refletia, e nada

se lhe escapava à atenção. Se se tratava de um problema político a considerar ou a resolver, de uma questão diplomática a decidir, era seu costume pedir, primeiro, que se lhe fizesse uma exposição minuciosa do assunto, que ele ouvia calado, sem comentar ou sequer interromper, com uma atenção concentrada e cheia de interesse. Por vezes não consentia que se fosse até o fim. Dizia: “Já sei”. Tinha, de fato, apreendido o problema em todos os seus aspectos. Refletia depois alguns instantes. Levantava-se, em seguida, da larga poltrona, atrás da qual se via, na parede, uma grande tela representando o Barão do Rio Branco de pé, corpo inteiro, e, num movimento que lhe era habitual, andando ao longo da sala de um lado para outro, e agitando na mão a corrente de ouro do relógio, expunha, com uma espantosa clareza de argumentos, com a mais exata precisão de frases, num estilo por vezes um tanto rebuscado, a sua própria opinião. Raramente era necessário replicar-lhe. O assunto estava praticamente esgotado. E ele o encerrava dando sobre o mesmo as suas instruções.

Se estava em causa a leitura ou a aprovação de uma minuta de tratado, de um *memorandum*, de uma nota diplomática ou de um simples ofício de rotina, seu cuidado era o mesmo, seu interesse não era menor nem maior. Porque tudo para ele tinha importância. Bastava ser um documento de chancelaria, fosse de que natureza fosse, versasse sobre o que versasse, não importava sua finalidade ou destino, para merecer sua atenção, seu cuidado e seu interesse. Lia atenta e lentamente a minuta, com um lápis preto na mão, palavra por palavra, vírgula por vírgula, e, à proporção que lhe corriam as frases, ia emendando o documento com aquela sua letra redonda e bem desenhada, de traço fino, quase feminina, num desejo de que tudo ficasse quanto possível o mais claro, o mais preciso, o menos redundante, com o mais exato emprego das frases, dos termos e mesmo da pontuação. Nisto o seu empenho era quase tirânico; não cedia a nenhuma distração, nenhum descuido de linguagem, nenhuma impropriedade de expressão, nem sequer ao cochilo de uma vírgula. Conhecendo, como conhecia, a fundo a língua portuguesa, tal o geral dos baianos; habituado que fora à leitura dos clássicos; e tendo nas suas relações pessoais o exemplo de um mestre insigne como Rui Barbosa, ele mostrava, nas suas exigências sobre a língua escrita, quase as ânsias de uma perfeição.

### XXX

Conforme disse, Mangabeira, ao tornar-se chefe do Ministério do Exterior, cargo que lhe fora a maior das surpresas, procurou cercar-se de elementos que o auxiliassem da mais eficiente maneira, no que logo provava sua inteligência. Entre estes elementos, Maurício Nabuco prestou-lhe os mais relevantes serviços, deixando no Itamaraty o traço de sua destacada personalidade. Nele depositava Mangabeira sua total confiança. E Nabuco dela soube usar para o indiscutível benefício de todos os setores da casa.

Uma única restrição eu faria à atuação deste meu amigo, e seria na parte das reformas materiais que resultaram na modernização do velho solar dos Condes de Itamaraty. Penso que foi um erro tocar na decoração interior do palácio, e ainda mais na estrutura de suas paredes e disposição de algumas salas. Não se moderniza aquilo que é tradicional e que exprime uma outra época, uma outra geração ou uma outra mentali-

dade. O moderno *se faz*, ou se cria, inspirando-se nos elementos contemporâneos; do contrário, deixa de ser moderno para tornar-se simplesmente um pasticho. O antigo se destrói ou se conserva. Nada mais. E conservar o antigo é manter suas linhas, seu estilo, o mesmo sentimento que ditou sua criação. O antigo *modernizado* deixa de ser antigo — sem chegar a ser moderno. Transforma-se num produto híbrido, e, como tal, num monstrego. Qualquer modificação que se faça num edifício antigo, sem que haja uma necessidade imperiosa para isso, imposta por questões de segurança, será de toda a maneira um enxerto, um reboco, e nada mais.

A verdade é que as reformas materiais introduzidas no prédio do Itamaraty ao tempo do Sr. Mangabeira desvirtuaram completamente o palácio. Tiraram a fisionomia tradicional de suas salas, de seus corredores, de suas escadarias; a harmonia de suas linhas interiores; a pátina de seus velhos tons; a alma, em suma, de seu ambiente antigo. Tudo ali ou quase tudo sofreu as conseqüências do espírito reformista de Maurício Nabuco, a começar pela sala onde morreu Rio Branco, que deveria ter sido conservada com as linhas de sua primitiva construção, tal qual era na época do desaparecimento do grande Ministro, e mantida no recato de um silêncio evocador, como um verdadeiro santuário reservado à meditação das gerações vindouras — ao invés de ser transformada no gabinete do Ministro, vale dizer, a peça mais aberta e a mais pública da casa, violada todos os dias pela legião dos pedintes de empregos, pela clientela política dos habituais titulares. A única coisa que fazia lembrar a cena emocionante do falecimento do Barão era o monstrego da inscrição, em letras desproporcionadas com o tamanho da sala, que circundava todo o alto de suas paredes.

Não foi só a sala Rio Branco que sofreu as conseqüências do vento reformista de Maurício Nabuco: outras dependências foram trucidadas no aspecto que anteriormente apresentavam. Onde estava, por exemplo, o antigo saguão de entrada que exprimia, no conjunto do edifício, o critério arquitetônico que o havia presidido? Onde as tranquilas e silenciosas alas laterais, transformadas agora em corredores de próceres americanos, ladeados de bustos de caudilhos sangüinários, qual uma galeria de cemitério, espécie de Sieges Allee latino-americana, com seus heróis de mármore ou de bronze a se desafiam reciprocamente? Onde o velho jardim de outrora, com seu tradicional chafariz, suas velhas árvores, seus velhos canteiros, onde vicejavam as nossas flores e as nossas gramas? Tiraram ao jardim a sua intimidade, a sua aparência discreta e familiar, tão brasileira, tão nossa, para transformá-lo em um gramado medíocre em suas dimensões, imitação mesquinha de um *Le Nôtre* barato, com um tanque ao centro, sorte de piscina, povoado por um casal de cisnes nacionais, silenciosos e desocupados. O vetusto chafariz de mármore, que vinha do Segundo Império, e que podia não ser uma obra de arte, mas que era sem dúvida uma tradição no meio calmo daquele jardim, desapareceu dali, ou melhor, foi deslocado para outro lugar. E dele já não jorram as águas cantantes, cujo rumorejar tanto refrescava o ambiente nas tardes cálidas de verão. Tudo se foi. O vendaval das reformas tudo invadiu, tudo absorveu em sua boca voraz e insaciável. *Neron a passé, comme passent la rafale, la tempête ou la peste.*



---

## Retirada definitiva do Brasil da Liga das Nações

A 26 de março de 1928 o Brasil teria que decidir *definitivamente* sobre sua retirada da Liga das Nações, realizada dois anos antes. Tínhamos dado em 1926 o pré-aviso dessa retirada. Competia-nos agora efetivá-la ou não por uma declaração formal do Governo brasileiro.

O problema era mais grave do que parecia à primeira vista, não só pelas consequências que aquela declaração acarretaria para a política internacional do Brasil, como porque o atual Ministro do Exterior, Otávio Mangabeira, confessava-se inteiramente ignorante de tudo quanto se passara com nosso país em Genebra, e não podia por isso formar uma opinião autorizada sobre o assunto.

Ele apenas ouvira falar, como todo mundo, dos fatos que tinham provocado a nossa desavença de 1926 e o espetacular rompimento com a Liga; mas o pouco que sabia era vago e contraditório, simples informações colhidas aqui e acolá, ao sabor e segundo a interpretação de cada um. O Itamaraty nunca quisera informar o público sobre os verdadeiros acontecimentos relativos a nós em Genebra, menos por uma natural discreção do que pelo receio de se indispor ainda mais com as duas principais potências européias, a França e a Inglaterra, que dirigiam então os destinos políticos do mundo, e das quais tínhamos as mais fundadas queixas e ressentimentos. Por outro lado, o chefe da nossa Delegação, Afrânio de Melo Franco, responsável direto por tudo quanto se passara ali com o Brasil em março de 1926, também nunca se prontificara a falar, nem sequer para defender sua atitude, interpretada entretanto de diversos modos, no Brasil e no estrangeiro, e nem sempre favorável à verdade dos fatos. Mesmo os relatórios confidenciais, que mandava para o Itamaraty a respeito de nossa atuação na Liga, eram os mais lacônicos e limitavam-se em geral à simples matéria de expediente.

Por tudo isso, a posição de Mangabeira não era fácil. Ele tinha que agir, esta era a realidade, tinha que tomar uma decisão sobre se o Brasil continuava ou não a pertencer à Liga; mas, para tal, faltavam-lhe praticamente a quase totalidade de dados. Uma resolução precipitada ou mal fundamentada seria a coisa mais contraproducente, e Mangabeira, como homem hábil e precavido que sempre fora, não queria a tanto aventurar-se. Precisava também defender-se das insinuações que se lhe faziam em redor, nem todas

bem-intencionadas ou pelo menos desapaixonadas. Uns achavam que o Brasil devia retirar-se definitivamente em vista de tudo o que aconteceu em Genebra; outros entendiam que essa retirada seria um erro grosseiro, dado que nossa desavença com a Liga baseara-se em razões puramente egoísticas, com desprezo dos altos interesses da política internacional e mesmo de nossa simples política. Deste último parecer eram pessoas por certo autorizadas, como Raul Fernandes, que já nos representara em Genebra, como Hélio Lobo, um estudioso honesto e consciencioso das nossas questões internacionais. Ambos insistiam junto a Mangabeira por que não fosse tomada uma decisão precipitada, que pudesse nos trazer ainda maiores dissabores, impossíveis talvez de serem mais tarde removidos.

Pessoalmente, encarando os fatos pela forma superficial, única a seu alcance, Mangabeira achava que fora um erro o Brasil retirar-se de Genebra, sobretudo da maneira espetaculosa e um pouco malcriada que o fizéramos. Entendia por isso que talvez fosse o caso agora, depois de dois anos de reflexão, de um estudo consciencioso do assunto; e, atendendo, por outro lado, às solicitações que nos chegavam, inclusive da própria Liga das Nações, de reparar o mal anteriormente praticado, regressando o Brasil, algo penitenciado, às margens do lago Léman.

Acontecia, porém, que o Presidente Washington Luís pensava de modo contrário, embora estivesse, como Mangabeira, sem elementos para poder fazer a respeito um juízo realmente seguro. Opinava que, se o Brasil voltasse para Genebra, especialmente sem ver satisfeitas as queixas que tinham provocado sua retirada em 1926, iríamos nos colocar em posição muito melindrosa; e justificariámos, até certo ponto, tudo o que haviam articulado naquela ocasião contra o Brasil e o Governo de Artur Bernardes e Félix Pacheco.

### XXX

Foi nessas circunstâncias que o Ministro Mangabeira me mandou chamar. Fui vê-lo no hotel Higino, em Teresópolis, onde se encontrava veraneando. Como diretor, que era então no Itamaraty, da Seção dos Negócios Políticos da América, eu nada tinha que ver com a política do Brasil na Liga das Nações. Minha chamada explicava-se somente pelo fato de ter eu estado em Genebra durante quatro anos, isto é, de 1923 a 1926, como Secretário da Delegação, e acompanhado, assim, de perto todos os sucessos que cercaram nossa política ali e acarretaram por fim a nossa retirada.

Mangabeira expôs-me, em linhas gerais, o *seu* problema, que se resumia, no fundo, na dificuldade em que estava para decidir tão grave questão sem ter um exato conhecimento de tudo quanto a tinha constituído. Lera, é verdade, os relatórios de Melo Franco; lera a correspondência trocada com a Delegação do Brasil em Genebra, desde o dia de sua instalação até o dia de sua retirada. Tudo isso, porém, lhe deixara uma impressão confusa e incompleta. Sobretudo não lhe dera, o que lhe parecia essencial, uma idéia de conjunto sobre nossa política na Liga, pois, apesar de todas as suas indecisões, de suas incertezas, mesmo de suas deficiências, essa política deveria ter tido uma lógica qualquer, uma razão de ser que os documentos existentes no Itamaraty não lhe revelavam. “Pessoalmente, disse-me, parece que o Brasil fez mal em encaminhar sua política

na Liga a ponto de chegar ao incidente de 1926. Os motivos que deram causa a esse incidente, quero dizer, as razões da nossa divergência com a Liga penso que não nos autorizavam a tanto. Tudo nos aconselha, pois, a aproveitar a oportunidade que se nos oferece agora para consertarmos o mal que foi feito. O Presidente, porém, não pensa como eu: pensa mesmo em tudo de modo contrário. Há quem pense como ele. Mas há também quem pense como eu”.

Para emitir seu conceito em definitivo nesse jogo de opiniões, “a minha inclusive”, acrescentou Mangabeira, só havia uma coisa a fazer: estudar ele próprio a questão, mas estudá-la a fundo, no seu conjunto, com todos os seus problemas, problemas que a originaram e problemas que lhe desvirtuaram as diretrizes; inteirar-se, enfim, de tudo que precedeu, de tudo que precipitou e de tudo que abriu a nossa divergência. Só então é que ele poderia decidir com perfeito conhecimento de causa, sem atender a outras considerações que não fossem o seu próprio julgamento.

Fiz-lhe, então, a pedido seu, uma exposição de toda a nossa política na Liga, desde os nossos primeiros passos em Paris, em 1919, para obtenção de um lugar no Conselho, quando foi da organização da Sociedade, até o dia da nossa retirada de Genebra, sete anos mais tarde. Evitei de propósito externar minha opinião, que não coincidia, aliás, com a sua, para não influir de qualquer modo em seu posterior juízo. Limitei-me exclusivamente aos fatos.

Mangabeira ouviu-me, como de costume, com muita atenção. Interrompeu-me apenas duas vezes a fim de precisar uma data ou melhor esclarecer qualquer minúcia. Não emitiu nenhuma reflexão. Em sua máscara impassível não consegui descobrir tão pouco a revelação de algum sentimento. Terminada minha exposição, apenas disse-me:

– Bem. Eu desejaria agora ler as publicações relacionadas com nossa política na Liga. Há várias, mas não conheço nenhuma. O Sr. vai fazer-me o favor de organizar uma lista completa delas, para que eu as mande buscar. Inclua todas. Quero ler todas. Hei de ler todas.

Cerca de dez dias depois de lhe haver entregue essa lista, chamou-me ao seu gabinete no Itamaraty. Passeava ao longo da sala, fazendo balançar, como tinha o hábito, a corrente do relógio. Compreendi, por esse gesto, que devia estar satisfeito. Ao ver-me, foi dizendo:

– Já tenho opinião assentada e decisão formada sobre o que devemos fazer com relação à Liga.

Silenciou por alguns minutos. E, como eu nada dissesse, acrescentou com voz pausada:

– Qualquer Governo ou Ministro que se respeite ou respeite as tradições de uma política internacional não pode ter outra atitude: vamos nos afastar definitivamente da Liga das Nações.

Disse-lhe que já esperava por essa decisão. Perguntou se a achava justa. Que sim, respondi. Ele apenas ponderou:

– É porque o Sr. conhece a questão.

Quando me retirava, observou, não sem um traço de malícia, que, dentre todas as publicações que eu lhe havia indicado sobre nossa política na Liga, a que mais o in-

duzira a desligar definitivamente o Brasil de Genebra fora precisamente a que se escrevera em defesa da tese contrária, o livro de José Carlos de Macedo Soares.

### XXX

A resolução de Mangabeira, a de afastar o Brasil da Sociedade de Genebra, tinha um significado que bem poucos talvez pudessem perceber. Não era um mero ato ministerial, simples medida do expediente ordinário do Itamaraty. Tão pouco era uma decisão, como tantas outras do Governo, para cuja iniciativa bastava a lavratura e a assinatura de um decreto. A decisão de Mangabeira era tudo isso e algo mais. Era especialmente uma prova do espírito de continuidade, da coerência com que sempre se norteava a política internacional do Brasil, apesar de todas as vicissitudes, apesar das mudanças de Governo, das nossas contradições, da mobilidade de nossos sentimentos e da inconstância de nossas paixões.

Porque a verdade é que no Brasil vivia-se geralmente em um regime de improvisações. Havia em tudo uma grande desordem política e administrativa. Os Governos se sucediam de quatro em quatro anos deixando atrás deles um sulco profundo de sua passagem; e a tal ponto diferia um do outro que a obra de conjunto dessas administrações se apresentava como uma enorme colcha de retalhos. Não havia seguimento em nada. Não havia uniformidade.

A única exceção em tudo era a nossa política exterior. Exceção tanto mais digna de assinalar-se quanto era geralmente ignorada pelo brasileiro. Ao tempo do Império, pelo menos até pouco depois da guerra com o Paraguai, a política internacional do Brasil obedecia sobretudo a um determinado objetivo, que era mais ou menos seguido pelos Gabinetes imperiais que se sucediam no poder, fossem liberais ou conservadores: a manutenção do *statu quo* político do Prata. Conservar a configuração geográfica e política que ali se criara no começo do século passado, pacificar os países limítrofes e manter entre eles a hegemonia do Império, eram as principais finalidades de nossa política internacional. Essa política, da qual dependia, por assim dizer, toda a nossa ação no exterior, na Europa, nos Estados Unidos e nos demais países da América, o Governo Imperial a realizou com uma inteligência, uma perseverança e uma lógica que honram a mentalidade dos que a executaram.

Com o advento da República as coisas tinham que mudar, e de fato mudaram. O *statu quo* do Prata estava decisivamente assegurado; as nações que ali se haviam formado, passado o período de provações, tinham entrado mais ou menos no regime da ordem e da prosperidade; e tanto ali como nos outros países da América Latina desfrutávamos em geral e em todos os sentidos uma indiscutível hegemonia. Devíamos, por conseguinte, traçar novas diretrizes, enveredar por caminhos diferentes e procurar horizontes mais vastos.

Estes caminhos eram os que vínhamos trilhando depois de proclamada a República. Bem ou mal, com esmorecimento hoje e com tenacidade amanhã, por vezes com pequenas contradições de processo, o certo é que continuamos a praticar uma política exterior uniforme, conseqüente quanto aos seus propósitos e às suas finalidades, que não refletia, como nas demais atividades nacionais, os caprichos e as improvisações per-

sonalizados, mas unicamente as necessidades e os sentimentos de toda a nação. Podia ter mudado o rumo dessa política, porque outras eram agora nossas precisões, outros os horizontes, e mais largas e profundas as nossas finalidades. Porém nossos propósitos mantiveram-se os mesmos, como os mesmos continuaram a ser os sentimentos que os ditavam.

### XXX

A mais concludente prova da uniformidade de nossa política exterior estava justamente na atitude para com a Liga das Nações. Quando, em 1926, desenvolvemos os últimos esforços para obter ali um lugar permanente no Conselho, e afinal, desatendidos, nos retiramos de Genebra, houve quem dissesse, no Brasil e no estrangeiro, que este nosso procedimento refletia a vontade individual ou o capricho do Governo brasileiro de então, que buscava, com a conquista desse assento permanente no Conselho da Liga, readquirir o prestígio junto à opinião pública do país, prestígio que perdera devido aos erros de sua administração.

Ora, nada menos verdadeiro. A política que nos levou a pleitear o citado lugar no Conselho não foi de modo algum uma inspiração do governo de Artur Bernardes, nem nada teve que ver com a administração interna deste Presidente. E ainda menos com a opinião pública brasileira. Pleiteando aquele lugar, Bernardes nada mais fez do que prosseguir na política desenvolvida pelos seus antecessores.

É exato que não nos empenhamos na obtenção do lugar permanente quando se tratou da nossa entrada para o Conselho, em 1919. E isto unicamente porque não se nos oferecia, então, a menor possibilidade de êxito. O lugar de membro temporário, que nos foi dado na ocasião, fora já conseguido com colossais esforços; e, para tanto, teve Domício da Gama, na época Ministro do Exterior, de intervir decisivamente quer junto ao Departamento de Estado em Washington, quer junto à Delegação norte-americana em Paris, e mesmo junto ao Presidente Wilson. Tal aquisição não foi nada fácil, devido à oposição das potências européias, e deve-se exclusivamente “à intervenção pessoal do Sr. Gama”, conforme confessou o próprio Polk, Subsecretário de Estado norte-americano.

Dadas essas dificuldades para obter um simples lugar temporário, seria pueril de nossa parte reclamar um assento permanente no Conselho. Mas não tardou muito em que apresentássemos nossa candidatura a uma dessas posições. Em determinado momento, isso pareceu até provável, e talvez víssemos satisfeitos nossos desejos se não fosse a oposição de Hymans, representante belga no Conselho. Ignoro se esta oposição foi causada por idêntica aspiração, não realizada, da Bélgica, ou simplesmente por uma desinteligência pessoal entre Hymans e seu colega no Conselho, Gastão da Cunha, representante do Brasil. Gastão da Cunha, pela sua irreverência, que chegava muita vez a ferir suscetibilidades as mais respeitáveis, desde que se tratasse de fazer rir, foi, neste ponto de vista, um mau delegado do nosso país no exterior. Não se fartou, com seu feitio irrefletido e desabusado, de criar antipatias, que repercutiam naturalmente sobre o Brasil. Todos ou quase todos os seus colegas no Conselho foram alvo de sua mordacidade, de sua ironia ou de seu debique, e isso chegava sem demora aos ouvidos das pes-

soas alvejadas. Era forçoso que tais ditos não lhe forjassem uma atmosfera simpática. Gostava de aplicar o conhecido provérbio inglês que assim reza: *Never tell a joke which can lose you a friend, unless the joke is better than the friend* (Nunca diga uma *blague* que faça perder um amigo, a menos que a *blague* seja melhor do que o amigo). No Brasil, ao tempo em que era Deputado, sendo Francisco Sales Ministro da Fazenda, ele perguntava qual a diferença entre Sales e o Ministro inglês Salisbury. E respondia: é que o Ministro inglês foi apenas Salisbury, enquanto o Sales é *Salesburro*.

Gastão da Cunha não teve oportunidade de se vingar de seu colega belga. Em compensação tomou sua desforra à custa do espanhol, vetando a entrada da Espanha como membro permanente do dito Conselho, quando ela a tinha quase assegurada pela habilidade de Quiñones de Leon, seu representante na Liga. Gastão opôs-se decididamente a isso, caso não contemplassem também o Brasil. Quer dizer, fez o mesmo — por outras formas — que Melo Franco com relação à Alemanha. Desde então Quiñones de Leon nunca mais tolerou Gastão da Cunha; e, ainda muito depois, não perdia jamais a ocasião de se queixar de seu colega brasileiro.

### XXX

Conforme acima referi, nossa aspiração ao tal lugar permanente no Conselho da Liga não foi de modo algum idéia de Félix Pacheco ou do Presidente Artur Bernardes; ambos só fizeram prosseguir na política traçada desde antes pelo Itamaraty. A própria retirada temporária do Brasil de Genebra, em 1926, obra ainda da gestão de Félix Pacheco, e que a muitos pareceu uma quebra de nossa tradição na Liga, foi um ato perfeitamente consequente com os acontecimentos anteriores. Chegadas as coisas ao ponto a que chegaram, não se impunha evidentemente solução diversa. Podia-se discordar da maneira pela qual ela se efetivou, mas era forçoso que assim procedêssemos. Era o único caminho a seguir, a única saída que se nos deparava naquele momento, se quiséssemos ser lógicos na forma de agir.

Foi afinal o que compreendeu Mangabeira quando teve que decidir sobre a efetivação daquela retirada, esgotado que estava o prazo regulamentar do pré-aviso. E ainda aí a política exterior do Brasil conservou a tradicional linha de conduta do Itamaraty. Deve-se esta continuação em grande parte a Mangabeira, ao seu espírito resoluto e vontade de atuar. Bem que ele foi solicitado, mesmo premido a modificar a política do governo anterior no sentido de fazer o Brasil voltar a Genebra, penitenciando-se nosso país da atitude que assumira anteriormente e ocupando ele de novo seu lugar de membro temporário ou semi-temporário no Conselho, conforme uma fórmula sugerida nos próprios meios da Liga. Seria, em toda evidência, uma retratação de nossa parte.

Mangabeira soube entretanto resistir a todos os apelos, a todas as insistências e a toda espécie de pressão. Em um dado momento, quando não havia ainda firmado sua decisão ou sequer assentado uma opinião a respeito, cheguei a recear que cedesse às solicitações que partiam não só do Brasil como também do estrangeiro, e até mesmo da Liga. Mas não cedeu, acabando por compreender que, por maior que fosse a boa vontade do Brasil, não era um passo de todo possível. Uma nação que se respeita e quer ser respeitada, sobretudo uma nação que deseja ter a sua parte de responsabilidade numa

política internacional a que livremente se associou, não pode estar fazendo de seus atos no exterior um joguete à mercê desta ou daquela corrente de opinião. Nossa saída da Liga era um ato que não podia ser examinado isoladamente, como produto de uma vontade ou do capricho de um Governo.

Seria muito longo e fastidioso fazer uma exposição completa de tudo que precedeu nossa retirada de Genebra. Basta, porém, dizer que na sucessão dos acontecimentos (e isto não por obra de Félix Pacheco, mas pela natureza mesma das negociações em curso e por culpa de outras potências), chegou-se a um ponto em que não era absolutamente possível outra solução: ou entrava a Alemanha com o Brasil e talvez dois outros países, entre os quais a Espanha, ou entrava só a Alemanha. Deu-se afinal a segunda ocorrência.

A culpa não foi nossa. Não foi igualmente da Alemanha, que em tudo procedeu para conosco com a maior correção. Como o Brasil, a Alemanha foi ludibriada pela França e pela Inglaterra, ou melhor, tentaram ludibriá-la. E, se terminou por vencer, foi, ao menos em boa parte, porque se tratava da Alemanha. O Brasil, que era o lado fraco da corda, viu-se obrigado a ceder. Cedeu retirando-se de Genebra. A maneira é que não estava na tradição diplomática brasileira, em geral tão discreta. Qualquer nação à qual restasse uma parcela de brio não poderia ter feito naquela emergência coisa diversa da que fez o Brasil.



---

## Outros fragmentos do meu diário

### EM BERLIM

#### Outubro de 1926

Deixei Paris pela manhã do dia 9. Dormi em Colônia, e cheguei a Berlim às 7 horas e 11 minutos da noite de 10. Fui para o hotel Esplanade.

11 – Após o almoço fui apresentar-me na Legação. Muito bem recebido, tanto pelo Ministro Guerra Duval como por Guillobel e Fernando Mendes. À tarde fomos à sessão na Universidade, comemorativa da Fiesta de la Raza. Discursos, etc... À noite, com Mendes, no baile do Rheingold.

12 – Jantar com Guillobel no Regina. À noite fomos ao cinema Ufa.

13 – Bridge à noite em casa de Guillobel.

14 – Recepção e concerto à tarde na Embaixada de Espanha. Dançou La Argentina. Fui revê-la no dia seguinte com Mlle Feuerstein.

16 – Com Guillobel, Mendes e Petroff, e respectivas, fomos dançar ao Valentia, o melhor e mais procurado dos *cabarets* de Berlim. Ambiente de alegria, mas que não se compara ao dos de Paris. No dia seguinte fomos almoçar em Potsdam. Visita aos castelos, etc...

23 – À tarde recepção em casa do Secretário Treviño, de Espanha.

24 – Bridge em casa do Mendes. Ceia no Förster.

27 – Ópera da praça da República, com Mlle Feuerstein.

29 – Baile na Embaixada da Turquia.

30 – Fomos dançar ao Valentia. Na noite seguinte dança no Königin.

#### Novembro de 1926

1 – Dança no Valentia.

3 – Dança no Barberina.

4 – Jantar e bridge na Legação.

7 – Almoço em casa do Mendes.

10 – À noite recepção e concerto na Legação da Polônia.

15 – Recepção à tarde na Legação. Chegada do novo Secretário Bueno do Prado. Jantar em casa de Petroff.

17 – Bridge à noite em casa de Petroff, com Mendes e o Príncipe de Reuss.

18 – Em casa às 5 horas. Decepção.

21 – Bridge à tarde em casa de Mme Vittel. Pôquer à noite em casa do Mendes.

22 – Recepção à tarde em casa de Mme Stresemann. À noite bridge em casa de Petroff.

23 – Bridge à noite em casa de Mme Labat.

24 – Bridge à noite na Legação, com a Princesa Lichnowsky.

### Dezembro de 1926

2 – À tarde recepção na Embaixada de França. O Embaixador M. de Margerie.

4 – Chá e bridge na Legação. Deixei hoje Schillerstrasse, e voltei para o Esplanade, quarto 107.

17 – Deixo o Esplanade, e instalo-me em Wichmannstrasse 5, II. Apartamento mobiliado pertencente a uma viúva, cujo marido tinha morrido na guerra de 1914. Sobre meu leito, pendurado na parede, ela tinha um grande retrato do marido. Como eu não gostasse daquela figura olhando para mim toda vez que ia ao quarto de dormir, resolvi tirar o retrato da parede e metê-lo em baixo da cama.

### Janeiro de 1927

1 – Reveillon no Palais am Zoo, com Mendes, Guillobel e Petroff.

2 – Bridge à tarde em casa de Bueno do Prado.

3 – Bridge à noite em casa de Petroff.

4 – Bridge à noite na Legação.

5 – Baile na Embaixada americana.

6 – Jantar em casa do Prado.

9 – À noite no Scala com Petroff.

10 – Jantar e bridge em casa de Petroff.

11 – Bridge à noite em casa de Mme Labat.

17 – Jantar e bridge em casa do Príncipe de Reuss.

23 – Bridge à tarde em casa do Prado.

28 – Recebo hoje a notícia oficial da minha remoção para Montevidéu. Jantaram em minha casa Prado e Senhora, Mlle Hanny Stauch e Guillobel. Seguiu-se um bridge, com mais Mendes e Petroff.

30 – Bridge à noite em minha casa.

### Fevereiro de 1927

2 – Bridge à noite na Legação.

3 – Jantar em casa de Guillobel.

Domingo, 6 – Petroff almoçou comigo. À noite bridge em casa do Prado.

7 – Pôquer à noite na Legação.

10 – Mlle...

12 – Bridge à tarde em casa de Mme Ycasa, Encarregado de Negócios do Equador.

Domingo, 13 – Almoço que me oferece o Prado – Jantar que me oferece o Duval.

14 – Almoço que me oferece Guillobel.

## NO RIO

### Março de 1927

16 – Aqui cheguei ontem, vindo de Berlim, via Paris-Boulogne. Vim no *Cap Polonio*. Viagem excelente; mar excelente; excelente navio. Fui recebido a bordo pelos meus colegas do Itamaraty – Accioly, Osvaldo Correia, Luís Fernandes Pinheiro, Barbedo e Ouro Preto. Accioly deu-me logo a notícia – a boa notícia de que o Ministro Mangabeira concedera-me minhas férias extraordinárias. Assim, não sigo imediatamente para Montevidéu. Tenho na minha frente seis meses de Rio. Accioly diz-me que tem um “recado urgente e importante” para mim. Fui hoje à noite à sua casa saber do que havia. Era o seguinte: o Ministro deseja que eu vá dirigir a Seção dos Negócios Políticos da América. Maurício Nabuco está encarregado de transmitir-me o convite, e conversar comigo a esse respeito.

17 – Estive hoje com Nabuco. Efetivamente o Ministro, por sugestão sua, pergunta-me se eu me julgo capaz de tomar a direção da Seção Política da América. Nestes seis meses ficaria em férias dirigindo a Seção; depois se veria. (Compreendo: se eu me sair bem, continuarei; caso contrário, seguirei para meu posto). Pedi a Nabuco doze horas para meditar.

20 – Está resolvido. Dei minha resposta afirmativa. Já estive com o Ministro. Fiz ver a Nabuco que só aceitava a direção da Seção se o Ministro se comprometesse a conservar-me à frente dela pelo espaço pelo menos de um ano. Tendo feito um rápido exame das condições atuais da Seção, cheguei ao resultado de que em seis meses nada poderei fazer. Preciso também que o Ministro me dê toda a autoridade. Nabuco responde que eu terei essa autoridade; e que, quanto ao tempo, “sou eu quem devo comprometer-me a ficar à frente da Seção pelo menos um ano”. Essas bases assentamo-las num almoço na Rotisserie. Dentro de poucos dias tomarei conta efetiva da Seção. É a primeira vez que um Segundo Secretário de Legação é chamado a dirigir uma seção do Itamaraty.

### Julho de 1928

6 – Saí hoje pela primeira vez depois de dois meses de doença. Um mês de cama e um de cadeira. Aproveito o pretexto da moléstia (em parte fundamentado) para pedir dispensa da comissão que desempenhava de diretor da Seção dos Negócios Políticos da América. Há um ano que estou à frente da Seção, e já firmado, assim como desejava, o conceito que necessito, tanto junto ao Ministro como junto aos demais colegas, minha vontade é ir embora do Rio, onde me aborreço, e voltar ao conforto da velha Europa. É certo que, se continuasse, como continuaria se quisesse, à frente da Seção até o fim desta administração, teria a maior probabilidade de ser promovido. Mas a promoção é precária, depende de muitas circunstâncias, enquanto o momento atual é o mais favorável para uma saída honrosa, e para voltar à Europa. Esta volta, pelo dizer

dos colegas que têm vindo me ver, é a mais provável possível. Hoje fui ao Itamaraty, e lá me asseguraram que o Ministro tem a máxima boa vontade para satisfazer-me. Veremos. Sugerem-se dois postos possíveis de se conseguir: Berna ou Viena. Em verdade não estimaria ir nem para um nem outro, apesar do clima de Berna, de que muito necessito. Preferiria Roma, isto é, a Santa Sé. Não conheço Roma; ali tenho bons camaradas nos colegas; o clima, apesar de tudo, não é mau; o posto proporciona belos passeios pela Itália; e, além do mais, mantenho boas relações com o Embaixador Azeredo. Hoje, em audiência com o Ministro, que me recebeu muito cordialmente, manifestei-lhe sem rebuços meu desejo de ir para Roma. Ele respondeu-me que iria pensar. A resposta é suspeita. Em todo caso veremos se se confirmam os prognósticos dos colegas, que asseguram que o Ministro quer satisfazer-me.

16 – O Ministro deu hoje ordem para fazer o expediente relativo à minha remoção para Roma (Santa Sé).

19 – Jantar e dança no clube dos Bandeirantes, em despedida da minha colega Wanda Rodrigues, que parte amanhã para a Europa. Presentes muitos colegas com as respectivas senhoras.

21 – Jantar em casa de Hélio Lobo. Também presentes J. C. Muniz e Sra., Mme Muniz mãe e Antônio São Clemente.

23 – À noite fui esperar Camilo a bordo do Augustus, que chegou de Roma. Vem substituir-me na direção da Seção da América. Seu nome foi por mim indicado ao Nabuco, que, por sua vez, submeteu-o ao Ministro, sendo aceito. Maximiano de Figueiredo era candidato à minha sucessão, e quase a recebe se não fosse a minha oportuna intervenção.

---

## Adenda

O Embaixador Maurício Nabuco, ao ler, no 1.<sup>o</sup> volume destas minhas memórias, o que eu dizia das casas e das chancelarias de nossas Missões diplomáticas, teve a excelente idéia de escrever sobre idêntico assunto o que mais adiante se seguirá. Versa sobre a vida interior das casas inglesas, sobretudo no ponto de vista da criadagem, inclusive a da casa de seu pai, Joaquim Nabuco, quando morava em Londres, a princípio como advogado do Brasil na questão dos nossos limites com a então Guiana Inglesa, e depois como Ministro do Brasil, sucedendo a Sousa Correia falecido a 19 de março de 1901.

As páginas de Maurício Nabuco deveriam, pela natureza da matéria a que se referem, figurar, pois, no outro volume deste meu trabalho, mas infelizmente só após sua publicação as recebi. Embora ainda criança quando da residência de seu pai em Londres, tendo mesmo, como seus irmãos, nascido lá, Maurício, graças à sua prodigiosa memória, recorda-se até hoje de muitas coisas que viu ou aconteceram na época da Rainha Vitória e do Rei Eduardo VII. E tão bem as descreve que seria pena deixá-las esquecidas no fundo de uma gaveta.

Com relação à casa do pai na capital inglesa, 52 Cornwall Gardens, diz Maurício que ele tinha a chancelaria da Legação em outro prédio, alugado antes por Sousa Correia. E acrescenta: "Os prédios alugados pelo Estado eram, oficialmente, chancelaria, na qual residia o Chefe da Missão, creio que contra o regulamento, coisa que Nabuco jamais fez". Poderia eu, por minha vez, continuar e dizer algo mais: Maurício seguiu o exemplo do pai, tanto em Santiago do Chile como em Washington, onde desempenhou o cargo de Embaixador. Permito-me também ajuntar que eu, por meu lado, nunca tive a chancelaria na casa residencial da Missão nas vezes em que fui Ministro na Dinamarca e Embaixador no Canadá, em Portugal e no Vaticano. Em Copenhague, no prédio que ali comprei para o Brasil, tinha a chancelaria em um puxado, independente da residência do chefe da Missão, e com acesso da rua. Em Lisboa, ao assumir meu cargo, a primeira coisa que fiz foi retirar a chancelaria da residência, onde *estava durante os últimos cinqüenta anos*, e instalá-la em um andar bem distante da moradia. E, conhecedor do Itamaraty e de seus métodos de trabalho, procedi à mudança sem consultá-lo, infor-

mando-o depois do caso consumado. Em Roma, já encontrei a chancelaria em casa alugada para esse fim por meu antecessor, Décio Moura.

Maurício Nabuco não deixa contudo de ter carradas de razão: muitos de nossos Chefes de Missão pouco se importavam de ter as chancelarias de mistura com suas residências. E adiante: "...alguns Chefes de Missão moravam em hotel, pago pela verba *aluguel de casa*". Confesso que, nestas condições, só conheci Oliveira Lima, quando Ministro em Bruxelas; moravam, ele e sua mulher Dona Flor (não tinham filhos), em um hotel da rua Royale, e a chancelaria ficava em outro local.

Em nenhuma das duas conhecidas biografias de Joaquim Nabuco, a da filha Carolina, e a de Luís Viana Filho (a mais completa), nada há a respeito da casa de Joaquim Nabuco em Londres e do seu pessoal doméstico, assunto que seu filho Maurício aborda em um artigo cheio de interesse e que aqui vou reproduzir.

## EMBAIXADORES E CHANCELARIAS

Maurício Nabuco

"Heitor Lyra bem descreve sua estada em Londres em MINHA VIDA DIPLOMÁTICA (Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, 1972, páginas 214-220). Informa o nosso colega que quando chegou a Londres, no mês de março de 1923, a Embaixada do Brasil acabava de deixar a casa em *Upper Brook Street*, ocupada desde o tempo do Ministro Fontoura Xavier, para outra de nº 19, na mesma rua "no aristocrático bairro de Mayfair". E prossegue: "Era decente e, se não tinha luxo, estava instalada com todo o conforto. O Embaixador Sousa Leão, que a conheceu muito bem,... diz que era "uma casa modesta, única que Domício (*da Gama*) pudera arrendar. A chancelaria, como na maioria de nossas Missões diplomáticas, é que deixava muito a desejar. Em geral os nossos Chefes de Missão se preocupavam muito com as partes de recepção e de dormitórios, sem darem grande atenção à chancelaria. Estas eram geralmente acanhadas, incomfortáveis, por vezes sem luz e quase sempre mal instaladas..."

E passa o memorialista a comprová-lo: "no quarto andar da Embaixada, enfim, que era uma espécie de mansarda ou sótão, ficava a chancelaria: uma grande sala nos fundos, dando sobre o pátio, para os Secretários e o Adido; uma pequena sala interior para o arquivo; e duas outras na frente, dando sobre a rua, uma para o Embaixador e outra para o Conselheiro. Na chancelaria estávamos mal instalados. Era acanhada, de teto baixo; e, como ficasse no sótão, fria no inverno e quente no verão. Mas o principal defeito estava no fato de ter acesso pelas dependências privativas do Embaixador e da Embaixatriz. Subia-se por um pequeno elevador, que partia de trás da escadaria principal e era utilizado tanto pelo pessoal da Embaixada como pelo Embaixador, pela sua família, pelos criados, por todos quantos em suma tinham negócios a tratar na Embaixada, na residência do Embaixador ou na chancelaria".

"É natural, dada a promiscuidade assinalada por Lyra, que a Embaixatriz, no caso *Madame* da Gama, se demorasse o menos possível em Londres e não se conformasse em ver a porta da Embaixada atendida pelo *odd man*, seja o faxineiro, em mangas de camisa, coisa fora de harmonia com o rigor reinante naquele *quartier* de luxo.

As casas urbanas do século dezenove da burguesia londrina, no sentido então vigente da palavra, bem como as da aristocracia, obedeciam a uma planificação uniforme, diferenciavam-se sobretudo pelo endereço, isto é, pelo bairro. Invariavelmente tinham um *basement*, meio sub-solo, onde ficavam a *housekeeper's room*, a cozinha e demais dependências de serviço, bem como os quartos dos empregados homens; no andar térreo estavam a sala de jantar, o escritório ou biblioteca, e, quiçá, mais alguma peça; no primeiro andar encontravam-se os salões; no segundo as acomodações dos donos; no terceiro andar, caso houvesse, encontrar-se-iam as *nurseries* ou os quartos de hóspedes; enfim, no sótão, ou águas furçadas, estavam os dormitórios das empregadas e os depósitos necessários a qualquer serviço de mediana qualidade.

Pouco se diferenciavam exteriormente em sua arquitetura aquelas residências, mas naturalmente variavam bastante no luxo e no acabamento internos. Os prédios de esquina, como o de 11 *Southwell Gardens*, eram mais espaçosos. Ali encontrou Nabuco a chancelaria já instalada por Sousa Correia, completo juiz e conhecedor dos costumes londrinos, e fora morar perto, em 52 *Cornwall Gardens*. O endereço de meu pai, a fachada, digamos, era modesta, mas ele tinha um *establishment* completo, segundo os padrões locais daquele tempo, conquanto nada comparável do que ostentara o Barão de Penedo com os seus *footmen*, *valets de pied*, de cabelo empoado.

Respeitava eu o *butler*, de meu pai, Herbert, quase tanto quanto um patrício que disse ele: “No Brasil este homem seria Senador!” O *footman*, era só um, chamava-se Alfredo, mas seria de pequena estatura para as grandes casas. Da *Cordon bleu*, Mathilde, me recordo sobretudo quando ela discutia *menus* com os meus pais; de sua ajudante irlandesa mal me lembro, mas da *head housemaid* (eram duas as arrumadeiras) Grace, guardo viva na memória a sua bela presença. Como se vê, apenas meia dúzia de servidores para o serviço propriamente de casa, fora a *housekeeper* e o pessoal que cuidava de nós, crianças, do qual me lembro bem. Não posso deixar de mencionar o *valet de chambre* de meu pai, Mengoli. Um belo italiano, com os bigodes e cabelos brancos, do mesmo corpo do seu patrão cuja roupa usada vestia; foi uma vez tomado por Joaquim Nabuco, fato que foi mencionado nas crônicas mineiras de 1906. A *femme de chambre*, francesa, de minha mãe, Marie, nada tinha de *midinette*. Aí ficou descrito todo o *household*.

Talvez valha a pena recordar, entre parênteses, por ser coisa curiosa, já do passado, que o serviço caseiro na Inglaterra estava regulamentado pelos usos consuetudinários até os seus mínimos detalhes. Os *butlers* por exemplo eram tratados pelo nome de família assim como as *ladies maids*, enquanto os *footmen* e as arrumadeiras, cargos subordinados, respondiam pelo nome de batismo, e assim por diante. Infinitos esses costumes que atingiam até a alimentação e pelos quais se revelava logo a classe do *establishment*.

Quando em Londres, Nabuco tinha casa aberta. É o que mais custa, pois um jantar, um *cocktail*, ocasional não substituem, como representação diplomática, a casa permanentemente montada.

Ora, os prédios alugados pelo Estado, e que Heitor Lyra descreve tão exatamente, eram, oficialmente, chancelaria, na qual residia o chefe da Missão, creio que contra o regulamento, coisa que Nabuco jamais fez. E conquanto devessem mesmo ser princi-

palmente chancelaria, estas eram, como vimos, relagadas ao andar da criadagem, o que impedia os Embaixadores de terem, caso quisessem, criados por falta de alojamento. Nossos chefes de Missão faziam, por assim dizer, vida de “pensão a seco”, almoçando e jantando em restaurantes. Sei de colegas que, quando iam em visita, a algum *house party*, em casas que exigiam acompanhantes pessoais, contratavam um *valet ad hoc*.

Alguns chefes de Missão moravam em hotel, pago pela verba “aluguel de casa” na qual incluíam suas próprias refeições. Com esses processos houve quem fizesse bom pé de meia. A tudo isto Nabuco, com alta dignidade, preferia, e acho que preferiu bem, uma vida mais equilibrada, isto é, um endereço mais modesto com um *train de vie* melhorzinho, ao inverso do que se fez em seguida: um endereço elegante, mas no qual o padrão de vida destoava do dos vizinhos.

Com as recentes aquisições de casas para Embaixadas, tudo isto está felizmente mudando, para melhor.

Eu tive, nos postos em que servi, a sorte de poder ir diretamente do cais ou aeroporto à minha residência, sempre montada; dei-me ao luxo e o prazer de receber amigos para refeições em minha casa no dia de minha chegada, bem como de despedir-me, e mesmo uma vez dar um baile, donde segui diretamente para bordo.

Com seu mais recente livro Heitor Lyra prestou um bom serviço. Suas qualidades de memorialista são numerosas – memória, paciência, coragem, um *sense of humour* que salva tudo e muitas vezes eloqüente, sobretudo quando nos fala sobre o pobre Domício da Gama em parágrafos patéticos que vi trazer lágrimas aos olhos de uma leitora. A melhor prova do pudim..., como dizem os ingleses, de que tanto se ocupa Heitor Lyra, e o pudim para mim foi gostoso”.

Genebra, 25 de agosto de 1926

“Caro Sr. Lindolfo Collor,

Com o mesmo prazer com que venho lendo seus escritos sobre política internacional, acabo de deparar com o excelente trabalho que V. Exa. escreveu sobre a personalidade de Solano Lopez, e que *O País* publicou no seu número de 25 do mês passado. Com ele, prestou V. Exa. um bom serviço à nossa descurada história internacional, e deu, ao mesmo tempo, uma cabal resposta, não somente ao ridículo movimento lopista, que de tempos para cá vem se levantando no Paraguai, mas sobretudo a esses falsos patriotas, tão tristemente empenhados na reabilitação de um homem e de uma política que só merecem nosso desprezo.

Num ponto do seu trabalho, entretanto, me permito discordar de V. Exa. Refiro-me ao perdão da dívida paraguaia. Entende V. Exa. que esse perdão se impõe, por parte da Argentina e do Brasil, como prova dos propósitos de cordialidade, que devem sempre inspirar hoje as chancelarias sul-americanas. Não discordo desses propósitos, isto é, de que nos cumpre manifestar sempre, e cada vez mais, os sentimentos de maior cordialidade para com nossos vizinhos do continente. É a boa política. É, aliás, a política que nos convém, e que convém à América. E é também a política tradicional do Brasil, aquela que vem sendo praticada desde os primeiros dias de nossa emancipação, com

José Bonifácio; reafirmada depois pelo Visconde do Uruguai; mais tarde pelo velho Paranhos, por Saraiva, por todos, enfim, que desempenharam papel de relevo na antiga chancelaria da Glória. O Itamaraty, sob a República, embora recorrendo algumas vezes a meios diferentes, não se tem afastado dessa política. O espírito de cordialidade americana é, portanto, tradicional nos anais de nossa diplomacia. O que, porém, não é tradicional, o que nunca o foi no Império, e o que não deve ser na República, é a política de concessões não retribuídas, é a política de abdições, puras e simples abdições. Ora, a meu ver, perdoar a dívida do Paraguai, sendo embora um gesto de cordialidade, seria também um ato de abdicação, abdicação justamente do único elo moral — porque material não o temos mais, uma vez que essa dívida nunca será cobrada — que ainda conserva o Paraguai, não digo na esfera da influência brasileira, mas sob as vistas da nossa política.

Reconheço, e faço justiça ao nobre idealismo que inspira V. Exa. nessas questões internacionais. Mas V. Exa., pensando bem, convirá comigo em que, apesar de tudo, e por tudo, não é ainda o idealismo a força que dá vida e impulso à política entre as nações. Essa política, no meu entender, tem ainda sua base, sua garantia, a razão de sua existência, ou o seu meio de vida, se me permite a expressão, no interesse de cada um e de todos. É na compensação desses interesses, morais e materiais, no jogo e na harmonia deles, que está o segredo da boa política internacional. Partindo desse ponto de vista, pergunto eu — onde está o nosso interesse, que lucrámos nós, moral e materialmente, *perdoando* (o termo — e não há outro — por si já é impolítico), perdoando a dívida dos paraguaios?

V. Exa. recorda-se do Tratado da Dívida, com o Uruguai, produto do idealismo de Nilo Peçanha. O que vem a ser esse Tratado? Foi o ato pelo qual o Brasil propôs que o Uruguai empregasse o dinheiro que nos devia em obras de interesses comuns aos dois países. Aí não se fala em perdão, embora, moralmente, ele exprima um perdão, — perdão, pelo menos, da parte do capital que resultará em benefício exclusivo do Uruguai. Pois bem, como recebeu esse Tratado a maioria da elite daquele país? Como um ato de desinteresse do Brasil? Como uma expressão da nossa cordialidade? Como um fruto desse idealismo que sempre existiu, por vezes em excesso, na alma do brasileiro? Nada disso. Foi uma simples reparação, disseram os uruguaios, foi um ato ditado, senão pelo remorso, ao menos pela consciência de que os empréstimos imperiais foram feitos em benefício exclusivo da política de Dom Pedro II; a República *tinha o dever* de propor esse acordo ao seu vizinho do Sul, para provar que não pactuava com os processos imperialistas da “política dos patações”. A consciência do povo uruguaio jamais fez justiça ao gesto altruístico de Nilo Peçanha. Não viu nele senão a reparação daquilo que lhe era devido.

Pergunto eu, portanto: que vantagens, morais ou materiais, ganhamos com esse Tratado? Morais? Se as ganhamos, não tivemos ainda ocasião de as constatar, nem no sentimento popular, nem nos compêndios escolares, nem na imprensa, nem tão pouco nos comícios internacionais. Não angariamos com ele novos amigos. Os que já o eram, continuaram a manifestar sua amizade; os que nunca o foram, não mudaram até hoje de atitude. E os falsos amigos, como uns poucos que V. Exa. conhece, e que eu também conheço, continuam falsos amigos. Quanto às vantagens materiais, V. Exa. sabe que o

Instituto não será nunca uma fundação aproveitável; e no que se refere à estrada de ferro, claro que o principal, senão o único, a lucrar será precisamente o Uruguai.

Ora, dados esses antecedentes, que V. Exa. tão bem conhece, não é de esperar-se uma atitude idêntica do Paraguai, caso venhamos a perdô-lo da dívida que tem para conosco? A meu ver, esse perdão terá no Paraguai uma repercussão ainda mais desvantajosa do que a que teve no Uruguai o Tratado da Dívida. Se o acordo que firmamos com esse último país, relativo a empréstimos que lhe fizemos ao tempo em que éramos amigos e aliados, para pacificação e segurança de seu território, empréstimos quase sempre solicitados, foi ali recebido e interpretado da forma que conhecemos, — o que se dirá então no Paraguai quando lhe perdoarmos uma dívida de guerra, imposta, por assim dizer, pelas armas, depois do extermínio de todo um povo?

V. Exa. se refere ao movimento pró Lopez; e o censura e destrói com as irresponsáveis razões que apresenta. E sem dúvida um movimento ridículo, profundamente inamistoso para com o Brasil — mas existe. Para nós, esse movimento, além de vexatório e grotesco, é uma deslavada mentira histórica. Mas convenhamos em que, para o Paraguai e os paraguaios, é um movimento altamente patriótico. Com ele se reabilita não somente um homem que, apesar de seus muitos e muitos defeitos, era sem dúvida excepcional — e aí sinto divergir ainda de V. Exa. — mas se reabilita também todo um povo, toda uma geração. Fazendo porque a história reconheça em Solano Lopez qualidades que nunca teve, emprestando-lhe o papel de defensor da honra e da independência do povo paraguaio, reabilita-se, conseqüentemente, toda a geração que em 1865 se deixou dominar, tyrannizar, asfixiar pelo sangüinário caudilho. Movimento, portanto, profundamente patriótico — e como todo movimento patriótico, destinado a receber completo apoio e simpatia daqueles que se interessam pelo bom conceito de seu país e de sua gente. E tanto mais propenso a se alastrar quando ele tem à sua frente uma personalidade vigorosa e persistente como o Sr. O'Leary.

Ora, se esse movimento existe, e, dadas suas origens e seus propósitos, com tendências a transformar-se num grande movimento nacional, não é de esperar-se, não é mesmo certo que seus chefes venham a aproveitar-se do gesto do Brasil para o explorarem jeitosamente em benefício da causa que defendem? Pergunto eu ainda: quereria V. Exa., como brasileiro conhecedor e admirador do nosso passado, que fôssemos nós, com o nosso gesto, engrossar e fortalecer as hostes do partido do Sr. O'Leary? que não, já o disse V. Exa. no seu estudo — nosso perdão nunca deverá ser interpretado dessa forma. Mas poderá V. Exa., por acaso, impedir semelhantes conseqüências? Não creio, e tanto mais quanto aí mesmo, no próprio Brasil, como assinala V. Exa., há gente, falsos brasileiros, que partilham a opinião dos lopistas, levados tão somente por um aca-nhado e criminoso sectarismo.

Outro aspecto: V. Exa. referiu-se a um gesto que seria comum, da Argentina e do Brasil. Tenho motivos para acreditar que a Argentina não se prestaria a acompanhar-nos nesse caminho. Nesse caso, insistiria o Brasil no seu propósito, perdoadando sozinho a dívida paraguaia? V. Exa. é um estudioso, e sabe, portanto, que já tivemos o Paraguai na esfera da nossa influência, mas que hoje não o temos mais. O prestígio, o acatamento, o profundo respeito que inspiravam outrora em Assunção os nossos Ministros, não os têm mais os atuais representantes brasileiros no Paraguai. V. Exa. sabe que o Paraguai

reflete hoje Buenos Aires, e que os argentinos ali vêm penetrando lentamente pelo intermédio de estradas de ferro, de livros, de navegação fluvial, do comércio, de missões de várias espécies, inclusive militar. V. Exa. sabe também que o Paraguai ainda hoje depende, econômica e militarmente, da foz do Prata. Se outrora fizemos no Uruguai a “política dos patacões”, hoje a Argentina faz no Paraguai a “política dos pesos”. Um laço apenas nos liga ao Paraguai: a dívida. Será crível então que *motu proprio* sejamos nós os destruidores desse laço?

Concedemos ao Uruguai o condomínio da lagoa Mirim; liquidadamos, com inteiro proveito desse país, os empréstimos imperiais; estivemos por conceder todas as facilidades para que a Argentina aproveitasse as quedas do Iguazu na eletrificação de suas estradas ao longo da fronteira do Brasil; fechamos os olhos à lenta penetração paraguaia nas ilhas do rio Paraguai, entre o Apa e a Baía Negra; e vamos agora perdoar a dívida do Paraguai. Que temos nós recebido em troca nestes trinta e sete anos de República? Nada. Absolutamente nada. Má vontade. Má vontade da Argentina na questão da ilha Brasileira; má vontade do Uruguai nos incidentes com os revolucionários; má vontade — mais que isto — do Paraguai na Liga das Nações. Temos dado tudo. Muito pouco temos solicitado. Nada nos tem sido concedido. Estamos cansados de patentear em atos nossa extrema cordialidade americana, quando da parte deles essa cordialidade se reduz apenas a palavras.

V. Exa., espero, convirá comigo em que uma política de puro idealismo, de desprendimento e de abdições, pode ser muito bonita e muito honesta, mas positivamente não nos convém. Façamos antes a verdadeira política, a única possível de viabilizar no terreno internacional, sem o que todo trabalho será frágil e cairá ao primeiro sopro do Sul: política de interesses, de troca de interesses, com boa fé, com honestidade, mas sobretudo de interesses. Conheçamo-nos antes de tudo; depois concedamos aos nossos vizinhos o que eles necessitarem; recebamos em troca o que deles precisamos — e reinará seguramente a melhor e a mais duradoura das cordialidades.

Peço a V. Exa. não veja nesta minha carta o propósito de caceteá-lo. Conhecendo-o como um espírito culto, interessado sempre nos grandes problemas internacionais do Brasil, julguei que não perderia tempo conversando com V. Exa. sobre essas coisas sérias. Meu bom amigo Thompson Flores, que é também um dedicado a V. Exa., várias vezes, em Londres, no cavaco das noites de inverno, gabou-me, além de outras virtudes, a excessiva generosidade de V. Exa. Nela me fio hoje para acreditar que V. Exa. me relevará a franqueza com que trato desses assuntos.

Creia-me seu muito dedicado e sincero admirador,

HEITOR LYRA”.

Piroscafo “Venezuela”, 17 de junho de 1927

“Exmo. Sr. Ministro,

“Em officio reservado, de hoje, dei sciencia á Vossa Excellencia do torpe incidente em que me vi envolvido quando deixava o Equador.

“Ignoro qual seja a resolução que V. Excellencia julgará dever dar a esse incidente no que diz respeito á minha pessoa e á confiança que mereço do Governo.

“O que me preocupa, porém, é encontrar a solução mais adequada no momento, a que melhor responda ás nossas necessidades na politica Continental agora que se avizinha a reunião do Congresso Panamericano e que ao mesmo tempo nos desagrava da offensa feita ao Brasil, na pessoa de seu Ministro, pelo paiz menos qualificado da America e pelo Governo menos qualificado que esse paiz tem tido.

“Depois de reflectir com calma e serenidade, de encarar diversas hypotheses, peço licença a Vossa Excellencia para submitter ao seu alto critério a solução que a meu ver melhor responde ás necessidades do momento:

“Voltar eu a Quito, sem demora, interrompendo a licença, embora com sacrificio de saúde, em companhia de um secretario que mereça a minha confiança e que ficará como Encarregado de Negocios, por isso que incompatibilizado não poderei permanecer por muito tempo alli. Entre muitos outros secretarios, peço venia para lembrar o nome do Sr. Heitor Lyra, com quem aliás não tenho maiores relações, mas em quem reconheço as qualidades moraes indispensaveis no momento de situação tão delicada. Além disso o Senhor Lyra offerece a vantagem de não ser casado, pois considero um verdadeiro crime obrigar-se uma Senhora a viver em um paiz tão selvagem.

“Naturalmente o Senhor Pinheiro Guimarães de quem V. Excellencia já deve ter informações, entrará, logo depois de minha chegada, no gozo das férias que pediu e lhe foram concedidas.

“Sigo para Paris onde aguardo as ordens de V. Excellencia no Hotel Chatham, rue Dounou. Caso V. Excellencia julgue necessaria a minha presença no Rio, para maiores explicações, cumprirei promptamente suas ordens depois de submitter-me ao tratamento medico urgente de que necessito.

“Confiando no alto espirito de justiça de V. Ex. e na sua absoluta integridade moral, estou certo de que desculpará a ousadia que tive de dirigir esta carta á V. Ex., a quem peço acceitar os protestos da minha respeitosa consideração.

(a) Carlos Martins Pereira e Sousa”.

---

NOTA: Sendo esta carta a cópia exata do original, teve que ser mantida a ortografia da época em que foi escrita.

# No Vaticano:

---

## A Cidade Eterna

Removido para a Embaixada na Santa Sé, parti para a Europa a 9 de setembro de 1928, exatamente no dia em que meu pai, falecido havia pouco mais de dois anos, faria setenta anos de idade. Embarquei no velho paquete “Almanzorra”, da Mala Real Inglesa, mas valente ainda na travessia do Atlântico. Ia na companhia de minha mãe e de minha irmã mais moça; duas outras já se encontravam na Europa havia cerca de um ano. A família ia, assim, aos poucos, se passando para o Velho Mundo. Em Pernambuco o paquete se deteve apenas poucas horas, do lado de fora dos arrecifes, não consentindo aos passageiros irem à terra; os parentes mais próximos foram saudar-nos a bordo. À nossa passagem pela Madeira o tempo estava mau: não descemos, assim, no Funchal para a clássica subida ao Morro. Sempre que passo pela Madeira sinto-me um pouco como em minha própria terra, pois dali partiram, no fim do século XVI, os primeiros Lyra que aportaram ao Brasil. Em Lisboa os navios, nesta época, já atracavam no cais de Alcântara, o que facilitou nossa ida ao centro da cidade, mas apenas para uma volta pelo Chiado, umas compras no Grandela e o regresso apressado para bordo. Em vista do curto tempo de estada ali, não avisamos de nossa passagem nenhum dos parentes portugueses.

Finalmente, a 25 de setembro, chegávamos a Cherburgo, e, à tarde deste dia, descíamos do trem na estação de Saint-Lazare, em pleno coração de Paris. Pouco me demorei ali. O tempo de “trânsito”, como se diz na linguagem do Itamaraty, estava contado, e era, pois, mister prosseguir caminho para Roma. Minha mãe e minha irmã ficaram em Paris. E, como tivesse outra irmã em Lugano, tomei o caminho de Roma pela linha Basileia-Lucerna, indo dormir em Lugano, cidadezinha alegre e pitoresca, debruçada sobre o lago, mais ou menos nos moldes de tantas outras na Suíça. Atravessei o Simplon, que era então e ainda é o mais longo túnel do mundo, e fui dormir em Milão. Na manhã seguinte tomava o *direttissimo* para Roma, via Bolonha e Florença.

Cheguei a Roma a 9 de outubro, numa tarde tranqüila de outono. Ao aproximar-se da cidade, o trem corre algum tempo através da campanha romana, sobre um terreno raso e triste, sem sombra de vida, interrompido apenas, aqui e ali, por uma ruína abandonada ou por um aqueduto que serpenteia ao longo do horizonte. O silêncio é

completo. A natureza como que descansa sonolenta. Rente ao chão, de cada lado do trem, voam velozes e incessantemente dezenas e dezenas de andorinhas. Já não há mais sol, e, no poente, apenas o clarão avermelhado assinala que o dia está prestes a terminar. A impressão que tudo isso dá ao viajante desprevenido é de profunda melancolia. Parece que vamos para um mundo desconhecido, para uma outra vida, para um destino incerto e misterioso. Há como que uma apreensão incontida em nosso espírito, uma tristeza invencível, como se a fatalidade nos levasse, de corpo e alma, para um penoso destino.

Quando saltei em Roma, na estação Termini, já era noite fechada. E foi só no dia seguinte, uma radiosa manhã de sol, que pude varrer de mim a triste impressão que me deixara a campanha romana. Logo me identifiquei com a alegria desordenada da cidade, a luz dourada que banhava largamente os seus edifícios de cores vivas, a vida bulhosa de seus habitantes, a algazarra de suas ruas. Roma apareceu-me então como ela era: uma cidade sumamente pitoresca, confiante e acolhedora, mas ao mesmo tempo senhoril, de contrastes surpreendentes. Logo na primeira caminhada que fiz nessa manhã, em companhia de Artur de Guimarães Bastos, meu colega servindo na Embaixada junto ao Quirinal, simples trajeto de algumas centenas de metros pelo Corso Umberto, do hotel Plaza à praça Veneza, senti que Roma me conquistava, me ligava inteiramente aos seus encantos e fazia de mim um enamorado dela.

Provocou simultaneamente em minha alma de latino a mais profunda das impressões. Custava a acreditar que me encontrasse no coração da cidade que há dois mil anos presidia aos destinos da cristandade, e que, apesar de vencida e destruída por diversas vezes, renascia sempre de suas próprias cinzas para continuar a ser o que sempre fora: a Cidade Eterna. A alguma distância de onde me achava, sob a abóbada daquele majestoso São Pedro que eu avistava de longe, estava o Papa, chefe e pai de todos os cristãos, dirigindo a mais sólida e a mais durável das instituições. À minha frente, na grande praça onde desembocava o Corso Umberto, erguia-se o Palácio Veneza, em cujas salas se agitava a personalidade complexa de Mussolini, o ditador por excelência, criador da Itália moderna. Não muito distante dali, no Palácio do Quirinal, cujas árvores de seus jardins eu divisava entre os velhos telhados das casas próximas, residia o Rei, chefe do Estado. Em volta de mim, no Palácio Colonna, no Palácio Doria, no Palácio Sciarra, no Palácio Chigi, todos nas vizinhanças do Corso, era o Renascimento italiano que ressuscitava em todo o seu esplendor, com toda a nobreza de suas linhas e a riqueza de suas cores. Por fim tinha ainda à minha vista, ao alcance de minhas mãos, de um lado a coluna Trajano e do outro a coluna de Marco Aurélio, dois monumentos imperecíveis dos romanos, que exprimiam em seus bronzes eternos toda a glória do antigo império dos Césares. Que outra cidade na Terra podia oferecer ao viajante desprevenido, que apenas chegava, e no curto espaço de uma hora, e também numa curta distância, tão variadas e fortes emoções, tão expressivos monumentos, o significado de tantas épocas e a glória de tantas personalidades?

### XXX

Vivi quatro anos em Roma num constante deslumbramento. Cada dia, cada hora,

cada instante eram para mim motivo de encanto: um velho palácio que eu descobria ao dobrar uma esquina, uma cena típica de rua que se constituía de improviso, uma perspectiva nova que aparecia ao desembocar numa praça, uma tonalidade inédita no céu que se armava.

Sempre gostei de caminhar pelas cidades, sem destino certo; é, aliás, o melhor meio de conhecê-las, de se identificar com seus habitantes, de estudar-lhes os costumes, e penetrar em suas almas. E de amá-las! Porém uma coisa é caminhar em Londres, naquelas ruas congestionadas de uma população silenciosa e sempre igual, ladeadas de edifícios que se repetem de quarteirão em quarteirão; ou caminhar em Paris, seja no centro cosmopolita dos *boulevards* ou nos Campos Elísios, seja nas ruas quietas de Montmartre ou de Montparnasse – e outra coisa é caminhar em Roma, onde cada rua tem sua fisionomia própria, cada casa, cada igreja, cada palácio possui sua história ou sua lenda, cada esquina sua tradição. Ali não havia uma só Roma, como havia um só Paris ou um só Londres, mas várias Romas, muitas Romas. Cada bairro formava uma Roma à parte, com sua característica própria, sua fisionomia própria, sua personalidade e sua história próprias. Uma coisa era o quarteirão Ludovisi com suas avenidas novas, seus hotéis de luxo, sua população em grande parte estrangeira; e outra coisa era o Burgo com suas ruas estreitas e sombrias, seus velhos palácios do Renascimento, sua população tipicamente local.

Havia a Roma imperial, a Roma augusta, dos Césares, em cujos monumentos, o Coliseu, as Termas, os Foros, podia-se reviver todos aqueles séculos de triunfos e de glórias. Ao lado desta, estava a Roma dos Papas, com suas basílicas, suas igrejas, seus palácios. E, entre as duas, ou se confundindo com as duas, a Roma moderna, a Roma do *Risorgimento*, ascrecida, enriquecida, mas nem sempre embelezada pelo Estado fascista, que construía também, por seu lado, a *sua* Roma, a Roma de Mussolini.

Roma era assim, para todo aquele que a quisesse estudar, um grande livro de história, onde cada bairro era um volume, cada rua um capítulo, cada casa ou cada monumento uma página. Os séculos ali se confundiam. As idades se ombreavam: a velha Roma dos Reis ao lado da Roma do Renascimento; a Roma imperial ao lado da Roma de Garibaldi; a Roma medieval ao lado da Roma da atualidade, a Roma de Mussolini. Era a cidade dos contrastes. Cidade dos extremos que se tocavam e, por vezes, quase se confundiam sem, todavia, se chocarem.

### XXX

Digo bem: cidade dos contrastes. De uma parte, Vitor Emanuel; de outra, Mussolini. O Rei e o Ditador, isto é, a tradição e a improvisação, o passado e o presente, a lei e o livre arbítrio. E eles no fundo se entendiam! Garibaldi, do alto do Janículo, desafiava Pio XI no Vaticano. Entre o Foro Romano e o Foro Mussolini distavam apenas metros, mas que significavam, na realidade, dois mil anos de lutas, de paixões, de glórias e de tristezas. Ao lado de uma *trattoria* de última classe, sórdida e escura, em cujas paredes se via uma litografia barata, erguia-se o palácio Colonna, enorme, majestoso, com um nunca acabar de janelas, com dezenas de salões decorados pelos mais célebres artis-

tas do Renascimento, e de cujas paredes, forradas de damasco de seda, pendiam os mais famosos quadros, as mais ricas coleções de pintura.

Caminhava-se por um *viale* sombrio e estreito, quase comprimido entre os muros de velhas casas que se debruçavam umas sobre as outras, num lusco-fusco que já parecia noite; mais alguns passos... e, de repente, como por encanto, o deslumbramento da praça de São Pedro, grande, enorme, espaçosa, amplamente aberta para o céu azul, banhada de luz, de vida e de alegria! Ao pé, o Vaticano, construção ciclópica que dominava com suas inúmeras janelas toda a amplidão da praça.

Uma dessas janelas, lá bem alto, deitando sobre a colunata de Bernini, era a do quarto de um prelado já meio idoso. O quarto era o mais simples: uma cama de ferro, uma mesa de pinho, duas cadeiras quase toscas. Quem dormia ali? Um prelado, um homem como qualquer de nós, de fundo humilde, de maneiras simples, de feito modesto e concentrado, mas que era, ao mesmo tempo, a pessoa mais poderosa do mundo porque tinha, sobre as outras, não o domínio da força, que é transitório e fugaz, mas o domínio do espírito, eterno e constante. Aquele homem, de origem obscura, filho que era de uma família de pobres camponeses, que repousava no quarto desprezioso, estava rodeado da maior riqueza. De seu, nada tinha; não dispunha sequer com que pagar um castiçal de latão. Mas era detentor do maior tesouro da Terra. Não estava em condições de dar cem liras do seu bolso, porém recebia presentes valiosos de todas as partes do mundo, e encontrava-se cercado pelo maior conjunto de palácios.

Em 1928, este prelado, que presidia aos destinos da Igreja Católica havia já seis anos chamava-se Pio XI, nome que escolhera ao subir ao trono de São Pedro. Era antes o Cardeal Achille Ratti. Ele e seus antecessores imediatos, Bento XV, Pio X, Leão XIII e Pio IX, consideraram-se prisioneiros no Vaticano desde a manhã de 20 de setembro de 1870, quando sessenta mil homens comandados pelo general Raffaele Cadorna (1815-1897) entraram em Roma pela brecha da Porta Pia. Naquela ocasião, Pio IX era despojado de seus poderes soberanos, e Vitor Emanuel II declarado rei de *toda* a Itália, tendo Roma por capital.

É verdade que a lei das *Garantias*, votada pelo parlamento italiano em 13 de maio de 1871 conferia ao Papa um caráter de soberania e concedia-lhe uma renda irredutível e inalienável de sessenta e quatro milhões de liras. Mas era uma soberania a bem dizer simbólica, pois se limitava ao palácio onde vivia, à basílica de São Pedro e seus jardins. E, quanto à renda, nem Pio IX, nem seus sucessores jamais quiseram receber um cêntimo.

Costumavam os Papas, chegado o mês de maio, se transferirem para o palácio do Quirinal, mais fresco e mais sadio, até que, devido aos calores estivais, partiam para Castel Gandolfo, instalando-se no castelo construído ao tempo de Urbano VIII. Porém, com a situação criada em 1870, os anos começavam e acabavam sem que nunca eles ardessem pé do Vaticano.

### XXX

O maior contraste dessa Roma surpreendente estava na coexistência ali do Papa e do Rei; um no Vaticano, e o outro no Quirinal. Dois palácios que se defrontavam, mas

que se respeitavam. Inimigos confessos e declarados, viviam na mesma cidade, um ao lado do outro, sem se chocarem ou se confundirem. Aliás, já Pio IX dizia que a coisa mais contraditória no mundo era ele, o Papa, e Vitor Emanuel, o Rei, poderem habitar a mesma cidade sem se devorarem.

Esta rivalidade, ou melhor, este contraste entre o Papa e o Rei criava situações embaraçosas aos visitantes de categoria, sobretudo aos soberanos católicos estrangeiros que iam a Roma. Para não dar prioridade ou preferência a um sobre outro, era costume só solicitar audiência ao Papa na ausência do Rei, a quem se ia depois visitar em qualquer parte da Itália onde se encontrasse, geralmente em San Rossore, ou então perto de Milão, no seu palácio de Monza.

Quando foi da visita de nosso Imperador a Roma, tornou-se necessário entrar num acordo com o Vaticano e com o Quirinal, a fim de não provocar ressentimentos em um ou em outro campo. Sendo um soberano católico, ligado oficialmente à Igreja, Dom Pedro II devia fazer a sua primeira visita ao Papa, que era então Pio IX. Não querendo, porém, desgostar o Rei, nossa Legação, em entendimentos com o Governo italiano, obteve que Vitor Emanuel II, sob um pretexto qualquer, se retirasse para Nápoles pouco antes da chegada de nosso monarca, o qual foi depois apresentar-lhe cumprimentos naquela cidade.

Se se tratasse de um soberano não católico, a dificuldade não estava na obtenção de uma audiência do Santo Padre, pois este concordava que a primeira visita fosse para o Rei. O obstáculo era que, sendo aquele hóspede do Rei, em seu Palácio do Quirinal, não admitia o Papa que dali saísse para o visitar. O problema apresentou-se por ocasião da ida do Rei Eduardo VII da Inglaterra a Roma, mas foi por ele inteligente e diplomaticamente resolvido com a criação de uma legação inglesa junto à Santa Sé, o que lhe permitiu sair para o Vaticano, não do palácio, mas da legação de seu país.

Os embaraços e mesmo os aborrecimentos de toda ordem, que esse estado de coisas provocava, levaram afinal a um acordo definitivo entre o Vaticano e o Quirinal, que foi conseguido em 1922 quando da visita oficial dos Reis da Bélgica a Roma. Ficou então assente que o soberano ou chefe de Estado católico poderia ser recebido em primeiro lugar fosse pelo Papa, fosse pelo Rei. Relativamente a cabeças de países não católicos, não havia possibilidade de surgirem objeções, visto não se dar o caso de serem recebidos de modo oficial pelo Sumo Pontífice. Podiam visitá-lo, mas a título privado, sem nenhuma pragmática ostensiva. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Gustavo V, da Suécia, em 1929, que andou inteiramente à vontade no Vaticano. Ainda o lembro em uma cerimônia na Capela Sistina, à qual estava presente Pio XI. Foi o Rei sentar-se discretamente em uma cadeira que lhe era reservada, posta sobre um estrado, ao lado da bancada do Corpo Diplomático. Alto, magro, de aspecto quase esquelético, já um tanto idoso, aparentava todo um ar de alma do outro mundo. Não tinha uma fisionomia simpática, nem nada que o tornasse de qualquer modo atraente, ao menos no seu exterior, a não ser uma extrema simplicidade de maneiras. Esta simplicidade refletia mais o espírito eminentemente democrático de seu povo do que uma tendência de sua natureza, muito embora fosse visto na Côte d'Azur jogando tênis com os habituais parceiros dos campeonatos europeus. Gustavo V, apesar de descender de um antigo sargento do exército francês, era no fundo um aristocrata com a exata compreensão de

sua função soberana, e jamais consentira que em sua corte de Estocolmo se transigisse com os rigores tradicionais do protocolo real.

## XXX

Com o acordo de Latrão, celebrado em 1929, pôs-se fim a toda rivalidade entre o Papa e o Rei. É certo que as relações entre a Igreja e o Estado italiano não se fizeram depois sempre sem atritos ou desinteligências. Mas havia lugar para entendimentos. Já não era como antes, quando a intolerância e a intransigência de ambas as partes não permitiam a menor aproximação.

Em determinada ocasião houve, entre os dois, profunda divergência a propósito da educação da mocidade italiana, prerrogativa que era disputada tanto pela Igreja como pelo Estado, no caso o Estado fascista, o qual tinha, para tal, toda uma organização, a “Opera Nazionale Balilla”, estranha a qualquer princípio católico. Colocados em terrenos inteiramente opostos, com finalidades diversas, o choque foi inevitável; e mais se agravou por causa do feitio absorvente de Pio XI e da inflexibilidade de Mussolini. Por um triz não se desfez toda a obra do Tratado de Latrão. Encontrou-se, por fim, um terreno de entendimento que foi propício a uma transação. E aqueles dois homens, que eram essencialmente dois estadistas, compreenderam que se fazia necessário um compromisso, sem o qual o acordo de Latrão nada significaria.

## XXX

Quem mais lucrou com o Tratado de Latrão, a Igreja ou o Estado? Qual o vencedor, Pio XI ou Mussolini? A pergunta é dessas que não têm resposta. Disse alguém, penso que Cavour, que o maior estadista italiano seria aquele que conseguisse resolver a “questão romana”, isto é, que estabelecesse um acordo entre a Igreja e o Estado. Segundo esta afirmação, aquele tratado é sem nenhuma dúvida e será sempre um padrão de glória para Mussolini. Não creio que outro homem público italiano de seu tempo tivesse podido alcançar êxito igual. Exato não ter nenhum desfrutado tanto poder, tanta força e tanto prestígio. Mas é exato também não ter outro revelado idêntica visão política e tão grande senso da realidade.

Se o dito tratado foi uma vitória para a Itália, não o foi menos para o Vaticano, o que é de fato admirável. Para o Governo italiano, acabou com aquela situação pelo menos constrangedora de ter como uma espécie de sentinela à vista, que era em certo sentido a atitude do Papa no Vaticano, pronta sempre a criar-lhe embaraços, a levantar-lhe dificuldades. E, quando se pensa na *eternidade* da Igreja católica, é que se vislumbra o futuro promissor que o aguardava! Terminar, pois, com a *questão romana* significava, para o Estado italiano, arredar o grande tropeço, o escolho que encontrava constantemente em seu caminho para contrariar-lhe ou embargar-lhe os passos; e sem o afastamento do qual ele não se sentiria nunca senhor em sua própria casa. Foi um resultado feliz conquistado à custa de sacrifícios e concessões da Igreja. Mas, por outro lado, esta também obteve consideráveis vantagens cedidas pela parte adversa. Bem observado, o Tratado de Latrão talvez seja o mais perfeito de quantos documentos diplomáticos se tenham até hoje firmado.

Dir-se-á que, no tocante ao poder temporal, a Igreja não conseguiu senão ser considerada o menor Estado do mundo, a Cidade do Vaticano, que caberia três vezes no Principado de Mônaco. É verdade. Mas que pode isto significar para a Igreja, para quem o que conta, sobretudo, é o *princípio*? O Estado da Cidade do Vaticano, relativamente à extensão territorial, de nada vale, todos sabemos, e o sabe melhor do que ninguém a própria Igreja. Mas, quanto ao princípio do poder espiritual, vale muito, vale tudo. É o que lhe basta. Por outro lado, se o Estado do Vaticano é o menor do mundo, é também, como salientou certa vez Pio XI, um dos mais ricos, dos mais notáveis pelos seus tesouros e por todas as preciosidades ali acumuladas. Pode não dispor de esquadras, de exércitos ou de aviões. Mas que podem valer, no fundo, todos estes petrechos bélicos, que se estragam com o tempo, se desmodernizam e se depreciam ao cabo de escassos anos, transformados por fim num simples amontoado de metal velho e imprestável? As coleções do Vaticano, pelo contrário, com seus quadros, suas esculturas, seus monumentos, seus manuscritos, suas tapeçarias, são obras imperecíveis, às quais o decorrer dos séculos confere preço mais elevado.

Tem o Estado do Vaticano apenas alguns milhares de habitantes? Assim é. Mas, em contraposição, sob o domínio espiritual do Chefe da Igreja há milhões e milhões de almas espalhadas por todo o globo terrestre. Do alto de seu trono, o Papa governa e protege toda a humanidade católica, até seus adeptos que se encontram no mais recôndito lugarejo do mundo. Alguém disse: “A maior nação no mais exíguo território”. Absolutamente exato.

### XXX

O chamado *Estado da Cidade do Vaticano* foi, pois, constituído em virtude dos acordos do Latrão, assinados em 1929, pelo Vaticano e o Estado italiano. Compreende a Cidade do Vaticano propriamente dita, com o palácio, os jardins, os museus e a célebre Basílica de São Pedro; as várias basílicas, igrejas, congregações, institutos religiosos disseminados por terras italianas. E ainda a residência de Castel Gandolfo, perto do lago Albano, situada na altitude, e a famosa Universidade Gregoriana, em Roma, da qual já saíram uns quatorze Pontífices.

Desde 1870 até 1929, isto é, desde a confiscação pela Itália dos chamados Estados Papais, o Vaticano passou a ser propriedade do Governo italiano, que *consentia*, entretanto, que a Igreja Católica o usufruísse, e nele habitasse, como hóspede, o Chefe da Cristandade. Mas, em 1929, assinados os acordos de Latrão (constituídos por um tratado, uma concordata e uma convenção financeira), o Vaticano e os vários outros anteriores pertences da Igreja passaram a formar um Estado independente, gozando completa soberania. Ao igual das grandes nações, tem sua política e suas leis particulares, desfrutando os mesmos direitos ativos e passivos.

A Cidade do Vaticano possui quatro forças, digamos, militares: a Guarda Nobre, comandada por um príncipe romano; a Guarda Palatina ou Guarda de Honra; a Gendarmaria, constituída por italianos; e a Guarda Suíça composta por suíços natos, que trajam seus pitorescos uniformes de cores vivas: vermelho, amarelo e azul, desenhados por Miguelângelo.

No meu tempo, o comandante da Guarda Nobre, com o posto de tenente-general, era o Príncipe Dom Giuseppe Aldobrandini, pertencente a uma das melhores famílias romanas. Família que deu à Igreja um Papa, Clemente VIII, eleito em 1592. Também era desta família aquela Ana Maria Aldobrandini, que, enviuvando do Duque de Ceri, se deixara seduzir por Santinelli, amante da Rainha Cristina da Suécia. Como castigo, ordenou o Papa que a encerrassem no castelo Santangelo, onde penou dez anos, até que Santinelli conseguiu libertá-la, porém com a condição de casar-se com ela — o que fez, em Veneza, com obediência e devoção. Barbey d’Aurevilly, literato francês do século XIX, inspirar-se-ia desse tocante drama para compor suas *Diaboliques*.

A Embaixada do Brasil junto à Santa Sé estava instalada no prédio número 32 da via Pó, nas proximidades do parque da Vila Borghese, que era o Bois de Boulogne ou o Hyde Park de Roma. Como situação, portanto, a melhor. O quarteirão era dos mais modernos da cidade, e, se bem não oferecesse o pitoresco e a tradição dos velhos bairros romanos, tinha-se ali, em compensação, muita luz, asseio e as mais bonitas avenidas.

Como instalação, a Embaixada nada tinha de extraordinário. Mas era decente. Melhor do que muitas outras de nossas missões diplomáticas. Sem termo de comparação, por exemplo, com a de Paris, a qual se encontrava em um rés-do-chão, constando a parte de recepção apenas de *um único* salão, embora grande, mas onde, na falta de outras peças, se reuniam todos quantos tinham negócios a tratar na Embaixada, transformando aquilo em uma verdadeira praça pública. Custava-se a acreditar que o Itamaraty consentisse durante tantos anos em tal situação.

A Embaixada da via Pó, se era decente, conforme disse, poderia entretanto ser melhor, não no sentido de maior luxo ou maior conforto interior, que era perfeito, mas no sentido de possuir salas mais amplas e mais numerosas. Tínhamos ali um *hall* bastante espaçoso, um salão de visitas de razoáveis dimensões, uma boa sala de jantar e o gabinete de trabalho do Embaixador. Era tudo. Pouco, especialmente para uma Embaixada, em uma cidade de grandes palácios, nos quais não se sabia que mais admirar, se a amplidão das peças ou o número delas.

A este respeito, a outra Embaixada nossa, junto ao Quirinal, estava em bem melhores condições, embora localizada em um bairro que estava longe de oferecer as condições de limpeza, de salubridade e de higiene que tinha a via Pó. Fora instalada no palácio Doria-Pamphili, vasto casarão com salas enormes, um magnífico *hall* todo de mármore e um salão de banquetes à altura do faustoso Renascimento italiano.

Havia em Roma dois palácios Doria. O deste nome, situado no Corso Umberto, construção do século XV, mas cujas fachadas, em número de quatro, obra de diferentes artistas, são de épocas posteriores. A que olha o Corso é considerada o mais belo exemplar do estilo barroco. Os riquíssimos salões do palácio abrigam uma das melhores galerias de arte, e neles brilharam pela primeira vez em Roma as luzes elétricas por ocasião do baile oferecido ao Imperador Guilherme II da Alemanha.

O outro, denominado Doria-Pamphili, aquele onde funcionava nossa Embaixada junto ao Rei, encontrava-se na praça Navona, praça aberta no local do antigo estádio de Domiciano, do qual conserva, aliás, a forma ovalada. Inocêncio X Pamphili doou o palácio a uma sua sobrinha. Em 1928 continuava na posse dos Pamphili, ramo colateral da família Doria. Aliás, aquele Papa, cujo pontificado decorreu no século XVII, está enterrado num belo mausoléu de mármore colocado na igreja do palácio e mandado construir por um de seus sobrinhos, Camilo Pamphili. Mais um item que o recorda: no *hall* do palácio, chamado sala Palestrina, vê-se um busto seu. Não é contudo o único busto que lá figura: há também de outros Papas que o antecederam ou precederam de perto. Na realidade a passagem de Inocêncio X pela cátedra de São Pedro não deixou nenhum traço marcante, a não ser a atuação, nem sempre louvável, da tal sobrinha a quem fez dádiva do prédio e era a famosa Dona Olímpia. Ele morto, depressa o esqueceram, inclusive a família. Seu corpo permaneceu três dias insepulto. Mandaram pedir à sobrinha um pano mortuário e um ataúde, onde pudessem ao menos guardá-lo com decência. Limitou-se ela a responder, fazendo-se inconsolável: “Sou uma pobre viúva!” E não mandou nem o pano nem o caixão. Levaram então o cadáver para um socavão que servia para utensílios de pedreiro. Daí o retirou, no dia seguinte, um mordomo do Vaticano, homem piedoso, que, não obstante haver sido despedido por Inocêncio X, o mandou enterrar. *Sic transit gloria mundi...*

### XXX

Meu chefe era o Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo, diplomata de carreira, poeta, prosador, membro da Academia Brasileira de Letras. Nascera em São Paulo e estudara no célebre colégio de Itu; é dizer que possuía uma sólida cultura de humanidades. Jovem, juntara-se no Rio de Janeiro ao grupo de homens de letras que formavam, à porta da livraria Garnier, a *corte* literária de Machado de Assis. Pouco depois entrou para o serviço diplomático, e desde então só raramente aparecera no Brasil. Sua longa permanência no estrangeiro não o tinha, porém, desnacionalizado, como acontecia com outros. Podia nem sempre estar ao corrente das *coisas* brasileiras, mas isto não significava que houvesse perdido ou fosse perdendo suas afinidades com nossa terra e nossa gente, senão apenas que seu contato com os compatriotas era menos freqüente, e que não era assíduo leitor dos jornais e das revistas publicadas no Brasil.

A leitura, no estrangeiro, de jornais brasileiros, deveria ser uma obrigação para todos os nossos diplomatas. É verdade que o Itamaraty enviava o *Jornal do Comércio*, do Rio, a todas as Missões no exterior, mas bem poucos tinham a pachorra de o ler, ou por puro desinteresse ou por entenderem que as notícias haviam perdido sua atualidade em vista do atraso com que era recebido o dito jornal. O fato é que, sempre que eu procurava os maços do *Jornal do Comércio*, raramente os encontrava desfeitos. De minha parte, nunca deixei de lê-lo, um pouco por interesse e um pouco por obrigação, pois entendia que era de nosso dever estar inteiramente a par da vida nacional. Sendo que não me contentava com a leitura do velho órgão: assinava, por minha parte, o *Correio da Manhã*, do Rio, assim como a *Revista da Semana*, que eu reconhecia ser, em todos os sentidos, da maior pobreza, mas que, infelizmente, naquele tempo, era a única que tínhamos no gênero.

Se Magalhães de Azeredo lia pouco os nossos jornais, em compensação lia assiduamente os nossos livros, o que o punha sempre ao corrente do movimento literário brasileiro. É certo que, como membro da Academia, essa leitura era um tanto de sua profissão de homem de letras. Mas não importa. Não significava menos um interesse pelas nossas coisas. Tinha mesmo, em seu gabinete de trabalho, uma excelente coleção de livros nacionais, geralmente de História e de Literatura. Dos primeiros utilizei-me largamente, com o maior proveito, quando comecei a escrever a *História de Dom Pedro II*. Deixei constância disto no prefácio dessa minha obra.

Azeredo não era só poeta e prosador; também um artista, ou pelo menos possuía um acentuado temperamento de artista, o qual, forrado de uma sólida cultura, o tornava uma personalidade das mais interessantes. Sua prosa era agradável, cheia de belos conceitos; e foi pena que uma surdez precoce o forçasse, com o tempo, a retrair-se, fazendo-se então propositalmente ausente do mundo exterior.

Diziam que pretendia se parecer, em muitas coisas, com Joaquim Nabuco, imitando-o em outras que não lhe eram espontâneas. Oliveira Lima, de índole maldosa, diz, em suas *Memórias*, que Azeredo imitava a letra de Nabuco, sendo exato que havia entre uma e outra muitos traços semelhantes. Que ele tinha por Joaquim Nabuco uma grande admiração, uma quase veneração, é a verdade, porém não creio que o procurasse imitar, ao menos intencionalmente; nem ele necessitava copiar o alheio para fixar sua personalidade, já que tinha a sua própria. O que é certo é que havia de fato entre ele e Nabuco não poucas afinidades; no temperamento artístico, por exemplo, no gosto literário, talvez no estilo, e indubitavelmente na elevação dos sentimentos e na elegância de atitudes. E, *hélas!* na surdez.

Outra pessoa por quem Azeredo nutria uma admiração sem limites, e com o qual seria possível que também tivesse algumas afinidades, era Lamartine. Nunca me disse, mas, por tudo quanto sei dele ou deixou trair, pretendia ter sua poesia a maior semelhança com a do grande poeta francês; e nada o envaidecia tanto como chamá-lo discípulo de Lamartine. Em uma oportunidade mandei buscar em França duas reproduções em bronze, tiradas dos próprios originais, dos notáveis medalhões de David d'Angera com as efígies de Vitor Hugo um e de Lamartine outro. Presenteei este último a Magalhães de Azeredo. Sua satisfação foi imensa, a ponto de o deixar realmente sensibilizado, e procurando talvez descobrir no meu gesto uma intenção que eu propositadamente não havia tido, mas que interpretou como a mais amável. O fato é que seria difícil ter eu encontrado outro objeto que lhe agradasse tanto.

### XXX

Conservo de Azeredo, como chefe, as melhores recordações, não só pela afabilidade de seu trato como pela exata compreensão que tinha de seus deveres, não os exorbitando nunca, mas também não faltando jamais com eles; tratando os Secretários com extrema cordialidade, mesmo com carinho, sem descer para isso a intimidades nocivas à disciplina da Embaixada. Suscetível, por vezes, em determinadas minúcias do *métier*, tivemos, devido a isto, pequenas desinteligências, mas que o desejo de compreensão de ambos, ajudado por uma boa educação, logo desfez, em nada afetando a constante

amenidade de nossas relações pessoais. E, ao abandonar Roma, após quatro anos de convivência, foi com a segurança de ter nele um verdadeiro amigo, amizade que os anos vindouros só fariam solidificar.

Sua carreira foi feita quase exclusivamente na Santa Sé, onde apareceu jovem Secretário de Legação, e acabou Embaixador, decano do Corpo Diplomático estrangeiro acreditado junto ao Papa. Neste cargo foi atingido pela aposentadoria. Sua longa residência em Roma e a assídua lida com os negócios do Vaticano acabaram por lhe dar, a este respeito, uma soma de conhecimentos que poucos terão tido iguais. Não havia segredo para ele naquilo que fosse relacionado com a Igreja Romana ou com o Vaticano propriamente dito, apesar do sigilo que prevalecia em torno da diplomacia pontifícia. Por outro lado, privara constantemente, ou conhecera de perto, com boa parte daqueles prelados que assumiriam mais tarde os postos de direção da *Segreteria di Stato*, e isso, como é natural, lhe facilitava a aproximação deles para o trato dos negócios, e lhe concedia uns tantos privilégios que colegas seus mais modernos não podiam ter. Azere-do gostava de dizer: “Conheci quatro Papas”. De fato conhecera bem de perto a Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI, sendo que, depois de minha partida de Roma, falecendo Pio XI, iria conhecer um quinto Papa, que seria Pio XII. A Bento XV, que fizera parte de sua carreira eclesiástica na Secretaria de Estado, conhecera modesto *minutante*, isto é, simples amanuense. Estava então longe de supor que aquele jovem prelado de maneiras discretas, filho do Marquês Della Chiesa, pudesse vir a sentar-se um dia na cadeira de São Pedro.

A circunstância de ter tido, na Santa Sé, um chefe que ali passara considerável parte de sua vida foi para mim da maior vantagem, porque não poderia desejar, na minha aprendizagem dos assuntos do Vaticano, mestre mais bem informado nem de mais alta autoridade. Isto pouco significaria se ele não demonstrasse o propósito de ensinar-me, de enfronhar-me no labirinto complicado da diplomacia pontifícia, pondo de lado todo e qualquer egoísmo para transmitir-me tudo o que ele mesmo aprendera no decorrer de sua prolongada permanência na Cidade Eterna.

Faço questão de acentuar este ponto porque não é a regra. Em minha carreira, devo seguramente uma parte do que sei àquilo que aprendi com alguns chefes, graças à boa vontade e aos conselhos deles; e sou-lhes por tal sinceramente agradecido. Porém nem sempre foi assim; outros houve com os quais não pude de maneira nenhuma contar. Cito o Embaixador Rodrigues Alves com quem servi durante mais de dois anos em Buenos Aires. Havendo residido longo tempo na Argentina, ali passando grande bocado de sua carreira, justamente à semelhança do que se deu com Magalhães de Azeredo em Roma, era de presumir que conhecesse a fundo a Argentina e os argentinos. Sem embargo, tudo o que lá aprendi, todas ou quase todas as pessoas que conheci, os amigos que soube ganhar, a simpatia que logrei inspirar em certos círculos portenhos, devo exclusivamente ao meu esforço pessoal, à minha ambição de vencer, ao meu intento de tirar daquele posto o máximo proveito, não só para mim próprio como para minha carreira e, por conseguinte, para meu país. Daquele meu chefe não obtive a mínima ajuda, nenhum conselho útil, nem mesmo o menor esclarecimento sobre os homens e as coisas do lugar, trancando-se ele sistematicamente em seu feroz egoísmo.

## XXX

Casando-se muito cedo, quando ainda Secretário em Montevideú, Magalhães de Azeredo teve sempre na Embaixatriz a melhor de suas amigas. O casal não tinha filhos, e ele repartia sua afeição entre a mulher e a mãe, Dona Leopoldina, velhinha que era um amor de criatura e representava um tipo que vai desaparecendo no Brasil, isto é, o daquelas senhoras idosas nas quais a distinção e as boas maneiras não excluem a simplicidade, e a bondade se alia à perfeição a uma energia firme e simultaneamente serena e consciente.

Não creio que a Embaixatriz tivesse grande admiração pelos dons literários do marido, nem era esse, penso, seu terreno preferido. Sua propensão ia mais para a música, direi melhor, para o canto, do qual se mostrava entusiástica amadora, deixando-se geralmente ouvir na Embaixada acompanhada ao piano pelo Primeiro Secretário da Legação argentina, o Sr. Conrado Rolandone, cavalheiro já de certa idade, solteirão, que havia muito morava em Roma. Possuía uma voz de soprano dramático, que podia tecnicamente ser ótima, mas que em verdade não me agradava, sobretudo por causa dos sons estridentes que emitia. Suponho, a este respeito, que eu estava em boa companhia, porque toda vez que ela se colocava junto ao piano, com evidente intuito de cantar, o Embaixador se afastava discretamente da sala, esgueirava-se manhosamente pelos cantos, para afinal desaparecer. Em uma dessas ocasiões, tive necessidade urgente de falar a meu chefe; foi um custo encontrá-lo. Descobri-o depois escondido no pequeno ascensor que levava ao andar de cima, sentado no banquinho, com um livro na mão.

De todo modo, se existia entre os dois algum motivo de discórdia, este não passava do terreno artístico, porque em tudo o mais o casal se completava admiravelmente. Na vida social, ela era, em tudo, a sua excelente colaboradora. Sabendo sempre seu lugar de dona de casa, acolhia a todos com extrema cortesia, tomando a Embaixada a casa de todos nós. Não havia ali constrangimento para ninguém. O ambiente era quase familiar, sem que sofressem com isso as boas maneiras e a distinção. Gostando de receber, ela sabia também receber. Como dispusesse de um largo círculo de relações na sociedade romana, as reuniões na Embaixada conseguiram ser as mais agradáveis; e, ao sair, constatava-se, que não tinham sido tempo perdido.



---

## Cardeais brasileiros

Na Embaixada pouco tínhamos que fazer. Apenas despachávamos os *affaires courantes*, que eram mínimos. Nossas relações com a Santa Sé eram então normais; o período de desentendimento, que culminara quase com uma ruptura, havia passado, e nada mais existia que pudesse alterar o ritmo habitual dos negócios. Limitávamos, assim, as atividades da chancelaria aos simples trabalhos de rotina. A bem dizer, nossa presença em Roma era mais representativa do que política. Sob este último aspecto, éramos ali sobretudo observadores.

Uma vez queixei-me ao Embaixador Azeredo desse *farniente*, que não combinava com minha precisão de trabalho, e sobretudo porque, antes de ir para a Itália, me acostumara a uma ocupação transbordante. Primeiro em Genebra, na Delegação Permanente junto à Liga das Nações; em seguida no Itamaraty, como chefe da Seção Política da América. Azeredo fez seu habitual muxoxo e disse: “Que quer o Sr., o Papa não morre!” Sim, de fato o Papa não morria. Era, pois, necessário que o Papa morresse — fosse ele qual fosse, o Papa — para despertar-nos daquela sonolência em que vivíamos na chancelaria da via Pó. Se o Papa morresse, sim, logo se agitariam os meios diplomáticos da Santa Sé e mesmo de Roma, surgiriam os mexericos e as rivalidades em torno da eleição do novo Pontífice, apareceriam os palpites e os prognósticos sobre o cardeal ou os cardeais papáveis. Com isso teriam os Secretários da Embaixada os dias cheios: redação dos ofícios, cifração e decifração dos telegramas, registro dos papéis. Mas o Papa não morria. Pio XI estava forte e bem disposto. E tudo continuava como antes, no quartel de Abrantes — para repetir aquela velha canção do norte de Portugal.

Todo diplomata servindo na Santa Sé ambiciona presenciar duas cerimônias: uma canonização e uma eleição de Papa. Durante os meus quatro anos de Roma não me foi dado assistir nem a uma nem a outra. Algum tempo antes de minha chegada, realizara-se a canonização de Santa Teresinha do Menino Jesus, que foi, dizem, desta sorte de cerimônias, a mais brilhante de quantas tinham tido lugar nos últimos cem anos. Desafortunadamente cheguei tarde para assistir. Quanto à eleição de um novo Papa, a última, que elevara Achille Ratti ao trono de São Pedro sob o nome de Pio XI, realizara-se em fevereiro de 1922, seis anos antes de eu ir para Roma; e a seguinte só se verificaria

em março de 1939, sete anos após minha partida, quando o então Secretário de Estado Eugenio Pacelli sucederia ao Papa Ratti com o nome de Pio XII. Não se me apresentou, assim, oportunidade de ver nenhum desses atos. Tão pouco assistiria ao jubileu do Ano Santo, que ali se comemora desde sua instituição no século XV por Sixto IV, aquele franciscano de Savona que, filho de um pobre pescador, fora adotado pela família Della Rovere. A caridade desta ilustre gente teve a merecida recompensa: seu membro adotivo veio a ser um célebre professor, um eloqüente orador, e por fim o Chefe da Cristandade. A Sixto IV deve-se a ereção da Capela Sistina e o incremento da biblioteca vaticana.

1933 seria um dos Anos Santos. No ano anterior havia eu sido removido. Fui pois menos feliz do que Luís Avelino Gurgel do Amaral, que teve a possibilidade de acompanhar as cerimônias de 1933, o que lhe permitiu escrever sobre elas um bonito livro de lembranças.

### XXX

Das grandes cerimônias da Santa Sé, a única que me foi dado assistir, fora as beatificações, foi a da imposição de chapéus a novos cardeais, e que requer, como tudo habitualmente ali, uma série de atos aparatosos, revestidos de uma *mise en scène* vistosa e complicada.

Em começos de 1930 estive presente à primeira dessas cerimônias, quando Pio XI impôs o chapéu aos seis cardeais que criara no Consistório de dezembro de 1929. Entre os seis, figuravam Monsenhor Eugenio Pacelli, Núncio em Berlim, que o sucederia no Papado nove anos mais tarde; Monsenhor Jean Verdier, arcebispo de Paris; e Monsenhor Gonçalves Cerejeira, arcebispo de Lisboa, que contava apenas quarenta e um anos de idade, sendo o mais jovem componente do Sacro Colégio.

Terminava o mesmo ano de 1930, e eu assistiria à segunda cerimônia do mesmo gênero; esta de maior interesse para mim, pois que entre os contemplados achava-se Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro. Na história da Igreja este seria o segundo cardeal brasileiro, e naquela ocasião seria também o único latino-americano, privilégio que perderíamos mais tarde com a elevação à púrpura de Monsenhor Copello, arcebispo de Buenos Aires. Na Embaixada da via Pó tivemos o prazer de acolher Dom Sebastião Leme; e a mim, que o avistava pela primeira vez, coube a honra, como Encarregado de Negócios, de acompanhá-lo na última etapa de sua estada na Cidade Eterna.

Dele guardo a melhor recordação, não só de suas altas virtudes de prelado e de homem de bem, como igualmente da extrema cortesia que me dispensou. Ao tempo em que estivera à frente do Arcebispado de Recife, conhecera meu pai; e esta circunstância favoreceu, como é evidente, o trato de nossas relações. Era um caráter forte, profundamente brasileiro, e sob suas maneiras suaves escondia-se uma natureza decidida. Quando apareceu em Roma, já soprava no Brasil o vento revolucionário, e não se precisava muita argúcia para prever a tormenta próxima. Confiei meus receios a Dom Sebastião, que logo os confirmou, adiantando que boa parte do mal-estar que ali lavrava se devia à *teimosia* do Sr. Washington Luís, e que, pouco antes de partir para a Europa, ele próprio tivera oportunidade de com total franqueza alertar o Presidente sobre

este senão. De toda a maneira, acrescentou, estava vigilante à testa da Igreja a fim de evitar que os comunistas se aproveitassem de nossas dificuldades e tentassem um assalto ao poder, perigo temido por alguns em vista das simpatias esquerdistas de uns dos principais chefes revolucionários que seguiam o Sr. Getúlio Vargas. Achava-se mesmo disposto, disse ainda o Cardeal, caso fosse preciso, descer à rua com uma espingarda na mão.

### XXX

Dom Sebastião Leme sucedia ao Cardeal André Arcoverde, falecido meses antes. Quando este desapareceu, houve, a princípio, entre nós, certa inquietação pelo temor de que sua substituição não recaísse em um prelado brasileiro, mas coubesse antes a um arcebispo hispano-americano. Não ignorávamos que a Argentina desde muito aspirava a ter um cardeal, e, apesar da espécie de compromisso moral que a Santa Sé, quando da criação do nosso primeiro, assumira para conosco no sentido de possuímos sempre um representante no Sacro Colégio, preocupava-nos uma decisão em contrário. Menos pela vontade de Pio XI de satisfazer a Argentina do que pelo fato de descobrir um meio de manifestar seu desagrado ao Brasil, ou melhor, ao Governo brasileiro por causa das dificuldades que este teceu ao Vaticano com o veto à designação de Monsenhor Beda Cardinali para Núncio Apostólico no Rio de Janeiro. Este incidente ocorrera fazia anos, porém ficara marcado no espírito do Papa, o qual, devido ao seu feitio absorvente e autoritário, à sua parca tendência a esquecer os agravos que recebia ou os tropeços que se lhe criavam, era bem possível que quisesse nos impor o pagamento daquele nosso gesto de insubmissão.

Felizmente, no entanto, tudo correu pelo melhor, e a sucessão do Cardeal Arcoverde se processou quase de maneira automática em favor de Dom Sebastião Leme, não tendo sido necessário a Embaixada dar nenhum passo com esta finalidade. Devesmos tal resultado sobretudo ao prestígio pessoal do próprio Dom Sebastião na Santa Sé, à consideração que lhe dispensava o Papa pelos serviços que prestara à Igreja no Brasil, particularmente à arquidiocese do Rio de Janeiro, que na realidade dirigia desde bastante tempo, desde que a idade e os achaques físicos do Cardeal Arcoverde o haviam impossibilitado de qualquer resolução. Tomava o Vaticano tudo isto em conta, e era de seu interesse prestigiar seu principal porta-voz em terras de Santa Cruz, mormente em um momento de incertezas, em que não se sabia que rumo seguiria o movimento rebelde que se alastrava pelo país inteiro.

A elevação de Dom Sebastião Leme ao cardinalato valeu como a confirmação do princípio de nossa representação permanente no Sacro Colégio. Continuava assim o Brasil a ser o único estado latino-americano usufruindo esta regalia. Aliás, tal princípio nos tinha sido reconhecido desde o final do século passado, quando, como acima referi, decidiram conceder a um prelado brasileiro a alta categoria de cardeal. O intento era que esta atribuição reforçasse o esplendor do jubileu de Dom Pedro II, que deveria ser comemorado em 1890. Não obstante o sério desentendido que se abriu pouco antes entre o Vaticano e o Governo imperial, não se conservara em Roma nenhum rancor contra o Imperador. É exato que o Papa da questão dos bispos, Pio IX, já havia faleci-

do, e o do jubileu imperial seria Leão XIII, que apreciava e estimava Dom Pedro II, o qual conhecera em Perugia no ano de 1871. Leão XIII era, na época, ali simplesmente o Arcebispo Pecci. *Mio amico l'arcivescovo di Perugia* – dizia o Imperador.

Naquela oportunidade a criação de um cardeal brasileiro significaria a mais completa indenização, se bem me exprimo, a que a Santa Sé poderia aspirar da parte do Governo imperial pelo mal que este lhe infligira na famosa questão dos bispos, visto o prelado escolhido ou indigitado para receber o chapéu ser Dom Antônio de Macedo Costa, precisamente um dos bispos perseguidos.

Todo esse projeto, porém, resultou em nada na manhã de 15 de novembro de 1889, quando alguns batalhões instigados por oficiais sediciosos deram por terra com nossa Monarquia. Não, como resultado, nem jubileu nem cardeal brasileiro. Este só viria a tomar forma vários anos mais tarde, ao tempo em que a presença de Rio Branco no Itamaraty emprestava ao Brasil, no estrangeiro, um prestígio que compensava, até determinado grau, a praga revolucionária em que se debatia, entre nós, o regime republicano, após haver a nação gozado durante cerca de meio século, sob a tutela de Dom Pedro II, uma invejável paz interna.

### XXX

Obtido para o Brasil o primeiro cardeal latino-americano, passamos, anos depois, a pretender a um segundo. Graças à excelente situação pessoal do Embaixador Magalhães de Azeredo no Vaticano, aí encontramos, desde logo, a mais simpática acolhida. Existiam, contudo, empecilhos, sendo o mais sólido o receio de que a concessão provocasse ciúmes em alguns países hispano-americanos, sobretudo na Argentina, que aspirava igualmente a uma participação no Sacro Colégio. De toda maneira as negociações marchavam em bom caminho, a ponto de se cogitar do prelado a quem caberia receber a púrpura, e tendo até ficado em princípio assentado o nome de Dom Duarte, Arcebispo de São Paulo. Só faltava fixar a data da promulgação do ato, entendendo a Santa Sé que se escolhesse o ano de 1926, ao comemorar-se o primeiro centenário do estabelecimento das relações diplomáticas entre ela e o Brasil, o que de nossa parte não levantava nenhuma objeção.

Aconteceu que foi justamente em 1926 que se abriu o desentendimento com Roma por causa de nossa recusa em aceitar o nome de Monsenhor Beda Cardinale para nuncio no Rio de Janeiro. Este monsenhor fora anteriormente nuncio em Buenos Aires, onde se desentendera com o Governo argentino, motivo pelo qual não o queríamos, temendo suscetibilizar aquele Governo. Esta razão, dada pelo Ministro Félix Pacheco à Santa Sé, podia ser discutida sob o ponto de vista brasileiro, e unicamente entre nós, mas nunca pelo Vaticano, a quem competia apenas respeitá-la, sem insistir no envio de Monsenhor Beda Cardinale. Não julgou assim Pio XI, que, tomando o caso a si e muito a peito, conforme era de seu feitio, teimou em impor-nos o prelado. Daí o desentendimento todo e o *impasse* que surgiu na questão. Sua Santidade ficou a tal ponto estomagado com a insistência de nossa recusa que chegou a ameaçar-nos de retirar a Nunciatura do Rio e substituí-la por um delegado apostólico. Tal ação valeria considerar-nos um país de infiéis, a igual das colônias africanas ou das regiões exóticas da Ásia. Porém, ao

manifestarmos claramente que, se isto ocorresse, iríamos até a ruptura total, recuou. Não se sentiu com ânimo para ir adiante naquele seu absurdo propósito. Viu-se obrigado a ceder, mas, para tanto, fomos forçados a levar-lhe ao conhecimento uma das numerosas apreciações de todo levianas que Monsenhor Beda fizera em Assunção, onde também servira como Núncio, sobre as relações entre o Brasil e a Argentina.

Como não é de espantar, tudo isto só fez prejudicar o bom êxito das negociações sobre a obtenção de um segundo cardeal brasileiro. Dotado de temperamento por demais suscetível, Pio XI nunca nos perdoou o tê-lo colocado na iminência de renunciar a uma sua idéia. Durante algum tempo não escondeu sua má vontade para com nosso Governo, mesmo evitando receber, em audiência privada, o Embaixador brasileiro acreditado junto a ele. Contudo, é mister confessar que a causa desta atitude era talvez menos o assunto Beda Cardinale do que certa levandade de Félix Pacheco, então Ministro das Relações Exteriores, e de seu trêfego Chefe de Gabinete, Sebastião Sampaio.

Foi o caso que os dois cometeram a imprudência de exhibir a Monsenhor Lari, Auditor da Nunciatura no Rio, um telegrama expedido por Magalhães de Azeredo ao Itamaraty. Telegrama estritamente confidencial no qual o Embaixador dizia que, na questão do segundo cardeal, só havia, para dificultá-la a má vontade do Papa. Monsenhor Lari, como era natural e do seu dever, apressou-se a transmitir para Roma os termos do dito telegrama, que provocaram em Pio XI a maior irritação. Ordenou o Pontífice que o Cardeal Gasparri, Secretário de Estado, passasse uma nota atrevida a Magalhães de Azeredo, exigindo-lhe uma retratação. Escusado contar que esta nota não foi, naturalmente, respondida. Porém, dadas as ótimas relações pessoais entre o Embaixador e o Cardeal Gasparri, entendeu aquele que seria mais aconselhável avistar-se com o Secretário de Estado. Direta e verbalmente, haveria probabilidade de um esclarecimento. Foi o que fez. Gasparri, bondoso e compreensivo, deu, afinal, o caso por encerrado.

### XXX

Em 1928, chegando eu a Roma, a questão Beda Cardinale e o fato do telegrama de Azeredo estavam ainda frescos na memória dos altos funcionários da Secretaria de Estado do Vaticano, e mais ainda na de Pio XI, que dificilmente se esqueceria de coisas desse gênero. Não era, assim, possível sequer tentar reatar as negociações sobre a criação do segundo cardeal brasileiro, como era desejo do Ministro Otávio Mangabeira, e haviam sido objeto de um seu recado verbal por mim transmitido ao Embaixador Magalhães de Azeredo. Tudo o que se podia fazer, e fez-se, era entreter um foguinho com a boa vontade do Cardeal Gasparri, e depois com a de seu sucessor na Secretaria de Estado, o Cardeal Eugenio Pacelli. E aguardar pacientemente os acontecimentos.

Estes apresentar-se-iam favoráveis quando da passagem pelo Rio do Cardeal Pacelli, de regresso do Congresso Eucarístico de Buenos Aires em 1934. O Sr. José Carlos de Macedo Soares era então o Ministro do Exterior, e eu estagiava no Itamaraty. Tendo sido o Vaticano meu último posto, achava-me tanto quanto possível enfronhado nos assuntos que lhe estavam relacionados; por conseguinte, em situação de opinar. Fiz ver ao meu Ministro que seria a melhor das oportunidades para, em conversa com Pacelli,

abordar o assunto do outro cardeal brasileiro. Assegurei-lhe que poderíamos contar de antemão com a boa vontade do Secretário de Estado, e, assim, reiniciar as negociações interrompidas. As desavenças passadas já estariam sem dúvida amortecidas, e nada fazia supor que Pio XI mantivesse a intransigência de antes. Acrescia que um dos escrúpulos que embarçavam a Santa Sé para conceder-nos outro cardeal era a necessidade de satisfazer o desejo da Argentina, segundo já aludi, de possuir um prelado seu no Sacro Colégio. Ora, era justamente sabido que o Cardeal Pacelli voltava com a decisão de sugerir ao Santo Padre a criação de um cardeal daquela nacionalidade, recompensa do fantástico apoio que o Governo de Buenos Aires dera ao Congresso Eucarístico ali reunido, e semelhante sugestão valia já como garantia de êxito. Por todas estas razões, eu insistia junto ao Sr. Macedo Soares por que não deixasse escapar a ocasião. Discreto por índole, ele não me disse então até que ponto minhas observações lhe tinham sido úteis. Somente dez anos decorridos, em agosto de 1944, para ser exato, em um almoço em casa de seu irmão José Roberto, é que me declararia haver tratado, naquela época distante, do referido assunto com o Cardeal Pacelli. Ficara então ajustado, em princípio, que o tão ambicionado segundo cardeal seria o Padre Leonel Franca, jesuíta, ao qual caberia também ser Cardeal de Cúria, isto é, presidiria uma das Congregações Vaticanas, devendo por este motivo passar a viver em Roma. Infelizmente as coisas não tiveram andamento por ter o Padre Franca caído doente, moléstia grave durante a qual chegou a estar quase moribundo.

Pio XI faleceu em fevereiro de 1939. Sucedeu-lhe o Cardeal Pacelli, que adotou o nome de Pio XII. A Argentina obteve o seu cardeal. Que mais adequadas circunstâncias poderia encontrar o Brasil para tornar a pleitear o seu segundo?

Vindo de Lisboa, onde havia servido em qualidade de Conselheiro de nossa Embaixada, chegava eu ao Rio para nova estada no Ministério, desta vez como Chefe da Divisão Política e Diplomática. Coincidia com a mudança de Papas. Aproveitei o ensejo que se me oferecia para preparar as necessárias instruções para a Embaixada na Santa Sé, instruções a respeito do debatido assunto do cardeal que almejavamos. Hildebrando Accioly encontrava-se então à frente daquela missão; não haveria pessoa mais indicada para prosseguir com êxito nas negociações. Tudo pronto, submeti meu trabalho à aprovação do Ministro de Estado, que era o Sr. Osvaldo Aranha. Nem sequer o leu. Logo exclamou:

— O quê? Um segundo cardeal? Você está louco? Acha pouco o que temos aqui para nos dar que fazer? E o dinheiro que isso nos vai custar! Depois, pensa você que o que está aqui quer lá um outro para lhe fazer concorrência? Não, de cardeais basta um!

Bastava um. O pior é que acabamos por perder esse único sem que nos tivesse sido dado outro. E nossa situação no continente inverteu-se: durante muitos anos, dos países latino-americanos, somente o Brasil tinha assento no Sacro Colégio; esta prerrogativa passara à Argentina. Para numerosos espíritos, cuja concepção de prestígio internacional, ou mesmo de política internacional, diverge radicalmente do que em geral se entende por isso, tais minúcias não têm importância, e um cardeal não passa, para eles, de uma velharia, de tradição de uma época que já cheira a mofo e não se adapta mais ao dinamismo de nossos dias. Para mentalidades desta espécie, mais vale vender duzentas sacas de café aos Estados Unidos da América do que esforçar-se por receber uma

mercê do Vaticano. Além do que, conforme acentuou o Sr. Osvaldo Aranha, um cardeal *custa* dinheiro, ao passo que o café *produz* dinheiro. Se na época em que Dom Sebastião Leme deixou este mundo tivesse havido eleição de novo Papa, exclusivamente a Argentina, das nações latino-americanas, teria direito a participar da assembléia cardinalícia. O Brasil, coitado, ficaria a ver navios... Porém, sempre para os mencionados espíritos, que podia isso significar? Uma simples cédula lançada à urna do Conclave. Uma eleição, mesmo de Papa, pouco ou nada interessava aos homens que dispunham então do poder no Brasil. Pois não se estava em plena ditadura? Além do que, que lucrávamos nós com um novo Pontífice, fosse ele Pio, Clemente ou Gregório? E que era, afinal, o Papa? Um simples padre de batina branca.



---

## No Vaticano

Na manhã de 22 de novembro de 1928, mês e tanto depois de minha chegada a Roma, entrava eu pela primeira vez na Basílica de São Pedro a fim de assistir à inauguração do monumento a Bento XV, antecessor de Pio XI. Também pela primeira vez via de perto este último, pois dias antes apenas o avistara à distância, ao altar da Capela Sistina, rezando missa pelos cardeais mortos durante o decorrer daquele ano. Em São Pedro aconteceu que lhe fiquei ao lado, a escassos metros do trono, ou melhor, da cadeira que lhe era destinada. Além do que, o Papa não estava paramentado, como na Sistina, com as vestes sacramentais, vestes que mal deixavam descortinar sua silhueta. Usava ali sua habitual batina branca. Era, pois, um Papa mais humano e mais acessível. Deu-me logo a impressão, que se confirmaria mais tarde, de um homem voluntarioso e de personalidade definida, pelos gestos incisivos das mãos, pela expressão autoritária do olhar, o som forte e martelado da voz, que eu ouvia também pela primeira vez, fazendo o elogio de seu predecessor, após um curto discurso do Cardeal Mistrangelo, Arcebispo de Florença.

Minha apresentação oficial a Pio XI realizar-se-ia no mês seguinte, a 27 de dezembro, na denominada “audiência do Natal”, que o Santo Padre costumava conceder separadamente a todas as Missões diplomáticas acreditadas junto à Santa Sé. Naquela ocasião fomos todos da reduzida Embaixada, visto esta contar apenas com três funcionários de carreira: o Embaixador Magalhães de Azeredo, o Conselheiro Jerônimo de Avelar Figueira de Melo e eu. Na forma do costume, vestíamos nossos uniformes diplomáticos.

À entrada do Vaticano fomos recebidos pelos oficiais da Guarda, e, logo depois, pelos dignitários da corte papal. Estes nos conduziram através de vários salões com paredes forradas de damasco vermelho, e onde pelotões de guardas, em grande uniforme, nos prestaram as continências do estilo. Atingimos por fim a antecâmara do Papa. Daí, Magalhães de Azeredo foi convidado a passar à biblioteca do Sumo Pontífice, peça situada ao lado. Ficamos, Figueira de Melo e eu, na companhia de alguns oficiais e preladados. Entre os segundos estava Monsenhor Camilo Caccia-Dominioni; gordo, enorme, pesado. Desempenhava o cargo de *Maestro di Camara* de Sua Santidade, e seria elevado a

cardeal em 1935. Quando da morte de Pio XI, em 1939, caber-lhe-ia, como cardeal datário, anunciar o nome do novo Papa. Faleceu em 1946 com a idade de sessenta e nove anos.

Durante minha estada em Roma, privaria repetidamente com Monsenhor Caccia-Dominioni, e toda vez que veria o Papa lá estaria ele ao lado, com aquele seu corpanzil, sempre buliçoso e impaciente. Colocava-se geralmente de pé, junto ao trono, e, por sua atitude irrequieta, não parecia exercer suas altas funções com a serenidade que se esperaria de um prelado de sua categoria. Por vezes dava mostra de enfado durante os extensos discursos de Pio XI, na verdade demasiado longos, pois que ao Pontífice agradava falar. E manifestava seu desassossego consultando amiúde, à vista do público, um grosso relógio que trazia sob a batina, como a significar que já era o momento de Sua Santidade terminar com sua arenga. Entretanto Monsenhor Caccia-Dominioni era um bom sujeito, de gênio excelente, apreciador da boa mesa e do bom vinho, tipo do abade *bon viveur*, e sempre pronto a nos servir ou a ser útil em qualquer coisa. Tornou-se, assim, muito popular nas rodas diplomáticas acreditadas junto à Santa Sé; e, quando se precisava de uma informação mais segura, de uma bênção do Papa, de uma audiência privada ou semiprivada, fora daquelas concedidas pelo Sumo Pontífice às dezenas de peregrinos que afluíam diariamente a Roma, sabíamos que bastava recorrer aos seus préstimos.

### XXX

Voltemos à “audiência do Natal”. Passados alguns minutos, fomos introduzidos na biblioteca de Pio XI, onde já se encontrava nosso Embaixador.

Até Leão XIII, os Papas recebiam sentados no trono os membros do Corpo Diplomático. Efetuavam-se então estas audiências no salão principal. De Pio X em diante os costumes no Vaticano, como um pouco em toda parte, se foram simplificando. Já Bento XV recebia em seu gabinete ou em sua biblioteca particular, como o fazia agora Pio XI. Até Pio X era obrigatório, para os católicos, beijarem ou pelo menos fazerem menção de beijar os pés do Pontífice, inclinando profundamente, de joelhos, diante de Sua Santidade. Bento XV, numa antevisão da mudança que se operaria no mundo, julgou conveniente pôr termo a esta prática.

Ao penetrar no gabinete do Papa, fiz as três reverências do estilo: a primeira à porta de entrada, a segunda no meio da sala, e a terceira ao pé do Pontífice. Depois fiz menção de ajoelhar-me, o que ele não permitiu, alcançando-me com a mão estendida, a qual também não me deixou beijar. A audiência passou-se de pé. Magalhães de Azere-do, ao lado de Pio XI, procedeu às apresentações. Trajando sua imaculada batina branca e tendo o solidéu pousado sobre a cabeça, o Papa estava sentado em frente à sua grande mesa de trabalho colocada sobre um estrado.

Dirigiu-me umas poucas palavras, que deviam ser mais ou menos as de praxe: se era a primeira vez que ia a Roma, se gostava da cidade. Em seguida, abençoando-me, desejou-me toda sorte de felicidades. Retiramo-nos então os três, fazendo, ao sair, as mesmas reverências que ao entrar. Figueira de Melo, muito comprido e meio desengonçado, as pernas longas e bambas, era algo grotesco ao fazer as ditas reverências, que ele

exagerava, curvando-se até quase o chão e arriscando tropeçar na espada do uniforme que pendia de um lado.

## XXX

Com que espécie de sentimentos deixei, naquele dia, o gabinete de trabalho de Pio XI? Será difícil dizer. Como católico praticante, é claro que saí reconfortado com minha apresentação ao Sumo Pontífice, a bondade do seu acolhimento, e a bênção que se dignou dar-me. Mas não saí emocionado. O homem de batina branca, do qual me aproximei, não me inspirou aquele sentimento de profunda emoção, de quase indescritível emoção que um católico deveria sentir em face do Chefe da Cristandade. Possivelmente devido ao que chamarei as qualidades negativas do Papa, quer dizer, sua máscara pouco simpática, por vezes mesmo pouco atraente, os traços fortes de sua fisionomia, a pouca doçura deles, de seu olhar, de sua voz, seus gestos bruscos, desprovidos do ar protetor, paternal, que devera ser o do pai espiritual de todos nós. Não duvido nem de longe que Pio XI fosse detentor da totalidade das virtudes de um Pontífice. Porém o que antes me impressionou nele foi o chefe de Estado, não no sentido político do termo, mas sim no do homem de autoridade, do que tem consciência de possuir o mando nas mãos, e, por isso mesmo, sabe como impor-se. Outra faceta que me atraiu a atenção foi o muito que demonstrou ter de um professor, de um homem de gabinete, habituado aos livros e aos estudos. E é o que de fato ele era. Antes do mais, era um temperamento voltado para as coisas do espírito, um grande erudito, desejoso de aprender e de saber. Aliás, uma parte considerável de sua carreira eclesiástica decorrera entre os livros. Nascido em 1857 (no mesmo ano em que nascera meu pai), fez seus estudos em Roma, de onde saiu doutor em teologia e direito canônico. Não tardou que fosse nomeado professor no grande seminário de Milão. Nesta cidade ingressou, alguns anos depois, na famosa biblioteca ambrosiana, que lhe foi um acesso à biblioteca do Vaticano, da qual viria a ser diretor.

Passou, assim, cerca de vinte anos no meio dos livros, lendo, consultando os velhos mestres, ampliando seus conhecimentos ou adquirindo novos, numa ânsia insaciável de saber. Quando teve que deixar o setor dos livros e tomar outra direção em sua carreira, foi para ocupar quase imediatamente a cátedra de São Pedro. De fato, nomeado Núncio Apostólico em Varsóvia em 1919, dois anos depois era feito Arcebispo de Milão e recebia o chapéu de cardeal. O espaço de um ano mais, e seria eleito Chefe da Cristandade. Raramente se veria tão rápida ascensão de um prelado. Por dezessete anos governou a Igreja de Cristo.

## XXX

Do gabinete do Papa fomos encaminhados para o do Secretário de Estado, que era o velho e manhoso Cardeal Gasparri. O tratamento de *Eminência* dado aos cardeais foi-lhes concedido por decreto de 10 de junho de 1630 do Papa Urbano VIII. Era pois mister não olvidar que, ao dirigir-nos àquele alto dignitário, ou a outro de idêntica categoria, devíamos empregar aquela palavra.

O Cardeal Pietro Gasparri era tio de Monsenhor Enrico Gasparri, que fora Nuncio no Rio de Janeiro e também seria um dia elevado a cardeal. Naquela ocasião este era Prefeito do Supremo Tribunal da Assinatura, cargo até certo ponto decorativo, para o qual não se exigiam dotes extraordinários, o que significa que o Cardeal Enrico era a pessoa indicada para ocupá-lo. No fundo, ele era apenas o sobrinho do Cardeal Secretário de Estado, representante, pois, o mais qualificado, do princípio do nepotismo, tradicional na história da Igreja.

Esses Gasparri estavam ligados se não propriamente ao Brasil, ao menos a Portugal na pessoa do célebre Mencacci, do qual descendiam. Mencacci hospedara outrora o Infante Dom Miguel, irmão do nosso Dom Pedro I, quando perdera o trono português que usurpara à sobrinha e noiva, a depois Rainha Dona Maria II. Fugindo de sua pátria, Dom Miguel asilou-se em Roma, onde o acolheram os Mencacci. Esta hospitalidade iria custar à família sua decadência financeira, pois o príncipe português fartou-se de explorar aquela generosidade. Usava, como se lhe pertencessem, os três famosos palácios que os Mencacci possuíam: o Perreti, em Albano, que fora residência de verão dos Pontífices; o de Anzio, sobre o mar Tirreno, comprado por Paulo Mencacci ao príncipe de Sarzina; e o de Roma, denominado palácio Caponi, na via Ripetta, que passou depois às mãos dos Jesuítas, e ainda assim se conservava no meu tempo. No salão nobre deste último existia uma lápide recordando a estada de Dom Miguel.

O velho Cardeal Gasparri representava o tipo que em geral se concebe de um verdadeiro italiano: corpulento, grosso, moreno, de rosto largo, olhos negros e espertos. Era então a maior autoridade da Igreja Católica em direito canônico, e desfrutava grande prestígio no Vaticano, como prelado e como homem erudito. Antigo professor da Universidade Católica de Paris, era autor do afamado *Codex Canonicus*. Foi um dos artífices dos acordos de Latrão, que restabeleceram as relações entre o Papa e o Rei da Itália; e este insigne serviço lhe será eternamente tido em conta na história da Igreja, prova do reconhecimento que lhe é devido.

Tinha um ar petulante de dizer as coisas; e esta franqueza, esta sua, por vezes, rudeza destoava um tanto da maneira suave e das frases medidas que caracterizavam a diplomacia do Vaticano. Mas não passava isto, talvez, de um mero recurso de sua astuciosa inteligência, um meio de que usava, e amiúde abusava, para dizer certas verdades aos Embaixadores estrangeiros que o caceteavam com suas impertinências. Quando de nosso desentendimento com a Santa Sé a respeito da nomeação de Monsenhor Beda Cardinale para a Nunciatura do Rio de Janeiro, nomeação, conforme já referi, recusada pelo Governo brasileiro, o Cardeal Gasparri empregou esse recurso com grande êxito. A Magalhães de Azeredo disse o que bem quis; e o Embaixador ouviu o que não queria, vendo-se, ainda por cima, na contingência de confessar-se sumamente penhorado, não pelas franquezas de Sua Eminência, mas pelo tom paternal e em extremo cordial com que proferiu as mais duras verdades.

### XXX

Do gabinete do Secretário de Estado, fomos visitar Monsenhor Giuseppe Pizzardo, Secretário dos Negócios Extraordinários, e Monsenhor Borgoncini-Duca, Diretor-

Geral da Secretaria de Estado. Eram visitas protocolares, que se efetuavam geralmente nos derradeiros dias do ano, sendo que, daquela vez, ofereciam a meu Chefe a oportunidade de apresentar-me aos mais categorizados dirigentes da Secretaria de Estado do Vaticano. O cargo de Monsenhor Pizzardo correspondia ao de Subsecretário de Estado, o que o tornava, por conseguinte, substituto do Cardeal Gasparri nas ausências e impedimentos deste. Em 1929 Monsenhor Borgoncini-Duca abandonaria a Diretoria-Geral a fim de desempenhar o cargo de Núncio Apostólico junto ao Rei da Itália, criado em virtude dos acordos de Latrão. Ali ficaria longos anos. Na Diretoria-Geral foi substituído por Monsenhor Alfredo Ottaviani, que já trabalhava sob suas ordens, e mais tarde seria também o sucessor de Monsenhor Pizzardo na Secretaria dos Negócios Extraordinários. Foram dois estágios que evidentemente contribuíram para a posterior elevação a cardeal de Monsenhor Ottaviani.

Como Secretário da Embaixada e sobretudo como Encarregado de Negócios, tive que contatar freqüentemente com Monsenhor Ottaviani, e foi-me, assim, dado apreciar as qualidades de que era dotado: sua urbanidade, sua modéstia, sua dedicação. Passava por ser medíocre e sem ambição. Podia não pretender ser muita coisa. Porém, se era medíocre, esta sua mediocridade era largamente compensada por uma grande dose de bom-senso, pelo equilíbrio de seus predicados ou mesmo de seus defeitos, e pela constante serenidade de seu espírito. Era um homem bondoso, sem maldades, sem preconceitos, desses que vêem em tudo o melhor, e cuja tolerância não é senão o reflexo de um constante otimismo.

Já Monsenhor Pizzardo, que, à semelhança de meu colega Otávio Brito, tinha “mãos de prelado”, era em tudo uma pessoa totalmente diferente. Muito inteligente, muito vivo, astucioso como ninguém, era um dos mais dissimulados administradores do Vaticano. Sabia dizer justo o que queria, falando pouco e pausadamente, com ar de quem não dava importância ao que dizia, mesmo quando tratava dos mais relevantes assuntos. Mas, sempre com aquele aspecto de distraído, também sabia ouvir o que queria. Conseqüentemente não podia deixar de ser um homem perigoso.

Sem embargo, todos no Corpo Diplomático o estimavam, sobretudo pelas suas boas maneiras, por sua diligência, por sua prestabilidade. Conhecia perfeitamente os assuntos de seu departamento, sabia exatamente o que pretendia, e, apesar de ser dissimulado, sabia também ser franco quando entrava em causa o verdadeiro interesse da Igreja. Não recorria então a engodos ou a mentiras clássicas e tradicionalmente usadas para enganar ou “tapear”, como se diz no Brasil, os agentes estrangeiros. Disso lhe éramos reconhecidos.

Magalhães de Azeredo o considerava um bom amigo do Brasil; e é certo que sempre nos auxiliou naquilo que podia, isto é, desde que não contrariasse ou sequer afetasse o interesse da Igreja ou da política da Santa Sé. Não tinha rancores nem preconceitos, pois era uma alma fria, embora nem sempre serena, de vez que não raro deixava transparecer a sua contrariedade. Contudo conversar e tratar com ele era fácil, e, nas nossas aludidas dificuldades com o Vaticano, ou antes com Pio XI, foi-nos infinitamente útil.

Sua autoridade na Santa Sé era incontestável, não só pela categoria da posição que ocupava, logo abaixo do Secretário de Estado, como por suas qualidades pessoais.

Teria em toda probabilidade substituído o Cardeal Gasparri, quando este deixou a Secretaria de Estado logo após os acordos de Latrão, se já lhe houvessem sido conferidas as honras cardinalísticas. Neste caso, a história da Igreja teria seguido outro caminho, e quem sabe se ele não alcançaria um dia até a cadeira de São Pedro. Pio XI dedicava-lhe especial estima, sendo que, em seus últimos anos de vida, Monsenhor Pizzardo pôde considerar-se seu cardeal *in pectori*. Pouco tempo depois de eu ser removido de Roma, este entrou para o Sacro Colégio, e foi nomeado prefeito da Congregação dos Seminários, uma das funções mais importantes da administração vaticana. Era ainda relativamente moço. Embora nunca lhe tivesse cabido sentar-se no trono papal, acho que, para não falar dos dotes morais, seu físico se prestava àquela dignidade, sabido que, para ser eleito Pontífice, é preciso ter *cara*. Não usando óculos, fazia lembrar, à primeira vista, o Papa Della Chiesa, Bento XV.

## XXX

Depois da visita aos dois Subsecretários, fomos ver o Cardeal Merry del Val, que fora Secretário de Estado de Pio X, e morava em uma pequena casa — a que eu chamava *garçonnière* — existente na própria Cidade do Vaticano. Foi mais tarde demolida.

Merry del Val era um grão-senhor em toda a acepção da palavra: pela fidalguia do porte, pela elegância das maneiras, pelo requinte da educação, e também pela extrema liberdade e irresistível sedução do espírito. Andava beirando os setenta anos, mas conservava um ar de mocidade, de frescura e de boa saúde que todos invejavam. De alta estatura, tez clara e rosada, era um belo homem, beleza que era ainda realçada por uma irradiante simpatia. Recebeu-nos num vasto salão mobiliado com certo luxo, e, fazendo-nos sentar a seu lado, deu-nos alguns instantes de uma prosa rica em conceitos dignos e elevados. Tinha incontestavelmente o aspecto de um príncipe da Igreja. Vivía ali cercado de dignitários, de secretários, de homens de *libré* e de guardas que formavam uma verdadeira corte. Ainda neste particular mostrava-se o grão-senhor.

Pertencia de fato a uma antiga família da aristocracia espanhola, possuidora não só de quartéis de nobreza como de largos haveres. Fora educado na Bélgica, ao tempo em que o pai lá representava o rei da Espanha. Transferira-se depois para Roma a fim de completar os estudos eclesiásticos, e aí se deixara ficar até o fim de seus dias. Quando o conheci, ocupava no Vaticano o cargo de Sacristão de São Pedro. Em Londres eu havia encontrado a um seu irmão, que era o Embaixador da Espanha junto à corte de Inglaterra. Este não inspirava a mesma simpatia que o Cardeal. Tão pouco tinha seu modo acolhedor nem a beleza serena do rosto. Mas era de igual estatura, fazia-se também notar por sua distinção, e mostrava idêntica linha de gente de boa raça. O Cardeal morreria algum tempo após a visita que lhe fizemos naquele final de ano. Seria enterrado na cripta da Basílica de São Pedro, ao lado de Pio X, o Santo Papa, seu amigo e seu mestre, seu constante e leal protetor.

## XXX

Amiúde perguntava-me a mim próprio por que razão não teriam escolhido a Mer-

ry del Val para Papa, pois que, a meu ver, reunia para isso o total das qualidades exigidas. Certa ocasião resolvi fazer a pergunta a um prelado muito entendido nos assuntos da Igreja. Respondeu-me que tal nunca seria possível por dois motivos: primeiro porque Merry del Val não era italiano; segundo porque fora Secretário de Estado.

Não sendo italiano, explicou, dificilmente reuniria os sufrágios dos cardeais italianos; sendo estrangeiro, também dificilmente conseguiria os votos dos cardeais estrangeiros, já que estes rivalizavam em questões de nacionalidade, e só se punham de acordo quando se tratava de uma candidatura italiana. Tal era a política do Sacro Colégio. Além disto, havia a tradição que pesava em todos os atos da Igreja, e a tradição era favorável aos papas italianos. Devia levar-se ainda em conta numerosos outros fatores que se opunham à eleição de um papa estrangeiro, aquilo que Bismarck chamava “os imponderáveis” e dificilmente podiam ser percebidos por quem não fosse perfeito conhecedor do que ocorria entre os muros quase impenetráveis do Vaticano. A cabala de votos, o jogo dos interesses, as flutuações das candidaturas, as surpresas de toda a hora, que modificavam por vezes uma situação considerada definitiva, eram alguns dos ditos fatores que regra geral escapavam à compreensão ou simples percepção dos leigos e até de prelados a par da maneira de agir da Santa Sé. Os sentimentos dos cardeais italianos, pela convivência que mantinham em Roma, convivência não somente de corpo como também de espírito, as oportunidades que se lhes ofereciam de externarem ou trocarem suas opiniões, podiam ser mais ou menos compreendidos. Já o mesmo não se poderia dizer com relação aos cardeais estrangeiros, pois cada um deles chegava de um determinado ponto do globo terrestre, e trazia os preconceitos peculiares às suas raças ou às suas educações, os interesses privativos de suas igrejas, de seus governos e de seus nacionais, e até seus interesses pessoais.

Nem todos eles eram fáceis como aqueles três cardeais alemães das relações da famosa Rainha Cristina da Suécia. Empenhada em que seu amigo o Cardeal Rospigliosi sucedesse no papado a Alexandre VII, despachou para Roma os mencionados cardeais. Porém, à revelia deles, seguiu uma recomendação: para lhes obterem os votos, que lhes fornecessem em um só dia todo o vinho que o Sacro Colégio era capaz de consumir no ano inteiro; que não prestassem maior atenção ao que eles diriam, porque, se estivessem bêbados, se retratariam quando sóbrios, assim como negariam, quando embriagados, tudo o que haviam afirmado em estado normal. Que os conselhos da Rainha Cristina não foram vãos teve a prova: seu protegido, Rospigliosi, foi efetivamente eleito Papa e tomou o nome de Clemente IX.

Se, pela circunstância de ser estrangeiro, dificilmente poderia Merry del Val ter alcançado a cátedra de São Pedro, mais difícil ainda o seria por ter ele exercido as funções de Secretário de Estado do Pontífice falecido. A posição era comprometedora e estava ligada a toda sorte de interesses da Igreja e dos países estrangeiros. Era desses cargos onde raramente se ganham amigos ou se criam dedicações. Não concorria, assim, para a angariação de votos em um futuro conclave. Sim, porque aquelas respeitáveis figuras de cardeais, apesar da auréola quase divina que os cercava, eram tão humanos quanto qualquer um de nós. Um conclave é, antes de tudo, uma eleição; conseqüentemente prevalecem as simpatias pessoais, as preferências ou os preconceitos, as conve-

niências individuais, muito embora subordinados aos interesses maiores da Igreja Católica.

A tradição também contribuía fortemente para que um antigo Secretário de Estado não fosse eleito. Ora, para o Vaticano a tradição valia muito. Indicava ela que a um Secretário de Estado, sobretudo o tendo sido do Papa que acabava de desaparecer, não devia caber a sucessão deste. Associado intimamente à política do Papa defunto, senão o próprio autor desta política, sua escolha significaria, em última análise, a continuação do mesmo pontificado, embora na pessoa de outro prelado. Por mais tradicionalista que a Igreja fosse, chegando o momento de inaugurar um novo pontificado era-lhe conveniente não uma política nova, porque enfim seguia princípios imutáveis, porém novos processos ou novos métodos, com recursos diferentes, com outra gente ainda não gasta nas engrenagens do Estado pontifício.

A confirmar esta tradição, houve, no início do século atual, o caso do Cardeal Rampolla, Secretário de Estado de Leão XIII. Sua eleição foi anulada por imposição do Imperador da Áustria, Francisco José, que, para isso, usou, pela última vez aliás, do direito de veto reconhecido a certos soberanos católicos.

Mas, como não há regra sem exceção, o precedente seria interrompido em 1939, na oportunidade do falecimento de Pio XI. O Cardeal Pacelli, que até aquele momento era o Secretário de Estado, foi o escolhido para a sucessão deste. É verdade que tinha todas as possibilidades de êxito, mas também é quase certo, na linguagem vaticana, que “quem entra Papa no conclave sai cardeal”. Não há dúvida que, com relação a este dito, a previsão mostrou-se totalmente errônea.

Merry del Val não pôde, pois, ser Papa, ou porque não tivesse nascido italiano ou porque desempenhara o cargo de Secretário de Estado. Mas ninguém negaria que, em compensação, possuía o que nem sempre tinham os cardeais: uma máscara papal. Sim, porque, conforme suas respectivas figuras, havia cardeais papáveis e cardeais não papáveis. Perguntei um dia ao Embaixador Magalhães de Azeredo se achava possível o Cardeal Gasparri, pessoa de vasto saber e de considerável influência na Igreja, chegasse a ser Papa. Respondeu-me prontamente: “Não. Não tem cara para Papa”. É que se precisava também ter uma cara, uma figura de Papa; e a do Cardeal Gasparri, grossa, larga, algo vulgar, não servia.

Saindo da casa do Cardeal Merry del Val, atravessamos a estreita porta que dividia o Vaticano da cidade de Roma, e fomos fazer uma visita de cortesia ao velho Cardeal Vanutelli, que era então o decano do Sacro Colégio. Residia no palácio da Propaganda, nas imediações da *piazza di Spagna*. Vivia ali seus últimos anos de vida, e andava já naquela época pelos seus noventa e alguns de idade. Faleceria dentro em pouco. Dos dois irmãos Vanutelli, ambos cardeais, era o mais moço. O outro, que então não mais pertencia a este mundo, estivera na Nunciatura Apostólica do Rio de Janeiro. O que nos recebia, não obstante sua idade avançada, era ainda esperto e de olho vivo; magro e alto, caminhava com o desembaraço de um jovem seminarista. “Sólido como um carvalho”, dizia dele Carton de Wiart, o estadista católico belga, que o conhecera Núncio em Bruxelas. Gostava de conversar, e, para tal, era dotado de uma das melhores condições: excelente memória. Extremamente simpático, acolheu-nos com uma cortesia, conforme diziam os italianos, *squisita*, e a mim, que lhe indagava em que data havia sido feito

cardeal, respondeu com uma mal disfarçada vaidade que era o único cardeal vivo que restava do pontificado de Pio IX, isto é, acrescentou, do tempo em que o Papa era rei de Roma. Queria referir-se à época em que a Santa Sé desfrutava também o poder temporal, e o Papa era o chefe de Estado em Roma. Depois disso, muita água correu sob as pontes.

A morte do Cardeal Vanutelli proporcionou-me a oportunidade de prestar um serviço que não me seria seguramente possível em outra qualquer ocasião. Foi o caso que Dona Laurita Raja Gabaglia, filha do ex-Presidente Epitácio Pessoa, e que fora a Roma para a cerimônia da imposição do chapéu cardinalício a Dom Sebastião Leme, estava interessada em examinar o processo de santificação de Santa Teresinha do Menino Jesus, a santa que era de sua e seria depois de minha predileção. Desejava obter um exemplar impresso do citado processo que se fizera então na Santa Sé, do processo completo, obra de raríssimos exemplares distribuídos apenas entre um grupo limitado de altos prelados da Igreja Católica, entre os quais se contavam, naturalmente, os Cardeais contemporâneos desse processo.

Ora, aconteceu que, tendo-me Dona Laurita feito o pedido, faleceu pouco depois o Cardeal Vanutelli, justamente um dos possuidores do documento em questão. Por intermédio de seu sobrinho e herdeiro, que era das nossas relações na Embaixada, candidatei-me logo ao exemplar que lhe pertencia. Se me tivesse apresentado um pouco mais tarde, certamente não obteria o tão desejado livro (dois grossos volumes) encadernado em pele vermelha, cor dos cardeais, pois não faltaria quem o disputasse, mesmo em Roma, a peso de ouro.

XXX



---

## O Cardeal Pacelli

Em começos de 1930 sabia-se que o Cardeal Gasparri havia pedido ao Santo Padre que o dispensasse das funções de Secretário de Estado. Sentia-se velho, cansado, e necessitava aproveitar os últimos anos de vida para desfrutar um pouco o *otium cum dignitate* dos romanos. Tendo contribuído eficazmente para a paz entre a Igreja e a Itália, não aspirava agora a outro prêmio que não fosse um fim de vida tranqüilo e obscuro.

Para substituí-lo, foi escolhido pelo Papa o Cardeal Eugenio Pacelli, até bem pouco tempo atrás Núncio na Alemanha. Não fazia muito que fora elevado à púrpura. É possível que, no momento desta investidura, prevendo que o Cardeal Gasparri não quisesse permanecer muito mais na Secretaria de Estado, Pio XI tivesse já Pacelli *in petto* para seu sucessor. Colocando-o à frente da política exterior da Igreja seria conservar a brilhante tradição deixada por Rampolla e Merry del Val.

Em fevereiro de 1930 Pacelli tomava posse de seu novo cargo. Era ainda relativamente moço, pois contava cinqüenta anos de idade. Por tudo o que dele se conhecia, achavam-no destinado a ter, na Secretaria de Estado, uma atuação do maior relevo. Vinha precedido da fama de ser um dos mais hábeis diplomatas da Santa Sé; e em uma época das mais delicadas para a política da Europa, que foi aquela que se seguiu à guerra de 1914, ele e Monsenhor Acille Ratti eram mesmo as figuras centrais da diplomacia do Vaticano. Serviam então ambos como Núncios: Pacelli, na Alemanha, e Ratti, na Polônia. Ambos também ocupariam sucessivamente o trono de São Pedro.

Grande parte da carreira de Pacelli transcorreu mesmo na Alemanha, para onde fora despachado por Bento XV em 1917, numa hora particularmente trágica para a Igreja e para o mundo. A guerra campeava então por toda a Europa, com todos os seus horrores; e, embora os exércitos combatessem ainda com o ardor de antes, sentia-se que o fim se aproximava. O cansaço dos beligerantes era visível, e, se bem não tivessem logrado êxito umas tentativas de paz a que se procederam, seria possível que outras, mais sabiamente encaminhadas, alcançassem resultados mais positivos. Foi essa a intenção essencial do Papa ao nomear Pacelli Núncio em Munique. (Somente depois de concluída a paz seria a sede da Nunciatura transferida para Berlim). Pareceu-lhe que, sendo

a Alemanha o mais vulnerável dos beligerantes por causa das condições extremamente precárias de sua situação interna, qualquer tentativa viável de paz deveria ter início ali.

Porém, não obstante seus gigantescos esforços, nada conseguiu Monsenhor Pacelli. O Estado-Maior alemão confiava ainda na eficiência de sua tropa; e o fato de esta continuar combatendo em território inimigo, dava-lhe a impressão de poder conservar sobre este a superioridade militar. Não contava, entretanto, com a frente interna do país, que foi justamente a primeira a ceder com a irrupção da guerra civil provocada pelos comunistas. Era o começo da derrocada. A posição de Monsenhor Pacelli tornou-se então melindrosa, sobretudo quando o governo legal fugiu de Munique, e os comunistas de Kurt Eisner se apossaram violentamente da cidade. Não trepidou o Núncio em sair à rua nessa ocasião trajando as vestes sacerdotais e armado com a Cruz, com o intuito de implorar aos vencedores clemência para os vencidos. Recebido, a princípio, com hostilidade, e ameaçado mesmo de ser liquidado sumariamente, acabou, entretanto, por impor aos comunistas sua grande autoridade moral. Graças à sua coragem evangélica, à sua intrepidez e ao seu espírito de decisão, Pacelli evitou para Munique, o que vale dizer para toda a Baviera e possivelmente para parte da Alemanha, a chacina que a todos ameaçava. Este insigne serviço foi-lhe depois publicamente reconhecido pelo Presidente Hindenburg.

### XXX

Vencidos os comunistas, Monsenhor Pacelli presenciaria, pouco depois, novos acontecimentos naquela mesma cidade de Munique. Foi quando o Marechal Ludendorff, de parceria com um sargento de infantaria chamado Adolfo Hitler, tentou assenhorear-se do poder movido pelo intuito de terminar com os últimos vestígios do comunismo, e instituir um governo nacionalista. Falhou, porém, o golpe. Contudo a semente permaneceu, e logo frutificou, cabendo ainda a Pacelli assistir à sua plena florescência em 1933, ano em que o idoso Marechal Hindenburg confiaria a chancelaria do Reich alemão ao antigo sargento de Munique. Já então Monsenhor Pacelli havia sido transferido para Berlim.

Quando o conheci na Nunciatura de Rauchstrasse, bem longe estava de supor que naquele prelado de alta e serena estatura, de uma inteligência sempre pronta e que a todos se impunha pela expressão a um tempo bondosa e autoritária do olhar, encontrava-se uma das figuras mais trágicas da Igreja Católica. Com efeito, Pacelli estava fadado a ser, na nova guerra que ainda não chegara, mas que se podia prever devido à incapacidade dos homens de comporem a paz, a personalidade talvez mais marcada pelo destino.

Depois que assumiu em Roma a Secretaria de Estado, tive diversos ensejos de dele me aproximar. Para mim isso foi sempre um prazer, pelo acolhimento paternal que me dispensava, pela confiança que transmitia e a paz espiritual que inspirava. Era extremamente simpático. Amiúde sorria, até ria, com aquela sua boca larga, de traços fortes e um pouco duros; e neste sorriso residia possivelmente um dos segredos de sua atraente simpatia. Sua maneira de rir fazia pensar na de meu chefe na Liga das Nações, Afrânio de Melo Franco: o mesmo desenho largo da boca, a mesma expressão acolhedora e confiante.

Magro, extraordinariamente magro, silhueta exata de asceta, Pacelli tinha nos olhos, que faiscavam através das lentes espessas dos óculos, um brilho invulgar. Gostava de falar, e era por vezes um grande conversador. Modesto por natureza, humilde em muitas de suas atitudes, tinha, entretanto, uma única vaidade, vaidade um tanto infantil, que se manifestava com ares de quase ingenuidade: a de falar correntemente bom número de idiomas. Nele sentia-se algo transcendente, quase sublime, que o colocava muito acima dos outros mortais; e um observador arguto talvez distinguísse em sua frente alta a marca caprichosa do destino que lhe estava reservado.

Ainda o recorde na noite em que o acolhemos na Embaixada, pouco após sua investidura no cargo de Secretário de Estado. Fui, na minha qualidade de Segundo Secretário, recebê-lo em baixo da escadaria principal, à entrada nobre do edifício. Chegou acompanhado do tradicional criado, a quem competia guardar-lhe a capa e o chapéu cardinalício. Em seguida, dois criados da Embaixada, um de cada lado, empunhando uma vara na extremidade da qual se via uma lâmpada acesa, o escoltaram até o cimo da escadaria. Era a tradição romana mantida em uso desde a Idade Média, quando a precária ou quase nula iluminação das ruas não permitia ver o caminho que se pisava.

Naquela noite, à mesa do jantar, vi resolvido um pequeno problema de protocolo que faria certamente quebrar a cabeça a muito funcionário do nosso Cerimonial, e que era tanto mais engenhoso quanto inédito para mim. O Embaixador mo havia apresentado antes: “O Sr. verá como se resolve o problema de sentarem-se três cardeais à mesa ocupando todos o primeiro lugar”. Acrescentou que para o jantar estavam efetivamente convidados três cardeais: o Cardeal Secretário de Estado, o Cardeal Decano do Sacro Colégio e o Cardeal Camerlengo. O terceiro era o substituto eventual do Papa no interreino entre a morte deste e a eleição de seu sucessor, o que vale dizer uma espécie de Vice-Papa. Ora, devido às funções que cada qual exercia na hierarquia da Igreja, todos três à frente de suas respectivas corporações e em idêntico plano, não era possível sentar nenhum deles em segundo lugar à mesa do jantar. A solução, que à primeira vista tão enigmática parecia, era, no fundo, a mais simples, verdadeiro ovo de Colombo. Um dos cardeais sentou-se ao meio de um dos lados da longa mesa de banquete; e, à sua frente, no lado oposto, um junto ao outro, os dois cardeais restantes, porém colocados de modo que o espaço livre entre ambos coincidesse com o meio do corpo daquele que estava do lado contrário. Desta forma nenhum se pôde queixar de que não lhe tivesse sido dada a honra do lugar mais importante.

### XXX

Em setembro de 1934 o jornal *L'Osservatore Romano* informava que o Papa, então Pio XI, havia recebido “em audiência privada Sua Eminência Reverendíssima o Senhor Cardeal Eugenio Pacelli, seu Secretário de Estado, Legado Pontifício ao Congresso Eucarístico internacional de Buenos Aires”. Esta deslocação de um Secretário de Estado do Vaticano abria um precedente. Era, sem a menor sombra de dúvida, escolha acertada do Chefe da Igreja Católica; antes de tudo, pela intensa vida interior que emanava da pessoa do Cardeal Pacelli e a qualquer impressionava profundamente; mas também por motivos secundário, entre os quais avultava o domínio que tinha do idio-

ma espanhol. Nunca deixa de ser levado em conta pelos naturais de um país o fato de um visitante exprimir-se na língua deles. E neste caso em particular tal aspecto se revestia da maior importância. Por outro lado, embora procurasse escondê-lo, ao Sumo Pontífice não passava despercebido o gosto por viagens de seu mais direto auxiliar. Apresentava-se, pois, a ocasião de satisfazer-lhe uma aspiração.

Embarcou então o cardeal no *Conte Grande*, barco que teve um de seus setores transformado em dependências vaticanas. Era também passageiro meu colega Otávio Fialho, na época Ministro na Bolívia, cuja religiosidade era tão extremada que chegava ele ao ponto de ter permanentemente um padre vivendo em sua casa. Não me parece contudo que lhe tenha sido dada a oportunidade, durante a travessia do Atlântico, de avistar Pacelli amiúde, pois este, a não ser para celebrar a missa dominical, jamais abandonava a parte no navio que lhe era destinada.

Foi ao regressar do citado Congresso Eucarístico, o 32º internacional, que o Cardeal Pacelli deteve-se dois dias no Rio de Janeiro, onde recebeu as mesmas imponentes manifestações de que havia sido alvo na capital argentina. O próprio Presidente Getúlio Vargas foi o primeiro a saudá-lo, indo pessoalmente a bordo. Ofereceu-lhe depois um banquete da maior gala, e condecorou-o com a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul. Durante sua estada em terras cariocas, o cardeal timbrou em responder em português às saudações que lhe dirigiam, inclusive à que lhe foi feita na Câmara pelo então Deputado Raul Fernandes, o que causou a melhor das impressões em nossa gente.

### XXX

A 10 de fevereiro de 1939, após dezessete anos de Pontificado, extinguiu-se o Papa Pio XI, a quem se deve uma acentuada aproximação da Igreja com vários Estados, inclusive a assinatura dos acordos de Latrão, em 1929, acordos que, como é sabido, solucionaram a questão da soberania do Sumo Pontífice sobre a Cidade do Vaticano.

Sendo, no momento da morte, Secretário de Estado, entendeu o Cardeal Pacelli que devia demitir-se imediatamente do cargo que ocupava. Era sua intenção, uma vez terminado o conclave, no qual, por sua alta categoria, era obrigado a participar, deslocar-se logo à Suíça. Neste sentido, preparou o passaporte e conversou com seu médico. Porém, no dizer dos romanos, aquele que entra *papabile* (isto é, com probabilidades de ser eleito papa) no conclave sai cardeal. E foi justamente a Pacelli que veio a caber a missão de chefiar a Igreja de Cristo.

O conde Pignatti, Embaixador da Itália junto à Santa Sé quando da eleição de Pacelli, dizia que este era “o cardeal preferido dos alemães”. Por certo tinha igualmente as simpatias do Governo italiano, muito embora Mussolini, com uma inexplicável indiferença pela Igreja, o que não devia ser sincero nele, houvesse dito, ao lhe ser perguntado quem achava seria o novo Papa: “Se for um italiano, muito bem; se for um estrangeiro, também muito bem”. Contudo conta-nos Ciano que o sogro se alegrara com o fato da escolha ter recaído sobre Pacelli.

Mais tarde as relações entre Pacelli, então já Pio XII, e Mussolini tornar-se-iam tensas. Em determinada ocasião dissera mesmo o *Duce* que estava pronto “para despachar para o Céu o Papa e o Rei”. A frase chegou aos ouvidos de Pio XII, que respondeu

a quem lha repetia que “estava preparado para ir para um campo de concentração, pois nada faria contra sua consciência”.

Com relação à referida insensibilidade do *Duce* para com a Igreja, relata Ciano que, ao participar-lhe, em fevereiro de 1939, que o Papa Pio XI havia sofrido um ataque de coração e encontrava-se em perigo de vida, ele se limitara a “dar de ombros com uma completa indiferença”. E, ao comunicar-lhe no dia imediato o falecimento do Pontífice, diz ainda Ciano que tal o deixou “completamente indiferente”.

### XXX

Por falar em conclave, seria interessante lembrar que, nessas ocasiões, há certos cargos confiados a leigos, tal como o de Marechal do Conclave, espécie de guarda daquela assembléia temporária. O Marechal não tem licença de penetrar no recinto onde os cardeais ficam reclusos por vezes dias e dias seguidos, mas cabe-lhe a missão de assegurar-lhes o mais completo isolamento até que a fumaça branca sobre a Capela Sistina anuncie ao povo, de ordinário aglomerado na praça de São Pedro, que foi finalmente escolhido o sucessor do Papa desaparecido. No conclave que elegeu Pio XII, em 1939, a alta função foi exercida pelo Príncipe Ludovico Chigi Della Rovere, que eram também grão-mestre da Ordem Soberana de Malta. O cargo de Marechal do Conclave é hereditário, e acha-se naquela família desde 1912, ano em que lhe foi conferido pelo Papa Clemente XI.



---

## No hotel Plaza

Quando cheguei a Roma, e antes de instalar-me em um apartamento da via Basilicata, no quarteirão Ludovisi (depois mudar-me-ia para outro localizado no corso d'Itália), fui residir no hotel Plaza, no corso Umberto, quase defronte da igreja de São Carlos ao Corso, a mesma onde Pio XI, então padre Achille Ratti, celebrou, em 1879, sua primeira missa. Por sinal que estava eu em Roma quando das comemorações do jubileu sacerdotal do dito Papa, em 1929. Quase todas as nações católicas se apressaram a enviar a Pio XI uma lembrança que pudesse significar um sentimento qualquer de devoção filial ao Chefe da Cristandade. Digo *quase todas* porque uma, pelo menos, fez exceção à regra, e esta foi infelizmente o Brasil. Como de costume, depois de muita indecisão sobre qual seria a melhor maneira de prestarmos nossa homenagem ao Pontífice, acabamos por nada decidir.

Não por culpa da Embaixada na Santa Sé ou do Embaixador Azeredo, que não se cansou de insistir junto ao Itamaraty por que o Brasil não fizesse, como se diz, *o feio*, brilhando com sua ausência na lista dos presentes ao Chefe da Igreja. Sugestões nossas não faltaram, sendo de salientar a que propôs Fonseca Hermes, Primeiro Secretário da Embaixada, de mandarmos uma reprodução em baixo-relevo e em prata da célebre tela de Vitor Meireles, *A Primeira Missa no Brasil*, a fim de que fosse colocada na parte fronteira do altar-mor da igreja de São Carlos, aquela da missa nova de Achille Ratti, como referi. Como idéia, era, a meu ver, a mais original, sendo ao mesmo tempo a mais delicada porque ligava a data pontifícia a um episódio tipicamente brasileiro, caro, por sua vez, à história da Igreja. Nossos homens de Governo compreendem, porém, dificilmente essas coisas, que apreciam em geral por um prisma *trop national*, o que lhes desvirtua desde logo a concepção. O fato é que aquela e todas as demais sugestões foram postas de lado e nem sequer tomadas em consideração. Limitamo-nos a constituir uma Embaixada Especial com os mesmos membros da nossa representação diplomática permanente no Vaticano (Azeredo, Fonseca Hermes e eu) para o fim de apresentar ao Santo Padre as homenagens do Governo brasileiro. Encargo que não chegamos a desempenhar porque Pio XII preferiu não receber, na ocasião, nenhuma Missão Especial.

## XXX

No Plaza estava-se bem. Era um dos melhores hotéis de Roma, só havendo de superior o Grande Hotel, superioridade que residia, aliás, unicamente nas contas de fim de semana. A fama deste último era devida sobretudo à sua precedência cronológica sobre os demais hotéis de primeira categoria, pois na realidade não oferecia nem mais conforto nem mais luxo do que vários outros. O Plaza, o Ambasciatore, o Excelsior eram estabelecimentos considerados novos, enquanto o Grande Hotel era já famoso ao tempo em que Joaquim Nabuco fora a Roma para a missão de limites com a Guiana Inglesa, da qual foi árbitro o Rei da Itália. Isto aí pelo começo do século.

Foi mesmo neste hotel que Nabuco ofereceu aquele decantado banquete, decantado pela originalidade de sua concepção (e também pelo custo), e do qual ainda me falavam em Roma os remanescentes da sociedade daquela era. Sim, foi originalíssimo: mesas dispostas em redor de um vasto lago artificial iluminado nas bordas e rodeado de pedras, verduras, juncos e matérias semelhantes. Balançando em suas águas... uma gôndola veneziana do tamanho natural com luminárias *a giorno*. Se primava pela originalidade, convenhamos que tal banquete era também uma brilhante amostra de rastaquerismo (desculpas pelo galicismo, porém não sei de termo que exprima mais fielmente a idéia). Indagaram certa vez a Lorde Salisbury qual sua opinião acerca da lembrança do Governo português de mandar para Londres, como seu representante diplomático, um sacerdote, pessoa, sem dúvida alguma, de grandes virtudes. *Très moyen-âge*, respondeu. Seguramente diria do banquete de Nabuco: *très sud-américain*. Na verdade custa a crer que um homem com a inteligência, o bom senso e sobretudo o equilíbrio de Nabuco o tivesse sequer imaginado.

Oliveira Lima qualificava os banquetes de Nabuco de *imaginativos*, e dá-nos notícia de um, realizado em Washington, cuja mesa tinha o feitio dos dois continentes americanos.

## XXX

Tinha eu habitualmente, no hotel Plaza, a companhia de João Carvalho de Moraes, Segundo Secretário de nossa Embaixada junto ao Rei. Fazia pouco que entrara para o serviço diplomático. Era um rapaz amável e prestativo, meio brasileiro e meio italiano (a mãe era italiana, assim como dois de seus irmãos, sendo que um desses era oficial do exército italiano), com ótimas disposições para aprender, e, de futuro, far-se-ia um bom funcionário. Tendo um pouco a mania das grandezas, gostava de contar coisas que não eram precisamente de se acreditarem. Mas isto não fazia mal a ninguém. O que valia era ser ele dotado de bom caráter, de fina educação, de uma vontade decidida de identificar-se com a carreira que abraçara. E, neste aspecto, estava muito mais indicado para a diplomacia do que outros mais brilhantes ou mais inteligentes. E mais brasileiros.

Reuníamos-nos geralmente pela tarde no bar do hotel, à hora do aperitivo. A despesa era *discutida* aos dados, sob o olhar paternal do *barman*, o excelente Servini. Nossa roda consistia nos Secretários das duas Embaixadas — João Fonseca Hermes, Artur

dos Guimarães Bastos, João Carvalho de Morais – que ali se juntavam após o expediente diário, e do Cônsul do Brasil, Mário Drolhe da Costa, de nariz quebrado à moda dos *boxeurs*, e que era tocador de violoncelo, conhecedor e propagandista de uma camisa “que não sungava”, e casado com uma senhora que Paulo Silveira insistia em classificar de “didática”. O ideal de Mário Drolhe da Costa seria sua transferência para o Corpo Diplomático, o que naquele tempo não era fácil, visto não existir ainda a fusão dos quadros. Não podendo vestir o ambicionado fardão dos diplomatas, contentava-se em usar o da Marinha, permitido aos cônsules, e com o qual se fizera fotografar para a carteira de identidade, a *tessera*, que nos fornecia o Governo italiano. Pensava com isso iludir os agentes da Polícia, com os quais vivia em terra por causa da colocação de seu automóvel ao lado dos C.D., reclamando, para tal, regalias que aos cônsules não eram atribuídas.

### XXX

Por vezes o grupo aumentava com a presença de Luís Sparano, Adido Civil à Embaixada junto ao Quirinal, onde também figurava como substituto do Adido Comercial, então o Dr. Deoclécio de Campos, antigo deputado federal pelo Pará. Luís Sparano era um dos mais complicados enigmas do Itamaraty, enigma que consistia em descobrir, ou melhor, em não descobrir se era italiano ou brasileiro. Este problema, de ser ou não ser, nunca chegou a ficar esclarecido. É evidente que ele próprio se dizia brasileiro, nascido no Rio Grande do Sul; e a verdade é que tinha em seu feitio, em sua maneira, mesmo em sua índole, muito de nós. Além do que, falava correntemente o português. Osvaldo Aranha assegurava que seu berço tinha sido de fato o Rio Grande, “filho de um padre muito conhecido em Bagé”, dizia. Afirmavam outros, com idêntica convicção e não menos maldade, que era italiano, havendo até quem pretendesse ter visto sua certidão de nascimento, passada em um lugarejo qualquer da Itália. O que desconcertava era que Sparano falava o italiano tão correntemente quanto o português, e demonstrava, dos italianos, defeitos substanciais, como, por exemplo, tendência para a confusão, modo algo desabusado de encarar e de fazer as coisas, propensão para as *combinazioni* pouco claras, e irremediável impontualidade. Embora declarando-se brasileiro, não negava se haver alistado, na Primeira Guerra, no exército italiano em qualidade de médico; o que, realmente, não era prova de nacionalidade. Mas também se candidatara ou consentira que o candidatassem a deputado ao Parlamento da Itália, posição que, pela lei, só aos naturais daquele país podia caber.

De tudo isso concluía eu que, sendo filho de italiano, porém nascido no Brasil, Sparano era detentor das duas nacionalidades, do que, aliás, não tinha culpa, e delas se utilizava conforme suas conveniências. Não escondia que, quando de seu primeiro casamento, efetuado em Gênova, exibira documentos em que era tido como italiano. Que os italianos o consideravam um dos seus, prova o seguinte fato: em 1941 Leão Veloso largando a Embaixada em Roma devido a intrigas que ali lhe teceram e quase o levaram à disponibilidade, Sparano, então Ministro-Conselheiro, não pôde assumir a Encarregatura de Negócios por preferir o Governo italiano que este cargo fosse confiado a outra pessoa menos ligada à Itália. Como subterfúgio, Sparano foi mandado servir em Berna.

Fosse, porém, como fosse, o certo é que gozava boa situação junto ao Governo italiano, tanto no círculo dos altos funcionários do Estado como no dos amigos e serviços do *Duce*. Suas relações com Galeazzo Ciano, que naquela época se casara com a filha de Mussolini, eram ótimas. Em determinada ocasião, quando o Sr. Getúlio Vargas tendia para o fascismo e manifestava-se admirador de Mussolini, Sparano foi incumbido, junto a este, de uma missão confidencial das mais delicadas, graças à qual o Governo brasileiro obteve a liberação do tenente Fournier, asilado na Embaixada italiana no Rio de Janeiro. Não foi, assim, necessário recorrer a outros meios, que sem dúvida não contribuiriam para a melhoria de nossas relações com a Itália.

Apesar de desfrutar no Catete uma situação de preferência, Sparano não tinha *une bonne presse* no Itamaraty; e alguns altos funcionários da Casa lhe eram abertamente hostis. Osvaldo Aranha suportava-o, mas não o tolerava. Suportava-o porque, sendo um político, compreendia que não estava em seu interesse entrar em turra com ele, dadas as ligações de ordem pessoal que o prendiam ao Sr. Getúlio Vargas, o grande patrão. O Ministro Aranha conhecia muito bem o Presidente, não há dúvida, e sabia que este não provocaria uma crise no Itamaraty por causa de Sparano, porém mandava a prudência não pôr isso à prova. Preferia transigir com o outro, e até dar-lhe demonstrações exteriores de cordialidade, que Sparano, que tão pouco o estimava, retribuía com a mesma moeda. Tudo considerado, era altamente cômico. Não foi, pois, com surpresa que se soube haver o Sr. Aranha convidado o Sr. Sparano para assistir, em 1943, ao casamento da filha Zazi, embora limitar-se a cerimônia à presença de amigos íntimos e parentes da família. Sparano, que tinha fama de pouco inteligente, mas era sabido e mais astucioso do que muitos gênios, correspondeu devidamente à honra do convite oferecendo à noiva um dos mais ricos presentes que recebeu.

### XXX

Artur dos Guimarães Bastos era, de todos nós, o mais antigo em Roma. Tinha, assim, o direito de falar um excelente italiano, talvez algo rebuscado à força de ler d'Annunzio, mas que não impressionava menos pela beleza das imagens que empregava. É verdade que era poeta e possuía alma de artista, predicados, a meu ver, indispensáveis para extrair daquele idioma toda a sua pujança. Guimarães Bastos fora meu contemporâneo na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio, formando-se dois anos antes de mim. Era uma bela alma, exímia criatura, mas de uma absoluta incapacidade de reação, fraco como menina de colégio, vivendo num mundo de lendas e de sonhos que ele próprio construía para si. Quisera para todos a felicidade; procurava nos homens o que estes raramente tinham, isto é, elevação de pensamento, e nas mulheres o que elas tinham, mas nem sempre sabiam mostrar, quero dizer, formosura e generosidade. Nutria-se, assim, do fictício, e disto lhe resultava uma existência inteiramente artificial. Como fosse impossível conciliar este artificialismo com a vulgaridade da vida real, mortificava-se; e uma grande infelicidade era a consequência. De fato sentia-se infeliz. A tragédia quotidiana achava-se justamene naquela sua constante luta interior, que o levava, para livrar-se dela, a praticar toda sorte de desatinos. No fundo, era uma criança grande.

Um belo dia foi-se de Roma removido para o Paraguai. Daquela cidade augusta,

onde, segundo dissera Afrânio de Melo Franco, só se podia caminhar de chapéu na mão, passou para a tapera que devia ser Assunção. Trocou as tartarugas de bronze do Bernini pelos jacarés sonolentos dos igarapés guaranis.

Antes de partir, mandou refazer seu guarda-roupa: muniu-se de casaca, fraque, de ternos forrados de seda, como se tivesse sido enviado para Paris ou Londres. Sabia perfeitamente que a indumentária mais usada em Assunção era o pijama. Porém isto era a realidade, que, para ele, não contara nunca. Necessitava viver a *sua* vida; e a *sua* vida no Paraguai seria, conforme seu temperamento, aquela que idealizara. É claro que, lá chegando, não precisou desarrumar as malas que continham os novos trajes: meteu-se no pijama e calçou os chinelos. Vez por outra, quiçá, usou roupa de brim e sapatos brancos.

Evidentemente não pôde repetir em Assunção a vida social que Roma lhe oferecia, mas tal não o embarçava porque logo construiu a *sua* vida. Tão pouco o cercou ali o ambiente de saturação artística da Itália. Refugiou-se então na cidadela do seu coração, apaixonando-se por uma dama da terra. Em Roma, amara perdidamente Elena Sangro, estrela de cinema, afamada sobretudo por ter sido uma das numerosas *preferidas* de Gabriel d'Annunzio, circunstância que Guimarães Bastos não se acanhava de salientar, com certeza para valorizar os predicados da rapariga. Ter sido querida de d'Annunzio só podia ser um atestado de boa raça feminina, um certificado da qualidade superior da mulher.

Continuou assim em Assunção a vida sentimental que lograra à margem do Tibre. Apenas trocou a preferida de d'Annunzio pela morena paraguaia. Mas que importava isto para ele? Não eram as mulheres, no fundo, todas iguais? O rosto podia ser outro — mas que importava? A curva da cintura podia também ser outra — mas que importava? O espírito era outro — mas que importava? A *mulher* era a mesma. O mesmo sexo. As mesmas artimanhas de sedução. Os mesmos ardis femininos. Os mesmos recursos de domínio sobre os homens. As mesmas expansões de amor. Em suma, a Mulher.

### XXX

Nesta matéria quem tinha razão e podia falar de cátedra era d'Annunzio. Ninguém como ele conhecera e torturara tantos corações femininos. Aplicava-se-lhe exatamente o que se disse de Chateaubriand: que suas amadas eram como as estrelas do céu: quanto mais a gente as procurava, mais as descobria. O poeta amava a todas: burguesas e nobres, pobres e ricas, cultas e ignorantes; contanto que fosse *uma mulher* no sentido rigoroso do termo. Após uma estoteante representação de *Schéhêrazade*, descia d'Annunzio a escadaria da Ópera de Paris. Também com a intenção de abandonar o teatro, caminhava a seu lado uma encantadora senhora, que pouco antes lhe fora apresentada, envolta em uma magnífica capa de arminho e toda reluzente de pérolas e diamantes. d'Annunzio fitou-a com insistência e, por fim, segredou-lhe: “Venha comigo; teremos uma noite de alegria profunda”. E a dama sem se perturbar: “O momento não é favorável”.

Também em Paris, no hotel Maurice, depois de fazer perder a cabeça a uma senhora que ali se hospedava, deu-lhe impiedosamente as costas. Ela, inconsolável, grita-

va como uma desesperada: “Gabriel! Quero Gabriel!” O gerente do hotel sobe ao quarto a inteirar-se do que se passava. Chama a *femme de chambre* e pede-lhe que vá consolar a senhora. “Ah! senhor gerente, responde a empregada, isto seria mais fácil ao Sr. do que a mim!”

Não cheguei a avistar-me com d’Annunzio. Sua mulher e um dos filhos faziam curtas temporadas no hotel Plaza, porém o poeta jamais ali apareceu. Era sabido, aliás, que vivia praticamente separado da família, e só esporadicamente ia a Roma, assim mesmo em forma discreta e quase despercebida. Precursor que fora do fascismo, dizia-se que Mussolini, enciumado da sua glória e desejando receber sozinho todas as homenagens do povo italiano, mantinha-o afastado da capital numa espécie de exílio dourado. Neste intuito, cedera-lhe uma estupenda vila em Gardone, que o Governo custeava, satisfazendo a um tempo as extravagâncias e a conhecida mania de grandeza do poeta. *Il Comandante* – assim estimava que o chamassem para recordar e homenagear o *raid* famoso que empreendera, em 1919, à frente de uma esquadrilha de aviões, para a conquista de Fiume. Posuo, autografada e datada daquela cidade, uma fotografia histórica de d’Annunzio falando aos seus legionários.

Não se pode afirmar que fosse um poeta popular na Itália, como, por exemplo, o era Carducci. Mas todos ali prestavam homenagem a seu talento. Consideravam-no a expressão mais viva do gênio italiano, mesmo do gênio latino, e reconheciam que, depois de Dante, nenhum outro escritor soubera revestir a língua nacional de uma tão magnífica roupagem de imagens.

Madame de Gramont, que o conhecera, nos anos que precederam a Primeira Guerra, com aquele seu crânio nu, conforme conta, fortemente modelado (e que Mussolini procurava copiar um pouco), sua figura esverdeada como se tivesse sido desterrado de uma vila de Pompéia soterrada pelas lavas do Vesúvio, nos fala de sua sedutora maneira de interpretar a vida e de sua incomparável poesia. Acrescenta que, quando d’Annunzio não *posava* para a galeria, para a burguesia tola das grandes cidades, o que ele, aliás, detestava, falava tal qual sentia, isto é, em poeta, constantemente em poeta, limpando a vida de todo o seu supérfluo, de suas banalidades, das vulgaridades que a entopem, a fim de harmonizá-la e orquestrá-la segundo seus sentimentos de artista. Quanto às mulheres, sempre no dizer de Madame de Gramont, esculpi-as e pintava-as em palavras.

xxx

O bar do Plaza não era grande. Enchia-se, assim, facilmente todas as tardes, à hora do aperitivo, geralmente com membros do Corpo Diplomático estrangeiro, rapazes ociosos da nobreza romana, e um ou outro representante da alta hierarquia fascista. O local não era faccioso. Ao contrário, reinava ali inteira liberdade de opinião, naturalmente dentro dos limites permitidos num regime de ditadura, como era então o italiano. Mesmo porque não se ia lá com a preocupação de política, mas apenas tomar uns quantos *cocktails*, tagarelar sobre a vida romana, e proferir frases amáveis ao belo sexo que floria o local. À noitinha, dispersavam-se todos para o jantar.

Estando só, eu comia habitualmente no hotel, que fornecia um delicioso *menu*.

O caviar russo era quase diário, e o *barolo*, da adega do Plaza, valia bem as perdzes. Acompanhado ou na companhia de amigos, saíamos em demanda de uma das numerosas *trattorias* de Roma. Do Ranieri, por exemplo, nas imediações da *piazza di Spagna*, ou do Faggiano, sob as arcadas da *piazza Colonna*, à sombra das glórias de Marco Aurélio. O Caneppa, perto das termas de Deocleciano, era famoso por suas galinhas assadas girando no espeto à vista do freguês. Havia ainda os Abruzzi, na via Fratina; a Matriciana, na via Viminale; o Castello dei Cesari, encimado pela abóboda de uma antiga construção romana; a Cisterna, no Trastevere. No Alfredo, à via della Scrofa, comia-se senão o melhor, pelo menos o mais afamado *spaghetti* de Roma, um tanto banalizado pela clientela americana, que invadia o local todas as noites, e se havia quotizado, certa ocasião, para oferecer ao Alfredo, dono da *trattoria*, nada mais nada menos do que um talher de ouro, com o qual ele misturava, diante do freguês, o parmesão ao *spaghetti*. Um talher de ouro! Francamente, esses americanos bem podiam ter ficado em Nova York comendo *hot dogs* na Broadway!

Nas tardes ou nas noites de verão, para fugir ao calor, ia-se de preferência ao Valadier, no Pincio, onde havia boa cozinha, ou à Casina delle Rose, na vila Borghese, onde se dançava sob as frondosas árvores do parque, rodeado de *abat-jours* cujos suportes eram enormes garrações vazios de vinho. Se dispostos a ir um nada mais longe ou a sair da capital para gozar o fresco da brisa mediterrânea, bastava-nos seguir uma excelente auto-estrada que, fazia pouco, se abria ao tráfico e era iluminada ao longo de todo o percurso. Alcançava-se Castel Fusano, Fregene ou Ostia, onde se comiam as melhores lagostas da Itália. A menos que se preferisse a direção dos montes Albanos, Frascati, Tivoli, Castel Gandolfo, Rocca Priora, deliciosos sítios de verão, onde antigas famílias da nobreza romana possuíam suas casas. Entre estas, as célebres vilas Torlania, Lancelotti e Aldobrandini. Em Castel Gandolfo tinha o Papa uma residência para onde ia, todos os anos, no forte do verão, depois que os acordos de Latrão lhe permitiram plena liberdade de movimento.

### XXX

No hotel Plaza eram meus vizinhos de mesa o maestro Pietro Mascagni, autor da *Cavaleria Rusticana*, e a mulher, Dona Lina, avantajada em tamanho e em gorduras, com uma espessa cabeleira toda em desalinho e puxando para uma cor difícil de definir; talvez fosse simplesmente oxigenada. Contavam que fora a inspiradora daquela ópera, representada pela primeira vez em 1890, quando Mascagni andava pelos seus vinte e sete anos de idade, e ela devia ser ainda muito jovem — e possivelmente bonita. Tinham um único filho, que também morava no hotel, mas raramente aparecia no salão de jantar. Iria morrer oito anos mais tarde na guerra da Etiópia, deixando os pais inconsoláveis. Nesse tempo a inspiração musical de Mascagni já tinha secado, e ele vivia de uma glória passada.

Vizinhos de mesa, como referi, tínhamos, Mascagni e eu, à hora do almoço, longas conversas que giravam quase infalivelmente em torno da música, único assunto que despertava seu interesse. Dizia apreciar as composições do nosso Carlos Gomes, sendo de opinião que *O Guarani* bem podia figurar entre as melhores óperas do período ro-

mântico italiano, e não compreendendo, assim, por que motivo não era apresentado ao público com maior frequência.

Quanto à *Cavaleria Rusticana*, a obra-prima de meu interlocutor, confesso que dá-me por vezes enfado ao ouvi-la. Sem embargo é uma ópera, por assim dizer, indispensável a todo programa lírico italiano, e penso mesmo que, a igual do repertório de Verdi, terá sempre não direi seus entusiastas porque seria demasiado, mas seus *aficionados*.

Costumava aparecer no hotel, para partilhar o almoço do casal Mascagni, outro grande maestro italiano, Umberto Giordano, o autor de *Andrea Chénier*. Tinha então muita graça ver os dois discutirem música, batendo com os dedos na mesa à guisa de compasso, ao mesmo tempo que cantarolavam trechos de óperas ou simplesmente melodias por eles improvisadas. Com o entusiasmo de ambos, aquelas conversas tornavam-se amiúde verdadeiras polémicas musicadas.

Giordano, gordo e bem disposto, era mais jovem do que Mascagni, e, pelo seu ar atencioso para com este, dava a impressão de o considerar como seu mestre. Fui-lhe apresentado um dia no bar do hotel, por sinal por um amigo italiano, o qual, sorvidos não sei quantos Cinzanos ou Carpanos, não devia responder integralmente por seus atos. O caso é que, ao apresentar-me, disse: “Desejo apresentá-lo ao nosso maestro Mascagni”, o que sem dúvida não era nada animador para o autor de *Andrea Chénier*. Quando se festejou o décimo aniversário da implantação do fascismo na Itália, em 1932, Giordano compôs, a pedido de Mussolini, uma espécie de hino comemorativo.

Mascagni viveria até 1945. Três anos depois, Giordano o seguiria na morte.

### XXX

Em janeiro de 1931 chegava a Roma, designado para a Embaixada junto ao Vaticano, Luís Avelino Gurgel do Amaral, meu antigo companheiro em Londres, e a quem me uniam fortes laços de amizade. Tão fortes que, anos mais tarde, eu o convidaria para padrinho de meu primeiro filho. Depois de Londres, Amaral servira em Bruxelas, mas vinha agora do Rio, onde gozara suas férias extraordinárias.

Em Bruxelas tivera o triste encargo de enterrar dois chefes, coisa rara na carreira, os Embaixadores Barros Moreira e Rinaldo de Lima e Silva. Arranjaram-lhes, aliás, dois magníficos funerais, organizados com a paciência e o espírito de ordem de que era capaz. A ele o chefe do Cerimonial do Foreign Office poderia ter feito a mesma observação que a Oliveira Lima, quando este, Primeiro Secretário em Londres, lhe submetera o plano dos funerais de seu chefe Sousa Correia, ali falecido: “O Sr. deve ter muita prática em enterrar chefes!”

Enterrando dois Embaixadores em Bruxelas, Amaral devia se ter dado por feliz por não se enterrar a si próprio, pois tanto a Bélgica como a Holanda eram tido como países fatídicos para nossos funcionários diplomáticos e consulares. Quem já lá servira devia dar graças a Deus por ter saído com vida ou sem tragédia na família. A lista dos “sinistrados” era longa e impressionante.

Em Bruxelas haviam, pois, morrido os dois citados Embaixadores, e morreria também, pouco depois, um Conselheiro, aquele boníssimo coração que foi Rubens

Dunham. Outro Conselheiro ali, Otávio Fialho, perdeu uma filha em doloroso acidente. Na mesma capital, com a revolução de 1930, foi posto em disponibilidade o Embaixador Nascimento Feitosa. O Cônsul Georgette faleceu em Antuérpia, de onde saíra Mário Azevedo, o qual, logo ao chegar ao Rio, viu extinguir-se uma filha, encanto de seus dias.

Agora os “sinistrados” leves. Removido da Bélgica para o Rio de Janeiro, Nemésio Dutra quase morreu de uma estranha moléstia, cuja existência só era conhecida na Índia; por isso nunca se conseguiu explicar como penetrara em sua casa na pacata rua David Campista, em Botafogo. A José Carlos de Macedo Soares, nomeado Embaixador em Bruxelas, fugiram todas as possibilidades de tomar posse do cargo, permanecendo para o resto da vida Embaixador *in partibus*. Raul Fernandes, apenas empossado Embaixador ali, foi forçado a deixar a carreira e recolher-se ao Brasil. Quando era Secretário em Bruxelas, Latorre Lisboa foi envolvido em um incidente em Dacar; por pouco não o demitiram do Itamaraty, mas faleceu prematuramente.

Passemos à Holanda. Na Haia, onde era Ministro, terminou seus dias Armínio de Melo Franco. Sendo Cônsul em Rotterdam, Carlos Martins saiu para passear com a mãe, que o visitava; passeio fatídico no qual a pobre senhora faleceu, vítima de desastre de automóvel. Foi também causada por um destes acidentes a morte de Ronald de Carvalho, que vinha da Haia. Ministro nesta cidade, Hélio Lobo indispsô-se com o Governo, e foi castigado com a disponibilidade. O mesmo aconteceu ao Secretário Mário Guimarães. E a lista continua. Magalhães Calvet, Cônsul em Amsterdam, removido para o Rio, mal aí chegou, faleceu. Também foi imposta a disponibilidade a Gustavo Sousa Bandeira e a Leopoldo Teixeira Leite, que em diferentes épocas, brigaram com seus chefes. Teixeira Leite, bem mais tarde, após tremendos esforços, conseguiu safar-se da punição.

Aos últimos, naturalmente, poderia ocorrer pior, visto que não foram como os demais, despachados na ocasião para o outro mundo.



---

## Se Aretino contasse...

Servindo eu durante quatro anos na Embaixada junto ao Vaticano, tive sempre o mesmo chefe, Magalhães de Azeredo. Naquele espaço de tempo ocuparam sucessivamente a Missão junto ao Quirinal os Embaixadores Oscar de Teffé e Alcebíades Peçanha. Quando se deu a vitória da revolução no Brasil, em outubro de 1930, o primeiro foi aposentado, e o segundo, que era Ministro em Varsóvia, promovido a Embaixador e mandado para Roma. Essa promoção significava uma homenagem da revolução vencedora à memória de seu mano, Nilo Peçanha, cabeça do movimento político iniciado sob o governo de Artur Bernardes, e cujos esforços eram agora coroados pela destruição do regime implantado a 15 de novembro de 1889.

Não foi sem dificuldade que se conseguiu tirar Oscar de Teffé do palácio Doria-Pamphili, na *piazza Navona*, onde estava instalada a Embaixada desde o tempo de Sousa Dantas. A princípio, tentou ele obter a anulação do decreto que o aposentara, valendo-se, para isso, dos mais engenhosos recursos que lhe ditava sua fértil imaginação. Falhados, porém, tais recursos, pretendeu simplesmente se deixar esquecer pelo Governo no palácio da *piazza Navona*.

Sonegara o telegrama, que recebera do Itamaraty, com ordem de transferir a direção da Embaixada a seu substituto, o Primeiro Secretário Gastão do Rio Branco; dele não dera conhecimento a ninguém. Coube a mim, afinal, chamá-lo ao cumprimento do dever. Hildebrando Accioly, chefe do Gabinete de Afrânio Melo Franco, o novo Ministro do Exterior imposto pelos revolucionários, telegrafara-me indagando o motivo pelo qual Teffé não passara a Embaixada ao Secretário, conforme lhe fora ordenado. Em rigor, eu nada tinha com aquilo, pois pertencia à Embaixada na Santa Sé. Acontecia, porém, que Accioly era meu amigo, e valera-se de mim diante da situação criada por Teffé, que não só não respondia, como não obedecia aos telegramas do Governo. Se telegrafasse a qualquer Secretário da outra Embaixada, arriscaria a que Teffé abrisse a mensagem, e depois declarasse que não chegara, como já havia feito com as que lhe tinham sido diretamente dirigidas.

De posse do telegrama de Accioly, mandei perguntar ao Embaixador, por intermédio do próprio Gastão, no caso o interessado, por que não satisfazia à ordem do Ita-

maraty. Bastante surpreendido com minha intervenção, pretendeu, de começo, negar que tivesse recebido tal instrução; mas, não lhe ocultando Gastão que Accioly me telegrafara neste sentido, acabou por confessar que realmente recebera um telegrama, mas que o esquecera numa pasta sobre sua mesa.

Descoberto, desta forma, e premido pelas circunstâncias, não teve outro remédio senão entregar a Gastão a chefia da Missão. No fundo, queria apenas ganhar tempo a fim de se certificar em que davam as coisas, ainda um tanto confusas, no Brasil, mantendo a esperança de que uma contra-revolução restituísse o governo a Washington Luís, o que significaria também sua volta à atividade.

Se, apertado, teve que entregar a direção da Embaixada, e considerar-se a contragosto aposentado, não quis, entretanto, sair do palácio Doria-Pamphili, onde morava com a família, e era a sede oficial da Missão. Declarou, a princípio, que entregaria a casa ao novo Embaixador logo que este chegasse a Roma. E, quando Alcebíades Peçanha chegou, arranjou outro pretexto: era sua intenção casar a filha dentro de alguns dias, e, sendo Mussolini o padrinho, não ficaria bem realizá-lo em um hotel da cidade, o que representaria, até certo ponto, falta de deferência para com o Chefe do Governo italiano.

Alcebíades, que ainda não conhecia as manhas de seu antecessor, aceitou facilmente essas razões, e não insistiu na saída de Teffé do prédio da Embaixada. Conformou-se em continuar residindo mais uns tempos no Grande Hotel, onde se hospedara. Os dias, porém, passavam, e nada do casamento se realizar. Foi quando começou a correr em Roma que, Mussolini, ao saber que estava sendo indigitado para padrinho da filha de Teffé, mandou dizer que não aceitaria tal incumbência, pois que, não mantendo com o ex-Embaixador do Brasil senão relações oficiais, entendia que, como Chefe de Governo, não podia aceitar convites desta natureza.

Em face desta notícia, voltou Alcebíades a insistir na entrega do palácio Doria. Objetou-lhe então Oscar de Teffé que realmente não havia ainda convidado Mussolini, mas, já que este não desejava abrir um precedente com relação ao Corpo Diplomático estrangeiro, Alcebíades seria o padrinho do casamento. Alcebíades, que era vaidoso, sentiu-se lisonjeado com a lembrança de seu nome para substituir Mussolini. E o esparto do Teffé foi ficando na Embaixada.

Os dias continuavam a passar, e não se falava na data da cerimônia. Teffé, quando interpelado por Alcebíades, respondia invariavelmente que a noiva “se preparava”. Afinal Alcebíades acabou por impacientar-se com tão longa demora. Pediu ao colega que tomasse uma decisão: não era mais possível aquele ridículo de ele, no novo Embaixador, ficar confinado em um quarto de hotel, e o Embaixador aposentado continuar residindo, com toda a família, na Embaixada, recebendo amigos, oferecendo jantares, tal como se nada tivesse havido de maior. De fato, a posição de Alcebíades era a mais esquerda, e já estava sendo motivo de troça entre os diplomatas e a gente da sociedade de Roma. Acrescia que a conta do Grande Hotel aumentava de dia para dia. Alcebíades não era avarento, mas começava a achar, e com inteira razão, que não era nada interessante pagar o mais caro hotel da cidade quando tinha o direito de residir de graça na *piazza Navona*.

Resolveu então agir com energia. Intimou Teffé a deixar a Embaixada. Fez-lhe

ver que sua situação era vexatória: não poder sequer pôr os pés na casa que o Governo lhe destinara, e reduzido a despachar com os Secretários em seu próprio quarto de dormir. Teffé ainda recalcitrou, alegando a demora de certas peças do enxoval da noiva encomendadas em Paris. Alcebiádes, porém, manteve-se intransigente, e ameaçou dar conhecimento ao Itamaraty do que estava acontecendo.

Amedrontado, Teffé cedeu afinal. Transferiu-se então com a família para um pequeno hotel da via Vittorio Veneto, pouco depois da *piazza Barberini*, onde acabou por realizar-se o tão adiado casamento. O lado cômico foi quando Alcebiádes que apresentou para padrinho da cerimônia: já não mais se precisavam seus serviços; o padrinho era outro.

### XXX

Contou-me Otávio Fialho ter ouvido de Dona Mary Pessoa que, quando seu marido era Presidente, Teffé o apoquentava insistentemente, e por vários meios, para ser nomeado Embaixador. Mas Epiácio Pessoa fez-lhe saber que não era possível promover a Embaixador um diplomata cuja família lhe fazia uma guerra sem tréguas. Era, de fato, a época em que o Marechal Hermes, cunhado de Teffé, movia uma declarada oposição ao governo de Epiácio, tendo mesmo resultado daí sua prisão, encomendada ao já reformado Marechal Gabriel Botafogo. Que arquitetou Teffé perante o recado do Presidente? Ia casar-se Dona Laurita, filha primogênita deste último, e, embora não figurasse entre os convidados, Teffé apressou-se a enviar-lhe uma riquíssima baixela de prata. Sensibilizada, a mãe, Dona Mary, telefonou-lhe a fim de agradecer tão valioso presente, acrescentando que “Epiácio não se esquecerá de seu desejo de ser promovido a Embaixador”. Assim dito, assim feito. O esperto do Sr. Teffé soube bem se pagar, durante os anos em que seria Embaixador, do dinheiro gasto com a baixela de prata.

### XXX

Um jornal de Buenos Aires estranhou, certa vez, meio irritado e meio escandalizado, que o Embaixador argentino em Washington, Felipe Espil, tivesse se dirigido em inglês à oficialidade do cruzador “La Argentina”, que procedia a uma visita de cordialidade nos Estados Unidos. Achava isto uma *anomalia* nem sequer atenuada, antes até agravada, pelo fato de ser o dito Embaixador casado com uma americana, viúva e com filhas maiores.

Pior do que este caso talvez fosse o do Embaixador Oscar de Teffé em Roma. Tendo reunido os brasileiros e ítalo-brasileiros para uma recepção no dia 7 de setembro, festa nacional do Brasil, dirigiu-lhes uma saudação em italiano, com a particularidade de referir-se várias vezes ao nome de Mussolini, Chefe do Governo, em termos que não eram seguramente os mais apropriados para o Embaixador de uma nação estrangeira, dadas a independência que deveria manter e a dignidade de sua função. *Mio caro Capo*, meu caro Chefe, fora a expressão infeliz que encontrara para aludir a Mussolini. Não desculpa, e mesmo piora, este singular procedimento de um Embaixador brasileiro o fato de ter sido o discurso redigido por um italiano, Francesco Bianco, aliás excelente

pessoa. Bianco, antigo jornalista e político, vivia, por questões doutrinárias, um tanto à margem do regime fascista, e precisava daqueles *biscates* para prover à sua subsistência. Em 1939 eu o encontraria no Rio de Janeiro em qualidade de diretor da agência telegráfica Italcable, parecendo-me reconciliado, ao menos em parte, com o governo de Mussolini.

### XXX

Oscar de Teffé tinha por costume mandar a Mussolini, como presente de Natal, uma porção de café que dizia haver recebido de sua fazenda em São Paulo. Na Embaixada, porém, todos sabiam que ele não era proprietário de fazenda alguma, e que aquele café era comprado num modesto comerciante da via Tamacelli, em Roma.

Alcebiades Peçanha, substituindo-o, chegado o fim do ano, também recorreu ao *truque do café*. Apenas faltou-lhe a coragem de mentir, como fazia seu antecessor. Ou melhor, mentia com mais modéstia, pois não alardeava fazendas de café no Brasil. Mas, se mentia com mais modéstia, tinha sobre o outro mais poderosa imaginação.

Mandava comprar vários vidros grandes, desses frascos bojudos, largos, que se vêm cheios de biscoitos nas padarias dos arrabaldes. Depois os enchia com café — café vindo do Brasil, dizia ele. Na realidade a rubiácea era adquirida também em Roma, só que, ao em vez de ser encomendada na via Tomacelli, o era numa loja da via del Tritone. Amarrava os gargalos dos frascos com bonitas fitas de seda de cores vistosas, dava nestas fitas uns enormes laços em cuja extremidade prendia cartões de visita seus; e a seguir os distribuía pelas senhoras da sociedade e do Corpo Diplomático.

Nessas duas maneiras de mostrar amabilidade retratavam-se perfeitamente os dois personagens: Teffé esperto e astucioso, Alcebiades igualmente esperto, porém grão-senhor. De fato, ao segundo, com seus ares de pachá oriental, o que interessava era sobretudo *épater les bourgeois*. Quem o via percorrendo aquelas ruas estreitas da Roma antiga, refastelado no fundo de um automóvel de alto luxo, guiado por um motorista com vistoso uniforme, tendo ao lado um ajudante igualmente fardado, e em uma banda do carro, tremulando ao vento uma larga bandeira brasileira, diria que era o Xá da Pérsia em pessoa.

Ainda o recorde quando eu era estudante no colégio São Vicente, em Petrópolis, passando pelos caminhos da pacata cidade serrana, sentado, com um ar muito digno e trajando um casaco vermelho, em uma pequena *charrette*, que ele próprio guiava, puxada por dois cavalos, um à frente do outro. No banco traseiro, de costas para ele, divisava-se uma espécie de laçao metido num fardão colorido. Confesso que não deixava de causar impressão, menos por ele mesmo do que por toda aquela encenação que exibia nas ruas quietas e burguesíssimas do Petrópolis de outrora. Muitos anos depois, já no final de sua carreira diplomática, mandou construir no Morro da Viúva, no Rio de Janeiro, uma casa toda de pedra com pretensões a castelo medieval. No terraço, à entrada, plantou sua estátua toda de bronze e em tamanho natural. E hoje, ele morto, que resta de tudo isso? *Sic transit gloria mundi...*

Em suas “Memórias”, refere Oliveira Lima o que aconteceu quando da apresentação de credenciais de Assis Brasil ao Presidente dos Estados Unidos, William Mac Kinley. O novo Ministro do Brasil teimara em ir a pé desde o hotel Arlington até o Departamento de Estado a fim de juntar-se ao Secretário-Geral, em companhia de quem devia comparecer à Casa Branca. Embora a distância fosse curta, não era adequado a um Chefe de Missão caminhar pelo meio da rua no momento em que se ia entrevistar com o dirigente da nação. Por mais singela que fosse a cerimônia, como é hábito ser nos Estados Unidos, a apresentação de credenciais é sempre uma cerimônia. Reunido ao citado Secretário, prosseguiu Assis Brasil em sua teima: continuaria a ir a pé. Terminado o ato, dispersavam-se todos quando alguém notou que o Ministro do Brasil se retirava calmamente, sem esperar que seu automóvel o recolhesse. Alertada a atenção do Secretário de Estado, que julgara limitar-se a teimosia à vinda, viu-se ele na contingência de oferecer seu carro a Assis Brasil. “Por favor, Sr. Lima, disse dirigindo-se ao Secretário da Legação brasileira (era o próprio Oliveira Lima), tome meu carro, leve o Ministro ao hotel, e, depois de se deixar ficar em sua casa, mande-mo de volta”.

Como simplicidade é tudo isto muito bonito, mas excede positivamente às delimitações.

Que contraste marcante entre as atitudes de Assis Brasil e de Alcebíades Peçanha! Ambas em meu pensar, erradas: nem oito, nem oitenta. Nem o ridículo exibicionismo de Alcebíades, que, desfilando naquele automóvel de cor berrante e metais reluzindo sob a luz ardente de Roma, bem serviria para uma cena teatral, nem a despretensão excessiva de Assis Brasil.



---

## A família imperial brasileira

Foi na Itália que conheci o Príncipe Dom Pedro de Orléans Bragança, neto, por sua mãe, a Princesa Dona Isabel, de Dom Pedro II. Apareceu em Roma, em março de 1931, com a família, a caminho de Palermo, onde ia casar a filha mais velha, Isabel, com o Conde de Paris, filho do Duque de Guise; este chefe da família Orléans e da casa real de França. Como se sabe, o ramo dos Bourbons de França extinguiu-se com a morte do Conde de Chambord, passando, assim, a herança presuntiva da coroa ao ramo colateral dos Orléans. Dona Isabel e o Conde de Paris eram primos, ambos trinetos de Luís Felipe I, rei dos franceses; ela pelo Duque de Nemours, ele pelo Duque de Orléans, os dois filhos do rei.

### Luís Felipe I

Duque de Orléans  
Duque de Chartres  
Duque de Guise  
Conde de Paris

Duque de Nemours  
Conde d'Eu  
Dom Pedro  
Dona Isabel

Na época do enlace de Dona Isabel com o Conde de Paris, os Guise, os Nemours e os Montpensier (estes, descendentes de outro filho de Luís Felipe) eram os únicos Orléans que restavam da família, tão numerosa em meados do século passado.

Dom Pedro e a família (composta, além da mulher e dessa filha primogênita, de duas outras e de dois filhos) passaram, pois, alguns dias em Roma, onde foram recebidos por Pio XI e acolhidos na Embaixada como uma verdadeira família brasileira. Magalhães de Azeredo ofereceu-lhes um almoço. À mesa, coube-me sentar ao lado de Dona Isabel, que era uma mocinha bonita e extremamente simpática, de uma simplicidade encantadora, e surpreendeu-me pelo interesse que manifestava por todas as nossas coisas. Residira, aliás, uns tempos no Brasil, com os pais; lá cursara, juntamente com as irmãs, o colégio Sion, em Petrópolis. Por sinal que fora ali colega da que seria depois minha mulher. Falava o português com relativa facilidade, se bem que incorreto e com acentuada pronúncia francesa.

À sobremesa do citado almoço, Magalhães de Azeredo brindou “à futura rainha de França”. Naquele tempo o Conde de Paris não era o herdeiro presuntivo do trono francês, pois seu pai, o Duque de Guise, ainda vivia; e a chamada Terceira República era um regime que se considerava consolidado. De forma que o brinde de Azeredo foi interpretado como um simples gesto de galanteria. No entanto, após aquele almoço, muita água correu sob as pontes: o velho Guise desapareceu, e seu filho tornou-se o chefe da casa *ci-devant* reinante de França; os políticos deste país se fartaram, por suas atitudes pessoais e o desgaste que provocaram nos partidos, de desprestigiar as instituições republicanas, até que a derrota de 1940 acabou por deitar por terra a República instituída pouco depois do desastre de Sedan. Uma derrota a tinha implantado; outra derrota a destruiria. Escrevo em março de 1943. E pergunto: que resultará do caos político que existe atualmente em França? Uma quarta República? Um terceiro Império napoleônico? A restauração da Monarquia legítima? Neste caso, a saudação de Magalhães de Azeredo à “futura rainha de França” terá tido uma significação que ninguém lhe conferiria então\*.

As escassas horas, que privei com a família imperial brasileira naquela tarde de 1931, consentiram-me ter dela apenas uma impressão superficial. Nos anos seguintes é que iria conhecê-la melhor, quando fui, por duas vezes, proceder a pesquisas no arquivo da família depositado no castelo d’Eu, em França, em vistas do livro que tencionava escrever sobre o Imperador Dom Pedro II. Contactei então bem de perto com seus componentes. Conheci-os na vida caseira e quotidiana. À mesa, à hora do almoço, sem a presença de outros estranhos, pude observar-lhes a cativante simplicidade. Era uma família muito unida, impregnada dos mais sadios princípios de educação cristã, extraordinariamente acolhedora, e, em cada um de seus membros, podiam-se descobrir os sólidos fundamentos em que assentava.

### XXX

Dom Pedro, homem simples e afável, possuía um fundo de grande bondade que logo seduzia. Era delicado e prestativo para com os brasileiros que dele se aproximavam; e, sem descer a intimidades fora de propósito, logo punha todos à vontade. Modesto por natureza, um tanto infantil na maneira de exprimir seus pensamentos e desprovido de toda pretensão de se impor, inspirava não só uma grande simpatia como também o maior respeito devido à honestidade de seu espírito, à nobreza do caráter, à honorabilidade de sua pessoa. Levava em Eu a vida de um *gentilhomme compagnard*, cuidando de suas flores, de suas hortaliças e da exploração de uma *ferme* que existia nos fundos da propriedade.

Nas horas mortas do dia ou à noite, após o jantar, o qual, segundo a tradição dos castelos em França, efetuava-se cedo, Dom Pedro deixava-se ficar nas amplas salas guardadas de inúmeras lembranças da família Orléans ou dos Braganças do Brasil. Rodeava-se dos filhos e da mulher, a Sra. Dona Elizabeth, Condessa Dobrzensky Dobrzencz,

---

\* Decorreram trinta anos desde que, de mim para mim, formulava tais interrogações. Pode-se, pois, verificar que Azeredo foi mau profeta.

natural da Tchecoslováquia, que, tal como o marido, era a simpatia e a simplicidade personificadas. Esta, à semelhança da Rainha Catarina de Aragão, primeira esposa de Henrique VIII de Inglaterra, ocupava seus lazeres cerzindo as meias dos filhos ou pondo em ordem as coisas da casa.

Não me parecia que a situação financeira da família fosse folgada — folgada como a gente acha que deve ser a de príncipes. É certo que diziam haver Dom Pedro herdado o tradicional espírito de economia dos Orléans, sendo, a este respeito, um legítimo filho do Conde d'Eu. Não sei, mas julgo que seus principais bens se reduziam, naquela época, ao castelo d'Eu, que era antes uma fonte de despesas do que de lucros; a uma propriedade em Attersee, na Áustria, onde ia anualmente para uma temporada de caça; e o foro da cidade de Petrópolis, a origem mais considerável de sua renda.

Os meses de inverno passava-os em Paris, no velho palácio Lambert, à rua Saint-Louis-en-l'île, vasta e bonita construção com sua larga fachada debruçada sobre o cais de Anjou. Pertencia à família Czartoryski, aparentada, creio, com Dona Elizabeth. O palácio, edificado no século XVIII, era afamado pelas decorações de Le Sueur e Le Brun, entre as quais sobressaíam as da galeria denominada de Hercules. As salas eram muito bem mobiliadas, e a coleção de quadros das melhores dentre as particulares de Paris. Seduzia-me sobretudo uma magnífica tela representando o Rei Luís Felipe, bisavô de Dom Pedro, existente no salão principal.

O Conde d'Eu, pai de Dom Pedro, possuía, além do mencionado castelo em Eu, uma bela propriedade nos arredores de Paris, em Boulogne-sur-Seine, que, após sua morte, e feita a partilha dos bens, coube à nora, viúva de Dom Luís, falecido prematuramente em Cannes. Este, segundo filho do Conde d'Eu, era o herdeiro presuntivo da coroa imperial brasileira, por desistência de Dom Pedro. Com seu desaparecimento, esta suposta herança transferiu-se a seu filho, Dom Pedro Henrique, que conheci também em Eu, rapaz então de seus vinte anos, tímido e desconfiado, de poucas palavras e de feitio retraído. Julgo não falasse, naquele tempo, o português. Pelo menos, ao falar-lhe, exprimiu-se em francês. Não parecia ser a pessoa indicada para assumir a responsabilidade inerente à condição, é exato que puramente lírica, de herdeiro do trono brasileiro.

### XXX

Neste particular, Dom Pedro Henrique distanciava-se muito do pai, que era um homem de valor, mesmo uma grande personalidade, de vistas largas e ambiciosas, e sumamente mexedor. Era voz corrente que tinha o propósito deliberado de chegar um dia a governar o Brasil. Com as qualidades que possuía, com seus predicados de decisão e a força de vontade bem aplicada que o caracterizava, além de sua condição de príncipe brasileiro e a profunda aspiração que alimentava, não seria impossível que alcançasse a realização desse desejo.

Sua habilidade estava em não querer nada fazer de afogadilho, nem sob pressão ou ameaças suas ou de seus partidários. Aguardava pacientemente *a sua ocasião*, resolvido a conquistar aos poucos a simpatia dos brasileiros na esperança de que estes acabassem por tomar a iniciativa de o chamar. Longe dele a intenção de impor-se. O que

cobiçava era ser reputado um homem necessário à sua pátria e à sua gente. Não direi que chegasse a ser aclamado imperador, como o bisavô Pedro I, mas talvez lhe fosse viável atingir a coroa por caminhos indiretos, reproduzindo-se então no Brasil o caso de Luís Napoleão. Conforme é sabido, este, após se fazer eleger Presidente da República, terminou no trono sob o nome de Napoleão III. Numa das crises periódicas de sucessão presidencial pelas quais passava o Brasil, algo impediria Dom Luís ser eleito chefe da nação? Daí a imperador seria apenas um passo, tudo dependendo do grau de desmoralização ou de descrença em que se encontrassem as instituições republicanas. Tenho motivos para acreditar que alentava esse plano, e o teria pelo menos experimentado se a morte não o ceifasse tão cedo.

Quando, em 1925, seu irmão Dom Pedro transferiu-se, com a família, para o Brasil, falou-se que iria reivindicar os direitos, anteriormente cedidos, à sucessão imperial. Parece que houve de fato qualquer coisa neste sentido, porém nunca consegui apurar se esta reivindicação partiu dele, o que não é provável, já que era desprendido de ambições monárquicas, se de algum parente, se dos amigos que o cercavam. Aliás, acontecera coisa semelhante por ocasião de sua *abdicação* em favor de seu mano Dom Luís. Dissera-se então que tal desistência não tinha fundamento legal, visto não ter sido sancionada pela Assembléia Geral Legislativa do Brasil, na forma da Constituição do Império. A alegação era procedente sob o ponto de vista histórico, mas insustentável na realidade por na época, não existir mais Constituição do Império, e ainda menos Assembléia.

De qualquer modo Dom Pedro não estava destinado a reinar. Ainda no período imperial, quando ele era o Príncipe do Grão-Pará, título dos herdeiros presuntivos da Coroa, cogitou-se de excluí-lo da sucessão ao trono sob o pretexto de que tinha o braço esquerdo defeituoso. Esta razão, aliás, não se justificava, tanto que não prevaleceu: Dom Pedro conservou seus direitos até o fim do Império. O defeito em questão, que era de nascença, consistia apenas em uma atrofia do braço, e não o teria impossibilitado de reinar, mesmo de ser ativo e buliçoso, como foi de sobra o Imperador Guilherme II da Alemanha, atingido por idêntica imperfeição física.

Não cingindo Dom Pedro a coroa, tornou-se a confirmar a lenda de que um frade franciscano, escorraçado por Dom João IV de Portugal, rogara-lhe uma praga: a sucessão no trono dos Braganças nunca se faria pelos primogênitos. De fato, desde o século XVII a realização desta profecia vinha se verificando, em Portugal e no Brasil, sem exceção alguma.

### XXX

O conhecimento que travei, em Roma, com o Príncipe Dom Pedro teria para mim a maior significação, pois deste rápido e fugaz encontro resultou a principal obra de minha modesta bagagem de historiador, e, ousado dizer, a mais completa até hoje publicada sobre o último Imperador do Brasil.

Conversando com o Príncipe, após o almoço, na sala da biblioteca de Magalhães de Azeredo, veio à baila a personalidade de Dom de Dom Pedro II. Lamentei que, apesar de haver governado o Brasil durante cerca de cinqüenta anos, fosse o Imperador uma figura não somente desconhecida como, o que era pior, julgada erradamente em

sua própria pátria. Isso devido sobretudo à falta de uma obra que o colocasse em seu merecido lugar na História, lhe fixasse os defeitos e as qualidades, seus serviços, suas culpas, sua verdadeira mentalidade e os distintivos exatos de seu caráter. Perguntou-me então Dom Pedro por que não me decidia eu a escrever este trabalho, aproveitando, para tal, meus lazeres romanos, aquele ambiente tão evocador do passado, tão propício ao recolhimento e à meditação serena e imparcial. E logo acrescentou que poria à minha disposição o arquivo da família imperial brasileira, que era de sua propriedade e estava depositado no castelo d'Eu.

— Deveras? indaguei algo descrente e surpreendido com tão espontânea generosidade, pois ouvira dizer que, depois que franqueara o arquivo a Tobias Monteiro, e este publicara sobre o trisavô, Dom João VI, as intimidades que se contêm no primeiro tomo da *História do Império*, Dom Pedro decidira trancar definitivamente aquele arquivo aos estranhos.

— Por certo que sim! confirmou.

Combinamos, então, ali o programa da minha ida à sua casa, que se efetuaría dentro de meses, quando Dom Pedro estivesse de volta de Palermo. Com efeito, no outono do mesmo ano, numa manhã orvalhada, atravessava eu as ruas desertas de Eu em direção ao castelo, situado alguns metros atrás da catedral.

### XXX

Oliveira Lima faz-se eco do desagrado do Príncipe Dom Pedro pelas inconveniências a que se permitiu Tobias Monteiro a respeito de Dom João VI, após pesquisar larga e copiosamente o dito arquivo. A mim, Dom Pedro, sempre discreto e cortês, esquivou-se referir-se àquele escritor quando um dia seu nome veio à baila. Porém percebi, pelo desconcerto em que ficou, e pouco mais tarde pelas alusões veladas proferidas por Miguel Calógeras, amigo do Príncipe, que Tobias Monteiro não era *persona grata* nas rodas do castelo d'Eu.

Confessei a Dom Pedro que me julgava, até certo ponto, culpado dos aborrecimentos causados por Tobias por ter sido eu, não o promotor, mas o inspirador de suas pesquisas. Acontecera que, em fevereiro de 1923, antes de deixar o Rio a fim de assumir meu primeiro posto diplomático, Tobias queixou-se da impossibilidade de consultar os documentos que se encontravam em Eu, na sua opinião a mais rica e menos explorada fonte para quem pretendesse relatar o histórico da monarquia no Brasil. Calculava que qualquer tentativa neste sentido resultasse vã, já que, por ordem da família imperial, eram vedados aos curiosos. E prosseguiu: “No dia em que tivesse alguma probabilidade de acesso ali, não hesitaria em empreender imediatamente uma viagem à Europa”.

Fazia pouco que chegara a Londres, quando soube por Alberto Rangel, de passagem por aquela capital, que ele próprio, Dom Pedro e Miguel Calógeras haviam terminado o inventário dos papéis de Eu, e, nestas circunstâncias, o Príncipe já não se opunha a que pessoas autorizadas os examinassem. Transmiti prontamente a boa nova a Tobias Monteiro, que embarcou no primeiro vapor largando do Rio de Janeiro, sem mesmo cuidar de se munir de uma licença para seu intento. Em Paris, contudo, não foi difícil obtê-la; e aproveitou-a ao máximo.

## XXX

Com cerca de cinco mil habitantes, Eu não chegava a ser uma cidade, e pouco mais era do que uma aldeia. Situada no departamento do Sena-Inferior, descansava à margem das águas tranqüilas do Bresle e não distante da praia de Tréport, à qual se ligava por uma excelente rodovia ladeada de árvores seculares, e estendendo-se através das pastagens da Normandia. Do Tréport a Eu, de automóvel, gastava-se cerca de meia hora. Pequena praia de pescadores, batida pelo vento frio da Mancha, desabrigada, Tréport não oferecia atrativos. Salvo no verão, quando era procurada por alguns ingleses que atravessavam o Canal, dava a impressão de decadência. Suas ruas eram tristes e silenciosas, seu comércio paupérrimo, e os habitantes, a não ser aos domingos, dias em que apareciam com os trajes de gala para assistirem missas na bela igreja de São Jacques, simples e humildes. De roupa velha e esgarçada, tamancos de madeira, viviam estes na labuta quotidiana: os homens no mar, desde o amanhecer, com seus barcos e suas redes; as mulheres em casa, fiando, cuidando dos filhos ou preparando a sopa na lareira da cozinha. Voltando os homens de suas fainas marítimas, procedia-se ao leilão de peixes em plena praia; este espetáculo, para mim inédito, constituía-me interessante passatempo depois do almoço no Grand Hotel de la Plage, antes de reiniciar minhas pesquisas nos papéis amarelados do castelo d'Eu.

Este castelo, como as demais construções do gênero em França, tinha sua história. Seu núcleo fora uma fortaleza da era romana, e pertencera em seguida à primeira dinastia dos Condes d'Eu, ligada aos duques de Normandia, e originária dos tempos carolíngios. Pelo século XIV o conde d'Eu passou para os condes de Artois, da casa reinante de França, e, desses, para os duques de Guise, da casa de Lorena. No entanto, no século XVII, extinguindo-se estes últimos, o título veio a caber, por herança, os Orléans; juntamente com o título transferia-se o castelo d'Eu para esta família, em cuja posse, com algumas interrupções durante a Revolução e o Império, vinha desde então se mantendo.

O castelo primitivo teve sua serventia durante a guerra dos Cem Anos. Por ordem do Duque Henrique de Guise, no século XVI, foi quase inteiramente reconstruído por Pierre Leroy, arquiteto natural de Beauvais. Herdou-o Ana de Orléans ou *Mademoiselle* de Montpensier, a célebre *Grande Mademoiselle*, prima de Luís XIV, que, tomada de violenta paixão pelo desabusado Duque de Lauzun, *ce petit homme si joli*, encarcerado, a mando do Rei, em uma fortaleza, cedeu a propriedade ao Duque do Maine, filho legitimado e preferido do Soberano, com o intuito de obter a libertação do amante.

Após atravessar várias vicissitudes, ao tempo da Revolução e Primeiro Império, foi o castelo parar às mãos de Luís Filipe, que o fez restaurar por Fontaine e ornamentar por Delaroche. Durante a Monarquia de julho foi a residência preferida do Rei; seu período glorioso, período de festas, de grandes caçadas, de jogos, enfim de toda sorte de divertimentos. A Rainha Vitória, então em pleno esplendor de uma beleza sadia e vigorosa, ali esteve com numeroso séquito, vinda diretamente da Inglaterra, para visitar o Rei dos franceses. Este a esperava no Tréport, de onde, em carruagem aberta, seguiram pela estrada até Eu. Em enorme quadro, figurando na galeria do castelo, recordava o fausto desta visita histórica.

Confiscado por Napoleão III, assim como os demais bens da família Orléans, quando do golpe de Estado de 1852, só foi restituído a seus donos após a queda do Segundo Império, entrando na posse do Conde de Paris, filho do Duque de Orléans e neto de Luís Filipe. O Conde de Paris vendeu-o ao tio, o Duque de Nemours; por morte deste, passou a seu filho, o Conde d'Eu, pai do Príncipe Dom Pedro.

Em 1902, sendo proprietário o Conde d'Eu, irrompeu um incêndio na ala direita do edifício. Excetuando a fachada, a restauração, embora obedecesse às linhas primitivas, não foi trabalho que ficasse à altura das tradições do castelo.

### XXX

O arquivo da família imperial estava depositado em uma das salas do primeiro pavimento, que dava para o pátio fronteiro do castelo, e se situava entre a vasta sala da biblioteca e o gabinete de trabalho de Dom Pedro. Havia ali para mais de dez mil documentos, originais na maioria, desde forais do século XIII até os últimos papéis deixados pelo Conde d'Eu. Durante séculos ficara o arquivo amontoado em velhas caixas de papelão, evidentemente com risco de perder-se. Porém, graças aos cuidados de Dom Pedro, auxiliado por Alberto Rangel e Miguel Calógeras (irmão de Pandiá Calógeras), conforme já referi, foi-lhe feito um inventário completo e definitivo, sendo os documentos distribuídos cronologicamente, tornando-se, assim, de fácil e imediato acesso. Quando ali pesquisei, o inventário apenas terminara. Em 1939 seria impresso em dois grossos volumes pelo Ministério da Educação do Brasil, magnífico serviço prestado aos estudiosos do nosso passado.

Sim, porque ninguém poderá escrever seriamente sobre a fase de nossa história, compreendida entre a Independência e a Proclamação da República, sem haver consultado o arquivo da família imperial. Há de tudo ali: documentos oficiais; correspondência de Dom Pedro II com os ministros, altas autoridades e personalidades estrangeiras; seu diário e suas notas avulsas; anotações da Princesa Isabel; idem do Conde d'Eu, sobretudo referentes à época da guerra do Paraguai, cujo final ele dirigiu, e inúmeros papéis relativos a assuntos familiares.

Encontrei ali documentos que se conheciam apenas por citação, por alusões feitas no Parlamento do Império, em jornais ou livros de História, mas cujos textos nunca haviam sido divulgados. Estava neste caso, por exemplo, e foi estampada pela primeira vez no volume I da minha *História de Dom Pedro II*, a célebre carta do Duque de Caxias aos chefes conservadores do Conselho de Estado, escrita do Paraguai, quando ele, entrando em divergência com o Gabinete Zacarias, então no poder, abriu uma séria crise política, que por pouco não afetou o destino da guerra. Outro documento dessa natureza, igualmente por mim publicado naquela obra, documento antes muito citado mas de teor desconhecido, foi a carta que a Princesa Isabel escreveu a MacDowell, Ministro da Justiça do Gabinete Cotegipe, a propósito da famosa *questão militar*, a qual provocou a queda de Cotegipe, e, indiretamente, do próprio Império. Em discurso no Parlamento, fez Cotegipe alusão a essa carta, porém, apesar de insistentemente solicitado, não ousou nunca revelar-lhe os termos, julgados severos demais para o Ministério, e que o amor-próprio do velho político baiano não deixava confessar aos seus correligio-

nários. Também descobri, naquele precioso arquivo, as notas inéditas, traçadas a lápis e às pressas, do Imperador, da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, tomadas nos dias trágicos que se seguiram imediatamente à Proclamação da República, sobre os emocionantes acontecimentos desse doloroso drama da nossa História. Minha referida obra as encerra.

Posteriormente, alguns rabiscadores de História têm aludido, em livros e artigos de jornais, a essas notas, procurando dar a impressão de as terem colhido diretamente no arquivo de Eu ou sem citarem a fonte onde as obtiveram. A fonte só pode ter sido meu trabalho sobre o Imperador. Semelhante desonestidade nunca me surpreendeu, já que estou, como, aliás, todos os pobres escritores brasileiros, acostumado a ela. E seria inútil chamar à responsabilidade esses verdadeiros ladrões intelectuais, pois o que se entende em toda parte por *propriedade literária* no Brasil não existe, não é propriedade de ninguém, e a lei que finge ou pretende protegê-la não é senão uma burla.

### XXX

Sei, por experiência própria, o que vale ou pode servir esta lei, com relação justamente à minha obra sobre Dom Pedro II, plagiada de uma maneira verdadeiramente escandalosa pelo correspondente em São Paulo do jornal *Il Messaggero*, de Roma, um tal Ferruccio Rubbiani, o qual, sob o título *Pietro II, il re filosofo*, copiou servilmente períodos inteiros daquele meu livro, limitando-se apenas a traduzi-los para o italiano, sem, como é evidente, citar-lhes a fonte. Em matéria de plágio, creio que este caso bate todos os *records* porque esse Rubbiani não se deu sequer ao trabalho de alterar uma ou outra expressão por mim usada, conforme fazem em geral os profissionais do plágio a fim de desnortear os espíritos íntegros: copiou tudo, de forma absoluta. Para prová-lo basta-me reproduzir aqui estes curtos períodos do volume I, página 254, da minha *História de Dom Pedro II*, sobre as negociações para o casamento da Princesa Dona Januária, irmã do Imperador, com o Príncipe Eugénio Savóia Carignan, e transcrever em seguida a parte correlativa de *autoria* de Rubbiani.

“Foi-lhe feita a proposta. Ou melhor, o ministro da Sardenha no Rio, Conde de San Martino, deu oficialmente os primeiros passos; e estava o casamento em véspera de ser assentado, quando o rei Carlos Alberto lhe impôs inesperadamente uma condição que logo o inutilizou.

A documentação que se conhece sobre o caso não autoriza a assegurar, mas parece que ele reclamava o título de imperador para o Príncipe de Carignan, quando sua futura mulher viesse a subir ao trono, por morte de Dom Pedro II e falta de herdeiros deste. E aludindo ao marido da Rainha Vitória da Inglaterra, da casa dos Coburgos, que não passava de “Príncipe Consorte”, teria dito, com um orgulho bem *mal place*, não desejar que um príncipe da Casa de Savóia fosse tratado como um Coburgo”.

Escreveu Rubbiani:

“Fu fatta la proposta. O meglio, il ministro di Sardegna in Rio, il conte di San Martino, fece ufficialmente i primi passi; e il matrimonio stava già per essere concluso, quando il re Carlo Alberto impone una condizione che subito lo inutilizzò.

“La documentazione che si conosce sul caso non autorizza ad assicurarlo, ma

sembra che egli chiedesse il titolo di imperatore per il principe di Carignano, se sua moglie avesse dovuto salire al trono per la morte di D. Pedro II e per la mancanza di eredi. E alludendo al marito della regina Vittoria de Inghilterra, della casa dei Caburgo, che non era se non il principe consorte, Carlo Alberto avrebbe detto non desiderare che un principe di Savoia fosse trattato come um Coburgo”.

Quando meu amigo e colega Nemésio Dutra me escreveu de Roma, escandalizado com tão descarada sem-cerimônia, e me remeteu um exemplar do jornal onde fora publicada a tal correspondência de Rubbiani, procurei um advogado de minhas relações a fim de saber que recursos me dava a lei para defender-me. Nenhum, foi sua resposta; ou mais precisamente, a nossa lei não cogita de plágio em língua estrangeira, e ainda menos publicado em jornal estrangeiro, muito embora fosse feito no Brasil por um residente no Brasil! O pior era que, dados os antecedentes conhecidos, não punia tão pouco os plágios *nacionais*, e tolo seria aquele que fosse perder tempo e dinheiro para chamar à responsabilidade os seus autores. Nossas leis de defesa da propriedade privada podiam ser muito boas no papel; na prática, porém, pouco ou nada valiam.

### XXX

Mas não era exclusivamente pelo seu valioso arquivo que o castelo d'Eu era motivo de interesse para nós, brasileiros; também pelos objetos que continua e eram de grande significação histórica para o Brasil, ligados que estavam à dinastia que durante longos anos presidiu a nossos destinos. Viam-se móveis, carruagens, troféus, quadros, objetos de todo gênero que guarneciam outrora os palácios imperiais do Rio e de Petrópolis, e escaparam aos leilões procedidos imediatamente após a Proclamação da República.

Ali se encontrava, por exemplo, a mesa sobre a qual a Princesa Imperial assinara a lei 13 de Maio, que libertara definitivamente os escravos. Das paredes pendiam numerosos quadros representando cenas ou pessoas da família imperial brasileira. Por um delicado sentimento filial de Dom Pedro, conservava-se intacto o quarto de dormir de sua mãe, Dona Isabel, onde falecera em 1921. A disposição dos móveis, os objetos de seu uso diário, nada ali sofrera a menor alteração.

Nos meses de estio sobretudo, o castelo costumava ser visitado por montões de turistas, que iam apreciar-lhe os valores históricos, especialmente os da época de Luís Filipe, de maior interesse para os europeus. Distanto de Paris escassas horas de automóvel ou de trem, era lugar acessível. Raros, porém, os brasileiros que lá apareciam. No entanto, pelo que representava para nosso passado, em ninguém mais do que em nós deveria despertar a curiosidade. Quando nossa gente conhecer mais a fundo a História do país e a estatura moral daquele que a governou durante quase meio século, não irá à França sem dar um pulo até Eu, onde tão viva está sua memória, e onde, graças à hospitalidade de seus descendentes, todos nos sentiremos tão à vontade quanto em nossa própria casa.

É verdade que, após minha estada em Eu, atropelaram-se os acontecimentos. A guerra veio assolar novamente as férteis campinas da Normandia. Dom Pedro e família retiraram-se para o Brasil, entregando o castelo aos cuidados do velho administrador;

e, em 1940, faleceu em Petrópolis aquele benévolo príncipe, que era o guardião número um das preciosidades conservadas em sua residência francesa. Esta foi, por fim, ocupada pelas impiedosas tropas alemãs. Que será feito do valioso arquivo?

Entre a morte de Dom Pedro e a ocupação da França pelos inimigos mediarão alguns meses. Foi naquele espaço de tempo que ouvi dizer que a família Orléans Bragança doara ou emprestara a longo prazo o arquivo ao Governo brasileiro. Com um desinteresse bem marcante de nossa incultura, não demos, entretanto, o merecido valor a esse legado, não cuidando prontamente de sua remoção para nossa terra. Sobrevindo a derrota da França e nossa entrada na luta ao lado dos aliados, aquela riqueza de documentos, que nos ensinam a fundo a História pátria, tornou-se inacessível\*.

Este desinteresse pelo arquivo d'Eu não me surpreendeu. Em novembro de 1933 tive a oportunidade de publicar na revista *O Malho*, do Rio de Janeiro, um artigo sobre o dito arquivo, acompanhado de várias ilustrações do castelo que o encerrava. Não teve a menor repercussão. O próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado e mantido, durante largos anos, por Dom Pedro II, que deveria portanto zelar por tudo quanto estivesse ligado à sua memória, e não fora outra sua finalidade, nunca ou pouco se interessou pelo arquivo do último Imperador. O Príncipe Dom Pedro se me queixara disso uma vez em Eu, salientando que, tendo escrito ao Sr. Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto, oferecendo uma cópia do inventário do arquivo, o mesmo que seria publicado mais tarde pelo Ministério da Educação, nem sequer recebera resposta.

O inventário é longo e feito com o máximo cuidado, produto dos esforços conjugados de Dom Pedro, de sua mulher a Princesa Elizabeth, que o datilografou, de Alberto Rangel, que o organizou, e de Miguel Calógeras, pertencente a uma família tradicionalmente monarquista e velha amiga dos Príncipes, que os ajudou com uma abnegação à toda prova porque era um homem modesto e não fazia alarde de seus serviços.

### XXX

No Brasil, conforme afirmei, não se dá valor a coisas históricas. Encontrei na cocheira do castelo d'Eu várias carruagens antigas do tempo do Império, que tinham servido ao Paço; algumas em estado bem precário de conservação. Eram carros que qualquer museu da Europa, ou mesmo dos Estados Unidos ou da Argentina, disputaria para suas salas. Perguntei a Dom Pedro por que não mandava restaurá-las a fim de evitar que o tempo acabasse por destruí-las. Respondeu-me, meio contrafeito, que não dispunha de recursos para tanto, e por isso já os tinha oferecido ao Governo brasileiro, para que os colocasse no Museu Histórico do Rio de Janeiro.

— E então?

— Não me respondeu, observou com tristeza.

Quando eu era menino, e morava com meus pais à Praia do Botafogo, costumava ir de vez em quando ao palacete Abrantes, que ficava ao lado de nossa casa e à esquina da rua desse nome. Pertencera outrora ao Marquês de Abrantes, cuja viúva se casara com o Visconde de Silva, um médico português, o qual, por morte dela, herdara a bela

---

\* Somente muitos anos mais tarde seria o arquivo do Castelo d'Eu integralmente transferido para o Brasil.

propriedade. Falecendo este sem herdeiros diretos, passara o palacete às mãos de seu irmão, o Comendador Silva, que era nosso vizinho. Recordo-me das carruagens existentes nas cocheiras do palacete, carruagens que eram mesmo motivo de minhas travessuras, pois nelas subia e delas descia numerosas vezes num vaivém contínuo. Tinham sido do Paço Imperial. Uma havia enorme, de madeira talhada, obra portuguesa do século XVIII, com reposteiros e assentos de veludo vermelho bordado a ouro, que me parecia de grande riqueza, e creio havia servido para a coroação de Dom João VI, de Dom Pedro I e de Dom Pedro II. Mal conservada, não sofrera o mínimo retoque desde o fim do Império. Ignoro como tinha ido parar ali com as demais, três ou quatro, mais modestas. Anos decorridos, já eu rapazinho, meu pensamento voava à infância, e, revendo na memória aqueles carros, não me explicava porque o Governo não os tinha arrecadado, pois objetos como aqueles não só não se encontram para vender como não os tem quem quer, mas somente quem pode, isto é, quem tem ou teve monarquia em sua História. Neste caso, fomos o único país em toda a América, pois no México o efêmero reinado de Maximiliano da Áustria constituíra apenas o episódio sangrento de uma revolução.

### XXX

Portugal, muito menor, mais pobre e mais modesto do que nós, e também menos pretensioso, tem uma elite mais culta do que a do Brasil, ao menos no que respeita o sentimento de tradição, que é também uma forma de cultura; Portugal, digo, teve o cuidado de reunir as principais carruagens de sua antiga corte, todas muito bem conservadas ou restauradas, a fim de com elas constituir aquele magnífico Museu dos Coches, seguramente o melhor desse gênero no mundo inteiro.

Nós, não só nos desinteressamos das referidas carruagens da Casa Imperial como permitimos que a picareta destruísse o próprio palacete Abrantes, que era uma das raras jóias arquitetônicas do Rio de Janeiro, decorado pelos mais classificados artistas da época. Ao tempo do Presidente Rodrigues Alves, bem que o Prefeito Pereira Passos tentou pôr abaixo o palacete a fim de alargar de um metro (um metro!) a rua Marquês de Abrantes, preferindo sacrificá-lo a ter que destruir uns pardieiros que lhe ficavam defronte, e abrigavam vendas, padarias, quitandas e outras que tais. Foi o Barão do Rio Branco que, além de Ministro de Estado, era homem culto, e dos mais cultos, predicado pouco comum no Brasil, que interveio para evitar que aquele prefeito, no seu desamor às nossas tradições, atingisse também, na sua fúria destruidora, o belo palácio. Conseguiu-o menos por haver convencido o prefeito do crime que seria a destruição do que por seu grande prestígio pessoal e autoridade do Governo.

Não posso, nem tenho a mínima pretensão de aniquilar a lenda que se formou sobre os consideráveis méritos do Prefeito Passos, que se costuma hoje incluir entre os mais capazes que tem tido o Rio. Não vou evidentemente negar os serviços inestimáveis que prestou à cidade, remodelando-a e embelezando-a em muitos de seus trechos. Porém, de outra parte, é preciso também dizer — ter a coragem de dizer — que foi, sob aspectos diferentes, uma verdadeira calamidade, sobretudo pelo modo mesquinho e sem visão com o qual procedeu ao alargamento das ruas centrais do Rio. Mandou abater de-

zenas e dezenas de casas, lados inteiros de várias ruas, consumindo enormes somas de dinheiro com isso, para alargá-las apenas de meio ou de um metro! Coisa acanhada e sem qualquer utilidade prática. O resultado é que tais ruas são hoje consideradas, relativamente ao tráfego, mais estreitas do que o eram naquela época, isto é, há cinquenta anos passados, o que não é, para uma cidade, longo espaço de tempo. A verdade é que Passos não previu o aumento do tráfego dos anos vindouros, e isto basta para tirar-lhe todo o qualificativo de insigne administrador ou prefeito.

Sua culpa é tanto maior que *tinha o dever* de prognosticar este aumento, procedendo, por conseguinte, a obras destinadas não apenas a tempos imediatos, mas a um futuro largo. Para tal não precisava que fosse um pré-ciente; seria bastante simplesmente observar o que outros fizeram alhures. Tendo estado, penso que por mais de uma vez, em Paris, sua atenção terá sido forçosamente atraída pelos gigantescos trabalhos executados sob a gestão do Prefeito Haussmann, o qual, sessenta ou setenta anos *antes* dele, ampliara as ruas parisienses o suficiente para comportarem um tráfego sempre crescente. A realidade é que estas ruas são ainda, mais de cem anos depois de tornadas mais folgadas, amplas e belas avenidas, não sendo provável que haja necessidade de nova remodelação. Enquanto as ruelas do Rio, alargadas posteriormente por Passos, já têm que suportar outras modificações, o que acarreta não pequenos sacrifícios.

Não foi, contudo, o exclusivo erro de Pereira Passos como prefeito do Rio de Janeiro. Que dizer do nosso teatro Municipal, cuja construção confiou ao próprio filho, e que oferecia a singularidade, única entre todos os teatros do mundo, de as pessoas ocupando os camarotes de segunda ordem não conseguirem avistar o palco! E da avenida Atlântica, que permitiu fosse traçada com largura semelhante a de um caminho de roça, isto para poupar uma casa apenas, das raras então ali edificadas! Aí não foi falta de visão ou de senso prático, nem preocupações de economia, mas somente porque a dita casa pertencia a um figurão da política de Minas Gerais. O tragicômico em tudo isto é o prédio, que sacrificou, por assim dizer, um bairro inteiro, foi pura e simplesmente demolido alguns anos depois para dar lugar a uma banal casa de apartamentos! E o tráfego na avenida Atlântica continuou a ser um dos maiores problemas à espera de solução.

Pode-se, perante o referido, chamar de *grande* a um homem desses? Sei que muita gente no Brasil pensa como eu, achando que Pereira Passos foi, no fundo, um prefeito de aldeia, porém não tem coragem de confessá-lo por temer ferir preconceitos estabelecidos, ainda que falsos ou exagerados.

### XXX

Voltemos ao palacete Abrantes. Como se sabe, pertenceu à Rainha Dona Carlota Joaquina, e nele, por estar situado em zona mais saudável do que São Cristóvão, costumava Dom João VI, juntamente com a família, passar alguns meses no verão. Aproveitava, como o faria Dom Pedro I, para uma temporada de banhos de mar.

Passando à propriedade do Marquês de Abrantes, sofreu o palacete reformas de toda a sorte: nas paredes, nos tetos, mobílias, alfaias, sanefas. Gastou-se uma fortuna. Tinha o novo dono possibilidades de o fazer, pois se casara com a filha do Visconde de

Merity, o famoso Bahia, um dos milionários de então. Realizaram-se ali as mais lindas festas particulares da época.

Graças, conforme disse, à intervenção de Rio Branco, o palacete escapou da picareta municipal. Mas, falecido o Barão, um dos muitos prefeitos que o Rio tem tido, achou que aquilo valia tanto quanto uma cocheira qualquer, e ordenou que o destruíssem. Creio que a culpa da nefasta ordem cabe a Serzedelo Correia, um soldado que chegou a general sem ter comandado sequer dois recrutas, salvo para proceder a arruaças. Este Serzedelo foi o tal que, num acesso furioso de patriotismo, promoveu em plena praça pública, por meio de altos brados, toda a equipe militar do governo provisório de 1889, a começar pelo velho Deodoro, elevado ali mesmo a generalíssimo. Se o acesso durasse um pouco mais, este chegaria por certo a marechalíssimo!

No lugar do palacete Abrantes ostentou-se durante muito tempo um esqueleto de cimento armado, o qual, sendo motivo de disputa judiciária, não se sabia de fato a quem pertencia. Era um duplo desafio à nossa incapacidade administrativa e à ineficácia da nossa Justiça. Hoje ergue-se ali uma das inúmeras casas de habitação coletiva que proliferam no Rio, e que ao tempo do Império chamavam-se *cortiços*, mas agora têm o nome elegante de *casas de apartamentos*, imitação servil do francês, e abrigam os grâfinos cariocas.

O Conde d'Eu foi vilipendiado pelos propagandistas republicanos, inclusive pelo tribuno popular Silva Jardim, célebre pelo fato de ter sido o único sujeito que caiu dentro do Vesúvio, por ser proprietário de uma casa de habitação coletiva situada em uma rua transversal à do Catete. Não se exagera dizendo que um dos motivos alegados, para substituir o Império pela República, era a existência desse *cortiço* do futuro príncipe consorte, considerado uma vergonha para as instituições monárquicas. Hoje tudo mudou. Ser proprietário de uma casa de apartamentos é prova de prestígio, não somente financeiro como também social. Boa parte delas encontra-se nas mãos da gente não mais conceituada, porém da mais bem recebida da sociedade carioca.

### XXX

Depois que estive em Eu pela última vez, na primavera de 1932, só iria avistar-me com o Príncipe Dom Pedro quatro anos mais tarde, no Brasil, quando fomos, minha mulher e eu, a Petrópolis levar-lhe nossas despedidas. Estávamos de partida para a Alemanha. Fomos acolhidos por Dom Pedro, Dona Elizabeth e filhos com a cortesia de sempre. Moravam todos no chamado palácio Grão-Pará, que era a antiga casa dos semanários, isto é, dos funcionários (designados outrora por “criados”) do Paço em serviço na semana, e erguia-se na parte dos fundos do parque imperial.

Ali faleceria quase repentinamente, em 1940, o caro Príncipe Dom Pedro. Seu enterro deu pretexto a um exibicionismo ridículo de muitos da chamada sociedade carioca que se queriam fazer passar por amigos ou íntimos dos Príncipes. Foi uma correria insana do Rio para Petrópolis; e as salas do Grão-Pará ficaram atulhadas de cavalheiros de ar compungido, que nunca possivelmente haviam apertado a mão do desaparecido, de damas de luto pesado, véu caindo do chapéu — porque assim se usava nas cortes da Europa — gente em parte de origem duvidosa, que, em matéria de árvore genealógi-

ca, mal alcançava os próprios pais. Esta gente timbrava, contudo, em ser vista em casa dos Príncipes, num exagero de cortesias e genuflexões, para impressionar os incautos, e passar por acostumada à vida das cortes do Velho Mundo.

Pobre Príncipe Dom Pedro! Tão bom, tão simples, tão desprovido de atitudes, tão avesso a curvaturas e a salamaleques! Ver-se rodeado, depois de morto, por aquela chusma de falsos cortesãos, que só estavam ali para perturbarem o silêncio de seu último sono com uma ostentação ridícula e pretensiosa!

---

## Misturas Mussolinianas

Nos seus primeiros anos de governo, Mussolini morou numa pequena rua, a via Rosela, perto da praça do Tritoni, fazendo uma vida modesta e retraída, na companhia da mulher, Dona Raquel, e dos filhos ainda menores. Embora desfrutasse já de uma certa popularidade, não era ainda o grande homem, o *condottiere* que viria a ser depois. E só alguns anos mais tarde é que passaria a ser o *Duce*. Foi quando deixou sua despreziosa moradia para instalar-se na Vila Torlonia, uma grande construção do fim do século XVIII, situada na via Nomentana, não longe da Porta Pia. Cercava-a um vasto parque, onde Mussolini costumava praticar seus exercícios físicos, montando a cavalo ou jogando ténis. Aí o conheci de perto e trocamos algumas palavras numa tarde do verão de 1929. Levava-me meu colega Galeazzo Ciano, já em vésperas de ficar noivo de Edda, sua filha.

Essa suntuosa vila pertencia naquela época ao Príncipe Dom Giovanni Torlonia, velho solteirão, que a havia cedido ao chefe do Governo mediante o aluguel simbólico de uma lira anual, contentando-se ele em residir em um *chalet* vizinho, o Villino delle Civette. Esses Torlonia, que se aliaram depois aos Borghese, descendiam do riquíssimo banqueiro Raimundo Torlonia, enobrecido em 1794. Nesta mesma casa vivera, aí pelo ano de 1870, o Conde de Lavradio, Ministro de Portugal junto à Santa Sé. Não confundir, porém, essa vila com o palácio dos Torlonia, à rua da Conciliação, que fora também sede, em 1862, da representação diplomática portuguesa no Vaticano, quando era Embaixador o Duque de Saldanha.

Mussolini tinha também outra residência, mas esta fora de Roma e de sua propriedade particular, que lhe oferecera um numeroso grupo de seus partidários. Era uma enorme e bela vila construída sobre as ruínas do velho castelo de Roca delle Caminate, nos Apeninos. Ali gostava ele de refugiar-se de vez em quando, fugindo à vida absorvente e cansativa de Roma. E, como deste seu refúgio lançasse por vezes, com palavras duras e cortantes, aquelas terríveis catilinárias contra os prevaricadores do regime, dizia-se que aquilo não era Roca delle Caminate, mas a *Roca delle Cannonate*, isto é, a Pedra do Bombardeio.

## XXX

Opinava Mussolini que o Fascismo era um princípio político exclusivamente italiano, impróprio, por conseguinte, para exportação. E a verdade é que seu governo nunca se preocupou com sua expansão aos demais países, como fizeram, por exemplo, os nazistas e os comunistas. Nunca criou ou tentou criar na Itália um organismo central de propaganda do fascismo no estrangeiro. E, se esta doutrina acabou extravassando da Itália e se propagando no exterior, não foi certamente por iniciativa do governo do *Duce*.

Mussolini combateu sempre o comunismo em sua pátria, porém nunca se dispôs a enfrentá-lo fora dela. Ao contrário, manteve-se sempre numa atitude neutral — a não ser na guerra civil espanhola. Por outro lado, entre as grandes potências, a Itália foi a primeira que entrou em relações diplomáticas com os soviets.

## XXX

As relações de Mussolini com o Rei Vitor Emanuel III, mesmo decorridos mais de dez anos consecutivos de convivência, tiveram o caráter de um mútuo e cordial respeito, mas nunca se tornaram amigáveis. Desde que assumiu o poder, em novembro de 1922, Mussolini ia duas vezes por semana, às segundas e às quintas-feiras, ao palácio do Quirinal despachar com o Rei, fazendo-se acompanhar, por vezes, pelo Subsecretário da Presidência do Conselho. Naturalmente que, exigindo a administração pública ou os interesses políticos do país, ele o procurava também em outras ocasiões, chegando mesmo a avistá-lo três ou quatro vezes por semana.

Vitor Emanuel III jamais o convidou em sua terra de San Rossore. Convidou-o uma vez em Santana di Valdieri, e outra em Roccogni. Mas em San Rossore, perto de Pisa, que era, por assim dizer, a propriedade da família, pois era onde costumava cercar-se de parentes e amigos mais próximos, nunca apareceu Mussolini. E este, por seu lado, somente uma vez, quando da instituição do Império, após a anexação da Abissínia, teve o Rei como seu hóspede em sua casa de Roca delle Caminate.

Mais tarde Mussolini encheu-se de antipatia pelo Rei e pela Casa de Savóia. “Carros de bagagem vazios”, dizia, que estava cansado de puxar. Aos íntimos não escondia seu desejo de, terminada a guerra vitoriosamente, acabar com a monarquia. Socialista na mocidade e nos seus primeiros anos de jornalismo, mantinham-se suas tendências republicanas. “Meu querido e solene idiota” foi como se referiu em certa ocasião a Vitor Emanuel III. Durante algum tempo demonstrou certo respeito pelo Soberano porque afinal era obrigado a prestar-lhe contas ao menos de alguns de seus atos, porém o fato de seu associado, Hitler, governar sozinho a Alemanha e ser ali mais alta autoridade não deixava de lhe causar dor-de-cotovelo. Nas vésperas de guerra, em 1939, já então não conseguia dissimular sua aversão ao Rei, sobretudo por haver este evitado, como dizia, a “fascisão” do exército italiano.

Obcecado com a idéia da entrada da Itália na guerra ao lado dos alemães, contava o *Duce* que havia exposto essa necessidade a Vitor Emanuel com uma “lógica” que este achara “geométrica”. Irritava-se com determinadas interferências do Monarca em

assuntos do Governo, que entendia caberem-lhe exclusivamente. A tal ponto que, segundo relata Ciano, chegou uma ocasião a ameaçar de colocar o povo italiano na alternativa de escolher: ou ele ou o Rei. Mas a História tem seus caprichos! Derrotada a Itália na guerra, o país não se decidiria nem por um nem por outro, mas pela República. Não a República Fascista e Socialista que Mussolini lançaria do norte da Itália, numa última tentativa de agarrar-se ao poder, mas pela clássica república democrática pela qual se batera Mazzini muitos anos atrás.

Faltava a Mussolini, para ser um verdadeiro homem de Estado, a pré-ciência do futuro. Em outubro de 1939, quando não havia ainda decidido marchar de mãos dadas com Hitler, o qual visava antes de tudo a destruição da Rússia Soviética, ele achava que o bolchevismo era coisa morta, e que em seu lugar viria uma espécie de fascismo eslavo. Daí, quem sabe? Será que não estaria com a razão se tomarmos em conta a evolução do comunismo na Rússia?

### XXX

Quando cheguei a Roma, em outubro de 1928, falava-se muito, à boca pequena, da ligação amorosa de Mussolini com uma jovem italiana, mas sobre a qual não se tinham maiores informações. Ainda porque era suposto todo mundo ignorá-la. Só mais tarde se veio a saber que a jovem se chamava Claretta Petacci. Mussolini a conhecera em Ostia, na praia, onde costumava ir banhar-se. Certa manhã, uma bonita banhista, conseguindo iludir os guardas que isolavam o *Duce* dos curiosos, aproximou-se dele para dizer, com grande desembaraço, que o admirava desde vários anos, que lhe escrevera repetidas vezes e lhe mandara também versos seus. Mussolini mostrou-se algo surpreso com a desenvoltura da rapariga, que certamente não lhe desagradou. Mandara-lhe versos?... Sim, podia ser... Recebia tantos! Seduzido pelo imprevisto da cena e a beleza da banhista, e curioso por conhecê-la melhor em lugar menos público, disse-lhe que o fosse procurar no dia seguinte em seu gabinete do palácio Veneza. “Assim nasceu uma grande paixão”, rematava um jornal de Roma, lembrando o fato.

Tornando-se amante do *Duce*, este a instalou em uma suntuosa vivenda situada no bairro de Monte Mario (Roma), vila della Camilluccia, onde a visitava freqüentemente. Terminada a guerra e confiscados muitos dos bens dos fascistas, esta casa foi transformada em um restaurante de grande luxo, que recebeu o nome de *Pallazzo*. Durante minha segunda estada em Roma, então como Embaixador no Vaticano, lá estive por diversas vezes.

Será difícil existir maior prova de amor do que a dada por Claretta Petacci a Mussolini. Tendo possibilidades de fugir ou esconder-se nos derradeiros dias da guerra, em abril de 1945, foi ela à procura de seu querido, cujo paradeiro era desconhecido. Após toda espécie de diligências, consegue descobri-lo em Dongo, lugarejo sobre o lago de Como. Suplica então que a deixem reunir-se a ele, a partilhar sua sorte, e, se for o caso, morrer juntamente com aquele que tanto ama. Alguém propõe conduzi-la à fronteira suíça durante a noite. Recusa: só fugirá se puder fugir com Mussolini. E foi assim que, ao lado um do outro, os dois corpos crivados de balas caíram pesadamente ao solo.

## XXX

Possuía Mussolini um fundo algo irônico, e, quando estava de bom humor, gostava de fazer troça, de provocar o riso, rindo ele próprio, mostrando, através da boca larga, seus dentes grandes e fortes. Jovem, diziam, havia tido uma figura de “Imperador romano”, muito embora não fosse difícil encontrar-se iguais ou parecidas nos homens da rua. No Corso Umberto, à altura do hotel Plaza, estacionava todas as manhãs um polícia que tinha uma face tão “Imperador romano” quanto Mussolini.

É certo que sua máscara apresentava qualquer coisa de dominador, e chamava logo a atenção. Para o fim, porém, desandou a engordar, e sua silhueta tornou-se antes vulgar, sobretudo quando vestia “a paisano”, com roupas horríveis de mau gosto e de corte. Tenho uma fotografia dele, tirada no Teatro Real de Roma, de pé, ao lado de Austen Chamberlain, de Lorde Halifax e do Conde Ciano. Estão todos de “gravata branca”, isto é, de casaca. O contraste é grande entre a casaca de Mussolini e as dos outros, não só pelo corte como também pela maneira de vesti-la. Um trabalhador de estrada, que se metesse numa indumentária igual, não a traria menos *gauche* do que o ditador fascista.

Mussolini tinha muito de jornalista. Apesar de suas qualidades de homem de Estado, nunca deixou de ser jornalista. Na ligeireza de algumas apreciações suas, por exemplo, no tom polêmico de seus discursos, nos preconceitos pessoais e na ardência de suas paixões. Era um jornalista de índole panfletária. Sua cultura era escassa, e faltava-lhe o sentimento artístico, apesar de italiano. Dizia Ciano que o sogro não gostava de obras de arte, e recordava o ar de enfado e até de fadiga física, coisa desconhecida nele em todas as demais ocasiões, quando teve que acompanhar Hitler em uma visita ao Palácio Pitti e aos Uffizzi em Florença.

## XXX

André Maurois refere o caso daquele filme norte-americano sobre George Sand e Chopin, no qual a romancista francesa era apresentada como fascista. — Porque fascista, indagou Maurois, se ela era republicana e socialista? — Bem sei que não era fascista, respondeu o produtor do filme; mas ela representa o papel da adúltera, o papel antipático, em oposição a Chopin que encarna o papel de vítima ou de sofredor; por conseguinte, o papel simpático. Sendo adúltera e antipática, é preciso que seja fascista.

## XXX

Realmente espantosa foi a revolução que se operou no espírito de Mussolini a respeito a Hitler. Sabe-se que no começo das relações dos dois uma repulsa instintiva os separou, tornando quase impossível qualquer espécie de colaboração entre eles. Pouco a pouco, porém (por que artes de magia teria isto acontecido?), a primeira impressão do *Duce* foi se suavizando, e ele acabou inteiramente dominado pelo charme do *Führer*, demonstrando uma fé cega no gênio político deste, no valor da máquina de guerra da Alemanha e nos recursos diplomáticos de Ribbentrop.

Mussolini considerava-se mais inteligente do que Hitler – *em política*, dizia ele. Confessava entretanto que Hitler não compartilhava esta opinião. A derrota dos dois na Segunda Guerra veio provar que a razão não estava com nenhum deles. O grande vencedor foi Winston Churchill, considerado, antes da luta, pelos seus compatriotas como um mau político.

### XXX

Todos sabemos que o covarde assassinato de Mussolini pelos comunistas italianos não foi motivado pelo fato de ter ele levado seu país à guerra e à derrota militar, mas sim por puro espírito de vingança, isto é, por ter combatido o comunismo na Itália durante todo o decorrer de seu governo, livrando-a assim de cair nas mãos dos agentes da Rússia Soviética. Sem embargo, o único culpado da entrada em guerra da Itália e de sua conseqüente derrota foi, sem a mínima sombra de dúvida, o chefe do Fascismo. A totalidade da culpa foi dele. Tanto mais que, salvo o *Duce*, todos os personagens, que tinham então uma parcela de poder, não pouparam esforços para evitar a participação do país na luta armada e especialmente a aliança com a Alemanha. A começar pelo Rei Vitor Emanuel III.

O Papa Pio XII, antes Cardeal Pacelli, que havia sido elevado ao Pontificado nas vésperas da guerra, foi outro que tudo fez para manter a Itália afastada do conflito, embora soubesse que contrariava os planos do Mussolini. Quando Alfieri, Embaixador italiano junto à Santa Sé, chamou a atenção do Papa sobre essa sua atitude, dizendo que causava irritação ao Chefe do Governo, respondeu-lhe o Santo Padre que não receava ir para um campo de concentração, e por isso prosseguiria em sua missão de paz.

O próprio genro de Mussolini, o Conde Ciano, estava longe de concordar com a decisão. E Italo Balbo, ao tomar conhecimento daquelas intenções guerreiras, voou de Trípoli para Roma com o intuito de esfriar os ardores bélicos de seu amigo e velho companheiro dos alvares da era fascista. Este, porém, limitou-se a responder-lhe: “Tu não tens razão. A Itália deve tomar parte na guerra ao lado da Alemanha porque esta sairá certamente vencedora”.

A Dino Grandi, que tentou igualmente afastá-lo da dita intenção, disse: “Vocês não querem nunca que eu faça as coisas como desejo. Se os fosse escutar, a Itália ficaria fora da guerra. No entanto bem sabem que apostei no cavalo vencedor”. Em 1942, declararia o mesmo Grandi: “Não sei como pude fantasiar-me de fascista durante vinte anos”.

Por seu lado, Badoglio procurou por todos os meios demover o *Duce* do grande erro que tencionava cometer: “Não temos sequer camisas”, fazia ver ao Chefe, a fim de provar-lhe a impreparação do país para o combate, “não digo uniformes, digo camisas para nossos soldados”. Mussolini replicava, aborrecido: “Bem sei, mas tenho necessidade de alguns milhares de mortos para podermos sentar à mesa da Conferência da Paz ao lado dos vencedores”. Esta frase, reproduzida pelo historiador Willy Sperco, é de uma dura realidade. Pode não ter sido pronunciada, mas exprime uma triste verdade. Os alguns milhares de homens que a União Soviética sacrificou nos campos da Mandchuria, já quando o Japão implorava a paz, outro fim não tiveram senão permitir que ela sen-

tasse, junto com a Inglaterra e os Estados Unidos, à mesa onde foi assinado o armistício com os japoneses.

Até quase às portas da derrota, Mussolini acreditava ainda na vitória da Alemanha. Como um verdadeiro visionário, descobria possíveis vitórias do Eixo em todas as frentes da guerra. Apesar da retirada dos exércitos alemães da Rússia, da catástrofe germano-italiana no norte da África, e da opinião pessimista de todos os que o cercavam, não queria por nada admitir a possibilidade de ser vencido. Sua ilusão chegava ao ponto de tomar os comunicados emitidos pelo Quartel General alemão na Rússia como *intencionalmente* desfavoráveis, com o único propósito de preparar o espírito do povo germânico para boas surpresas. O Conde de Bismarck, Conselheiro da Embaixada da Alemanha em Roma, a quem ele expunha certa vez essa *teoria*, pensou não estar Mussolini falando a sério.

### XXX

Um general ou um homem de Estado derrotado torna-se alvo de todos os ataques e é apontado como culpado de todos os crimes. Mas, digam lá o que disserem, a verdade é que Mussolini (ou o fascismo, se quiserem) havia feito renascer a vida na Itália, dando a segurança, a ordem e a estabilidade política, sem o que não se pode prosperar. Em sete anos apenas de governo, o pulso de ferro do *Duce* havia transformado o país que ele recebera em plena dissolução, quase à beira do abismo, dilacerado pelos partidos, que não passavam de meras facções, anarquizado pelos comunistas e ultrajado em suas mais sagradas tradições. Desse frangalho de nação Mussolini fizera a Itália que eu iria conhecer em 1928 — país de ordem, de trabalho e de progresso em todos os ramos de suas atividades, confiante e ufano em seu destino, e onde havia garantia para todos e para cada um. Havia criado uma verdadeira consciência nacional. A Itália dava aos estrangeiros, que a visitavam, a impressão que acredito fosse exata, de ser então o país mais tranquilo e onde melhor se vivia na Europa. Tanto assim era que, embora destruída e arruinada pela derrota militar, depressa recuperaria, com a implantação da paz, suas forças vivas, voltando a ser uma das nações mais prósperas. Sinal de que os alicerces lançados pelo governo fascista conservavam ainda toda a sua pujança.

### XXX

Quando de minha primeira residência em Roma, de 1928 a 1932, Mussolini achava-se em plena forma: física, moral, intelectual e politicamente falando. Era, aliás, o fastígio do fascismo. Mas, a partir do meio da guerra, sua decadência, tanto física como moral, não enganava mais a ninguém. E decadência também política, já que ia perdendo a ascendência que sempre tivera no partido e na massa do povo italiano. Era discutido, contraditado e, por vezes, contrariado como jamais se vira antes. Giuseppe Bottai, membro do Grande Conselho Fascista e Ministro da Educação, permitiu-se um dia lembrar a Ciano que Balbo chamara outrora o *Duce* de *produto da sífilis*, e acrescentou que esse juízo não estava longe da verdade, tal era sua decadência sob todos os pontos de vista. Nessa ocasião já eram públicos e notórios seus amores com a Petacci, que, mais do que qualquer outro fator, concorriam para acentuar-lhe a visível diminuição.

## XXX

Há homens, mesmo quando já na idade madura, próximos da velhice ou até velhos, cujas fisionomias conservam os traços da meninice. Dizem que Mussolini era um destes. Sua máscara, ao contrário da de Hitler, que era parada, tinha uma mobilidade extraordinária, com aqueles olhos negros de onde partiam verdadeiras faíscas e um riso (quando era o caso) em que havia no fundo algo infantil. Observando-a, sobretudo em seus momentos de tranqüilidade ou de íntima satisfação, tinha-se a impressão exata de como ela era no seu tempo de menino.



---

## O conde Ciano

“O conde Ciano é, segundo todas as aparências, o homem feliz que Mussolini escolheu para seu sucessor”. Assim se exprimia, em 1938, um jornalista português. Ora, aconteceu que seis anos depois, em 1944, o “homem feliz” tombava em Verona sob as balas de um pelotão de fuzilamento. As aparências, por conseguinte, mais uma vez enganaram. O futuro, dizia Vitor Hugo, pertence a Deus, e nada mais aleatório do que traçar de antemão o destino de um homem na terra, salvo o fim que a todos nos espera, pobres e ricos, poderosos ou não, que é a morte.

Conheci Galeazzo Ciano em 1929, em uma tarde de recepção na Embaixada da Itália junto à Santa Sé, instalada no palácio da via Flaminia, em Roma. Ciano ocupava ali o cargo de Segundo Secretário. Era, assim, meu colega no Corpo Diplomático acreditado no Vaticano. Alguns anos mais moço do que eu, contava então vinte de seis anos. Ainda solteiro, pois só no ano seguinte é que se casaria com Edda Mussolini, filha do *Duce*. Ao ser designado para aquela Embaixada, Ciano servia no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Anteriormente havia estado, por pouco tempo, aliás, como adido às Embaixadas italianas no Rio e em Buenos Aires.

Não me lembro que nos apresentou. Creio que foi o conde Caterini, do Protocolo do Vaticano. Recordo-me, no entanto, que a pessoa que nos aproximou foi logo me dizendo ao referir-se a Ciano: “Já estive no Brasil”. Isto facilitou, como era natural, nossa “entrada em assunto”. Falou-me do Rio, dos encantos naturais da cidade, de algumas pessoas que ali conhecera. Fez-se em certas ocasiões espirituoso; em outras, mordaz. E, de vez em quando, com ar ora sério, ora brejeiro, deu asas à sua inclinação para a ironia, nem sempre muito oportuna, quando não francamente fora de propósito.

Não sei que impressão eu lhe teria causado. A que ele me deixou não foi das melhores, no sentido de que o achei fútil, algo presumido, artificial em várias de suas atitudes, e sem qualquer traço de superioridade ou mesmo de originalidade que o pudesse diferenciar da multidão de convidados que enchiam os salões da Embaixada. Era um bonito rapaz, e nada mais. Uma bela estampa realçada pelo apuro no trajar, talvez um pouco exagerado, a ponto de atrair a atenção num meio mundano como aquele. Quiçá não fosse, por tal motivo, um homem verdadeiramente elegante. Os ingleses, que se

conhecem neste particular, dizem que o homem verdadeiramente elegante é o que não ostenta sua elegância. Como o homem bem vestido é o que se não vê que está bem vestido.

### XXX

Depois dessa tarde na via Flaminia, iria eu ter diversas ocasiões de avistar-me ou conversar novamente com Galeazzo Ciano. E pouco a pouco fomos nos conhecendo melhor. Pude então separar o que havia nele de defeitos ou insuficiências daquilo que havia de predicados ou qualidades. O lado algo fútil de seu temperamento, que era um defeito comum à mocidade romana daquele tempo, só fez acentuar-se à medida que o conheci mais a fundo. Mas esse defeito foi depressa superado ou compensado pelas reais qualidades que de fato possuía.

Era uma dessas criaturas que ganham em serem conhecidas. Exteriormente frívolo ou superficial, se julgado após rápido encontro, revelava-se a seguir o que na realidade era: homem de muito bom senso, de generoso coração, afetivo, cordial, algo irônico, e com bastante inteligência para saber como e quando lhe quadrava conquistar uma pessoa. Não direi que fosse culto. Mas era instruído. Como o geral dos italianos, tinha facilidade de expressão. E sabia *falar*, isto é, sabia dizer o que lhe convinha e unicamente o que lhe convinha. Já se vê que esta constituía uma ótima qualidade para a diplomacia, à qual se juntava o dom de agradar, de seduzir, de fazer-se simpático. E também o de fazer-se antipático sem ser grosseiro ou mal educado. Outro predicado para o bom diplomata.

Em resumo, inteligente, simpático, sabendo agradar, e dono de um porte bonito e elegante, era natural que fosse muito cortejado pelo elemento feminino de Roma. Concorria, para isso, outra circunstância: era ele próprio um grande cortejador do sexo dito frágil. *Pour être aimé il faut être aimable*, dizem os franceses. Como coisa inerente à índole de um italiano, não perdia a oportunidade de dirigir algum galanteio a uma senhora ou a uma senhorita.

Creio ser devido ao fato de serem os homens italianos galanteadores do mais alto grau que em Roma, naquela época longínqua, as mulheres de certo nível social raramente se aventuravam a saírem sozinhas à rua, sobretudo aquelas que, por seus dotes físicos, estavam mais expostas aos olhares cobiçosos do sexo oposto. Várias vezes foi-me dada ocasião de presenciar alguma dessas senhoras ouvindo uma frase amável — que suponho fosse amável — até mesmo dos polícias que dirigiam a circulação, quando coincidia passar ao alcance de suas palavras. Chamei um dia, para isso, a atenção de um amigo italiano, estranhando o que me parecia ser falta de respeito. Respondeu-me que não era tal, senão, pelo contrário, uma delicadeza que o guarda dispensava aos predicados físicos da jovem, a qual, longe de molestar-se, só podia sentir-se lisonjeada. E acrescentou que toda mulher italiana gostava de ouvir galateios, mesmo dos guardas das ruas. Bem pensado, meu amigo tinha razão. E seu raciocínio seria suscetível de estender-se a todas as mulheres do mundo, de todas as nacionalidades e de todas as condições sociais. Acredito até que uma mulher realmente bonita e elegante deveria orgulhar-se diante dos galanteios de um homem humilde, porque isto lhe daria a convicção de que verda-

deiramente os merecia, certeza que não teria se externados por cavalheiros de sua roda social, que poderiam bem fazê-los apenas por cortesia ou boa educação.

Cianino – o pequeno Ciano – era como o chamavam suas numerosas admiradoras no Golf Club. Nascera em 1903, e era filho de Constanzo Ciano, por quem Mussolini nutria grande estima, ao ponto, diziam, de designá-lo seu sucessor. Constanzo Ciano, oficial de marinha, era considerado herói da Primeira Guerra por haver desalojado dois couraçados austríacos da base de Cortellazzo, e dirigido audacioso ataque de canoas-automóveis torpedeiras contra a baía de Bucari, empresa esta exaltada por d'Annunzio, que dela participara. Para recompensá-lo por estas façanhas, o Rei concedeu-lhe o título de Conde de Cortellazzo. Mais tarde, começando Mussolini a agitar a Itália com seus fascistas, foi de seus primordiais aderentes, tendo mesmo sido do número dos que tomaram parte na marcha sobre Roma. Criado o regime, ocupou lugares de ministros mais de uma vez, acabando por ser presidente da Câmara dos Deputados, posto em que morreu em 1939.

Além de Galeazzo, tinha Constanzo Ciano uma filha, Maria, casada com o Conde Magistrati, Conselheiro da Embaixada italiana em Berlim, quando servi nesta cidade pela segunda vez, isto é, em 1936. Maria primava então pelo bem trajar, no que rivalizava com sua chefe, a Embaixatriz Eleonora Attolico. Eram as duas senhoras mais elegantes do Corpo Diplomático, apresentando-se sempre ambas com vestidos caros e de linha impecável. Preocupada em manter a silhueta esguia, Maria Magistrati vivia fazendo curas de emagrecimento, das quais resultou uma tuberculose que lhe foi fatal.

Por mercê real, o título de Conde de Cortellazzo era hereditário. Contudo o filho jamais o usou. Foi sempre conhecido, e assim passará à História, como Conde Ciano.

### XXX

Foi na época em que o conheci que Ciano começou a fazer a corte a Edda Mussolini, com a qual pouco depois se casaria. Edda era filha legitimada do *Duce* depois do casamento deste com Rachele Guidi. Em Roma, comentou-se largamente aquela união, e, como de ordinário não faltou quem tecesse em roda dela as mais descontraídas ponderações, algumas muito pouco lisonjeiras, tanto para Ciano como para sua prometida. Em tudo isso, está claro, havia um pequenino fundo de verdade e uma grande, até uma enorme dose de fantasia, de mexericos e mesmo de pura maldade. Acredito que Ciano tenha procurado, com esse casamento, um meio fácil de êxito em sua carreira pública, graças ao apoio que lhe daria o sogro. Mas julgo que não deixou de concorrer também seu sentimento, senão de verdadeiro amor, pelo menos de sincera amizade por Edda Mussolini. Esta, por seu lado, se foi um pouco levada pelo físico atraente de Galeazzo Ciano, demonstrou ter por este uma grande afeição, mesmo um pouco de amor. A verdade é que os dois se conheciam desde meninos, estando as famílias de ambos ligadas por laços de intimidade. Pode-se assim falar de amizade de infância.

Como sucede a muita gente, a vida conjugal deles nem sempre foi um mar de rosas, o que se deve atribuir em parte à própria ascensão da carreira de Ciano, ao ambiente que o cercava e às situações em que se viu envolvido. Outro motivo de desentendimento teria sido seu feitio frívolo, causador da vida desregrada que levava nos círculos

los alegres de Roma, a começar pelo célebre Golf Club, campo predileto de suas proezas amorosas, as quais, longe de encobrir ou disfarçar, ele tinha a vaidade pueril de ostentar. De uma dessas proezas foi objeto uma brasileira de família muito conhecida em seu país. Ocorrências deste gênero não podiam deixar de contribuir para a desunião do casal, sobretudo devido ao gênio independente da mulher, a grande personalidade que a marcava, a que se juntavam a excentricidade de seu feitio, sua falta de preconceitos e a extrema liberdade de seu temperamento. É certo, entretanto, que uma profunda amizade sempre ficou entre os dois, amizade aumentada naturalmente com o nascimento dos filhos, e posta à prova nas horas trágicas que a derrota da Itália na guerra traria para ambos. Ver-se-ia então a estima misturada de respeito que Ciano dedicava à esposa, às suas reais qualidades de espírito e de coração. Quanto a Edda, comportou-se para com o marido como raras mulheres fariam em tão complicadas circunstâncias, arriscando tudo o que tinha, inclusive a vida, para salvar ou simplesmente prolongar a existência, ainda que precária, de Ciano. Seu procedimento nessa ocasião foi de uma nobreza extraordinária, e resgatou para sempre os pecados e os erros que talvez tenha cometido nos tempos de glória e de fartura para os dois.

### XXX

Depois que deixei Roma, ou melhor, que Galeazzo Ciano nos deixou, já casado, para ser Cônsul-geral, e em seguida Ministro, na China, nunca mais o avistei. Apenas o acompanhei de longe em sua vertiginosa carreira, que o conduziria de modesto Cônsul de Terceira Classe em 1929, a Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1936, quer dizer, no espaço de sete curtos anos. Não se vira até então no serviço diplomático italiano, e se terá raramente visto em qualquer outro, subida tão rápida, devida, mas só em parte, a ser ele casado com a filha de Mussolini. Sim, porque se fosse um imbecil ou uma mediocridade, ainda que seu genro, o *Duce* não teria coragem de ascendê-lo da forma repentina que o fez. Não teria coragem nem interesse político nisso. Se assim agiu, foi por reconhecer em Ciano predicados para o desempenho dos cargos que, daí por diante, lhe seriam confiados: Cônsul-Geral em Shangai, Ministro em Pequim, membro da Delegação italiana na Conferência Monetária de Londres, Chefe do Serviço de Imprensa da Presidência do Conselho; Subsecretário de Estado da Imprensa e Propaganda, Ministro da Propaganda, membro do Grande Conselho Fascista e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

É ainda cedo para um julgamento sereno e definitivo de como se houve em todas essas posições, sobretudo no de Ministro dos Negócios Estrangeiros, que foi o derradeiro que realmente exerceu. Porque sua designação para Embaixador na Santa Sé, após sair do Palácio Chigi, foi já um começo do fim, espécie de ostracismo, o início de sua brusca queda em virtude do desentendido que se abriu entre ele e o sogro por causa da participação da Itália na guerra e de suas desastradas conseqüências. Embora contrário a esta participação, Ciano comprometeu-se demasiado com a última fase do fascismo para ser totalmente isento de culpa. Seus inimigos ou desafetos, os que o invejavam ou não o tinham em simpatia desencadearam mil acusações em volta de seu nome e de sua ação no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Por certo que muito da política ex-

terior da Itália, que figurou com a responsabilidade de seu nome, obteve sua franca adesão, sua inteira colaboração, sendo mesmo, possivelmente, de iniciativa ou inspiração sua. Coisas, aliás, que, se tivesse querido, poderia ter evitado ou impedido a efetuação. Por exemplo, a invasão e conquista da Albânia foi obra quase exclusivamente sua, e sempre será levada à conta de um de seus maiores erros.

Contudo, em muitos outros pontos teve que agir premido mais pelas circunstâncias em que se encontrava, e não podia eliminar, do que por sua própria inclinação. Aí foi vítima dos acontecimentos. Está fora de dúvida que se opôs tenazmente e muito se esforçou para impedir, fosse de que lado fosse, a entrada da Itália na guerra. Entendia que era do interesse do país manter-se neutro, a fim de poder mais tarde, esgotada a resistência dos beligerantes, intervir e obter o restabelecimento da paz, figurando como árbitro da situação. Não se negará que era uma política pouco circunspecta.

Se Ciano se mostrava adverso a que a Itália fosse participante no conflito, ainda mais adverso era a que ela se aliasse aos alemães. A estes em geral e aos dirigentes nazistas em particular devotava a mais profunda antipatia. Imputava-lhes toda sorte de defeitos e falhas. Dizia que Hitler, desde que se abancara no poder, havia traído o apoio que Mussolini lhe prestara, e que não existia a mínima possibilidade de negociar política com ele. Incessantemente repetia isto ao sogro, com franqueza total, sem receio de desgostá-lo, embora soubesse quanto este, que no primeiro encontro em Veneza, no ano de 1934, tinha sentido a mais completa aversão pelo *Führer*, acabara seduzido pelo chefe da Alemanha. “Deslealdade germânica” foi uma frase que Ciano usou com frequência em suas palestras com Mussolini.

Se pouco confiava em Hitler, menos ainda confiava em seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim von Ribbentrop. A este simplesmente detestava. Nele detestava tudo: sua máscara fria e imutável, sua insensibilidade, seu ar superior e distante, a dureza de seu olhar que cortava como se fosse uma lâmina do mais puro aço. Por seu lado, Ribbentrop não suportava Ciano; assim que o ódio era mútuo. A discordância entre os dois vinha de longe, e firmara-se em Salzburgo, em 1939, quando Ciano ouviu escandalizado, da própria boca de seu colega alemão, os planos de guerra que alimentava, e aos quais se opôs abertamente. Desde então nunca mais reinou confiança nas relações entre ambos, e toda a política de guerra que se seguiu foi como se dois pólos se repelissem: Ribbentrop procurando cada vez mais comprometer a Itália com a Alemanha, e Ciano tentando a todo custo afastar seu país da órbita germânica. O alemão jamais lhe perdoou esta atitude. Vitorioso em sua política de guerra a respeito da Itália, já que esta se comprometeu até o pescoço com a Alemanha, para afinal subumbirem juntas, Ribbentrop manteve, em seu espírito vingativo, o propósito de castigar Ciano. Quando este, já no ostracismo e incompatibilizado com o sogro, e prevendo as trágicas consequências que o esperavam, tentou fugir de sua pátria, foi Ribbentrop quem o fez prender para, depois de um simulacro de processo, ser sumariamente fuzilado. *En toute chose il faut considérer la fin*, diz um adágio francês. E o final da luta entre esses dois homens foi a cena horrorosa do mesmo Ribbentrop pendurado pelo pescoço na ponta de uma corda, no pátio da prisão de Nuremberg. Morreu como morrem os malfeitores. Ciano teve ao menos uma morte heróica: enfrentou de pé, os olhos abertos, corajosamente, o pelotão de fuzilamento.

## XXX

Summer Wells, então Subsecretário no Departamento de Estado norte-americano, dá-nos o testemunho de que nunca arrefeceu a oposição de Ciano à entrada da Itália na guerra. Aquele homem, insuspeito de ser-lhe simpático, diz que por ocasião de sua viagem à Europa, em 1940, quando se avistou com os principais políticos das grandes potências européias, ele foi o único – “*the only who made it clear to me, without subterfuge and without hesitation, that he had opposed the war, that he continued to oppose war, that he foresaw nothing but utter devastation for the whole of Europe through the extension of the war, and that every effort which he personally could undertake would be exercised to prevent the entrance of Italy into the conflict*”.

No prefácio da edição norte-americana de seu *Diário*, Summer Wells é entretanto injusto para com Ciano quando diz que a este faltavam dignidade e coragem física. Pois é do domínio público que, durante os dias em que esteve preso, e precederam sua morte, mesmo até o momento de cair sob as balas do pelotão que o liquidou, toda a sua atitude desmentiu esta apreciação insultuosa. Aliás, pouco adiante Summer Wells parece desfazer tal acusação ao afirmar que Ciano era um verdadeiro homem de Estado, o que na realidade não combina com aqueles feios qualificativos. De um lado diz que não tinha *personal dignity*; de outro, que tinha *both dignity and personal charm*. Tais contradições retratam a paixão que ditou as palavras do autor.

## XXX

Ciano jamais acreditou na vitória da Alemanha. Conhecia a tenacidade e a capacidade de paciência dos ingleses para saber que não era fácil vencê-los, sobretudo com a impossibilidade, logo cedo provada, de irem os alemães combatê-los em sua ilha. E, quando se teve como certa a entrada dos Estados Unidos na guerra, ao lado dos aliados, com todo o seu aparelhamento agressivo, mais do que nunca se convenceu de que a Alemanha tinha perdido a partida. Por isso tentou ainda, já estando seu país empenhado na luta, afastá-lo da associada, sugerindo até que ele se pusesse à frente de uma cruzada antigermânica com a finalidade de apressar o termo do conflito, e obter, no restabelecimento da paz, uma posição de destaque. Nada conseguiu.

Se, com uma Alemanha derrotada, Ciano pouco esperava de bom para a Itália, sabia que esta ainda menos poderia contar com uma Alemanha vencedora, admitindo que se realizasse um milagre. Neste segundo caso, o resultado seria uma Itália esgotada pela luta, pobre e mesmo às portas da miséria, com a sua mocidade sacrificada, à mercê de uma Alemanha arrogante e brutal, inebriada pela vitória, e calcando sob o taco da bota da alta hierarquia nazista sua antiga aliada.

Tudo isto Ciano não se cansou de dizer a Mussolini. Porém em pura perda. Não conseguiu sequer abalar a decisão do *Duce* de acompanhar até o fim a Alemanha nazista, ainda que já sabidamente derrotada. Tudo o que obteve, para mal de seus pecados, foi abrir um fosso de incompatibilidade entre ele e o sogro, o qual, desde que o sentiu pouco inclinado a segui-lo em sua política de guerra, passou a vê-lo com outros olhos; fosso que foi cada vez mais se alargando até criar entre os dois um terreno intransponível.

vel. Ciano tornou-se então para Mussolini um personagem incômodo e comprometedor, que, longe de facilitar-lhe o caminho na política exterior da Itália, só fazia estorvá-lo, engrossando a onda antiguerreira e antialemã que já varria o país inteiro e concorria, embora impensadamente, para enfraquecer a posição do *Duce*. Este chegava a irritar-se com a escassa confiança que o genro depositava numa vitória da Alemanha. Em março de 1940 constou pela primeira vez a Ciano que o sogro cogitava alijá-lo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, porém não deu crédito a tal, classificando a versão no rol dos mexericos. Espantou-se mesmo com a pergunta que lhe fez o Conde Teleki, Primeiro Ministro da Hungria: “Você sabe jogar bridge?” – “Porque?” indagou. – Para quando estivermos juntos no campo de concentração de Dachau”.

Poucos meses antes da entrada da Itália no conflito, Mussolini, encontrando-o num corredor do Palácio Veneza, disse-lhe à queima-roupa, o dedo apontado para seu rosto: “A Alemanha ganhará a guerra; deve pôr isso em sua cabeça, você antes de todos, e agir em consequência”. De outra vez, algum tempo antes desse encontro, o *Duce* avistava-se com Filipe Anfuso, secretário de Ciano; disse-lhe visivelmente encolerizado: “Ainda há na Itália criminosos e imbecis que acreditam que a Alemanha será derrotada”. Anfuso repetiu a frase a Ciano, que se limitou a comentar: “Aceito o imbecil, mas criminoso é injusto”.

### XXX

A irritação de Mussolini contra todos os que no partido fascista, ou fora dele, lhe contrariavam os planos belicosos era tanto maior quanto não estavam isolados nesta maneira de pensar. Uma considerável massa de população italiana jamais gostou ou sequer suportou os alemães; e idêntico sentimento era partilhado pelas figuras mais representativas do país. A começar pelo Papa e pelo Rei. Pio XII, esse, nunca escondeu sua oposição à guerra, oposição aberta e corajosa, que acabou por impacientar o *Duce*, a ponto de este ordenar ao Embaixador italiano na Santa Sé que protestasse contra o que entendia ser uma atitude *facciosa* do Papa. Respondeu-lhe altivamente Pio XII que não receava ser despachado para um campo de concentração, e, por conseguinte, prosseguiria em sua missão de paz.

Vitor Emanuel III não chegou a tanto. Por feitio, era tímido e algo comodista. Parte por este motivo, parte por ceticismo, e ainda parte por achar que em sua posição de Chefe do Estado não lhe cabia opor-se abertamente aos projetos governamentais, preferiu combater Mussolini atrás da cortina, *fazendo onda* com aqueles que dirigiam a corrente adversa à guerra, sobretudo com Ciano, a quem por fim se uniu por uma sincera simpatia. Os sentimentos pacíficos de ambos os aproximou, identificou-os, ligando-os à mesma sorte. “Sei que figuro na lista negra alemã”, disse um dia o Rei a Ciano. Não sem propósito, respondeu este: “Sim, senhor, no topo da lista. E, se Vossa Majestade consentisse, ousaria dizer que figuro imediatamente depois de Vossa Majestade”. “Também acho”, replicou o Rei.

### XXX

Sabido hoje que Ciano fez o máximo para evitar que a Itália compartilhasse a

guerra, a primeira pergunta que ocorre é a seguinte: “Não havendo alcançado tal objetivo, por que razão permaneceu ao lado de Mussolini até o final, isto é, até a derrota?” A qualquer um acode a idéia de que se poderia ter afastado a tempo do *Duce*, desligado de sua sorte, e, assim, ficado tranqüilo com sua consciência. Na verdade é o que seria plausível. Porém para todo outro homem que não ele, quero dizer, que não estivesse, como ele estava, acorrentado por laços de parentesco ao ditador. Aí é que se encontrava a tragédia. Seu rompimento com Mussolini, naquela ocasião, não se limitaria a ser um mero caso político; tornar-se-ia sobretudo um caso de família, um drama íntimo que iria afetar, e sabe Deus até onde, sua própria paz conjugal. Sim, porque, nesta questão de guerra, sua mulher estava totalmente identificada com o pai, que ela apoiava e defendia com o ardor, com o ímpeto, com a coragem, quase diria com a selvageria que de uma maneira geral emprestava à justificação de suas convicções. Diziam que era mesmo mais ferrenha do que o pai quanto à entrada do país na luta. Ostentava o impacto guerreiro de uma verdadeira Walkyria. E o fazia com um desassombro e uma sinceridade que não se podiam deixar de respeitar. Ainda depois do desbarate da Alemanha, quando tudo estava definitivamente perdido na Itália, e muita gente comprometida com a política fascista procurava inocentar-se alardeando um falso pacifismo. Edda declarava alto e bom som que *sempre* acreditara na vitória dos alemães, e *nunca* renegou sua opinião de que a posição de seus compatriotas devia ser ao lado destes. Isto ela repetia em julho de 1946, quando nada impedia que sofresse o mesmo fim trágico que, dois anos antes, havia sido o de seu marido.

Naquela época, em que a mais leve simpatia pelo fascismo bastava para liquidar uma pessoa (os comunistas dominavam, por assim dizer, na Itália), interpelada jornalista sobre seus sentimentos políticos, Edda respondia com toda a veemência que tal jornalista que ela fosse senão fascista? Também indagada sobre seu pensamento a respeito daquilo que se propalava de que os fascistas haviam roubado e escondido o corpo de Mussolini, fato que levantou uma vaga de revolta e indignação entre os comunistas, ainda não satisfeitos em sua sede de vingança, declarou que “havia feito muito bem”.

### XXX

Quando foi da reunião do Grande Conselho, em 24 de julho de 1943, que destituiu Mussolini, este, no auge da irritação, exclamou para Ciano: “Tu começaste a trair-me no dia e na hora em que puseste os pés em minha casa”. Frase de todo injusta, pois que as relações entre ambos só principiaram a deteriorar-se ao surgir o projeto do *Duce* de aliar seu país à Alemanha.

Depois daquela reunião e da prisão do ditador, Ciano permaneceu em Roma por cerca de um mês, considerando-se, no entanto, exonerado do cargo de Embaixador junto à Santa Sé. Tendo obtido um passaporte a fim de deslocar-se à Espanha, preferiu ir antes à Alemanha, “um país aliado”, disse ele. Foi seu erro. Detido ali, sob vários pretextos, pelos alemães, seria por estes recambiado para a Itália, em 19 de outubro de 1943, e metido no cárcere de Verona, de onde saiu para morrer.

---

## Reflexões sobre o fascismo e a aliança ítalo-alemã

O fascismo e a monarquia de Savóia são hoje, na Itália, meros temas de dissertação histórica. A monarquia não tem mais o rei, ou, se o tem, está no exílio e com mínimas possibilidades de voltar a reinar. Quanto ao criador e alma do fascismo, Benito Mussolini, está morto e bem enterrado.

Embora apenas assuntos para escritores, os anos que nos separam do fim da guerra não bastam ainda para se fazer uma apreciação serena e imparcial sobre as responsabilidades de cada um daqueles regimes, e para determinar a parte que tiveram nos acontecimentos do passado. Sobretudo no julgamento do papel da monarquia quando da implantação do fascismo na Itália. Há quem a culpe de não ter sabido defender, em 1922, as liberdades públicas, de haver pactuado com o incipiente movimento e com seu inspirador, consentindo na instituição da ditadura, causa da catástrofe que adviria ao país.

Ora, semelhantes afirmações são certamente fáceis de se proferirem. Porém menos fáceis de serem provadas ou meramente justificadas. Porque a verdade é que, naquela época, a monarquia não pôde (e, se quisesse, não teria podido) opor-se à marcha dos fascistas sobre Roma, pela simples razão que foi um movimento puro e quase unanimemente popular. É certo que Mussolini enveredou mais tarde pelo rumo do despotismo com a licença, pelo menos tácita, do rei. Mas isto é outra história. Sua chamada ao poder (quando nenhum outro político queria assumir o Governo, é bom lembrar), longe de exprimir uma reação contra as liberdades públicas, foi, pelo contrário, uma reação contra a intolerância, a violência e a absorção dos partidos da esquerda, vale dizer, dos comunistas, os quais, espalhando o terror, a desordem e a insegurança, desarticulavam, por meio de greves sucessivas, a vida da nação. Esfacelavam, assim, a autoridade constituída, e conspurcavam as liberdades democráticas.

Diante deste espetáculo constrangedor, o fascismo mostrou-se como a medida de salvação festejada por todos, e parecendo a única capaz de repor ordem e disciplina no país. Se granjeou a adesão da Coroa, obteve também o consenso quase integral da população.

Culpar-se hoje um italiano de 1922 de haver apoiado o fascismo é querer esque-

cer o que este significou como benefício para a Itália, o que fez para salvá-la do perigo comunista que a ameaçava por todos os lados. Degenerou mais tarde, não há dúvida. Mas se em 1922 não tomasse as rédeas do poder, um despotismo muito pior se teria instalado no país. E não creio que, com isso, as chamadas liberdades democráticas saíssem lucrando.

## XXX

A Alemanha, conforme já referi, foi sempre antipatizada pela Itália. Mesmo Mussolini só pouco a pouco se habituou à idéia de uma aproximação com aquele país, aproximação provocada pelo fato de a França e a Inglaterra se mostrarem intratáveis quando o *Duce* lhes propôs um acordo sobre política européia. A fim de não ficar isolado e não atinando com nenhuma outra saída, jogou-se nos braços de Hitler. Para tal contribuiu não somente sua filha Edda, já condessa Ciano, que não ocultava sua admiração pelo ditador germânico, como também o príncipe Filipe de Hesse, genro de Victor Emanuel III e aparentado com o Imperador Guilherme II da Alemanha. O príncipe era um nazista convicto. Muito estimado pelo sogro, não esbarrou com grandes dificuldades para convencê-lo das boas intenções dos alemães, preparando seu espírito para aceitar, sem maiores objeções, a aliança ítalo-alemã, quando Mussolini a apresentasse como tábua de salvação.

## XXX

Ao juntar-se a Itália à Alemanha, formando o chamado Eixo Roma-Berlim, a Inglaterra e a França se indignaram considerando este passo como uma deserção da Itália, que abandonava seus aliados de 1914 para se unir à inimiga comum da Primeira Guerra Mundial.

Ora, quem tem memória e conhece os fatos que arrastaram a Itália àquela aliança não pode senão culpar as duas potências indignadas, pois que repetidamente se esquivaram a qualquer acordo com a Itália no sentido de travar as ambições alemãs na Europa. Não fosse esse desprezo, é provável que Mussolini jamais se aproximasse de Hitler, apesar da semelhança das doutrinas políticas que ambos encarnavam — o fascismo e o nazismo.

Assim, quando do assassinato de Dollfuss, Chanceler austríaco, em julho de 1934 (eu estava no Rio, vindo de Roma), sabidamente inspirado ou mesmo promovido pelos nazistas da Áustria, Mussolini tentou juntar-se à Inglaterra e à França para que, de acordo com a Itália, fizessem uma demonstração de apoio ao Governo de Viena. Este ato traduzir-se-ia numa reprovação internacional do atentado, e, ao mesmo tempo, numa advertência à Alemanha contra qualquer manobra nazista na Áustria favorável a um futuro Anschluss; por não se dar crédito ao que Hitler assegurara no Reichstag em 1935: não imiscuir-se com este país.

Dollfuss devia ir à Itália a convite do Governo deste país, onde aliás, o esperava a mulher, hóspede de Mussolini em Riccione. Horas antes da partida, praticou-se o crime, que, como é evidente, abalou em extremo o *Duce*, obrigado, além do mais, a participar à sua convidada o infausto acontecimento.

Revoltado em face daquele ato infame, e temendo outros golpes dos nacional-socialistas que fariam o jogo de Hitler, Mussolini decidiu enviar algumas divisões do exército italiano para a fronteira do Brenner. Julgando estarem os Governos inglês e francês tão interessados quanto o italiano em evitar a absorção da Áustria pela Alemanha, fez-lhes sua proposta na esperança de que o apoiassem.

Qual! Nenhum dos dois o sustentou. Alegou a Inglaterra que não se preocupava com os assuntos austríacos, e que desprezava Hitler, pois o considerava impostor e aventureiro, incapaz de ser um perigo para a invencível Albion. A opinião de Eden, então no Foreign Office, era que o *Führer* não passava de um histrião de feira. Quanto à França, sua finalidade era agradar a seus satélites da *Petite Entente*, que não viam com bons olhos a intromissão de Mussolini nas coisas da Áustria por as reputarem per-tinentes à seara deles.

### XXX

A André François-Poncet, antigo Embaixador de França em Berlim, de onde foi removido para Roma (Quirinal) em 1938, coube a mais difícil das missões: impedir a entrada da Itália na guerra e pôr um freio à hostilidade dos italianos contra a França, hostilidade que chegara a um extremo rancor, e era partilhada por quase todos os políticos do regime, incluindo o Rei Vitor Emanuel III, Mussolini e Ciano. Podiam os homens públicos estarem divididos e na realidade o estavam, em suas apreciações sobre a política externa da nação, a começar pelo que se relacionasse com a aliança alemã, porém existia um ponto em que se manifestavam como uma só cabeça e uma só alma: na hostilidade à França e a tudo que lhe estivesse ligado.

Tarefa ingrata, pois, a que levou François-Poncet a Roma, e na qual falhou completamente, menos por culpa sua do que pelos erros acumulados de franceses e italianos durante os anos anteriores ao conflito que explodiu em 1939. Sua situação tornou-se, assim, a mais melindrosa. Mussolini o detestava, e disso não guardava segredo, chegando por vezes a maltratá-lo em público. No *Diário* do Conde Ciano lê-se o seguinte: “François-Poncet procurou aproximar-se do *Duce*, que lhe voltou prudentemente as costas. O Embaixador francês não pode ir a parte alguma; o *Duce* o detesta”.

### XXX

Uma guerra curta seria a vitória da Alemanha, mas uma guerra longa significaria a vitória aliada. Esta era a opinião, aliás exata, de Bernardo Attolico, que fora durante perto de cinco anos Embaixador da Itália em Berlim, posto do qual foi retirado a pedido dos alemães. Ciano, que era seu amigo, vendo-o, por assim dizer, desempregado, colocou-o na Embaixada junto ao Vaticano, entendendo que um homem de seu mérito, e realmente o tinha em grau elevado, não podia permanecer no ostracismo. Por outro lado, Ciano, dotado de espírito de gratidão, não esquecia a atitude profundamente humana que Attolico demonstrara por ocasião da moléstia e morte de sua adorada irmã Maria, esposa do Conde Massimo Magistrati, Conselheiro da Embaixada italiana em Berlim.



---

## O Corpo Diplomático em Roma

Quando cheguei a Roma, as relações entre o Vaticano e o Governo italiano estavam, por assim dizer, interrompidas. Ou melhor, não se tinham ainda estabelecido desde a criação do Estado italiano, em 1870, consequência da unificação política da Península e da ocupação de Roma pelos exércitos de Vitor Emanuel II. Roma, como se sabe, estivera até então em poder dos Papas. A paz entre o Vaticano e o Estado italiano só se faria em 1929 com a conclusão dos acordos chamados de Latrão (porque assinados na Basílica de Latrão), em virtude dos quais seriam estabelecidas relações diplomáticas entre os dois Governos, sendo nomeados um Embaixador italiano junto à Santa Sé e um Núncio Apostólico junto ao Rei da Itália. Este seria Monsenhor Bogoncini-Duca, que anteriormente era o Diretor-Geral da Secretaria do Vaticano. A Nunciatura foi instalada na Vila Maria Pia, à via Nomentana.

O Embaixador da Itália junto ao Papa seria o Conde De Vecchi di Val Cismon, um dos principais personagens na hierarquia fascista, companheiro de Mussolini desde as primeiras horas do regime. Não era homem de trato agradável, devido ao seu feitio, ao ar de extrema presunção de toda a sua pessoa, e a certa aspereza de modos que chegavam mesmo à má educação. Não transmitia nenhuma simpatia, e o aspecto carncudo de sua fisionomia pouco convidava à cordialidade.

Não creio tivesse outros méritos além dos serviços prestados à causa do fascismo. Serviços, aliás, muito discutíveis. Discutíveis pelo menos quanto à lealdade com que foram prestados. De fato muitos o consideravam um mero oportunista. Tomou parte, é certo, na marcha sobre Roma. Mas todos sabiam que, se o Rei, naquela ocasião, tivesse conseguido formar um ministério de coalisção e evitado entregar o poder a Mussolini, De Vecchi estaria pronto a aceitar uma pasta de ministro, o que significaria simplesmente uma traição, senão ao Fascismo, pelo menos ao seu chefe, o *Duce*. Este acabou quase se cansando de o carregar consigo, e não escondia por vezes sua impaciência para com ele chamando-o de *ousadíssimo palhaço*. Sem embargo, nunca deixou de o sustentar e de o defender em ocasiões em que ele esteve muito perto de ir para o ostracismo, como tantos outros. O Conde Ciano, que o conhecia bem, pois servira sob suas ordens na Embaixada da via Flaminia, não o tolerava, e fazia de seu caráter uma opinião bem

pouco lisonjeira. Apesar disso, nunca conseguiu afastá-lo de Mussolini, o qual, embora se queixando sempre das manobras desleais de De Vecchi, enchia-o cada vez mais de cargos e honrarias. Fazia lembrar Napoleão com alguns de seus marechais, sobre cuja falta de lealdade o Imperador não tinha dúvidas, mas que se fartaram de receber favores e recompensas. De Vecchi teve no regime tudo a que podia aspirar — que podia honestamente aspirar, porque não duvido que sonhasse até com a sucessão do *Duce* — graças à liberalidade de Mussolini, que o fez conde, deu-lhe na hierarquia fascista a categoria de Ministro de Estado, nomeou-o senador do Reino, membro do Grande Conselho Fascista e primeiro embaixador junto ao Papa. Como pagou tudo isso bem o sabemos: voltando-se contra o *Duce* na trágica sessão do Grande Conselho, em 24 de julho de 1943, quando Mussolini foi apeado do poder.

### XXX

Um dia houve um sério incidente com o Embaixador Magalhães de Azeredo na Capela Sistina. Devia haver ali uma missa assistida por Pio XI. Azeredo combinara que partiríamos juntos e com certa antecedência. Mas, como de costume, chegamos atrasados, já quase à hora do início da cerimônia. A Capela estava repleta. Os cardeais acomodavam-se em seus lugares, defronte do trono do Papa. E o corpo diplomático, *au grand complet*, distribuído pelos bancos que lhe eram reservados, colocados à direita de Sua Santidade. Nas duas primeiras filas desses bancos estavam sentados os Embaixadores.

Quando Azeredo se dirigia para seu lugar, que era o primeiro colocado junto ao trono do Papa por ser ele o decano do corpo diplomático, isto é, o mais antigo dos Embaixadores acreditados junto à Santa Sé, não foi sem surpresa que verificou que ocupava o lugar que lhe competia o Embaixador da Itália, Conde De Vecchi, alto e grosso, de espessos bigodes negros fortemente esticados de cada lado do rosto, e com sua calva larga e luzidia.

Estava, com toda a sua importância, sentado no lugar do meu excelente chefe Azeredo. Passado o primeiro momento de surpresa, este, pondo-se à frente de De Vecchi, de pé, pediu-lhe, com toda a cortesia, que lhe cedesse o lugar no qual, por engano, se tinha sentado. Não lhe respondeu o italiano. Fez-lhe ver então Azeredo que, sendo aquele o lugar do decano, categoria que lhe pertencia, não lhe era possível colocar-se em nenhum outro; e que o lugar de seu colega italiano, como o mais moderno dos Embaixadores junto à Santa Sé, era na fila de trás. Isso irritou sobremodo De Vecchi, que rispidamente replicou estar ali porque o tinham feito sentar.

O incidente começou a chamar a atenção dos presentes, e arriscava mesmo complicar-se devido à intransigência dos dois Embaixadores. Por pouco não se transformou num verdadeiro escândalo, sobretudo quando se viu o Papa surgir em uma das portas do fundo da Capela e dirigir-se, com sua corte, para o trono instalado justamente pertinho do lugar tão ardentemente disputado. Sempre sentado, De Vecchi exclamava, em voz alta, para Azeredo, de pé, que já havia dito que o tinham feito sentar-se ali. Foi quando meu Embaixador respondeu que não consentia que lhe dirigissem a palavra naquele tom; que, como diplomata junto à Santa Sé, respeitasse o local sagrado onde

se achava, ou pelo menos respeitasse a pessoa de Sua Santidade que entrava no momento.

Só então De Vecchi compreendeu a delicadeza da situação que criara. Convenci-do afinal de que não lhe cabia razão, atirou o capote por cima das cabeças dos outros Embaixadores para o lugar vazio na fila detrás, que era o seu. Levantou-se resmungando e com o semblante carregado. Sentou-se por fim Azeredo no seu exato lugar.

Este incidente não fora resultado apenas de um engano ou de um mal-entendido de De Vecchi, como se poderia supor. Sua verdadeira significação somente depois viria a ser compreendida. De fato soube-se que o Embaixador da Itália andava querendo firmar o precedente de ser ele considerado o decano do corpo diplomático estrangeiro acreditado junto ao Papa, já que o representante deste era tido como o decano do corpo diplomático junto ao Rei da Itália. Seria, segundo ele, simples questão de reciprocidade.

É claro que tão estranha interpretação do decanato em Direito Diplomático foi logo glosada por todos quanto atribuíam o caso sobretudo à pretensão de De Vecchi de querer ser importante. Pretensão que era simplesmente tola, impertinente e altamente descabida.

### XXX

Quando cheguei a Roma, o Embaixador de França junto ao Quirinal era Maurice Beaumarchais. Tempos depois seria aposentado por limite de idade, e substituído pelo Conde de Chambrum, descendente de Lafayette. A igual de seu predecessor, Chambrum encerraria em Roma sua longa carreira diplomática.

Uma vez instalado na Cidade Eterna, o novo Embaixador casar-se-ia com Maria de Rohan-Chabot, filha dos Duques de Rohan e viúva do Príncipe Lucien Murat, este descendente do célebre general Murat que, desposando uma irmã de Napoleão, fora feito rei de Nápoles. Reinado que tanto teve de efêmero como de trágico, pois Murat acabaria seus dias sob as balas de um pelotão de fuzileiros.

No dizer de sua filha, a Embaixatriz, o Duque do Rohan, Deputado no Palais Bourbon, só estava contente quando tinha derrubado um Ministério. “Felizmente para ele, acrescentava, isso acontecia de três em três meses”. Rohan era proprietário do castelo de Josselin, que, como muitos castelos históricos em França, abria-se à visitação pública. Um dia lá entrou um grupo de turistas que se deteve diante de um quadro representando Luís XIV, pintado com sua cabeleira, suas rendas, seu manto de arminho. Foi quando um dos visitantes exclamou: “Certamente é a Duquesa! Como está linda!”

Quando ainda Princesa Murat, a depois Condessa de Chambrum tivera um dos mais festejados salões da alta sociedade parisiense. São até hoje lembradas as grandes recepções que dava em sua casa da avenida de Villars e marcaram em Paris da *belle époque*. Em Roma, embora já passasse dos cinqüenta anos, conservava a frescura, a juventude, toda a alegria e todo o espírito de seus auspiciosos tempos de Paris. Continuava a ser uma grande dama. Inteligente, culta, com uma bela presença, gostando e sabendo receber, podia bem permitir-se apresentar-se nos faustosos salões do Palácio Farnese, não apenas como a mais brilhante e a mais admirada das Embaixatrizes es-

trangeiras em Roma, mas também com o *aplomb* de uma verdadeira rainha. Talvez pela consciência que tinha de seu papel naquele palácio, gostava de lembrar que ali vivera, e deslumbrara a sociedade romana do século XVII, a famosa Rainha Cristina da Suécia, a qual, depois de abdicar o trono que herdara do pai, o grande Gustavo Adolfo, se recolhera a Roma à sombra dos Papas. Com a diferença, porém, que, ao contrário desta rainha, a Condessa de Chambrun jamais cogitara mudar de religião e de... sexo.

Admiradora da citada Cristina da Suécia, a Embaixatriz escreveu um interessante livro sobre ela, exaltando não propriamente suas virtudes, o que não seria fácil, mas seus predicados de cultura que a faziam uma das mulheres mais instruídas de seu tempo; fato tanto mais notável porque era um tempo em que numerosas outras brilhavam neste sentido. Dela, que foi amiga e protetora de Descartes, dizia o Duque de Guise que sabia tudo de tudo, sabendo mais do que *toute notre Académie jointe à la Sorbonne*.

### XXX

Mussolini comprazia-se em conversar com a Condessa de Chambrun, que lhe retribuía a amizade, e por vezes a tinha por confidente de seus sentimentos íntimos. Em determinada ocasião, referindo-se aos seus dias de menino pobre, quando não tinha para ampará-lo senão os cuidados da velha mãe, disse-lhe: “Nunca conheci a doçura nem a serenidade das infâncias felizes. Talvez por isso tenha ficado um homem rude, fechado, duro, quase selvagem. A vida de um homem está contida na sua infância. Desde a morte de meu irmão Arnaldo nunca mais tive um verdadeiro amigo. Fiquei inteiramente só”. E como querendo esquecer seu triste passado: “O passado não me interessa. Só me interessa o futuro. Desprezo por isso os homens que receiam o futuro”. Mal sabia ele que futuro sinistro o aguardava!

### XXX

Conforme referi, a Embaixada de França junto ao Quirinal estava instalada no suntuoso Palácio Farnese, que pertencera a esta opulenta e conhecida família romana. No brasão dos Farnese viam-se as quinas portuguesas, o que se explicava pelo fato de ter uma infanta de Portugal casado com o Príncipe Alexandre Farnese, chefe da casa, no século XVI. Os pianos do palácio, construído neste mesmo século, são de Antonio da Sangallo, o Jovem, mas Miguelângelo, que durante algum tempo dirigiu as obras, lá deixou sua marca característica. Foi também propriedade dos Bourbons de Nápoles, e, desde 1874, ali se encontra a sede da Embaixada francesa.

### XXX

Em 1935 deu-se a conquista da Abissínia pelas forças militares italianas. Entendia Mussolini que a absorção da Abissínia significaria para a Itália, já senhora da Eritreia e da Somália, a afirmação de seu prestígio no norte da África, ao mesmo tempo que apagava o revés que ela havia sofrido em Aduá em 1896.

Não há dúvida que foi um ato reprovável, uma guerra de conquista, que não podia merecer o apoio internacional. Mas tanto a França como a Inglaterra não se contentaram em condenar essa guerra: acharam também que a Itália devia ser castigada com a aplicação de sanções contra ela, levando-se ao pelourinho na Liga das Nações – mais ou menos como a Inglaterra está fazendo hoje na ONU com a Rodésia.

Se, em princípio, essa política do castigo estava certa, na prática não o estava; era um erro porque, de nada valendo para obrigar a Itália a largar a presa, só servia, por ineficaz, para irritá-la e aproximá-la ainda mais da Alemanha, ajudando, assim, mais uma vez, o jogo de Hitler, que se apressou em apoiar sem reservas a ocupação da Abissínia. Constataram então os italianos que, no cenário político da Europa, somente com os alemães poderiam contar.

A conquista da Abissínia coincidiu com a vitória do *Front Populaire* em França, isto é, com a entrada dos comunistas para o Governo, sendo o novo presidente do Conselho o *leader* socialista Léon Blum, que nunca escondeu uma total antipatia por Mussolini e por tudo que denotava cor fascista. Tal vitória valia, portanto, para fechar todas as portas a uma aproximação com Roma. Porque Mussolini, dissessem lá o que dissessem, era, na época, a Itália, e encarnava a mais alta expressão do patriotismo italiano.

Quando o Conde de Chambrun, considerado *troppo amico do Duce*, foi retirado da Embaixada por uma antecipação do limite de idade para a reforma, regressou a Paris e foi logo procurar Léon Blum. Com insistência fez-lhe ver que era do maior interesse da França não romper os laços com a Itália a fim de evitar que esta caísse nos braços da Alemanha. Como resposta, que ouviu ele do Presidente do Conselho? As palavras “mais surpreendentes, conta Chambrun, na boca de um responsável pela política francesa: *Você se esquece de que eu fui amigo de Matteoti!* Sim, do *leader* socialista italiano que os inimigos de Mussolini diziam ter sido assassinado a mando deste último.

Foi a partir daí que o *Duce*, perdida toda a esperança de uma colaboração com a França e a Inglaterra, que não somente lhe viravam as costas como o hostilizavam em todos os campos, compreendeu que, para não ficar isolado, não lhe restava outro caminho senão o de Berlim. Isto apesar do péssimo ambiente que os alemães em geral e os nazistas em particular desfrutavam na Itália.

O resultado deste passo todos sabemos.

### XXX

A outra Embaixada de França, a Embaixada junto à Santa Sé, estava instalada no Palácio Taverna, via Monte Giordano. Era seu titular o Visconde de Fontenay. Sua mulher colecionava encadernações raras de livros antigos, e punha nisso toda a sua paixão. O casal não tinha filhos, ou antes, perdera na Primeira Guerra os dois únicos que havia tido; dois rapagões bonitos e desenvoltos. A memória destes dois rapazes, que a luta estúpida ceifara na flor da mocidade, seria objeto de um comovente livro de saudades, onde se refletia, ao lado de um culto estremecido, toda a dor inconsolável dos pais.

### XXX

O Palácio Lavaggi, via Uffizi del Vaticano, abrigava a Legação de Portugal. Era um antigo mosteiro, onde outrora Pio VI costumava celebrar missa por ocasião da festa de São Bento.

O Ministro era Henrique Trindade Coelho, poeta e escritor, filho desse outro Trindade Coelho, também poeta, mas sobretudo magistrado e educador, grande lutador, grande patriota, cuja tradição de lealdade e de destemido amor aos princípios democráticos eu encontrei ainda intacta quando fui residir em Portugal.

O filho vivia no culto da memória do pai, que havia desaparecido tragicamente sob o peso de uma cruel neurastenia. Não herdara o feitio impetuoso e batalhador, o amor à luta e aos perigos; era antes um tímido e um retraído, e, na sensibilidade de sua poesia, transparecia toda a delicadeza de sua alma. Levava uma vida tranqüila e algo melancólica nas salas sombrias daquele vetusto palácio, mergulhado na leitura de seus livros, nos seus pensamentos e nas suas tendências artísticas. De vez em quando aparecia na nossa Embaixada da via Pó; e os bons quartos de hora que passava na companhia de seu amigo Magalhães de Azeredo, poeta como ele, debatendo temas de literatura ou simplesmente cavaqueando sobre fatos do dia, deviam ser, penso eu, os melhores de sua vida romana.

Portugal tinha em Roma sua própria igreja, a chamada *Santo Antonio dei Portoghesi*, velho templo bastante escuro e triste no seu interior, porém apresentando uma ornamentadíssima fachada barroca. Construída na primeira metade do século XVII sobre as ruínas de outra igreja, esta dedicada ao ermita Santo Antão, mereceu especial predileção de Bento XIV, Papa que maior número de vezes a visitou.

Ali repousa, num túmulo medíocre, o nosso Gameiro Pessoa, Visconde de Itabaiana, que negociou com o Governo francês o reconhecimento de nossa Independência, e morreu em Roma, em 1846, aos sessenta e quatro anos de idade, como ministro do Império junto ao rei das Duas Sicílias.

### XXX

Outro belo palácio romano que se encontrava em mãos estrangeiras era o Palácio Boncompagni, depois conhecido como Palácio Margherita por ter sido habitado pela Margarida, mulher do Rei Umberto I e filha do Duque de Gênova. Viúva após a tragédia de Monza, em 1900, Margarida, que gozava grande popularidade entre seus súditos, dele fez sua residência, porém não foi lá que faleceu, mas sim em Brodghera, na Riviera, no ano de 1926. O palácio passou então a ser ocupado pela Embaixada dos Estados Unidos junto ao Rei da Itália.

Quanto ao Palácio Chigi, onde, desde 1923, funcionava o Ministério dos Negócios Estrangeiros, era, antes da Primeira Guerra, a Embaixada da Áustria-Hungria no Quirinal.

O mesmo Império tinha sua representação diplomática junto à Santa Sé no afamado Palácio Veneza, de cujo balcão, tão conhecido pelo menos em fotografias, mais tarde Mussolini faria ouvir sua poderosa voz. Edificação do século XV, foi residência papal durante cerca de cem anos. Cedeu-o em seguida a Igreja à República Veneziana, a fim de que esta dele fizesse a morada de seus embaixadores. Aconteceu, porém, que

em 1797, em virtude de um tratado, tornou-se propriedade da Áustria-Hungria. O Governo italiano não via contudo com bons olhos a ocupação de tão imponente palácio por uma potência estrangeira. Aproveitando a derrota do Império na guerra de 1914-1918, reivindicou-o para si, e iniciou imediatamente obras de restauração. Durante o período fascista o palácio serviu para a representação do Estado. Hoje está transformado em museu, abrigando freqüentemente também exposições temporárias.

Na época em que vivi na Cidade Eterna, já então separadas a Áustria e a Hungria, tinha a primeira Embaixada junto ao Vaticano na piazza dela Libertá, e a segunda, na via Paisiello.

### XXX

Fernando Perez era o Embaixador da Argentina junto ao Quirinal, e já meu conhecido, pois o encontrara várias vezes em Genebra, onde representava seu país na Comissão do Desarmamento da Liga das Nações. Velhote simpático, esperto, culto e interessante. Havia longos anos que se vinha dedicando ao estudo científico da pintura. “Impressionado pelo extraordinário número de quadros de São Jerônimo atribuídos, ou melhor, assinados por Ríbera, cerca de noventa e três, concluiu que o grande mestre espanhol não podia ter limitado seu talento a pintar e repetir um único assunto. Procurou então um processo que lhe permitisse distinguir os originais das cópias ou imitações, e autenticasse assim a obra de qualquer pintor. Uma casualidade o pôs no caminho de suas transcendentes descobertas. Em visita às fábricas de Termi, perto de Roma, notou que, para estudar e reconhecer a estrutura dos aços, os técnicos se valiam do ultramicroscópico, quer dizer, iluminavam a superfície polida do metal por meio da luz rasante. Imediatamente, obedecendo a uma rápida intuição, ocorreu-lhe aplicar o mesmo processo ao estudo da superfície dos quadros. O resultado foi que, comparando milhares de fotografias obtidas pelo novo processo, chegou à conclusão de que a modalidade ou, se quiserem, o “grafismo” de cada artista é sempre o mesmo e repete-se invariavelmente em todas as obras saídas de suas mãos”.

Chamou-se a essa ciência a *pinacografia*. Em 1931 foi inaugurado em Paris, no museu do Louvre, graças à generosidade de um médico argentino, o Dr. Carlos Mainini, o primeiro Instituto de Pinacografia do mundo. As vicissitudes pelas quais desde então passou a França, para culminarem na derrota de 1940, não permitiram que se desse a esse instituto todo o seu desenvolvimento. Mas ninguém duvida de que o novo processo descoberto por Fernando Perez acabe por revolucionar por completo o método de autenticação das obras de arte.



---

## Chuviscos que não molham

Magalhães de Azeredo era muito cioso de suas prerrogativas de Embaixador, apesar daquele seu ar de despreendimento e da surdez que o tornava, por vezes, indiferente e quase alheio ao que se passava ao seu redor. Comigo mesmo se aborrecera em duas ocasiões. A primeira foi quando eu estava na Suíça, em Valmont, sobre o lago Léman, e ele mandara perguntar-me, por intermédio de João Fonseca Hermes, Primeiro Secretário na nossa Embaixada, se eu não desejaria estar em Roma em determinada data a fim de assistir a uma cerimônia no Vaticano da qual participaria o Papa Pio XI.

Ora, fora com a autorização do próprio Embaixador que eu tinha ido passar uma semana de inverno naquele país, e não me sentia nada disposto a trocar sua neve, o ambiente encantador da montanha, os chás dançantes do hotel Righi-Vaudois, as competições esportivas de Caux, por uma cerimônia no Vaticano. Já havia visto tantas! Respondi, pois, que preferia ficar em Valmont.

Soube depois, ao regressar a Roma, aliás pelo próprio Azeredo, que não lhe agradara minha resposta, interpretando-a como desconsideração à sua pessoa. Porque entendia que a cerimônia no Vaticano devesse ter sido tomada por mim como *serviço*, e sua sugestão para presenciá-la como uma *ordem*. Objetei que assim não me fora apresentado o caso. Insistiu no seu ponto de vista. Eu no meu. E não conseguimos concordar.

De outra feita tratou-se de assunto diferente. Um domingo pela manhã recebi um telefonema do contínuo da Embaixada, o nosso excelente Carmine, dizendo que o Embaixador tinha um telegrama urgente para o Itamaraty, e pedia que eu fosse à chancelaria a fim de cifrá-lo. Repondi que iria assim terminasse de vestir-me. E fui. Lá chegando, verifiquei, pela minuta que o Embaixador deixara sobre minha mesa (ele saíra), que era um telegrama meramente *particular*, dirigido ao *seu amigo* Afrânio de Melo Franco, então Ministro do Exterior, intercedendo em favor de um empregado da Embaixada junto ao Quirinal, a da *piazza* Navona. Não obstante, cifrei e mandei expedir o telegrama.

Decorrido pouco tempo, em outro domingo, também pela manhã, novo telefonema do Carmine. A mesma história: telegrama urgente para o Itamaraty, etc., etc... Ora, acontecia que eu havia combinado justamente para aquele dia um passeio fora de

Roma, lá para os lados de Tivoli, onde iria almoçar. Vesti-me às pressas, e larguei-me para a Embaixada a fim de ter tempo de cifrar o tal telegrama urgente. Constatei, desta vez, ser, de fato, um telegrama de serviço, no qual o Embaixador dizia ter sido recebido na véspera pelo Papa, o qual lhe declarara que “tinha o Brasil em seu peito”. Não gostei. Pareceu-me não ter o Embaixador direito de arrancar-me de casa num domingo, dia de descanso, que, como tal, me pertencia inteiramente, para cifrar um telegrama em rigor não tendo nada de urgente e bem podendo ser passado à hora do expediente. Não só não era urgente, entendia eu, como não tinha maior importância nem possíveis conseqüências.

Convencido das minhas razões, recusei cifrar e expedir o dito telegrama. Ausente o Embaixador, deixei-lhe um bilhete explicando que, por não se tratar de assunto de urgência, ficaria o trabalho para o dia seguinte, à hora habitual do funcionamento da chancelaria. Neste dia, quando cheguei à Embaixada, soube que o próprio Embaixador cifrara e expedira o referido telegrama, o que considerei, como era natural, como uma espécie de lição. Assaltou-me logo a idéia de que não deveria estar de boa paz para comigo. Exatamente, quando apareceu, foi de cara amarrada. Zangara-se. Resolvi então provocar o incidente.

Levei-o para uma sala ao lado, onde nos fechamos e discutimos o caso. A princípio usou ele um tom de quase irritação; depois outro de mais serenidade; e, por fim, um terceiro inteiramente cordial, o seu costumeiro para com os secretários.

— *Nunca fui, como Embaixador, desconsiderado dessa maneira por um Secretário*, disse. Fiz-lhe observar a sua sem razão. Falei-lhe com sinceridade, com a franqueza com que me habituara a tratá-lo, sobretudo com a simpatia que lhe devotava. E, como duas pessoas honestas e bem intencionadas, acabamos reconciliados, com um duplo e apertado abraço.

Foi deste incidente, se assim o posso denominar, que resultou a *firme e leal amizade* que iria nos unir e cada vez mais se estreitar. A frase é sua, escrita numa fotografia que me ofereceu quando parti de Roma.

### XXX

Não se podia queixar Magalhães de Azeredo que eu me ausentasse amiúde de Roma. A prova está em que, apesar de ter residido anos seguidos na Itália, nunca fui a Veneza, passeio quase obrigatório mesmo para um vulgar turista. E até hoje desconheço a cidade dos Doges. Não direi que meu sonho, repetindo um dos grande amores de Lorde Byron, fosse ir ali na companhia de uma amante, como sempre o idealizou o general Gallifet. Mas também não passei pelo que este passou: só ter ido a Veneza aos sessenta anos na companhia de uma *femme de chambre*. Igualmente não fui vítima daquilo que aconteceu a outro que sonhara conhecer Veneza acompanhado pela mais sedutora, mais carinhosa e mais bela das amantes, mas que afinal só apareceria lá já casado com uma mulher desenxabida, três filhos, sogra e dois cães.

---

## Miscelânea romana

Para muita gente Roma era a cidade das ruínas. De fato, a não ser Pompéia, que era toda ela uma só ruína, pois não havia ficado ali, depois da erupção do Vesúvio, uma única construção intacta, não sei de outra cidade tão cheia de ruínas, muito embora tenham chegado até nossos dias em perfeitas condições de conservação alguns dos mais bonitos monumentos dos romanos, como as duas colunas, a de Trajano e a de Marco Aurélio, e os dois arcos comemorativos das glórias do Império, e bem hajam eles sofrido algumas injúrias do tempo.

Para os estudiosos da história do passado ou para todo aquele dotado de algum sentimento artístico, as ruínas de Roma são um grande livro no qual não nos cansamos nunca de aprender ou de estimular o pensamento. Mas, para a maioria dos viajantes que lá aparecem, elas não passam de um amontoado de pedras sem a menor significação. Lembro-me de que uma vez apresentou-se na Embaixada um casal de brasileiros; ele um pacífico professor de medicina, e ela uma senhora saliente, faladora e inconveniente. E antipática. Perguntei-lhe, no fundo por simples cortesia, porque pouco ou nada me interessava o que responderia, o que achava de Roma.

— Uma cidade muito cacete, disse-me ela.

E com a tendência de todo brasileiro de fazer comparações:

— Não vê que se compara a Paris (vinha da capital francesa)! A começar que aqui não há *boulevards*!

— Ah! bom, *boulevards* não tem, respondi tentando expor-lhe Roma sob o aspecto menos vulgar; mas tem os velhos monumentos, as velhas igrejas, os museus. . .

Interrompeu-me:

— Monumentos? O Sr. chama isso de monumentos? Tudo em ruínas, pedrãs sujas e nada mais! Até dá pena ver tanta coisa partida!

Fazia lembrar aquele irlandês de que nos fala Daniel Varé. O tal irlandês, tendo estado em Roma por alguns dias, regressara à sua terra dizendo que não gostara nada da cidade. Perguntaram-lhe por que motivo. “Tudo muito triste, disse, fazia chorar”.

— Chorar?

— Sim, uma tristeza ver como tudo ali era velho e quebrado. Tudo aos pedaços!

Fui ao Foro romano e só vi pedaços de colunas, pedaços de muros; tudo abandonado e estragado. Fazia muita pena e dava vontade de chorar.

O casal brasileiro, que tanto lamentava em Roma a ausência dos *boulevards* parisienses, não foi por certo lançar sua moedinha nas águas da famosa Fonte de Trevi, gesto supersticioso de quem deseja voltar à capital italiana. Talvez, apavorado, nem se aproximasse daquela fonte que é considerada das mais lindas do mundo e de cujos repuxos numerosos escoam por segundo duzentos e cinqüenta litros de água! Fontes romanas. . . alegria, orgulho e beleza; mas por que razão somente à de Trevi atribuem o dom de fazer regressar os que praticam o citado ritual?

Quem não sucumbe aos encantos da Cidade Eterna não merece deveras lá pôr os pés. Sou um enamorado dela, conforme já confessei, e parece-me impossível que não seja apreciada. Questão de ignorância ou futilidade. Não sei.

Se ignorantes ou insensíveis com relação às artes ou à História, que se divirtam de acordo com sua mentalidade. Podem, por exemplo, formar um repertório de casos pitorescos, que correm de boca em boca, sobre diferentes Papas, e que no mínimo fazem aflorar um sorriso nos lábios. Recordo-me de um relativo a Leão XIII, que vou relatar e bem demonstra quão espirituoso era aquele Pontífice.

Tinha ele uma sobrinha que não se recomendava nem pela sobriedade de maneiras nem pelo recato de sua vida. Vivia assediando o tio com pedidos de dinheiro, pois gastava exageradamente em suas *toilettes*. Assediava-o tanto que acabou por esgotar-lhe a paciência: dediciu o Papa cortar-lhe a mesada que lhe fornecia. Como represália, ameaçou ela exhibir-se em um café-concerto. Respondeu-lhe Leão XIII que, se tal na realidade acontecesse, pela primeira vez sentiria não poder sair do Vaticano, pois que lhe seria grato assistir a seus espetáculos.

Outro caso, bem mais antigo, era a respeito de Inocêncio XI, eleito em 1676. Logo que subiu ao trono de São Pedro, propôs pôr cobro à licenciosidade que reinava em Roma. Começou proibindo o decote das senhoras. Neste intuito, mandou confiscar nas lavanderias todas as camisas de mulher que não apresentassem um decote oficialmente autorizado pela Santa Sé. Ora, aconteceu que as romanas ficaram sem camisas, e se revoltaram. Cristina, rainha da Suécia, que, após sua abdicação, lá residia, e não gostava de Inocêncio, encorajou as rebeladas. Para debicar o Papa, inventou uma camisa comprida até os pés e abotoada até o pescoço que foi logo batizada com o nome de *innocentiana*.

### XXX

“Em Roma sabe-se de tudo, e, quando não se sabe, inventa-se”. Amiúde repetiam-se este dito, que na verdade não se aplica exclusivamente à Cidade Eterna, concordemos. É próprio de nossos países latinos. Está na raça. E nunca esta tendência se modificará. Com a velocidade do relâmpago propagam-se as notícias exatas ou falsas. Em seu livro intitulado *Quinze ans à Rome*, conta-nos Jules Laroche, que foi Secretário da Embaixada de França junto ao Quirinal, aquela história do “Marius Alglave” que ele nunca conseguiu explicar como num abrir e fechar de olhos tornou-se conhecida de tanta gente.

Aconteceu que um de seus amigos, que fazia em companhia do filho um cruzeiro pelo Mediterrâneo, e tencionava passar por Nápoles, telegrafou-lhe de Istambul pedindo que obtivesse uma audiência do Papa. Dizia o telegrama: *Arrive jeudi avec Charles souhaitons être reçus par Saint-Père avec Marius Alglave*. Laroche imediatamente diligenciou no sentido de conseguir, por intermédio de seus colegas da Embaixada na Santa Sé, a desejada audiência.

— O Papa o receberá, disse ao amigo quando este chegou a Roma; a você, a seu filho e ao Alglave.

— Que Alglave? indagou surpreso o amigo. Não conheço ninguém com este nome.

Laroche, mais surpreso ainda do que o outro, mostrou-lhe o telegrama. O amigo desatou a rir, explicando que, tendo sabido que o Papa ia receber uns marinheiros ingleses de um navio que devia fazer escala em Nápoles ao mesmo tempo que ele, sugeria, a fim de facilitar a concessão da audiência, que o Santo Padre o recebesse, com o filho, na mesma ocasião que aqueles marujos. O telegrafista, porém, interpretando mal o despacho, transmitira, em vez de *marins anglais*, o nome imaginário de Marius Alglave.

### XXX

Em 1932, estando eu em Roma, era chefe da família Borghese o príncipe Lívio, 11<sup>o</sup> príncipe daquele título. Viúvo, já sexagenário, vivia, por assim dizer, retirado da vida social romana. Deixava que seu filho Flávio Camilo, jovem e casado com uma mulher igualmente jovem, aparecesse em sociedade como o representante da Casa Borghese. Assim que, por sucessão antecipada do pai, este filho passara a ser o 12<sup>o</sup> príncipe Borghese. Sua esposa chamava-se, em solteira, Angela Paternó, dos príncipes de Sperlinga di Manganelli. Tinham ambos a mesma idade: trinta anos. Desempenhava o casal cargos na Corte; ele como gentilhomen do Príncipe de Piemonte (depois Umberto II), e ela como dama de honra da Princesa de Piemonte, Maria José. Residiam na via Quattro Fontane, onde costumavam dar, vez que outra, grandes recepções — quase sempre enfadonhas, diga-se de passagem, com convidados numerosísimos e de uma variedade única.

A princesa Borghese era muito alegre. Gostava de contar umas histórias engraçadas colhidas na tradição da família do marido. Dizia que a velha princesa Elena Borghese, avó do marido (nascida condessa Apponyi) era muito distraída. Uma noite de recepção em sua casa, quando se estava em plena festa, ela se preparava para sair quando alguém a viu se dirigindo para a porta da rua. Estranhando aquilo, perguntou-lhe onde ia.

— Ah! vou-me embora, disse ela. Estou farta de aborrecer-me aqui. Não posso mais; vou-me embora!

— Mas, Princesa, não pode ser: a Sra. é a dona da casa!

— Ah! voltou ela, é verdade. Já me tinha esquecido! . . .

### XXX

Esta pequena história lembra outra do mesmo gênero. Estava-se em uma grande recepção. Muita gente. Muito vozerio. E igualmente sensaboria a valer. Eis que um cavalheiro, desses que são convidados sem conhecerem bem os donos da casa, cansado de se amolar no meio daquela multidão, vai saindo sorrateiramente, rente às paredes, em direção à porta de saída. Nisso, esbarra com outro cavalheiro, que, percebendo logo aquela discreta manobra, disse-lhe:

— Vai dando o fora, heim? Homem feliz! . . .

E o outro:

— É verdade. Já não agüento esta maçada. E, se o amigo também se aborrece, faça como eu — fujaamos.

— Quem me dera! Infelizmente não posso: sou do dono da casa!

### XXX

Quando, pouco depois de chegar a Roma, comecei a procurar um apartamento para instalar-me, o primeiro endereço que me deram foi o de uma casa na praça Venezia, esquina do Corso Umberto. O local era o mais central possível, e tinha à frente o majestoso monumento a Vitor Emanuel II, criador da Itália moderna. Ao lado direito erguia-se o palácio Venezia, antiga Embaixada do Império Austro-Húngaro e de cujo balcão Mussolini costumava discursar para a legião de seus admiradores.

A casa que me haviam indicado era uma construção do século XVII, e, somente depois de eu percorrer o tal apartamento que nela havia para alugar, soube estar no palácio Bonaparte, assim chamado por ter sido a residência da mãe de Napoleão, Dona Letícia, onde, aliás, esta morrera em 1836, quinze anos após o filho. No meu tempo pertencia à Marquesa Misciatelli, que morava numa parte. Daí ser conhecido também pelo nome de palácio Misciatelli.

Não me agradou o apartamento. Achei-o muito escuro e, francamente, tudo me pareceu velho demais. Foram, de resto, as razões que dei recusá-lo. A senhora, que o mostrou, lamentou em todos os tons que eu não quisesse viver ali. Não compreendia que eu desprezasse um palácio histórico, de onde *Madame Mère* havia escrito ao Papa Pio VII e ao Imperador Alexandre I da Rússia pedindo intercedessem pela sorte do filho que pouco a pouco se extinguia na ilha de Santa Helena. Além do que, dizia a tal senhora, tinha sido naquele local que Dona Letícia recebera a notícia da morte do neto, o rei de Roma, e possivelmente vertera muitas lágrimas.

Nada conseguiu ferir minha sensibilidade, apesar de toda a minha grande admiração por Napoleão. Não fiquei com o apartamento.

Afinal fui residir em outro bem diferente em tudo, à via Basilicata. Não era em um palácio, não tinha a patina dos séculos nem fora testemunha dos sofrimentos de *Madame Mère*. Era um prédio relativamente novo, e o apartamento mobiliado com todos os caprichos femininos, móveis de estilo, paredes cobertas com damasco de seda, tapetes orientais e uma sala de banho enorme, de estilo pompeiano, que faria inveja à mulher de César. O que não era, aliás, de admirar, já que o apartamento pertencia a uma das mais elegantes e estilizadas *cocottes* de Roma. Fiquei, assim, com ele e todo o seu recheio — excluída, naturalmente, a *cocotte* . . .

## XXX

Por falar dos parentes de Napoleão em Roma, recordo-me do que contavam do Conde Primoli, duas vezes descendente da família Bonaparte: seu avó, filho de Luciano, desposara sua prima que era filha de José. Sabido que Luciano e José eram dois dos irmãos de Napoleão. Pois bem, Primoli acompanhava certa vez uns amigos no museu da Vila Borghese. Pararam todos diante do célebre mármore de Canova representando a Princesa Paulina, irmã de Bonaparte, estendida, nua, sobre um divã. “Minha tia”, limitou-se a dizer Primoli. E, como um dos amigos, mais curioso, indagasse se ela havia realmente posado, para o artista, com aquela escassez de trajes, não ousando dizer “sem traje algum”, Primoli respondeu muito compenetrado: “Sim, mas o *atelier* estava aquecido”.

Outro membro da mesma família que residia em Roma quando eu lá me achava era a Marquesa Roccagiovine, conhecida por toda parte como “Princesa Júlia”. Tinha seu palácio nas proximidades do Forum Trajano.

## XXX

No interior da Basílica de São Pedro, lá bem no alto, divisam-se, encimando as capelas laterais, enormes estátuas representando os fundadores de ordens religiosas.

Raramente surge a oportunidade de se assistir à colocação de uma destas estátuas. Tive, entretanto, a fortuna de presenciar uma cerimônia desse gênero quando foi da ereção da de São João Eudes, padre francês que viveu no século XVII e fundou a Congregação dos Eudistas. A dita estátua era de proporções colossais; e o tamanho das mãos e dos pés não correspondia ao tamanho normal das demais partes de um corpo humano. Não significava isto, contudo, uma aberração da natureza ou obra mal feita. Obedecia sim às regras da estatuaria, uma vez que o Santo seria posto em um grande nicho a vários metros acima do solo da igreja. Visto de baixo, se não existisse aquela propositada desproporção, a perspectiva desvirtuaria completamente a harmonia de suas linhas.

Dentre os fundadores de ordens religiosas figura São João de Deus, único santo português que tem sua estátua na mais afamada basílica do mundo. Lugar bem merecido, pois foi o único português a fundar uma ordem religiosa importante — a Ordem dos Irmãos Hospitaleiros. São João de Deus nasceu em Montemor-o-Novo, no Alentejo, no fim do século XV, cinco anos antes da descoberta do Brasil. Soldado, combateu a princípio nas hostes de Carlos V contra a França, e depois contra os turcos. Beatificado por Urbano VIII em 1630 foi canonizado por Alexandre VIII sessenta anos mais tarde.



---

## Relembrando um amigo

Servi na Embaixada do Brasil junto ao Vaticano, em qualidade de Segundo Secretário, de 1928 a 1932. Foi pois durante este meu estágio que, a 3 de outubro de 1930, explodiu no Brasil a revolução que, três semanas mais tarde, poria fim ao governo de Washington Luís, e levaria Getúlio Vargas a presidir aos destinos da nação. Três semanas de ansiedade tanto para os presentes como para os ausentes da pátria. Sobretudo para estes, como de ordinário ocorre nas horas trágicas: à distância e na incerteza das informações divulgadas, mantêm-se os ânimos em suspenso. Vivíamos todos em Roma, como é natural, ávidos por notícias minuciosas e confirmadas.

Vitoriosa a revolução, era evidente que Otávio Mangabeira, até então à cabeça do Itamaraty, seria substituído. A quem caberia agora o cargo? Era uma incógnita total, a ponto de nem nos ser possível emitir qualquer palpite. Dizem que nós, diplomatas brasileiros, — pergunto-me se os das novas gerações conservam o mesmo hábito — em conversas com colegas, fazemos mil reformas no nosso Ministério, reformas que apenas nos passam pela mente, mas às quais nos referimos como reais. Em outubro de 1930, a mudança radical que se operava no Brasil obrigava-nos ao mais completo silêncio a respeito do novo ministro. Não tínhamos a menor idéia de quem seria chamado a ocupar a posição.

Foi quando nos chegou a notícia de que Ronald de Carvalho, simples oficial de Gabinete do Ministro do Exterior do Governo deposto, havia assumido a direção do Itamaraty. Espanto geral! Que significava isso? Por onde andaria o eventual substituto do Ministro? Deveria ser Zacarias de Goes Carvalho... Que teria acontecido? E Pedro Leão Veloso, bem mais graduado que Ronald, que fazia?

Só muito depois fomos posto ao corrente dos verdadeiros fatos. No exato momento da queda de Washington Luís, Mangabeira encontrava-se no Palácio Guanabara. Derrubado o Governo, e, com ele, seu Ministro do Exterior, telefonaram imediatamente do Itamaraty para a casa de Zacarias de Goes Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria, avisando que lhe cabia tomar conta do Ministério. Receoso de se comprometer e procurando ganhar tempo a fim de ver em que davam as modas, Zacarias não apareceu logo, como seria sua obrigação. Remanchou o quanto pôde. Finalmente, muito mais

tarde, enchendo-se de coragem, para lá se dirigiu. Acabava de chegar quando surgiu Ronald de Carvalho, acompanhado por Afonso Portugal e Renato Almeida, em um automóvel escoltado por dois soldados. Vinha comunicar que recebera ordem da Junta, que havia assumido o poder, para tomar em mãos a direção do Itamaraty. Em vez de melindrar-se, Zacarias mostrou-se o mais encantado que se possa imaginar, pois nada lhe poderia saber melhor no momento do que descartar-se daquele abacaxi. Tinha-se lá a certeza de que não haveria um reviravolta, ficando as coisas como antes?

Como todos os mortais, Ronald de Carvalho tinha, certamente, defeitos; o mais notório dos quais era a pouca firmeza de algumas de suas convicções. Isto resultava menos de uma possível frouxidão de caráter do que uma ambição que ele próprio não ocultava. Jamais me referiria eu a tal se não precisasse esclarecer sua atitude, naquela ocasião, no Itamaraty. Atitude que por muito tempo foi mal compreendida, e parece-me fácil de ser explicada em abono do meu velho amigo, hoje desaparecido.

Ter aceitado a revolução no dia mesmo em que ela se firmara vitoriosa no Rio de Janeiro foi coisa severamente julgada por muitos de seus colegas, sobretudo porque ainda na véspera ocupava o lugar de Oficial de Gabinete do Ministro Otávio Mangabeira. Chocou tanto mais quanto Ronald não assumiu uma posição apenas de parada, mas concordou em tomar sobre si a direção do Ministério, acéfalo com a retirada de Mangabeira.

A principal atenuante desse seu proceder era o fato de o próprio Mangabeira não ser considerado, naquela ocasião, pessoa indesejável pela Junta Militar que ficara com o poder depois da prisão do Presidente Washington Luís; Junta da qual Ronald se fizera ou fora feito lugar-tenente no Itamaraty. Que Mangabeira merecia a simpatia da Junta não resta sombra de dúvida, pois por ela foi convidado a continuar à frente da nossa Chancelaria, o que dignamente recusou. Além do que, foi por sugestão sua que a dita Junta convidou Afrânio de Melo Franco para seu sucessor. A princípio hesitante, este acabou por declarar que sua aceitação dependia de uma conferência com Mangabeira, que, já então em sua casa da avenida Osvaldo Cruz, recebia sem ser molestado a quantos o quisessem procurar. Se Melo Franco não o foi procurar, conforme declarara ou manifestara a intenção, é outra história. Convém frisar que Melo Franco se encontrava asilado na Embaixada do Peru quando recebeu o convite e falara em consultar Mangabeira, o que é uma prova de que este, pelo menos naquele momento, não estava incompatibilizado com os homens que galgavam então o poder.

Perante o relatado, não havia, pois, porque estranhar que um seu ex-Oficial de Gabinete assumisse a direção do Ministério até que fosse nomeado o novo titular. Especialmente tendo em conta que funcionários mais graduados não o quiseram fazer.

A meu ver, foi até um serviço que Ronald de Carvalho prestou ao nosso Ministério, pois evitou que este caísse nas mãos de qualquer aventureiro que sempre pode aparecer nessas horas de confusão.

Seja, porém, bom ou mau o juízo que se faça sobre este proceder, que atribuo apenas à ambição, ele em nada diminui a apreciação das grandes qualidades de que Ronald era dotado. Qualidades que resultavam não somente do fulgor de sua inteligência ou da vastidão de sua cultura, mas sobretudo da largueza de seu coração, da gene-

rosidade de seus sentimentos, da afeição que tinha pelos amigos, de seu desejo de ser útil e de servir.

Daria provas disso ao desempenhar o cargo de Secretário da Presidência da República, quando, apesar do fundo vaidoso de seu temperamento, não se deixou levar pela lisonja de quantos o requestavam, muitos dos quais o combatiam ainda na véspera. Lembro-me de o ter visto, naquela época, varias vezes no Itamaraty acolhendo a todos com o mesmo sorriso satisfeito, a mesma concentrada atenção, a mesma vontade de fazer um favor, ainda que se tratasse de modestos funcionários da Casa ou pessoas que ele sabia positivamente antes lhe moverem guerra. Isso traía o lado liberal e humano de sua natureza, sua generosidade, o espírito de cooperação que sempre o animou e o levava a esquecer ou fingir que esquecia os agravos que lhe haviam feito, os golpes que tinha sofrido sua sensibilidade, mesmo sua vaidade ou consciência de sua grande personalidade.



---

## Polêmica

Ficou assentado que, durante minha estada em Roma, eu colaboraria assiduamente no *Jornal do Comércio*, do Rio. De fato assim aconteceu. Não aludirei aos demais artigos que enviei, mas desejo relembrar a polêmica que, através do velho órgão, entretive com Medeiros e Albuquerque, que era então o mais temido dos jornalistas brasileiros. Isto não só devido ao seu talento de polemista, à sua inteligência, à vivacidade de seu espírito, como também à perfeita organização de seus fichários, graças aos quais era capaz de discutir à vontade e a qualquer momento todos os assuntos, revelando conhecimentos de especialistas ou mestres nas matérias. Tornou-se, por este motivo, uma espécie de homem infalível; tudo o que dizia ou escrevia era considerado um dogma, coisa definitiva e indiscutível. É claro que acabou abusando da ignorância ou da boa fé de seus leitores: parte do que escrevia, apanhada de outiva ou superficialmente, eram verdadeiras heresias, mas que todos aceitavam sem maiores indagações e sem nunca ousarem contradizê-lo.

Tive eu, entretanto, esta ousadia, que era menos uma coragem do que a certeza de estar melhor aparelhado do que ele para provocá-lo. Não deixava de ser, todavia, uma temeridade, pois sabia quanto isso podia ferir a vaidade do velho jornalista, a lenda por ele mesmo insinuada de sua infalibilidade, de sua nunca discutida ciência. Porém o tinha pegado em falso, fazendo, em um artigo de crítica, publicado no próprio *Jornal do Comércio*, afirmações sobre questões de limites do Brasil que ele de todo desconhecia, mas que impingia à ingenuidade de seus leitores com idêntica suficiência com que assegurava outros assuntos cujo fundo não lhe era familiar. Com relação às fronteiras de nosso país, possuía eu toda sorte de elementos para estar bem informado, e achava-me na conta de ser dez vezes mais senhor da matéria do que o era Medeiros e Albuquerque.

Saí, assim, a contestá-lo em uma de minhas correspondências para o mencionado diário, em termos, aliás, os mais delicados, sem pretender que qualquer forma melindrá-lo. Não o conhecia pessoalmente, mas ele era do meu Estado, Pernambuco, tinha sido um velho camarada de meu pai, seu colega por alguns anos na Câmara do Deputados, e creio que havia até, entre nossas famílias, relações de parentesco.

Medeiros, conforme eu já esperava, não gostou de minha intromissão em sua seara. E assim replicou aos meus argumentos. A princípio com ironia e ar de pouco caso, como não me ligando importância. Depois, sentindo que eu lhe ganhava e bem sabia o que dizia, e também já desprovido de argumentos, com manifesto mau humor. Em suma, travamos uma polêmica, ele no Rio, e eu em Roma, e na qual acabei por levá-lo de vencida. Pelo menos fui o último a falar, quer dizer, não contestou meu artigo final, naturalmente porque sentiu que eu o conduzira a um terreno sobre o qual suas noções eram escassas. Entendeu, assim, mais prudente calar-se.

Anos depois, um parente seu, filho ou neto, o Sr. Paulo Medeiros e Albuquerque, resolveu publicar um livro de autoria de seu antepassado, a que intitulou *Polêmicas*. O volume abrangia todos os artigos que o pai ou avô havia escrito para o *Jornal do Comércio* no decorrer do debate que tivera comigo, incluindo também os meus, salvo, entretanto, o último, o qual era, aliás, o decisivo, justamente aquele que obrigara Medeiros ao silêncio e a entregar, como se diz em linguagem vulgar, os pontos. Como taxar semelhante procedimento? Ele prova, desafortunadamente, a improbidade que campeia nos meios literários e jornalísticos do Brasil. O Sr. Paulo Medeiros e Albuquerque quis, não há sombra de dúvida, colocar bem ao seu parente, e mal a mim, fazendo crer que fora aquele e não eu quem tivera a derradeira palavra. A fim de justificar sua desonestidade, alegou, em prefácio, que, se faltava algum artigo, era devido a que não lhe fora possível encontrá-lo. Isto não passava de mentira pura, pois não era de forma alguma plausível que não achasse exatamente o principal dos meus, estampado, no entanto, no mesmo jornal e na mesma época que os demais.

O pior é que para tais atos de improbidade não há sanção na lei. Foi, pelo menos, o que me informou um advogado. Em qualquer outro país, mais organizado e onde os direitos do cidadão são realmente defendidos, tal procedimento é passível de punição, não só pelo fato da apropriação não autorizada de escritos de outrem para compor uma obra suposta de autoria de uma terceira pessoa, como pelo dano que pode motivar. Ora, no referido caso, foi-me infligido dano moral, pois ocultaram intencionalmente a parte mais importante e peremptória do meu longo trabalho. Tanto houve dano moral que outro jornalista, o Sr. Paulo Filho, inteirado da polêmica apenas através do livro que veio à luz por cuidados do citado parente de meu interlocutor, pôs-me em maus lençóis ao dizer que eu “*suportara* algumas críticas bem desagradáveis” de Medeiros e Albuquerque. Afirmar tal coisa quando a verdade era que eu rebateria integralmente a totalidade dos argumentos apresentados, e fora afinal Medeiros quem tivera que suportar as críticas que eu lhe havia feito!

# Em Berlim:

---

## Paris, caminho para qualquer posto

Embarcados no “Cap Arcona”, navio pertencente à companhia alemã com sede em Hamburgo e designada por “Südamerikanische Dampfschiffahrts”, deixamos o Rio de Janeiro. Chegamos a Paris nos últimos dias de fevereiro de 1936. Contávamos aí permanecer umas três semanas, para seguirmos depois, por terra, para Berlim, posto para o qual eu me achava designado.

Fomos para o hotel des Deux Mondes, na avenida da Ópera, onde já me havia hospedado por mais de uma vez. Era ainda inverno, e Paris regorgitava de estrangeiros, que aproveitavam os dias mais animados da *saison*. Teatros, restaurantes, salas de conferências, salas de concertos, tudo cheio e movimentado. Relativamente aos primeiros, que freqüentamos a maior parte das noites, assistimos, entre outras peças, a *Elizabeth, la femme sans homme*, no Vieux Colombier, cuja estrela era Germaine Dermoz; a *Bichon*, com Victor Boucher, no Michodière; a *La guerre de Troie n'aura pas lieu*, com Jouvet e Madeleine Ozeray, a dupla que teríamos oportunidade de ver representar anos depois em Buenos Aires com êxito talvez mais retumbante do que em Paris.

Nessa atmosfera de calma e satisfação, estoura, a 7 de março, uma bomba: os alemães estavam ocupando, com as forças da Wehrmacht, a zona desmilitarizada do Reno! Era a denúncia em grande estilo dos Acordos de Locarno, e a última pá de cal jogada sobre o Tratado de Versalhes. Grande alarma em Paris! Reunião precipitada do Gabinete francês, e com a assistência dos chefes militares. Logo depois se anunciam “medidas militares de segurança” na fronteira com a Alemanha. “Não podemos, diz Albert Sarraut, Presidente do Conselho, deixar Estrasburgo exposta ao fogo dos canhões alemães”. Convocam-se para o dia 10 os principais signatários de Locarno, primeiro em Paris, depois em Londres, a fim de concertarem as medidas a serem tomadas em resposta ao gesto unilateral de Hitler.

O desassossego geral, quase direi a atmosfera de alarma e próxima de uma guerra que se apodera da capital francesa, atinge também a Embaixada do Brasil. Sousa Dantas, ainda nosso representante, manda-me chamar. Estava assustadíssimo, e pergunta o que faço em Paris; aconselha-me a seguir imediatamente para meu posto, antes que a

fronteira fique interceptada com as medidas de mobilização que todos esperam de um momento para outro. Deu-me vontade de rir. E disse-lhe apenas:

— Qual, Embaixador! Não vai haver nada. Sou um traquejado na política européia, e conheço esses sustos. Marquei minha viagem para Berlim no dia 18, tenho passagens reservadas no trem, e não pretendo modificar em nada os meus planos. Não se preocupe. Não haverá guerra.

Sentia-me, de fato, perfeitamente tranqüilo. Previra já que, denunciando o acordo franco-russo de maio do ano anterior como contrário ao que se assentara em Locarno, Hitler se preparava para ocupar a zona da Renânia, e a França se encontraria na impotência de agir. “Com que roupa?” como se diz vulgarmente entre nós. Sem o concurso militar da Inglaterra e da Itália, as duas principais garantes de Locarno, qualquer tentativa da França para se opor aos planos germânicos de ocupação da margem do Reno resultaria num fracasso, o que ela certamente não arriscaria. Um tal concurso, contudo, naquela ocasião, era de todo improvável. A Inglaterra queria a paz “a todo o custo” na Europa. Convencera-se de que poderia chamar Hitler às boas razões pelos meios pacíficos e conciliatórios. Nada de precipitações guerreiras, tão pouco conforme ao seu feitio e à sua tradição de comerciantes honestos e serenos.

Falhou, assim, o apoio dos ingleses no qual a França depositava a esperança de “assustar Hitler”, e que, de fato, consoante veio à luz mais tarde, teria impedido a efetivação da ocupação da Renânia, já que as instruções dadas às tropas alemães eram para que não insistissem caso houvesse resistência da parte da França e da Inglaterra. Foi, por conseguinte, uma cartada que Hitler jogou. . . , e ganhou devido unicamente ao recuo da política britânica. Neville Chamberlain, então Chanceler do Erário, e o membro mais influente do Gabinete Baldwin, disse com inteira franqueza a Flandin, Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, que a opinião pública inglesa não o aprovaria em qualquer medida de sanção contra a Alemanha. Por sua parte, o Primeiro Ministro, Stanley Baldwin, declarou que seu país não podia aceitar os riscos de uma guerra. Flandin ainda se esforçou por convencer os dois estadistas de que uma ação conjunta de ambas as potências não significaria necessariamente uma guerra, ao que Chamberlain replicou não existir certeza disto, de vez que se tratava de um “ditador maluco”.

Quanto à Itália, seu concurso parecia ainda menos provável. Não se desaviava com a Inglaterra e com a França por causa da guerra da Abissínia? Aqueles dois países lhe haviam movido a campanha de difamações e desprestígio, seguida da aplicação das sanções no ambiente da Liga das Nações. Não seria ela quem iria agora salvá-los das aperturas em que se achavam para com a Alemanha. Vitoriosa na Abissínia, apesar de tudo, porém isolada na política européia, a Itália, encarnada em Mussolini, começava a verificar que nada mais lhe restava do que unir sua sorte à de Hitler.

Que a razão estava de meu lado, os acontecimentos posteriores o provaram. Realmente, toda a reação contra Hitler, no momento, não passou de um protesto platônico da França, seguido de outro não menos platônico Anthony Eden na Câmara dos Comuns da Inglaterra em defesa da “santidade dos tratados”. E a Itália sentia muito, etc..., mas se desinteressava do problema da fronteira francesa da Renânia; estava muito ocupada em resolver sozinha seus próprios problemas na Abissínia. . .

Partimos conforme o combinado, isto é, a 18 de março pelo expresso Paris-Berlim,

atravessando a Ronênia na véspera do plebiscito que o Governo do Reich promovera para sanção de sua política exterior, e no qual obteve 44.950.000 votos favoráveis contra 543.000 contra, ou sejam 98% de vozes a seu favor. Enquanto isto, os estadistas franceses não se entendiam quanto à atitude a assumir em face da Alemanha. À sugestão do Gabinete de serem enviados alguns corpos de exército para ocuparem Saarbrücken responderam os militares, pela boca do general Gamelin, que qualquer movimento de forças, mesmo limitado, implicaria antes na mobilização geral. E a mobilização significaria a guerra.

Ficou tudo como dantes.

Chegamos, pois, tranqüilamente a Berlim à noitinha do mesmo dia 18. Os colegas na estação de Anhalter; os casados acompanhados de suas esposas: Adriano Quartim, Glauco Ferreira de Sousa, Fernando Nilo Alvarenga, que viajara conosco a bordo do “Cap Arcona”, e Caio de Lima Cavalcanti.



---

## O Embaixador das Graças

Em Paris fui ver Luís de Sousa Dantas, que era ainda nosso Embaixador ali. No Brasil sucediam-se os governos, até mesmo as revoluções e os golpes de Estado, mas nada abalava a solidez de Dantas na capital francesa.

Solteirão até quase aos sessenta anos, encontrei-o dessa vez casado com uma senhora norte-americana, judia, de idade que não era mais a da primavera e talvez nem mesmo a do outono. Residia o casal em um *petit hôtel* que ela possuía para os lados do Champ-de-Mars. A casa nada tinha de suntuosa; era apenas decente. Estava longe de corresponder à imensa fortuna que diziam ser possuidora a nova Madame Sousa Dantas – nova, evidentemente, no sentido de seu recente matrimônio.

Fomos, Yolanda e eu, um dia ali almoçar. Estavam presentes também Sebastião Sampaio, que andava em comissão na Europa, o *Sebas*, como o chamava Gondim da Fonseca, e Haroldo Valadão, jovem e inteligente professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que viajara conosco no “Cap Arcona”, e encontrava-se em Paris para pronunciar uma conferência sobre Direito Internacional Privado, sua especialidade. Havia ainda uma vaga princesa russa, de cor desbotada e personalidade indefinida, que devia ser amiga íntima da dona da casa, e tratava Sousa Dantas por *tu*, chamando-o simplesmente de Luís.

Como era de esperar, o *Sebas* fez todas as despesas da conversa. O que ele falou, meu Deus! Quase não consentiu que Valadão abra a boca, o que, bem considerado, era empresa das mais difíceis. E esteve à altura de suas tradições: foi exuberante, transbordante, torrencial, diluviano! Falou de tudo e de todos, por palavras, por frases, por interjeições, por gestos, por olhares e por... perdigotos. Falou em português, e falou em francês. Em francês? *Hélas!* Pobre França, cuja língua os estrangeiros em geral estropiam de uma maneira incrível. Dizia o velho Briand que estava habituado a ouvir o francês em todas as línguas. *Sebas* falou, assim, francês em português.

– *Absolument, absolument!* exclamava ele querendo contraditar Valadão.

Num dado momento veio à baila o Cruzeiro do Sul, que brilhava no nosso hemisfério, e era, na travessia do Atlântico, a bússola que nos guiava a caminho da casa

paterna, a *Croix du Sud*, dos franceses, mas que Sebastião Sampaio insistia em chamar *la Croide du Sude*.

Referindo-se a esta deturpação do belo idioma de Rabelais e de Racine, transformado em uma espécie de *petit nègre* pelo nosso Sebas, contava Gondim da Fonseca aquela história já bem conhecida. Convidado por telefone para uma cerimônia oficial, perguntou Sebastião Sampaio:

— *Comment je dois me présenter: fardé ou à la paysanne?*

Terminado o almoço, deixamos a casa da Embaixatriz Sousa Dantas em companhia de Valadão, que confessou nunca se ter sentido tão consolado da precariedade de seu próprio francês. Sempre achara que o falava pessimamente, mas que o do *Sebas* o batera longe na arte de conspurcar, de torcer e de maltratar aquela bela língua.

### XXX

Encontrei Sousa Dantas, desta vez, muito envelhecido — *très ancien*, como diria Sebastião Sampaio. E mal-humorado, sempre a resmungar, a queixar-se de tudo e de todos. Afinal, dizia eu que não valia a pena ser Embaixador em Paris durante tantos e tantos anos para viver naquele estado permanente de irritação. Paris nos proporcionava dias tão agradáveis, confortava-nos de tal forma o espírito, seduzia a tal ponto a inteligência, que não era crível que se pusesse tudo isso de lado para ganhar apenas uma vulgar neurastenia.

Estava sobretudo irritado contra o velho ex-Senador Antônio Azeredo, pondo a nu suas fraquezas, quando deparou em um jornal parisiense com a notícia de seu falecimento no Rio de Janeiro. Era um homem que havia desfrutado, anos seguidos, da mais destacada situação no cenário político brasileiro, porém que a revolução de 1930 havia despojado de todos os seus apanágios, e deixado no ostracismo.

Dantas atribuía a Azeredo ou à sua inspiração, a meu ver erroneamente, uma verina que o *Correio da Manhã*, do Rio, publicara contra ele (nada o aborrecia tanto como os ataques ou as simples críticas dos jornais) a propósito de uma estatueta de Sèvres que Albert Lebrun, Presidente da República Francesa, havia oferecido ao Senador. Ao que me pareceu, a dita estatueta, confiada aos cuidados de Dantas, chegara ao Rio em pandarecos por mal acondicionada. Mesmo que, no caso, a culpa não lhe coubesse, suas queixas de Azeredo não deviam levá-lo a ofender a memora ainda quente de seu antigo amigo, o homem em cuja casa à Praia de Botafogo eu o conhecera vinte anos atrás, sentado à sua mesa, rodeado por sua família, e tratado com o carinho que só se dispensa a quem se quer um verdadeiro bem. Tudo isto era muito triste, e revelava uma das fraquezas de Dantas — não direi de seu caráter, mas da facilidade com que fazia aos seus desafetos as mais graves acusações, embora soubéssemos que tinha, no fundo, um bom coração, sempre largo e generoso para quantos gozavam de sua simpatia.

Assim, envelhecido e de mau humor, como estava longe daquele sedutor Sousa Dantas, Ministro do Brasil em Roma, afável, maneiroso, atraente, que a todos acolhia com aquele seu largo sorriso, que, por ser discreto, não era menos fascinante. Era no tempo em que seu amigo, o famoso Gabriele d'Annunzio o chamava de *Embaixador das Graças!*

---

## Berlim, 1936

Naquele inverno de 1936 chegava eu, pois, a Berlim, cidade já minha conhecida de dez anos atrás, com a qual estava até certo ponto familiarizado, e cujo asseio atraía logo a atenção do visitante. Com efeito, em suas interessantes *Memórias*, a infanta Eulália, tia do Rei Afonso XIII da Espanha, fala-nos da limpeza das ruas da capital germânica, e do empenho do Imperador Guilherme II em que sua cidade fosse considerada a mais asseada do mundo. O cuidado do Soberano ia ao extremo de ele próprio saltar, por vezes, de seu carro para apanhar um jornal abandonado, um pedaço de papel jogado na calçada ou um trapo caído de alguma janela.

Durante aqueles dez anos Berlim não sofrera grandes modificações materiais, ao menos naquilo que era possível observar nos primeiros dias desta minha segunda estada. Porém algo novo imediatamente notei: por toda parte viam-se o emblema do Reich nacional-socialista e a bandeira com a cruz gamada tremulando nos edifícios públicos e em muitas casas particulares. Sim, porque desta vez encontrava-me na Alemanha nazista e não mais na Alemanha de Weimar. Fazia ano e meio, falecera o velho Presidente Hindenburgo, e desde então o poder total concentrara-se nas mãos de Adolf Hitler, “*Führer* e Chanceler do Reich”.

Não se podia dizer que estivéssemos sob ameaça de guerra, se bem não ser precisa uma perspicácia extraordinária para prever que não tardaria a explodir.

### XXX

Em maio de 1935, a França havia concluído um acordo de assistência mútua com a Rússia Soviética, visando evidentemente uma possível guerra contra a Alemanha. Esta, como resposta, ocupara a margem esquerda do Reno, conforme já referi em outro capítulo deste livro. Com este seu ato, violara deliberadamente o Tratado de Versalhes, ou melhor, mostrara que o dito tratado, para ela, não tinha mais razão de ser após tantos anos decorridos desde a terminação da peleja que o motivara, e quando as condições européias eram já diferentes em tudo.

Por outro lado, Hitler, vendo frustradas suas tentativas para chegar a um acordo

com a França e a Inglaterra sobre a questão do desarmamento, que estas duas potências se obstinavam em não resolver, decidiu munir-se reconstituindo a Wehrmacht; contrariando ainda assim o que lhe fora imposto pelo mesmo tratado.

As duas resoluções, rearmar-se e ocupar a margem do Reno, significavam que a Alemanha entendia que, no terreno da política européia, merecia lidar com a França e a Inglaterra “de igual para igual”. Se as nações vencedoras em 1918 desejavam sinceramente restabelecer a paz, como o haviam demonstrado por ocasião dos acordos de Locarno, celebrados antes da subida de Hitler ao poder, não se compreendia que um país como a Alemanha, pivô, por assim dizer, do equilíbrio europeu, continuasse de mãos e pés atados por um tratado que lhe fora imposto. A fim de justificar a reconstituição da Wehrmacht, dizia Hitler que “um país que é fraco no plano militar, não pode ter uma política externa”.

Na Conferência de Stresa, em abril de 1935, concordaram a França, a Inglaterra e a Itália em unirem-se para formarem uma frente comum contra o Reich, porém no momento de pôr em prática o que fora combinado, a França e a Inglaterra recuaram. “Se se tivesse mantido essa frente — diz-nos, em *Souvenirs d'une Ambassade à Berlin*, André François Poncet, que foi Embaixador de França em Berlim e em Roma — os projetos de Hitler não se teriam podido realizar; e a paz da Europa houvera sido poupada. Mas o destino decidiu de outra maneira”. Só e abandonado, considerado como *quantité négligeable* por seus aliados de outrora, viu-se Mussolini na contingência de se aproximar da Alemanha, embora a contragosto, a aceitar uma aliança com esta, que foi o chamado Eixo Roma-Berlim.

Dizemos a *contragosto* porque, nos primeiros anos do nacional-socialismo, tanto a Alemanha em geral como Hitler em particular não desfrutavam a mínima simpatia na Itália, inclusive por parte do próprio Mussolini e dos altos chefes fascistas. Pode-se mesmo afirmar que eram simplesmente odiados. Se afinal os dois países se ligaram, foi só por burrice da política exterior anglo-francesa, que, recusando o concurso da Itália, favoreceu sua aproximação da Alemanha.

### XXX

Naturalmente que não pretendo insinuar que Hitler e Mussolini fossem dois *anjos*. Mas também não tenho por que achá-los dois *diabos*. Eram dois homens dotados de excepcionais qualidades de estadistas, que, encarnando os sentimentos patrióticos de seus respectivos povos, se esforçavam por que eles tivessem também *um lugar ao sol*. A Itália, encurralada no Mediterrâneo, cujas portas de entrada e de saída, Gibraltar e Suez, continuavam nas mãos dos ingleses, desejava dividir com estes o domínio daquele mar, o que lhe permitiria fixar presença no norte da África, onde já se encontravam instaladas a França e a Inglaterra. A Alemanha, asfixiada pela *camisa de força* que era o Tratado de Versalhes, procurava sua liberdade de movimentos, perdida em 1918, inclusive para poder reorganizar suas forças armadas.

Dir-se-á que, exprimindo ambos as mais justas reivindicações, acabaram por lançar seus compatriotas na desgraça, com todos os sofrimentos e tristezas inerentes. É verdade. Mas isso foi depois que, repudiados pela França e pela Inglaterra em seus

propósitos de estabelecerem uma paz geral, viram-se obrigados a uma preparação para resolverem seus problemas pela força, única solução que lhes restava, embora sabendo que teriam pela frente a maior coligação armada já constituída no mundo: a aliança da Inglaterra com a França, a Rússia e os Estados Unidos da América, sem mencionar os pequenos países satélites destas potências, que eram então a Europa Central e o Oriente Próximo.

Derrotadas a Alemanha e a Itália em 1945, a propaganda oficial das quatro grandes potências quis fazer crer que a culpa da Segunda Guerra Mundial coubera inteira aos dois ditadores. Porém esta história foi inventada para enganar os tolos. Porque todos aqueles que têm olhos para ver e ouvidos para ouvir, e conhecem os esforços da Alemanha nazista e da Itália fascista, antes de 1936 (quando não se tinha ainda formado o Eixo Hitler-Mussolini), para fixar a paz em terras européias, não se deixam embalar por esta cantiga. Bem pelo contrário: se acaso tivessem sido atendidos quando era ainda tempo de evitar a conflagração que se abateu em seguida sobre o mundo, muito provavelmente uma tal hecatombe jamais aconteceria. Para prová-lo basta referir uns poucos fatos anteriores a 1939, hoje sobejamente sabidos, mas desprezados por aqueles que têm interesse em torcê-los, desvirtuá-los ou esquecê-los com o intuito de inocentar as potências aliadas e atirar a culpabilidade integral sobre os ombros de Hitler e Mussolini.

### XXX

François Poncet foi Embaixador de França em Berlim desde 1931 até 1938; por conseguinte, a mais classificada testemunha dos acontecimentos do início do governo de Hitler, que, como se sabe, deu-se em 1933. Afirma aquele diplomata que na época não houve palavra mais pronunciada do que *paz*. De fato, convocado pelo *Führer*, este derramou-se em promessas pacifistas, acentuando a necessidade de a Alemanha se entender direta e francamente com a França. Parecia renegar, assim, ou se penitenciar do que havia escrito em *Mein Kampf*. E acrescentou: “Só tenho uma ambição: que me levantem um dia um monumento como ao homem que conseguiu reconciliar a França com a Alemanha!” Comentário de François Poncet: “Demonstrava um ar de total sinceridade”.

Dando o maior crédito ao que ouvia, o Embaixador, consoante seu dever, transmitiu a conversa ao Governo de seu país. Não se inibiu, contudo, de juntar sua opinião pessoal: revisão do Tratado de Versalhes a fim de que fossem amenizadas certas das condições impostas aos vencidos de 1918. A França, porém, manteve-se inabalável: nada ceder, não acreditar, não colaborar com Hitler. Não adiantou raciocínio de François Poncet, suposto pelo menos conhecer melhor do que os políticos que se revezavam no Quai d'Orsay a Alemanha e Hitler. “Um rearmamento limitado e controlado — dizia ele — vale mais do que um rearmamento ilimitado e sem fiscalização”. Previa o que na realidade iria acontecer. André Tardieu, no momento Chefe do Governo francês, não se incomodou mesmo de declarar que o Embaixador estava perdendo seu tempo, pois ele, Tardieu, tinha a mais absoluta convicção de que a sorte de Hitler já fora traçada. “Se a guerra estoura amanhã — acrescentava — uma semana depois o Führer estará deposto e substituído pelo Kronprinz”.

Na verdade, Hitler não se apoderara do Governo por ato de violência. Fora designado para exercê-lo pelo velho Marechal Hindenburgo em condições estritamente legais, como chefe da fração política mais importante do Parlamento e do país.

### XXX

Recapitulemos rapidamente o que se passou a respeito das diligências do ditador germânico para conseguir um entendimento com a França e a Inglaterra.

Logo que assumiu o poder, a primeira coisa que fez foi enviar Ribbentrop, seu homem de confiança em matéria de política exterior, a Paris a fim de convidar Daladier, que presidia em 1933 o Conselho de Ministros em França, para um encontro com ele, Hitler; encontro que visava a tranqüilidade da Europa. Deu Daladier a entender que pessoalmente aceitaria o convite, porém se via forçado a decliná-lo “por ser prisioneiro de um sistema político que não lhe dava liberdade para agir como queria”. Significava que estava amarrado às correntes partidárias que dominavam na França, e colocavam acima do interesse geral da paz européia e o de sua própria pátria as conveniências, os preconceitos e o egoísmo da política de campanário, que eram apanágio dos chamados partidos constitucionais. Isto para não aludir à tradicional aversão que a França, apesar de vitoriosa em 1918, mostrava por todo arranjo ou combinação com a Alemanha.

Não obstante, voltou Ribbentrop a Paris na primavera de 1934. Como sinal de suas boas disposições para com os franceses, declarou Hitler que abria definitivamente mão de toda pretensão sobre a Alsácia-Lorena, que haviam reconquistado na primeira Grande Guerra. Acrescentou que tudo o que procurava, nessa sua tentativa de aproximação, era concluir um acordo sobre a igualdade de armamentos, já que nada conseguira neste sentido tanto na Comissão de Desarmamento como na Liga das Nações em Genebra. Pelo Tratado de Versalhes, a Alemanha estava proibida de se armar, e somente dentro de oito anos, informaram-no em Genebra, isto é, em 1941, poderia pensar em tal coisa. Em vista do que, Hitler decidira retirar a Alemanha tanto da citada Comissão como da própria Liga. Em seu parecer, nem uma nem outra capazes de dar conta de suas tarefas, e, assim, o resultado era pura perda de tempo em um ambiente de insinceridade, que só servia para envenenar as relações entre as nações.

Um futuro não muito distante lhe conferiria razão. Menos de um ano depois, a Comissão de Desarmamento confessaria seu fracasso, pois as grandes potências ali presentes não queriam de modo algum desarmar, revelando, desta forma, falta de espírito de renúncia, de aspiração real à paz, de desejo de colaboração, de confiança recíproca e sobretudo de boa fé. Quanto à Liga das Nações, é por demais conhecido seu vergonhoso e triste desenlace.

Francamente, a tal Comissão de Desarmamento era, no fundo, uma farsa de mau gosto. Levavam seus componentes dias e dias a discutirem em que medida se devia diminuir o calibre das armas pesadas, e não chegavam a uma conclusão. Perguntaram a Bernard Shaw o que pensava da dita assembléia; respondeu que não pensava nada, mas que para ele tanto valia ser morto por um canhão de calibre 340 ou um canhão de calibre 339.

Voltemos à segunda visita de Ribbentrop a Paris. Era então Ministro dos Negócios Estrangeiros de França Louis Barthou, que seria, pouco depois, vítima, com o Rei Alexandre da Iugoslávia, de um atentado anarquista em Marselha. Barthou era sabidamente germanóphobo. Interpelado pelo enviado de Hitler sobre a possibilidade de uma igualdade de armamentos, para não cortar desde logo a questão com um *não*, des- conversou. Começou a contar historietas, a contar anedotas, a falar dos amores de Wagner, rememorando a juventude do compositor alemão. E, quando Ribbentrop lhe pôs a faca aos peitos, insistindo em uma resposta clara e definitiva, teve a franqueza de dizer que não podia entrar em nenhum compromisso sobre o assunto que o trazia porque partia justamente por aqueles dias para uma *tournée* pela Europa Central a fim de reforçar a aliança da França com a *Petite Entente*, tendo em vista uma futura agressão alemã!

Abro aqui parênteses por ter aludido ao assassinato, ocorrido a 9 de outubro de 1934, do Rei Alexandre da Iugoslávia e de Louis Barthou. Conseguiram filmar a dolorosa cena, tornando-se assim patente a absoluta desorganização do serviço de ordem e da polícia francesas. Este filme, cuja exibição foi proibida por Hitler na Alemanha, eu vi no Rio, e pude realmente constatar a facilidade com que atentaram contra a vida do Rei, e a confusão, verdadeiro pandemônio, que se seguiu. Ninguém se entendia: nem as autoridades, nem a guarda do Soberano, nem as pessoas da comitiva. Uma vergonha. Achava Hitler que mostrar o filme seria desairoso para a França, mesmo um desprestígio para este país.

### XXX

Nada conseguindo com a França, voltou-se Hitler para a Inglaterra. Mandou Ribbentrop entender-se com Stanley Baldwin, Chefe do Gabinete britânico, no sentido de um acordo de paz com a Alemanha, acordo no qual incluiria a questão do desarmamento. Baldwin não se mostrou refratário à idéia. Tão pouco Ramsey MacDonald, representante trabalhista no dito Gabinete. É bom lembrar que este era então formado por conservadores e trabalhistas.

Baldwin expôs ao Parlamento a opinião do Gabinete: autorizar a Alemanha à igualdade de armamentos com seus vizinhos (leia-se: França); ou convencer estes últimos da necessidade de se desarmarem. Não sendo aceitas nenhuma das propostas, que se tentasse uma solução de compromisso: rearmamento parcial da Alemanha, e desarmamento parcial dos vizinhos. Inteirada disto, a França declarou opor-se a qualquer espécie de acordo, reafirmando sua posição de intransigência.

Apesar de mal sucedido, Hitler não desanimou. Prosseguiu em suas tentativas, sugerindo ter com Baldwin uma entrevista pessoal que se efetuariá a bordo de um barco de guerra no mar do Norte. Não concordou Baldwin. Surgiu outra proposição: deslocar-se ele, Hitler, de avião à Inglaterra a fim de conferenciar com o Primeiro Ministro. Nova recusa deste, que, para fugir àquelas insistências, acabou por dizer, meio sério e meio irônico, que “ignorava a maneira de falar com um ditador”.

Por seu lado, Winston Churchill, cuja pouca simpatia pela Alemanha era mais do que notória, afirmava que, se os alemães se rearmassem, a Inglaterra precisaria derrotá-

los outra vez. Objetou Ribbentrop que então não seria tão fácil quanto em 1918. A que Churchill replicou: *Oh, we are pretty good at getting them around at the end!* (Temos capacidade para vencê-los no final).

Derradeiro esforço: apresentou o *Führer* a idéia de estabelecer um nível proporcional de armamentos; ofereceu estabilizar sua marinha de guerra na base de um terço da frota inglesa; sugeriu a supressão das armas pesadas; concordando, entretanto, que a França conservasse intacta sua linha Maginot. Não foi também atendido; não lhe prestaram a mínima atenção. Anthony Eden, dirigente da política exterior da Grã-Bretanha, mostrando um superior desdém por Hitler, continuavam a chamá-lo de *histrão de feira*.

Só então, constatando que não o tomavam a sério, o ditador decidiu romper o Tratado de Versalhes: ocupou a margem esquerda do Reno, e deu início à reconstrução das forças armadas da Alemanha. Foi um teste para experimentar a reação da França e da Inglaterra. E a reação foi nula porque estas duas nações conseguiram uma concordância sobre os meios, evidentemente de força, a usar para que a Alemanha voltasse atrás, e também para que ela compreendesse que não admitiam fosse o Tratado de Versalhes rompido por um ato unilateral. Foi o bastante para Hitler verificar que tinha as mãos livres, e podia bem fazer o que lhe aprovasse. Assim aconteceu.

Eu, que vinha seguindo as tentativas da Alemanha para se desvencilhar dos entraves que lhe infligira o mencionado tratado, e todas as negaças por parte das nações vencedoras em 1918, que, contudo, não tiveram coragem de dar um passo mais enérgico que contivesse a inimiga nos limites traçados, vi imediatamente que a ocupação da margem do Reno não provocaria reações.

Não houve, pois, guerra em 1936. Não houve nada... Sim, houve: a partir de então. Anthony Eden, Chefe do Foreign Office, compreendeu que Adolf Hitler não era o *palhaço* que ele supunha. Ou melhor, era um palhaço que iria custar muito caro à velha e poderosa Albion.

### XXX

Em abril de 1936, por conseguinte já efetivada a ocupação da margem esquerda do Reno, Hitler torna a oferecer mais um novo *plano de paz*. Consistia em não aumentar ele os reforços militares na Renânia; em firmar com a França e a Bélgica pactos de não agressão por vinte e cinco anos, e completados por pactos aéreos; iguais pactos com os vizinhos do Leste e do Sudeste; em regressar a Alemanha à Liga das Nações na esperança de uma revisão de suas reivindicações coloniais; em anular o Tratado de Versalhes, que repudiava como desonroso e causador da inquietação européia.

Este plano era dirigido especialmente à França, cujas relações eram a pedra de toque da política exterior da Alemanha. Como são lá recebidas tais propostas? François Poncet, Embaixador de França em Berlim, é chamado a Paris. Indagado pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, limita-se a dizer que Hitler é *um pirata* porque deseja libertar-se da derrota de 1918, estabelecer seu domínio na Europa Central, e aumentar a Alemanha à custa da Rússia. Acham os franceses que, diante de semelhante espírito, nada podem aceitar; e recusam qualquer negociação enquanto o exército alemão permanecer na Romênia.

Hitler tornou-se um agressor e um conquistador; porém, nessa ocasião, era o chefe de um governo que estava preocupado em restituir à sua pátria o esplendor do passado. Quem se julgando patriota não faria o mesmo? Que fez a França nos anos que mediarão entre 1870 e 1914? Justamente libertar-se da derrota que sofrera.

Repellido em suas intenções pacifistas, o *Führer* virou-lhe as costas, e continuou a armar-se, a aumentar as forças no Reno, sem disfarces, sem constrangimento. E a França sempre sem protestar...

Não seria longa a estrada a percorrer para chegar ao ponto de uma guerra. De fato, lê-se em *Mein Kampf* que nada há de pior do que fazer as coisas pela metade. Segundo seu autor, melhor nada empreender do que parar no meio do caminho. A política da meia-medida, *die Halbheit*, era contrária à sua mentalidade, à sua maneira de proceder. E ele seguia à risca este critério.

Hoje, que sabemos o resultado da política de Hitler, o fim que lhe coube, a ele próprio e ao nacional-socialismo, nem se discute o bom ou mau fundamento desta doutrina. Não haverá duas opiniões. No seu caso, ela arrastou-o ao desastre total e definitivo.

Indaga-se não se lhe teria sido mais conveniente ficar no meio de sua trajetória, mas se *podia* parar no instante exato em que deveria fazê-lo. A vida dos grandes capitães da humanidade é semelhante a uma bala disparada por arma de fogo, à corrente de um rio, ao percurso de um raio. Adquirido o movimento, e criado *um ambiente*, o que equivale a uma série de circunstâncias entrelaçadas, coisa alguma a detém. São eles que lhe guiam os passos, que lhe traçam o destino, que a impelem para o desconhecido. O homem passa então a ser quase um autômato. Os problemas, uns hoje, outros amanhã, sucedem-se; e a ânsia de resolvê-los mantem-no em um constante estado de excitação. Por vezes surge o dilema: retroceder, sinônimo de aniquilamento ou morte, ou ir para frente. Prevalecerá, na maioria dos casos, o segundo rumo.

Quanto a Hitler, denunciado como o malfeitor, o perigoso, o elemento de desassossego, se lhe deparou que tinha que defender-se para não ser abatido. Defender-se era, em sua mente, atacar, e atacar até atingir a vitória ou a derrota. Como uma bolinha que rola da montanha, e só pára onde já não existe mais declive. Sua vida pública resume-se numa batalha incessante contra os que venceram a Alemanha na primeira Grande Guerra. No dia em que o Marechal Hindenburgo lhe entregou o poder, ele abriu as suas baterias, e só as fechou com sua morte na chancelaria do Reich em 30 de abril de 1945.



---

## Falemos ainda de Hitler

A primeira vez que vi Hitler foi em circunstâncias realmente surpreendentes. Deu-se pouco após minha chegada a Berlim, em março de 1936. Não estávamos ainda instalados em nosso apartamento da Kurfurstendamm; morávamos num pequeno hotel, o Roxy, que ficava na mesma rua. Uma noite, depois do jantar, Yolanda e eu nos dirigimos ao cinema Ufa-Palast, que, se não me engano, situava-se na Hardenberg Strasse. O movimento na rua era idêntico ao de todas as noites. Notei apenas na calçada fronteira ao cinema, aqui e ali, alguns policiais que andavam despreocupadamente de um lado para outro.

Compradas as entradas, fomos colocados na primeira fila do balcão. A sessão já havia começado, a sala estava escura, e na tela desenrolava-se um filme de atualidades. O cinema pareceu-me cheio. Quando terminou o filme, e acenderam-se as luzes, olhando distraidamente para um camarote ao meu lado, quem vejo ali sentado? Hitler, que conversava em voz baixa com um homem gordo e rosado, que logo reconheci ser Hermann Goering. Estavam os dois sós. Eu nunca os tinha visto, mas era fácil saber de quem se tratava, pois suas fotografias apareciam constantemente nos jornais. Toquei no braço de Yolanda, e disse-lhe baixinho:

— Veja quem está ao meu lado: Hitler.

Sua surpresa não foi menor do que a minha.

Avistando-o ali sentado, assistindo tranqüilamente a uma sessão de cinema, *como um homem qualquer*, fiz esta reflexão: em uma nação, onde vigora uma férrea ditadura, como é possível encontrar seu chefe, o homem tenebroso, considerado por muitos como a crueldade em pessoa, e deve, por isso mesmo, estar sob a mira de ferros inimigos, em uma sala pública, sem que esteja guardado e isolado por numerosos reforços policiais dentro e fora do recinto? Não direi que não houvesse, na sala como na rua, velando por sua segurança, vários secretas da Polícia. Devia haver. Admito mesmo que houvesse. O que quero, porém, assinalar é que não existia ali nenhum aparato policial, nenhuma ostentação militar. E ainda que, fora ou dentro do cinema, estivessem os secretas, Hitler não se encontrava a salvo de um atentado. Eu próprio, que era para sua guarda um sujeito de todo desconhecido, mas que bem po-

dia ser um seu perigoso inimigo, não fui impedido de colocar-me quase a seu lado, bem perto dele, nada obstando, se acaso o quisesse, a que eu retirasse discretamente um revólver do bolso do casaco, e o alvejasse à queima-roupa com vários tiros, que certamente o prostaría por terra.

Cenas deste gênero podiam ter lugar nos países escandinavos, onde os reis passeiam pelas ruas sem nenhuma guarda ou escolta; ou na Suíça, onde é possível encontrar o Presidente da Confederação sentado, *como nós*, sem acompanhante em um banco de terceira classe de caminho de ferro. Mas não aconteceriam nos demais países, nem na liberal Inglaterra, nem na democrática união norte-americana. Para não mencionar o Brasil, onde uns esbirros policiais isolam completamente do povo o Chefe de Estado, numa ostentação de forças que não deixa de ter, por vezes, o seu ridículo. Não pelo ato em si, mas porque todos sabemos que não existe talvez um só brasileiro que julgue valer a pena arriscar a vida para eliminar um *simples* presidente da República, o qual, para a maioria, só serve e só interessa para dar empregos. E a verdade é que, em toda a nossa História, somente uma vez o chefe de Estado foi alvo de um atentado. Isto em 1897, quando um soldado experimentou matar o Presidente Prudente de Moraes na hora em que ele recebia, no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, as forças militares que regressavam de Canudos. O golpe falhou, porém o Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, que se pusera à frente do Presidente para defendê-lo, foi sacrificado. Também no século passado um rapaz português deu um tiro de revólver para o ar quando o Imperador Dom Pedro II saía, no Rio, de um teatro, mas nunca se provou que o tivesse disparado com a intenção de atingir o Monarca.

Nós, brasileiros, não perdemos tempo em nos aventurarmos a essas espécies de crimes. Nisso somos bem diferentes de nossos irmãos portugueses, que já mataram uma boa coleção de seus chefes de Estado, reis e presidentes da República. Por pura burrice, aliás, porque, se um é abatido, vem logo outro — *le roi est mort, vive le roi!* — que nem sempre é melhor do que aquele que desapareceu. Antes pelo contrário.

### XXX

Nenhum dos traços físicos de Hitler irradiava simpatia. Seus olhos, um pouco à flor de um rosto vulgar e de cor embaciada, eram de um cinzento claro, porém ligeiramente injetados e empapuçados, e, por isso mesmo, desprovidos de brilho. Contudo, se o ganhava a emoção, aqueles olhos pareciam lançar faíscas. O olhar "*que l'on dit fascinateur et irrésistible*", dizia o já citado Embaixador François Poncet, transmitindo não sua opinião, mas a de outrem, conforme está patente.

Hitler raramente ria; até um mero sorriso poucas vezes lhe descontraía a expressão fisionômica. Era avaro de gestos, coisas, aliás, de não se estranhar na raça germânica. De vez em quando alçava nervosamente o ombro direito. Caminhava com passos duros e cadenciados, se bem que na interpretação de William Shirer, um de seus biógrafos, "seus passinhos traíssem uma maneira toda feminina".

Ainda segundo François Poncet, a Hitler não faltava cultura, mas acontecia que a tinha mal assimilada. Supersticioso ao extremo, consultava com freqüência os astros, os quais, contava ele, lhe haviam predito uma vida curta cercada de glórias, porém terminando por uma catástrofe.

Sua teimosia era proverbial. Ninguém, mesmo fornecendo os mais vigorosos argumentos conseguia fazê-lo mudar de opinião. Não o conseguiam os que o cercavam de perto; tão pouco Goering com toda a influência que exercia sobre ele. Impossível afastá-lo de seu ponto de vista, até quando este apresentava toda a evidência de estar errado.

Se bem humorado, Hitler sabia ser irônico. Franklin Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos, desejava obter a segurança de que a Alemanha não atentaria contra a independência de nenhum país. Afirmou-lhe o *Führer* que já havia indagado a vários se se sentiam ameaçados, e só recebera respostas negativas. E acrescentou que, se não pudera interpelar alguns, como, por exemplo, a Síria, era por estarem militarmente ocupados por forças de nações democráticas, ou como a Palestina, que se achava sob o domínio inglês. De outra feita, tendo Roosevelt preconizado o método de conferências internacionais como o único capaz de resolver os conflitos entre os estados, observou que haviam sido os próprios Estados Unidos a abandonarem a “maior conferência internacional”, que era a Liga das Nações.

No parecer do ditador, as reuniões coletivas de potências só serviam para discussões estéreis e sem fim, pois cada uma cuidava exclusivamente de seu interesse particular em detrimento do interesse geral da comunidade. Entendia que a verdadeira colaboração internacional resultaria de negociações diretas entre as nações, sem o espetáculo puramente decorativo e quase sempre demagógico das assembléias políticas. Não obstante, para que não o acusassem de má vontade, e também julgando modificado a ambiente da Liga das Nações, acedeu a que a Alemanha voltasse a Genebra a fim de reatar as conversações sobre desarmamentos. Recomeçaram, no entanto, os debates intermináveis, as interpretações mais díspares, as chicanas de toda sorte, a má fé.

### XXX

Como é do conhecimento de todos, Hitler foi nomeado chanceler do Reich em janeiro de 1933 durante a presidência do velho Marechal Hindenburgo. Era um passo gigantesco que dava o seu partido, o nacional-socialismo. Julgavam muitos que ele não se agüentaria no poder mais do que uns escassos meses. Cálculos errados, pois que no ano seguinte, no mês de agosto, falecia Hindenburgo, e Hitler galgava mais um degrau: tornava-se o próprio presidente, o chefe absoluto da Alemanha!

Recebeu o país nas mais precárias condições, e, temos que concordar, em cerca de quatro anos viu coroados seus esforços para reerguê-lo. A obra de restauração estava completa em 1937. Poder-se-ia falar em um quase milagre: levava a Alemanha ao apogeu. Transformara-a de modo radical, política, social e materialmente. Bastará um só exemplo para ilustrar esta asserção: cobrira o território alemão de magníficas estradas de rodagem, aquelas auto-estradas que eram objeto da admiração dos estrangeiros, e cujo tipo, aliás, copiara da Itália fascista.

O que prejudicou Hitler foi não se ter limitado a dar seiva a um povo desmoralizado e quase em decomposição, isto é, a criar uma nova e grande Alemanha. Pretendeu criar também uma nova Europa. Talvez estivesse com a razão, porém nunca pelos meios que tentou empregar, e o conduziram ao maior dos desastres. Ia sempre para a frente, sem titubear, sem sombra de vacilação. Ultrapassou, assim, a linha demarcatória. Não soube ou não pôde parar no ponto em que convinha.



---

## Words, words...

Fui ao Reichstag ouvir um anunciado discurso de Hitler. O homem falou da tribuna do Parlamento, sem interrupção, cerca de cinco horas! Nunca tinha ouvido ninguém falar durante tão longo tempo. Só me lembrava de nosso Rui Barbosa, no Senado, pouco antes de o Brasil se considerar em guerra com a Alemanha, creio que em 1915, quando ele se entregou a uma peça oratória quase com igual duração. Estava eu então no recinto das sessões do Senado, bastante perto da tribuna, e em companhia de meu colega Artur dos Guimarães Bastos, ali introduzidos por meu pai, Deputado Federal. Ouvimos o discurso inteiro. Este terminado, o Conselheiro Rodrigues Alves, antigo Presidente da República, e naquela ocasião Senador, fez o seguinte comentário, por mim claramente percebido, a Alfredo Elis: *O homem falou quase cinco horas; e, olhe, sem mijar, hein!*

Hitler falou, como disse, da tribuna do Reichstag, e cercado pelo Estado-Maior do nacional-socialismo: Goering, Goebbels, Rudolf Hess, von Neurath, von Schirach, entre outros. Discursou com uma eloqüência, uma exaltação e um calor como raras vezes se presencia. Talvez não fosse um orador parlamentar propriamente dito, mas, como tribuno, era com certeza sem par. Superior até a Mussolini, pelo menos na variedade de tons da voz, nos gestos dos braços e das mãos, na mímica do rosto, nas várias maneiras de se dirigir ao auditório. De imediato atraía a atenção a vivacidade de seu olhar, ora doce, ora ríspido; ora sereno, ligeiramente velado, ora de uma dureza, de um *éclat* difícil de classificar, como se atirasse chispas de fogo para todos os lados. Podia ser que tudo aquilo fosse feito de caso pensado, adrede preparado para impressionar e ganhar os ouvintes, mas era seguramente um espetáculo, e ele um grande artista da tribuna. “A influência que Hitler exerce sobre o auditório é antes física do que intelectual”, diz-nos o Embaixador André François Poncet. Era, pois, um espetáculo digno de ser visto e ouvido, ainda quando não se compreendesse nada daquilo que ali estava tratando.

Era, aliás, meu caso, pois o alemão era para mim uma língua quase desconhecida. Meu vocabulário, paupérrimo. No entanto, durante aquelas cinco horas fiquei preso, mas inteiramente preso à palavra do homem, conforme aconteceu a outras pessoas.

Daí ter conseguido empolgar o povo alemão com a mágica de suas palavras e os incomparáveis dotes a que aludi, mesmo quando pouco dizia de aproveitável ou profundo, limitando-se a meras superficialidades. La Bruyère jamais o classificaria de tribuno, porém de declamador, já que, em sua abalizada opinião, a qualidade essencial daquele é a probidade. Deixando de ser probo, isto é, fantasiando ou exagerando os fatos, degenera em declamador. Com relação a Hitler, não sei até que ponto tal será exato. Mas, tribuno ou simples declamador, a torrente avassaladora de suas palavras — words, words... — a cadência e o jogo das frases, a música dos sons vocais, eram o bastante para conquistar os que o ouviam. Ah! o perigo dos belos discursos...

Eis por que motivo um grande orador ou um grande tribuno é sempre um homem perigoso. Poderá proferir toda sorte de banalidades; no entanto, se a sonoridade das palavras e o timbre da voz for de molde a agradar, logo o qualificarão de formidável. Era o caso da voz de violoncelo de Aristides Briand, à qual me referi em outros volumes destas Memórias. — Que disse ele? perguntaram certa vez na sala das sessões da Liga das Nações (Briand, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros, representava a França). — Não disse nada, evidentemente; mas tudo o que disse foi de uma maneira tão bonita, com uma voz tão quente e ao mesmo tempo tão doce, que tocava o fundo de nossos corações. Foi a resposta.

Outro extraordinário orador que pude ouvir em Genebra foi Paul Boncour. Extraordinário não somente pela beleza da voz, mas também pela forma conferida à expressão de seus pensamentos. A igual de Hitler e de Briand, não primava pela harmonia de seus traços físicos: sua máscara estava longe de ser agradável ao público. Era positivamente feio. Diziam que pretendia se parecer com Robespierre. Na feiúra, está claro. Porém toda a feiúra desaparecia quando falava. E ele sabia disso. Não dava, assim, maior importância à profundidade e ao valor de seus conceitos. — *Pourvu qu'on m'écoute...* costumava dizer.

### XXX

Se Hitler era, na tribuna, um insuperável artista, em compensação não havia conversador mais fastidioso. Não tanto pelo pouco ou nada de interessante que dizia, mas pelo vezo que tinha de falar ele só horas e horas seguidas, obrigando aqueles que o cercavam a ouvi-lo. Não deixava ninguém falar. Falava sempre ele; os demais que o ouviram. Como geralmente dormia escassas horas, passava grande parte da noite num salão da Chancelaria ou em sua casa de Berchtesgaden rodeado por um grupo de cortesãos, que se viam forçados a ouvi-lo falar sem cessar sobre os mais variados assuntos, repetindo amiúde os mesmos propósitos e as mesmas graças, o que afinal acabava por fadigar os amigos.

Mussolini queixou-se mais de uma vez dessa excessiva verbosidade de Hitler nas ocasiões em que os dois se encontravam, inclusive durante a guerra. Obrigava-o a ouvi-lo longo tempo num monólogo cansativo sobre mil coisas diferentes. E quase sempre sem chegar a alguma conclusão de ordem prática. Dissertava até sobre temas puramente acadêmicos, inclusive sobre arte, quando a tragédia da guerra cobria a Europa e se alastrava por todo o mundo.

O falar muito e falar sozinho era, de fato, uma espécie de mania de Hitler; mas, com relação a Mussolini, não é impossível que fosse propositada. Astucioso como era, e pouco confiante na fidelidade guerreira da Itália, onde sabia lavrava a divergência entre os altos chefes fascistas, é provável que o *Führer* quisesse ter o *Duce* sob o fascínio de suas palavras a fim de manter-lhe viva a chama germanófila, e evitar nele uma mudança de sentimento que poderia ser provocada pela pressão do partido italiano anti-bélico encabeçado por seu genro, o Conde Ciano.



---

## Personalidades em foco

Quando servi em Berlim, 1936-1937, Ribbentrop não era ainda o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, se bem que trabalhasse e tivesse uma verdadeira repartição sob suas ordens na Wilhelmstrasse. Chefiava então aquele Ministério, desde 1932, o Barão von Neurath, diplomata de carreira, ex-Embaixador em Roma e em Londres.

Homem amável, de maneiras discretas, de poucas palavras e pouco gestos, fazia, no meio do Estado-Maior do III Reich, gente em geral jovem, figura de um quase ancião, embora não ultrapasse de muito os sessenta anos de idade. Não sendo brilhante, nem possuindo qualidades de inteligência e cultura que o colocassem em plano especial, recomendava-se por predicados de tato e de exato conhecimento do métier, sem o que não se explicaria sua presença à frente da política exterior da Alemanha nacionalista. E isso tanto mais quanto não era apontado como nazista, tomada a palavra no sentido partidário, e penso mesmo que, como Schacht, Ministro das Finanças, não pertencia ao partido.

É verdade que, se von Neurath era o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, não se podia emprestar ali a esse cargo o mesmo caráter, ou melhor, a mesma importância ou o mesmo alcance que tinham, por exemplo, na Inglaterra o chefe do Foreign Office, ou o do Quai d'Orsay em França. Sucedia que a política exterior germânica *se fazia* então em três setores distintos, cada qual com seu chefe, com seu pessoal, seus técnicos e suas responsabilidades — e todos, naturalmente, sob o controle imediato do *Führer*. Havia, assim, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, instalado no tradicional casarão da Wilhelmstrasse, sob a direção de von Neurath; a Repartição de Política Exterior do partido nacional-socialista, que funcionava num palácio de Tiergarten, sob a direção de Alfredo Rosenberg; e o *Bureau* de Joaquim von Ribbentrop, alojado em uma antiga dependência da Wilhelmstrasse, defronte do Ministério dos Estrangeiros. Cada uma dessas repartições era independente das outras, apesar de trabalharem de comum acordo.

A repartição de Rosenberg tinha sobretudo por missão acompanhar e supervisionar a atuação dos diplomatas alemães no exterior, especialmente a dos chefes de

posto, dando-lhes as diretrizes de sua conduta dentro do espírito do partido, e recebendo-lhes os relatórios verbais quando de suas visitas a Berlim.

Gozava Rosenberg da mais absoluta confiança de Hitler, e, embora jovem (nascera em 1893), era um veterano no partido nacional-socialista. A igual do chefe, não era alemão, mas natural da Estônia; entregou-se, contudo, a uma patriótica paixão pelo país adotado. Sagaz e destemido, sua opinião pesava muito em certos problemas de política externa ligados aos ideais nazistas. Foi o principal ideólogo do partido, e poderia ser considerado a *éminence grise* do Governo. Coube-lhe, assim, grande parte de responsabilidade na atitude extremada que a Alemanha assumiu para com a União Soviética.

O *Bureau* de Ribbentrop tinha atribuições mais genéricas e menos partidárias, se bem agisse, como, aliás, todos os demais organismos de Reich, exceção talvez do Estado-Maior do Exército, dentro do ideal nacional-socialista puro. Ribbentrop era o “conselheiro” do *Führer* em matéria de política internacional, isto é, competia-lhe traçar as linhas gerais desta política, fazer o esquema, o programa que fixava as diretrizes a seguir, para serem depois executadas pelos profissionais do Sr. von Neurath. Dado o feito independente e autoritário de Hitler, não se pode dizer que Ribbentrop fosse seu *mentor* em política externa; e aquele tinha, de resto, bastante discernimento e perfeito conhecimento de tal política para não necessitar de guia no assunto. Mas, não sendo vaidoso, apesar do êxito espetacular de sua carreira pública, e possuindo bastante bom senso para não colocar seu amor-próprio acima dos interesses da Alemanha, percebia em Ribbentrop predicados que seria inépcia desprezar. Não surgia questão importante ou problema que afetasse as relações do país com potências estrangeiras que o *Führer* não submetesse à apreciação e ao estudo de seu futuro Ministro do Exterior, sobre os quais não lhe pedisse uma sugestão.

Antes mesmo de subir ao poder, Hitler se habituara a ouvir Ribbentrop em tudo o que dizia respeito às relações com outros países. Membro antigo do partido, chefe de brigada da SS, de sentimentos confessadamente nazistas, embora sem as exhibições exteriores de outros talvez menos sinceros do que ele, sua fidelidade ao *Führer* e ao nacional-socialismo estava acima de qualquer dúvida. Antigo comerciante, com excelentes ligações no estrangeiro, sobretudo na Inglaterra, rico e independente, não precisando, para viver ou desfrutar a vida, dos proventos que acaso lhe dessem os cargos públicos, depressa conquistou a confiança de Hitler, e até um certo acatamento pelo seu desinteresse, pela lealdade de seus pareceres e pela boa intenção de seus propósitos. Estabeleceu-se, assim, entre os dois uma integral identidade de vistas, prodigando Ribbentrop ao chefe toda a força de sua inteligência, todas as suas qualidades de tato, sua exata percepção das coisas, e principalmente seu extraordinário senso objetivo. Além do que, uma obstinação inquebrantável e uma segurança ilimitada nele próprio o tornavam a pessoa mais ouvida e, talvez, a mais estimada de quantas voltejavam o *Führer*.

Por conseguinte, naquele tempo, 1936-1937, processando-se a política exterior em três diferentes repartições, a de von Neurath, a de Rosenberg e a de Ribbentrop, a ação deste tinha que ser forçosamente discreta, sem qualquer repercussão cá fora; e isto não oferecia oportunidade para o julgamento de suas qualidades pelo grande pú-

blico. Só mais tarde, quando substituiu von Neurath na Wilhelmstrasse, e reuniu em suas mãos a total direção da política internacional alemã, é que poderiam ser constatados os seus dotes, graças aos quais obteria para seu país, num mundo já hostil e ameaçador, êxitos superiores talvez aos alcançados pelo velho e matreiro Bismarck.

### XXX

Pertencente a uma família da classe média (o *von* foi acrescentado quando já contava mais de trinta anos, e provinha de um tio por afinidade que fora condecorado no século passado), pouco folgada em matéria de finanças, casou-se Ribbentrop com Annelies Henckell, filha de um milionário fabricante de vinho espumante, o *champagne* alemão. Tornou-se-lhe, assim, possível a vida mundana que tanto deleitava sua alma. De bonita estampa, inteligente e ambicioso, sabia fazer-se simpático quando queria. Sim, porque o mais das vezes era insolente e absolutamente insuportável.

Em sua requintada casa de Dahlem, arrabalde de Berlim, recebia com prazer os estrangeiros de distinção, pois, sempre interessado no que se passava em outras terras, gostava de colher-lhes as impressões. As relações sociais que travara, graças à fortuna que lhe conferira o casamento, seus conhecimentos de línguas e países (residira alguns anos no Canadá e viajara bastante) atraíram a atenção do *Führer*, que ignorava o que acontecia fora da Alemanha. Isto por volta de 1932, quando Ribbentrop aderiu ao nazismo, e Hitler não detinha ainda as rédeas do poder. Certa ocasião, estando o partido em grandes dificuldades por falta de fundos, ofereceu Ribbentrop sua senhorial mansão para um encontro dos dirigentes, encontro que se transformaria em um momento histórico pelas decisões que foram ali tomadas. Na rica atmosfera burguesa criada pelo dinheiro de Henckell, movimentava-se o anfitrião e homem do mundo. Desta maneira, insinuando-se, procurando ser útil, mostrando-se discípulo serviçal e constante, acabaria por captar a simpatia de Hitler, que, não se incomodando de desalojar o idoso von Neurath, o plantaria na Wilhelmstrasse, onde atuou como o ditador da diplomacia do III Reich.

Não foi, contudo, sem esforços que alcançou esta elevada posição. Teve antes que trilhar um caminho, por vezes, bastante árduo, e durante o qual desferiu seus golpes de talento, especialmente em face da Inglaterra, onde se tomou para o Foreign Office uma espécie de alma negra.

Ribbentrop apareceu pela primeira vez no cenário político do Reich em abril de 1934, quando Hitler o enviou em missão especial a Roma e a Londres a fim de explicar as verdadeiras intenções da Alemanha diante da recusa da França em estabelecer um acordo sobre desarmamentos. Anteriormente, conforme referi, havia empreendido neste sentido duas viagens a Paris, mas foram deslocções discretas sem o retinir das trombetas publicitárias. Esclarecer a Itália e a Inglaterra, prevenidas que estavam contra o regime nacional-socialista, e particularmente contra o *Führer*, não era tarefa cômoda. No entanto, Ribbentrop deu, naquela oportunidade, provas de uma habilidade invulgar, arrebatando, assim, a inteira confiança de seu senhor. Pode-se dizer que a partir daí ficou seu destino político, de tão trágicas conseqüências finais.

Quando em seu posto diplomático, Londres, declarou certa vez, em 1937, a

Churchill, que, se quisesse, havia muito que poderia estar ocupando o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas preferira o de Embaixador na Inglaterra. Agradava-lhe não só conhecer a fundo o país, como pretendia alcançar uma aliança entre este e o seu. Consistia a dita aliança em ser o Império Britânico garante de a Alemanha expandir-se livremente no leste da Europa, absorvendo a Polônia e a Ucrânia. Churchill, como era natural, espantou-se em face de tamanha desfaçatez, porém manteve a calma, apenas respondendo que nunca seria isto possível, nem quanto à Europa Central, nem quanto à Oriental. Ao que replicou Ribbentrop: “Neste caso, a guerra é inevitável. Não há outra solução. O *Führer* está decidido. Nada nos deterá”.

Lembra-se que o plano de campanha da Polônia foi da autoria de von Fritsch, comandante e chefe da Reichswehr, o qual, por ironia da sorte, morreu diante de Varsóvia no momento mais intenso da peleja.

Não há dúvida que a ambição de Hitler não tinha limites, porém, segundo lemos no *Diário* do Conde Ciano, apesar de tudo, não desejava a luta, já que procurou resolver o problema alemão sem derramamento de sangue. O grande culpado, se é que houve *um* culpado, a alma danada foi Ribbentrop, que exerceu nefasta influência sobre o chefe. De todos os que o rodeavam foi quem mais o animou e insuflou. Subestimou ou nunca acreditou em uma reação eficaz das potências ocidentais, e não prejudicou a atitude dos Estados Unidos. Errou por falta de psicologia. Erro comum entre os alemães. Já o Príncipe de Bulow dizia que isto provinha da ausência, em alemão, de romances psicológicos, o que obrigava seus patrícios a lerem de preferência livros de erudição. E aconselhava que os fossem buscar nas literaturas estrangeiras, indicando Balzac, Flaubert, Tourgueneff, Thackeray.

Não só Ciano, mas também compatriotas de Ribbentrop atribuíam-lhe a maior responsabilidade da guerra. Já assim pensava von Mackensen, Embaixador em Roma em outubro de 1939. Contudo o mais espantoso testemunho provém de Goebbels, que em seu *Diário* não hesitou em afirmar: “Falta a Ribbentrop uma certa elegância de maneiras ao lidar com as pessoas. Goering declara com firmeza que esta guerra é obra de Ribbentrop, o qual nunca fez nenhum esforço para conseguir um *modus vivendi* com a Inglaterra apenas porque sofre de um complexo de inferioridade”.

Quanto a Mussolini, sua opinião a respeito do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha era bem pouco lisonjeira; classificava-o simplesmente de “imbecil e presumido”.

### XXX

Em 1936 contava Goering quarenta e três anos de idade. Era natural da Baviera. Seu pai exercera vários cargos públicos: juiz provincial, comissário do sudoeste da África, cônsul no Haiti, e outros. Os parcos vencimentos que percebia mal davam para o sustento da numerosa família, mulher e cinco filhos. O mais moço destes teve, no entanto, por padrinho um rico de origem judaica que não só lhe custeou os estudos como o constituiu herdeiro de importantes propriedades, inclusive do castelo de Veldenstein.

Quem era este ditoso caçula? Justamente o futuro *Reichsmarschall* Hermann

Goering, herói da primeira Grande Guerra, possuidor da mais alta condecoração alemã, *Pour le Mérite*.

Abandonando a infantaria pela aviação, tornou-se um dos mais intrépidos *azes*, tendo sido mesmo um dos componentes da célebre esquadrilha do capitão Richthofen, a quem sucedeu no comando ao desaparecer o denodado piloto. Finda a luta em 1918, seu entusiasmo pela aviação não esmoreceu, indo ele servir em uma linha comercial. Um dia, procedendo a uma aterrissagem forçada na Suécia, pousou na propriedade da Baronesa Karin von Fock, por quem se apaixonou loucamente. Mais velha alguns anos e já casada, não hesitou ela em divorciar-se para casar com aquele que lhe caíra do céu. Era mulher de grande beleza, e foi-lhe dedicada ao extremo. Formaram um casal feliz. Mas o que é bom não dura. E Karin, de saúde sempre precária, faleceria em 1931. Da memória de Goering, no entanto, jamais se apagou sua lembrança. É exato que contraiu segundas núpcias; estas com a atriz Emmy Sonnemann, porém foi com o nome da primeira esposa que batizou o castelo que mandara construir ao norte de Berlim, Karinhall. Parece que a razão estava com Ciano quando dizia que Goering era o “mais humano” dos chefes germânicos.

Era também o mais popular devido às suas franquezas, à sua bonomia, à simpatia que sabia inspirar aos humildes e aos desprotegidos. Isto apesar de todo o seu amor à ostentação, ao dinheiro, ao luxo, e também de suas atitudes de grão-senhor e de verdadeiro nababo. No fundo, eram aparências que se resumiam às belas roupagens, aos vistosos uniformes de cores vivas e gritantes, pesados de condecorações e cobertos de bordados, que era seu prazer revestir.

Na aurora do movimento nacional-socialista, Goering foi dos primeiros que se aproximaram de Hitler; logo se deixou influenciar por sua palavra. E, ao lado dele e do general Ludendorff, participou do famoso golpe de Munique, em 1923, sendo ferido em uma perna, mas conseguindo escapar à prisão. Transferiu-se depois para, o estrangeiro, onde permaneceu alguns anos. Voltando à Alemanha, liga inteiramente sua sorte à do chefe do nazismo, de quem foi fiel e sincero discípulo, prestando-lhe, na implantação e desenvolvimento do partido, serviços incalculáveis, pelos quais ia pagar com a própria morte ao cair nas mãos inimigas. Em 1934, por ocasião da conspiração de Roehm (único dos partidários que tuteava Hitler), chefe do Estado-Maior do S. A. e terceiro personagem na hierarquia nazista, assumiu uma atitude que, até certo ponto, foi a salvação do regime. Criador da nova aviação de seu país, e um dos obreiros de seu poderio bélico, seria oficialmente designado o sucessor do *Führer*. Aconteceu, porém, que, já para o final da guerra, por intrigas de Himmler, foi-lhe arrebatada esta posição, que naquele momento não deveria tentar o mais corajoso em enfrentar situações complicadas. Sem embargo, Goering não deixou de, por causa disto, ressentir-se profundamente. Talvez ainda lhe luzisse a esperança de, substituindo Hitler após a derrota, poder concluir com os aliados uma paz de compromisso, contando para tal com a simpatia pessoal que soubera inspirar a seus representantes em Berlim. Com efeito, de todos os chefes nazistas, era o que mais se acercava do corpo diplomático, quem melhor o acolhia, e, solícito, procurava ser-lhe útil. Por infelicidade sua, enganava-se redondamente, pois, apesar de toda esta simpatia, teria subido ao patíbulo de Nuremberg, ao

igual de seus companheiros de desgraça, se um suicídio de última hora não o tivesse livrado de uma morte tão miserável.

### XXX

Pequeno, disforme, capenga, a cabeça desproporcionada, uma boca enorme, o rosto iluminado por olhos negros magníficos, Goebbels era um dos mais cultos, senão o mais, de todos os altos chefes nazistas. Doutor em filologia, falava um alemão bonito e harmonioso, com torneios clássicos, claro, elegante e cheio de distinção. Devotava-se a Hitler de corpo e alma, e esta devoção resistia a tudo, pois era reforçada por uma coragem que ninguém punha em dúvida.

Desde 1926 estava à frente do aparelho de propaganda do partido nazista, e, detendo este o poder, passou a pontificar no Ministério denominado exatamente *da Propaganda*, instalado em um enorme edifício da Wilhelmstrasse. De tudo se ocupava esta repartição governamental: política, imprensa, rádio, arte, etc... Era um mecanismo destinado, antes do mais, à formação ideológica da população alemã, nela incutindo persistentemente a concepção da “infabilidade do *Führer*”. Ai de quem a não apreciasse ou não acreditasse em seu “gênio”! Era atacado sem piedade pelos meios que tinha Goebbels à sua disposição.

Após a morte de Hitler, nos subterrâneos da Chancelaria, imperaram durante algumas horas Goebbels e Bormann, este tesoureiro do partido. À semelhança de Goering, pretendiam ambos que os aliados não se esquivariam a encetar com eles negociações em vista de salvar o Reich de um desastre total, sendo-lhes então possível garantir suas próprias vidas, e, quiçá, obter no futuro uma situação de privilégio. Frustrados todos os esforços neste sentido, Goebbels só viu um rumo a tomar: o suicídio. Sua mulher, Magda, seguiu-lhe o exemplo depois de ter assassinado seus vários filhos, aos quais, com o auxílio de um médico, ministrou injeções de veneno.

### XXX

Durante a guerra civil de Espanha, quando o general Franco estabeleceu seu governo em Salamanca, precipitou-se Hitler em enviar-lhe, como seu representante, a princípio com categoria de encarregado de negócios ou ministro, e depois elevado a embaixador, o General Faupel. Reformado da carreira militar, já distante da juventude, dirigia até então, se não me engano, em Berlim, o Instituto Ibero-Americano, o qual, segundo sua finalidade, mantinha estreitos laços com os países de línguas portuguesa e espanhola. Assim que Faupel era muito chegado aos diplomatas destas nações, e estimado por eles. Sempre sorridente, simpático e fino, para todos encontrava uma palavra gentil.

Embora assim dotado, além de inteligente e vivo, não alcançou êxito em sua nova missão. Faltou-lhe tato. Levando em conta a ajuda militar que a Alemanha fornecera à causa nacionalista, intrometeu-se demasiado nos assuntos internos do país em que servia, inclusive desencadeando uma propaganda desenfreada para inculcar no ânimo dos falangistas o espírito da *Hitler Jugend*. Sua interferência e seus conselhos gratuitos

tornaram-se impertinentes para os espanhóis. Franco, a fim de livrar-se dele, solicitou ao Governo alemão sua retirada, no que foi logo atendido. Ordenou o *Führer* que Faupel regressasse imediatamente, solução que constituiu o maior alívio para o Caudilho.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros a pessoa mais importante depois de von Neurath era o gorducho e congestionado Meissner, Secretário de Estado. O físico não condizia com o mérito que devia ser o seu, pois fora uma espécie de conselheiro do Presidente Hindenburgo, que, eleito para o altíssimo cargo aos setenta e oito anos de idade, embora ainda lúcido e ativo, gostava de saber a opinião dos que o cercavam.

O Conde von Bülow-Schwante exercia as funções de chefe do protocolo. Durante alguns anos afastara-se da carreira diplomática, mas a ela acabara por volver, já então membro do partido nazista, no qual tinha o grau de chefe de brigada do corpo motorizado. Em fins de 1938 seria nomeado Embaixador em Bruxelas. Sua permanência ali não duraria muito, já que, com a irrupção da guerra pouco depois, teria que abandonar o cargo.

### XXX

Deixando de lado os alemães, recordemos alguns membros do Corpo Diplomático estrangeiro acreditado em Berlim em 1936 e 1937.

José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão era o Ministro do Brasil. Poucos meses após minha chegada a Legação seria elevada à Embaixada, e Aragão feito Embaixador. Teve ele então, como é de praxe, de apresentar novamente credenciais, repetindo-se o cerimonial a que se submetera pouco antes. Acompanharam-no neste ato solene, ainda segundo as regras estabelecidas (servi em países onde o proceder era diferente, mas como a exceção confirma a regra...), seus subordinados mais graduados. Enfiados em nossos uniformes, fomos todos à Chancelaria da Friedrichstrasse, onde, após os habituais discursos trocados entre o chefe de Estado e o chefe de missão, Aragão nos apresentou, um por um, ao *Führer*. Recebemos cada qual um aperto de mão e um sorriso.

Descendente do Duque de Caxias, o recém-Embaixador era um velho camarada meu. Beirava naquela época os cinqüenta anos. Casara-se já tarde com uma filha do Presidente Rodrigues Alves, a nossa querida Dona Belinha, a quem Yolanda e eu somos devedores da maior gratidão pelo carinho e pelas inúmeras atenções que sempre nos dispensou. Jamais se nos apagará da memória e do coração sua extrema bondade quando do nascimento de nosso primeiro filho. Alma de elite, inteligente, culta, podíamos ter a certeza de nela encontrar constantemente o mais caloroso acolhimento. Com o marido e os dois filhos, então crianças de oito e quatro anos, sabia formar um ambiente onde reinava o mais perfeito espírito de família. Em seu papel de educadora dos meninos, era coadjuvada pela boa e dedicada Petra Olesen, moça dinamarquesa muito apegada a estes, e hoje trabalhando, como auxiliar, na Embaixada em Londres.

Em Berlim conservou-se Aragão até 1940, quando foi removido para a Inglaterra, já rugindo a guerra no continente europeu. Lá passou os anos terríveis dos bombardeios, das privações e de toda sorte de dificuldades, e permaneceu até sua aponsetadoria em 1952. Dona Belinha e ele vivem ainda. Que Deus lhes conceda por muito tempo saúde e tranqüilidade.

## XXX

Já me referi ao Embaixador de França, André François Poncet. Sua belíssima Embaixada situava-se na Pariser Platz, no começo da famosa avenida Unter den Linden, e vizinha da Porta de Brandeburgo, o arco monumental que hoje tristemente divide Berlim em duas metades.

Madame François Poncet mantinha, uma vez por semana ou todos os quinze dias, *open house*, quando eram recebidos os amigos ou os que desejavam cumprimentá-la. A todos acolhia com grande afabilidade, e conseguia criar-lhes uma atmosfera de simpatia, proporcionando momentos dos mais agradáveis às pessoas que lá se reuniam. Fiel à tradição de suas patrícias, apresentava-se sempre impecavelmente vestida; não se achava muito distante de Paris, e havia, assim, facilidade em ir ali buscar suas “*toi-lettes*”.

Não era François Poncet diplomata de carreira. Antigo aluno da Escola Normal Superior, iniciara sua vida pública como deputado, ocupando depois os cargos de Subsecretário de Estado das Belas-Artes e do Ensino Técnico. Fora enviado a Berlim em missão temporária, porém, no ano seguinte, 1932, transformou-se esta missão em definitiva. Sumamente capaz, deu bastante provas de inteligência e habilidade no decorrer de sua gestão, e se, quando na Embaixada junto ao Quirinal, para onde o transferiram já nas vésperas da guerra, não logrou êxito idêntico, deve-se isto não à falha de seus predicados, mas aos erros de seu país em matéria de política exterior.

De carreira era o Ministro da Bélgica, o Visconde Davignon, que já em 1913 era Segundo Secretário. Em qualidade de chefe de posto, havia também servido em Varsóvia. Igualmente de carreira o simpático e distinto Nicolas Comnène, Ministro da Romênia. Os Comnène descendiam do imperadores bizantinos, e podiam traçar sua genealogia até o século X, sendo que vários membros da família tiveram papel proeminente no desenrolar da História. O Comnène de Berlim seria mais tarde Ministro dos Negócios Estrangeiros de seu país.

Representava a Bolívia, também com categoria de Ministro, o general Sanjinés. Fazia-se invariavelmente acompanhar por duas senhoras: sua mulher e uma irmã desta. A segunda, contra o costume, figurava mesmo na lista diplomática. Nenhuma delas poderia jamais esconder a ascendência índia, pois as feições de ambas o revelavam bem claramente. A cunhada do Ministro, Senhora de Gutierrez, embora não o aparentasse, devia ser bastante mais velha do que a irmã, visto seu falecido marido haver estado em posto no Rio ao tempo do Barão do Rio Branco. E o engraçado é que vivia perguntando por brasileiros daquela época longínqua e que já não pertenciam a este mundo. Qual uma ladainha, proferíamos nossa infalível resposta: “Morreu”, “Morreu”, “Morreu”.

Um dos diplomatas mais chegados a Moniz de Aragão era o Ministro da Venezuela, Silvestre Tovar Lange. Creio que se conheciam mesmo de longa data, Caracas tendo sido um dos postos de meu chefe. Alegre, comunicativo, conversador, ao fim de algum jantar oficial em nossa Embaixada, quando os demais convivas se haviam retirado, deixava-se ali ficar com o grupo dos colegas brasileiros em um animado e interes-

sante bate-papo. Vejo-o ainda com seus cabelos grisalhos e uns óculos sem aro, confortavelmente instalado em uma poltrona, entretendo-nos com sua boa prosa.

Também não esqueço o gordo e amável Sampognaro, Ministro do Uruguai. Viúvo, tinha em sua companhia três filhas encantadoras: Laura, Délia e Ema. Da primeira deram-me notícias não faz muito tempo. Por falta de uma dona de casa, residia a família permanentemente no hotel Adlon, um dos mais luxuosos de Berlim.

A Argentina era representada por Eduardo Labougle, com quem mantínhamos excelentes relações. Eu o reencontraria poucos anos depois em Buenos Aires, quando ali estive como Conselheiro. Contrariamente ao que em geral acontece com os hispano-americanos, Labougle era o mais possível um diplomata de carreira. Para ela entraria em 1905, e couberam-lhe numerosos postos: Holanda, Estados Unidos, Cuba, Colômbia, Venezuela e muitos outros mais. Poderia ser cognominado de *coleccionador de postos*, pois sua permanência neles nunca seria longa, com exceção da Alemanha onde se conservaria sete anos. Em Berlim, à semelhança de Aragão, chegara como Ministro e fora mais tarde feito Embaixador. Nesta qualidade serviu ainda no Chile e no Brasil. Sua mulher, Suzana Pearson de solteira, personificava a amabilidade, o que nos foi dado testemunhar tanto em Berlim como em Buenos Aires.

Luis de Porto Seguro, filho do nosso Varnhagen, que eu conhecera dez anos antes, continuava a representar seu país, o Chile. Sim, porque conforme expliquei no segundo volume destas Memórias, embora de pai brasileiro, tinha por mãe uma chilena em cuja pátria vira a luz. Só que agora Porto Seguro galgara mais um degrau: figurava como Embaixador, e não mais como Ministro.

Outro que revi com prazer foi meu amigo Francisco de Agramonte, este também tendo atingido o apogeu da carreira. Era agora Embaixador da Espanha, e já não o Conselheiro de 1926. No decorrer de nossas vidas diplomáticas nos encontraríamos uma terceira vez: em Copenhague de 1945 a 1948, ano em que foi designado para outro posto, o último antes de alcançar o limite de idade. Aposentado, foi morar numa das ilhas Canárias, onde escreveu suas recordações em um livro por vezes bem divertido.

Não deixarei de lembrar o Ministro da Suíça, Paul Dinichert, o qual, contrastando com a maioria de seus compatriotas, era dotado de um espírito leve, alegre e otimista. Relembro igualmente Francisco de Icaza, Secretário mexicano, por longo tempo Encarregado de Negócios, que eu tornaria a encontrar no começo da década de quarenta em Buenos Aires. Formava com a mulher um par cativante.

### XXX

Terminando estas lembranças dos *chers collègues* de Berlim, uma palavra sobre Bernardo Attolico, o Embaixador da Itália. Anteriormente havia ele exercido idêntica função no Brasil e na Rússia, sempre se demonstrando dos mais categorizados diplomatas de seu país. Os invulgares predicados que possuía principiaram a ser constatados desde quanto estivera na Liga das Nações, em Genebra, como Secretário-Geral Adjunto, na época mesmo em que foi fundada aquela organização. É que à Itália, ao lado da França e da Inglaterra, cabia a missão de velar sobre a conservação do espírito que ani-

mara as deliberações do Tratado de Versalhes, e deveria dominar através da marcha ascensional do grande organismo genebrino, no qual o mundo inteiro depositava a esperança de um futuro inquebrantável de paz.

Attolico não era fascista. Não obstante, jamais pensou Mussolini em erradicá-lo do serviço público, concedendo o justo valor à sua extraordinária inteligência, aos seus dotes realmente superiores e ao seu nunca desmentido patriotismo. Fiel tradutor das instruções que de Roma recebia, embora por vezes não pactuando com elas, empregava toda a sua grande habilidade em remover os obstáculos que acaso se lhe deparassem. Desfrutava na Alemanha alta consideração e era tido como o mais perspicaz dos diplomatas ali acreditados.

Foi dos poucos italianos que, nas vésperas da guerra, tiveram a visão exata do que iria acontecer, sobretudo no que dizia respeito ao plano alemão de atacar de surpresa a Polônia. Avisou repetidamente seu Governo, porém nem Mussolini, nem Ciano abonavam a verdade de suas informações. “O bombardeio alarmista de Attolico”, comentavam os dois. Ou ainda: “Um Embaixador tomado de pânico de guerra”, atribuindo seus temores ao fato de ser um homem rico, isto é, um homem que receava perder a fortuna em caso de luta armada. Ciano taxava-o de derrotista, e acrescentava: “Ou esse Embaixador perdeu a cabeça ou sabe coisas que nós não sabemos”. A realidade era que Attolico sabia coisas que outros não *queriam* saber, e esqueciam que jamais deixara de ser mais do que consciencioso na escolha de sua notícias.

No entanto, Ciano era seu amigo, e o provou na ocasião em que, retirado de Berlim, pretendiam largá-lo no ostracismo. Observou que não seria permitido desprezar uma pessoa de seu quilate, e nomeou-o Embaixador junto à Santa Sé. Foi neste cargo que a morte o veio surpreender aos sessenta e dois anos de idade em 1942.

Vive ainda sua viúva, Eleonora Attolico, e cuja elegância já aludi. Elegância que era reforçada por um ar de distinção que se quadrava de maneira perfeita à sua situação de Embaixatriz.

---

## Encontros

Em Berlim avistei-me uma tarde, na Embaixada, com Pedro de Moraes Barros — o Però, como o chamavam. Era Ministro na Haia, e passava por Berlim, creio, de volta de uma estação de águas.

Peró esfriara para comigo desde que eu, quando em Roma, escrevera para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro um artigo comentando o romance de Rubens de Melo intitulado *O Embaixador Fagundes*, livro delicioso de ironia e bom humor. Este artigo forma hoje um capítulo do meu livro *História e Literatura*.

Referindo-me a certos diplomatas brasileiros que gostavam muito de se fixarem no Rio, dizia eu, no citado artigo, que Nilo Peçanha, quando Ministro do Exterior, ficara a tal ponto escandalizado com isso que chegara a falar em fretar um navio do Lloyd Brasileiro onde todos fossem embarcados para o estrangeiro. E, prosseguindo, acrescentava, por minha própria conta, que nosso excelente Moraes Barros não arderia o pé da terra carioca nem que Nilo Peçanha fretasse, para tal, toda a frota do Lloyd.

Peró melindrou-se com a brincadeira, naturalmente porque lhe pus a causa à mostra. Andou então tentando justificar, com toda sorte de razões, sua prolongada permanência no Rio. Eu resumo declarava o seguinte: que, tendo sido nomeado Ministro em Bogotá, não pudera partir para o posto porque sua presença ali não era do agrado do Governo colombiano. Isto em vista da atitude que assumira, quando Encarregado de Negócios em Lima, na questão de limites entre a Colômbia e o Peru, e era francamente favorável a este último país. E, por o Itamaraty não lhe querer dar outra Legação, fora forçado a demorar-se no Rio de Janeiro.

Esta explicação não me satisfazia. Em primeiro lugar, não devia confessar que opinara em favor do Peru na questão de limites entre este e a Colômbia. Seria mais tarde a tão falada questão de Letícia, resolvida afinal satisfatoriamente. Como diplomata brasileiro, e sobretudo como Encarregado de Negócios em Lima, seu dever era conservar a mais estrita neutralidade. Se admitíssemos ser lícito a nossos diplomatas tomarem partido por este ou aquele país, a chancelaria brasileira perderia de pronto toda a sua autoridade, e uma atitude facciosa só poderia prejudicar o Brasil, especialmente em se

tratando de países latino-americanos, em extremo suscetíveis. Seria, além disso, um ótimo recurso para quem não quisesse seguir para determinado país, na América ou fora dela, considerado posto de sacrifício. Porque bastaria que se manifestasse contra os interesses do dito país para incompatibilizá-lo com seu Governo e sua gente.

Em segundo lugar, a alegação que dava Perú de se ter incompatibilizado com a Colômbia por emitir parecer contra ela não procedia de modo algum. Não procedia porque o Governo brasileiro, antes de o nomear para a Legação em Bogotá, consultara, conforme a praxe, o Governo colombiano, e este declarara Moraes Barros *persona grata*. Do contrário, é claro, não teria sido nunca indicado para aquele posto.

No fundo, sabíamos todos que o que Perú não queria era ira para Bogotá, e, por este motivo, agarrava-se ao Rio de Janeiro à espera de posto melhor — o que acabou por obter: a Legação em Budapeste. Esperou por este resultado três longos e pacientes anos, isto é, de 1926 a 1929, com uma persistência só comparável à de Barros Moreira em um caso parecido com o seu.

### XXX

Outro que surgiu em Berlim foi Renato Almeida. Vinha em *missão oficial*, missão que nunca se apurou ao certo em que consistia. Na realidade, devia ter manobrado com o intuito de arranjar um passeiozinho pelo Velho Mundo, coisa sempre tentadora. Não era diplomata, mas trabalhava no Itamaraty como extranumerário, a princípio como redator dos Anais, depois como redator do Serviço de Informações. Em 1936 ainda exercia o primeiro destes cargos.

Julgando os alemães que se tratava de um personagem de suma importância no Brasil, já que o acompanhava o rótulo de *visita oficial*, apressaram-se a homenageá-lo de todas as maneiras. Isto causava espanto a todos nós da Embaixada, pois em nossa terra nem de longe poderia Renato imaginar ser um dia alvo de tantos salamaleques. O Ministro Goffried Aschmann, Chefe do Serviço da Imprensa do Auswertigesamt, cargo muito categorizado na Alemanha, ofereceu-lhe um imponente almoço no hotel Adlon, reunindo pessoas altamente qualificadas. Isto para citar apenas uma das homenagens que lhe foram prestadas.

Mais tarde veio-se a saber que na Alemanha pensaram que a função de Renato Almeida no Brasil correspondia aquela que Aschmann exercia, o que na verdade não era certo. Uma nada tinha que ver com outra. Enquanto ali a posição era destinada a um Ministro, no Brasil confiavam-na até a um simples contratado; além do que, sua tarefa muito limitada não tinha nem por sombra as mesmas prerrogativas da seção alemã. Pergunto-me se alguma vez descobriram os germânicos o logro em que caíram.

Foi nesta mesma viagem à Europa que Renato Almeida, sempre em *missão oficial*, foi a Paris, e resolveu depositar flores no túmulo do soldado desconhecido, caso que já relatei.

Foi em Berlim que travei conhecimento com o jornalista e escritor Gondim da Fonseca. E, pelo que lhe aconteceu então, ficou provado como eram vigiados os que ali apareciam, a que posto eram controlados seus passos.

Nas vésperas da realização das olimpíadas, em 1936, entravam na cidade diaria-

mente milhares e milhares de forasteiros. Nosso Gondim era um entre aqueles milhares. Desembarcando, foi instalar-se em uma modesta pensão, cujo endereço não confiara a ninguém. Ao cabo de cerca que quinze minutos, ainda atarefado em desarrumar sua mala, bateram-lhe à porta do quarto. Abriu, e deparou-se-lhe um polícia, que se identificou, acrescentando: “Sr. Gondim da Fonseca, temos muito prazer em que venha assistir aos jogos olímpicos, mas esperamos que em suas reportagens não nos critique conforme fez da última vez que aqui esteve”.

De outra feita, estava o mesmo Gondim calmamente saboreando seu almoço em um restaurante onde entrara por acaso; e, por conseguinte, sem ter prevenido pessoa alguma que tencionava lá ir. De repente, ao seu grande espanto, ouve dizer bem alto, abafando o vozerio reinante: “Chamam ao telefone o Sr. Gondim da Fonseca”. Como teriam adivinhado que se encontrava naquele local? Era realmente de intrigar...

Gondim, que revi várias vezes depois, inclusive em Lisboa há já alguns anos, é o autor de bom número de livros cheios de interesse, entre os quais uma completíssima biografia de Santos Dumont.



---

## Jogos olímpicos - 1936

A 1.º de agosto de 1936 iam realizar-se em Berlim os jogos olímpicos. Desde que detinham o poder, os nazistas preparavam com afincos e o máximo cuidado tudo o que se relacionaria com a grande manifestação desportiva.

Às portas da capital construíram um estádio gigantesco com capacidade para cem mil espectadores. Se bem não fosse do agrado de Hitler por terem empregado cimento armado e não pedra, interiormente impressionava por sua beleza. Além do que, notava-se que todos os pormenores tinham sido objeto de estudos aprofundados.

A cerimônia da inauguração dos jogos constitui um espetáculo grandioso. Na tribuna oficial, ao lado de Hitler e seus principais colaboradores, vêm-se o Rei Boris da Bulgária, o Príncipe de Piemonte (depois Rei Umberto II da Itália), sua irmã Maria (mais tarde Princesa de Bourbon-Parma), os príncipes herdeiros da Suécia e da Grécia e os filhos de Mussolini. Um coro magnífico entoava um hino composto para a circunstância por Ricardo Strauss; soltam simultaneamente milhares de pombas que esvoaçam de um lado para outro. E começa o imponente desfile das delegações participantes. É a confraternização dos povos.

Os dias dos jogos olímpicos marcaram o apogeu do III Reich. A Alemanha inteira vibrava um sentimento de felicidade, de confiança nas instituições e em um futuro próspero e pacífico. Esquecida a ocupação da margem esquerda do Reno pelas tropas germânicas, efetuada apenas alguns meses antes, mas que abalara os espíritos receosos de uma conflagração geral, os comentários dos estrangeiros, vindos de quase todos os países do mundo, versavam sobre o prestígio, o poderio, a grandeza da nação que visitavam. Hitler se havia imposto como um personagem extraordinário, e provocara a curiosidade. Não propriamente interessada nas competições desportivas, muita gente foi a Berlim para se aproximar do homem que havia transformado e galvanizado o país que recebera nas mais precárias condições. E todos eram unânimes em declarar que conseguira, com uma organização sem a mínima falha, fazer reinar a ordem e a disciplina.

Antes de minha chegada a Berlim, os altos funcionários alemães, sobretudo os *gros-bonets* do nazismo, raramente freqüentavam as Embaixadas e Legações estrangeiras. Obedeciam às instruções do alto, pois temia o *Führer* que surgissem dessa convivência certas intimidades indesejáveis para o regime. Depois, porém, houve um abrandamento, as ordens se atenuaram, eles acabaram por ter plena licença para se relacionarem com o Corpo Diplomático, para aceitarem e retribuírem convites.

Contrastando com o primitivo retraimento, os chefões nazistas organizaram as mais esplendorosas festas por ocasião das olimpíadas. Festas gabadas e elogiadas ao extremo pelos hóspedes de honra, pelos diplomatas e por todas as personalidades que se deslocaram desde os mais recônditos pontos do Universo.

Hitler recebe à sua mesa as majestades e altezas reais.

Goebbels oferece uma ceia ao ar livre na ilha dos Pavões, em cujos gramados desfila cerca de mil pessoas. As árvores, recobertas de lâmpadas elétricas, verdadeiros candelabros, tornam o ambiente feérico. Uma ponte artificial lançada sobre barcos liga a ilha à terra firme. Os convidados são acolhidos por dezenas de moças vestidas como pagens da Renascença. À meia-noite soltam um magnífico fogo de artifício que derrama sobre aquele cenário de fadas todas as cores do arco-íris.

No meio deste movimento de glória do esporte e de reuniões sociais inesquecíveis, Ribbentrop é nomeado Embaixador em Londres. Não era certamente seu ideal, já que ambicionava o lugar de Ministro do Exterior, pretendendo afastar von Neurath que detestava. Longe dos olhos de Hitler, poderia outro roubar-lhe a posição privilegiada de que gozava. Preocupado com esta ameaça, tardou a assumir seu posto, e, quando o fez, ausentou-se com freqüência a fim de não interromper seus contactos com o chefe do Reich.

Eis pois o motivo pelo qual, na belíssima festa que organizou em sua elegante casa de Dahlem, muitos notaram seu sorriso amarelo, embora se desmanchasse em amabilidades para com seus setecentos convidados. O fausto desta festa, cuja originalidade consistiu especialmente nas numerosas e luxuosas tendas espalhadas pelo maravilhoso jardim, não foi menor que o das demais realizadas então.

Goering não quer ficar atrás, e planeja não uma festa, porém duas. A primeira nos jardins do Ministério do Ar, que metamorfoseia em aldeia do século XVIII: hospedaria, agência do correio, padaria, lojas de artesãos, etc... A segunda na Ópera de Berlim, que mandou forrar inteiramente de cetim cor creme, e onde ofereceu um jantar e um baile suntuosos. Os criados, com suas vestimentas vermelhas e cabeleiras empoadas, arboravam, à entrada, longas varas brancas na ponta das quais pendiam elaboradas lanternas. Depois, deslocando-se para o próprio salão imenso, mantiveram-se firmes em pontos estratégicos, o que contribuiu para acentuar a grandiosidade da festa, na qual se destacavam, dentre a multidão, uniformes de todos os matizes adornados de condecorações, e os ricos vestidos das senhoras.

Enfim, sucediam-se as festas retumbantes. Hitler fazia absoluta questão de ofuscar os estrangeiros: que fossem testemunhas da opulência da sua Alemanha!

### XXX

Representado o Brasil, foram enviadas a Berlim, para os jogos olímpicos de

1936, duas equipes distintas: uma pelo Comitê Olímpico Brasileiro, outra pela Confederação Brasileira de Desportos. Havia, assim, duas representações de atletismo, de natação e de remo, que, naturalmente, não tiveram autorização do Comitê Olímpico Internacional para participarem nas provas, já que, contra o regulamento, eram em duplicata. E, em terra estranha, coisa de fato aborrecida, começaram as disputas entre os dois grupos; cada qual se atribuindo o direito de concorrer.

O problema era sério, pois, se cabia ao Comitê Olímpico sancionar a participação dos atletas brasileiros, a inscrição era feita através das entidades reconhecidas pelos organismos internacionais às quais estava filiada a Confederação Brasileira de Desportos. Passavam os dias, e as discussões entre os chefes das equipes se azedavam sempre mais. Inauguraram-se os jogos, e o impasse não se resolvia.

Já ao Brasil chegavam os ecos das disputa pelas emissões radiofônicas diárias do Sr. Rodolfo Kleinoscheg Júnior. Autorizado pelo meu Embaixador, Moniz de Aragão, procurei este locutor, e pedi-lhe encarecidamente que se abstivesse de mencionar a Confederação Brasileira de Desportos, limitando-se a fazer as ditas emissões em nome do Departamento de Propaganda do Brasil. Entretanto, do próprio Presidente da República, Getúlio Vargas, contrariado pelo fato de darem nossos patricios aos estrangeiros um triste espetáculo de desarmonia, recebíamos ordem para agir a nossa Embaixada como árbitro entre as duas delegações.

Encarregou-me o Embaixador desta ingrata tarefa.

Convoquei então os dirigentes desavindos, Srs. J. Ferreira dos Santos, do Comitê Olímpico, e Joaquim Sousa Ribeiro, da Confederação de Desportos. Este era meu colega do Itamaraty, onde ingressamos no mesmo ano, 1916. Sua carreira, no entanto, fora bastante irregular, isto é, interrompera-a conseguindo ser transferido para o Ministério do Trabalho com o fim de arranjar um lugar de adido comercial. Depois, qual filho pródigo, regressou ao Ministério do Exterior. Quando se apresentou em Berlim chefiando o grupo esportivo, era Oficial de Gabinete do Ministro Macedo Soares.

Além daqueles dois cabeças, pedi o comparecimento de Gerd Stoltenberg e Hubert Sache (brasileiros, embora com nomes tipicamente germânicos), pertencentes cada qual a uma das seções de remo, e dos Drs. Heriberto Paiva e João Augusto Penido, como testemunhas. A contenda tinha que ter uma solução definitiva, já que no dia seguinte a inscrição seria impreterivelmente encerrada, prazo, aliás, já prorrogado por um concessão especial ao Brasil.

Discutiu-se, discutiu-se durante horas seguidas. Felizmente, após uma série de ponderações, chegou-se a um acordo: representariam o Brasil os melhores esportistas de cada um dos grupos. E, para constar, foi assinada uma ata por todos os presentes, ata depois conferida pelos dois Segundos Secretários da Embaixada, Glauco Ferreira de Sousa e Fernando Nilo Alvarenga.

Já que aludi a estes dois estupendos colegas, desejo salientar as boas recordações que me deixaram. O primeiro não mais pertence ao rol dos vivos: faleceu há alguns anos no Peru, vítima de um ataque de coração. O segundo abandonou a carreira, e nunca mais dele tive notícias. Vi-o pela última vez vindo de Praga a caminho do Brasil, em 1955, quando eu era Embaixador em Lisboa, e ele deu-me o prazer de ir almoçar comigo e minha família.



---

## Celebrações nazistas

O III Reich atribuiu sempre suma importância a certas celebrações que tinham lugar anualmente.

A primeira a efetuar-se era no começo de março: a festa dos Heróis, consagrada à memória dos nazistas mortos a serviço do partido. Consistia em duas cerimônias. A que se realizava em uma das Óperas de Berlim (havia quatro), onde discursavam Goebbels e outros que ocupavam posição de destaque no Governo. E a que tinha por cenário o templo do Soldado Desconhecido, onde Hitler ia pomposamente depositar uma coroa de flores; ao que se seguia um desfile militar.

O aniversário natalício do *Führer*, a 20 de abril, é comemorado com grande aparato. Discursos, bandeiras que flutuam por toda parte, parada através do Tiergarten e Charlottenburgo. Em 1936 desfila pela primeira vez uma divisão couraçada, com quinhentos carros de assalto, baterias de 77 e de 105, artilharia de grosso calibre, artilharia antiaérea e anticarros; enfim um verdadeiro exército motorizado. Foi um êxito e uma novidade.

A 1.º de maio é a festa do Trabalho, ou melhor, dos operários, dos empregados, do funcionários; em resumo, de todos os que desempenham no estado nacional-socialista uma função manual ou um ofício qualquer.

### XXX

Contudo, a maior de todas as celebrações, pela duração e pela imponência é o Congresso de Nuremberg, a festa do partido. Sim, digo bem, duração: uma semana inteira.

Em 1936 revestiu-se de um brilho nunca antes visto, uma ostentação de forças, uma *mise-en-scène*, uma grandiosidade, só comparáveis às festas legendárias dos romanos.

Não foi por um simples acaso que a cidade de Nuremberg tinha sido escolhida para a sede desta reunião anual. Munique, é exato, fora o ninho onde o nacional-socialismo nascera e ensaiara os primeiros passos — e onde também sofrera os primeiros choques e os primeiros embates. Porém, em Nuremberg criou alma, purificou-se, batizou-

se a si mesmo, adquiriu a consciência de seu destino, de seu papel na Alemanha moderna. Era, para os nazistas, a cidade predestinada. Além do que, nela pairava ainda a imagem de Ricardo Wagner, por assim dizer, profeta do III Reich; e em suas ruas e recantos ressoava permanentemente o eco dos *Mestres Cantores*. Entre Berlim, centro governamental e administrativo, e Munique, Nuremberg transformou-se em uma espécie de local de peregrinação para os então senhores do país.

Para ali se transportavam cada mês de setembro não somente todos quantos exerciam funções salientes ou estavam ligados ao destino do nacional-socialismo, mas também estrangeiros especialmente convidados e aos quais o regime pretendia impressionar. Entre estes contavam-se os diplomatas acreditados em Berlim. A população de Nuremberg duplicava. Uma organização notável conseguia instalar, alimentar e fazer movimentar-se sem confusão aquela massa humana. Mais admirável ainda, e indescritível, era a atmosfera de entusiasmo coletivo, espécie de delírio sagrado, que lá se presenciava, e era a tal ponto contagiosa que não causava espanto muitos voltarem às suas casas completamente seduzidos e prontos para colaborar.

De fato, o ambiente eletrizava os mais apáticos: música militar em todos os cantos, intermináveis colunas em marcha que se formam como que espontaneamente após qualquer cerimônia oficial, bandeiras com a cruz gamada até nos lugares mais estratégicos. Calçadas coalhadas de gente, de vendedores de jornais, de negociantes de salsichas, de quiosques com insígnias e lembranças comemorativas. Dos hotéis, das modestas hospedarias e das estalagens elevam-se coros a várias vozes, conhecedores de música que são os alemães mesmo de classes inferiores.

Cada um dos dias é dedicado a um grupo de membros do partido: dia do trabalho, dia da juventude, dia dos chefes políticos, dia das milícias, etc... Tudo com desfiles militares ou de outro gênero, e demonstrações infintas de habilidades em toda sorte de manobras. E, para a clausura, a exibição de fogos de artifício e a iluminação através de projetores que desenham sobre a cidade uma imensa cúpula azul.

Rodeado de seus mais próximos auxiliares, Hitler dominava a gigantesca reunião pela sua personalidade, pelo seu papel naquela semana histórica, por seus discursos, que, mais do que em qualquer outro lugar da Alemanha, ele se esforçava por que fossem a expressão autêntica de seu pensamento de homem político, de homem de partido, de condutor de povos. Condutor de povos — *Führer* — realmente ele o era acima de tudo.

Em 1936 não se contentou Hitler em dirigir uma mensagem à sua gente; dirigiu-a ao mundo inteiro. Atacou a democracia, as instituições parlamentárias, o liberalismo; e preferiu ameaças contra a Rússia e a Tchecoslováquia. Estava tão seguro de seus planos, tão orgulhoso de sua obra que não se apercebia nem de longe do abismo que cavava entre a Alemanha e outras nações ao exaltar-se assim em suas diatribes. Tanta certeza tinha da continuação do nacional-socialismo que decretara, já em 1933, que Nuremberg seria para sempre a cidade dos congressos; e, neste intuito, tencionava mandar arrasar uma colina a fim de ganhar, para aqueles monstruosos agrupamentos, um espaço que os tornaria ainda mais imponentes.

O destino, contudo, corta-lhe-ia as asas. Três anos depois, excedendo-se em suas

ambições, faria estourar uma guerra que foi o ponto final não somente de sua vida, mas também de seu partido político.

### XXX

Falta-me mencionar a festa das Colheitas, que se realizava em outubro perto de Hannover. Era propriamente a festa dos camponeses, os quais desfilavam, cada grupo com os trajes característicos de suas províncias, cantando, dançando e tocando instrumentos variados, e ao mesmo tempo apresentando os produtos das terras de onde provinham.

Aí também erguia Hitler, em longo discurso, sua voz poderosa. E não seria uma festividade completa para a mentalidade então em vigor se não houvesse uma exibição das forças armadas. Era essencial ficar bem claro o fato de ser o exército o protetor do solo, e o camponês considerar-se um autêntico soldado.

### XXX

Estas celebrações, sempre testemunhadas por estrangeiros, e sobretudo as Olimpíadas, produziam como uma espécie de apaziguamento nas relações internacionais da Alemanha. Sem constrangimento algum, franceses, ingleses e outros já aceitavam os convites que esta lhes dirigia. O ano de 1937 foi particularmente fértil quanto a estas visitas: Lloyd George, o Duque de Windsor (ex-Rei da Inglaterra), Lorde Londonderry, Lorde Halifax, o Aga Khan, e *j'en passe*, não hesitaram em ir entreter-se com o *Führer* ou com Goering, sendo muitos deles recebidos em Berchtesgaden, onde se extasiavam diante da beleza da paisagem que de lá se descortinava, ou no luxuoso Karinhall, situado à beira de um lago e cercado de árvores frondosas, distante do bulício citadino.

Pode-se denominar aquela época de “calmaria que precede a borracha”. Não que tudo deslizesse docemente como sobre rodas bem azeitadas, mas... respirava-se; o perigo que se apresentara no início de 1936 parecia afastado. Porém as aparências enganam. Todos sabemos o que pouco depois aconteceu.



# Em Lisboa:

---

## A caminho de Lisboa

Também não foi muito longo meu segundo estágio em Berlim. O primeiro, em 1926, tivera uma duração de seis meses; o segundo, dez anos mais tarde, de quatorze.

A vida ali era agradável, fácil, organizada. Para os apreciadores de música, no número dos quais me incluía, havia tudo a que se podia aspirar: quatro teatros de ópera funcionando o ano inteiro, e uma profusão de concertos pelo mais afamados artistas do mundo. Destes, eram tantos em um só dia que o difícil era a escolha. *Embarras du choix*, como diriam os franceses.

No entanto, corriam rumores de que uma guerra não tardaria a explodir. Certos produtos começavam a escassear; e, segundo a opinião geral, não pelo fato de não existirem, mas por serem armazenados em vista de uma possível conflagração.

Ora, tinha eu um filho recém-nascido. Pus a refletir: não seria temerário expor a criança aos riscos de uma guerra? Como nos haveríamos de arranjar se realmente esta acontecesse com todos os seus horrores, bombardeios, explosões, fome, etc...? Resolvi confiar meus receios ao Itamaraty. Por sorte, Mário de Pimentel Brandão, meu dileto amigo, era na ocasião o Ministro Interino (depois foi efetivo) das Relações Exteriores. Bondoso, compreensivo, sempre procurando ajudar os que mereciam sua amizade, fez saber que de vago, para Conselheiro (título com o qual me haviam agraciado pouco antes), existia um só posto: Lisboa. Não me sorriu a idéia. Contudo, à falta de outro, considerei que lá se estaria mais ao abrigo do perigo. Aceitei. Grande foi, porém, a indignação de minha mulher, que, conhecendo Lisboa apenas pelas escalas dos navios em que viajara, não simpatizava com a capital portuguesa. Tudo fez para que esgotássemos em Berlim nosso prazo de partida, e declarava amiúde que não queria morar em uma cidade tão rebarbativa. Mas que radical mudança sofreria sua opinião uma vez chegada a Lisboa! Ao cabo de uma semana, estava encantada, já achava que era o melhor lugar do mundo, que não poderia viver alhures, etc... E creio que maior prova de apego à terra lusa não poderia ter dado, pois, se aqui nos instalamos quando me aposentei, devo confessar que foi pelo empenho vigoroso que ela nisto pôs.

Segundo o regulamento, deixamos Berlim dois meses após minha designação. Em Hamburgo, onde demoramos cerca de quarenta e oito horas, nos hospedamos no

confortável hotel Atlantic, um dos quatro grandes da cidade, e considerado então um dos melhores da Europa. Domingos de Oliveira Alves, que depois de aposentado casou-se com uma filha de João Lopes, durante vários anos chefe de nosso Consulado em Paris, era ali o Cônsul-Geral. Mauro Pontes exercia o cargo de Cônsul-adjunto. E um dos auxiliares era Landulfo Borges da Fonseca, que terminou a carreira como Embaixador, e atualmente reside em Portugal. Fomos por todos obsequiados.

A 20 de maio, deu-se nosso embarque no “Cap Arcona”, navio que já nos era familiar, visto ano e pouco antes termos nele viajado vindo do Brasil. Passando por Cuxhaven, deixamos o Elba, e alcançamos o alto mar. Adeus Alemanha!

Ao chegarmos a Portsmouth, ao cair da tarde do dia seguinte, uma surpresa nos esperava. Justamente na manhã daquele dia realizara-se a célebre revista naval da esquadra inglesa, cerimônia relacionada com a coroação do Rei Jorge VI, que tivera lugar havia apenas três dias. Encontramos ainda todos os navios enfileirados de um lado e do outro ao longo do canal do Solent, esse corredor marítimo de cinco milhas que vai da ilha de Wight à costa do Hampshire. Entre as duas filas passou lentamente o “Cap Arcona”, seguindo o trajeto efetuado pelo *yacht* real *Victoria and Albert* fazia escassas horas. Navegamos bastante tempo ladeados pelo mais diversos tipos de barcos de guerra, desde os grandes couraçados, como o *Queen Elizabeth* ou o *Iron Duke*, até as pequenas torpedeiras e os delgados submarinos. Calculo que seriam cerca de cento e cinquenta, isto é, a quase totalidade da esquadra inglesa: a *Home Fleet*, guarda avançada das Ilhas Britânicas, a esquadra de reserva e a esquadra do Mediterrâneo; vale dizer, os elementos mais poderosos da força naval do país. Além do que, figuravam também navios pertencentes a nações estrangeiras. O espetáculo era deveras imponente. No silêncio daquela tarde de primavera, já quase ao lusco-fusco, o ambiente impressionava. Bem longe estava eu de imaginar que alguma vez, de bordo de um dos maiores vapores mercantes alemães, passaria revista na esquadra inglesa de combate! E isto quase nas vésperas da guerra de morte que se iria ferir entre as duas então mais fortes potências militares do mundo.

Terminava o dia 23 de maio, já perto da meia-noite, quando o “Cap Arcona” atracou no cais de Lisboa. À nossa espera, à frente dos futuros colegas de Embaixada, achava-se o Embaixador Araújo Jorge, meu amigo de velha data, já que, em nossa juventude, juntos tínhamos feito o serviço militar. Fora disto, conhecera ele minha mulher ainda bebê, íntimo que era de meu sogro. Jorge, inútil dizer, recebeu-nos efusivamente. Sentimos a sinceridade de sua alegria em nos acolher na missão que presidia. Os colegas, aos quais aludi, eram Luis Fernando Pinheiro, servindo em Madrid, mas naquele momento provisoriamente em Lisboa; Orlando Guerreiro de Castro e João de Coelho Lisboa.

Tínhamos aposentos reservados no hotel Avenida Palace, o qual, salvo o luxuoso Avix, era naquela época o melhor de Lisboa. Lá permanecemos perto de um mês, enquanto mobiliávamos o apartamento em que nos íamos instalar, à rua Rodrigo da Fonseca 103, esquina de Joaquim Antonio de Aguiar. Custava o aluguel mensal dois contos de réis! quantia tida então como exorbitante. Os amigos consideravam nossa decisão uma verdadeira loucura. Porém, com vista sobre o parque Eduardo VII (não existiam ainda construções na parte correspondente da rua Castilho), suas peças am-

plas e banhadas de sol, e quatro salas de banho, fato único em Lisboa, o apartamento nos agradara plenamente. Jamais nos arrependemos de tê-lo tomado. E, quando, dois anos depois, tive que partir, nele foi residir Roberto Mendes Gonçalves, que me substituiu na Embaixada.



---

## Vida Social

A vida social de Lisboa podia considerar-se modesta se comparada às das grandes capitais européias. Estava longe, por exemplo, de ter a magnificência ou a intensidade da vida social de Londres ou de Paris, mesmo de Roma. Mas, para uma cidade de apenas seiscentos mil habitantes, decadente em muitos de seus aspectos, se pensarmos na riqueza e no esplendor que antes desfrutara, sem um comércio florescente que entretivesse o luxo das classes altas, era das mais ativas que se poderia desejar. Prefiro evitar comparações, mas vem ao caso dizer que era em tudo superior à vida social do Rio de Janeiro, capital, no entanto, de um grande país, com o dobro da população alfacinha, maiores possibilidades de ostentações, e nível mais elevado no viver quotidiano.

Em Lisboa fazia-se essa coisa que no Rio, já desde muito, caíra em desuso e caracteriza, sobretudo, a vida social de uma cidade: recebia-se. Havia casas, e não poucas, que abriam seus salões, davam seus jantares, suas *soirées* de música, de canto e de poesia — os famosos saraus lisboetas — seus bailes, suas recepções à tarde. E tudo isso com a mais extrema correção, com uma impecável linha de comportamento, com um decoro igual ao das mais refinadas sociedades européias, o que significava, pelo menos, o grau de sociabilidade da gente boa, seus hábitos de mundo, e o esmero de sua educação.

Como em todas as capitais, a estação social coincidia com parte do outono, o inverno e a primavera. No verão todos quantos podiam, e tinham tempo e recursos para tanto, abandonavam a cidade em demanda das praias, das quintas e das estações de águas. Quando um motivo qualquer não obrigava a permanecer todo o verão em Lisboa, e contentar-se com os banhos nas praias adjacentes à cidade, banhos meio de mar e meio de rio, em Caxias ou Carcavelos, partia-se para as grandes praias mais ao norte, São Martinho do Porto, Figueira da Foz, Granja. Ou se ia então para o Estoril, mais perto, porém, como praia, inferior a qualquer das outras. Em contrapartida, oferecia maior conforto, e sua situação era a mais pitoresca. Seu hotel Palácio em nada era devedor aos bons da Europa; em seu Cassino moderno jogava-se, cejava-se, dançava-se ao

som de uma excelente orquestra; apresentava bonitas vilas salpicadas pelas colinas, campo de *golf*, *courts* de tênis, gente variada e cosmopolita.

Se uma parte do verão era passado nas praias, outra o era nas quintas. Ah! as famosas quintas portuguesas! As belas quintas dos arredores de Sintra, das duas Beiras, do Minho, de Trás-os-Montes! Nestas quintas levava-se sobretudo a vida solarenga. Suas casas podiam ter um aspecto externo por vezes modesto, mas eram extremamente confortáveis no interior, com amplas salas onde penetrava o sol, janelas abertas alegremente sobre os campos em derredor, mobiliários no velho estilo manuelino ou Dom João V, sanefas de damasco, quadros de família. Em suas “casas de jantar” ou “casas de mesa” reuniam-se à noite a família e os convidados, e amiúde também os amigos das quintas da vizinhança; todos em satisfeita e buliçosa companhia.

Por fim, as estações de águas, outra etapa quase obrigatória no verão: Vidago e Pedras Salgadas no norte, em Trás-os-Montes; Luso e Cúria na Beira Baixa; Caldas da Rainha na Extremadura. Em Cúria fizemos nossa estação de águas no dois verões que passamos então em Portugal. Ficava nas proximidades de Coimbra, ao lado da estrada que ia para o Porto, numa região baixa e pouco pitoresca. Era fácil, de lá, atingir as margens do Mondego cantadas pelos poetas, dar um salto a Figueira da Foz, ao imponente vale do Vouga, a Aveiro.

Em Coimbra estavam a Universidade, velhas igrejas, o muito bem organizado museu Machado de Castro, o convento de Santa Clara. E, *last but not least*, a quinta das Lágrimas, celebrada por Camões, onde foi sacrificada a linda Inês de Castro, aquela que “depois de morta foi rainha”.

É dizer que estávamos rodeados, na Cúria, de um nunca acabar de sítios interessantes para ver, de monumentos para visitar, de passeios para dar. Tudo isso era acessível a qualquer um graças à excelente rede de estradas que Portugal devia à administração do Dr. Oliveira Salazar. Com o recurso do automóvel as deslocações não se tornavam difíceis. E não raro se nos ofereciam surpresas. Rodávamos um dia por uma estrada, sem destino prefixado, quando divisamos uma antiga construção que devia estar distante cerca de dois quilômetros, e meio escondida por detrás de um bosque. Para lá seguimos por um desvio evidentemente pouco usado. Era a bela igreja de São Marcos, única parte de um convento que escapara a um incêndio ocorrido no século passado, e datava de 1452. Seu interior abrigava uma rica coleção de esculturas góticas e renascentistas do maior interesse e que nos encheram de admiração.

### XXX

Cercados pelo carinho e pelas atenções do Embaixador e da Embaixatriz Araújo Jorge, esta a nossa Helena tão animada e ativa, tudo nos foi facilitado para entrarmos em contacto com a sociedade portuguesa. De fato, não poupamos esforços aqueles nossos sempre lembrados chefes para que nos sentíssemos à vontade e contentes no novo posto. Logo dois dias após nossa chegada, levaram-nos a um concerto na Estufa Fria, onde, recordo-me como se hoje fora, nos apresentaram a João e Nesy Penha Garcia, hoje Condes de Penha Garcia. João era o segundo filho do 1º Conde, que faleceria em 1940. Nesy, suíça de nascimento, a igual de seu marido, cativou de imediato

nossa simpatia: bonita, fresca, com uma pele maravilhosa, e, contrastando com o geral de seus compatriotas, conversadora, comunicativa, cheia de delicadeza. Havendo para aquela mesma semana uma grande recepção à noite, convidaram-nos a comparecer. Ficamos sensibilizados e encantados com o amabilíssimo convite, pois se apresentava a oportunidade de pisarmos pela primeira vez uma casa portuguesa. Coube, assim, à casa Penha Garcia, à praça do Príncipe Real (então denominada do Rio de Janeiro), a primazia no caloroso acolhimento que nos dispensaram no país irmão. Participamos na referida noite de uma recepção em grande estilo, como se usava ainda em Lisboa nos anos trinta: as senhoras com seus vestidos longos, e os homens envergando seus *smokings* ou mesmo casacas! e... dançou-se.

Disse eu que João era o segundo filho do Conde e hoje é o titular. Isto porque seu irmão mais velho, morrendo sem deixar descendência, João herdou-lhe o título. João e Nesy nunca nos esqueceram. Regressando a Portugal muitos anos depois, em 1955, nossa amizade continuaria, e inúmeras vezes desde então foi-nos dada a alegria de volver àquele lar acolhedor, sempre tendo presente em nossa memória e em nosso coração que fora ali o *début* de um dos mais agradáveis períodos de nossa vida.

Outro casal com o qual nos ligamos logo de início foram os Condes de Alpedriinha e Vila-Flor, o Francisco e a Ulha (Maria de Lourdes Correia de Sampaio de Melo e Castro), esta desaparecida poucos anos depois, deixando na maior consternação não só a família, porém todos os que dela tiveram a ventura de se aproximar. Era a mais encantadora das criaturas: alegre, entusiasta, organizadora incansável de deliciosas reuniões ou idas em grupo a casas de fados ou a algum lugar divertido. Francisco usa hoje somente o título de Conde de Vila-Flor, e, como outrora, nos honra com sua preciosa amizade. Vive em Lisboa sempre no mesmo palácio situado à sombra do castelo São Jorge, onde não há um só móvel moderno, e em cuja capela se venera uma imagem da Virgem Maria em tamanho natural que seu antepassado, Dom Sancho Manuel, também Conde de Vila-Flor, tinha na sua tenda de campanha quando, no século XVII, triunfou dos espanhóis na batalha de Ameixial. Distinguiu-se Dom Sancho Manuel como guerreiro ilustre tanto em Portugal como na Itália, Malta, Flandres, Alemanha e Brasil.

Henrique e Madre de Deus Meleiro de Sousa foram também amigos muito queridos. Infelizmente já nenhum dos dois pertence a este mundo, do qual partiram apenas com sete meses de intervalo no ano de 1969. Ótimos companheiros, estavam sempre prontos para qualquer combinação. Henrique, embora fisicamente não fosse dotado de traços muito regulares, era apreciado pelo elemento feminino; isto devido a seu espírito, às suas brincadeiras, ao seu bom humor. Ninguém mais do que Madre de Deus podia merecer o qualificativo de *santa*: alma elevada, generosa, de uma bondade sem par, desejando auxiliar a todos e dispensando seus dotes de coração igualmente aos humildes e aos poderosos. Para ela, coitada, a vida não correu entre sorrisos e flores, e, no entanto, de sua boca jamais se ouviu o mais ligeiro queixume. Deus a terá recompensado e consolado do muito que sofreu.

Outra amizade que fizemos a perdura inabalável até hoje foi a do casal Vilardebó, Anselmo e Julieta. Em 1937 moravam à rua Castilho, mas pouco depois transferiram-se para a rua das Janelas Verdes, ocupando uma casa cheia de *cachet* e onde somos continuamente recebidos com toda a ternura e cumalados de atenções. Em ambos não

são visíveis os rastros dos anos; aparentam juventude, e, olhando para eles, ninguém os poderia julgar bisavós. Que segredo nos esconderão? É verdade que Anselmo foi o esportivo por excelência: golf, tênis, natação, vela, e não sei que mais, foram sempre objetos constantes de seus esforços até pouco tempo atrás. Talvez concorressem para a conservação de sua silhueta de rapazinho; porém, quanto ao rosto, que terá ele feito para ser quase desprovido de rugas? Julieta, *mignonne*, linda, a doçura personificada, não difere de uma fotografia que dela possuímos tirada em fevereiro de 1939. Que o Céu, a quem agradecemos a afeição que estes amigos nos dedicam, assim os mantenha ainda por muitos e muitos anos.

Do nosso grupo habitual de então também faziam parte João Manuel e Lila Bastos, e Fernando e Dalila Tavares de Carvalho, todos quatro prematuramente falecidos, porém já quando de nossa segunda estada em Lisboa. Que tristeza e que vazio sentimos ao constatar que não mais nos avistaremos com os que compartilharam fases inesquecíveis de nossa existência! Bem sabemos que o destino daqueles lembrados amigos será igualmente o nosso, mas parece-me que nunca ninguém com ele se conformou.

À medida que decorrer esta narração falarei de outras pessoas à quais nos uniram laços de amizade que profundamente gravados ficaram em nossa alma. Muitas delas, Deus louvado, ainda vivem, entregando-se às suas atividades, freqüentando a sociedade e recebendo em suas casas.

### XXX

Dona Elisa Pedroso era, por assim dizer, em Lisboa, a mecenas da música. Em espaçosa casa à rua Borges Carneiro 22 (casa já destruída para dar lugar a um prédio de apartamentos) reunia com freqüência os amigos para ouvirem algum artista de nomeada, que ela fazia questão de hospedar. Ela própria exímia pianista, a música era sua vida. A ela dedicava-se de corpo e alma, e, para difundi-la, não poupava esforços. Basta referir que foi a fundadora do Círculo de Cultura Musical, instituição à qual se deve ainda na atualidade a exibição em Portugal de tantos talentos estrangeiros.

Grande senhora, Dona Elisa sabia criar em suas reuniões a mais agradável atmosfera, onde, enlevados pelos sons admiráveis que saíam de um piano ou de um violino, seus convivas não se apercebiam da marcha do tempo. Ao consultar o relógio, davam-se muitas vezes conta que já rompia a madrugada.

Uma das valiosas curiosidades da casa eram as várias portas inteiramente recobertas de assinaturas dos artistas que ali tinham sido recebidos. Deviam ser umas quatro ou cinco sem o mínimo espaço vago, prova da prodigalidade sem par da proprietária.

Tinha Dona Elisa um único filho, Antônio, Visconde de Carnaxide, residente anos seguidos no Rio de Janeiro. Resolveu um dia Antônio reestabelecer-se em sua pátria, voltando, assim, a fazer companhia à mãe já idosa. Contudo, tendo deixado uma filha no Brasil, de onde também era natural sua mulher, a querida e doce Lucy, de vez em quando lá dava um salto. Foi numa dessas vezes que a morte o surpreendeu. Lucy veio em seguida a Lisboa desmanchar e vender a casa da rua Borges Carneiro, motivo de tão gratas recordações para os que tiveram a felicidade de freqüentá-la. Foi, até ago-

ra, a única ocasião em que ela reviu a terra de Antônio. Desde então mora no Rio, à avenida Epitácio Pessoa, bem à beira da poética lagoa Rodrigo de Freitas.

Dona Elisa, a insigne protetora da arte de Euterpe, faleceu antes do filho, em 1958. Portugal ser-lhe-á eternamente reconhecido pelo muito que fez em seu benefício.

### XXX

Nos anos trinta, os saraus literários ainda eram habituais em Lisboa.

Organizava-os amiúde a distinta escritora Madalena Martel Patrício, filha do Conde de Castelo Branco e esposa do Juiz Antônio Patrício. Já não muito jovem, pois andava pelos cinqüenta e poucos anos de idade, possuía, contudo, uma energia e uma atividade invejáveis. De estatura pequena, movia-se com a agilidade de uma menina. Seu sorriso franco e seus olhinhos vivos e faiscantes conquistavam a simpatia geral.

Nos amplos salões de sua residência, localizada à rua Dom Pedro V, juntava bom número de senhores e senhoras que cultivavam as letras. Cada qual, segundo a especialidade, declamava versos ou lia trechos de prosa de sua autoria. Madalena, por sua vez, encarnando sempre um mesmo personagem imaginário e espirituoso, a que pusera o nome de *Brás*, fazia ouvir suas últimas composições, que obtinham infalivelmente grande êxito e divertiam a assistência.

Tenho em minha biblioteca dois exemplares, um em português e outro em francês, tradução do primeiro, das memórias daquela nossa boa amiga, memória que intitolou *Quando eu era pequeninha*, da série *Rosário da Vida*. Foi um presente que a autora nos ofereceu e que guardo com todo o carinho, como recordação de sua interessante personalidade e das belíssimas horas passadas em sua casa.

Falecendo Madalena em 1947, ser-me-ia negado o prazer de revê-la quando vim chefiar a Embaixada do Brasil em Lisboa, o que aconteceu oito anos depois. Vivia ainda então seu marido, porém já com avançada idade. Finou-se há relativamente pouco tempo.

### XXX

Outro presente que igualmente conservo com o maior cuidado foi-nos também oferecido pela autora, Condessa de Proença-a-Velha. Trata-se de dois álbuns das *Melodias Portuguesas*. Musicou aquela ilustre senhora versos de vários poetas, tanto antigos como modernos: Antero de Quental, Bulhão Pato, Antônio Nobre, Eugênio de Castro, Conde de Monsaraz, Gonçalves Crespo, Guerra Junqueiro, Florbela Espanca, Virgínia Vitorino, etc...

A condessa chamava-se em solteira Maria de Melo Furtado Caldeira Geraldês de Bourbon, e era filha dos marqueses de Graciosa. Falecendo seus irmãos sem descendência, coube-lhe a representação deste título, que transmitiu a seu segundo filho, ficando o primogênito com o título paterno. Musicista e compositora de relevo, deixou numerosas obras que assinava com o pseudônimo de *M. Grisalde*.

A igual de Madalena Martel Patrício, não mais a encontrei quando voltei a Lisboa em 1955. Também ela já não pertencia ao número dos vivos. Morrera com perto de oitenta anos em 1944.

## XXX

Oliva Guerra, escritora e poetisa, também reunia pessoas de suas relações para assistirem a saraus literários. Em companhia de seu irmão, morava à rua Dona Estefânia 48. Como me lembro do dia em que lá fomos pela primeira vez! Estava-se em pleno verão, final de julho, e o calor era abrasador. A tal ponto que, em seus candelabros, as velas, embora apagadas, curvavam-se todas chegando quase a formarem arcos. Há destes pormenores em importância alguma que, ao longo de nossa existência, nos vêm por vezes à mente. Aninhados no nosso subconsciente, surgem de quando como para assinalar uma ocasião, para recordar uma pessoa ou um momento de satisfação, ou também um motivo de tristeza.

Hoje Oliva Guerra, sempre entregue a suas atividades, vive nas vizinhanças do Campo Grande. Comemorou-se não há muito o cinquentenário da publicação de seu primeiro trabalho, que os amigos festejaram oferecendo-lhe um jantar no hotel Tivoli e rodeando-a de simpatia.

Em matéria de literatura, ainda outras senhoras brilhavam naquela época já longínqua: Carlota Serpa Pinto, que adotara o pseudônimo de *Clarinha*, Virgínia Vitorino, Olga Moraes Sarmiento, etc... Porém de modo algum passavam para segundo plano os escritores masculinos. À frente deles, Júlio Dantas, “com sua elegância afetada de galã”, no dizer de Oliveira Lima, e “olhos de odalisca”, na qualificação de Lúcio de Azevedo, presidia à Academia de Ciências de Lisboa. Havia muitos anos, bem no princípio do século, publicara a famosa *Ceia dos Cardeais*, que alcançou o mais brilhante êxito, e foi traduzida e representada em vários países estrangeiros.

Foi durante minha estada em Portugal que meu mais tarde muito querido e dedicado amigo Joaquim Paço d’Arcos lançou o romance que lhe grangeou a merecida fama: *Ana Paula*. Outras obras suas o precederam, porém esta, particularmente feliz, firmou sua carreira literária, e faz até hoje as delícias dos que o lêem.

Também em 1938 vinham à luz *As Senhoras Infantas* de Angelo Pereira, que nos brindou depois com outros livros de profundo interesse histórico. E Alvaro Pinto, em maio do mesmo ano, fundava a revista *Ocidente*, convidando-me para colaborar em seu primeiro número. Não podendo furtar-me a tão honroso convite, enviei-lhe um artigo intitulado *Como o Brasil entrou para o concerto das nações cultas*.

## XXX

Gostaria de citar todos os amigos que então angariamos em terras lusas; muitos ainda fiéis, outros desafortunadamente já desaparecidos. Uma lista completa seria impossível, e pesar-me-ia omitir alguém. Desejo, contudo, frisar que jamais esqueceremos a cordialidade, o carinho e as mil atenções que nos dispensaram, fazendo com que tão bem nos sentíssemos que, ao partir de Lisboa, um sonho nos perseguia: a ela voltar. Durante anos seguidos manteve-se viva esta esperança. Mas aproximava-se o final de minha carreira, o limite de idade, e já não parecia provável que aquela ambição se concretizasse. No entanto, não diz por acaso um provérbio popular que quem sempre espera alcança? Dezesseis anos mais tarde regressava eu à capital portuguesa, não mais como Conselheiro, porém em qualidade de Embaixador do Brasil.

---

## Falemos de Salazar

Reproduzo aqui um trecho, que escrevi em 1938 e acabo de encontrar entre meus papéis:

“Dos três ditadores que me foi dado avistar, ou melhor dos quais me pude aproximar, Mussolini, Hitler e Salazar, este último foi o que me pareceu o mais distante, apesar de ter sido o que melhor conheci, o menos acessível, quase direi, o menos humano. Podem os seus atos nem sempre corresponderem a essa minha apreciação. Mas a impressão que me deixou foi realmente esta.

Tudo no Sr. Salazar é frio: os traços de sua máscara, o olhar, suas expressões, o mover de seus lábios, seus gestos, suas atitudes, seu falar, o tom de sua voz, a cadência de sua frase. Neste homem nada nos empolga; nada nele, ao menos exteriormente, nos seduz. Se fala, é um falar monótono, sem realce, compassado, medido. Sua frase é seca, árida como uma planície despovoada. Seus discursos, que dão antes a impressão de serem lidos, e de fato o são, porque ele nada tem de um orador, podem ser claros; mas são os menos eloqüentes que tenho ouvido. Antigo professor, ou sobretudo professor, o Sr. Salazar dá a todos os seus discursos o tom, o molde, o sentimento de uma preleção.

Disse eu que dos três ditadores ele é o menos humano. Pode não ser o menos sentimental, e acredito que o Sr. Hitler, por exemplo, seja mais duro de coração que o Sr. Salazar. Mas este está longe de mostrar, no rosto, a expressão suave, quase meiga, do ditador alemão. O que mais me impressionou na máscara do Sr. Hitler, quando o fitei de frente, na ocasião em que lhe fui apresentado, foi a ternura de seu olhar. Nunca vi no olhar do Sr. Salazar, mesmo quando ele se mostrava mais exuberante, uma tal expressão de brandura.

O Sr. Salazar sorri. Não com freqüência, é certo, mas sorri. Já o vi mesmo rindo. Mas nem no seu riso, nem no sorriso, ele tem a expressão franca, cordial, atraente e extremamente simpática do Sr. Mussolini. O riso do ditador italiano tem qualquer coisa de ingênuo, de bondoso, que nos atrai e logo seduz. Com o Sr. Salazar não se dá isso. O seu sorriso ou o seu riso são certamente espontâneos e exprimem sem dúvida um

verdadeiro estado de espírito, mas, como tudo em sua pessoa, são expressões frias que não nos conquistam nem nos atraem”.

Antônio de Oliveira Salazar, Chefe do Governo português não atingira ainda, em 1938, meio século de existência. Nascido em Vimieiro, lugarejo vizinho a Santa Comba Dão, na Beira Alta, era um modesto professor de Direito na Universidade de Coimbra. Não lhe sorriam as honrarias, nada ambicionava para si próprio; e para sempre teria continuado apenas a instruir alunos se não lhe pedissem, não insistissem em sua colaboração no sentido de procurar salvar um país que se encontrava no auge da confusão, tanto em seu aspecto político quanto financeiro. Espírito totalmente independente, nunca aceitou o que fosse incompatível com seu temperamento e com seu modo de pensar. Foi deputado; assistiu a uma única sessão na Câmara, e lá não mais tornou a pôr os pés. Sentiu um profundo desprezo por aquele meio corrompido de falaciosos e pretensos “representantes da nação”, e achou que ali perdia seu tempo. Logo após a revolução de 1926, instado a assumir a pasta das Finanças, concordou; mas, decorridos apenas sete dias, não hesitou em meter-se no trem e regressar a Coimbra. Verificando que lhe seria impossível agir como entendia ser a melhor maneira, rodeado de empecilhos que o impediam deliberar conforme lhe parecia o caminho certo, tomou a resolução que se coadunava com seu feitio. Somente passados dois anos, então com a segurança de lhe serem concedidos plenos poderes, anuiu ao convite que fazia o novo Presidente da República, o General Carmona, para tornar a experimentar presidir o Ministério das Finanças. Para isso, exige que o país, acreditando que tudo ele fará em seu benefício, confie em sua ação. E, em escassos meses, seu trabalho metódico e reorganizador começa a frutificar. A moeda portuguesa estabiliza-se; a situação do tesouro verifica-se mais folgada. Surgia o homem providencial, o salvador da pátria, na qual conseguiu reestabelecer a ordem e a disciplina há tantos anos profundamente abaladas. De êxito em êxito reconhecidas suas qualidades excepcionais, sua competência, a exatidão das normas que adotara, é feito Presidente do Conselho em 1932.

### XXX

Quando servi em Lisboa de 1937 a 1939 Salazar era, além de Presidente do Conselho, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Neste cargo secundava-o eficazmente o Embaixador Teixeira de Sampaio, Secretário-Geral, espécie de *éminence grise*, mais ou menos no gênero daquele famoso Holstein, na Wilhelmstrasse, em Berlim, ao tempo de Guilherme II, e a quem atribuíam o temperamento de um conjurado.

Estava, e ainda está, o Ministério dos Negócios Estrangeiros instalado no palácio das Necessidades, outrora chamado Paço de Baixo. Construído para Dom João V no século XVIII, fora a residência de vários monarcas, tendo de lá partido para o exílio o último deles, Dom Manuel II, quando foi da implantação da república em outubro de 1910.

Lembro-me de uma festa realizada naquele palácio em que a grande atração foi a mundialmente conhecida Guilhermina Suggia tangendo o instrumento em que era incontestável mestra: o violoncelo. Sua exibição sempre impecável atingiu, contudo, na dita noite uma perfeição que não podia ser ultrapassada. Dir-se-ia movida por inspira-

ção divina. O entusiasmo da assistência não tinha limites. O próprio Dr. Salazar, de ordinário frio e pouco comunicativo, não escondia sua admiração, seu assombro. E disto quis dar uma prova patente. Quando foi servida a ceia, que saboreávamos todos de pé e procurando um cantinho onde apoiar o prato, Salazar não permitiu que a artista assim fizesse: exigiu segurar com suas próprias mãos, à guisa de mesa, o prato de Guilhermina Suggia!!! Era a homenagem encantadora que o Chefe do Governo prestava àquela talentosa portuguesa!



No segundo volume destas Memórias referi-me à casa onde estava instalada, desde 1914, a Embaixada do Brasil em Lisboa: rua Antônio Maria Cardoso n.º 8, esquina da enladeiraada rua Vitor Cordon, mesmo no Chiado, e a dois passos da estátua do poeta cujo nome ficou para sempre ligado àquele bairro. Pertíssimo também estava a praça onde se ergue o monumento a Camões, o glorioso épico português, que, ao invés do medíocre e quase desconhecido Chiado, bem merecia ter o dito bairro batizado com seu nome.

Do andar superior da Embaixada, devido à não existência de construções no ângulo oposto formado pelas ruas Antônio Maria Cardoso e Vitor Cordon, desfrutava-se uma esplêndida vista sobre o rio Tejo, caminho em constante movimentação com os numerosos barcos que, de um lado para outro, lá trafegavam. De fato, achava-se ali um amplo terreno vago, o qual, para nossa comodidade e com a amável licença dos proprietários, nos era extremamente útil: em dias de grandes recepções servia de parque de estacionamento para os automóveis. Vizinho a este terreno, havia uma espécie de barcação no qual funcionava a única casa de fados então em Lisboa: o *Retiro da Severa*. Foi só mais tarde que inauguraram uma segunda, o *Colete Encarnado*, no recinto do Parque Mayer, bem próximo à avenida da Liberdade.

O prédio da rua Antônio Maria Cardoso, que pertencera ao Rei Dom Fernando, esposo de Dona Maria II (a brasileira Dona Maria da Gloria, filha de Dom Pedro I e de Dona Leopoldina), e estava na posse da Casa de Bragança, fora alugado ao Brasil em 1914, ao tempo de Francisco Régis de Oliveira, pai de Raul, meu chefe em Londres. Ali ficou instalada nossa representação até princípios de 1960; por conseguinte, durante quarenta e seis anos. Perto de meio século! Era chancelaria e residência dos Embaixadores. Após o falecimento de Régis de Oliveira, ocorrido em Lisboa, sucederam-lhe naquela casa Gastão da Cunha, Fontoura Xavier, Cardoso de Oliveira, José Bonifácio de Andrada, Adalberto Guerra Duval, Araújo Jorge; isto até 1937, ano em que fui nomeado para o posto. Sim, porque outros Embaixadores ali continuariam: João Neves da Fontoura, Henrique Dodsworth, Samuel Gracie, Olegário Mariano, eu próprio e Álvaro Lins. Este último de tão nefasta lembrança para as relações luso-brasileiras. Foi, pois,

Álvaro Lins o derradeiro dos nossos chefes de missão que ocupou a casa cujas paredes, se falassem, muito poderiam contar. Durante aquele espaço de tempo, no Brasil aconteceram tantas e tantas coisas, umas boas, outras más, e sem sombra de dúvida foram comentadas, discutidas, analisadas pelos diplomatas que ali trabalharam em diferentes épocas. E que profusão de gratas recordações não oferecerá o local aos que o ocuparam! Recordações das horas agradáveis, alegres lá passadas quando a vida era ainda fácil e descontraída, e não se podiam vislumbrar os mil tropeços que na atualidade a cada passo se nos deparam.

Assumindo a Embaixada, Negrão de Lima transferiria nossa representação para a rua da Emenda, e o velho e simpático casarão da Antônio Maria Cardoso tornar-se-ia sede de uma repartição pública. Mas uma vez iríamos para uma casa de aluguel! Até parece impossível! É o Brasil hoje em dia proprietário de suas Embaixadas em numerosas capitais, mas naquela à qual deveria, por todos os motivos, caber a primazia da compra de um prédio, continua, em cada fim de mês, depositando seus cobres nas mãos dos felizes possuidores das construções onde residem seus representantes e onde funcionam seus serviços diplomáticos.

Em 1937 (notem a distância que caminhamos desde então) já se andava à busca de uma casa para a Embaixada. Chegando eu a Lisboa, falava-se em adquirir o palácio Burnay, na Junqueira, pertencente aos herdeiros do conde de igual título, que fora o sogro do 4.º Conde de Mafra. Este, nomeado pelo Rei Dom Carlos médico da Real Câmara, é o autor de deliciosas *Memórias* nas quais nos dá uma pintura vivaz da Corte em seus anos de juventude. O palácio Burnay, por ter sido outrora residência de verão dos Patriarcas de Lisboa, era denominado *Palácio Monte Cristo*. Moraram depois ali, sucessivamente, um infante de Espanha, Dom Sebastião, e os Embaixadores espanhóis, pois só mais tarde compraria o governo de Madrid o lindo palácio de Palhavã, onde se criaram os filhos bastardos de Dom João V, para sede de sua missão diplomática.

Em dado momento pensou o Brasil adquirir o palacete Soares Franco, também sito na Junqueira, e antiga residência dos Marqueses de Valada. Outra hipótese seria o palácio Farrobo, também chamado Junot, que pertencia a uma neta de Antônio Augusto Carvalho Monteiro, mais conhecido por *Monteiro dos Milhões*. Por seu casamento, esta neta, a nossa cara amiga Nazaré, entraria na família Pombal, recaindo depois em seu marido o título de marquês e tornando-se ela, por conseguinte, a Marquesa de Pombal. Mais probabilidades surgiram durante e após minha estada em Portugal, porém nenhuma chegou à concretização. Vão rareando, para a venda, os belos palácios antigos; pouquíssimos mesmo restam. Pelo jeito, em sua hesitação constante, nada decidindo, e deixando correr os anos, o Brasil, se chegar alguma vez a algo resolver, poderá sofrer a decepção de nenhum lhe sobrar.

### XXX

Conforme disse, era meu chefe o Embaixador Araújo Jorge. Alagoano, bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, muito jovem ainda fora para o Rio de Janeiro, onde ingressaria no Itamaraty em 1906, durante a gestão do Barão do Rio Branco. Este, perspicaz como era, não tardou a descobrir que aquele novato dotado de consi-

derável inteligência e, apesar de seus tenros anos, mostrava-se senhor de uma cultura vasta e profunda. Decorrido pouco tempo, incluiu-o entre os membros de seu Gabinete. Privou, assim, Araújo Jorge de muito perto com o grande arquiteto de nossa diplomacia. Ele e José Joaquim Moniz de Aragão, admitido dois anos mais tarde no Ministério das Relações Exteriores, são os únicos a quem se pode conferir o título de *Secretários do Barão*.

Foi na Secretaria de Estado que Jorge galgou quase todos os degraus da carreira, pois fazia parte do grupo que não servia no estrangeiro. Creio haver tido ocasião de dizer que, ao contrário da atual unificação da carreira, na época existiam separadamente os diplomatas, os cônsules e a gente da Secretaria. A fusão dos três corpos deuse, se não me engano, somente em 1934, quando ficou estabelecido que qualquer um, pertencendo ao Itamaraty, podia servir indistintamente em uma embaixada, em um consulado ou no Ministério. Excetuando umas poucas comissões fora do Brasil, Jorge, ao sair para posto, foi logo com categoria de chefe: Ministro Plenipotenciário em Cuba e América Central. A seguir serviu em outros países, primeiro como Ministro, depois como Embaixador. Foi em Portugal que findou sua carreira. Vigorava no Brasil em determinada época uma lei absolutamente idiota que obrigava os funcionários públicos a se aposentarem ao completar trinta e cinco anos de serviço. Araújo Jorge, Luís Avelino Gurgel do Amaral e outros diplomatas capazes, eficientes, com suas faculdades perfeitas e com a totalidade de suas forças para um trabalho produtivo, por ela foram atingidos ainda distantes dos sessenta anos de idade. Um absurdo, como se pode calcular. Nada lhes restava senão regressarem às suas casas sem terem onde depender a energia integral que ainda tinham. Alguns nunca se conformaram com este cruel destino, e tiveram, por isto mesmo, um fim de vida amargurado. Felizmente acabaram nossos legisladores verificando a falta de senso que representava uma tal disposição; e a citada lei foi abolida. Porém, às suas vítimas não foi permitido retroceder.

Regressando à pátria, Jorge, que, Deus louvado, ainda vive, isolou-se de todos. Embora possuindo no Rio de Janeiro um belo e confortável apartamento, do qual se descortina um panorama deslumbrante sobre a baía de Guanabara e o Pão de Açúcar, desprezou-o por completo. Meteu-se, a princípio, em seu sítio de Campo Grande, subúrbio do Rio. Não tardou, contudo, em decidir trocar este sítio, sua propriedade havia longos anos, e produtor dos primeiros *grape-fruits* brasileiros, por outro em Cordeiras, pouco adiante de Petrópolis. Neste, bem menor e, por isso, menos trabalhoso, leva ele a mais sadia das vidas: permanece ao ar livre boa parte do dia, apesar de o termômetro marcar no inverno temperaturas aproximadas ao zero grau. Caminha muito, não obstante a idade avançada, e cuida de suas plantas. E supondo que prosseguirá sendo um devorador de livros, conforme sempre foi.

Quando em Lisboa, lia um livro por noite; e o extraordinário era que de suas leituras tudo assimilava. Também sempre foi um andarilho. Muitas vezes ia a pé a Sintra, o que, quero crer, ninguém mais se aventurava a fazer. Percorria cerca de trinta quilômetros! Em contrapartida, passava por vezes toda uma semana sem sair à rua, enfiado em seu velho roupão de pelo de camelo, que Helena, sua mulher, declarava já inusável e colocava no montão da roupa posta de lado, mas que Jorge, por teimosia ou por nele sentir-se à vontade, ia novamente buscar, e continuava a vestir. Vejo-o ainda andando

de cá para lá e de lá para cá ao longo do corredor da Embaixada. De quando em quando parava junto a uma janela aberta, e respirava bem, bem fundo, a plenos pulmões.

A propósito destas caminhadas de Jorge, recordo-me de um episódio que muito nos fez rir. Aconteceu que, após uma sessão de cinema, a que havíamos assistido com o casal Thompson Flores, Carlinhos, que ansiosamente esperava um telegrama, quis passar pela Embaixada a fim de se certificar se este chegara. Ao entrar, antes de conseguir acender qualquer luz, esbarra, no escuro, com alguém, e assusta-se de tal maneira que sai correndo para a rua, onde o aguardávamos. Seria o Embaixador que nas trevas praticava seu habitual exercício? Nunca o soubemos, pois Carlinhos, já sem se importar com o telegrama, recusou-se, naquela noite, a tornar a entrar no prédio da rua Antônio Maria Cardoso.

Em suas caminhadas para Sintra ou em passeios mais curtos pelos recantos de Lisboa, Jorge, curioso de perscrutar a alma popular, estabelecia conversa com tipos que jamais vira antes, mas lhe despertavam a atenção. E, de mansinho, como se nada pretendesse, conseguia sacar-lhes o que realmente sentiam e pensavam. Opinava, e tinha carradas de razão, que era a única maneira de se conhecer bem um país e seus habitantes.

Era Jorge pessoa de pouco alimento. Basta dizer que seu jantar se resumia a uma salada, que ingeria em dois tempos, sem mesmo sentar-se à mesa. Desaparecia por escassos momentos, e pronto! estava jantado. Já outra coisa não necessitava. Pergunto se não deverá sua longevidade ao regime que há tantos anos adotou. É corrente que se morre mais por comer demasiado do que por comer de menos. A meu ver, a vida higiênica e a alimentação racional não deixarão de contribuir para manter aquele meu velho amigo e querido chefe em perfeita forma física.

### XXX

Como Conselheiro, e não existindo ainda o cargo de Ministro-Conselheiro, competia-me a substituição do Embaixador em suas ausências. Estas não eram muitas, pois, fora do posto, o único interesse de Araújo Jorge consistia em ir a Bayreuth para a temporada das óperas wagnerianas. Sim, porque conhecia a fundo a obra do grande compositor alemão. Era capaz de cantarolar qualquer motivo, qualquer trecho, e sabia qual a interpretação exata de cada um deles. Por vezes nos fazia ouvir discos, sempre de música de Wagner, gravados por novos artistas, e comparava-os com os de atores mais antigos, observando as diferenças entre uns e outros.

Não havia então na Embaixada nenhum Primeiro Secretário, porém Segundos eram três; dois dos quais já se encontravam no posto no momento de minha chegada: Orlando Guerreiro de Castro e João Coelho Lisboa. O terceiro viria nos dar sua boa e alegre companhia alguns meses mais tarde: Carlinhos Thompson Flores.

Guerreiro de Castro e Coelho Lisboa haviam entrado para o Itamaraty em igual data; ambos como adidos. Aquele, contudo, alcançara antes suas promoções a Cônsul de Terceira Classe e a Segundo Secretário; por isso, na lista diplomática, cabia-lhe a precedência. Desde 1918 trabalhara na Secretaria de Estado, de onde, penso, não contava afastar-se, pois, possuindo fortuna, não necessitava de modo algum o reforço de

vencimentos que se obtém quando no estrangeiro. Mas, devido à fusão das carreiras, conforme acima expliquei, foi obrigado a abandonar as plagas cariocas, e decidir-se por outro destino. Declarou de começo que só aceitaria ser mandado para Lisboa. Foi satisfeito seu desejo, desejo, aliás, bisado cerca de dez anos depois. É que nas duas únicas vezes que serviu no exterior teve o mesmo posto. De outro não queria saber, nem ouvir falar. Fazia pouco mais de um ano que ingressara no Itamaraty quando foi designado Auxiliar de Gabinete de Epitácio Pessoa, a quem se manteve ligado pela vida afora, estendendo sua amizade e dedicação a todos os membros da família do Presidente.

Constituía a heráldica o *hobby* de Guerreiro de Castro. Estudioso, erudito mesmo nesta matéria, possuía sobre ela uma completíssima biblioteca. Em suas pesquisas e nos desenhos correspondentes a armas e brasões, era inteligentemente coadjuvado por sua mulher, Anita. O casal não tinha filhos, e morava à rua Antonio Enes 13. Brasileira, embora de pai ou pais portugueses, Anita exprimia-se amiúde como se houvesse nascido na outra margem do Atlântico. Certa vez, em uma reunião social, dissera: “É uma rapariga muito nova que vive cá”. Ao que um estrangeiro, parece-me que inglês, residente no Brasil, mas temporariamente em Lisboa, ponderou: “E querem fazer crer que em Portugal e no Brasil se fala a mesma língua! Não existe na frase que a Sra. acaba de pronunciar a mínima semelhança com o que, neste caso, se diria em seu país. Lá seria assim: *É uma moça que mora aqui*. Faça notar que, a não ser o *é* do começo, não há outra palavra igual”. Bom observador aquele estrangeiro!

Vem a propósito relatar uma pergunta que me dirigiu Tomaz Eça Leal: “Estão as obras de Eça de Queiroz traduzidas no Brasil?”... Sem comentários...

### XXX

O outro Secretário, João Coelho Lisboa ou *de* Coelho Lisboa (de um dia para outro exigiu ele que a partícula *de* fosse acrescentada a seu nome), era irmão da famosa Rosalina. Famosa por variados motivos: inteligência, beleza, talento de escritora, pessoa influente, três casamentos, etc... Dir-se-ia que ela açambarcara todos os predicados, pouco sobrando para o mano. Menos mal o fato de este reconhecer — seja por isto louvado! — sua absoluta incapacidade para o desempenho de qualquer trabalho sério na chancelaria. “Como funcionário da Embaixada — costumava dizer com a mais santa das inocências — tenho minhas deficiências; mas como diplomata de salão não há quem se me iguale”.

“Eu cá sou esnobe; quero ser esnobe!” repetia frequentemente, como se alguém aplicasse a si próprio este termo. Se procurasse em um dicionário inglês, e compreendesse o que lá estava escrito, na certa não se ufanaria. E por *saecula saeculorum* sua boca não proferiria aquela frase. Digo *se compreendesse* porque tenho minhas dúvidas quanto a tal. Prova-o o que por vezes acontecera: não compreender ele próprio o que escrevia em ofícios que a custo redigia. Lembro-me de uma ocasião em que, não percebendo eu de todo, em um dos ditos ofícios, qual a idéia que expunha, pedi-lhe que me explicasse. Respondeu-me ingenuamente: “São palavras que encontrei no dicionário”.

Realizou-se uma noite na Embaixada um banquete em honra ao Presidente da República Portuguesa, Marechal Carmona. Presentes também o Chefe do Governo, Sa-

lazar, e diversos Ministros de Estado, entre os quais Francisco Vieira Machado, Rafael Duque e João Lumbrales. Seguiu-se uma recepção para a qual foi convidado grande número de pessoas. Em dado momento, Coelho Lisboa, demonstrando seus dotes de *diplomata de salão*, perfilou-se todo, endireitou o monóculo, empertigou-se ainda mais na cinta que usava e lhe apertava bem o corpo, e, apresentando a esposa do Presidente a uns oficiais ingleses, disse-lhes: “*Can I introduce you Lady Carmona?*” *Lady Carmona* era uma pacata sexagenária, natural de Trás-os-Montes, merecedora certamente do maior respeito, mas desprovida de qualquer pretensão social e de todo traço de vaidade feminina. Sim, o rapaz não era lá muito forte em redação de ofícios e nem sequer apto a formular um telegrama. Mas como *diplomata de salão*...

Comparecendo a um *cocktail*, jamais lá permanecia mais de cinco minutos. Alegava não ser chique demorar-se nesta de recebimento. Inventaram então os espirituosos que ele entrava apenas para satisfazer uma necessidade fisiológica, e depois dava o fora.

Gabava-se Coelho Lisboa de, pelo menos, falar bem idiomas estrangeiros. Não confirmavam, contudo, esta asserção certas frases que dele ouvi. Por exemplo, dizia: *voulez-vous vous assejer* em lugar de *voulez-vous vous asseoir*. E outras no gênero.

Dizer que um tipo desses chegou a Embaixador; e Embaixador em Madrid!

Separado da mulher, tinha Coelho Lisboa em sua companhia a única filha, Regina, então menina de seus quatorze anos de idade. Residiam à rua Rosa Araújo, em um apartamento pertencente à família Belmarço. Como é natural, e sobretudo por faltar o amparo do carinho materno, o pai velava com o maior desvelo sobre aquele seu brotinho. Ora, meteu-se-lhe um dia na cabeça que nosso amigo João Martel, filho dos Condes de Castelo Branco, já próximo dos quarenta anos, projetava raptar-lhe a filha. Foi um desassossego ... O fruto de sua fértil imaginação nem sequer lhe permitia dormir tranquilamente. Tratou imediatamente de ser removido de Lisboa, o que, graças à influência da irmã Rosalina, arranhou em dois tempos. Designaram-no para Buenos Aires. Recebida a nova nomeação, não esperou quarenta e oito horas; partiu. Que grande alívio para sua atormentada alminha!

Na Argentina, para onde eu também iria cerca de dezoito meses mais tarde, tornaríamos a estar juntos. Tudo bem considerado, é de lastimar que o rapto sonhado por aquele pai pressuroso não se transformasse em realidade, pois a meiga Regina não seria feliz em seu casamento, o qual foi na verdade arquitetado pelo progenitor. Em 1941 ou 42 consorciou-se, em Buenos Aires, com Rafael (Rafa, como o chamavam) Padilha y Bourbon, filho de uma infanta de Espanha, Dona Maria Pia, e de um argentino que nunca se viu, mas que Coelho Lisboa dizia ser dos *Duques de Padilha* (quem seriam estes pretensos duques?). Ao cabo de poucos anos, o casal separou-se, e Regina, sozinha, teve que arcar com a educação de três filhos, e regressar ao Brasil.

### XXX

Em novembro de 1937, chegava-nos Carlinhos Thompson Flores. Procedia de Bruxelas, onde estava satisfeito, pois tinha ali uma casa confortável e a oportunidade de adquirir cristais Saint-Lambert e ricas toalhas de renda. Porém desentendera-se com

seu chefe, Carlos Martins, que, aliás, era seu tio, irmão da mãe, sendo forçado a trocar de posto.

Cabe aqui um conselho amigo aos jovens Secretários: façam o impossível para nunca se indisporem com seus chefes. Em caso de discórdia, mesmo que sejam estes últimos que se encontrem em erro, o Itamaraty os sustentará e dar-lhes-á sempre razão. O fato é compreensível: não se pode desprestigiar aqueles que são supostos guiar os mais moços e, por conseguinte, inexperientes.

Desembarcava Carlinhos acompanhado por sua mulher, Rita, gaúcha como ele, seus dois filhos, Sérgio e Francisco, hoje ilustres diplomatas, e a gorda e dedicada *nanny* inglesa que destes cuidava. Após uma temporada em hotel, instalou-se a família Thompson Flores em um simpático apartamento na rua Castilho 86, muito perto do nosso, o qual, como disse, estava situado na esquina das ruas Rodrigo da Fonseca e Joaquim Antônio de Aguiar. Devido aos terrenos vagos então existentes, de um se avistava o outro. Assim que estabelecemos, a fim de nos comunicarmos, já que nossos amigos não conseguiram de imediato aparelho telefônico, um sistema de acender e apagar as luzes em determinada hora, à qual ficávamos atentos, quando devíamos dar alguma resposta urgente.

Ter Carlinhos por companheiro foi para nós uma satisfação enorme. Era o filho do meu muito prezado Francisco Thompson Flores, de quem largamente me ocupei no 1º volume destas Memórias. Acrescia que Yolanda e ele se conheciam desde a infância, tendo mesmo minha futura mulher ido para o colégio da Assunção, no Rio de Janeiro, por lá estudar sua irmã Beatriz. Esta, infelizmente, muito cedo roubada, em Paris, ao convívio da família. Nossas relações com Rita eram mais recentes, pois datavam de seu casamento; porém foi como se tivessem vigorado de sempre: sentíamos-nos, a seu lado, no mais completo e delicioso à vontade. Vistosa, bonita, amável, era, entretanto, menos expansiva que o marido. Por favor, não a julguem retraída ou calada; nada que se pareça com tal. O caso era que ninguém ultrapassava Carlinhos em matéria de extroversão. Sua alegria contangente, seu espírito folgazão, seus a propósito cheios de graça, suas brincadeiras a todos emprestavam a melhor das disposições. Quanto nos divertia com seus ditos, suas observações, e a narração de coisas que lhe aconteciam!

A bordo de um navio, que faria em Lisboa escala de algumas horas, deviam certo dia passar três senhoras muito conhecidas na sociedade brasileira. Avisaram disto a Araújo Jorge, na esperança de serem por ele acolhidas e, evidentemente, obsequiadas. Um compromisso antes assumido impedia o Embaixador de comparecer ao cais. Assim que pediu a Carlinhos que o representasse. As três passageiras, encontrando o lugar-tenente do Embaixador, manifestaram-lhe a intenção de comprar prataria, trajes miñotos e não sei que coisas mais. Carlinhos convidou-as então a entrarem em seu automóvel a fim de fazerem o que desejavam. No caminho para a Baixa, notou, pela conversa, que as senhoras não possuíam moeda portuguesa, e, conseqüentemente, teria ele de entrar com os cobs, o que seria perigoso. Reembolsariam o gasto? Nunca se sabe... Ao ver parar o carro, uma das senhoras perguntou: "É aqui a casa das pratas?" "Não, minha senhora, respondeu Carlinhos; é a casa de câmbio". O seguro morreu de velho. Mais tarde, ao passarem diante de uma loja onde se vendiam chocolates, bonbons,

biscoitos e outras guloseimas, quiseram as senhoras entrar. Enquanto procediam à escolha dos artigos pretendidos, Carlinhos ficara um pouco distante com o filhinho de uma delas, criança de seus três ou quatro anos (hoje diplomata). O pequeno, ao se lhe deparar um rádio todo feito de chocolate, mostrara-se encantado. Com os olhinhos fixos em sua maravilhosa descoberta, puxou o casaco de Carlinhos: “Moço, disse, me compra aquele rádio”. E Carlinhos, afastando a mão da criança: “Pequeno, fica quieto. Silêncio!” Nova tentativa do menino. Carlinhos, sempre disfarçando, fazendo-se de desentendido, e ansioso por que as senhoras terminassem as compras, e fossem todos embora. Estava difícil livrar-se daquele importuno. Poderia a mãe ouvir o pedido, e achar feio da parte do acompanhante não presentear seu rebento... Só sei que Carlinhos não ofereceu o dito rádio. Escapou.

Os diplomatas, quando no estrangeiro, são freqüentemente vítimas das *corvées* que constituem os patrícos de passagem, a maioria dos quais julga que tudo lhes é devido, e que o motivo da existência de Embaixadas e Consulados é para o serviço deles. Como se não houvesse nada mais importante... Sei de uma pessoa que, em Paris, dirigiu-se à Embaixada para pedir um Secretário que a acompanhasse durante sua estada naquela capital: para guiá-la em compras nos magazines, para informá-la sobre teatros e procurar-lhe os bilhetes, para mostrar-lhe museus, etc... Era realmente não ter a mínima noção de coisa alguma.

### XXX

Na Embaixada em Lisboa havia então um único datilógrafo: Joaquim Frões. Davam perfeitamente conta de sua tarefa; e tudo decorria com calma, sem nenhuma espécie de afobação. Mas os tempos mudaram; hoje, para idêntico trabalho, são necessárias dezenas de pessoas. Não acredito, contudo, que haja muito mais que fazer. A verdade é que outrora nós, Secretários, éramos mais simples, por assim dizer, mais modestos, e, se preciso fosse, batíamos à máquina, enchíamos os cartões de convites e respectivos envelopes, e demais coisas no gênero. Não nos considerávamos rebaixados por isso. Talvez até nos sentíssemos mais felizes do que os funcionários de agora, que não dispõem uma assistente.

### XXX

No verão de 1938 fizemos uma excursão pela região do Douro. Íamos de automóvel, Yolanda e eu, na companhia de Rita e Carlinhos Thompson Flores. Atravessávamos a pequena cidade de Vila Nova de Gaia, fronteira ao Porto, quando lemos sobre uma larga porta de madeira: “Museu Teixeira Lopes”. Logo paramos, para não perdermos a ocasião de conhecer uma das mais citadas galerias de escultura portuguesa. Teixeira Lopes era considerado, de fato, o maior escultor português de então, e dos maiores de todos os tempos, nada ficando sua glória a dever a Soares dos Reis, o célebre autor do “Enjeitado”, que é, na minha pobre opinião, uma das obras primas da escultura moderna. Dizendo *moderna* refiro-me à escola romântica do século passado e começo deste século, e não à época atual, onde predomina o disforme, o

doentio e todos esses monstros que procuram conquistar a celebridade à custa de verdadeiras aberrações da arte. A obra de Teixeira Lopes conserva as proporções clássicas, e, não sendo uma cópia servil dos grandes mestres do passado, não lhes é inferior quanto à pureza das formas, à beleza e à extrema delicadeza dos traços. Encontra-se espalhada por toda parte em Portugal, e um de seus trabalhos mais conhecidos é a famosa estátua de Eça de Queiroz, colocada no largo Barão de Quintela, onde se contempla o “manto diáfano da Fantasia” escondendo a “nudez forte da Verdade”.

Apeamos, pois, os quatro, e carregamos no botão da campainha. Veio-nos abrir a porta um homem já idoso, de longas barbas brancas, envolto num largo avental também branco. Possivelmente um empregado do Museu. Aconteceu, porém, que no momento em que nos abria a porta que dava sobre um pátio, saiu de lá, a ladrar e a avançar contra nós, um grande cão felpudo, numa atitude evidentemente agressiva. Carlinhos Thompson, que era o primeiro a transpor a porta, recua assustado, e tropeça em uma trave que servia de soleira. Deu o que se chama uma canelada, e logo se torce em dores. Protestos nossos veementes, imprecações contra o velho por não ter contido o cão raivoso, expondo, assim, a “vida dos visitantes”. A que ele, muito confuso, quase humilde, desmanchando-se em desculpas, pediu muito “perdão a Suas Excelências”, dizendo que o cão era manso e só fazia latir. De fato, passado o primeiro momento, o tal cão tornou-se o mais sociável dos animais, circulando à vontade entre nossas pernas, a agitar a cauda, com evidentes propósitos de boa harmonia. Sua obra, porém, estava ali: Carlinhos sentado em um banco, a perna estendida, a gemer suas dores. Enquanto isto, o velhote volta lá de dentro com um pano embebido penso que em álcool, e ele próprio põe-se, agachado, a umedecer a perna acidentada.

Pensado o ferimento, penetramos todos no museu, o velho servindo-nos de guia. À medida que nos ia conduzindo através das salas, explicando-nos a história de cada objeto exposto, fui examinando os traços de sua fisionomia. Eu nunca tinha visto Teixeira Lopes, e o conhecia apenas por retratos, não muito atuais, com sua longa barba negra empastada sobre o peito. Impressionou-me, porém, a serenidade daquele ancião, os traços do rosto, o conhecimento que revelava ter de todas as esculturas ali presentes. E logo assaltou-me a dúvida: seria ele, a quem tão duramente tratamos, na hora do cão raivoso, o grande escultor português? Certificamo-nos disto quando, numa das salas do primeiro andar, nos apresentou (já então sabia quem éramos nós) a um cavaleiro gordo e de rosto largo, seu amigo o notável escultor espanhol Benlliure, também um dos maiores artistas modernos. Senti-me envergonhado com o sucedido, e, à tentativas de desculpas que apresentávamos, o bondoso Teixeira Lopes dizia que “não era nada”, que ele, sim, devia pedir perdão aos “distintos brasileiros”, sobretudo ao “Sr. Secretário” pelo estorvo que lhe causara o cão. E selamos ali nossa camaradagem em um grupo, que fizemos fotografar, tirado na companhia do afamado escultor. O cachorro, por castigo, foi excluído.

### XXX

Este nosso passeio pelo norte de Portugal durou cinco ou seis dias, sendo-nos

dado ver uma região a mais pitoresca, e admirar monumentos que oferecem todo o interesse. O setentrião do país não se compara, em beleza, à sua parte meridional. Os panoramas que se descortinam ao seguir o rio Minho são de uma doçura encantadora; em contraste, o vale do rio Vouga, ladeado por montanhas severas e agrestes, que se nos deparam a cada curva da estrada tortuosa, é imponente, majestoso, impressionante. Travamos, assim, conhecimento com cidades e lugarejos espalhados por toda aquela área: Porto, Matozinhos, Vila do Conde, Viana do Castelo, Barcelos, Braga, Guimarães, Amarante, Lamego, Penafiel, etc... Tudo muito cuidado, asseado; os campos em redor apresentando culturas infindas de frutas e legumes.

À medida que acompanhávamos o rio Minho em direção ao norte, iam-nos aparecendo as terras da vizinha Espanha. O monte de Santa Tecla, próximo à fronteira, surge-nos diante dos olhos. Seria tão fácil atravessar a ponte que liga Valencia a Tuy! Mas não; continuaremos em território luso; não modificaremos nosso plano de vasculhá-lo. Assim que decidimos ir dormir em Monção, pequena vila situada bem no limite dos dois países. Hotel era lá coisa inexistente. Asseguraram-nos, contudo, que a pensão Vaticano, dotada de todas as comodidades, nos serviria perfeitamente. Ó desilusão! Não havia na citada pensão um só aposento disponível. Após percorrermos todos os recantos do lugar, tivemos que nos alojar em outra, que se poderia classificar de décima ordem. Um cheiro desagradável invadia os quartos; e, se abríssimos as janelas, daríamos espetáculo aos passantes, pois se achavam localizados em um primeiro andar muito baixo. Além do que, os colchões de palha, aos quais não estávamos habituados, rangiam e nos picavam o corpo. Enfim, foi de certo uma noite infame para todos nós. Felizmente, éramos obrigados a prosseguir caminho, e, assim, lá não tornaríamos a dormir.

Pela manhã, manhã de um sol radioso, entregues à descoberta das curiosidades da terra, divertíamos-nos à lembrança de nossas peripécias. Monção é dominada pela figura heróica de Deu-la-Deu Martins, que, no século XIV, a defendeu das hostes castelhanas. Na praça principal, que leva o nome da heroína, contemplamos, encimando um chafariz, sua estátua; na igreja paroquial, mostram-nos seu túmulo; mais adiante, uma casa, ostentando uma janela quinhentista, serviu-lhe, segundo a lenda, de residência.

### XXX

Voltando a Teixeira Lopes, a fotografia, a que acima aludi, e onde figuramos juntamente com o casal Thompson Flores, está em meu gabinete de trabalho. Sobre ela paira com freqüência meu olhar. E com saudades recorro a visita que fizemos ao mestre insigne; insigne não só nas artes, mas também na generosidade e delicadeza de alma, que nos foram sobejamente patenteadas.

Em 1942, achando-me então em Buenos Aires, deparei em um jornal com a notícia de seu falecimento. Nascido em 1860, desaparecia, por conseguinte, aos oitenta e dois anos de idade. Se algum dia regressasse eu a Portugal, não reencontraria pois o eminente artista de quem conservo a mais grata lembrança. Desde sua juventude (aos

dezenove anos já expunha, sendo premiado, no *Salon* de Paris) trabalhador infatigável, a obra vastíssima que produziu o sobreviverá. Sua sensibilidade traduz-se de modo especial nas estátuas cujo motivo é a infância. Nestas, por assim dizer, derramou magistralmente toda a sua arte, seu talento e também seus predicados de coração.



---

## Carnaval

Estamos no carnaval. Mas carnaval nesta Lisboa de 1938 limita-se a uma maior concorrência na Baixa ou na Avenida da Liberdade, com um ou outro mascarado mais afoito e nem sempre de espírito. Ou quase nunca de espírito. Gente da patuléia. Ou os *mamarrachos*, como se diz na Argentina. Ou então crianças, sob a guarda de suas mães ou de suas amas.

Já lá se foi o tempo dos grandes entrudos, quando uma boa parte da população lisboeta vinha para as ruas atirar pós de goma, ovos, areia, serragem de madeira e até pastéis — tudo regado largamente com água que jorrava de enormes seringas, com banhos de balde ou mesmo de tanques com água gelada. Podia nem sempre ser agradável para os alvejados. Mas havia alegria, havia movimento e, no meio de muita algazarra, cada qual brincava como podia ou como sabia.

Depois tudo mudou. Como tantas outras coisas deste mundo, também o carnaval acabou, passando de moda em quase toda a Europa. Já não tem mais a alegria e a graça de antes. Os chamados artigos carnavalescos desapareceram das lojas. E as posturas da polícia, cada vez mais rigorosas, acabaram por matá-lo em quase tudo. Seu destino, aliás, é ser banido de toda parte onde outrora desfrutava popularidade. O rei Momo, a igual de outras testas coroadas, também perdeu seu trono. O carnaval de Veneza vale hoje apenas como uma tradição que terminou, e em Lisboa é o letreiro de uma casa comercial. Antes da primeira Grande Guerra, quando estive em Paris, ainda se brincava ali o carnaval de rua, e bem me lembro das calçadas dos *boulevards* cobertas de *confetti*, cheias de gente, com muitos mascarados, com serpentinas, e alegria geral. Os bailes da Ópera eram famosos. Tudo isso ainda foi de meu tempo de rapaz.

Hoje, para quem esteja em Paris, não há nenhum sinal exterior que anuncie o carnaval. Em 1924 ainda havia o carnaval de Nice. Fui vê-lo naquele ano. Minha decepção foi a maior. Uma miséria. O cortejo com os mascarados gigantes, que eu já conhecia através de fotografias de jornais e revistas, deu-me uma impressão deplorável. Nenhuma arte, nenhum traço de espírito. As ruas repletas de gente da pior espécie, com muita poeira, e nada mais. Tudo de uma banal vulgaridade. E, nos bailes do Cassino,

como fantasias, apenas dominós — se é que se podem chamar dominós umas simples túnicas coloridas cobrindo os vestidos das senhoras ou as casacas pretas dos cavalheiros.

### XXX

O mesmo destino está reservado ao carnaval do Rio, apesar do empenho de quantos queiram ressuscitar seu antigo esplendor. A tendência será sempre para vulgarizá-lo e abastardá-lo. Sua decadência, aliás, é evidente; e minha geração lembra-se ainda de quando ele brilhava com todo o fulgor, à tarde e à noite, na rua do Ouvidor e na antiga avenida Central, hoje Rio Branco, no trecho compreendido entre aquela rua e o hotel Avenida. Ali se reunia então a alta sociedade da capital. Os estabelecimentos comerciais mais conhecidos era os pontos principais de encontro. Dali partiam os foliões em bando, formando cordões, para travarem batalha com outros grupos mais adiante, ou desafiarem as famílias que ficavam sentadas às portas daqueles estabelecimentos, em cadeiras, em bancos ou simplesmente em caixas improvisadas.

Toda a gente boa do Catete, das Laranjeiras ou de Botafogo — Copacabana ainda não existia — dava-se ali *rendez-vous* desde o cair das tardes de carnaval, armada de bisnagas, de limões de cheiro, de *confetti*, de serpentinas. O entrudo prolongava-se até adiantadas horas da noite. Na terça-feira gorda, uma vez terminado o desfile dos três importantes clubes carnavalescos — os Fenianos, os Democratas e os Tenentes do Diabo — era a volta precipitada para as casas distantes, a correria atrás dos bondes, a disputa dos lugares — não digo dos assentos porque já era uma satisfação e quase uma áfrica conseguir-se um pequeno espaço entre os bancos ou nas plataformas, e, para os homens e rapazes, nos dois estribos dos bondes, que largavam vagarosos e sonolentos, ultracarregados, desde o centro da cidade para alcançarem, já despontando a madrugada, os bairros longínquos...

---

## Corpo Diplomático

No período em que servi na Embaixada em Lisboa, isto é, de 1937 a 1939, o Corpo Diplomático estrangeiro acreditado junto ao Governo português, notadamente os chefes de missão, era de primeira ordem. Não sendo eu ainda então um destes últimos, é-me lícito assim qualificar os que o eram. Posso mesmo afirmar que, considerado em conjunto, foi o melhor Corpo Diplomático que me foi dado encontrar no decorrer de minha longa carreira.

Havia três Embaixadas apenas. As outras missões eram todas *Legações*, termo quase desprezado hoje em dia, quando até os países mais modestos, mais atrasados e mais pobres só se contentam com Embaixadas e Embaixadores. Assim mesmo, durante os primeiros meses de minha estada, as três Embaixadas existentes – do Brasil, da Inglaterra e da Espanha – estavam reduzidas às duas primeiras, pois fervia a guerra civil no terceiro destes países, o qual, na incerteza para onde penderia a vitória, não mantinha em Lisboa um representante oficial. Havia, sim, um representante oficioso, cujo nome nem mesmo figurava na lista diplomática. Era o Marquês de Miraflores, diplomata de carreira, então com o grau de Primeiro Secretário. Somente em princípios de 1938, já, por assim dizer, assegurado o triunfo, o General Franco nomearia o irmão Nicolas Embaixador na nação vizinha, onde este teria uma permanência extensa. De fato, durante dezoito anos chefou a missão espanhola em Portugal. Quando em 1955 fui feito Embaixador em Lisboa, ainda ali o encontraria no mesmo posto, ocupando o belíssimo, espaçoso e confortável palácio de Palhavã. Engenheiro naval, Nicolas Franco exercera vários cargos de relevo relacionados com sua profissão. Mas, ao organizar-se o Movimento Nacional, neste tomara uma parte extraordinariamente ativa, ocupando, no Governo provisório de Burgos, a posição de Secretário-Geral de Estado. Ao desligar-se da Embaixada, mandaria construir uma casa na capital lusa, por sinal no mesmo bairro em que se acha a minha, o Restelo, onde passa parte do ano, reservando o restante a Madrid.

O Barão Hoyningen-Huene era o Ministro da Alemanha. Sabia receber principalmente em sua ampla legação situada à rua do Pau da Bandeira. Era um homem finíssimo, verdadeiro grão-senhor, de físico *racé*. Em suas funções sociais secundava-o

com habilidade e encanto sua bonita mulher, Gudrun. Contaram-me que a certo momento da guerra de 1939-1945 fora convocado a Berlim por razões de serviço, sentindo então que os chefões nazistas nele depositavam pouca confiança. Não se enganava. Algum tempo depois, aparecia em Lisboa, para ser incluído entre os membros da Legação, um controlador, espécie de espião, encarregado de transmitir ao Governo alemão os mínimos passos e atos do Ministro. Perante esta inadmissível situação, Hoyningen-Huene só viu um meio de safar-se: abandonar o posto. Foi o que fez. Ignorava-se seu paradeiro. Somente mais tarde veio a saber-se que se refugiara, nas proximidades do lago da Constança, em casa da viúva do Rei Dom Manuel II de Portugal, Dona Augusta Vitória, então já casada com o Conde Roberto Douglas. Volvida a paz, não se reintegrou na carreira que abraçara ainda jovem. Ficou na situação de aposentado, e fixou residência no Estoril. Assim que eu tornaria a encontrá-lo quando voltei a Lisboa em 1955. Aparentemente pouco mudara; quiçá um tanto mais gordo. Não me recordo de ter revisto a baronesa, que se ausentava amiúde para Paris, onde faleceria não muito tempo depois. Hoyningen-Huene contraiu novas núpcias, que foram de curta duração, pois não tardou a partir também para o outro mundo.

No Corpo Diplomático havia toda uma série de senhoras bonitas e elegantes. Além da citada Ministra da Alemanha, a Sra. Dubicz-Penther, mulher do Ministro da Polónia, incluía-se entre estas. Vive ainda agora em Lisboa, segundo ouço, mas, coitada, com a saúde profundamente abalada e em trágicas dificuldades financeiras. Nunca mais a vi. Antes de abraçar a carreira diplomática, o marido formara-se em medicina, sendo a psiquiatria sua especialidade. Divertia-se, assim, quando em sociedade, em analisar as maneiras de agir ou de falar das pessoas, reveladoras, para ele, do temperamento e do carácter que possuíam. Há muito não pertence Dubicz-Penther ao rol dos vivos. Julgo que, ao morrer, não terminara ainda a guerra, cujo incio foi marcado pela invasão de seu pobre país, tantas vezes dilacerado no decorrer da História, pelas tropas germânicas em 1939.

Representava a Itália Francesco Giorgio Mameli. De baixa estatura, era casado com uma inglesa bastante original e bem mais alta do que ele. Mameli havia sido Ministro em Riga, e, após Lisboa, caber-lhe-ia o cargo de Embaixador junto à Santa Sé. O Marquês La Terza, Primeiro Secretário italiano, residia no mesmo prédio que nós, à rua Rodrigo da Fonseca. Com ele e sua mulher Irene, outra senhora bonita e sempre primorosamente vestida, travamos ótima camaradagem. Este tão simpático casal, no entanto, desentendeu-se, acabando por separar-se. A ela, ainda em estupenda forma, nada havendo perdido de sua doçura e afabilidade, tivemos oportunidade de rever quando eu era Embaixador no Vaticano. Não nos esquece; de quando em quando nos mima com uma palavrinha gentil escrita com sua bela caligrafia.

Johann Gottlieb Sillem, Ministro dos Países Baixos, e sua mulher encarnavam a música no meio diplomático. Dedicava-se ele à viola, e ela ao canto. Na casa da rua do Quelhas, promoviam reuniões em que, não necessito dizer, predominava a arte de Euterpe. Nada de melodias frívolas ou desprovidas de valor. Tratava-se de música séria, erudita, clássica ou moderna. Convidavam colegas ou pessoas da terra que tivessem alguma disposição musical, que cantassem ou tocassem qualquer instrumento. Assim que, todos sabidamente simples amadores, ninguém se acanhava de mostrar suas habi-

lidades. E por vezes surgiam agradáveis surpresas: descobriam-se talentos até então ignorados pelos presentes. Era um êxito e uma satisfação.

À minha chegada, havendo sido removido o Ministro, achava-se à frente da Legação dos Estados Unidos Robert Foss Fernald em qualidade de Encarregado de Negócios. Americano típico, tanto no físico como na sua maneira dada e comunicativa. Recordo-o, parece-me que era a primeira vez que o encontrava, assistindo a um cortejo folclórico que desfilava no Campo Grande, e para o qual armaram um tribuna especial para os diplomatas. Ao vê-lo munido de sua máquina fotográfica e com a roupa um tanto desleixada, julguei ser um turista. Disto tinha todo o aspecto. Era um bom sujeito. Sua expressão sorridente, aberta, e a simpatia que inspirava granjeavam-lhe a estima geral.

O novo Ministro, vindo bastante meses mais tarde, seria Herbert Pell. A igual de muitos chefes de missão norte-americanos, não pertencia à carreira. Era grande, forte, eu diria *monumental*. Soube também fazer-se querido e apreciado. Sua mulher, esguia e sempre *soignée*, e ele a todos acolhiam com uma quase ternura, emprestando, assim, à Legação, à rua do Sacramento à Lapa (continua no mesmo prédio a representação americana, já há muitos anos elevada à Embaixada), um ambiente descontraído, onde a gente só podia sentir-se bem.

O Conde Baudoin de Lichtervelde, Ministro da Bélgica, e sua mulher italiana, inaugurando as novas instalações de sua Legação, também à rua do Sacramento à Lapa, ofereceram um famoso baile à fantasia, divertindo-se a valer todos os que dele participaram. Sendo, naquele época, as Embaixadas e Legações freqüentadas por membros de famílias aristocráticas, por conseguinte com ascendência civilizada e acostumada a requintes no trajar, foi uma corrida desenfreada aos baús esquecidos em sótãos e porões com o fim de descobrir alguma *toilette* das bisavós ou trisavós que as traças por piedade não tivessem roído. Assim, exibindo os pertences de suas antepassadas, compareceram à festa muitas das senhoras. Lembro-me, como se ainda as tivesse diante dos olhos, da Condessa de Alpedrinha, a querida e saudosa Ulha, a quem já me referi; da Condessa Guilhermina Nigra, nascida Azambuja, cujo marido era o Cônsul da Itália e foi depois Encarregado de Negócios da Ordem Soberana de Malta; de Ana Ribeiro Ferreira, da família Belmonte; todas com bonitos vestidos de outras eras. De notar que as duas últimas descendem de Dom João VI, através da filha caçula deste Monarca, Dona Ana de Jesus, que, pelo casamento, tornou-se Duquesa de Loulé. Outra senhora de idêntica proveniência era Maria do Carmo Paraty, Maria do Carmo Husum por se ter consorciado com um súdito dinamarquês residente desde muito em Portugal. Contrastando com suas parentas, apresentou-se fantasiada de *varina*, procurando imitar, na linguagem e nas maneiras, as mulheres vendedoras de peixe que deambulavam pelas ruas lisboetas. Original, espirituosa e desabusada como era, conseguia-se à perfeição. Foi, de fato, a grande atração da noite, em todos provocando o riso e distraindo-os ao máximo. Pobre Maria do Carmo! Seus derradeiros anos foram amargurados por deficiência de vista. Apesar deste mal, teimava em guiar seu automóvel, o que, como é natural, punha em pânico seus amigos. Ironia do destino! faleceu realmente de um desastre de viação, mas quando ao volante do carro ia outra pessoa, e ela estava apenas sentada ao lado.

Bonitos e animados bailes foram realizados na Legação de França, cuja sede era e é o palácio Abrantes, a mais luxuosa instalação de uma missão estrangeira em Lisboa. Antigo paço real, denominado de Santos, encerra numerosos salões de vastas proporções e ricamente adornados. A pequena sala cujo teto está recoberto por valiosos pratos de porcelana é uma curiosidade. Foi do jardim do palácio, onde se conserva o banco sobre o qual, conforme a tradição, se sentou, que o Rei Dom Sebastião partiu para Alcacer-Kibir. Partiu para não mais voltar, deixando o povo até hoje na ignorância de seu destino. Simplesmente desapareceu. Nunca lhe descobriram o menor rasto.

Amé Leroy era o Ministro francês no meu tempo. Com sua barbicha, embora bem preta, dava a impressão de ser mais velho do que na realidade o seria. Explodindo a guerra, estabeleceu-se nos Estados Unidos, onde, penso, faleceu.

Já conhecia eu do Rio de Janeiro, onde havia anteriormente servido, a Frantz Boeck, Ministro da Dinamarca em Lisboa e em Madrid. Dividia, pois, seus dias entre as duas capitais ibéricas. Quando em terra lusa, residia no hotel Palácio do Estoril, ali oferecendo seus jantares e recepções. Também a ele reencontrei ao volver a Lisboa em 1955, quando não mais era acreditado na Espanha, mas somente em Portugal. Vivia então em um belo apartamento à avenida Praia da Vitória, artéria que desemboca na praça Duque de Saldanha.

Por falar em Duque de Saldanha, e por associação de idéias, ocorre relatar o que li algures. Um sobrinho deste titular foi um dia ver o cadáver embalsamado do tio através do vidro do caixão. Perguntaram-lhe depois qual a sua impressão. "Achei o tio Saldanha muito acabado", respondeu.

Após este parêntese voltemos ao meu amigo Boeck. Ele e sua esposa constituíam um modelo de união conjugal. As atenções de um para com outro, ambos já tão longe da juventude, enterneciam os mais insensíveis. Ao largar a carreira por atingir o limite de idade, Boeck não abandonaria sua confortável residência; resolveu, à semelhança de muitos colegas, permanecer em Portugal. Invariavelmente, pelas tardes dava, em companhia da senhora, uma volta de automóvel, no qual mandara colocar, rente ao vidro traseiro, umas cortininhas que os preservassem da ardência dos raios solares. Pela estrada desfilava lentamente, lentamente, qual uma tartaruga a mover-se, o veículo que transportava aquele casal, exemplo de harmonia e serenidade. Iam contemplando o rolar das águas do Tejo e do mar... Ele seria o primeiro a partir para o outro mundo. Ela, eterna *coquette*, *coquette* no sentido de jamais descuidar de suas roupas e de seu cabelo, sempre impecavelmente penteado, poucos anos sobreviveu-lhe.

Em dado momento, chegou-nos Edgardo Perez Quesada, novo Ministro da Argentina. Homem encantador, alegre, expansivo, simples; o que muito significa em se tratando de alguém dos pampas. Viriam mais tarde a mulher e a filha. Esta viria para ficar definitivamente, já que não tardaria a casar-se com um português, Antônio de Lancastre, da família dos Condes da Lousã. Um dia apresentou-nos Perez Quesada a um jovem casal recém-nomeado para sua Legação: José Maria Jardon e sua bonita Picuqui. Foi em um almoço na pequena casa que provisoriamente alugara no Estoril, enquanto procurava habitação que lhe conviesse. Gostamos logo dos amigos que nos propunha; eram não só simpáticos, mas sedutores. De nacionalidade espanhola, Picuqui, segundo ouvi contar, tinha por pai um dos mais exaltados chefes vermelhos

na guerra civil que se travava na época. Porém os ricos vestidos e as jóias que ostentava, assim como a suavidade de suas maneiras de ser e de falar, não pareciam estar em concordância com as teorias paternas. Anos seguidos ficaram os Jardon em Portugal, onde contraíram sinceras amizades e ainda são muito lembrados. Pouco depois de partirem, deu-se a separação do casal, contraindo cada um novo matrimônio.

André Wodianer de Maglod, Encarregado de Negócios da Hungria, morava no hotel Avenida Palace. Apelidavam-no de *pardal perdido*. De fato, solteirão (só se casaria muito mais tarde; não sei bem se com argentina ou senhora de outra nacionalidade vivendo na Argentina), sempre sozinho, dava-nos a idéia de não se fixar. Além do que, à vista de seu rosto afilado, pensava-se em passarinho. Mas era excelente criatura.

Havia sido figura quase popular no Rio de Janeiro, talvez devido à sua longa barba, que descia quase até a cintura, o suíço Charles Redard, que ali fora Secretário da Legação de seu país. Encontrei-o em Lisboa como Encarregado de Negócios, função que exerceu durante toda a minha estada na capital portuguesa. O Ministro, também acreditado em Madrid, lá morava. Não me recordo de tê-lo avistado algum dia. Redard era casado com uma brasileira de São Paulo. Baixinha, loura e já não muito moça, tinha uma singular maneira de falar. Emitia uma cascata de frases entrecortadas por *não é, não é*, frases por vezes não se relacionando umas com outras. Era engraçado; e tinha que se fazer esforço para conter o riso.

Que demais colegas rememorarei? Celso Vargas, chileno, também Encarregado de Negócios, que, com sua esposa, formava um par bonito e distinto. O cubano Francisco Arce y Pillon, gordo, baixote e de cabelos mais do que grisalhos, contrastava com outro Francisco, o mexicano Francisco Ortiz Monasterio, alto, magro e de cabelos bem pretos, de traços que revelavam correr em suas veias sangue índio. Eram ambos Encarregados de Negócios interinos. O simpático Ministro da Noruega, Johan Frederik Jakhelln, que residia à rua Arriaga, era o protótipo do escandinavo. *And last, but not least*, o Núncio Apostólico, Monsenhor Pietro Ciriaci, de alta estatura, nariz fino e comprido, tez avermelhada, meio desengonçado, cujo feitio não desmentia sua nacionalidade italiana. Acompanhava-o o auditor ou Secretário da Nunciatura, o bondoso Monsenhor Gennaro Verolino, com o qual fizemos ótima camaradagem, e que, prosseguindo na carreira diplomática da Santa Sé, veria chegar sua vez de ser Núncio. Li, fará bastante tempo, a notícia desta sua nomeação, porém não me recordo agora qual o país de seu destino. Tenho contudo a idéia de se tratar de uma das repúblicas sul-americanas.

Enfim, sendo o Corpo Diplomático naquela época muitíssimo menos numeroso do que é na atualidade, e também ligando-se com maior facilidade à sociedade portuguesa, os encontros entre colegas eram freqüentes, quase diários. E acabávamos todos formando como uma grande família.



---

## Impressões

Lisboa penetrou-nos bem fundo no coração. Em outro lugar não nos poderíamos sentir melhor. Agradou-nos sobretudo a vida que ali nos foi proporcionada, mas principalmente sensibilizou-nos o carinho e as atenções que nos dispensaram nossos irmãos portugueses. Quando, em começos de 1939, fui chamado ao Itamaraty a fim de chefiar a Divisão Política e Diplomática, não nos conformávamos com a idéia de abandonar as margens do Tejo. Mas que fazer? Os diplomatas são como os militares: obedecem; vão sem reclamar para onde os enviam. Tínhamos que partir, mas não seria sem a esperança de regressar. E, diz o provérbio, quem espera sempre alcança... Decorridos dezesseis anos, volveríamos à santa terrinha. Mas nosso segundo período em Lisboa ficará para outro capítulo, quando cronologicamente for momento de ser relatado.

Ao partir levávamos, entretanto, uma certeza: o tempo passado em Portugal tinha sido aproveitado ao máximo no sentido de bem conhecer o país. Percorremos-lhes não só o norte e o centro, mas também o extremo sul. Aventuramo-nos a ir ao Algarve, o que bem pouca gente fazia então. Em companhia de Helena Araújo Jorge, nossa Embaixatriz, lá estivemos na fase das amendoeiras em flor. Era uma região quase deserta, selvagem, e, em toda sua extensão, existiam apenas dois modestos hotéis, ambos localizados na hoje elegante e muito procurada Praia da Rocha. Rico em belezas naturais em sua orla marítima, devido às praias de areia fina e cor de ouro, e aos rochedos de formatos bizarros semeados na água que lhe emprestavam um encanto original, o Algarve era, contudo, um lugar pouco convidativo por deficiência de conforto. No lado ocidental, da ponta de Sagres ao cabo São Vicente, a sensação de isolamento era absoluta: solo erizado de rochas, rara vegetação constituída apenas por urzes, vento constante, mar ameaçador. Na extremidade do cabo, o farol, construção solitária, dominava um horizonte grandioso, e... impressionava. Este cenário, no entanto, era povoado, mas povoado unicamente de lembranças mitológicas e históricas. Para os gregos e os romanos, havia sido o *promontorium sacrum*, onde se via o sol, em seu ocaso, cem vezes maior que alhures, e se podia ouvir o barulho do astro mergulhando nas ondas. Ali repousavam os deuses após as labutas diurnas. Séculos mais tarde, foi lá encalhar o corpo de São Vicente. Depois, no século XV, o Infante Dom Henrique, entregando-se totalmen-

te à obra da Navegação e da Conquista, ali se estabeleceu. Outros personagens, Tourville, Nelson e Napier, por exemplo, deixaram seus nomes ligados àquelas paragens.

Em Lisboa mesmo e nos arredores, nada que oferecesse interesse escapou à nossa visita. Museus, igrejas, recantos pitorescos e típicos, tudo procuramos esmiuçar. Não irei por certo aqui manifestar minhas impressões sobre cada coisa que vi; seria fastidioso para os que me lêem. Mas devo confessar que, na capital, minhas preferências foram para o convento da Madre de Deus e o interior da igreja de São Roque, em particular para a capela de São João Batista e seu tesouro exposto no museu de Arte Sacra, contíguo à mesma igreja.

O antigo convento (chamo convento porque, além da igreja, visitam-se os dois claustros que primitivamente dele faziam parte) da Madre de Deus, em Xabregas, é uma preciosidade. Fundado, no início do século XVI, pela Rainha Dona Leonor, viúva de Dom João II, que, em sua humildade, ali quis ser enterrada no chão do claustro maior, forçando a passagem por cima da pedra tumular, enche-nos de admiração pela sua obra de talha (madeira sobre mármore), seus azulejos, suas pinturas, e a exuberância de ouro que apresenta. O guia, que nos conduziu através da igreja propriamente dita, da sacristia, dos claustros, da capela de Santo Antônio e do coro alto, fazia aquele serviço havia tantos e tantos anos (ao voltar a Lisboa em 1955 ainda encontraríamos o Sr. Saldanha, com seus fartos bigodes brancos, no mesmo cargo, que exerceu durante cerca de quarenta anos, até que a morte o levou) que explicava os mínimos permenores com entusiasmo e amor, como se fora o dono mesmo do monumento. E tinha o dom de transmitir aqueles seus sentimentos aos visitantes, que se retiravam maravilhados com o que havia visto.

Exteriormente, a igreja de São Roque é banal. Construída no século XVI pelos jesuítas teve a bela fachada destruída pelo terremoto de 1755; e a que a substituí não desperta maior atenção. Interiormente, entretanto, as capelas, com seus altares e pinturas, são de toda a beleza. A mais imponente, pelo luxo e pelo labor, é a acima referida de São João Batista, em riqueza a segunda do mundo (a primeira é a de Santo Inácio de Loiola na igreja de Gesù, em Roma). Por ordem de Dom João V, foi feita na Cidade Eterna, sendo ali consagrada pelo Papa Benedito XIV, aquele Pontífice que, pela *Bula Maxima*, concedeu aos reis de Portugal o título de *Fidelíssimo*, título que Dom João V foi o primeiro a usar. Mármore variados e preciosos, mosaicos, lápis-lazuli, bronzes, aplicações de ametista e de marfim adornam a citada capela, tornando-a não só uma verdadeira jóia, mas também um modelo de harmonia. E, se da igreja passarmos ao museu que lhe está ao lado, nossa admiração aumentará ao contemplarmos os objetos sagrados que fazem parte da mesma capela. São numerosos e de excepcional valor artístico: peças de ourivesaria, paramentos, rendas, etc... É um conjunto magnífico, que dificilmente poderá ser igualado. Porém quem encomendara esta obra opulenta não teria a satisfação de vê-la realizada. Dom João V faleceu antes de a capela, transportada em vários navios, atingir Lisboa.

Não pelo valor artístico, mas pelo enternecimento que em mim provocou, gostei de visitar o quarto onde nasceu o grande Santo Antônio. Em 1938, conservava a peça ainda o aspecto primitivo do tempo em que o servo de Deus vira a luz. Depois remodelaram-na, estando atualmente transformada em capela. Sobre a casa da família Bu-

lhões, à qual pertencia o santo, foi edificada uma igreja, que nada apresenta de especial. Embora tenha vivido no século XIII, e passado considerável parte de sua existência na Itália, onde morreu; por conseguinte, distante, para Portugal, no tempo e no espaço, ali continua sendo o mais popular dos santos. No mês de junho, sua cidade natal festeja-o prodigamente. Não poderia ser desprezado quem, além de dar tantas provas de humildade e benevolência, foi uma das personalidades mais brilhantes da vida intelectual europeia da época. O Papa Pio XII, reconhecendo seus méritos quanto a este ponto de vista, não hesitou em proclamá-lo *doutor da Igreja*. Poucos lerão hoje em dia seus sermões e dele se lembrarão como filósofo de primeiro plano, porém a santidade de seu comportamento e a bondade de seu coração jamais se apagarão na memória dos homens.

Sempre tive certa predileção pelo convento de Maфра. Não que o considerasse arquitetonicamente artístico, pois é inexpressivo e monótono, mas por causa das proporções gigantescas da construção, diante de cuja grandiosidade nos sentimos como esmagados. Talvez por ser de pequena estatura, experimentasse eu esta sensação. Suponho, entretanto, que idêntica será em outras pessoas. Foi o mesmo Rei Dom João V, acusado de perdulário, mas que na verdade dotou sua pátria de monumentos notáveis, quem mandou edificar aquele colosso com a intenção de captar as boas graças divinas no sentido de lhe ser dado um herdeiro. Casado com uma famosa princesa austríaca, Dona Mariana, não logrou filho nos primeiros anos de união conjugal. Apavorava-o, contudo, a idéia de não haver quem o sucedesse no trono. A princípio não pretendia o Monarca que o objeto de sua promessa atingisse tão vastas dimensões, mas, nascendo-lhe uma menina, procurou logo ampliá-lo a fim de que o Céu se comovesse e lhe enviasse um filho varão. Foi, de fato, atendido, mas... gastou uma fortuna. De todo o conjunto, basílica, convento, palácio, a biblioteca é a parte de maior interesse. Interesse quanto ao estilo arquitetônico, e interesse quanto ao número e importância dos livros, manuscritos, incunábulo e encadernações que contém. Só lamento que, não se achando Maфра ao lado mesmo de Lisboa, não me fosse fácil lá ir amiúde examinar pelo menos algumas daquelas preciosidades, que teriam servido para alargar meus conhecimentos e contribuído para meus trabalhos sobre História do Brasil.

Do palácio de Queluz, só me foi possível ver o exterior e seus jardins inspirados nos de Versalhes. É que em 1934 um terrível incêndio ali deflagrara, e procedia-se então ao restauro, durante o qual, como é compreensível, foram suspensas as visitas. Somente em 1955 entraria eu naquele palácio tão ligado à nossa História, visto ter lá nascido e morrido Dom Pedro I, o proclamador da independência do Brasil.

Em Sintra, além dos dois palácios, o Paço da Vila e o da Pena, peregrinação obrigatória de todos os turistas, fui ao hoje desabitado convento dos Capuchos, também chamado da Cortiça. A este, nenhum termo mais adequado do que *pobreza franciscana*. Não se pode nem mesmo conceber como seres humanos eram capazes de viver anos seguidos em celas talhadas na pedra e apenas revestidas de cortiça. Situado na altitude, isolado do bulício citadino, seria, para as santas almas dos frades, o lugar ideal para o recolhimento. Mas quanta abnegação e sacrifícios exigidos para a adaptação não a um mero desconforto, mas ao primitivismo daquela vida! Tinha por certo razão o soberano espanhol Felipe II, quando, ao tempo em que reinava também em Portugal, dizia

ter em seus domínios o mais rico e o mais pobre dos conventos da Terra. Aludia ao Escorial e aos Capuchos.

## XXX

Para regressar ao Rio de Janeiro, reservamos passagens no *Highland Princess*, navio pertencente a companhia inglesa *Royal Mail*, porém menor dos que os ditos da classe A nos quais eu fizera várias travessias.

Estávamos em pleno festival de despedidas quando, a 10 de fevereiro, explode a triste notícia do falecimento de Sua Santidade o Papa Pio XI, que desde 1922 ocupava o trono de São Pedro. Não foram canceladas as reuniões que os amigos tão amavelmente ofereciam em nossa honra, porém suprimiram-se as danças e a música, coisa habitual naquela época, e passamos a andar todos vestidos de preto.

Veio o dia da partida, 14 de fevereiro. Com saudades antecipada, deixávamos a terra, onde Deus Louvado, tudo nos corra bem. Bem distante, do outro lado do Atlântico, as recordações do período ali passado constituíam constantemente tema favorito de nossas conversas. E nunca abandonou o desejo de regressar ao rincão que soube merecer nosso apego.

Duas escalas fez o *Highland Princess*: Las Palmas, nas ilhas Canárias, e Recife minha cidade natal. Ali houve tempo suficiente para um saltinho a Olinda, que eu não visitava havia longos anos. Antes, contudo, de atingirmos a costa pernambucana, navegamos bem próximo ao arquipélago de Fernando Noronha, tão próximo que consegui tirar fotografias, conservadas até hoje em um de meus álbuns.

Finalmente aportamos ao Rio de Janeiro. Pleno verão. Era um dos últimos dias do mês de fevereiro.

## XXX

Desde que eu deixara a Alemanha, em maio de 1937, no cenário internacional muita água havia corrido sob a ponte. Caminhava-se a passos largos para o hecatombe que, a partir de setembro de 1939, iria afligir o mundo.

Após a visita, em outubro de 1936, do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, o Conde Ciano, à Alemanha hitleriana, chegaria, quase um ano depois, a vez de Mussolini ser recebido pelo *Führer* com a maior das pompas. Nada seria poupado para adular a vaidade do *Duce*, exaltar seu orgulho, e surpreender sua imaginação, com a exclusiva finalidade de conquistar não somente sua simpatia, mas também sua almejada aliança. Monarca algum fora ali recepcionado com tal dispêndio de fausto. O alvo, contudo, era que Mussolini visse com seus próprios olhos o poderio militar do país. Manobras de tiro, divisões encouraçadas em ação, a nova artilharia, os últimos explosivos, a aviação equipada com os mais modernos petrechos, as fábricas Krupp, tudo lhe foi mostrado, como a significar que nele depositavam total confiança, e, ao mesmo tempo, o convidavam para aliado.

O resultado foi que o *Duce* caiu no laço. Hipotecou sua lealdade e sua dedicação àqueles que o honravam de uma maneira sem par. Hitler sentiu que dominava, que

Mussolini não recuaria, e o obrigara a colar-se a ele. Era a preparação dos planos que pululavam em sua mente, e destinavam-se à criação do “grande Reich”. O Eixo que forjou com o *Duce* abriu-lhe o caminho para a realização de seus mais ambiciosos sonhos.

A 12 de março de 1938, o *Führer* invade a Áustria; a 15 de março do ano seguinte, dá-se sua entrada repentina em Praga. E, em ambos os casos, sem aviso prévio a seu associado, o qual, em vista do pacto estabelecido entre ambos, permanece de mãos atadas. A esperteza do ditador alemão foi justamente fazer com que o dito pacto servisse de tranca a Mussolini, que, sem ele, poderia ser um estorvo para a premeditada expansão.

Entre o *Anschluss*, isto é, a anexação da Áustria à Alemanha, e o domínio sobre a Tchecoslováquia, situou-se a questão dos sudetas, alemães que viviam neste último país, e, apoiados pelo Governo nazista, exigiam autonomia. Questão que originou as famosas e sucessivas idas de Neville Chamberlain, então Primeiro Ministro inglês, à Alemanha em setembro de 1938, com o intuito de salvar a paz ameaçada. A primeira, a Berchtsgaden no dia 15; a segunda, a Godesberg, nas margens do Reno, a 22-23; a terceira, a Munique, a 29-30. Sempre munido de seu guarda-chuva, objeto que acabou sendo seu símbolo, não temia o estadista britânico meter-se em um avião para ir conferir com os que ameaçavam a tranqüilidade dos povos.

Conta-nos Winston Churchill em suas *Memórias*:

“Neville Chamberlain era vivo, prático, teimoso e muito seguro de si mesmo. Ao contrário de Baldwin, ele se julgava capaz de abraçar a totalidade das questões européias ou mesmo mundiais. Quer como chanceler do Erário, quer como Primeiro Ministro, ele fiscalizou de uma maneira absoluta as despesas militares. Durante esse período foi o adversário decidido de toda medida de urgência. Ele se tinha formado uma opinião decisiva sobre todas as personalidades políticas do dia, tanto na Inglaterra como no estrangeiro, e se sentia capaz de as enfrentar. A esperança suprema de sua vida era a de entrar na História como o Homem da Paz, e, para alcançar este fim, estavam disposto a lutar até o final contra os próprios fatos, mesmo à custa dos maiores riscos para si mesmo ou para seu país. Infelizmente quis ir contra uma corrente cuja força lhe escapava, e encontrou tropeços que não quis evitar, mas contra os quais não pôde lutar”.

Na realidade as três visitas de Chamberlain à Alemanha não passaram de gestos teatrais. Convenceu-se o Primeiro Ministro de que seriam, para ele, um êxito; e não queria perder esta oportunidade. Enganara-se, no entanto, redondamente. Cedendo à vontade de Hitler de incorporar o território sudeta, julgava pôr um limite às pretensões do ditador. Sucedeu exatamente o inverso. Pois, segundo os franceses, *l'appétit vient en mangeant...* E, embora declarasse Chamberlain, em uma de suas voltas à Inglaterra, garantir uma paz duradoura, um ano depois estalava o conflito que durante perto de seis anos abalaria nosso planeta.

Pobre Chamberlain! não duvido de sua boa fé, porém dir-se-ia que viveu para satisfazer os adversários de sua pátria. Em setembro de 1938 tudo aconteceu como se os Governos de Paris e Londres tivessem se transferido de repente ao campo hitleriano. Constaríamos em futuro bem próximo a gravidade dos erros cometidos então.



# No Rio de Janeiro:

---

Brasil, 1939-1940

Minha estada no Brasil teria a curta duração de dezesseis meses.

Após três semanas de hotel, mudavamo-nos para um apartamento alugado no edifício Itaoca, à rua Duvivier 43, em Copacabana. E comecei as atividades como Chefe da Divisão Política e Diplomática do Itamaraty. A idéia de minha indicação para o lugar partira de meu muito prezado amigo Cyro de Freitas Valle, então Secretário-Geral. Ao Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, no cargo havia já um ano, eu pouco conhecia. Não pelo simples fato de ser primo de Aranha era Cyro ouvido por este. É que não havia duas opiniões: todos o consideravam um dos nossos mais capazes diplomatas. As sugestões que fazia, as medidas que tomava, nunca o seriam levemente; provinha de grande ponderação. Fiel à amizade, os que dela usufruíam podiam contar com sua boa vontade, sua dedicação e seus maiores esforços. Era exigente, como convinha; não só no que dizia respeito ao trabalho, mas em tudo que se relacionasse com a vida exterior dos funcionários do Itamaraty: procedimento em sociedade, maneira de receber em suas casas, etc... Não se inibia chamar a atenção se algo não lhe parecesse certo. Por este motivo algumas senhoras de nossos diplomatas temiam convidá-lo. Sabiam, contudo, que, havendo observação da parte de Cyro, seria com a mais louvável das intenções: não envergonharem o Brasil quando estivessem no estrangeiro. Queria que lá fora dessem da pátria a mais favorável impressão.

Permaneci à frente da Divisão Política e Diplomática apenas seis meses. Suponho que dei conta do recado, conforme de mim esperavam. Infelizmente de certo momento em diante principiei a emagrecer a olhos vistos. Em escassos três meses perdi oito quilos. Não sendo gordo por natureza, fiquei, por assim dizer, esquelético. Não poderia deixar de existir qualquer anormalidade, embora eu nada sentisse de especial. Submeti-me a exames, a análises de toda sorte a fim de que fosse descoberta a origem do mal. Gastei um dinheirão, como se imagina. Constatou-se finalmente funcionamento deficiente da glândula tiroide, em vista do que, aconselharam os médicos um mês de repouso. Obedecendo às ordens, transferi-me para o hotel das Paineiras, a vinte minutos do centro do Rio, porém a quatrocentos metros de altitude. A pequena distância permitia-me deslocamento fácil, quando necessário. Além do que, naquela ocasião era meu mé-

dico o Dr. Nabuco de Gouveia, que residia na única casa que se erguia nas vizinhanças do hotel. Para um temperamento nervoso, isto representava segurança absoluta.

José Tomaz Nabuco de Gouveia era casado com uma filha do Barão do Rio Branco, Amélia, a qual, em primeiras núpcias, fôra a baronesa von Werther. Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, trocara temporariamente sua profissão por uma cadeira de Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul e, mais tarde, pela Diplomacia. *Paraquedistas* é como se cognominavam os diplomatas que não pertenciam à carreira. Foi seu caso. Serviu com categoria de Ministro Plenipotenciário em Montevidéu, Asunción, Bucarest e Berna, mas acabou por volver ao seu primeiro amor: retomou à clínica. Seu filho Paulo, conseqüentemente neto do Barão, admitido no Itamaraty, prossegue no caminho que apenas durante alguns anos foi trilhado pelo pai. Casara-se com uma filha de meu colega e amigo Artur dos Guimarães Bastos, o idealista, a quem me referi nestas Memórias na parte relativa à Roma, e que daí fôra removido para o Paraguai, onde continuou a viver *sua vida*, isto é, a vida que sua imaginação engendrara. Era Paulo Cônsul no Funchal ao tempo em que fui Embaixador em Lisboa. Adoecendo sua mulher, acompanhou-a à capital para que consultasse os médicos. Fez-se mister uma operação. Desafortunadamente não resistiu a pobre Vanda a seus padecimentos. Deixava cinco filhinhos. Mas Paulo não tardaria a contrair novo matrimônio; desta vez com uma portuguesa, Maria João, filha do Embaixador Bianchi, representante de Portugal no Brasil no final da década de 40. Devido a esta segunda união, tornou-se primo por afinidade de nossa querida amiga Teresa Maria Rasteiro, em cuja casa o encontramos sempre que vem a Lisboa.

O hotel das Paineiras, visto ser lugar de veraneio, estava deserto naquele mês de outubro. Minha família e eu éramos os únicos hóspedes, o que nos dava a impressão de nos acharmos em nossa própria casa. Mas, em nada me beneficiando a estada ali, decidiram que seria conveniente uma mudança de ares. Assim que me vi na contingência de pedir ao Itamaraty a licença-prêmio, a que fazia jús, e gozá-la em Petrópolis no sossego de uma casinha situada em um recanto da avenida Piabanha. Suspendendo os numerosos medicamentos que até então ingeria, e apenas com superalimentação e muito repouso, consegui ao cabo de seis meses recuperar o peso perdido e sentir-me novamente em forma.

Regressei ao Rio. Tendo devolvido ao proprietário o apartamento do edifício Itaoca, alojamo-nos em um hotel enquanto não encontrávamos outra residência. E, quando estava prestes a assinar o contrato de aluguel para uma que me agradara, também localizada em Copacabana, apareceu-me uma tarde Camilo de Oliveira com um recado do Ministro Osvaldo Aranha. Mandava este perguntar se gostaria de ir para a Embaixada em Buenos Aires, onde precisavam um Conselheiro. Naturalmente não hesitei; agarrei o osso que me lançavam, e pelo qual eu de todo não esperava. Adeus à casa que tinha em mira! Trataria era de arrumar o mais depressa possível a bagagem, tomar as providências necessárias quando se vai para o exterior, e... partir. Assim que, menos de três semanas após o convite, embarcávamos no navio *Argentina* da Moore McCormack Lines, companhia americana, em direção à capital portenha.

Achava-me, pois, no Brasil quando se produziu, em março de 1939, a incorporação da Tcheco-Eslováquia à Alemanha, fato ao qual fiz breve alusão no capítulo anterior. Com surpresa do mundo inteiro, surge Hitler em Praga, e, do balcão do castelo Hradshim, proclama a anexação! Além da ousadia sem nome, constituía isto uma profanação, por assim dizer, do lugar onde eram outrora sagrados os reis da Boemia. A cerimônia propriamente dita, é evidente, realizava-se na catedral contígua, mas ambos, catedral e castelo, faziam parte de um conjunto fortificado, à beira do rio Vltava, ao qual numerosas recordações históricas estavam ligadas.

Nula foi a reação dos aliados. Não se levantou qualquer protesto: a mesma passividade com que aceitaram o desmembramento (questão dos sudetas) daquele país, ocorrido meses antes sob o olhar ambicioso de Hitler e o sorriso satisfeito de Mussolini. A França, alegando não se ter ainda tornado efetiva a garantia de Munique, opinava que não tinha nenhuma obrigação a cumprir. A Tcheco-Eslováquia nem sequer consultada fôra. E seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jan Masaryk, por simples telefonemas de Neville Chamberlain e Daladier, Presidente do Conselho francês, foi apenas prevenido de que sua pátria devia encarar o fato consumado!

Mussolini, ao constatar o silêncio da França e da Inglaterra, e percebendo que o Eixo aproveitava exclusivamente à Alemanha, quis provar também saber agir em seu próprio interesse, sem necessidade de consultar o sócio nazista. “Anch’io...” (eu também), diria ele. Daí estudar e examinar onde empreender a proeza na qual cogitava. Sim, mais próximo e, por conseguinte, mais fácil, já que a expedição se limitaria a atravessar um mar estreito, seria a Albânia. Por certo a presa não constituiria grande riqueza, sendo um país quase miserável, porém era ponto de interesse estratégico. Conquistando-o, a Itália controlaria sozinha a entrada do Adriático, velha aspiração nacional. Para replicar aos alemães, era preciso não deixar escapar a oportunidade. E pronto! Sem o mínimo pretexto, ataca o Duce aquele pequeno país, que se tornou vítima inocente da inveja e da rivalidade de dois ditadores. Aconteceu a 7 de abril de 1939, sexta-feira santa, sem o menor respeito pela solenidade do dia. Ao Rei Zogú I, diante da impossibilidade de resistência, uma única alternativa se apresentava: a fuga. E deu-se a dramática retirada do Soberano para o estrangeiro através da região mais montanhosa e inculta da península balcânica; além do que, forçado a deixar atrás de si a mulher, a Rainha Geraldina, e, senão me engano, também um filho de tenra idade, aos quais só muito mais tarde foi permitido reunirem-se ao marido e pai.

A citada rainha, linda e ainda jovem, era húngara de nascimento, membro da conhecida família Apponyi, que forneceu vários estadistas e diplomatas de renome. Aliás, esta família tinha dois ramos, um húngaro e outro austríaco. Na Liga das Nações, em Genebra, conforme relatei no segundo volume desta obra, tive ocasião de travar relações com o principal representante da Hungria ali, o conde Alberto Apponyi, tio da que seria no futuro a esposa do Rei Zogú, e viu tão cedo caídos por terra, qual um castelo de cartas, todos os seus sonhos.

Livrando-se do jogo otomano, a Albânia conseguira sua independência em 1912, mas foi após a Primeira Grande Guerra que se organizou de forma definitiva, em parte graças aos esforços de Ahmed Zogú, descendente de pachás turcos, que ocupara sucessivamente os cargos de Ministro do Interior, Primeiro Ministro, Presidente da Repúbli-

ca. Em 1928, a Assembléa Nacional instituindo a monarquia hereditária, constitucional e parlamentar, Ahmed Zogú seria proclamado rei com o nome de Zogú I. O novo monarca, reconhecendo as deficiências e os inevitáveis percalços de um país pequeno e pobre, mantinha estreitos vínculos com a Itália, sob a tutela da qual, por assim dizer, se colocara. Desassomburada traição, pois, é como se pode classificar o ato praticado por Mussolini.

Também desta vez os Governos de Paris, Londres e Washington não deram provas de emoção. Por incrível que pareça, houve até gracejos na imprensa francesa. Se algum pesar foi manifestado, relacionava-se apenas com a triste situação da Rainha Geraldina, que, naturalmente por sua beleza e ar de doçura, granjeara a simpatia geral.

Reduzindo a Albânia a uma colônia italiana, e ausentes os protestos que por certo esperava, outra idéia brotaria na mente do Duce, agora calmo e satisfeito com o êxito da tentativa. E... se procurasse também conquistar a Grécia? Ficaria, desta forma, senhor de considerável parte da Europa meridional. Em vista do novo empreendimento que maquinava, prontificara-se a auxiliar a Croácia nas suas tendências de separar-se da Iugoslávia, e, ao mesmo tempo, ordena a construção de estradas estratégicas na Albânia, estradas em direção à fronteira do Epiro. Com efeito, as ambições de Mussolini, à semelhança das de Hitler, já não têm agora limites. A prudência e o bom-senso, que outrora demonstrava, desapareceram por completo. Os repetidos contatos com o ditador alemão o tinham perturbado, fazendo-o evoluir inexoravelmente e revestindo-o de outra personalidade. Gabava amiúde seu poderio, e não dava ouvidos a ninguém.

### XXX

Caminhava-se a largos passos para uma guerra, da qual estes acontecimentos eram o prelúdio.

Na noite de 31 de agosto para 1º de setembro de 1939, às quatro horas, toca insistentemente o telefone em meu apartamento da rua Duvivier. Não havia muito que nos deitáramos, pois um aborrecimento causado pela governante de nosso filho, que não voltara à casa à hora combinada, nos obrigara a andar à sua busca por hospitais, polícia, etc... Meio sonolento, atendi. Porém logo me despertou completamente a voz de José Roberto de Macedo Soares, que era no momento Secretário-Geral interino do Itamaraty. Comunicava-me que explodira a guerra na Europa, e que eu, como Chefe da Divisão Política e Diplomática, devia apresentar-me deserta àquela hora da madrugada, cheguei ao casarão da rua Larga, onde começamos logo a estudar qual seria nossa atitude quanto à política exterior. Entre outros assuntos, decidiu-se criar uma Seção de Segurança Nacional, cuja responsabilidade me coube.

Hitler, confiante nos sucessos anteriores, e pretextando resolver as questões do Corredor Polonês e de Dantzig, invadira a Polônia. Porém, desta feita, a França e a Inglaterra, cansadas de tantas concessões, e conscientes da fraqueza que desde muito vinham demonstrando, reagiram. E seguiu-se a catástrofe que, durante cerca de seis anos, enlutaria um ilimitado número de famílias, e perturbaria todos os ânimos.

Mais uma vez os planos da Alemanha tinham sido ocultados a Mussolini, que fica desorientado ao verificar que, a guerra irrompendo muito mais cedo do que contava,

seu país estava despreparado para juntar-se ao aliado. Foi a razão pela qual até o ano seguinte, 1940, a Itália, proclamando-se “não beligerante”, não se aventuraria na luta. De notar que não se declarou “neutra”. A prudência assim o ordenava. Melhor seria aguardar o rumo dos acontecimentos.

No Itamaraty aquele 1<sup>o</sup> de setembro tornar-se-ia memorável pela azáfama que lá reinou. Trabalhamos ininterruptamente creio que cerca de quinze horas. Telegramas com pedido de instruções chegavam a todo instante de nossas missões no exterior. Depois de assentarmos de modo bem definido as bases de nossa política, devíamos responder anunciando as decisões tomadas. Enfim, um alvoroço provocado por mais um ato de desvario de Hitler, que, acrescentado aos que o precederam e se seguiram, o levava à ruína total e ao suicídio.

Os Governos francês e inglês, se surpreendidos com a atitude do chefe nazista, não o foram por falta de informações de seus representantes em Berlim, François-Poncet, Embaixador de França, e sucessivamente *Sir* Eric Phipps e *Sir* Neville Henderson, Embaixadores de Inglaterra, os quais por várias vezes alertaram a atenção de seus respectivos em seus países para os armamentos maciços que se fabricavam na Alemanha, sobretudo para as unidades de carros de assalto. A resposta recebida era invariavelmente não haver perigo por carecer aquela potência de matérias-primas, e serem os mencionados carros construídos com aço defeituoso, o que não lhes permitiria suportar um só tiro de artilharia. Engano flagrante, como se iria provar.

### XXX

Em 1940, Portugal comemoraria dois centenários: o oitavo de sua existência, e o terceiro da Restauração. Restauração de sua independência, já que, conforme é do conhecimento de todos, estaria durante sessenta anos sob o domínio da Espanha. Foi Filipe II que, por ser filho de uma princesa portuguesa, e aproveitando a oportunidade de haver diversos pretendentes ao trono luso devido ao desaparecimento de Dom Sebastião, que não deixara descendência, apoderou-se do pequeno país vizinho. Somente em 1640, com Dom João IV, duque de Bragança, a justo título dito o *Restaurador*, recuperaria Portugal seus privilégios de nação autônoma.

Para celebrar aquelas datas planejavam-se grandes festejos. Jamais esquecendo o Brasil, o Governo português dirigiu-lhe um convite para associar-se a seu regozijo, e, com este fim, enviar uma missão que o representasse. Constituiu-se então, cerca de um ano antes, uma comissão que cooperou com o Itamaraty nos preparativos requeridos para que tudo decorresse da melhor maneira.

Tendo regressado de Portugal escasso tempo atrás, e, por isso, bem enfronhado nos assuntos relativos ao país irmão, acharam ser eu uma das pessoas indicadas para participar da dita comissão. Embora assoberbado de trabalho na Divisão Política e Diplomática, aceitei com prazer mais esta tarefa. Não poderia por certo ausentar-me do Brasil em época próxima, e, por conseguinte, tinha que afastar a idéia de ser um dos componentes do grupo que se deslocaria a Lisboa; mas, pelo menos, concordando em auxiliar nos preparativos, seria de certo modo manter-me unido à terra da qual conservava a mais grata das recordações.

Infelizmente só me seria possível colaborar durante os primeiros meses em que funcionou a comissão. Pois, conforme expliquei, atacado de hipertireoidismo, vi-me obrigado a abandonar toda a atividade durante alguns meses.

A Embaixada especial do Brasil aos Centenários Portugueses ficou assim formada: o General Francisco José Pinto, chefe, Edmundo da Luz Pinto, Juarez Távora, Olegário Mariano, Caio de Melo Franco e alguns militares, delegados, Jorge Emílio de Sousa Freitas, secretário, Hugo de Macedo, adido.

Porém aportaram a Lisboa muitos outros brasileiros em representação de atividades várias: Gustavo Barroso, Osvaldo Orico, Jorge Street, Geysa Boscoli, Augusto de Lima Jr., etc.

Este último iria com a incumbência de transferir da África Portuguesa para o Brasil as cinzas dos Inconfidentes ali falecidos quando cumpriam a pena de degredo perpétuo ou temporário: Tomaz Antônio Gonzaga, o autor de *Marília de Dirceu*, Inácio de Alvarenga Peixoto, que escreveu *Cartas Chilenas*, e outros. Não me parece que naquela ocasião conseguisse realizar o encargo, e, se algum dia o efetuou, pergunto-me se, em lugar dos restos dos nossos bardos, não terão sido transportados os de alguns negros para o solo brasileiro. Augusto de Lima Jr. primava pela originalidade de certos de seus atos. Recebi, como curiosidade, enviada por um amigo, um exemplar do cartão que, terminadas as festas dos Centenários, ele distribuiu entre grande parte da população lisboeta. Não resisto à tentação de reproduzi-lo:

“TEODOSIA DE CASTRO CERQUEIRA DE LIMA  
AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR  
E  
MARIA VITÓRIA

vão regressar ao Brasil pelo pacote “Bagé”. Partem cheios de saudades, de gratidão pelo carinhoso acolhimento que lhes foi dado durante sua permanência em Lisboa, e pedem perdão pelas faltas que houverem cometido. Quanto ao seu amor por Portugal, sentem apenas que seja “Para tão grande amor, tão curta a vida...”

Lisboa, agosto de 1940.”

Que sentido atribuir a *perdão pelas faltas*? É caso para germinar em nossos cérebros toda espécie de caraminholas. Ter-se-á ele, ou a família, comportado inconvenientemente, sido malcriado ou feito asneiras?

Quanto a Gustavo Barroso, que iria a Portugal em qualidade de representante histórico, elaborou, para a exposição que ali se realizava, um catálogo descritivo e comentado de dois pavilhões: o do Pavilhão do Mundo Português, e o do Pavilhão do Brasil Independente. Não ponho em dúvida a cultura daquele nosso patrício, mas, no aludido catálogo (posso emprestá-lo a quem se interessar) há cochilos imperdoáveis. Confusões, expressões impróprias, erros mesmo. Alguém o definiu *catálogo-aborto*; outros, *vergonha nacional*. Lembro-me por acaso que, referindo-se a um retrato da Imperatriz Leopoldina, dava esta princesa como nascida a 1727 e casada a 1817, o que a fazia uma noiva de noventa anos de idade! Ora, é sabido que a primeira esposa de Dom Pe-

dro I morreu aos vinte e nove anos. Mais adiante, descrevendo uma peça de prata, diz: *cinzelada à mão*. Quereria porventura que fosse cinzelada com o pé? E assim vai prosseguindo em uma rara acumulação de inépcias. Quem acreditaria ser o dito catálogo obra do organizador e diretor do Museu Histórico do Rio de Janeiro? Um museu não muito antigo, é exato, já que fôra fundado durante a presidência de Epitácio Pessoa, contando, por conseguinte, em 1940 vinte anos no máximo. Mas Gustavo Barroso tinha sido até então seu exclusivo diretor; e vinte anos constituem razoável espaço de tempo para não serem proferidas ou escritas coisas que induzam outrem em enganos.

### XXX

Vejamos o que se passava no Rio de Janeiro no curto período em que exerci a chefia da Divisão Política e Diplomática.

Nomeado Embaixador em Berlim, partia Cyro de Freitas Valle, por via marítima, para seu novo posto, onde chegaria apenas seis dias antes de explodir a guerra a 1<sup>o</sup> de setembro de 1939. Pouca sorte a sua. Nutria tantos projetos de trabalho, pretendia tomar proveitosas iniciativas, e eis que, diante do grave acontecimento, pouco lhe seria permitido pôr em prática. E, por fim, quando em 1942 o Brasil decidiu entrar na luta, foi Cyro confinado, juntamente com outros diplomatas, em Baden-Baden. Ali permaneceria cerca de nove meses, enquanto se entabulavam as negociações que lhe consentissem o regresso à pátria.

Na Secretaria-Geral do Itamaraty foi substituído por Maurício Nabuco, o qual, desde 1937, era nosso Embaixador no Chile.

Outro prezado amigo, Abelardo Bueno do Prado, de quem falei no trecho destas Memórias dedicado ao meu primeiro estágio em Berlim, servia naquele momento no Ministério. No decorrer de nossas carreiras, sempre me foi motivo de alegria a coincidência de nossos destinos. Naquela época morava Abelardo, com sua mulher Nair e os três filhos, Antônio, apelidado Toninho, Fernando e Telma, esta hoje casada com o diplomata Sizinio Pontes Nogueira, em um simpático apartamento da rua Sorocaba, em Botafogo. Era o chefe da Divisão de Cooperação Intelectual.

Por falar em Divisão de Cooperação Intelectual vem-me a lembrança de um caso que não deixa de ter sua graça. Visitando em certa ocasião a Casa dos Estudantes, Osvaldo Aranha, Ministro do Exterior, em conversa com a diretora, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, confessou não estar satisfeito com o trabalho de Temístocles Graça Aranha, sucessor de Abelardo Bueno do Prado na chefia da mencionada divisão, tanto assim que tencionava afastá-lo e enviá-lo para o estrangeiro. Retirando-se Osvaldo Aranha, um dos estudantes, que ouvira a conversa, aproximou-se de Ana Amélia e disse-lhe: “Desejava muito entrar para o Itamaraty. Será que a Sra. não poderia obter para mim o lugar daquele moço que o Ministro pretende pôr para fora?” Coitado do rapaz! por certo não tinha obrigação de estar ao corrente das normas e regulamentos que regem uma repartição pública, porém logo querer de supetão um lugar destinado aos que já haviam galgado tantos degraus na carreira era sem dúvida de uma ingenuidade encantadora...

A um quarteirão de minha residência, instalara-se, no edifício Comodoro, praça

do Lido, outro colega a quem me unia boa amizade: Jacome Baggi de Berenguer Cesar, o Jaquito, como era por todos chamado. Sempre alegre, animado, transmitia sua excelente disposição aos que o rodeavam. Chegara da altitude de La Paz, a qual, Deus louvado, não lhe fôra funesta, tão pouco a Baby, sua mulher, personificação da simpatia. Jaquito, embora não ainda ministro, estava à frente da Divisão do Pessoal. Sua promoção só viria cinco anos mais tarde. Após servir vários anos como Cônsul-Geral em Nova Iorque, onde, por estar eu na época no Canadá, éramos novamente vizinhos, e, por conseguinte, em permanente contato, seria feito Embaixador no Uruguai. Pobre Jaquito! a morte o ceifou antes que atingisse o final da carreira. Um de seus filhos, Otávio continua representando a família no Itamaraty, e é atualmente Cônsul-Geral em Lourenço Marques, Moçambique.

Uma bela estampa era o então Introdutor Diplomático, Jaime Brito. Alta estatura, elegantemente vestido, traços fisionômicos de toda correção, cabelos grisalhos que lhe emprestavam um ar imponente e senhoril, era meu camarada dos saudosos tempos em que, servindo em Londres, ia eu constantemente a Paris, onde, apesar de Cônsul no Havre, ele residia. Por atingir o limite de idade, Jaime seria aposentado como Ministro de Segunda Classe, o que, por ser homem de fortuna, e, por isso mesmo, não necessitando de maneira alguma os proventos fornecidos pelo Itamaraty, nem por sombra o incomodou. Continuou a desfrutar a vida em nível igual ao que sempre tivera, inclusive viajando amiúde para a Europa, e não deixando esmorecer seu conhecido bom humor e seu fantástico *entrain*. Aparecia-me por vezes em Lisboa. Não obstante a idade avançada, já ultrapassados os oitenta e cinco anos, fazia coisas de estarrecer: deliciava-se com uma suculenta e indigesta ceia pelas duas ou três horas da manhã, após a última seção de um teatro de revista em que ria a bom rir; caminhava diariamente longas distâncias; e mostrava-se sempre animado para qualquer programa que fatigaria muitos jovens. Foi somente meses atrás que Jaime partiu deste mundo. Sobreveio-lhe uma trombose quando se encontrava hospedado no hotel Tivoli, em Lisboa. Sua robusta constituição permitiu-lhe, contudo, ser transferido para um hospital em Paris, e de Paris para o Rio. Aliás, segundo ouço, não o vitimou a trombose, porém as conseqüências de uma operação nos rins a que o submeteram.

Caio de Melo Franco dirigia a Divisão do Cerimonial, outrora chamada Protocolo. Um dos muitos filhos de Afrânio Melo Franco, meu chefe na Liga das Nações, Caio casara-se, não fazia ainda longo tempo, com uma senhora austríaca, Yolanda, a qual, pela simpatia e afabilidade, logo conquistara os compatriotas do marido. Tendo alugado uma casa situada à rua Anita Garibaldi, em Copacabana, propriedade de outro colega, Otávio Brito, irmão do acima referido Jaime, recebiam com freqüência não só os amigos, mas também os membros do Corpo Diplomático estrangeiro, como convinha a um cabeça de Cerimonial que levasse a sério suas obrigações. E todos se sentiam bem naquele ambiente acolhedor que Yolanda e Caio souberam criar. Um dos componetes da missão oficial do Brasil às comemorações dos Centenários Portugueses em 1940, Caio interromperia durante alguns meses suas funções no Cerimonial. Os meses em terras lusas lhe terão oferecido oportunidade de investigar em Bucelas, lugarejo vizinho a Lisboa, de onde os Melo Franco se diziam originários, se poderia adquirir mais alguma recordação de lá. Digo isto porque anteriormente, quando o navio em que viajava fez

escala na capital portuguesa, ali conseguiu um belo crucifixo antigo que pertencia a uma igreja, e o sacristão lhe cedeu sem grande insistência de sua parte!

### XXX

No Rio daquela época longínqua estava muito em evidência Henrique Dodsworth, conhecido por Henriquinho. Foi prefeito desde 1937 até 1945. Alourado, de tez corada, olhos claros, não poderia esconder sua ascendência estrangeira, embora a família já fosse brasileira de algumas gerações. Entre os cargos que antes ocupara contavam-se o de professor do colégio Pedro II, o de deputado, o de diretor do jornal *A Notícia*. Mais tarde seria um efêmero Embaixador do Brasil em Portugal. Sim, efêmero porque o foi apenas seis meses. Parece não se haver adaptado à vida diplomática, que experimentava iniciar quando já passara os cinquenta anos de idade. Para quem desde jovem não se acostumou a viver no estrangeiro, sobretudo no seu caso específico em que, por ter estado à frente da Prefeitura, na certa nunca lhe escasseara a corte dos adulares, a mudança de ambiente é por vezes bastante dura. Acredito que, além de uma sensação de isolamento, lhe faltassem as conversinhas e comentários sobre os *potins* nacionais.

Enquanto prefeito, Henrique Dodsworth era todo subserviente aos militares. Não cessava de recomendar aos seus auxiliares de Gabinete que oficial que o procurasse devia ser sempre recebido, mesmo em se tratando de um simples segundo tenente. Para eles, jamais deixaria de estar. E ordenava que os mandassem entrar logo para o salão de honra!

Durante sua gestão foi dada a lume uma publicação oficial em que se decretava o arrasamento do morro de Santo Antônio, ao lado do largo da Carioca, verdadeiro quisto no centro da cidade, e entrava à comunicação entre as zonas norte e sul. Mas até que a grandiosa obra se tornasse realidade muitos anos decorreriam.

### XXX

Em 1939 publicou-se o 2º volume da minha História de Dom Pedro II. No retiro da casa da avenida Piabanha, em Petrópolis, onde, para curar-me do hipertiroidismo do qual sofria, me entregava a um completo repouso, tive o prazer de receber uma carta, datada de 10 de janeiro de 1940, e enviada de Roma, de Magalhães de Azeredo, que fôra meu chefe na Embaixada junto ao Vaticano. Aposentado desde 1934, continuaria a residir até o fim de seus dias na Cidade Eterna que tanto amava e onde fizera a quase totalidade de sua carreira diplomática.

Entre outros assuntos, dizia na carta:

“... Por aqui vim achar, com grande interesse meu, o 2º volume de sua magnífica “História de Dom Pedro II”, e sem demora, apesar de atarefadíssimo, como pode imaginar, naqueles primeiros dias, após quase meio ano de ausência, atirei-me a lê-lo, é o caso de dizer, gulosamente, de capítulo em capítulo, até a última página. Renovo-lhe e reforço os aplausos que lhe enviei pelo primeiro tomo. O Sr. conquistou já um lugar de relevo entre os mais competentes e ilustres historiadores brasileiros; atingiu esse grau de distinção e autoridade intelectuais que garante a um homem, na estima de seus pa-

res e da sociedade culta, títulos independentes da sua situação oficial; quero dizer que, secretário ou conselheiro diplomático, está acima de muitos ministros e embaixadores, e que, quando por seu turno atingir esses fastígios da carreira, os honrará mais do que eles o honrarão.

“Ao grande cuidado e à abundância dos elementos informativos se junta neste volume, como no anterior, uma bela amplitude de critério político e histórico; de modo que a obra ficará com o valor definitivo de um depoimento de autor inteligente sobre o período do segundo reinado brasileiro. Centro da perspectiva geral, rodeado das figuras salientes quase todas serenamente analisadas e desenhadas, o alto e puro vulto do Imperador se destaca...”

Não nego que minha obra fosse conscienciosamente documentada. Despendi o máximo cuidado para que assim resultasse: consultei arquivos, examinei numerosos documentos, pus-me em contato com descendentes de figuras que se evidenciaram durante o Segundo Império; em suma, estudei a fundo aquela fase de nossa História. Porém, nas linhas acima reproduzidas, Magalhães de Azeredo deixou falar seu coração. A amizade nascida quando, Segundo Secretário, servi sob suas ordens, com o correr do tempo intensificou-se cada vez mais. Nossa correspondência epistolar manteve-se sempre ativa. E, no último estágio de minha carreira, ocupando eu próprio seu lugar de outora, isto é, o de Embaixador na Santa Sé, ia freqüentemente vê-lo em sua casa da via de Villa Emiliana. Viúvo sem filhos, já em bem avançada idade, surdo, quase isolado do mundo, e em dificuldades financeiras, sensibilizava-o as visitas dos que não o esqueciam.

Um dos mais brilhantes talentos literários de sua geração, além de magnânimo, Magalhães de Azeredo merecia que a juventude de hoje não o ignorasse.

# Em Buenos Aires:

---

## Primeiros tempos

Embarcando no navio *Argentina*, como disse, segui para o novo posto em julho de 1940. Acompanhava-me minha mulher e meu filho, criança de três anos e meio. Em Montevideú, onde se deteve o vapor algumas horas, esperava-nos no cais meu colega e amigo Osvaldo Furst, que era ali o Primeiro Secretário. A senhora, nascida Maria Malafaya, achava-se ausente, pois, sempre preocupada com a saúde da mãe que adorava, havia dado um salto ao Rio. Maria, quando solteira, fôra uma das moças de maior êxito na sociedade carioca; por sua beleza, elegância e simpatia.

Amavelmente mostrou-nos Furst a cidade que ainda não conhecíamos, e, como de praxe, fizemo-nos fotografar em frente ao famoso monumento denominado *La Carreta*. Levou-nos depois a almoçar em sua confortável e acolhedora casa situada em uma pequena e sossegada praça, cujo nome não retive. Recordo-me, no entanto, bem nitidamente de uma árvore gigantesca e muito copada que se erguia em seu centro.

Não houve tempo para apresentar meus cumprimentos ao Embaixador do Brasil, que era João Batista Lusardo; mas, tencionando voltar breve a Montevideú, o faria em outra ocasião. Lusardo fôra deputado e um dos constantes e mais esforçados companheiros de Getúlio Vargas na revolução de 1930. Gaúcho, como seu chefe, cognominaram-no *Centauro dos Pampas*. Em 1937, confiara-lhe o Presidente a Embaixada em Montevideú, e nela se manteria até 1945. Tomando gosto pela diplomacia, seria depois também Embaixador em Buenos Aires. Dizia Gabriel Hanoteaux, por três vezes Ministro dos Negócios Estrangeiros da França no século passado, que alguns preferem a carreira diplomática à política, preferência que aprovava inteiramente. Se ainda vivesse e conhecesse Lusardo sem dúvida aplaudiria sua escolha. Certo diplomata tendo solicitado uma licença especial, perguntou-lhe Hanoteaux o motivo que a isto o levava.

— Para apresentar minha candidatura a deputado pela Sarthe. (Era seu departamento natal).

— Concedo a licença, — disse o Ministro — mas previno-o de que abandonará a diplomacia, que é uma pessoa honrada, por uma vil amante, a política.

Na manhã seguinte, após a travessia do rio da Prata, aportavamos a Buenos Aires, a imponente capital da Argentina. Os colegas aguardavam-nos: Antônio Mendes Viana, João Coelho Lisboa, Teodomiro Tostes.

O hotel Alvear, onde nos hospedamos, e o Plaza eram os dois de mais alta categoria. Logo nos pusemos à busca de casa ou apartamento, eterno problema para os diplomatas que não são ainda chefes de missão. Cerca de um mês depois nos transferíamos para um *rés-do-chão*, com jardim privativo, que merecera nossa escolha. Amplo, com numerosas salas, esplêndidos banheiros, bela iluminação indireta, acabava de ser remodelado. O imóvel pertencia a Guilhermina Santamarina, casada com Jaime Braceras; e o casal vivia em um dos andares superiores. Um dos outros pisos estava alugado a Enrique Elizalde, cuja esposa, Luizita, era uma *White*. A vizinhança, por conseguinte, não podia ser mais seleta; gente considerada de primeiro *team* na sociedade portenha. Nosso novo endereço: Las Heras 1628. O local era para mim o mais cômodo: a dois quartos da Embaixada, não havendo, assim, necessidade de condução para ir ao meu trabalho quotidiano. Para o lado oposto, apenas a alguns passos, a praça Vicente Lopez, e, pouco adiante, a movimentada Santa Fé, com seu comércio florescente, que nos seria de grande utilidade.

No hotel Alvear tivemos a companhia de João Coelho Lisboa e sua filha Regina, que ali residiam, e aos quais me referi ao relatar meu estágio em Lisboa. Um dia João apresentou-me a uma senhora que eu já havia avistado, porém ignorava quem fosse. Despertara-me a atenção seu semblante fechado, onde não se vislumbrava a sombra de um sorriso. Dir-se-ia que algo a angustiava. Era a Sra. Antonio Larrogoiti, em solteira Mercedes Rose y Rigault, de nacionalidade espanhola. Só mais tarde tive a explicação daquele seu ar preocupado: percebera que breve seria destronada pela irmã de João Coelho Lisboa, a bela e talentosa Rosalina. Com efeito, o marido, diretor da companhia de seguros Sul-America, no Brasil, tramava trocar de esposa. O espantoso é que existia certa semelhança nos traços físicos de ambas. Não hesitaria Rosalina, na verdade, em largar seu marido americano, Miller, que mais tarde se casaria com uma filha de Antônio Carlos de Andrada, para unir-se a Antônio Larragoiti.

Hospedava-se também no hotel o Secretário belga, Gérard Walravens, cuja mulher, sul-americana, era sobrinha do casal Francisco Guarderas, Ministro do Equador, que ali freqüentemente aparecia. Guarderas, pessoa afável e de reconhecido valor, seria depois Ministro do Exterior de seu país.

### XXX

Poucos meses pude desfrutar, em Buenos Aires, a presença de Antônio Mendes Viana, pois, removido, em princípios de novembro partiria rumo à Secretaria de Estado. Passou então a ser um dos mais assíduos correspondentes do Rio. Suas cartas tinham um grande sabor: bem escritas, num perfeito português, salpicadas de ironias e palavras de espírito, que nem sempre encobriam a irreverência, a mordacidade e por vezes um traço de maldade para com alguns de seus chefes ou colegas da carreira que não eram de seu agrado; a começar, entre os primeiros, pelo Embaixador Rodrigues Alves, que fôra seu chefe e era agora o meu. Respondendo-lhe, escrevia eu, a 22 de novembro de 1940, entre demais assuntos:

“Tostes<sup>19</sup> e eu recebemos ao mesmo tempo suas cartas com as notícias sobre o falado movimento de Embaixadores. Coincidiu que o Rodrigues Alves recebeu também,

no mesmo dia, as mesmas notícias. Foi o que ele nos disse, em conversa, muito zangado com a entrada de *novos* Embaixadores<sup>20</sup>. Quer dizer, não contou a história direito, mas com uma pequena variante, *pro domo suo*. Assim, ao comunicar-me que o João Neves da Fontoura entrava como Embaixador, fiz-me de besta, fingindo que nada sabia, e indaguei-lhe à queima-roupa: “Para que posto?” E ele sem pestanejar: “Para Washington”. “Como, perguntei-lhe, e o Carlos Martins?”<sup>21</sup> Também logo respondeu: “Vai para Lisboa”. Aí fiquei quieto, e não disse mais nada.

Fiquei quieto porque eu sabia que Carlos Martins não iria para Lisboa; e que, no caso de deixar Washington, diziam que viria substituir Rodrigues Alves em Buenos Aires. Isto porque este último havia perdido terreno com o afastamento, por doença, do Ortiz da presidência da Argentina, e sua substituição interina por Ramon Castillo, vice-presidente, sabidamente desafeto do Embaixador do Brasil<sup>22</sup>.

O ambiente político aqui anda um pouco agitado por causa da questão das bases americanas no Uruguai. Já começa a ser difícil esconder a péssima impressão que isso vai causando em muitas rodas, que a princípio se desinteressavam da questão. Houve um certo alarme quando se teve a certeza de que o Uruguai “conversava” sobre a instalação dessas bases em seu território, à margem do rio da Prata, às escondidas do Governo argentino (que não tardou em saber o que se passava). Foi preciso que o Embaixador uruguaio se dirigisse um pouco precipitadamente ao palácio San Martin<sup>23</sup> dar a segurança de que nada se concluiria com os americanos sem que a Argentina fosse antes ouvida. Mas ficou sempre o receio de que essas bases, financiadas e mantidas pelos Estados Unidos, pudessem mais tarde, em circunstâncias que ninguém pode prever, mas devem ser consideradas (é o que se diz aqui), ser postas à disposição do Brasil pelos nossos amigos de Washington em caso de dificuldades nossas com Buenos Aires. O Uruguai não teria meios para se opor. Pensam que seria um perigo para a Argentina pôr nas mãos dos uruguaios uma base como a da qual se fala; seria o mesmo que entregar um revólver a um menino.

O Governo argentino, pelos seus órgãos autorizados, tinha até então se conservado calado. Mas, como se fosse muito *em seu nome*, o Julio Roca<sup>24</sup> achou que lhe seria conveniente lançar um “comunicado” oficial, evidentemente de mau humor, no qual declarava que a chancelaria argentina era o único órgão autorizado a emitir a opinião do Governo sobre a questão das bases; e que, enquanto este critério não fosse modificado, ele ficaria no Ministério.

Vai daí o Presidente Ortiz interrompeu sua convalescença e o silêncio em que se vinha mantendo para dar sua opinião sobre o caso das bases, opinião que só serviu para trazer maior confusão, pois declarava que um assunto como este não podia ser considerado apenas entre duas ou três nações americanas, porém em um largo espírito de fraternidade continental. As palavras não foram propriamente estas; exprimo-lhe apenas a idéia. Queira Deus que este caso não nos venha ainda a trazer aborrecimentos, embora estejamos como Pilatos no Credo”<sup>25</sup>

A 9 de dezembro do mesmo ano mandava eu nova carta a Antônio Mendes Viana: “Meu caro Mendes Viana.

Por aqui andamos como consentem os fatos. Trabalha-se um pouco na chancelaria, naquele *ran-ran* seu conhecido. E, como sempre, dá-se vasão à enxurrada de recortes

de jornais. Faça favor, Dr. Mendes Viana, de não esquecer no bolso aquele projeto de circular que lhe dei! O nosso *capo* está calmo, com um otimismo confortável e tranquilizador. Diz que precisa fazer uma cura na fonte *des Célestins*, em Vichy. Diz, mas não vai. Está mais britânico do que nunca, e o incidente do *Itapé* o deixou um pouco desarvorado.

Esse incidente mereceu da imprensa portenha, pelo menos até agora, salvo exceções de uns jornalecos germanófilos, as honras do mais absoluto silêncio. Naturalmente porque não convém estar a defender as suscetibilidades do Brasil diante dos *gentlemen* da Missão Comercial inglesa que ainda cá se acha pelejando colocar os produtos *made in England* antes que o Tio Sam açambarque todo o mercado importador. Como não convém defender o Brasil para não malquistar seus amigos bretões, e também não parece direito atacar-nos para lhes ser agradável, porque seria um escárneo para a chamada solidariedade americana, política de boa vizinhança e outras balelas que seu mestre em politicagem, o astuto Franklin Delano Roosevelt, inventou para estes parvos de latino-americanos, a imprensa achou melhor silenciar, isto é, que o Brasil se desembrulhe como puder ou como quiser da entaladela em que o meteram os heróicos marujos da *Royal Navy*.

Estou muito satisfeito com tudo o que se está passando porque dá ensejo para mostrar, a quem não queria ver, que a tão famosa solidariedade americana é pura fachada para iludir os ingênuos. Porque a verdade verdadeira é que somos solidários somente quando se trata de interesse a que somos estranhos, com o qual nada temos que ver e em nada nos afeta. Mas quando são nossos interesses que estão em jogo, quando somos nós os atingidos, e quando é a nossa casa que pega fogo, então cada qual que puxe o corpo fora, quando não são confessadamente contra nós.

Minha experiência e espírito de observação têm-me ensinado que em política latino-americana há três situações distintas: 1<sup>o</sup> — quando o Brasil está em paz e em perfeita ordem; então os hispano-americanos são todos nossos amigos e se intitulam *los hermanos de América*; 2<sup>o</sup> — quando um dos estados hispano-americanos está em dificuldade; então brigam todos entre eles, procurando cada qual obter as simpatias e o apoio do Brasil; 3<sup>o</sup> — quando é o Brasil que está em dificuldades; então se unem todos contra nós, deixando que o Brasil se desembrulhe como puder. Aprendi essas coisas em Genebra, quando estava na Liga das Nações, a melhor escola de psicologia diplomática que me foi dado cursar, curso que eu chamaria de esperteza diplomática.

Também lá, muito antes de mestre Roosevelt inventar os seus postulados de política americana, vivíamos de braços dados com nossos *hermanos de América*, desfrutando as meninas do Kursaal e as trutas azuis do Garance. Solidariamente de cama e mesa. Que melhor e mais sólida podíamos ter? Pois sim! Quando chegava a hora das eleições para a renovação do Conselho da Liga e eleição dos membros temporários (o Brasil era um deles), a chamada *guerre des sièges*, o que se via era todos os nossos *hermanos* se coligarem contra nós para tirar-nos do Conselho. “Seu” Mendes Viana, não queria saber o que precisava o meu amigo Afrânio de Melo Franco despender de malabarismo político, de astúcia mineira, de sua evangélica paciência, de abraços e de apertos com duas mãos numa das mãos do cavalheiro a conquistar (muito engenhoso; uma das suas especialidades), para desarmar toda aquela miuçalha hispano-americana! Claro que o

melhor recurso era lançar San Martin contra Bolivar, Ó Higgins contra Miranda, e enquanto esses heróis se degladiavam uns contra os outros, cada qual disputando a glória do outro, tirarmos a brasa para a nossa sardinha, e nos instalarmos por mais três anos no cobiçado assento do Conselho.

O elixir da solidariedade continental com que nos está intoxicando mestre Roosevelt não modificou até hoje esse estado de coisas. E a prova é que na primeira oportunidade, como agora, os nossos *hermanos* estão todos encolhidos, inclusive o pai da boa vizinhança, que não quer se malquistar com a velha Albion por causa de uns sujeitos alemães que tínhamos a pretensão de querer proteger como o auri-verde pendão da nossa pátria que uma brisa ligeira mexe e balança... Quando meu patrão aqui foi saber do Julinho Roca se ele estava disposto a intervir em Londres, respondeu o velhote que sentia muito porque também cá não se tinham podido importar umas máquinas da Alemanha para o exército argentino por oposição da Inglaterra; mas que iria falar com o Espil<sup>26</sup>, para este falar com o Wells<sup>27</sup>, para este falar com o Cordel Hull<sup>28</sup>, para este falar com Lorde Halifax<sup>29</sup>, o *girafa*, para este falar com o obeso Churchill<sup>30</sup> – desculpe a palavra *obeso* que deve interpretar da melhor maneira, isto é, o mais delgado possível – para este falar... Ora bolas! O nosso patrão saiu muito triste e desanimado com a tão falada – e esperada – solidariedade continental”.

### XXX

Em novembro de 1940 falecia, aos setenta anos de idade, Neville Chamberlain, o homem do guarda-chuva ou o artifice da Conferência de Munique, na qual teve a pretensão de travar os ímpetos belicosos de Adolfo Hitler. Quando soube a notícia de seu desaparecimento, escrevi umas linhas que a seguir reproduzirei:

Buenos Aires, novembro de 1940

Neville Chamberlain terminou ontem sua triste vida nesta terra. Fazia poucas semanas que tinha deixado o Governo, ou melhor, que o tinham posto para fora do Governo, não do cargo de Primeiro Ministro, o qual desde alguns meses ele fora obrigado a entregar a Winston Churchill.

Os ingleses querem apresentar Neville Chamberlain como uma vítima desta guerra, ou melhor, como um mártir de uma paz que ele não soube ou não pode conservar. Faleceu, dizem, com o coração dilacerado por ver por terra todos os seus ideais pacifistas. E, se a Inglaterra fosse um país católico, por pouco mais canonizava Neville Chamberlain.

Não duvido em que ele, em seu íntimo, fosse um pacifista. Mas é certo que acima de seus sentimentos pessoais punha, como bom inglês que era, e de pura raça, os interesses e as conveniências do Império britânico. Acima de qualquer ideologia pacifista. No que, no ponto de vista inglês, era muito louvável. Pode bem ser que quando haja declarado guerra à Alemanha – porque foi a Inglaterra quem declarou a guerra – tenha agido em desacordo com suas próprias convicções; mas agiu de acordo com os interesses do Império britânico.

Não sei se a História lhe será favorável. Não sei se mais tarde, quando estiverem definitivamente serenadas todas as paixões desta época agitada e ardente, a História será condescendente para com Neville Chamberlain. Não lhe negará, por certo, os ingentes esforços que fez, senão pela paz da Europa, ao menos pelo seu afastamento, quanto possível, do solo inglês. Não fez menos esforços por que a guerra tardasse a mais tempo possível, chegando ao ponto, para isso, de humilhar-se em Munique diante do novo deus alemão. Defendeu, portanto, quanto pôde, de uma forma louvável para um inglês, as verdadeiras conveniências do Império britânico – que, não estando então preparado para a guerra com a Alemanha, quanto mais tempo ela fosse adiada, mais tempo tinha para armar-se e preparar-se para a luta.

O povo inglês lhe há de ficar grato por todos os seus esforços para adiar a guerra. Mas uma coisa não lhe perdoará: ter sido sob seu Gabinete que começaram a ceder os fundamentos do Império britânico, de quem ele foi, até certo ponto, o primeiro coveiro. No fundo, foi um mau político – mau no sentido de incapaz – francamente abaixo das responsabilidades de sua época. Por isso perdeu a batalha da paz. Sem dúvida, os erros da política inglesa na Europa, particularmente com relação à Alemanha de antes e de depois de Hitler, não devem ser todos levados à conta de Neville Chamberlain. Ele herdou também o pesado acervo de desacertos de seus antecessores, estadistas tão medíocres quanto ele, que o povo inglês se viu forçado a aceitar, na falta de melhores, da paz de Versalhes para cá, Lloyd George, Bonar Law Baldwin, MacDonald, para só falarmos nos Primeiros Ministros. Mas, se herdou um mau patrimônio, também nada fez por melhorá-lo; antes tudo fez por piorá-lo. E sobre os erros e os desacertos de seus antecessores acumulou novos erros e novos desacertos.

No fundo era um pobre homem, sem nenhuma visão política, sem nenhuma qualidade de estadista, que, não se sabe como, foi elevado do modesto balcão de Birmingham para as alturas de Downing Street. E sobre seus ombros frágeis puseram todo o peso do Império britânico para que ele o dirigisse, quase direi, para que ele o salvasse na fase mais crítica de sua História. Isto estava acima de suas forças, de suas qualidades, de sua visão limitada e simplista das coisas. Por isso fracassou.

### XXX

Alguns meses depois, em fins de junho de 1941, era outro estadista inglês que desaparecia: Lorde Parmoor. Atingiu idade bem mais avançada que Neville Chamberlain, pois chegou aos oitenta e oito anos. Charles A. Cripps fôra enobrecido com o título de Lorde Parmoor para que seu partido, o trabalhista, tivesse um representante na Câmara dos Lordes. Ocupou diversos cargos de relevo antes, durante e depois da Primeira Guerra, inclusive o de representante do Império britânico na Liga das Nações. Aí assumiu atitudes verdadeiramente antipáticas com relação à pretensão do Brasil de obter um lugar permanente no Conselho, fato ao qual fiz referências em outros trechos destas Memórias.

Na época de sua morte, o filho, Stafford Cripps, era o Embaixador inglês em Moscou.

### XXX

Já falei de Estevão Leitão de Carvalho que, no meu tempo de Genebra, nos anos vinte, era assessor militar da nossa Delegação na Liga das Nações. Major naquela época, terminaria sua carreira como Marechal. Entre ele e eu cresceu pouco a pouco uma grande amizade que se manteve viva até o final de sua vida, ceifada não há muito tempo. Tendo publicado um livro sobre desarmamento, e gentilmente me oferecido um exemplar, enviei-lhe a seguinte carta de Buenos Aires em 26 de dezembro de 1940:

“Meu caro Leitão.

Quero agradecer-lhe o seu belo livro sobre o Desarmamento que teve a bondade de mandar-me, e que há de ser da maior utilidade a quem tiver de refletir sobre tudo o que precedeu e provocou esta famosa guerra, da qual não foi das menores de suas causas a insistência com que franceses e ingleses teimaram, sob os mais variados pretextos, em não quererem de modo algum se desarmar, apesar de tudo o que haviam prometido no tratado de Versalhes.

Você foi daqueles que acreditaram no Desarmamento. Levou, por isso, em Genebra, sua tarefa a sério — como sabe levar, aliás, tudo o que faz. E era militar. Eu era civil e diplomata. Sem embargo, nunca pensei que aquelas reuniões dessem alguma coisa mais que parolagem, parolagem e parolagem — *words, words...* Sim, deu mais: a carnificina que hoje presenciamos.

Você deve agradecer aos deuses que o protegem, como eu igualmente agradeço, tê-lo feito assistir, em Genebra, à maior mistificação que já se viu em política internacional, a mais desvalida sem cerimônia no menoscabo de todos os princípios do decoro entre as nações e cujos resultados não podiam ser outros senão a revolução política e social que hoje presenciamos.

A única obra verdadeiramente construtiva e honesta que produziu a Liga das Nações você diz qual foi: o Protocolo de Genebra. Se a intenção dos homens que se reuniam na antiga Sala da Reforma fosse realmente honesta e boa, que melhor colheita poderia resultar de seus esforços a favor da humanidade do que os postulados do Protocolo que eles mesmos haviam feito? No entanto você viu o que se passou. Não esqueceu por certo a desfaçatez com que a plutocracia conservadora inglesa, apoiada nos canhões da *Home Fleet*, torpedeou todo o belo trabalho realizado em Genebra.

Não sei, nem ninguém sabe por enquanto qual o desfecho desta guerra, nem por que cartilha reizará amanhã a humanidade. Mas qualquer que seja ele, qualquer que seja ela, nenhum historiador imparcial deixará de atribuir grande parte dos males que atualmente nos afligem à absoluta falta de honestidade política e à comprovada incapacidade dos patrões que punham o dispunham dos nossos destinos em Genebra.

É muito cômodo atribuir hoje a Hitler e a Mussolini tudo o que se está passando de mau no mundo. Mas quem tem memória e sabe refletir não vai facilmente nesse engodo; sobretudo quem *viu*, como você e eu, tudo o que precedeu à política imperialista desses dois senhores. Em nosso tempo de Genebra, Hitler e o nacional-socialismo alemão não existiam; e Mussolini, se não era parceiro, estava, em todo caso, de boa paz com os donos da Liga das Nações — se bem que despeitado, já, com o papel de filho bastardo em que punham deliberadamente a Itália, e isso desde a expulsão desta dos conciliábulos do hotel Crillon, em Paris, presididos pela suficiência provinciana do mestre-escola

Wilson. E, quanto ao fascismo, era mercadoria para consumo interno, uma política inteiramente italiana, imprópria para exportação.

Agora o que salta à evidência, ao menos para quantos querem ver com seus próprios olhos, é que se o fascismo extravasou pela Europa e se infiltrou no mundo; se Hitler e o nacional-socialismo brotaram de uma Alemanha reduzida a trapos pelos empresários do tratado de Versalhes; e se o fascismo e o nacional-socialismo se juntaram para sobrepor o seu imperialismo ao imperialismo de fala inglesa, não importa por que processos ou modos — não foi porque encontrassem um mundo impróprio às suas ambições, uma atmosfera tranquila e prometedora de paz, de trabalho e de bem estar.

Quando eu escrever minhas Memórias, e me ocupar do meu tempo em Genebra, depois em Berlim, ao tempo da república de Weimar, hei de contar muita coisa que o Brasil ignora, porque geralmente nossos conhecimentos em política internacional não vão além dos comunicados tendenciosos das agências telegráficas norte-americanas. Hei de contar o que se passou com o Brasil em Genebra, as traições que ali sofremos, culminadas com a nossa expulsão moral da Liga das Nações. O nosso amigo Afrânio de Melo Franco, bode expiatório de todas as mistificações que nos fizemos ali, é quem devia ter dito tudo isso, menos para justificar seu fracasso em Genebra do que para desmascarar aquele mundo de Briands e de Austen Chamberlains, a retumbante falência da nossa diplomacia e o completo isolamento em que se achava o Brasil no chamado concerto das nações.

Hei de contar as cenas edificantes que presenciamos no Conselho e na Assembléia da Liga, os apertos em que nos puseram as grandes potências, e aquele saco de gatos que era a nossa famosa Delegação permanente. Mas hei também de falar, e com saudades, de tudo o que cimentou nossa amizade, desde nosso primeiro encontro na sala de jantar do hotel de Russie no dia da minha chegada de Londres, quando lhe fui apresentado pelo almirante Penido, até as horas acolhedoras que passei no nº 8 da rua Michel Chauvet, os almoços dos domingos que nos dava Dona Laura, os bridges com aquele pacato burguês do Casais<sup>31</sup>, nossas longas e amistosas palestras! Como tudo isso me parece uma outra vida, e com que saudades recordo aqueles nossos dias, para nós ainda tranqüilos, mas já precursores do mundo convulsionado de hoje, da luta de morte entre duas concepções de vida, que nos deixa cada vez mais preocupados com o que nos dará o dia de amanhã.”

No nº 1.555 da rua Callao estava instalada a Embaixada do Brasil, tanto a chancelaria como a residência do Embaixador. Quando de minha chegada, havia dezoito anos que era propriedade de nosso país. Talvez fosse considerado o suficiente para nossa representação ao ser adquirido em 1922 ao tempo do Embaixador Pedro de Toledo, mas, devido ao aumento do pessoal diplomático e as necessidades do serviço, já não preenchia adequadamente sua finalidade. Assim é que tratei de assinalar logo numa espécie de *memorandum* os defeitos que de início me saltaram à vista. Conservando o dito *memorandum*, passo a transcrevê-lo:

1. A atual chancelaria da Embaixada do Brasil em Buenos Aires data de cerca de vinte anos. Foi construída em 1922, no sótão do prédio da Embaixada, comprado naquele ano. Não havendo outra parte onde instalá-la, foram então aproveitados, para esse fim, os quatro quartos que existiam no telhado do referido prédio, destinados aos empregados, e construídos mais três na parte dos fundos, destinando-se todos aos serviços da chancelaria.

2. Foi, portanto, já naquela época, uma construção de emergência, a que se teve então de recorrer na falta de melhor. Isto mesmo reconheceu Pedro de Toledo, então Ministro do Brasil em Buenos Aires, em seu ofício nº 12, de 4 de julho de 1922, salientando que eram cômodos “muito quentes no verão e frios no inverno”, mas ponderando que “durante cerca de vinte anos” poder-se-ia ter aí a chancelaria da Embaixada.

3. Esse prazo está quase a terminar, e por todos os motivos a previsão feita em 1922 corresponde hoje exatamente à verdade dos fatos.

4. A construção feita em 1922 obedeceu rigorosamente às exigências do serviço e do pessoal naquela época, quer dizer, era então o estritamente indispensável quando a Embaixada se compunha apenas de sete pessoas: um Ministro, um Primeiro Secretário, dois Segundos Secretários, um Adido Comercial e dois Adidos Militares (naval e militar). Hoje se compõe de doze pessoas, mais cinco do que em 1922, e são:

um Embaixador

um Conselheiro

três Adidos Militares (naval, militar e aeronáutico)

um Conselheiro Comercial  
três Segundos Secretários  
três datilógrafos-arquivistas.

5. Dado o aumento do serviço e do pessoal de então para cá sem que tenha correspondido, por igual, um aumento da chancelaria, chegou-se hoje ao seguinte resultado:
- a) todas as suas salas (com exceção das duas saletas de espera) são ocupadas pelo pessoal;
  - b) não há sala para o arquivo, que se acha, por isso, distribuído por todos os cômodos;
  - c) não há igualmente uma sala para a biblioteca, que se acha espalhada pelas salas e corredores da chancelaria;
  - d) não há sala para as datilógrafas-arquivistas, que trabalham distribuídas pelas salas dos Secretários;
  - e) estando todas as salas já ocupadas e não havendo mais espaço algum disponível, não há onde alojar o Adido Aeronáutico, recentemente nomeado para a Embaixada;
  - f) a sala do Adido Naval está ao lado da cozinha;
  - g) a parte da chancelaria ocupada pelos Adidos Militares (naval e militar) não tem aquecimento no inverno; por outro lado, no verão é quase impossível de suportar-se pelo excesso de calor, o que se dá, aliás, com toda a chancelaria, por ter sido construída sobre o telhado da Embaixada, e ser seu teto de zinco e não de telha;
  - h) a chancelaria tem hoje três moças a seu serviço, duas funcionárias do Itamaraty e uma da própria chancelaria; sem embargo, elas não dispõem de uma *toilette* própria, e são, por isso, obrigadas a se utilizarem da que existe para todo o pessoal da Missão, inclusive para o pessoal subalterno;
  - i) o elevador que dá acesso à chancelaria e do qual se utiliza não só o seu pessoal como todo o público que a procura, é o mesmo de que se servem também, para subir aos seus aposentos, o Embaixador e sua família, seus hóspedes, amigos e criadagem.

Por várias vezes fiz ver a meu chefe, o Embaixador Rodrigues Alves, os mil inconvenientes daquela instalação, perguntando-lhe se não seria o caso de, para tal, chamar a atenção de nosso Governo. Se me permitia falar, era por que o Ministro Osvaldo Aranha, então à frente do Itamaraty, dera-me carta branca no sentido de modificar na chancelaria o que não me parecesse certo. Porém, não há pior cego do que aquele que não quer ver. E Rodrigues Alves não me dava ouvidos, achava que tudo estava perfeito, que nada mais se fazia necessário. Insisti. Ponderei que talvez se pudesse ir procurando local mais espaçoso, onde os funcionários gozassem um pouco mais de conforto; e depois, já com algo em vista, submeter à aprovação do Ministério. Mas qual! Ao mínimo passo opunha-se meu chefe. Um dia, com ar de mistério, confessou que nada o faria sair daquela casa porque uma mudança em sua idade (mas que idade, meu Deus! contava na ocasião cinquenta e sete anos) significava a morte. Sua teimosia, concluiu eu, era o resultado de uma tola superstição, à qual devíamos o continuar apertados e sujeitos ao maior desconforto. Habitara-se àquele estado de coisas, pois desde 1926, salvo um

curto intervalo em Santiago, ocupava o cargo de Embaixador em Buenos Aires. Mas cada qual tem seu destino marcado: Rodrigues Alves não se mudou, mas faleceu na mesma, ano e pouco após minha saída, a 6 de maio de 1944.

Foi então que, tendo o Brasil adquirido o amplo, belo e rico palácio Pereda, à rua Arroyo, se daria para lá a transferência de nossa representação na Argentina.

### XXX

Hoje o cargo de embaixador é uma comissão. As promoções vão somente até a categoria de ministros de primeira classe, podendo estes serem ou não comissionados embaixadores. Antigamente era diferente: embaixador era mais um degrau na carreira. Luís de Sousa Dantas, Raul Regis de Oliveira, Abelardo Roças, Guerra Duval e Rodrigues Alves foram os últimos deste grupo. Aposentaram-se os quatro primeiros por limite de idade, porém Rodrigues Alves exercia ainda suas funções ao falecer. Ao extinguir-se, extinguiu-se também o antigo quadro de embaixadores.

Filho do que fora Presidente da República de 1902 a 1906, e em 1918 reeleito para um novo período, que, já minado pela moléstia, praticamente não pode assumir, vindo mesmo a morrer no ano seguinte, José de Paula Rodrigues Alves era paulista de Guaratinguetá. Iniciando muito jovem a carreira diplomática, já aos trinta e poucos anos seria Ministro Plenipotenciário em Pequim. Para aquelas lonjuras o removera o pai com o intuito de o afastar de um casamento que não seria do agrado da família. Tratava-se de uma viúva, Maria (apelidada Cotinha) Esteves, em solteira de sobrenome Lopes, irmã de João Batista Lopes, que foi mais tarde nosso Cônsul em Paris. José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Comércio*, do Rio, era uma espécie de protetor daqueles manos; talvez lhes fosse aparentado. Cotinha, além de dezoito anos mais velha do que Juquinha (o filho do Presidente era assim chamado pelos íntimos), tinha três filhos do primeiro casamento, sendo que o primeiro era precisamente da idade deste. Suponho que nenhum pai, dadas estas condições, faria gosto no consórcio. Mas Cotinha era mulher de armas, e a distância não constituiu obstáculo aos seus projetos: meteu-se em um navio que rumava para a China, e foi ao encontro do seu querido. Na terra dos mandarins, com as bênçãos da Santa Madre Igreja, uniram-se, até que a morte os separasse, um brasileiro e uma brasileira.

Em Buenos Aires, o predecessor imediato de Rodrigues Alves fora Luís Guimarães Filho, que ali poucos meses permaneceu. Antes dele, chefiou a Embaixada José Bonifácio da Andrada e Silva, descendente do “Patriarca da Independência” o tutor de Dom Pedro II, irmão de Antônio Carlos, que teve movimentada carreira política, chegando mesmo a ser Presidente do Estado de Minas Gerais, e substituto do Presidente da República. Getúlio Vargas, quando este se ausentou para uma visita oficial à Argentina e ao Uruguai. José Bonifácio e Antônio Carlos eram dois irmãos muito ligados. Ora, aconteceu que José Bonifácio deixara de cumprimentar determinada pessoa porque esta andava “metendo o pau” no irmão. “Não fizeste bem ponderara Antônio Carlos – nunca deixes de cumprimentar alguém, mesmo os inimigos. Cumprimenta mal, mas cumprimenta”.

Outro ocupante da casa de Callao, em época anterior, fora Assis Brasil, o qual, se

como Ministro em Washington timbrava pela simplicidade, simplicidade até demasiada, que chegava ao ponto de fazê-lo se deslocar, para retribuição de visitas, pedalando uma bicicleta, em Buenos Aires era menos prosaico e mais oneroso para os cofres do Tesouro Público. A verdade é que levava do Rio, para seu uso, um automóvel pertencente ao Ministério da Agricultura, pasta da qual, apesar de nomeado Embaixador em um país estrangeiro, Assis Brasil entendera não se exonerar... Coisas... Não creio que Oliveira Lima, que serviu em Washington sob as ordens de Assis Brasil, embora se tornando seu desafeto, exagere muito ao relatar determinadas excentricidades do chefe. Depois de contar que uma de suas mais importantes ocupações, e que o enchia de vaidade, era cavalgar um puro-sangue, diz que um de seus passatempos favoritos era “acertar, como Guilherme Tell e como muitos saltimbancos de feira, em uma maçã colocada na cabeça de sua esposa”, que se acostumara passivamente a tão esquisito papel. Assis Brasil e Oliveira Lima não só se desentenderam, mas acabaram por ficar a ferro e fogo. A discórdia tivera origem entre as respectivas caras-metades, Dona Lidia (portuguesa, irmã do Conde de São Mamede) e Dona Flora. Diante da situação insustentável que se criara, resolveu Assis Brasil telegrafar ao Itamaraty pedindo sua retirada ou a de Oliveira Lima. Ao que o velho visconde de Cabo Frio, com sua fina ironia, observou que a solução seria “remover as senhoras”.

## XXX

Na Embaixada (residência, não chancelaria, é óbvio) era costume dançar-se de vez em quando. A Embaixatriz, que nessas ocasiões timbrava em ser apenas a Dona Cotinha, era uma senhora largamente septuagenária. Mas, não há dúvida, era uma grande dançarina. Tinha certa vaidade em exibir a flexibilidade e a agilidade do corpo, notáveis de fato para aquela idade já quase bíblica. Lutava bravamente contra o castigo dos anos; e neste ponto é de justiça reconhecer-se que levava uma considerável vantagem. Vestia-se em geral de branco, azul ou cor-de-rosa, com fazendas leves e vaporosas, que esvoaçavam quando ela se agitava pelas salas. Sobre a cabeça por vezes colocava umas flores de cores vivas, ou então um cacho de umas frutas que podiam ser uvas ou cerejas — artificiais, bem entendido, porque, do contrário, arriscariam tingir a renda através da qual aparecia o rosado da pele.

As danças começavam quase sempre com um jantar dito à americana, durante o qual eram distribuídas as prendas, isto é, apitos, gaitas, recos-recos, ou então chapéus de papel, serpentinas, adornos para cabeça, enfim esses pequenos objetos usados outra nos *cotillons*, e são hoje destinados aos bailes de carnaval. Terminado o jantar, tinham início as danças, a princípio *fox-trots*, marchinhas, sambas, ao som de uma vitrola adrede preparada, que nos fornecia grande variedade de números. Mas logo degeneravam em puro carnaval carioca, com os cordões que a Embaixatriz organizava, ela e o Embaixador à frente, aos requebros, os braços levantados, as mãos agitadas ao ar. Era ela quem entoava o canto guerreiro: *Seu condutor, tim! tim! Seu condutor, tim! tim!* Os convidados todos a seguiam, uns atrás dos outros, mãos nos ombros, num longo serpenteado pela casa, sob a algazarra de gritinhos, de risadas, dos mais variados barulhos estridentes, feitos com todos aqueles engenhosos objetozinhos.

Era sumamente grotesco. Eu, que me habituara à forma discreta com que as senhoras de meus chefes na Europa recebiam os convidados, dificilmente me conformava com aquele espetáculo carnavalesco nos salões da Embaixada em Buenos Aires. Achava tudo aquilo ridículo e vulgar, destoando profundamente da austeridade, da perfeita linha, mesmo de certo exagero de snobismo com que se era recebido nas principais casas argentinas.

É verdade que também minha mulher e eu organizávamos os nossos cordões em nossa residência em Lisboa, ao som das marchinhas que emitia a vitrola, e, se bem não se cantasse *Seu condutor, tim! tim!*, acompanhava-se com alegria a melodia das músicas do carnaval carioca. Mas, meu Deus! nossa casa em Lisboa não era a Embaixada do Brasil! Nossos convidados não eram os convidados da Embaixatriz do Brasil! Sim, porque ela estendia os convites às figuras mais importantes do país: ministros de Estado, políticos, juizes, escritores, etc... Nós nos divertíamos simplesmente com um grupo limitado de amigos íntimos que formavam nossa roda, na qual não entrava quem queria, mas só quem podia, e eram todos gente jovem, discreta, da melhor sociedade de Lisboa.

Não digo que nesses pequenos carnavais da Embaixada do Brasil em Buenos Aires se praticassem excessos que a decência da dona da casa não permitiria. Mas era grotesco. Era grandemente ridículo naquele ambiente, que, não sendo um ambiente faustoso, pela modéstia do prédio e a pouca pretensão dos salões, era sempre a sede da representação diplomática do Brasil, e os donos seus titulares. Bastava este pensamento para emprestar àquele carnaval improvisado um caráter deveras desconcertante.

Havia mais ainda. De quando em quando Dona Cotinha se punha a sambar sozinha no meio do salão; à volta, parados, os convidados acompanhavam com palmas o ritmo da música. Ela, sorridente, deixava transparecer a satisfação com o êxito obtido. Para uma septuagenária, confesso que era formidável e espantoso, pois se mexia tão bem quanto qualquer brotinho. Porém, diante do conhecido snobismo da gente argentina, enchia-me de vergonha, e refugiava-me em uma salinha contígua ao *hall* e mobiliada e adornada exclusivamente com coisas chinesas, recordações da terra que servia de cenário ao casamento dos Embaixadores. Nesta peça agrupavam-se alguns brasileiros que, como eu, percebiam o desfrute do que se passava: Teodomiro Tostes, Beata Vettori, Cônsul adjunto, o casal Paulo de Lima, ele representante do Departamento de Café, etc...

### XXX

Paulo de Lima e sua mulher Cidinha, que não há muito nos deram, em Lisboa, a alegria de uma visita, formavam e, Deus louvado, formam o mais encantador dos casais. Ambos mineiros: ele, filho de Noraldino de Lima; ela, pertencente à família Giffoni. Vivem atualmente em São Paulo. Conforme disse, representava Paulo o Departamento do Café, e é de esperar que a Argentina, país nosso vizinho, não acontecesse o mesmo do que em Paris, onde se gastava um dinheirão na propaganda da afamada rubiácea, porém sem grandes proveitos. Na capital francesa anunciava-se por toda parte, em jornais, em revistas, nos muros das casas, as excelências do nosso café, e convidavam a

comprar *Café du Brésil*. Ora, no comércio de Paris ou da França não havia café com esta marca. Se alguém entrasse em um lugar onde vendessem café, e pedisse um quilo de *café du Brésil*, logo lhe diziam: “*Café du Brésil? Connais pas! N’avons pas! Ça n’existe pas, Monsieur! Nous n’avons que du café moka ou du café Santos. Café du Brésil pas!*” E o freguês saía sem comprar. Sim, porque o francês, que já não prima por seus conhecimentos geográficos, não era obrigado a saber que café Santos era o café do Brasil. A propaganda do Departamento resultava assim perfeitamente inútil. Anunciar *Café du Brésil* quando o café se chama e é conhecido como *Café Santos* era o mesmo que chamar salsichas da Alemanha às salsichas de Frankfourt ou vinhos da Espanha aos vinhos Malaga. Nas menores coisas desta vida, mesmo nas consideradas mais fáceis, é preciso pôr um pouco de inteligência ou pelo menos de bom-senso.

## XXX

Tal como na Embaixada em Lisboa, não havia, no meu tempo de Buenos Aires, nenhum Primeiro Secretário, porém três Segundos: João Coelho Lisboa, Teodomiro Tostes e Nelson Tabajara de Oliveira, este chegado depois de mim.

Parodiando Paulo Silveira que, quando Adido à Secretaria de Estado, dizia ter Napoleão Reyes, diretor da biblioteca do Itamaraty, mentalidade de Corpo de Bombeiros pelo horror que manifestava por qualquer espécie de fogo, inclusive o dos cigarros ou charutos, eu poderia aplicar a João Coelho Lisboa a mentalidade de *carcereiro*. De fato, com o pavor de apanhar um resfriado, verdadeira mania, vivia a fechar quanta porta havia na chancelaria de Buenos Aires, obrigando-nos a ficar encurralados mesmo em pleno verão. Todos sabemos que, nesta estação, a temperatura ali pode ser escaldante. E, nas peças construídas sobre o telhado, onde tínhamos que trabalhar, o tormento não era pequeno.

Foi durante sua estada na Argentina que Coelho Lisboa tratou de casar a filha, fato a que já tive oportunidade de aludir. Em jornais e revistas, publicada a seu pedido, houve uma ridícula exibição de títulos nobiliárquicos de sua família, títulos naturalmente surgidos de sua mente. No “El Hogar”, revista de vasta circulação, apareceu mesmo um longo artigo intitulado “Unem-se as Casas de Portugal e Espanha”. A coisa chegava às raias da imbecilidade, pois Regina era brasileira, e o noivo, embora filho de uma infanta espanhola, tinha pai e nacionalidade argentinos. No mencionado artigo, o autor reproduzia palavras de Coelho Lisboa, que, orgulhoso de sua origem lusitana, dava sua família como proveniente da *quinta da Coelhoa*, justificando, assim, seu sobrenome. Mas que quinta seria esta da qual ninguém ouvira falar? Decididamente era demais. Rodrigues Alves encheu-se de coragem, o que lhe deve ter custado por detestar assumir atitudes, e fez-lhe ver que aquilo se estava tornando vergonhoso para a própria Embaixada. Não concordou, porém, João Coelho Lisboa; achava-se certo; e atribuiu a observação do Chefe à inveja deste por não poder exibir títulos iguais, visto “correr em suas veias sangue negro misturado com sangue judeu”

Coelho Lisboa, é verdade, podia ter certas originalidades, que eram sem dúvida idiotas, mas não faziam mal a ninguém. Há que reconhecer sua boa educação, suas maneiras finas, suas atenções. Igual não se dava com seu colega Nelson Tabajara de Oliveira, de extração diferente, e cujos modos e idéias destoavam dos que se esperam de um diplomata. Seu pai, professor primário na capital paulista, era mesmo daqueles que são conhecidos apenas por alcunha — Oliveira China. Em 1924, Nelson Tabajara, sargento de polícia, fora obrigado a entrar na revolução encabeçada por Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa. Fracassado o movimento, fugiu com os demais soldados, seus companheiros, para o Paraguai, onde viveu exilado. Mais tarde transferiu-se sucessivamente para o Uruguai e Argentina. Neste país morava na mesma casa que o então tenente Filinto Muller, também exilado, e que ganhava a vida como *chauffeur* de taxi. Tabajara fizera-se então ajudante ou coisa que valha desse *chauffeur* improvisado. Vitoriosa a revolução de 1930, Filinto Muller obtivera para seu antigo ordenança o lugar de Auxiliar de Consulado. Foi o suficiente para entrar no Itamaraty e na “carreira”. Alguns anos depois, o modesto sargento de polícia era “diplomata” em Buenos Aires. As revoluções têm dessas surpresas. Revolvem por vezes águas estagnadas, e muita coisa que está embaixo vem, assim, à tona e à luz do sol.

Diante desta subida rapidíssima, Rodrigues Alves, nosso Chefe, pôs-se na cabeça que Tabajara era amigo e protegido do Presidente Getúlio Vargas, e, quando aquele Secretário praticava suas costumeiras irregularidades, aconselhava-me a ser tolerante, a fechar os olhos. Mais ainda. Queria que eu o deixasse escolher o expediente que fosse de seu agrado, destinando o resto aos outros funcionários. Tabajara, pondo à prova o Embaixador, repetia-lhe, com relação à sua amizade com o Presidente da República, que *apenas* o conhecia e que o único traço de *camaradagem* entre os dois era o terem ambos sido sargentos. E comentava que se divertia com esta lenda que o fazia temido até do Ministro do Exterior, a ponto de haver prevenido o Adido Militar, Tasso Tinoco, recém-nomeado para Buenos Aires, que “tivesse cuidado com o Tabajara que se correspondia com o Getúlio”.

Na realidade Tabajara era a pessoa de confiança do major Filinto Muller, o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, seu correspondente, espécie de vigia da Embaixada, do Consulado e dos brasileiros, sobretudo comunistas, que se encontravam na Argentina.

O fato é que Tabajara jogava com pau de dois bicos. Fazia-se amigo dos ditos comunistas, que piamente nele acreditavam. Por suas idéias, algumas das quais pretendendo expor adiante, dava a impressão de com eles efetivamente pactuar; por isto custume crer que exercesse a contento de seu patrão do Rio a missão da qual fora incumbido. A alguém que estranhara suas intimidades com os vermelhos, respondeu que o Embaixador também era “amigo dos comunistas”, tanto assim que visitara o Dr. Elieser Magalhães (um deles) quando este estivera doente, e recebera Jorge Amado (outro) na Embaixada. Era exato. Porém Tabajara esquecera-se de acrescentar que ele próprio levava Jorge Amado à Embaixada, e insistira com Rodrigues Alves para recebê-lo em audiência!

Certa vez devia chegar, vindo do Rio, e a caminho de seu posto, o Adido Militar, creio, em La Paz. Tabajara ofereceu-se para ir a bordo representar a Embaixada. Rodrigues Alves objetou não ser o caso, porquanto esta função competia aos Adidos Milita-

res acreditados em Buenos Aires. Ponderou Tabajara que tinha sido destacado por estes últimos para desembarçar a bagagem do passageiro, e, assim, não haveria necessidade de outras pessoas se incomodarem! Agarrado às suas origens, deixava transparecer a consciência da subalternidade, não se recordando de que já não era um simples sargento. Vestígio do meio em que nascera, alcunhava Tabajara quem com ele lidasse. A Otávio Botelho, o Conselheiro Comercial chamava de *Al Capone*, e a Loureiro (escapa-me agora seu nome de batismo), representante do Lloyd Brasileiro, de *Baby Face*. Teriam os dois merecido tais alcunhas por se lhes notar as tendências para *negocistas*? É que, sempre que se falava em comprar novo prédio para a Embaixada, eles procuravam “se atravessar” no negócio a fim de ganharem comissão dos vendedores.

### XXX

Encontrei na Embaixada, como Adido Militar, o coronel Emilio Ribas, que dentro de alguns meses seria substituído por Tasso de Oliveira Tinoco.

Ribas, cuja mulher era parteira, utilizava-se dos contínuos da chancelaria para seu serviço privado, a ponto de mandá-los levar e buscar seus filhos ao colégio. Ficava, por isso, às vezes, a chancelaria abandonada, com seus dois empregados na rua, a serviço do coronel. Quando assumi ali sua direção, em julho de 1940, pus fim a esse abuso, não permitindo que os contínuos ficassem ao mesmo tempo ao serviço particular do Adido Militar. Isto o irritou, e foi seguramente um dos motivos que o levaram, desde então, a suportar-me mal.

Ribas era um inimigo feroz dos alemães. Recebia seus vencimentos por intermédio da sucursal do Banco do Canadá, instalada na rua Santa Fé. Toda vez que ali ia, fazia, no balcão, e para quem o quisesse ouvir, uma terrível catilinaria contra alemães e italianos, tanto que um dos diretores daquela sucursal, de nacionalidade argentina, mas seguramente também pouco simpático à política do Eixo, manifestou-me sua estranheza por um Adido Militar de um país neutro como o Brasil se externar, e em público, daquela forma contra a política na Europa.

Aliás, todos quantos privavam com esse oficial estavam fartos de conhecer seus sentimentos a este respeito. Aconteceu mesmo que no tradicional jantar de despedida que os adidos militares estrangeiros oferecem ao colega que se retira, no caso o jantar ao Coronel Ribas, só tomaram parte os adidos dos países americanos e o inglês. Todos os demais, simpáticos ou aliados do Eixo, se negaram a comparecer.

Ao deixar Buenos Aires, Ribas oferecera a Tabajara, por preço compensador, duas camas de seus empregados, duas camas que serviam para seus filhos e mais alguns trastes usados. Tabajara, que se instalava, aceitou comprar os móveis. Qual não foi, porém, sua surpresa, pouco depois, reconhecendo o logro em que caíra, ao constatar que as camas dos meninos estavam em petição de miséria e se quebravam por si mesmas! Quanto às dos criados, estavam infestadas de percevejos, sendo forçoso jogá-las fora. Tabajara teve ímpetos de pedir satisfações ao tenente-coronel. Mas, refletindo, preferiu conformar-se.

Tasso de Oliveira Tinoco, o sucessor de Emílio Ribas, era de pequena estatura, alourado, olhos azuis, pouco expansivo e de expressão que traduzia fielmente a auste-

ridade ou, se quiserem, a dureza militar. Tal como o que o precedeu, tinha a patente de tenente-coronel, mas timbrava em ser importante: só atendia telefonemas de tenentes-coronéis para cima. Se algum militar menos graduado ousasse querer falar-lhe, recusava ouvir a razão da chamada!

### XXX

As irregularidades que se praticavam na Embaixada eram tantas e de tal ordem que me obrigavam freqüentemente a referi-las ao Embaixador, não porque me fosse isso de qualquer modo agradável; pelo contrário. Mas entendia que, responsável pela direção da chancelaria, era meu dever tentar repará-las, sobretudo porque nada vira de semelhante nas seis missões diplomáticas onde havia trabalhado antes. Aquilo me escandalizava. Encontrava, contudo, sempre a maior resistência por parte do Chefe, que eu sentia ouvir minhas comunicações com visível enfado, e acabava por nada fazer ou providenciar, repetindo sempre a mesma frase: “sempre se fez assim”.

Estando longos anos à frente da Embaixada (apenas com uma interrupção quando foi posto em disponibilidade pela revolução vitoriosa de 1930) e havendo imprimido ali em tudo o traço de sua ação pessoal, não gostava que quem quer que fosse tentasse modificar o *status quo* existente, e aborrecia-se quando eu lhe fazia sentir a necessidade de qualquer mudança de critério. Tenho hoje a quase convicção de que foi aquela minha veleidade de querer modificar (para melhor, ao menos no meu entender) muita coisa que ali se fazia que acabou *à la longue* por me tornar, aos olhos do Embaixador, um homem incômodo, e o levou sobretudo a obter por todos os modos e meios minha retirada da Missão. A verdade, porém, é que nem sempre dependia de mim não o incomodar com minhas observações sobre o serviço, de vez que, recebendo reclamações dos Secretários sobre irregularidades ali praticadas, eu não podia deixar de transmiti-las à S. Exa. De outra maneira, solidarizaria-me com elas. E isto eu não queria, nem me seria possível admitir.

Foi o que fiz quando João Coelho Lisboa e Nelson Tabajara de Oliveira reclamaram contra o fato de serem chamados à noite para deciframos telegramas, prática que eu achava desnecessária desde que não se tratasse de matéria urgente, e estava levando aqueles Secretários, para fugirem à tarefa, a esconderem-se, dando ordem em suas casas para dizerem que “não estavam”. Parecia-me ser deprimente para os próprios Secretários. Foi o que fiz igualmente quando Coelho Lisboa reclamou por receber as chaves dos cofres da mão do porteiro. O que fiz quando Tabajara reclamou por o Embaixador confiar à datilógrafa, Dona Margarida Chabassus, a tarefa de escolher os artigos de jornais que os Secretários deviam encaminhar ao Itamaraty, sistema que aquele Secretário qualificava de “escárneo”. Aliás, sobre este assunto, algo havia eu obtido, sem contudo alcançar o que devia ser. Acabara com o critério adotado por Rodrigues Alves, nos meses de verão que ele passava em Mar del Plata, de dar esse encargo a um dos contínuos da chancelaria, um chileno de nome Sílvio. Por incrível que pareça, a coisa assim se processava.

Na cifração e decifração dos telegramas, servia-se o Embaixador da ajuda da datilógrafa sua protegida, a tal Dona Margarida, uma viúva depravada e insolente, cujo ma-

rido, um alemão, se suicidara ao ver-se ameaçado de processo de bigamia. Ela nascera em São Paulo, mas filha de franceses; portanto, francesa segundo as leis da França. Por vezes quem ajudava Rodrigues Alves naquele trabalho era Adalbrun Correia Pinto, seu amigo e serviçal, auxiliar contratado do Consulado. Não estava certo; era mais uma irregularidade.

Com relação à datilógrafa, Dona Margarida, quando cheguei a Buenos Aires, ela era a única da Embaixada, e estava inteiramente a serviço do Embaixador. Recusava bater à máquina as minutas dos Secretários. Foi-me dito que tal costume vinha de longe, e, já ao tempo do Ministro Conselheiro São Clemente, se negava copiar as minutas deste. Pareceu-me não estar direito, pois que era paga para fazer todo o serviço de datilografia. Referi o assunto ao Chefe. Repetiu-me este que “sempre se fizera assim”, o estribilho já meu conhecido, acrescentando que ele próprio ocupava demasiado aquela senhora, não lhe sobrando, por conseguinte, horas para bater o trabalho dos Secretários; e que, além do mais, era bom que estes aprendessem a manejar a máquina. Repliquei que, em princípio, seria obrigação da datilógrafa fazer todo o serviço de máquina, mas que, no entanto, não insistia porque, estando para chegar à Embaixada a datilógrafa do Itamaraty, Dona Olga Botelho, eu pretendia confiar-lhe a tarefa ao se tratar de minutas minhas e dos Secretários. Ficaria, assim, a outra, conforme desejava e pedira empenhadamente o Embaixador, encarregada só do serviço deste. S. Exa. aceitou com visível contentamento esta solução. Contudo, a fim de não dar a impressão que desprezava o princípio estabelecido, confiei, depois desta conversa, a Dona Margarida, por mais de uma vez, minutas minhas e dos Secretários, não recusando ela a passá-las a limpo. Em duas ocasiões apenas tentou fazer prevalecer sua vontade, quando se negou terminantemente a copiar de novo trabalhos (um destes uma guia diplomática) nos quais cometera vários erros. Disse que não tornaria a copiar. Porém, como me mostrasse firme, acabou cedendo, mas não sem provocar antes uma das cenas, correntes ali, de prantos, gritinhos, apelos para o “Sr. Embaixador”, produzindo a intervenção solícita deste com palavras suaves e consoladoras, pancadinhas no ombro, etc...

Depois que Dona Olga Botelho regressou ao Itamaraty, e a outra ficou novamente só, consegui, apesar da má vontade de Rodrigues Alves, que todo o serviço de datilografia ficasse definitivamente a cargo de Dona Margarida. Regularizou-se, assim, a situação. Sem embargo, quando mais tarde passei a chefia da chancelaria ao Ministro Paulo Demoro, o Embaixador restabeleceu o sistema antigo, voltando os Secretários a baterem à máquina. Isto durante algum tempo, porque depois estes descartariam a tarefa no servente Lucas Ramirez.

### XXX

Com relação ao serviço de datilografia, é agora a oportunidade de relatar o que se passou com o Adido Militar, coronel Tasso Tinoco, e que revela o ambiente dominante na Embaixada por se recusar o Chefe a usar de sua autoridade, resultando disto a confusão, a discórdia e a intriga.

Aconteceu que o referido militar pediu um dia a Dona Olga Botelho que se deslocasse, munida de sua máquina de escrever, ao seu gabinete a fim de copiar, sob suas

vistas, um relatório. Objetou-lhe a datilógrafa que não lhe era consentido nem transportar a máquina, nem se ausentar da chancelaria nas horas de expediente; além do que, estava sobrecarregada de trabalho. Ele, porém, insistiu. Dona Olga, pessoa educada, não lhe querendo ser desagradável, cedeu, mas sem sair da sala que lhe era destinada.

Passados dois ou três meses, apareceu Tinoco com outro relatório. Tornou a pedir a Dona Olga seus préstimos. Tal como da primeira vez, relutou ela em satisfazê-lo. Contudo, premida, viu-se novamente forçada a ceder. Houve, entretanto, nesta ocasião qualquer coisa que não agradou ao Adido Militar, o qual se dirigiu à Dona Olga em termos que a magoaram ou a melindraram. Pelo Secretário Teodomiro Tostes, fui inteirada do que se passava.

Depois de ouvir Dona Olga, que me confirmou o que eu já sabia, expus o assunto ao Embaixador, rogando-lhe que avisasse a Tinoco não ser permitido à datilógrafa fazer na chancelaria trabalho que não fosse de exclusivo serviço desta, o que não incluía necessariamente relatórios dos adidos. Senti que Rodrigues Alves não gostou de ser posto ao par do “caso”, como, aliás, se aborrecia sempre que o informava das irregularidades da Missão, porque isto o obrigava, ainda que moralmente, a tomar uma atitude, a intervir, a se incomodar, o que detestava. Sugeriu que, como chefe da chancelaria, eu mesmo falasse ao Adido Militar. Ponderei que este não fazia parte da chancelaria, mas sim da Missão, e que o Chefe da Missão era ele, Embaixador, e não eu. Retorquiu preferir não falar porque “esses militares são muito susceptíveis, e não compreendem estas coisas”. “No fundo, acrescentou, está tudo errado; o certo seria que se cotizassem para terem uma datilógrafa a seu serviço”. Reconheceu, entretanto, ter o Adido Militar querido levar para a Embaixada, como datilógrafa sua, uma moça que trabalhava no escritório do Conselheiro Comercial, Otávio Botelho, não o consentindo, porém, S. Exa. por lhe parecer que a criatura não era propriamente a indicada para o convívio com as outras, e isto por causa das restrições que lhe faziam. Estas restrições, que o Embaixador partilhava, de seu lado não eram sinceras, pois que admitia essa moça nas recepções presidenciais pela Embaixatriz. Sempre me pareceu que a verdadeira razão era outra, possivelmente ciutada de mulher.

Não quis, pois o Embaixador entender-se sobre o assunto com Tasso Tinoco. Pedi-me, no entanto, que transmitisse de sua parte a Dona Olga o seguinte recado: se o Adido Militar solicitasse outra vez seus serviços, “recusasse delicadamente”, e, se acaso insistisse, lhe dissesse para falar comigo, Heitor Lyra. Devia eu, a conselho de meu Chefe, “replicar com jeito para não melindrá-lo”.

Conhecedor do que estava acontecendo, o Secretário Nelson Tabajara, que já então procurava por todos os meios intrigar-me com o pessoal da Missão, foi dizer a Tinoco que “se Dona Olga não batia seus relatórios era porque o Ministro Conselheiro (eu) lhe proibira”. Chegou-me isto aos ouvidos. Coincidiu que de repente o Adido Militar deixou de falar-me sem me fazer saber o motivo.

Achei que devia referir ao Embaixador a atitude assumida por Tinoco, provocada, em toda evidência, pelas intrigas de Tabajara. S. Exa. ouviu-me calado. Nada respondeu. Tão pouco nada fez no sentido de que o Adido Militar soubesse que as instru-

ções dadas a Dona Olga tinham partido dele. Deixou, em suma, mais uma vez, que reinasse a intriga e a maledicência, ficando ele a salvo de tudo.

### XXX

Outro motivo de desacordo com Rodrigues Alves foi o caso das notícias ou artigos desagradáveis ou francamente agressivos ao Brasil e aos nossos homens do Governo, publicados em certos órgãos da imprensa argentina, sobretudo jornais radicais, socialistas e comunistas, e que o Embaixador não permitia se mandassem para o Itamaraty, a igual do que se fazia com notícias a nós favoráveis. Mostrei a S. Exa. que este duplo critério não podia proporcionar ao Ministério a impressão exata do tom da imprensa argentina a nosso respeito. Replicou que os jornais que atacavam o Brasil não tinham apoio na opinião pública. Disse-lhe não achar tivesse razão, pois vários daqueles jornais gozavam larga circulação no país, por exemplo *La Hora*, órgão comunista, muito bem aceito nos centros operários do interior, e onde o grupo dos comunistas brasileiros que residiam em Buenos Aires, chefiados por Jorge Amado, fazia cerrada campanha contra o Governo do Brasil. Acrescentei que, se era sua convicção que tais jornais não desfrutavam o apoio da opinião pública, seria indicado, por ocasião da remessa de seus recortes, salientar isto mesmo, e não ocultá-los ao Itamaraty. Não respondeu. Continuou a prevalecer seu critério.

### XXX

Também divergi do Chefe quando se tratou de um passaporte diplomático pertencente ao jornalista Ortiz Echague. O prazo de validade havia expirado; além do que, o Ministério do Exterior, que eu consultara, declarara ter o portador perdido o direito àquela categoria de passaporte por não ser mais Cônsul honorário da Argentina em Biarritz, circunstância que motivara sua concessão. Competia-me, pois, negar o “visto”.

Não se conformando com minha decisão, o Sr. Ortiz Echague foi pessoalmente à Embaixada e insistiu no pedido. Que fez Rodrigues Alves? Deu-lhe o “visto”. Diante disto, fui ter com S. Exa. e disse-lhe claramente que não podia assim proceder porque, além de o “visto” ser sob todas as sentidas ilegal, deixava exposta minha autoridade à face do Ministério do Exterior por haver eu assegurado não ser o “visto” concedido. Respondeu o Embaixador que nada ignorava, mas, não obstante, o dava sob sua exclusiva responsabilidade — assinando-o ele próprio — mesmo porque o Sr. Ortiz Echague “era um jornalista muito perigoso, que certamente se zangaria comigo se lhe negasse o “visto”. Mantive, no entanto, meu protesto veemente.

Já fiz alusão ao fato de os Secretários, quando à noite eram acordados para irem à chancelaria decifrar telegramas, receberem das mãos do porteiro as chaves dos cofres onde se guardavam os códigos. Alertou-me, relativamente a isto, João Coelho Lisboa. Saindo com frequência, por ser a Embaixatriz dessas senhoras que não se sabem entreter em suas casas, e isto apesar de sua avançada idade, Rodrigues Alves tinha o péssimo costume de confiar as ditas chaves ao porteiro, um espanhol de nome Francisco. Fiz-lhe ver a irregularidade de tal procedimento. Alegou ser o porteiro pessoa de sua plena

confiança. Talvez fosse, porém não podia eu de maneira alguma admitir o que se passava. Declarei que, compartilhando com S. Exa. a responsabilidade de integridade dos códigos, não concordava com que o porteiro tivesse acesso a eles. Não pude vencer a resistência do Embaixador, mas chegamos a uma combinação: não tendo mais os Secretários, conforme fôra resolvido após reclamação que eu apresentara, de deciframos telegramas recebidos fora das horas de expediente, não havia necessidade de ficarem as chaves dos cofres com o porteiro.

Era hábito de Rodrigues Alves ausentar-se para Mar del Plata nos três meses mais quentes do verão, janeiro, fevereiro e março. Vinha a Buenos Aires apenas uma vez por semana ou de duas em duas semanas, apenas por um dia, a fim de assumir o expediente. Ao partir, dava ordem ao mencionado porteiro, o espanhol Francisco, para abrir os telegramas que chegassem fora do horário da chancelaria, e os lesse pelo telefone, só os entregando a mim no dia seguinte. Também isto era irregular, e obrigava-me a mais uma reclamação. Não gostou S. Exa., naturalmente. Repetiu que confiava naquele empregado. Mantive-me intransigente; declarei que não receberia telegramas de serviço abertos por um porteiro. Tivemos então que procurar nova transação. Ficou assentado que os telegramas seriam levados fechados à minha residência, situada à curta distância da Embaixada, a qualquer hora da noite, para que eu mesmo os abrisse e os lesse, por telefone, ao Chefe que veraneava à beira-mar.

Quando foi da Conferência dos Chanceleres, dezembro de 1941, e Rodrigues Alves teve de ir ao Rio, assumi a direção da Embaixada. Dando-me ele, naquela ocasião, a relação dos cinco empregados cujos ordenados eram pagos pela verba da casa, fez-me ver que apenas um, Lucas Ramirez, passaria o recibo da quantia exata que recebia, devendo cada dos quatro restantes passar recibo de uma importância cinquenta pesos superior à que de fato recebia.

Estranhei. Mostrando que tais recibos, exceção de um, não exprimiam a verdade, voltou S. Exa. com seu estribilho: “sempre se fizera assim”. Explicou que a diferença a mais se destinava a custear a alimentação daqueles empregados — o que não era permitido pelos nossos regulamentos, pois essa alimentação não pode ser paga pela verba de casa. Agastou-se por lhe chamar eu a atenção. Mas, sem embargo, reconhecendo a procedência de meu pasmo, não ousou, na segunda vez que me entregou a chefia da Embaixada, solicitar novamente minha cumplicidade. Concordou em que os recibos traduzissem a verdadeira importância paga a cada um.

### XXX

Enfim, muita coisa desviava das normas habituais de nossas missões diplomáticas. Não podia eu, por conseguinte, aprová-las ou mesmo deixar que assim prosseguissem, mas confesso que foi a mais penosa fase de toda a minha carreira. Satisfazia-me a vida fácil, confortável, de alto nível, que me oferecia a capital da Argentina, mas aquele ambiente da Embaixada era de todo contrário ao meu feitio e às minhas noções de responsabilidade e decoro.

As irregularidades não se limitavam às já citadas. Outras existiam. O porteiro, Francisco, com freqüência atendia de pijama e chinelos as pessoas que se dirigiam à

Embaixada. Felizmente pus termo a isto, exigindo que se vestisse sempre conforme era sua obrigação.

Ao regressar certa vez do Rio de Janeiro, tendo já o Brasil cortado relações com a Alemanha, a Itália e o Japão, Rodrigues Alves trouxera autorização para enviar de avião à então capital brasileira, sempre que fosse necessário, um dos Secretários levando o expediente urgente. No entanto, nunca usou de tal autorização, mesmo motivada. Por que? Simplesmente por oposição da datilógrafa Margarida Chabassus, que manifestou desejo de ser portadora dos despachos. Ora, não sendo a autorização extensiva a ela, como poderia se apresentar ao Itamaraty com aquele encargo? Pois bem, a fim de não contrariá-la, preferiu o Embaixador jamais mandar alguém. Isto provocou, naturalmente, protestos dos Secretários, sobretudo de Nelson Tabajara.

Minhas reclamações justas, porém não do agrado e da compreensão do Chefe, terminariam por indispô-lo para comigo, seu eventual substituto.

---

## A vida em Buenos Aires

De Buenos Aires escrevia eu à minha irmã mais velha, Judith, que morava no Rio:

“... Apesar de seus defeitos, mesmo de seus inconvenientes, isto aqui, nos tempos que correm, pode ser tido como excelente. Em outras circunstâncias, e excetuado o aspecto puramente material, quero dizer, o conforto material, que é completo, não seria posto que valesse a pena disputar. Para nós, diplomatas, é talvez o mais difícil deles, e o mais exposto a surpresas desagradáveis pela falsa ou incompleta concepção que se faz no Itamaraty disto aqui, nas nossas relações com a Argentina, e do sentimento desta gente com respeito a nós em particular, e a respeito do resto do mundo em geral. Mas isto afeta sobretudo o chefe do posto.

“Tivemos uma boa temporada de teatro. O Cólón talvez inferior a outros anos, segundo opinião geral. Mas a orquestra ali é ótima, os atores menos maus do que se diz, e o ambiente da sala sempre o mais agradável. Só os concertos de Toscanini valeram a temporada toda. Nunca o tinha visto à frente de uma orquestra, e surpreendeu-me a vitalidade daquele velho, sua maestria incomparável, sobretudo o que soube tirar daquele conjunto de músicos, que se comportou como os melhores da Europa. Tivera ocasião de ver Henry Wood em Londres e Furtwangler em Berlim, os dois célebres maestros. Faltava, para completar a trilogia famosa, ver Toscanini. Seria difícil dizer qual dos três impressionou-me mais. Talvez, pelas condições em que dirigiu sua orquestra, o maestro italiano.

“O que foi, até certo ponto, uma decepção nesta temporada foi o chamado conjunto alemão, a cargo do qual ficaram as óperas de Wagner. Medíocre em todos os sentidos. Bem inferior ao do ano passado, quando me surpreendeu não só a excelente qualidade do quadro como a totalidade da representação, o que permitiu se levasse *Parsifal* nada menos de três ou quatro vezes. Em Berlim só era levado uma vez por ano, pela Semana Santa, na Ópera do Estado. É verdade que o *Parsifal* de Buenos Aires não valia o de Berlim, como o de Berlim não valia, possivelmente, o de Bayreith. Contudo, o *Parsifal* do Cólón podia bem satisfazer os mais exigentes afeiçoados da música de Wagner.

“Em 1941 não tivemos *Parsifal*. Em compensação tivemos a *Flauta Mágica*, que

esteve à altura das melhores tradições de Salzburg. De todas as óperas de Mozart, parecem-me a mais *musical*, se se pode dizer assim, e toda sua orquestração é um encantamento para os apreciadores desta música eternamente jovem, sadia e harmoniosa em extremo.

“O teatro francês limitou-se à *troupe* de Louis Jovet, companhia equilibrada e bem ensaiada. Teria talvez que fazer algum reparo ao timbre de voz de Jovet, por vezes demasiado soturno. Em compensação, tivemos a voz clara, sonante, musical e sumamente doce dessa sedutora Madeleine Ozeray, cujas qualidades de graça e de profunda feminilidade podem ser resumidas na expressão francesa intraduzível: *mignonne*. A *troupe*, como era de esperar, obteve muito êxito, sobretudo entre a colônia francesa de Buenos Aires, que me pareceu culta e numerosa, e enchia quase a platéia, aliás pequena do teatro Odeon. Mesmo porque a clientela argentina não entende ou entende muito mal o francês, ao menos para apreciar aquela espécie de teatro, e a que lá aparece vai sobretudo por snobismo, por ser caro e vir de Paris. A mesma mentalidade que leva as senhoras a pagarem mil pesos por um vestido “importado” de França. Na Argentina ou, melhor dizendo, em Buenos Aires o preconceito da superioridade do estrangeiro sobre o nacional está talvez mais arraigado do que nos demais países da América; em todo caso, muito mais do que no Brasil. A expressão “importado” tem ainda aqui um sentido de valorização que seduz os mais indiferentes aos artigos estrangeiros. Basta dizer — e não se precisa nem mesmo provar — que determinado objeto foi “importado” para se lhe duplicar ou triplicar logo o valor, e entregá-lo à cobiça ou à rivalidade da clientela. Isto se passa com relação a qualquer coisa, até mesmo com relação à arte, por exemplo, a uma escultura, a uma pintura ou a um desenho, ainda quando de qualidade duvidosa. A arte, mesmo de pacotilha e da pior espécie, se importada ou recebida do estrangeiro, tem, para a gente daqui, grande superioridade sobre a nacional, mesmo a dos mais afamados mestres argentinos”.

### XXX

Havia certas coisas na sociedade argentina que positivamente desconcertavam, não que as considerássemos chocantes sob o ponto de vista moral (muito pouco vulnerável a este respeito, justiça seja feita), mas pela inversão dos clássicos valores sociais por toda parte aceitos e praticados.

Uma delas era a prerrogativa de que gozavam as moças e rapazes solteiros. Não no sentido liberal dos anglo-saxões ou no sentido educacional dos franceses, mas sob o ponto de vista estritamente social. Tinha eu às vezes a impressão de que eram eles que dominavam de fato na sociedade, que lhe presidiam os destinos ou lhe traçavam as normas. Depois é que vinham as senhoras; e, por fim, quase direi despercebidos, em rebanho, os cavalheiros. Despercebidos? É bem o caso de dizer, e bastava constatar isso nas crônicas sociais dos dois principais jornais da cidade, *La Prensa* e *La Nacion*, onde só eram citados geralmente os nomes das moças e das senhoras, ficando os dos homens ocultos na expressão coletiva e algo depressiva de *vários caballeros*.

Seria porque a crônica social daqueles jornais era feita por respeitáveis matronas, aposentadas da vida de sociedade ou necessitadas de um meio honesto e lucrativo de vida? A explicação não há de ser por certo tão simplista. Sem embargo, esse, como

muitos outros aspectos da maneira de ser argentina, chamavam a atenção e surpreendiam o estrangeiro que chegasse desprevenido a Buenos Aires, onde julgara encontrar uma sociedade senão amoldada, ao menos de maneiras e costumes correntes na maioria dos países.

## XXX

*L'exactitude est la politesse des rois* é um velho axioma francês. A este respeito, dizia Abel Hermant que a pontualidade não era apenas a polidez dos reis, mas a razão mesma de suas existências. E citava a decisão de Eduardo VII da Inglaterra, que, preocupado sempre com um possível atraso em que pudesse incorrer, fizera adiantar de um quarto de hora todos os relógios dos palácios reais. *Il y avait l'heure du roi*, continuava Hermant, *comme nous avons l'heure d'été*. Pena que os argentinos não seguissem todos o exemplo de Eduardo VII. Porque nunca vi gente tão impontual. Mais impontuais do que eles só os italianos. Era inútil, em Buenos Aires, querer começar qualquer coisa à hora marcada. Inútil porque não havia ninguém, ou melhor, porque ninguém chegara, salvo os donos da casa quando se tratava de um almoço ou um jantar. E assim mesmo! Lembro-me de que uma vez o Ministro do Equador, que era aquela bondosa e ingênua alma de Francisco Guarderas, oferecia uma recepção no hotel Plaza, onde morava, a Vitteri Lafronte, que devia ir, mas afinal não foi, como Embaixador do Equador (Guarderas regressava a seu país) para Buenos Aires. A recepção estava fixada para 6 horas da tarde. Vitteri conhecia-me de nome, pelos meus trabalhos e reduzidíssima colaboração na questão dos limites entre Equador e Peru, quando, em 1939, Osvaldo Aranha começou a se interessar por este caso, depois resolvido por ele da forma brilhante que se conhece. Manifestou Vitteri a Guarderas o desejo de avistar-me e conversar comigo antes do início da recepção. “Venha então às 7 horas — disse-me Guarderas — assim estamos um pouco a sós”. Estranhei porque a reunião começaria às 6. Porém confirmou: 7 horas. À hora apazada, apareci. Ninguém. Nem Guarderas, nem Vitteri, nem a Sra. Guarderas, ninguém. Toca a esperar, a esperar. Afinal lá pelas 7 e 1/2 começaram a chegar os convidados, que tão pouco encontravam os donos da festa nem o homenageado. Estes só apareceram pelas 8 horas, e com o ar mais inocente deste mundo, como se nada se tivesse passado de anormal, e, ainda por cima, sem dar a menor explicação do formidável atraso. Era desconcertante!

Igual impontualidade reinava em outros países hispano-americanos, segundo ouvi contar. Durante uma viagem ao México, o Sr. Benjamin Gohen, que foi Secretário-Geral Adjunto nas Nações Unidas, fora convidado para jantar por pessoa de alto prestígio social. Obedecendo ao indicado no cartão que recebera, entrava pontualmente às 8 horas e 1/2 p.m. na casa do anfitrião. Coube-lhe a surpresa de encontrar-se sozinho. Uma hora depois chegava um segundo convidado; mais vinte minutos, e aparecia um terceiro. Só ainda mais tarde surgia, todo sorridente, o dono da casa.

— Esperava-me havia muito? perguntou este descontraidamente ao Sr. Gohen, em honra de quem se realizava o jantar.

— Oh! desde 8 e 1/2 p.m., respondeu o estrangeiro com certa ironia.

— Naturalmente julgou que p.m. significasse *post meridianus*! Puro engano, caro amigo! P.M. quer dizer Pontualidade Mexicana. Não o esperava antes das 10 horas...

## XXX

Para um diplomata estrangeiro acreditado em Buenos Aires ter boas relações com os Ministros de Estado argentinos, bastava ser sócio e freqüentar o Círculo de Armas — “o clube mais fechado de que se tem notícia”, no dizer do americano John Gunther — verdadeiro quartel general dos oligarcas, isto é, da classe dominante no Governo. Outro local onde se podia encontrá-los, à tarde, era o Jockey Clube da rua Flórida. Em ambos davam a impressão de não se matarem de trabalho.

Ao tempo de Marcelo Alvear, Presidente da República quando pela primeira vez fora Embaixador em Buenos Aires, Rodrigues Alves gozara certamente grande prestígio. Porém, em 1940, tudo havia mudado. Outro partido estava no poder, e seus amigos de outrora achavam-se em uma espécie de ostracismo. Todas as tardes, em um ou outro daqueles dois centros, ia S. Exa. meter-se de parceria com os grupinhos dos agora desocupados, que eram os de suas relações. Servindo demasiado longamente no mesmo país, sua tendência era opinar e agir como se a este pertencesse. E, como os amigos não simpatizavam com o Governo em exercício, juntava-se ao coro deles em que era manifesta a oposição. Teciam-se ali toda sorte de intrigas contra o Presidente interino Ramon Castillo (substituindo o Presidente Roberto Ortiz atacado de uma grave moléstia nos olhos), sua política e fatos de sua vida familiar. Vivo e falacioso, com rica imaginação, o Embaixador era um precioso instrumento nas mãos desses oposicionistas, que o provocavam para emitir seus conceitos, coisa fácil após uns copos de whisky. Acontecia, contudo, que os amigos iam depois repetir fora os ditos, as frases irônicas, as maldades e os chistes que haviam ouvido da boca do Embaixador do Brasil.

Dizia Metternich que o principal papel dos diplomatas era correrem com um balde de água onde quer que o fogo ameaçasse, mas faltou acrescentar que não poucas vezes desempenhavam o papel ao inverso, isto é, substituíam o balde de água por um facho acceso. Era o caso de Rodrigues Alves nas tertúlias vespertinas do Círculo de Armas e do Jockey Clube em Buenos Aires.

## XXX

Como o geral dos latinos, os argentinos eram extremamente susceptíveis. À susceptibilidade uniam o mais feroz chauvinismo. “... intenso nacionalismo. Nunca vi coisa semelhante”, diz o já citado John Gunther no seu livro *Inside Latin-America*. E continuando: “Se a gente comprar um argentino pelo que ele vale, e o vender pelo que ele pensa que vale, ficará milionário”. Estava com a razão; pelo menos o pude verificar na época em que vivi em Buenos Aires. Não sei se hoje ainda será assim, pois que tantas e tantas transformações políticas e sociais se produziram naquele país.

Tinha-se que concordar quando um argentino declarava com a maior das seriedades que a capital era, depois de Londres, a cidade mais extensa do mundo, que possuía o mais importante jornal do mundo, a mais longa rua do mundo, a mais larga avenida do mundo, etc... Qualquer divergência poderia causar um melindre. E nada de arriscar uma brincadeira ou palavra de espírito porque o humor não seria ali entendido.

Sentia-se fortemente que no país circulava dinheiro a rodo. Gastava-se à grande. Parecia não existir sombra de preocupação de poupança. E nisto se assemelhavam os argentinos a determinado número de brasileiros, que, ao contrário do geral dos europeus, sempre ciosos do futuro, não pensam na possibilidade de precisarem um dia as consideráveis quantias bobamente dispendidas. Mas a verdade era que este gastar dotava a vida de um nível elevado, de um requinte raramente alhures presenciado. A própria classe média, contrastando com a de outras nações sul-americanas, era bem desenvolvida.

Possuir dinheiro tinha ali um notável significado. Provava-o o fato de, quando se indagava quem era tal ou tal pessoa, ser a resposta não somente constituída pelo nome e pela profissão. Juntavam logo a seguir o número de *millones* representativos de sua fortuna. Estranhei isto por demais porque, graças a Deus, nunca me interessou o dinheiro, nem o meu, que pouco é, nem o dos outros. Se algo desejava saber sobre alguém, os motivos eram totalmente diversos: por ser a pessoa simpática ou por poder-me ser útil em momento que necessitasse uma informação qualquer.

As fortunas naquele tempo (será ainda hoje assim?) estavam sobretudo entre as mãos dos *estancieros*, donos daquelas vastas fazendas e do gado que fornecia os tenros e saborosos *baby-beef* degustados especialmente no famoso restaurante *La Cabaña*, de Buenos Aires, peregrinação quase obrigatória aos visitantes da capital. Além do que, exportavam a excelente carne para o estrangeiro, sendo que só a consumida nos Estados Unidos era 20 por cento desta proveniência. Os *estancieros* e suas famílias dominavam na sociedade, dirigiam-na, por assim dizer, e a movimentavam com os jantares, recepções e festas que ofereciam. Alastrada a guerra na Europa, já não podiam, como dantes, empreender suas viagens anuais ao Velho Continente, e, como em seu país, se não fossem as notícias dadas pela imprensa e pelo rádio, não se imaginaria no mundo uma conflagração de tal quilate, visto a vida ali prosseguir com toda a normalidade, gastavam *in loco* os seus *millones*.

Tão rico e próspero se achava então o país que era idéia de muitos, em face da derrocada da Europa, vir a ser a Argentina a nação *leader* da raça latina na Terra inteira. Veríamos, contudo, com o correr dos anos e o desenrolar dos acontecimentos políticos, que a previsão falharia.

Para atingir aquele fantástico progresso, contou muito a contribuição dos ingleses. Na opinião do conhecido autor de *La gloria de Don Ramiro*, o argentino Enrique Larreta, todo o “benefício milagroso” realizado em sua pátria era obra destes últimos. Teria ele razão? Ignoro. O que sei é que um inglês, a quem um norte-americano perguntara o que pensava da Argentina, respondeu: “Vocês poderiam tomar-nos o Canadá, mas nunca a Argentina”. E o que também sei é que, quando eu lá estava, 78 por cento das estradas de ferro eram propriedade britânica; só o restante pertencendo ao Estado. Tive notícias de que mais tarde, creio que durante a era peronista, estas estradas haviam sido nacionalizadas, desde então passando a não funcionarem com a perfeição de outrora. Daí, e também a propósito das ilhas Malvinas ou Falkland (Malvinas se nomeadas por argentino; Falkland, se por inglês), surgiu um desentendimento entre as duas nações antigamente ligadas por simpatia e trabalho.

## XXX

Contam que uma vez o conde Kevenhuller, Ministro da Áustria em Bruxelas ao tempo do Rei Leopoldo II, explicava ao seu colega da Rússia que as repúblicas latino-americanas não tinham carreira diplomática. Eram os presidentes que escolhiam seus ministros (eram então bem mais modestas as repúblicas americanas, e não se davam ao luxo de ter Embaixadores) que eram ou adversários políticos dos quais se queriam descartar, ou amigos políticos cujos serviços queriam recompensar. De sorte que um sobre dez era de carreira; os demais, de diferentes profissões. Resultavam, acrescentava ele, como as empadas de galinha daquele judeu, a quem um amigo apresentava a dúvida de serem puras e sem mistura. O judeu viu-se forçado a confessar que, com efeito, eram misturadas com carne de cavalo.

– Em que proporção? perguntou-lhe alguém.

– Metade e metade, respondeu. Um cavalo e uma galinha.

Ora, se para um cavalo inteiro ele empregava uma só galinha, comparados os tamanhos dos dois bichos, a carne do segundo praticamente desaparecia ao ser misturada à outra. Era bem o caso dos diplomatas hispano-americanos, entre os quais os que haviam entrado na carreira desde o primeiro degrau eram em quantidade mínima. De um momento para outro, sem falar dos chefes de missão, qualquer cidadão podia ser nomeado ou conselheiro, ou primeiro secretário, ou segundo secretário, sem para tal haver recebido algum preparo. A Argentina não escapava a este mal, e, no fundo, a igual das demais repúblicas, invejava a estrita e bem organizada carreira diplomática do Brasil.

Sem embargo, encontrei, no decorrer de minha vida diplomática, embaixadores e ministros argentinos, de carreira ou não, de alta categoria, de valor incontestável. Como poderei não evocar a figura imponente em todos os aspectos de Dom Ramon Carcano, que durante vários anos presidiu a Embaixada de seu país no Rio de Janeiro? Inteligência privilegiada, cultura profunda, historiador de mérito, soube fazer de sua residência carioca o cenáculo dos intelectuais de então. Para aquelas reuniões, por vezes improvisadas, eu, ainda modesto Secretário, tive a honra de ser amiúde convocado. Ali apareciam o velho Rodrigo Otávio, Aloysio de Castro, Raul Fernandes, Hélio Lobo, Ribeiro do Couto, Pedro Calmon, este ainda em plena juventude, etc... Encontramos em Dom Ramon um amigo compreensivo e entusiasta dos vínculos espirituais que deviam unir o Brasil e a Argentina.

Mais tarde, estando eu em Buenos Aires, tive a satisfação imensa de reatar as relações com aquela alma verdadeiramente superior. Contava então Dom Ramon mais de oitenta anos de idade, mas seu espírito mantinha-se lúcido e brilhante. Que grande prazer me proporcionava com sua prosa, seus comentários, suas observações, durante aqueles almoços, quase sempre em *tête-à-tête*, em seu acolhedor apartamento da rua Montevideo 1597.

Na parte destas Memórias referentes ao meu segundo estágio em Berlim e à minha estada em Lisboa, tive oportunidade de falar de Eduardo Labougle e de Edgardo Perez Quesada respectivamente; o primeiro, Embaixador na capital alemã; o segundo,

Ministro na capital portuguesa; ambos excelentes e conceituados diplomatas argentinos que nunca deixaram de representar a pátria de maneira notável.

Ao chegar eu a Buenos Aires, era Ministro do Exterior (lá chamado *Ministro de Relaciones Exteriores y Culto de la Nación*) José Maria Cantilo, diplomata de carreira, que, entre outros postos, havia tido Lisboa, onde uma sua filha se casara com Antonio Faria, atualmente Embaixador de Portugal em Londres. Porém José Maria Cantilo, no cargo já fazia dois anos, foi pouco depois substituído por Enrique Ruiz-Guñazú. Este não pertencia à carreira diplomática, mas havia sido Ministro em Berna e Embaixador na Santa Sé.

Agradável e distinto era o Secretário-Geral ou Sub-Secretário das Relações Exteriores, Roberto Gache, cuja camaradagem estreitaríamos ao nos reencontrarmos em Lisboa anos mais tarde; ele exercendo o cargo de Ministro da Argentina, e eu o de Embaixador do Brasil.

Entre meados de 1940 e o final de 1942 houve dois Chefes do Cerimonial: Filipe Chiappe e Eduardo Vivot. Com o primeiro tive mais contato por coincidir sua atuação com a maior parte de minha permanência em Buenos Aires. Muito querido pelo Corpo Diplomático estrangeiro, regozijamo-nos, por um lado, com sua merecida promoção a Ministro, mas, de outro, lamentamos que esta promoção o obrigasse a partir para o exterior, afastando-o de nosso convívio.

No Ministério, por ocuparem as chefias das principais divisões, estavam mais em evidência: Rodolfo Garcia Arias, Ricardo Marcó del Pont, Carlos Torriani, M. Sáenz-Briones. Nunca mais deles tive notícias. Com a advento de Peron, surgiram outros nomes dos quais antes nunca se ouvira falar. Para dar-lhes lugar, muitos daqueles funcionários dedicados e seguramente de alta categoria tiveram que se afastar do serviço público e procurar novos rumos.



---

## O Corpo Diplomático

O Ministro de Portugal era um tal Roza de Oliveira, que se intitulava, no cartão de visita, “Ministre de Portugal”. Buenos Aires, creio, era a primeira Legação que ocupava, pois toda a sua carreira se passara em uns longínquos e quase ignorados consulados da China, de Ceilão, das Guianas, África e outros sítios exóticos. Não desfrutava em Buenos Aires a menor situação, política ou social, nem parecia, aliás, empenhado em fazê-la; não sei se por preguiça, por displicência ou por inabilidade. Vivia numa rua quieta do arrabalde de Belgrano, onde tinha também a chancelaria, arredio de tudo e de todos. Não conhecia ninguém, nem era por ninguém conhecido. Conhecido apenas em sua casa — *conocido en su casa*, como dizem os espanhóis. Não freqüentava ninguém; nem ninguém o freqüentava, salvo dois ou três portugueses pesados e bojudos, com ares de contrabandistas, que estavam na Argentina disputando os milhões de uma herança complicada, que lhes tinha deixado, diziam, um vago tio milionário.

Roza de Oliveira era no fundo um esquisitão, e parecia-me em Buenos Aires inteiramente deslocado das funções de seu cargo. Acresce que não primava pela inteligência, e a presunção era possivelmente o traço mais saliente de sua personalidade. Não se enquadrava de todo a um país de gente *snob* e cheia de preconceitos. Deveria, sim, ter ficado no Palácio das Necessidades, fazendo a burocracia do velho Teixeira de Sampaio, com o qual aprenderia muitas coisas, inclusive o francês, idioma que o mesmo Sampaio manejava com uma dicção, uma segurança e um fraseado que encantavam.

### XXX

No antigo palácio de Dom Daniel Ortiz Basulto estava instalada a Embaixada de França. Ali fora recebido o então Príncipe de Gales, futuro Eduardo VIII e Duque de Windsor, em 1925. A sala de jantar era inspirada na do palácio real da Noruega.

Em 1936 havia apresentado suas credenciais ao Governo argentino o Embaixador Marcel Peyrouton. Ainda lá se encontrava em 1940 quando parte da França foi ocupada pelos alemães, e constituiu-se o Governo de Vicky. Este, sem dar nenhuma satisfação a Peyrouton, nomeou-lhe um substituto, Charles Antoine Rochat, íntimo co-

laborador de Laval. Ao pobre Peyrouton, amargurado, desmoralizado, não sendo *persona grata* ao regime de Petain, nada mais restava do que ir ao Ministério do Exterior deixar suas despedidas, não aludindo sequer o fato de o *agrément* ter sido solicitado para um representante de Vichy. Limitou-se a participar que a missão francesa ficaria inteiramente a cargo do Conselheiro Guy de La Tournelle.

O *comité* nacional francês, que funcionava em Londres sob a direção do General de Gaulle, mantinha, contudo um agente para toda a América do Sul com residência em Montevidéu. Este agente era Alber Ledoux. Tal situação não deixava de criar embaraços, é evidente.

Ignoro se o mencionado RoCHAT chegou a aparecer em Buenos Aires. Pelo menos, nunca o vi. Recordo-me de que a Encarregatura de Negócios permaneceu por longo tempo aos cuidados de Guy de La Tournelle, a quem eu estava bastante ligado, e era, além do mais, meu vizinho, pois seu apartamento à rua Rodriguez Peña dava sobre meu jardim.

### XXX

Em outubro de 1940, alguns meses após a entrada de seu país na guerra, chegava a Buenos Aires, Raffaele Boscarelli, Embaixador da Itália. Homem fino, culto, inteligente, dominando vários idiomas, demonstrou tato e bom-senso no cumprimento de sua missão que se iniciava em momentos particularmente difíceis para as relações internacionais. O fato é que, graças às suas excepcionais qualidades, conseguiu conquistar as simpatias dos meios oficiais, da sociedade e da numerosa colônia italiana. Infelizmente ao cabo de ano e pouco faleceu repentinamente, deixando a todos consternados. Contava cinquenta e sete anos de idade.

Buenos Aires parecia fatal aos italianos, pois não fazia muito morrera, também ali, o Conselheiro, o Barão Serena di Lapigio, que servia com Boscarelli.

Teve sorte o Primeiro Secretário, o Conde Alberto Borbarich, por não lhe acontecer o mesmo, partindo de lá vivo e de boa saúde. Ele e sua bonita mulher formavam um casal de irradiante simpatia, alegre e acolhedor, com o qual travamos logo agradável camaradagem.

### XXX

Nosso decano era o Embaixador do Uruguai, Eugênio Martinez-Thédy. Grande, gordo, monumental, rivalizava neste aspecto com sua esposa, que, coitada, embora alma bondosa, fisicamente mais parecia uma verdureira.

Diametralmente oposto a eles era Adolfo Costa du Rels, o Embaixador da Bolívia, que, com seu físico distinto, mesmo *racé*, suas maneiras requintadas, sua elegância, sua cultura, passaria por um europeu. É verdade que tivera mãe francesa, e grande parte de sua vida transcorreria em Paris. Creio até que pouco conhecia sua pátria. Mais tarde, terminada a guerra, seria feito Embaixador na França, coincidindo isto com seus sonhos e sua ambição. Não duvido que, dados seus predicados, tenha ali obtido situação de destaque. Aliás, depois de aposentado, foi em Paris que fixou residência. Lá,

ainda hoje, apesar da idade propecta, não está inativo. Tem publicado vários livros, sendo mesmo considerado um dos melhores escritores bolivianos da atualidade, tanto que algumas de suas obras já foram premiadas.

A distinção era também apanágio de Norman Armour, o representante dos Estados Unidos. Paralelamente, mostrou-se capaz e de extrema habilidade nas circunstâncias intrincadas daquela época de guerra. Sua mulher, uma princesa russa, Myra Koudacheff, auxiliava-o com a maior eficiência em suas funções sociais.

Já era meu conhecido de Berlim o Embaixador espanhol, Marquês de Magaz, então bem idoso. A ele fiz referência em outro trecho destas Memórias. Em Buenos Aires pouco aparecia, ou devido aos achaques inerentes à velhice, ou por falta de paciência para a vida social, à qual havia dado plenamente sua contribuição em outros postos.

Caso raro deve ser o de um ex-Presidente da República ocupar um posto diplomático. Contudo, em Buenos Aires, isto acontecia com o Embaixador do Peru, o Marechal Oscar Benavides, que imediatamente antes de assumir este cargo detivera por seis anos o poder em seu país. É exato que, em épocas anteriores, fora Ministro na Itália, na Espanha e na Inglaterra, não obstante haver sido preparado para a carreira militar. Era minha suposição que, enviando-o para a Argentina, quisera o novo Governo proporcionar-lhe uma espécie de vilegiatura para repouso dos consideráveis esforços despendidos quando na Presidência. *Otium cum dignitate*. De fato, embora contando somente sessenta e poucos anos, dava a impressão de ser um ancião meio-adormecido, aéreo, como se o espírito estivesse distante do ambiente em que seu corpo se achava.

Na Embaixada, sucedia o Marechal Benavides a Filipe Barreda y Laos, que ainda ali estava quando de minha chegada, e era então o decano do Corpo Diplomático. Barreda y Laos fora durante mais de dez anos o representante de seu país na Argentina, onde, o que não é de estranhar em vista do longo tempo que lá permaneceu, usufruía situação realmente privilegiada. Casara mesmo uma de suas filhas com argentino da melhor sociedade.

Em 1955, quando tornei a servir em Lisboa, encontraria, em qualidade de Embaixador do Canadá, a William F. A. Turgeon. Através de nossas conversas descobrimos que havíamos estado em Buenos Aires na mesma época. Para ser franco, devo dizer que não me recordo dele ali. Contudo, não poderia ter vivido tão escondido assim, tendo em vista que lá conseguiu arranjar casamento para uma filha com um cidadão de sobrenome Arroyo. Em Lisboa, tinha em sua companhia a mesma filha já viúva, por sua vez, também enviuvado.

Circunstância que nos confere sensação de menor isolamento ao chegarmos a um novo posto é encontrarmos, no Corpo Diplomático estrangeiro, colegas já nossos conhecidos. Sempre aconselhei aos Secretários, que trabalharam sob minhas ordens, procurarem se relacionar, se impossível com os Chefes de Missão, pelo menos com Secretários de outras Embaixadas e Legações, porque futuramente lhes poderiam ser de grande utilidade. Com efeito, é muito mais fácil solicitar uma informação ou opinião sobre qualquer assunto, seja sobre maneira de proceder, seja sobre acontecimentos locais, a alguém com quem já se teve contatos do que a uma pessoa que se vê pela primeira vez.

Tive em Buenos Aires o conforto de rever vários diplomatas estrangeiros com os quais minhas relações se haviam iniciado em outros países. Entre eles estava o Conselheiro alemão, príncipe Stephan de Schaumburg-Lippe, que eu conhecera no Rio, onde morava em Santa Teresa, em prédio pertencente a Raimundo Castro Maia, e foi anos depois Embaixada do Canadá. Admiravelmente localizado, gozava-se dali magnífico panorama sobre a baía de Guanabara. Tanto o príncipe como a princesa, nascida Duquesa de Oldenburg, tinham direito ao tratamento de Altezas Sereníssimas; mas, não obstante a elevada linhagem que lhes merecia a honra de figurarem no Gotha, eram ambos a personificação da simplicidade.

Schaumburg-Lippe era um dos estados do Império alemão compreendido entre o Hanover e a Westfália, e administrado pela gente de igual nome. A dinastia dos Schaumburg, já existente no século XI, fundiu-se com os Lippe por volta de mil seiscentos e tantos, e passou, assim, a constituir com estes uma única família. Um irmão do diplomata, de nome Adolfo, falecido no México em acidente de avião ao mesmo tempo que a mulher, fora o Chefe da nobre casa, sendo o meu colega o terceiro dos cinco filhos do príncipe Jorge e de sua esposa, uma Saxe-Altenburg. Quanto à princesa de Schaumburg-Lippe, a minha conhecida, tinha por irmão o Grão-Duque Nicolau de Oldenburg, o qual, por sua vez, presidia aos destinos de seus parentes.

Outro que eu conhecia de antes, por haveremos servido ao mesmo tempo em Lisboa, era o Primeiro Secretário japonês, Genichiro Omori. Constantemente sorridente, como o geral de seus compatriotas, manifestava grande regozijo sempre que nos víamos, como a querer frisar diante das pessoas que nossas relações datavam de longa data.

Também reencontrei em Buenos Aires Francisco Icaza, Encarregado de Negócios *ad interim* do México, meu antigo companheiro em Berlim, e Arnó de Bóbrík, Ministro da Hungria, que eu conhecera quando na Embaixada junto ao Vaticano.

Assim, os diplomatas, ao se reverem em diferentes postos, assemelham-se a membros da mesma família que, após uma separação, se tornam a reunir, o que é sempre uma satisfação na vida errante que o destino lhes traçou.

Entre aqueles com que, pela primeira vez, topava em meu caminho, e deixaram-me grata recordação, citarei: o Ministro, depois Embaixador do Paraguai, Juan Manuel Garay; o Ministro da Turquia, Aptulahat Aksin; o Conselheiro peruano, José Jacinto Rada, que, mais tarde, integraria no Rio de Janeiro a Comissão Jurídica Internacional, proporcionando-nos, isto, novo encontro; Dionísio Ramos Monteiro Filho, Secretário do Uruguai, cujo pai havia representado seu país no Brasil; Alberto Sepúlveda, Conselheiro chileno, que teve a infelicidade de, em Buenos Aires, perder sua mulher, e ver-se, sózinho, a cargo de vários filhos; o Primeiro Secretário da Bolívia, Gustavo Medeiros, que, cerca de dez anos depois, me seria dado rever quando em posto no Rio; Miguel Angel Espinosa, Secretário cubano, casado com uma louríssima senhora, originária, creio, de um dos países bálticos; o Primeiro-Secretário espanhol, Joaquim Castillo, cuja mulher, Aurora, com seus cabelos muito pretos e lisos, atados em coque, era fiel representante do tipo característico de seu país; Sheldon Thomas, Secretário da Embaixada dos Estados Unidos, com quem, em Copenhague, onde exercia as funções do Cônsul, me tornaria a encontrar.

---

## Intercâmbio

Em março ou abril de 1941 apareceu em Buenos Aires Lourival Fontes, sempre com aquele seu ar de eterno sonolento. Era ainda o poderoso diretor do Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda, com atribuições de verdadeiro ministro de Estado, quiçá mais poderoso do que um próprio ministro. Controlava então toda a imprensa do Brasil, melhor dizendo, toda a publicidade, toda a propaganda, pelos jornais e pelo rádio. Na burocracia do Estado Novo era o nosso Dr. Goebbels.

Em nome do Governo argentino, homenageou-o o Sr. Juan Navarro Monzó, diretor dos arquivos e da propaganda do Ministério das Relações Exteriores, com um almoço no Jockey Clube. Navarro Monzó era um dos homens mais cultos de sua geração, o que ninguém diria se não lhe lesse os trabalhos. Isto devido à modéstia de seu feitio, o retraimento de seu caráter, o apagamento em que colocava sua pessoa. Naquele almoço, como de praxe, estava também presente o Embaixador Rodrigues Alves. A conversa versou sobre a guerra na Europa, na época preocupação constante de todos os espíritos. Nos dias em curso haviam os italianos perdido uma grande batalha naval no Mediterrâneo. Ao nos levantarmos da mesa, estando nas imediações diversas pessoas de suas relações, fez o Embaixador centro de um grupo, pondo-se a ridicularizar a Itália, profetizando, com indisfarçável regozijo, sua derrota, e acrescentando que dentro de dois meses o mais tardar os ingleses a forçariam a abandonar a luta. Pareceu-me esta atitude inadequada ao embaixador de um país neutro, que era o Brasil ainda naquele momento; externar-se, assim, em altas vozes para quem o quisesse ouvir, de todo não lhe competia. E só pude atribuir às várias bebidas que ingerira o falatório incompatível com o cargo que exercia.

Lourival Fontes foi à Argentina acompanhado da senhora, a poetisa Adalgisa Nery, mulher irrequieta, que, como boa esposa do diretor do Departamento de Propaganda, adorava a publicidade, os artigos elogiosos à sua pessoa e ao seu talento de escritora, os retratos nos jornais e nas revistas em moda. O carioca, mordaz e espirituoso, chamava-a, por isso, de *Madame Reclamier*.

Em princípios de 1942, tivemos uma noite a jantar em nossa casa de Las Heras 1928, entre outros brasileiros de passagem por Buenos Aires, a Gilberto Freyre e senhora, uma jovem paraibana, jovem e bonita, que ele trazia, creio, em viagem de núpcias, pois se havia casado fazia pouco. Gilberto era ainda um homem moço, mas a diferença de idade entre ambos devia ser considerável, porque a esposa aparentava ser quase uma menina. Não me pareceu que fosse a mulher mais indicada para compreender o sociólogo ou, pelo menos, sua sociologia. Mas, neste ponto, o único, creio, com autoridade para falar era o próprio Gilberto Freyre.

Eu já o conhecia de Portugal, onde aparecera em 1938 com o propósito de fazer uma conferência na Universidade de Coimbra, que afinal não realizou por ter regressado ao Brasil mais cedo do que esperava. A conferência foi lida depois por outrem. Também em Buenos Aires apareceu com a intenção de executar um programa que não efetivou, isto é, com o encargo, penso lhe dado pelo Ministério da Educação, de estabelecer as bases de uma cooperação intelectual entre o Brasil e a Argentina, terreno praticamente inexplorado ou explorado apenas para uso e proveito de um grupinho de interessados. Não creio Gilberto Freyre efetuasse algo de prático ou eficiente nesse sentido; e isto pelo pouco tempo que nesta ocasião se demorou na Argentina, e o escasso interesse que me pareceu revelar. Depois de uma curta excursão ao Paraguai, apenas *passou* por Buenos Aires.

Foi realmente pena que não aproveitasse essa viagem para tentar resolver de vez o problema da cooperação intelectual com o país vizinho, ou pelo menos assentá-lo em bases possíveis de produzir algum resultado. Porque a verdade é que, sob este aspecto, nada ou quase nada se tinha feito ao tempo de minha residência ali.

Se excetuássemos a troca de visitas entre umas poucas personalidades argentinas e brasileiras, bem pouco proveitosas, aliás, algumas delas no ponto de vista de divulgação cultural, e as poucas traduções de obras brasileiras para o castelhano e de obras argentinas para o português, patrocinadas pelos nossos Governos, nada se havia promovido de prático relativamente à cooperação intelectual entre as duas nações.

Em Buenos Aires havia, é certo, um Instituto Cultural brasileiro-argentino, que, pelo pomposo do nome, devia ser um organismo de grande utilidade. Presidia-o um cavalheiro de nacionalidade argentina, pesado e gorduchão, que se chamava Cesar Viale. Sinto dizer, entretanto, que, ao menos durante os anos de minha estada, ele nada fizera, que eu soubesse, para justificar a existência do instituto e do cargo que ali desfrutava. Ao contrário, seu desinteresse por tudo ou quase tudo que dizia respeito à cultura brasileira era patente. Tive disso, aliás, a prova no dia em que procurei interessá-lo, ou melhor, inteirá-lo de um dos problemas de maior projeção para nós na Argentina sob o ponto de vista geral, mas antes de tudo cultural: o ensino ali da língua portuguesa. Ao tentar traçar-lhe as linhas genéricas deste problema, e sugerir-lhe os meios práticos de solucioná-lo, notei-lhe o mais completo desprendimento, a ponto de parecer-me até enfadado com tão intempestiva lembrança minha em uma ocasião em que o preocupavam certamente coisas não só de interesse mais imediato para ele, como também muitíssimo mais agradáveis, pelo menos ao seu paladar.

De fato, havia-lhe tocado no assunto em um almoço na Embaixada do Paraguai, pouco antes de sentar-nos à mesa. Notei que o Sr. Viale estava sobretudo preocupado

com a demora deste almoço por motivo do atraso de um dos convidados, e por mais de uma vez interrompeu-me para dizer que estava “morto de fome”. Aliás, tive sempre a impressão de que a principal utilidade que achava no cargo que ocupava no instituto era justamente comer alguns almoços nos meios argentino-brasileiros de Buenos Aires. Mas é justo também que se diga que, por sua parte, o instituto oferecia de vez em quando os seus almoços, ao aparecer em Buenos Aires algum brasileiro *importante*, quero dizer, politicamente importante, porque com relação ao Sr. Gilberto Freyre, por exemplo, penso que passou despercebido pelo instituto, apesar de os jornais noticiarem sua visita. E não foi sem surpresa que Cesar Viale fitou-me de olho arregalado quando lhe indaguei se já o tinha avistado. Pareceu-me até que nunca tinha ouvido semelhante nome. Este caso do Instituto de Cultura brasileiro-argentino e de seu presidente é apenas uma amostra do critério que presidia as relações culturais entre os dois países.

## XXX

A verdade é que as dificuldades para uma melhor e mais ampla divulgação da nossa cultura na Argentina eram de toda ordem. E desanimava todo aquele que quisesse sequer iniciá-la. A começar que faltavam todos os meios possíveis para isso. Um pequeno fato o prova, e dele posso dar meu próprio testemunho.

Quando o Sr. Enrique Larreta, o autor da *Glória de Don Ramirez*, se dispôs a visitar o Rio de Janeiro, em 1941, a convite da Academia Brasileira de Letras, desejou, muito naturalmente, conhecer antes um pouco nossos principais acadêmicos, seus nomes, suas inclinações literárias, suas obras. Não creio já conhecesse alguns deles sob este aspecto, inclusive o Sr. Levy Carneiro, então presidente da Academia, que lhe transmitira o convite da “ilustre companhia”. O certo é que o Sr. Larreta procurou, para aquele fim, o Embaixador do Brasil, na persuasão de que este estivesse habilitado a dar-lhe as informações almejadas. Mas não estava, e da forma absoluta. Creio até que não conseguia sequer citar os nomes de dez acadêmicos, mesmo dos mais ilustres ou como tais considerados. Nesta abertura, apelou para mim.

Constatei então este fato: na biblioteca da Embaixada não havia nenhum livro ou publicação de qualquer espécie que fizesse a menor referência à Academia ou a seus membros, e muito menos às suas obras ou tendências literárias. Tão pouco tinha eu em casa, entre meus livros, coisa deste gênero. E penso não ser ousadia afirmar que ainda quando procurasse em todo o Brasil, a começar pela biblioteca da própria Academia, não seria possivelmente mais feliz. Resultado: tive que recorrer à minha memória, e tirar de meus próprios conhecimentos todas as indicações desejadas pelo Sr. Enrique Larreta. Sim, é verdade, sempre encontrei uma fonte de informação: o *Who's Who in Latin America*, de Percy A. Martin, professor da Universidade de Stanford, isto é, uma obra americana, de um americano, editada nos Estados Unidos!

## XXX

A realidade, por conseguinte, era esta: sob o ponto de vista de relações culturais o Brasil e a Argentina muito pouco ou quase nada se conheciam. Nossas classes chama-

das intelectuais, o patrimônio artístico, científico e literário dos dois países viviam, por assim dizer, em compartimentos estanques; quase não se comunicavam e muito pouco sabiam uns dos outros.

Não estou em condições de dizer até que ponto o Brasil ignorava as grandes obras da literatura argentina, da arte argentina e da ciência argentina. Mas posso afirmar que o desconhecimento que se tinha na Argentina do patrimônio artístico, literário e científico brasileiro era o mais desolador possível. Excetuando a classe médica, o único ramo, talvez, da cultura brasileira que era conhecido pela intelectualidade argentina, podia dizer-se que quanto ao mais havia todo um largo programa de divulgação a realizar-se. A realizar-se por nós brasileiros, bem entendido, intensificando a visita à Argentina de nossos homens de pensamento, promovendo ali conferências sobre literatura, sobre arte, sobre ciência brasileiras, promovendo reuniões, promovendo exposições, concertos e divulgações sobre nosso patrimônio intelectual.

A meu ver, esta tarefa de cooperação intelectual devia caber, em grande parte, às próprias organizações artísticas, literárias e científicas dos dois países, e não deixando unicamente ao critério dos Governos, que, no mais das vezes, não têm critério algum. Infelizmente o que se via era, porém, o desinteresse tanto de umas como de outros. Ou, quando não absoluto desinteresse, uma total incompreensão do problema. A começar que se ignoravam mutuamente. Na Argentina havia, como no Brasil, uma Academia de Letras. Mas duvido que um de seus membros fosse capaz de saber sequer o nome de cinco acadêmicos brasileiros. O mesmo direi dos membros de nossa Academia. No Brasil havia o Instituto Histórico, uma velharia imprestável explorada *pro domo suo* por essa outra velharia também imprestável (como historiador, pelo menos) que era o bolorento Max Fleuiss. Por acaso esse instituto tentou algum dia uma aproximação com a sua congênere argentina, a Academia Argentina de História? E quanto ao interesse desta pelas nossas coisas, uma pequena circunstância o prova: ainda no ano de 1942, na lista de seus membros correspondentes, seção brasileira, figurava Ramiz Galvão, falecido, entretanto, havia já alguns anos. E tão bem conhecia o antigo professor dos Príncipes Imperiais que acrescentava ao seu nome a partícula *de* que ele nunca usara: *Ramiz de Galvão*.

### XXX

Havendo o Rádio do Estado, de Buenos Aires, tomado a feliz iniciativa de promover uma hora pan-americana, tão necessária naquela época de incertezas devidas à guerra que se desenrolava em outros continentes, me foi dirigido um convite para fazer uma palestra integrante do programa. Aceitei o honroso convite, do qual de maneira alguma me poderia esquivar. E, em face das deficiências por mim constatadas sobre as relações culturais, optei por este tema. Contudo, antes de abordar propriamente o assunto, apresentei um preâmbulo, que era o seguinte:

“Fala-se muito agora em solidariedade e unidade continental. A verdade, porém, é que, sob este ponto de vista, há ainda uma larga tarefa a cumprir. Por certo que já tem feito muita coisa no sentido de uma maior aproximação, de uma mais estreita colaboração, de uma mais sólida unidade de pensamento entre as vinte e uma repúblicas

deste continente; e a situação atual, neste particular, é bem melhor do que há vinte e cinco anos, como há vinte e cinco anos era bem melhor do que há cinquenta anos atrás. Mas não é menos certo que estamos ainda bem longe de alcançar a finalidade que todos procuramos, pois que os vários problemas resultantes da diversidade de raças, de religião, de cultura, de progresso material e moral, que distanciam as várias nações deste continente, não estão todavia resolvidos, ou pelo menos definitivamente resolvidos”.

Depois então aludi, confirmando o que *restava resolver*, ao intercâmbio cultural entre o Brasil e a Argentina, que nem por sombra acompanhava o grau de progresso moral e intelectual alcançado pelas duas nações, ficando muito aquém no caminho já trilhado nos aspectos político, social e econômico. E terminei manifestando a esperança de que a tentativa de solução do grande problema fosse levada definitivamente para diante.

### XXX

Passando para campo diferente, falemos das posições do Brasil e da Argentina no conjunto do continente sul-americano.

Lauro Müller foi acusado de ter sido o inspirador do tratado chamado do A.B.C., concertado em 1915 entre a Argentina, o Brasil e o Chile. (A = Argentina; B = Brasil; C = Chile). Sim, digo bem, *acusado* de inventar este pacto de aliança política entre as três principais nações sul-americanas, e que tão desastrada repercussão teve nos demais países da América, resultando daí sua fragorosa falência. Também eu, em uma memória que apresentei ao Congresso de História da América, em 1922, incluída depois no meu livro *Ensaio Diplomáticos*, o acusei da autoria do tal tratado. Aliás, Lauro Müller, que eu saiba, nunca tentou defender-se da atribuição de culpa que lhe faziam, levado, suponho, em parte pela natural reserva de seu feitio, e em parte pelo desejo de não ter que transferir para outrem as ditas acusações, desde que lhe não era possível defender-se sem usar também desse recurso.

Foi só em outubro de 1941, em Buenos Aires, que vim a saber pelo Embaixador Rodrigues Alves que o tratado do A.B.C. não fora de modo algum inspiração de Lauro Müller, mas do Governo argentino, ou melhor, de seu Ministro das Relações Exteriores de então, Murature. Disse-me Rodrigues Alves, que estava nessa ocasião de Encarregado de Negócios em Buenos Aires, que, devendo Lauro Müller ir ao Uruguai, a convite do Governo deste país, a fim de inaugurar o marco do Aceguá, na fronteira com o Brasil, recebeu dele um telegrama manifestando o desejo de estender sua viagem à outra margem do Prata se, para isso, lhe fosse dirigido um convite formal do Governo argentino.

Embaraçado com semelhante sugestão, por saber que o Governo argentino *não desejava* convidá-lo, valeu-se Rodrigues Alves das boas relações que entretinha com Murature para aplainar as dificuldades. O difícil não foi tanto a obtenção do convite como concertar com Murature as razões que se dariam para justificar a visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil a Buenos Aires. Foi quando Murature sugeriu que se convidasse também o Ministro das Relações Exteriores do Chile, e se aproveitassem as duas visitas para a assinatura de um tratado de amizade, o qual, não tendo em suas

cláusulas maior significação política, fosse, em todo caso, uma afirmação das boas relações existentes entre as três principais repúblicas sul-americanas. Este tratado, inofensivo em si mesmo, meramente platônico, tendo sido mal interpretado pelas outras repúblicas do continente, levantou a celeuma que se sabe em toda a imprensa da América. No fundo, tudo não passava de pura ciurpada dos outros estados por não terem sido consultados nem contemplados no famoso pacto que entrou para a História sob a denominação de A.B.C., e cuja particularidade foi a de ter morrido anjinho, isto é, com poucos meses, apenas, de vida.

Os diplomatas são geralmente inclinados a mandar dizer a seus Governos que desfrutam de uma particular atenção dos Chefes de Estado junto aos quais estão acreditados, e conseqüentemente também da atenção dos Ministros do Exterior. A ler-lhes os ofícios, gozam todos da “particular estima” do Presidente ou do Monarca; e qualquer ato destes de pura cortesia é logo interpretado e traduzido como um favor de realce e “especialíssimo”. Isto vem a propósito da tal visita de Lauro Müller à Argentina quando a ela se referiu Rodrigues Alves fazendo-me acreditar que se realizara graças unicamente às suas estreitas relações com Murature, junto a quem usufruía esplêndida situação. Tanto assim que obtive se fizesse o convite apesar da pouca vontade do Governo argentino. Ora, esta história foi mal contada, e revela sobretudo o costume de Rodrigues Alves de pavonear-se com penas alheias. A verdade está em que, já antes de ele se entender com o Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller havia despachado a Buenos Aires Júlio Barbosa, que trabalhou na Secretaria do Senado e foi redator do *Jornal do Comércio*, do Rio, para entabular o assunto da mencionada visita.

Além do que, Dom Ramon Carcano conta, em um de seus livros, que, já ao tempo de Saenz-Peña, em 1910, quando este o enviara ao Rio de Janeiro em missão confidencial para conseguir do Governo brasileiro uma equivalência naval ou a desistência por ambos os países, Brasil e Argentina, da construção de um terceiro encouraçado, o Barão do Rio Branco lhe falara na assinatura de um pacto entre as três principais nações da América do Sul. Revela isto que a idéia vinha de longe, e não brotara espontaneamente do cérebro de Murature.

Por conseguinte, as informações, fornecidas por meu Embaixador, sobre a visita de Lauro Müller e sobre o pacto do A.B.C. não eram exatas.

---

### III Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores

Em dezembro de 1941 eu havia partido, com a família, para as praias de Montevideu, onde pretendia passar minhas férias. Aquele ambiente de alegria, de luz e de um tão repousante pitoresco parecia-me compensador para a vida de trabalho e de reclusão que eu levava em Buenos Aires. De todas as praias que tinha conhecido, Copacabana e Guarujá no Brasil; a Côte d'Azur e as praias do norte da França; Viareggio, Ostia e a Riviera italiana; Ostende na Bélgica; as numerosas praias portuguesas – nenhuma se assemelhava às praias uruguais pelo pitoresco de sua paisagem, pela variedade do terreno, pela combinação feliz da praia propriamente dita com a verdura dos bosques salpicados de casinhas brancas, como se viam em Carrasco, na Atlântida e um pouco em todas aquelas pequenas e graciosas enseadas.

Infelizmente, porém, tive que interromper minhas férias no dia de Natal. Iniciadas as hostilidades entre os Estados Unidos e o Japão, foi convocada à pressa, no Rio de Janeiro, a III Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das nações americanas, sendo Rodrigues Alves, o Embaixador em Buenos Aires, chamado com urgência pelo Itamaraty para secretariar a Reunião. Esta designação não deixou de surpreender-me pelo fato de se escolher para a direção de uma Secretaria, que a própria natureza da Reunião tornava das mais complexas e delicadas, um dos nossos mais sabidamente desorganizados Chefes de Missão, de uma absoluta incapacidade para dirigir o que fosse, a começar pela chancelaria de sua Embaixada, que encontrei, por assim dizer, quase em liquidação quando de minha chegada na Argentina em julho de 1940. Aliás, minha designação para este posto, segundo me disse o Ministro Osvaldo Aranha, teve, entre outras finalidades, justamente a de pôr ordem e disciplina na chancelaria da rua Callao, a qual, durante vários anos mal dirigida, havia atingido quase a dissolução. Por outro lado, a indicação de um embaixador para o cargo de secretário, mesmo de secretário-geral, de uma conferência da importância daquela pareceu-me, e pareceu então a muita gente, a mais deslocada, senão mesmo, até certo ponto, desairosa para o nomeado, pois não deixava de significar-lhe uma verdadeira diminuição. Se ele fosse acaso sensível a essas coisas, poderia bem ter respondido como Araújo Jorge respondeu ao Sr. Getúlio Vargas quando este o convidara para Secretário da Presidência da Repú-

blica: “Embaixador Secretário, Sr. Presidente?” No pensamento de Araújo Jorge a aceitação deste cargo, mesmo na Presidência da República, significaria, de qualquer modo, um rebaixamento; e, com sua tradicional independência de caráter, rejeitou-o pura e simplesmente. A atitude de Rodrigues Alves foi, porém, a oposta. Cada uma delas retratava o homem.

Com a partida do Chefe para o Rio de Janeiro, fui forçado, pois, a voltar inesperadamente para Buenos Aires a fim de assumir a direção da Embaixada na qualidade de Encarregado de Negócios. Durante cerca de mês e meio fiquei à frente da Missão. O momento era o mais delicado, não só pelas circunstâncias que punham em cheque toda a política americana, como, sobretudo, pela posição que a Argentina assumiria na Reunião do Rio opondo-se decididamente a toda pressão que a levasse a romper suas relações com as potências do Eixo.

Já se gastou muita tinta e muito papel por causa desta atitude da Argentina, e não serei eu, portanto, quem voltará ao assunto. Em todo caso, sempre direi que uma justiça ao menos se lhe deve fazer, e é que não fez mais do que se mostrar conseqüente com sua política anterior, já sobejamente manifestada em Lima, no Panamá e em Havana por ocasião das reuniões dessa natureza. Da mesma forma opôs-se ali a qualquer pressão, fosse de que gênero fosse, por parte da nação mais forte do nosso Continente, que lhe pretendesse pautar normas de procedimento em sua política exterior. O sentimento de independência dos argentinos e o amor-próprio, talvez um tanto exagerado, sempre suscetível de seus homens de Governo nunca consentiram em sofrer certas influências. Por isso a Argentina foi, neste particular, o tropeço que o Departamento de Estado de Washington encontrou pela frente toda vez que tentou estender naquela parte da América do Sul os tentáculos de sua política expansionista, já por meio do dólar, já pela ameaça, embora velada, da força, já pela cortina de fumaça da “boa vizinhança”.

### XXX

Sem embargo, a atitude da Argentina no Rio foi para nós no Brasil uma decepção, sobretudo para o Itamaraty, e em particular para o Sr. Osvaldo Aranha, que sempre alimentou a esperança de tê-la quase incondicionalmente a seu lado em sua apreçoada política “americana”, que no caso significava a maior união de vistas, a mais estreita colaboração, uma verdadeira identificação com a política dos Estados Unidos da América. Lembro-me de que pouco antes passara por Buenos Aires, quando de sua ida ao Chile, e, levado pelo idealismo de sua natureza, pela expansão nem sempre refletida de seu temperamento impulsivo, e também um tanto pela ingenuidade de seu espírito, fez as mais categóricas afirmações sobre o apoio incondicional que a Argentina oferecia à sua política de “boa vizinhança”. Iludiu-se. Iludiu-se, aliás, porque quis, visto nem o Governo argentino nem a opinião pública argentina, espelhada nos principais órgãos da imprensa do país, lhe terem fornecido sobre isso a mais leve esperança. Tudo fruto de sua caprichosa imaginação.

No fundo, a *decepção argentina* no Rio provou que tudo o que se dizia ou se queria fazer crer sobre o prestígio da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, ou mais precisamente, do Sr. Rodrigues Alves junto, não só do Governo argentino como dos

homens mais representativos da nação, era mais aparente do que real. Pura fachada. Pura tapeação, para usar de uma expressão popular no Brasil. Simplesmente para “inglês ver”, que no caso éramos nós, os brasileiros.

Não direi certamente que ele não tivesse “situação” em Buenos Aires. De fato, conhecia todo mundo ali, o que até certo ponto se explicava pela sua residência de muitos anos na capital argentina, onde fizera quase toda a carreira diplomática, desde o posto de secretário até o de embaixador. Tinha junto aos homens de Governo e todos quantos desfrutavam uma parcela de responsabilidade o mais fácil acesso. E, pessoalmente, era por todos bem acolhido. Sem exageros nem grandes intimidades. Sem maiores expansões. Mas com cordialidade e mesmo certa camaradagem.

Mas tudo isso não significava prestígio. Para tanto, ele precisaria, antes de tudo, saber impor-se no meio argentino, naquele meio particularmente difícil, fazer-se respeitar por suas atitudes de compostura e de dignidade, que nem sempre ou mui raramente tinha. Seus modos eram demasiado vulgares para o meio de pretensiosos e de *snoobs* que era Buenos Aires. Tinha maneiras compadrescas que destoavam profundamente entre aquela gente empertigada, solene e quase conselheiral. Já o físico não o ajudava: sua estatura pequena e gorduchona, sua face tipicamente semítica, a barriga bojuda empinada para a frente, bengalinha na mão e um chapéu coco fora da moda enterrado até as orelhas. Era grotesco. Puro tipo de revista barata. Além disso, tinha a mania de tomar-se de intimidades com todo mundo, vivia de abraços, de pancadinhas no ombro, a chamar toda gente de *voce*, as senhoras inclusive, com uma exuberância deslocada e nem sempre sincera, que o distanciava sensivelmente do natural retraído e algo desconfiado do argentino.

Neste ponto de vista era, por conseguinte, o Embaixador que menos convinha para Buenos Aires. Faltavam-lhe sobretudo maneiras, para não dizer com franqueza “boa educação”. Tão pouco se impunha pela independência de suas atitudes. Era demasiado cortês. Tratava a todos com o mais serviçal dos sorrisos, com a espinha constantemente dobrada para a frente. Punha-se, sobretudo diante dos poderosos, ou pelo menos de todo aquele que usufruísse uma situação qualquer de relevo ou de prestígio, em jeito de perfeita submissão, submissão de servo pelo patrão, de cão pelo dono, não escondendo, antes alardeando este seu sentimento de subalternidade, de cortesanice barata e de humilhação.

Ao lado disso, uma absoluta falta de vontade. Sem a mais leve sombra de independência. Incapaz de qualquer reação. Ouvindo as mais duras admoestações com um sorriso servil e complacente. Assisti a um Secretário seu desafeto dizer-lhe as mais ásperas verdades sem que ele ousasse sequer franzir a testa. Tudo escutou calado e sorridente, como se tivesse ouvindo louvores. De muitos outros ouviu o que não ouviria uma estátua de pedra. Nada disso, entretanto, o afetava, despertava pelo menos seu amor-próprio, o incitava à menor resistência.

Por todos esses senões, e também pela política nem sempre sábia do Itamaraty, com nossa tendência de julgar os outros por nós mesmos, quando o argentino é, em muitos aspectos, o oposto do brasileiro, nossa situação em Buenos Aires, nosso propalado “prestígio” dificilmente poderia ser qualificado de excelente. Tudo que se quis dizer ou fazer crer em contrário deve levar-se à conta de pura propaganda, espalhada

por quem tinha interesse em emprestar às nossas relações com a Argentina um significado que não possuíam, e também por todos quantos, a começar pelo próprio Rodrigues Alves, estavam empenhados em salientar a “grande obra” que este havia realizado ali. Isto com o propósito evidente de mantê-lo indefinidamente no posto, que podia bem ser o de seus sonhos, e que ele defendia com unhas e dentes, mas que, no interesse do Brasil, teria sido melhor houvesse sido confiado desde muito a qualquer outro chefe de Missão.

### XXX

A III Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, realizada no Rio de Janeiro em janeiro de 1942, pôs novamente em destaque essa moda — digamos *moda* — de se retirarem as negociações diplomáticas das mãos dos diplomatas profissionais para serem confiadas em exclusivo aos Ministros do Exterior das nações participantes. O quase fracasso desta Reunião com a posição intransigente em que nela se colocaram os Ministros da Argentina, Ruiz-Guiñazu, e do Chile, Rosseti, opondo-se ao rompimento das relações de seus respectivos países com as potências do Eixo, mostrou uma vez mais os inconvenientes dessa maneira de fazer diplomacia. No fundo, havia sobre isto uma enorme confusão, que consistia sobretudo em considerar a política internacional e a diplomacia a mesma coisa, confiando-se esta última, que é a arte de negociar, aos dirigentes das relações exteriores quando a estes incumbia unicamente se ocuparem da política internacional, assunto muito diferente da diplomacia.

Lembro-me de que certa vez Raimundo Poincaré escreveu sobre isso longo artigo na *Illustration*, de Paris, procurando defender o critério de serem as negociações diplomáticas entregues diretamente aos homens de Governo — em geral presidentes do Conselho e ministros das Relações Exteriores — e tecendo a respeito os maiores elogios a tal sistema, que chamava, não sei por que motivo, aliás, de *progressivo*, mas que não era nada novo, visto como fora largamente empregado no Congresso de Viena em 1814. Apenas vinha sendo mais usado nos anos que se seguiram à Guerra de 1914, não tendo até sido impossível que nos tenha levado à outra Guerra, isto é, a de 1939.

Os que defendiam o critério das conversações diretas entre os homens de Governo opinavam que o contato entre estes cavalheiros facilitava melhor conhecimento entre eles, bem como melhor compreensão dos intuítos e da mentalidade de cada um, provocando, assim, uma atmosfera mútua de confiança.

Ora, isto era uma superstição. Antes de tudo, nem sempre o contato direto de duas pessoas produz mais fáceis entendimentos. Outro exagero era achar que havia, desta maneira, maior sinceridade. Porque mais sinceridade? A meu ver, acontecia o contrário. Muitas verdades que um ministro das Relações Exteriores não tinha possibilidade de dizer de viva voz por causa da posição de responsabilidade de seu cargo poderiam ser proclamadas com desembaraço pela boca de um embaixador ou ministro plenipotenciário.

Na III Reunião de Consulta, no Rio de Janeiro, o Sr. Ruiz-Guiñazu não se precisou retirar da Conferência à semelhança do que se deu com o político italiano Vitório Orlando, que representou seu país nas negociações para o tratado da paz em 1919. E

isto graças somente à ação conciliadora de Osvaldo Aranha, que impediu se criasse uma situação insustentável para o Ministro do Exterior da Argentina. Aliás, em um dado momento sua posição não deixou de ser a mais delicada. Foi quando, tendo já afirmado seu assentimento à fórmula encontrada para a ruptura das relações dos países americanos com os do Eixo, foi forçado a voltar atrás por o Estado Maior argentino vetar sem rebuços esta fórmula, e isto com o apoio do Vice-Presidente da nação em exercício do Poder Executivo. Se outros fossem os sentimentos de Osvaldo Aranha para com seu colega Ruiz-Guiñazu, poderia ter colocado este em apuros que lhe custassem até o cargo.

Ora, nada disto aconteceria se Ruiz-Guiñazu tivesse ficado em seu gabinete do palácio San Martin, e deixado as negociações aos cuidados da Embaixada da Argentina no Rio, ou outra pessoa qualquer designada para representar seu Governo na Reunião de Consulta. Uma posição difícil em que se visse o Embaixador, mesmo com o sacrifício de seu cargo, não poderia de forma alguma afetar seriamente o prestígio do Governo argentino, como se daria se o sacrificado fosse o próprio Ministro das Relações Exteriores.

Em verdade o que havia nas negociações entre membros do Governo era uma maior publicidade, maior reclame, feitos em parte pelos jornalistas que os acompanhavam no interesse das empresas de que eram empregados, e, por outro lado, pelos mesmos membros do Governo que, sendo em geral políticos ou ligados a partidos políticos, precisavam disto para elevar seu prestígio em suas terras.

Os mais das vezes essa publicidade era perniciosa à própria negociação porque, ignorando antecedentes ou fatos correlatos, falseava as informações que fornecia ao público. Foi o que se deu por ocasião do chamado acordo de Munique entre Hitler, Neville Chamberlain e Daladier quando a imprensa internacional, sequiosa de notícias sensacionais a fim de impressionar os povos, emprestou à negociação um sentido errôneo.

A propósito da atitude, adotada pela Argentina na Reunião do Rio de Janeiro, por assim dizer, de inconstância, já que um compromisso teve que ser desfeito, vem-me à mente um trecho do citado livro de John Gunther, *Inside Latin America*. Conversavam dois diplomatas estrangeiros acreditados em Buenos Aires: “Estou aqui há seis meses, e não compreendo nada”, disse um. “Pois felicito-o — respondeu o outro —. Sua percepção é mais rápida do que a minha; estou aqui há três anos, e só agora cheguei à mesma conclusão”. Efetivamente; havia ali, em pontos de vista diversos, coisas que surpreendiam as pessoas vindas de fora. Não opinando se estava ou não com razão quanto à recusa de cortar relações com o Eixo, digo que era simplesmente de não entender a posição que a Argentina tomou na Reunião realizada em solo carioca. O próprio Rodrigues Alves que, conforme contei, iria secretariar a assembléia, partiu com uma doce ilusão. Exibia um autógrafo, numa folha de papel e escrito a lápis, de Ruiz-Guiñazu, no qual este se comprometera a aceitar ou mesmo propor uma forma transacional que a todos satisfizesse e unificasse o sentimento geral. Ora, no momento de agir, tudo se processou de modo diferente. E Rodrigues Alves, que já cantara louvores à atitude do país onde servia, teve que se retratar, ficando um tanto desmoralizado, como é de calcular. Aliás, havia muito vinha o Brasil sendo embrulhado, pois desde a passagem por

Buenos Aires de Osvaldo Aranha, de regresso de sua visita ao Chile, em novembro de 1941, quando assinara conjuntamente com Ruiz-Guiñazu uma declaração sobre o entendimento das duas nações a respeito de suas posições na política americana, surgiram ecos de que o documento não exprimia a verdade.

## XXX

Pouco após o encerramento da III Reunião de Consulta dos Chanceleres, tendo que escrever ao Ministro Osvaldo Aranha, aproveitei para fazer-lhe uma exposição do que se estava passando em Buenos Aires a seguir ao fracasso da mencionada Conferência. Transcrevo trechos de minha carta:

“... O Embaixador Armour (Embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires) foi chamado a Washington; e lá ainda se encontra. Como sua partida se seguisse imediatamente ao discurso do Dr. Castillo (Presidente da Argentina) aos militares, com alusões que valiam por uma censura à atitude dos Estados Unidos para com a Argentina, houve quem ligasse uma coisa à outra. Há quem pense, nas rodas do Governo, que o Sr. Armour não voltará a Buenos Aires, ao menos tão cedo, ficando a Embaixada americana aqui a cargo do atual Conselheiro, Edward Reed, pessoalmente um excelente homem, mas tímido e retraído, com pouco tempo de residência na Argentina. Conheço-o desde 1926, quando éramos Segundos Secretários em Berlim.

“Coincidindo com a partida do Sr. Armour, tornou-se pública aqui a vinda do Sr. Espil (Embaixador da Argentina em Washington) a Buenos Aires para “informar ao Governo”. Especula-se sobre sua volta para os Estados Unidos, mas parece que não há por enquanto nada assentado a respeito; não se descarta, entretanto, a possibilidade de se retê-lo aqui por algum tempo, ou mesmo de lhe dar outro posto no estrangeiro. Sei que o Governo não está satisfeito com sua atuação em Washington. Reconhecendo embora suas qualidades e a tarefa difícil que tem tido ali nas atuais circunstâncias, acham, contudo, que não se tem empenhado bastante no encaminhamento de certas questões de interesse primordial para a Argentina. Por outro lado, culpa-se o Sr. Espil de ser, nos Estados Unidos, demasiado *americano*, e esta acusação não deixa de impressionar o espírito nacionalista, por vezes excessivo, do argentino. Diz-se que sua senhora, americana, tem sobre ele demasiada ascendência, e que a longa residência nos Estados Unidos, bem como sua prolongada ausência deste país, o afastaram da “realidade argentina”. É possível que haja exagero nisso. Essas acusações se fazem em geral aos embaixadores estrangeiros em Washington casados com senhoras americanas, que têm sido muitos; e faziam-se no Brasil ao nosso Domício da Gama, coisa que ele provou não ser exata quando exerceu a cargo de Ministro do Exterior, e eu mesmo pude constatar quando tive a honra e o prazer de servir sob suas ordens em Londres. Mas seja, porém como for, é voz corrente aqui que o Sr. Espil sofre a influência americana, e cita-se, a propósito, um discurso que pronunciou na Embaixada *em inglês* por ocasião da recepção dada aos oficiais da fragata *Sarmiento*, em visita aos Estados Unidos.

“Se vão deixar as duas Missões sem seus respectivos chefes, a americana em Buenos Aires e a argentina em Washington, não há isso de facilitar em nada as relações entre os dois países. Antes pelo contrário. Quanto à Embaixada americana aqui, o de

que se faria mister, a meu ver, seria um embaixador que compreendesse melhor o sentimento argentino, a suscetibilidade argentina, que o nosso Barão chamava a “ vaidade andaluza ” dos argentinos. O Sr. Armour é sem dúvida um homem cortês, pessoalmente muito simpático, sereno e de trato agradável; e recebia na Embaixada com uma fidalguia que a todos deixava encantados. Mas tratava os argentinos como se fossem chilenos ou peruanos; e era o seu mal. O erro dos americanos em geral, ao menos os que têm vindo a este país, está em tratarem os argentinos como se tratam os demais povos hispano-americanos, ou como se fossem brasileiros ou mesmo americanos. Não é possível. V. Exa. sabe que esta gente é cheia de preconceitos, de *chatouillements*, como dizem os franceses, de um amor-próprio exagerado ou até ridículo – mas que existe; gosta da lisonja porque é vaidoso e tem um conceito desmedido de si própria, da exaltação de tudo que lhe diz respeito. A única maneira de se lhe poder mostrar a verdade ou salientar-lhe os erros é elogiar anteriormente suas qualidades (ou o que ela tem como tais), louvar-lhe os títulos e enaltecer-lhe os feitos. A condenação nua e crua de seus atos, ainda que feita de forma sincera e desapaixonada, mas sem a roupagem de uns galanteios ou de uns louvores que a atenua, resulta contraproducente e, sobretudo (o que importa) sem alcance prático. Nisto o argentino tem a alma feminina.

“Foi o que se passou ultimamente com o escritor americano Waldo Frank. As palavras que usou em seu “adeus” à Argentina eram sem dúvida exatas em se, e foram externadas com espontânea sinceridade. Mas o fato é que feriram o amor-próprio argentino. É que aqui não se pode falar daquela maneira. Qualquer estrangeiro poderá dizer o mesmo ou coisa pior dos Estados Unidos ou dos americanos sem que provoque ali ressentimentos ou sequer um comentário menos agradável. Mas não o poderá dizer dos argentinos, e muito menos da maneira pela qual o fez Waldo Frank sem preparar-lhes o espírito, sem armar, por assim me exprimir, um receptáculo onde coubessem suas críticas sem risco de ofender as paredes da suscetibilidade argentina. Foi seu erro. Daí a celeuma que aqui levantou este caso, no fundo sem grande importância, porém de conseqüências desastrosas para as relações da Argentina com os Estados Unidos. Seria a viagem do Sr. Frank à Argentina, como a de outros agentes da política da “boa vizinhança” visou uma mais estreita aproximação entre os Estados Unidos e a Argentina, melhor compreensão entre os dois países, conhecimento recíproco mais íntimo e mais construtivo, desta vez falhou em suas finalidades. Há uma frase que se atribui aqui a V. Ex., de grande espírito aliás, que já tenho ouvido citar e poder-se-ia talvez parodiar no caso de Waldo Frank: “Se os Estados Unidos continuam a mandar agentes da ‘boa vizinhança’ à Argentina, esta acaba lhes declarando a guerra”. O que valeu ao Sr. Frank foi o atentado covarde e inqualificável de que foi vítima, atentado logo condenado por todos sem distinção de partidos, mesmo por quantos se tinham antes mostrado feridos em seu patriotismo por suas palavras de despedida. Tal atentado atenuou em grande parte o mau efeito de suas expressões, e o redimiu perante a opinião pública da culpa que imputavam.

“O que, porém, importa considerar no “adeus” de Waldo Frank é a atitude que nele assumiu o Governo argentino reputando o escritor pessoa indesejável, e dando disso imediato conhecimento ao Governo dos Estados Unidos. Este gesto foi recebido com surpresa por todos; e o menos que se disse é que foi precipitado. Porém não refle-

te menos um *sentimento* que predomina atualmente no Governo argentino com relação aos Estados Unidos, um mal-estar que é inútil querer encobrir, e para o qual não podemos deixar de prestar toda a atenção, na conjectura de amanhã ou depois nos vir a afetar.

“O que existe sobretudo nas relações entre este país e os Estados Unidos, ao menos a meu ver, é a ausência de compreensão de parte a parte, ou mais precisamente, uma incapacidade dos americanos em geral de compreenderem os argentinos, e uma prevenção desta gente aqui contra os americanos e seu Governo. A culpa é, por conseguinte, recíproca. Tenho-o dito aos meus amigos americanos, e o tenho repetido aos amigos argentinos de todos os setores e matizes, mesmo àqueles mais chegados à roda íntima do Presidente da República, às próprias pessoas da família deste com quem mantenho hoje as mais estreitas e cordiais relações. Os últimos não deixam de dar-me, até certo ponto, razão, salientando embora que há mais “incompreensão” da parte dos americanos do que “prevenção” da parte dos argentinos (o que não sei), mas admitindo sempre a existência desses dois *estados* ruinosos para as boas relações entre os dois países. Que os americanos não sabem lidar com os argentinos temos a prova na desatada “despedida” de Waldo Frank, que é apenas uma amostra; e que os argentinos alimentaram sempre uma prevenção contra os americanos, a meu ver gratuita e sem base, conforme lhes digo claramente aqui, toda a sua História internacional o confirma.

“Nesta incompreensão e nesta prevenção devemos buscar, segundo penso, a explicação da atual política do Governo argentino no terreno das relações internacionais ligadas com a guerra. Não creio que seja qualquer sentimento nazista ou coisa parecida que influa acaso na determinação deste Governo em não querer romper suas relações com as nações do Eixo. Pode o Sr. Ruiz-Guiñazu, por exemplo, ter suas simpatias pelo Governo italiano, ou pessoalmente por Mussolini; ou em rodas chegadas ao Presidente Castillo haver certa tolerância, que está longe de ser uma adesão, pela Alemanha. Suponho achar-me em condições de afirmar o que acabo de dizer pelas relações que me vinculam à família e aos amigos íntimos do Presidente, os quais recebemos em nossa casa, cujas casas freqüentamos, e por intermédio dos quais estou inteirado de muita coisa que não vem a público, ou só vem quando é da conveniência do Governo argentino.

“É pois minha impressão que na atitude argentina de “não rompimento” não pesa nenhum sentimento de simpatia pela causa dos países do Eixo, e que está menos ligada às relações deste Governo com aquelas nações do que às suas próprias relações com os Estados Unidos. Devemos, portanto, situar antes aí esse problema para melhor compreendê-lo, e não na órbita de sua política internacional, *lato sensu*.

“Bem sei que a opinião nos meios militares argentinos está longe de ser desfavorável ao Eixo, sobretudo no sentido de estarem eles convencidos de que a Alemanha tem consigo todos os fatores da vitória, sendo assim arriscado para a Argentina romper neste momento suas relações com os países totalitários. Arriscado por ser precisa aqui uma mais completa preparação militar. Tanto quanto me é dado concluir daquilo que ouço não prevalece nos mesmos meios nenhum sentimento de ordem nazista, quer no sentido político quer no sentido social, não se devendo tomar como tal a admiração que nutrem pelo exército alemão, por sua técnica, por sua organização, por seus quadros e seu poder ofensivo.

“Além da incompreensão dos Estados Unidos e da prevenção da Argentina, há fatores *imponderáveis*, como dizia Bismarck, que exigiriam exame mais profundo. A este respeito, por exemplo, não estaria fora de propósito indagar até que ponto o Governo inglês se acha interessado na manutenção desta situação entre aqueles dois países. Pelo menos, aparentemente, a Embaixada britânica em Buenos Aires não se mostra de forma alguma contrariada com o presente estado de coisas, evitando mesmo fazer-lhe qualquer censura ou referência, e preferindo fingir-se desentendida ou indiferente à política de “não rompimento” do Governo argentino. Mais ainda. O novo Embaixador inglês, chegado há apenas duas semanas, a primeira coisa que fez, depois de se instalar, foi oferecer uma recepção em honra do Sr. Ruiz-Guiñazu, sem que para isso houvesse motivo especial. Fê-lo com uma precipitação que destoa com a reserva, digamos protocolar, que a Embaixada americana vem mantendo, de janeiro para cá, *vis-à-vis* do Ministro das Relações Exteriores argentino.

“Tudo isso é complexo; conviria a propósito pensar maduramente. O que, porém, nos interessa nesta questão é o reflexo que essa situação possa ter em nossas próprias relações com a Argentina, relações que começam a ser, como direi? — inquietantes. V. Exa. sabe que essas relações já foram bem precárias ao tempo da chamada República Velha. Melhoraram depois um pouco, após a queda de Zeballos. Mas só tomaram novo rumo de 1930 para cá, com a política pessoal de aproximação desenvolvida pelo Dr. Getúlio Vargas durante a presidência Justo. Com a implantação no Brasil do “Estado Novo” houve um certo retraimento para conosco, em parte devido à incompreensão das verdadeiras finalidades do novo estatuto político que se inaugurava, que preocupava a consciência democrática de alguns setores da opinião argentina, sobretudo, nas fileiras socialistas e radicais.

“Quando aqui cheguei, em julho de 1940, especulava-se muito em torno disso, não sendo estranha à exploração a campanha movida contra o Brasil e seu Governo pelos comunistas argentinos, secundados e, por vezes, inspirados pelo grupo de comunistas brasileiros aqui residentes. O órgão desta campanha era o diário *La Hora*, de fundo comunista e de larga divulgação no interior do país, dirigido por Rodolfo Ghioldi, que tinha estado antes preso no Brasil por participar na intentona de novembro de 1935. Neste jornal colaboravam os citados comunistas brasileiros. Em seguida à Reunião dos Chanceleres no Rio de Janeiro esta campanha serenou. Mas pouco a pouco foi se formando aqui uma atmosfera de desconfiança que se vem ampliando em virtude de nossa mais íntima colaboração com os Estados Unidos, atmosfera que é o reflexo do próprio mal-estar existente entre este país e a Argentina.

“Estou persuadido de que, se pudéssemos fazer algo para uma melhoria nas relações das duas potências, limpar um pouco o ambiente de prevenções e de incompreensões que os separa, resultaria, em última análise, em benefício nosso. Se eu tivesse autoridade para fazer a V. Exa. uma sugestão de ordem prática, no sentido das considerações acima referidas, diria que, a meu ver, se alcançaria talvez alguma coisa de construtivo se o Brasil patrocinasse uma reunião entre a Argentina e os Estados Unidos, uma espécie de *mesa redonda*, em volta da qual as duas nações tivessem ensejo de abrir suas cartas, expor francamente suas intenções, suas dificuldades, e apresentar cada qual a linha máxima de suas concessões a fim de escolherem o terreno adequado para uma so-

lução definitiva de seus recíprocos interesses. Para o êxito desta reunião seria mister que ela se fizesse com o menos possível de publicidade, com as portas cerradas, em um ambiente de absoluto repouso e tranqüilidade, de todo necessário à obtenção de suas finalidades – e limitada exclusivamente aos três países interessados. Entretanto, no caso em que a Argentina propusesse a admissão também do Chile, que com ela se solidarizou na política do “não rompimento”, não haveria inconveniente em satisfazê-la neste ponto. Se bem eu esteja convencido de que o problema chileno é de muito mais fácil solução; e, produzindo-se uma evolução da política argentina em vistas de uma mais estreita ligação continental, o Chile não ficaria de forma alguma numa situação de isolamento”.

---

## Brasil-Argentina

Quando parti de Buenos Aires, em outubro de 1942, o estado de espírito da Argentina com relação ao Brasil não era exatamente idêntico ao que transparecia nos primeiros meses daquele mesmo ano. Havia sem dúvida uma sensível melhoria. Em épocas anteriores, é verdade, tinha sido ora ainda melhor, ora pior. Era bastante inquietador, como se sabe, nos anos que precederam o Governo de Getúlio Vargas, quando, sendo Marcelo Alvear Presidente e o General Justo Ministro da Guerra, a Argentina se armava aberta e decididamente visando “defender-se” do Brasil. Naquela ocasião, encontrando-me à frente da Seção Política da América, no Itamaraty, tive oportunidade de apresentar ao Presidente Washington Luís um relatório confidencial sobre este assunto.

Com a subida de Getúlio Vargas ao poder, tendo ele logo manifestado seu intuito de aproximação do país vizinho, o sentimento a nosso respeito sofreu ali considerável modificação. Só o fato de estar um homem do Sul presidindo os destinos do Brasil, nascido na fronteira com a Argentina, e, por conseguinte, mais apto a melhor compreender a situação, favoreceu a criação de um ambiente de franca tolerância para conosco. De então para diante esta tolerância só fez se firmar, acrescida pouco depois de uma indisfarçável simpatia quando o Dr. Getúlio Vargas ali foi em visita, deixando a melhor das impressões, e, assim, ganhando positivamente, por toda a sua maneira de agir, o favor popular.

Em julho de 1940, ao lá chegar, constatei que o sentimento para com o Brasil era, de maneira geral, favorável. Faziam-nos a justiça de acreditar em nossos propósitos de “boa vizinhança”, em nossos desejos de um entendimento cada vez mais estreito, e não duvidavam da sinceridade das intenções de Getúlio Vargas para com o povo e o Governo.

A única nota discordante era tangida por certa imprensa extremista, de feição comunista ou comunisante, que atacava aberta e violentamente o Governo brasileiro e o nosso Presidente, procurando indispor-nos com a Argentina. Esta campanha, conforme informei o Ministro Osvaldo Aranha na carta reproduzida no capítulo anterior deste livro, encabeçada pelo jornal *La Hora*, nos era tanto mais nociva quanto se solidarizava com os comunistas brasileiros que viviam em Buenos Aires. Este grupo, relativamente

pequeno, porém ativo, mexedor e intrigante, nos causou bastante mal. E pior nos causou quando a ele se juntou o Sr. Jorge Amado que lhe imprimiu desde logo uma direção, coisa de que antes carecia, tornando-o então um tanto desarticulado. Esta campanha de descrédito contra o Governo brasileiro e o Presidente chegou ao auge ao lançarem os mencionados comunistas patrícios uma espécie de manifesto ou carta aberta unindo-se a Rodolfo Ghioldi, o comunista argentino que participara da rebelião de novembro de 1935 no Rio de Janeiro, e, por este motivo, sentenciado, preso e, mais tarde, libertado pela polícia brasileira. O manifesto ou carta aberta foi estampada em lugar de destaque no referido diário *La Hora* de 8 de setembro de 1941, quando já havia assumido sua direção o mesmo Ghioldi. Era assinado por Jorge Amado, Pompeu Accioly, Brasil Gerson, Pedro Motta Lima, V. Varjão, J. de Oliveira Andrade da Silva e outros. Ei-lo:

“RODOLFO GHIOLDI: Los nacional-libertadores brasileños hoy en el Rio de la Plata, seguros de interpretar también en este particular el sentir unánime de todos los nacional-libertadores del Brasil, vienen a decirle a usted la alegría con que recibieron la noticia de su ingreso en la dirección de la valiente y querida LA HORA. Aquí puede aplicarse, sin ninguna vulgaridad, el viejo dictado de nuestros aliados ingleses: *The right man in the right place*. Porque, realmente, el diario más amigo del pueblo del Brasil en la Argentina fué confiado a la sabiduría y a la pureza revolucionaria del ciudadano argentino que hasta hoy comprendió mejor y amó más al Brasil, y por él sufrió y luchó.

“Los fascistas asquerosos, que pretenden inútilmente convertir a nuestra brava gente brasileña en un pacífico rebaño de eunucos, adoradores de tiranos cinicos y depravados, pregonan frecuentemente que usted en Brasil nunca pasó de un simple aventurero extranjero llegado de afuera para inmiscuirse en las cosas intimas del país. Ellos que están allá ahora y así hablan, ellos es que en verdad son los aventureros extraños a la vida brasileña, porque no es nuestro el sentimiento que los anima ni la baja finalidad de sus perversos propósitos. El *Estado Novo* es el anti-Brasil por excelencia. Y es el anti-Brasil por excelencia porque es Salazar, es Hitler, es Petain, es Mussolini, es Antonescu; es toda esa gama de abcesos que inficionan el cuerpo y el alma de Europa, queriendo inyectarse a viva fuerza en la carne saludable de Brasil y de América para corromperla y apodrecerla.

“El Brasil está entaponado en este momento, transitoriamente. Però para hablar por él estamos aquí nosotros, los que escapamos de la cárcel inmensa. Y nosotros, que somos el Brasil eterno, porque representamos el Brasil que fué y que será, el del pasado y el del futuro, nosotros decidir a usted, Rodolfo Ghioldi, que todo nuestro pueblo lo estima y quiere como si usted fuese el más puro y consecuente de los brasileños. Hay brasileños que lo son porque nacieron en Brasil. Usted nació en Argentina, y, a pesar de ello, quiso dar su vida por el bien del Brasil. Usted puede no ser un brasileño desde el punto de vista geográfico. Lo es, empero, por el amor y por el sufrimiento. Ya tuvimos otros así y que en el pasado también fueron, como usted, insultados y deportados por los que después la historia mandó a la basura. Tuvimos el irlandés que conspiró con Tiradentes, los extranjeros de nuestras bellas revoluciones nordestinas, el italiano Libero Badaró (asesinado en 1831 por la policía de Pedro I, pero que hoy da el nombre inmortal a una de las principales calles de San Pablo) y Giuseppe Garibaldi y el conde

Zambeccari, en el movimiento de los farropillas. Y en la jornada nacional-libertadora, al lado de Prestes, y con usted, el tragicamente grande alemán Artur Ernest Ewert y su mujer, Elsa Saborowski, que murió por Brasil.

“La victoria será nuestra y llegará pronto. Y como el Brasil volverá a proseguir bien brasileño en la sucesión de los siglos, desde ya nosotros lo proclamamos, para toda la posteridad, gran brasileño honorario. — Rio de la Plata, agosto de 1941”.

Era realmente de estarrecer o que quase quotidianamente se lia no *La Hora* a respeito do Brasil, de nossos governantes, de nossos vultos históricos e de nossas tradições. Aumentava a gravidade do fato o tratar-se de trabalho de solapa executado por aqueles brasileiros de ânimo exaltado, provando a intenção que tinham de desfigurar no estrangeiro o país que lhes servira de berço. Conservo ainda recortes do dito jornal, artigos ou notícias, que, diante dos argentinos, nos foram altamente prejudiciais. Ao acaso pego um desses recortes. É datado de 15 de novembro de 1941. Vou reproduzi-lo aqui a fim de que se constate o ponto que atingiu a distorção do espírito do ou dos autores:

#### “POR UNA PATRIA LIBRE”

“Hoy, 15 de noviembre de 1941, 52 años después de la proclamación de la Republica, el pueblo de nuestra tierra siente como nunca en su corazón de patriota y democrático la imperiosa necesidad de unir todas sus fuerzas para reivindicar los ideales de los luchadores de 1889, retomar en sus vigorosas manos la bandera desplegada 52 años atrás, abandonada y mancillada por malos brasileños, vendepatrias que están haciendo de nuestro país un refugio y un cuartel general de los bandidos nazifascistas.

“Esta unión tiene que ser hecha en torno a la democratización por la anulación del “Estado Novo”, por una constitución y por la pacificación de la familia brasileña, por la consecución de la amnistia amplia a todos los luchadores democráticos, con Prestes a la cabeza, participación del país en el Frente Mundial de los pueblos libres contra el nazifascismo y por la unidad de los pueblos americanos contra los opresores hitlerianos”.

No mesmo número e mesma página do citado jornal vê-se um artigo intitulado “Luís C. Prestes, Heredero de Floriano y de Constant”. Onde teriam desaninhado tal idéia? Aos argentinos, que isto liam, inculcavam a impressão de que a implantação da República em nossa terra fora obra, por assim dizer, de anarquistas.

Parecendo aos comunistas brasileiros não ser bastante mexerem-se eles próprios para a propaganda de sua doutrina e para fazerem mal ao Brasil, maquinaram certa vez juntar um grupo de senhoras argentinas para sugerir-lhes que enviassem a Dona Darcy, esposa do Presidente Getúlio Vargas, uma carta por todas assinadas rogando sua intercessão em favor de Luís Carlos Prestes “el querido lider brasileño, que sufre una monstruosa condena”. Com tantas artimanhas souberam cativá-las, que não se esquivaram à tarefa proposta. E, a 4 de outubro de 1941, lá vinha publicada no *La Hora*, e seguida de numerosas assinaturas femininas a mensagem dirigida a Dona Darcy.

Conforme referi, a chegada de Jorge Amado emprestou aos comunistas patrícios residentes na Argentina mais intensa atividade. O hoje consagrado romancista, então com cerca de trinta anos de idade, não perdia vaza que lhe permitisse expor suas idéias

e sua profunda irritação contra nosso Governo. Acertadamente achou que, para tal, o mais eficiente veículo seria pronunciar conferências ou externar-se em congressos, onde conseguiria maior número de ouvintes. Não lhe faltou coragem para realizar em Buenos Aires uma daquelas sobre a situação dos escritores brasileiros em face do “Estado Novo”. E foi repisar o assunto no Congresso de Escritores Argentinos, de Tucuman, — tratava-se de um congresso de agitadores comunistas — narrando “a incrível noite de terror que afoga os escritores e artistas do Brasil”, pois declarava ser impossível literatura e arte florescerem em um regime de opressão, qualificação que dava ao que vigorava em sua pátria. Mas, se nestes termos se exprimia, era para se justificar, visto, por ordens governamentais, lhe terem sido apreendidas pela polícia carioca, segundo contava, obras suas. Necessitava fornecer um motivo para seu afastamento do Brasil e seu comportamento no exterior.

Ora, outros escritores, por ele apontados como vítimas de represálias atroz, e culpados do crime de pensar, continuavam a produzir seus livros com venda perfeitamente livre. Alguns mesmo haviam sido agraciados com cargos públicos pelo Presidente Getúlio Vargas. Em conclusão, o Sr. Jorge Amado, que atribuía aos nossos governantes o classificá-lo de “homem perigoso”, na realidade o era pela propaganda pérfida que desenvolvia contra os interesses do Brasil, agindo de maneira a desprestigiar o nome de sua terra, que deveria respeitar, honrar e amar.

A ação perniciosa dos militantes comunistas estendia-se a outros setores. Por exemplo, sempre que apareciam na Argentina delegações brasileiras oficiais ou semi-oficiais, relativas a qualquer profissão ou a qualquer assunto, era um desencadear de insultos estampados no *La Hora*. Do navio *Almirante Jaceguay* desembarcou, em novembro de 1941, numerosa delegação de médicos organizada pelo D.I.P. (Departamento de Imprensa e Propaganda). No dia seguinte liam-se naquele jornal frases assim: “... *está lejos de representar al pueblo de Prestes o a sus círculos intelectuales... representado, en cambio, por los valores que hoy sufren el ahogo de un régimen enemigo de la cultura*” ou “*Que puede decir la delegación brasileña? Puede por casualidad contar lo que se pasa en la tierra de Luis Carlos Prestes?... Puede decir por que a pesar de tantos recursos naturales el pueblo vive en la miseria?... No. Ella viene solamente a pasar ratos alegres con sus amigos de la Argentina...*” ou ainda: “... *el pueblo argentino piensa en el Brasil de Luis Carlos Prestes. Sabe que el representa a su pueblo, así como el pueblo de Brasil sabe que la Argentina tiene un Rodolfo Ghioldi...*” e também: “... *El pueblo del Brasil piensa solamente en los esfuerzos que realizan las masas trabajadoras y los hombres democráticos y de conciencia para ayudar el Brasil a vencer la noche oscura del “Estado Novo”...*”

Se a imprensa em geral noticiava algum discurso de Getúlio Vargas, a imprensa esquerdista não poupava críticas a qualquer idéia emitida, a qualquer expressão empregada. A totalidade dos atos de nosso Presidente, atos bons, indiferentes ou maus, era, por ela, reputada perniciosa. Atacava igualmente sem piedade vários de seus colaboradores: o General Francisco José Pinto, Chefe da Casa Militar, Filinto Müller, Chefe de Polícia, o General Eurico Dutra, Ministro da Guerra, o General Goes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, entre outros, não escapavam às designações mais pejorativas.

A 27 de novembro, sempre do ano 1941, por se completarem seis anos da intenção comunista no Rio de Janeiro, projetaram nosso Governo e nosso Exército prestarem uma homenagem às vítimas do golpe. A decisão atiçou ainda mais o ódio dos autores daquele ato criminoso. Opinavam, sempre através da imprensa, que a eles, sim, cabia a homenagem, já que haviam procurado livrar o país de influências nazistas e fascistas, e vingar os que sofriam os maltratos destas ideologias. Superiores a mesquinhez, incansáveis na luta, confiantes em que acabariam por fazer compreender a todos os povos que tinham por desejo a liberdade e a civilização, não lhes preocupava averiguar quem, em 1935, havia posto fogo à casa. O que no momento lhes importava era extinguir o bárbaro fogo que agentes de outras nações espalhavam pelo Brasil. E, ousadia inqualificável, acrescentavam que, no final das contas, o saldo positivo da mesma rebelião lhes pertencia, pois tinham alcançado o apoio das massas trabalhadoras, como se pode provar quando do *putsch* nazi-integralista de maio de 1938. Conforme o costume, aproveitavam a oportunidade para exaltar a firmeza e a abnegação incomparáveis de Luís Carlos Prestes.

## XXX

O desconcertante em tudo isso era que o grupo de comunistas brasileiros, que, unidos a Rodolfo Ghioldi, promoviam esta campanha de difamação do Presidente e do Governo brasileiros, estava em constante e íntimo contato, vivia em perfeita camaradagem com um dos Secretários da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, o Sr. Nelson Tabajara de Oliveira. Este se dizia e se fazia passar por amigo de todos eles, os recebia em sua residência particular, juntos freqüentavam os lugares públicos, e os auxiliava mesmo pecuniariamente, de seu bolso, pelo menos alguns, e em especial o Sr. Brasil Gerson, conforme declarou ao seu colega de Embaixada, Teodomiro Tostes.

O Sr. Pompeu Accioly, um dos signatários da famosa carta a Ghioldi, era comensal em casa do referido Secretário, seu parceiro de jogo; e, em dias de recepção foi ali visto, sendo notado o propósito do Sr. Tabajara de apresentá-lo a todos os seus convidados.

Também o Sr. Jorge Amado, cabeça do grupo, era um de seus companheiros. Com ele foi avistado, mais de uma vez, em cafés e outros lugares de Buenos Aires. Igualmente freqüentava sua casa, não escondendo o Secretário da Embaixada o intuito de prestigiá-lo, a ponto de levá-lo à nossa chancelaria para o apresentar não só aos colegas, mas ao próprio Embaixador, que o recebeu, sempre acolitado pelo Sr. Tabajara, em seu gabinete.

Por conseguinte, laços de extrema camaradagem uniam os autores da campanha de difamação, de torpezas e de soezes insultos a um dos funcionários da Embaixada do Brasil, o que confundia todos quantos buscavam a explicação da verdadeira finalidade dos comunistas brasileiros que se encontravam na Argentina.

## XXX

Seguindo-se à entrada dos Estados Unidos na Guerra, realizou-se no Rio de Janeiro

ro a III Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, fato que relatei capítulos atrás. Com esta assembléia, que talvez demonstrasse aos comunistas que não estávamos influenciados pelo nazismo ou pelo fascismo, a terrível campanha movida pelos residentes em Buenos Aires começou a serenar.

Veza por outra, contudo, voltava ela à baila, sempre usando, para seus intentos, o jornal *La Hora*. No número de 19 de maio de 1942, por exemplo, por terem pouco antes os Estados Unidos indultado seu *leader* comunista, Earl Browder, manifestavam estranheza por não proceder o Brasil do mesmo modo com relação a Luís Carlos Prestes. Alegavam ser inconcebível um lutador da estatura do “Cavaleiro da Esperança” continuar afastado de todos pelas grades de uma prisão, declarando que sua liberdade se impunha sem demora para o bem da civilização e em homenagem à causa democrática.

Contudo, quando, a 22 de agosto de 1942, após o torpedeamento de alguns de seus navios, o Brasil anunciou que participaria na Guerra para combater contra a Alemanha e a Itália, não só cessaram de todo as infâmias dos comunistas de Buenos Aires, como estes passaram a dar vivas ao Governo brasileiro e ao seu Presidente. Mais ainda. Prontificaram-se a colaborar, a insistir em sua adesão à medida tomada, a “*reforzar al gobierno Vargas*”.

Por outro lado, não obstante ter o Governo argentino recusado o rompimento de relações com o Eixo, foi organizado em Buenos Aires por elementos não oficiais um *meeting* de solidariedade com o Brasil pela posição assumida. A calorosa demonstração de simpatia realizou-se no Luna Park. Vários ex-ministros de Estado, diplomatas, pessoas de destaque em atividades diversas encontravam-se entre a numerosa e entusiástica assistência de cerca de dez mil pessoas, também constituída por membros de muitas associações. O amplo local estava adornado e iluminado com as cores argentinas e brasileiras. Após a execução dos hinos dos dois países, começaram os discursos. Porém um dos oradores que se apresentou não conseguiu falar, impedido que foi pela polícia. Quem seria o personagem em questão? Nada mais, nada menos do que Rodolfo Ghioldi, o co-autor da rebelião comunista que, em 1935, tentara derrubar o Governo do Brasil, e que, preso, cumprira na prisão da ilha de Fernando Noronha a sentença de quatro anos a que fora condenado. A proibição originou desordens e desacatos à autoridade, provocados por correligionários seus, entre os quais um rapaz de apenas dezessete anos de idade. Mas, em obediência às instruções recebidas, a polícia manteve-se intransigente. Protestava Ghioldi aos altos brados que não admitia tal proibição, visto estar amparado pela liberdade que lhe concedia a lei, e que haveria de recorrer a todos os meios para fazer valer seus direitos. Não falou, porém o caso foi parar nos tribunais.

Quando o Embaixador do Brasil, Rodrigues Alves, subiu à tribuna para expressar juntamente com seus agradecimentos pessoais os do Presidente Getúlio Vargas, a quem aquela prova de carinho e solidariedade do povo argentino deveras sensibilizara, ouviu-se um clamor que aos poucos adquiriu a imponência comparável a de uma trovoadas. Ao tornar-se o som mais nítido, distinguiu-se, partindo de muitos peitos, um só nome: Prestes! Eram os comunistas que não desperdiçavam a oportunidade de lembrar à multidão o chefe prisioneiro. Constatação de que a perseverança não lhes faltava.

Este *meeting* verdadeiramente impressionante realizou-se a 11 de setembro. Antes que esse mês chegasse ao fim, os comunistas brasileiros abandonaram Buenos Aires,

regressando à pátria para se colocarem à disposição do Governo, caso este os quisesse utilizar no combate contra as potências do Eixo. A eles se somou o grupo dos que viviam no Uruguai. E creio que, assim foi posto um ponto final aos pesadelos e preocupações que causaram.

### XXX

Removido para a Secretaria de Estado, partiria eu de Buenos Aires em outubro de 1942. Assim que ainda ali me encontrava quando o Brasil decidiu participar na Guerra, e pude, por conseguinte, verificar por mim próprio a reação da imprensa argentina a respeito da resolução que nosso Governo tomara. Devo dizer que a reação foi a melhor; refletia o sentimento da opinião pública do país. Convinha, porém, não alimentar ilusões. Se certos jornais, mesmo dos mais autorizados, exprimiam sua solidariedade com o Brasil, era sobretudo com o intuito de influenciar a Argentina para um rompimento de relações com o Eixo.

O ambiente não nos era hostil. Longe disto. Existia sem dúvida simpatia pelo Brasil e pelos brasileiros, compreensão de nossos interesses e de nossos propósitos de boa vizinhança. Porém seria querer tapar o sol com a peneira ignorar ou negar o mal-estar que sorratamente se vinha infiltrando entre as duas nações. Eram fatores dissolventes que, explorados por quem deles tirava proveito, ou deixados sem remédio, poderiam no futuro ocasionar sérios contratempos. Em um meio vulnerável, como era o argentino devido à funda discrepância na apreciação dos problemas de política internacional, tais fatores teriam possibilidade de prosperar. Não era nas ante-salas que se ouviam estes rumores, mas entre nossos conhecidos, pela boca de amigos íntimos, nas casas particulares, nas ruas ao acaso, ou mesmo nas lojas. Sabíamos, por experiência do passado, quão difícil seria recompor as relações com nosso vizinho meridional se voltassem a se extremar em um clima de desconfiança semelhante ao que prevaleceu ao tempo da chamada República Velha.

As suspeitas que os radicais e socialistas nutriam contra nós tornaram-se menos nocivas desde que estes partidos passaram à oposição ao Governo do Sr. Ramon Castillo, que subira ao poder com o afastamento, por moléstia, do Presidente Roberto Ortiz. E desvaneceram-se quase por completo depois da III Reunião de Consulta efetuada no Rio, ao nos colocarmos abertamente ao lado das nações aliadas ou unidas, com as quais comungavam aqueles setores. Esta circunstância estancara também os ataques a nós dirigidos pelos comunistas. Porém se estes dois fatores de desassociação haviam desaparecido, outro, talvez mais sério, começou a revelar-se: nossa aproximação e colaboração cada vez mais intensa com os Estados Unidos (ver carta ao Ministro Osvaldo Aranha no capítulo anterior). A desconfiança a respeito desta amizade não era novidade e fundava-se em uma série de fatos que seria longo enumerar. Mas o que importava precisar era que esta desconfiança provinha do mal-estar reinante entre argentinos e americanos do norte. Foi sobre este item que me permiti alertar meu Ministro, sugerindo que agíssemos de modo a dissipar a atmosfera que arriscava perturbar-se mais fortemente. No amplo terreno internacional, se quiséssemos fazer um trabalho realmente produtivo no sentido de desligar a Argentina do último laço que a prendia ao Eixo, e que era menos

sólido do que se supunha, devíamos limpar o ambiente que se estabelecera entre ela e os Estados Unidos, chave de sua política ligada à Guerra mundial.

### XXX

A situação do Governo argentino parecia, em agosto de 1942, bem melhor do que meses atrás. A renúncia, seguida do falecimento de Roberto Ortiz, dera a Ramon Castillo a plenitude do poder, sua efetivação no cargo, e a garantia de exercê-lo até o fim do mandato presidencial. Isto fortalecera, e não podia deixar de ser, a sua posição.

O desaparecimento do Presidente afastou de vez todas as explorações que se faziam, com sua aquiescência ou não, em torno da probabilidade de sua volta ao poder. O Dr. Ortiz estava gravemente enfermo, todos o sabiam, e perdera quase por completo as duas vistas. Apesar disto, não se decidira a renunciar, menos por vontade própria do que por imposição dos grupos políticos que o assessoravam, os quais, estando contrários ao Vice-Presidente em exercício, desejavam conservar aquele como uma espécie de espada de Damocles suspensa sobre o Chefe Interino do Governo, não só para criar-lhe mil dificuldades como para mantê-lo sob a ameaça diária de uma possível volta do primeiro magistrado.

A situação do Dr. Castillo era, então, a mais árdua. Em divergência com o Presidente da Nação, que, embora arreado do cargo, era ainda, em todo caso, o Chefe do Governo; com a maioria da Câmara dos Deputados e grande parte do Senado em franca oposição; combatido pelos principais órgãos da imprensa; e por todos quantos se agrupavam em redor do Presidente enfermo; com um Ministério formado de membros de variados partidos, que nem sempre se entendiam entre si; e, além disso, sujeito aos embates dos diversos setores em que se dividia a opinião pública na apreciação de sua política internacional — sua posição chegou a ser verdadeiramente crítica, e por pouco não esteve prestes a soçobrar.

Salvou-se graças à sua habilidade, ao seu tato, à serenidade com que soube enfrentar todos os obstáculos, os contratempores que lhe armaram; serenidade consciente, firme e decidida. Longe de perder sua autoridade, impôs-se mais ainda ao respeito geral por sua energia, por seus predicados de caráter, pela austeridade de sua vida pública e privada, e pelo sentimento patriótico de que estavam revestidas suas decisões, muito embora tidas como erradas e prejudiciais por grande parte da população do país.

A nova disposição libertou imediatamente Ramon Castillo das explorações que se faziam em torno da pessoa de Roberto Ortiz. De simples Vice-Presidente em exercício, o Dr. Castillo passou a ser para todos, e em definitivo, sem distinção de cor partidária, o Presidente da República, o Chefe único e incontestado da Nação. Isto aumentou-lhe em forma considerável o prestígio. A oposição parlamentar não desapareceu, evidentemente, não obstante se ter atenuado. Mas perdeu seu principal instrumento, o Dr. Roberto Ortiz.

O acréscimo de prestígio, que a efetivação no cargo de Presidente concedeu a Ramon Castillo, fez-se também sentir a propósito da política internacional de seu governo. O maior tropeço que encontrava essa política, tropeço sobretudo moral, era a oposição que lhe levantava o Dr. Ortiz, oposição aberta e confessada, e da qual se serviam

todos aqueles que procuravam direta ou indiretamente atingi-lo, desmoralizá-lo, cavando ainda mais o fosso que se formara entre o Governo e vários setores da opinião pública. Por outro lado, tão desabrida oposição concorria para incompatibilizá-lo com os governos estrangeiros ligados ou afeiçoados ao bloco anglo-russo-americano.

Não seria, contudo, de longa duração a fase desafogada que coube a Ramon Castillo. No ano seguinte, 1943, a 4 de junho, poucos meses após minha partida, um grupo de militares, liderado pelo General Pedro Ramirez, derrubava o Governo. O golpe não teve, entretanto, a significação, tal como é entendida na América espanhola, de um *pronunciamento*. Sua origem foi política no sentido amplo do termo, isto é, contra a ordem de coisas ali estabelecida, porque na verdade, é hoje sabido, aqueles militares não tinham nenhuma ligação nem eram instrumentos dos partidos eleitorais. Antes pelo contrário, uma das finalidades do movimento era desarticular estes partidos a fim de retirar-lhes os meios de galgarem o poder. A prova está em que um dos primeiros atos do novo regime foi fechar-lhes as respectivas sedes, o que equivalia a proibir-lhes qualquer sorte de atividade.

Também não entrava nas cogitações dos militares, embora muita gente imaginasse o contrário, promover o rompimento de relações com o Eixo; isto logo se viu pelas declarações do próprio General Ramirez. No entretanto, um dia se daria o tão falado rompimento, porém somente com a Alemanha e o Japão. Da Itália não se tratou. Aquele dia seria o 26 de janeiro de 1944. Talvez em decorrência do ato, cerca de uma semana depois Ramirez, por sua vez, seria suplantado por outro general, Edelmiro Farrell, que teria, como seu vice-presidente, o então Coronel Juan Domingo Perón.

Após permanecer neutra durante quase toda a conflagração mundial, só tardiamente, a 27 de março de 1945, mês e pouco antes do término do conflito na Europa, resolveria a Argentina declarar guerra às duas potências com as quais cortara relações no ano anterior.



---

## Desentendimentos

Cabia aos Chefes de Missão enviarem ao Itamaraty de três em três meses os boletins de merecimento dos funcionários que trabalhavam sob suas ordens. Na ausência do titular, esta tarefa devia ser efetuada pelo Encarregado de Negócios. Estava eu exercendo estas funções em janeiro, uma das épocas do ano em que eram feitos os ditos boletins, por se encontrar no Rio o Embaixador Rodrigues Alves secretariando a III Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores. Tive assim, bem contra minha vontade, de julgar, através das notas que daria, o mérito dos diplomatas que serviam em Buenos Aires.

Ora, não podendo nem devendo ser sentimental naquilo que entendo ser o cumprimento de uma obrigação, de forma alguma concederia eu boa classificação a quem, ou pela maneira de proceder ou pela negligência no serviço, eu reputasse não merecê-la. Acontecia que dois dos Secretários da Embaixada, um pelo primeiro motivo, outro pelo segundo, estavam longe, mesmo longíssimo, de serem modelares. Antes pelo contrário, deixavam muito a desejar. Em conseqüência, vi-me na contingência de justapor-lhes aos nomes notas baixas, carentes do menor elogio, mas que, infelizmente para as pessoas em questão, correspondiam à realidade.

Este meu ato, praticado segundo o que me ditava a consciência, provocou a maior celeuma que se possa imaginar. E, como o Embaixador desde muito não me olhava cordialmente por ter eu tentado, em obediência às instruções do Ministro Osvaldo Aranha, estabelecer a ordem nos desmandos correntes na chancelaria, tomou a defesa dos Secretários, censurando-me em toda linha. Embora ciente, já que amiúde as comentara comigo, das grandes deficiências dos mencionados funcionários, chegou ao ponto de os considerar exemplos para os colegas, e vítimas de injustiça. Dirigiu mesmo ao Itamaraty um ofício, com data de 16 de maio de 1942, pedindo a anulação daqueles boletins que só serviriam para pesar de forma desfavorável na carreira dos dois diplomatas, os quais “absolutamente não mereciam sofrer as conseqüências deploráveis de um julgamento que contrasta com o espírito que deve presidir aos boletins de merecimento”. Acrescentava que não se podia alegar, pelo menos no que dizia respeito à sua Embaixada, que os funcionários estivessem em contato mais direto com o Ministro

Conselheiro (eu no caso) do que com o Chefe da Missão, já que seu contato com eles era permanente e diário. Daí poder ele em consciência e com acerto julgar do mérito e da colaboração de cada um.

Os dois referidos Secretários eram Nelson Tabajara de Oliveira e João Coelho Lisboa. A ambos já tive oportunidade de aludir, por mais de uma vez, no decorrer destas minhas Memórias. Como me seria possível, depois de lhes apontar os defeitos, distingui-los com ótimas notas, louvá-los e beneficiá-los com excelentes classificações? Por certo não pecavam os dois em pontos de vista idênticos. Se os defeitos do primeiro se relacionavam com o procedimento, com a educação, com suas tendências esquerdistas ou até anarquistas, os do segundo provinham de sua mais completa incapacidade de trabalho, de sua ignorância, de seu medo da responsabilidade.

Ora, para acusar-me diante do Itamaraty, no citado ofício, Rodrigues Alves suprimiu qualquer alusão ao comportamento, bom ou mau, de Nelson Tabajara. Limitou-se a escrever: “está trabalhando com eficiência, ganhando com o tempo uma maior intimidade com os assuntos internacionais”. Pura má fé. Fugiu propositadamente ao motivo de meu juízo. Não se quis pronunciar, apesar de ser pública e notória a insubordinação daquele Secretário.

Quanto a Coelho Lisboa, eis o que declarou: “destaca-se no serviço pelas suas maneiras e pela educação. Os trabalhos que se lhe encarregam são feitos com cuidado e com inteligência. Nunca deixou de demonstrar o seu espírito de cooperação”. Encontrava-me, é certo, de total acordo com a primeira parte de sua afirmação; e a prova está em que, sobre ela, minha apreciação, no boletim, havia sido a melhor. Não poderia, contudo, em consciência, aprovar a segunda, pois, em matéria de serviço, aquele Secretário era da maior nulidade. Porém, se o Embaixador não hesitava em assim elogiá-lo, havia uma razão: temia, aliás como muita gente no Brasil, angariar a antipatia de Rosalina, irmã de Coelho Lisboa, naquela época exercendo grande influência nos meios governamentais. Astuto e previdente, ocorreu-lhe que algum dia poderia dela precisar, e mandava a prudência atribuir ao irmão predicados que bem sabia não possuir.

As notas que dei a Nelson Tabajara não deveriam constituir a mínima surpresa para Rodrigues Alves, pois havia mais de seis meses que estava não somente inteirado, mas era testemunha da atitude de indisciplina, quase de revolta, assumida por aquele funcionário. O primeiro sinal do estranho procedimento foi quando certo dia, ao chegar à chancelaria depois do almoço, pedi a Dona Olga Botelho, uma das datilógrafas, me desse conhecimento do expediente que ali se fizera pela manhã. Sem que a ele me tivesse dirigido, Tabajara interrompeu-me declarando intempestivamente que eu não podia “pretender que o expediente da Embaixada ficasse à minha disposição”. Surpreendido com tão extemporânea e insólita intervenção, ponderei serenamente que como *chefe da chancelaria* podia bem *pretender*. Aproveitei então o ensejo para observar-lhe que desde algum tempo vinha tomando iniciativas que eram apanágio do chefe. Repliquou que não me reconhecia por seu superior, que “não podia ter dois chefes”, ao Embaixador e a mim, e assim mesmo tinha suas dúvidas quanto ao primeiro, porquanto essa concepção de chefes estava muito modificada, e que entre os vários degraus do serviço público, no caso a carreira diplomática, havia apenas uma “diferença de letras”. Não concordando com seus conceitos, e querendo, para o decoro devido a uma chance-

laria, evitar que prosseguisse naquele tom, calei-me na esperança de que, refletindo melhor, visse o errado de sua atitude. Deixei passarem semanas, mas ele parecia não se regenerar; antes, a situação ia piorando. A fim de que não ficasse em jogo minha autoridade, tive que dela pôr ao corrente o Embaixador, o qual me deu logo inteira razão, o que sempre esperei de seu espírito de justiça e exata compreensão de suas funções. Decidiu S. Exa. chamar Tabajara a seu gabinete. E, para testemunha, outro Secretário, João Coelho Lisboa; não podendo fazer o mesmo quanto a Teodomiro Tostes por este se achar em férias. Tabajara não somente não contestou o ocorrido como reafirmou seu ponto de vista. Foi mesmo além: admirava-se que o Embaixador não me ordenasse a mesma natureza de serviço que aos Segundos Secretários, isto é, cifração ou decifração de telegramas, ou ainda o plantão da manhã na chancelaria.

Por conseguinte, Rodrigues Alves nada ignorava, e não lhe era permitido, em consciência, defender quem de modo algum o merecia. Sabia a situação delicada, de constrangimento para todos, inclusive para ele próprio, que se criara. Sabia também que Tabajara procurava indispor-nos, a mim e à minha mulher, com o pessoal da Embaixada e das rodas brasileiras de Buenos Aires, chegando até a vexar quem não se mostrasse disposto a se afastar de nós. Sabia tantas e tantas coisas que, no seu anterior entender, minhas justas queixas exigiriam uma representação contra aquele Secretário. Pois bem, apesar de tudo que sabia, desprovido de escrúpulos, e quiçá julgando ser a pessoa em questão amparada pelo Catete, não hesitou em declarar falsa e de todo injusta minha apreciação.

Fazia então vinte e cinco anos que eu estava no serviço diplomático, havia tido sob minha direção numerosos funcionários, e nunca se me deparara a necessidade de acusar qualquer deles. Pelo contrário, muitos ficaram para sempre meus melhores amigos.

Achava-me desprestigiado pelo Embaixador, mas com a certeza de ter agido com a máxima justiça e isenção de ânimo, o que estava patente no rigor de que usei para com o Secretário Teodomiro Tostes, cuja amizade muito prezava, respeitava e queria conservar como um verdadeiro bem, e cujas qualidades morais, intelectuais e funcionais encontravam-se acima de qualquer reparo, considerando-o um dos caracteres mais bem formados que conhecia. Por se tratar exatamente de um amigo é que fui severo para com ele, tendo, contudo, a convicção de que, com sua superioridade moral e o conceito que de mim fazia, aceitaria este rigor com o cavalheirismo, a serenidade e a educação que lhe eram próprios.

Em face do mencionado ofício do Embaixador pedindo que anulassem os boletins de merecimento, resolvi expor ao Ministro Osvaldo Aranha os fatos. Escrevi-lhe longa carta onde não lhe ocultava qualquer pormenor. Terminava declarando-lhe que assumia a inteira e única responsabilidade dos pontos que conferira a João Coelho Lisboa e a Nelson Tabajara de Oliveira, e estaria sempre pronto a justificá-los ampla e documentadamente se assim me fosse ordenado pelo Itamaraty, ou se preciso para a defesa da honestidade de minha conduta naquela Embaixada.

O insólito do caso, prova, aliás, da má fé de Rodrigues Alves, é que este confessou a Teodomiro Tostes ter sido completa e muito bem feita a minha defesa, e realmente ter-lhe sido difícil descobrir algo que desculpasse os dois Secretários atingidos pelas

notas pouco favoráveis. Não há dúvida alguma que seus argumentos não poderiam ter sido mais fracos.

### XXX

Finda a Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, que se realizara no Rio de Janeiro de 1942, regressou Rodrigues Alves a Buenos Aires. Sua ausência durara perto de dois meses. A Embaixatriz, Dona Cotinha, que o acompanhara, permanecera no Rio. Assim que em abril, com o pretexto de buscar a mulher (pretexto porque, embora com setenta e seis anos, ela não representava a verdadeira idade; pelo contrário, era tão ágil, tão desempenada quanto alguém muito mais jovem; e a prova é que aguentava dançar quase todas as noites), obteve permissão para ir novamente à capital brasileira.

Coincidiu com sua estada ali Maurício Nabuco, o Secretário-Geral do Itamaraty, não concordar com a nomeação de Mário Pimentel Brandão para a Conferência, que se ia realizar em Montevidéu, para a repressão de atividades antiamericanas, e, diante disto, solicitar sua exoneração do importante cargo.

Foi o bastante para logo aparecerem em certos jornais de Buenos Aires (*Critica*, *El Pampero*, *El Courier de la Plata*, *La Hora*, etc...) e da província (*El Litoral*, de Santa Fé, por exemplo) notícias anunciadoras de que Rodrigues Alves seria o novo Secretário-Geral, sendo substituído na Argentina por Batista Luzardo, naquele momento Embaixador no Uruguai. Ao ser-lhe transmitido para o Rio o que se publicava, alarmou-se Rodrigues Alves, que não concebia poder alguma vez sair do posto no qual fizera a quase totalidade de sua carreira. E logo forneceu um desmentido.

Sem embargo, no mês seguinte, encontrando-se S. Exa. ainda no Brasil, voltou à carga a imprensa portenha. Desta vez era *La Razon* que noticiava sua saída, porém dando, para tomar-lhe o lugar, o nome de Cyro de Freitas Valle. Como anteriormente, a coisa não tinha fundamento.

Porém, diz o ditado, onde há fumo há fogo. Semelhante insistência, a meu ver, refletia o desejo de Ruiz-Guiñazu de afastar Rodrigues Alves da Embaixada da rua Calao, desejo que tinha eco em conversas de funcionários do palácio San Martin. Uma tarde, no Tigre, em casa de nosso amigo comum, Enrique de Elizalde, M. Sáenz-Briones, chefe da Divisão Administrativa daquele Ministério, indagou-me sobre a veracidade das notícias comunicadas pela imprensa. Respondi-lhe que eram meros boatos, mesmo porque Rodrigues Alves não era tolo de trocar seu posto pela Secretaria-Geral. “Mas podem obrigá-lo a trocar”, retorquiu. Dias depois, em uma recepção de despedida ao Encarregado de Negócios da Polônia, efetuada no palácio San Martin, foi o próprio Ruiz-Guiñazu quem me dirigiu igual pergunta diante de várias pessoas, inclusive o Ministro da Suíça, Conrad Caspar Jenny. Respondi nada haver de exato, acrescentando que, além do mais, a demissão de Maurício Nabuco ainda não lhe tinha sido concedida. “Porém, se lhe for dada, — objetou — podem bem oferecer o lugar a Rodrigues Alves”.

Na realidade o Embaixador do Brasil tornara-se, em certo sentido, pessoa um tanto incômoda para o Governo argentino. Acontecia que, como resultado de sua demasiado longa permanência em Buenos Aires, Rodrigues Alves, talvez inconsciente-

mente, julgava-se um pouco pertencente ao país onde servia. Não somente em suas opiniões se o notava; também em sua linguagem e por vezes no que escrevia, onde surgiam de quando em quando expressões ou termos castelhanos. Isto, no fundo, não fazia mal a ninguém, a não ser a ele mesmo. Grave, porém, era o fato de, por estarem afastados do cenário político os amigos que angariara nos primórdios de sua estada ali, não se pejar de emitir observações e até críticas aos partidos que naquele momento detinham o poder. Repercutia mal, e chegava, naturalmente, aos ouvidos dos que estavam de cima. Daí acender-se nestes a esperança de, sendo-lhe proposta outra posição, verem se afastar nosso representante.

Transparecia aqui e acolá a escassa paciência de alguns setores governamentais de aguentarem a situação. Assim, ao partir para o Rio pela segunda vez, pediu Rodrigues Alves uma audiência a Ruiz-Guiñazu, que recusou recebê-lo, pretextando estar muito ocupado. Recebi eu o recado transmitido por telefone por um oficial de Gabinete do Ministro. Comuniquei-o ao Embaixador que não conseguiu esconder sua profunda preocupação e grande nervosismo. Telefonou incontinenti ao Sub-Secretário, Roberto Gache, rogando-lhe interceder junto ao Ministro a fim de que não lhe fosse negada a requerida audiência. Gache prometeu intervir em seu favor. Onde já se vira um Chefe de Missão necessitar “pistolão” para poder falar ao Ministro do Exterior? Estava claro como água que as coisas não corriam, como dizem os franceses, *sur des roulettes*.

De outra feita, recusou terminantemente o Ministério do Exterior desmentir a notícia estampada no jornal *La Razon* de que o Governo brasileiro solicitara *agrément* para Cyro de Freitas Valle. Diante da insistência do Embaixador, feita em minha presença, pelo telefone a Roberto Gache, este alegou que tal publicação não partira da chancelaria argentina, e assim o aconselhava a entender-se com o mencionado jornal. Esforços enormes desenvolveu então S. Exa. durante uma semana inteira para que este declarasse o dito por não dito.

Mas os boatos fervilhavam no atingido um calamitoso estado de nervos. Ao falecer uma cunhada do antigo Presidente da República, Marcelo Alvear, telefonou Rodrigues Alves à viúva deste, a ex-atriz Regina Paccini, exprimindo-lhe seu pesar pelo infausto acontecimento. Aproveitou a Senhora Alvear para perguntar-lhe o que havia sobre sua partida definitiva de Buenos Aires. Resposta: “Trabalho da “quinta coluna” encabeçada por Ruiz-Guiñazu”. Se o telefone estava censurado, conforme seria plausível em tempo de guerra, não há dúvida que a frase chegou ao conhecimento do Ministro.

Entretempo procurava o Embaixador agarrar-se a todos os meios que pudessem favorecer sua continuação em Buenos Aires. Tendo oferecido uma taça para os concursos de tiro aos pombos que se iam realizar em Mar del Plata, a direção do clube organizador sugeriu que fosse denominada “taça Brasil”. Mas S. Exa. não consentiu, exigindo que a chamassem “taça Getúlio Vargas”.

Por outro lado, mandava ir à Embaixada, a fim de conceder uma entrevista que queria ilustrada com fotografias, o redator do *La Hora*, jornal comunista, conforme já contei, valente defensor de Luís Carlos Prestes, e que não cessava de atacar violentamente o Governo brasileiro. Qualquer coisa servia para a propaganda de que se achava necessitado.

Mário de Pimentel Brandão sempre obteve ser o representante do Brasil na Conferência Interamericana de Coordenação de medidas policiais e judiciais, que se reuniu em Montevideu em maio-junho de 1942. Antes de regressar à pátria, deu um salto à capital portenha, e, aproveitando a oportunidade, foi visitar Ruiz-Guiñazu. Perguntou-lhe este se gostava de Buenos Aires, ao que Mário respondeu afirmativamente. “Porque então não fica por cá?” indagou o Ministro querendo referir-se à hipótese de ele ali ocupar a Embaixada. “Oh! — observou Mário — não há nisso a mais longínqua, a mais remota possibilidade”. “Por que não? — retorquiu Ruiz-Guiñazu — não há nada impossível!”

Saltava aos olhos que aquela gente achava que já era tempo de o Brasil arranjar um substituto para Rodrigues Alves, a cuja permanência na Argentina, dadas as circunstâncias, bem podia pôr ponto final. Mas o fato é que não saiu. Não sei que outros malabarismos usou para aguentar-se ali, onde morreria a 6 de maio de 1944, após curta doença de apenas três dias. Contava sessenta anos de idade.

Dizia-se que Dona Cotinha, se enviuvasse, seria uma das criaturas mais solitárias do mundo, visto não ser querida pela família do marido, e os filhos do primeiro casamento não lhe serem dedicados. Devido à sua futilidade, não conseguira também amizades no decorrer da vida. A sorte, contudo, ajudou-a. Faleceu três semanas depois do esposo, no Rio, onde, tendo ido enterrá-lo, ainda se encontrava. Quem diria que, dezoito anos mais moço, Rodrigues Alves a precederia na morte?

### XXX

Apoquentado com a circulação dos insistentes rumores de sua partida de Buenos Aires, cuja origem não percebia, e já indisposto para comigo não somente por causa das notas atribuídas aos Secretários, mas também por meus protestos contra as inúmeras irregularidades praticadas na chancelaria, insinuou certa vez que eu deles havia sido autor. Fingi-me de desentendido a fim de não se armarem nova discussão e novos aborrecimentos. Que influência poderia ter eu, modesto diplomata estrangeiro, na imprensa argentina? Em todo caso, esta suposição não deixava de me ufanar, pois concedia bem alta estimativa a uma força que, infelizmente, não era a minha. Imbuído desta idéia estapafúrdia, que lhe brotara por ser eu íntimo dos filhos e noras do Presidente Castillo, e estar relacionado com o filho de Ruiz-Guiñazu, começou a manobrar a fim de conseguir minha remoção. Por sorte, estávamos neste ponto do mais pleno acordo, só que, enquanto aspirava fosse eu mandado para outro posto, e aí antevia o Peru, meu desejo era voltar para o Itamaraty. Com este pensamento, contudo, se assustava, pois calcularia que ali iria eu desvendar o que se passava em sua Embaixada.

Topando, em suas maquinações, com certos empecilhos, ocorreu-lhe outro plano: arranjar para Buenos Aires um ministro conselheiro mais antigo do que eu, forçando-me, assim, a estar sob as ordens deste e confiscando-me o privilégio de ser seu substituto.

Achava-se no Rio e, creio, ia ser removido para a Bolívia o Ministro Paulo Demoro. Sabendo Rodrigues Alves que este tudo daria, mesmo com posição inferior, para regressar à Argentina, onde já havia servido e deixara filhos casados, propôs-lhe trocar a

situação de chefe de posto pela de ministro conselheiro no país que era de sua predileção. Demoro, cujas ambições eram limitadas, aceitou sem prestanejar. Arrumou à pressa sua bagagem, e não tardou a aparecer. Não me dei por achado. Fui esperá-lo ao aeroporto; convidei-o sem demora para jantar em minha casa; passei-lhe imediatamente a chefia da chancelaria, colocando-me desde logo à sua disposição para tudo o que necessitasse para o serviço, que procuraria executar com a maior diligência e boa vontade. Se Rodrigues Alves julgou que meu proceder seria diferente, enganou-se de maneira total.

Aconteceu que, cerca de um mês depois, apanhei uma forte gripe, o que me impediu de comparecer uns dias à Embaixada. Pois não é que o espírito torcido de S. Exa. inventou ser apenas pretexto para minha ausência, e teve a ousadia de comunicar ao Itamaraty que eu desertara? Por incível que pareça ser a tal obrigado um homem de minha idade e da honestidade que sempre foi minha norma de vida, tive que solicitar uma declaração do médico, Dr. Nicolas Romano, sob os cuidados de quem eu estivera. Era demais; ultrapassava todos os limites.

Ao corrente, por amigo meu estagiando no Rio, daquilo que, nas minhas costas, o Embaixador informara ao Ministério, tomei a iniciativa de desmascará-lo. Ficou lívido quando mostrei meu conhecimento da feia ação que praticara. Tentou negá-la. Fiz-lhe ver a inutilidade de tal, já que poderia repetir os termos empregados e a data da comunicação. “Mas – ponderou – como sabe se foi confidencial?” “V. Exa. não deve ignorar o que são as informações confidenciais em uma repartição pública”, respondi. Estava cercado; não encontrava caminho para safar-se. Em face disto, redigiu outro ofício no qual voltava atrás sobre o que anteriormente dissera. Dei-me por satisfeito visto reconhecer seu erro e a má interpretação de minha doença. Além do que, juntou elogios à minha linha de correção, tanto quanto ao cumprimento do dever como à consideração que dispensava a toda gente da Embaixada. Porém, cúmulo dos cúmulos, maldade inqualificável, o novo ofício *jamaiz* foi enviado ao Itamaraty; permaneceu trancado na gaveta de sua escrivaninha!!! Por tudo que acontecera, e esta ocultação como remate, não me era mais possível confiar no Chefe.

### XXX

Regozijei-me quando foi assinada minha remoção para o Rio (e não para o Peru, conforme pretendia Rodrigues Alves). Ia sair daquele saco de gatos que era a Embaixada onde pontificava o “Juquinha”, o qual, para nela manter-se, não se incomodava de jogar seus colaboradores uns contra os outros. Pois acabei percebendo que, assim, ninguém se entendendo, evitava ele, sobre as irregularidades que se cometiam, as críticas e os comentários, dos quais, de outra maneira, não conseguiria escapar. De todos os chefes que tive na carreira foi o único que não me deixou saudades. Dos outros conservo a melhor e a mais grata das recordações. Faço absoluta questão de aqui relembrá-los com amizade, que me souberam inspirar, e o profundo reconhecimento por tudo que me ensinaram: Domício da Gama, Raul Régis de Oliveira, Afrânio de Melo Franco, Adalberto Guerra Duval, Magalhães de Azeredo, José Joaquim Moniz de Aragão e Araújo Jorge. Após servir em Buenos Aires, chegaria minha vez de ser Chefe de Missão; assim que Rodrigues Alves foi o último sob quem servi. Pena que justamente o último

fizesse exceção àquela lista; gostaria de poder incluí-lo. Desafortunadamente não agiu de forma a merecê-lo, o que deveras lamento e sempre lamentarei.

### XXX

Marcamos nossa partida para o mês de outubro de 1942. Não navegando vapores de passageiros devido aos perigos derivados da Guerra, decidimos regressar por terra ao Rio de Janeiro. Existia então (não sei se ainda há) o chamado “trem internacional” que trafegava entre Rivera (Uruguai) – Santa Ana do Livramento (Brasil) e São Paulo. Rivera e Santa Ana do Livramento, como é sabido, são uma única cidade, só que metade está situada no Uruguai e metade no Brasil, sendo o meio da rua principal a fronteira entre os dois países. O dito “trem internacional” seria, pois, a maneira mais prudente de viajar com a família.

De Buenos Aires a Montevideú, como de costume, fomos em um dos conhecidos barcos que durante a noite faziam a travessia do rio da Prata. Em Montevideú nos demoramos dois dias, sendo ali afetuosamente acolhidos por Labieno Salgado dos Santos, Cônsul-Geral, sua mulher e filha; por José Augusto Ribeiro, o Ribeirinho, como era conhecido, Secretário da Embaixada, e esposa, Ana (de apelido Lou), filha de Gilberto Amado, companheira de colégio de Yolanda; por Pedro Geraldo de Almeida, Adido Militar, casado com uma filha do General Setembrino de Carvalho; e outros.

De Montevideú a Rivera o trajeto foi percorrido em litorina, cujos balanços mal nos permitiam ficar de pé, o mesmo não acontecendo, no entanto, no “trem internacional”, no qual passamos três dias e três noites com grande conforto: cabines espaçosas, camas largas e macias, comida saborosa, etc... Nele atravessamos todos os estados meridionais do Brasil admirando a bela paisagem que se nos deparava. Também em São Paulo permanecemos dois dias. Assim que, desde a saída de Buenos Aires até alcançamos o Rio, gastamos uma semana inteira, porém não nos arrependemos do caminho escolhido.

# Em Copenhague:

---

## Intervalo carioca

Permaneci no Itamaraty, daquela vez, de fins de outubro de 1942 a 1<sup>o</sup> de agosto de 1945. Durante os primeiros meses de minha estada chefei a Divisão de Fronteiras; depois passei a dirigir a Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Concomitantemente fui membro de várias comissões: Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil, Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, II Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, etc... Como sempre quando colocado no Ministério, o trabalho era tanto que escasso tempo me sobrava para outras coisas.

Embora nesta ocasião meu estágio ultrapassasse os dois anos regulamentares, não saberia realmente o que desejar como próximo posto. Rangia a guerra na Europa, no norte da África, no Extremo Oriente; por causa das hostilidades muitas legações haviam sido encerradas. Fazia-se mister esperar com paciência que a situação melhorasse, e, assim, se reabrissem os postos. Poderia então partir tranquilamente levando minha família.

O Rio naquela época não era o Rio de sempre. Devido aos perigos de um ataque dos submarinos do Eixo, a bela iluminação junto à faixa costeira havia sido suprimida. Os poucos automóveis que trafegavam, por não existir gasolina, eram movidos a gás-gênio. Sentia-se dificuldade na obtenção de alguns gêneros alimentícios: a fim de conseguir um quilo de carne ou uma garrafa de leite faziam-se filas quilométricas sob o sol escaldante ou a chuva torrencial. Do brasileiro não se pode dizer que, a igual do norte-americano, por exemplo, seja grande respeitador do nivelamento diante da lei; mas há que reconhecer que, na formação destas filas e nas dos ônibus, a disciplina era a mais absoluta, disciplina no sentido de cada qual se colocar em seu lugar por ordem de chegada, com completa abstração de sua condição social, política ou econômica. Desaparecera, de fato, a alegria característica de nossa capital. Os tempos eram sombrios, e o horizonte não oferecia a impressão de se desanuviar.

Contudo, o carioca, por vezes, manifestava ainda sua graça. Dizia-se, entre outras coisas, ignorar o que o então Ministro da Educação e Saúde tinha em sua grande cabeça: se *gás* ou *gênio*; alusão ao produto que permitia aos automóveis se mexerem. “*Ne*

*prends rien au tragique*", o lema de Thiers, parecia ser adotado. Ou seguiriam o conselho do Príncipe de Bülow: *'Ne fais pas d'une mouche un éléfant'*?"

Em maio de 1943 visitou oficialmente o Brasil o Presidente do Paraguai, General Morinigo (que os brasileiros, por brincadeira, pronunciavam *Moringa*). Realizou-se em sua honra, oferecido pelo Prefeito Henrique Dodsworth, um espetáculo de gala no teatro Municipal. Sala repleta. Embaixadores estrangeiros, ministros de Estado, gente da verdadeiramente boa sociedade (e não do café-society, que então não era convidada para cerimônias oficiais); uniformes de dourados reluzentes, casacas de corte impecável, e senhoras adornadas com todas as pedrarias imagináveis e até com diademas. Pois bem, terminada a representação, a fim de regressarem a seus lares, tiveram todos que se meterem nos *bondes de ceroula*, conforme eram denominados bondes comuns porém com os bancos revestidos de uma capa branca para que as lindas e ricas *toilettes* não fossem agraciadas com sujos ou nódoas. Não eram poucas as saudades que sentimos do tempo em que nos era permitido circular confortavelmente refastelados em nossos automóveis particulares! Parecia então que este mimo não mais nos voltaria. Não dizia por acaso Paul Valéry (aquele que, segundo Madame de Gramont, tinha voz de mataborrão porque absorvia todas as palavras) que uma revolução (no caso, uma guerra) fazia em dois dias o trabalho de dois anos, mas destruía em dois anos o trabalho de duzentos anos? Deus louvado, o conforto acabou por ser restabelecido, conforme estamos vendo.

Ao volver ao Itamaraty, após meu estágio em Buenos Aires, encontraria ainda à sua frente o Ministro Osvaldo Aranha, que no cargo permaneceria até agosto de 1944. Seu substituto foi Pedro Leão Veloso, o nosso Pedrito, colega porque diplomata de carreira. A princípio interino, só seria efetivado mais de um ano depois.

Anteriormente Osvaldo Aranha fora Embaixador em Washington, desde setembro de 1934 até dezembro de 1937. Muito mais tarde, a revista "O Cruzeiro" de 4 de setembro de 1948 publicou uma entrevista do General Goes Monteiro em que este declarava haver Aranha renunciado à Embaixada por dissensão com Getúlio Vargas em virtude da implantação do "Estado Novo"; e, se depois aceitou a pasta do Exterior, foi por insistência dele, Goes Monteiro. Será mesmo exato? Não há dúvida que Osvaldo Aranha saiu de Washington apenas um mês após o golpe; mas estaria uma coisa ligada à outra?

A 8 de maio de 1945 a Guerra na Europa atingiu o fim. Chegava, pois, o momento de começar a pensar em partir novamente para o estrangeiro. Tudo considerado, Berna pareceu-me o lugar mais convidativo. Quando participei minha idéia a Yolanda, discordou: "Irmos para aquela tristeza?" Pressagiava que para seu temperamento alegre, comunicativo e sociável não seria o ideal. Surgiu a perspectiva de Copenhague, que ela apoiou fortemente. Assim que, enquanto eu me interessava pela capital helvética, ela devia se agarrar com o Céu para sermos enviados para a Escandinávia. O Céu atendeu-a. Cabe-me agora confessar que estava com a razão: Copenhague nos foi um posto delicioso!

---

## Primeiros dias

Copenhague, fim de agosto de 1945

Em Copenhague tive a oportunidade de manter um diário. Assim que, daqui por diante, passo a reproduzir trechos do que então escrevi. Serão, pois, impressões colhidas no momento mesmo dos acontecimentos.

Chegamos, afinal, a Copenhague! A travessia marítima, do Rio a Gotemburgo, no vapor “Brasil”, da Jonhson *Line*, companhia sueca, foi a mais movimentada, quase trágica. Gastamos vinte e cinco dias, quando o normal seriam dezessete. É que ficamos três parados na Bahia, carregando cacau. Depois, quando nos encontrávamos já a caminho de Dacar, quase à meia distância entre o Brasil e a África, sobreveio a grave enfermidade de meu colega Joaquim Pinto Dias, que ia a bordo a fim de reabrir a Legação em Oslo. O navio teve que retroceder e tomar a direção de Recife, numa arribada forçada, onde, perto de quarenta e oito horas depois, alta madrugada, o doente foi desembarcado. Outra demora em Dacar. O mar, que fora continuamente agitado, daí para o norte piorou ainda. Surgiram ventos contrários, e a velocidade teve que ser reduzida para evitar o perigo das minas submarinas. Como complemento, a ordem do Almirantado inglês para contornarmos a Grã-Bretanha pelo norte, visto a passagem pelo canal da Mancha não ser considerada segura para a navegação civil.

Depois destes contratempos e outros mais, que seria enfadonho relatar, avistamos finalmente terra, o que até nos pareceu um sonho. Entravamos no porto de Gotemburgo, na Suécia! Era o dia 25 de agosto. Viajou no mesmo navio Manuel Cesar Goes Monteiro, que ia assumir a Legação em Estocolmo; e assim é que no cais, vindos da capital, o esperavam os Secretários José Maria Bello e Manuel Antônio Pimentel Brandão. A ambos tive o prazer de rever. Honrou-me com sua presença o Cônsul dinamarquês em Gotemburgo, Jes Schytte, homem amável e de fisionomia aberta.

No dia seguinte, tomei o caminho de Copenhague. De Gotemburgo a Haelsinborg, ainda na Suécia, o trajeto foi percorrido em estrada de ferro. Um *ferry-boat* nos levou de Haelsinborg a Elsinor, na Dinamarca. Depois tivemos que apanhar outro trem para alcançar a capital da Dinamarca. A última etapa foi realmente penosa, pois encontramos um só lugar vago, que Yolanda ocupou com um filho sobre cada joelho. Ainda por cúmulo, no tal trem, só existia terceira classe, espécie daqueles da Central do Brasil que servem os subúrbios; e o maldito parava em todas as estações. Todo o conforto que tivemos, o Secretário Rinaldo de Carvalho e Silva e eu, foi sentarmos sobre as malas diplomáticas que trazíamos, em um compartimento destinado às bagagens, aliás repleto

de gente, e com um cachorro a nosso lado que nos incomodou durante toda a viagem.

Foi nestas tristes condições de imigrantes que, já noite fechada, chegamos a Copenhague. Como em Elsinor, não vi sombra de autoridade ou de qualquer representante do Governo dinamarquês que me estivesse esperando. Em matéria de desatenção era único. Não se diga que ignorassem o dia e a hora de minha chegada, pois disso haviam sido inteirados pelo Cônsul da Dinamarca em Gotemburgo. O fato é que tive de desembrulhar-me eu próprio de todas as dificuldades que oferece um país que visitamos pela primeira vez, além do mais, de língua estranha e rebarbativa, sem qualquer facilidade de locomoção porque a falta de gasolina reduzia os táxis ao mínimo, e onde a descoberta de um carregador de malas correspondia a uma verdadeira sorte grande. Felizmente fomos recebidos, à descida do trem, pelo intérprete de nossa Legação, o dedicado Viggo Holck, o qual sempre arranjou, não sem esforço, um táxi onde nos entulhamos todos, e graças a que pudemos alcançar naquela mesma noite o hotel d'Angleterre.

Três dias inteiros estive esperando no hotel que me aparecesse um representante qualquer do Governo dinamarquês ou pessoa do Ministério dos Negócios Estrangeiros que tomasse conhecimento de minha presença no país. Debalde. Semelhante ocorrência, de todo contrária às praxes estabelecidas e sobretudo ao que, em circunstâncias idênticas, costumamos fazer no Brasil, não deixou de desconcertar-me. Maior desconcerto causou-me, entretanto, o fato de receber, quatro dias após minha chegada, quando não tivera ainda contato com qualquer pessoa do Governo, um convite para minha mulher e eu jantarmos com o Ministro do Exterior e senhora, de cujos nomes só naquele momento tomava conhecimento. Rendi-me então à evidência: tudo que me haviam ensinado meus ilustres chefes do Itamaraty, em matéria de cortesia e praxes diplomáticas, não contava ou quase não contava para este pequeno povo que vivia isolado no norte da Europa, levando a sua vida de camponeses bisonhos e desconfiados.

Não tive, assim, outro remédio senão decidir-me a empreender a costumeira visita ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, um Sr. Christmas Moller, deputado conservador, o que realizei a 31 de agosto, hoje, acompanhado de Rinaldo Carvalho e Silva, o Secretário da Legação. Recebeu-me ele da maneira mais afável, fazendo-me sentar a seu lado, e logo oferecendo-me um cigarro, que estava longe de ser um dos cinco mata-ratos que cada habitante da Dinamarca tem o direito de comprar, cada manhã, nas tabacarias. Vi no Sr. Moller um homem de modos simples, olhar algo romântico, baixa estatura, corpo grosso e descambado, com uma vasta cabeleira branca, lembrando, em muita coisa, o fogoso chefe socialista francês Paul Boncour. Entreguei-lhe as cópias das Cartas de Gabinete que trazia, tanto a que revogava a missão de meu antecessor (este havia sido Gastão Rio Branco, mas já havia perto de quatro anos que, devido à Guerra, não tínhamos missão diplomática na Dinamarca) como a que me acreditava no país. Estavam presentes à audiência os Srs. Nils Svenningsen, Secretário Geral do Ministério, e Alex Morch, Chefe do Protocolo. Conforme as regras, pedi ao Sr. Christmas Moller que me obtivesse ser recebido por Sua Majestade o Rei Cristiano X a fim de lhe apresentar os originais de minhas credenciais.

---

## Travo conhecimento com a cidade

Copenhague, 4 de setembro de 1945

Enquanto espero despontar o dia da apresentação de minhas credenciais vou trutando de lançar um golpe de vista sobre a cidade em que durante alguns anos me vou fixar.

O hotel d'Angleterre, onde me hospedo, está situado na praça Kongens Nytorv (tradução: Mercado do Rei) na qual também se me depara a fachada do Teatro Real, que dizem dar estupendos espetáculos de bailado, gênero em que brilham os dinamarqueses, estando, contudo, longe de idêntico nível os de ópera, pois o clima não é favorável às gargantas dos cantores. Na mesma praça desemboca o famoso Stroget, uma só rua, aliás bem estreita, mas que vai tomando sucessivamente cinco nomes diversos até atingir a praça Raadhus (tradução em francês: *hôtel de ville*). Logo descobri a coluna encimada por duas figuras masculinas, em bronze, soprando trombetas. Destas trombetas, segundo o dito popular, só sairá som quando por perto passar uma virgem dinamarquesa!

Nas vizinhanças acha-se o Tívoli, o mais afamado parque de diversões do mundo, só funcionando, no entanto, durante a estação estival, visto os rigores do inverno não permitirem ficar-se muito tempo ao ar livre.

Chama-me a atenção, e também a qualquer visitante, o número colossal de bicicletas que circulam. São torrentes intermináveis, qual um rio caudaloso. Tantas, tantas, que em muitas ruas há calçadas especiais para elas. Desde os poderosos até os mais humildes usam este meio de transporte: Rei, príncipes, ministros, altos funcionários e mesmo a cavalaria dinamarquesa, quando faltam cavalos.

Também de Kongens Nytorv parte Bredgade, artéria que nos leva a Langelinie, passeio costeiro ao estreito do Sund, e para onde se dirigem logo os turistas com o intuito de admirar a "Pequena Sereia", estátua que, por assim dizer, é o símbolo de Copenhague, como a torre Eiffel o é de Paris. Calha bem ser este símbolo uma figura lendária emprestada de um conto do célebre Hans Christian Andersen. Pois não é a Dinamarca o país das lendas? A cada passo, quase a cada monumento que se visita liga-se uma destas. Ali mesmo, não distante da "Pequena Sereia", ergue-se a grande fonte chamada de Gefion. Gefion, deusa da mitologia nórdica, está representada conduzindo

quatro bois porque, tendo baixado à Terra, pedira ao rei da Suécia uma porção de terreno para seus filhos, respondendo-lhe o soberano que daria o bocado em redor do qual em um só dia ela conseguisse arar. Que fez então Gefion? Transformou seus quatro filhos em bois, e, juntos, lavraram enérgica e rapidamente um enorme pedaço que foi retirado e jogado no mar Báltico, tornando-se a Zelândia, ilha onde está localizada a cidade de Copenhague. Na Suécia, sempre em conformidade com a lenda, no lugar de onde saiu a porção de terra há um lago que tem exatamente o mesmo formato da Zelândia. Que delícia estas injeções de contos de fadas que nos permitem, de certo modo, reviver a infância!

Passo em frente a um vasto parque no meio do qual está o castelo de Rosenborg, santuário das jóias da coroa e dos três famosos leões de prata (de tamanho natural entre filhote e adulto), os quais, logo que for possível, irei admirar.

Novidade para mim, que jamais antes pusera os pés na Escandinávia, são os edifícios antigos encimados por telhados de um verde suave. Explicam-me que as coberturas metálicas, quando durante longo tempo em contato com a neve, adquirem aquele colorido que lhes empresta originalidade. Está neste caso a Bolsa, que é a mais antiga do mundo, isto é, o edifício que, construído para ser bolsa, ainda hoje é destinado ao mesmo uso. Obra do século XVII, da época do Rei Cristiano IV, apresenta notável arquitetura.

Mostram-me o exterior do Museu Thorvaldsen. Thorvaldsen é o grande nome da escultora dinamarquesa, mas viveu longos anos na Itália, cuja influência é bem visível em seus trabalhos. Faleceu, contudo, em Copenhague, assistindo a uma representação no Teatro Real, em meados do século XIX. O museu, construído expressamente pelo Estado como homenagem ao insigne artista, lhe é dedicado em exclusivo, isto é, só encerra obras suas e quadros e objetos que lhe pertenceram. No centro do pátio, recoberto de hera e quase à flor do solo, está seu túmulo.

O pomposo edifício que avisto ao pé é o castelo de Christianborg, sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Descortino à distância uma construção cilíndrica: é a Runde Taarn (Torre Redonda), possuindo, em lugar de escadas, uma rampa que o Tzar Pedro o Grande, da Rússia, pretendeu galgar a cavalo.

Enfim, verifico que se abre à minha frente largo campo para empregar meus lazeres, pois a lista de monumentos e museus, que leio no *Guide Bleu*, não é curta. Também nos arredores haverá muito para ver: a catedral de Roskilde, panteon dos reis dinamarqueses; os castelos de Frederiksborg, de Fredensborg e de Kronborg, etc... O último, em Elsinor, é o cenário de Hamlet, e não deixará nunca de despertar a curiosidade de quem quer que seja.

---

## Primeira audiência com o Rei Cristiano X

Copenhague, 7 de setembro de 1945

Apresentei hoje minhas credenciais de Ministro ao Rei Cristiano X. Dia duplamente auspicioso para mim porque é também o comemorativo da Independência do Brasil.

Sua Majestade recebeu-me em sua residência de verão, fora de Copenhague, o castelo de Sorgenfri (tradução: *Sans-Souci* — exatamente o mesmo nome daquele que, na Alemanha, se encontra perto de Potsdam) na pequena cidade de Lingby. Veio buscar-me no hotel o chefe da Casa Militar do Rei, tenente-coronel Freiesleben. Contrariamente às praxes estabelecidas, o pessoal da minha Missão, que no caso era apenas o Secretário Rinaldo Carvalho e Silva, não devia acompanhar-me na apresentação das credenciais. Em compensação, e também em contrário do estabelecido em outros países, minha mulher devia ir comigo, pois a Rainha estaria presente à cerimônia. Assim, pois, se fez.

A audiência foi a mais simples, em roupa de passeio. Fomos recebidos à porta do castelo (apesar da denominação, não passa de uma casa de campo) pelo oficial do dia, que nos acompanhou, mais o chefe da Casa Militar, até a antecâmara de Sua Majestade. Ali fomos apresentados ao Marechal da Corte, Conde de Trampe, ao Chefe do Gabinete do Rei, Sr. M. Hansen, e à *Mademoiselle* de Gyldenkrone, dama de honra da Rainha. Depois de uma curta estada com estes personagens, passamos aos aposentos de Suas Majestades, as quais nos receberam com a maior afabilidade, fazendo-nos sentar ao lado, e entretanto conosco, pelo espaço de vinte minutos, uma agradável conversa. Para dizer o certo, dos dois o Rei foi o único que falou, já que a Rainha se conservou quase todo tempo calada, de pé, ao lado da cadeira do Rei, toda vestida de branco.

Por sinal que este quadro que se me deparou ao entrar no gabinete do Rei — ele, que sabíamos inválido, sentado em uma cadeira, e aquela senhora de pé, perto dele, de roupa branca, — deu lugar a que meu colega mexicano fizesse uma tremenda *gaffe* quando da apresentação de suas credenciais. Foi o caso que, ao entrar na sala e vendo aquela cena, o Ministro do México tomou a Rainha por uma enfermeira do Rei, não lhe dando, por isso, a mínima atenção; e só caiu em si da *gaffe* quando Sua Majestade,

percebendo naturalmente a confusão, apresentou-o à Raimha, dizendo-lhe: “Esta é minha mulher”.

A Rainha Alexandina é alemã, nascida em Mecklembourg-Schwerin, irmã do chefe desta nobre casa, o Grão-Duque Frederico Francisco Miguel, e deve andar pelos seus sessenta e tantos anos. Contam que um seu tio, o Grão-Duque Paulo Frederico, fazia de *croupier* no cassino de Heiligenhafen durante a temporada de verão. Originalidades a que por vezes se permitem os da mais alta aristocracia!

### XXX

O Rei Cristiano X vai completar este mês setenta e cinco anos de idade. Apresenta os que tem. Ressente-se ainda do acidente que sofreu há tempos em uma das pernas, não podendo, por este motivo, pôr-se facilmente de pé. Recebeu-me, assim, todo tempo sentado na mesma poltrona. E a Rainha parada a seu lado, com a mão apoiada no espaldar da poltrona do marido. Ao contemplar esse panorama tipicamente burguês, dir-se-ia pertencer ao século passado; poderia bem servir de modelo para uma pintura de Manet ou de Degas – *Le couple chez le photographe*.

Sua Majestade pediu-me notícias do Brasil, da situação ali reinante depois da Guerra. Referiu-se ao nosso Imperador, Dom Pedro II, que se recorda ter visto em Copenhague quando era ainda criança. Devia, segundo meus cálculos, andar pelos seis anos, pois nascera em 1870, e o Imperador esteve na Dinamarca em 1876. Reinava então ali Cristiano IX, cognominado o “pai da Europa” por ser pai e avô de vários soberanos europeus; entre estes contava-se Jorge I da Grécia, a Rainha Alexandra da Inglaterra e a Imperatriz Maria Feodorovna da Rússia, filhos, e o Rei Haakon da Noruega, neto. Quando Dom Pedro II chegou a Copenhague, em 1876, Cristiano IX estava de passeio na Alemanha, e foi seu filho, o futuro Rei Frederico VIII, que lhe fez as honras (os reis dinamarqueses são chamados, desde muitos anos, alternadamente, Cristiano e Frederico). Apressou-se em oferecer hospedagem ao Monarca brasileiro, mas Dom Pedro, com seu decidido propósito de viajar como simples turista, declinou da oferta, dizendo logo que preferia ficar em um hotel. E mais, fez saber que, ao chegar, era sua intenção ir diretamente visitar o Tívoli, o grande parque de diversões, ainda hoje existente e então já famoso em toda a Europa, pois constituía seu maior interesse na capital dinamarquesa.

Ainda a respeito de Dom Pedro II, lembrei ao Rei os laços de parentesco entre as famílias imperial brasileira e a família real sueca, e, em certo sentido, entre a família real dinamarquesa, pois que Sua Majestade é filho de uma princesa sueca, e seu filho, o Príncipe Herdeiro é casado com uma princesa também sueca. A família real sueca desce da Rainha Josefina, irmã da segunda Imperatriz do Brasil, Dona Amélia, fato que Cristiano X ignorava.

### XXX

Passando a outros assuntos, indagou Sua Majestade que posto eu ocupara antes de vir para cá, estando, aliás, já algo informado, possivelmente pelos jornais de Cope-

nhague, que a isso se referiram por ocasião de minha chegada. Mostrou curiosidade pela língua portuguesa, sobre a qual fazia alguma confusão com o espanhol. Expliquei as diferenças que havia entre os dois idiomas, embora de origem comum, o latim. “É como entre o dinamarquês e o sueco”, disse. Confirmei, acrescentando que havia mesmo uma coincidência: todos os dinamarqueses entendem o sueco, porém os suecos não entendem o dinamarquês; o mesmo sucedia conosco, isto é, os de língua portuguesa entendem o espanhol, mas os de língua espanhola não entendem o português.

Fiz-lhe em seguida uma rápida exposição da nossa evolução política a partir da Independência. E chamei sua atenção para o fato de ter o Brasil instalado sua missão diplomática em Copenhague logo após ser reconhecida pela Dinamarca a nossa independência, ou seja em 1826, há cerca de cento e vinte anos. Nosso primeiro representante aqui foi o Marquês de Taubaté, da família Saldanha da Gama, grandemente conceituada ainda hoje tanto no Brasil como em Portugal. Foi de caso pensado que fiz esta referência, pois desejava ressaltar a tradição histórica de nossa Legação aqui, uma das mais antigas do serviço diplomático do Brasil. Poderia o Rei assim compará-la com o arrivismo de quase todas as demais Missões dos países americanos, algumas verdadeiras improvisações, como, por exemplo, a do Chile, cujo Ministro é um dinamarquês, homem de dinheiro, que por certo sustenta a si e à Missão que preside, sendo seu irmão o Ministro dinamarquês no Chile. Está claro que, na audiência, não aludi a esta última particularidade.

Perguntou-me Sua Majestade se o Brasil não poderia reiniciar desde já a exportação de café, produto tão apreciado neste país que dele tem grande precisão. Desde 1939 não se vê aqui um grão sequer do verdadeiro café, devendo o povo se contentar com um sucedâneo, o qual, além da cor, nada tem de semelhante com o verdadeiro. Ora, a Dinamarca era o país do mundo que mais café consumia se considerado o número de seus habitantes. Pode-se bem calcular o sacrifício desta gente, tanto mais que, enciumada, sabe que sua vizinha, a Suécia, já recebe quantidade considerável da nossa rubiácea. Era pois oportuna a pergunta do Rei, e por ela eu esperava. Respondi que tínhamos o maior desejo de voltar a exportar café para a Dinamarca, que fora antes da Guerra tão bom freguês, mas que este assunto devia ser situado dentro do quadro geral de nossas exportações.

Por fim indagou-me Sua Majestade se me sentia bem no hotel d’Angleterre, onde estava hospedado. Disse que não poderia estar melhor, já que ali também se hospedara Dom Pedro II em 1876, e quem sabe não estaria ocupando os mesmos quartos. O Rei achou graça na minha resposta, mas não percebeu, penso, seu alcance, que não foi outro senão salientar a velharia do hotel.

E, com isso, deu por finda a audiência. Deixamos o castelo de Sorgenfri com a mesma pragmática da chegada.



---

## Original nota diplomática

### ORIGINAL NOTA DIPLOMÁTICA

Copenhague, 28 de setembro de 1945

Estou recebendo um modelo de nota diplomática e de redação francesa:

“Légation d’Islande. – Copenhague, le 27 Septembre 1945. – Monsieur le Ministre. J’ai l’honneur d’accuser réception de Votre lettre du 7 Septembre et de Vous féliciter de Votre mission diplomatique en Copenhague. J’exprime ainsi la confiance, que les bonnes relations qui existent si heureusement entre nos deux missions contribueront à assurer l’entretien avec vous de rapports officiels et personnels cordials.

“Je me sera un grand plaisir de recevoir Votre Excellence dans la Legation d’Islande un jour a 12 - 15, si Vous avez l’amabilité de telefoner auparavant. Je saisis, etc...”

Juro que copiei esta nota sem nada alterar, mesmo uma vírgula, do original. O que vale é que se entende o que meu colega islandês quer dizer, e, apesar de tudo, o francês, até esta espécie de francês, continua sendo uma língua internacional.

Jakob Moller chama-se este Ministro da Islândia. Devemos, ele e eu, ter chegado mais ou menos ao mesmo tempo a Copenhague, já que ambos apresentamos credenciais em igual data. É meu companheiro de hotel, meu e de muitos colegas que, como eu, andam à procura de casa para se instalarem, o que constitui dificuldade tremenda em uma cidade superlotada com refugiados de guerra vindos de todas as partes. Para se ter uma idéia do que é esta invasão basta dizer que até nas salas de banho dos hotéis há pessoas alojadas, as quais, suponho, dormirão dentro das banheiras.

Até agora nenhum dos hóspedes do hotel d’Angleterre ouviu sair qualquer som da boca de Jakob Moller. Nunca se dirigiu a ninguém. Entra na sala de jantar completamente duro, teso, sem lançar um olhar para os lados, e vai direto sentar-se à sua mesa. Como o acompanha sempre um rapaz, julgamos ser este uma espécie de enfermeiro, pois, pelo jeito e pelo mutismo, o Ministro dá a impressão de não ser normal. Por acaso estranhará ele o clima? Dizem que em sua terra, a Islândia, ninguém dorme no verão, a menos que chova, mas que, em compensação, como os ursos, dormem no inverno todo a fim de recuperar o sono perdido. Sendo aqui o regime bem diferente, talvez não se sinta bem. Chegará o dia de ouvirmos sua voz?



---

## Uma troca de cartas entre dois sujeitos bem humorados

Estou recebendo a seguinte carta de Rui Ribeiro do Couto:

“Lisboa, dia da eleição, 2 de dezembro de 1945

“Meu caro Lyra,

“Sim, eu estava desconfiado de que, comigo, você andava fazendo muita economia de papel, de lápis e de outros materiais de expediente. Não só pela ausência da comunicação de praxe<sup>32</sup>, como porque você, ao passar ao largo da costa portuguesa, lembrou-se de mandar um rádio ao Marcelino<sup>33</sup>, mas não a mim, seu velho companheiro dos tempos de pensão do Leme (quando o concurso do Itamaraty era sinuca-de-bico). Lembra-se? Que saudades! Morava lá também a Dona Luzia de Souza Bandeira, que já faleceu<sup>34</sup>. Quanta coisa morreu depois disso! Envelhecemos, seu Heitor. Você, sempre magro. Eu, cada vez mais gordo. Mas ambos envelhecemos, com fitas de grandes-oficiais e placas resplandecentes.

“VOU MANDAR-LHE O QUE ME PEDE A RESPEITO DA ORDEM DE CRISTO. Apenas, sendo você grande-oficial, estou desconfiado de que não se trata só da fita e cruz, mas deve haver também uma placa para espetar à altura do baço, no lado oposto ao das apendicites (*touchez le bois*). Verei se mando pelo correio ou pelo monóculo do Boeck<sup>35</sup>.

“Eu estava removido para Zurich, esperando o João<sup>36</sup> e cumprindo ordens do Ministério, do próprio João, do Getúlio – a liquidar aqui os assuntos que a Missão tinha empreendido: acordo ortográfico *entr’ autres*. Eis que há uns oito dias, diz-me o Bopp<sup>37</sup> que, perdendo o interesse de ir para Moscou agora no inverno, havia enviado ao Rio, ao João Alberto ou ao Veloso<sup>38</sup>, uma lista de Consulados que desejava – começando pelo Havre e... terminando por Zurich. Você está vendo a cara que eu fiz, com os olhos mais espantados do mundo. Enfim, não telegrafei para o Rio nem nada, porque, não obstante eu estar aqui *por ordem*, a máquina ministerial estava ansiosa por me ver num Zurich que eu pedira por motivo de saúde, e de vez que essa saúde estava resistindo a desfile de contingentes marciais, estatuto dos portugueses, conferência ortográfica, missão militar do Mascarenhas, conferências, discursos, publicação de livros,

etc. etc... (É a tal coisa: macaco que muito mexe toma chumbo). Tomei chumbo: perdi Zurich. Já chegou para o Bopp um telegrama: deram-lhe o *meu* Zurich, que agora fica sendo, na minha geografia, uma espécie de inatingível Goiás.

“Acho-me, pois, *sur la branche*. Em caso de perigo, você não me quererá aí pela Dinamarca? Talvez consiga o Consulado de Rotterdam, apesar do clima, agora, aos 48 anos, e com os brônquios estafados (uma bronquite na primavera, outra no outono), não ser dos melhores. No fundo, eu precisava mesmo de montanha, mas sobretudo de ar frio e úmido. Já me dá aos nervos essa secura do instável clima lisboeta, que torra a gente durante o dia, e à noite, bumba! toma temperatura de 15<sup>o</sup>! E, se chove, é um dilúvio. Enfim, você conhece isto. A vantagem, aqui, é ter como criada de mesa a Maria (foi sua criada, e fala com ternura do casal Lyra), sempre como um espeto e diligentíssima: atende aos telefones, compra-me coisas, só lhe falta fazer-me versos.

“A sério: não sei se fico em Lisboa. Não sei mesmo de nada. Vem para aqui o Gracie<sup>39</sup>, que vai ter uma situação magnífica. Você sabe quanto o casal é estupendo. Mas eu, necessitado de outro clima e de outra vida (estou estafado), preciso mergulhar num sítio de língua estrangeira a fim de que possa entrar num cinema sem encontrar dez mãos estendidas – *Então como vai o meu exmo. amigo? E o Sr. Embaixador? Tem notícias?* E onde, em havendo casas de fado, eu possa sentar-me diante de cerveja e tremoços sem ouvir: *A grande cantadeira Maria dos Anjos da Conceição vai cantar o fado da Saudade em homenagem ao Exmo. Sr. Dr. Ribeiro Couto, Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil* (sic)

“Numa palavra: estou cansado de popularidade portuguesa. Sou como você: gosto imenso disto aqui. De alto a baixo. Mas ao cabo de quase três anos, convenha, cansa muito. Talvez seja também a crise dos 50 – a “revolução interior” que se processa na gente, à revelia da vontade, exigindo a abertura de caminhos brumosos. Ainda não vejo claro em tudo isso. Sei só que, após uma integração perfeita com o João Neves e uma imensa colaboração nos trabalhos dele, tocou-me ficar à frente da Embaixada numa ocasião também trabalhosa, e de tudo resulta um vasto, um imortal cansaço. Este cansaço já era evidente em janeiro deste ano quando, achatado de gripes e de uma temporada pneumônica, pedi a Suíça. Agora, passados estes agitados dez meses, mais cansado me sinto ainda. Minha obsessão antiga é a Holanda. Lá está o nosso Argeu<sup>40</sup>, revolvendo documentos nos arquivos, impregnando-se de Frans Post e de Maurício de Nassau. Felizardo!

“Agora, meu caro Heitor, vamos ao Cristo. Hoje é domingo. Amanhã começarei as altas providências relativas ao seu grande-oficialato, assunto da maior importância, compreendo bem, para o seu peito quando coberto de uniforme. E a miniatura? Tem a miniatura da venerável Ordem?

“Que novos livros está escrevendo, após a história do nosso santo e barbado Dom Pedro II? Você faz parte da Academia Portuguesa de História? Se não faz, vamos tomar providências. Diga-me se a coisa lhe interessa porque moverei os pausinhos para a primeira oportunidade. O Presidente é o Caeiro da Mata, atual Ministro da Educação e excelente amigo.

“E não veja intenção maliciosa no fato de, sabendo-o em aperturas de papel, ha-

ver eu alardeado aqui abundância desse material, atochando-lhe três folhas em linhas cerradas.

“Faça livros, faça livros aí – e não creia que haja outra coisa a fazer na Dinamarca<sup>41</sup> .

Afetuosos abraços,

RUI<sup>42</sup>

Copenhague, 24 de fevereiro de 1946

“Ribeiro Couto,

“Sua carta – três páginas, como você escreve fácil! – de 2 de dezembro de 45, está toda ela certinha. Salvo que a pensão do Leme não era no Leme, mas em Copacabana. Sim, em Copacabana – rua Constante Ramos, 57. A pobre Dona Luzia! Se me lembro! Vivia de recordações de um passado que fora brilhante, no palacete da rua Barão de Itambí, ao tempo em que suas festas eram cronicadas (inclua esse neologismo no acordo ortográfico) no dia seguinte pelo Paulo Barreto (João do Rio), no “Pall Mall” de *O País*. Por sinal que uma dessas festas, e por coincidência no dia 19 de novembro<sup>43</sup>, fora objeto de uma crônica do João intitulada *A festa da Bandeira*.

“A frase causou sucesso. Mas custou a inimizade de *Madame* Souza Bandeira. O que ela disse do João do Rio! O Gustavo quis defender a honra da mãe com ameaças de bengaladas, sua especialidade. Mas acontecia que era também o exercício predileto do Paulo, que tinha, para isso, um bengalão – e que bengalão! Bem, o Gustavo desistiu. Mas valia um pito de cocaína.

“Pois é: rua Constante Ramos, 57. No meu quarto do porão. Você, o Antoninho Bandeira e o Barrosinho<sup>44</sup>. Pois você não se lembra do Barrosinho? Coitado, a vida lhe correu sempre contra! Afinal, dos três, você foi o único que brotou. Mas brotou mesmo. E que árvore que deu! Só não deu – ainda não deu fruto. Quer dizer, ainda não teve um *miúdo*. E agora, que é Ministro, Excelência, etc., como lhe ficaria bem um garoto a puxar-lhe o rabo do uniforme no dia da apresentação das credenciais!

RECEBI A ORDEM DE CRISTO. O seu mal, Rui amigo, é que a gente pede dois e você manda quatro. Pedi-lhe a fita e a cruz. E você manda a fita, a roseta, a cruz e a placa. Um pouco mais, e mandava também o Júlio Dantas, o Joaquim Leitão, a cultura musical do Gastão de Bittencourt e a Hermínia Silva. Só não mandava o Salazar, para chatear as Nações Unidas, Unidas... só rindo.

Pois olhe, de tudo, eu só guardava a Hermínia Silva, que para mim é a melhor cantadeira de Portugal. Eu só queria ver o Álvaro Pinto ouvir-lhe cantar o fado. Não diria mais aquelas sandices que diz no *Ocidente* contra uma das raras coisas genuinamente portuguesas que Portugal ainda conserva.

RECEBI A ORDEM DE CRISTO. Já lhe disse. Sinto não ter outras Ordens e outros Cristos a receber de Portugal, pois já conheço o cuidado com que você manda

essas coisas aos amigos, tudo arrumadinho dentro de uma grande caixa encarnada — E SEM A CONTA! Ó Rui amigo, será que você não pode me arranjar um outro Cristozinho? Não, Cristo já tenho. Um Aviz, por exemplo? Mesmo com a conta?

O Cristo veio a calhar, pois dias depois já o exibia, placa, cruz e fita, no jantar que o Rei da Dinamarca dá, todos os anos, aos chefes de Missão acreditados em Copenhague. Sim, amigo Rui, aqui ainda temos rei, e jantares de rei, com uniformes, com damas da Corte, com reverências para aqui, reverências para acolá, *menus* impressos com a coroa real... E que *menu*, e que pratos, e que vinhos, e que sobremesa! Só não tinha *bouchées à la reine*. A Rainha aqui é uma senhora idosa, respeitabilíssima. É alemã. Ou melhor, ex-alemã, porque agora não há mais alemães. Salvo uns pobres diabos encurralados numa grande sala em Nuremberg, esperando serem arrumados lá fora, um ao lado do outro, pendurados no pátio da prisão. Assim como as galinhas da viúva Chaves, do *Juca e Chico*, do tempo em que éramos garotos e repetíamos:

*Galinhas tinha ele três,  
E um belo galo francês.*

Não, Rui amigo, não faço parte da Academia Portuguesa de História. A única Academia de que faço parte, ou antes, de que fiz parte, como sócio pagante (quem pagava era meu pai), foi a Academia de Direito, que por sinal não era Academia, mas Faculdade — Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, nome bonito e suficiente, de onde saía cada ano uma chusma de bacharéis pedantes e bem falantes, todos mais ou menos candidatos ao Itamaraty. Eu fui um deles, e durante dois anos pus-me, como um estafermo, à porta do casarão da rua Larga, à espera de que me abrissem aquele Sésamo.

Consegui, afinal, penetrar naquele Olimpo — à custa de pistoão, é claro. E com suma vaidade e suma suficiênciã tornei-me ali adido... sem vencimentos. O cargo era periclitante, e, em vez de pecúnia, dava ônus. Mas eu *era* do Itamaraty, e isto significava, naquele tempo e para minha geração, algo considerável. Os de hoje já não querem mais ser adidos, e ainda menos sem vencimentos. São todos Cônsules, ou melhor, *Diplomatas*, e com dois anos apenas de carreira já querem ser Ministros e Embaixadores.

Rui Ribeiro Couto, escreva em letras grandes: SOMOS UNS FALIDOS! Estamos com cinquenta anos no costado, e não passamos de Ministros de Segunda Classe. De *Segunda Classe*, ouviu?! O Luís Avelino tinha uma cozinheira. Não prestava. Roubava nas contas. Deixava queimar o arroz. E vivia na cozinha a resmungar. Bem. Foi despedida. Ao transpor a porta da rua, mal humorada, censura-a o porteiro ter ela abandonado, daquele jeito, o serviço de um patrão tão distinto e tão importante.

— Importante? diz ela com um ar de pouco caso, o nariz espetado para o ar.

— Pois então, responde-lhe o porteiro, um Ministro!

E fazendo um muxoxo:

— Ministro... Ora essa! Ministro de Segunda Classe!

E dizer que por causa desse título houve ultimamente uma competição desenfreada no Itamaraty. Foi um *rush* dos diabos, seu Rui. Pior do que a corrida atrás do ouro na antiga Califórnia. Até parecia volfrânio em Portugal. Você também tirou a sua argolinha. Mas não estava lá. Ficou bem sossegadinho na sua poltrona de *Chargé d’Affaires*, no doce conchego dos paredões da rua Antônio Maris Cardoso, ouvindo o Frois

bater na máquina a frase já sonora e tradicional aos nossos ouvidos: “Senhor Ministro, tenho a honra...”

Bem, é tempo de um ponto final. Você está aí com a vida ganha, acaba de ser promovido a Ministro, tem casa para morar, tudo muito bem arrumado e montado, tudo em seus lugares, funcionando regularmente, bem azeitado com as generosas verbas do Tesouro Nacional. Enquanto eu aqui estou às voltas com uma casa que comprei para instalar a minha Legação. E sabe você o que significa comprar uma casa para a Legação? Lidar com arquitetos, com advogados, com Bancos, com engenheiros, com eletricitistas, com fornecedores de móveis, fornecedores de tapetes, com pedreiros, carpinteiros, estucadores — *j'en passe*. E sabe acaso o que significa esse problema de matemática, de geometria, de álgebra, sei lá o que, de enquadrar todo aquele mundo de gananciosos e aproveitadores, todos aqueles apetites, dentro da verba modesta que nosso Governo me deu para pagar a casa e tudo mais que nela se meter? Reduzir todas aquelas prementes necessidades a esta fórmula burocrática e orçamentária: verba 3<sup>a</sup>, consignação 4<sup>a</sup>, sub-consignação 7<sup>a</sup>, letra *a*, sub-letra *c*, infra-letra *f* e assim até o infinito?

Mas, apesar de tudo, vou ter uma casa para a Legação. Uma casa que, se não é nova, vai ficar toda renovada. Nada desse casarão velho e já sebento que o abriga em Lisboa, antiga moradia dos trintanários do Rei Dom Fernando. Vou ter uma casa de fazer-lhe inveja, todas as invejas. Não vou mais estar, como você e outros pobres diabos de chefes de Missão, a chatear-me todo fim de mês com o braço estendido de proprietário da casa, e exibir o recibo do aluguel passado regularmente em três vias — uma para a Delegacia do Tesouro em Nova Iorque, outra para a Secretaria de Estado, e a terceira para o arquivo da Missão...

Faço voto por que apanhe sempre a Suíça. E que, se não for Zurich, seja então Genebra, com o que ganhará seguramente na troca. Genebra é Zurich falando francês. E muito bom francês, algo de clássico, com traços de Racine e do bom Jean-Jacques. Eu adorei Genebra. Passei ali anos bem nutridos e bem vividos. Trabalhei, é verdade, como um mouro. Mas aprendi muitas coisas. Primeiro com meu chefe Afrânio de Melo Franco, um dos raros mineiros civilizados que tenho conhecido. Depois, com tudo o que assisti na finada Liga das Nações. Conheci de perto os construtores da paz de 1918, essa paz que os homens de 1939 puseram por terra. A que se constrói agora em Nova Iorque não difere muito daquela, senão que em 1918 a Rússia era a peste negra que infetava a humanidade, e hoje é o relógio que dá as horas e marca o bom e o mau tempo, e com a qual temos todos de acertar o passo, sob pena de ficarmos para trás.

Agora é mesmo o fim. E aqui fico à espera de suas cartas de Genebra, bem recheadas e bem chistosas, para desopilar-me o fígado.

Afetuosos abraços de

HEITOR LYRA”



---

## Maurice Chevalier

Copenhague, 26 de agosto de 1946

Fomos ouvir Maurice Chevalier que veio a Copenhague depois de alguns anos de ausência. Eu não o via desde Paris de antes da Guerra; há cerca de vinte e dois anos. Apesar de sua idade, cinqüenta e sete, pouco ou nada perdeu de suas qualidades de artista. A voz quase não sofreu alteração, e o corpo, embora mais grosso e, por conseguinte, mais pesado, tem ainda a mesma agilidade e a mesma *souplesse* de antigamente. O sorriso está igual, igual a sua mímica e seus notáveis predicados. Não será necessário dizer que conquistou na íntegra a platéia.

Após o espetáculo fomos tomar uma taça de *champagne* na Legação de França a convite do respectivo Ministro, que ali reuniu um pequeno grupo de pessoas a fim de homenagear Maurice Chevalier. A pedido da senhora do Ministro dos Estados Unidos, este, com a maior boa vontade, cantou-nos *Louise*, música de seu primeiro filme.

Disse-me Chevalier que sentira muito não ter podido ir ao Brasil este ano. Estava em vésperas de assinar um contrato com o Cassino da Urca quando foi decretada a proibição do jogo, o que impossibilitou seu empresário de aceitar as novas condições propostas. E, como está por longo tempo preso a contratos firmados para os Estados Unidos, ignora quando se lhe poderá oferecer outra oportunidade de ir ao Brasil.

É exato que, agora, para o Brasil, as dificuldades são imensas para ver em seus palcos os artistas de fama mundial. Antes, com a renda dos cassinos, ou melhor, com o produto do jogo, podíamos pagar a esses artistas. Já não existindo esta fonte, toda ela terá que provir exclusivamente do público. Ora, o público lá é ainda muito escasso. Praticamente, só duas cidades têm gente para esse gênero de espetáculos, Rio de Janeiro e São Paulo. Não há compensação, por conseguinte, para o sacrifício pecuniário que os contratos representam. Somente no dia em que os artistas puderem se exhibir em dez ou quinze cidades brasileiras é que o sacrifício valerá a pena. Porém até ali chegarmos muito tempo há de correr.



---

## Como pensam ou não pensam os dinamarqueses

Copenhague, 15 de outubro de 1946

O Secretário da Legação foi ao *Magasin du Nord*, o maior no seu gênero nesta cidade, a fim de comprar alguns metros daquele tapete que se usa para cobrir o chão e que os franceses chamam *moquette*. Encontrou ali, desta espécie, vários rolos, colocados de pé no canto de uma sala. Era precisamente o que queria.

– Necessitava, disse ao caixeiro, de vários metros deste tapete para forrar o soalho de uma sala.

– Que medidas tem a sala? perguntou-lhe o homem.

O Secretário deu as medidas. O caixeiro puxou um papel e um lápis, e começou a fazer cálculos. Somou, dividiu, multiplicou. Por fim:

– Quinze metros quadrados.

– Muito bem, disse o Secretário. Quanto custa o metro?

E apontou para o rolo de cor vermelha.

– Tantas coroas.

– O metro quadrado?

– Não, senhor, o metro corrido.

– E os quinze metros quadrados necessários para minha sala – quanto custam?

O homenzinho puxou o lápis e o papel do bolso. Outros cálculos. Tornou a somar, a multiplicar, a dividir. Depois disse:

– Custam tantas coroas.

– Bem, respondeu o Secretário; pode então mandar cobrir a sala com este tapete. E mostrou mais uma vez o de cor vermelha.

– Sinto muito, disse o empregado. Está vendido.

– Está vendido? surpreendeu-se o Secretário. Então este – e indicou um de cor verde.

– Também está vendido.

Havia um terceiro rolo, de cor cinzenta.

– E este?

– Também está vendido.

– E qual o que não está vendido?

— Estão todos vendidos.

— E o Sr. não tem outros tapetes deste gênero?

Não, não tinha. O Secretário perguntou-lhe quando esperava ter.

— Não os esperamos tão cedo. São tapetes de fabricação inglesa que durante a guerra certamente não se fabricaram.

Nesta altura o Secretário perdeu a paciência: perguntou, algo contrariado, por que motivo não lhe dissera desde o começo que não tinha destes tapetes para vender, e o fizera perder mais de meia hora com cálculos e mais cálculos sem nenhum resultado prático.

— O Sr. não me disse que os queria comprar, respondeu o outro. Pensei que queria apenas se informar sobre os preços desses tapetes. Limitei-me, assim, a responder ao que o Sr. me perguntava.

### XXX

Cenas como essas são comuns no comércio de Copenhague.

Quando cheguei a esta cidade, e enquanto não recebia o automóvel encomendado nos Estados Unidos, pensei em adquirir um aqui. Entrei em uma loja vendedora de automóveis onde havia dois expostos ao público. Apontei um, sobre o qual o dono da casa me deu todas as informações solicitadas, sobre o número de cilindros, a força, o consumo de gasolina; fez-me entrar e experimentar o macio das molas dos assentos. Por fim indaguei quanto valia o carro.

— Tanto, disse ele.

Perguntei-lhe, se pagando à vista, poderia fazer-me algum abatimento no preço. Foi então — e só então — que disse o carro em questão não estar ali para ser vendido.

— E o outro? perguntei.

— Também não está para vender.

Indaguei-lhe por que então estavam expostos, e por que não me dissera logo que não se vendiam. Respondeu o mesmo que o caixeiro do *Magasin du Nord* ao Secretário: eu não declarara querer adquirir o automóvel, e assim ele julgara eu desejar somente informações sobre o veículo. Acrescentando que se achavam em sua loja porque seus donos assim lhe haviam pedido, já que, por não existir ainda gasolina no país, não os podiam utilizar.

### XXX

Fiquei sabendo: quando entro numa loja onde vejo vários artigos expostos que me possam interessar, a primeira coisa que pergunto é se são para vender. Sim, porque por mais surpreendente que seja, ou melhor, por mais inacreditável que pareça, uma parte do comércio de Copenhague é de objetos *vendidos*.

Fui certa vez a uma das maiores e luxuosas casas de móveis e objetos para interiores.

— Qual é o preço desta cadeira?

— Quatrocentas coroas.

– Está à venda?

– Não. Está vendida.

Depois:

– E aquele sofá?

Depois:

– E aquela mesa?

– Agrada ao Sr.? perguntou solícito o vendedor, abrindo as gavetas, salientando a qualidade da madeira, o acabamento do trabalho, dando-me, em suma, todos os esclarecimentos sobre o móvel.

– E o preço?

– Mil e trezentas coroas. Muito barato.

– Não está vendida? indaguei por desencargo de consciência.

– Não, não está vendida.

– Então talvez a compre, disse eu meio indeciso.

E o homem:

– Sinto muito, mas não podemos vendê-la.

– Por que? perguntei sem compreender.

– Porque não está à venda: é um modelo da casa.

Afinal, impaciente, acabei por indagar:

– E o que tem o Sr. para vender?

– No momento nada. Não temos madeira. Não temos operários. Tudo está muito difícil.

Sai. O homem notou meu aborrecimento. Seguiu-me, e já na calçada:

– Podemos, se quiser, mandar fazer uma mesa igual àquela.

– Pode ser feita já?

– Oh! não! exclamou quase escandalizado com minha inocência. Quando tivermos operários e material necessário.

Tive vontade de achatá-lo contra a porta.

### XXX

De uma maneira geral o dinamarquês não tem espírito de humor, e acredita em tudo que se diz.

Certa vez um naturalista inglês falava em Copenhague da inteligência e do instinto dos animais, citando casos em que estes, maltratados pelos donos, tomavam aversão a eles. Perguntou-lhe então um dinamarquês: “O Sr. se refere a animais que não esquecem os maltratos. Será que eles reconhecem também os benefícios que lhes fazemos?” Confirmando, contou o naturalista a história do elefante de um circo, cujo olho inflamado ele curara.

Aconteceu que, dias depois, teve a curiosidade de ir ao circo ver exhibir-se o animal que estivera a seus cuidados. Adquiriu um bilhete que custou apenas cinco shillings. O elefante, reconhecendo-o como seu benfeitor, e querendo demonstrar-lhe sua gratidão, pegou-o com a tromba, e transferiu-o do lugar de cinco shillings para uma poltrona cujo preço era de uma libra.

É claro que não passava de uma anedota. Porém nenhum dinamarquês achou graça na história. Todos a levaram a sério, intrigados com o fato de o animal saber que uma poltrona de uma libra era melhor e mais cara do que o lugar de cinco shillings...

---

## Judeus no Brasil

Copenhague, 4 de novembro de 1946

O mal da administração brasileira não é tanto ou não é sempre a incapacidade de seus homens ou o desconhecimento que estes tenham do sentido prático dos problemas do país. É sobretudo devido às diversidades de critério, à instabilidade das decisões, e à versatilidade dos que se ocupam da coisa pública. No fundo, não sabem o que querem, ou querem o que não sabem.

Na questão de imigração para o Brasil, por exemplo, vive-se desde alguns anos a mudar de critério com a mesma facilidade com que se muda de camisa. Até bem pouco tempo parecia que se tinha, afinal, encontrado a solução para o caso, que era uma política de maior tolerância para a entrada dos estrangeiros no Brasil. Abríamos as nossas portas para quantos desejassem ir se ocupar ali de um trabalho honesto.

De repente, sem dizer *água vai!*, e sem que aparecesse para isso motivo ou fato novo, muda-se radicalmente de política. Volta-se, talvez até com mais rigor do que antes, ao critério da porta fechada. Por que? Não sei. Ninguém sabe. Não foi dada nenhuma explicação para tal. Seguramente pelo único desejo de mudar, de fazer *algo nuevo*. E a obtenção de um visto de entrada no Brasil, para qualquer estrangeiro, volta a ser a coisa mais difícil do mundo. A este propósito, lembro-me de uma *revista* a que assisti em um teatro de Buenos Aires, e na qual surgia no palco um cavalheiro com uma enorme condecoração pendente do casaco. Perguntaram o que havia feito para merecer semelhante prêmio. — *Consegui um visto de entrada no Brasil!* disse ele.

Já mandei dizer ao Itamaraty que isso é um erro, isto é, um erro não aproveitarmos a excepcional oportunidade de agora para atrairmos o maior número possível de imigrantes, concedendo todas as facilidades não só quanto ao preparo dos respectivos papéis como à presteza de seu andamento. Ora, as novas medidas adotadas pelo Conselho de Imigração e Colonização não visam precisamente isso. Antes pelo contrário. Não vejo porque limitarmos as facilidades de entrada unicamente aos agricultores e técnicos industriais, quando temos necessidade de homens de todas as profissões, de todas as raças, de todas as cores e quase direi de todos os sangues. Não há profissão honesta que não se ressinta da falta de braços. E nenhuma ocasião será mais indicada para sanar este inconveniente do que a atual, quando as incertezas políticas e as dificuldades econômi-

cas da Europa levam uma grande parte da sua população válida a procurar novos horizontes. Estas incertezas como estas dificuldades hão de passar amanhã com o restabelecimento da paz geral; e talvez seja tarde para repararmos o erro que estamos agora praticando.

### XXX

Tudo isso tenho mandado dizer ao Itamaraty, a quem nunca ocultei a franqueza de minhas opiniões, acrescentando que pode ser que eu esteja enganado, mas sempre me pareceu que o Brasil precisa unicamente de gente para povoar-lhe o solo, seja ela quem for, bastando que seja válida e tenha profissão honesta. O mais é um problema de distribuição e localização desta mesma gente.

A verdade é que, com as restrições atualmente em vigor relativas à entrada de estrangeiros, nunca seria possível a ida, por exemplo, de um Matarazzo; e estou convencido de que este antigo imigrante italiano foi um dos maiores fatores do progresso de São Paulo. Devo acrescentar que esse Matarazzo era de sangue judeu, circunstância que dificultaria ainda mais sua entrada hoje no Brasil, uma vez que na nossa hodierna legislação há grandes entraves à ida de judeus, muito embora estejamos em Nova Iorque, na Assembléia das Nações Unidas, subscrevendo toda decisão que se opõe a diferenças raciais. Na realidade, para uso interno e às escondidas, colocamos toda sorte de impedimentos para que os judeus se introduzam em nossa terra, mas, para a galeria, nos apresentamos como os valentes paladinos da igualdade de raças.

O que há é simplesmente medo de dizer em Nova Iorque, e defender ali esta opinião, que não queremos mais judeus no Brasil; o que não deixa de ser, no fundo, uma ingratidão, pois boa parte de nossa população é dessa origem. Inclusive na alta administração, nas classes armadas e no serviço diplomático, onde são inúmeros os descendentes de antigos judeus, tanto portugueses como estrangeiros. O Conselheiro Rodrigues Alves, considerado um dos grandes Presidentes da República, era dessa raça. Ignoro se seus descendentes têm consciência disso. Penso que não, porque uma vez, em Berlim, sua filha, a Embaixatriz Muniz de Aragão, olhando-se diante de um espelho, indagava: “Dizem que eu pareço judia; será mesmo?” E era.

---

## Em casa dos Príncipes Viggo

Copenhague, 5 de novembro de 1946.

*Cocktails* em casa do Príncipe e da Princesa Viggo, que moram pertinho da nossa Legação, no Strandvej. O Príncipe é primo-irmão do Rei Cristiano X, sendo filho do Príncipe Valdemar (este era irmão do Rei Frederico VIII) e de uma princesa francesa da família Orléans. A Princesa Viggo é norte-americana. Gorda, baixa, de óculos e com aspecto de professora de curso primário, é, no entanto, muito simpática e acolhedora. Fala correntemente o francês, o que não é comum nas americanas do norte, mesmo princesa real. Dizem que possui fortuna considerável. O certo é que o marido, sendo relativamente pobre ou pelo menos sem grandes posses, o casal vive com bastante largueza.

A família real dinamarquês está longe de poder ser tida como rica; e julgo haver neste país outras, de industriais e comerciantes, com maiores recursos de dinheiro do que ela. O Estado aqui sustenta apenas o Rei e o Kronprinz. Os demais membros da casa real têm que trabalhar para viver, ou arranjar fontes fora das arcas do tesouro público. De todos os príncipes daqui, o que mais ostenta é o Príncipe Axel, irmão do Príncipe Viggo, que é diretor de uma companhia de navegação e participa de outras empresas de menor vulto. Os outros levam a vida discretamente, sem aparatos nem exhibições.

Quando chegamos à casa dos Príncipes Viggo, já havia muita gente, estando quase repletos os dois salões e a ampla sala de jantar. Sendo quase noite fechada, a iluminação era necessária, porém, nota original, não era a banalíssima de eletricidade: a luz provinha exclusivamente de velas numerosas que tremulavam por toda parte, inclusive nos lustres onde tinham substituído as lâmpadas elétricas. Mas, não se estando habituado a isto na época atual, tudo nos parece sombrio, e o ambiente dir-se-ia mergulhado em uma meia penumbra, que impede distinguir bem as pessoas presentes. Do Corpo Diplomático, encontravam-se ali apenas uns poucos chefes de Missão e os adidos militares norte-americanos. Os demais convidados eram dinamarqueses, gente ligada à corte ou pertencente à nobreza da terra. Da família real, o Príncipe Harald, irmão do Rei e meu vizinho de casa; o Príncipe Knud, segundo filho do Rei, e sua mulher, a Princesa

Carolina-Matilde, filha do Príncipe Harald, sua prima por conseguinte; e a Princesa Margaretha, esposa do Príncipe Axel, sueca de nascimento, com um dos filhos rapazes.

Foi somente quando já lá estávamos que ficamos cientes de que os *cocktails* eram destinados a festejar o cinquentenário da Princesa Viggo. Em uma mesa estavam expostos os presentes que recebera, entre os quais dois grandes cachos de bananas, seguramente adquiridos na Suécia, pois aqui não existe ainda no mercado esta fruta tropical, e é por este motivo muito apreciada. Disse-me a Princesa que haviam ocultado ser seu aniversário a fim de não obrigarem os convidados a presentearem. Sem embargo, enviar-lhe-emos amanhã cinco quilos de nosso excelente café, que estou certo terá naquela casa muito êxito.

### XXX

O café continua a ser fortemente racionado na Dinamarca, e o pouco que existe é de má qualidade, uma mistura de café Santos com café de Uganda. Estes dinamarqueses são por vezes desconcertantes. Quando aqui cheguei, todos se queixavam de não terem café do Brasil, inclusive o Rei quando o avistei na minha primeira audiência. Pois bem. Consegui encontrar uma oportunidade de receberem nosso café. Não seria grande quantidade, mas sempre daria para *matar a sede* de quem havia anos não sentia o gosto do verdadeiro produto, e era forçado a contentar-se com um sucedâneo feito não sei de que folhas secas. Não quiseram, isto é, o Governo dinamarquês recusou. Porque? Porque a quantidade que eu obtivera, umas dezenas de mil sacas, não bastava para a distribuição por *toda* a população do país. Foi inútil argumentar que essas sacas eram apenas o começo, que outras partidas de café podiam vir mais tarde, num futuro próximo. Não adiantou: ou café do Brasil era repartido por todos, ou não se queria café.

### XXX

Este aspecto socialista da mentalidade dinamarquesa prevalece no espírito de toda gente. Inclusive na sem cerimônia com que os empregados domésticos se apoderam do que não lhes pertence. Quando eu estava instalando a Legação no prédio de Ryvangs Allé 24, que comprara para nosso Governo, os móveis e demais objetos ficaram, durante vários dias, espalhados desordenadamente pelas salas, à espera de serem colocados em seus respectivos lugares. Naquela ocasião, mais de uma vez, dei pela falta de um espelho, de uma cadeira ou de uma mesa. Descobri depois que haviam sido levados pelos empregados para seus próprios quartos, sem que entendessem necessária uma licença ou uma simples consulta a mim ou à minha mulher. É claro que tive que obrigá-los à restituição, do que não gostaram evidentemente.

O *direito* que esta gente acha ter de desfrutar em igualdade de condições tudo o que pertence aos patrões chega ao ponto de os mesmos empregados da Legação exigirem, ou quase que eu partilhe com eles o café que trouxe do Brasil para meu uso pessoal. Como se trata de grande quantidade, cerca de dez sacas de sessenta quilos cada, deduzem que parte *deve* caber-lhes. Não cheguei, naturalmente, a dividi-lo em qui-

nhões iguais entre eles e eu, mas tive que dar-lhes certa porção por mês, sem o que não me deixariam tranqüilo.

Voltando ao assunto dos móveis: notei um dia a falta de uma das cadeiras do terraço. Interpelei o arrumador. Disse que a levava para seu quarto. “Porque?” perguntei. Porque a que neste encontrara era menos confortável de que a do terraço.

### XXX

Hoje, 5 de novembro, tivemos umas pessoas para almoçar aqui na Legação. Em dado momento alguém perguntou as horas. Não coincidindo nossos relógios, chamei o criado, e mandei que fosse ver, no relógio da sala de jantar, que está sempre certo, que horas eram. E continuei a conversar com as visitas. Passou-se cerca de meia hora. Foi só então que me lembrei ter mandado o criado verificar a hora, e ele não voltara a aparecer. Toquei a companhia. Despontou à porta, e disse-lhe:

- Mandei-o ver que horas eram, e você se esqueceu.
- Perdão, Sr. Ministro, não me esqueci. Bem que fui ver as horas.
- Então por que motivo não voltou para me informar?
- Porque o senhor não me disse que voltasse. Disse-me apenas para ir ver as horas. E foi o que fiz.



---

## Em duas legações

Copenhague, 7 de novembro de 1946.

Aniversário da revolução comunista, na Rússia, que liquidou com o efêmero governo Kerenski, e instituiu o regime soviético. Para comemorar, houve hoje grande recepção na Legação daquele país, Kristianiagade 5, casa espaçosa, mas horrivelmente mobiliada; antes da Guerra ocupada pela Legação da Alemanha, os russos dela se apoderaram logo após a vitória.

Recepção à noite, das 8 às 11 horas. *Smoking*, dizia o convite. De fato, quase todos os convidados estavam assim vestidos, porém havia também gente com roupa de passeio, roupa de rua, roupa de trabalho, enfim, uma tremenda mistura. O Ministro soviético e os demais funcionários da Legação apresentaram-se com seus uniformes diplomáticos – horrível, de pano preto com uns bordados dourados, oferecendo o aspecto de empregados de uma agência funerária.

A mulher do Ministro, a Senhora Planhkine, trazia um vestido de seda branca, discretamente decotado, com aplicações também douradas, o que lhe emprestava certo requinte de luxo, muito embora, como de costume, sem o adorno de qualquer jóia. É pessoa muito simpática. Parece criatura de bom coração, e, por sua simplicidade, dir-se-ia uma burguesa da província. O marido procura ser agradável e fazer-se simpático; mas, como só fala russo e algumas palavras de alemão, torna-se difícil qualquer convívio com ele, não se podendo, assim, ter uma idéia daquilo que realmente é.

A ceia, sempre ali abundante, foi regada por um excelente vinho tinto, que o Ministro importa diretamente pelo porto-franco de Copenhague, sem pagar os direitos alfandegários – como qualquer um dos outros diplomatas. A um canto do salão, bebemos, mais de uma vez, o *vodka*, em companhia de Agostinho Caríssimo, Ministro da Itália, Blytgen-Petersen, Chefe do Serviço de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e sua simpática senhora, uma vienense de olhos azuis muito claros e um sorriso encantador, que fala um corrente e correto inglês, mas, em contraste com suas patricias, não fala nem compreende o francês. Está casada há apenas dois anos.

A sala está cheia, com um mundo de gente de toda espécie e categoria. Passa um senhor baixote, moreno, de olhos negros sob uns óculos escuros. Não tem aspecto de dinamarquês. Cumprimenta-me. “Quem é?” indagou meu colega Caríssimo.

— É o Ministro da Justiça ou do Interior, não sei bem, respondi.

Ele ponderou:

— Num regime totalitário o Ministro da Justiça é uma potência. E aqui?

— Aqui, disse eu, não sabemos ao certo se é o Ministro da Justiça ou do Interior, e poucos lhe conhecerão o nome. Passa despercebido.

Retiramo-nos todos às 11 horas em ponto, conforme regia o convite. A mulher do Encarregado de Negócios da Argentina observa:

— Sabem por que motivo marcaram 11 horas para o fim da recepção?

Ignorávamos. Então explicou:

— Porque é a hora de *Madame Plahkine* dar de mamar ao bebê.

Ao sairmos, cruzamos no jardim com o Ministro do México e senhora, que com surpresa viram seu automóvel encostado à calçada. Acontecera que, quando foram procurá-lo à porta do hotel d'Angleterre, onde residem, no momento em que deviam ir para a Legação soviética, o porteiro lhes comunicara que o *chauffeur* deixara dito que não os vinha buscar por ter lição de inglês naquela mesma hora. Foram forçados a tomar um táxi em vista da situação. Naturalmente às 11 horas a lição do *chauffeur* já havia terminado, e ele se dignara ir buscar os patrões... Assim são os empregados neste país. Chamam a isto “socialismo”, explicação que não serve senão para justificar, em certos casos, a falta de cumprimento do dever, coisa tão comum entre as classes trabalhadoras da Dinamarca.

### XXX

Meu colega italiano, Agostino Caríssimo, reside na casa de Fredericiagade que há longos anos é a Legação de seu país. Situada nas traseiras do palácio real de Amalienborg, permite ao Rei e a seus familiares vislumbrarem o que se passa ali. A vizinhança, como se vê, é a mais requintada. Porém todos sabem que, sempre que alguém bate à porta, ou melhor, toca a campainha, fica um tempo enorme à espera. Levam os criados de quinze a vinte minutos para atenderem, quando atendem.

Ora, sendo ali, em 1931, Daniele Varé o Chefe da Missão, faleceu a Rainha Margarida, mãe de Vítor-Emanuel III, da Itália. O Rei da Dinamarca, Cristiano X, quis ir pessoalmente apresentar suas condolências ao Ministro, porém sem anteriormente avisá-lo. Foi caminhando desde seu palácio. Apertou a campainha. Ninguém apareceu. Tocou segunda, tocou terceira vez. Não sendo atendido, retirou-se. Explicava Varé que a coisa era compreensível porque os criados viviam no quarto andar, que tinha fachada sobre outra rua. Diante do que se passara com o Rei, decidiu Varé que houvesse sempre um criado na antecâmara, mas, como a porta a qual se dirigira o Monarca não é a principal, quase nunca lá batem. E o criado dorme, depois de fazer palavras cruzadas.

Daniele Varé, a quem já largamente me referi em outro volume destas Memórias, era um bom humorado, sempre disposto às brincadeiras. Foi o inventor de um país, *Zembla*, quando servia na Liga das Nações em Genebra, fato que durante muito tempo provocou numerosos comentários. Sendo Ministro da Itália na China, foi removido para o Ministério, em Roma, onde lhe confiaram a direção do Serviço do Pessoal. Ficou furioso, sobretudo pela inutilidade que lhe parecia ser esse cargo puramente

burocrático, bom apenas para se contraírem inimizades. Tomou posse do lugar a contragosto, mas decidiu não mais aparecer ali durante um ano, apostando dez mil liras com um colega como ninguém no Ministério se aperceberia de sua ausência. Ganhou a aposta! Mas perdeu, por assim dizer, o cargo de ministro, pois Mussolini, ciente da brincadeira, mandou que o pusessem em disponibilidade. De nada adiantou a intercessão de seu amigo Ciano, que, como Segundo Secretário, servira sob suas ordens em Pequim.



---

## Jantar na Legação da Inglaterra

Copenhague, 13 de novembro de 1946.

Jantar ontem na Legação da Inglaterra, em honra do Príncipe e da Princesa Knud. O Príncipe Knud é o segundo filho do Rei. Não tendo o atual Kronprinz filho varão, é o segundo herdeiro da coroa na ordem da sucessão ao trono\*. É homem ainda moço. Não me parece possa ser tido como uma personalidade. E, à mesa, come sem modos. A Princesa é sua prima-irmã, filha do Príncipe Harald, nosso vizinho, irmão do Rei Cristiano X.

Um jantar de vinte e seis pessoas. Entre estas, o vice-almirante Vedel, comandante da esquadra dinamarquesa, coisa que não estou muito seguro de que exista. Em todo caso, o almirante existe, e várias vezes o tivemos aqui na Legação. É muito simpático, cheio de sorrisos e atenções, o que não deixa de surpreender em um dinamarquês. Já esteve no Brasil, visitando o Recife e o Rio de Janeiro. Do Recife só se lembra do abacaxi. Dei-lhe uma lição de geografia de três minutos, explicando-lhe que Pernambuco é o nome do estado, e Recife o de sua capital. Conversando com Yolanda, ele perguntou se ela se lembrava do Ministro da Noruega no Rio, Hermann Gade, que ele ali conhecera. Minha mulher disse que não. Mas não gostou da pergunta. Quando voltamos à casa, comentou: “Aquele homem há de pensar que sou muito velha! Pois naquele ano podia eu lá saber quem era o Ministro da Noruega? De fato, Yolanda tinha então dez anos de idade, e estava internada no colégio.

O Ministro da Inglaterra e Mrs. Randall foram muito amáveis para com seus convidados, conforme lhes competia. Apenas ela, como sempre aliás, trocava os nomes das pessoas. Apresentou-me como Lady Walker quem não era Lady Walker – e não sei quem era. Apresentou a Ministra do México como Ministra do Brasil. Vera de Negri corrigiu-a: “Do México, Mrs. Randall”. Ela retorquiu sem se perturbar:

– Desculpe. Sim, do México. Como sabe, a geografia não é meu forte.

---

\* Deixou de ser depois que foi reformada a Constituição e extinta a lei sálica, até então em vigor no país. Em virtude destas modificações, a filha mais velha do então Kronprinz e atual Rei, Frederico IX, passou a ser a herdeira do trono.

A Ministra mexicana, que aliás é inglesa de nascimento, é muito engraçada. Havia no jantar uma senhora dinamarquesa que falava o inglês como uma uma inglesa. “Expressa-se em tão bom inglês, dizia Vera, que me esqueci ser ela dinamarquesa, e fartei-me de falar mal da Dinamarca!”

É que Vera de Negri detesta tudo isto aqui. Acha os dinamarqueses os homens mais cacetes do mundo, de uma espessura absolutamente impenetrável. Outro dia estávamos no *Ambassadeur*, um *dancing* dos mais em moda e suposto ser freqüentado pelo que há de melhor em Copenhague, o que não significa que não possam lá aparecer criadas, caixeiros, *chauffeurs*, etc. Não esquecer que estamos em um país socialista. Em uma mesa próxima, com a respectiva família, achava-se o porteiro do hotel d’Angleterre, presença que se justifica aos olhos de todos, já que estão adaptados ao regime em vigor. Na pista, dançava uma senhora já folgadoamente entrada em anos, gorda, de carnes movediças, que virava, mexia, remexia, torcia-se, rebolava, fazendo requiebro e trejeitos de toda sorte. Parecia a criatura mais feliz do Universo. Vera de Negri comentou: “Eles aqui não têm o complexo de inferioridade”.

### XXX

Durante o jantar, o Ministro inglês, Alec Randall, estava muito alegre, o que destoava de sua habitual sisudez. Porque é um homem geralmente calado e secarrão. Conheci-o como Primeiro Secretário da Legação inglesa junto à Santa Sé, em Roma, quando eu próprio era ali Segundo Secretário da Embaixada do Brasil no Vaticano, aí pelo ano de 1928. Tinha o mesmo aspecto de hoje, apenas os cabelos eram mais pretos. É um católico convertido. Os ingleses adotam (ou adotavam) o critério de mandar sempre para sua Legação junto à Santa Sé um ministro protestante e um secretário católico. Pretendem, com isto, agradar a Deus e ao diabo.

Mrs. Randall é doutora em medicina. Não dá a impressão de muito amoldada à vida diplomática, a qual pratica apenas naquilo que lhe parece o essencial e a que não pode fugir. Certo dia perguntou-lhe Yolanda se conhecia nossa Embaixatriz em Londres, Dona Belinha Moniz de Aragão. “Não freqüento essa espécie de gente” — *that kind of people*, respondeu.

Também presentes ao jantar o Ministro da Suécia, G. de Dardel e a senhora. Esta tem a especialidade de rir de coisas engraçadas ou supostas engraçadas que diz, mas nas quais ninguém acha graça. É muito *snoob*, como o marido, aliás, apesar de seu ar bonacheirão. G. de Dardel é camarista do Rei da Suécia. Conversamos *un rato* após o jantar. É manifestamente anticomunista, o que é de assinalar neste momento de namoro econômico da Suécia com os soviéticos, quando um tratado de comércio entre os dois países deixa o primeiro de todo amarrado, economicamente falando, à economia russa. Dardel conhece bem a Rússia, onde esteve por mais de uma vez. A primeira ao tempo ainda do Império, cuja queda e subsequente subida ao poder do efêmero governo de Kerenski ele assistiu em São Petersburgo (Leningrado).

Comenta-se muito agora a falta de notícias de Stalin, que não foi visto, e não houve explicação da ausência, por ocasião das festas comemorativas da Revolução russa realizada ultimamente em Moscou. Devia então pronunciar um discurso, o que

não fez, dando a outro esse encargo. Estará doente? Ou teria morrido, tendo-se guardado segredo sobre sua morte a fim de não afetar a estabilidade das instituições soviéticas neste momento particularmente difícil, tanto sob o ponto de vista interno como externo, para a Rússia comunista? O fato não seria inédito, pois assim se fez, ou melhor, assim o fez esse mesmo Stalin quando da morte de Lenin, conservada em segredo durante muitos dias.

Perguntei a Dardel se o desaparecimento de Stalin poderia de qualquer forma afetar a estabilidade do Governo soviético. Concordou comigo em que não há presentemente na Rússia uma pessoa com bastante prestígio e suficiente autoridade para concentrar em suas mãos a soma de poder que tem Stalin; e, nessas circunstâncias, sua morte poderia bem provocar ali sérios perigos. Na Rússia, os soviets são Stalin, como antes eram Lenin. Do mesmo modo que, na Itália, o fascismo era Mussolini. E na Alemanha o nazismo seria Hitler? Aí não, pois sempre entendi que o nazismo não era, no fundo senão uma forma nacional-socialista do Germanismo; e que, por conseguinte, sua aceitação ou não aceitação pelos alemães não dependia ou quase não dependia da presença do Führer no poder. Não era na Alemanha uma *forma* de governo, como era o comunismo na Rússia e o fascismo na Itália, mas um princípio de filosofia política que estava no âmago do subconsciente de todo alemão. Direi até que era uma faceta do patriotismo alemão. A igual do rosismo na Argentina, reencarnado, nos tempos atuais, pelo peronismo.

### XXX

Passamos o resto da noite no amplo salão nobre da Legação de cujas paredes pendem quatro grandes retratos a óleo. De um lado, o Rei Eduardo VII e a Rainha Alexandra; de outro, o Rei Jorge V e a Rainha Mary. Dizia-me o Ministro inglês que se encontrava em embaraços por causa desses retratos, já que deveriam figurar ali também os dos atuais Soberanos ingleses que ter-se-ia que retirar dois daqueles quadros. Mas quais? Aí é que estava a dificuldade. Não poderia retirar Eduardo VII e a Rainha Alexandra por ser esta dinamarquesa, tia do Soberano reinante na Dinamarca, Cristiano X. Seria na certa mal interpretado no país. Por outra parte, não seria o caso de retirar Jorge V e a Rainha Mary, visto esta ainda viver e ser mãe do atual Rei da Inglaterra. Sugeri que se retirassem os retratos dos dois Reis, e se deixassem os das Rainhas. Também impossível, na opinião de Randall, porque os Soberanos eram na realidade os homens e não as mulheres, estas apenas consortes, embora com o título de Rainhas. Lembrei ainda a possibilidade de transferir um dos casais reais para uma outra sala. Mas qual? A mudança para uma sala menos aparatosa — e aquele era o salão nobre — poderia parecer uma espécie de ostracismo póstumo, e não lhe caberia fazer distinção entre os dois pares de Soberanos. Deixei, pois, Mr. Randall entregue a profundas meditações, possuído de um embaraço inconcebível na solução dessa grave questão — como direi? — dinástica.



---

## Miscelânea

Copenhague, 16 de novembro de 1946.

*Cocktails* em casa de Carlos Pifleyro, Cônsul-Geral e Encarregado de Negócios da Argentina em Copenhague. Ficamos depois, mais uns poucos convidados, para o jantar. À mesa fala-se sobre os restaurantes de Copenhague e da constante preocupação dos dinamarqueses por tudo o que é comida. Recorda-se o fato de o proprietário do restaurante Nordland, talvez o melhor da cidade, ter ido a Buenos Aires estudar a possibilidade de ali instalar um restaurante tipicamente dinamarquês. Mas em que consiste, afinal, a cozinha dinamarquesa que aqui tanto apregoam?

O prato mais popular na Dinamarca, considerado tipicamente do país, é o *Smorrebrod* (tradução literal: manteiga-pão), que, no fundo, nada tem de dinamarquês, nem de francês, nem de inglês ou de chinês, e não chega a ser mesmo uma invenção... Pelo motivo muito plausível de que está inventado desde que existe no mundo pão e manteiga. Em que consiste? Em uma fatia de pão com manteiga, sobre a qual se põe qualquer coisa que se coma: queijo, camarões, sardinhas, caviar, etc... É um *sandwich* com uma fatia ou um só lado de pão – pão chamado de *forma* – e que em outras terras se designa *canapé*.

Durante o jantar vem à baila o assunto da carne na Dinamarca, que geralmente é de primeira qualidade. Foi quando a senhora do Ministro do México, Vera de Negri, observou, não sem um fundo de ironia, que onde comera a melhor havia sido no Krag, um restaurante afamado por suas especialidades em... pescado.

Copenhague, 20 de novembro de 1946.

Leio os jornais chegados do Brasil. Vêm habitualmente atrasados por causa das dificuldades de transporte e desorganização dos serviços do correio. No *O Jornal* depa-ro com um artigo do Sr. B. de Aragão, que ignoro quem seja, atacando o acordo negociado ultimamente em Londres pelo Sr. João Neves da Fontoura entre o Governo brasileiro e o Governo inglês. Diz, em suma, que o Sr. João Neves cedeu em toda linha aos

ingleses, e bem magros foram os resultados obtidos pelo Brasil. Cita, entre outros resultados, “o direito de exportar mate para um país tradicionalmente consumidor de chá”, o que não deixa de ser na realidade uma ironia.

Refere-se depois o Sr. Aragão ao caso dos célebres *navicerts*, “espécie de tutela exercida pela Embaixada britânica sobre as exportações brasileiras”. Comenta com ironia o que se considerou uma vitória do Brasil, isto é, a abolição do *navicert*, podendo, assim, nosso país exportar suas mercadorias sem o beneplácito das autoridades inglesas. Essa condição verdadeiramente humilhante podia ser admissível durante a Guerra, mas era inadequada em tempo de paz; e, no entanto, até hoje havia sido mantida. “O resultado — comenta o Sr. Aragão — foi que só exportamos, durante o ano e meio que se seguiu à paz, com licença da Embaixada britânica no Rio. Se a Embaixada dizia *não*, a exportação não se fazia”.

O controle inglês era realmente de vexar. Eu que o diga, pois tive de submeter-me a ele quando trouxe comigo para a Dinamarca algumas sacas de café. Quer dizer: o Ministro do Brasil em Copenhague não podia trazer consigo café — em navio sueco — sem que o Governo de S. M. Britânica lhe desse antes a devida autorização... Toda vez que reflito sobre casos como este, vem-me à lembrança a frase que ouvi do Sr. Osvaldo Aranha quando voltei de Buenos Aires: “Um país fraco não pode pretender ser soberano”.

XXX

Copenhague, 25 de novembro de 1946.

Uma tarde, no ano passado, ia eu com Nemésio Dutra pela varanda do andar superior do Itamaraty quando cruzamos com o Cônsul Rui Barreto que nos fez um rasgado cumprimento. Era a terceira vez que o encontrávamos naquele dia, e ele nos saudava sempre pressuroso. Nemésio observou: “Bom rapaz, mas cumprimenta demais”.

Há dias telegrafei a Maximiano de Figueiredo, Ministro em Helsinki, comunicando-lhe que havia providenciado de acordo com seus desejos sobre assunto que me pedira. Respondeu-me hoje: “Muito agradecemos seu favor, presteza sua ação, gentileza seu telegrama”. Homem excelente o Figueiredo; mas agradece demais.

XXX

Copenhague, 26 de novembro de 1946.

O Ministro da Turquia, Kemal Payman, está indignado. Há poucos dias foi o aniversário do Rei da Dinamarca. A fim de inteirar-se do que devia fazer, foi Payman ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde o informaram de que bastava ir assinar o livro de visitantes do Palácio Real. Paramentou-se então o Ministro com roupa de meia gala: calças listadas, fraque preto, cartola e luvas claras; e lá se foi à casa do Rei. Ali o receberam os empregados da portaria que o mandaram entrar na fila, como todo mundo, e assinar o nome numa relefolha de papel almaço. Nenhum funcionário da Casa

Real ou do Cerimonial do Ministério estava presente para atendê-lo. Unicamente os criados. Estava indignado, e com razão. Dizia que semelhante falta de consideração para com os diplomatas estrangeiros destoava completamente de tudo que se via em outros países. Perguntou-me o que havia eu feito. Contei-lhe então que no ano passado, quando ele não estava ainda em Copenhague, também fora pessoalmente ao Palácio para assinar o “livro” de visitantes, que, como agora, eram folhas avulsas de papel. Igualmente receberam-me os empregados, e entrara na fila. Mas aprendi. E este ano limitei-me a mandar meu *chauffeur* assinar ali meu nome. Claro: para ser recebido pelos criados do Rei, basta meu criado.

O desinteresse, indiferença, desconsideração ou seja o que for do dinamarquês em geral e particularmente dos funcionários deste Governo pelos diplomatas estrangeiros aqui acreditados diverge, de fato, da maneira habitual de se proceder em outros países civilizados. No Brasil são tratados à vela de libra. Todo mundo se desdobra para lhes ser agradável e tornar-lhes quanto possível mais fácil a vida entre nós. Por cá, dá-se o contrário; parecem fazer o que podem para dificultar ou complicar nossa residência no país. Chego a pensar que no fundo, não nos querem aqui, e são obrigados a tolerar-nos. A atitude então dos funcionários do Ministério, quando os encontramos em sociedade, é de deixar a gente desorientada. Em princípio, têm o dever de serem amáveis e acolhedores para conosco. No entanto, apenas nos saudam — quando nos saudam — de longe, sem sequer se aproximarem para apertar-nos a mão. Já estou acostumado a estar presente em uma sala — inclusive no próprio Ministério, quer dizer, em casa deles — onde também se encontram altos funcionários do Ministério, Secretário-Geral, Chefe do Cerimonial e outros, sem que qualquer deles se aproxime de mim ou de minha mulher, ainda quando tenham estado pouco dias antes almoçando ou jantando na nossa Legação. Esperam sempre que nos caiba a iniciativa do primeiro passo.

Não faz muito tempo, realizou-se uma recepção oferecida pelo Rei Cristiano X no castelo de Christiansborg aos delegados da Conferência de Alimentação. Convidados também os Chefes de Missão estrangeiros. Em ali chegando, fomos introduzidos em uma sala de espera, onde se achavam os membros do Governo, Ministros de Estado e altos funcionários do Ministério, o Ministro de Estrangeiros à frente. O que se viu? Os diplomatas estrangeiros e suas senhoras ficarem de um lado da sala, e os membros do Governo e a gente do Ministério de outro lado, como em dois campos opostos, avistando-se de longe sem se confundirem. Não houve um só membro do Governo, sequer o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Gustav Rasmussen, que é, no entanto, diplomata de carreira e também chefe do Corpo Diplomático, que viesse nos apertar a mão.

O Ministro da Turquia também se molestou com o fato de, quando de sua chegada para assumir o posto, não ser recebido na estação nem mesmo pelo mais modesto funcionário do Ministério. Como ele, outros chefes de Missão se têm queixado de tal tratamento, idêntico, aliás, ao que me foi dispensado. No Rio, o novo chefe de Missão é sempre recebido no cais do porto pelo introdutor diplomático, que o acompanha, em carro do Estado, à casa da Embaixada ou Legação ou ao hotel. Mas, quando desci

na estação desta cidade, só encontrei perdido no cais, como uma alma penada, o interprete da Legação.

A alguém que se queixou no Ministério desta maneira de proceder responderam que assim era o protocolo dinamarquês (chamam a isso protocolo!), e a razão estava em que o chefe de Missão só podia ser considerado como tal depois da apresentação ao Rei de suas credenciais; antes disso, era aqui considerado um simples particular, sem qualquer caráter oficial. A explicação é fraca porque não pode ser considerada pessoa privada quem antecipadamente obtivera o *agrément* do Governo dinamarquês para chefiar a Missão de seu país, e cuja chegada foi *oficialmente* comunicada. Tanto não é a apresentação de credenciais que confere o caráter público e o reconhecimento oficial ao chefe de Missão que, antes de eu ter audiência com o Rei, recebia um convite para um jantar *oficial* oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. A explicação, por conseguinte, deve ser inversa. De minha parte, desisti de procurá-la, pois, para isso, teria que compreender a mentalidade do dinamarquês, o que, confesso, escapa à força do meu raciocínio. Rui Ribeiro Couto diz que eles não são dinamarqueses, mas sim dinamarcocos porque suas cabeças possuem a solidez e a impenetrabilidade dos nossos cocos. E ninguém descobre o que lá dentro se contém.

---

## Jantar na Legação dos Estados Unidos

Copenhague, 7 de dezembro de 1946.

Ontem jantamos na Legação norte americana. O Ministro dos Estados Unidos, Sr. Josiah Marvel Jr., é um homem moço, de cor trigueira e cabelos pretos, que faz aqui sua estréia diplomática. A igual da maioria dos chefes de Missão de seu país, é um produto da política. Advogado no Delaware, pertencente ao partido democrático, chegou a ser vice-governador de seu estado. E, como prêmio aos serviços prestados à sua grei, foi bombardeado, conforme dizem os franceses, Ministro em Copenhague.

Acredito que desempenhará bem sua nova tarefa, o que não é particularmente difícil, atendendo que tem atrás de si, para prestigiá-lo e reforçar-lhe os argumentos, a formidável potência dos Estados Unidos da América. Quando se tem semelhante apoio, só mesmo um incompetente ou um perfeito desastrado pode falhar em sua missão. E Marvel não me parece incompetente. Não sendo nada extraordinário, mostra pelo menos ter bom senso e justa medida em suas atitudes. É de poucas palavras, algo retraído, senão mesmo bisonho; só se anima um tanto na altura de seu quarto ou quinto *whisky*. Simpático nele é que, sendo o representante do mais poderoso país do mundo, não toma ares de importância. Pelo contrário, mostra ser modesto, chegando até a parecer humilde, com o aspecto de quem está sempre a pedir desculpa por um ato ou um gesto mal praticado.

Mrs. Marvel é uma mulher excêntrica. E, em contraste com o marido, cheia de excesso transbordante de vida, devia ter sido, em sua primeira mocidade, bem bonita. Embora longe de idosa, tem o físico, digamos o rosto, algo *rovinato*. Dá a impressão de mais velha que sua cara metade, e também de ter sofrido dissabores na vida. Possivelmente dissabores conjugais, pois foi casada em primeiras núpcias com um Vanderbilt Whitney, que a largou para se unir a outra mulher. Mas é simpática ao extremo.

Disse que ela era excêntrica. Talvez mais do que isso. Usando e às vezes abusando de um desembaraço, de uma intimidade e de uma confiança, como dizemos nós, que chega a desnortear, assume atitudes que fazem pensar si, no fundo, não é uma desequilibrada. Pode ser que tudo não passe de um desejo de parecer original, de sair fora do comum. Em todo caso, é sumamente desconcertante, sobretudo quanto às suas ma-

neiras para com os homens, espécie de sua predileção, que acredito, e tenho mesmo certeza, sejam inocentes e inofensivas, mas não deixam nem por isso de criar, não direi ciúmeira, porém certa desconfiança nas outras mulheres, cujos maridos são alvo das extravagâncias de Mrs. Marvel.

## XXX

O jantar foi para despedir Lars Pedersen-Tillitse, que foi até pouco Chefe do Cerimonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e vai agora para o Japão como representante dinamarquês junto ao Quartel General Mac-Arthur, o *homem forte*, espécie de pró-cônsul do Império do Mikado. Tillitse era o Ministro da Dinamarca em Tóquio até o fim da última guerra. Quer dizer, volta agora para o Japão, país que adora e do qual, apesar de todas as vicissitudes da conflagração, sente certa nostalgia. Pessoalmente, é um homem amável, embora retraído, como o geral dos dinamarqueses; um retraimento que não sei bem o que exprime, se timidez ou falta de sociabilidade — talvez as duas coisas. Na direção do Protocolo era um homem deslocado. Ausente do país havia longos anos, nada ou quase nada conhecendo das coisas e dos habitantes de sua terra, sem espírito de iniciativa, foi ali, para o Corpo Diplomático de Copenhague, uma pessoa, a bem dizer, inútil. Não tanto por sua culpa, coitado, mas sobretudo por não ser, para aquela função, *the right man*. De resto, é um erro, que muito se comete, confiar uma determinada função a alguém inadequado a ela, quando este alguém poderia dar esplêndidos resultados se fosse colocado em outro lugar para o qual possuísse qualidades de adaptação. Erro muito comum também no nosso Itamaraty, quando se manda chefiar uma Missão no estrangeiro um diplomata cujo temperamento visivelmente não se amoldaria ao ambiente, mas caberia como uma luva em outra qualquer. Poderia citar numerosos casos a este respeito.

Não sendo Tillitse *the right man* para o Cerimonial, foi alvo de muitas críticas. Além do que, homem de poucos recursos, sem ter casa nem meios para receber, era forçado a limitar sua vida social — ele e a mulher — à simples aceitação dos convites que lhe dirigiam.

## XXX

O substituto de Tillitse, como chefe do Cerimonial do Ministério, é o Sr. Steensen-Leth, em tudo um outro homem. Tem qualidades de iniciativa de que seu predecessor era desprovido. Sendo mais moderno na carreira, possui uma mais larga visão das coisas e maior desembaraço na apreciação geral dos fatos. Conversando ontem, pela primeira vez, com minha mulher, não teve meias-medidas ao criticar abertamente a atitude da Dinamarca com relação ao Governo do General Franco, o qual, a seu ver, merece totais simpatias. Não disse o porque, mas deixou perceber que devemos todos ser gratos ao Caudilho por haver posto uma barreira à expansão comunista através da Europa ocidental. Quando se está acostumado à extrema reserva dos dinamarqueses com relação aos atuais problemas internacionais, não ousando arriscar uma opinião, a franqueza do Sr. Steensen-Leth deve ser assinalada. E não só sobre assuntos interna-

cionais; também a respeito de certas coisas que se passam neste país, e que não têm sua aprovação.

Criticou, por exemplo, acerbamente o espírito tacanho que preside à direção do Banco Nacional da Dinamarca, negando-lhe uns poucos milhares de coroas suecas para pagar as dívidas que contraíra em Estocolmo quando a família estava ali refugiada, e ele sofria em Berlim os horrores dos bombardeios aliados. Acentuou que não pedira dinheiro propriamente dito, mas apenas lhe fornecessem o necessário câmbio para transferir algumas coroas dinamarquesas para a Suécia. Recusaram-lhe tudo, a ele que passara toda a guerra na Alemanha, que lá padecera toda sorte de privações e vicissitudes, inclusive por ter tido sua residência três vezes destruída, o que o obrigou a mudar-se outras tantas vezes de casa. E acabou, com a entrada dos comunistas em Berlim, preso e levado para a Rússia, onde ficara encarcerado alguns meses. Nada disso mereceu a tolerância ou a boa vontade dos diretores do Banco Nacional, despóticos em sua política de negar sem discrepância a concessão de divisas estrangeiras sob o pretexto de que a Dinamarca precisava delas para o pagamento de suas importações, não tratando de discernir entre o abuso ou o supérfluo e a justiça. Vedaram-lhe os meios de satisfazer as dívidas, não levaram em conta sua triste situação em terra estranha, quando arriscava todos os dias a vida e perdeu todos os seus haveres; porém admitiram concessões e transigências a quantos colaboraram abertamente com os alemães que ocupavam, durante a guerra, o país, e hoje desfrutam posição de mando.

### XXX

No jantar éramos dezesseis pessoas. Merecia as honras do primeiro lugar o velho médico e homem de ciência dinamarquês Niels Nielsen, higienista e bacteriologista de fama universal, verdadeira gloria para sua pátria, e diretor do Instituto Thorvald Madsen. Tem para mais de setenta anos de idade, mas tanto de espírito como de corpo é ainda um moço. Conheceu Osvaldo Cruz e foi amigo de Carlos Chagas, por quem nutria grande admiração. Ultimamente convidado pelo Governo francês para assistir em Paris as comemorações do quinquagésimo aniversário da morte de Pasteur, encontrou-se ali com Carlos Chagas Filho, casado com Anah Melo Franco; foi para ele, disse, prazer imenso não só travar conhecimento com o filho de seu amigo como inteirar-se de que seguia, no caminho da ciência médica, os passos do pai. Esteve no Rio por volta de 1931, e nunca se lhe apagou da memória o magnífico espetáculo da entrada da baía da Guanabara com o clássico Pão de Açúcar à esquerda.

Contou-me como Carlos Chagas, que o esperava no cais, o levou diretamente ao alto do penhasco, numa barquinha que lhe parecia poder despencar-se do fio a todo momento, o que lhe deu aquilo que os franceses chamam *une peur bleue*.

Estava na melhor das prosas, após o jantar, com o ilustre velhinho, quando veio Mrs. Marvel interromper-nos e levar-me para conversar com outro de seus convidados, procedendo, assim, na contradança social muito ao gosto dos norte americanos. Sistema, aliás, ótimo. Primeiro porque nos livra de permanecermos a noite inteira em um *tête-à-tête* obrigatório com a mesma pessoa, o que, em se tratando de alguém totalmente desinteressante, é o pior dos suplícios; depois porque oferece aos convidados a oportu-

tunidade de se conhecerem melhor de trocarem idéias e travarem relações que, em outras ocasiões, não seriam possíveis. Mas apresenta também seus inconvenientes, entre os quais o de cortar uma conversa agradável (ou mesmo um *flirt* em perspectiva, quando se trata de bonita mulher) e obrigar-nos a iniciar outra com alguém que em nada nos consegue cativar.

No caso a que agora me refiro, não sai talvez perdendo porque Mrs. Marvel me levou para perto de uma senhora inteligente, de espírito aberto e à qual não faltava assunto. Sabendo que eu estivera na Alemanha e conhecido Hitler, mostrou-se curiosa em ouvir minha opinião sobre o ex-ditador. Apesar de dinamarquesa, concordou em que Hitler possuía qualidades requeridas para um homem de Estado. Porém quando lhe disse que, pelo menos no começo de seu Governo, era bem intencionado, que buscava a felicidade do povo alemão e a pacificação geral da Europa, ficou algo céptica. E creio que absolutamente não acreditou quando contei-lhe da impressão profunda que me causara a doçura do olhar daquele ditador ao falar-lhe eu, pela primeira vez, na chancelaria do Reich. Ciente também de que eu residira em Roma e visto de perto Mussolini, ao despedir-se disse com um traço de malícia:

— Da próxima vez o senhor me dirá que impressão lhe causou o olhar de Mussolini.

### XXX

À mesa, minha vizinha da direita era a jovem Condessa Helle Danneskiold-Samsøe, filha mais moça do Conde Knud e da Condessa Alice, nascida Hasselbach. Tem vinte e oito anos, é alta, delgada, com todos os traços de boa raça. É bonita, além de sumamente simpática. Tipo ideal da dinamarquesa, a meu ver. Uma senhora, que ouvia esta minha reflexão, objetou que Helle tinha antes o tipo internacional, podendo tanto ser uma dinamarquesa como uma inglesa ou mesmo uma francesa; no que não deixava de ter sua razão. No fundo, ela nos dá a impressão exata da mulher cosmopolita, como o são habitualmente as das famílias da alta nobreza européia: cultura internacional, integração perfeita nos centros sociais do Velho Mundo, manejo desembaraçado das principais línguas da Europa ocidental. Assim é a condessinha Danneskiold-Samsøe, que, além dos idiomas escandinavos, fala correntemente o inglês, o francês, o alemão, o italiano e um pouco de espanhol. Sua família é de alta estirpe, e entre seus antepassados conta-se a *maîtresse* de um dos reis da Dinamarca, o que ela não deixou de salientar, à mesa, com uma mal escondida vaidade, ao aludir às suas origens. Havia chegado pouco antes de Hamburgo, de onde partira de automóvel na manhã de ontem, após uma viagem de cerca de dez horas. Lá estivera apenas dois dias e uma noite a fim de participar de um baile no hotel Atlantique oferecido pelos ingleses da ocupação. Como eu me admirasse de que tivesse percorrido cerca de vinte horas de automóvel unicamente para assistir a um baile, lançou sobre mim seus dois olhos muito vivos como que se admirando, por sua vez, de minha admiração.

---

## O caso espanhol

Copenhague, 8 de dezembro de 1946.

Na assembléia das Nações Unidas, reunida agora em Lake Success, nos Estados Unidos, volta-se a debater o “caso espanhol”, que no fundo se resume em apurar se o General Franco deve ou não ser expelido do poder em Espanha. A atual campanha contra sua permanência é movida, todos sabemos, pelos comunistas, encabeçados pela Rússia dos soviets. Querem depor Franco *per la razón o per la fuerza*, isto é, por todos os modos e meios possíveis. Não tendo obtido o apoio das grandes potências ocidentais para uma intervenção armada na Espanha, tentam agora conseguir que todas as Nações Unidas rompam suas relações diplomáticas e comerciais com aquele país.

A França, sob a pressão dos elementos extremistas que ora participam de seu Governo, estaria disposta a tal; mas não os Estados Unidos e a Inglaterra. O Governo norte americano entende que um rompimento de relações, longe de enfraquecer, só serviria para fortalecer a posição de Franco, pois, nesta emergência, seguramente a grande maioria do povo espanhol lhe concederia um mais vigoroso apoio. Prefere então experimentar diferente recurso, e, pela voz do Senador Connally, seu delegado na ONU, propõe que se convide o povo da Espanha a revoltar-se contra Franco, cujo Governo considera fascista e imposto pela força; por conseguinte, ilegal.

XXX

Responde a isso o Governo espanhol com uma declaração que só pode impressionar a todos quantos encaram esse problema internacional com boa fé e isenção de paixão política. Primeiro defende-se da acusação de ser fascista. Neste ponto convence menos porque, se de fato não tem todas as características de um governo fascista, não deixa de assentar nessa doutrina alguns de seus princípios políticos. Mas isso é secundário, e não seria preciso uma intervenção armada estrangeira ou uma guerra civil para que se modificasse a estrutura fascista do atual governo, bastava a promulgação de certas leis democráticas, como aliás está procurando fazer gradualmente o próprio Franco.

Onde este se mostra, contudo, totalmente com a razão, ao responder à acusação do Senador Connally, é ao salientar que esse regime *ilegítimo* foi todavia reconhecido

como *legítimo* por todos os países civilizados, exceção apenas da Rússia e do México, que com ele mantiveram durante sete anos as melhores relações de amizade.

De fato. Mesmo durante os dias mais trágicos da guerra contra as ditaduras na Itália e na Alemanha, tanto os Estados Unidos como a Inglaterra, interessados em não desagradar ao General Franco, jamais disseram que ele representava um governo ilegítimo, de tendência fascista ou imposto aos espanhóis pela força. Somente agora, depois que os comunistas de todo o mundo abriram uma luta de morte contra Franco e seu Governo, é que os citados países resolveram proclamar a *ilegitimidade* do atual governo de Madrid, muito embora ainda mantenham com ele as mesmas relações de antes. Quem quiser ou puder, que entenda.

À acusação de que seu governo foi imposto à Espanha pela Alemanha e pela Itália, não responde de maneira menos vigorosa o General Franco. Diz, e oferece provar com documentos militares, que os Voluntários destes dois países que combateram em Espanha ao lado de suas forças não excederam a 2% o total dos efetivos em luta — e sobretudo que só foram combater em Espanha *depois* de aparecerem ali as Brigadas Internacionais, formadas e financiadas pelos soviets.

Salienta por fim uma verdade que dificilmente poderá ser contestada. É que seu Governo, em matéria de direitos políticos, mostra-se muito mais democrático do que os de outros de seus acusadores — leia-se a Rússia e seus satélites. Na realidade chega a ser cômico que os homens de Moscou, os mais sangrentos ditadores que a História já conheceu, é que venham acusar o General Franco e seus colaboradores de perseguições e de violências contra o povo espanhol. Está claro que a Espanha atual não é um paraíso democrático. Porém é um céu aberto em comparação do que se passa ainda hoje na Rússia e nos demais países que esta tem sob seu jugo, apesar de algumas liberdades ali estabelecidas nestes últimos anos.

---

## Conversa à distância

Sempre mantive correspondência assídua com meu colega e dileto amigo Hildebrando Accioly. Promovido a Ministro de Primeira Classe em 1936, Accioly foi, em 1939 nomeado Embaixador na Santa Sé, cargo que exerceu durante quase toda a Guerra. Regressando ao Rio, assumiu a Secretaria-Geral do Itamaraty. Escrevi-lhe imediatamente a fim de manifestar minha satisfação. E, como de costume nas cartas que lhe enviava, estendia-me sobre assuntos da atualidade.

Copenhague, 17 de dezembro de 1946.

“Meu caro Accioly,

.....  
.....  
“Só tenho hoje na carreira uma ambição, e pretendo que seja a última: ser embaixador em Lisboa para cimentar ali as bases de um *Commonwealth* luso-brasileiro, em virtude do qual se possa preservar para a comunidade que fala a nossa língua o império colonial português — antes que ele caia nas mãos de terceiros, como já esteve mais de uma vez ameaçado. É um tema que me tem apaixonado desde a minha residência em Lisboa. O Sr. Salazar não o via então com grande entusiasmo, não só porque receava que dele resultasse a absorção de Portugal pelo Brasil — no que não deixava de ter um pouco as suas razões — como porque não acreditava muito na educação política de nossos dirigentes. Não sei, porém, se, depois dos sucessos da última guerra, quando as colônias portuguesas estiveram expostas à cobiça dos beligerantes, não tenha mudado de opinião. A verdade é que a aliança inglesa, com as dificuldades em que se debate hoje a Inglaterra e a perda de prestígio que vai tendo no cenário internacional, ela mesma preocupada em conservar o seu próprio Império, não oferece mais hoje, para a integridade das colônias portuguesas, a mesma garantia de antes; e Portugal, por outro lado, não as poderá conservar sem o apoio de uma nação mais forte, forte não somente no campo da política internacional como sobretudo em reservas materiais para o futuro.

“Ora, quem mais indicado para prestar-lhe esse concurso do que o Brasil? E que processo pode acaso haver mais político e historicamente indicado para isso do que o *Commonwealth* das nações de língua portuguesa (Portugal, Brasil, Angola, Moçambique), no qual a preponderância ou a “liderança” do Brasil seria inevitável? Ficariamos como a cabeça desse mundo muito mais homogêneo, mais a fim e mais irmanado do que o das nações britânicas. No dia em que se instituisse o *Commonwealth* luso-brasileiro, com o Brasil dominando, por assim dizer, a costa ocidental do Atlântico no hemisfério sul; Angola do outro lado; Portugal ao norte, como uma sentinela avançada; e as ilhas portuguesas no meio, como etapas ou pontos de apoio, o Atlântico Sul seria necessariamente um mar brasileiro! Calcule você o que isso significaria para a situação do Brasil no mundo internacional daqui a uns cem ou duzentos anos!

“A idéia desse *Commonwealth* não é minha, é claro. Não é mesmo de agora nem de ontem. Vem de longe, e no fundo não é mais do que o restabelecimento do antigo império português, com a predominância do Brasil. O inspirador dela, a bem dizer, foi Dom João VI. Araújo Jorge teve ocasião de referi-la discretamente no discurso de apresentação de credenciais ao Presidente Carmona. No Brasil, apenas *O Correio da Manhã* se referiu a ela num *suelto*, sem todavia compreender-lhe nem o significado nem o alcance. Em Portugal ela é referida de tempos a tempos. Tem sido defendida e combatida. Quando passei aqueles dois anos em Lisboa, não deixei de ventilá-la com meus amigos portugueses, colocando-a sempre no terreno do interesse comum dos dois povos, sobretudo da garantia para a integridade do império colonial português. De toda maneira a semente ali está lançada, e só resta agora fertilizar o solo para que possa germinar. Infelizmente, porém, com as repetidas mudanças na nossa representação diplomática em Lisboa, algumas ignorantes completamente dos problemas luso-brasileiros, não será fácil chegar-se a um resultado positivo.

Um saudoso e apertado abraço para você,  
HEITOR LYRA,

---

## Um propagandista do Brasil

Copenhague, 19 de dezembro de 1946.

Reuni hoje para almoçarem na Legação cerca de vinte pessoas ligadas mais ou menos diretamente ao Brasil para assistirem à entrega da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao jornalista e escritor dinamarquês Hakon Mielche. Obtive-lhe esta condecoração para retribuir-lhe o excelente trabalho de propaganda do Brasil que está fazendo na Dinamarca.

Tendo viajado o ano passado em nossa terra, trouxe de lá um filme colorido muitíssimo bem feito e artístico, obra sua, que está agora exibindo aqui por toda parte, sempre precedido de uma dissertação sobre o Brasil de hoje. A estréia realizou-se aqui mesmo na Legação com a presença de cerca de cem pessoas; gente do Governo, do Corpo Diplomático e da sociedade local. Foi um grande êxito.

Além disso, Hakon Mielche acaba de publicar um belo volume de duzentas e oitenta páginas a respeito da mesma viagem, com ilustrações e, à margem das folhas, um série de pequenos desenhos de sua mão sobre o assunto versado. O livro tem tido muita saída.

Tudo isto está fazendo sem solicitar ou mandar solicitar auxílio de qualquer espécie do Governo brasileiro ou pessoas do Brasil, o que realmente destoa daquilo que de ordinário se vê. Também não recebeu ajuda alguma de seus compatriotas. É, por conseguinte, sob todos os pontos de vista um propagandista desinteressado. A única recompensa de que manifestou desejo foi possuir a condecoração do Cruzeiro com o grau de oficial, o que de bom grado propus ao Itamaraty, e fui atendido.

Foi, pois, hoje condecorada a pessoa a quem na verdade devemos toda a gratidão pelo muito que se tem esforçado para tornar familiar, entre os escandinavos, a imagem do Brasil. Ao impor-lhe a comenda, pronunciei algumas palavras, um curto *speech*, que teve, para mim, o mérito de ser em inglês, o primeiro na minha vida que recito neste idioma. Eu mesmo me admiro de o ter feito, dada a escassa prática que tenho desta língua. Penso ter sido bem sucedido. E, como Napoleão, poderei dizer: *je suis content de moi*.



---

## Em casa de Viggo Carstensen

Copenhague, 20 de dezembro de 1946.

Jantar em casa do advogado Viggo Carstensen. Um pequeno grupo muito alegre. Gente moça. À mesa, muita algazarra, o que destoa um pouco do ar compenetrado do dinamarquês em geral. Fala-se dinamarquês. Fala-se francês.

A senhora do capitão Tomlinson, Adido Aeronáutico junto à Legação norte-americana na Dinamarca, faz questão de dizer-me que aprendeu francês no colégio, mas desde então nunca mais o praticou, o que deveras lamenta. E pega-me toda a noite para praticá-lo à minha custa. Faz-me até lembrar aquele senador seu patrício que, quando nossa Imperatriz Dona Teresa Cristina visitava Washington, não a largou durante todo o tempo de uma recepção na Casa Branca, dizendo-lhe volta e meia: “Eu sou o senador que fala francês”.

Tarde da noite, depois de ingerir considerável mistura de bebidas, Mrs. Tomlinso tornou-se sentimental. E começou a dizer coisas que só se dizem em certo estado de espírito. Mas que ficam por aí. Ao menos assim foi naquela noite.

Ao jantar, à maneira dinamarquesa, faz-se o *skaal*. O *skaal* é o gesto de beber o *snaps*, espécie de aguardente dinamarquesa, e cujo copo cheio se ergue com a mão direita, em saudação a uma determinada pessoa. Antes de beber, as duas pessoas se entreolham; bebem um pouco do líquido; depois se entreolham novamente; e novamente tomam o *snaps* dizendo *skaal*.

Se um homem esquece de fazer *skaal* à sua mulher, quando esta estiver presente, ela tem o direito de exigir-lhe que lhe compre um par de meias. Yolanda não bebe álcool. Mas apresso-me em fazer-lhe o *skaal*, que responde com o copo de água. Isto não impede, entretanto, que eu tenha mesmo de pagar-lhe o par de meias.



---

## Motivos pelos quais a Dinamarca foi invadida e ocupada pelos alemães

Copenhague, 21 de dezembro de 1946.

Como todos sabemos, a Dinamarca, nesta última guerra, foi invadida e ocupada pelos alemães sem oferecer a menor resistência ao invasor. Este entrou tranquilamente pelo país a dentro, e nele se manteve durante quase toda a conflagração, o Governo e a população o aceitando com toda a passividade. Foi só nos últimos meses do conflito, quando os alemães era sucessivamente batidos em todas as frentes, e a vitória dos aliados parecia assegurada, que se formou aqui um simulacro de resistência, sem que dele proviessem, entretanto, maiores resultados.

Terminada a guerra, a posição da Dinamarca perante os aliados tornou-se algo delicada, comprometida que estava com a colaboração que emprestara aos alemães. Foi aí que, a fim de dar uma satisfação e justificar-se quanto possível junto aos vencedores, o Governo dinamarquês decidiu formar uma Comissão Parlamentar de Inquérito encarregada de apurar a responsabilidade daqueles que haviam consentido na invasão e ocupação do país. Esta Comissão acaba de dar por findos seus trabalhos, depois de longas, penosas e exaustivas pesquisas.

Ficou assim provado que o Sr. Zahle, Ministro da Dinamarca em Berlim, havia mandado por um de seus Secretários um comunicado confidencial urgente a seu Governo prevenindo-o de que o país seria invadido pelos alemães dentro de cinco dias, ou seja a 5 de abril de 1940 — como de fato se daria. Chegando a Copenhague, o Secretário apressou-se em avistar-se com o Sr. Munck, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que estava em seu gabinete de trabalho em companhia do Sr. Scavenius, seu correligionário e colega no Ministério, e aos quais leu em voz alta o comunicado do Ministro Zahle. A leitura acabada, o Sr. Munck voltou-se para o Sr. Scavenius e pediu sua opinião sobre o documento. “Bobagens”, respondeu.

O Secretário foi ter em seguida com o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Sr. Nils Svenningsen, que inteirou de sua missão. “Não é da minha conta”, disse Svenningsen. No dia seguinte o comunicado da Legação em Berlim foi dado a conhecer ao Gabinete dos Ministros. Decidiu então o Ministério que a guarnição de um canhão existente na fortaleza de Copenhague, em velha construção do século XVI já meio abandonada, ficasse de sobreaviso para dar um tiro de alarme ao pri-

meiro sinal da entrada dos alemães. Mas aconteceu que o canhão não funcionou, o que permitiu aos alemães entrarem tranqüilamente na Dinamarca naquela madrugada de abril de 1940 “com a completa surpresa das autoridades”. Uma vez consumada a invasão, o Governo, pela voz do Rei Cristiano X, deitou uma proclamação ao povo, pedindo que “não hostilizasse os invasores”.

### XXX

Conclusão: ficou provado que o país foi surpreendido pelos invasores por não haver o canhão dado o esperado tiro de alarme. Vai daí a Comissão Parlamentar de Inquérito procurou se informar por que razão o canhão não disparara o tiro, conforme combinado. Responderam-lhe: porque não havia pólvora seca, e, sendo muito antigo, o canhão só funcionava com esta espécie de pólvora. Tratou então de indagar do comandante da fortaleza o motivo pelo qual não existia a pólvora necessária para fazer trabalhar a arma. Impossível: o comandante já tinha morrido. Ora, não se podendo responsabilizar o canhão (que, no fundo, não era culpado, pois não lhe forneceram pólvora), foi censurado o Secretário da Legação em Berlim, portador do comunicado confidencial, por não haver revelado aos Srs. Munck e Scavenius que o que se continha ali não eram “bobagens”. Mas a Comissão foi de parecer que o Secretário agira de acordo com a disciplina burocrática; e, assim, isentou-o da culpa. Dirigiu-se então ao Sr. Munck com a finalidade de apurar por que não autorizara o Secretário a dizer o que sabia sobre o teor do documento. Resposta: sempre pensara que o Secretário ignorava seu conteúdo. A Comissão deu-se por satisfeita, e encerrou os trabalhos.

Dos personagens aqui citados, o Sr. Zahle já faleceu. O Sr. Munck está retirado da vida pública, e reside fora da cidade. O Sr. Scavenius, que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros durante a ocupação alemã, e nessa qualidade assinou o pacto anticomintern, está também retirado, e vive sossegadamente em sua casa de Copenhague. O Sr. Svenningsen, Secretário-Geral do Ministério quando os alemães eram os senhores aqui, é hoje o Ministro da Dinamarca em Estocolmo. E o Secretário, que fora encarregado de trazer o comunicado secreto, obteve sua promoção, e é agora chefe de Seção no Ministério. O canhão ainda existe. Porém, sendo uma peça velhíssima, de valor puramente histórico, que só dá tiros com pólvora seca, matéria impossível de ser encontrada na Dinamarca na época atual, é conservado na fortaleza como uma curiosidade. Curiosidade tanto maior quanto se tornou responsável pela invasão alemã.

---

## Ignorância

Copenhague, 27 de dezembro de 1946.

Jantamos outro dia na Legação da Suécia. Minha mulher ficou ao lado do Ministro do Interior, que lhe perguntou à queima-roupa se os estudantes brasileiros sabiam onde se situava a Dinamarca, e se nas nossas escolas ensinavam que a capital deste país era Copenhague.

Yolanda não gostou das perguntas de seu vizinho de mesa, mas não teve ânimo para responder-lhe que os brasileiros conhecem cem vezes mais a geografia do que os europeus em geral e do que os dinamarqueses em particular. A ignorância, aliás, dos estrangeiros, de todos os estrangeiros, com relação a coisas do Brasil é um fato sabido. Tenho me fartado, e por vezes me divertido, com a constatação dessa verdade. Dos países onde tenho vivido, talvez sejam a Itália e a Alemanha (sem contar, naturalmente, Portugal) os que melhor conhecimento possuem de nossos assuntos.

Na Inglaterra, um dos funcionários da Delegacia do Tesouro Brasileiro, que ali trabalhava no meu tempo de Londres, convenceu facilmente duas senhoras inglesas, consideradas, aliás, como cultas, que todos os habitantes do Rio de Janeiro usavam penas e flechas, como autênticos índios. E chegou mesmo a desenhar em um pedaço de papel, a pedido de uma das senhoras, uns bonecos com penas e flechas para mostrar-lhes como se prendiam tais objetivos no corpo. No fundo, era uma perfídia porque abusava da ignorância do próximo para uso exclusivo de seu divertimento.

Não há muito, nos Estados Unidos, perguntaram à cantora Carmem Miranda se era certo que as ruas do Rio de Janeiro estavam cheias de serpentes, a ponto de dificultar, por vezes, o trânsito nas calçadas. “Como não?” — respondeu a artista — mais do que cheias, até repletas. Tanto que o Sr. La Guardia, que lá esteve há pouco tempo, e, como antigo prefeito de Nova Iorque, é bem conhecedor dos problemas de trânsito nas cidades, sugeriu adotássemos o critério de dividir as calçadas da nossa capital com um longo traço preto no meio, ficando um lado reservado às pessoas, e outro às serpentes, com a expressa proibição de se misturarem.



---

## Jantar no Palácio Real

Copenhague, 23 de janeiro de 1947.

Tivemos, ontem à noite, no palácio Cristiano VII, o jantar que, cada ano, o Rei oferece aos Chefes das Missões Diplomáticas acreditadas em Copenhague. Foi o segundo a que assisti, sendo o primeiro o do ano passado, mais ou menos por esta mesma data.

Desta vez foi menos interessantes e também menos protocolar por não haver comparecido o Rei, que se acha de cama, atacado de uma forte gripe. Foi Sua Majestade quem, no ano findo presidiu o jantar, que se realizou na sala de banquetes do palácio. Estava então ladeado por suas duas noras: a Kronprinzessin à direita, e a Princesa Carolina-Matilde, mulher do Príncipe Knud, à esquerda. Defronte ao Rei sentou-se a Rainha, tendo de cada lado um de seus filhos. Os demais lugares eram ocupados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, dois funcionários do Protocolo do Ministério, os Chefes das Missões diplomáticas e suas senhoras, e o pessoal da corte em serviço naquele dia.

Após nos sentarmos todos à mesa, fizeram entrar dois oficiais da Guarda do Rei, paramentados com seus uniformes de cores vivas e os colossais chapéus de pelo preto, que saudaram o Soberano e tomaram também seus lugares à mesa. Eram os convidados especiais de Sua Majestade, deferência que este prestava cada ano e a *tour de rôle* à sua guarda pessoal.

Durante todo o decorrer do jantar, atrás do Rei e da Rainha postaram-se de pé dois empregados do palácio, uniformizados, tendo na cabeça o tradicional chapéu guarnecido de flores. Isto tem uma explicação. Em séculos anteriores, sempre que um rei dinamarquês viajava em sua carruagem, era costume um criado seguir a pé, correndo constantemente, ao lado do veículo. Ora, aconteceu certo dia um desses criados pisar em excrementos de animais que se encontravam na estrada. E evidentemente foi exalando, durante o percurso, um cheiro mais do que desagradável. O rei, que levava um ramo de flores, procurando perfumar os maus ares, atirou-o sobre a cabeça do criado, o qual, assim enfeitado, continuou seu caminho. Este episódio foi a origem da tradição que se conserva vivaz na corte da Dinamarca.

Terminado o banquete, o Rei foi conduzido, em sua cadeira de rodas, para um

dos salões contíguos, onde recebeu, cada um de *per se*, os Chefes de Missão, com os quais trocou algumas palavras de cortesia. A Rainha e os demais membros da família real circularam entre os convidados. Pelas onze horas, o Rei e sua família retiraram-se, seguidos, pouco depois, pelas outras pessoas.

## XXX

Este ano tudo foi mais simples e mais rápido. A ausência do Rei, sobretudo o fato de o sabermos doente, emprestou à reunião um ambiente de *frieza* e até certo ponto de mal-estar. Privados da presença do dono da casa, e não obstante o empenho dos demais membros da família real em serem amáveis pra com seus hóspedes, de parecerem naturais, víamos que faltava algo. Ninguém se sentia perfeitamente à vontade. Aquele jantar a todos dava a impressão de mera obrigação a que se não podia fugir — obrigação para quem o oferecia, e obrigação para os que o aceitavam — mas que se teria bem dispensado se acaso fosse possível. Pouco após nos levantarmos da mesa, cerca das dez horas, a família real se retirava.

À mesa sentei-me entre a Ministra da Itália e a Ministra da Rússia. Esta, radiante, sempre demonstrando estar encantada com a vida diplomática. Perguntou-me se no Brasil havia também um rei. Disse-lhe que não, salvo o rei Momo por ocasião do Carnaval; mas que tivéramos um imperador “de verdade”, descendente de reis europeus, destronado em fins do século passado com a implantação da República.

— Assim como na Rússia, retorquiu.

— Sim; apenas vocês, na Rússia, mataram seu Imperador, e nós nos limitamos a mandar o nosso residir no estrangeiro.

A Sra. Plakhine é simples, modesta, sem ser, entretanto, vulgar; e tem para todos seu melhor sorriso. Fala passavelmente o inglês, que aprendeu neste ano e meio de Copenhague, e também o dinamarquês, que diz falar com mais desembaraço, o que prova a facilidade de que é dotado o povo russo para se familiarizar com as línguas estrangeiras. Nem ela nem o marido sabem francês.

A sobremesa foi servida em belíssimos pratos de porcelana que a Sra. Plakhine muito apreciou. Eram cópias de uma parte do famoso serviço denominado *Flora Danica*, cujo original, constituído por trinta mil peças, fôra fabricado pela Manufatura Real de Porcelana para a Tzarina Catarina da Rússia. O serviço inteiro não apresenta dois pratos com pinturas idênticas, e neles só são reproduzidas plantas que vicejam na Dinamarca.

Disse eu à minha vizinha russa que, se aquele jantar se tivesse realizado na antiga China, cada convidado, segundo o costume da terra, poderia levar para sua casa um dos objetos que se encontrassem sobre a mesa, conservando-o como lembrança. E seguramente, se tal fosse o costume também na Dinamarca, ela levaria um daqueles pratos. Respondeu-me que não, pois sua preferência iria para um dos grandes e ricos candelabros de prata lavrada que ornamentavam o centro. Protestei, fazendo-lhe notar a demasiada ambição pouco adequada a uma comunista, quando eu, burguês, me contentaria com um dos maravilhosos copos de cristal em que nos serviam as bebidas, e eram, aliás, verdadeiras preciosidades. Em seus lábios aflorou apenas um sorriso.

## XXX

Depois do jantar a Kronprinzessin veio conversar comigo. Perguntou-me em que língua eu preferia que nos entendêssemos, pois falava cinco – francês, inglês, dinamarquês, sueco e norueguês. Não quis dizer que também o alemão, como quase todos os dinamarqueses, porque aqui, após a derrota da Alemanha na última guerra, há uma espécie de *mot d'ordre* para não se usar este idioma, fingindo que não o sabem. Sem dúvida é algo ridículo, pois creio não ser *desaire* nem poder exprimir simpatia pelo povo alemão o fato de empregar a língua deste como meio de transmissão de pensamento. Coerentemente não se deveria ler no original as obras dos escritores alemães, e a música alemã, fosse de Wagner, fosse de Beethoven, tinha que ser banida dos teatros e das salas de concertos do país. Ora, isto estava longe de acontecer.

Disse à Kronprinzessin que gostaria de falar francês; neste idioma conversamos cerca de vinte minutos. Assuntos sem maior importância. Ela é sueca, filha do herdeiro do trono, Gustavo Adolfo; por conseguinte, neta do Rei Gustavo V, e trineta da Rainha Josefina, que era irmã da segunda Imperatriz do Brasil, Dona Amélia de Leuchtenberg. Assim sendo, cabe-lhe o parentesco de quinta neta da Imperatriz Josefina, primeira mulher de Napoleão. É, pois, de sangue, uma Beauharnais. Lembrei-lhe pertencer à mesma família que nossa Imperatriz, o que ignorava. A propósito contei que Yolanda era possuidora de um dos brincos de Dona Amélia, comprado em Copenhague no leilão, realizado na casa Magnussen, dos objetos que haviam pertencido à Princesa Thyra, irmã do Rei Cristiano X, e falecida o ano passado. Jóia que esta princesa herdara da Rainha Josefina da Suécia, em mãos da qual foi parar quando da morte de sua irmã Dona Amélia. Se relatei o fato, foi apenas para salientar a coincidência de essa jóia, um chuveiro de pequenas pérolas pendente de um rubi rodeado de brilhantes, ter sido usado no Brasil há cento e vinte anos, e ter agora voltado, após tão longo espaço de tempo, à mãos brasileiras.



---

## Uma figura que desaparece

Copenhague, fevereiro de 1947.

O Boletim do Itamaraty trouxe a notícia do falecimento, ocorrido em Petrópolis, do Embaixador Adalberto Guerra Duval, que foi meu chefe na Legação em Berlim nos anos de 1926 e 1927. Devia andar pelos setenta e poucos anos. Era difícil saber exatamente sua idade, pois nunca a confessou, e no Almanaque do Ministério figurava sempre como não tendo apresentado “ainda” a certidão de nascimento, a qual, em rigor, não devia ter, já que quando viera ao mundo não existia registro civil no Brasil. Porém na certa possuía a certidão de batismo, que valia como tal, e nela escrevia-se sempre a idade do batizando. O caso é que tinha a vaidade, e era mesmo um de seus “fracos”, de passar por jovem; e não há dúvida de que, devido ao trato diário do corpo, aos exercícios físicos que nunca deixou de praticar, aos cuidados com a conservação de saúde, aparentava, ainda quando não pudesse ocultar os estragos do tempo, uma mocidade de corpo e de espírito de causar inveja a muitos homens jovens. Lembro-me de que em Berlim era impossível vê-lo antes de uma hora da tarde porque sua manhã era dedicada aos desvelos corporais: ginástica, massagens, fricções com pomadas e cremes de toda sorte. Diz-se que as mulheres e os gatos são o que mais tempo levam a cuidar do corpo. Penso que Guerra Duval podia muito bem emparelhar com elas e eles.

Guerra Duval, quando moço, no Rio de Janeiro dos primeiros anos da República, grangeou fama de boêmia e de cavalheirismo que é recordada até hoje. De alta estatura e bem proporcionado, inteligente e culto, elegante no vestir, embora algo exagerado em determinados pormenores, grande conversador, rico, era dotado de todos os predicados para vencer; e, de fato, venceu. Venceu não somente nos salões do Rio daquela época (quando ainda tínhamos “salões”), onde se sentia à vontade graças ao seu traquejo mundano e ao *raffinement* de suas maneiras, como também nas rodas do *demi-monde* carioca que ia à tarde tomar aperitivo na confeitaria Colombo da rua Gonçalves Dias, e à noite se reunia nos clubes da rua do Passeio.

Muito *empresé auprès des femmes*, sabia como tratá-las, como agradá-las ou conquistá-las; e igualmente como enganá-las. Foi, em tudo, o que os franceses chamam um *homme à femmes*, para o que concorria sua beleza masculina de par com o conhecimento que tinha da alma feminina, e também a reputação de conquistador, não im-

porta se verdadeira ou falsa, se bem ou mal adquirida. Esta sua reputação provocava, no mundo das mulheres, aquela parte de curiosidade que é quase sempre a perdição delas.

---

## O Ministro do Chile

Copenhague, 16 de fevereiro de 1947.

O Ministro do Chile aqui é o Sr. Henry L. Wessel, um cavalheiro que de chileno só tem, talvez, o uniforme diplomático que ostenta nas festas da corte. É filho de um dinamarquês de origem inglesa que residiu e fez fortuna no Chile, onde lhe nasceu esse filho. Outro filho, nascido na Dinamarca, é o atual Encarregado de Negócios deste país no Chile. O Sr. Wessel sabe se exprimir em castelhano, porém sua língua é a inglesa, como inglesa é também sua mulher. Pessoalmente, é um homem amável, bem educado — educado na escola inglesa, mas, no fundo, uma pessoa fútil, que só se preocupa com o lado decorativo e mundano da profissão.

É o decano do Corpo Diplomático estrangeiro, função que desempenha apenas no papel, e da qual só se lembra quando se trata de ele colocar-se à frente dos demais colegas quando das cerimônias oficiais ou sociais, nos jantares da corte ou nas relações com a família real. Aliás a legitimidade deste cargo é assunto muito discutido aqui, e lhe é mesmo disputado pelo seu colega na Noruega, Sr. Esmarch, que se diz, e com razão, mais antigo do que ele como Chefe de Missão em Copenhague, e, por isso, com mais direito de ser o decano.

A verdade é que, antes da Guerra, ambos se achavam aqui acreditados, sendo o Ministro do Chile mais antigo do que o da Noruega. Sobrevindo a conflagração, este, que exercia o cargo cumulativamente na Islândia, recebeu ordem para residir neste último país, o que não implicava que deixasse de continuar em posto na Dinamarca; apenas transferia sua residência. Por seu lado, o Sr. Wessel, com a Guerra, partiu de Copenhague, retirando-se para seu país adotivo, o Chile.

Restabelecida a paz, ambos voltaram para cá. O Sr. Wessel chegou primeiro; e, como é também dinamarquês (tem as duas nacionalidades), obteve com seus amigos do Ministério dos Negócios Estrangeiros que sua missão aqui não fosse considerada interrompida com a estada no Chile, conservando, assim, na lista diplomática, sua antiguidade de antes. Passou, assim, a ser o mais antigo dos Chefes de Missão, e, como tal, o decano.

Com o Ministro da Noruega o critério adotado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros foi diferente. Acharam que, tendo ele se retirado para a Islândia, deixara

de ser Ministro em Copenhague; por conseguinte, interrompido sua missão neste país. Obrigaram-no a apresentar novas credenciais ao Rei, e a contar desta cerimônia como a do início de sua estada. Evidentemente protestou, fazendo notar que, sendo acreditado ao mesmo tempo na Dinamarca e nas Islândia, podia bem residir em um ou outro, a critério de seu Governo.

Que o Sr. Esmarch estava com a razão é o que não está em dúvida. E que o Ministério agira com parcialidade saltava aos olhos de qualquer. Em rigor, até, poder-se-ia dizer que quem interrompeu sua missão na Dinamarca fora o Ministro do Chile ao refugiar-se na terra que lhe servira de berço, onde passou a ser um simples particular. O parecer favorável ao Sr. Wessel visava garantir-lhe o lugar de decano, que ambicionava.

Não há, porém, como um dia depois do outro. Eis que agora, por iniciativa dos Estados Unidos, vão ser elevadas a embaixadas algumas das principais missões estrangeiras aqui acreditadas, entre as quais a da Noruega. Isto significa que o Sr. Wessel perderá o decanato em favor do primeiro dos novos embaixadores que apresentar suas credenciais; quem sabe mesmo para o Sr. Esmarch. E como se espera a criação de pelo menos cinco embaixadas — Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia e Noruega — o Sr. Wessel será deslocado do primeiro para o sexto lugar na lista diplomática, abaixo de colegas que se encontravam até aqui depois dele.

### XXX

Ontem tive oportunidade de estar com o Sr. Wessel em um jantar oferecido, no elegante restaurante Wivex, pelo Encarregado de Negócios da Argentina. É claro que, como homem bem educado, não se deu por achado com a nova situação em que ficará. Pelo contrário, disse-me que isto até o satisfazia por que não teria mais, nem ele a mulher, a *convée* que lhes impunha o decanato. Mas é evidente que está sentido por ser rebaixado para o sexto lugar após ocupar o primeiro durante cerca de dez anos. Constitui caso inédito. Se fosse diplomata de carreira, e não um simples Ministro honorário, o passo a dar seria pedir remoção para outro posto. Porém, sendo mais dinamarquês do que chileno (51% dinamarquês, 47% inglês e 3% chileno), tem aqui todos os seus interesses, está radicado e de fato mora no país; por isso não lhe convém, naturalmente, abandonar a Dinamarca.

O cachimbo faz a boca torta, diz o ditado. Apesar de despejado do decanato, ontem à noite o Sr. Wessel só me falou em assuntos de precedência diplomática, em visitas protocolares, em troca de cartões de visita, a quem se os deixa e a quem não se os deixa em Copenhague, a quem se deve convidar e a quem não se deve convidar. O Rei da Dinamarca, disse, não aceita convites de Legações estrangeiras. O Rei da Suécia, acrescentou ele, não só aceita como estima que as Missões o convidem, mas será preciso que estas estejam instaladas em uma casa independente, e não em um apartamento. Achei isto — como direi? — fora de propósito, já que um apartamento pode muitas vezes ser mais espaçoso, mais confortável e mais luxuoso do que uma casa. Nestas circunstâncias estaria muito mais indicado para receber uma visita real.

Esta recusa do Rei da Suécia deve prender-se a um preconceito antigo, quando toda gente de certa condição social vivia exclusivamente em casas independentes, sen-

do os apartamentos morada para os pobres. Mas as coisas mudaram. Devido às inúmeras e sempre crescentes dificuldades de vida, as casas foram sendo abandonadas, passando seus proprietários para apartamentos, mais fáceis de mobiliar, de conservar, e mais ao gosto dos empregados domésticos, o que é hoje essencial. Haja vista o caso do Sr. Carlos Guinle, no Rio de Janeiro, o qual, sendo possuidor de um belo palacete na praia de Botafogo, acabou vendendo-o para o Governo argentino ali instalar sua Embaixada; melhor, trocou-o com o prédio que a Argentina tinha na praia do Flamengo, em cujo terreno construiu uma grande casa de apartamentos, em um dos quais passou a viver. É verdade que, nisso, houve sobretudo uma especulação financeira, com bom lucro para o capitalista brasileiro.

Na Europa, inclusive aqui, vê-se coisa semelhante: muitas famílias que sempre moraram, gerações seguidas, em suas casas, passaram a habitar apartamentos, não só por causa do problema de criados, mas também devido aos impostos escorchadores que incidem sobre suas propriedades citadinas e seus castelos no campo.

Mas voltemos ao Rei Gustavo V da Suécia. Além de somente aceitar convites das Missões instaladas em casas, impõe outra condição: haver uma mesa para ele jogar bridge, divertimento que adora. Até aqui muito bem. O que está menos bem é que, se ganha ao jogo, recebe sem constrangimento a soma de dinheiro que lhe cabe, mas, quando perde, não paga. Privilégio real? Não tanto. Unicamente, dizem, porque os soberanos não trazem nunca dinheiro com eles, seguindo uma velha tradição européia.



---

## Nova miscelânea

Copenhague, março de 1947.

Chegou o novo Ministro da Argentina, um tal Sr. Bessone. É o terceiro que cá aparece nestes dois últimos anos. Jovem professor de Rosário de Santa Fé, viaja pela primeira vez para o estrangeiro. Rapaz algo ingênuo, muito se admirou de que a imprensa aqui não se ocupasse do General Perón. Veio com a mulher, de estilo suburbano; e ambos só se podem exprimir em castelhano. Esqueceu no caminho suas credenciais de Ministro, mas, em compensação, desembarcou com um bonito acordeão, de que é, parece, exímio tocador.

Copenhague, 14 de março de 1947.

Monteiro Lobato conta-nos aquela deliciosa história do Jeca-Tatú, que vivia solitário e miserável em sua palhoça, numa vida quase vegetativa, sem cultivar o mínimo que fosse no pequeno terreno que a cercava. Chegou um forasteiro que, ao ver inaproveitado aquele bocado do solo, perguntou-lhe:

- Esta terra dá milho?
- Não dá, não senhor, respondeu o matuto.
- Não dá feijão?
- Não dá, não senhor.
- Não dá cana?
- Não dá, não senhor.

E depois de refletir um momento:

- Mas se você plantar aí essas coisas, não dão?

E ele:

- Ah, plantando dá, sim senhor!

XXX

Hoje chamei ao meu gabinete o intérprete da Legação, um excelente homem, nascido em São Paulo, filho de dinamarqueses, que se casou, constituiu família, e sem-

pre viveu aqui. Estando os jornais de Copenhague em greve há mais de uma semana, greve promovida pelos comunistas para que se criem dificuldades ao Governo, perguntei ao intérprete:

- Então, Sr. Holck, continuamos sem jornais?
- É, Sr. Ministro, sem jornais.
- Mas, diga, os jornais da província também estão em greve?
- Não, senhor, somente os de Copenhague.
- E porque não se vendem aqui esses jornais da província?
- Porque eles não vêm cá.
- E se os mandarem para cá, não vêm?

E ele após um momento de reflexão:

- Ah, mandando, vêm, sim senhor!

### XXX

O dinamarquês tem — ou tinha — fama de ser um dos povos mais civilizados do mundo. Pode ser. Mas, em certas coisas, é tão parecido com o nosso Jeca-Tatú! Em todo caso, este lhe ganha longe em inteligência e astúcia, por menos verdade que isto pareça.

Copenhague, abril de 1947.

Os jornais do Rio publicam uma nota do Sr. Raul Fernandes, Ministro do Exterior, em que este se congratula com o Embaixador americano pela “retirada das últimas forças dos Estados Unidos da América estacionadas em território brasileiro”. A nota é recente, e a retirada efetuou-se não faz muito. Entretanto, no ano passado o Itamaraty obrigou o pobre Pedro Leão Veloso a declarar solenemente no Conselho de Segurança da O.N.U., em Nova Iorque, em resposta a uma afirmativa em contrário do delegado soviético, que não havia mais, naquela ocasião, um só soldado norte-americano no Brasil, restando apenas, das forças militares dos Estados Unidos, alguns técnicos encarregados de ensinarem aos brasileiros o manejo das bases do Nordeste. Mentiras como essa são as que desmoralizam qualquer administração.

Estocolmo, 6 de julho de 1947.

Estamos passando uns dias em Estocolmo. Hoje fomos almoçar na Legação do Brasil a convite do Ministro Manuel Cesar de Goes Monteiro, nosso companheiro de viagem a bordo do navio *Brasil*, quando vínhamos ambos servir em países escandinavos.

No almoço estava também presente o Ministro de Portugal, Sampaio Garrido, um velhote meio desfrutável, já quase gagá, que poderia bem ser um dos personagens de Eça de Queiroz. As senhoras da nossa Legação o apelidaram *Tico-Tico*, talvez por causa de sua pequena estatura, e também de sua pernas curtas a suportarem uma bar-

riguinha rechonchuda. Fala muito, fala todo tempo. A um dado momento, referindo-se ao Sr. Anthony Eden, Ministro do Exterior de Churchill no período mais agudo da última guerra, perguntou-me:

– V. Ex. não acha que o Eden é uma besta?

Copenhague, 22 de julho de 1947.

Anda cá pela Europa, fazendo propaganda do governo e do partido do marido, dos “descamisados”, a bonita Sra. Eva Perón – bonita e elegante. E, além disto, dotada de uma transbordante simpatia. Como boa artista que é, que conhece *seu* público e sabe como conquistá-lo, torna-se em certo sentido uma mulher extremamente perigosa. Ainda porque é também de uma fascinante inteligência.

Pertencente a uma família humilde, Evita, como é chamada, era cantora em um *cabaret* de Buenos Aires quando conheceu Perón, então Ministro da Guerra. Tinha então vinte e quatro anos, e ele já havia ultrapassado os cinqüenta. Apaixonaram-se. *Ce fut le coup de foudre*. O meio no qual nascera Perón não era superior ao de Evita, pois seu pai exercia a profissão de pastor de carneiros na longínqua Patagônia. Pois bem, foi galgando as posições até atingir o apogeu: Presidente da República!

Em Espanha, Eva Perón foi recebida como uma verdadeira chefe de Estado, o General Franco nada poupando para conseguir conquistar, por seu intermédio, as simpatias do atual Governo argentino. Isto é mais do que compreensível, dada a situação difícil em que, no campo internacional, se encontra a Espanha.

Menos explicável é o acolhimento igualmente excepcional que recebeu na Itália e na França. Nesta, no jantar que em sua honra se realizou no Quai d’Orsay, deixou *enfoncee* a também bonita e não menos inteligente *Madame* Bidault que não gosta, todos sabemos, de ficar na penumbra. Eva Perón só não conquistou esses cabeçudos de ingleses, que não quiseram conceder-lhe as homenagens devidas a uma rainha, ainda que apenas rainha dos Pampas. É que fazia empenho em dormir, ao menos uma noite, em Buckingham *Palace*, e já se via em sonho uma das mulheres de Henrique VIII. Porém os ingleses que, em matéria de protocolo, são mais emperrados do que um porco, mandaram-lhe dizer que teria “apenas” um chá com a Rainha Elizabeth, chá muito formal e, por conseguinte, muito inglês. Despeitada, ferida em seu amor-próprio de Presidente e de mulher bonita e amada, a Sra. Perón fez-se de menina malcriada, e declarou que não daria a honra de pisar solo inglês. E não pisou.

Tudo isso é muito divertido. Quando foi de sua estada em Paris, a Câmara dos Deputados da Argentina enviou uma mensagem à Câmara dos Deputados de França, dizendo, entre outras coisas “Evita, representante da cidade-luz da América, saúda a cidade-luz da Europa em nome da Câmara dos Deputados da Argentina”. Nome aos bois: Evita – a mulher do Presidente Perón; cidade-luz da Europa – Paris; cidade-luz da América – Buenos Aires. *Excusez du peu*.

O espírito francês, sempre alerta, não perdeu a oportunidade de aproveitar da Sra. Perón. Achavam em Paris que o intitular-se, na Europa, o porta-voz dos “descamisados” argentinos não se quadravam com a variedade e a riqueza de seus *manteaux*

e o esplendor de suas jóias. *Elle n'aura peut-être pas de chemise* — comentou um jornal parisiense — *mais elle a beaucoup de fourrures.*

---

## Engano

Copenhague, 23 de julho de 1947.

Leio o “O Jornal”, do Rio de Janeiro. Depara-se-me um artigo de Assis Chateaubriand intitulado *Réjane*, no qual tece os mais rasgados elogios ao Embaixador do Brasil em Roma, Pedro de Moraes Barros, elogios extensivos à Embaixatriz. Isto porque ambos ofereceram uma grande recepção em sua honra quando ultimamente esteve na Cidade Eterna. Atrás de uma falsa modéstia, Chateaubriand diz que a homenagem foi prestada ao Brasil e não a ele, simples e desprezioso jornalista. No que há, aliás, uma certa contradição porque, se se considera um modesto brasileiro, não merecedor de recepções em embaixadas, muito menos pode pretender representar o Brasil no estrangeiro, e ser objeto, nesta qualidade, de uma homenagem ao nosso país. Não. Falta de sinceridade.

É evidente que Pedro de Moraes Barros e sua senhora nunca tencionaram homenagear o Brasil na pessoa do trêfego jornalista paraibano, o que seria, em todos os sentidos, um contra-senso. Tencionaram, sim, lisonjear o próprio Chateaubriand com uma recepção de arromba para conquistar-lhe a simpatia, sabido que é uma potência no Brasil, chefe da maior organização publicitária que possuímos. Homem sem escrúpulos, inteligente e cheio de recursos, caboclo capaz de tudo, Moraes Barros achou que nada seria mais prudente do que estar bem com aquele homem, adular-lhe a vaidade e exaltá-lo no meio estrangeiro de Roma.

Que o jornalista ficou desvanecido logo tivemos a prova com o artigo laudatório que lançou, fazendo uma vigorosa propaganda ao casal que o recebeu tão pomposamente. O pior foi que, perdendo a medida, entrou a soltar ditirambos à senhora do diplomata, às suas qualidades de dona de casa, aos seus predicados de sociabilidade, porém com um exagero tal que abeirou-se do ridículo. O que poderia ser um justo e merecido elogio transformou-se em uma palhaçada, em um dito de flagrante insinceridade, e, conseqüentemente, susceptível de não ser tomado a sério. Às tantas escreve ele alí ter ouvido de um imaginário diplomata referindo-se aos Moraes Barros: “Tinham o salão de maior requinte social em Praga”. Apenas Pedro de Moraes Barros nunca esteve em posto em Praga...



---

## Quiproquós

Copenhague, 29 de novembro de 1947.

Jantamos ontem com o Conselheiro da Legação argentina, Carlos Piñeyro, e sua senhora, casal dos mais simpáticos, acolhedores e amáveis. Ela, bonita, é de nacionalidade alemã, mas se exprime correntemente em castelhano.

Éramos quatorze pessoas à mesa, quase todas argentinas. Foi servido um excelente salmão. A sogra do Primeiro secretário argentino gostou muito do peixe. E exclamou:

— Que delicioso peixe! É dinamarquês?

A Sra. Piñeyro explicou:

— É um salmão, senhora.

E a outra:

— Como, salomão?

— Não, senhora, salmão.

— Que precioso!

À sobremesa foi servido um vinho do Porto. E a sogra do Primeiro Secretário novamente:

— Que delicioso, isso! É um licor dinamarquês?

A Sra. Piñeyro complacente:

— Não, minha senhora, é vinho do Porto — *vino del Puerto*.

— *Puerto...* — disse a outra de si para consigo, em voz baixa, sem saber que diabo de *puerto* era esse.

Depois, não se dando por achada:

— Ah, sim, claro, *vino del Puerto!* . . .



---

## Cocktails

Copenhague, 17 de dezembro de 1947.

Há várias definições de um *cocktail-party*. Por exemplo: uma reunião onde se conversa com várias pessoas desconhecidas sobre assuntos que não interessam. Esta é a definição de um chinês. Eu tenho outra: onde os donos da casa recebem os convidados dizendo: "Encantados por terem vindo" e, ao se retirarem as pessoas, acrescentam: "Porque partem tão cedo?" e, sem embargo, estão mais do que ansiosos por que todos partam o mais depressa possível.

Esta segunda definição poderia ser aplicada à reunião que houve ontem na Embaixada norte-americana, oferecida pelos Embaixadores dos Estados Unidos ao Corpo Diplomático e ao mundo oficial de Copenhague. No respectivo convite estava escrito: *souper* às 21 horas, casaca (*white tie*); e naturalmente, condecorações. Sabia-se que haveria danças, e a ceia seria servida em pequenas mesas. Todos esperavam, pois, um verdadeiro *souper*, desses que se prolongam até as primeiras horas da madrugada.

Ora, *il n'en fut rien!* Às nove horas começaram a chegar os convidados. Os homens, conforme rezava o convite, de casaca e condecorações. As senhoras em grande *toilette*. Mal tinham os convidados acabado de chegar, mandaram servir a ceia. A orquestra iniciou as músicas. Passavam bebidas. E estavam todos no auge da animação quando, por volta das onze horas e vinte minutos, principiaram os criados a esvaziar as mesas e retirar os pratos. As bebidas se eclipsaram. E a orquestra desapareceu! Enquanto isso, Mr. e Mrs. Marvel se colocaram ao lado da porta de saída para receberem as despedidas de seus convidados. Estes eram postos, assim, pura e simplesmente no olho da rua!

Como em tudo, houve a nota cômica. Às 11:30 chegava o Ministro da China. Estivera em um jantar em sua honra, e só pudera ir à Embaixada norte-americana àquela hora, persuadido, aliás, de que não estaria atrasado, pois se tratava, afinal, de um *souper*. De fato, viu que muita gente cumprimentava os donos da casa à porta de entrada. Só que a porta, que ele pensava fosse de entrada, era, naquela ocasião, a de saída. Sim, porque a festa estava terminada! Mas o chinês só se deu conta disto quando, cumprimentando a Embaixatriz americana, ela lhe disse:

— Boa noite, e muito obrigada por ter vindo.

Foi neste momento que o encontrei meio desarvorado no saguão de entrada, certificando-se com os olhos arregalados através dos vidros dos óculos que a festa realmente findara.

— Acaba de chegar? perguntei-lhe.

Ele ia começar a contar-me a história do jantar em sua honra, etc, etc. Mas não o deixei prosseguir. Interrompi-o:

— Meu caro colega, a única coisa que tem que fazer é o que estou fazendo: retirar-se.

Ainda o vi no vestiário enfiando o sobretudo e resmungando no seu chinês, sem quase compreender o sucedido — *Ora essa!*

### XXX

Muita gente nem teve tempo para comer. Outras pessoas, quando foram atrás de um copo de whisky ou um simples copo de água, só encontraram mesas vazias. Nem sequer estavam os empregados. Sim, porque o *mot d'ordre* de tudo cessar também os atingira; e todos desapareceram como por encanto. Alguns foram se postar à porta de saída a fim de ajudarem os convidados do casal Marvel a vestirem os sobretudos.

Pode-se bem imaginar o estado de espírito desses convidados, voltando para suas casas duas horas após as terem deixado. As senhoras, naturalmente, eram as mais contrariadas. Estavam furiosas. Muitas protestavam: “Já se viu coisa igual?” Compreende-se a decepção de muitas delas que afinal permaneceram na festa muito menos tempo do que haviam gasto com o preparo de suas *toilettes*.

— Você ao menos comeu! dizia uma.

— Qual, minha amiga! quando me lembrei disso já os criados tinham limpado as mesas todas, e desaparecido!

De tudo, o que achei pior foi a forma, a meu ver derespeitosa, pela qual os músicos abandonaram seus postos, guardando ostensivamente os instrumentos, à vista dos convidados surpreendidos; e retirando-se depois em bando, um atrás do outro, quando mal se havia extinguido o som do último *fox-trot*, e sob o olhar atônito dos pares que pouco antes rodopiavam no meio da sala. Penso que podiam ter sido mais discretos nessa retirada que nada teve de estratégica, e deveria ter sido feita sorratamente, sem que se percebesse.

Pena que não imitassem os músicos do Tzar Alexandre III. Sua mulher, a Imperatriz Maria Feodorovna (nascida Princesa Dagmar da Dinamarca), adorava a dança, no que não combinava com o marido, que não só não gostava de dançar como se aborrecia quando via os outros dançarem. Um baile na corte de São Petersburgo era para ele a mais penosa das *corvées*. Conta, a este propósito, a Princesa Galitzine que, em uma noite de danças no palácio Anitchkoff, era já perto da madrugada, e todos dançavam ainda com grande animação, a Imperatriz mais entusiasmada do que nunca. Pouco a pouco, porém, os músicos da orquestra foram sumindo discretamente por detrás de um reposteiro que lhes ficava ao lado. Um por um. Até que restou apenas um último violino, o qual acabou também por eclipar-se. E, devido à ausência de música, cessaram naturalmente as danças. Soube-se depois que a retirada dos músicos fora diri-

gida discretamente pelo próprio Tzar, escondido pelo dito reposteiro, a fim de se livrar do baile e... dos convidados.

Se tivesse imaginação ou um pouco de cultura histórica, Mrs. Marvel poderia ter seguido o exemplo do Tzar Alexandre III sem precisar escandalizar seus convidados com aquela vergonhosa retirada coletiva da orquestra, que por pouco não atropelava os pares que mal terminavam de bailar. Está se vendo que nem ela nem o marido possuem o traquejo social exigido para uns embaixadores. Sim, porque, para isso, não basta vestir a casaca ou sorrir (e Mr. Marvel sorri tão pouco!) para os convidados. É mister não tanto fazer, mas sobretudo deixar de fazer certas coisas que não casam absolutamente com a mentalidade social do país ou do meio em que se está vivendo. O que os Marvel — talvez mais ela do que ele — fizeram ontem foi horrível. Querendo ser amáveis para com os colegas ao lhes proporcionarem horas agradáveis em sua Embaixada, foram simplesmente de uma grosseria incrível, quando é evidente que não tinham de modo algum esta intenção, nem condizia com o procedimento de pessoas educadas. Os norte-americanos, por vezes, desconcertam; sem preconceitos e de uma grande independência de atitudes, pouco se lhes dá os dos outros.

Acredito mesmo que o que ontem aconteceu não merecesse nenhuma estranheza nos Estados Unidos, onde os donos da casa seriam capazes até de saírem com um grupo para acabar a noite se divertindo em uma *boite* qualquer; e todos achariam que era o mais natural deste mundo. Porém aqui é diferente — aqui ou em qualquer outra parte, julgo eu.



---

## Mais uma nota diplomática

Copenhague, 17 de dezembro de 1947.

Recebi hoje a seguinte nota:

*“Legacion de la Republica Argentina. – Copenhague, 11 de diciembre 1947.*

*“Monsieur le Ministre: J’ai l’honneur de porter à la connaissance de Votre Excellence qu’aujourd’hui est parti en vacances ordinaires annuelles Monsieur le Ministre Dr. José Riéffolo Bessone. Pendant ce temps je resterai comme Chargé d’Affaires ad-interim. Je saisis cette occasion, etc...”*

René Lawson  
*Chargé d’Affaires a. i.*

*“A S.E. l’Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Brésil, Monsieur Heitor Lyra”.*

Esta nota escrita em francês *petit-nègre* faz-me lembrar a frase de Briand: *“Je suis habitué à entendre parler français dans toutes les langues”.*



---

## Outro jantar real

Copenhague, 7 de janeiro de 1948.

Tivemos ontem, no palácio Cristiano VII o já tradicional jantar na corte. Para nós é o terceiro, sendo porém o primeiro para o novo Rei, Frederico IX. No ano passado seu pai, Cristiano X, já muito doente, não pode comparecer; e o jantar foi presidido pela Rainha Alexandrina, com a presença dos dois filhos, o atual Rei e o Príncipe Knud, e as respectivas esposas. Desta vez, da família real estavam apenas o Rei Frederico e a Rainha Ingrid. Ausente o Príncipe Knud. Já as línguas faladoras murmuram que o Rei Frederico tem o propósito de afastá-lo da sucessão do trono, obtendo do Parlamento a modificação da lei, de modo a permitir que sua filha mais velha venha a reinar depois de sua morte. Como se sabe, o Rei não tem filhos varões.

O jantar decorreu como devia decorrer. A comida era má. Em compensação, os vinhos eram ótimos. Não foi servido *champagne*. A mesa rica e lindamente decorada. Presentes os Chefes das Missões diplomáticas com suas senhoras, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, dois altos funcionários do Protocolo, e alguns dignatários da corte. O número de Chefes de Missão, foi muito maior do que no ano anterior, pois têm sido abertas ultimamente novas legações. Além do que, vieram outros de Estocolmo, ali residentes mas também acreditados em Copenhague, como os Ministros da Áustria, da Iugoslávia, do Irã, do Uruguai, da Grécia e do Egito. A Ministra do Egito sentou-se à minha direita; dizem que é nascida princesa. Muito mocinha, tem ar de menina de colégio, com um que de ingenuidade que encanta. É bonita, mas estava mal arranjada.

XXX

Pela primeira vez, os novos decanos, o Embaixador e a Embaixatriz dos Estados Unidos, os Marvel, desempenharam ali esse papel. E, a meu ver, com pouca felicidade, dada a inaptidão de ambos para o exercício da função, a qual, a par de outros predicados, requer um completo *savoir-faire*. O Embaixador, como sempre, bisonho e retraído; a Embaixatriz fazendo-se original, o mais das vezes sem ser bem sucedida. Contra-riando as regras da corte, trazia um vestido negro. As demais senhoras, a Rainha inclu-

sive, estavam de cores claras, conforme lhes é pedido. Como é natural, a desobediência da decana chocou a sensibilidade mundana do elemento feminino. Foi na verdade uma falta de consideração para com a corte. As próprias mulheres dos ministros comunistas apresentaram-se trajadas conforme deviam. Não se acredita que Mrs. Marvel tenha assim procedido por distração ou ignorância, mas unicamente pelo desejo de ser original e de salientar-se.

A Sra. Wessel, Ministra do Chile, a anterior decana que fora desbancada por Mrs. Marvel quando o marido desta recebeu o título de Embaixador, estava evidentemente encantada com essa espécie de escândalo que provocara o vestido preto da norte-americana; e não perdia ocasião de chamar, para isso, a atenção das demais senhoras. E não somente para a cor da roupa, mas também para a singularidade de ela não trazer luvas (o que é exigido quando se vai à corte), tornando-se ainda neste ponto uma exceção. De fato, os papéis estavam invertidos: os Embaixadores norte-americanos que deviam, como decanos, dar o tom a ser seguido pelos outros colegas, agiam diferentemente daquilo que estes procuravam observar.

Quem tinha razão era Yolanda, que dizia: “Decanos pressupõem os mais antigos, que, como tais, devem conhecer os hábitos da terra, e mostrar aos mais modernos como devem proceder. Mas como podem estes ser os decanos quando foram dos últimos a aparecer em Copenhague?” Na verdade chegaram aqui algum tempo depois dos outros (inclusive depois de nós, que chegamos à Dinamarca apenas três meses após o fim da Guerra). E, se agora são os decanos, foi unicamente porque o Governo dinamarquês, numa manobra pouco limpa, arranjou meios de Mr. Marvel ser o primeiro a apresentar credenciais ao Rei na sua nova qualidade de Embaixador, quando foi promovido *sur place* ao mesmo tempo que quatro outros de seus colegas até então ministros, *todos* chegados a Copenhague antes dele. Naturalmente para agradar ao Governo dos Estados Unidos.

---

## Diplomatas hispano-americanos

Copenhague, 8 de janeiro de 1948.

Veio hoje ver-me o novo Encarregado de Negócios da Venezuela, um Sr. Morandi Smitler. Visita protocolar de *tournée* diplomática. Já lhe tinha sido apresentado anteontem, por ocasião do jantar do Rei, a ele e à senhora, uma morena ainda jovem, de belos olhos negros. Disseram-me ali que despertara a atenção do Rei. Este, de fato, a procurou após nos levantarmos da mesa, tentando iniciar uma conversa. Mas não houve seguimento, pois tanto ela como o marido falam só o castelhano, língua que o Soberano não fala.

O Sr. Morandi é um antigo funcionário público, e vem agora à Europa pela primeira vez, segundo me disse “para a família fortalecer-se em um clima frio”. Boa pi-lhéria. Por motivos análogos é que os *soit disant* diplomatas hispano-americanos são quase todos improvisados, e em grande parte inadequados para a profissão. Inadequados menos por deficiências de qualidades morais e intelectuais do que por falta de traquejo social, de compreensão da carreira e incapacidade de adaptação a costumes e modos estrangeiros. Sem aludir à questão dos idiomas, já que a maioria deles só fala castelhano.

O Sr. Morandi, como disse, se não se pode exprimir a não ser em sua língua, em compensação mastiga todo tempo *chewing-gum*. E outra coisa não fez anteontem à noite, terminado o jantar no palácio real, após passarmos para o salão onde foi servido o café. Com essa mania de mastigar sempre uma goma, acabou escandalizando a Ministra da Holanda, a Sra. van Lennep, pessoa de fina educação, que dizia ao referir-se a ele: “o homem de *chewing-gum*”. Realmente, podia-se bem indagar se o local era apropriado para a prática desse exercício dos maxilares inventado pelos norte-americanos.



---

## Mrs. Marvel

Copenhague, 15 de janeiro de 1948.

Mrs. Marvel, a Embaixatriz dos Estados Unidos, tem franquezas que desnorteiam quem as ouve. Seu atual marido é o segundo. Antes foi casada com Cornelius Vanderbilt Whitney, milionário e proprietário de uma das mais importantes coudelarias nos Estados Unidos, e cujo nome materno lhe conferia, nas rodas sociais norte-americanas, considerável prestígio. “Gostava muito dele — disse-me Mrs. Marvel outro dia — e por mim não o teria deixado. Mas preferiu outra mulher, e mandou-me embora”. Disse isso com a maior naturalidade, rindo-se, sem a mais leve sombra de tristeza.

Uma latina jamais faria semelhante confissão a um estrangeiro, aos menos nesses termos e com essa singeleza. Primeiro, por amor-próprio; segundo, por recato feminino; terceiro, por preconceito social. A mulher norte-americana nada disso leva em conta. Dir-se-á que é mais sincera. Por certo que o é. Porém nem tudo o que se pensa ou se sente deve ser dito. Uma mulher latina não só não confessaria ter sido desprezada pelo marido que ama como ainda menos declararia ser preferida por outra. Com essa, digamos, rude franqueza, a norte-americana atribui ao marido o direito de abandoná-la e trocá-la por uma criatura mais de seu agrado, direito que tem a primazia de reconhecer, de respeitar, sem levar o caso ao trágico. Mesmo porque amanhã ela poderá usar de igual direito para trocar de esposo.

O destino, contudo, encarregou-se de vingar o abandono de que foi vítima Mrs. Marvel. Aconteceu que uma de suas sucessoras no coração de Cornelius Vanderbilt Whitney, creio que a quarta mulher deste, teve roubadas suas jóias avaliadas em muitos milhares de dólares. O roubo deu-se em “*Cady Hill*”, em Saratoga Springs, um dos seis suntuosos palácios do casal milionário, que no momento havia ido assistir a um concerto.

Cornelius Vanderbilt Whitney herdou de seu pai uma fortuna de vinte milhões de dólares. Homem dinâmico, aumentou-a notavelmente. Seus interesses comerciais são múltiplos, destacando-se, entre outros, a companhia de aviação *Pan American* e a indústria cinematográfica.



---

## Raciocínio dinamarquês

Copenhague, 18 de janeiro de 1948.

Chamo meu auxiliar-intérprete, e pergunto:

- Sr. Holck, quanto custa um vidro de água oxigenada, dos grandes?
- 65 öre, Senhor Ministro.
- Como? 65 öre? Não é possível!

Insiste:

- Sim, Senhor Ministro, 65 öre, dos grandes, porque os pequenos custam 36 öre.
- Mas não é possível, Sr. Holck! Pois não faz muito paguei 1 coroa por um desses vidros grandes.

E ele prontamente:

- Mas este é o preço dos vidros cheios. Vazios custam 65 öre.

Num outro dia tivemos o seguinte diálogo:

- Sr. Holck, vai haver um espetáculo de *marionnettes* no hotel d'Angleterre.
- Sim, Senhor Ministro, na próxima terça-feira.
- O Sr. sabe o que é: cenas representadas por bonecos.
- Não, Senhor Ministro; são representadas por homens, artistas franceses.
- Como homens? Pois *marionnettes* não são aqueles bonecos de *guignol*?

E ele, depois de um minuto de reflexão:

- Bem. São bonecos de fato. Mas quem representa não são os bonecos; são uns homens que ficam escondidos e fazem os bonecos se mexerem por meio de fios quase invisíveis.



---

## Um Rei de menos

Copenhague, janeiro de 1948.

A coleção de reis no exílio conta agora com um de menos: Vítor Emanuel III, que faleceu há pouco no Egito. Reinou na Itália cerca de quarenta e seis anos. Excepcionalmente o reinado de Guilhermina da Holanda, foi o mais longo da História Moderna. E não só o mais longo: também um dos mais agitados e mais trágicos que se conhecem. A começar que Vítor Emanuel III subiu ao trono pela circunstância do assassinato do pai por uma anarquista. Empenhou-se depois em duas grandes guerras (sem falar na da Abissínia): ganhou a primeira, e perdeu a segunda, que lhe custou também a coroa. No intervalo dessas guerras teve que aceitar, durante vinte e dois anos, a tutela de um antigo jornalista revolucionário, homem de gênio, o qual, após colocar a Itália na vanguarda das grandes nações, acabou, devido a um erro de cálculo político, por levá-la à derrota, à humilhação e ao aniquilamento.

A imprensa européia não foi, em geral, muito amável para com o Rei morto. Culpou-o, sobretudo, de haver consentido na subida de Mussolini ao poder, facilitando, com isso, a implantação da ditadura fascista. É cedo, porém, para tais julgamentos. Falta imparcialidade aos homens. Falta-lhes serenidade. Os acontecimentos que precipitaram a Itália na guerra, e lhe causaram a ruína política e econômica, são ainda muito recentes; e as paixões estão longe de haver aplacado. Continuamos todos, senão em um ambiente de guerra, pelo menos belicoso: em plena “guerra branca”, como se diz, ou “guerra fria”. Vítor Emanuel só poderá ser julgado mais tarde, muito mais tarde, quando se puder colocá-lo a uma distância razoável dos acontecimentos que o cercaram, dos quais participou, e de que foi, até certo ponto, um dos inspiradores. Poderá então ser julgado não pelos homens, mas pela História. “A Justiça de Deus na voz da História”, como disse uma vez nosso Pedro II.

XXX

Pode-se, entretanto, apreciar desde já alguns de seus atos. Culpá-lo, por exemplo, como fez agora certa imprensa internacional, de haver entregue o poder a Mussolini, em 1922, é desconhecer ou fingir desconhecer as circunstâncias em que se deu tal

acontecimento. Ou usar de má fé. Porque é coisa sabida que o fascismo se apresentava então na Itália como um movimento de salvação nacional, o único capaz de tirar o país do caos político e social em que se afundava. A revolução comunista era ali uma realidade, e contra ela nada podiam fazer os chamados partidos constitucionais, praticamente desfeitos ou desmoralizados, com chefes politicamente gastos e confessadamente incapazes de qualquer reação construtiva. Tendo eles perdido, na opinião pública, toda sombra de prestígio, o Rei se achou, num dado momento, inteiramente só. Bem que tentou, antes de entregar o poder a Mussolini, todas as combinações possíveis a fim de salvar a situação. Não encontrou nenhuma. Não houve um político que quisesse assumir a responsabilidade do Governo, na certeza de que seria empresa praticamente inútil e cheia de perigos.

Foi nessas trágicas circunstâncias que Mussolini se apresentou, com seus legionários, no palácio de Quirinal, como a única expressão de disciplina e de força organizada que ainda restava na Itália. Que competia ao Rei fazer em tal emergência? Havia três soluções: 1º deixar a sorte do país entregue aos políticos profissionais; 2º assumir ele, sozinho, a plenitude do poder; 3º encarregar Mussolini de organizar o novo Governo. A primeira solução significaria a vitória dos comunistas, tendo em vista a impotência dos partidos constitucionais de simular que fosse uma simples reação. A segunda solução, isto é, a ditadura do Rei, não combinava nem com sua índole nem com sua educação constitucional; faltava-lhe, antes de tudo, o estofamento com o qual são feitos os ditadores. Restava a terceira, que era a única realista e correspondia, no momento, aos interesses do país e da monarquia constitucional representativa. Sendo o partido fascista a mais forte corrente de opinião existente no país, sua chamada ao poder se enquadrava perfeitamente dentro da Constituição parlamentar que regia a Itália. Por conseguinte, além de constitucional, era também a mais democrática. Tanto assim que o Parlamento, *que não era uma criação ou um órgão fascista*, mas onde, pelo contrário, predominavam elementos que haviam combatido até então Mussolini, deu sua completa aprovação à decisão do Rei; compreendeu que essa solução era a única que poderia salvar o país do comunismo ou, na melhor das hipóteses, da guerra civil. Esses são os fatos históricos.

Acusa-se agora Vítor Emanuel III de se ter negado a assinar o decreto que estabelecia o estado de sítio, e que a muitos se afigurava como a medida capaz de conter, ao mesmo tempo, fascistas e comunistas. De fato negou-se a isso, menos pela medida em se do que pelo que ela feria, como recurso de exceção, a liberdade de seu temperamento e o propósito que tinha de não se afastar o mínimo dos princípios constitucionais que eram a segurança de todos e de cada um dos italianos. Preocupou-o também os elementos com os quais seria possível contar para a aplicação da medida reclamada. Porque não bastava decretá-la. Era também mister executá-la.

Mas com que forças? Com a Polícia dos Municípios? Não bastava. Com o Exército? Mas que Exército? O que existia então, como todos os demais corpos constitutivos do país, estava em plena dissolução. Não tinha a mais leve sombra de autoridade. Valia menos do que um batalhão de carabineiros. Tal era o desprestígio e que havia chegado que seus próprios oficiais não se arriscavam a aparecer fardados, com receio de serem atacados pelos comunistas. A farda era considerada um desafio; e mais de um oficial sofreu o opróbrio de se ver cuspidido ao rosto por ousar ostentá-la em pú-

blico. Não podia, por conseguinte, um semelhante Exército ser a garantia de que se necessitava para a execução e manutenção do estado de sítio.

Dir-se-á que, entregando o poder a Mussolini, o Rei salvou a Itália da ditadura comunista, mas confiou-a à ditadura fascista. Esta acusação pode parecer procedente. Porém é preciso não esquecer que o advento de Mussolini, conforme já mostramos, se processou pelos meios democráticos e, portanto, constitucionais. Só mais tarde, quando o Duce se tornou o árbitro incontestado de todo o país, com o apoio da quase totalidade da opinião pública, é que ele enveredou pelo caminho da ditadura. Então sim, a concordância do Rei com a implantação desse estado de coisas foi, por assim dizer, inteira. Consentiu que Mussolini se apoderasse de todos os órgãos constitucionais do Estado, nada fazendo para obstar-lhe ou barrar-lhe a marcha. Mas todos sabemos como é difícil livrar-se de um ditador, uma vez este solidamente enraizado no poder; como é quase impossível desalojá-lo de uma posição onde os órgãos do Estado, por ele adrede preparados, concorrem para firmá-lo. Em todo caso, se culpa teve o Rei de transigir, durante tantos anos, com uma ditadura, nem todos os países podem hoje atirar-lhe a primeira pedra.

### XXX

Culpa maior teve em permitir a entrada da Itália na Guerra, contrariando com isso, não só seus próprios sentimentos como, o que é pior, a opinião geral do país. Cedeu por fraqueza, por comodismo, cepticismo ou por outro qualquer motivo à exclusiva vontade de Mussolini. Porque a verdade é que, se tivesse querido se opor à participação da Itália no conflito, apesar dos propósitos do Duce, conseguiria ter consigo a quase unanimidade da nação. A começar pelo Papa, que nunca escondeu seus sentimentos a este respeito, e muitas vezes reprovou publicamente os intuitos belicosos do Chefe do Governo. A ponto de este enviar em determinada ocasião seu Embaixador junto à Santa Sé, Dino Alfieri, protestar contra essa atitude *facciosa* de Sua Santidade; a que Pio XII respondeu não temer ir para um campo de concentração e, por isso, prosseguiria em sua missão de paz.

É claro que o Duce não ousou abrir um fosso entre ele e o Vaticano com relação ao dito problema. Ainda porque sabia que poria contra si alguns dos mais destacados chefes fascistas, como Italo Balbo e Dino Grandi, entre outros, cujas divergências com Mussolini eram bem conhecidas em Roma — e forma a origem da atitude que o último assumiria mais tarde no Grande Conselho, e da qual resultou a queda do Duce nas condições hoje conhecidas. Com frequência Grandi exortava seu amigo a não ligar a sorte da Itália a Hitler.

Teria também contra ele o Marechal Badoglio, a primeira autoridade militar, o qual, a fim de afastar Mussolini da aventura da Guerra, já lhe havia feito sentir o estado precário do Exército. Contra ele igualmente seu próprio genro, o conde Ciano, que bem demonstrava sua repugnância pelos alemães, e de maneira especial por Ribbentrop. O Rei e Ciano estavam, nisso, de total acordo, e não ignoravam a sorte que os aguardava se a Alemanha saísse vitoriosa.

Apesar de tudo, Vítor Emanuel III não se atreveu a opor-se aos planos de guerra

de Mussolini; e acabou por consentir que este vinculasse o destino de sua pátria às proezas de Hitler e do Grande Estado-Maior alemão. Gabava-se o Duce de haver obtido a anuência do Monarca com o argumento de que, se a Itália não se colocasse ao lado dos alemães, os quais já vislumbrava vaneceadores, ela insignificantes proveitos lograria na distribuição dos despojos dos derrotados ao realizar-se a conferência da paz. Concordou, por isso, o Rei com o ataque das forças italianas à França, gesto que nada tinha de heróico. Covardia igual só se vira em 1939 quando a União Soviética fizera o mesmo com a Polônia, já praticamente destroçada pela Alemanha; e seria repetida pouco mais tarde pela idêntica União Soviética ao agredir um Japão já desmantelado e quase vencido pelos Estados Unidos e pela Inglaterra.

A entrada da Itália na Guerra foi, assim, a grande culpa de Vítor Emanuel III, cuja parte de responsabilidade terá sempre que dividir com Mussolini. Culpa tanto mais grave quanto essa sua fraqueza não o reabilitou aos olhos do Duce, o qual nunca lhe perdoou não haver apoiado desde o início, emprestando seu nome e sua autoridade, a política bélica que projetava; antes pelo contrário, procurou desprestigiá-la à socapa, com uma oposição de bastidores, de alcance positivamente nulo, mas que feria fundo o amor-próprio e a vaidade do Duce. Proveio daí, sobretudo, toda a antipatia que este acabou por dedicar-lhe, e também a quantos se associaram ao Soberano nesta conduta *frondeuse*, particularmente a Ciano, que não passando, no Governo, de uma criatura sua, foi com a maior facilidade despejado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ao Rei, não podendo afastá-lo do trono, como teria feito se dispusesse de elementos para tal, começou a combater com a arma do sarcasmo, da ironia e do ridículo, em que era mestre desde suas célebres polémicas no *Popolo d'Italia*.

Diz-se que Vítor Emanuel III deixou memórias escritas, onde justifica ou explica os atos de seu longo reinado, fazendo revelações que poderão modificar o juízo que dele temos. Aguardemos, pois, a publicação desses pápeis. Muitos de seus colaboradores, sobretudo na era fascista, já pagaram a culpa de seus erros ou foram simplesmente sacrificados, vítimas da onda de vingança que varreu a Itália de após Guerra. Outros, porém, estão vivos, e por certo irão contribuir, com seus testemunhos, para que se faça a verdade história sobre o exato papel desempenhado pelo velho Soberano. Razão maior para que não o julgemos antecipadamente.

---

## Invenção

Copenhague, 7 de fevereiro de 1948.

Costumo receber aqui, enviado do Rio pelo meu procurador, o *O Jornal*, dos Diários Associados. É uma das folhas mais mal feitas do Brasil, apesar de sua larga circulação. Pessimamente impressa, papel da pior qualidade, tinta ordinária que aparece, por vezes, tão apagada que nem se consegue ler o que está escrito. Incrível que um tal jornal possa ser publicado na capital do país. Dizendo-se atalaia da Democracia e confessadamente defensor do capitalismo norte-americano, dá, entretanto, agasalho em suas colunas a jornalistas sabidamente comunistas, como, entre outros, Samuel Wainer e Brasil Gerson.

A paginação não pode ser pior. Frequentemente depara-se com um artigo interrompido sob o qual lê-se: “a conclusão à página tal”. Vai-se ver à tal página, e nem sombra de referência ao artigo! Nem nessa, nem em qualquer outra página. Surrupiam tranqüila e conscientemente o resto do artigo. Considero isso uma desonestidade porque, afinal, o leitor paga o preço do jornal para ter direito à sua leitura por inteiro.

E que dizer da qualidade de alguns de seus redatores? Levianos e irresponsáveis, com o horrível costume de assegurar, com o mais completo sossego, o que de todo desconhecem. Vem isso a propósito do que leio no número do dia 30 do mês findo (janeiro) a respeito do recente falecimento do Rei Vítor Emanuel III, da Itália. Querendo atacá-lo a todo custo, e não sabendo por onde, inventa a seguinte enormidade: o Rei ter vestido a “camisa preta” dos partidários de Mussolini, e fazer “a saudação fascista à romana”. O jornalista afirmou simplesmente o que não sabe. Mentiu, por conseguinte, conscientemente, pois o Rei *nunca* vestiu “a camisa preta” nem *fez jamais* “a saudação fascista à romana”. Aliás, esta última expressão revela um outro aspecto da ignorância desse jornal, pois a chamada “saudação fascista” já é, por si mesma, romana, isto é, copiada da que se fazia antigamente em Roma, ao tempo do Império. “Saudação fascista à romana” faz até lembrar aquela frase do deputado Benedito Valadares: “A cidade natal onde nasci”.



---

## Audiência sem proveito

Copenhague, 19 de fevereiro de 1948.

O Rei Hakon, da Noruega, está em Copenhague. Veio retribuir a visita que lhe fez há poucos meses o sobrinho, o atual Rei da Dinamarca, Frederico IX, após ter sido elevado ao trono. Ontem pela manhã o Rei Hakon recebeu no palácio Cristiano VII, onde está hospedado, os Chefes de Missão acreditados em Copenhague. Recebeu cada um separadamente. Quando chegou minha vez, acolheu-me com um largo sorriso (o qual dispensou seguramente aos demais), e, mal lhe havia apertado a mão, dirigiu-me a primeira pergunta, que já tinha com certeza engatilhada:

- Há quanto tempo se encontra na Dinamarca?
- Há dois anos e meio, *Sire*.

Logo depois:

- Já encontrou casa para a Legação?
- Sim, comprei-a em nome do Governo brasileiro.

Pelo jeito que tomava a conversa, não me admiraria se me perguntasse se já tinha encontrado também um cozinheiro. Mas não. Limitou-se a indagar se eu estranhava o clima do país, ao que respondi negativamente, pois estava acostumado ao clima europeu, vivendo, por assim dizer, na Europa, há mais de vinte anos.

E pronto. Com outro largo sorriso, estendeu-me a mão despedindo-me. Quando transpunha a porta de saída, ainda voltei-me para fazer-lhe a reverência, mas já me dava as costas, consultando, através de seu *pince-nez*, um papel que tinha na mão, certamente com a lista dos Chefes de Missão, a fim de se certificar quem se seguia a mim.

Eis em que consistem essas “audiências reais”. A coisa mais banal do mundo. E também a mais inútil. Dessa não tiramos, nem o Rei nem eu, a mais leve sombra de proveito. Pergunto agora: não seria bem melhor que se dispensasse a esses pobres diabos de reis a cacetada de receberem, *à tour de rôle*, uns sujeitos que jamais viram, que em nada lhes interessam, e só servem para roubar-lhes o tempo? E dispensar também a nós, ainda mais pobres e mais diabos do que eles, de envergarmos um fraque, uma cartola e tudo mais numa fria manhã de inverno, o termômetro marcando lá fora cinco graus abaixo de zero, unicamente para irmos dizer a esse Rei que estamos há tantos anos em Copenhague, que já temos casa, e não estranhamos o clima da Dinamarca?



---

## Almoço na embaixada de França

Copenhague, 1<sup>o</sup> de março de 1948.

A convite do titular da Missão, Guy de Girard de Charbonnières, almoçamos hoje na Embaixada de França. Lá estava a popularíssima Mistinguett, que veio dar algumas representações nesta cidade. Idade que ela própria faz questão de confessar: setenta e cinco anos. De espírito, ótima. E parece que também de corpo, no sentido de leveza de movimentos, de flexibilidade e de proporção de formas. Pelo menos alcançou junto ao público dinamarquês o êxito que sempre a cercou, fazendo empenho em mostrar o mais que pode as suas tão celebradas pernas.

Ao ser-me apresentada, foi logo dizendo que tinha uma “família brasileira”; respondi que já o sabia. “Sim – acrescentou – tenho um filho brasileiro, Lima, descendente de uma grande e antiga família de seu país. No Rio de Janeiro há uma estátua na praça pública do maior deles montado em um belo cavalo”.

De fato, teve um filho de um dos Lima e Silva, descendente do Duque de Caxias, que é o homem da estátua a quem se referia. Perguntei-lhe se o pai de seu filho era o Luis ou o Leopoldo Lima e Silva. “O Leopoldo, – respondeu-me sem hesitação – um excelente rapaz, aliás, já falecido”. Disse-me que a família Lima e Silva, levada por preconceitos antigos contra as artistas, não a quis receber quando estive no Brasil, “muito embora eu tenha tido esse filho quando era ainda muito nova, no início de minha carreira de teatro”. O rapaz tem hoje trinta e tantos anos, é médico e reside em Paris. Repetiu-me: “família de mentalidade antiga”, acrescentando que não fora generosa para com ela, porque, apesar de artista de *music hall*, sempre tivera a mais honesta vida privada, quando poderia ter acontecido o contrário, já que não lhe faltaram oportunidades.

Falou-me em seguida de sua vida de teatro, a qual, não obstante sua idade avançada, não pretende abandonar tão cedo. Não por necessidade, evidentemente, nem para distrair as pessoas, mas apenas para distrair-se a si própria, para encher a vida com qualquer coisa que estivesse em seu temperamento. “Além do mais, gosto de viajar, e minhas *tournées* artísticas são também um pretexto para empreender viagens”. Acha que já percorreu quase o mundo inteiro, e o mundo não é para ela senão uma coisa pequena, mais ou menos um parque, que se visita com a maior facilidade. Em

dado momento, perguntou a seu empresário, também ali presente: “Diga-me, meu amigo, para onde vamos hoje à noite?” Foi com toda a naturalidade que fez a indagação, como se se tratasse de uma rua ou de uma praça a que iriam depois do jantar.

Falou-me ainda de cachorros, que adora. Possui treze. Perguntei então se tinha algum cão dinamarquês.

— Sim, tenho um muito bonito, oferecido por meu amigo o Rei Gustavo.

Referia-se ao Rei Gustavo V da Suécia.

---

## Proposta de Summer Welles

Copenhague, 6 de março de 1948.

Leio os jornais chegados do Brasil. No *O Jornal* de 21 de fevereiro há um artigo do Sr. Summer Welles, sob o título “O Prêmio Nobel da Paz”, na qual advoga a concessão desta recompensa para o Sr. Osvaldo Aranha. Todos sabemos que os dois senhores são bons amigos, mesmo amigos muito ligados, e que, na época em que Welles era Sub-Secretário de Estado dos Estados Unidos, tinha o Sr. Aranha, Embaixador do Brasil em Washington, um de seus mais dóceis instrumentos de política americana. Oliveira Lima acusava Joaquim Nabuco, quando este era nosso representante na mesma cidade, de se ter deixado seduzir por Elihu Root, então Secretário de Estado, a ponto de o considerar quase como um mestre, o que lhe impedia, naturalmente, certa liberdade de ação sempre que se tratava de defender nossos interesses.

Não direi por certo coisa idêntica com relação ao Sr. Aranha e ao Sr. Welles, pois o primeiro jamais reputou o segundo como um mestre. Porém não se pode negar que a ascendência que o Sr. Welles conseguiu junto ao Sr. Aranha foi enorme, e o esperto Sub-Secretário obteve tudo o que quis do Embaixador do Brasil. Tornaram-se associados na empresa de colocarem todas as repúblicas americanas na órbita política dos Estados Unidos da América. Semelhante empresa foi corajosamente enfrentada e quase alcançada (não fora a dissidência argentina) na Conferência dos Chanceleres do Rio de Janeiro, em 1942, quando ambos de mãos dadas, Aranha e Welles, figuraram como verdadeiros bedéis naquele colégio de meninos latino-americanos.

Isso dito, é mais do que natural que o Sr. Welles interceda hoje em favor de Osvaldo Aranha para que lhe confirmem o prêmio Nobel da Paz. Tem mesmo quase a obrigação de assim agir, ao menos por gratidão. No que não é obrigado é em afirmar coisas que vão contra a verdade evidente dos fatos, prestando antes, com isso, um desserviço ao amigo, especialmente junto de quem não se deixa ludibriar por tais invencionices. Poderia simplesmente dizer que o Sr. Aranha era o único homem no mundo merecedor desse prêmio. Valia como uma opinião sua, explanada com honestidade, e, assim, digna de ser aceita. Mas sem precisar descer a pormenores ou à citação fatos com escandaloso desvirtuamento da exatidão.

Diz, por exemplo, que Osvaldo Aranha, “como Ministro do Exterior”, conse-

giu, graças à sua decisiva intervenção nas deliberações da comissão de mediação”, que o Paraguai e a Bolívia chegassem finalmente a um acordo com relação à disputa do Chaco, dando, assim, por terminada essa penosa e tradicional divergência política na América do Sul, depois de tantos esforços vãos para atingir-se esse bom resultado. Ora, semelhante afirmativa vai contra a realidade; e a serenidade com que o Sr. Welles a faz é quase um desafio à ignorância ou à ingenuidade de seus leitores. Em primeiro lugar, Osvaldo Aranha não era “Ministro do Exterior” por ocasião da conferência que liquidou a questão do Chaco, porém Embaixador em Washington. E ninguém sabe melhor isso do que o próprio Sr. Welles, que no momento era o Sub-Secretário de Estado norte-americano. O Ministro do Exterior do Brasil era o Sr. José Carlos de Macedo Soares. Em segundo lugar, se Osvaldo Aranha participou nas negociações do Chaco, que se entabulavam então em Buenos Aires, *em qualidade de Embaixador do Brasil em Washington*, o fez em uma medida muito limitada, sem qualquer contribuição de relevo. Mesmo porque a posição que ali tinha não lhe conferia margem para mais. A igual de outros representantes diplomáticos do Brasil em países americanos interessados na pendência do Chaco, foi mandado a Buenos Aires para ficar à disposição de nossa delegação como uma espécie de consultor político. Todos sabemos que a direção das negociações estava a cargo do Sr. Saavedra Lamas, Ministro do Exterior da Argentina, que foi, sem favor nenhum, o autor da *paz do Chaco*, se é que se pode atribuir a vitória a um só homem. Tanto que conquistou, como recompensa, parte do prêmio Nobel daquele ano (1936). E de parte nossa, quem mais contribuiu para o êxito das negociações, e teve mesmo atuação destacada, foi o então Ministro das Relações Exteriores e Chefe da Delegação brasileira, José Carlos de Macedo Soares. Foi até apelidado, por este motivo, no Brasil, de *pomba da paz*, alcunha um pouco pitoresca, mas que tinha realmente a sua significação. Alegar, por conseguinte, supostos serviços prestados pelo Sr. Osvaldo Aranha naquela ocasião, para que lhe seja dado o prêmio Nobel, é negar a exatidão dos acontecimentos. Além do que, proceder deselegantemente para com os Srs. Saavedra Lamas e Macedo Soares, que foram os genuínos e, pode-se afirmar, os únicos *fazedores* da paz do Chaco. Outro contra-senso é estar a pleitear agora o prêmio para o Sr. Aranha, sob o pretexto de ter sido o autor da mencionada paz, quando um prêmio desta natureza fora já concedido a Saavedra Lamas justamente pela mesma razão. Ora, por mais notável que seja o serviço prestado por todos quantos hajam concorrido para a cessação das hostilidades entre o Paraguai e a Bolívia, ele não comporta evidentemente dois prêmios Nobel. Mais ainda: o prêmio, sendo anual, só pode ser concedido por benefícios praticados no decorrer do ano a que ele corresponde; e, por mais insígnies que tenham sido os préstimos do Sr. Aranha em 1936, seria tardia qualquer recompensa que recebesse atualmente.

Outro motivo alegado pelo Sr. Summer Welles para a atribuição do prêmio Nobel da Paz de 1948 ao Sr. Osvaldo Aranha é a mediação deste no conflito de fronteiras entre o Equador e o Peru, em 1942, da qual resultou a liquidação pacífica desta questão. É mais uma *tapeação*, como se diz vulgarmente entre nós. É certo que houve algo, porém antes uma intromissão. Aconteceu que, sendo o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, terminada a famosa Conferência dos Chanceleres, no Rio de Janeiro, decidiu aproveitar o prestígio que desfrutava devido ao êxito da citada Conferência, e

impor às duas nações interessadas um ponto final ao litígio, nas bases por ele propostas. O Peru logo as aceitou prazenteiro porque lhe convinham. Mas o mesmo não se deu com o Equador, colocado contra a parede, sob pressão dos Srs. Aranha e Welles, e obrigado a concordar com uma solução que, desde então, moralmente repeliu como injusta e precipitada. Tanto a repeliu que seu Ministro do Exterior daquele tempo, coagido no Rio de Janeiro, foi depois castigado. É, pois, coragem do Sr. Welles e de todas quantos proclamam esse serviço *pro paz* do Sr. Aranha com o intuito de angariar-lhe o ambicionado prêmio. Afirmações do gênero só iludem os incautos, os ignorantes destes assuntos ou os esquecidos.

Se o Sr. Summer Welles não alega, mas apenas insinua, para análogo fim, os serviços que Osvaldo Aranha prestou à causa da paz na presidência da Conferência dos Chanceleres, em 1942, outros no Brasil o fazem com o mais espantoso desembaraço. Que visou, afinal, aquela assembléia, cujos supremos dirigentes foram Aranha e Welles? quais seus resultados? Simplesmente a entrada de toda a América Latina na Guerra, ao lado dos Estados Unidos ferido com o ataque japonês de Pearl Harbour. Não se precisa dizer mais. É na realidade grande ousadia chamar serviço em prol da paz do mundo o lançar um continente inteiro em uma guerra! Ou então as palavras não têm mais sentido.

Restam, como contribuição do Sr. Aranha à paz, sua situação na ONU o ano passado, e, antes disso, sua gestão à frente do Ministério do Exterior do Brasil, de 1938 a 1944. Com relação à primeira, não me é possível analisar por falta de exato conhecimento, ponderando apenas que a solução dada ao caso da Palestina, também incluída no rol dos serviços *pro paz* do Sr. Aranha, não me parece ter levado a tranqüilidade aquele território, pelo menos até agora. Antes, sabe-se de que maneira a solução da partilha entre judeus e árabes, preconizada pela UNO e apoiada por Aranha, está ali provocando uma das mais terríveis lutas civis. Alegar que beneficiou a paz é, como dizem os franceses, *trop fort*.

Quanto à gestão de Osvaldo Aranha no Itamaraty, seria longo pormenorizá-la. A participação da América Latina, o Brasil inclusive, na Guerra foi um dos resultados dessa gestão. A solução quase *manu militari*, da questão Peru-Ecuador foi outro. Já me referi aos dois casos. Há ainda outros, evidentemente, de menor relevo e menores conseqüências. Como os há também de natureza intrinsecamente pacífica, serviços não há sombra de dúvida à causa da paz, mas que não bastam, a meu ver, para merecerem a recompensa do prêmio Nobel. A desproporção seria grande demais entre essa recompensa e o gênero de serviços prestados.

Uma coisa, porém, posso dizer porque é a evidência mesma, e devem estar comigo todos quanto se acham ao par da administração do Sr. Aranha no Itamaraty: que não houve ali ministro de Estado que se mostrasse tão truculento e tão despótico, tão violento em seus atos, tão indiferente aos direitos ou privilégios dos funcionários do Ministério do Exterior. Seria fastidioso enumerar todos esses atos. Eles são conhecidos e lembrados amargamente por todos aqueles que lhe sofreram as conseqüências. Ninguém, durante sua gestão, se sentia garantido. Nenhum estava a salvo de seus rancores, de suas vinganças, das intrigas que ele facilmente embrenhava pelos ouvidos. Ceifou certa vez com uma só penada, aplicando o castigo da aposentadoria forçada, um grande

punhado de funcionários, sem que existisse contra eles o menor motivo, e com a exclusiva finalidade de abrir vagas para seus amigos ou apaniguados. Seus métodos de trabalho eram os de um ditador; posso dar disso meu testemunho por ter servido sob suas ordens à frente da Divisão Política do Itamaraty. No que, aliás, nada havia para estranhar, sabido que estávamos em pleno regime da ditadura do Sr. Getúlio Vargas, da qual Aranha era um dos sustentáculos. Contam que hoje, quando Getúlio Vargas já não está no poder, diz que *sempre* foi contrário a essa ditadura. Mas é fato que a serviu durante muitos anos, e era mesmo, no Itamaraty, por seus processos de violência, muito mais ditador do que o Sr. Getúlio no governo do país. E só deixou de servir essa ditadura quando o Sr. Getúlio o despediu do Ministério das Relações Exteriores. Digo bem “despediu” porque todos que acompanhavam a política do Governo naquela ocasião não ignoram quanto custou tirar dali o Sr. Aranha, as manhas que fez para evitar sua saída, e isto de parceria com seus amigos; os longos dias que se deixou ficar no gabinete próprio do Ministro de Estado, à espera de que se arranjasse uma forma de conciliar seu amor-próprio ferido, sua autoridade e o decoro de seu nome com o desejo de permanecer no cargo.

Evidentemente nada tenho contra a concessão do prêmio Nobel ao Sr. Aranha. Antes estimaria que o obtivesse para a propaganda do nome do Brasil no estrangeiro, pois até hoje somente um latino-americano, o Sr. Saavedra Lamas, conseguiu essa honraria. Porém, para justificar a recompensa, apresentá-lo hoje em dia como um homem que *sempre* trabalhou em favor da paz, o fazedor de revoluções no Brasil, o caráter truculento e violento que é o seu apanágio, a pessoa que levou seu país e grande número de outros à Guerra, é o que excede à mais deslavada coragem e não pode deixar de chocar quem é honesto.

---

## O que pensa um estrangeiro sobre os dinamarqueses

Copenhague, 10 de março de 1948

Jantamos no outro dia na Legação da Holanda. O Ministro, *Jonkheer W. F. van Lennep*, é diplomata de carreira, e forma com a mulher um casal muito simpático, sociável, com hábitos de vida internacional que nem todos, no Corpo Diplomático, aqui têm.

Longa conversa com o Conselheiro Comercial holandês, Sr. Cristiano Wyers, sobre o verdadeiro caráter do dinamarquês. Suponho que ele deve conhecê-lo, pois reside aqui há mais de vinte anos, e tem uma filha casada com um oficial desta nacionalidade. Concordou facilmente comigo em que este povo é bisonho, pouco sociável, de feitio algo tímido, e não mostra nenhuma espécie de afabilidade para com o estrangeiro. Antes o trata de uma maneira francamente descortês, por vezes mesmo hostil. Será por um complexo de timidez? Por um excesso de nacionalismo? O Sr. Wyers diz que não. Simplesmente porque o dinamarquês não gosta do estrangeiro, de quem tem inveja e por quem nutre um sentimento de despeito. A Dinamarca é um dos menores países do mundo. Já foi, no entretanto, bem maior, mas, depois que seus vizinhos poderosos, a Alemanha (haja vista na questão do Schleswig-Holstein, da qual Lorde Palmerston dizia que ninguém havia compreendido, salvo um professor alemão que por sinal ficara maluco) e a Suécia, lhe arrebataram grande parte do território, ficou reduzida a uma modesta península e a algumas ilhas. O dinamarquês não se conforma com isso. E como passou a ser, pela sua insignificância territorial, uma nação bastante apagada, tem pelas demais ou pelos nacionais destas uma mal contida antipatia, misto de despeito e de inveja. Sentimento, como se vê, nada louvável.

Isto de uma maneira geral. Com relação aos diplomatas estrangeiros, alvo do malquerer da gente da terra, o Sr. Wyers explica, com razão, que não são estimados por dois motivos: um de ordem geral, isto é, simplesmente porque são estrangeiros; outro, por ser o Corpo Diplomático uma classe privilegiada, que não paga impostos, não paga direitos alfandegários, está isenta da lei penal e civil, e não é submetida ao rigoroso racionamento que prevalece para as pessoas do país. Qualquer dinamarquês, desde o alto funcionário até o homem da rua, não admite esta distinção. O homem da rua, por mais humilde que seja sua profissão, julga-se tão bom e tão merecedor quanto o mais impor-

tante dos embaixadores estrangeiros; assim que dispensa a estes sua completa e absoluta hostilidade.

---

De como uma coleção de discos de música brasileira, expedida pelo Itamaraty para a Legação do Brasil em Copenhague, a 7 de outubro de 1947, pela “mala comum” do Ministério, não foi na realidade expedida

Copenhague, 15 de março de 1948

Moralidade com uma introdução, vários atos, outros tantos entreatos e, para finalizar, um profundo e largo silêncio.

### *Introdução*

Em circular nº 171, de dezembro de 1945, informava o Itamaraty que estava procedendo à escolha de uma discoteca de música brasileira para ser remetida às Missões Diplomáticas do Brasil e às entidades musicais estrangeiras, com o fim de propaganda, e pedia que essas Missões o informasse, “com a possível urgência”, qual o número de coleções que precisavam.

*Entreato de espera de um ano e meio para que a discoteca ficasse pronta.*

*Ato Primeiro*  
(maio de 1947)

*A Legação:* O Sr. Riisager, compositor e músico dinamarquês de renome, está disposto a fazer uma preleção sobre música brasileira. Pode-se obter daí uma coleção de dez ou doze discos dessa música, de conformidade com a circular nº 171, de dezembro de 1945?

*O Itamaraty:* Certamente, mas seria bom que o Sr. Riisager adiasse por três meses a sua preleção, pois só em agosto (de 1947) ficarão prontas as coleções.

*A Legação:* (monologando): No entanto essas coleções já estavam sendo preparadas em dezembro de 1945, isto é, há ano e meio, e naquela ocasião era “urgente” que as Missões diplomáticas dissessem o número de coleções que precisavam.

*Entreato de três meses*

*Ato Segundo*  
(setembro de 1947)

*A Legação:* Quando virão os discos pedidos?

*O Itamaraty*: Acabam de ser expedidos (7 de outubro de 1947) pela mala comum, com folhetos explicativos e uma “História da Música Brasileira” de Renato Almeida.

*Entreato de um mês*

*Ato Terceiro*

(11 de novembro de 1947)

*A Legação*: Os discos ainda não chegaram. Rogo confirmar se de fato foram expedidos.

Silêncio do Itamaraty.

*Entreato de um mês*

*Ato Quarto*

(29 de dezembro de 1947)

*A Legação*: Os discos ainda não chegaram. Rogo confirmar se de fato foram expedidos.

Silêncio do Itamaraty.

*Entreato de um mês*

*Ato Quinto*

(29 de janeiro de 1948)

*A Legação*: Os discos ainda não chegaram. Rogo informar se de fato foram expedidos.

*O Itamaraty*: Serão remetidos oportunamente.

Silêncio final e profundo do Itamaraty.

Os discos nunca foram remetidos!

---

## De como o choro n.º 10 de Villa-Lobos deixou de ser executado em Copenhague por uma orquestra de 72 músicos

Copenhague, 28 de março de 1948

FARSA dialogada em 9 partes, 1 silêncio e 1 epílogo. Personagens: o Itamaraty e a Legação do Brasil em Copenhague.

11 de novembro de 1947 – *A Legação*: O Sr. Riisager, músico e compositor dinamarquês, está disposto a fazer executar pela orquestra de Copenhague o Choro nº 10 de Vila-Lobos. Posso obter daí a respectiva partitura?

21 de novembro de 1947 – *O Itamaraty*: Qual a força dessa orquestra? Qual o número preciso de ensaios para execução do Choro?

5 de dezembro de 1947 – *A Legação*: A orquestra compõe-se de 72 executantes, com 14 primeiros violinos, 12 segundos, 8 violas, 8 violoncelos e 6-contrabaixos. Necessita 15 ensaios.

2 de janeiro de 1948 – *O Itamaraty*: Infelizmente não podemos ceder a partitura. Mas podemos emprestá-la.

3 de janeiro de 1948 – *A Legação*: Aceito emprestada. Quando poderei recebê-la?

10 de janeiro de 1948 – *O Itamaraty*: Interessa recebê-la no fim deste mês?

19 de janeiro de 1948 – *A Legação*: Interessa. Qual o prazo do empréstimo?

Silêncio no Itamaraty.

29 de janeiro de 1948 – *A Legação*: Quando poderei receber a partitura?

30 de janeiro de 1948 – *O Itamaraty*: Pode ser alugada em uma casa de músicas à rua de Roma, em Paris.

### *Epílogo*

Interpelada pela Legação, a casa de músicas da rua de Roma, em Paris, respondeu mal-humorada que ali não se alugavam partituras; que a casa vivia de *vender* músicas. *Vila Lobos? Connais pas!*

FIM



Copenhague, 8 de abril de 1948

Anteontem, quarta-feira, dia 6, data consagrada às forças do Exército norte-americano, o Adido Militar e o Adido Militar Adjunto da Embaixada dos Estados Unidos em Copenhague ofereceram uma grande recepção no *Ambassadeur*, o restaurante noturno em moda atualmente nesta cidade. Foi servido um farto *buffet* com comidas e bebidas de toda a espécie. À entrada não havia nenhum controle; assim que era fácil a qualquer um entrar ali sem apresentação de convite.

Foi o que aconteceu com dois estrangeiros de passagem por Copenhague. Ignorando que se tratasse de uma reunião particular, embora nos outros dias o *Ambassadeur* fosse um local público, entraram despreocupadamente, acercaram-se do bar, e puseram-se a beber como todos os que ali estavam sem que lhes fosse exigido qualquer pagamento.

— Lugar interessante — comentou um deles para o outro — onde a gente bebe de graça o que há de melhor e na quantidade que se quer.

— Sim, — respondeu nosso amigo Henrik Park, que por acaso se encontrava ao lado e ouvira o comentário — mas só às quartas-feiras.

XXX

Há dias Yolanda explicava a ~~nosso~~ filho menor, Cláudio, de sete anos de idade, o princípio da criação do mundo. Dizia-lhe que Deus criara o mundo do nada; e, desejando Ele que houvesse luz, disse apenas: *Faça-se a luz!* e a luz se fez.

Cláudio, muito concentrado, refletiu um momento. Depois observou:

— Boa mágica, hein?

XXX

Noticiaram os jornais daqui que um criminoso foi condenado a seis meses de prisão, mas, não havendo lugar disponível na Penitenciária, foi deixado em liberdade pro-

visória sob as vistas da Polícia até que se dê ali uma vaga. Como se vê, a crise de habitação é geral, e dela *sofrem* também os pobres *criminosos*.

XXX

Conselho de um colega avisado a outro menos criterioso: “O melhor que você tem a fazer é não fazer nada, único meio de evitar fazer asneiras”.

XXX

Diferença entre um pessimista e um otimista. Li ontem esta excelente definição: Pessimista é o homem que diz: “Meu copo de cerveja está a metade vazio”; o otimista é o homem que diz: “Meu copo de cerveja está a metade cheio”.

XXX

Estou lendo um livro sobre os reis da Dinamarca. No *Diário* de Cristiano IV, na data de 1º de junho de 1603, depara-se-me o seguinte: “Chegou aqui um elefante amestrado. Sabe dançar, põe-se de joelhos, e faz muitas outras coisas. Chegaram também dois embaixadores holandeses. Não sabem fazer nada”.

XXX

Frederico VII, Rei da Dinamarca de 1848 a 1863, tinha a mania de vangloriar-se a todo propósito, e, para isso, mentia descaradamente. Certa vez quis convencer o Ministro de França que havia combatido em Waterloo. “Sim, — dizia — era muito moço, tinha apenas sete anos, quando consegui escapar de meus pais, e ir tomar parte na batalha”.

- Na batalha? — perguntou-lhe admirado o Ministro — Com sete anos apenas?
- Sim, como tambor.

---

## A Dinamarca toma conhecimento de um livro brasileiro

Copenhague, 8 de abril de 1948

Reuni hoje, na Legação, um grupo de jornalistas, críticos literários e homens de letras para apresentar-lhes a edição dinamarquesa de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, lançada pela casa editora Poul Westermann. A tradução é da autoria do Sr. Richard W. Hansen, professor substituto de línguas romanas da Universidade de Copenhague. O Sr. Ib Andersen, desenhista de talento, ilustrou o livro com tanto maior êxito quanto, por já ter residido no Brasil, deu aos seus desenhos um colorido que não está nada longe de ser o das nossas coisas.

Fiz uma discreta dissertação, explicando o que significava, na nossa literatura, *Os Sertões*. Falou em seguida o tradutor. Depois o editor. Distribuição de café e charutos brasileiros, sempre apreciados aqui. Não se precisou de mais para que todos os presentes deixassem a casa da Legação otimistas e sorridentes, por quanto cada um ganhou como presente, um exemplar da obra, o que, bem considerado, não é pouco, dado seu preço relativamente elevado – 30 coroas.

A nota pitoresca foi fornecida pelo representante do jornal *Nationaltidende*, o qual, chegando-se a mim com um ar preocupado e o semblante carregado, disse com voz soturna:

- Esse Antônio Conselheiro, afinal, era uma espécie de Hitler, não?
- Hitler? perguntei. Por que Hitler?
- Sim, devia ser como Hitler, meio místico, meio aventureiro, dominando a população do país...

Achei melhor não dissuadi-lo. *À quoi bon?* Como dinamarquês, devia ser inacessível a qualquer compreensão do meio e da gente brasileira. Precisava de um elemento de comparação para admitir a possibilidade de um Antônio Conselheiro no Brasil. E era melhor que o comparasse a Hitler do que, por exemplo, a Napoleão ou a Alexandre o Grande.



---

## Escândalo

Copenhague, 15 de abril de 1948

Grande escândalo nas rodas sociais ligadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros! Foi o caso que o subchefe do Protocolo casou-se, há cerca de um ano atrás, com jovem e conhecida senhora pertencente a uma família da nobreza. Jovem e bonita. Decorridos os nove meses... como direi? – regulamentares, a rapariga deu-lhe um filho esperto e rechonchudo.

Uma amiga, que a foi visitar poucas semanas depois, observou que o menino não se parecia nem com o pai nem com a mãe. Esta concordou com a falta de semelhança, justificando-a com o fato de as crianças herdarem às vezes os traços físicos de um avô ou de uma avó longínqua, e achando que talvez fosse esse o caso de seu filho.

Eis senão quando, no outro dia, aconteceu o escândalo: o Subchefe do Protocolo desconfia que o filho não é seu, mas sim do Secretário-Geral do Ministério. Tinha lá seus motivos para isso... Mandando examinar-lhe o sangue, confirma-se a suposta paternidade. Grande indignação do pai, ou melhor, do suposto pai, que proclama por toda parte o ocorrido.

Perspectivas de anulação do casamento, de separação, de divórcio, etc... A coisa está neste pé, e resume-se, em última análise, em uma usurpação de função: o Secretário-Geral invadindo a "seara" do Subchefe do Protocolo. O regulamento do Ministério não prevê o caso. E, como não se lhe conhece um precedente que permita resolvê-lo de acordo com as praxes burocráticas, o melhor, a meu ver, será rebaixar o Secretário-Geral a Subchefe do Protocolo, com a sobrecarga do filho e da mulher adúltera; e promover o Subchefe do protocolo a Secretário-Geral.



---

## Novos quiproquós

Copenhague, 27 de abril de 1948

Há dias contava-me meu colega da Bélgica que, desejando convidar para jantar o novo Ministro da Argentina, pediu a um dos Secretários que o pusesse em comunicação telefônica com este Chefe de Missão no hotel em que residia. Atendido, fez-lhe o convite, extensivo à respectiva senhora, o que o outro, não sem esconder certa surpresa, aceitou com efusivos agradecimentos. Ora, haviam dito que o novo Ministro da Argentina se exprimia com muita dificuldade em francês, e não deixou de surpreender meu colega belga o fato de o francês do argentino, embora não sendo dos melhores, não ser assim tão ruim.

Aconteceu, porém, que, à hora do jantar, quem lhe apareceu na Legação acompanhado da senhora? O Ministro do Uruguai, chegado a Copenhague apenas havia escassos dias. “Vem no lugar do outro ou vem por equívoco?” perguntou de si para si o belga. E imediatamente, para evitar o pior, ordenou que um dos Secretários mudasse rápido os cartões na mesa, substituindo o nome do argentino pelo do seu colega do Uruguai. “Felizmente, — dizia-me ele depois — como o jantar era de pouca gente, não havia preparado plano de mesa; do contrário nem sei o que se teria passado”.

O engano resultara de haver a telefonista do hotel, onde ambos estavam hospedados, ligado para o Ministro do Uruguai em vez de fazê-lo para o da Argentina. Pura confusão geográfica, como se vê. O engraçado foi que o Ministro do Uruguai, que mal conhecia o Chefe de Missão que o convidara para jantar, encontrando por acaso o Ministro da Argentina no *hall* do hotel, confidenciara-lhe:

— Muito gentil o Ministro da Bélgica convidando-me para jantar quando mal me conhece, e apenas acabei de aqui chegar.

Se soubesse que o convidado não devia ter sido ele, mas outro...

XXX

Conheço a este respeito coisa melhor. Passou-se em Berlim, quando eu era ali Conselheiro da Embaixada do Brasil, em 1936. O Embaixador da Itália, Bernardo Attilio, oferecia naquela noite um banquete em honra do Ministro dos Negócios Estran-

geiros, o Barão von Neurath. Pouco antes de se dirigirem à mesa, aparecem o Embaixador e a Embaixatriz dos Estados Unidos, *que não estavam convidados!* Grande alarme para os Attolicos, que foram forçados a modificar à pressa toda a organização da mesa, coisa tanto mais difícil quanto esta custosamente comportaria dois novos lugares, e os Embaixadores americanos, pela alta categoria, que era a deles, deveriam ocupar dos principais. Afinal tudo se arranjou; e sentaram-se todos para comer.

Apenas servido o primeiro prato, vem o *maitre d'hotel* dizer ao dono da casa que a secretária do Embaixador dos Estados Unidos o chamava com urgência ao telefone. Levanta-se este último para atender. Avisa-lhe a secretária que na Embaixada da Espanha o esperam para jantar. Terrível confusão do americano, que, regressando ao salão de jantar, é obrigado a confessar ao Embaixador italiano que se enganara: não era ali que devia estar jantando. Acompanhado da esposa, e desfazendo-se em desculpas, retirou-se em seguida.

O curioso é que, por uma dessas coincidências raras, o Embaixador italiano e o Embaixador espanhol ofereciam cada um um banquete na mesma noite. Se assim não fosse, o americano, ao chegar à Embaixada da Itália, teria logo sabido que estava equivocado, dando-se então conta que era em outra Embaixada que estava convidado.

Porém tudo acabou com uma palavra de espírito. Porque, dias depois, o americano encontrava seu colega italiano; reiterando as desculpas pelo seu lamentável engano, disse-lhe que, no fundo saíra ganhando porque tomara duas sopas, ambas excelentes. “E tive vontade, — acrescentou — terminado o jantar na Embaixada da Espanha, de voltar à sua Embaixada para também comer duas sobremesas”.

### XXX

Conosco, aqui em Copenhague, deu-se coisa parecida com o primeiro caso. Desejávamos convidar para jantar um dos dignitários da corte que nos dispensara certas atenções. Julgávamos que seu nome fosse X. Enviamos-lhe o respectivo convite, extensivo à senhora. Mas eis que, na determinada noite, nos aparecem de fato o conde e a condessa X, que não eram as pessoas que pensávamos, porém outros dignitários da corte, nossos conhecidos apenas de vista e aos quais nenhum obséquio devíamos, nem tínhamos a menor intenção de convidar em nossa casa. Aqui não foi questão de se trocarem os cartões da mesa porquanto os nomes estavam certos. Os personagens é que eram outros.

---

## Comentários

Copenhague, 28 de abril de 1948

A Legação da Espanha envia-me de vez em quando, e o faz certamente para outras Legações em Copenhague, uns boletins de propaganda do General Franco e do atual Governo espanhol. Quando me sobra tempo, leio esses papéis, e encontro neles, por vezes, coisas interessantes. Em determinado número dá-se agora publicidade a uma carta do General Franco ao seu então Embaixador em Londres, o Duque de Alba, e a outra de Winston Churchill, ambas datadas de *outubro de 1944*, isto é, quando a Guerra se aproximava do fim, com a vitória das potências que combatiam a Alemanha nazista, inclusive a Rússia dos soviéticos.

Trecho da citada carta do General Franco:

“A Alemanha destruída, a posição preponderante da Rússia consolidada na Europa e na Ásia, a dos Estados Unidos confirmada no Atlântico e no Pacífico, e este último país tornado o mais poderoso do Universo, os interesses europeus, numa Europa destruída, vão passar por uma crise extremamente grave e perigosa”.

Outro trecho:

“Como não podemos acreditar na boa fé da Rússia comunista, e como conhecemos a força insidiosa do bolchevismo, devemos admitir que a destruição ou enfraquecimento das nações vizinhas da Rússia aumentarão grandemente sua ambição e seu poder, e tornarão ainda mais necessárias a inteligência e a compreensão entre os países do ocidente europeu”.

A essa carta, Winston Churchill, então Primeiro Ministro da Inglaterra, entendeu responder diretamente ao General Franco. Eis um trecho de sua resposta:

“Em sua carta ao Duque de Alba há diversas alusões à Rússia que não posso deixar passar sem comentar, tendo em vista as relações de amizade e de aliança que existem entre meu país e a Rússia. Vossa Excelência seria induzido em grave erro se não tirasse de seu espírito a falsa idéia de que o Governo de Sua Majestade estaria disposto a admitir qualquer grupo de potências na Europa Ocidental ou em qualquer outro lugar, grupo fundado na hostilidade contra os nossos aliados russos ou sobre a suposta necessidade de nos defendermos contra eles”.

Quatro anos após a troca dessas cartas, que estamos hoje vendo? Os países da Europa Central absorvidos e enfeudados pela ambição da Rússia; e a Europa Ocidental, a Inglaterra inclusive, unindo-se e armando-se para enfrentar um eventual ataque da Rússia dos soviets.

Há um ditado que diz: “O que se afirma hoje não se repete amanhã”. Aplica-se como uma luva às palavras de Churchill em 1944. Mas há também outro ditado que o General Franco bem podia lembrar: “O que se afirma hoje repete-se amanhã”.

---

## Chegam outros hispano-americanos

Copenhague, setembro de 1948

Arribou às plagas dinamarquesas o novo Ministro da Venezuela. É pai de onze filhos. “Além do mais, dizia alguém de outro diplomata que arrastava também consigo uma prole numerosa, é burro porque um diplomata inteligente não tem nunca onze filhos”. Costumo repetir o que meu amigo e colega Abelardo Bueno do Prado diz a este respeito: “O primeiro filho é feito por amor, o segundo por descuido, o terceiro por burrice”.

Ayala Duarte é o nome do novo Ministro, o qual fala exclusivamente o castelhano. Foi há poucos dias fazer a visita de praxe ao Embaixador de França, Guy de Girard de Charbonnières. Fez acompanhar de um intérprete, venezuelano como ele. Em dado momento o Embaixador indagou-lhe algo relacionado com a vida em seu país. O Ministro deu sua opinião, e pediu ao intérprete que a transmitisse. Aconteceu, porém, que este último não era da mesma opinião que o Ministro. Vai daí, abre-se uma viva discussão entre os dois, em tom polêmico, naturalmente em castelhano, sem que nada percebesse o Embaixador de França. E quase chegam às vias de fato se o Embaixador, compreendendo que a situação se estava tornando delicada, não achasse mais prudente despedi-los com muitos sorrisos... Afinal o novo Ministro e seu intérprete nem mencionaram para que tinham ido...

Eis o que se pode chamar uma maneira inédita de iniciar uma *tournée* diplomática.

XXX

O espanhol há de ser em futuro próximo uma das línguas mais faladas no mundo. Por coincidência realmente interessante é, neste momento, uma das mais conhecidas entre o Corpo Diplomático estrangeiro acreditado em Copenhague, onde a falam alguns de seus membros cujas nacionalidades nada têm com ela de comum. Assim, além do pessoal das Legações de Espanha, Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela e México e, naturalmente, do Brasil, pois Yolanda, eu e o Secretário a falamos correntemente, podem também se exprimirem nesse idioma: a Embaixatriz da Noruega, Sra. Esmarch,

que esteve em posto no México; o Ministro da Tchecoslováquia; os Ministros do Canadá, os Laureys, que residiram oito anos no Peru; o Ministro da China, que serviu no mesmo país; a Ministra da Bélgica, Jeannette de Schouteete, verdadeira poliglota; o Conselheiro dos Estados Unidos, Edward Sparks, e sua mulher belga, a nossa querida Andréé; o Adido Comercial e o Adido Comercial Adjunto, deste também a esposa, dos Estados Unidos; o Conselheiro turco; a senhora do Conselheiro francês, Helena Tiné, de origem cubana; o Conselheiro Comercial da Embaixada de França e sua mulher, Condes de la Taille, nossos muito amigos Jean e Poupée; o Conselheiro Comercial dos Países Baixos, Wyers, e a senhora. Esta, contudo, não é de estranhar porque, embora viva na Europa há longos anos, é nascida mexicana.

## XXX

Copenhague, novembro de 1948

Acaba de chegar também o novo Encarregado de Negócios da Colômbia, um jornalista político, da ala esquerda do partido liberal colombiano. E já há sobre ele uma história algo cômica.

Foi o caso que, pedindo, conforme a praxe, para ser recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros daqui a fim de apresentar-lhe as Cartas de Gabinete, disseram-lhe que o fosse ver numa segunda-feira, dia em que o Ministro costuma dar audiência aos Chefes de Missão.

Em lá chegando, mandaram-no entrar para uma sala na qual já se encontrava o Ministro da Holanda aguardando ser recebido pelo Ministro do Exterior. Os dois ainda não se conheciam. O funcionário do Protocolo fizera a apresentação. O colombiano, por falta de atenção ou por não entender bem o francês — mais provável a segunda suposição — tomou o Ministro da Holanda pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Perfilou-se todo, umedeceu os lábios, e, puxando do bolso do fraque um largo envelope, entregou-o cerimoniosamente ao Ministro da Holanda, recitando-lhe este pequeno e solene discurso, de certo já aprendido de antemão: “Senhor Ministro, tenho a insigne honra de entregar a V. Exa. as Cartas de Gabinete que me acreditam na qualidade de Encarregado de Negócios da Colômbia junto a V. Exa.” E deu dois passos atrás esperando a resposta do suposto Ministro do Exterior.

O Ministro da Holanda, surpreendido com o inesperado da cena, mas sem perder a linha, aceitou o envelope e disse em tom de camaradagem: “Meu caro colega, ficou muito agradecido pela honra com que me distingue, e me apressarei em depositar as suas Cartas em mãos do Sr. Gustav Rasmussen (o Ministro dos Negócios Estrangeiros), que infelizmente não sou eu”. *Tableau!*

---

## Embaixadores dos Estados Unidos

Copenhague, janeiro de 1949

A Embaixatriz norte-americana, Mrs. Marvel, encontrou-se outro dia com o Chefe da Igreja Católica na Dinamarca, o Bispo Suhr. Perguntou-lhe, à queima-roupa, se a Igreja Católica proibia os casamentos entre sifilíticos. O Bispo não se perturbou. Respondeu: “É melhor a Sra. fazer esta pergunta a um médico”.

Já por ocasião das festas de Natal ela perguntara ao Bispo se não queria acompanhá-la à igreja russa, a fim de assistirem as cerimônias, e onde os cantos eram bem mais bonitos do que nas igrejas católicas. “De toda maneira eu prefiro os da minha Igreja”, respondeu-lhe com humildade o Bispo Suhr.

XXX

Copenhague, 31 de maio de 1949

Os Marvel já aqui não estão. O Embaixador dos Estados Unidos, que não era de carreira, porém político e fazendeiro no Delaware, pediu demissão do cargo, e retirou-se para sua terra. Isso há alguns meses. Por sinal que a recepção de despedida que ofereceu foi um baile, para o qual cada convidado devia ir fantasiado de fazendeiro, visto a Embaixada estar transformada em uma *farm*.

À entrada, a primeira coisa que se via era uma vaca em tamanho natural (empalhada), que, em vez de dar leite, dava *champagne*. Mas cujas tetas secaram aí por volta de meia-noite e meia. Foi coisa algo pitoresca e original. É claro que também foi logo glosada. Os dinamarqueses, homens bisonhos e não entendendo nada dessas brincadeiras norte-americanas, interpretaram a festa num sentido menos esportivo, e não tardaram a comparar a vaca dos Marvel ao plano Marshall. Não tanto pelo animal em si, mas sobretudo por lhe haver secado o leite (no caso, o *champagne*) antes do tempo. De fato, há aqui certa apreensão relativamente às anuidades do plano Marshall, que se receiam sejam cortadas pelo Congresso americano antes da Dinamarca recuperar por inteiro sua economia.

Há vários meses, pois, que o Sr. Marvel se foi, e a Embaixada vem sendo dirigida pelo Conselheiro, Edward Sparks, na qualidade de Encarregado de Negócios. O tempo, relativamente longo, que o Governo americano está levando para nomear um novo Embaixador tem causado aqui certo ressentimento, sobretudo porque agora, havendo a Dinamarca aderido ao Pacto do Atlântico Norte, está mais do que nunca ligada política e militarmente à sorte dos Estados Unidos da América.

Esta demora a princípio não se explicava. Mas já começa a ser compreendida, segundo se depreende de alguns jornais americanos. É que existe, em torno do futuro Embaixador em Copenhague, uma espécie de competição entre o Departamento de Estado e a Casa Branca de Washington, ou melhor, a “Pequena Casa Branca” que é, como se sabe, a *Blair House*. Diz-se que o primeiro quer nomear para cá um político de destaque ou um funcionário de carreira, mas que tenham qualquer deles espírito público e sentido internacional. Enquanto a *Blair House* insiste em mandar uma senhora, já havendo, para o cargo, duas candidatas. Uma, a mais cotada, é a conhecida líder social de Washington, Perla Mesta, íntima da família Truman, e em cuja casa o Presidente se permite a liberdade de fazer as duas coisas das quais mais gosta: assoviar e tirar o sapato para coçar o pé. Esta candidata não tem a seu favor nem os benefícios da idade nem a vantagem dos dotes físicos; mas possui, em compensação, uma considerável fortuna, que lhe agrada gastar e sabe como gastar. A outra senhora é mais modesta, mas tem talvez maior significação política pelos serviços que prestou na última eleição do Sr. Truman. E é mais moça, apresentando também melhor aparência física.

### XXX

Os jornais dinamarqueses se mostravam até agora muito reservados com relação a este assunto. Porém hoje o *Berlingske Tidende*, a folha de maior circulação em Copenhague, traz um artigo de fundo, escrito com muita cautela, mas bem claro para fazer compreender o mau efeito que provocaria aqui a vinda de uma Embaixadora americana. O jornal vai mesmo adiante: talvez impressionado ainda como baile de despedida dos Marvel e a vaca que não produzia mais leite, põe em dúvida as vantagens de se entregar a chefia das Missões Diplomáticas a pessoas estranhas aos assuntos internacionais — fazendeiros, políticos, militares e, com maior razão, mulheres — com o único fito de lhes proporcionar o que chama “férias diplomáticas”.

Segundo o mencionado jornal, a Embaixada em Copenhague é disputada pelas duas senhoras, sobretudo pela líder social de Washington, menos como posto político de observação do que por ser sede de uma corte. Tanto que se diz que, não obtendo a Dinamarca, a mesma senhora terá possivelmente o Luxemburgo. Contentar-se-á, neste caso, com um grão-duque em vez de um rei, e de uma legação em vez de uma embaixada. O jornal não ousa dizer, mas logo se percebe que os dinamarqueses estão sobretudo preocupados devido a um precedente. É que uma Ministra que o Estados Unidos para cá enviaram antes da Guerra, depois de atralhar o protocolo da corte, acabou por complicar de todo as coisas casando-se com um dos guardas do Rei!

“Se a moda pega, — dizia-me outro dia um alto funcionário do Ministério — teremos em breve não só embaixadoras, mas também conselheiras e secretárias. E se os res-

pectivos maridos, por falta do que fazer e por rivalidades protocolares, acabarem brigando entre eles, que fará o Departamento de Estado?” “Neste caso — disse eu — seguiria o conselho que o venerável Diretor-Geral do Itamaraty, o Visconde de Cabo Frio, deu quando soube que a mulher do nosso Ministro em Washington, Assis Brasil, havia brigado com a mulher do Primeiro Secretário da nossa Legação ali, Oliveira Lima: removam-se as mulheres. Só que na hipótese por se admitida, removeriam-se os maridos”.

## XXX

Copenhague, 3 de dezembro de 1949

É aqui esperada, com grande curiosidade, a Sra. Eugenie Andersen, nomeada recentemente Embaixador dos Estados Unidos em Copenhague. Deverá chegar no próximo dia 20, acompanhada pelo marido, o honrado John F. Andersen, “artista em plásticos”, e dois filhos do casal. Mrs. Andersen terá oficialmente o título de “Embaixador”, conforme ficou resolvido pelo Departamento de Estado. Mr. Andersen será, assim, “o marido do Embaixador”, o que não deixa de ser algo original, parecendo até o nome de uma comédia de Tristan Bernard.

Fazem-se já toda sorte de especulações sobre o papel que será reservado ao “marido do Embaixador” nos meios políticos e sociais da Dinamarca. A começar pelo lugar que lhe caberá na mesa do Rei quando for do banquete que Sua Majestade oferece todos os anos em honra dos Chefes de Missão aqui acreditados e suas senhoras. É evidente que esse Mr. Andersen terá de ficar no mesmo nível que as esposas dos demais embaixadores. Será de toda maneira um senhor incômodo, uma espécie de traste, de cadeira ou qualquer outro móvel que se tem em casa e não se sabe em que canto colocar.

Mrs. Andersen é uma fazendeira do Minesota, e ao mesmo tempo um dos principais *supporters* políticos do Presidente Truman. Mostra-se compenetrada da importância do papel que a mandaram representar na Dinamarca; e, em recentes declarações feitas nos Estados Unidos, disse que sua posição “terá uma grande responsabilidade”, o que denota, de sua parte, aguda penetração de espírito e admirável sentido da realidade. Reconheceu que sua nomeação é menos uma homenagem à sua pessoa do que às mulheres em geral, e isto pela contribuição que elas têm dado ultimamente à vida pública (entenda-se o que ela e sua rival, Perla Mesta, deram para a vitória eleitoral do Sr. Truman). Anunciou que uma das mais importantes de suas tarefas na Dinamarca será “explicar a política estrangeira americana e os sentimentos dos Estados Unidos para com os demais países” — palavras que são o próprio bom-senso, ditas com invulgar consciência de seu novo cargo.

Na Embaixada norte-americana de Copenhague, instalada em uma das melhores casas da cidade e agora renovada em todo o seu mobiliário, Mrs. Andersen, segundo elucidou, levará uma vida tão simples quanto a que tinha em sua fazenda *Red Wing*, no Minesota. Isto, aliás, coincide com anteriores declarações suas no sentido de que a vida diplomática moderna perdeu ou deve perder o aspecto de futilidade social que a carac-

terizava antes da Guerra. Sob este particular Mrs. Andersen poderá talvez personificar ao vivo o que até agora não passou de uma ficção — o solerte Embaixador Fagundes, espécie de Acácio da diplomacia brasileira, do conhecido romance do meu colega Rubens de Melo, porém com todos os distintivos femininos, em sexo e tudo.

## Em Ottawa:

---

Um chapéu de Chile, também chamado do Panamá,  
mas que é do Equador

Ottawa, 17 de setembro de 1954

“Meu caro Silveira Martins,

“Muito obrigado pelo belo chapéu. Ficou ótimo. Muito *chique*, como se diz em Pernambuco. O diabo é que o sol já se acabou por estas bandas (calor não houve este verão). E, para não parecer o Mário Castelo Branco, que usava esses jipijapas em pleno inverno da Noruega, terei que arrumá-lo no baú.

“Este posto? Bem, faz frio. E, *ainque parezca mentira*, de vez em quando aparecem ursos nas cidades. Temos aqui uma excelente casa, condição *sine qua* para se estar bem num posto. Comprada pelo João Alberto, há quatorze anos, por 20 mil dólares. Hoje vale 100 mil. Por sinal que contra as ordens do Itamaraty, que era então o Osvaldo Aranha. Como se vê, já era a esse tempo um péssimo Ministro da Fazenda.

“Os canadenses? Depende. Os franceses são agradáveis, expansivos, espertos e tapeadores; e os ingleses, bisonhos, desconfiados, enjoados e pouco inteligentes. E, como uns detestam os outros — problema aqui muito mais sério do que o dos negros nos Estados Unidos — temos que ter duas caras para estar bem com todos. Diplomacia bifronte.

“O clima? É como na Inglaterra: o clima é bom, o tempo é que nem sempre é bom. Inverno: mínima de 35 graus negativos. Mas seco. Seco de gelar. E seis meses bem contados. Vou entrar agora no meu terceiro ano de Canadá. E, como já tenho cinco anos de Dinamarca, começo a sentir frio. Mas ainda não tenho saudades do calor do Rio.

“Sim, o suicídio do Getúlio. Há de ser por muito tempo um enigma. Mas uma coisa é certa: acabou-se a revolução de 30. Já não era sem tempo, aliás. E vamos entrar num novo ciclo histórico — que por enquanto é o do Café. O Getúlio morreu, e não paga a pena criticar seu Governo. Mas o país andava ruim mesmo; a começar pela queda catastrófica do nosso principal produto, a famosa rubiácea. E veja você a ironia das coisas: bastou ele desaparecer para o café subir no Brasil.

“Enquanto isso, a situação financeira do país se agrava, tornando-se mister apertar novamente os cordões do cinto. Eu já entrei nesse programa de economias. Como estou apenas a 200 dólares de Nova Iorque, fui pegado para integrar nossa Delegação

na assembléia da ONU. Delegado barato, portanto. Nunca tive maior interesse pela ONU, que não passa de uma edição norte-americana da antiga Liga das Nações (SDN) aumentada, mas não melhorada; antes pelo contrário. Fiz ver ao Raul Fernandes que eu estava fora daquele ambiente, e que seria ali, num certo sentido, um traste inútil e velho que sobrou da antiga Liga. Mas ele não cedeu. Parto, assim, por estes dias, para Nova Iorque a fim de juntar-me àqueles Omuscos.

“Abraço do velho amigo e colega

HEITOR LYRA”

# Em Lisboa:

Estudante metido a mestre

---

Lisboa, maio de 1958

Estou lendo e, naturalmente, divertindo-me com uma entrevista que um mocinho estudante, brasileiro, deu ao *O Globo*, do Rio de Janeiro, depois de percorrer, diz ele, as Américas do Sul e do Norte, e mais dez países da Europa Ocidental, em companhia de outros estudantes, todos integrantes do “Centro de Estudos Europeus”.

Esse moço, que acode pelo nome de Vadi Matar — que estranho nome! — trouxe de sua longa excursão pelo estrangeiro algumas idéias; e, como era de esperar, muitas observações. Então fala. Fala para desancar impiedoso em cima da representação diplomática brasileira e dos nossos diplomatas. Vejamos o que diz.

De uma maneira geral acha que a diplomacia brasileira é “sinônimo de elegância no trajar, linguagem apurada e recepções protocolares”. Dizendo isso, em forma de crítica, conclui-se que o mocinho queria que ela fosse justamente o contrário, isto é, deselegante no trajar, linguagem vulgar ou negligente (que é o oposto de *apurada*) e recepções sem protocolo, o que significa recepções onde prevalecesse a falta de educação — porque ser protocolar é ser bem educado.

Isto posto, vamos adiante. Segundo ele, nossos diplomatas “prescindem de um melhor conhecimento da realidade brasileira”. De onde conclui com essa frase realmente profunda — são homens desatualizados”. Possivelmente da idade das cavernas. Pena que não tivesse dito o que pensa, afinal, o que vem a ser o chavão já gasto e mais que explorado de “atualidade brasileira”.

Prosegue: “As nossas embaixadas são estáticas, e os fatos demonstram a sua ineficiência”. Daí deduz: “necessitam tomar contato constante e apurar os seus pensamentos com os acontecimentos que se desenrolam em seu país”. Muito bem. Mas acontece que nossas pobres embaixadas não têm, como fontes principais de informação, senão os jornais brasileiros que lhes chegam às mãos — quando chegam! Porque o Itamaraty não lhes dá, em um boletim, que lhes manda, só pequenos fatos sem maior importância — e os longos e freqüentes discursos do Presidente Juscelino Kubitschek. Restam, portanto, unicamente os jornais. Ora, por esses jornais, os principais acontecimentos que se desenrolam atualmente no Brasil são: a inflação e conseqüente alta de preços, a desunião das classes armadas, golpes e contragolpes, marcha da produção, de-

crêscimo da exportação, crises do café — *j'en passe*. Serão esses, por acaso, os mais consideráveis fatos com os quais nossos diplomatas devem tomar contato para “apurarem” seu pensamento? Sim, há Brasília, que ainda não existe; há o petróleo, que também não existe, mas já é nosso; e há, naturalmente, as tão proclamadas metas do Governo, mas que só o serão quando forem alcançadas. Sem o que ainda não são metas.

Adiante: “A sistemática e o método de trabalho de nossas embaixadas devem ser substituídas”, diz ele sentencioso. Ainda bem que confessa que elas trabalham (apesar de estáticas). Com o que o mocinho não concorda é com o *método* desse trabalho. Por que? Porque “a atividade, o expediente e a autodeterminação não existem”. Por conseguinte, há trabalho. Somente esse trabalho é inativo (o diabo da tal estática). Depois, não há expediente. Bem, aí precisamos nos entender. Expediente no sentido puramente burocrático de entrar pela manhã na chancelaria, assinar o ponto, escrever ofícios ou notas, ir de vez em quando “lá dentro” e retirar-se à tarde, à hora do encerramento da repartição, isto existe. Mas não é o que quer dizer. O que pretende significar empregado o termo *expediente* é, em suas próprias palavras, a falta de “autodeterminação”. Sim, porque quer que cada um faça o que entender, e mande às favas o Itamaraty e suas instruções. Inclusive o simpático Ministro do Exterior. Ainda porque carece de “capacidade suficiente” — é o mocinho quem diz. Que o Ministro é capaz, está de acordo, porém sua capacidade é insuficiente. E dizem que o Sr. Negrão de Lima é um homem vaidoso!

Que diz mais o moço estudante? Bem, aqui entra no terreno das carapuças. Por exemplo: entende que nossa representação no exterior é formada de “poetas da diplomacia” (que dirá disso o Embaixador Raul Bopp; que dirá o Embaixador Ribeiro Couto?) e de prosadores de salão (amigo Assis Chateaubriand...).

Passando de um polo a outro: acha que nossas embaixadas obedecem a “uma falsa e torpe tradição”. Falsa e torpe por ser justamente uma tradição. Sim, porque o que pede e reclama em altos brados é que se mande a tradição para o diabo, e cada qual faça o que entender, em pleno regime de improvisações. Em obediência, evidentemente, àquela sua teoria da “autodeterminação”.

Agora falemos sério. A tradição que o mocinho deseja que se atire fora, por qualificá-la falsa e torpe, é todo o passado brilhante da nossa diplomacia, desde as intervenções no Prata e a hegemonia do Brasil na América Latina, ao tempo do Império, até a política de fixação definitiva das nossas fronteiras, com Rio Branco, Mangabeira e Félix Pacheco, passando por Penedo em Londres, Nabuco em Washington e Rui Barbosa em Haia. É isso que acha falso e torpe?

Para terminar. Depois de mostrar que não está contente com nosso serviço diplomático, o mocinho conclui, solene e definitivo: precisamos substituir os ineptos e os incapazes (*hélas!* e são todos!) por homens jovens e esclarecidos — como ele, naturalmente. Bem, vou me ocupar disto. Pena que eu já esteja aposentado e não possa, assim, dar-lhe meu lugar no quadro diplomático. Em todo caso, ainda está vaga a Embaixada do Brasil no Vaticano, que eu ainda há pouco preenchia. Pode ser que lhe convenha. O diabo é que o rapaz é contra a tradição; e a Igreja, todos sabem, vive, por assim dizer, de tradição — e tradição de quase dois mil anos! O moço vai ser ali, por conseguinte, uma revolução nos pacatos refúgios de Sua Santidade. Além do mais, o seu nome:

Vadi Matar. *Matar* é, para a Igreja, uma palavra que não se pronuncia. E *Vadi* em italiano como em latim soa *Vade* – *Vade retro, Satana!*

Não, o Vaticano positivamente não lhe convém. Que ele escolha então outra Embaixada. Mas, antes disso, não seria melhor que fosse estudar um pouco em vez de estar passeando tanto tempo pelo estrangeiro, preocupando-se com as roupas dos nossos diplomatas, que não se enquadram, penso eu, nos tais “Estudos Europeus” que o trouxeram cá para fora?



---

## Cão de guarda... que não guarda

Lisboa, maio de 1961

Nosso amigo Henrique Meleiro de Sousa comprou um bonito cão de guarda, para tê-lo em sua nova casa do Restelo. E, a fim de estar melhor preparado na defesa de sua residência contra os assaltantes e os ladrões, mandou-o para uma escola de embravecer cães. Isto com o intuito de torná-lo mais feroz e mais perigoso para os amigos do alheio. Depois de permanecer cerca de mês e meio na dita escola, voltou o cão munido de seu diploma de valentia. Henrique colocou-lhe então ao pescoço uma bela coleira feita de excelente couro e com guarnições de prata. Coleira de luxo, como se depreende, digna de um animal de alta qualidade.

Na manhã seguinte, descendo ao jardim, Henrique foi ver o cão. E, com enorme surpresa, verificou que ele não ostentava a coleira: durante a noite o bicho deixara que lh'a roubassem...

Este fato faz-me lembrar a história de outro cão de guarda, tido como da melhor raça, o qual, durante a primeira noite que passou em casa do dono, dormiu profunda e silenciosamente. Indignado, o dono foi ter com quem lh'o vendera, reclamando:

– Inacreditável! Vender-me um cão de guarda que nada tem de cão de guarda! Os ladrões assaltaram minha casa; e o cão, ferrado no sono a noite inteira, nem sequer deu por eles.

– Sinto muito, respondeu-lhe o homem. Coisas que acontecem. O que posso assegurar é que, se o cão não estivesse dormindo, os ladrões não ousariam sequer pôr um pé em sua casa. O que o Sr. tem agora a fazer é comprar outro cão.

– Um outro cão de guarda?

– De modo algum. Nem pense nisso. O cão que lhe vendi já se afeiçoou à sua casa, e não seria gentil mandá-lo embora. O Sr. precisa é comprar um desses cachorrinhos espertos, sempre vivos, de sono ligeiro, que estão constantemente a latir.

– Para assustar os ladrões?

– Não. Os ladrões não o levariam a sério. Para acordar, com seus latidos, o cão de guarda que lhe vendi, quando os ladrões tentarem roubar-lhe a casa.



Lisboa.

Juscelino Kubitschek, em Roma, disse a um jornalista que era contra o parlamentarismo no Brasil por ser este regime uma planta estranha *na América*, o que demonstra simplesmente ignorância, já que tanto no Canadá como no Peru é o regime em vigor na época atual. Além do que, o Chile também já foi uma república parlamentar. Isto sem falar no próprio Brasil, onde tivemos, durante o Império, mais de meio século de governo parlamentar.

XXX

O Senador Vilas Boas disse no Senado que “continua” a ser presidencialista porque foi sob este regime que o Brasil se transformou “na mais adiantada das nações da América Latina”. A valer esse argumento, um brasileiro de 1889 poderia dizer que era parlamentarista porque foi sob este regime que o Brasil se transformou, no século passado, na mais adiantada nação da América Latina, fato que ninguém, possuidor de uma mediana cultura histórica, é capaz de negar. Por conseguinte, se as duas afirmativas são verdadeiras, a única conclusão a tirar é que o “adiantamento” do Brasil sobre as demais nações latino-americanas nada teve ou nada tem que ver com regimes políticos.

XXX

O jornalista que se assina *Al Right* escreveu no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, de 11 de agosto de 1963, que Pandiá Calógeras foi o “único ministro civil que o Exército teve”. Se se quis referir ao Brasil republicano, disse certo. Porém, se se quis referir a todo o período do Brasil independente, enganou-se, porque durante o Império tivemos numerosos civis que foram ministros da Guerra.

O mesmo jornalista também disse no número de 5 de outubro de 1963 do mencionado diário que o Marechal Duque de Caxias “foi eleito Senador depois de suas vitórias na guerra do Paraguai”. Afirma o que não sabe. Caxias foi eleito e nomeado senador em 1845, vinte anos antes do início daquela guerra.

## XXX

Ainda no *Correio da Manhã*, de 30 de agosto de 1963, mas desta vez trata-se do poeta Carlos Drummond de Andrade. Repete este uma frase de A. do Vale Cabral, autor de um *Guia Viajante no Rio de Janeiro*, de 1888: “Para conveniência paisagística, o viajante chega de navio...” – Como é que queria que chegasse? A nado? Porque todos sabemos que naquela época não havia navegação aérea.

Encontro a seguinte frase do Conde Manzoni: “Uma *gaffe* política pode ser quase sempre apagada. Há porém duas coisas irreparáveis para um diplomata: não dar à sua mesa o lugar a que um de seus convidados entende ter direito, e não conferir o grau de condecoração que o agraciado julga que lhe cabe”.

## XXX

Em setembro de 1968, ao receber o título de Professor *honoris causa*, discursou Gilberto Amado na Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Referindo-se às suas contribuições ao Direito Internacional, disse que havia sido secretário de Rui Barbosa na Conferência de Haia 1907. Pura mentira para enganar os tolos. Em 1907 era um rapaz de dezenove anos e simples estudante da Faculdade de Direito de Recife.

## XXX

Espíritos superiores divertem-se, por vezes, com fatos, por assim dizer, infantis. Vem isto a propósito do Embaixador Paul Cambon, o extraordinário representante que a França teve em Londres durante cerca de vinte anos, até 1920. Quando cheguei à capital inglesa, meu primeiro posto no estrangeiro, já ali não estava Cambon, porém sua lembrança permanecia viva. Repetiam até histórias que ele costumava contar. Eis uma delas:

Embarcado em um navio de pesca, fazia Paul Cambon uma viagem de recreio pelas vizinhanças do Bósforo. Acompanhavam-no dois jovens Secretários da Embaixada de França em Constantinopla. Vindo a noite, o patrão do barco cedeu sua cabina ao Embaixador, ficando os Secretários em outra ao lado. Todos dormiam quando Cambon foi despertado por um ruído suspeito. Abrindo os olhos, notou que seus sapatos, que pusera no chão ao lado da cama, haviam desaparecido. Supôs tratar-se de uma pilhéria de um dos Secretários, ou de ambos, e já se ia dirigindo para a cabina onde estes se alojavam, quando viu, na extremidade do corredor, um porquinho levando preso à boca seu par de sapatos. Com o escarcéu feito pelo Embaixador, o patrão do barco levantou-se; e não foi sem achar graça que explicou a Cambon que ele havia ensinado ao porquinho a ir todas as manhãs ao seu camarote buscar seus sapatos a fim de entregá-los ao marinheiro encarregado de os limpar.

## XXX

Diz Oliveira Lima, ignorando eu a fonte de sua informação, que o Governo in-

glês, ao mesmo tempo que dispensava ao Rei Dom Carlos, de Portugal, a mais cordial recepção, recebia no Foreign Office os emissários da conspiração que se tramava nas sociedades secretas, e devia dentro em pouco eliminar o Rei e o Príncipe Herdeiro. Pode ser que isso seja uma inverdade. Mas é hoje fato histórico e incontestado que aquele mesmo Governo, quando cercava de atenções o Tzar Nicolau e sua corte, animava, por intermédio do Embaixador inglês em São Petersburgo, Buchanan, que o confessaria em suas Memórias, a conspiração que iria derrubar o regime tzarista e instituir o efêmero governo do demagogo Kerenski.

## XXX

Teófilo Braga que, em Portugal, poucos anos após a queda da Monarquia, foi Presidente da República, quando ainda jovem, entrou em concurso a fim de conseguir certa situação. Por duas vezes, embora classificado, não obtivera nomeação. Resolveu tentar terceira. Classificado a igual das outras, foi procurar o Ministro do Reino, Rodrigues Sampaio, antes que se procedesse às nomeações, e disse-lhe: “Olhe, se desta vez eu não for nomeado, deixo-me de mais estudos, dedico minha vida a atacá-lo e injuriá-lo, e, depois de o Senhor morrer, ainda lhe vou mijar sobre a cova”. Ao que Rodrigues Sampaio respondeu: “Não diga mais nada; está nomeado”.

## XXX

Dom Francisco de Almeida Portugal, 2º Conde do Lavradio, Ministro de Portugal em Roma, onde faleceu e foi sepultado, era muito impetuoso e exaltava-se com frequência. Conta-se que uma vez se dirigira com tal violência a Pio IX que o paciente Pontífice foi obrigado a dizer-lhe: “Conde, olhe que o Papa sou eu!”

## XXX

Contava-se que uma das filhas do velho Marquês de Viana, solteirona já idosa, dizia que no tempo do pai ia tanta gente jantar à sua casa que, em certo dia de festa, fora preciso matar um boi — “e, como não fosse bastante, tiveram *que matar mais meio boi*”.

## XXX

Anatole France, convidado por uma senhora do *faubourg* Saint-Germain, em cuja casa se jantava pontualmente às 7 horas, chegou com uma boa meia-hora de atraso, e apresentou, por isso, veementes desculpas. A senhora aceitou as razões do escritor, e Anatole France não tardou a ter toda a assistência sob o encanto do seu espírito. Terminada a refeição, passavam os convidados para o salão nobre. Foi quando a dona da casa disse baixinho a um íntimo:

— Este Sr. France!... Ele desculpava-se por estar um pouco atrasado, e, afinal,

está oito dias adiantado. Não foi para hoje que o tinha convidado, mas para a próxima semana!!

XXX

Franz von Lenbach, o célebre pintor alemão do século passado, que se distinguiu mormente como retratista, dizia à infanta Eulália, irmã do Rei Afonso XII de Espanha, que ninguém se reconhecia a si próprio. Por exemplo, Bismarck julgava ter uma expressão dura, um olhar de aço, quando possuía um rosto aberto e um olhar brejeiro; o Papa Leão XIII acreditava-se doce e amável quando seu ar era áspero, frio e seco.

XXX

Em seu livro sobre Luís Carlos Prestes, Jorge Amado chama Gustavo Barroso de *campeão de corrida a pé* porque, quando de um *meeting* dos comunistas contra o fascismo, na praça da Sé, em São Paulo, *meeting* que a polícia dispersou, foi ele quem mais desenfreada e loucamente procurou fugir.

XXX

Quem terá pronunciado a seguinte frase: a esquadra inglesa é muito poderosa, a esquadra japonesa muito agressiva, e a esquadra norte-americana muito fotogênica?

XXX

O Oliveira Rocha, diretor do jornal *A Notícia*, conhecido pelo apelido de *Rochinha*, e sogro do Sr. Carlos Guinle, era, segundo conta Gondim da Fonseca, um homem tão precavido que não arriscava firmar que  $2 + 5$  fazia  $7$  com receio de desgostar  $4 + 3$  que também fazia  $7$ .

XXX

O jardim zoológico de Lugano era sem dúvida, no gênero, o único no mundo, pois possuía apenas uma cegonha, e assim mesmo cega de um olho. Por isso andava de lado, como os caranguejos.

XXX

Abraão Lincoln, quando jovem, tinha a seu serviço um negrinho muito preguiçoso a quem um dia propôs que o ajudasse a limpar o galinheiro.

— Limpar o galinheiro? exclamou o moleque. E se a polícia nos descobre?

XXX

Frase atribuída a um diplomata francês: “Devemos dizer as coisas algumas vezes com suavidade, outras vezes com firmeza e até com enérgica entoação, porém sempre com elegância”.

XXX

Anatole France dizia de uma mulher metida a literata, gênero feminino que ele detestava: “*Elle prend Hamlet pour omelette*”.

XXX

A Condessa de Schleinitz era muito invejosa. Não podia admitir que alguém tivesse qualquer coisa sem que ela obtivesse também sua parte. Um dia, tendo uma de suas amigas, Cornelita Richter, lhe dito que estava com enxaqueca, ela logo respondeu: “Eu também”.

XXX

A Marquesa de Coigny, que viveu ao tempo do Consulado em França, era de opinião que as *toilettes* das senhoras eram mais apreciadas pela indecência do que pela elegância. E a Duquesa de Clermont-Tonnerre, nascida de Gramont e autora de umas muito interessantes *Memórias*, achava que o fim da mocidade e o fim do crédito quase sempre coincidem.

XXX

Dizia o Príncipe de Ligne que o Congresso de Viena (1814-1815) dançava, mas não caminhava.

XXX

Frase da Duquesa de Clermont-Tonnerre referindo-se aos altos e baixos na vida de Boni de Castellane: “*Décidément les escaliers sont dans sa destinée*”.

XXX

*Granfina*, no sentido de mulher da alta roda, não será uma corruptela do alemão *Gräfin* que significa *condessa*?

XXX

No princípio deste século Camille Barrère era Embaixador da França em Roma, posto em que lhe foi dado demonstrar a grande capacidade de trabalho de que era dotado e seus insígnis predicados de diplomata. Devendo se reunir em Algeiras, Espa-

nha, a Conferência Internacional promovida pela Alemanha em vista de se arranjar uma solução à questão de Marrocos, Barrère procurou o velho Visconti-Venosta, Ministro de Estrangeiros da Itália, a fim de convencê-lo da necessidade de, colocando-se à frente da representação italiana, comparecer à mencionada Conferência. Ora, Visconti-Venosta era idoso, doente, e não se sentia com coragem de viajar.

Barrère falou-lhe longamente, fez-lhe ver os inconvenientes que sua ausência traria à política européia, o interesse que tinha a França em vê-lo em Algeiras. Foi insistente e persuasivo. O Ministro ouviu-o sem pronunciar palavra, porém sempre com muita atenção. Por fim, tendo o Embaixador acabado de falar, disse:

Bem. Meus médicos não me deixarão seguramente partir amanhã; minha família não consentirá que eu parta depois de amanhã. E, assim, só poderei partir no fim da semana. Parto então hoje, isto é, imediatamente.

### XXX

Em *Minhas Memórias dos Outros*, faz Rodrigo Otavio (pai) duas afirmações inexatas.

1º) Que a Embaixada do Brasil em Washington foi, dentre os países da América Latina, a primeira criada. — Engana-se. A primeira foi a do México.

2º) Que, em 1902, fora das últimas pessoas a contemplar as feições do Imperador Dom Pedro II sob o retângulo de vidro de seu caixão em São Vicente de Fora, em Lisboa, porque pouco depois tal exibição seria proibida devido ao estado de decomposição do corpo. — Ora, oito anos mais tarde, em 1910, passava eu por Lisboa, e pude ainda ver o rosto do nosso Imperador.

### XXX

Referindo-se a um diplomata francês, dizia Sir Eric Crowe, Subsecretário Permanente do Foreign Office, em Londres, a Augusto de Castro: "*Il est insupportable: il a raison du matin au soir*".

Algo semelhante dizia-se em França a respeito de Gobineau, o diplomata que, em posto no Brasil, tornou-se grande amigo de Dom Pedro II: "É um insolente; sabe soisas que os outros não sabem".

### XXX

Lucien Guitry, o famoso ator e pai de Sacha, ao regressar de Buenos Aires, censurava o péssimo costume dos argentinos de chegarem sempre atrasados ao teatro, depois de copiosos jantares. "Preferem o ato da digestão ao primeiro ato da melhor obra de Molière", dizia ele.

### XXX

Dois ditos relacionados com os irmãos Goncourt, Edmond e Jules, escritores franceses.

Diziam eles que ninguém ouvia mais asneiras do que um quadro de museu.

Alguém metido a literato, ouvindo louvar o *Journal* dos Goncourt, obra de grande interesse para as letras do país, perguntou: “O senhor é assinante?”

XXX

Opinião de Paul Mantoux: em política internacional há algumas questões realmente importantes e uma infinidade delas de pouca importância; o bom diplomata é aquele que sabe separar os problemas principais dos secundários; nisto está toda a ciência diplomática.

XXX

Um dos bispos de Avranches, França, Pierre Huet (1630-1721), achava que tudo que se tinha escrito até então no mundo poderia ser reunido em nove ou dez in-fólios se cada coisa tivesse sido dita uma só vez.

XXX

Perguntava alguém a *Madame* de Geoffrin, que viveu no século XVIII e mantinha um dos afamados salões de Paris freqüentado pelos filósofos, que fim levava um senhor velho que era sempre visto sentado à extremidade de sua mesa, não falava com ninguém, e só se mexia para servir-se.

— Ah! — disse ela — já sei de quem quer falar. Morreu.

— Verdade? E quem era ele afinal?

— Meu marido.

XXX

O Conde d’Orsay, árbitro das elegâncias, conversador brilhante, pintor e escultor de talento, e também amigo íntimo do futuro Napoleão III, dizia preferir sua sogra à mulher que “nunca soubera fazer nada, a não ser deitar-se com o Duque de Orléans”. Provou mais tarde ser sincero no que proclamava, pois acabou separando-se da cara metade a fim de juntar-se à sogra, embora sogra postiça, visto ser madrasta, e não mãe, de sua esposa.

XXX

Medeiros e Albuquerque era diretor da Instrução Pública, no Rio. Andava à procura de um professor de português. Apenas desejava que fosse o menos teórico possível; queria que os alunos tivessem lições práticas da língua, isto é, que aprendessem bem a lê-la e a escrevê-la. Encontrando-se na rua do Ouvidor com o escritor e jornalista Valentim Magalhães, disse consigo mesmo: “Este talvez seja o meu homem”. E perguntou-lhe à queima-roupa:

– Você sabe gramática?

Valentim não percebeu o alcance da pergunta, e respondeu meio hesitante:

– Ora essa! Por que deveria eu saber gramática? Sei escrever.

– Não sabe? Então está ótimo. É de quem preciso: alguém que saiba escrever, mas não saiba gramática. Vou nomeá-lo professor de português.

Deixando Valentim, encontrou pouco adiante Machado de Assis parado à porta da livraria Garnier. Contou-lhe o sucedido.

– Por que não me nomeou? indagou o grande romancista. Eu também sei escrever.

XXX

Dizia Ramalho Ortigão que uma mulher feia era uma calamidade social.

XXX

Era a opinião de Goethe que todo homem que tivesse um pedaço de papel e uma pena podia se por a escrever, porque, se contasse de boa fé sua vida, faria um livro bom e útil.

# Notas

---

- ( 1 ) Pesquisas que ele fazia para seu livro *História do Império*. Publicado o 1º volume em março de 1927, o Príncipe Dom Pedro, filho da Condessa d'Eu, lendo certas coisas pouco limpas que Tobias escreveu sobre Dom João VI e a Rainha Carlota-Joaquina, não mais lhe permitiu fazer pesquisas no arquivo do castelo. Este arquivo está hoje no Museu Imperial e no Palácio Grão Pará de Petrópolis.
- ( 2 ) O 1º volume tem 869 páginas.
- ( 3 ) Seriam talvez cinco volumes, se a obra fosse terminada.
- ( 4 ) Também eu, quando estava em Roma, fui duas vezes a Eu a fim de fazer pesquisas para meu livro *História de Dom Pedro II*, 3 volumes, publicados em 1940.  
Fiz as pesquisas com autorização de Dom Pedro.
- ( 5 ) Pretendia, de fato, submeter-me a concurso para ser transferido para o Corpo Diplomático, embora não fosse obrigado pelo nosso regulamento. Era uma exigência do Ministro do Exterior desse tempo, Azevedo Marques. Este queria que eu fosse examinado pelos altos funcionários do Itamaraty. Pedi que o fosse antes pelos professores do Colégio Pedro II. Negou. Assim que só no Governo seguinte, quando era Ministro do Exterior Félix Pacheco, fui transferido como Segundo Secretário de Embaixada independentemente de concurso. Foi um dos primeiros atos deste Ministro. Contei tudo isto no 1º volume destas memórias.
- ( 6 ) Tomaz Antônio de Vilanova Portugal.
- ( 7 ) José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu.
- ( 8 ) Luís Esteves de Almeida, de quem já falei no 1º volume destas memórias.
- ( 9 ) Refere-se a Raul Régis de Oliveira, cuja mulher, Dona Gina, era bisneta do Marquês de Olin-da.
- ( 10 ) Fizeram pior: aposentaram-no sem que ele o desejasse, pois, embora doente dos olhos, era ainda um homem válido.
- ( 11 ) Carlos Martins era, no meu tempo de Londres, Conselheiro da Embaixada do Brasil nesta cidade.

- (12) Era então ministro de Estado Nilo Peçanha, e Artur Briggs era um dos chefes do Itamaraty.
- (13) Era Ministro de Estado Félix Pacheco.
- (14) Cochrane de Alencar.
- (15) Secretário de Estado americano.
- (16) Era Ministro de Estado Félix Pacheco.
- (17) Enrique Herrera Olaya, falecido em 1937.
- (18) Negociado e assinado em Bogotá por Enéas Martins, estabelecendo o limite com o Brasil, da pedra de Cocui, no rio Negro, até a foz do Apaporis.
- (19) Teodomiro Tostes, Segundo Secretário da Embaixada em Buenos-Aires.
- (20) Pessoas estranhas aos quadros diplomáticos do Itamaraty.
- (21) Nosso Embaixador em Washington.
- (22) Afinal não se passou nada disso. Martins continuaria em Washington, Rodrigues Alves em Buenos Aires, e João Neves seria feito Embaixador em Lisboa.
- (23) Ministério das Relações Exteriores da Argentina.
- (24) Ministro das Relações Exteriores da Argentina. Era filho do antigo Presidente da República.
- (25) Essa questão de uma base norte-americana no Prata foi mais uma prova da ignorância do Departamento de Estado no trato com as nações latinas da América. A coisa começou com uma sugestão dos Estados Unidos para instalar uma base norte-americana em território argentino, à margem do rio da Prata, sob pretexto de defendê-lo de um possível ataque da Alemanha, visto haver ali numerosos alemães radicados. Respondeu o Governo da Argentina negativamente. Então tentou o Departamento de Estado obter a base nas costas uruguaias, naturalmente às escondidas da Argentina, como se esta não dispusesse de meios para saber o que se tramava, e vetar tal pretensão. Foi na realidade o que aconteceu.
- (26) Filipe A. Espil, Embaixador da Argentina em Washington.
- (27) Summer Wells, Sub-Secretário de Estado americano.
- (28) Secretário de Estado americano.
- (29) Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra.
- (30) Primeiro Ministro da Inglaterra.
- (31) Era um português, cônsul honorário do Brasil em Genebra.
- (32) Refere-se à comunicação de Heitor Lyra de haver apresentado ao Rei da Dinamarca as suas credenciais de Ministro do Brasil, e que deve ter chegado atrasada às mãos de Ribeiro do Couto.

- (33) Marcelo Matias, então Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, e que Heitor Lyra havia conhecido em Lisboa, em 1937, como Segundo Secretário de Legação.
- (34) Viúva de João de Souza Bandeira, escritor pernambucano, membro da Academia Brasileira de Letras e tio do poeta Manuel Bandeira.
- (35) Frantz Boeck, Ministro da Dinamarca em Lisboa.
- (36) João Neves da Fontoura, que havia deixado de ser Embaixador do Brasil em Lisboa para ser Ministro das Relações Exteriores.
- (37) Raul Bopp, então Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Lisboa.
- (38) Pedro Leão Veloso, então Secretário-Geral do Itamaraty.
- (39) Samuel de Sousa Leão Gracie só seria Embaixador do Brasil em Lisboa em 1947. O substituto de João Neves foi Henrique Dodsworth.
- (40) Argeu Guimarães, então Primeiro Secretário da Legação do Brasil na Haia.
- (41) Heitor Lyra era então o Ministro do Brasil na Dinamarca.
- (42) Rui Ribeiro Couto.
- (43) Dia da bandeira nacional no Brasil.
- (44) Antônio de Souza Bandeira, filho da viúva Souza Bandeira (Dona Luzia), e Antônio Barroso Fernandes, que com Ribeiro Couto iam ter lições de Direito Internacional Público, na pensão da rua Constante Ramos, que lhes dava Heitor Lyra, então Terceiro Oficial da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (Itamaraty), para o fim de prestarem concurso de admissão ao Itamaraty. Isso se passava em 1921.









A Coleção Temas Brasileiros inclui os seguintes títulos:

1. **Sistemas Sesmarial no Brasil**  
Costa Porto
2. **Visão da Crise**  
Gileno de Carli
3. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**  
David Gueiros Vieira
4. **A Construção da Ordem — A Elite Imperial no Brasil**  
José Murilo de Carvalho
5. **História dos Partidos Políticos no Brasil**  
Vamireh Chacon
6. **Carlos Chagas: Coletânea de Trabalhos Científicos**  
Carlos Chagas
7. **Conjuntura Política Nacional — O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil**  
Golbery do Couto e Silva
8. **Oito Anos de Parlamento**  
Afonso Celso
9. **Catálogo do Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco**  
Nadir Duarte Ferreira
10. **Catálogo da Exposição de História do Brasil**
11. **Guia de Pesquisa de Joaquim Nabuco em Washington**
12. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**  
Simon Schwartzman
13. **História Monetária do Brasil**  
Manuel Peláez e Wilson Suzigam
14. **Revolução de 30 — V. I e II**  
Vários Autores
15. **Sua Majestade o Presidente do Brasil**  
Ernest Hambloch
16. **Índices do Almanaque Garnier e da Gazeta Litteraria**
17. **Minha Vida Diplomática**  
Heitor Lyra
18. **Deodoro — Subsídios para a História**  
Ernesto Senna
19. **A Guerra do Paraguai**  
Sena Madureira
20. **Fidalgos e Filantropos**  
A.J.R. Russell-Wood
21. **O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)**  
Amado Luiz Cervo

